

Agradecimentos

Gostaria de iniciar estes agradecimentos fazendo uma menção especial à Universidade do Minho. A disponibilidade da Unidade de Arqueologia, onde já tinha elaborado o meu projecto de Mestrado, veio demonstrar-me mais uma vez que este é um lugar de excelência – pelas pessoas, pelas ideias, pela liderança. Sei, por isso, que nunca deixarei de me sentir um universitário ‘minhoto’. Este trabalho contou também com o apoio financeiro da FCT, sob a forma de bolsa temporária.

Umberto Eco afirma, no seu *digest* sobre o modo de fazer trabalhos de investigação, que não se deve agradecer aos Orientadores, por razões que são as mais logicamente respeitáveis. Porém, a vida de uma investigação nem sempre se governa pela lógica; se assim fosse, este trabalho nunca teria chegado ao fim. A minha dívida para com a Prof.^a Manuela Martins é imensa, e lamento não ter sabido nunca dizer-lho de uma forma conveniente. Regulamentos incompreensíveis da vida académica portuguesa obrigaram a que, num determinado momento, o Prof. João Carlos Garcia viesse a partilhar com a Prof.^a Manuela Martins a responsabilidade de orientação desta dissertação. Ambos aceitaram a situação com o *fair-play* que só a grandeza de espírito de um e de outro poderia demonstrar. Esse é um exemplo que guardarei de ambos.

A minha relação com a Arqueologia, e com os arqueólogos, é a de um eterno forasteiro. Trabalhar na fronteira desta ciência com a minha própria terá decerto dado origem a equívocos e muitas imperfeições. Contudo, da minha viagem a este lugar, e do convívio com os investigadores que nele habitam, retirei um prazer inexcedível e exemplos que permanecerão para sempre.

Com a Prof.^a Manuela Martins aprendi a insaciabilidade da procura do conhecimento, a dignidade plural dos diversos pontos de vista, e a recusa terminante em deixar cristalizar um modo de fazer ciência. Na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho convivem arqueólogos, arquitectos, geógrafos, matemáticos aplicados, naturalistas. E desta vasta convocação assim definida nasce a riqueza dos modelos interpretativos, numa verdadeira produção transdisciplinar da Ciência do Passado.

Gostaria também de fazer uma menção especial aos arqueólogos que me deram o prazer de comentar alguns dos trabalhos parcelares que fui produzindo no contexto da elaboração desta dissertação. Dos muitos arqueólogos a quem pedi uma crítica sobre o que ia escrevendo, poucos responderam, e por isso não me esquecerei nunca da honra que representou para mim, geógrafo intrometido em lugares da Arqueologia, ter recebido críticas atentas por parte do Prof. Jorge de Alarcão, do Prof. José d’Encarnação (de duríssima crítica), do Prof. Francisco Sande Lemos (o único arqueólogo, até hoje, creio eu, que faz uma referência bibliográfica aos meus trabalhos), da Prof.^a Raquel Vilaça, do Prof. Vítor O. Jorge, do Prof. Jorge de Oliveira, da Prof.^a Margarita Díaz-

-Andreu, da Prof.^a Katina Lillios (com especial minúcia), do Dr. Jorge Ribeiro, e do Prof. Luís Raposo, que gentilmente me convidou a publicar, por duas vezes, n' *O Arqueólogo Português* (a revista de Leite de Vasconcelos!) o que, para um geógrafo, como facilmente se compreende, é um motivo de verdadeiro deslumbramento.

Entre todos, não posso deixar de fazer referência ao modo como o Prof. Jorge de Alarcão exercia o seu exame crítico. Que um nome máximo da Arqueologia portuguesa se digne responder a um pedido de um investigador que está a dar os seus primeiros passos é já um facto de alguma raridade; que o faça com a solicitude, compreensão e extensão com que o fez, é para mim motivo de uma imperecível gratidão.

São inúmeros os geógrafos que, a partir dos seus livros, me ensinaram a descobrir a *terra incognita* que é o mundo e nós nele, de como estão à nossa espera inúmeras cartografias por desenhar, e de como a existência se torna viável, e apetecível, na espessura da fronteira entre o lugar confortável do que está próximo e o espaço perturbador do que fica distante – nela se situa a verdadeira aventura. Como não me é possível nomeá-los a todos, gostaria de designar os que mais próximos estiveram de mim no tempo deste trabalho.

Nos tempos que correm, em que se denunciam todas as formas de autoridade indevida, as formas de tratamento mais arcaicas deixam de ter contexto de utilização. Eu, porém, não encontro outra forma de designação que não seja a que se usava vulgarmente entre os 'sábios' oitocentistas – para mim, o Prof. João Carlos Garcia é o meu Mestre. Fui seu aluno há vinte anos atrás, hoje trabalhamos na mesma Escola, e durante todo este tempo vi nele tudo o que é verdadeiramente fundamental na vida universitária: a honestidade intelectual, o rigor científico, a rectidão de uma personalidade exemplar.

Aprendi com o Prof. João Sarmento a mais importante qualidade de um trabalho actual em Geografia Cultural: a atenção tolerante do Outro, porque o rigor se exerce primeiramente no lugar de onde se avista, e não na paisagem que dele se tem.

Com a Prof.^a Ana Francisca de Azevedo aprendi, feministamente, o significado mais profundo do dialogismo em Geografia, e de como se morde a 'carne do mundo'.

Finalmente, o esforço para levar a bom termo este trabalho dependeu de todas as pessoas da minha Família – que me são muito próximas e por isso guardo os seus nomes para mim.

Como muitos antes, como tantos outros que virão, também eu sofri do *mal-de-thèse*. A eles, aproveito para dizer que este mal tem cura. Além do apoio institucional dos meus Orientadores, que sempre suportaram os sucessivos pedidos de prorrogação, existem dois seres alados sem os quais eu nunca teria tido a paz necessária para terminar este trabalho e que me ensinaram como vencer a vaidade – dedico a ambos este trabalho.

Porto, Foz do Douro, 20 Maio de 2007
José Ramiro Pimenta

Resumo

O objectivo central deste trabalho é o de ‘localizar’ a História da Ciência. Normalmente a ciência é considerada como sendo constituída por conceitos de universalidade, sendo mesmo esta a sua principal característica que a opõe a, e diferencia de, outras expressões da actividade humana. Neste caso, porém, gostaríamos de mostrar de que modo o ‘lugar’ específico de uma investigação, o espaço-tempo de onde-e-quando um investigador tem origem, pode ter uma influência directa nas proposições científicas finais do trabalho teórico. Serão considerado três níveis através dos quais uma ‘Geografia Histórica de Ciência’ pode ser enunciada: ‘regionalização teórica’; ‘topografia social’ e ‘cronotope’.

A ‘regionalização’ de uma teoria diz respeito aos esquemas alternativos regionais a que um mesmo conjunto de dados, ou de dados muito semelhantes, pode dar origem. Por exemplo, em meados do século dezanove europeu um mesmo argumento baseado no ‘reconhecimento inter-cultural’ foi usado por ‘celtistas’ e ‘germanistas’ para integrar tribos de filiação duvidosa em cada um dos dois universos étnicos referidos.

Por ‘topografia social’ pretende-se significar o nível estrutural de formulação espacial das práticas sociais e *vice versa*. Tal diz respeito, especialmente, a designar e analisar os diferentes ‘espaços sociais’ em que a prática científica tem lugar. As linhas sociais de fractura pelas quais se organiza a produção e recepção das teorias científicas estão intimamente relacionadas com a expressão final das próprias proposições teóricas. Não é sem significado, cremos nós, por exemplo, que a Academia Portuguesa de História, criada sob o patrocínio do regime totalitário da ditadura de Salazar, obrigasse a que os membros dessa associação residissem na cidade capital do país (Lisboa), e a coincidência que, durante o mesmo período, a produção oficial do conhecimento teórico sobre a História invariavelmente favorecesse as teses e os temas ‘nacionais’.

O último nível estrutural considerado é o ‘cronotope’, uma palavra e um conceito que derivam largamente da concepção bakhtiniana de ‘espaço-tempo’ no seio de uma narrativa. Por ‘cronotope’ pretende-se, muito simplesmente, designar os efeitos funcionais, no *presente*, de uma determinada narrativa no passado. Em poucas palavras, trata-se de responder à seguinte questão: ‘Qual o efeito que a passagem do tempo e a evolução no espaço detêm na personagem principal de uma narrativa?’

Francisco Martins Sarmiento nasceu em 1833, e viveu durante toda a sua vida em Guimarães (na cidade ou nas suas propriedades próximas). Dedicou a parte final da sua vida (pelo menos desde 1876 a 1899, ano da sua morte) a estabelecer os princípios de uma teoria etnogénica dos Lusitanos; neste contexto, foi ainda responsável pela escavação de dois povoados fortificados, Sabroso e Briteiros.

Em 1887, Martins Sarmiento apresentou um trabalho, obra muito polémica, no qual defendia que a lenda grega dos Argonautas era de facto uma narrativa das primeiras viagens dos Fenícios ao Ocidente, e especificamente às Ilhas Britânicas, onde tentariam adquirir o domínio do comércio do estanho. A partir de uma estratégia hermenêutica ‘ocidentalista’, o autor pôde demonstrar que sob a voz das narrativas épicas dos feitos de Jasão (e, do mesmo modo, de Ulisses e Hércules) corria uma ‘argonáutica fenícia’, de que o autor pretende restituir a geografia antiga correspondente.

A característica mais notória das ‘geografias imaginárias’ presentes em Martins Sarmiento é a filiação ‘ariana’ do território português. Para este autor, a ‘raça ariana’ teria vindo da sua pátria distante, a Ásia, atravessaria toda a Europa, cobrindo todo o continente com a sua indústria e arte, até que finalmente atingiria o extremo ocidental, onde se manteriam até o tempo da invasão romana. Quando singularmente considerado, este é o elemento mais importante das hipóteses do autor: a migração ‘ariana’ é a *origem* e, assim, a marca da pureza étnica dos Lusitanos, e por isso, dos Portugueses.

Em íntima relação com as origens ‘arianas’ do povoamento pré-histórico da orla ocidental da Península Ibérica, Martins Sarmiento tenta provar que esta mesma ‘pureza inicial’ não é nunca posta em questão pelos eventos políticos e militares subsequentes. Para o autor, nenhum dos inúmeros povos que posteriormente atingiram a Península Ibérica (Fenícios, Celtas, Cartagineses, Romanos, Germanos...) pôde perturbar ou ‘contaminar’ decisivamente a ‘pureza genealógica’ dos Lusitanos.

Toda a armadura que estrutura as hipóteses históricas e etnogénicas liga-se com uma série de esferas concêntricas de identidade, desde o espaço continental da Europa até ao domínio da domesticidade do autor. De um modo simples, diremos que este trabalho pretende demonstrar que na narrativa histórica de Francisco Martins Sarmiento ressoam as suas próprias condições subjectivas de formação da identidade.

Abstract

The aim of this work is to bring ‘place’ into history of science. Usually, science is considered to display universal features, this being the main characteristic when compared to, and differentiated from, other expressions of human action. In this case, however, we would like to show how the specific setting of an investigation, how the space-time from where (and when) a researcher comes from, may have a direct influence in the final scientific propositions of his or her theoretical work. There shall be considered three structural levels, from which a ‘historical geography of science’ can be devised: ‘theoretical regionalisation’, ‘social topography’, and ‘chronotope’.

The ‘regionalisation of theory’ refers to the alternative regional schemes in which the same, or closely related, sets of data may be organized. For instance, in mid-nineteenth century, ‘celtists’ and ‘germanists’ used alternatively the same argument, based on ‘cultural inter-recognition’, to subsume certain loosely defined tribes into each one’s respective universe.

By ‘social topography’ we mean the structural level of spatial formulation of social practices, and vice-versa. This refers, specifically, to display and analyse the different ‘social spaces’ in which the social practice of science takes place. The social lines of fracture through which the production and reception of scientific theories ride are intimately connected to the final expression of theoretical propositions. It is not meaningless, I think, for instance, that the Portuguese Academy of History, created under the patronage of the totalitarian Salazar’s dictatorship, made obligatory for the members of that association to live in the city capital (Lisbon), and the coincidence that, during that same period, the official production of historical theoretical knowledge invariably favoured the ‘national’ themes.

The last structural level of analysis I refer to it as ‘chronotope’, a term, and conceptualization, largely drawn upon the Bakhtinian conception of time-space in narrative. By ‘chronotope’ I refer specifically to the functional effects, at the *present*, of a certain narrative of the past. In short, it is a matter of responding a specific question: ‘What effect has the passing of time and wandering on space in the main character of the narrative?’

Francisco Martins Sarmiento was born in 1833, and lived through all his life in Guimarães (in the city or at his estate nearby) in northwest Portugal. He devoted the final part of his life (at least since 1876 till 1899, year of his death) to establish a theory dealing with the ethnogenesis of the Lusitanians; in this context, he also was responsible for digging out two pre-roman fortified settlements in Sabroso and Briteiros.

In 1887, Martins Sarmiento presented a work, a very polemical one, in which he defended that the Greek legend of the Argonauts were in fact an account of the Phoenicians first voyages to the West, and specifically to the British Isles, from where they were convinced they could gain control over the tin trade. Using ‘west’-oriented hermeneutical manoeuvres, the author sought to demonstrate that under the epic narrative of Jason’s deeds (the same with Ulysses and Heracles) laid a ‘Phoenician argonautic’, of which the author tries to re-establish the equivalent geography.

The most striking feature of the ‘imaginative geographies’ displayed in Martins Sarmiento’s work is the ‘Aryan’ affiliation of the Portuguese territory. To this author, the ‘Aryan race’ had come from its distant homeland, in Asia, and had traversed all Europe, covering the whole continent with its industry, art and spirituality, till they finally reached the most distant west, where they stayed till the times of Roman invasion. This is the most important singular element of Martins Sarmiento’s historical hypotheses: the ‘Aryan’ migration is the *origin*, and the token of the ethnical purity of the Lusitanians, and therefore of the Portuguese.

In intimate relation with the ‘Aryan’ origins of the pre-historic settlement of west fringe of the Iberian Peninsula, Martins Sarmiento is eager to prove that that same ‘initial purity’ is not put into question by the subsequent military and political events. To him, none of the several people (Phoenicians, Celts, Carthaginians, Romans, Germans, etc...) that had come in later times to the Iberian Peninsula did disturb or ‘contaminate’ decisively the ‘genealogical tree’ of the Lusitanians.

The whole structural armour of Martins Sarmiento’s historical and ethnogenic hypotheses linger from a series of concentric spheres of identity, beginning with the broader space of Europe, and progressively narrowing down into the domestic domain of self. In short, this work aims to demonstrate that Francisco Martins Sarmiento’s narrative of the Past resonates his own conditions of subject formation.

Índice de Conteúdos

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de Conteúdos	vii
Índice de Figuras	viii
I – Elementos de Geo-historiografia	1
<i>I. 1. A afirmação do ponto de vista geográfico</i>	<i>2</i>
I. 1.1. O Tempo.....	3
I. 1.2. O Lugar	35
I. 1.3. A Racionalidade	94
<i>I. 2. A geografia do conhecimento científico</i>	<i>132</i>
II – O passado do Lugar	157
<i>II. 1. A leitura intertextual d’Os Argonautas</i>	<i>159</i>
<i>II. 2. A hermenêutica ‘fenícia’</i>	<i>196</i>
II. 2.1. Heracleia	209
II. 2.2. Errores de Ulisses.....	240
II. 2.3. Argonáutica.....	275
II. 2.4. A narrativa restituída.....	324
<i>II. 3. Escala e identidade</i>	<i>358</i>
II. 3.1. Europa: O ‘povo dos dólmens’	361
II. 3.2. Ocidente: os Lígures.....	380
II. 3.3. Portugal: a “Ora marítima”.....	391
II. 3.4. Entre-Douro-e-Minho: Lusitanos, Lígures e Celtas.....	426
III – O lugar do Passado	471
<i>III. 1. Espaço</i>	<i>477</i>
III. 1.1. A Ciência romântica do Passado	477
III. 1.2. A Ciência positiva do Passado	484
<i>III. 2. Lugar</i>	<i>506</i>
III. 2.1. A obra sarmentiana no contexto do seu tempo	506
III. 2.2. A obra sarmentiana como História e Romance	527
<i>III. 3. Paisagem</i>	<i>532</i>
III. 3.1. O elemento metaparadigmático na historiografia de Martins Sarmento	532
III. 3.2. O elemento cronotópico na narrativa histórica de Martins Sarmento	542
Bibliografia	553

Índice de Figuras

Figura 1 – A ‘regionalização geopolítica’ da <i>Revue Celtique</i>	118
Figura 2 – ‘Lusitânia’ como construção geo-historiográfica.....	154
Figura 3 – A ‘genealogia cartográfica’ de Martins Sarmento.....	175
Figura 4 – Povoados fortificados (‘castros’) explorados por Martins Sarmento	180
Figura 5 – ‘Geopolítica’ da estrutura citacional dos Argonautas	186
Figura 6 – O âmbito geográfico da Argonáutica de Apolónio.....	276
Figura 7 – A ‘geografia argonáutica’ restituída.....	325
Figura 8 – Europa: o ‘Povo dos Dólmens’	363
Figura 9 – O Ocidente ‘lígure’, segundo Martins Sarmento.....	385
Figura 10 – A polémica linguística entre Adolfo Coelho e Martins Sarmento.....	389
Figura 11 – A ‘Ora marítima’, segundo Martins Sarmento	394
Figura 12 – O Noroeste ‘lígure’ da Península Ibérica, segundo Martins Sarmento	431
Figura 13 – Os ‘Belgas’ na geo-historiografia de Martins Sarmento	436
Figura 14 – Identidade e Alteridade de Portugal: Os ‘ciclos da história’ segundo Martins Sarmento	544
Figura 15 – Mapa ‘da aluvião celta’ (segundo Martins Sarmento).....	546

I – Elementos de Geo-historiografia

Este estudo pretende contribuir para trazer para a história da Ciência, e especialmente para a história da Arqueologia, uma visão associada a uma série de propostas que tomam em consideração o carácter constitutivo do ‘lugar’ na produção dos fenómenos sociais, neles incluindo a produção de conhecimento científico.¹ Neste contexto serão delimitadas três instâncias de uma possível abordagem geográfica da história da Ciência: a ‘regionalização teórica’, a ‘topografia social’ e o ‘lugar da ciência’.

A primeira destas instâncias diz respeito à variação de índole regional que acompanha a produção alternativa ou a difusão teórica de determinadas propostas de trabalho científico; a segunda incide a atenção sobre os mecanismos espaciais e sociais de difusão das propostas teóricas no seio das comunidades científicas; finalmente, a terceira considera especificamente os lugares materiais e sociais de produção, acumulação e reprodução do conhecimento científico. Deste modo, pretende-se vir a complementar a ‘história da ciência’, que tende a dar mais atenção às marcas temporais de evolução da ciência (McMullin 1974: 597), não apenas por uma ‘geografia histórica da Ciência’, que descrevesse aquela evolução como uma difusão diferencial de um conhecimento universal, mas por uma ‘geografia cultural da história da Ciência’, visão esta que consagra o papel relevante do lugar, da territorialidade e do corpo na produção, difusão e recepção do conhecimento científico, e que apresenta este como uma concreção têmporo-espacial específica. Ilustraremos, por fim, como exemplo concreto de aplicação deste modelo de descrição histórica do conhecimento científico,² alguns exemplos retirados do estudo de caso do programa de investigação arqueológica de Francisco Martins Sarmiento, nome que ficou historiograficamente conhecido em

¹ A inclusão da Ciência, actividade tradicionalmente considerada com neutra e objectiva, e por isso desligável das condições concretas da sua produção, é desde há muito posta em questão e foi objecto teórico das preocupações da ‘escola de Edimburgo’ de sociologia da ciência (Barnes 1974; 1977; Kolakowski 1978; Barnes e Shapin 1979).

² Este trabalho deve muito aos trabalhos de David N. Livingstone (1987a, 1987b, 1992a, 1992b, 1995, 1997, 2002, 2003, 2005), para a concepção estruturada de uma teoria da ‘geografia histórica do conhecimento’. A estrutura da introdução teórica deste nosso trabalho é, de resto, inspirada na estrutura do estudo de 1995.

Portugal por ter dado início a uma tradição de investigação que tem como objecto a História e Arqueologia do I milénio a.C. do Noroeste da Península Ibérica.

1. 1. A afirmação do ponto de vista geográfico

O ponto de vista geográfico tem vindo a insinuar-se de uma forma progressivamente crescente no seio das Ciências Sociais. São tomados em conta conceitos associados à Geografia, como lugar, espaço ou paisagem, e o tipo de efeitos que produzem na estruturação, manutenção e reprodução das relações sociais. A área da história e filosofia da Ciência não escapou a esta voga e podem ver-se já em inúmeros trabalhos exemplos da consideração dos efeitos geográficos na história da produção e difusão do conhecimento científico. É porém necessário dizer que não pretendemos reduzir o discurso geográfico ao género científico produzido especialmente pela disciplina da Geografia. Como teremos oportunidade de mostrar, existem abordagens geográficas desenvolvidas em outros campos do saber que, em conjunto, possibilitam que se fale de um discurso geográfico que é muito mais extenso do que aquele que é produzido institucionalmente pela disciplina da Geografia. A inclusão de propostas ‘geográficas’ em ciência social é tão mais importante quanto a tradição do pensamento moderno ocidental sempre privilegiou o tempo em detrimento do espaço como factor de evolução dos fenómenos sociais:

[All the leading exponents of classical tradition] have this in common: they prioritise time and history over space and geography and, where they treat the latter at all, they tend to view them unproblematically as the stable context or site for historical action [Harvey 1985: 141].³

Uma pista que permite de imediato considerar que a inclusão ‘geográfica’ na interpretação em Ciências Sociais não é exclusiva da disciplina onde naturalmente se sentiria mais à vontade é o facto de os historiadores da Geografia não usarem eles

³ A partir desta ordem de contextualização ‘geográfica’ do trabalho historiográfico a que aqui nos propomos, podemos reformular a conhecida asserção historicista de Collingwood: ‘No historical problem should be studied without studying (...) the history [AND GEOGRAPHY (JRP)] of historical thought about it’ (1946: 132).

mesmos esse tipo de abordagem quando estudam a história da disciplina.⁴ Por outro lado, também na Geografia, e entre os seus historiadores, existe a tendência para isolar o objecto de estudo através de linhas divisórias que nada têm a ver com a realidade concreta sobre a qual se debruçam, mas sim com aquilo que, adaptando Geertz, poderíamos apelidar de ‘paisagens muradas’, que artificialmente, e activamente, separam o que deveria estar unido.⁵

Não esquecendo nunca a já referida distinção entre ‘geografia’ como discurso geral e a prática específica da disciplina da Geografia, e escolhendo o primeiro deles como o mais importante na caracterização de uma abordagem que incorpora os conceitos de lugar, de espaço e de paisagem na análise da história da Ciência, creio que podemos afirmar que estamos em presença de uma ‘inflexão geográfica’ nas Ciências Sociais. O que justamente tentaremos fazer é um levantamento, mais ilustrativo do que extensivo, de exemplos desta ‘inflexão’ em trabalhos de várias das ciências sociais. Naturalmente, daremos mais relevo aos trabalhos que digam respeito mais directamente à história da Arqueologia.⁶

I. 1.1. O Tempo

1) Dos trabalhos em que se pode constatar uma incorporação do espaço como factor explicativo da estrutura social do poder, os de Foucault não são decerto os menos

⁴ Mas também a historiografia da Arqueologia nos adverte (Murray 1999: capítulo introdutório) que se sentiu, por muito tempo, uma enorme resistência em considerar como activamente construída pelo sujeito a própria materialidade do registo, sobretudo pelo poder ‘concretizante’ do registo em si mesmo (Andrews, Barrett e Lewis 2000: 525-530).

⁵ No exemplo concreto da arqueologia do I milénio a.C. no noroeste da Península Ibérica, no contexto da chamada ‘cultura castreja’, podem detectar-se inúmeras situações deste género, sendo a mais evidente a que procede ao estudo de uma realidade arqueológica de um vasto território segundo limites das fronteiras nacionais dos países ou das regiões que hoje constituem o território em que aquela cultura arqueológica se distribui.

⁶ As disciplinas da Arqueologia e da Geografia viveram fases de relação diferenciadas ao longo da sua história como disciplinas científicas. Se é sempre possível detectar armaduras teóricas supra-disciplinares que conformaram uma epistemologia comum a ambas (Pimenta 1996), é possível também detectar momentos em que uma ou outra se aproximaram voluntariamente: é o caso dos trabalhos de Clarke que chegou a propor uma ‘paradigma geográfico’ para a Arqueologia e que sempre explicitou as influências da escola de Geografia de Cambridge (Chorley e Haggett, especialmente) no seu próprio trabalho (*e.g.*: 1968; 1979).

importantes. Neles podemos ver o modo como o conceito de espaço e a consideração dos seus efeitos são tomados em consideração na análise histórica da sociedade.

Foucault, ao contrário da maioria dos autores modernos, elege como ‘trope’ narrativo não a continuidade, a ‘história’ do conhecimento e do saber, mas, ao contrário, os momentos e os lugares de crise e de descontinuidade, os interfaces de conflito e repressão, configurando antes uma ‘arqueologia do saber’.

Nesse contexto, parte do seu esforço interpretativo tem como objectivo demonstrar que a visão continuista e presentista da evolução do pensamento ocidental da Modernidade é mais uma ficção do que um facto, estando permeado de constantes relações de contingência, que só retrospectivamente se apresentam como uma unidade evolutiva.

Ora, uma manifestação específica e esperada dessa relação de contingência é o carácter ‘situado’ do conhecimento, isto é, intimamente entretecido com as relações sociais de conflito e repressão que o tornam eficaz, ou pelo menos viável. É comum referir a noção que detém Foucault de que o ‘poder está inscrito no espaço, não no tempo’. E isso mesmo se pode constatar das suas palavras quando afirma:

Once knowledge can be analysed in terms of region, domain, implantation, displacement, transposition, one is able to capture the processes by which knowledge functions as a form of power and disseminates the effects of power (...) [therefore] geography must necessarily lie at the heart of my concerns [Foucault 1980: 69 e 77].

Justamente porque para Foucault o carácter constitutivo do lugar e do espaço na definição e manutenção da relação de poder é incontornável é que quando apresenta exemplarmente a sua história fá-lo a partir de ‘espaços de poder’, lugares em que se organiza a concretização explícita e brutal do poder do conhecimento e do reconhecimento do poder, como sejam, a prisão, o hospício, etc.⁷

⁷ O carácter espacial do ‘poder do conhecimento’ e a sua estruturação em lugares de ‘reconhecimento do poder’ tornou-se para mim bastante óbvia quando assisti ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004; ver epígrafe deste capítulo), onde apresentei um trabalho de preocupação ‘geo-historiográfica’ no contexto da arqueologia portuguesa, especificamente da chamada ‘cultura castreja’ (Pimenta 2004b). À entrada do

Mas existe uma outra dimensão muito importante na caracterização que Foucault faz destes espaços, e que passa pela constatação da sua qualidade ‘heterogénea’ e ‘irreduzível’. Porque estão imersos em relações sociais conflitantes e repressoras, e eventualmente com estratégias de des-identificação do sujeito humano, que tornam por isso mesmo a identidade, individual ou colectiva, numa luta constante contra a alienação, são espaços que escapam à visão ‘corológica’ clássica que supunha possível a ‘soma’, a contiguidade dos elementos neutros como definidora de regiões mais vastas.

Não é pois de estranhar que Foucault os nomeie como ‘espaços de dispersão’, e os conceptualize como locais de onde ‘emanam discursos multiformes’. Nestes locais não é mais possível estabelecer o tipo de distinção analítica e dicotómica que o modo corográfico e estritamente geográfico, próprio da ciência geográfica moderna, com origem na ciência geográfica dos gregos e que se manteve, sob diversas formas até à fase histórica actual da disciplina que facilitadamente se veio a chamar pós-moderna. Neles não existem regras objectivas de definição da verdade, nem modos universais de a verificar. São locais em que co-habitam ou se opõem formulações múltiplas de verdade e de identidade, e em que estas se verificam e se aceitam sempre dentro de uma estrutura de poder desigual que a umas dá visibilidade e operatividade e a outras torna invisíveis e ineficazes.⁸

Alguns autores, porém, não deixaram de detectar alguma incoerência entre a descrição ‘opaca’ e absolutamente dependente das relações de poder dos lugares de Foucault e a pretensão de cientificamente os anatomizar para expor as suas regras de funcionamento. A serem lugares de imersão absoluta para quem os vivencia, não se vê como podem permitir que se exponham a um cientista social. Especificamente, E. Said incide a crítica no carácter totalizante das propostas de Foucault que, tendo origem em exemplos ‘locais’, são erigidos posteriormente como manifestações ‘universais’ das

anfiteatro principal em que iria decorrer a cerimónia de abertura, um dos organizadores do evento perguntou-me, amável mas significativamente, sobre o que ‘fazia ali um geógrafo!’ A questão foucaultiana reside naquele ‘ali’.

⁸ A afirmação de uma corrente ‘pós-moderna’ na Arqueologia operou-se a partir de diversas propostas de ‘interpretação da interpretação do significado’ da cultura material, com isto querendo dizer que se estendeu não apenas à relação ‘ocultada’ do significado do objecto material, mas também das condições sociais, culturais e ideológicas da sua interpretação por parte do sujeito interpretante (Hodder 1982a, b, 1986; Hodder ed., 1982, 1985, 1991; Hernando 2002: 137 e ss.; Joyce 2002; Hegmon 2003: 213-243).

relações entre o poder e o conhecimento (Taylor 1985: Habermas 1986). Mas para além das críticas mencionadas, é imensa a influência de Foucault e do pós-estruturalismo na incorporação dos efeitos dos lugares nas Ciências Sociais contemporâneas.

A importância que a facticidade irresolúvel do concreto detinha na metafísica de Foucault fica bem expressa pelas suas próprias palavras:

But this inexhaustible wealth of visible things has the property (which both correlates and contradicts) of parading in an endless line; what is wholly visible is never seen in its entirety. It always shows something else asking to be seen; *there's no end to it*. Perhaps the essential has never been shown, or rather, there's no knowing whether it has been seen or if it's still to come in this never-ending proliferation [Foucault 1986b: 110],

em que a angústia existencial de impossibilidade de 'firmação' de um ponto absoluto de referência se concentra na prática específica de denúncia histórica do carácter arbitrário do ponto de vista dominante que justamente a História nos apresenta como o único dotado de respeitabilidade.

As dimensões presentes na obra de Foucault são, naturalmente, imensas, quer em substância quer nos efeitos produzidos em obras de outros autores, e inclusivamente na criação de uma sensibilidade geral 'foucaultiana' da epistemologia histórica. O nosso propósito é apresentar especificamente o modo como o pensamento foucaultiano, sobretudo a organização da sua crítica histórica, admite, se não mesmo exige, a intervenção do *lugar* como tema organizador dessa mesma história, mais do que apenas o sítio físico em que ela se desenrola.

Os efeitos constitutivos do *lugar* no desenvolvimento e representação de um evento histórico e da sua sucessão cronológica não é um atributo que esteja apenas presente em Foucault, sendo, como veremos, uma característica cada vez mais comum em muitos autores que conjuntamente desenham uma crítica consistente do projecto político-intelectual da Modernidade. O que em Foucault talvez seja mais específico, e será por esse ponto de vista que principalmente abordaremos a sua contribuição para uma 'geo-historiografia' da Arqueologia, é a atenção que dedica aos mecanismos 'genealógicos' e 'arqueológicos' de definição de uma determinada 'verdade histórica'.

É em si mesmo curioso, e extremamente significativo, que Foucault utilize dois nomes de ramos do 'saber histórico', a Arqueologia e a Genealogia, para definir a

própria História. Contudo, a simples ilustração semântica desses nomes devia alertar o historiador de ciência das razões íntimas que levam o autor a justamente não utilizar o termo ‘História’. O que têm em comum (ainda com um quê de opositivo), neste contexto, estas duas práticas do conhecimento histórico, é o facto de, de certo modo *a contrario*, ajudar a descrever a miragem da História como disciplina objectiva, neutral e cumulativa do conhecimento do Passado.

A Arqueologia, exhibe-se, semanticamente, não só como a ‘reconstrução’ do todo a partir de ‘restos miúdos e incompletos’,⁹ mas também do modo como certos elementos materiais, escolhidos por razões saturadas de ideologia, passam a descrever, através de uma formidável sinédoque, ‘horizontes’ culturais, cada um deles intimamente coerente dentro dos seus próprios limites, mas liminarmente distintos com os que o precedem e antecede, servindo, neste sentido, de salvaguarda aos pressupostos rankianos da História oitocentista que acreditava tudo poder conhecer através dos documentos. A ‘arqueologia’ foucaultiana, aponta, todavia, para o carácter ‘incompleto’, ‘reductor’ e ‘hiperbólico’, de qualquer forma de conhecimento.¹⁰

A Genealogia, pelo seu lado, impõe, também semanticamente, não só uma ideia de ‘nobilitação’ gradual do Passado, de acordo com a sua antiguidade e a ‘legitimação’ geracional da herança de um penhor do passado, mas também o da pesquisa paciente de seres humanos concretos considerados nas suas concretas condições de realidade e existência. A este nível, creio que a crítica de Foucault se dirige resolutamente para todos os mecanismos, explícitos e implícitos, conscientes e inconscientes, por um lado de atribuição de um ‘sentido histórico’ entre eventos cuja única relação íntima foi o de serem contínuos no tempo e, por outro lado, à ocultação ‘ideológica’ de todos os elementos discrepantes na organização presentista desses mesmos eventos históricos.

⁹ A evocação desta ‘fenomenologia’ do objecto da Arqueologia é de Orlando Ribeiro, *apud* J. C. Garcia (2003: 194)

¹⁰ Quase é desnecessário referir que esta visão da ‘arqueologia’ proposta por Foucault parte, ela própria, de uma redução quase caricatural sobre a própria Arqueologia, disciplina que vem prescindindo progressivamente do carácter estanque da estratigrafia e do poder reductor dos traços materiais quantitativa ou qualitativamente mais abundantes (cf. Bailey 1987: 5 e ss.).

Resta precisar, agora, qual o papel que a Genealogia cumpre no contexto da crítica foucaultiana geral da História:¹¹

Genealogy (...) requires patience for knowledge of details, and it depends on a vast accumulation of source material. Its ‘cyclopean monuments’ are constructed from discreet and apparently insignificant truths and according to a rigorous method; they cannot be product of large and well-meaning errors [Foucault 1986b: 76-77].

Em termos precisos, a dimensão ‘geográfica’ da obra de Foucault que gostaríamos de sublinhar é o contexto de crítica propriamente espacial que o autor exerce sobre a ideia de ‘história total’ e da representação da sua verdade intrínseca, concretizado num modo de ver o mundo em que

one sees *only* ‘spaces of dispersion’: spaces where things proliferate in a jumbled-up manner on the same ‘level’ as one another – on the one level where advanced capitalism and the toy rabbit beating a drum no longer exists in any hierarchical relation on the one being considered more important and fundamental than the other – and on which it can never be decided if the ‘essential’ has been sighted (...) [Philo 2000: 207].

Poderia pensar-se que esta abordagem da teoria foucaultiana consistiria apenas na representação da sua teoria epistemológica segundo uma nomenclatura espacial e que, desse modo, a sua ‘geografia’ não passava de um artifício de tradução. Queremos afirmar que não é esse o caso, e que o carácter constitutivo do espaço e as práticas localizadas são, em si próprias, uma expressão da fragmentação histórica que a sua epistemologia contempla.¹²

¹¹ E dar razão, assim, a Soja, quando este autor inclui Foucault no conjunto de autores que permitiu desintegrar a solidez aparente do projecto da Modernidade, ajudando a estabelecer os parâmetros críticos de uma geografia ‘pós-moderna’: ‘He would no doubt have resisted being called a post-modern geographer, but he was one, *malgré lui* (...)’ (Soja 1989: 16).

¹² Também a Epistemologia enquanto disciplina não tem favorecido uma visão ‘localista’ da interpretação das condições de produção, transmissão e recepção do conhecimento científico (Lowther 1962: 495-497). Cf., por exemplo, a obra de Bernecke e Dretske (2000) e confirme-se que a interpretação universalista é ainda dominante na estruturação disciplinar do ‘conhecimento sobre o conhecimento’.

Um exemplo inicial pode desde já descrever o modo como uma ‘geografia foucaultiana’ pode presidir à crítica geral do estabelecimento da História como verdade: quando Martins Sarmiento hesita em considerar Briteiros e Sabroso como elementos de *contiguidade* ou *continuidade* (o autor hesita se deve apresentar Briteiros como ‘lígure’, isto é, como Sabroso, ou como ‘romano’, vindo a escolher, deliberadamente, o primeiro caso) dentro da ‘eventualização’ histórica da etnogénese do noroeste da Península Ibérica, fá-lo com uma idêntica ocultação / visibilização dos fragmentos arqueológicos daqueles dois lugares. Sendo o investigador o responsável único pela informação disponibilizada, é o *lugar* concreto de fragmentação histórica que passa a ser rearranjado segundo uma ‘genealogia ligúrica’ pretendida pelo autor.

Do ponto de vista estritamente teórico, a leitura da obra de Foucault revela que é sua preocupação constante denunciar todas as formas ‘totalitárias’ de situar e, sobretudo, *narrar* a racionalidade, dando-lhe, portanto, uma forma de *história* da racionalidade. É a este nível específico que a facticidade ‘geográfica’ investe contra as formas narrativas de ‘história total’, uma vez que permite a desmistificação da sua expressão cronológica comum. As ‘estruturas’ da história marxista, a *longue durée* dos *Annales*, o Espírito hegeliano... enfim, todas as grandes narrativas feitas sobre o tecido histórico não resistem à crítica indutiva da geografia da sua própria dispersão, que revela, quando exercida, que afinal a ideologia uniu pontos bem distantes e cerziu de ‘significado’ o que previamente não eram senão vastas regiões de inexpressividade histórica.

A inclusão de um ‘ponto-de-vista geográfico’ na análise histórica traz para o centro das preocupações epistemológicas sobre a narrativa do Passado, uma *objecção* em atribuir um lugar determinado, e quase sempre privilegiado, ao tipo de elementos de conceptualização *a priori* cuja contribuição real para o concreto devir da história é quase insignificante. Quando governada excessivamente por formas de racionalidade apriorísticas, *i.e.*, por grelhas de inteligibilidade prévias que obrigam, com ‘mão-de-ferro’, a situar espaço-temporalmente os eventos discretos, a História, nas palavras de Foucault, torna-se *total*:

The project of total history is one that seeks to reconstitute the overall form of a civilisation (...) supposed that between all the events of a well-defined spatio-temporal area, between all the phenomena of which traces have been found, it must be possible to establish a system of homogeneous relations: a

network of causality that makes it possible to derive from each of them, relations of analogy that show how they symbolise one another, or how they all express one and the same central core (...) [Foucault 1972: 9-10].

No decurso do nosso estudo, teremos ocasião de notar o modo como a insinuação de uma conceptualização *a priori* anima integralmente o trabalho de Martins Sarmiento, e que passa pela convicção íntima de uma série de elementos constitutivos de uma realidade ‘lígure’ que, partindo da suposição conjugada de uma série de características emanadas da condição do presente do autor, se replicam sob a forma de uma ‘grelha’ muito precisa de atribuição de um significado global à sua geografia imaginária do Passado; justamente, como nos alerta Foucault, a tese etnogénica de Martins Sarmiento incluirá a representação universal de uma civilização, exercendo os seus efeitos em *todas as instâncias da realidade histórica* considerada: ‘[I]t is also supposed that *one and the same form of historicity* operates upon economic structures, social institutions and customs, the inertia of mental attitudes, technological practice, political behaviours, and subjects them all to the same type of transformation (...)’ (Foucault 1972: 10). No limite, é a partir desta expressão hiperbólica dos elementos comuns de um ‘ligurismo’ construído, que Martins Sarmiento procede à *delimitação precisa* do horizonte civilizacional dos ‘arianos’, povo de civilização, intercalado entre a ‘selvajaria troglodita’, dos povos que os antecedem, e a ‘barbárie germânica’ dos povos que lhes sucedem, num esforço óbvio de garantir o aperfeiçoamento *exemplar* do sentido geográfico de uma narrativa histórica forjada em capítulos nitidamente distintos: ‘[L]astly, it is supposed that history itself may be articulated into great units – stages or phases – which contain themselves their own principle of cohesion’ (Foucault 1972: 10).

A este nível é surpreendente a acuidade da crítica de Foucault quando aplicada a Martins Sarmiento. Na ânsia, quase obsessiva, de diferenciar ‘Lígures’ de ‘Celtas’, o investigador português não hesita em recusar terminantemente qualquer indício de ‘civilidade’ entre o segundo daqueles dois povos, como não hesita igualmente em recuperar para a esfera ligúrica qualquer elemento de civilidade que ainda se encontre sem paternidade, como é o caso específico da atribuição ‘ligúrica’ da cidade ‘murada’ de Milão:

É quase certo que eles [Celtas] não construíam *oppida*; repugnava-lhes viver em cidades muradas e isto condiz com a sua educação nómada e aquele génio fanfarrão que lhes fazia dizer que de nada tinham medo, senão da queda do céu. (...). Políbio diz expressamente que eles viviam dispersos por aldeias sem muralhas, mas logo adiante escreve que Milão, uma cidade sua, era murada. A mesma confusão veremos dar-se com os Celtas do Anas, que, segundo Estrabão, viviam *vicatim*, segundo Plínio possuíam cidades, cuja terminação em *briga* (provavelmente não céltica, diga-se de passagem), denota um verdadeiro *oppidum*, como muitas outras da Espanha não céltica. (...). Eu, por mim, concebo muito bem que o celta aborrecesse as cidades muradas, que não conheceu quando nómada, de que não necessitou, quando agressor irresistível, e que até muito tarde mostrasse a sua predilecção pelas povoações abertas; mas concebo ao mesmo tempo que, desandando-lhe a fortuna e obrigado a tomar a defensiva, se fosse muitas vezes aproveitando das cidades muradas *que encontrou*, e mesmo construindo outras *à imitação daquelas* [Sarmiento 1882a: 102 e nota 2].

Duas ordens de conceptualização são possíveis a partir desta crítica da história ‘total, por parte de Foucault. São analiticamente diferenciadas mas representam a expressão da mesma ontologia nos limites extremos do *tempo* e do *espaço*. O que se pretende, quer no contexto teórico da crítica epistemológica de Foucault, quer na aplicação concreta da leitura da história da Ciência e das geografias imaginárias do Passado, é fundamentalmente compreender o *efeito ideológico* concreto da história total no arranjo espaço-temporal da narrativa.

Em relação ao ‘tempo’, ver-se-á como Foucault essencialmente se contrapõe à tendência, dominante em quase todas as formas historiográficas (ou estilos de apresentação narrativa do Tempo), de esquartejar o fio contínuo da temporalidade em grande ‘unidades’ dotadas de um misterioso auto-reconhecimento, e, neste domínio, a sua estratégia ‘desconstrutiva’ será preferentemente a de demonstrar a igual validade metodológica de ‘qualquer’ divisão cronológica considerada como entidade em si-

-mesma, afinal, destacar o carácter ‘tautológico’ da justificação mútua entre ‘método’ e ‘lei’.¹³

No que diz respeito ao ‘espaço’, o historiador-Foucault será justamente mais ‘geógrafo’, ao apresentar aos seus colegas de ofício a realidade geograficamente discreta em que (não) se baseia essa mesma suposta identidade cronológica absoluta do todo o período histórico. O Espaço representa, neste sentido, o lugar preferencial de ‘infirmiação’ das proposições principais sobre o Tempo.

Em qualquer das abordagens, o conteúdo estratégico da filosofia da história perfilhada por Foucault é o de questionar a essência do conceito de ‘continuidade’, fulcral em todas as formas de historiografia que o antecederam, sobretudo as que representam a expressão da mundividência que do Tempo detém a Modernidade.¹⁴ A ‘continuidade’ que os historiadores atribuem a um conjunto de factos discretos, associados numa certo arranjo espaço-temporal, arranjos que tomam a forma de ‘unidades’ histórico-geográficas concretas (‘Idade do Bronze Atlântico’, ‘Ferro Céltico’, ‘La Tène’, ‘Romanização’, etc.), contextos poderosamente deformadores, e a partir dos quais passa a ser enunciada qualquer proposição sobre o mesmo passado, além de constituírem-se obrigatoriamente através de ‘pontos de contacto’ privilegiados com as ‘unidades’ que os antecedem e que lhes seguem no fio contínuo do Tempo (Foucault 1972: 8-10).

Uma das características mais marcantes da estratégia ‘desconstrutivista’ de Foucault é que não procede apenas à tentativa de demolição da falsa coesão interna dessa mesma ‘história total’, mas propõe a sua substituição por modalidades alternativas de

¹³ A noção de tempo-espaço tem vindo a ser objecto de uma profunda reavaliação teórica. Cada vez mais se tem a noção de que conceitos como ‘região’, ‘período’ ou ‘escala’ são profundamente tecidos de considerações aprioristas e essencialistas, desligando o lugar em que decorre a acção social (físico ou simbólico) dos factores estruturantes do *Zeitgeist* respectivo dessas mesmas sociabilidades (cf. Bailey 1981 e G. Clark 1992).

¹⁴ De facto, a filosofia da história de Foucault adquire um tom particularmente crítico da Modernidade, associando, por exemplo, à mundividência medieval a superioridade relativa de permitir uma livre associação de eventos, sem que seja necessário subsumi-los a uma lógica interna de desenvolvimento. Claro está que isto não significa que considere a concepção do Tempo entre os medievais como equivalente àquela que ele próprio detém. Para Foucault, não existe qualquer ‘sentido’ para o Tempo, e cada unidade espaço-temporal não é mais do que uma ‘associação’ aleatória de processos estranhos entre si: esta concepção do Tempo não tem nada a ver com a ‘aleatoriedade’ medieval, de origem obviamente providencialista, *i.e.*, resultado da intervenção directa de Deus na temporalidade concreta e unidireccional da Criação.

compreensão histórica. Ao nível puramente lógico, a ‘racionalidade histórica’ alternativa de Foucault passa a ‘subir um nível’ em relação à mesma lógica que estabelece a coesão entre as grandes unidades ‘histórico-geográficas’ das formas historiográficas da Modernidade e, *pelo mesmo método*, a destacar os projectos globais político-intelectuais que voluntariamente organizam a forma narrativa da História de modo a dar-lhe o ‘sentido histórico’ com que são normalmente apresentadas.¹⁵

Devo reconhecer que a influência de Foucault (para o bem e para o mal) foi em extremo responsável pela metamorfose que este meu trabalho sobre a historiografia de Martins Sarmiento foi obrigado a sofrer. Quando foi iniciado, animava-o uma intenção de história ‘total’, como a designaria em termos foucaultianos, tentado a isolar e reconhecer os elementos que permitiam ‘arqueologicamente’ (e refiro-me aqui ao sentido simbólico da palavra, e não o literal que diga respeito aos vestígios materiais que o autor recolheu) definir Martins Sarmiento como um exemplar de uma dessas ‘unidades histórico-geográficas’ definidas previamente pela história da Arqueologia ou pela história da História. Progressivamente, a actividade paralela de incursão conceptual na obra de Foucault e a leitura próxima da obra de Martins Sarmiento tornaram evidente aos meus olhos o que justamente o era desde sempre para Foucault (e também para Nietzsche, autor em que Foucault evidentemente filia esta parte ‘histórico-aleatória’ da sua filosofia¹⁶): que Martins Sarmiento era uma expressão concreta de um projecto

¹⁵ Este tipo de ‘racionalidade histórica alternativa’, a que o autor chama especificamente ‘história geral’, ‘is to determine what form of relation may be legitimately described between these different series; what vertical system they are capable of forming; what interplay of correlation and dominance exists between them; what may be the effect of shifts, different temporalities and various rehandlings; in what distinct totalities certain elements may figure simultaneously; in short, not only what series, but also what ‘series of series’ – or, in other words, what ‘tables’ is possible to draw up. A total description draws *all phenomena around a single centre – a principle, a meaning, a spirit, a world-view, an overall shape; a general history, on the contrary, would deploy the space of a dispersion*’. Como se verá no ponto seguinte, este é um dos domínios em que justamente incide a crítica de Said sobre o trabalho de Foucault. Dentro do quadro geral do relativismo espaço-temporal-cultural (histórico-geográfico-antropológico) que caracteriza a obra do pensador de origem palestiniana, esta estratégia de Foucault é prisioneira dela própria, por aplicar a entidades discretas (os projectos político-intelectuais individualmente considerados) uma concepção abstractamente uniforme, como se tratasse da organização geral de um projecto comum, que é, afinal, a crítica que o filósofo francês faz incidir sobre a generalidade da historiografia da Modernidade.

¹⁶ Nietzsche admitia sérias reservas ao facto dos projectos intelectuais relacionados com a História insistirem em atribuir uma importância desmesurada a conceitos apriorísticos como organizadores da compreensão histórica, conceitos sem qualquer incidência substantiva na realidade que pretendiam descrever (Dews 1987: 39).

político-intelectual pessoal, e biograficamente condicionado, e que a historiografia posterior o fora ‘aperfeiçoando’, de modo a garantir a continuidade genérica de uma programa de investigação cumulativo da chamada ‘cultura castreja’. Esta é a principal razão por que justamente este trabalho veio a desenvolver-se numa abordagem tão relacionada com a expressão política (no sentido global da palavra) e biográfica de um projecto pessoal de organização do Passado.

Esta modificação do ponto-de-vista inicial tem justamente a ver com reconceptualização por que Foucault obriga a passar o Tempo na sua forma alternativa de racionalidade histórica. Ela consiste especificamente em permitir que a geografia concreta da ‘unidade espaço-temporal’ constituída possa exercer o seu poder de fragmentação, ao pôr em destaque as lógicas particulares e ‘locais’ de definição dos projectos biográficos de prática científica, *i.e.*, os ‘espaços de dispersão’ que constituem inevitavelmente a multitude de lugares concretos, social e culturalmente, nos quais a actividade humana tem radicalmente origem.

É conhecida a origem ‘estética’ rousseliana que despoletou a analogia espacialmente fragmentária da ‘paisagem sem perspectiva oficial’ que Foucault replica na sua ‘história geral’ – *uma paisagem em que os objectos não se determinam pela sua posição, mas pela simples afirmação da sua existência*:¹⁷

¹⁷ Raymond Roussel era um poeta que partia da ‘sem-importância’ de uma vista em paisagem para a ordem descritiva dos seus poemas. Estes, poemas de considerável extensão, podiam ter origem numa minúscula representação publicitária de uma praia, de um panfleto informativo de um concerto musical ou num rótulo de uma água mineral. A característica iluminante da poesia de Roussel, e em que Foucault reconhece o princípio organizador da sua própria epistemologia histórica, prende-se com o facto de não só a descrição poética se fazer sobre a quási-insignificância do objecto retratado (ou, o que é o mesmo, a denúncia da magnificação de determinados pontos-de-vista no estabelecimento de uma ‘tradição de paisagem’), como também pela circunstância de nessa mesma ‘paisagem’ todos os elementos figurativos contribuírem igualmente, na sua ponderação ontológica, para a realidade existencial concreta do conjunto. O que Foucault recolhe de Roussel, e exige tacitamente do historiador, é que não se estabeleça uma ordem de hierarquia que privilegia uma parte da ‘paisagem’ em função da geometria da perspectiva. Ao anular a relação entre ‘eixo de visão’ e a sua ‘periferia’, entre ‘figura’ e ‘fundo’, entre ‘drama’ e ‘cenário’, Foucault pretende desfazer o poder ‘hipnótico’ que a perspectiva exerce sobre o observador, e que o leva a focar, mesmo involuntariamente, o seu olhar para o ‘centro do quadro’ – trata-se, de não ficar à mercê da *ilusão da proporcionalidade*: ‘There is a fundamental lack of proportion: seen in the same way are the porthole of the yacht and the bracelet of a woman chatting on the deck, the wings of a kite and the two points formed by the tips of a stroller’s beard raised slightly by the wind (...). In this fragmented space without proportion, small objects thus take on the

There is no privileged point around which the landscape will be organised and with distance vanish little by little; rather, there's a whole series of small spatial cells of similar dimensions placed right next to each other without consideration of reciprocal proportion (...). Their position is never defined in relation to the whole but according to a system of directions of proximity passing from one to the other as if following the links in a chain: 'to the left', 'in front of them to the left', 'above', 'higher', 'further', 'further continuing on the left' (...) [Foucault 1986a: 107].

O próprio nome de 'história geral' já nos adverte que, para Foucault, não existem lugares privilegiados no estudo de 'uma vista'. Tudo tem a mesma importância, determinada apenas pelo 'lugar' que ocupa na tela respectiva. Nenhuma regra específica de superioridade pode levar a que uma determinada linha de perspectiva seja preferida sobre as outras. De um 'ponto-de-vista' estabelece-se uma 'paisagem', um 'panorama', ditado unicamente pela posição em que decidimos 'fixar os pés' do nosso corpo perceptor. Tal como no original desta metáfora, se nos movemos de um lado para o outro, de cima para baixo, *i.e.*, se modificamos as condições geométricas da relação de perspectiva entre o observador e o seu objecto-total, uma nova 'paisagem' surgirá: elementos até então imperceptíveis ganham relevo inesperado, outros que eram centrais na primeira observação revelam-se afinal bem menos do que pensávamos; para Foucault, cada uma destas vistas é apenas uma visão possível do passado e, por uma razão propriamente política, a tradição 'pictórica' subsequente vem a 'fixar' um desses múltiplos pontos do observador como sendo o dotado de maior capacidade heurística, e assim a determinar todos os códigos de apreensão de novas paisagens sob as regras monótonas da primeira vista.

Este é modo como o 'tempo se dilui no espaço' (Philo 2000: 213) e a razão por que Foucault pode ser reconhecido como um interlocutor válido na afirmação de um ponto de vista geográfico nas Ciências Sociais e na Epistemologia em geral. A geografia definida / definitiva da paisagem concreta do Passado tem de ser considerada na sua inteira existência, sem criação de linhas preferenciais de análise, ou recolha sintomática de elementos que permitam a criação mais ou menos arbitrária de teleologias históricas.

appearance of flashing beacons. It's not a question of signalling their position in this instance, but simply their

A descrição ‘geográfica’ (‘cénica’) do Passado assim constituída é, ao mesmo tempo, a garantia de inquiribilidade plural da contextura empírica dos documentos, e nivelação ética da análise de todos os contributos políticos e intelectuais que determinam a sua forma, incluindo nestes a do próprio observador.¹⁸

A simples ‘co-presença’ dos elementos pertencentes a uma mesma unidade espaço-temporal funciona em oposição à estética da ‘metamorfose’ histórica que, nas diversas historiografias da Modernidade (e dando um peso diferencial, conforme o projecto político de que partiam, às situações de continuidade ou ruptura), dispunham numa relação essencializada os elementos constituintes da mesma ‘unidade histórico-geográfica’ da História, ou entre unidades cronologicamente sequenciais.

Mas existe um nível existencial potencialmente mais perturbador que anima a filosofia da História de Foucault. A noção de que a geografia ‘cénica’ dispõe os elementos documentais do Passado a igual distância do olhar do observador, e de que a partir deles se podem derivar múltiplas leituras do passado, não impede, ainda assim, que se participe de um estranho sentimento de ‘superficialidade’, de que se poderiam desenvolver linhas contínuas de um texto infindo, em que as células espaciais que a exigência da perspectiva faz desenhar sobre a tela possam ser diminuídas até eventos e características minúsculos (esta passagem de Foucault faz-me invariavelmente pensar na deriva especialista das maior parte das disciplinas científicas), em que só os cultores especializados das historiografias do tipo ‘moderno’ podem encontrar uma eficiente valorização e um prazer epistemológico em tomar em consideração. A partir do momento em que um investigador tenha passado por esta espécie de ‘conversão foucaultiana’ compreender que por trás de uma paisagem, por muito recheada de elementos concretos que a constituam, habita inevitavelmente o silêncio de uma história irrecuperável:

existence’ (Foucault 1986a: 106-109).

¹⁸ O próprio Raymond Roussel viria a revelar, numa interessante paródia ao seu próprio modo de escrever os poemas (*Comment j’ai écrit certains de mes livres*, 1935) que a organização narrativa do poema como que seguia a quadriculagem regular que o pintor previamente deveria usar na organização da perspectiva. É a inversão ‘ontológica’ do papel da quadriculagem e da perspectiva que justamente predispõe o leitor à revelação, a partir da ironia, de que o Tempo é subitamente fragmentado em pequenas células espaciais que não têm entre si nenhuma relação essencial que não seja a que lhes é dada pelo ponto-de-vista do observador (Ford 2000: 213).

For much of the time Foucault (...) apparently accept[s] that there is nothing outside the proliferation of words about the ‘surface of things’ – that this proliferation pretty much captures in all of its comprehensiveness the total and only ‘reality’ of the things described – and the suggestion in this regard is that the ‘discourse which describes them in detail is finally the one that explains them’. In this case, the silence of things on more ‘essential’ matters is perfectly comprehensible, for there is simply nothing else to say once [one] has finished [one’s] description [Philo 2000: 217-218].

2) Edward Said, historiador de cultura palestino-americano, exhibe nos seus escritos uma pungente afirmação do carácter significativo do lugar na produção do conhecimento científico. No cerne da sua análise pode destacar-se o conceito de ‘*travelling theory*’, expressão de que não se encontra uma convincente tradução em português, mas que à falta de melhor se poderia expressar por ‘teoria viajante’, para com isso destacar as situações complementares de ser o conhecimento científico uma forma de difusão e de nele deterem uma importância especial, sobretudo no que diz respeito à época moderna, as viagens dos cientistas no contexto do imperialismo (Mackenzie 1990: 216-259). O que caracteriza em primeiro lugar essas teorias? O facto de ‘viajarem’: ‘from person to person, from situation to situation, from one period to another (...)’. O primeiro dos sentidos que aqui pretendemos destacar é esta característica do conhecimento científico da Modernidade – a ‘extensão’, isto é, a replicação de um determinado tipo de conhecimento em situações diversas daquela em que originalmente foi criado, processo que vimos já antes, na caracterização do pensamento de Foucault, não ser exclusivo da crítica saidiana (Said 1991: 226).

Porém, para Said esta replicação nunca é automática, isto é, o processo da sua circulação é constitutivo da nova formulação do conhecimento, o encontro com realidades diferentes daquelas de que este deriva originalmente, faz com que os produtos finais sejam diferentes e, sobretudo, nunca em nenhum momento e em nenhuma instância, que não seja a exercida pela formulação violenta da relação imperialista, existe um referencial comum da sua objectivação (Said 1991: 244). A conclusão fulcral que Said pretende retirar é a de que todas as formulações do conhecimento, as teorias científicas, estão saturadas do espaço-tempo de que

emergem.¹⁹

A concepção de Said tem, porém, uma outra consequência. Não se trata apenas de que as teorias detenham as marcas têmporo-espaciais da sua produção, mas também a de que a sua replicação e a sua apropriação se farão obrigatoriamente em novos ‘lugares-tempos’ com uma identidade própria. E talvez com sofrimento, que tem origem na irreversibilidade *prática* do tempo cultural. A este respeito a própria biografia de Said aponta para a relação estabelecida conceptualmente nas proposições centrais da sua teoria social. Como veremos, não se trata apenas de trazer para a frente das suas preocupações teóricas a condição de exilado da sua própria terra, conceito de violência espacial plenamente presente em Foucault, e, de um modo geral, em toda a tradição marxista anterior, mas do facto de a relação ‘imperial’ dar origem a uma identidade partilhada, e algo fragmentada, na qual convivem sentimentos contraditórios de orgulho e desprezo pela própria geografia imaginária a que se pertence. O ‘orientalismo’ de Said é mais do que a crítica do Orientalismo enquanto prática académica ocidental – é (*e*, na nossa opinião, *sobretudo*) uma actividade mais ou menos consciente de depuração ética do Ocidentalismo dos orientais. É este espaço especialmente conflitual que se desenha nos interstícios da relação imperial que permite uma abordagem às formas de irreduzibilidade da identidade partilhada (S. Jones 1997: 129 e ss.).

Pode facilmente compreender-se que uma absoluta outorga, por parte de Said, do poder identitário ao lugar-tempo o pode pôr em confronto com Foucault. A descrição por Foucault de ‘lugares-tempos’ como expressão de uma organização do poder não é em muito diferente da concepção do próprio Said.

O problema surge quando aquele autor se propõe ‘estender’ as conclusões retiradas do estudo de um caso particular, de uma entidade ‘têmporo-espacial’ autónoma para o funcionamento geral da sociedade (Said 1991: 245). Como já fizemos referência atrás, quando procedíamos à caracterização da afirmação de um ‘ponto-de-vista geográfico’ em Foucault, a aplicação ‘exemplar’ deste investigador a um nível superior de

¹⁹ É este sentido, o da apropriação ‘cultural’ de um lugar de alteridade, que tem permitido a alguns historiadores de Ciência aproximar a lógica ‘geográfica’ de colonização do espaço com a lógica ‘histórica’ de apropriação do Tempo, i.e., do Passado. Em ambos os casos parece haver, no domínio do Evolucionismo do século dezanove, uma superação eficiente da alteridade pelo apagamento absoluto da temporalidade do Outro (cf. Driver 1991; 1992) e da própria Natureza (Driver e Rose 1992).

abstracticidade do mesmo tipo de procedimentos metodológicos (e pressuposições ontológicas) do próprio objecto da sua crítica, caracteriza uma ‘sobreteorização’, ela mesmo impedida pelas premissas lógicas da sua aplicação. Para Said, a reorganização ‘local’ do conhecimento é *absoluta* e, assim, a nivelação ontológica das entidades discretas que constituem a informação inicial disponível para a teoria é sempre *absolutamente* arbitrária. Nesse momento, pelo menos do ponto de vista de Said, Foucault não faz nada de diferente dos naturalistas do império que generalizaram ao globo inteiro as teorias naturais e sociais que desenvolveram no ocidente. A universalização é, em qualquer dos casos, um modo de dominação (Said 1991: 245).

Ao exercer os pressupostos da sua própria biografia, Edward Said permite-se, por isso mesmo, introduzir uma discrepância teórica que será um ponto importante da originalidade da sua visão sobre a História, e talvez justifique, pelo menos em parte, as principais diferenças entre o seu trabalho e o de Foucault. Mais do que pretender vincar o carácter absoluto que Said atribui ao lugar, e que por si só é importante, esta questão levanta também outra associada, a de saber se o relativismo pode ser tão determinante que esteja vedado a um sujeito, que pertença, seja a que nível for, aos lugares ‘dominantes’, desenvolver uma visão que não seja ela ‘universalizante’, se está por isso condenado a este ‘totalitarismo sobreteórico’ que ele detecta em Foucault (Said 1990; cf. Hesse 1980: 33 e ss.).²⁰ A questão reside, em grande parte, na relação da violência política do conhecimento, e dos efeitos que ela detém sobre a materialidade concreta do ser humano e, especificamente, incluindo nele a dimensão táctil do corpo (cf. Shilling 1993; Schmidt e Voss 2000; Thomas 2002). Enquanto que em Foucault a violência política do disciplinamento do conhecimento passa pela repressão normalizadora das características do corpo considerado individualmente (o ‘prisioneiro’, o ‘louco’, o ‘aluno’...) em Said os contornos ‘tácteis’ da relação cultural imposta pelo imperialismo sobrelevam a expressividade da relação erótica da diferença. Numa definição opositiva

²⁰ Esta questão, ao nível político, é constantemente brandida: só os negros poderiam ser anti-esclavagistas, só as mulheres feministas, só os judeus anti-anti-semitas, etc. Quer no campo ‘opressor’ quer no campo dos ‘oprimidos’ há quem o defenda. Não se afirma, naturalmente, que seja essa a posição de Said (embora parte de alguma crítica feminista o acuse justamente disso), embora a instabilidade identitária criada pela sobreposição de diversas esferas culturais (especialmente a ‘palestinaiana’ e a ‘anglo-saxónica’, e *por esta ordem*) seja historicamente mais propensa a este tipo de manifestação político-intelectual da denúncia.

simples (com todas as vantagens e inconvenientes que a simplicidade detém), diríamos que ao ‘corpo’ foucaultiano lhe é sempre negado o prazer, enquanto que ao ‘corpo’ saidiano este mesmo é constantemente valorizado. A directa relação que esta oposição, que cremos existir entre Foucault e Said, tem na biografia dos dois autores não deixa de ser significativa. Se a questão da exibição da homossexualidade se revelou central na determinação dos pressupostos existenciais da teoria foucaultiana, vemos igualmente que em Said um ponto recorrente da sua argumentação passa pela des-sensualização ‘activa’ do estereótipo do ‘oriental’, no sentido de criar um contexto eficiente de afirmação da individualidade intelectual e política (McWhorter 1999: 108; Yegenoglu 1999: 25).

A actividade científica de Edward Said teve como objecto principal de análise as relações culturais e científicas que o imperialismo da época moderna promoveu. Nas suas próprias palavras, propõe-se levar a cabo uma ‘expedição geográfica à História’:²¹

[J]ust as none of us is outside or beyond geography, none of us is completely free from the struggle over geography. That struggle is complex and interesting because it is not only about soldiers and cannons but also about ideas, about forms, about images and imaginings (...) [Said 1993: 6].

Inicialmente, a ‘expedição’ de Said centrou-se na região (e, dado o contexto, uso a palavra ‘região’ como todas as cautelas geográficas) de onde é originário, com a intenção de demonstrar como o conhecimento ocidental produziu uma entidade chamada precisamente ‘Oriente’. Já fizemos referência que Said hesita constantemente em reforçar qualquer um dos pólos da constituição da sua identidade, a origem ‘palestiniana’ e o percurso ‘anglo-saxónico’, mesmo ainda na Palestina ou em outros países de matriz cultural semelhante (árabe e muçulmana) como o Egipto. A produção do conceito, ou conjunto estruturado de vários níveis de conceptualização que é o

²¹ Esta expedição também pode ser levada à ‘Arqueologia’, naturalmente; e talvez até seja mais facilitada a ordem imperial e colonial de atribuição assimétrica da alteridade num campo disciplinar que acumula a diferenciação do Outro desde o ponto de vista histórico e antropológico: basta lembrarmo-nos da dificuldade que a Arqueologia nacionalista ‘branca’ sempre teve em admitir que algum dos povos africanos de raça negra pudesse estar por trás da construção das ruínas de Zimbabwe (Hall 1909: 13; para uma crítica histórica, Garlake 1973: 79-80; cf. tb., em termos mais gerais da arqueologia nacionalista africana, Tardits 1981 e Schrire *et al.* 1986).

‘Oriente’, é levada a cabo através de um conjunto entretecido de factos e ficções que concorrem para a representação de um *alter ego* em oposição a outra conjugação de ficção e factos chamada ‘Ocidente’ – uma oposição de representações. Esta oposição funciona através de uma estrutura dissemelhante em termos de afirmação política da violência, ainda que antecipe as condições eficientes da sua própria superação. A produção do modo especular de criação da identidade (oposta e partilhada) foi, segundo Said, levado a cabo por uma sedimentação progressiva, por uma acumulação de informação sobre lugares que foram previamente ‘inventados’, mas que a partir do momento em que foram representados como reais, se tornaram lugares de investigação científica regular e sistemática, em que inúmeras disciplinas académicas tiveram um papel activo, e entre as quais não foi menor o levado a cabo pela Arqueologia e pela Geografia. Daqui deriva a importância do segundo sentido que pretendíamos se deduzisse da expressão ‘teoria viajante’, isto é, a importância que irão deter, neste processo de representação, as narrativas dos ocidentais viajantes que procedem à observação no próprio local de recolha de informação. Porém, esta recolha não está confinada ao relato ficcional dos romancistas e libretistas de ópera; talvez não seja até a este nível que a relação estruturada de criação contínua de uma identidade ganhe forma duradoura. Da relação, ambígua e mutuamente reforçadora, do facto e da ficção, originar-se-á uma definição cada vez mais rigorosa, ‘científica’, da recolha de informação. E, insensivelmente, o que começou por ser uma literatura de viagem transformar-se-á em conhecimento científico do Outro. É através das disciplinas ditas ‘científicas’ que a arbitrariedade da construção identitária do ‘Oriente’ é mais facilmente ‘naturalizada’, não só pelo carácter neutro, objectivo e cumulativo que se supõe subjazer à sua actividade mas, sobretudo, porque é da sua íntima natureza (ao contrário de outras formas da criatividade humana) não se permitir uma indagação constante dos pressupostos metafísicos da sua constituição.

No seu trabalho seminal de 1978, *Orientalismo*, Said desdobra a análise histórica do Oriente numa ontologia tripla que relaciona poder, conhecimento e geografia.²² Nesta enunciação dos pressupostos metodológicos da sua teoria hermenêutica, adivinha-se desde logo a influência directa da concepção epistemológica de Foucault, sobretudo de uma versão ‘espacialista’ das relações entre ‘poder de disciplinamento’ e ‘disciplinamento do poder’ (cf. Lynch e Woolgar 1990: 1-18; Miller e Tilley 1984). Embora a teoria de Said não seja uma aplicação simples dos pressupostos da história foucaultiana a um novo objecto de análise, o ‘Oriente’ (uma espécie de ‘extensão’ da teoria mais ‘intra-europeia’ de Foucault a uma realidade ‘extra-europeia’), existindo até alguns pontos de irreduzível distanciamento entre ambos (a questão ‘humanista’ é, a este respeito, absolutamente central), o próprio Said não deixa de reconhecer o imenso respeito intelectual pela visão espacial do poder do conhecimento revelada na historiografia de Foucault.

‘What is, I think, deeply compelling about the continuity of Foucault’s early with his middle works is his highly wrought presentation of the order, stability, authority, and regulatory power of knowledge. (...). It is probable that Foucault’s admirably un-nostalgic view of history and the almost total lack in it of the metaphysical yearning, such as one finds in heirs to the Hegelian tradition, are *both ascribable to his geographic bent*’ [Said 1986: 149-150. A ênfase é nossa].

A relação epistemológica delineada por uma extensão ‘extra-europeia’ da teoria foucaultiana da História não é levada a cabo sem problema, equívocos e até aparentes contradições insanáveis. Já fizemos antes referência ao facto de a teoria histórica de Said ser animada por um sopro humanista bastante perceptível, *i.e.*, por uma radicalidade individual e pessoal dos eventos históricos e da responsabilidade ética associada a esse mesmo nível de capacidade de acção [*agency*].²³ Uma postura assim

²² As narrativas tecidas de factos e ficção são uma característica não apenas dos géneros considerados ‘literários’, mas também das narrativas históricas e descrição geográficas que supostamente são feitas no domínio severo das ciências, especificamente da História e da Geografia.

²³ No caso específico da Arqueologia, porque lida com testemunhos residuais da actividade social que pretende descrever e interpretar, poder-se-ia pensar que lhe estaria vedada uma abordagem ‘agencialista’, que tivesse em consideração a personalidade e identidade dos actores sociais envolvidos. Tal não é caso (como se pode ver em

definida dificilmente tem lugar no cenário fortemente anti-humanista do pensamento foucaultiano (presente, de resto, como ‘trope’ epistemológico comum em muito do trabalho intelectual dos restantes ‘pós-estruturalistas’, como Kristeva, Derrida, Deleuze, Lacan, Irigaray, etc.), lugar epistemológico em que a definição da subjectividade nunca é estabilizada individualmente, sendo sobretudo resultado da determinação social e política das condições performativas da individualidade negociada.

Uma outra ordem de ‘crispação’ do universo epistemológico da história ‘orientalista’ da Europa da Modernidade, tal como é levada a cabo por Said, prende-se com a manifesta ‘normalização’ da alteridade que é levada a cabo em relação ao pólo ‘ocidental’ da relação cultural estabelecida entre a Europa e a Ásia. Muito do carácter eficiente da obra de Said, dentro do próprio universo cultural do ‘ocidente’ (a que afinal o autor palestiano-americano pertence, ainda que ‘criticamente’, posicionando-se de uma forma intersticialmente exterior) resulta da enunciação distintamente não-foucaultiana (não ‘arqueológica’, portanto) de uma ‘seamless and unified history of European identity and thought’, que subsumiria numa interpretação única da visão sobre o ‘outro’ (neste caso, o ‘oriental’), elementos exemplares de unidades espaço-têmporo-culturais tão díspares como a Grécia de Heródoto, a Veneza dos *doges*, a França de Napoleão, ou a Inglaterra victoriana, como se entre todos se transmitisse o propósito comum de identificar uma região ‘europeia’ oposta à ‘asiática’ e, dentro de cada uma destas regiões culturalmente definidas, a intenção genealógica de fazer perviver uma superioridade essencial (Ahmad 1994: 165-166).

A eventual legitimidade de uma crítica continuista ao trabalho de Said não invalida, porém, que o trabalho deste autor permita uma excepcional capacidade heurística no trabalho de desconstrução da relação alteral entre a Europa da Modernidade e o seu ‘objecto’ científico e estético que constitui o ‘Oriente’. É-o certo para as manifestações mais directamente ligadas à esfera cultural da *bourgeoisie* oitocentista, e das suas manifestações de ‘alta cultura’, é-o ainda, de uma forma talvez mais evidente na organização científica das ciências humanas do mesmo período, e com especial

Fowler [2002], ainda que no contexto ‘favorável’ da Egiptologia), e se a disciplina tem preferido, ao longo da sua história, a abordagem dos sujeitos ‘colectivos’, tal deve-se não apenas à especial disposição do seu objecto ‘empírico’ mas também, se não sobretudo, à organização epistemológica do seu objecto ‘teórico’.

incidência na Arqueologia e História da Antiguidade. Se a crítica continuista feita em relação ao trabalho de Said não é despicienda, e revela afinal a dimensão biográfica de emancipação e redenção a que antes nos referíamos, seria estulto, e contra-producente para o objectivo dessa mesma crítica, não reconhecer o poder crítico de uma teoria estruturada da alteridade enquanto formulação mutuamente reforçada de ‘facto’ e ‘ficção’, como é afinal, na sua essência, a teoria saidiana do orientalismo.²⁴

A afirmação de um ‘ponto-de-vista geográfico’ da História é o próprio cerne da historiografia de Said, e nisso ela constitui-se como uma das mais evidentes conceptualizações anti-essencialistas das várias manifestações abstractizantes do Tempo pelas quais a historiografia europeia, sobretudo desde Vico e Herder, até Hegel e Marx, desde sempre veio a manifestar uma nítida preferência.²⁵ Para Said, o *lugar* não é apenas a determinação física do evento histórico, mas, e fundamentalmente, a determinação simbólica de uma integração ‘regional’ que o definam como exemplo ilustrado de um realidade mais vasta. Neste contexto de atribuição de uma semiótica espacial de inclusão e exclusão, Said desenvolve a hermenêutica das metáforas que

²⁴ Neste aspecto, aproximamo-nos explicitamente da posição de D. Gregory: ‘But I see no reason to choose between an account that charts continuities – the stagnant air of Orientalism trapped within the corridors of history – and one that throws open the ill-winds that interrupt this state of affairs from time to time and place to place. Neither does Said, who argues, *explicitly and unequivocally*, that the French occupation of Egypt at the end of the eighteenth century inaugurated a distinctively *modern constellation of power, knowledge and geography* (...)’ (Gregory 2000: 312). A ênfase é nossa. Cf, também, as palavras do próprio Said: ‘Throughout the exchange between Europeans and their ‘others’ that began systematically half a millennium ago, the one idea that has scarcely varied is that there is an ‘us’ and a ‘them’, each quite settled, clear, unassailably self-evident. As I discuss it in *Orientalism*, the division goes back to Greek thought about barbarians, but, whoever originated this kind of ‘identity’ thought, by the nineteenth century it had become the hallmark of imperialist cultures as well as those cultures trying to resist the encroachments of Europe’ (Said 1993: xxv).

²⁵ Herder é, de certo modo, o principal defensor de um tom ‘local’ na História (McEachran 1939), na Geografia (Birkenhauer 1986) e na Antropologia (Clark Jr. 1969; Nisbet 1970), no pensamento social em geral: ‘[A]ll regionalists, all defenders of the local against the universal, all champions of deeply rooted forms of life (...) owe something, whether they know it or not, to the doctrines that Herder (...) introduced into European thought’ (Berlin 1976: 176). Especificamente sobre a influência de Herder nos estudos da historiografia portuguesa, e no modo como subjaz a uma afirmação de uma ‘índole nacional’, presentes nos actores sociais, individual ou colectivamente considerados, cf. A. Beau (1964: 202 e ss.). O nacionalismo ‘arqueológico’ que surge ao longo de todo o século dezanove inclui-se nesta vasta proposta ‘terapêutica’ de compensar a devastação napoleónica inicialmente, depois a prussiana e a austríaca, que farão acender iguais sentimentos de ‘busca das origens’ nas nações violentamente submetidas nos estados imperiais (Harpeou 1982: 241-249).

concorrentemente se afadigam em estabelecer, no espírito humano, o espaço que é ‘nosso’, familiar, tranquilizador, previsível, racional, de um espaço ‘outro’ em que todas as categorias de definição são invertidas: desconhecido, perturbador, imprevisível, sensual...

É fundamental sublinhar o carácter ‘poético’ desta aproximação saidiana ao lugar, sobretudo pela oposição entre racionalidade e sensualidade que se atribuem aos *lugares* epistemologicamente reconhecidos como objecto científico. A historiografia de Said é invariavelmente uma história da história da ‘infância’, da força constitutiva, dentro da teoria ‘adulta’ dos sentimentos não consciencializados, da formação da identidade. Embora com claras ressonâncias da esfera da psicanálise, não é nos universais do inconsciente que ele encontra a sua mais perfeita expressão; é talvez a noção do conhecimento transcendente da fenomenologia que melhor exprime a relação do objecto e sujeito históricos em Said – porque, ao contrário da estruturação tópica alteral do inconsciente (o ‘lugar’ do inconsciente é de algum modo ‘exterior’ ao próprio sujeito, e a sua abolição é uma condição prévia da descoberta da ‘verdade’), a versão fenomenológica admite uma saturação de significado partilhada pelo lugar e pelo observador, e o mecanismo íntimo de atribuição de significado não prescinde nunca das condições tópicos da sua formulação:

The objective space (...) is far less important than what poetically is endowed with, which is usually a quality with an imaginative or figurative value we can name and feel: thus a house may be haunted or homelike, or prisonlike or magical. So space acquires emotional and even rational sense by a kind of poetic process, whereby the vacant or anonymous reaches of distance are converted into meaning (...) [Said 1995: 55].

A construção de ‘geografias imaginárias’ é o resultado inevitável de uma relação ‘poética’ estabelecida com o Tempo. A construção da nossa própria identidade exige o mantelamento prévio de relações de exclusão e de diferença, profundamente essencializadas, e envolvendo mais do que o nível emocional detido individualmente por cada um dos seus participantes. É a própria ‘institucionalização’ da produção da alteridade que confere uma tão grande eficiência ‘política’ ao conhecimento e reconhecimento das regiões culturais definidas, e que atribui uma expressão própria de descontinuidade nos lugares intersticiais da migração e do exílio.

O mecanismo de construção de tais ‘geografias imaginárias’ rege a sua eficiência pelo modo como interpela as dimensões existenciais do desejo, da ansiedade e do receio, da fantasia. Quando assistimos ao frenesim da dilucidação de um corpo gigantesco de informação referente ao Oriente, ao longo de todo o século dezanove, não podemos nunca deixar de tomar em consideração a dúbia articulação do ‘lugar e do corpo’ na eficiência da sua organização. O que é pressuposto na análise ‘orientalista’ de Said é a afirmação concomitante da sedução e da racionalidade, é o modo específico como a ciência oitocentista *torna disponível através da racionalização sublimada o erotismo vedado (ou violável) do Oriente*.

É pela afirmação da violência do corpo oriental que Said pretende dar visibilidade à sua análise histórica da presença oriental no Ocidente e vice-versa. É justamente para evitar o tipo de universalização que uma abordagem psicanalítica sempre providenciaria, que o autor tende a falar mais de uma abordagem poética da relação histórico-geográfica do prazer; e é, finalmente, porque está mais resolutamente interessado em dar conta dos mecanismos concretos de construção global da alteridade, que Said não prescinde de analisar e identificar a expressão histórico-geográfica concreta do exercício da violência efectiva das potências imperiais nos lugares colonizados. É sobretudo a este nível que a ligação foucaultiana mais nitidamente se faz sentir. Para Said, os lugares de exercício do poder colonial, entre os quais considera os países-eles-mesmos, não se distinguem, nos mecanismos de opressão e nos resultados de representação, dos que Foucault havia considerado para as prisões ou hospícios. Todos são lugares em que se disciplina activamente o conhecimento e se dá a conhecer explicitamente a disciplina. A inter-relação definida dentro desta constelação de poder-conhecimento é que atribui uma singular visibilidade à ciência como forma de naturalização e racionalização dos mecanismos basilares de desejo, medo e fantasia, que são os que, em última análise, mais profundamente comandam o mecanismo de atribuição não só da identidade mas também, e muito especificamente, do seu estereótipo e da sua pervivência no tempo:

[T]o the extent that modern history in the West exemplifies for Foucault the confinement and elision of marginal, oppositional and eccentric groups, there is, I believe, a salutary virtue in testimonials by members of those groups asserting their right of self-representation within the total economy of

discourse. Foucault is certainly right – and even prescient – in showing how discourse is not only that which translates struggle or systems of domination, but that *for which* struggles are conducted (...) [Said 1986: 153].

O papel da Ciência e das suas várias disciplinas no estabelecimento de uma ‘geografia imaginária’ do Ocidente, na qual a expressão prévia das mesmas fronteiras no passado é um passo absolutamente necessário para o sucesso discursivo da primeira, reside sobretudo na integração dos mecanismos profundos de produção da subjectividade na matriz normalizadora e objectiva da cientificidade, a única que pode dotar a violência da imposição da presença colonizadora de uma justificação não estritamente política. Uma disposição assim definida pode resumir-se em algumas áreas de eficiência, analiticamente diferenciadas por facilidade de exposição, mas que, na sua imbricada totalidade, constituem o mecanismo eficiente pelo qual se afirma a constelação de poder e conhecimento da Modernidade.

Um dos elementos determinantes da construção teórica da historiografia de Said reside no carácter discursivo da regionalização de exclusão que caracteriza o orientalismo enquanto prática científica. O pressuposto central nesta exposição epistemológica é o de que as sociedades (o ‘tempo presente’ das sociedades, enquanto ordem constitutiva de uma actividade no domínio das ciências históricas) se constituem através de instâncias e de longas enunciações discursivas que exprimem uma série relativamente clara de pressupostos normalizadores, e que são tornados explicitados e dotados de eficiência cultural (e política) através de um sistema lexical e semântico de dicotomias, exclusões e irredutibilidades. Neste contexto, Said identifica um propósito recorrente nas formações discursivas do Ocidente, traduzido por uma série discernível de oposições elementares entre as culturas ‘ocidental’ e ‘oriental’ que, tomadas em conjunto, formam uma matriz ordenada de incomunicabilidade e irredutibilidade entre as duas esferas civilizacionais (Said 1995: 186-187).

A oposição constitutiva das duas esferas de alteridade, o ‘Ocidente’ e o ‘Oriente’ estabelece-se não apenas pela explicitação da diferença (‘Ocidente’ como ‘racional’, ‘progressivo’, ‘masculino’; ‘Oriente’ como ‘sentimental’, ‘eterno’, ‘feminino’), mas pela atribuição de uma hierarquia associada, que se insinua pela imposição da ausência do termo ‘superior’ no ‘inferior’. Assim, a categoria ‘sentimental’, mais do que a afirmação de um determinado conjunto de atributos definidos ‘positivamente’ é

invariavelmente associada à ‘ausência de racionalidade’; do mesmo modo, o carácter ‘eterno’ do Tempo do Oriente (tão óbvio no arianismo de Martins Sarmiento, para quem a esfera ‘ligúrica’ de civilização pervive longos séculos no Ocidente sem modificar o essencial da sua constituição íntima, *já trazida originalmente do Oriente*) não significa em si mesmo a apreciação de qualquer mecanismo de *longue-durée* associado a uma especial adequação intrínseca dessa mesma esfera civilizacional, mas especificamente a ausência de historicidade, de progresso; finalmente, o carácter ‘feminino’ do Oriente não diz respeito a uma eventual determinação da ordem feminina sobre o devir social, um análise circunstanciada da existência de relações e vínculos culturais no quadro de uma esfera matriarcal de organização social, mas sim, e muito significativamente, do Oriente como ‘não-masculino’, *i.e.*, como lugar essencializado de complementaridade, enquanto objecto de satisfação visual, do olhar invasor do ocupante colonial.

Ainda que em escritos posteriores Said tenha desmanchado o carácter liminar das suas primeiras oposições, a sua manifestação eficiente não pode ser de modo algum posta em dúvida.²⁶ Em alguns planos muito aproximada da concepção de ‘abjecção’ de Kristeva, a estratégia essencializadora da diferença que é posta em prática na produção alteral do Oriente não é um artifício de descrição das relações violentas e complexas entre as duas regiões em encontro, mas é, ela mesma, uma estratégia política absolutamente necessária à manutenção da relação colonial dentro do quadro da normalidade ‘jurídica’ da cultura, *i.e.*, da normalidade da representação da própria violência de que não pode, sob nenhuma circunstância, prescindir (Macedo 1985).

A determinação articulada de um programa político e intelectual de disciplinamento do conhecimento e de reconhecimento da disciplina não deve parte da sua especial eficiência ao modo como a ciência, considerada prática universal, neutra e ‘objectiva’, procede ao elencamento detalhado das características constitutivas do objecto de análise. O paralelo entre a organização do Estado oitocentista, centralizador, hierárquico e presente nos lugares mais recônditos do território, e uma Ciência de fundo e forma

²⁶ ‘Partly because of empire, all cultures are involved in one another; none is single and pure, all are hybrid, heterogeneous, extraordinarily differentiated, and unmonolithic, [but] I do not wish to be misunderstood. Despite its extraordinary cultural diversity, the United States is, and will surely remain, a coherent nation. The same is true of other English-speaking countries (Britain, New Zealand, Australia, Canada) and even of France, which now contains large groups of immigrants’ (Said 1993: xxv).

positivista, também ela centralizada, hierárquica e universal, não é decerto uma simples coincidência ontológica mas antes um propósito metodológico. Em qualquer um dos casos é estabelecido um regime de poder que não admite que nenhum evento ocorra fora dos limites estabelecidos em que pode justamente ocorrer. A Sociedade, como a Natureza e a História, deixa de ter ‘enigmas’, no sentido ‘misterioso’ do termo, uma vez que os limites de previsibilidade são estabelecidos previamente; apenas restam os enigmas ‘científicos’, cuja garantia de solução prévia manietta nos limites do previsível e do dominado, e que se articulam como replicação da expressão inicial de uma ‘lei’.

O principal instrumento da ciência, entendida como um género especial e superior (*werkiano*) de conhecimento, é a capacidade de designar e acumular o detalhe (Porter 1983: 301-302). A série inumerável de disciplinas científicas que se propõem caracterizar detidamente a ‘realidade do Oriente’ são apenas a face visível do esforço político, tornado tão eficiente quanto a relação de alteridade o permita, de determinar a absoluta extensão do objecto a conhecer. Ao desnudar a totalidade, ao exhibir, na sobreposição cartográfica de todas as objectividades das diversas disciplinas científicas, a superfície da sua pele, a relação colonial atinge o objecto último da representação inanimada do corpo a possuir, porque a partir do momento em que o conhecimento se representa como absoluto, então a autoridade científica torna-se autorização política, e a violação consuma-se pelo consentimento suposto da relação imperial:

[Orientalism] is a discipline of detail, and indeed [it is] as a theory of detail by which every minute aspect of Oriental life testified to an Oriental essence it expressed, that Orientalism had the eminence, the power and the affirmative authority over the Orient that it had [Gregory 2000: 313].²⁷

²⁷ Esta replicação superficial da violência da relação colonial em Said (com uma explícita filiação em Foucault, e no estabelecimento do paralelismo feito por este autor entre o aparelho do Estado e a ordem epistemológica do positivismo: ‘[Napoleon Bonaparte] wished to arrange around him a mechanism of power that would enable him to see the smallest event that occurred in the state he governed’ [Foucault 1979: 140]), estabelecida desde o universo da própria ciência, virá a ter uma expressão literal na antropologia física e nos procedimentos de antropometria racial por ela levados a cabo. O princípio constitutivo desta disciplina, nos vários domínios em que se impôs (criminologia, antropologia colonial, pedagogia...) foi, essencialmente, o direito a *despir um corpo*, e uma vez despido, o direito a medi-lo exaustivamente; assim, a actividade ‘intelectual’ da medição pressupõe obrigatoriamente a violência ‘política’ do desnudamento.

Em íntima articulação com o que foi dito no parágrafo anterior, deve tomar-se em consideração que o disciplinamento do conhecimento promovido pela imposição do detalhe e acumulação pormenorizada da cartografia superficial do ‘outro’ depende das condições estruturantes da ‘estética da recepção’, *i.e.*, dos espaços de visibilidade motivada e construída no interior das formações discursivas. Nelas, a formulação *espacial* do conhecimento toma uma importância central, pois, as instituições de reprodução social do conhecimento distante (no Tempo como no Espaço) são especificamente desenhadas de modo a promover uma visibilidade / invisibilidade arbitrária dos constituintes íntimos do objecto descrito – com a intenção final de fazer com que este seja visto de uma determinada (e *determinante*) maneira.

Said dá, por isso mesmo, uma importância especial ao modo de contemplação ‘panorâmica’ que o Ocidente tende a dar predominância no momento de representar o ‘outro oriental’:

The Orientalist surveys the Orient from above, with the aim of getting hold of the whole sprawling panorama before him [Said 1995: 185].

o que remete para a estética contemplativa que a geografia feminista identifica como sendo constitutivo da relação masculina com o espaço em geral e com todas as formas de representação ‘em paisagem’ que têm vindo a constituir o artifício descritivo reiterado da Modernidade.²⁸

A relação exótica (e erótica) com o Oriente não se esgota porém na atribuição de um olhar masculino invasor sobre o ‘corpo reclinado’ da mulher oriental, tal como era representado nas diversas formulações artísticas das artes visuais do século dezanove. O carácter homo-erótico associado a uma determinada sensualização das personagens do cenário oriental estabeleceu igualmente uma ordem discursiva alternativa, na qual a prática e representação da relação erótica com o ‘Oriente’ substituiu, simbólica e literalmente, a persistência da homofobia agressiva do Ocidente, dando origem a uma

²⁸ Sobre a noção da ‘paisagem’ como modo de ver, cf. o trabalho seminal de Denis Cosgrove e os desenvolvimentos mais recentes (Cosgrove e Daniels 1997; Cosgrove 1998a; Cosgrove 1998b); para uma versão crítica do conjunto da ‘paisagem’ como trope narrativo da Modernidade é imprescindível a consulta da obra de Ana Francisca de Azevedo (Azevedo 2006), especialmente o capítulo segundo. Sobre a visão ‘panorâmica’ orientalista como um exemplo do modo geral de denúncia feminista do carácter contemplativo do ‘corpo’ da Natureza e História pelo olhar invasor masculinista, cf. R. Kabbani (1986) e G. Rose (1993).

sobreposição ambígua de diversas esferas de identidade de género, fixadas sobretudo no ambiente das grandes cidades árabes do Mediterrâneo e Próximo Oriente.²⁹

O centro de interesse da teoria saidiana é porém muito mais específico do que a simples caracterização do olhar invasor e sensualizado da *bourgeoisie* europeia sobre o ‘corpo’ da paisagem oriental. O seu objectivo central é demonstrar que ao longo de todo o século dezanove a representação do ‘Oriente’, entre os países do ‘Ocidente’, partiu de uma reprodução panorâmica do exótico e do sublime histórico e geográfico, cristalizou o essencial da sua acção ‘invasiva’ em modelos de conhecimento sob a forma severa da Ciência. Museus, taxinomias, disciplinas científicas são, para Said, os verdadeiros instrumentos de uma dominação efectiva do território colonizado; porque será a partir do sentimento *verista* do seu potencial descritivo que as representações do exótico adquirem uma aura de verosimilhança que pode então ser universalmente transmitida a partir das formas mais elementares de difusão cultural da alteridade, e promover as condições efectivas de apropriação cultural de uma ‘paisagem imaginária’, em que as condições concretas de existência, sobretudo dos elementos discrepantes, pudessem revelar-se inteiramente.

Para Said, o elemento decisivo, pelo que representou de iniciação de uma prática continuada de ‘colonização cultural’ é a obra gigantesca que Napoleão faz publicar sobre o Egipto. Na *Description de l'Égypte* a estética da recepção é garantida não apenas pela apresentação ‘fotográfica’ dos vestígios grandiosos do passado egípcio (neles incluindo os de cronologia ptolomaica e romana), mas especificamente pela *ausência forçada* dos habitantes árabes e muçulmanos do tempo da própria expedição ocidental ao Egipto. Ao desnudar o corpo da paisagem, e ao apresentá-lo, exótico e sublime, ao olhar invasor da *bourgeoisie* europeia, a obra não apenas remove explicitamente os habitantes contemporâneos do cenários da sua representação, como

²⁹ A representação do ‘Oriente’, e muito especialmente das cidades do norte de África e Próximo Oriente, como lugar de uma eroticidade marginal e redentora da homofobia cultural da ‘ordem burguesa’ vitoriana estabeleceu uma longa genealogia de tropos narrativos em que as qualidades da ‘paisagem’ interferem directamente no conteúdo ‘moral’ dos comportamentos das personagens, remetendo assim para uma expressão do que Livingstone (Livingstone 1992: 216-260) chama de ‘configuração moral da natureza’. Ainda entre os autores do século vinte, e mesmo dos contemporâneos, este estereótipo tende a reproduzir-se, como no caso de Evelyn Waugh, Lawrence Durrell ou Michael Ondaatje.

afirma subliminarmente (ou nem tanto) a continuidade directa, a filiação genealógica, das civilizações dominantes do Passado com as civilizações dominantes do Presente. Faraós egípcios e imperadores europeus são assimilados pela Arqueologia e integrados numa narrativa comum que essencializa o Tempo e a herança, admitindo como ‘natural’ a ligação entre os dois mundos que a pesquisa e escavação arqueológica, haveria de, ao longo de todo o século dezanove, materializar nos vários museus de recolha de antiguidades orientais em todas as grandes capitais europeias:

[T]he representation of the Orient as an imaginary ‘museum without walls’, in which cultural fragments were reassembled and allocated among the categories of a tabular Orientalism, invokes an altogether different order of departmentalization: the textual inventory that is emblematic of Foucault’s classical, eighteenth-century taxonomies. (...). [T]he enframing of the Orient within what Said describes as ‘a sort of Benthamite Panopticon’ moves the empire of the gaze beyond the tableau and the table to anticipate a system of power-knowledge in which ‘things Oriental [are placed] in class, court, prison or manual for scrutiny, study, judgement, discipline or governing’: it is a preliminary and a prop for the disciplinary powers inscribed within the colonizing apparatus of the ‘world-as-an-exhibition’ [Gregory 2000: 317].

3) Outra abordagem que toma em consideração os efeitos constitutivos do lugar no contexto da história do conhecimento científico é a obra de Paul Carter, *The Road to Botany Bay* (1988), cujo subtítulo é, significativamente, ‘An Essay in Spatial History’. O trabalho de Carter incide sobre o modo como o Ocidente ‘descobriu’ e colonizou o continente australiano e do modo como foi importante a ‘nominação’ nesse acto de apoderamento de um território distante. A ‘nominação’, a atribuição de nomes aos lugares da *terra Australis incognita*, é que permite, segundo o autor, que o espaço seja transformado simbolicamente num lugar, isto é, ‘um espaço com história’. A ‘história espacial’ de Carter opera, portanto, na instância da linguagem (Carter 1987: xxiii-xxiv).³⁰

³⁰ Apesar de o século dezanove conhecer bem a representatividade da ocupação indígena (Spencer 1901).

De grande importância na construção simbólica de um lugar é, não só, a atribuição de um nome como, e sobretudo, a capacidade de o tornar disponível no contexto da comunicação cultural, para que se destaque o modo como estes espaços são objecto de invasão e intervenção linguística. Ou, o que é o mesmo, como as extensões de espaço se tornam um evento na narrativa da colonização e uma categoria de conhecimento científico. A razão por que Carter prefere o nome de ‘história espacial’ ao de geografia é a de, justamente, sublinhar a importância da inclusão dos lugares numa estrutura narrativa colonial e científica (Carter 1987: xxiii).³¹ Na interpretação de Carter, *um nome*, ou melhor um acto de nomeação, localiza num lugar específico e até aí desconhecido, a intenção universalizante da Ciência. É, portanto, mais do que um nome – *é uma intenção*

Paralelamente aos ‘cabos e baías’ a que os primeiros exploradores e naturalistas iam dando nome, também o interior da Austrália viria a sofrer um processo semelhante, embora anos muitas décadas depois, porventura mais intensamente colonial, como por exemplo com o levantamento cartográfico. A exploração e o levantamento cartográfico configuram uma prática conjunta de apoderamento do território nativo, conhecido localmente, mas ‘descoberto’ no contexto da circulação cultural ocidental, mas agora com intuítos propriamente ‘geográficos’, isto é, próprios de uma ciência espacial. Como instrumento fulcral deste acto de apoderamento de um ‘lugar selvagem’, e da sua

³¹ O espaço concreto que Carter analisa no seu trabalho é a ‘descoberta’ e colonização da Austrália. O que este autor defende é que a ‘nomeação’ dos espaços que iam sendo progressivamente colonizados fazia parte integrante do projecto colonial ele mesmo, em que uma forma de apoderamento europeu se fazia através da despossessão linguística dos territórios dos povos nativos. O apoderamento linguístico teria acompanhado todo o processo de conquista e colonização da grande ilha, conforme as viagens de reconhecimento e o preenchimento de mapas confluíam na organização de um território tornado cada vez mais assíduo no contexto da circulação cultural europeia. O primeiro exemplo que Carter nos apresenta e que, de resto, dá o nome ao livro, é o da nomeação da Botany Bay, no contexto da viagem do *Endeavour*, em que viajavam nomes importantes da ciência inglesa do Iluminismo, especialmente Joseph Banks, que viria a deter um lugar proeminente na própria Royal Society. Ao atribuir o nome de ‘Baía da Botânica’ ao lugar em que a nave de Cook aportou pela primeira vez no continente australiano, os exploradores e naturalistas operavam localmente com uma universalização característica da ciência iluminista. O acto de nomeação é também uma alegoria da Ciência iluminista e da conjugação específica das viagens naturalistas que punham em contacto, quando não em confronto, as duas partes envolvidas: os exploradores e os naturalistas, aqui representados pela oposição, ou composição, entre Banks e Cook. Para os exploradores, como Cook, a ciência como exploração; para os naturalistas, como Banks, a exploração como ciência (Carter 1987: 25).

transformação num ‘espaço geográfico’, ergue-se, naturalmente, o mapa: ‘instrument of interrogation, a form of spatial interview which made nature answer the invader’s need for information’ (Carter 1987: 113). A reticulação trigonométrica e a cartografia a que dá origem é indubitavelmente uma operação de tradução de ordem espacial que é exigida previamente à ocupação efectiva do território. Ao cobrir o lugar original por uma rede de coordenadas geográficas, inventou-se um país novo e desenhou-se no seu solo as linhas reais da sua vulnerabilidade, caminhos inevitáveis da sua invasão, tornando disponível para as instâncias de representação científica o que até então se resguardava nos limites da concepção mitológica do ‘espaço distante’.³²

Também no que diz respeito à actividade científica de Martins Sarmiento, teremos oportunidade de ver como a construção das geografias imaginárias do Passado se fundamenta num duplo propósito de descoberta e reconhecimento. Por um lado, pela nomenclatura dos territórios do Passado, dos ‘cabos e baías’ da Antiguidade resgatados pela hermenêutica pacientemente operada sobre as fontes clássicas, especialmente sobre a lenda dos Argonautas e o poema de Avieno. Por outro lado, pela recolha infatigável das marcas materiais daquelas geografias no Presente do autor; os ‘materiais de Guimarães’ são, neste sentido, o *survey* geográfico da História e o fundamento político-intelectual da apropriação de uma determinada forma de Memória. Tal como um continente vê, a partir da aplicação da Ciência geográfica, formulada uma nova identidade, também o Passado de um território pode, a partir da aplicação da Ciência

³² Enquanto produto social, o ‘espaço’ segue uma linha de reestruturação ao longo do tempo que lhe é garantida pela íntima comensurabilidade do espaço e do tempo, da história e da geografia. Nesse contexto, a ‘produção do espaço’ não é apenas retroactiva, ou mesmo reactiva, mas exerce ela própria um poder constitutivo de intervenção que pode, em circunstâncias específicas, permitir adquirir, ao espaço, um poder emancipador efectivo. Esta ideia, que retiramos de Lefebvre (1991; 2002: 131-141), e embora enunciada primitivamente para o ambiente urbano, pode com naturalidade ser expandida para a estruturação espacial da comunidade científica e das representações cartográficas das suas geografias imaginativas do passado. A noção de que a prática da acção social constitui o momento mais importante da reprodução social está igualmente presente em Bourdieu (1998), e Carl (2000: 331 e ss.) apresenta uma interessante explicitação do poder ‘prático’ da arquitectura doméstica e urbana na intimação social da ‘normalidade’ do comportamento. Equivalente a esta fenomenologia do espaço é, naturalmente, a relação que identicamente se estabelece com os objectos, que são mais do que ‘indicadores de função’: eles são, pela natureza prática da sua utilização, a via privilegiada da inculcação estruturante e reprodução das relações sociais e tecnológicas de que fazem parte (Dobres 2000: 82 e Dobres e Robb 2000: capítulo introdutório).

arqueológica, passar a deter uma nova forma de identidade, cuja inércia se estenderá pervivamente no Tempo.

I. 1.2. O Lugar

Existem diversos trabalhos no contexto da Antropologia e da Sociologia em que uma abordagem espacial-social está presente. Far-se-á referência fundamentalmente ao trabalho de quatro autores: C. Geertz, E. Goffman e A. Giddens e P. Bourdieu. Todos eles reconheceram, ainda que sob pontos de vista diferentes, o modo como se inter-relacionam, e mutuamente se reforçam, a organização do espaço e a prática social.

1) O propósito essencial do trabalho de Geertz é o de compreender as próprias condições da compreensão, isto é, determinar qual a natureza da relação comunicativa que permite que dois actores sociais, feridos entre si de alteridade mais ou menos profunda, possam comunicar e compreender-se mutuamente, sendo que ‘alteridade’, neste contexto, se refere não apenas às condições objectivas de irredutibilidade estabelecidas entre as diversas esferas culturais postas em contacto no ‘momento antropológico’, do próprio trabalho de campo do antropólogo, como também a ‘inscrição’ dessa relação sob a forma de um texto descritor da ‘essência cultural’ a apreender. Como se verá, Geertz é especialmente sensível não apenas à possibilidade de ‘falar pelo outro’, mas à própria capacidade discreta de um único texto favorecer uma visão estereotipada do objecto dessa substituição epistemológica.³³

É uma tarefa de índole hermenêutica com uma componente fortemente localista, remetendo para as condições específicas, ‘dialogais’ do evento físico e social da comunicação (Miller 1997: 247). Por exemplo, no contexto do estudo dos sistemas legais em áreas diversas do mundo, e em oposição ao modelo dominante da filosofia política e jurisprudencial da Modernidade, Geertz defende que : ‘[L]aw and ethnography are crafts of place: they work by the light of local knowledge (...)’ (Geertz 1983: 167). Não existe um conjunto de preceitos jurídicos ‘naturalmente universais’, mas sim modulações locais de uma convivência comum, dotadas de independência e

³³ A defesa da componente localista de Geertz pode ser vista em alguns dos seus trabalhos (*e.g.*, Geertz 1973; Geertz 1980; Geertz 1983).

especificidade antropológica. A possibilidade de confluência dos vários sistemas jurisprudenciais é, para Geertz, unicamente dialogal, de expressão necessariamente hermenêutica, uma vez que nenhum sistema meta-antropológico os envolve nem, portanto, dá um sentido particular a realidades singulares em lugares específicos.

Hermenêutica, significa, assim, dar mais importância à natureza significativa das relações antropológicas dialogais do que à análise discreta dos elementos constituintes dos sistemas culturais. Para Geertz, a expressão hermenêutica da situação dialogal supera, assim, o desconhecimento mútuo, transferindo a possibilidade de caracterização ontológica da cultura, não pela adequação a um conjunto de conceitos supostamente neutros e universais (mas que, na realidade, são sempre emanados de um sistema cultural específico), mas pela redução da variedade a um comentário mútuo. Um texto antropológico é, neste sentido, sempre escrito a ‘duas mãos’, não porque derive do contacto explícito de duas esferas culturais, mas porque descreve o único momento de mútua compreensão. Ao contrário da fixação textual etnográfica clássica, que se dirigia a um leitor perfeitamente identificado, o ‘fellow’ da sociedade antropológica do século dezanove ou o ‘académico’ das décadas iniciais do século seguinte, o ‘texto geertziano’ é (supostamente) passível de ser lido *por qualquer um dos lados que promoveu o encontro ao qual ele se refere*, e é dessa sua ambivalência localmente situada que ele retira não só a capacidade hermenêutica de desvelar o desconhecido mas igualmente o carácter transitório da sua própria afirmação, resultado da factualidade espaço-temporal a que diz especificamente respeito.

Deixamos propositadamente entre parênteses a palavra ‘supostamente’, porque será a este nível que a teoria feminista enunciará a sua crítica do programa geertziano de relação com a alteridade, ao defender que a fixação de um texto é sempre uma manobra hermenêutica ‘não emancipatória’ da realidade estudada, e que, sob a forma de um relativismo conveniente, o programa geertziano replica o mesmo tipo de menorização e superficialidade da relação com o desconhecido que era já uma característica intrínseca dos momentos mais ‘clássicos’ da Antropologia (Branco 1986; e cf. Franklin 2001). Voltaremos a este ponto específico um pouco mais à frente. De momento, tentemos isolar as características gerais da epistemologia de Geertz e descrever o modo como ela servirá de referente a uma afirmação de um ‘ponto-de-vista geográfico’ na concepção do estudo do Tempo.

O trabalho de Geertz sobre os sistemas jurisprudenciais serviu de base a um programa etnometodológico mais vasto de descrição e interpretação dos sistemas culturais. O carácter localista deste programa chama naturalmente para a linha (metodológica) da frente uma série de procedimentos que visam dar conta de um modo mais completo e satisfatório do que, tradicionalmente, era levado a cabo pelos inquéritos clássicos da antropologia de campo – aquilo a que se chamou de *thick description*. Uma caracterização dos sistemas culturais que, mesmo nos mais ínfimos pormenores, não prescinde da sua integração na corrente dialogal do comentário mútuo que os ilumina e se aproxima do seu verdadeiro papel na construção de uma relação de identificação e comunicação. Naturalmente, a própria actividade do antropólogo encontra-se imersa neste tipo de relação dialogal, comentário mútuo de dois sistemas culturais ‘localizáveis’. Somente através deste diálogo local, os sistemas culturais podem revelar inteiramente os seus sentidos mais profundos. Obviamente, para Geertz, tal como em Latour, o facto de o antropólogo pertencer predominantemente a um sistema cultural expansivo e de recobrimento ‘universal’ não faz com que o mesmo não seja igualmente um sistema ‘local’ de cultura, ainda que a relação colonial faça impender sobre este pressuposto legítimas inquietações, não só políticas mas estritamente epistemológicas. A não ser assim, as relações antropológicas desenvolvem-se no contexto de universos imaginários, onde as acções não podem ser culturalmente suspensas, e onde, portanto, são interpretadas como comentários de si próprias (Geertz 1973: 7-13).

Em todo o caso, sempre que nos referirmos ao poder constitutivo do local e à capacidade ‘tradutora’ da relação antropológica, tal como é apresentada por Geertz, não nos esqueceremos nunca da principal objecção que é feita ao seu trabalho, que passa pela incidência necessariamente assimétrica da relação de colonização ‘branca’ dos restantes continentes. Uma das críticas mais contundentes da possibilidade de existir uma correlação simétrica entre duas esferas ‘locais’ de afirmação cultural, uma da parte do ‘antropólogo’, e outra do ‘informador’, é a de Frantz Fanon, no contexto da sua interpretação psicanalítica da ‘maldição absoluta’ e irrevogável do processo de colonização:

As long as the black man is among his own, he will have no occasion, except in minor internal conflicts, to experience his being through others. There is

of course the moment for ‘being for others’, of which Hegel speaks, but every ontology is made unattainable in a colonized and civilized society. It would seem that this fact has not been given sufficient attention by those who have discussed the question. In the *Weltanschauung* of a colonized people there is an impurity, a flaw that outlaws any ontological explanation. (...). *For not only must the black man be black; he must be black in relation to the white man. Some critics will take it on themselves to remind us that this proposition has a converse. I say that this is false.* The black man has no ontological resistance in the eyes of the white man. Overnight the Negro has been given two frames of reference within which he has had to place himself. His metaphysics, or, less pretentiously, his customs and the sources on which they were based, were wiped out because they were in conflict with a civilization that he did not know and that imposed itself on him [Fanon 1967: 109-110. A ênfase é nossa].

Contudo, estas críticas não nos impedirão, de momento, de ‘perder a floresta com a árvore’, e de não reconhecer os elementos constitutivos de afirmação de um ‘ponto-de-vista geográfico’ por parte da relação etnográfica concebida por Geertz, bom como a sua especial importância na concepção epistemológica do Tempo.

Não é possível compreender o núcleo essencial da teoria cultural geertziana sem fazer alusão à característica do ser humano em replicar uma determinada proposição em diferentes contextos daqueles em que ela é inicialmente formulada. No contexto da ciência (pelo menos na sua variante positivista e *werkiana*), este monismo faz mesmo parte integrante da ontologia da teoria. Pelo seu lado, também Kuhn associa à actividade científica uma série de mecanismos psicológicos de tradução e replicação de exemplares a situações para as quais não foram em primeira ordem designados.³⁴

Com íntimas relações com a noção de ‘*travelling theory*’ de Said, o que está em questão no trabalho de Geertz é a insinuação de uma dúvida epistemológica sobre a actividade científica (e não-científica, em geral) revelada pelo espírito humano, que

³⁴ Assim, o poder heurístico dos ‘electricistas’ do século dezoito estaria justamente no poder ilustrativo da analogia de um sistema eléctrico com um sistema hidráulico. E ainda que a analogia não seja perfeita (nunca o é), a verdade é que a maior parte das grandezas físicas e relações entre variáveis determinadas para o original ‘hidráulico’ se vieram a verificar equivalentes no replicado ‘eléctrico’, e forneceu a um determinado grupo de cientistas as condições de ‘vitória’ paradigmática (Kuhn 1989: 228).

imediatamente aplica, a novas situações, proposições exaradas de contextos exteriores ao novo domínio da aplicação, sobre o poder ‘heurístico demasiado’ de uma teoria ou de uma explicação que leva

to the fact that all sensitive and active minds turn at once to exploiting it. We try it in every connection, for every purpose, experiment with possible stretches of its strict meaning, with generalizations and derivatives.³⁵

Assim, o que Geertz ergue como o sinal mais marcado da sua concepção epistemológica é a ‘territorialização’ essencial da natureza do conhecimento, a sua radicalidade cultural e local, que impede, em qualquer circunstância, a validação de todas as formas de extensão e sinédoque teóricas, para lá dos limites historicamente validados das relações factuais entre os universos tocados por essa mesma extensão. E mesmo assim, como veremos, sempre sujeitos à validação propriamente ‘cultural’ que o contacto entre diversas esferas civilizacionais possa permitir. O ponto de partida é então a constituição da cultura e, por extensão, o conhecimento, *nos seus próprios termos*, domínio fora do qual toda a designação semiótica se organiza, não por uma tradução sustentada mas pela imposição sgnica exterior e violenta. Uma consequência necessária deste ponto de vista é, naturalmente, a afirmação weberiana da construção da identidade do ser humano através das redes de significação múltiplas por ele estabelecidas e a obrigatoriedade ‘interpretativa’ da hermenêutica da sua exposição.

De acordo com a pressuposição assumida do poder ‘local’ de afirmação da cultura e do conhecimento, Geertz caracteriza a abordagem metodológica que deriva necessariamente dela – ‘thick description’ (Geertz 1973: 5-6 e 9-10). Geertz

³⁵ Langer 1951, *apud* Geertz 1973: 3. Embora Susanne Langer exponha esta proposição no domínio específico da estética da obra-de-arte, o essencial mantém-se, na denúncia do modo como uma determinada ideia, discreta e pontualmente recolhida de uma situação histórico-geográfico-antropológica muito específica, ganha uma inusitada valorização no seio da comunidade científica, ou artística e desenvolve um ‘excesso de sinédoque’, de modo a negar quaisquer outros pontos de vista alternativos. A afirmação explícita de Geertz do carácter plural das culturas, no próprio título do seu livro de 1973 (*The Interpretation of Cultures*), leva a considerar como este ponto é central no interior da sua teoria. Sobre a avaliação do ‘rigor’ de uma informação recolhida pela confrontação ‘densamente textual’ entre o ‘antropólogo’ e o seu ‘informador’, cf. Baxter e Eyles (1997). Cada vez mais se estabelece, dentro da domínio específico da Antropologia, que a estruturação identitária do nacionalismo percorre não só o contexto de formulação das perguntas do ‘antropólogo’ como das respostas do ‘informador’, o que destaca uma possível inarticulabilidade do discurso antropológico no lugar exacto em que seria suposto ele exercer-se (Cillia *et al.* 1999).

explicitamente reconhece a sua dívida intelectual, na definição do conceito de ‘thick description’ do contextualismo de Gilbert Ryle. Para este autor, a compreensão de um determinado facto não podia nunca ser inteiramente acedida se não se compreendesse previamente o contexto (variável) em que ela se inseria:

The thinnest description of what the rehearsing parodist is doing is, roughly, the same as for the involuntary eyelid twitch; but its thick description is a many-layered sandwich, of which only the bottom slice is catered for by that the thinnest description. Taking the word ‘only’ in one way, it is true enough that the rehearsing parodist is, at this moment, only contracting his right eyelids. Taken in another way, this is quite false; for the account of what he is trying to effect by this eyelid-contraction, *i.e.* the specification of its success-conditions, requires every one of the successively subordinate ‘try’ clauses, of which I will spare you the repetition.

Do ponto de vista da história da Cultura (e da Antropologia), a ordem contextualista invalida qualquer tipo de recolha de elementos de informação discretos e ‘positivos’, uma vez que a mesma organização elementar pode dizer respeito a contextos significativamente diferentes.³⁶ É uma radicalidade eventualmente ainda mais funda do que foi a dos ‘funcionalistas’ e ‘estruturalistas’, autores que, no interior da Antropologia, referiam igualmente a validade diminuída do facto ‘positivo’ tomado elementarmente. Para Ryle, como para Geertz, o carácter ‘contextual’ da definição cultural de um elemento não se revela pela recolção de ‘todos os elementos’ significativos em conjunto estruturado (como o era para as duas tradições anteriores – que se satisfaziam com *clusters* de elementos discretos) mas apenas pela situação concreta de ‘co-presença’ desses elementos, que só a dialogalidade poderia, com êxito, desvendar. ‘Etnografia’ ganha assim, com Geertz, um sentido mais específico, que pode com sucesso ser importado pelas outras disciplinas que lidam com as relações entre seres humanos, as Ciências ‘Sociais’. Esse sentido é a ‘etnometodologia’, um conjunto

³⁶ A ideia de que uma ‘paisagem’ arqueológica não se resume à distribuição dos vestígios materiais por uma superfície abstracta e ‘coordenada’ por latitudes, longitudes e altitudes, polígonos de Thiessen e funções de difusão, leva a que os elementos simbólicos de caracterização da paisagem sejam cada vez mais tidos em conta, ainda que, nos pareça que a tónica interpretativa tende a deixar mais marginalizado a relação do passado com o presente do que a sua recíproca (Ashmore e Knapp 1999: 8-12).

de pressupostos e práticas de trabalho e pesquisa que partem da manutenção ostensiva das condições de dialogabilidade e contextualização, ‘a way of accounting for the organization of society that relies on description rather than theory, aims for explication rather than explanation, and is concerned with ideographic detail rather than broad generalization’.³⁷

Neste contexto, a relação de alteridade proposta pela co-presença do ‘antropólogo’ e do ‘informador’ impede uma leitura ‘crítica’ da realidade de que se pretende dar conta. Esta é mesmo, quando considerada singularmente, a principal característica da etnografia geertziana, quando comparada com as tradições intelectuais da Antropologia que o precedem, principalmente os estruturalistas. Para estes, o ‘texto antropológico’ é uma ‘versão’ histórico-geográfica da narrativa comum da Humanidade, dos interditos e obrigações que mutuamente constituem o acesso da Natureza à Cultura, sendo a sua abolição, como elemento intermediário da tradução global dos mecanismos ‘profundos’ que regem as relações do ser humano consigo mesmo e com a Natureza, imprescindível para a compreensão do significado oculto. Em Geertz, pelo contrário, não existe desvelamento possível, antes imersão de um mundo em outro, do qual se sai quando dele nos afastamos, ao qual obrigatoriamente pertencemos enquanto nele vivemos. O ‘texto antropológico’, neste sentido, não é codificado por palavras ou conceitos mais ou menos abstractos, que intelectualmente se constata e verbalizam numa descrição narrada de uma participação cultural alheia; o ‘texto antropológico’ geertziano é um texto escrito com o próprio comportamento, é uma ‘performance’, e o ‘antropólogo’ que o queira compreender deve vivê-lo como tal, ‘participadamente’.³⁸

³⁷ S. J. Smith 2000: 239. Sobre a ‘contaminação’ mútua do carácter ‘literário’ e ‘cultural’ (Said diria ‘facto’ e ‘ficção’) da narrativa antropológica, dentro do contextualismo ryleano, cf. Barrett (1987) e Trencher (2002). Sobre a epistemologia da ‘indução’ e a criação extrapolada de teorias universais, cf. Gardin (1980: 62 e ss.) e Gibbon (1984: 35 e ss.).

³⁸ A crítica feminista da concepção geertziana da interpretação da cultura funciona justamente a este nível: o da inaplicabilidade da metáfora textual à relação etnográfica. A mesma frase que acima caracteriza a nossa descrição da relação etnográfica de Geertz, teria de ser escrita diversamente, talvez: O ‘texto antropológico’, neste sentido, não é codificado por palavras ou conceitos mais ou menos abstractos, que intelectualmente se constata e verbalizam numa descrição narrada de uma participação cultural alheia; o ‘texto antropológico’ *feminista* é um texto escrito com o próprio *corpo*, é uma ‘*incarnação*’, e o ‘antropólogo’ que o quiser compreender deve vivê-lo como tal, ‘*insensatamente*’ (cf. Gibson-Graham 2005: 105-108).

Doing ethnography is like trying to read a manuscript – foreign, faded, full of ellipses, incoherencies, suspicious emendations, and tendentious commentaries, but written not in conventionalized graphs of sound but in transient examples of shaped behaviour [Geertz 1973: 10].

Nenhuma outra palavra descreve melhor a qualidade discriminante da relação etnográfica assumida por Geertz do que aquela que ele próprio utiliza no fim desta frase: a sua interpretação da cultura, *ou das culturas*, como ele próprio faz questão de sublinhar, é sobretudo a afirmação ousada de exercer a *transiência* da própria quási-ilegibilidade da relação inter-cultural.

Em todo o caso, o investigador deve desconfiar do carácter essencializado das relações de constituição da relação alteral, quando baseada em critérios de confiança mútua. Existe, por trás da concepção geertziana da relação etnográfica, um pressuposto, nem sempre explícito, de que a bonomia da relação é em si mesma geradora de um maior *insight* da comunidade com que se pretende entrar em contacto. Eticamente, a versão conflitual desta relação está atribuída à violência epistemológica própria da relação colonial, enquanto a sua recíproca se atribui àqueles que fazem uso da empatia, da simpatia, entre os elementos em co-presença. Nada, porém, determina epistemologicamente que a relação etnometodológica do consenso seja menos mistificadora do que a outra forma com que aparentemente quer entrar em contradição.³⁹

Nesta exposição condensada da relação etnográfica em Geertz é possível começar a identificar as principais linhas de ruptura que o autor apresenta em relação à genealogia interpretativa da disciplina da Antropologia. O que parece ser dominante na estruturação da sua teoria é o facto de que a divisão tradicional entre ‘objectividade’ e ‘subjectividade’, quando referida à noção, central, de *cultura*, deve ser de pronto erradicada do discurso antropológico. A cultura entendida deste modo, não se deixa obscurecer no significado reificado da concepção super-orgânica, em que da cultura se admite ter processos autónomos e uma existencialidade própria, independente da prática

³⁹ Ver, por exemplo, Svend Brinkmann e Steinar Kvale (Brinkmann e Kvale 2005), autores para quem uma relação mais conflitual entre ‘entrevistador’ e ‘entrevistado’ pode não ser necessariamente negativa do ponto de vista de estabilizar os referentes de conhecimento entre os elementos em co-presença.

social de que emana, nem nas várias formulações reducionistas que pretendem confundir a esfera da actividade cultural com os padrões materiais da sua expressão. A relação etnográfica é essencialmente cognitiva, porque contém não só a inscrição da sua expressão mas também a compreensão contextual da sua prática. Os mecanismos de expressão prática da esfera cultural não dizem apenas respeito aos elementos de que ela mesma se constitui, mas da aplicabilidade prática que esses elementos traduzem em termos de exibição de um modo compatível de sociabilidade, de *publicação* cultural desses mesmos elementos. É neste sentido que um investigador, um antropólogo, um etnógrafo, *um arqueólogo*, apenas pode permitir-se compreender a comunidade com que se encontra, no momento em que possa, com sucesso, passar por um elemento indígena dessa mesma comunidade.

Temos a noção perfeita de que a alteridade relativa a um arqueólogo não é mesma de um antropólogo; nem tão-pouco é a mesma a relação de co-presença entre os autores sociais e culturais envolvidos. Porém, uma extensão deste modelo traz para a esfera da Arqueologia a noção, central em Geertz, do embebimento progressivo do investigador na sua comunidade de destino. Uma viagem ao passado pode ser igualmente geradora de mecanismos de co-identificação e, se a confirmação do conhecimento do outro é sempre garantido pela codificação performativa dos comportamentos, então não há razão para que o ‘presente’ do registo arqueológico não permita uma codificação material e ideal semelhante a estabelecer com a ‘visão do passado’ do investigador (Bauer 2002).

É a própria expressão contextual, e *enquanto expressão contextual* dos conceitos mais abstractos, que define a tarefa primordial da relação etnometodológica. As coisas não existem em si mesmas, mas ‘no mundo’; é o ‘mundo das coisas’, onde se tece a designação cultural da vida comunitária, enquanto sua expressão pública *complexa e completa*, que o investigador deve partilhar, mesmo quando se refere (ou sobretudo quando se refere) à identificação da esfera cultural através de elementos materiais da sua designação:

The thing to ask is what their import is: what is it, ridicule or challenge, irony or anger, snobbery or pride that, in their occurrence and through their agency, is getting said. (...). [N]o one, I would think, identify [a Beethoven quartet] with its score, with the skills and knowledge needed to play it, with

the understanding of it possessed by its performers or auditors, nor, to take care, *en passant*, of the reductionists and reifiers, with a particular performance of it or with some mysterious entity transcending material existence. (...). As Wittgenstein [said:] ‘We [...] say of some people that they are transparent to us. It is however important as regards this observation that one human being can be a complete enigma to another. We learn this when we come into a strange country with entirely strange traditions; and, what is more, even given a mastery of the country’s language. We do not *understand* the people. (And not because of not knowing what they are saying to themselves). We cannot find our feet with them’ [Geertz 1973: 10, 11, 13. A ênfase é de Geertz.]

Tomando em consideração as características propriamente teóricas adiantadas nos pontos anteriores, cabe agora considerar quais as implicações dessa concepção na expressão prática do relacionamento ‘etnográfico’, incluindo nesta designação todas as expressões de relações feridas de alteridade.

A pesquisa etnográfica, neste sentido, não passa por tomar o ‘lugar’ do outro, nem de ‘abandonar a civilização’ de que se parte para se fundir na que se encontra, nem tão pouco reproduzir uma modalidade *kitsch* de vivencialidade, imitando os modos de vestir, de se alimentar, de modo a traduzir uma disposição estética do ‘não-eu’. A ideia central de Geertz é, essencialmente, a de estabelecer os princípios válidos de uma ‘boa conversação’, de uma relação hermenêutica dialecticamente constituída, de modo a que o resultado final não esteja contido nas grelhas interpretativas de nenhum dos pólos dessa mesma conversação, de que seja algo constituído cronotopicamente, uma mundividência que transcenda as condições iniciais da sua própria constituição e que dependa intimamente da passagem do tempo e da situação do lugar, determinados pela própria conversação assim estabelecida.

Quase é desnecessário referir que a crítica posterior incidirá principalmente na concepção simétrica desta conversação, além de outros ‘excessos de sinédoque’ que contaminam igualmente a bondade conceptual da proposta geertziana. Por um lado, está longe de ser pacífico, entre vários investigadores no contexto da teoria social, que o ‘antropólogo’ represente a ‘civilização ocidental’ e o ‘informador’ represente a ‘civilização indígena’; porém, deve dizer-se que Geertz detinha uma noção

especialmente clara desta problemática e que em nenhum momento pretendeu que a sua ‘voz narrativa’ (e, respectivamente, a do informador, embora neste caso com menos nitidez epistemológica) representasse mais do que ele próprio, o que reflecte bem a conceptualização global da sua própria teoria da ‘localidade da cultura’. A natureza da ‘tradução’ assim estabelecida, tendo origem no evento discreto da relação ‘etnográfica’ entre o ‘antropólogo’ e o ‘informador’, seria subsumida num jogo complexo de múltiplas atribuições de sentido, até que se pudesse tornar um referente estabilizado do *corpus* escrito da descrição ‘ocidental’ do ‘não-ocidental’.⁴⁰ Além disso, embora a geografia concreta do seu trabalho indique uma prática etnográfica relacionada com as situações sociais e culturais ‘não-ocidentais’, nada no enunciado geral da sua teoria permite tomar como garantido que a mesma relação ‘etnográfica’ assim constituída não se possa aplicar a ‘conversações’ no quadro da estrutura social ‘ocidental’ a que pretence o próprio ‘antropólogo’. Contudo, a noção de ‘irreducibilidade cultural’ que habita a obra de Geertz exige, inevitavelmente, uma área de total desconhecimento do outro, ou, mais rigorosamente, uma área de comportamento social e representação cultural, em que as soluções alternativas propostas (pela ‘sociedade do antropólogo’ e pela do ‘indígena’) sejam absolutamente irreconciliáveis. Essa é, especificamente, a origem conceptual que suporta o seu posicionamento ‘anti-anti-relativista’, sob a autoridade do humanismo de Montaigne:

‘[E]ach man call barbarism whatever is not his own practice (...) for we have no other criterion of reason that the example and idea of the opinions and customs of the country we live in’. (...). What looks like a debate about

⁴⁰ A este respeito é muito significativa a opinião que Geertz partilha com o filósofo Stanley Cavell: ‘If speaking for someone else seems to be a mysterious process (...) that may be because speaking to someone does not seem mysterious enough’ (Geertz 1973: 13). É através da perturbação dos prejuízos associados à ‘naturalidade’ da relação conversacional que funciona a crítica anti-estruturalista de Geertz. A autoridade de Cavell não é, por isso mesmo, acessória, mas necessária para a autorização de uma prática de ‘levantamento’ dos fundamentos do mecanismo humano da ‘conversação’, e da produção activa da identidade que produz, sobretudo nos mecanismos inconscientes da autobiografia como modo constitutivo não só do ser-humano concreto, mas das condições de reconhecimento de todos os outros. Sobre a caracterização de um modo ‘autobiográfico’ constitutivo das relações de alteridade e sobretudo da relação etnográfica, cf. Gorra 1995: 143-153, especialmente os ‘reviews’ das obras de Stanley Cavell e Clifford Geertz.

the broader implications of anthropological research is really a debate about how to live with them [Geertz 2000: 45].

Os limites da ‘relação etnográfica’ são assim estritamente confinados, por Geertz, à manifestação de uma interpretação ‘localizada’, haurida de uma conversação entre dois autores cujas mundividências não são nunca inteiramente sobreponíveis. Esta sobreposição imperfeita é que exige, nos próprios termos da sua imperfectibilidade, a necessidade da descrição ‘espessa’ da sua própria constituição, quer pelo ‘tempo’ que exige para a sua designação, dentro de parâmetros de objectividade mutuamente consentida, quer pelo ‘tempo’ de confirmação continuada da sua fundamentação. Tudo se passa, como se o primeiro mapa desenhado pela imposição exterior do antropólogo das estruturas mentais de origem à realidade ‘indígena’ criasse um ‘texto’ que tem de ser reescrito quantas vezes forem necessárias, sempre que a relação demorada e atenta entre o ‘antropólogo’ e o ‘informador’ o ponham em causa.⁴¹ Tal como na ‘cartografia das Descobertas’, cada mapa desenhado estabelece os limites das questões que se farão na viagem seguinte de reconhecimento, ao mesmo tempo que, em cada uma destas viagens de reconhecimento, se renovam dialecticamente as condições de conversação com os ‘indígenas’ que põem directamente em questão o mapa prévio. Assim, como cada mapa tornava inútil o anterior, o texto do antropólogo é constituído por uma série de reformulações de textos sucessivamente tornados obsoletos pela informação que cada um desses mesmos textos permite que a conversação traga para a esfera partilhada do comentário mútuo:

In short, anthropological writings are themselves interpretations, they are thus, fictions, not that they are false, but that they are ‘something made’.

⁴¹ [W]e begin with our own interpretations of what our informants are up to, or *think they are up to* (...). (Geertz 1973: 15). Esta frase de Geertz ilumina com particular intensidade o problema fundamental de relativismo que habita a sua obra. A noção de que em nenhuma altura o ‘antropólogo’ possa estabelecer princípios absolutos de caracterização da realidade ‘indígena’ é especialmente fulgurante na ‘suspeição metódica’ que é exercida sobre o ‘informador’. Este, para Geertz, está longe de ser o ‘representante-tipo’ da comunidade a que pertence, papel que modalidades anteriores da prática da Antropologia lhe haviam determinado. As suas motivações e especialmente aquelas que o tornam ‘um informador’ são as mesmas que permitem, por um lado, aceder ao mundo indígena, a que a incomunicabilidade original não permite aceder de outro modo, e, por outro, determinar inevitavelmente uma personalização interior dessa acedência, base de uma relatividade intrínseca da relação etnográfica que não se pode em nenhuma situação transcender.

(...). [A]lthough culture exists in the hill-fort, anthropology exists in the book [and] that line between mode of representation and substantive content *is as undrawable* in cultural analysis as it is in painting. (...). It is not against a body of uninterpreted data, radically thinned descriptions, that we must measure the cogency of our explications, but against the power of scientific imagination to bring us into touch with the lives of strangers [Geertz 1973: 15, 16, 17].

Uma das principais consequências da concepção ‘conversacional’ da relação etnográfica proposta por Geertz é a denúncia da suposta objectividade da Antropologia estruturalista, que considerava ser possível estudar a cultura, nas suas várias manifestações, no recinto dos ‘seus próprios termos’. A dúvida geertziana torna-se ‘metódica’ justamente na medida em que supõe que os mecanismos tornados óbvios por uma hermenêutica assim constituída podem dizer mais respeito ao esquematismo do seu autor do que à ‘lógica interna’ (termo sobre o qual Geertz tem uma enorme resistência epistemológica) da cultura de uma determinada comunidade.

A resposta ao esquematismo ‘estruturalista’ reside então, segundo o investigador, na determinação do ‘fluxo vivo’ da comunidade com que se dá o encontro conversacional. Não se trata já de fixar uma regra invariante do comportamento humano, numa determinada versão espaço-temporal, em que a própria comunidade indígena contribui para o todo do ‘ser humano’ apenas como uma versão do fundo inconsciente que governa a espécie em qualquer ‘tempo e lugar’ (excepto o Ocidente, convenientemente), mas sim de estabelecer uma consonância entre dois ‘lugares-tempos’ muito específicos, o do ‘antropólogo’ e o dos ‘informadores’, de modo a poder contribuir para uma caracterização *propriamente histórica* dessa relação. Neste contexto, a natureza do próprio ‘texto’ etnográfico muda. Na concepção clássica da relação etnográfica, tecida de um etnocentrismo que atribuía às culturas não-ocidentais uma temporalidade evolutiva ou de todo inexistente, a dinâmica histórica dessas comunidade feridas de alteridade antropológica apenas tinham duas soluções possíveis, *ou não evoluíam, ou evoluíam obrigatoriamente numa direcção determinada*. Em qualquer um dos casos, uma única descrição dos mecanismos do seu funcionamento seria necessária para averiguar do seu presente e do seu futuro (este, nas relações coloniais entretanto estabelecidas, tinha uma grande probabilidade de nem vir a ter existência concreta). É

dentro desta concepção geral da relação antropológica que vemos não só a Antropologia evolucionista e regionalista a estabelecer os *corpus* documentais dos vastos continentes não-europeus, como também, ainda que mais velada, mas não menos eficiente, emergir a ‘melancolia estruturalista’ que Lévi-Strauss sentiu quando chegou aos ‘trópicos’ e que o levou, justamente por isso, a apelidá-los de ‘tristes’:

Odeio as viagens e os exploradores. E aqui estou eu disposto a relatar as minhas expedições. (...). Não há lugar para a aventura na profissão do etnógrafo; só serve para o avassalar, exercendo na eficácia do trabalho a pressão das semanas e dos meses perdidos no percurso, das *horas ociosas gastas com o informador esquivo* [s.n.]; (...). É possível, sem dúvida, consagrar seis meses de viagens, privações e lassidão fastidiosa à recolha (que demorará alguns dias, por vezes algumas horas apenas) dum *mito inédito, dum regra de casamento nova, dum lista completa de nomes clânicos*, mas esta escória da memória: «às 5 e 30 da manhã entrávamos na doca do Recife em meio de grasnar das gaivotas e dum frota de mercadores de frutas exóticas que enxameava ao longo do casco», essa recordação tão débil, merece que erga a minha pena para a fixar? [Lévi-Strauss 1955: 11].

frase que insinua na sua constituição íntima a profunda ambiguidade da relação colonial da Antropologia.

Alguma ambiguidade pode ser sentida, talvez, na relação etnográfica concebida por Geertz, mas ela é decerto diferente da intuída das palavras de Lévi-Strauss. Para este autor, a pesquisa antropológica é uma busca de essências universais do ser humano (‘um mito inédito, uma regra de casamento nova, uma lista completa de nomes clânicos’), ou mais rigorosamente, da expressão ‘local’, ‘inconsciente’, ‘cultural’, dessa universalidade. Toda a relação etnográfica mantida entre o antropólogo e o informador (esquivo) é apenas *um meio* de recuperar essa pepita ‘platónica’, esse elemento da idealidade comum da Humanidade, que não existe a não ser ali (McNeill 1986: 164). Por isso, a viagem se torna tão insuportavelmente pesada para o cientista viajante.

Em Geertz, porém, é na espessura da facticidade da relação etnográfica assim constituída que se desenha o essencial da prática antropológica. É o *evento* e não a essência que se busca. Assim, não só a viagem é a veia cava que alimenta a narrativa antropológica, como ela é, por necessidade, constantemente renovada, porque o

antropólogo geertziano tem a noção perfeita de que o episódio a que assistiu, e que descreveu no seu caderno de campo, não é mais do que a tradução momentânea entre dois universos textuais, autorizada pela relação etnográfica consentida entre um determinado ‘antropólogo’ e um determinado ‘informador’.⁴²

Porém, poderíamos ir ainda mais longe, e reunir a ambiguidade comum da Antropologia ‘estruturalista’ e ‘geertziana’, designando, como constitutiva da relação antropológica, uma essencial representação do que é próprio longe dos seus limites, uma *abjecção* essencial do medo do distante. Poderíamos mesmo afirmar, talvez um pouco desassombradamente, que o essencial da prática antropológica tem o seu fundo num desvario do desejo, que leva a que o mais importante não sejam nem as listas dos sistemas clínicos, nem o comentário mútuo dos textos em encontro (ou em confronto), mas sim a ‘geografia impura’ (Azevedo 2006) da relação de alteridade centrada no *viajante*, esse eterno descontente que afirma que, e por muito que Lévi-Strauss nos pretenda convencer do contrário (mas, não o nega inconscientemente ao escrevê-lo?), o mais importante da relação antropológica é estabelecido entre o investigador e ele—próprio; que passa por poder escrever, num caderno de notas, que ‘às 5 e 30 da manhã entrávamos na doca do Recife em meio de grasnar das gaiivotas e duma frota de mercadores de frutas exóticas que enxameava ao longo do casco’.

Para lá da ambiguidade partilhada entre ‘estruturalismo’ e ‘geertzianismo’, ainda assim não gostaríamos de nos afastar da linha essencial da análise da contribuição de Geertz para uma teoria ‘espacial’ ou ‘locacional’ da cultura, nem do modo como nos servirá de cenário epistemológico da interpretação da prática científica de Martins Sarmiento. Ela, a contribuição de Geertz, passa, gostaríamos de insistir neste ponto e sublinhá-lo com convicção, pela afirmação de uma imperenidade do texto antropológico como reflexo do carácter *eventual* da relação etnográfica. Assumir esta dissolução da ontologia do ‘outro’ (como, ao contrário, cremos, não acontece com Martins Sarmiento

⁴² ‘Nothing has done more, I think, to discredit cultural analysis than the construction of impeccable depictions of formal order in whose actual existence nobody can quite believe’ (Geertz 1973: 18). Esta crítica de Geertz traz-nos à memória uma crítica semelhante, no domínio da Arqueologia, historiada por Vítor Oliveira Jorge: ‘[C]omo dizia o Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “nos desenhos bate sempre tudo certo”’ (Alarcão e Jorge 1997: 68).

na sua relação com o ‘povo’ e as suas ‘tradições’)⁴³ resulta, a nosso ver a necessidade de atribuir um alto significado às *práticas inter-textuais* de que resulta, em última análise o ‘acto inscriptor’ de descrição de uma cultura num texto mais ou menos definitivo.

É especialmente neste ponto, a qualidade e natureza de inscrição do sistema social, que Geertz expõe a sua dívida intelectual para com Ricoeur. Ao aplicar a metáfora textual no trabalho do antropólogo, Geertz replica a teoria semiótica de Ricoeur que sustentava que essa metáfora detinha uma especial capacidade de dar conta das construções sociais do significado e da cultura, uma vez que, para este autor, texto e sociedade são de natureza caracteristicamente similar no que concerne os mecanismos de produção, circulação e recepção de significado.⁴⁴

Ricoeur designou mesmo as similaridades que permitem a replicação das técnicas de estudo do texto na análise das práticas sociais: inscrição, plasticidade, reinterpretação contínua e polissemia, parecem ser atributos partilhados entre estas duas realidades. Porém, o exemplar de trabalho mais importante associado à metáfora textual tem a sua origem na Antropologia, o que não é inesperado, uma vez que o texto sempre foi o construto mais comum desta disciplina, desde a sua origem. Geertz sugere que o antropólogo, enquanto intérprete de culturas diferentes, pouco mais pode fazer do que interpretar as práticas sociais do mesmo modo como se lê e interpreta um texto. Mais ainda, afirma que esta operação é imposta não apenas aos intérpretes externos às culturas alheias, mas inclusivamente para quem nelas participa ‘por dentro’. Esta ‘tradução’ contínua e assimétrica levanta uma questão dupla de ordem teórica e ética:

⁴³ Correndo o risco de sermos superficiais na nossa análise, ainda assim não conseguimos deixar de considerar que os pressupostos epistemológicos que estão por trás da ‘restituição’ da alteridade histórica (absoluta) pela dialogação indirecta da alteridade ‘antropológica’ (relativa) põem em contacto muito íntimo a atitude intelectual dos ‘sábios’ oitocentistas e algumas propostas etno-arqueológicas mais recentes (cf. e.g., o capítulo introdutório de David e Kramer [2001]). Descontando alguma ingenuidade das comparações transversais oitocentistas e a sofisticação das propostas actuais, ainda assim cremos que existe matéria para reflexão.

⁴⁴ A metáfora textual tem uma longa tradição no desenvolvimento do pensamento ocidental, porque a palavra escrita sempre deteve uma realidade mais tangível que qualquer outra forma de produção cultural. Métodos muito diversos foram sendo desenvolvidos de modo a extrair o significado dos textos desde que, no século dezanove, Dilthey inaugurou o uso científico da hermenêutica. Este método foi complementado por inúmeros outros, como a análise formalista e estruturalista, ou, mais recentemente, pela desconstrução e análise de discurso. A própria historicidade dos métodos sugere o modo como foi evoluindo a própria concepção do texto.

teórica, pelo que representa de fluido em qualquer representação da alteridade, ética, pelo que representa da capacidade de ‘falar pelo Outro’:

‘What’, does Paul Ricoeur, from whom this whole idea of the inscription of action is borrowed and somewhat twisted, asks, ‘what does writing fix?’ ‘Not the event of speaking, where we understand by the “said” of speaking that intentional exteriorization constitutive of the aim of discourse thanks to which the *sagen* – the saying – wants to become *Aus-sage* – the enunciation, the enunciated. In short, what we write is the *noema* of the speaking. It is the meaning of the event, not the event as event.’⁴⁵

Assim, também o antropólogo ‘inscreve’ o significado ‘cultural’ dos eventos que observa, o ‘dito’ e não o processo da sua enunciação. O poder desconstrutor de uma relação antropológica assim tecida é, naturalmente, enorme. Os fundamentos principais de atribuição de objectividade à narrativa da alteridade passam não só pela presunção de verdade do narrado, mas também da ‘universalidade do particular’, isto é, da possibilidade de atribuir um significado a um evento que se transcenda a si próprio, que não seja apenas a descrição do transitório, mas permita um especial *insight* da totalidade da cultura a que diz respeito. No domínio da teoria esta limitação é insuperável e, por isso mesmo, veremos que Geertz estabelece a possibilidade de desvelamento da alteridade em fundamentos especificamente *práticos*: ‘This is not as fatal as it sounds,

⁴⁵ Geertz 1973: 19. Também por esta razão, a metáfora textual encontra-se hoje sob um escrutínio rigoroso, e sob grande desconfiança, sendo progressivamente enriquecida ou mesmo substituída por concepções e construtos alternativos que não se baseiem em qualquer pressuposto essencialista. Para alguns autores pós-marxistas, a abordagem textual não é imune a críticas de idealismo e ‘textualismo’, ao perder o contacto e ao não integrar no seu aparelho teórico e metodológico os factores materiais e as condições objectivas de produção dos discursos. Outros autores defendem que esta simplificação ‘textocêntrica’ da esfera da produção cultural deixa para trás algumas outras formas de práticas de significado que são igualmente importantes, tanto como os textos, na construção das identidades e formação dos sujeitos sociais, nomeadamente práticas performativas de carácter mais efémero mas que detêm um papel central na definição e posicionamento dos sujeitos sociais. Por isso, a intertextualidade, o ‘contexto do texto’ que foi usado como construto principal pelo programa da ‘metáfora do texto’, tem vindo a perder a sua caracterização puramente textual, de modo a integrar todas as práticas espaciais significantes, e as representações de lugar e paisagem associadas. Especificamente sobre a influência das noções ricoeurianas de ‘conflito interpretativo’ e ‘significado inter-subjectivo’ em Geertz e na Antropologia em geral, cf. R. C. Ulin (Ulin 2005: 885-886).

for, in fact, not all Cretans are liars, and it is not necessary to know everything in order to understand something' (Geertz 1973: 20.).

No fim, contudo, permanece a noção de que a Antropologia já não é a mesma, se transfigurou irremediavelmente, e de que a possibilidade de enunciar discursos sobre situações feridas de alteridade extrema não se resolve apenas pela dissolução do lugar privilegiado do 'antropólogo', mas pela redução biográfica entre ele e o 'informador' – algo que os defensores dos *subaltern studies* assumirão como elemento-chave constitutivo da relação etnográfica, sem o qual essa mesma relação não poderá nunca passar de um tecido ficcional sobre factos a que nunca se tem definitivamente acesso.⁴⁶

As ideias acima reunidas permitem caracterizar o pensamento de Geertz, especialmente o contributo insubstituível que representam para a afirmação de um 'ponto-de-vista geográfico' nas Ciências Sociais. Relativismo, fixação local da cultura e da identidade, carácter construído da relação etnográfica, poder heurístico da 'conversação' e, sobretudo, a dimensão moral de falar *com, sobre e pelos* outros, são os elementos que nos farão companhia no momento de interpretar a produção histórica (e etnográfica) de Martins Sarmento. Porque, tal como o 'informador' indiano que devolveu a segurança ontológica da sua ciência à perturbadora dúvida metódica do 'antropólogo', também no nosso caso, sabemos que a relação com o desconhecido e com o 'Outro' não tem nunca nem um fim nem um retrato definitivo:

There is an Indian story – at least I heard it as an Indian story – about an Englishman who, having been told that the world rested on a platform which rested on the back of an elephant which rested in turn on the back of a turtle, asked (perhaps he was an ethnographer; it is the way they behave), what did

⁴⁶ Os *subaltern studies* constituem uma tradição de estudos pós-coloniais, com origem na Índia, que prestou uma atenção especial ao modo como as figuras 'subalternas' (decerto que não o 'antropólogo' nem, especialmente, o seu 'informador') estão limitadas na enunciação das suas vozes narrativas. Com esta posição epistemológica, pretende-se evitar que a narrativa e análise histórica fiquem *duplamente* reféns do textualismo das fontes históricas e etnográficas, e assim promovam os discursos extremos essencializados da 'dominação' e da 'revolução', cada um deles necessariamente incompleto na determinação do todo social a que diz respeito: num extremo a dinâmica cultural ficaria aprisionada na 'inferiorização' da população indígena; no segundo caso, ficaria igualmente aprisionada por um discurso 'presentista' da libertação, dentro do qual se invisibilizariam as contradições internas das situações pós-coloniais. Cf., especialmente, Guha (1997) e, no contexto da Arqueologia, Gosden (2001).

the turtle rest on? Another turtle. And that turtle? ‘Ah, Sahib, after that it is turtles all the way down’.⁴⁷

2) Ao falar de Goffman, de imediato nos surge no espírito a noção essencial da vida quotidiana e os micro-espacos de co-presença como os constituintes mais fortes na estruturação da vida social, incluindo mesmo a ideia, por vezes caricaturada em extremo, de que não ‘existe vida’ para além da competência social da vida pública. Mesmo que alguma crítica recente tome em consideração o carácter excessivo desta mesma caricatura, cremos, ainda assim, que a competência social de produção, circulação e recepção do conhecimento depende em grande parte das relações estabelecidas ao nível da apresentação quotidiana.⁴⁸

Não é nossa intenção proceder a uma caracterização muito pormenorizada da obra de Erving Goffman, matéria que estaria deslocada no contexto geral desta introdução teórica. Apenas nos limitaremos a destacar, com a exposição necessária dos elementos mais destacados, a contribuição que ela pode dar a uma afirmação global do ‘ponto-de-vista geográfico’ na Ciência Social, e especificamente na esfera da História (Geografia Histórica) da Ciência. Nesse sentido, gostaríamos de destacar quatro pontos que podem estruturar o panorama geral da ‘micro-geografia goffmaniana’.⁴⁹

Em cada um deles se pretenderá reter não apenas o carácter geral da sociologia ali definida mas a espacialidade específica que está associada à prática social, e se usamos

⁴⁷ Geertz (1973): 28-29. Apesar do registo irónico desta narrativa, e que predispõe o leitor à crítica dos parâmetros relativos constitutivos da sua própria mundividência, deve ter-se em atenção o poder ‘orientalista’ da palavra ‘sahib’ (e do contexto associado da narrativa), e recordar os inúmeros contextos em que, desde a infância, um participante da cultura ‘ocidental’ a ela tem acesso. Tendo a reconhecer algum poder heurístico à crítica feminista que denuncia a denúncia pós-colonial como uma pervivência ‘politicamente correcta’ da assimetria original das relações culturais da Modernidade, quer de um, quer do outro lado dessa relação (Narayan 2000: 80-100).

⁴⁸ Para uma crítica ao excesso caricatural da sociologia de Goffman, cf. Denzin (2002). No outro extremo, para uma expressiva e emotiva ‘incarnação’ pessoal da teoria goffmaniana, associada à apresentação diária da diferença ‘racial’ em ambientes culturalmente dominantes, cf. Gaines (2002). Gaines apresenta as noções goffmanianas de *framing* e *recognition* como o fundo existencial primário de identificação da (sua) ‘raça’ (negra) em ambientes diversificados de (in)tolerância racial e descobre nela os principais instrumentos de uma espécie de ‘redenção prática’ das fragilidades e resistências de uma relação cultural assim estabelecida.

⁴⁹ Este quatro pontos seguem, de resto, a mesma divisão formal que Ann Branaman faz incidir na substância concreta da obra de Goffman (Branaman 2004: xlv).

o termo ‘espacialidade’ é justamente com o intuito de destacar o carácter dialéctico da relação social-espacial, sem que se atribua, essencializadamente, a prevalência a qualquer delas.

Num primeiro ponto, destacar-se-ão os lugares específicos de co-presença como indutores dialécticos da expressão da identidade. Neste contexto, não se deixará de referir a ambiguidade essencial que, no contexto da obra de Goffman, se atribui à natureza concreta dessa mesma expressão de identidade. Um ser humano que se apresenta socialmente, confrontado com a natureza convivencial da sua relação com o ‘Outro’, deve, ou tem de, situar a sua expressão de identidade [o que Goffman chama *self*] na relação conjunta dos constrangimentos impostos e pela manipulação possível do drama a partir do cenário. Para Goffman estas duas situações estão longe de ser antitéticas, e na sua conflagração reside justamente a formação da subjectividade: o indivíduo é resultado das condições sociais e ‘públicas’ de interacção, mas é, ao mesmo tempo o produtor delas. Do sucesso relativo em desenhar-se um posicionamento, neste *continuum* de poder e sujeição, deriva a afirmação individual do poder dentro de um grupo. Como veremos a seguir, os participantes de uma reunião científica, mesmo no âmbito de uma actividade tão supostamente neutral como é a Ciência, não são imunes a estas condições nem aos seus efeitos.

Em segundo lugar, far-se-á referência ao modo como o posicionamento ‘público’ (e esta palavra refere-se a qualquer forma de co-presença entre indivíduos numa rede estruturada de reconhecimento, como o é também a comunidade científica de uma determinada disciplina) deriva e assenta numa rede ‘estrutural’ de poder, ou de acessibilidade a ele. De facto, e este ponto diz directamente respeito ao extremo não voluntarista da dialéctica enunciada no ponto anterior, um indivíduo apenas pode exprimir convenientemente a sua relação de reconhecimento mútuo com os outros participantes com quem interage, se puder sustentar uma imagem ‘pública’ (ainda que seja num contexto específico) de plena respeitabilidade, e esta só pode atingir-se se existir uma relação prévia, substantiva, com as regras ‘formais’ de estruturação espacial e social da audiência correspondente; porém, como é esperado, o acesso aos recursos que definem substantivamente a estrutura de poder depende em grande medida do reconhecimento prévio no contexto dessa mesma estruturação de poder, *i.e.*, do *status quo*.

A estrutura de poder definida pelo recurso diferencial às diversas modalidades da cultura dominante, ainda que exiba o mesmo tipo de comportamento e se enuncie sob o mesmo tipo de pressupostos, pode apresentar-se de forma mais ou menos violenta. Algumas instituições de ‘cultura dominante’ podem mesmo assumir a forma de completa supressão da liberdade individual e do direito ao corpo. Escolas, hospitais, asilos, prisões (enfim, as *bêtes noires* de Foucault) são por excelência lugares em que a individualidade é quase totalmente dissolvida na estrutura geral do poder e onde a capacidade de acção individual, socialmente considerada [*agency*], é tornada quase inoperante. Obviamente não estamos a dizer que essa dissolução se efectue do mesmo modo em todas aquelas expressões de espacialidade-poder, antes queremos enfatizar que ela existe, do mesmo modo, nas instituições de produção do conhecimento científico. E não estamos a referir-nos apenas a lugares de grande especialização cultural e social (e de poder, portanto), como sejam os laboratórios de investigação avançada, mas sim em *todas as instâncias* em que a Ciência se produz, difunde e recebe.⁵⁰

Um terceiro nível de caracterização da espacialidade na teoria goffmaniana prende-se com a expressão concreta dos cenários ‘locais’ de apresentação pública da identidade. É a este nível que podemos fazer uma referência directa às metáforas ‘espaciais’ que habitam a sua obra como descrição analógica da vida social. Fixados em

⁵⁰ Esta capacidade ‘espacial-social’ de representação da ‘estrutura’ cultural dominante no contexto da Ciência fica expressivamente enunciado nas reuniões de co-presença destinadas à defesa pública de provas científicas. Para além da natural hierarquização que da estrutura académica se reproduz na ‘sala de dissertação’, o próprio cenário da sua apresentação é conducente a exprimir espacialmente as condições assimétricas de juízo mútuo, e assim a sobrepor a organização ‘estrutural’ à eventual expressão da capacidade-de-acção individual socialmente considerada (*agency*). O mesmo se passa em salas de tribunal, consultórios médicos, salas-de-aula, etc. Outro caso particularmente ‘exuberante’ de um certo modo de espacialmente criar as condições de diminuição efectiva da capacidade de acção individual passa, por exemplo, no contexto da produção científica, nas regras endógenas de autorização que a citação bibliográfica reproduz. A citação bibliográfica, mais do que qualquer outro, é o elemento singular que mais directamente individualiza o ‘género científico’. Se um artista plástico, por exemplo, retirar elementos iconográficos de outros autores anteriores a si, não tem a obrigação de o assinalar explicitamente na sua obra; ao contrário, a produção científica exige-o, e nisso consiste essencialmente. Por isso, no limite, a ‘qualidade pública’ da Ciência, mais do que a afirmação de um conteúdo verdadeiro é a afirmação colectiva do juízo relativo de verdade. Sobre a possibilidade de restituição contextual da ‘capacidade de acção’ a partir da leitura interpretativa do registo arqueológico, é imprescindível a consulta dos trabalhos de J. Barrett (Barrett 1994; 2001; e cf. Johnson 1989)

elementos facilmente discerníveis na produção semântica da metáfora, a ideia de ‘palco’, ou de ‘igreja’, até de ‘mesa-de-jogo’, remetem imediatamente para a caracterização dupla, espacial-social, de lugares específicos (e regras associadas) em que se desenham alguns dos atributos mais importantes de uma relação social estabelecida pela afirmação co-presente da identidade. Em cada um destes lugares existe uma tensão essencial e inescapável (‘actor-audiência’, ‘ritual-fé’, ‘legalidade-moralidade’) que é a marca mais impressiva de uma teoria interaccionista simbólica, *performativa*, como é a de Goffman.

São inúmeros os exemplos concretos destes tipos de analogias presentes na estruturação espacial-social da vida ‘pública’ da comunidade científica, muitas vezes dela fazendo parte não apenas uma daquelas expressões metafóricas, mas até mais do que uma ao mesmo tempo. A *forma* de apresentação concorre em importância com a do seu *conteúdo*, exactamente do mesmo modo como, num templo, a forma *ritual* de apresentação da espiritualidade comum é sempre necessária à visibilização pública do conteúdo intangível da *crença* individual.

Finalmente, far-se-á referência ao conceito goffmaniano de *framing*, o qual, apesar de possuir uma natureza semelhante ao de ‘estrutura’ não se confunde com ele. Este conceito, que com naturalidade se poderia traduzir por ‘enquadramento’, reflecte a capacidade que detém a organização co-existencial dos seres humanos em aferir o significado das práticas sociais aos arranjos específicos da sua apresentação. Em termos espaço-sociais, este conceito pode compreender-se com mais facilidade se fizermos referência ao seu equivalente cinematográfico. Nesta forma de linguagem, o cinema, o ‘enquadramento’ consiste justamente em fazer destacar alguns elementos do ‘fundo’ de modo a permitir uma determinada significação da ‘figura’ e da capacidade iconográfica dessa escolha reside, a maior parte das vezes, o sucesso relativo do papel narrativo da personagem.

Também na vida social, especificamente nas modalidades de co-presença da vida académica e científica, a capacidade de ‘apresentação’ individual deriva substancialmente da sua habilidade em interagir com o enquadramento de fundo semiótico de comunicabilidade. Porém, ao contrário do original de replicação cinematográfico, a maior parte dos indivíduos não possui a capacidade de determinar a

experiência do enquadramento, resultando, por isso mesmo, uma fortemente diminuída, quando não inviabilizada, prestação pública da sua individualidade.⁵¹

No que diz respeito ao primeiro dos pontos enunciados, a apresentação individual da identidade num contexto de co-presença e a tradução espacial dessa mesma relação, já antes referimos que o ponto mais importante a destacar da teoria interaccionista de Goffman, no contexto de uma eventual ‘geografia histórica da Ciência’, é a ambiguidade essencial que é atribuída ao papel do indivíduo. Este ‘desliza’ entre os extremos praticamente inalcançáveis de negação absoluta da identidade subjectiva e afirmação puramente inter-subjectiva do comportamento público, por um lado, e a dominação efectiva do contexto de co-presença, de modo a recuperar o contexto de afirmação dessa mesma identidade voluntarista. Em qualquer dos casos, porém, Goffman afirma que a principal característica das situações estruturadas de co-presença passa justamente pela quase impossibilidade de fazer determinar a aceitação pública de uma dada imagem individual.

Além das características de construção pública da identidade, que passam fundamentalmente pela convicção de que aquela depende, em primeira instância, de um enunciado de várias formas de valorização pessoal em termos que a estrutura social reconhece como pertinentes,⁵² mas que pode, dialecticamente interagir, manipulando-a,

⁵¹ A oposição relativa entre *framing* e estrutura, em Goffman, reproduz, afinal, a ordem espacial-social da oposição entre uma ontologia (e, necessariamente, uma epistemologia) ‘interaccionista’ e ‘estruturalista’; a primeira supõe-se que se enuncie apenas no momento da co-presença, mas sendo determinada pelo *status quo* relativo à extensão ‘arquitectural’ da segunda. A ideia de que a noção de *framing* retira a força estrutural da sua afirmação de uma expressão formal, que não depende directamente das condições substantivas do ‘encontro’, mas se mantém *para além delas*, levou alguns autores a negar que a micro-sociologia goffmaniana fosse realmente ‘interaccionista’: (...) Goffman’s work [is] an American variant of contemporary structuralism and, consequently, [we should abandon] the common misunderstanding that makes of Goffman a symbolic interactionist’ (Gonos 1977: 854). A crítica conceptual da noção de *frame* é especificamente levada a cabo por Thomas Scheff (Scheff 2005), no sentido de determinar o mínimo de organização linguística comum que permite e exhibe o comentário mútuo entre interlocutores. Veja-se a proposta de Jennifer Tucker, do ponto de vista da Arqueologia, assim como de todas as outras ciências ‘exibicionistas’ (suportadas visualmente por museus, arquivos, reproduções, etc.) da ordem científica da Modernidade, e o lugar que o ‘enquadramento’ adquire na cultura visual da ciência assim considerada (Tucker 2006).

⁵² Não estamos aqui muito longe do conceito de ‘capital’ em Bourdieu. Como se verá mais à frente, o sociólogo francês considera que todas as formas capital (económico, político, cultural, etc.) podem ser traduzidos entre si, sem que nenhum deles detenha uma posição especialmente predominante, nem mesmo o económico. O capital simbólico (representação de poder) assim constituído representa a soma de todas as formas de capital possuído e a qualidade

Goffman parece recolher a garantia do carácter essencialmente ‘público’ da produção identitária na observação do facto de menorização relativa do sujeito. Constitui-se na constatação de que a formação da subjectividade é suficientemente plástica para obedecer aos mecanismos instituídos publicamente de recusa parcial da própria entidade subjectiva: a resignação que é demonstrada por grande parte das pessoas que, no momento de apresentação pública da sua identidade, são privadas de alguns dos papéis sociais que julgavam poder cumprir, é a prova, para Goffman, que não só se pode falar de uma entidade absoluta e prévia do ‘eu’, como a identidade consiste fundamentalmente de uma série mais ou menos desgarrada de vários momentos de afirmação pública identitária, referentes a diversas esferas públicas, que podem ser arbitrariamente separados ou emendados, suprimidos e adicionados, sem que a esfera central de afirmação pública da subjectividade seja sentida como insuportável pelo sujeito considerado concretamente.

Esta é a contradição essencial que preside à caracterização da identidade subjectiva em Goffman, contradição que é apenas aparente, e cuja irresolubilidade apenas se baseia na concepção essencialista de atribuição de uma personalidade a um corpo orgânico, herdeira da tradição humanista ocidental. Para Goffman, a aparente dualidade que parece existir entre um ser humano, considerado em si mesmo, na sua individualidade corporal, na individuação da sua personalidade, no processo final de construção de uma biografia, não colide com a noção de esse mesmo ser individual apenas se determinar identitariamente no conjunto de oposição e manipulação dos ambientes públicos em que se apresenta. A ideia de que um indivíduo, considerado na sua biografia, corporalidade e organicidade (a crença de que o cérebro aloja uma personalidade ‘orgânica’, não social,

diferencial dos seus elementos (Bourdieu 1977: 42 ss.); dito de outra forma, não é apenas a quantidade de capital que pode só por si garantir a mobilidade social mas também a diversificação; o ‘capital cultural’, que forma o essencial da valorização pública do intelectual detém alguma resistência de intermutabilidade por outras formas de capital. No contexto da Arqueologia é especialmente significativo poder falar-se de uma forma de capital ‘artístico’, no sentido da detenção exclusiva, por parte de um determinado grupo, de uma esfera do gosto, e através dela atingir uma idealidade da relação social respectiva (Bourdieu 1979; cf. tb. González Ruibal 2003: 315-329). Desde este ponto de vista, a organização arquitectónica de um espaço pode ser considerada sob o ponto de vista de ‘acumulação de capital’ do gosto, que estabelece não apenas o ‘hábito’ do seu consumo mas igualmente as regras da sua própria superação (Bourdieu 1990).

é fundamental no projecto da Modernidade⁵³) não é compatível com o jogo ‘desonesto’ da manipulação da sua apresentação pública impede de compreender, para Goffman, que as duas situações são a formulação de uma única realidade: aquela, sendo historicamente constituída sempre nesses moldes, leva a que se tenha de considerar o ser humano ‘enquanto-tal’ como justamente o que tem sucesso ao apresentar-se publicamente:

It is the self-as-performer which could properly be considered to be housed within the individual organism and not entirely determined by social contingencies. When we define our own or another person’s self, however, we usually have in mind much more than these basic energies, desires, and impulses. Goffman emphasizes that the self-as-performer is not the same as the self as such, but rather is the basic motivational core which motivates us to engage in the performances with which we achieve selfhood. Thus, dualistic images of self do not contradict his idea that the self is socially constructed. As Goffman sees it, the socialized self, or the self-as-character, represents a person’s unique humanity. *It is the socialized self of the character performed, not the self-as-performer, which is equated with self in our society.* But this part of the self, according to Goffman, is a social product. Paradoxically, it is the self performed outwardly in social life and not the inner motivational core that we think of as the *inner* self [Branaman 2004: xlix. Ênfase nossa].

A existir uma máscara no momento de afirmação pública da nossa identidade, ela é feita pela pele da própria cara, e não pode retirar-se uma sem rasgar a outra, pois a natureza humana é fundamentalmente a capacidade de orientar cada indivíduo para as situações sociais de co-existência que lhe propiciam a afirmação dessa mesma suposta universalidade. É uma tautologia existencial que governa a formação da subjectividade,

⁵³ No momento historicamente mais significativo da afirmação do ideal da Modernidade, o século dezassete da Europa da Reforma, esta concepção ‘tópica’ da individualidade intelectual do cérebro tornou-se de tal forma dominante que S. Shapin (Shapin 1991) veio a conformar a ‘localização’ preferencial da produção do conhecimento científico: a *mente*.

e é apenas ao nível da sua performatividade que ela ganha a estabilidade ontológica que lhe permite não só sobreviver, mas especialmente *viver*.⁵⁴

O ponto central a ser destacado numa concepção interaccionista assim definida é a de que a ‘personalidade’ não exige uma radicalidade mais profunda do que o ‘papel’ ‘apresentado’ (e não ‘representado’, pois este termo exigiria uma hierarquia ontológica entre as duas entidades), uma vez que a noção de ‘personalidade’ ou ‘identidade’ como expressão de uma essência prévia é ela mesma a expressão de uma apresentação simbólica interaccionista, isto é, *de um papel a cumprir*: aquilo que um ser humano ‘é na realidade’ está sempre inalcançável, mesmo para o próprio, tanto como para os outros: ‘What is important is the sense he [or she] provides them [the others] through his [her] dealings with them of what sort of person is behind the role he is in’ (Goffman 1974: 298). Veremos, mais tarde, como a representação da afirmação identitária do ‘investigador’ no seio de uma comunidade académica exige o reconhecimento tácito da sua produção de subjectividade, entendida como interlocutor válido no contexto comum de apresentação pública e que é aí, tanto como no mecanismo citacional que faz parte integrante da prática ‘pública’ científica, que se denotam os mecanismos propriamente espaciais de configuração de um *status quo* académico, gerador de fenómenos de inclusão e exclusão que ultrapassam a simples esfera teórica.⁵⁵

O poder constitutivo do ‘lugar’ tem um papel conceptual fundamental na teoria que ficou conhecida sob o nome de ‘symbolic interactionism’ de Goffman. Nela são especialmente tomadas em conta as condições sociais e espaciais de estruturação de rotinas de co-presença dos actores sociais, e especificamente da sua condição ‘corporal’. Não é, portanto, de admirar que Goffman tenha centrado a sua investigação em

⁵⁴ O aristotelismo [Aristóteles, na sua frase ‘o homem é por natureza um animal político’, destaca, do mesmo modo que o fará Goffman, a ligação essencial entre o impelimento *animal*, natural, do indivíduo para aferir o seu comportamento em *público*], implícito nesta concepção sociocêntrica do ser humano representa uma ruptura epistemológica importante em termos das Ciências Sociais que, quer através da espiritualidade medieval-reformista, quer pela ‘racionalidade’ absoluta dos iluministas-positivistas, mantinham um fundo comum conveniente de teleologia (quando não providencialismo) na concepção do Tempo e da dinâmica da sua evolução e transformação.

⁵⁵ Cf. Meskell (2002: 279-280). Neste contexto, ver-se-á como os mecanismos de ‘reconhecimento inter-pessoal’ são, para a manutenção de um diálogo activo entre a audiência de uma determinada disciplina académica, e neste caso a Arqueologia, muito mais importantes e *eficientes* do que a eventual concordância ou discordância teórica. Pelo menos, assim o revela a disposição micro-espacial da sua própria expressão pública.

situações físicas de reunião de um grande número de pessoas, como fábricas e estádios desportivos, e a que nós associamos, por exemplo, os congressos e mesas-redondas dos investigadores de uma determinada área de pesquisa científica, como sejam os arqueólogos. Estes espaços de grande proximidade física e social são, por isso mesmo, lugares privilegiados de co-presença, de associação induzida, e portanto, situações em que se desenvolvem fortes relações de interacção simbólica. As implicações desta concepção social de Goffman tem por isso um significado espacial concreto. Por um lado, usando as ‘arquitectónicas’ do espaço como indicadores do tipo de práticas que pretendem induzir. Por outro, e em consequência daquele, pelo carácter propriamente espacial que assumem as condutas assim ritualizadas, quando traduzidas em situações de normatividade e dissidência:

A correctly staged and performed character leads the audience to impute a self to a performed character, but this imputation – this self – is a *product* of a scene that comes off, and is not a cause of it. The self, then, as a performed character, is not an organic thing that has a specific location, whose fundamental fate is to be born, to mature, and to die; it is a dramatic effect arising diffusely from a scene that is presented, and the characteristic issue, the crucial concern, *is whether it will be credited or discredited* [Goffman 1959: 252. Ênfase nossa.].

Um exemplo concreto que pode ajudar a ilustrar o que temos em mente quando fazemos uso do conceito de ‘arquitectónicas de espaço’ proposto por Goffman é a ‘mesa-redonda’ a que pudemos assistir em 21 e 22 de Fevereiro de 1997, intitulada *Conceptualização e Interpretação em Arqueologia: Perspectivas Actuais*, na Fundação Eng.º António de Almeida, no Porto.

Esta ‘mesa-redonda’ incluiu-se num momento específico de activação dos problemas de epistemologia da Arqueologia entre algumas das figuras principais do panorama institucional da disciplina, enquadrando-se especificamente no que poderíamos chamar o debate ‘Alarcão-Jorge’, por nele terem participado, e mutuamente interpelado, dois nomes maiores da disciplina, o Prof. Jorge de Alarcão e o Prof. Vítor de Oliveira Jorge. O carácter personalizado dessa confrontação teórica teve uma expressão justamente ‘goffmaniana’ na disposição espacial da discussão ao redor desta

mesa, fisicamente situada numa sala da Fundação Eng.º António de Almeida, a qual, apesar da boa vontade do título, se verá que não foi assim tão ‘redonda’ como se poderia pensar; para o seu ‘esquinamento’, *i.e.*, a atribuição e exercício de hierarquias pessoais, sociais e institucionais, contou em grande medida o posicionamento espacial dos contendores, assim como a capacidade de visibilização ou invisibilização propriamente locucionária das intervenções respectivas.⁵⁶

O esquema ‘formal’ do diálogo que foi mantido ao longo de dois dias é apresentado sob dois aspectos. Em primeiro lugar, tomou-se em consideração os pares de intervenientes que foram postos em comum por um qualquer acto locucionário, e especificamente ‘vocativo’: ou seja, retiramos do texto (gravado e posteriormente impresso) das sessões, todas as situações de comunicação que incluíam uma referência directa, dialogal, entre quaisquer dois dos intervenientes da mesa-redonda. A simples existência de um canal de comunicação entre um par de intervenientes permite reconhecer a existência de um vínculo comunicacional ‘institucional’ entre ambos, *i.e.*, se um dos intervenientes interpela directamente outro, reconhece-se nessa ‘ligação’ a existência de um vínculo propriamente social entre ambos, pois pertencem os dois à mesma esfera social em que não é arbitrário um determinado tipo de acto locucionário.

De um modo simplificado, chamamos a este nível da análise ‘disciplinar’, porque recolhe uma série concorrente de actos locucionários de ‘reconhecimento entre pares’, independentemente de concordarem ou não em questões de fundo epistemológico. Nesta estrutura nebulosa, em que co-existem inúmeros subgrupos (arqueólogos, investigadores, museólogos, directores institucionais, estudantes universitários, técnicos, simples curiosos, sem que sejam, como é natural, mutuamente exclusivos), facilmente se constata que o espaço comunicacional é decisivamente dominado por um

⁵⁶ O debate aqui referido teve início com a publicação, por Jorge de Alarcão, do livro *Para uma conciliação das Arqueologias*, (1996), e pela resposta quase imediata por parte de Vítor O. Jorge e Susana O. Jorge (1996), no âmbito de outros escritos semelhantes sobre epistemologia da Arqueologia (1995). Durante alguns anos este debate ganhou alguma visibilidade no contexto da Arqueologia portuguesa, dando origem a outros escritos, sobretudo de Jorge de Alarcão, que vieram a ser reunidos em volume (2000). A afirmação de um ‘ponto de vista geográfico’ sobre estes mesmos temas da epistemologia tem constituído justamente o ponto de partida do nosso trabalho, que, incidindo sobre a produção teórica de algumas personalidades científicas e dos seus respectivos programas de pesquisa (Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Mendes Correia) tem pretendido estabelecer as bases de uma Geografia (histórica e cultural) da Arqueologia (Pimenta, 2005^a, 2005^b, 2006), na qual este mesmo estudo se inclui.

conjunto de intervenientes que acumulam as qualidades de investigador (universitário) e arqueólogo do terreno.

Em segundo lugar, na ‘textura’ da própria discussão far-se-á referência à articulação conjugada das expressões de concordância / discordância. Este ponto é muito importante e gostaríamos por isso de o explicitar detidamente. Numa situação locucionária ‘vocativa’ como a que pretendemos ilustrar com esta mesa-redonda e que contém os principais elementos que nos interessam para apresentar a expressão do espaço coloquial e quotidiano que a análise goffmaniana reconhece como estruturante da vida social, existem dois níveis de interpretação das relações comunicativas estabelecidas. Como já referimos, do ponto de vista ‘morfológico’, a simples presença da referência do Outro no nosso discurso, seja para concordar ou discordar, reconhece no seu interlocutor o ‘direito à existência’ numa determinada ‘audiência’, caso contrário seria invisibilizado, o que, na prática, corresponde a não existir de todo. Já é mais importante, ainda a este nível que chamamos ‘morfológico’, reconhecer os elementos de concordância e discordância que são apresentados nos actos locucionários, pois deles deriva a estrutura de ‘poder’, os grupos e lealdades que se organizam no interior do universo da audiência; estas configurações propriamente ‘políticas’, que se vão desenhando ao longo da comunicação, começam a desenhar com alguma nitidez aquilo a que se poderia chamar a organização ‘paradigmática’ dentro do universo disciplinar.⁵⁷ O facto de um interveniente reconhecer um outro como ‘arqueólogo’ não significa que não acuse a sua epistemologia de ‘inadequada’ ou ‘confusa’. São coisas distintas, e a estrutura comunicacional demonstra-o muito convincentemente.

Existe, porém, um *segundo nível* de organização política (não sendo ‘morfológico’) sem o qual toda a tentativa de interpretação de organização ‘política’ da afirmação paradigmática da Ciência não poderia compreender-se. Para substantivar esta relação organizada mais ‘profundamente’, é sem dúvida adequado chamar-lhe nível ‘estrutural’ de organização política do paradigma, uma vez que, tal como no seu exemplar saussuriano, mais importante do que o que se afirma ou condena, é *com quem se faz*.

⁵⁷ Contrariando a ideia de um passado objectivo, enunciado sob a forma de Culturas, ou de processos evolutivos, susceptível de ser descoberto e reconstruído por acumulação de observações, juntando bocados, com método, disciplina e raciocínio, defendemos (...) uma concepção do passado *que é sempre interpretação*, valorizando a responsabilidade hermenêutica do sujeito que o constrói (...) (Martins 1993-1994: 43).

Desde este ponto de vista, não é tão importante a substância da discussão mas a organização inter-pessoal que dela se pode derivar. Assim, por esta razão, tendemos a dar grande importância, no contexto do micro-universo desta mesa-redonda, aos ‘pares ordenados’ de actos locucionários vocativos; quando se vê dois dos elementos presentes, mesmo que não se interpelem directamente (e portanto não estabelecendo uma ligação visível no plano ‘morfológico’) a usar da mesma argumentação de discordância face a um terceiro elemento presente, é quase certo que podemos, ao nível ‘estrutural’, reconhecer a reprodução, num micro-espço, da esfera de discussão trans-paradigmática que percorre a Arqueologia portuguesa e internacional naquele momento. O modo como este micro-espço de representação determina a natureza da relação entre os investigadores individualmente considerados, e decide (ou não), face à audiência, a vantagem relativa dos paradigmas em confronto, é que nos permite falar de uma análise ‘goffmaniana’ do espço quotidiano na formulação do próprio conhecimento científico:

Many gods have been done away with, but the individual himself stubbornly remains as a deity of considerable importance. He walks with some dignity and is the recipient of many little offerings. He is jealous of the worship due him, yet, approached in the right spirit, he is ready to forgive those who may have offended him. Because of their status relative to his, some persons will find him contaminating while others will find they contaminate him, in either case finding that they must treat him with ritual care. Perhaps the individual is so viable a god because he can actually understand the ceremonial of the way he is treated, and quite on his own can respond dramatically to what is proffered him. In contacts between such deities there is no need for middlemen; each of these gods is able to serve as his own priest [Goffman 1967: 95].

Quatro pontos muito breves permitirão dar uma expressão mais concreta às linhas de apresentação teórica do problema que fizemos acima. Consistirão resumidamente em (i) reconhecer o modo como a própria apresentação física da mesa-redonda veicula uma simbologia da democraticidade da discussão que nem sempre se reproduz no todo da audiência; (ii) apresentar alguns exemplos de actos locucionários ‘vocativos’ de reconhecimento entre os intervenientes e constatar a estrutura sociológica de ‘pertença

grupais' que está por trás dela; (iii) apresentar, complementarmente, alguns exemplos de actos locucionários 'vocativos' que integrem os dois níveis de organização do espaço comunicacional atrás referidos, e que nos permitem reconhecer os contornos de organização 'paradigmática' do mesmo espaço comunicacional da disciplina; (iv) finalmente, em termos especificamente 'goffmanianos', apresentar alguns exemplos de como uma estrutura comunicacional associada a um micro-espaço é assumidamente uma organização 'política' do próprio discurso, e como tem efeitos específicos na organização paradigmática de um grupo profissional e, transitivamente, na caracterização epistemológica de uma disciplina.

Em relação ao primeiro dos quatro pontos antes enunciados, não podemos deixar de fazer referência ao modo de organização espacial que foi apresentado como cenário da discussão sobre a 'Conceptualização e Interpretação em Arqueologia'. O próprio facto de chamar-lhe 'mesa-redonda' implica, simbolicamente pelo menos, a intenção de não fixar uma discussão de tão grande alcance filosófico à estrutura hierárquica da especialização disciplinar.⁵⁸ É certo que os moderadores assumiam uma posição 'espacialmente significativa' no cenário do evento: a mesa, de formato comprido, tinha nas duas 'cabeceiras' os dois moderadores, Jorge de Alarcão e Vítor de Oliveira Jorge, distribuindo-se os restantes intervenientes pelas cadeiras da assistência, dispostas semi-circularmente em redor da mesa dos moderadores, também ela numa organização espacial que reflectia uma intenção 'democratizante' da discussão.⁵⁹ Assim, com a excepção (em si significativa, mas disciplinarmente natural) da separação física e simbólica dos moderadores e da assistência, todos os intervenientes estavam *espacialmente* em iguais condições de intervir, e a ninguém, como é natural, foi negado

⁵⁸ O moderador Vítor Oliveira Jorge não deixa, justamente, de referir que é esta 'democraticidade' o ponto de partida da discussão que ali se vai manter: [VOJ, dirigindo-se a JA:] 'Antes de iniciar, gostaria de agradecer ao Prof. Jorge de Alarcão que, além de ser uma figura cimeira da nossa arqueologia, de ter colaborado em numerosíssimos júris e realizações da Universidade do Porto, vem hoje fazer aqui um trabalho extremamente importante, que é o de participar connosco no *debate livre e aberto* [s.n.] de problemas de arqueologia teórica' (p. 13).

⁵⁹ A resposta de Jorge de Alarcão a Vítor Oliveira Jorge é de molde a explicitar que a 'democraticidade' pretendida pela discussão pública dos temas não pode, contudo, deixar de ter em conta o grau de especialização dos cultores da Teoria da Arqueologia: [JA, dirigindo-se a Voj:] 'Em primeiro lugar, agradeço as palavras do Professor Vítor Jorge. Da maneira como ele me apresentou, parece que eu sou aqui a figura primeira; não vim com essa ideia, mas sim com a de que eu e o Professor Vítor Jorge, como moderadores, estamos aqui em pé de igualdade' (p. 14).

o direito de interpelação; se todos foram ou não respondidos, e o modo como o foram, é que nos parece a nós extremamente significativo.

Começamos pelo fim, isto é, por designar e interpretar a posição que é detida por aqueles intervenientes que, em consonância com as características ‘democratizantes’ do cenário proposto, interpelaram directamente outros elementos presentes na mesa-redonda mas que, porém, não receberam qualquer resposta. Queríamos dizer, desde já, que não atribuímos um especial significado de arrogância institucional a este facto, uma vez que uma mesa-redonda é também um encontro de pessoas que já se conhecem anteriormente, e que, por isso mesmo, as condições de visibilidade locucionária não são estritamente as mesmas para todos os intervenientes; mas também esse ponto se coaduna com as proposições de Goffman sobre a estruturação activa do espaço de apresentação da ‘corporeidade’ do *self* na vida pública.

Se a operação de recolha a que procedemos não está muito incompleta, é possível identificar quase uma dezena de actos locucionários ‘vocativos’, isto é, interpelações directas que não foram respondidas e que resultaram no facto objectivo de estes actores não terem tido oportunidade de ‘performar’ naquele cenário. Contudo, se se for ver com pormenor o conteúdo das suas propostas, algumas teriam normal cabimento na discussão que se estava a desenrolar, e não se pode atribuir à natureza coloquial e às vezes confusa de uma mesa-redonda o facto de estes intervenientes não serem respondidas as suas interpelações. Existe, cremos nós, um plano estruturante, mais fundo, que implica que estes actores não tenham tido a oportunidade de participar na ‘performance’ daquele determinado momento: é que, olhando para as ‘qualificações’ que os habilitaram a estar presentes na mesa redonda, vemos que configuram um conjunto de actividades que os põe ‘fora’ da estruturação política profunda que subjaz à organização da assistência: trata-se de dois estudantes universitários, ainda que de Arqueologia, um empresário e dois professores do Ensino secundário. Esta listagem é extremamente significativa porque desenha, parcelarmente e *a contrario*, o grupo dominante do espaço comunicacional: os elementos que constituem o grupo dominante são, como os primeiros, arqueólogos, como o segundo, gestores (das actividades de escavação), como os terceiros, professores e investigadores: mas são-no *ao mesmo tempo* em todas essas qualidades: de facto, como se verá, e como já se referiu, o grupo que domina quantitativa e qualitativamente o espaço comunicacional será o dos

intervenientes que conjugam uma específica série de qualidades: investigação, docência universitária e trabalho concreto no campo.

O grupo dominante do espaço comunicacional pode ser facilmente reconhecido pela *quantidade* de actos locucionários vocativos que os elementos que o constituem trocam entre si. A figura que se lhe refere foi construída de modo a permitir reconhecer graficamente esta realidade, uma vez que a espessura das linhas utilizadas para designar as relações entre os elementos da assistência é proporcional ao número de actos locucionários vocativos, as interpelações directas. Não causa espanto o facto de vermos que os dois maiores ‘canais’ de interpelação se desenham em redor dos moderadores da mesa redonda, Jorge de Alarcão (JA) e Vítor Oliveira Jorge (VOJ); é de facto ao redor de ambos que se estabelecem as principais linhas de discussão e são as suas opiniões que sistematicamente são tidas em conta no momento de se apresentar a própria opinião pessoal. Esta ‘trave mestra’ do edifício comunicacional deve já alertar-nos para o carácter personalizado da performatividade do próprio cenário que, ao dispor os dois investigadores num posicionamento destacado em relação ao resto da assistência, fazia atrair para si próprio a substância da comunicação e o exercício da autoridade. A expressão desta dupla autorização (que, veremos, contém elementos de alguma tensão) é tão mais nítida quanto uma grande parte da ‘espessura’ das linhas de comunicação dentro do grupo dominante do espaço comunicacional é feita exclusivamente entre um e outro. A representatividade destes dois nomes no contexto disciplinar da Arqueologia portuguesa é assim reproduzida directamente na estrutura locucionária do micro-espaço comunicacional de uma mesa-redonda.

Além dos dois moderadores, quantitativamente dominantes no espectro total dos actos locucionários vocativos deste micro-espaço, existem mais alguns elementos que ganham uma especial relevância, que pertencem todos a um perfil ‘locutor’ relativamente semelhante. Assim, além de Jorge de Alarcão e Vítor Oliveira Jorge, que detêm uma posição dominante no contexto da estrutura locucional (os dois juntos produzem ou são objecto de tantas interpelações como as de todos os outros elementos deste grupo dominante considerados conjuntamente), podemos reter outros nomes que entre si têm as características que acima enunciámos (investigação teórica, docência universitária, prática concreta de escavação) e que configuram, portanto, o espaço de

poder disciplinar por quem e para quem esta mesa-redonda foi prioritariamente concebida.

De entre os elementos deste grupo, que a figura graficamente enuncia, tomam especial relevo, por ordem quantitativa de actos locucionários, os nomes de Luís Raposo (LR), Susana Oliveira Jorge (SOJ), Maria Manuela Martins (MMM), João Carlos Senna-Martínez (JCSM), Carlos Tavares da Silva (CTS), Virgílio Hipólito Correia (VHC), Isabel Pereira (IP), Susana Correia (SC) e Mila Simões de Abreu (MSA), para citar apenas os que produzem ou recebem mais interpelações. Se recolhermos as qualificações com que o próprio livro os apresenta, logo na listagem inicial dos nomes (p. 11-12), e ainda que não conhecêssemos o percurso profissional de cada um deles, imediatamente se tornaria óbvio que todos são personalidades que estão directamente ligadas a instituições de enorme prestígio no seio da Arqueologia portuguesa (universidades, museus, projectos de escavação, política de património), e que é atribuídos dessas mesmas funções que autorizam o principal das suas intervenções. Contudo, não é impossível, mesmo dentro deste grupo dominante, discernir um subgrupo dotado de maior inter-replicação estrutural, e que corresponde directamente aos investigadores docentes universitários, situação que pode bem ser compreendida em face do objecto ‘filosófico’ específico que é o tema da própria mesa-redonda, e em cujo contexto ganham uma especial importância as questões relacionadas com a visão ‘paradigmática’ da evolução da disciplina da Arqueologia.

A estrutura interna do grupo dominante do espaço comunicacional da mesa-redonda pode ser aferido pelo *ratio* que os intervenientes detêm entre as formas ‘activa’ e ‘passiva’ no seio da estrutura locucionária global. Existe uma enorme diferença, em termos de reconhecimento efectivo do posicionamento dos intervenientes, entre *interpelar* ou *ser interpelado*. Algumas das situações mais significativas desta estrutura têm exactamente a ver com os valores diferenciais que este *ratio* assume ao longo da performatividade das personalidades em confronto. Alguns dos intervenientes são, poderíamos dizer, bastante ‘vocativos’, isto é, interpelam directamente, e muitas vezes, uma grande parte dos restantes elementos presentes. Outros, pelo contrário, não o fazendo muitas vezes, são constantemente interpelados pelos restantes elementos da ‘comunidade dialogal’. Sem querer tirar inferências para além do que é legítimo fazer, até porque a personalidade e o temperamento interferem directamente neste tipo de

performatividade, cremos, ainda assim, que se trata de um índice particularmente valioso do reconhecimento de lugar que é atribuído aos diversos participantes, no contexto, claro está, dos temas que estão em discussão.

Se utilizarmos um *ratio* de cálculo relativamente simples, e alertando desde logo para o carácter algo artificial da sua expressão, podemos, ainda assim, constatar que alguns dos intervenientes presentes na mesa-redonda geram um número de interpelações superior em número àquelas que eles próprios produzem; estão neste caso, por ordem descendente do *ratio* calculado pelo quociente entre os dois tipos, activo e passivo, de interpelação, os nomes de Maria Manuela Martins, Carlos Tavares da Silva, Jorge de Alarcão e Susana Oliveira Jorge, sendo estes os únicos que apresentam um valor superior à unidade, isto é, recebem mais atenção do grupo do que aquela que lhe providenciam. Em contrapartida, não deixa de ser sintomático, e até algo confrangedor (o constrangimento é justamente, segundo Goffman, um dos modos eficientes como na apresentação quotidiana do *self* se rearranjam, ao nível do micro-espço, as relações de poder instituídas) que alguns elementos do grupo, e com todas as atribuições que poderiam fazê-los pertencer a esta esfera de dominação, sejam sistematicamente ignorados nas interpelações que fazem.

Se formos verificar o contexto em que sucede este arranjo comunicacional, podemos constatar que co-existem situações bastante diversas sob a aparente uniformidade do valor quantitativo do índice. Entre eles, o caso de Jorge de Alarcão é altamente significativo, pelo que faremos a sua interpretação no ponto seguinte. Também o caso de Carlos Tavares da Silva é excepcional, e parece apontar para uma delimitação estritamente técnica da discussão, em redor da autoridade que a sua personalidade detém ao nível do trabalho concreto de campo, secundado por uma filiação ideológica muito específica que é alvo de algumas interpelações. Onde o carácter paradigmático desta análise parece, a nosso ver, deter alguma expressão é no que diz respeito a Maria Manuela Martins e Susana Oliveira Jorge, uma vez que as interpelações de que são alvo se prendem com uma relativa identidade de tomadas de posição no contexto de afirmação da validade epistemológica dos pressupostos da geografia ‘pós-processual’, um dos temas ‘quentes’ que atravessam toda a discussão do primeiro dia. Num certo sentido, são a afirmação de uma mesma visão paradigmática da Arqueologia, em frontal oposição àquela que Jorge de Alarcão defende, confrontação epistemológica que é

afinal o motor da própria mesa-redonda, e reprodução concreta do debate que atravessava (e atravessa) a Arqueologia portuguesa naquele momento.⁶⁰

O facto de o nome de Vítor Oliveira Jorge não aparecer, um pouco estranhamente, no conjunto dos autores com um *ratio* favorável no contexto desta discussão, uma vez que a sua posição epistemológica, pelo que se depreende das suas intervenções ao longo dos dois dias (e se conhece da sua própria produção teórica sobre os temas), não é diferente das das duas investigadoras referidas, pode assim melhor compreender-se tomando em consideração a hipótese que o lado ‘conflitual’ da visão da Arqueologia é distribuído por várias personalidades, ao contrário da que se lhe opõe, a visão ‘conciliadora’ da Arqueologia, proposta por Jorge de Alarcão, que se vê obrigado a defender quase isoladamente os seus pontos de vista, apenas com algumas opiniões favoráveis de Luís Raposo. É justamente a este nível que me parece significativo o plano ‘estrutural’ dos actos locucionários de ‘discordância’ a que fizemos antes referência, mas que gostaríamos de comentar no ponto seguinte em relação com o posicionamento específico de Jorge de Alarcão no espaço comunicacional da mesa-redonda.

Se déssemos conta graficamente do conjunto de actos locucionários presentes neste micro-espaço comunicacional, seriam várias as informações que poderíamos retirar. É notória, e a isso já fizemos referência antes, a concentração de interpelações em redor da personalidade de Jorge de Alarcão, fazendo do investigador o eixo principal em redor do qual se estabelece a organização da estrutura comunicacional da mesa-redonda. Apercebemo-nos, de imediato, que esta atenção não diz apenas respeito à natural autoridade que a sua personalidade detém na Arqueologia portuguesa, uma vez que, incidindo a nossa atenção na expressão concreta das interpelações, nos apercebemos imediatamente de que esta reconhecida autoridade é acompanhada por uma explícita

⁶⁰ Esta mesma expressão de uma sociologia de afirmação paradigmática já tinha sido por nós caracterizada a partir da estrutura de citação relativa ao programa de pesquisa da ‘arqueologia espacial’: ‘[A]s duas autoras já referidas, Susana O. Jorge e Manuela Martins, fazem destacar uma linha de força maior na estrutura de citação que não se esgota em obras de índole geral – quer pela quantidade de citações comuns, quer pela natureza dos trabalhos dos autores citados, torna-se particularmente evidente que partilham a mesma literatura técnica, escolheram o mesmo procedimento metodológico e, pelo menos no âmbito da arqueologia espacial, encontram-se num programa teórico de investigação comum, num paradigma’ (Pimenta 1993-94: p. 365); cf. Leone 1982; Leone *et al.* 1987).

confrontação paradigmática. Esta dualidade com que o autor é investido, na ‘performance’ colectiva da mesa-redonda, pode ser mesmo mais bem compreendida se tivermos em atenção que recolhe o maior número de discordâncias por parte dos outros autores presentes, ao mesmo tempo que essas mesmas discordâncias são acompanhadas por um número significativo de pedidos de ‘desculpa por discordar da sua opinião’.

A estrutura locucionária centrada no nome de Jorge de Alarcão revela, *goffmanianamente*, que o próprio autor tem noção da performatividade do contexto em que se encontra, como o demonstra não só o facto de muitos dos intervenientes fazerem questão de demonstrar a sua discordância quanto às suas posições epistemológicas, mas também, e muito significativamente, pelo facto de o investigador não responder a grande parte delas: este é um silêncio mais eloquente do que seriam muitas palavras de uma eventual resposta à interpelação. Olhando com atenção para a espessura das ‘linhas’ de resposta de Jorge de Alarcão em relação aos que o interpelam, vê-se que, com algumas excepções, a autoridade é exercida sobretudo pelo *não-reconhecimento do próprio contexto de oposição*, característica que é, para Thomas Kuhn, a mais importante característica da tensão inter-paradigmática.⁶¹ A razão por que a organização do espaço comunicacional apresenta esta configuração específica, prende-se justamente com o facto de que se presente, na articulação conjugada dos actos locucionários ‘paralelos’ de discordância, que existe uma confrontação epistemológica que reproduz afinal uma descontinuidade propriamente ‘sociológica’ de afirmação de um nova geração com uma nova mundividência do estudo do Passado, e para a qual é de importância central a desautorização expressa do modelo anterior que pretende substituir:

In contemporary societies rituals performed to stand-ins for supernatural entities are everywhere in decay, as are extensive ceremonial agendas involving long strings of obligatory rites. What remains are brief rituals one individual performs for and to another, attesting to civility and good will on the performer’s part and to the recipient’s possession of a small patrimony of

⁶¹ ‘[O] que resta aos interlocutores que não se compreendem mutuamente é reconhecerem-se uns aos outros como membros de diferentes comunidades de linguagem (...)’ (Kuhn 1989: p. 248). Este era justamente o ponto que Karl Popper não podia aceitar como sendo constitutivo de uma teoria ‘científica’ do conhecimento científico (Nickles 2003: p. 143).

sacredness. What remains, in brief, are *interpersonal rituals* [Goffman 1971: 62. Ênfase nossa].

Se, como afirma Goffman, a apresentação do *self* nas esferas públicas das práticas sociais é constitutivo e reprodutor das relações sociais mais vastas de que depende, então, na organização comunicacional do micro-espço da mesa-redonda ‘Pensar a Arqueologia, Hoje’, o que se torna mais evidente, além da configuração óbvia de um disciplinamento social de uma determinada prática científica, a Arqueologia, é a tentativa de confrontação propriamente paradigmática tendo em vista a deposição de um modelo ‘moderno’ dessa mesma prática e a sua substituição por um outro, que, à falta de melhor nome, poderíamos qualificar de ‘pós-moderno’.

3) A sociologia de Giddens lida especificamente, e de uma forma central na sua teoria, com o modo como os sistemas sociais são determinados em lugares-tempos específicos. Não é alheia a esta característica espacial da sua teoria alguma influência da Geografia, nomeadamente da teorização de Hagerstrand, desenvolvida também por Pred, que veio, no seio da disciplina, a chamar-se *time-geography*. Podem assim detectar-se algumas marcas ‘espaciais’ na teoria de sociológica de Giddens: a rotinização das actividades dos agentes sociais não se pode compreender sem o papel activo dos lugares-tempos em que decorrem, que Giddens chama ‘locais’; a ‘zonação’ dos locais tem como objectivo, ou pelo menos resultado, a facilitação das rotinas; o carácter ‘zonal’ das rotinas implica que todas as actividades sociais devam ser consideradas na sua dimensão ‘regional’, aqui entendida como partilhando de uma significação das múltiplas escalas de fenómenos que nela participam.⁶²

Sendo assim, compreende-se o papel fundamental que o espaço adquire na sociologia giddesiana, de facto, para este autor:

⁶² A teoria de estruturação de Giddens teve também uma fecunda recepção em trabalhos de Arqueologia. Dadas as características específicas da materialidade associada ao seu objecto empírico, as análises são sobretudo centradas numa tentativa de estabelecimento de rotinas de co-presença induzidas pela planta dos povoados ou das habitações, um pouco à imagem da obra giddesiana de 1984.

Space is not an empty dimension along which social groupings become structured, but has to be considered in terms of its involvement in the constitution of systems of interaction [Giddens 1984: 368].

No contexto da caracterização da Modernidade, e a produção do conhecimento científico também participa do mesmo tipo de organização, Giddens destaca justamente o carácter profundamente ‘multi-escalar’ e distante do poder ocidental na organização dos locais (Giddens 1991: 19).

A teoria de Giddens, apesar do enorme sucesso que conheceu dentro e fora da disciplina da Sociologia, ou talvez por isso mesmo, tem vindo a ser alvo de uma reavaliação crítica. A crítica feminista destaca a invisibilização a que são sujeitas as questões de género. Os partidários das teorias ‘localistas’ não escondem o receio de ver configurada uma nova ‘grand-theory’ (Bryant e Jary 1991: Clark *et al.* 1990). Para lá da extensão e da natureza que a reavaliação da teoria de Giddens possa estar a ser alvo, referimo-la, neste contexto, como um exemplo da importância conceptual da ‘espacialidade’, isto é, das unidades irreduzíveis de espaço e prática social.⁶³

Se existe um autor da teoria social que directamente pode ser referido como tendo contribuído directamente para a afirmação de um ‘ponto-de-vista geográfico’ nas Ciências sociais, ele é em dúvida nenhuma Anthony Giddens que, sendo sociólogo de formação, nunca escondeu que deveu a um geógrafo o *insight* da sua própria teoria da estruturação:

[T]ime-geography, as formulated by Hägerstrand, takes as starting point the *routinized character of daily life* (...) this is, with features of the human

⁶³ Existem, todavia, alguns outros trabalhos no campo da Sociologia que detêm um ponto de vista teórico que atribui ao espaço um papel constitutivo na estruturação da prática e das relações sociais. M. Douglas (Douglas 1978) reactualiza o princípio durkheimiano de que as divisões espaciais são de origem social. Nesse contexto dá especial importância aos códigos normativos de conduta, e de como as sanções à sua desobediência têm em geral um carácter fisicamente inscrito no espaço. John Urry (Urry 1995) reflecte sobre o modo como os nossos padrões de comportamento dependem da frequência ritualizada e quotidiana de vias de e lugares. Jonathan Turner refere (Turner 1987: 179) a importância que adquire o espaço no contexto da negociação social, em que a estrutura social se afere à ordem emanada do tipo de interações no tempo e espaço. Em David Armstrong (Armstrong 1988) podemos ver um exemplo concreto do modo como a organização do espaço do consultório acompanhou a modificação da concepção da profissão médica. Richard Sennett (Sennett 1988) incide a sua atenção sobre o ‘desaparecimento’ do espaço público e o recrudescimento dos lugares de intimidade (cf. Curry 2006).

body, its means of mobility and communication, and its path through the 'life-cycle', and therefore with the human being as a 'biographical project'.⁶⁴

Esse geógrafo, de nacionalidade sueca, chamava-se Torsten Hägerstrand (1916-2004), e foi o responsável pelo desenvolvimento de uma teoria que tomou o nome, no espaço cultural anglo-saxónico, de *time-geography*, e que continha o propósito específico de lidar com as relações entre 'espaço', 'tempo' e 'capacidade de acção' social, que viriam a ser os ingredientes principais da *structuration theory* de Giddens.⁶⁵

No contexto de '*structuration*' da teoria hagerstrandiana, cujas principais características seriam replicadas na equivalente ordem conceptual de Giddens, ganharia especial relevância a expressão da 'materialidade' espacial das condições de existência, da organização prática das diversas escalas (diária, sazonal, epocal) da existência individual e da respectiva concretização biográfica, uma vez que as trajectórias dos diversos agentes sociais 'have to accommodate themselves under the pressures and the opportunities which follow from their common existence in terrestrial space and time' (Hägerstrand 1967: 332). Desde esse ponto de vista as relações de proximidade espacial ou de co-presença são vistas, quer como constrangimentos impostos à organização temporal da biografia social, quer como *recursos* que são socialmente validados no tecido da afirmação 'estatutária' da formação subjectiva.⁶⁶

⁶⁴ Giddens (1985: 266). Ênfase nossa. A 'time-geography' de Hagerstrand revela a sua origem 'geográfica' nas suas próprias condições de enunciação, pois deve muito a uma realidade específica da ruralidade sueca dos finais do século dezanove e inícios do século vinte, 'span' cronológico utilizado por Hägerstrand como componente empírica dos seus trabalhos. Contudo, o conceito alargou-se a todos os tipos de 'estruturação', física ou virtual, que determina as práticas espaciais e sociais dos indivíduos, independentemente das escalas a que actuam (cf. Larsen *et al.* 2006).

⁶⁵ Refira-se que este geógrafo, Torsten Hägerstrand, esteve directamente ligado a uma profunda transformação 'paradigmática' da Geografia portuguesa na década de setenta. A ele se ligou, pessoal e institucionalmente, o geógrafo Jorge Gaspar, cuja obra, haurida então de uma certa tradição quantitativa e de 'modelação', iniciou uma tradição epistemológica que, de algum modo, se confrontou com a tradição regionalista dominante em Portugal até então, e, de algum modo, *epistemologicamente*, com Orlando Ribeiro, mestre incontestado daquele programa de pesquisa. Que a convivência dos dois programas de pesquisa foi sentida em termos que a teoria kuhniana descreve como sendo típicos de 'confrontação paradigmática', demonstra-o um artigo de Orlando Ribeiro em que este autor revela o 'estado de alma' que lhe suscitam os 'novos ventos' que sopravam na disciplina (Ribeiro 1972).

⁶⁶ Esta posição epistemológica *prática* viria a conhecer um desenvolvimento especialmente importante (será mesmo o cerne teórico das posições feministas que lhe subjazem) no trabalho, por exemplo, de Donna Haraway, para quem a irredutibilidade das situações existenciais é o ponto de partida de afirmação de uma espacialidade fragmentada e corporalizada, sendo o 'lugar-próprio' o principal recurso social que está ao alcance de todos e de

A co-presença é o modo específico em que se organiza a vida social. Porém, essa organização não se estabelece aleatoriamente, como se a distância social fosse dependendo constitutivamente da distância física estabelecida entre os diversos agentes sociais nela comprometidos.⁶⁷ De facto, se alguma contribuição substantiva a análise empírica de Hagerstrand pôde confirmar, na caracterização a que procedeu da espacialidade e temporalidade da vida rural da Suécia do início-de-século, foi a de que a organização espaço-temporal da vida quotidiana é ‘governada’, no contexto da Modernidade, pela dialéctica estabelecida entre os constrangimentos da ‘ordem pública’ da acção social e os projectos individuais dos actores sociais, cuja eficácia era medida e ‘organizada’ através da percepção e representação cultural dessa mesma ‘estruturação pública’. Em última análise, o que Hagerstrand pretendeu demonstrar, que Giddens explicitamente ergue como princípio constitutivo da sua ‘geografia estruturante’ da capacidade-de-acção social [*agency*] é que ainda que os

[p]risms of daily conduct are not just geographical or physical boundaries, but have ‘time-space’ walls on all sides (...) [t]he projects which individuals seek to realize, if they are to be actualized, have to utilize the *inherently limited resources of time and space* to overcome constraints which they confront [Giddens 1985: 268. A ênfase é nossa].

O que Giddens, *via* Hagerstrand, distintamente enuncia na sua teoria social da Modernidade (e não há razão, antes pelo contrário, em pensar que uma organização

qualquer ser humano (ou de, para nos servirmos do universo semântico da autora, de qualquer formulação de subjectividade). Esta valorização epistemológica da diferença e do ponto-de-vista particular está igualmente na base dos conceitos de ordem mais sociológica do pensamento de Bakhtin. Cf. Bakhtin (1984: 283-302) e Haraway (2004: 1-6). Para Giddens, é sobretudo o carácter repetitivo que é promovido pela organização rotinada da vida quotidiana que lhe serve de principal argumento do modo como o espaço e o tempo da Modernidade se incluem numa estruturação mais vasta ao nível da ‘produção’ social e económica estabelecida pelo poder, confrontada com uma alienação progressiva do ponto de vista da representação cultural necessariamente a deter pelos agentes envolvidos: ‘Agents move in physical context whose properties interact with their capabilities, given the constraints at the same time as those agents interact with one another’ (Giddens 1985: 267).

⁶⁷ A este respeito convém sempre recordar a insistência com que a Sociologia do Espaço, seja em Durkheim, Weber e especialmente nos elementos da Escola de Chicago, sempre veio afirmando a total inadequação em considerar a distância física como o elemento descritivo mais indiciador da distância social. De facto, estas duas realidades não são estritamente coincidentes, e em situações de ‘fronteira’ podem mesmo revelar efeitos contraditórios e até mutuamente exclusivos (Wirth 2003 [1938]: 97-104).

similar não se estabelece em outras formulações históricas e culturais) é a ideia de que a liberdade individual promovida, em termos de representação cultural, pelas formulações liberais e neo-liberais dos séculos dezanove e vinte, com a sua associação simbólica a uma ‘mobilidade’ (geográfica e social) – consagrada no conceito de *agency* –, contém elementos ‘invisíveis’ de uma estruturação funda que lhe limita seriamente a possibilidade plena de existência. É justamente a partir da articulação dialéctica entre as ordens liberal e constringente da Modernidade que Giddens desenha o essencial da sua própria *structuration theory*, estratégia epistemológica que pretende dar conta dos mecanismos não designados do constrangimento e especificamente do papel que a organização concreta do espaço-tempo nela representa.⁶⁸

A vantagem epistemológica de uma concepção ‘realista’ da organização do espaço-tempo social apresenta inúmeras vantagens do ponto de vista de uma epistemologia da afirmação geográfica nas Ciências Sociais e especificamente da Arqueologia.⁶⁹

Uma contribuição fundamental das propostas da *time-geography* hagerstrandiana passa, certamente, pela abordagem não essencializada da existência do indivíduo, tal como a tradição liberal tendencialmente representava, com a vantagem de promover uma estratégia epistemológica que não dependia forçosamente da tradição anti-liberal tradicional, com origem na ortodoxia marxista. A ‘terceira via’, assim estabelecida,

⁶⁸ É a este nível que se compreende a especial importância que Hagerstrand atribui à *corporalidade* da actividade e da *capacidade-de-acção* social. Numa intervenção que vai já fazendo parte da tradição epistemológica da disciplina, o geógrafo João Ferrão apresentou, em Novembro de 2002, no âmbito das Jornadas organizadas pelo Departamento de Geografia da Universidade do Minho, argumentos suficientes em favor do poder persuasivo das relações informais na estruturação propriamente política do espaço disciplinar. Nesta, são fundamentais todas as expressões de co-presença, das rotinas que escapam ao poder vigilante da organização ‘visível’ do espaço-tempo, com todas as vantagens redentoras que uma prática ‘lefebvriana’ permite, mas com as inevitáveis desvantagens corporativas que com elas concorrem.

⁶⁹ Para uma exposição eminentemente teórica sobre o problema da escala em articulação com o conceito integrado de espaço-tempo, cf. o artigo de Vernon Meentemeyer (Meentemeyer 1989: 163-173), onde é dada especial atenção às categorias epistemológicas de definição não apriorística da escala, bem como dos efeitos que daí advêm no estabelecimento de uma teoria ‘realista’ do espaço. As contra-críticas a uma ciência demasiado centrada nos esquemas de representação e percepção podem ser vistas em Bhaskar (1978 e 1981).

permitiria averiguar da real capacidade-de-acção social dos agentes individualmente considerados [*agency*] no corpo organizado dos constrangimentos sociais [*structure*].⁷⁰

Por outro lado, o carácter transiente de um objecto científico assim considerado, levou a que a atenção crítica dos investigadores fosse especialmente dirigida para as situações em que a organização social globalmente considerada exercia *concretamente* os seus efeitos sobre a mobilidade geográfica e social dos agentes sociais, lugares de práticas sociais de menor escala do que aqueles que eram normalmente tidos em conta pela teoria macro-sociológica dominante, seja de tradição liberal, seja de tradição marxista; é neste contexto que se pode constatar uma enunciação propriamente ‘geográfica’ dentro de uma tradição epistemológica ‘moderna’ que sempre deu maior protagonismo ao ‘tempo’.⁷¹

Em íntima articulação com o tema anterior, a teoria social hagerstrandiana recupera a importância da expressão do corpo como lugar de articulação das relações sociais concretas enunciadas em condições de co-presença. A mobilidade não é apenas uma categoria ideal de substituição das esferas substantivas que definem a identidade, mas antes faz menção do *tempo* da sua exibição. Neste domínio é de especial importância a crítica que se estabelece dos mecanismos de produção da subjectividade pública que são levados a cabo pelas estruturas de poder (seja o Estado ou o capital) no que representam de tempo dispendido na formação ‘pública’ da biografia pessoal e, dentro dos quais, o sistema de ensino e recrutamento profissional representam uma das mais óbvias manifestações.⁷²

⁷⁰ Uma divisão conceptual semelhante à de Giddens pode, cremos nós, ser detectada na oposição entre a formulação dedutiva das ‘leis’ comportamentais do ser humano e a sua ‘especial’ confrontação com a materialidade do registo arqueológico, enquanto elemento concreto da sua expressão, e que apenas se pode tomar em consideração indutivamente (Binford 1972; mas cf. Raab e Goodyear 1984 e Gallay 1986: 117 e ss.).

⁷¹ A esta estruturação predominantemente ‘temporal’ da epistemologia não escapou sequer a tradição do materialismo histórico, razão pela qual Harvey viria a propor o conceito reformulado de ‘materialismo histórico-geográfico’, e no qual o autor estabelece inclusivamente a história da própria disciplina (Harvey 1984: 1-11). Cf., tb., J. Sarmiento (no prelo).

⁷² Uma crítica comum ao trabalho de Hagerstrand passa pelo reconhecimento de que este autor privilegiou em demasia a dimensão *física* da co-presença. Como veremos no ponto seguinte, as propostas de Bourdieu representam uma tentativa sustentada de incluir a dimensão *simbólica* como constitutiva dessa mesma co-presença, alargando assim o conceito de ‘capital’ para lá da sua manifestação estritamente económica.

Será justamente no sentido de reformular criticamente a noção estritamente física do ‘lugar’ de co-presença, estabelecida por Hagerstrand, que Giddens formulará o seu conceito de *locale*, de modo a nele incluir não apenas a fisicalidade do ‘sítio’ em que a co-presença ocorre, mas igualmente a de determinar a organização contextual que lhe permite (se não a obriga) a existência:

It is possible to describe locales in terms of its physical properties, but it is a basic error to suppose that locales can be described in those terms alone (...). A ‘house’ is grasped as such only if the observer recognizes that it is a dwelling with a range of other properties specified by the modes of its utilization in human activity. (...). One of the reasons for using the term ‘locale’ rather than that of place is that properties of settings are employed in a chronic way by agents in the constitution of encounters across space and time.⁷³

De acordo com a significação lata de ‘locale’ que Giddens deriva da teoria locacional de Hagerstrand, também o conceito, central na sua teoria, de ‘regionalização’ não deve ser entendido apenas como a organização espacial – a *localização* – das práticas sociais, mas sim como o estabelecimento em referência à fragmentação do espaço-tempo dessas mesmas práticas sociais. Um mesmo espaço assume, ao longo das rotinas estabelecidas a diversas escalas, natureza diversa, criando, por isso, contextos de estruturação e significação distintos da prática social.

⁷³ Giddens (1985): 268 e 272. Quase não é necessário dizer que este é um dos pontos mais importantes de dificuldade epistemológica de uma eventual aplicação da teoria giddensiana no contexto da Arqueologia. Sendo esta uma disciplina cujo poder interpretativo depende em grande medida da expressão ‘material’ das estruturas do passado, uma contextualização ‘cognitiva’ torna-se uma necessidade concreta concorrente com a identificação de tais estruturas. Contudo, a liberdade interpretativa do ‘contexto’ em Arqueologia não deixa de ser, ela própria, ‘arqueológica’: ‘Each object exist in many relevant dimensions at once, and so, *where the data exist*, a rich network of associations and contrasts can be followed through in building up towards an interpretation of meaning. The totality of the relevant dimensions of variation around any one object can be identified as the context of that object’ (Hodder 1986: 143); ênfase nossa. É por esta razão que tendemos a considerar que as interpretações comparadas estabelecidas entre situações feridas de alteridade antropológica (como as que se produzem no contexto da etno-arqueologia) nos parecem de menor alcance ontológico quando confrontadas com as que são estabelecidas no recinto propriamente ‘arqueológico’ da interpretação, se bem que compreendamos a validade epistemológica de quando elas são utilizadas explicitamente com apenas ‘uma ordem contextual’, a adicionar aos preconceitos presentistas da esfera cultural do investigador (Criado Boado 2001: 139).

Dentro desta estratégia interpretativa, um determinado ‘sítio físico’ adquire um ‘zonamento’ específico ao longo das horas do dia, das estações do ano, das fases da vida social. Quando se considera o problema de ‘zonamento’ dos lugares, que a materialidade estrita exhibe através dos da sua forma, uma contextualização profunda é necessária de modo a compreender a função e natureza social da co-presença que nelas se estabelece, não apenas da atribuição do sentido no presente, mas do *continuum* biográfico e histórico global em que se insere.

As características principais a ter em conta no contexto de uma teoria ‘regionalizada’ da prática social dos locais tem, por isso, de tomar em consideração não apenas a *forma* do sítio considerado, isto é, as ‘marcas’ físicas e simbólicas da sua organização e da gama de obrigações e interditos que eles enunciam, mas também a *escala* da duração do tempo social que a eles está associado. Uma expressiva ilustração desta complementaridade hermenêutica, pode ser intuída da interpretação ‘arqueológica’ dos monumentos do tipo ‘sauna’ que os povoados fortificados do primeiro milénio do noroeste da Península Ibérica exibem em considerável abundância. A forma da estrutura deterá um poder heurístico essencialmente diferente se a ele for atribuída uma temporalidade ‘quotidiana’ ou ‘sagrada’, isto é, se forem preferencialmente considerados como lugares de lazer ou de culto, porque dela depende a natureza e expressão da sua força *institucional* na organização das práticas sociais da comunidade.⁷⁴ É justamente do carácter *institucional* atribuído a uma determinada forma física de co-presença que derivam as principais características estruturais do espaço-tempo a que se refere, nomeadamente a enunciação ‘frontal’ e ‘dorsal’ da sua organização espacial.

A formulação ‘regional’ de um *locale* estabelece mecanismos de permeabilidade e disponibilidade física e simbólica do seu uso pelas práticas sociais estabelecidas como ordem pública de interacção e co-presença. À expressão *prática* do lugar (i.e., como

⁷⁴ Não pretendemos entrar em polémicas interpretativas para as quais não estamos obviamente habilitados. Apenas retemos este exemplo por ter ele sido um dos campos de maior confrontação interpretativa no contexto do programa de investigação arqueológico da ‘cultura castreja’. Muito menos advogamos que um monumento deste tipo tenha obrigatoriamente de incluir-se em apenas uma das duas ordens interpretativas, sendo inevitável que partilhe de ambas. O que queremos sublinhar, neste contexto, é que a organização da escala temporal afere obrigatoriamente um *significado* diverso a uma mesma *forma*.

enunciador de uma determinada ordem de estabelecimento das práticas sociais dos agentes sociais em co-presença: ‘the *being together* of co-presence demands means whereby actors are *able to come together*’) associa Giddens os qualificativos de ‘frontal’ e ‘dorsal’, querendo com eles designar a localização específica, física e simbólica, das práticas sociais públicas e privadas, ou, por outras palavras, as que são destinadas a um consumo simbólico da ordem pública, comunitária, e as que, complementarmente, delas se distinguem.⁷⁵

É ao nível da organização prática da ordem pública da vida comunitária que ganham especial importância a oposição entre as ‘áreas frontais’ e ‘dorsais’ de delimitação simbólica dos sítios físicos considerados como lugar de co-presença e interação social, e em que assume especial relevância a própria disposição corporal dos agentes sociais envolvidos:

‘Face’ and ‘front’ are related to the positioning of body (...).
[R]egionalization encloses zones of time-space (...) permitting the sustaining of distinctive relations between ‘front’ and ‘back’ regions which actors employ as integral to the contextuality of action and to the sustaining of ontological security.

Regressando ao exemplo de ilustração a que atrás fizemos referência, a atribuição de um significado ‘frontal’ à organização física de um monumento tipo sauna (portanto, ‘público’, *i.e.*, em que o corpo de um elemento social individualmente considerado é totalmente vigiado, e portanto ‘pertence’ inteiramente à comunidade, como se sucede em qualquer ritual do género ‘purificador’ ou ‘aclamador’ ou de rito-de-passagem adolescente) obriga a uma rede de contextualização inteiramente diferente daquela que lhe atribuir uma realidade ‘dorsal’, associada a um uso privado, familiar ou individual.

⁷⁵ Sobre a ‘genealogia’ da noção de lugares públicos e privados, no contexto da teoria social ocidental, e nomeadamente a formulação aristotélica que privilegia o *faciendum* (a intenção) face à forma, cf. o artigo de Michael Curry, que justamente defende uma posição semelhante à de Giddens, pela afirmação *política* de uma noção não-*formal* do lugar: ‘Na sua metafísica teleológica, as actividades privadas eram as que pertenciam à vida quotidiana, como comer, ter filhos e outras do mesmo género, enquanto as actividades públicas eram competitivas, através das quais os homens se mostravam a si mesmos como humanos no sentido mais completo da palavra. Qualquer relação entre actividade e lugar era meramente contingente’ (Curry 2006: 44 e ss.; a citação é da pág. 45).

Contudo, a noção de uma formulação ‘frontal’ ou ‘dorsal’ da organização do espaço físico de um locale está longe de replicar directamente a noção de ‘inclusão’ ou ‘exclusão’, disponibilidade ou indisponibilidade física do corpo individual no contexto da apresentação pública da vida comunitária. De facto, as regiões dorsais podem constituir lugares especialmente activos na organização da vida comunitária, sobretudo quando estabelecem as regras informais de restituição das contrapartidas tornadas visíveis pela organização frontal da regionalização do espaço-tempo comunitário.⁷⁶ Porém, e este ponto da teoria de Giddens é de especial relevância no contexto da fundamentação ‘cognitiva’ da interpretação *material* da sociedade, todas as organizações rituais que tendem ao estabelecimento de uma ordem simbólica de mútua representação de *status* e identidade, passam pela liturgia completa dos espaços dotados de frontalidade simbólica, pois eles são a expressão da performance social normativa, a designação da *normalidade social*.

A importância da noção das áreas ‘dorsais’ na caracterização do lugar de reunião ou co-presença como constitutiva da ordem (e moral) ‘pública’ não se restringe à existência de espaços relativamente ocultados, onde se dissipam as energias causadas pela necessidade da performance colectiva dos agentes sociais envolvidos numa mesma organização (zonação) espaço-temporal de um locale. A metáfora goffmaniana dos ‘bastidores’ não é, portanto a única se pode desenhar na espacialização da vida pública, sendo igualmente relevante (mas quase nunca tida em conta nas análises sociais

⁷⁶ A este nível a teoria de Giddens incorpora o mesmo tipo de metáfora da que é explicitamente assumida em Goffman quando compara a vida social com a dramaturgia do palco (e.g. Goffman 1959: xi, 3-4 e, especialmente, p. 70 e ss.). Como nos referimos em outro momento à contribuição deste autor para a afirmação de um ponto-de-vista geográfico, não nos deteremos agora na sua caracterização. Contudo, é importante, no contexto da caracterização da sociologia de Giddens, destacar a caracterização ‘dupla’ da vida social ao redor de uma área ‘frontal’ de impressão ‘pública’ da normalidade e da aceitação, face à região ‘dorsal’, não especificamente ‘secreta’, mas ‘reservada’ (os ‘bastidores’) em que se organiza menos normativamente a própria produção da esfera pública da performance. As regras sociais e sobretudo a explicitação cultural dos comportamentos são necessariamente diferentes nas duas áreas referidas: ‘Back regions which allow complete solitude are maybe less important than those which allow the expression of a *regressive behaviour* (...) that permit profanity, open sexual remarks, elaborate quipping (...) rough informal dress, ‘sloppy’ sitting and standing posture, use of dialect or substandard speech, mumbling and shouting, playful aggressivity and ‘kidding’, inconsiderateness for the other in minor but potentially symbolic acts, minor physical self-involvements such as humming, whistling, chewing, nibbling, belching and flatulence’ (Goffman 1959: 128).

pautadas por um normativismo que atribui uma única performance cultural *a toda a comunidade*) os lugares que se referem a uma total exclusão da vida pública. A sua importância deriva não apenas de um vago direito à existência de todas as partes constituintes de uma comunidade mas sobretudo porque, em muitas situações, a dinâmica histórica de uma determinada organização social não pode ser totalmente compreendida sem um acesso privilegiado a esses lugares de verdadeira antecipação (reformista ou revolucionária) do tempo futuro. Um exemplo particularmente ilustrativo desta condição pode ser recolhido da historiografia romana (e da arqueografia com ela associada): imagine-se o que resultaria de empobrecedor para a compreensão da evolução do Império Romano a partir, sobretudo, do século terceiro, se não se tivessem em conta os lugares específicos que a sua história (e arqueologia) detecta como meros lugares de exclusão das minorias religiosas cristãs que habitavam em ambiente urbano, especificamente na urbe de Roma. De facto, estes lugares de exclusão são, e em virtude dela mesma, o lugar privilegiado de reformulação ideológica da própria totalidade de que se excluem ou são activamente excluídos. Esta noção de ‘exclusão activamente produzida’ é tão mais importante na sociologia de Giddens, quanto, tal como no exemplo concreto com que ilustramos aqui o seu pensamento, a dinâmica de substituição é promovida pelo sentimento colectivo de uma progressiva distanciação entre as duas ordens, ‘frontal’ e ‘dorsal’ de organização social. Todos os elementos de ritualização e performance colectiva que garantem um equilíbrio negociado de uma determinada representação de uma comunidade por si-própria, exigem uma porosidade que estabeleça um contacto substancial entre os ‘actores’ e as ‘personagens’ (aceitando implicitamente, para efeitos analíticos, que exista alguma vez a condição absoluta de um ‘actor’ sem ‘personagem’), entre a ‘audiência’ e os ‘bastidores’:

[The] level of enclosure between back and front regions is likely to be very high, since it very often holds that the more ritualized or contrived the occasion, the more it has to be presented as an autonomous set of events, in which the backstage props are kept entirely out of view of audiences and observers [Giddens 1985: 278.].

A convicção partilhada de que esta adequação se perdeu para além do limite que é exigido pela simples apresentação performativa da comunidade sobre si-própria, leva, inevitavelmente, à reformulação das suas condições de existência, ou dito de outro

modo, não à explicitação essencial da verdadeira natureza do *backstage* (o que nunca acontece, embora assim seja apresentado, retoricamente, em situações de forte dinâmica social, em épocas de substituição ‘revolucionária’ das estruturas de poder) mas à substituição mais ou menos extensa de ‘actores’, ‘personagens’ e ‘dramaturgia’.⁷⁷

As formas de restrição de acesso e de exclusão activa são, assim, modalidades constitutivas da própria organização espacial e temporal que formalizam as relações sociais, geradas e gerando elas próprias, numa organização dialéctica eficiente, formulações estritas de vigilância e dominação social. Ainda que a Sociologia de Giddens seja especialmente dedicada a estabelecer a análise destes fenómenos no contexto da Modernidade⁷⁸ e da expressão económica capitalista a ela associada, não deixa ainda assim de poder traduzir uma epistemologia geral de caracterização das formas de imposição espacial e temporal do poder sobre a organização social dos locais e dos agentes sociais neles em co-presença, através da articulação integrada de mecanismos de recolha de informação e de supervisão de conduta pessoal (na qual a visualidade explícita da ordem pública é fundamental – e a eles poderá estar associado os elementos formais da planta edificada, e.g. os ‘recintos colectivos’, que ‘obrigam’ à presença simultânea da comunidade). Porém, é necessário sublinhar, mais uma vez, que a organização social dos locais não se restringe à explicitação performativa exigida por uma determinada estruturação do poder mas antes que ela contempla igualmente, por aquela desconhecida, permitida, tolerada e por vezes até promovida como forma de contra-crispação social, de áreas ‘dorsais’ de exibição da diferença, ou mesmo de a-normatividade comportamental.⁷⁹

⁷⁷ González Ruibal acredita que é também a este nível *performativo* das relações de poder que se deve compreender a reorganização física e simbólica que se pode reconhecer entre as diversas fases construtivas dos povoados fortificados do Noroeste da Península Ibérica ao longo do I milénio a.C. De facto, a transição entre a conspicuidade de um povoado do Bronze final (Gómez e Pautreau 1998: 127) e a aparente ‘democraticidade’ espacial dos povoados da primeira Idade do Ferro, não se podem justificar apenas por uma transformação democratizante operada no seio das comunidade, mas da necessidade de *performar* uma relação renovada entre as áreas ‘frontal’ e ‘dorsal’ da organização social derivada dessas transformações, de modo a incluir *porosamente* uma relação de representação negociada entre os privilégios do poder e as expectativas sociais colectivas (González Ruibal 2003: 90 e ss.).

⁷⁸ Especialmente Giddens (1991).

⁷⁹ Para Mikhail Bakhtin (assim como para Norbert Elias), a Modernidade opor-se-ia à mundividência medieval pela obrigatoriedade de fixar a sexualidade genital a áreas ‘dorsais’ dos ‘locais’ de co-presença da comunidade (não

Para finalizar, e comprometendo a minha formação geográfica em assuntos especificamente arqueológicos, gostaria de propor uma interpretação propriamente giddensiana no domínio do estudo da iconografia castreja, especificamente em relação à decoração dos torques. Se atentarmos nas estampas que ilustram alguns exemplares deste elemento de joalheria,⁸⁰ podemos reparar que a decoração incide quase invariavelmente sobre as extremidades e sobre o terço médio da peça, ficando entre ambas estas ‘regiões decoradas’ uma área muitas vezes desprovida de qualquer intenção decorativa. Assim, podemos admitir que a exibição ‘frontal’ da jóia, e da ‘hexis’ corporal associada, passa pela imposição semântica de dois diferentes pontos-de-vista, uma destinada a ser vista quando encarando o seu portador de frente, outra, *ao contrário*, quando este fosse visualizado pelas costas. O facto de uma ser ‘frontal’ e outra ‘dorsal’ em relação ao corpo do seu portador, não significa que detenham as mesmas características quando relacionadas com o sentido de regionalização que lhe dá a sociologia de Giddens: de facto, *ambas estas regiões são dotadas de um carácter frontal*, referindo-se apenas a situações de co-presença que indiciam diferentes *locales*, em diferentes zonas e segmentação do espaço-tempo da comunidade. Pela iconografia associada a este elemento decorativo, que constituem as estátuas de guerreiros e os carros votivos, pensamos que não é impertinente considerar a hipótese de que o torques

necessariamente privados, mas ‘ocultos’). A invisibilização, entre a prática cultural dominante entre os investigadores, da representação frontal do objecto empírico, é provavelmente a razão pela qual a Arqueologia histórico-cultural não incide usualmente a análise sobre temas de sexualidade, mesmo quando, como em Briteiros, existia iconografia suficiente para a ela dar origem (e por isso mesmo González Ruibal a apresenta já como elemento de caracterização colectiva de uma comunidade guerreira, no contexto do virimorfismo repressivo caracterizado, por Geertz, em situações antropológicas similares). O mesmo sucedeu na história das diversas disciplinas das Ciências Sociais, razão pela qual a crítica feminista, sobretudo a de filiação estruturalista e pós-estruturalista, promoveu a revisão da *gaze* masculina enquanto ‘trope’ narrativo fundamental da ‘grandes teorias’ da Modernidade. Cf. respectivamente, Bakhtin 1984: 26-27, Elias 1978, González Ruibal 2003: 361-368, Geertz 1973: 5 e Engelstad 1991: 502-514. A ‘apologia da guerra e da violência’ veio a constituir um trope narrativo específico da historiografia nacionalista das primeiras décadas do século vinte em Portugal, reproduzindo, de resto, uma tendência idêntica que se desenhou, com maior ou menor ‘estridência’ na Europa da altura (Searle 1976), especialmente da Alemanha nacional-socialista (J. Paterson 1987; Sandner 1989). A valorização, que Martins Sarmiento faz, na caracterização que faz dos seus ‘Lígures’, contrasta directamente com uma certa ‘apologia da guerra’ e do carácter belicista das nações, a que se vai poder assistir na historiografia do início do século vinte, de que é exemplo a obra de Cristóvão Aires (1916).

⁸⁰ Silva 1986: Est. cviii-cxii.

cumpria uma função de investimento de autoridade em duas situações de co-presença distinta, configurando dois *locales* diferentes: num caso, e por imposição sgnica das extremidades decoradas, o seu portador, numa hexis corporal semelhante à detida pelas estátuas de guerreiros, apresentar-se-ia numa posição de dominação, de assimetria radical, em que a visualidade mútua se desenharia entre os dois extremos de um herói ou chefe aclamado – a comunidade *enfrentando* o seu epígono. No outro caso, em que, por força da intenção semiótica da parte medial do torques este haveria de ser visualizado pela parte posterior, a ‘frontalidade’ giddensiana da relação de co-presença, exigiria um locale inteiramente diferente do da ‘aclamação’; estamos a pensar, naturalmente, naquelas situações em que, como as descritas nos carros votivos associados ao culto do *suevotaurilia*, toda a comunidade se perfilava em procissão, e na qual, se interviesse o seu líder, o faria numa posição semelhante ao de todos os outros elementos, não por ‘enfrentamento’ hierárquico, mas por quase-dissolução na semelhança. cremos que não  impossível ver na dupla posição sgnica ‘frontal’ das jóias tipo torques, uma articulação de dois *locales* distintos da relação social da comunidade com os seus chefes: a imposição sgnica da autoridade velada pela designação simbólica da igualdade fundamental entre todos os seus elementos.

4) Tal como em Anthony Giddens, também na teoria social de Pierre Bourdieu podemos constatar uma preocupação constante em apresentar uma argumentação consistente em favor da indivisibilidade entre o sujeito e o objecto de conhecimento, dicotomia que era favorecida pela versão dominante da história científica da Modernidade. Não significa isto que outros autores, antes da segunda metade do século vinte, não tenham pretendido argumentar no sentido de uma concreção iniludível entre o sujeito e o objecto do conhecimento científico dos fenómenos sociais. Nomes como Herder, Dilthey, Windelband, e até mesmo, num certo sentido (e não dos menos importantes), Marx e Engels constituem uma genealogia respeitável de um modo de pensar a praxis científica que a afasta decisivamente dos pressupostos positivistas e behavioristas das Ciências Sociais. Contudo, a versão dominante, por razões estritamente meta e sócio-paradigmáticas, havia sido sempre o modelo positivista do conhecimento empírico validado pela lógica inter-subjectiva universal do sujeito do conhecimento. Não causa, por isso, espanto que tendo sido as correntes marxistas tão

importantes *politicamente* ao longo da segunda metade do século dezanove, apenas tenham sido relevantes *epistemologicamente*, na Geografia como na Arqueologia, quase um século mais tarde. A ‘crise positivista’ do século vinte, nomeadamente após as grandes convulsões sociais da transição do terceiro para o último quartel, é que reunirão as condições necessárias de superação desta subjectividade, e a possibilidade de apresentação de modalidades sincréticas de relação entre o sujeito e objecto de conhecimento científico. O livro *The Logic of Practice* é, em muitos aspectos, o ‘discurso do método’ dessa nova proposta sociológica, a partir da qual o autor justifica uma teoria da prática que não cinde arbitrariamente e artificialmente a relação entre os dois pólos (‘lógico’ e ‘empírico’) de autorização do conhecimento científico.⁸¹

A argumentação crítica de Bourdieu incide igualmente sobre os dois extremos nefastos de exageração da relação objectivista/subjectivista da epistemologia. No primeiro caso, em que o conhecimento científico se estrutura de acordo com uma metafísica ‘objectivista’, e na qual o estruturalismo seria a face dominante dessa mesma tradição coeva,⁸² Bourdieu critica especialmente o facto de que a incidência ‘objectiva’, exercida sobre o mundo social, ao ponto de o ‘descarnar’, até apresentar apenas as ‘correntes de transmissão’ que o põem em funcionamento, não é exercida da mesma maneira sobre os investigadores eles-mesmos;⁸³ uma epistemologia assim fundada numa assimetria propriamente *prática* (para Bourdieu, não existe justificação para pensar que a ciência seja ‘estruturalmente’ diferente de qualquer outra produção intelectual, como sejam a fixação narrativa de mitos, ou o estabelecimento de regras de conduta), levaria a garantir ao investigador uma posição privilegiada no conjunto do

⁸¹ Cf. respectivamente, Bernstein 1983: pass., Haraway 1991: 193 e ss. e Pimenta 1996: 87-101.

⁸² O facto de Bourdieu ter dedicado a primeira parte da sua investigação a temas de Antropologia, especialmente pela sua permanência na Argélia após a Segunda Guerra, necessariamente o poria em contacto com as propostas de Lévi-Strauss, plenamente dominantes então no seio dos estudos daquela disciplina em França.

⁸³ Para um exemplo ‘arqueológico’ desta epistemologia, cf. o trabalho de Clastres, no qual se enuncia o ‘espaço da prática social’ como sendo constituído não apenas pelas relações estruturais que o definem homologamente com outras instâncias do social, mas também como um lugar de práticas concretas, cujo efeito estruturante ou ‘agencial’ depende da prática concreta em si e não de nenhum determinismo recobridor de longo alcance (Clastres 2001: 141). É, porém, bastante natural que, no contexto da Arqueologia, uma vez que não é possível rasgar o véu de alteridade absoluta que se estabelece com a situação social original, que os estudos estruturalistas analíticos venham a ter uma especial representatividade (e.g., Pearson e Richards 1994: 25; Cobas e Prieto 1997: 106, 161-162).

sistema social, não apenas pela sua posição de ‘vantagem cognitiva’ mas sobretudo pela atribuição essencializada de uma especial capacidade dos cientistas e investigadores em fugirem às condições de produção inconsciente de representação do mundo que, contudo, esses mesmo investigadores pareciam encontrar em todos os restantes elementos de qualquer comunidade. Do mesmo modo, a ideia de que um ser humano, individualmente considerado, pudesse deter o conhecimento de todas as consequências das suas acções e de que as suas tomadas de posição revelariam a melhor solução, racionalmente ponderada, no conjunto das decisões possíveis (visão behaviorista estrita que animava, sobretudo, a ciência económica, mas também todas as versões neopositivistas das Ciências Sociais), parecia a Bourdieu igualmente insusceptível de confirmação, e o autor pôde mesmo apresentar uma série relativamente extensa de estudos de caso cujo objectivo principal seria o de demonstrar a não validade dos fundamentos de uma argumentação subjectivista.⁸⁴

A ‘teoria da prática’ (*Outline of a Theory of Practice*), nome com que Bourdieu titula o seu livro de apresentação de uma versão da sua teoria social com que pretende contemplar, ao mesmo tempo e integradamente, os extremos ‘objectivista’ e ‘subjectivista’ da acção social, desde logo nos adverte da posição epistemológica de síntese que o autor vai pretender efectuar. A sua intenção epistemológica é a de apresentar uma conceptualização em redor de ‘prática’, de modo a contemplar todas as dimensões que lhes estão associadas no contexto da organização social e sobretudo para fixar os contornos do conceito que, na sua opinião, mais bem representa a ligação

⁸⁴ Foram várias as áreas sociais em que Bourdieu apresentou um estudo empírico sobre a organização não-behaviorista estrita, não ‘subjectivista’ nem ‘voluntarista’ da organização social e da relação entre o ser humano, individualmente considerado e o conjunto dos seus pares, organizados em estruturas de poder diferencial: a escola, a universidade, o sistema administrativo, etc. Cf. Bourdieu 1977; Bourdieu 1979; Bourdieu 1988; Bourdieu 1996. A teoria ‘subjectivista’ mais importante no contexto da teoria social contemporânea ficou conhecida, na literatura anglo-saxónica, pelo nome de *rational-actor theory* ou *rational-choice theory*. O postulado principal que lhe dá origem afirma que qualquer ser humano, individualmente considerado, tomará, em contextos de resolução de um determinado problema, a decisão que garantir ‘mais por menos’, *i.e.*, mais retorno por menos investimento pessoal. Os antecedentes históricos desta concepção da teoria comportamental situam-se nas primeiras formulações da Economia clássica, e foram vertidos para as formulações mais recentes da mesma ciência, quer nas que se lhe podem filiar directamente, como o caso da Economia neo-clássica, quer, um pouco surpreendentemente, em algumas versões mais ‘analíticas’ do pensamento neo-marxista. Para uma crítica histórica e teórica da genealogia da teoria da ‘escolha racional’, cf. Barnes 1996: esp. caps. 1-3.

dialéctica entre as margens subjectiva e objectiva da organização da prática social – o conceito de ‘habitus’. A operação de ‘habitus’ é, para Bourdieu, a entidade que organiza a prática social concreta dos seres humanos considerados individualmente, no contexto de uma organização que os envolve e de que eles, enquanto indivíduos, não detêm o conhecimento pleno. Para Bourdieu, o conceito de ‘habitus’ partilha, mas ao mesmo tempo dissolve, as visões extremas do subjectivismo e objectivismo sociológicos: o primeiro a considerar as decisões humanas como absolutamente livres e conscientes, negando qualquer poder estruturante da organização social envolvente; o segundo, concebendo a sociedade como a explicitação de ‘leis sociais’ organizadas topicamente num lugar oculto e exercendo a sua obtusa inevitabilidade para lá de qualquer espécie de controlo individual dos agentes sociais.

O conceito de ‘habitus’ organiza centralmente a teoria social de Bourdieu. É a relação *prática* que se estabelece entre as formulações objectivas (‘objectivantes’) da estrutura social e a capacidade de acção individual; é igualmente a operação *concreta* de *in-corporação* da organização estrutural (‘estruturante’) objectiva e abstracta das leis sociais no sujeito individualmente considerado; ‘incorporação’, neste contexto, faz referência ao conteúdo literal da expressão, porque, para Bourdieu, a objectivação das leis gerais no comportamento individual não se faz apenas por uma transposição intelectual de conteúdos, mas pela imposição (de violência mais ou menos simbolizada) das normas de comportamento a um *corpo* concreto, sensorial, que funciona através de categorias que ultrapassam as entidades lógicas do ‘certo’ e do ‘errado’ ou em que, pelo menos, essas mesmas categorias de ordem intelectual são inevitavelmente acompanhadas pela percepção do prazer e da dor (Painter 2000: 246.).

O ‘habitus’ é enfim, partilhado pelos agentes sociais que se reconhecem como iguais, o meio e o resultado da organização social, e o reproduzidor da sua própria desigualdade:

The conditionings associated with a particular class of conditions of existence produce *habitus*, systems of durable, transposable dispositions, structured structures predisposed to function as structuring structures, that is, as principles which generate and organize practices and representations that can be objectively adapted to their outcomes without presupposing a conscious aiming at ends or an express mastery of operations necessary in

order to attain them. Objectively ‘regulated’ and ‘regular’ without being in any way the product of obedience to rules, they can be collectively orchestrated without being the product of the organizing action of a conductor [Bourdieu 1990: 53.].

A partir da citação anterior, podemos ver em detalhe a natureza e o tipo de efeitos sociológicos e epistemológicos que encerra a definição bourdieuana de ‘habitus’, isolando os vários elementos constituintes da sua própria definição.⁸⁵

Em primeiro lugar, o ‘habitus’ consiste num conjunto de *predisposições* que levam os agentes sociais a admitirem para si próprios determinados tipos de comportamentos. Geram determinadas práticas sociais, sem que no entanto os agentes sociais que as levam a cabo tenham uma consciência muito nítida da razão por que o fazem. Para Bourdieu, para lá de uma eventual essencialização deste momento transcendente, que não passou despercebido à crítica pós-estruturalista e feminista,⁸⁶ parece claro que apesar da regularidade expressa pelas atitudes partilhadas, não existe, ontologicamente, uma ‘tópica’ oculta de geração dessas mesmas regras.

Em segundo lugar, este conjunto de disposições regulares comportamentais parecem admitir algum grau de durabilidade, inculcabilidade e transponibilidade, o que lhes garante um efeito constitutivo da organização e acção social para lá do momento da sua enunciação. Obviamente, Bourdieu refere-se, neste contexto, a todos os mecanismos da

⁸⁵ Neste ponto específico, seguimos de perto a crítica de John Thompson (Thompson 1991: 12 e ss.), a que associamos algumas ideias que estão presentes, mais ou menos desenvolvidamente, em outros autores: Hesmondhalgh 2006: 211-231; Rose 2006: 101-136. Do ponto de vista específico da aplicação da teoria do ‘habitus’ na Arqueologia, cf. *e.g.*, Jones (1997), Hamilakis *et al.* (2002), além, naturalmente, das incursões de González Ruibal, no contexto específico da arqueologia do I milénio a.C. do Noroeste da Península Ibérica, sobretudo em relação ao estabelecimento de ‘discursos materiais’, como formulação de normas comportamentais, de que é exemplo a organização simbólica da ‘casa bracarense’ como *meio e resultado* da organização social do tipo ‘société à la maison’ (González Ruibal 2003: 336-343).

⁸⁶ Cf., *e.g.*, Julie McLeod (McLeod 2005: 11-30). Para esta autora, que apresenta uma revisão da relação conflitual entre Bourdieu e a teoria social feminista, devem repensar-se os conceitos de ‘habitus’ e ‘campo de estratégia’, e incluir numa análise mais contextualizada os efeitos de instabilidade causados pelas condições de formação de subjectividade (aqui, incidindo especificamente na questão de identidade de género) e de transgressão das normas instituídas pelo campo estratégico de afirmação diferencial, destacando as formulações de continuidade identitária em espaços intersticiais de formação da subjectividade fragmentada. No geral, é uma releitura anti-essencialistas dos conceitos centrais da teoria social de Bourdieu.

ordem pública e privada que são responsáveis pela formação, nomeadamente durante a infância, da explicitação de um conjunto de normas que passam, na idade adulta, a funcionar autonomamente em relação ao momento e lugar da sua primitiva explicitação. É também a este nível que Bourdieu considera que a capacidade normativa dos enunciados puramente verbalizados se incorpora numa *hexis* corporal específica que passa a representar a pervivência concreta da memória (a dor e o prazer, consciente ou inconscientemente associados à inculcação dos princípios verbalizados, permitem uma actualização constante pelo uso do próprio corpo, garantindo a ‘naturalização discursiva’ da estrutura social no recinto mais amplo da ‘prática da teoria’).

Em terceiro lugar, e em íntima articulação com o ponto anterior, o conjunto de predisposições assim inculcado e incorporado, tende a adquirir uma inércia comportamental, que, ao seu portador, quando não criticamente avaliadas, podem justamente parecer uma regularidade ‘natural’ e inescapável da organização social.⁸⁷

Em quarto lugar, a diferenciação heteroclassista do ‘habitus’, associada à homogeneização intra-classista, tendem a sobrepor uma lógica ‘discreta’ sobre o continuum social, promovendo activamente a distinção rígida de ‘classes’, as quais se reconhecem, internamente e exteriormente, pela incorporação dos mesmos hábitos comportamentais; a presença do corpo é, para Bourdieu, absolutamente central neste contexto específico, por ser ao nível abjectivista da relação de intimidade física que se denunciam as fronteiras de (quase) absoluta intransponibilidade social, razão pela qual

⁸⁷ Também Habermas, no contexto da sua Teoria Crítica, desenhou, muito nitidamente, uma oposição entre a forma *werkiana* e compreensiva de fazer ciência. A primeira, característica das formulações positivistas, atribuía à regularidade inculcada nos sujeitos humanos, a uma causa essencializada exterior; a segunda, pelo contrário, deprimia absolutamente a capacidade de acção do agente social, remetendo-o à condição de produto de um processo histórico sobre o qual não tinha qualquer capacidade de intervenção. É justamente com o sentido de operar a síntese entre estas duas abordagens, aparentemente irreconciliáveis, que apresenta a sua própria fundamentação ‘emancipadora’ da Teoria Crítica: ‘Há circunstâncias em que a vida social é condicionada por factores de que os indivíduos em causa pouco sabem – em que as forças sociais se assemelham a forças da natureza [mas] quanto mais os seres humanos sabem (...) tanto mais aptos estarão para se libertarem dos confinamentos a que estavam sujeitos antes’ (Giddens 1992: 160).

os fenómenos de mobilidade social são sempre precedidos de uma transformação visível da própria *hexis corporal*.⁸⁸

Finalmente, este é um dos pontos mais importantes para uma teoria da prática dos ‘discursos materiais’, que são, na Arqueologia, o lugar mais óbvio de organização de uma teoria bourdieuana, as disposições são *transponíveis*, i.e., independentemente do *locus* inicial da sua enunciação, passam a fazer parte da estrutura de organização da subjectividade comportamental e surgirão em novos domínios, a partir de homologias simbólicas e funcionais.⁸⁹ O ‘habitus’, em suma, é o que garante (e obriga?) aos agentes sociais a capacidade de agir nas mais diversas e específicas situações, sem que delas se tenha de possuir uma compreensão completa da sua natureza e dos seus efeitos. O *habitus* é a exposição concreta da própria existência individual no seio da comunidade social envolvente.

Também especialmente importante no contexto da teoria social de Bourdieu é o conceito de ‘capital’ e servirá de ponto de apoio muito concreto para uma teoria derivada da fundamentação de uma ‘discursividade’ a identificar nas manifestações materiais de uma comunidade:

Pierre Bourdieu ha extendido el concepto de capital marxiano más allá de la esfera económica. El poder y las relaciones de desigualdad no pueden basarse en exclusiva en la acumulación, mantenimiento y reproducción del capital económico. El capital social, cultural y simbólico resulta al menos tan importante como el económico en las estrategias del poder. Según Bourdieu, al reducir la economía precapitalista a su realidad objetiva, ‘el economicismo aniquila la especificidad localizada precisamente en la discrepancia socialmente mantenida entre la realidad objetiva y la representación social de la producción y el intercambio’. (...). Como Foucault, Bourdieu también hace un gran hincapié en la esfera más baja de las relaciones sociales, en lo

⁸⁸ ‘Structured dispositions (...) are ingrained in the body in such a way that they endure through the life history of the individual, operating in a way that is pre-conscious and hence not readily amenable to conscious reflection and modification’ (Thompson 1991: loc. cit.).

⁸⁹ O conceito de ‘discursos materiais’, i.e., de concreções de comportamento social na cultura material, retirei-o de González Ruibal (González Ruibal 2003: 17-19). O estabelecimento de homologias entre diversas esferas de organização funcional ou simbólica dos vestígios materiais do passado é plenamente justificado no contexto da noção de ‘transposição de *habitus*’, tal como Bourdieu a define e demonstra.

cotidiano y lo material, en la práctica frente al discurso [González Ruibal 2003: 18].

Assim devem tomar-se em consideração não apenas as modalidades de expressão do capital, mas também as formas de intermutação entre todas elas, destacando a capacidade mimética de formulação de estratégias sociais diferenciadas a partir da concreta expressão dessas modalidades no campo de negociação social. O (i) capital económico diz directamente respeito à riqueza material disponível e constitui o elemento central da análise clássica da tradição filosófica do materialismo histórico.⁹⁰ O (ii) capital social faz referência directa ao poder que se gera e torna disponível pela organização social concreta das redes formais e informais de conhecimento e reconhecimento interpessoal e de grupo. Embora a teoria social clássica tenha tendido a dar mais importância aos mecanismos internos de afirmação dos diversos grupos de status, a teoria antropológica e histórica está hoje em condições de reconhecer que a dinâmica social é objecto de fenómenos de intensa aceleração, justamente nas margens imperfeitas de recobrimento entre estes mesmos grupos, nomeadamente quando são explicitadas em ambientes de contactos económicos de feição colonial. O lugar de ‘informador’ ou ‘contacto privilegiado’ pode deter, e normalmente detém, um papel central na organização do espaço social das comunidades colonizadas.⁹¹ O (iii) capital cultural diz respeito a todas as formas de avaliação positiva da erudição e do conhecimento especializado, nomeadamente quando suportadas por títulos consagrados publicamente de estruturas educativas de prestígio. Este domínio de análise social detém uma importância especial no nosso trabalho de interpretação geo-historiográfica em

⁹⁰ Convém no entanto referir que o a tradição marxista nunca restringiu a análise da desigualdade social apenas à expressão da diferença de riqueza disponível. De facto, o conceito de ‘classe’ em Marx nunca pôs de lado as configurações culturais, social e ideológicas com ela associadas, embora, é verdade, tendesse a considerá-las como ‘super-estruturais’, isto é, como elementos de expressão de uma estratégia de alienação destinada a encobrir as ‘molas reais’ de funcionamento da estrutura social. Contudo, deve aqui ter-se em consideração que as primeiras formulações do materialismo dialéctico (e do seu equivalente de análise da dinâmica histórica, o materialismo histórico) foram aplicadas numa escala de análise ‘macro-social’, na qual o principal elemento de aferição do posicionamento de classe é estabelecido pelos níveis de rendimentos, e sobretudo, pela relação de alienação da força de trabalho em contexto de uma economia plenamente monetária. Cf. Godelier 1978: 84-96.

Martins Sarmiento, por considerarmos que a capacidade de visibilização às escalas nacional e internacional foi seriamente prejudicada pela eventual diminuição da sua capacidade no domínio formal das competências científicas.⁹² Finalmente, o (iv) capital simbólico refere-se à representação especificamente ideológica de atribuição social de quaisquer formas de capital, é um processo de ‘legitimação’. Neste contexto, é possível o uso de ‘indicadores’ de prestígio que, não tendo qualquer valor intrínseco, funcionam na acção comunicativa global como elementos determinantes de reconhecimento de status: ‘it is the form that the various species of capital assume when they are perceived and recognized as legitimate’ (Bourdieu 1989: 17).

Quase é desnecessário dizer que este é um domínio de particular relevância na formulação de uma teoria simbólica do espaço e, assim, da possibilidade de afirmação de uma contribuição significativa de Bourdieu no contexto de afirmação do ponto-de- vista geográfico nas Ciências Sociais. De facto, a organização e apresentação simbólica do espaço edificado, elemento normalmente conservado nas escavações arqueológicas, é um dos elementos mais importantes de configuração de uma estrutura simbólica da sociedade, e, segundo Lévi-Strauss, nas sociedades sem escrita pode mesmo cumprir um papel análogo ao que nas sociedades com escrita é atribuído à codificação jurisprudencial e educativa.⁹³

⁹¹ Cf., e.g., o papel que a estrutura social indígena do Noroeste da Península Ibérica, especialmente a área bracarense, teria cumprido na pacificação ‘autónoma’ do território face à dominação romana (C. F. Almeida 1983: 187-198).

⁹² Curiosamente, ou talvez nem tanto, será justamente a este nível, *aparentemente lateral* da polémica científica, que Adolfo Coelho incidirá parte da sua crítica com que pretende (e consegue, como veremos) reforçar a imagem ‘antiquarista’ de Martins Sarmiento e desacreditar a sua teoria interpretativa do passado como uma formulação especificamente científica (cf. Levine 1986)

⁹³ Cf. o caso da aldeia *winnebago* a que C. Lévi-Strauss faz alusão no seu livro *Anthropologie structurale* (Lévi-Strauss 1974: 155-157) a partir do trabalho de campo de P. Radin. Este constatou um curioso desacordo entre as pessoas que lhe serviam de informadores. A disposição espacial da aldeia era diferentemente representada pelos habitantes da aldeia conforme a sua pertença social (*upper/lower phratries*). Do mesmo modo, os modelos culturais em confronto podem traduzir diferentemente as suas relações com a estrutura espacial. Um extremo de profunda dependência é o caso dos índios *bororo*, em que o conjunto da disposição espacial constitui um sistema fechado que remete à ordem cosmológica, religião, organização do trabalho, sistema de parentesco e às regras de casamento. A intervenção dos missionários, ao modificar essa disposição espacial, desorientou e fez ruir, juntamente com a desagregação espacial, todas as referências inscritas no espaço, todas as interacções sociais e todos os modelos autoconscientes de representação e de modelização dos comportamentos: ‘A distribuição circular das palhotas em

Contudo, tão importante quanto a configuração multiforme do capital tornado disponível na organização social, é a característica comum a todas estas formas de possibilidade de transmutação, assegurando, por isso, uma capacidade de estratégia diferencial que não era admitida, pelo menos com o grau de mobilidade aqui considerado, pelo marxismo clássico, ainda que mantendo lógicas internas específicas a cada um deles, dentro das quais a possibilidade de tradução e substituição pode ser profundamente deprimida:

[E]ach form of capital provides the resources for social struggles *within its respective sphere* independent of the other forms and without requiring conversion. Thus symbolic struggles, for example, have autonomy from economic struggles,⁹⁴

o que significa, em termos concretos de uma teoria social da ‘materialidade discursiva’, a atribuição separada do valor simbólico dos objectos materiais como formulação não estritamente económica da organização social da comunidade a que dizem respeito.

I. 1.3. A Racionalidade

1) Edward Casey, autor dos livros *Getting Back Into Place* e *Fate of Place*, é um investigador que incorpora no estudo da racionalidade os conceitos associados à ‘inflexão geográfica’. A sua obra insere-se numa perspectiva fenomenológica, com referências a (e emulações de) autores que desenvolveram o seu trabalho no seio desta

torno da casa dos homens é de tal importância, no que diz respeito à vida social e à prática do culto, que os missionários Salesianos da região do Rio-das-Garças rapidamente descobriram que a maneira mais segura de converter os Bororo consistia em obrigá-los a abandonar a sua aldeia, trocando-a por outra, onde as casas são dispostas em filas paralelas. Desorientados relativamente aos pontos cardiais, privados da planta que fornece um argumento para o seu saber, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, *como se os seus sistemas social e religioso fossem muito complicados para passarem sem o esquema tornado patente pela planta da aldeia e cujos contornos são perpetuamente refrescados pelos seus gestos quotidianos* (Lévi-Strauss 1981: 214-215; ênfase nossa).

⁹⁴ Painter 2000: 244. Para uma crítica de teor semelhante, mas no contexto da Arqueologia, cf. Hedeager 1992, capítulo introdutório.

perspectiva filosófica como Yi-Fu Tuan, David Seamon, J. B. Jackson ou W. G. Hoskins.⁹⁵

A intenção da filosofia de Casey é interrogar sistematicamente a relação do lugar com a racionalidade, visto que, para o autor, o ‘the place we occupy (...) has everything to do with what and who we are’. Com o intuito de demonstrar a sua argumentação principal, Casey percorre uma série de manifestações sociais e racionais em que o papel constitutivo do lugar é manifesto, como seja o ‘mapa’, o ‘corpo’, a ‘cidade’ (ou em termos mais genéricos, o ‘edificado’), a ‘natureza’ – nela incluindo muito decisivamente a ideia de ‘natureza selvagem’ como relação constitutiva antinómica da própria afirmação ‘cultural’ do ser-humano – e, finalmente, a ‘viagem’.

Para Casey, a não ser que se proceda a uma reflexão sistemática do que realmente significa, e que consequências tem, o ‘lugar em que se está’, a vida humana

will continue to be as disoriented and displaced, as destabilized and dismaying, as we know [it] to be at this imperilled post-modern moment. (...). The prospect of no-place is dismaying not only when pulling up stakes or in wartime (part of the horror of nuclear war is its annihilation of places as well as persons) but at many other times; indeed, every time we are out of place (...) we find ourselves entering into a special form of panic: place-panic’.⁹⁶

O significado e as consequências, epistemológicas e éticas, do ‘lugar’ na vida humana, é o que a que a tradição anglo-saxónica dá o nome de ‘situated rationality’, e que não vejo inconveniente em traduzir literalmente em português por ‘racionalidade situada’. Desde logo se compreende a importância de uma proposição teórica do carácter ‘localizado’ da racionalidade no contexto da História e Filosofia de Ciência, e especialmente quando esta toma a forma de uma historiografia da Arqueologia. O

⁹⁵ Os dois primeiros nomes referidos são geógrafos, os últimos desenvolveram o seu trabalho no seio do que em inglês se chama ‘landscape studies’, que em geografia inspirou, por exemplo, os trabalhos de Denis Cosgrove. Em Portugal, esta é uma área de estudos que tem vindo a desenvolver-se na Universidade do Minho, nomeadamente através dos trabalhos de João Sarmiento e Ana Francisca de Azevedo (cf. Bibliografia).

⁹⁶ Casey 1993: xvii. O trabalho de Casey inclui-se numa longa genealogia de estudos da fenomenologia do espaço, na qual ganham especial proeminência (e o próprio autor não deixa de o reconhecer) os trabalhos de Bachelard e Heidegger.

principal ingrediente da exposição geográfica do passado histórico (a construção de geografias imaginativas tecidas numa genealogia geradora do presente), pelo menos na época e lugar a que este trabalho se irá reportar, é sem dúvida a afirmação dos limites de reconhecimento propriamente geográfico da identidade, de que o nacionalismo é a versão mais estridente, mas longe de ser a única. De facto, quando, na segunda parte deste trabalho, procedermos à caracterização das geografias arqueológicas imaginativas de Martins Sarmiento, teremos sempre em presença esta ideia central do ‘lugar do pânico’ que Casey tão eloquentemente enuncia. Nesse contexto, procuraremos demonstrar, ou pelo menos esboçar os contornos de uma caracterização significativa, modo como as ‘escalas de identidade’ de Martins Sarmiento são, ao mesmo tempo, recusa do medo de dissolução da própria identidade – ‘the *place-panic*’.⁹⁷

Quando Casey se refere ao ‘mapa’ ontológico que governa a situação do ser-humano no mundo tem em ideia muito especificamente a necessidade racional de atribuir uma localização precisa ao *continuum* da existência. Neste sentido, ‘pertencer a um lugar’ – ou tão só *estar num lugar* – convoca muito mais do que a fixação das coordenadas físicas que dão garantia de exclusividade numa rede tridimensional do espaço. Desde o ponto-de-vista do investigador, um lugar é sobretudo a recíproca de não ser errante, o contrário de ‘estar perdido’ – porque um ‘mapa’, afinal, mais do que a descrição de uma parte do mundo, é a inscrição da distância a que estamos de casa, e a exposição do caminho de regresso. Poderia alguém, neste ponto, questionar qual a relevância de uma ‘cartografia existencial’ assim definida para o estudo da historiografia de um arqueólogo e historiador amador, de meados do século dezanove, vimaranense, como é Martins Sarmiento. E, contudo, não é possível ler as páginas dos seus inúmeros escritos sem que nos apercebamos de imediato do papel securizador (de verdadeira ‘fixação’ ao lugar conhecido, ao centro-do-seu-mundo) que cumpre a sua teoria etnogénica do

⁹⁷ Já em outro lugar fizemos referência ao facto de nos parecer que a fixação ao lugar detinha uma especial predominância na geo-historiografia de Martins Sarmiento (Pimenta 2005). Nela se desenvolve especificamente a ideia de uma ‘perenidade’ genealógica associada a Sabroso, Briteiros e Guimarães, como ‘lugares’ de formação de identidade continuada do Entre-Douro-e-Minho na formação da nacionalidade portuguesa. Do mesmo modo se faz referência a uma eventual ‘imposição local’ de que Martins Sarmiento faz uso, especificamente a partir de Sabroso, para dirimir a questão da arte pré-romana, no contexto de uma polémica internacional em que se envolveu, após a visita dos ‘sábios internacionais’ a Briteiros.

passado. Desde as grandes viagens da migração ‘ariana’, convenientemente, aferidas a um tempo mítico de não-existência, aos passeios solitários do ‘esquadrinhador de miudezas’ pelos terrenos da sua comarca natal, até, finalmente, ao fechamento progressivo do próprio ‘passado’, os vestígios materiais, as tradições orais, as referências bibliográficas, entre as paredes de um museu-biblioteca pessoal, tudo indicia que Martins Sarmiento detinha uma relação onfálica com a sua terra, com o seu país, com a sua casa, de onde não saía voluntariamente, e para onde convocava, em esferas de informalidade mais ou menos extensamente estabelecidas, todos aqueles que julgava necessários à afirmação do seu próprio espaço (Lemos 1985; 1988; 1995; 1999).

Falamos, assim, de *nostalgia*. Dos vários sintomas que pode padecer a síndrome romântica, a nostalgia é dos mais evidentes e aquele que, singularmente, mais bem consegue estabelecer uma ruptura existencial com os ambientes ideológicos que o precederam e que lhe seguiram, respectivamente o racionalismo duro dos tempos iluministas e o modernismo futurista do desvario nacionalista das primeiras décadas do século vinte. Não estamos a negar que em qualquer destes momentos se tenha afirmado uma sorte de cosmopolitismo, nem que, também, o longo século dezanove tenha podido desenhar os contornos da sua própria relação cosmopolita com a alteridade e com o vasto mundo: porém, em nenhuma das outras duas mundividências, a nostalgia exerceu tão profunda influência como no século liberal, momento em que o ser-humano, deixado sozinho à sua livre individualidade, não pôde assegurar a tranquilidade ‘equalitária’ racionalista dos primeiros, nem a partilha ‘fraternalista’ dos movimentos proletários dos segundos. Dos três vértices que a propaganda revolucionária de 1789 havia consagrado no seu mote, *liberté, égalité, fraternité*, seria ao romântico século dezanove que calharia escolher, de entre todos, aquele com que seria mais difícil de conviver – a angustiante *liberdade* do indivíduo, considerado na sua singular irredutibilidade aos outros.

A nostalgia, neste sentido, é mais do que a memória do tempo perdido, é o desejo de conhecer e explicitar os *lugares que o contêm*, as ruínas em que esse mesmo tempo perdido se transmuta e mineraliza, é a demanda da própria impossibilidade:

No matter what plea or adjustment I make, I cannot catch hold of the peculiar magic of those [childhood] places (...). No effort of will can restore me that perception, that view of the horizon not yet tainted by futurity – it

runs through me sometimes, but I cannot summon it. And yet everything I would say about place depends on it, and *everything I search for myself involves some deep fantasy of its restoration*. My best, truest self is vitally connected to a few square miles of land [Birkerts 1986: 54. Ênfase nossa].

A nostalgia do passado resume-se assim na relação enunciada entre a terra e a identidade. Abdicar de uma reflecte-se inevitavelmente na perda da sua correspondente: o lugar, a identidade; a identidade, o lugar. E tal como Birkerts, também Martins Sarmiento, como veremos, sente intimamente que perde mais do que um antepassado ilustre no momento em que lhe pretendem impor uns quaisquer povos ‘celtas’ no ‘seu’ Entre-Douro-e-Minho: pela violência associada às suas respostas polémicas, facilmente compreendemos que perder o passado ‘ariano’ da ocupação da sua terra é também beliscar a essência da sua própria identidade, da sua íntima personalidade. Porque o sentido local de existência, o *dasein*, individual e colectivo, tem origem e reflecte, não apenas a *história* da sua (nossa) ancestralidade, mas enuncia e descreve os lugares de que se vem e para onde se retorna, os vértices de um mapa em que essa mesma história se actualizou e se tornou duradoura, enfim, em que se fez *geografia*.

A uniformidade do tempo e do espaço da Modernidade transformou esta relação essencializada com o ‘lugar do passado’, e este tomou uma dimensão inesperada em colisão com aquela *werkiana* uniformidade. O ‘lugar do passado’, no ideário romântico do século dezanove, em que Martins Sarmiento tão nitidamente se insere, remete para uma dimensão quâsi-onírica da existência, tempo em que, justamente, o lugar era a medida de todas as coisas, e também do tempo que não corria, por que na ordem fenomenológica da nostalgia, ‘space and time are not yet separable concepts, they are scarcely concepts at all’ (Birkerts 1986: 54).

É pela oposição às principais qualidades que caracterizam a ‘nostalgia’ (‘literally, pained at the non-return home’ [Casey 1993: 138]), que melhor podemos compreender a fenomenologia do passado em Martins Sarmiento. À dissolução identitária provocada pela ‘desorientação’, ‘desmemorialização’, ‘des-habitação’ e ‘depressão’, veremos como todo o programa de pesquisa arqueológico do investigador se direcciona no sentido de garantir o fortalecimento do ‘sentido de lugar’, da ‘orientação’ concreta na geografia vestigial das ruínas do passado, do ‘regresso a casa’, ciclicamente reelaborado nas vicissitudes da história do Noroeste da Península Ibérica, e, finalmente, na

realização ‘eufórica’ da afirmação continuada da identidade e superioridade civilizacional dos ‘Arianos’ do Ocidente. De Martins Sarmiento poderíamos dizer, com especial pertinência, o que Casey admite para os povos e os indivíduos despojados dos seus lugares de ancestralidade:

Natives and nonnatives alike are embroiled in a shared predicament of placelessness and its aftermath, and the only way out of this predicament is to regain living contact with place itself, to remember that place is a remarkable thing. This will take more than nostalgic glimpses backward into personal or collective history or forward-looking gazes into utopias or the exotica of outer space. Nostalgia (as well the exoticism with which it is so often allied) is part of the problem, and does not contain the solution [Casey 1993: 139].

Também Martins Sarmiento associou a uma específica nostalgia do passado, uma referência utópica da exotividade ‘oriental’ dos ‘Lígures’; e, também neste caso, a nostalgia e a utopia lado-a-lado lograram desenhar, em traços fortes, os contornos do problema que, do mesmo modo, não puderam enunciar as regras da sua própria superação.

Referindo-se a dois momentos distintos das suas explorações arqueológicas pelos cabeços dos montes da comarca de Guimarães

(Fui à toa, guiando-me unicamente pelo monte. .. Arrostei com o monte pelo sudeste; é áspera a subida. (...). [S]uposto já estejamos no alto da cordilheira, que é continuada para norte pelos montes de S. Simão, de Garfe, e por uma cadeia doutros cada vez mais ásperos e selvagens, há sobejos sinais de que em algumas destas eminências não faltaram moradores nos antigos tempos [Sarmiento 1889: 7 e Sarmiento 1901: 20].)

Martins Sarmiento permite-nos compreender o contexto específico da relação do corpo com a fenomenologia do lugar e, especialmente, do ‘lugar do passado’, entendido como repositório do tempo ancestral. Poderia pensar-se que uma relação fenomenológica assim estabelecida entre um investigador e o seu objecto empírico de pesquisa (entre um arqueólogo e os vestígios materiais do passado) não tem cabimento numa teoria da História da Ciência e especificamente de uma Geo-historiografia; cremos, ao contrário, que é totalmente errado essencializar a prática científica como uma actividade de

conteúdos plenamente intelectuais, e procuraremos demonstrar, balizados pela argumentação caseyana em favor de uma ‘teoria de localização do corpo’, por um lado, e os exemplos ilustrativos da prática científica de Martins Sarmiento, por outro, como a relação de ‘corporalização’ é absolutamente fundamental no contexto da prática arqueológica.

Noutro lugar tivemos a oportunidade de afirmar que existe uma *erotica archaeologica* específica que diz respeito à fundamentação psicológica de um certo ‘olhar de soslaio’, quase um *fetichismo*, como constitutivo da ontologia de uma ciência dos ‘vestígios materiais’ como é a Arqueologia. Nessa altura, apenas enunciámos esta relação ‘corporal’ como conjectura, ainda que ilustrando-a com dois exemplos complementares de prefiguração de uma deriva do prazer erótico da relação transcendente com os objectos; esperamos agora poder desenvolver um pouco mais detidamente as características fundamentais de uma relação assim estabelecida:

A Arqueologia basicamente estuda o que resta depois de *toda a gente se ter ido embora*. De todas as disciplinas da Ciência social, é sem dúvida aquela a que mais repugna a superação da alteridade; é um saber dimensionado à medida dessa repugnância; porque escolhe culturas sem textos; porque escolhe objectos sem expressão. A Arqueologia é uma *teoria de soslaio do passado*. Mas, não é esse justamente o seu fascínio? [Pimenta 1997: 43-50; a citação é da página 50.].

2) O mesmo tipo de preocupação espacialista da racionalidade humana está presente na obra de Charles Taylor, *The Sources of the Self*. Porém, no caso de Taylor, o conceito ‘espacial’, que fulcralmente estrutura a sua filosofia, é o de ‘desorientação’. Este conceito visa lidar, sobretudo, com as consequências para a identidade a que o ser humano está sujeito no contexto da fragmentação social e moral que caracteriza, segundo o autor, a Modernidade. Para Taylor, o ‘lugar social’ é justamente isso, um ‘lugar’. E em todas as instâncias da vida social, a capacidade de intervenção e de negociação deriva, em primeiro lugar, do lugar que se ocupa e no qual os outros admitem a nossa existência:

What this brings to light is the essential link between identity and a kind of orientation. To know who you are is to be oriented in moral space, a space in

which questions arise about what is good or bad, what is worth doing and what not, what has meaning and importance for you and what is trivial and secondary. I feel myself drawn here to use a spatial metaphor; but I believe *this to be more than personal predilection. There are signs that the link with spatial orientation lies very deep in the human psyche.* In some very extreme cases of what are described as ‘narcissistic personality disorders’, which take the form of radical uncertainty about oneself and about what is of value to one, patients show signs of *spatial disorientation* as well at moments of acute crisis. The disorientation and uncertainty about where one stands as a person seems to spill over into a loss of grip on one’s stance in physical space. *Why this link between identity and orientation? (...).*⁹⁸

Lugar e identidade são assim a expressão mútua de uma mesma ontologia.

A necessidade de uma ‘identificação do lugar’ é o que justamente distancia Taylor de Foucault. Este último concebia o espaço como uma manifestação de poder para-subjectiva de onde, em parte, derivava a eficácia repressiva. (O efeito ‘panopticon’, o sinistro aparato celular que assombrava a análise histórica da ‘punição e vigilância’, tem muito a ver com esta capacidade de gerar medo por uma sugestão do sujeito repressivo cuja presença física não é sequer necessária.). Para Taylor, o poder exerce-se apenas em contextos de ‘posicionamento subjectivo’ (Livingstone 1995: 12). A inevitável ‘localização’ da identidade subjectiva não impede, contudo, a autenticidade de avaliação e a desmontagem das situações sociais fossilizadas.

O conceito central dessa emancipação é, para Taylor, o da ‘*quest*’, cuja tradução para português não é sem problemas (*demanda?*), mas que deve em todo o caso guardar a sugestão ‘espacial’ (e biograficamente *narrativa*) que aquela palavra tem em inglês, para que não se perca de vista que a capacidade de identificação pessoal e social passa necessariamente pela modificação das situações espaciais da sua expressão. Como o diz o próprio Taylor:

⁹⁸ Taylor 1989: 28; ênfase nossa. Esta ordenação do lugar de afirmação de identidade pode mesmo ser configurada como uma *geografia*, e a ela o autor faz explícita referência: ‘I define who I am by defining where I speak from, in the family tree, in social space, in the geography of the social statuses and functions, in my intimate relations to the ones I love, and also crucially in the space of moral and spiritual orientation within which my most important defining relations are lived out’ (Taylor 1989: 35).

My underlying thesis is that is a close connection between the different conditions of identity, or of one's life making sense (...). One could put it this way: because we cannot orient ourselves to the good, and thus determine our place relative to it and hence determine the direction of our lives, we must inescapably understand our lives in narrative form, as a quest. But one could perhaps start from another point: because we have to determine our place in relation to the good, therefore we cannot be without an orientation to it, *and hence must see our life in story*. From whichever direction, I see these conditions as connected facets of the same reality, inescapable structural requirements of human agency [Taylor 1989: 52. Ênfase nossa].

Do mesmo modo que, para Taylor, se deve falar de 'consciência localizada' deve igualmente falar-se de 'levantamento local de cidadania'. E também no que diz respeito a Martins Sarmiento esperamos poder demonstrar que a sua teoria etnogénica do Passado dos Lusitanos, é em grande medida a transcrição biográfica, em forma de narrativa científica, da sua própria afirmação liberal romântica de cidadania e, do mesmo modo, apresentar a biografia das suas personagens como uma tentativa de atribuição de sentido, de seriação semântica, de fragmentos da vida do próprio investigador. Tal como diz Taylor, cremos que na obra científica de Martins Sarmiento, e com especial evidência na narrativa d'*Os Argonautas*, '*we must see our life in story*'.

No contexto mais geral da filosofia 'moral localista' de Taylor, existe porém uma dimensão – quase uma *restrição* – que nos pareceria mais relevante para a análise da geo-historiografia de Martins Sarmiento, que se relaciona com a 'paisagem moral' que se pode associar a um século dezanove 'victoriano', desenhada entre os extremos de uma teleologia criacionista em evidente degenerescência e uma afirmação crescente da 'inescapabilidade' de umas 'leis da Natureza' que perturbadoramente tomavam conta do comportamento humano e do próprio desígnio da Humanidade (cf. Toulmin e Goodfield 1966: 75-76).⁹⁹ Martins Sarmiento, como se verá, exibia, por vezes pungentemente, esta ambiguidade, esta indecisão de identidade, científica e propriamente existencial, de que

⁹⁹ Para uma profunda caracterização do conhecimento histórico (e, antes de tudo, mitológico) como reiterada de afirmação de uma 'imaginação moral' e geográfica da comunidade, cf. Shklar 1987: 71 e Jordan 2001; sobre o poder reprodutor da cultura material neste mesmo contexto de afirmação continuada do passado, vd. e.g., Joyce 1999 e Kemp 2000: 344 e ss.

a sua narrativa argonáutica é o exemplo mais evidente, aquele em que o fundo romântico da personalidade afirma em voz alta a sobreposição crispada entre o direito ao *heroísmo* (afinal, o heroísmo nas formas narrativas da tradição greco-romana significa sobretudo o domínio do Tempo e cujo epígono é justamente Hércules e a conquista humana da ‘imortalidade olímpica’), consagrada nas vozes narrativas de Jasão, Ulisses ou Medeia, e a monótona apresentação do tempo longo e do *esquelético mundo* da arqueologia do passado. Neste sentido deve compreender-se o Romantismo como a ‘recusa temporária’ do desaparecimento de Deus e a necessária etapa intermédia da afirmação espiritualista da Natureza como única responsável dos destinos da Humanidade.¹⁰⁰

The original root of the demand that we seek universal justice and well-being is of course our Judeo-Christian religious tradition. (...). The orthodox Christian understanding of this universal concern is *agape*, or ‘charity’; and the answer to the question of what makes it possible is grace. *This may not be linked to any exceptionalist view of a society, since nothing guarantees that whole societies will be transformed by grace.* Christianity has always had a very ambivalent relationship to the societies in which it has existed, and the very concept of Christendom is fraught with theological tension [Taylor 1989: 410. Ênfase nossa].

A nossa intenção será, justamente, tentar demonstrar que a metáfora dominante da narrativa histórica de Martins Sarmento é permeada por esta ambiguidade fundamental da ‘graça’ histórica no desenvolvimento das nacionalidades (e convém lembrar que a polémica herculaniana acerca da fundação ‘cristocêntrica’ da nacionalidade estava ainda bem viva no tempo de Martins Sarmento); não dizemos que ela reproduza inteiramente a ideia de um ‘povo escolhido’, como acontecia entre os monges de Alcobaça – o que pensamos poder dizer é que a metáfora antropocêntrica domina claramente o alinhamento estrutural da temporalidade associada à etnogénese sarmentiana dos

¹⁰⁰ ‘A arqueologia dos castros nasceu, assim, na órbita do Romantismo, com os seus particularismos ideológicos e patrióticos, assumidos e personificados por eruditos como Martins Sarmento, ou Alberto Sampaio, que dedicaram toda uma vida ao estudo de uma única região, registando simultaneamente, artes, tradições e antiguidades, *na procura de uma continuidade histórica que fundamentasse a tendência tradicionalista*, que, no séc. XIX, defendia o passado contra os ventos de mudança’ (Martins 1993-1994: 48).

Lusitanos, e que nela é relevante o elemento semântico do ‘pecado’, emprestando à suas personagens históricas um sentido de ‘moralidade’ que é evidente quando essas personagens são individualmente consideradas, como é o caso de Jasão ou Medeia, mas que não é menos importante nas ‘personagens colectivas’ da Pré-História, e de que a oposição ‘Lígures’-‘Celtas’ é a mais evidente expressão.

A insinuação de uma ‘crise criacionista’ ou, pelo menos, ‘teleológica’, no ideário romântico, teve como elemento mais definidor a ideia de que, pela primeira vez, haveria indícios seguros de um horizonte moral alternativo, ‘natural’, que implicaria a conduta humana em factores que não dependiam intrinsecamente da esfera da religiosidade.

Ficam assim constituídos os fundamentos de uma ‘ética da descrença’ que, tomando diversas formas alternativas no contexto polimorfo dos diversos romantismos particulares, ofereciam uma saída aos espíritos desejosos de uma nova crença, a quem o carácter indeterminado das leis naturais do espírito humano não pareciam poder seduzir. Não será alheia a esta ambiguidade propriamente ‘existencial’ a razão pela qual é possível detectar, ao longo do terceiro quartel do século dezanove, uma corrente fortemente anti-evolucionista, de pendor degeneracionista que pretendia fazer sobreviver a ‘superioridade absoluta’ da Humanidade dos tempos bíblicos no jargão científico dominante, de modo a poder participar dos dois movimentos que se desenhavam em profundo antagonismo: a narrativa genésica da Criação e a afirmação progressiva da ‘antiguidade do Homem’ pela Arqueologia.¹⁰¹

¹⁰¹ Grayson (1983: 211-220); e cf., para uma crítica da ‘temporalidade do sistema das três idades’ como manifestação ideológica de uma ‘religiosidade laica’ da Modernidade europeia e ocidental: Dasa (1994); Snobelen (2001: 59-104); Trigger (1994: 113-116). Orlando Ribeiro admite igualmente o poder de ‘organização’ propriamente geográfico que advém da vontade de viagem que o Sul exerce sobre os homens do Norte como um dos principais elementos constitutivos do Romantismo, e especificamente da ciência da Geografia: ‘Como o Romantismo nasceu na Europa média, o Mediterrâneo atrai ao mesmo tempo pelo clima, pela proximidade, pelo prestígio histórico das suas ruínas, pelo colorido e animação das populações, marcadas já por traços de exotismo. Goethe compõe a *Viagem à Itália*, Byron canta a Grécia, Chateaubriand descreve Constantinopla, o americano Washington Irving evoca o ambiente muçulmano do Sul de Espanha e a vida romanesca dos *bandoleros*. Podia multiplicar-se esta enumeração de celebridades; com ela vinham muitos anónimos e os primeiros viajantes científicos, atraídos pelo mais rico cadinho de civilizações e pela originalidade da natureza e do viver dos homens. Basta tomar um exemplo na nossa ciência, a *Geografia Geral Comparada* (1822-1859) de Carl Ritter, que começa pela África e pela Ásia mas prossegue pelas regiões do Próximo Oriente, descritas com tanta minúcia que o autor não pôde rematar a obra’ (Ribeiro 1998: 32).

A afirmação de uma temporalidade da Natureza e da Humanidade associada a uma vaga relação religiosa com a materialidade da sua expressão poderia, assim, guardar um lugar especial para aquelas disciplinas intelectuais, que, ainda que não academicamente organizadas (e talvez mesmo por isso mesmo), fizessem dedicar alguns espíritos à *busca* (aqui retomamos a noção tayloriana da *demand*a individual da biografia na narrativa dela própria) de todas as manifestações possíveis dessa espiritualidade comum que harmonizava a Natureza e a Humanidade quando fora da relação platónica-agostiniana que até determinava reinos distintos (e quase incomunicáveis, ou só comunicáveis no tempo da Morte) para as duas metades constitutivas da *persona*. O movimento do *Sturm und Drang* e, especificamente, a figura de Goethe decerto não são alheios, pela via da influência literária, a esta afirmação da ancestralidade e do paganismo como formas superiores de organização do ‘mundo natural do espírito’, para usar um paradoxo que se pretende aforístico. Não é justamente na recolha combinada das tradições orais e dos vestígios humanos da antiguidade que veremos afadigarem-se alguns dos melhores intelectos do século dezanove europeu, de que o filo-helenismo alemão é a mais viva expressão? Desde os seus inícios, o filo-helenismo alemão essencializa a estética grega como a afirmação de uma civilidade ‘pagã’ de ordem ‘natural’ superior à espiritualidade da tradição judaico-cristã. Podemos ver, já em finais do século dezoito, o modo como Wincklemann se refere aos artistas gregos, elevando a relação com a natureza como metáfora dominante da aperfeiçoabilidade estética:

[T]hese wise artists behaved like good gardeners, who graft different shoots of the finest sorts onto one branch; as a bee drinks from many flowers, likewise [the Greek] concept of beauty was not reducible to individual, particular beauties (...) but [Greek artists] sought the beautiful in uniting many beautiful forms. They purified their images of all personal characteristics, which would divert our minds from the truly beautiful [Marchand 1996: 11-12.].

Não é justamente o mesmo que irão fazer, em Portugal, figuras importantes da tradição intelectual do Romantismo que, desde Garrett a Leite de Vasconcelos,

Deve lembrar-se aqui a importância que o rei Fernando de Saxe-Coburgo teve na protecção dos monumentos portugueses (França 1999: 486)

percorrem a literatura popular em busca da essência da nação?¹⁰² Não é, finalmente, esta a ordem narrativa mais completa que permite dar conta dos pormenores quase inconciliáveis da biografia de Martins Sarmiento, cuja aparente falta de sentido ‘científico’ havia já confundido o seu principal biógrafo, Mário Cardoso?

Por vezes se tem afirmado, em nossa opinião erradamente, que Martins Sarmiento foi um polígrafo, e que da sua robusta mentalidade de autodidacta abrangendo as múltiplas facetas de um enciclopedismo dispersivo, havia surgido o literato, o historiador, o crítico, o filósofo, o arqueólogo e o etnólogo! Quem tal defendeu desconhecia a sua Obra, e particularmente a sua formação e evolução mental. Sarmiento foi simplesmente, ou melhor, essencialmente, um etnólogo, como o afirmam os seus trabalhos fundamentais e a índole dos seus escritos, daqueles que marcaram o rumo definitivo do seu pensamento de estudioso. (...) De facto, Martins Sarmiento foi essencialmente um etnólogo, pois a preocupação máxima e definitiva dos seus estudos foi a origem dos Lusitanos, após o encerramento das fases transitórias iniciais da sua vida intelectual, ou sejam: a das composições poéticas e romântico-literárias, que decorre desde 1855 a 1860, e a dos estudos sociológicos, que vai de 1868 a 75. Passemos em claro estes dois primeiros períodos da sua vida literária, porque só a fase científica nos interessa verdadeiramente, visto ter sido esse o ciclo de estudos que tornou o seu nome conhecido e admirado em toda a Europa culta. Sem dúvida que foi naquela fase em que, passado o período romântico, publicou diversos trabalhos de sociologia, e que antecedeu a fase científica dos seus estudos (...) *Começou então a fase positiva que havia de durar um quarto do século, até à sua morte, a fase científica de um cérebro que adquirira a consciência plena dos seus exactos limites.* Martins Sarmiento revelou-se então o erudito,

¹⁰² Apesar de uma geração mais recente do que a de Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, em razão de ter começado a escrever muito cedo, e associando-se ao facto de Martins Sarmiento o vir a fazer muito tarde, vêm coincidir em grande parte o tempo das duas publicações. Relembre-se que muito pouco tempo após a publicação d’*Os Lusitanos* de Martins Sarmiento, já Leite de Vasconcelos publicava algumas das suas obras sobre temas análogos, nomeadamente, as suas primeiras sínteses sobre as tradições populares e a pré-história de Portugal (Vasconcelos 1882 e 1885). As *Religiões da Lusitânia*, o seu *opus magnum* no domínio da Arqueologia, são publicadas, contudo, já totalmente fora do âmbito cronológico da vida de Martins Sarmiento.

o etnólogo, o investigador que dentro em breve marcaria um lugar proeminente nos estudos da Pré-história nacional (Cardoso 1961).

Mário Cardoso resolveu, naturalmente, a sua preocupação com a sobreposição ‘existencial’ da biografia de Martins Sarmiento remetendo-a para uma ordem narrativa evolucionista, assumindo que o investigador vimaranense haveria passado por ‘fases’ constitutivas da sua personalidade pública. Nesta ordem assumida, a ‘fase positiva’, dentro da qual Martins Sarmiento se dedicaria aos estudos científicos, marcaria a maturidade do autor, sendo as anteriores, a ‘poética’ e a ‘sociológica’, como que paragens necessárias ao desenvolvimento final. Aparte este hegelianismo histórico, entretecido com positivismo comtiano, dizemos apenas que basta a leitura da obra *Os Argonautas*, (de 1887, relembre-se!), para concluir do esquematismo pré-assumido do faseamento proposto por Cardoso. De acordo com a obra publicada, desde as *Poesias* até à *Arte Micénica...*, pensamos que pode afirmar-se com toda a segurança que se Martins Sarmiento era inteiramente romântico enquanto jovem adulto, não o era muito menos à data da sua morte em 1899. *Os Argonautas*, enquanto marco intermédio da fase final da sua vida, são a prova evidente disso mesmo.

3) Alasdair MacIntyre estabeleceu os fundamentos de uma filosofia da imponderabilidade moral, e do relativismo epistemológico, tendo-se afirmado como um dos primeiros nomes da transição ‘pós-moderna’ nos domínios da racionalidade e, em especial, no contexto de renovação teórica do marxismo, razão pela qual a sua obra foi sujeita a críticas, sobretudo dos que aí viam uma manifestação de insanável relativismo.¹⁰³ O carácter situado da identidade recebeu também a atenção da filosofia de MacIntyre, através do conceito eminentemente social-espacial de ‘setting’, dentro do qual se pretende aferir a caracterização do comportamento como inteiramente dependente das intenções que o governam, assim repudiando explicitamente a possibilidade de uma abordagem ‘behaviorista’ mecânica e exterior dos fenómenos

¹⁰³ A sua primeira obra de ressonância pública é, justamente, uma reinterpretação do Marxismo (MacIntyre 1953), e consiste na tentativa de o integrar com as formulações não materialistas da tradição filosófica ocidental, muito especialmente a tradição aristotélica medieval.

sociais, como foi apanágio das abordagens ‘sistémicas’ promovidas pela filosofia neopositivista com origem no ‘círculo de Viena’.

Esta ‘imersão’ significativa do comportamento detém uma característica especificamente ‘local’, pois, para MacIntyre, não apenas os comportamentos são incompreensíveis sem as intenções que os determinam, como estas são desancoradas sem os lugares específicos em que se exprimem e exercem. O lugar é, neste caso, o ‘tradutor’ da acção social, o contexto em que a intenção adquire sentido e esta reelabora-se conforme se modifica aquele (MacIntyre 1988: 201 e ss.; MacIntyre 1990: 363).

Para este autor, é um erro pensar que o pluralismo conduz necessariamente a uma rejeição da possibilidade eficiente de atingir uma concepção substantiva de ‘verdade’. Nesse sentido, desenvolve o conceito de ‘warranted assertibility’ como substituto do conceito absoluto de ‘verdade’. Também este termo não é facilmente traduzível para português, porém não vemos inconveniente em usar ‘assertividade consensual’, com a intenção de guardar a noção semântica do carácter social, negociado e ‘conjunto’ da afirmação da verdade:

The concept of warranted assertibility always has application only at some particular time and place in respect of standards then prevailing at some particular stage in the development of a tradition of enquiry, and a claim that such and such is warrantably assertible always, therefore, has to make implicit or explicit references to such times and places. The concept of truth, however, is timeless [MacIntyre 1990: 69].

Para MacIntyre, porém, este relativismo na avaliação epistemológica da validade relativa das teorias não é absoluto, ou pelo menos não é ‘historicamente’ absoluto, uma vez que, numa visão algo semelhante à selecção darwinista, a evolução das teorias demonstraria a estabilização daquelas que melhor correspondessem aos contextos de ‘assertividade consensual’. Disso seria exemplo a ciência natural desenvolvida pela Modernidade.¹⁰⁴

¹⁰⁴ A evidência arqueológica da ‘antiguidade do Homem’ não fez o seu curso sem dificuldades (Eiseley 1958). Toda a primeira metade do século dezanove consiste numa bipolarização crescente entre a ideia renovadora de natural da espécie humana e o fundo teleológico primitivo das concepções anteriores, nas quais o Romantismo se ergueu como especial defensor. A principal razão de discórdia parece ter residido (Bowler 2003: 38) no abandono da

Em consonância com o enquadramento filosófico anterior, MacIntyre incidiu a sua atenção também nas consequências éticas das práticas locais. Do seu ponto de vista, os princípios morais universais só se tornam efectivos na sua aplicação em contextos locais e, por isso, de modo muito semelhante à elaboração de Latour no domínio científico e tecnológico, também MacIntyre admite que a universalização moderna apenas recolhe a sua estrutura universal pela aplicação continuada e metamorfoseada dos ambientes locais concretos, formando uma rede de contemplação e estruturação mútua, fora da qual a organização conceptual deixa de poder garantir as condições mínimas de ‘comentário mútuo’.

Em suma, diferentes lugares dão origem a diversos modos de *racionalidade prática*, que resulta do facto de, para MacIntyre, um agente social tomar decisões sempre na expectativa da reacção dos restantes agentes sociais que num determinado lugar social são afectados por essa decisão. Isto significa que, ao contrário do que a visão neutral e objectiva da racionalidade moderna postulava, nenhuma decisão se toma em *si mesma*, por critérios internos de verdade, mas por integração social activa corporalizada num lugar social.¹⁰⁵ O que é significativo é, antes do mais, os outros com que o partilhamos. *O ‘lugar’ é o Outro*. Por essa razão, a expressão prática da racionalidade é sempre uma ‘racionalidade situada’:

[T]he conclusion of the reasoning is in action and not the utterance of a decision, or an expression of intention. Indeed such an utterance or expression would be an interruption of the process of practical reasoning. An individual who had reasoned his or her way through the premises to the point of action, but who was distracted by an impulse to do other than what reason dictated, might of course respond to that impulse by affirming a decision to resist the impulse and follow reason; but while the affirmation of such a decision would have a function in relation to the conflict of irrational desire – irrational, that is, in the context of the practice – with reason, it would be functionless as part of the practical reasoning. It follows of course that, if the

ideia de ‘harmonia’ tão ao gosto dos investigadores da primeira metade do século para concepções mais ‘violentas’ e inesperadas do Tempo da Natureza.

¹⁰⁵ ‘The outcome of decisions acted upon is therefore always shaped by how the agent in question perceives how others who share his or her social space will respond to his or her actions’ (Livingstone 1995: 13).

conclusion of the reasoning is an action, then that action must be understood as expressive of a statement, a statement of the form, ‘This is what is to be done’. And indeed *it is precisely because actions can be so construed that we are able to identify inconsistency and consistency relationships between actions and the premises of the reasoning agent* [MacIntyre *apud* Knight 1998: 122. Ênfase nossa.].

No contexto da geo-historiografia de Martins Sarmiento, a ‘teoria da racionalidade prática’ de MacIntyre servir-nos-á de guia para uma específica valorização da enunciação paradigmática da obra do investigador de Briteiros. É nossa convicção, e procuraremos substantivá-la com exemplos da sua obra, que o espírito de Martins Sarmiento era animado por uma ‘geografia homérica’, *i.e.*, por um mundo de imagens, narrativas e sentimentos hauridos numa educação ‘clássica’, e em que a ‘paisagem do passado’ grego e romano (mas, especialmente, o mundo helénico) se tornaram, como diria, para usar as palavras de Bachelard, a sua ‘poética’. Será a partir desta organização estética da história e do mundo que a narrativa d’*Os Argonautas* vai ser cuidadosamente ‘transferida’ para o cenário atlântico, de modo a que (e continuo acompanhado de Bachelard no uso destas expressões) o ‘sonho na casa’ e a ‘casa no sonho’ pudessem *historicamente e geograficamente* coincidir.

É no contexto do filo-helenismo evidente de Martins Sarmiento que iremos fazer uso da proposta interpretativa de MacIntyre. É que, a nosso ver, Martins Sarmiento estabelece na sua obra os elementos claros de um ‘género científico’ específico, com o intuito *racionalmente prático* de incluir o seu ‘pequeno dogma pessoal’ sobre o ‘atlantismo’ das narrativas helénicas e o ‘mediterraneanismo’ da arqueologia ‘lusitana’ numa estrutura social de recepção dominada já pela Universidade positivista.

A crítica da racionalidade de MacIntyre pode ver-se, do ponto de vista epistemológico, como uma revivificação de uma tradição não-positivista no pensamento ocidental, de que Aristóteles e Nietzsche são os pontos de apoio predilectos. A explícita filiação genealógica nas duas filosofias referidas deve de imediato alertar-nos para o carácter eminentemente *político* (como prático) da sua própria teoria social e epistemológica, reconhecendo nela uma tradição, não apenas das ‘virtudes’ de um pensamento prático assim considerado mas igualmente do carácter *socialmente incarnado* dessas mesmas ‘virtudes racionais’.

A determinação da ‘qualidade’ (e usamos aqui este termo no duplo sentido de elemento de ‘diferenciação’ e de ‘valorização’) de uma teoria social, especialmente do domínio do comportamento humano, das Ciências Sociais, passa, segundo MacIntyre, por uma apresentação e representação das nossas próprias acções e proposições como elementos reconhecíveis no contexto de uma teleologia partilhada que garante retrospectivamente a adequação teórica e prática do nosso posicionamento como actores sociais. Ao participar numa prática social específica e ao emular os padrões de comportamento e ‘afirmabilidade’ da tradição em que nos pretendemos incluir, é que um indivíduo, singularmente considerado, se permite elevar-se paulatinamente, percorrendo os graus mais baixos, intermédios e finais que são o único caminho de reconhecimento integral da socialização.

Na Ciência dominada academicamente, este modelo cumulativo tem mesmo uma expressão formal, sendo a ‘licenciatura’, o ‘mestrado’ e o ‘doutoramento’, etc., os graus necessários, não à obtenção da ‘quantidade’ de informação considerada necessária ao nível de intervenção correspondente, mas à ‘qualidade’ (de novo considerada duplamente, como ‘direito’ e ‘virtude’) de exibição dessa intervenção, e correspondente capacidade de recepção pela comunidade em que essa intervenção é significativa. Este modelo ‘académico’ tem algum interesse ilustrativo por duas razões: por um lado, porque apresenta na sua estrutura formal os mesmos elementos que MacIntyre admite existirem, mais ou menos explicitados, em todas as situações de afirmação *prática* da racionalidade; mas tem, também, o valor associado de servir como pano de fundo adequado para a compreensão da própria prática científica de Martins Sarmiento.

De facto, como veremos, existe uma ambiguidade essencial na obra (e na sua capacidade de recepção) do autor vimaranense que passa pela fragmentação de esferas práticas de intervenção, que o investigador não consegue nunca sobrepor adequadamente. Parece evidente que a primeira ‘estética de recepção’ se dirige a uma prática social culturalmente apropriada pelo conjunto socialmente significativo dos seus ‘amigos antiquários’, a quem de resto, num momento de elevado simbolismo *ético*, faz questão de dedicar o artigo ‘Lusitanos, Lígures e Celtas’, nascido no seio de uma polémica violenta com um representante de uma outra ordem ‘geográfica’ de inclusão da prática científica: a universidade, materializada então no Curso Superior de Letras:

Por causa dos Lígures, com que os meus amigos já iam simpatizando, acaba de me dar uma formidável descompostura o Sr. Francisco Adolfo Coelho, professor de Glótica no Curso Superior de Letras. Não sendo meu propósito entrar na gloriosa campanha das retaliações difamatórias, e estando a parte científica da farragem abaixo de toda a crítica, salvo num ou noutro ponto, hesitei por algum tempo se deveria ou não responder. Mas estas noites longas e fastientas têm tentações mefistofélicas, e demais disso se perdesse esta ocasião de falar dos meus Lígures, dificilmente apanharia outra. Decidi-me, pois, a analisar a trapalhada. Vi-me porém em embaraços sérios e aqui está porquê: Manuel de Melo, o autor da *Glottica em Portugal* – um livro, que por uma coincidência apreciável começou a correr mundo quase ao mesmo tempo que a *Revista Archeologica*, de Lisboa, borbotava contra mim a interminável verrina do Sr. Coelho – Manuel de Melo, digo, desagravando a memória de João Pedro Ribeiro, Ribeiro dos Santos, Constâncio, o Cardeal Saraiva, Fr. Inocência, Alexandre Herculano, etc., etc., aos quais o meu demolidor passara diploma de ignorantes, de pedantes, de imbecis – porque é de saber que para o Sr. Coelho todo o mundo é ignorante, ignorante, pelo menos – aplicava-lhes estes versos de Regnard: C'est un homme étonnant et rare en son espèce | Qui rêve fort à rien et s'égaré sans cesse; | Il cherche, il tourne, il brouille, il regarde sans voir; | Quand on le parle blanc, soudain il répond noir (Sarmiento 1890-94: 1).¹⁰⁶

¹⁰⁶ Um dos 'seus amigos', o publicista D. L. Castro haveria de, na *Revista de Guimarães*, transformar em 'ciência normal' a ruptura paradigmática de Martins Sarmiento: 'Na sua descrição de Espanha, Estrabão menciona nada menos de quatro Lusitânias. PRIMEIRA LUSITÂNIA: "a dos antigos, situada para além do Douro na direcção do norte, chamada hoje a Calaica" (III, 4, 20). *É o velho país dos Lígures de Avieno e do snr. Martins Sarmiento* [s.n.] (...). SEGUNDA LUSITÂNIA, "tendo por limites, ao sul do Tejo, a oeste e norte o Oceano, a leste o território dos Carpetanos, Vetões, Vaceus, Calaicos e outros povos desconhecidos" (III, 3, 3). É a ocupação do território dos Cempses de Avieno, efectuada pelos Lígures do norte, provavelmente cerca do século V a.C., *também determinada pelo snr. Martins Sarmiento* [s.n.] (...). TERCEIRA LUSITÂNIA, "a de alguns autores modernos, compreendendo entre os povos lusitanos essas mesmas tribos limítrofes, Carpetanos, Vetões, Vaceus, Calaicos", etc. (III, 3, 3) (...). QUARTA LUSITÂNIA, "a da partilha das províncias, que acaba de fazer-se, entre o Povo e o Senado, de uma parte, e o Príncipe, da outra, abrangendo as populações compreendidas entre a fronteira da Bética e o curso do Douro" (III, 4, 30)." (...). Desde logo se imagina a impressão que não faria entre os publicistas pró-sarmientianos este 'deslizamento' dos Lusitanos desde o Minho – e mesma da Galiza, 'nossa irmã pela raça e pela língua' – até ao Algarve: «[À] parte os pequenos restos dos Celtas (...) todos os povos desta faixa do Ocidente *eram da mesma raça* (...)'. (Castro 1889: 157 ss.); outro 'dos seus amigos', A. Sampaio, haveria de organizar uma versão bem mais científica de mesma herança:

O carácter algo pungente deste desabafo não desmente o essencial que vínhamos descrevendo: Martins Sarmiento apresenta alguma ambiguidade em assumir as virtudes de duas comunidades ‘sociais’ distintas para a formulação das regras de apresentação da sua visão do passado e, por isso, veremos que a recepção da sua obra ficará limitada nos dois campos, por justamente não possuir as regras de *racionalidade prática* que coincidam plenamente com qualquer uma das esferas de produção prática de significado. O resultado desta indecidibilidade prática revelada pelo autor é o de que não penetrará a sua obra eficazmente no seio da comunidade académica de então, porque esta se preocupará sempre em destacar mais as inconsistências do que os méritos, ficando igualmente desconhecido entre os ‘amigos antiquários’ porque ao introduzir algumas das regras que as comunidades académicas nacional e internacional lhe exigem, aqueles se preocuparão, complementarmente, em destacar mais os méritos do que as inconsistências.

Levianamente desprezado por uns, acriticamente endeusado por outros, o resultado concreto é que o trabalho de Martins Sarmiento viria a ficar, na sua complexidade, largamente desconhecido, sendo a sua obra reduzida a um relativamente pequeno número de lugares-comuns. Martins Sarmiento, claro está, contribuiu decisivamente para este estado de coisas, não apenas pela tentativa de miscigenação de elementos de racionalidade prática oriundos de duas tradições sociais diversas (e, *de facto*, imiscíveis), como pela perpetuação de uma (diríamos) ‘obstinação epistemológica’ que

‘Desta exposição deduz-se que havia duas distribuições de população; uma, a que podemos chamar divisão oficial, como hoje diríamos, – a dos *conventus*, introduzida pelos conquistadores para facilitar o governo dessa extensa região que vinha desde o Mediterrâneo e Pirinéus até à foz do Douro no ocidente; outra, que persistia *por baixo dela* [s.n.], a antiga, formada no decorrer de séculos, em consequência quer de guerras internas ou de afinidades étnicas, representada nas *civitates* e *oppida*, e que subsequentemente se foi delindo, até que desapareceu (...)’ (Sampaio 1893: 163). Martins Sarmiento, se bem que considere os historiadores dos séculos que o precedem como laborando em erros essenciais na apreciação da história antiga e pré-história de Portugal, ainda assim não deixa de fazer uma nítida diferenciação entre os historiadores de ‘bernardices’ e os intelectuais do fim do século dezoito e início do seu próprio século, aos quais reconhece já uma ciência histórica indiscutível, sobretudo de João Pedro Ribeiro, um dos historiadores que primeiro teve a intenção explícita de separar a ‘História em boa frase’ da que se podia demonstrar com documentos exactos (Ribeiro, J. P. 1810-36 [1896]: XV). Adolfo Coelho viria a adquirir, admitida na própria historiografia do Curso Superior de Letras, uma séria reputação de ‘cientificidade’ em contraponto a uma antiga ‘retórica’ do ensino, marcada pela grandiosidade do verbo, pelo lançamento do gesto, mas conotado negativamente com alguma superficialidade de fundamentação. Cf. Aguilar (1939: 267).

passou, por exemplo, pela excessiva insistência na denominação lígure (o próprio autor, como veremos no capítulo correspondente, hesita em decidir se os nomes ‘lígures’ da Península Ibérica são uma perpetuação da língua indígena ou uma ‘interpretação fenícia’, o que representaria uma grande diferença etnogénica), a qual necessariamente o desacreditou na comunidade científica internacional.

Cabe dizer que a cristalização do pensamento histórico de Martins Sarmiento perviveu muito após a sua morte. De facto, quando tivemos a oportunidade de consultar os estudos que se referiam directamente à sua obra, pudemos constatar como, ao longo do tempo, esta oposição entre as duas representações que dele se vulgarizaram, a versão algo paroquial do ‘valoroso historiador’ e a imagem desacreditada de um antiquário da ‘província’, com veleidades científicas, se prolongam no tempo, sendo de algum modo fundidas, na visão teleológica da história da Arqueologia portuguesa, sedenta de apresentar todas as suas etapas paralelamente à história da Arqueologia internacional, e o autor reduzido (injustamente a nosso ver, pois existem *insights* de algum poder heurístico na teoria da História sarmentiana) a um simples papel de ‘Schliemann português’.¹⁰⁷

O posicionamento social de Martins Sarmiento deve pois ser compreendido à luz da sua dupla e inadequada inclusão em duas ‘comunidades’ praticamente inconciliáveis, bem como, para evitar anacronismos, em obediência à formulação propriamente ideal, e

¹⁰⁷ ‘Il se trouve dans ces lieux, un homme, M. Sarmiento, résidant à Guimarães, lequel, semblable à Schliemann, dépense depuis des années de grosse sommes dans ces fouilles. Il a fait l’acquisition des lieux mêmes pour les garantir contre les mains inhabiles. Chaque année il fait fouiller une partie de la surface du terrain et rassembler soigneusement tous les objets recueillis, de sorte qu’il se trouve à présent en possession d’un si grand nombre de pièces, qu’elles peuvent former, à elles seules, un petit musée’ (Virchow 1884: 648). ‘Em Guimarães, cidade do norte de Portugal, vive um homem instruído e rico, entusiasta e generoso, que se dedicou com interesse à história do seu país. O sr. Martins Sarmiento, depois de escavações consideráveis e habilmente dirigidas, descobriu ruínas da mais subida importância. Os resultados dos seus trabalhos permitir-nos-ão também mostrar laços positivos entre a península, a Itália e a Grécia, e preencher em parte o intervalo que separa os tempos pré-históricos da época romana’ (Cartailhac 1888: 127). Tem também origem nesta redução a imagem perpetuada de Martins Sarmiento como ‘arqueólogo’. Tal está, parece-nos, longe de corresponder à verdade, e noutra lugar defendemos que a ser unicamente alguma coisa (e esta redução é anacrónica em relação ao período romântico e ao tipo de interesses intelectuais do autor) Martins Sarmiento é um historiador, e é no âmbito da História, mais até do que da Pré-História, que o autor inclui os elementos mais importantes da sua obra. A ruptura com o passado intelectual ‘antiquarista’ é um processo que em toda a Europa exigirá mais do que uma geração, e que sempre gerará expressões intermédias dotadas de grande ambiguidade epistemológica (Daniel 1963: 35-36).

idealista, da sua epistemologia. Recuperando o contexto da noção de ‘racionalidade política’ que MacIntyre detecta em Aristóteles, como sendo constitutiva da vida pública da *polis*, também no caso de Martins Sarmiento devemos compreender que a sua obra é animada por um sopro ‘heróico’ que já estava presente na sua actividade pública não científica. Numa sociedade assim considerada (e a este nível é fundamental compreender a distinção absoluta entre a ‘contiguidade’ pessoal da esfera pública de uma Guimarães de meados do século dezanove, e a fragmentação existencial, e *política*, progressiva dos espaços urbanos, desde a Lisboa de Adolfo Coelho ao Paris da *Revue Celtique*)

one is conscious of oneself in terms of one’s role. One’s social relations are structured by one’s role and the respective roles of others, each of whom is required to act in the way appropriate to their particular role. To fail an act in such a way is to act wrongly and unjustly, to derange the social order [Knight 1998: 13].

Este, cremos nós, foi o drama de Martins Sarmiento. O investigador, indecيدido entre as duas esferas de ordem social em que se pretendia incluir, não escolheu nenhuma; e pelas duas foi manifestamente incompreendido.

4) O facto de estarmos a destacar o aspecto ‘espacial’ nas formulações teóricas destes autores não deve deixar a falsa impressão de que neles o ‘espaço’ tem alguma ‘prioridade’ sobre o tempo. A apresentação mais ‘geográfica’ das teorias prende-se com a necessidade de fazer justiça à afirmação de David Harvey que acima transcrevemos, que denuncia que a racionalidade moderna sempre privilegiou o tempo sobre o espaço.

Todos os autores referidos são unânimes em considerar irredutível o carácter têmporo-espacial de todos os fenómenos sociais. É em razão dessa reposição do equilíbrio entre as duas instâncias que os autores visibilizam o lado mais geográfico das teorias, através do uso literal e metafórico de elementos ‘espaciais’.

Deve-se à teoria feminista a formulação de uma teoria espacialista da racionalidade, no contexto das propostas anti-humanistas. Na perspectiva de Donna Haraway, o conceito de objectividade deve ser reelaborado de um ponto de vista ‘geográfico’, devendo antes falar-se de uma racionalidade ‘situada’. Essa reelaboração passa fundamentalmente pela substituição do conceito cartesiano de ‘visão de nenhum lugar’,

que subjaz ao ‘trope’ epistemológico dominante da Modernidade, pelo conceito de ‘visão de algum lugar’, característica que a autora considera inescapável na formulação da racionalidade do ser humano: ¹⁰⁸

The theory is meant to orient, to provide the roughest sketch for travel, by means of moving within and through a relentless artifactualism, which forbids any direct si(gh)tings of nature, to a science fictional, speculative factual, SF place called, simply, elsewhere. At least for those whom this essay addresses, ‘nature’ outside artifactualism is not so much elsewhere as nowhere, a different matter altogether. (...). Goddess knows, the subject is being changed relentlessly in the late twentieth century [Haraway 2004: 63-64].

Porém, Haraway faz questão de sublinhar que a posição feminista não se enquadra nos restantes modelos ‘construtivistas’, que admitem uma total submersão ao relativismo da construção da objectividade. Ao contrário, a teoria feminista detém como lugar central na sua teoria a capacidade de intervenção e de emancipação do ser humano: ‘Feminists have to insist on a better account of the world (...) it is not enough to show radical history contingency and modes of construction for everything’. A concepção pós-cartesiana da racionalidade da teoria feminista assenta metafórica e literalmente na importância dada à *visualidade*. Deter um ‘ponto de vista’ implica deter uma visão corporalizada, que a transcendência cartesiana falsamente repudiava, assentando assim numa ‘falsa visão’ do mundo, que não exibia os seus limites, e sobretudo se eximia à sua *responsabilidade*. Ao contrário, uma visão ‘objectiva’ ‘is about limited location and situated knowledge’ (Haraway 1991: 187-190, 195).

No contexto da geo-historiografia de Martins Sarmiento que pretendemos analisar neste trabalho, a contribuição feminista, e especificamente da teoria ‘particularista’ de Haraway, permitirá desenvolver três aspectos importantes e mutuamente relacionados da obra do autor.

Por um lado, far-se-á uma abordagem de âmbito teórico geral à concepção ‘natural’ que artificialmente estrutura as divisões culturais do estudo do passado. Assim, ver-se-á como a necessidade de substituir integralmente as populações ‘trogloditas’ da Península

¹⁰⁸ Cf., e.g., Haraway (1991: 96, 187, 195).

Ibérica, leva Martins Sarmiento a admitir, como uma necessidade hermenêutica, a interpretação microscopista absoluta dos movimentos de povos. A razão que subjaz a esta necessidade teórica da sua etnogénese deve muito à obrigatoriedade de imiscibilidade cultural que o autor defende e, especificamente, à relação directa que a natureza antropológica da ‘raça’ detém para a identificação étnica e das nacionalidades. Neste mesmo contexto, veremos igualmente a importância que o autor consignará às diferenças irreduzíveis entre ‘Lígures’ e ‘Celtas’, cuja base ‘natural’ expõe como prioritárias, e que levará a algumas considerações ambíguas na relação de ambos com o fundo ‘ariano’ da civilização europeia. Em segundo lugar, far-se-á especificamente referência à importância dos regimes narrativos totalitários do tempo de Martins Sarmiento, e à dificuldade que o autor virá a sentir em integrar neles um modelo localista de afirmação de uma arqueologia e etnogénica ‘indígena’. Entre todas as manifestações desse tipo de ‘totalitarismo narrativo’, é com os ‘celtistas’ que Martins Sarmiento terá armas mais violentamente, por reconhecer no celtismo uma arbitrária colecção de vestígios materiais para dogmaticamente se inferir e afirmar a superioridade civilizacional ‘francesa’ no contexto geopolítico da Europa do seu tempo.

Veja-se, a este respeito, a leitura geopolítica que inevitavelmente se pode fazer da configuração geográfica dos ‘contribuidores’ e ‘assinantes’ do número inaugural da *Revue Celtique*, ‘lugar’ de produção, circulação e recepção mais importante dos estudos célticos ao longo do terceiro quartel do século dezanove. Apesar de ser a Celtibéria (e a Galiza e Portugal, ainda que em menor grau) reconhecidamente, uma das mais importantes regiões célticas da Europa, e de cujo estudo mais interessaria conhecer uma versão local, estão totalmente ausentes quer contribuidores quer assinantes da equivalente região espanhola (de resto, de toda a Península Ibérica); ao contrário, as ‘regiões linguísticas’ célticas estão excepcionalmente bem fornecidas de autores de artigos e de leitores. Não será possível, em consonância com as queixas de Martins Sarmiento, entrever uma ‘dogmática’ de origem nacional e regional no que concerne à exacta aferição do que era ‘céltico’ na Europa do século dezanove?



Figura 1 – A ‘regionalização geopolítica’ da *Revue Celtique*

Fonte: *Revue Celtique*. Vol. I. Os círculos são directamente proporcionais ao número de assinantes da revista.

Em segundo lugar, e intimamente associado com o que dissemos no ponto anterior, far-se-á uso do conceito que Donna Haraway cunhou de ‘view from somewhere’, como atitude epistemológica, não só admissível como necessariamente activa, *i.e.*, como expressão de um compromisso que o sujeito de uma prática científica tem de assumir enquanto parte integrante de um projecto que não é só intelectual mas politicamente motivado. Este é um tema que será detidamente caracterizado no ponto seguinte quando fizermos referência à teoria ‘dialogal’ de Mikhail Bakhtin. Convém, no entanto sublinhar que a proposta de Bakhtin se formula numa espécie de ‘humanismo’ tecido de idealidade a que se opõe muito frontalmente o construtivismo social da teoria feminista de Haraway. Não pretendemos resolver este item específico desta discórdia, cujo âmbito filosófico fica naturalmente fora das nossas competências. Apenas alertamos, no que diz respeito à estruturação de um trabalho como este, no domínio da História da Ciência, da fundamentação séria, num e noutra autora, de uma afirmação da subjectividade dos pontos de vista, como constitutiva, ela mesma, da cartografia de revelação do objecto científico – não existe um só mapa, nem um só caminho, nem, sobretudo, ele preexiste ao início da própria caminhada. Se bem compreendemos a posição epistemológica de Donna Haraway, o sucesso de qualquer interpretação, tal como nos seus equivalentes modelos políticos de replicação (a que não serão decerto alheias as marchas ‘pela Paz’

que a geração pós-Vietname tornou prática comum nos E.U.A) não se mede pelo número de pessoas que são formalmente indoutzinadas, mas pela generosidade da livre adesão a ela das nossas próprias vidas.

Finalmente, far-se-á também referência ao poder de invisibilização que a longa tradição científica da Modernidade implicou para algumas minorias, e até para metade da população da Terra, ou da História. As questões de género, e as que estão relacionadas com a ‘invisibilização teórica’ das mulheres (Haraway inclui no seu programa de pesquisa teórico, com uma ironia semanticamente redutora, o conceito de ‘*modest witness*’), tem, como seria de esperar, uma expressão nítida nos trabalhos da disciplina de Arqueologia, e, como veremos, não está ausente da geo-historiografia de Martins Sarmiento. A ‘Arqueologia do Género’ tem hoje uma expressão cada vez maior nos trabalhos de investigação da disciplina. Desde estudos relacionados com a própria estrutura social de recrutamento dos investigadores, até à valorização, na construção da interpretação do passado, das esferas de masculinidade (armas, nomeadamente), como indicadores da dinâmica e evolução histórica, passando pela reprodução acrítica das estruturas masculinistas do presente na descrição passado, este novo campo de investigações vem pondo em questão mais de um século de investigação científica da disciplina, propondo novas interpretações e ‘geografias imaginativas’ do Passado, complementares com as do *mainstream*. Nele detém, com lugar proeminente, a inclusão das temáticas da sexualidade e formação subjectiva da identidade, no âmbito de teoria psicanalítica como campo de formulação genérica das problemáticas históricas.¹⁰⁹ No que diz respeito à geo-historiografia de Martins Sarmiento, especificamente na análise crítica da sua própria hermenêutica d’*Os Argonautas*, veremos que nela se podem

¹⁰⁹ Sobre a Arqueologia do Género em termos gerais, cf. Conkey e Spector 1984: 1-38; Levy 1989: 62-78; Conkey e Gero 1991: 3-30; Gero 1996 [diz directamente respeito ao modo como o género estrutura as relações práticas de co-existência e encontro entre investigadores]; Gero e Conkey 1991; Gilchrist 1999 [obra muito interessante, nomeadamente para quem é geógrafo de formação, pois apresenta uma análise da ‘linha de fractura’ do género, e as relações entre espacialidade e poder, a partir do exemplo histórico concreto das plantas dos conventos medievais]; Meskell 1996 [para uma discussão das relações de corporalidade presentes no discurso e na prática científica da Arqueologia], além de obras de carácter mais geral, mas com referências importantes ao tema do feminismo como filosofia activa e do género como conceito epistemológico: Wylie (2002); Sorensen (1996). Este elencamento não pretende exaustividade, apenas indicar alguns dos campos de investigação que têm recebido uma atenção renovada por parte das arqueologias feministas.

destacar alguns elementos de masculinismo dominante, associados a uma essencialização da efeminização de sentimentos e práticas específicas, de que a personagem de Medeia (uma das razões por que preferimos utilizar a obra d'*Os Argonautas* como pré-texto de interpretação crítica da geo-historiografia de Martins Sarmiento, que para este investigador, as personagens que convivem nas páginas do texto de Apolónio, de resto como nas de Homero e dos heracleianos, *correspondem a personagens reais* da viagem dos Fenícios ao Norte da Europa) é o exemplo mais evidente, mas não único.

Em suma, a contribuição que pretendemos deduzir do trabalho de Haraway, no contexto de formulação de uma teoria geográfica da História da Ciência, e especificamente de uma 'Geografia Histórica da História' (que mais não é aquilo a que chamamos 'Geo-historiografia') é o modo com se podem abordar as problemáticas associadas aos processos de formação de subjectividade, nesta incluindo as práticas científicas e a produção de geografias imaginárias do Passado. Nela incluiremos algumas referências explícitas da crítica anti-humanista que se encontram no trabalho de Haraway, mas igualmente na de muitos outros autores conotados com o pós-estruturalismo, que apontam para os fenómenos de construtivismo social como sendo poderosamente operativos no resultado final das enunciações discursivas em geral, e da produção científica histórica em particular. Neste contexto, as relações de formação da subjectividade teórica são vistas no contexto das relações mais amplas de poder, dentro das quais se pretendem afirmar, contrapor ou reproduzir. Os processos interligados de formação de identidades e des-identificações não são nunca estabilizados numa idealidade comum, mas antes vistos como expressão de uma afirmação constante do desejo de não dissolubilidade da identidade pessoal, sem a qual a existência política decisivamente não existe.

No contexto da geo-historiografia de Martins Sarmiento faremos uso de um conceito particular que está presente na crítica feminista da construção (inter ou contra)-subjectiva da identidade: a *abjecção*. Este é um conceito que retiramos directamente da teoria psicanalítica de Julia Kristeva, que faz referência ao modo como é fundamental à constituição da identidade a 'vilanização' (a 'odiosa' ostentação no outro) dos traços identitários que deploramos em nós mesmos. A teoria psicanalítica de origem feminista reconhece hoje vários fenómenos de representação cultural (e de violência social)

associados a este *modus operandi* da mente humana, de que a denegação sistemática da feminilidade activa ou a homofobia são exemplos correntes. A nossa intenção, como se verá no decorrer da análise interpretativa da geo-historiografia sarmentiana, será o de levantar pistas para uma eventual *abjectividade* presente na denegação sistemática de civilidade que o autor impõe aos ‘Celtas’, e verificar se essa mesma denegação não inclui elementos de sublimação inconsciente do contexto ‘decadentista’ da época e do Portugal em que o autor viveu.¹¹⁰

5) O último dos autores que, no contexto de um elenco de contribuições para a afirmação de um ponto-de-vista geográfico no domínio da Ciência Social e especialmente da História da Ciência é Mikhail Bakhtin. Se o apresentamos em último lugar é justamente porque, em obediência às regras da boa retórica, ele será de entre todos não o menos importante. Também, veremos que, embora seja convocada ao longo de várias fases deste trabalho, a sua contribuição é especialmente importante para a ‘conclusão’ substantiva (e ‘sinedoquemente’ ilustrativa) do estudo da geo-historiografia de Martins Sarmento; e, assim, a posição final que detém nesta ‘introdução’ teórica replica, de alguma forma, a função terminante que deterá no todo deste trabalho.

A contribuição de Mikhail Bakhtin será desdobrada, neste momento, em dois temas principais, ambos relacionados com o modo como o ‘princípio dialogista’ da sua obra se articula com a análise de elementos ‘espaciais’ da prática e representação social e cultural da Modernidade.

Contudo, estamos longe de poder fixar simplisticamente uma caracterização teórica do tipo ‘ordenada’ e ‘hierarquicamente organizada’, pois a essência do pensamento bakhtiniano suscita justamente uma flexibilidade essencial do conceito de ‘contexto’, e admite a dificuldade em aprisionar o seu conteúdo significativo em ordens de categorização demasiado rígidas, para lá do controlo negociado de uma comunicação concreta.

¹¹⁰ O decadentismo associado às teorias cíclicas da História veio a ter uma expressão mais contemporânea que se veio a debruçar sobre a natureza dos processos sociais que originam o colapso das sociedades complexas (e.g., Bell 1971; Tainter 1988; Turchin 2003; cf. tb. Pimenta [no prelo], para uma caracterização metaparadigmática da ideia de colapso na geo-historiografia), e nas quais se integram exemplos específicos que dizem respeito ao desaparecimento do ‘horizonte micénico’ (Betancourt 1976).

Yet crucially the travels presented here do not seek to arrive at a preordained destination. To arrive in such a place (...) would mean abandoning the fundamental tenets of Bakhtinian thought. As we shall see *Bakhtin's philosophy is one of open-endedness and becoming*. To reach a point where the opportunity for further travel, or more precisely for continuing dialogue, is denied is a position that does not exist in Bakhtin's thought [Holloway e Kneale 2000: 71].

Do ponto de vista estrito da geo-historiografia, *i.e.*, das práticas sociais-espaciais que estruturam um programa de pesquisa científico no domínio das ciências históricas, não deixaremos de considerar a 'teoria dialógica' de Bakhtin, e a heteroglossia a ela associada, como uma possibilidade de replicação do próprio modo de substituição paradigmática (ou convivência multi-paradigmática), com incidência concreta na análise da co-existência mais ou menos problemática entre os diversos modelos interpretativos no tempo de Martins Sarmiento.

O dialogismo de Bakhtin que, no domínio da Crítica Literária e da Linguística, nomeadamente após a sua introdução no Ocidente por T. Todorov, ganhou uma proeminência tão acentuada que praticamente destronou, neste domínio, a corrente crítica marxista (Holquist 2002: capítulo introdutório), tem vindo a ser usado em inúmeras disciplinas e áreas de investigação, entre as quais a teoria cultural não é naturalmente excepção (Hirschkop e Shepherd 2001).

Se a versatilidade do pensamento de Bakhtin, ao abranger tantas áreas do conhecimento nos providencia (e Bakhtin, decerto, apoiá-lo-ia) uma 'polifonia' de interpretações, tal leva-nos igualmente a ter de exercer uma certa cautela interpretativa, de modo a não replicar arbitrariamente as características da sua crítica que, sendo eminentemente literária (ficcional) não tem por que se aplicar de modo indiferenciado à 'literatura científica' que se rege estritamente por regras muito próprias. Porém, devemos notar que também a este nível Martins Sarmiento (e o seu livro *Os Argonautas* é a este título exemplar, sendo esta uma razão mais que levou a que o escolhêssemos com pretexto da análise da sua obra) é caracteristicamente singular, e que a ele se podem aplicar com naturalidade as homologias resultantes da sobreposição (que o autor português não desdenha fazer) entre os níveis 'ficcional' e 'histórico' da sua produção científica sobre o Passado.

Para que possamos proceder a uma caracterização relativamente completa da contribuição bakhtiniana para a afirmação de um ponto-de-vista-geográfico na epistemologia, iremos estruturar os atributos da sua ‘filosofia dialogal’ em redor de alguns temas analiticamente diferenciáveis entre si, mas que são, como veremos, aspectos salientes de uma realidade completa mas multiforme, uma mas diversa nos seus matizes, enfim – *dialogal*.

Um dos primeiros elementos que necessariamente se é obrigado a distinguir entre os fundamentos do dialogismo bakhtiniano é a relação estabelecida pela prática social (e que determina a sua própria natureza) entre o Eu e o Outro. Quando acima fizemos referência, no contexto de apresentação de Goffman, à mesa-redonda ‘Pensar a Arqueologia, Hoje’, justamente destacamos a ‘arquitectónica’ do espaço como, a disposição física e simbólica dos intervenientes, que são significativamente sublinhadas por um dos intervenientes,¹¹¹ serve como ilustração desse exemplo do fundo da caracterização existencial que Mikhail Bakhtin faz da relação dialogal:

I am conscious of myself and become myself only while revealing myself for another, through another, and with the help of another. The most important acts constituting self-consciousness are determined by a relationship toward another consciousness (toward a thou) (...). The very being of man (both internal and external) is the deepest communion. To be means to communicate (...). To be means to be for another, and through the other for oneself. A person has no internal sovereign territory, he is wholly and always on the boundary: looking inside himself, he looks into the eyes of another or with the eyes of another (...). I cannot manage without another, I cannot become myself without another [Bakhtin 2003: 287].

A expressão visual e especial da metáfora aqui utilizada por Bakhtin permite desde logo reconhecer o âmbito ‘público’ que, tal como Goffman, ele atribui à execução concreta das práticas sociais. Neste sentido, estamos em presença de uma afirmação do carácter ‘político’ da teoria cultural, presente já em Aristóteles, mas a que viria a

¹¹¹ ‘[E]u estou aqui, nesta sala, numa determinada posição. Vejo parte da sala; não vejo o que está atrás de mim. Mas o Prof. Vítor Jorge, que se encontra à minha frente, vê o que está atrás de mim. Se eu quisesse fazer uma descrição completa e global da sala, teria de aproveitar a minha visão e completá-la com a do Prof. Vítor Jorge’. Jorge de Alarcão, in Alarcão e Jorge (1997: 19).

suceder o isolacionismo ‘epistemológico’ que a Era da Ciência fixou como paradigma de cientificidade de toda a Modernidade.¹¹² A noção de um sujeito onipotente, onisciente, centrado num lugar-nenhum, e desde aí revertendo a seu favor toda o conhecimento da Natureza – *não existe*:

[T]here is neither a first word nor a last word. The contexts of dialogue are without limit. They extend into the deepest past and the most distant future. Even meanings born in dialogues of the remotest past will never be finally grasped once and for all, for they will always be renewed in later dialogue. At any present moment of the dialogue there are great masses of forgotten meanings, but these will be recalled again at a given moment in the dialogue’s later course when it will be given new life. For nothing is absolutely dead: every meaning will someday have its homecoming festival [Bakhtin, *apud* Holquist 2002: 39].

Esta noção bakhtiniana do ‘lugar-tempo’ único de cada sujeito, de cada significado, de cada elemento de comunicabilidade, tem igualmente implicações vastas no domínio específico da epistemologia: a ideia de que os cientistas podem naturalmente permutar posições sem que a visão do objecto científico constituído pela apresentação de uma ‘relação de visão’ abstracta, seja posta em causa, e ganhe corpo a noção esteticamente apelativa (porque cada olhar estabelece uma paisagem) mas sobretudo *eticamente* perturbadora de que cada sujeito tem uma visão-do-mundo que se lhe é obrigado partilhar: ‘[T]here is no alibi for existence. Alterity is fundamental to the ‘not-I-in-me’. The implication of this is that for self-authorship through outsideness to proceed, in order to discover the ‘not-I-in-me’, in some way the Self must complete the Other. In other words, it must fix or better still, objectify the Other in time and space’ (Holloway e Kneale 2000: 75).

¹¹² A identificação da ‘Idade da Ciência’ como afirmação solitária da ‘mente’ como lugar privilegiado do conhecimento científico é o argumento principal da caracterização do século dezassete inglês por Steven Shapin ‘The wise man and the philosopher are said to live and work anywhere at all and nowhere in particular. This is the ultimate basis of their wisdom and their integrity. Not only is the philosopher free of place; through the exercise of pure intellect *he constitutes his own place*. His mind elaborates a world wholly independent of his corporeal situation. The philosopher, like any man of absolute integrity, needs no company to distract, amuse or instruct him. Hanna Arendt identified with the Greek tradition when she wrote that the “philosopher can always rely upon his own thoughts to keep him company” (Shapin 1990: 191-218; a cit. é da p. 210).

Uma crítica ‘moderna’ não hesitaria em denunciar que uma posição assim estabelecida entre os sujeitos de co-existência redundaria num atomismo humanista insustentável e esta é também umas das principais ordens de crítica dos autores marxistas e feministas às demais filosofias humanistas. Porém, uma crítica assim definida admite réplica: de facto, a normalização forçada da inter-subjectividade que a Modernidade opera – e também a Ciência – não significa uma maior adequação das estruturas cognitivas aos seus objectos, mas apenas uma ‘obstinação’ metodológica que a História da Ciência demonstra com facilidade tanto ter dado origem a consistentes certezas como gerado dogmáticas falsidades.

O dialogismo de Bakhtin não se furta a solucionar os problemas que uma crítica assim considerada pode enunciar. Ao reconhecimento da diferença corresponde existencialmente o respeito pelo Outro e a afirmação das condições de co-argumentação em que ambos, o Eu e o Outro, podem mutuamente tornar-se relevantes. Um completa o Outro e da rede assim estabelecida entre todos os vértices que formam a rede dos que habitam o nosso ‘espaço’ se estabelecem os contornos e a expressão da nossa própria existência.

Este será um dos principais domínios ‘dialogais’ de crítica que nos propomos fazer da geo-historiografia sarmentiana. A ciência, ou o seu ‘estilo de apresentação’, consiste afinal na explícita convocação dos ‘outros’ relevantes para estarem co-presentes como ‘autorização’ (no duplo sentido de ‘autor’ e ‘autoridade’) das nossas próprias proposições. E veremos como, no caso de Martins Sarmiento, uma estrutura esclerosada de referências ditadas pela ‘geopolítica’ nacional e internacional asfixiou lentamente o caminho próprio (‘sem álibi’) que o autor se propunha seguir.¹¹³

¹¹³ *Os Argonautas* são o exemplo mais ilustrativo dessa mesma ‘anarquia metodológica’ e ‘epistemológica’. É importante frisar que não defendemos simplesmente que a ciência deva evoluir por qualquer forma de anarquia tomada como método. Existe entre os críticos do anti-relativismo epistemológico a convicção de que é esta a posição dominante na epistemologia contemporânea. Tal não é verdade; nem a grande parte dos autores por nós considerados erigem a anarquia como principal, quanto mais única, via de chegar ao fundo ‘empírico’ do mundo; nem sequer os mais impenitentes dos chamados anarquistas metodológicos defendem exclusivamente essa via. O próprio Feyerabend, comumente considerado como um dos primeiros teorizadores dessa linha metodológica transgressora, não deixa de notar que “qualquer coisa serve” (tema do 1.º capítulo da sua obra *Contra o Método*) ‘não é um princípio que (...) sustente’ (Feyerabend 1988: 7).

Por outro lado, a mesma expressão de ‘fechamento da coloquialidade’ pode ser assacada à relação que Martins Sarmiento entretinha com os co-participantes do seu programa arqueológico: tal como em tempos Gaspar Simões apontou, criticamente, a Eça de Queirós, também em Martins Sarmiento não existem ‘pessoas’ – existem *tipos*: o ‘informador’ da tradição popular, o ‘amigo antiquário’, o ‘erudito académico’ das instituições universitárias ou similares, o ‘sábio estrangeiro’... todos são convocados pelo autor d’*Os Argonautas* no contexto de uma previsão conceptual, como deles se esperasse apenas o que a eles se havia já previamente atribuído que haveriam de dizer. A extrema ‘solidão’ epistemológica a que antes nos referimos é bem o espelho da essencial des-dialogização que o autor opera sobre o próprio lugar que ocupa, e que transmite inteira à obra que ele mesmo escreve.

Quando nos referimos, no contexto do dialogismo bakhtiniano ao ‘estilo discursivo’ estamos concomitantemente a fazer referência à noção de ‘utterance’. Uma ‘proposição’, um elemento de comunicação é, para Bakhtin, mais do que uma estrutura do tipo verbal que possa ser inscrita sob qualquer forma textual. Bakhtin, neste sentido (como também, de certo modo, a variante linguística pragmática, sobretudo a de tradição norte-americana), é profundamente para-textual e está por isso interessada nas formas performativas (incluindo a relação com o próprio corpo) do contexto da sua utilização. Porque, para Bakhtin, a ‘utterance’ é intensamente dialogal; isto significa que qualquer formulação de uma intenção comunicativa de um sujeito contém não apenas a intenção comunicativa do sujeito de comunicação, como a natureza (pelo menos representada, mas especialmente performada) do seu interlocutor, do seu destinatário. Já antes vimos como nos proporemos distinguir dois níveis de intervenientes no ‘estilo discursivo’ de Martins Sarmiento e de que modo a incompleta relação dialogal que estabeleceu com uns e outros implicou o seu progressivo isolamento, até ao ponto de podermos reconhecer no ‘fastio’ do autor, a convicção de que no fim da sua vida científica ele é singularmente, e solitariamente, o único interlocutor de si próprio, o único destinatário do seu próprio discurso.

Bakhtin considera a existência de dois tipos de ‘contexto’ que dão sentido e ‘lugar’ à enunciação da sua própria ‘utterance’. Um, de expressão mais fenomenológica, diz respeito às condições de co-presença física que estruturam a nossa capacidade enunciativa e argumentativa. Uma vez que fizemos antes referência a Goffman e ao seu

interaccionismo simbólico, não iremos agora aprofundar este elemento do dialogismo bakhtiniano que nos parece muito da mesma natureza (mas não a sua ‘anarquicidade’, que veremos mais à frente); contudo, sempre diremos, já que não houve ensejo de o referir quando apresentámos a teoria goffmaniana, que nos parece haver por parte de Martins Sarmento uma *recusa constante* deste ambiente de performance física muito intensa: ou, a existir, o investigador faria sempre questão que a sua actuação ‘táctil’ se estabelecesse sempre no seu próprio lugar, quando não na sua própria casa (Lemos 1985; 1988).

O outro sentido bakhtiniano de ‘contexto’, de origem mais discursiva, interessa-nos mais, neste momento; nesta segunda ordem de contextualização, Bakhtin faz menção ao carácter ‘heteroglótico’ da prática discursiva, *i.e.*, à múltipla estruturação linguística e comunicacional do espaço das práticas sociais, inclusivamente daquelas que, como a Ciência, se exercem através de intermediários de inscrição textual, como periódicos e livros. Para lá da eventual incomensurabilidade entre os dois tipos de ‘contexto’ assim apresentados (a mesma tensa ambiguidade aparece entre a ‘parole’ e ‘langue’ saussurianas) e que, no caso de Martins Sarmento, exprime, repetimos, a condição essencial da sua biografia científica, gostaríamos de, para além disso, fazer referência ao modo como o ‘estilo discursivo científico’ é ele próprio a negação formal desta abertura dialogal enquanto em-si considerado, sendo a heteroglossia banida por determinação da sua própria natureza, e a possibilidade de ‘polifonia’ apenas poder exercer-se, paradoxalmente, pela substituição integral de uma por outra estrutura dogmática. Neste contexto, em que sentido podemos, no domínio da geo-historiografia de Martins Sarmento, fazer uso do conceito de ressonância ‘anárquica’ que é o mundo alternativo do ‘espaço carnavalizado’ de Bakhtin?

A noção de ‘carnaval’ como instância concreta da expressão do dialogismo é central na filosofia de Bakhtin e consiste, em certo sentido, no contributo de ordem mais eticamente decisivo do humanismo assumido da sua teoria social. Bakhtin foi detido pela polícia política de Estaline e condenado a sofrer um exílio prolongado e em condições de grande privação nas prisões geladas do Norte. É proverbial a sua heróica indiferença pelos seus próprios escritos, cujo papel aproveitava para enrolar tabaco e fazer cigarros. Parte da sua obra desapareceu irremediavelmente no processo; a perseguição política levou igualmente a que alguns dos seus escritos fossem

apresentados como sendo escritos por outros intelectuais, apenas mais tarde se vindo a saber que eram da sua autoria; de alguns persiste mesmo a dúvida. É impossível não ver na filosofia social de Bakhtin, no amor à ‘polifonia’ e ‘carnaval’ do seu dialogismo, a recíproca da sua própria condição de intelectual manietado pela normalização cultural soviética dos anos vinte e trinta; que curiosamente replica, *a contrario*, o amor à ‘ordem’ e ao sistema ‘normativo’ das ‘grandes teorias’ que veio a caracterizar as regiões do mundo em que se disponibilizava a ordem política da democracia representativa (Holquist 2002: 1-14).

Bakhtin considera, desde logo, o problema do ‘carnaval’ desde o ponto de vista ‘histórico’ e não apenas ‘teórico’. O seu livro sobre Rabelais é uma descrição circunstanciada, com base também documental, mas sobretudo de crítica literária, da demonstração de que a Modernidade prescindiu de um ‘lugar’ das práticas sociais do ‘corpo grotesco’ e do ‘carnaval’ que caracterizavam largamente a mundividência da Idade Média e, especificamente, na sua forma mais ‘laica’, o século da Renascença.

No interior desta mundividência, o ‘carnaval’ seria mais do que uma ‘ritualização da inversão’, como se veio a cristalizar sob a dupla dominação posterior da Igreja e da Ciência que caracterizaram a Modernidade, mas sim o exercício concreto e quotidiano (embora com uma palpitação específica a acompanhar as épocas ‘naturais’ do calendário – o Tempo e o Espaço ainda não se dividiam, como veio a suceder, em unidades matemáticas de igual quantidade de ‘duração’ e ‘extensão’ que o cartesianismo veio impor) da existência, *da co-existência*, social e individual. Não existiam dois mundos separados, o da ‘normalidade’ e do ‘bizarro’, ligados episodicamente em momentos determinados do calendário; não, o ‘segundo mundo’ do espaço carnavalizado, do corpo aberto, sexualizado e grotesco convivia serenamente ou crispadamente, mas sempre *ironicamente*, com o mundo da ordem pública, sem que este pudesse nunca exercer o poder arbitrário da ‘última palavra’.

No dogma, no authoritarianism, no narrow-minded seriousness can co-exist with Rabelaisian images; these images are opposed to all that is finished and polished, to all pomposity, to every ready-made solution in the sphere of thought and world outlook. (...). The suspension of all hierarchical precedence during carnival time was of particular significance. Rank was especially evident during official feasts; everyone was expected to appear in

the full regalia of his calling, rank and merits and to take the place corresponding to his position. It was a consecration of inequality. On the contrary, all were considered equal during carnival. Here, in the town square, a special form of free and familiar contact reigned among people who were usually divided by the barriers of caste, property profession and age. The hierarchical background and the extreme corporative and caste divisions of the medieval social order were exceptionally strong. Therefore such free, familiar contacts were deeply felt and formed an essential element of the carnival spirit. People were, so to speak, reborn for new, purely human relations. These truly human relations were not only a fruit of imagination or abstract thought; they were experienced. The utopian ideal and the realistic merged in this carnival experience, unique of its kind [Bakhtin 1984: 3, 10].

Não é sem significado que esta descrição da ‘oficialidade’ da ordem pública medieval, descrita por Bakhtin *via* Rabelais e outros autores da Renascença, possa com tão notável acuidade representar a ordem dogmática da organização do conhecimento científico sob a égide da Modernidade. Como veremos, os poucos indícios de ‘carnavalização’ da narrativa histórica a que Martins Sarmiento se permitiu, serão de imediato asfixiados pela enorme falta de ‘sentido de humor científico’ das comunidades académicas do seu tempo, a nacional e a internacional. Quando nos referimos a ‘sentido de humor científico’ não nos referimos, obviamente, a qualquer intenção de desligar a ciência dos pressupostos que organizam o seu especial estilo discursivo. Contudo, a invisibilização metodológica (e social, não devemos nunca esquecer) a que são votados os autores que não organizam a sua narrativa nos estritos limites do discurso científico dominante, leva a que, por vezes, formas fecundas de dialogismo científico sejam apenas recuperadas décadas, séculos e até milénios depois (como foi o caso do heliocêntrico de Aristarco). Os partidários de uma tradição ‘idealista’ da evolução da Ciência dirão que ‘nada se perde’, e que a força da Razão se tornará evidente; os menos crédulos poderão talvez achar que o cemitério dos séculos tenha talvez emudecido para sempre vozes úteis de organização científica e social que apenas tinham o mérito circunstancial de serem aplicados na sua própria época; os mais cínicos, esses não deixariam de fazer lembrar que o que o platonismo incidente resolve, em nome da tradição evolutiva da Ciência,

nada pode contra a ignomínia exercida concretamente sobre os corpos dos que, como Giordano Bruno, foram na sua época ignominiosamente ignorados ou silenciados.

Que papel para um ‘lugar de inversão’ na análise da geo-historiografia de Martins Sarmento? Aqui, creio eu, reside uma das manifestações de grande poder dialogal do investigador, e isto, curiosamente, apesar deste autor ser tendencialmente possuído por algumas expressões de autoritarismo e dogmatismo interpretativo. Porém, a sua quixotesca afirmação do ‘impossível’ e a extensão quase inacreditável com que o faz (ligurismo dos Lusitanos, germanismo dos Celtas, fenicismo dos Argonautas, etc.) adquire, na sua quase insana obstinação, o papel reservado por Bakhtin ao poder redentor da heteroglossia: talvez o mundo dogmatizado da excessiva Modernidade da segunda metade do século dezanove apenas pudesse ser desarmadilhado pela obstinação romântica do ‘lugar-próprio’ e pela afirmação desassombrada da individualidade. Alfredo Pimenta foi, creio, quem mais profundamente compreendeu o poder quase ‘redentor’ desta epistemologia sarmentiana da ‘inversão’ (A. Pimenta 1933), ainda que lhe tivesse querido dar uma feição nacionalista, que originalmente não está presente (antes, individualismo) e que não é um elemento essencial da sua enunciação (cf. A. Pimenta 1934-1935: 107; 1948: 33).

Finalmente, destacaremos aquele que é o elemento mais decisivo do dialogismo de Bakhtin no contexto da análise da geo-historiografia de um programa de pesquisa científico, especialmente de uma teoria etnogénica como a que Martins Sarmento enunciou para o passado do território português – o *cronotope*.

Nas próprias palavras de Bakhtin, podemos recolher os elementos que serão, como veremos mais tarde, centrais na *caracterização espaço-temporal da narrativa sarmentiana*:

We will give the name *chronotope* (literally ‘time space’) to the intrinsic connectedness of temporal and spatial relationships that are artistically expressed in literature (...). What counts for us is the fact that it expresses the inseparability of space and time (...). In the literary artistic chronotope, spatial and temporal indicators are fused into one carefully thought-out, concrete whole. Time, as it were, thickens, takes on flesh, becomes artistically visible; likewise, space becomes charged and responsive to the movements of time, plot, and history. This intersection of axes and fusion of

indicators characterize artistic chronotope. The chronotope in literature has an intrinsic *generic* significance. It can even be said that it is precisely the chronotope that defines genre and generic distinctions (...). The chronotope as a formally constitutive category determines to a significant degree the image of man (...). The image of man is always intrinsically chronotopic [Bakhtin 2002: 84-85. Ênfase original].

O cronotope é, antes do mais, um *género*. Cada narrativa, literária ou científica, exhibe uma ‘personalidade’ espaço-temporal que resume as condições culturais e ideológicas da sua enunciação. Embora Bakhtin se afadigue em recolher esta ‘personalidade’ genérica na história da literatura ficcional, cremos poder demonstrar que se podem igualmente aplicar às narrativas estritamente científicas, sobretudo quando, como no caso de Martins Sarmiento, estas são entretidas com um fundo de romance histórico inconfundível.¹¹⁴ Neste contexto, esperamos poder ilustrar, suficientemente, o modo como o ‘género narrativo’ específico de Martins Sarmiento passa pela exibição de um cronotope de *inefabilidade* ou, mais precisamente, de essencialização da ‘personagem’: se a nossa análise geo-historiográfica não é de todo inadequada, cremos poder dizer que a característica mais importante da narrativa histórica sarmentiana é a convicção de que *o tempo e o espaço se dissolvem*, perdem concreitude e permitem às personagens a absoluta independência de tudo que não de si próprias.¹¹⁵

¹¹⁴ A difusão do género literário do ‘romance histórico’ entre os intelectuais do século dezanove ajudar-nos-á a caracterizar a topografia social da época, porque evoca duplamente as condições de produção e de recepção do conhecimento do Passado. Ela dá conta, não apenas do fundo romântico que anima a esfera cultural dos historiadores, mas também, e não é menos importante, da possibilidade de incluir nessa evocação um cada vez maior número de pessoas a quem a dinâmica económica do ‘fontismo’ ia providenciando um ócio cosmopolita em que a ilustração histórica e científica detinha um importante lugar (P. A. Carvalho: 481-522); essa mesma expressão cosmopolita da ‘inactividade’ foi usada pela retórica argumentativa das gerações naturalistas como forma de justificação ideológica da inflexão mais ‘socializante’ e ‘proletária’ do poder (G. Jones 1980).

¹¹⁵ Dado o filo-helenismo explícito de Martins Sarmiento, com que, que sob muitas expressões, vamos conviver ao longo da análise geo-historiográfica da sua obra, não é de admirar que o cronotope dominante, genericamente, no seu trabalho, seja o da ‘essencialização da personagem’. É que, segundo Bakhtin, e ainda que, segundo as suas próprias palavras, a análise (no seu tempo) das estruturas espaço-temporais das obras de ficção literária seja ainda incipiente, ainda assim, é nas narrativas gregas do tempo clássico que este investigador descobre o mesmo tipo de organização cronotópica da narrativa que nós, pela nossa parte, cremos poder afirmar que domina a narrativa de Martins Sarmiento. ‘[T]he first type of ancient novel (not first in chronological sense) the “adventure novel of ordeal”

I. 2. A geografia do conhecimento científico

Investido da companhia dos autores a que anteriormente nos referimos, cabe agora tentar definir a natureza e a prática de uma geografia do conhecimento científico e, em particular, de uma Geografia da Arqueologia.

Existe uma convicção epistemológica, quer entre geógrafos quer entre não-geógrafos, de que uma ‘geografia de qualquer coisa’ tem obrigatoriamente de fundar-se no ambiente material, numa ‘geografia física’. Esta posição existe também no contexto da Geografia da Ciência, bastando para tal ver a diferentes visões que sobre o mesmo problema têm dois geógrafos que a se dedicaram a este tema.

Harold Dorn, no seu *Geography of Science*, tem como objectivo interpretar a distribuição da pesquisa científica a partir, sobretudo, dos ambientes físicos em que se integram.¹¹⁶ Neste caso, ficamos com a sensação de que uma Geografia da Ciência ‘(...) is synonymous with an ecological constructivism that prioritises material environment over other factors’.¹¹⁷

(...) would include all the so-called “Greek” or “Sophist” novels written between the second and sixth centuries A.D. (...). In these novels we find a subtle and highly developed type of *adventure-time*, with all its distinctive characteristics and nuances. The adventure-time and the technique of its use in the novel is so perfected, so full, that in all subsequent evolution of the *purely* adventure novel nothing essential has been added to it down to the present day. (...) *All the events of the novel that fill this hiatus are a pure digression from the normal course of life; they are excluded from the kind of real duration in which additions to a normal biography are made*’ (Bakhtin 2002: 90-91. Ênfase nossa). Mesmo que quiséssemos, creio que nos seria impossível descobrir uma descrição mais exacta do ‘tempo narrativo’ na obra de Martins Sarmento.

¹¹⁶ Dorn (1991); e cf., para uma utilização do mesmo tipo de considerações num contexto pós-fordista de produção científica, Hugill (2003).

¹¹⁷ Esta posição epistemológica não é, naturalmente, privativa da disciplina da Geografia. Também no domínio da Arqueologia pudemos ter acesso a ‘recompilações’ do passado disciplinar baseados em pressupostos muito diferentes e que dão por isso origem a narrativas muito dissemelhantes sobre o contexto paradigmático da evolução social da prática científica a ela associada; algumas delas estruturam-se segundo a lógica comum de apresentação das grandes descobertas (e dos grandes descobridores), do aperfeiçoamento das técnicas e da força cumulativa da ‘cartografia têmporo-espacial’ respectiva; outras, porém, fazem referência à evolução do Pensamento Arqueológico como sendo uma expressão das práticas sociais, políticas e culturais do tempo em que se integram, sendo, por isso, para nós de maior interesse e utilidade; de entre muitas, destaque-se, como exemplos mais ‘panorâmicos’, as obras de Trigger (1989 e 2006, 2.ª ed.) e Daniel e Renfrew (1998), assim como, claro está, os restantes livros de Daniel (1963, 1967 e 1975) e de Klindt-Jensen (1975); do ponto de vista da epistemologia pós-moderna associada à Arqueologia, vd. Johnson (1999). Pretendemos, assim, afastar o nosso discurso geográfico de uma visão estrita que o associe quer a

Alternativamente o trabalho de Livingstone, defende uma '(...) more nuanced and fully fledged historical geography of science that will treat scientific knowledge as "placed" in a more diverse range of spatial arenas'. O nosso trabalho, creio, terá mais a ver com o segundo caso do que com o primeiro. É essa razão por que fazemos explicitamente alusão a uma 'História da Ciência como Geografia Cultural'.

A concepção de uma História de Ciência como Geografia Cultural não está de modo algum descontextualizada no actual contexto das investigações em História e Filosofia da Ciência, pelo menos no mundo anglo-saxónico. Em Março de 1994, a British Society for the History of Science promoveu uma conferência sob o título de 'Making Space: Territorial Themes in the History of Science'. A natureza dos temas ali tratados revela um programa de pesquisa em que 'cultural geographers have pursued in contexts 'other than' that of scientific cultures, and (...) that historians of geography have scarcely gestured towards' (Livingstone 1995: 15).

Também revela uma preocupação idêntica com os temas da 'territorialização da ciência' o número especial da *Science in Context*, com o título significativo: 'The Place of Knowledge: The Spatial Settings and its Relations to the Production of Knowledge'.

Os editores do livro, Adi Ophir e Steven Shapin, este último, nome decisivo do 'strong programme' da 'escola de Edimburgo' de História da Ciência, rejeitam claramente uma visão idealista da História e da Ciência:

A generation ago scientific ideas floated in the air, as historians [and geographers (JRP)] gazed up at them in wonder and admiration. From time to time, historians agreed, the ideas that made up the body of scientific truth became incarnate: they were embedded into the fleshly forms of human culture and attached to particular times and places. How did this incarnation occurred was a great mystery. How could spirit be made flesh? How did the transcendent and the timeless enter the forms of the mundane and the contingent? Platonist and providentialist perspectives offered ways of speaking about the mystery, but, in general, it remained unresolved at the core of orthodox idealist [geo-(JRP)]historiography. It is plausible that

um construtivismo natural, quer a uma simples 'corografia' dos elementos superficiais da sua expressão. Cf., para uma posição epistemológica semelhante, Aay (1981: 298)

intellectuals are forever attracted to idealist orthodoxies. The picture of ideas floating free in the ether of transcendence is an appealing one, the more so to groups who make and trade intellectual goods, who prefer to portray those ideas as both timelessly true and potent, and who work to secure a position for themselves detached from the demands of mundane custom and commerce [Ophir e Shapin 1991: 3.].

Também D. N. Livingstone faz questão em demarcar-se da visão do papel tradicional que a História da Ciência atribuía ao poder simplesmente descritivo do lugar na produção do conhecimento científico: ‘Traditionally, local factors were only accorded an explanatory role insofar as they might explain deviations from universal scientific objectivity (...) sort of “locational pathology”’ (Livingstone 1995: 15). Do mesmo modo, e ao contrário da tradição idealista denunciada, os editores do ‘Place of Knowledge...’ pretendem especificamente incorporar no estudo da Ciência um *gênero localista*. E apresentam exemplos de inúmeras influências localistas anteriores que se podem detectar na História da Ciência, como sejam a Sociologia de Durkheim, a Linguística de Wittgenstein, a Filosofia da Ciência de Kuhn (cf. Pimenta 1997) e de Koyré, ou o anti-idealismo ‘localista’ do interaccionismo simbólico de Goffman, também já referido e por nós caracterizado em momento anterior. Em todos os casos se pretende vincular aos lugares de produção científica ‘the ontological status of scientific objects and the epistemological standing of scientific statements (...) [because] the emergence from the 1960s of strong *anti-empiricist* and *anti-individualist* tendencies in the sociology and philosophy of science (...) contributed to the perceived interest and legitimacy of studying the place of scientific activity’ (Ophir e Shapin 1991: 5).

Não é de admirar o posicionamento relativista e localista dos editores daquele livro, uma vez que se inserem no programa de pesquisa de Sociologia de Ciência que veio a ser conhecido como o ‘strong programme’ da Escola de Edimburgo. Neste contexto, não se confunde necessariamente localismo, na História da Ciência, com relativismo científico, uma vez que não existem ‘(...) necessary links between the relativity of warranted credibility and relativism over substantive concepts of truth’ (Bloor 1976: 15 [Cf. Shapin 1982: 172 e Shapin e Schaffer 1985: *passim*]).

Neste momento começa portanto a ficar já mais claro o que possa ser uma *Geografia da Ciência*. Como diz D. N. Livingstone:

Glimmerings of what a geography of scientific knowledge might amount to are thus indeed beginning to be glimpsed, as sociologists and historians of science have begun more explicitly to probe *the role of the spatial setting* in the production of experimental knowledge, the *significance of uneven distribution* of scientific information, the *diffusion tracks* along which scientific ideas and their associated instrumental gadgetry migrate, the *management of laboratory space*, the *power relations* exhibited in the transmission of scientific lore from specialist space to public space, the *political geography and social topography of scientific subcultures*, and the institutionalization and *policing of the sites* in which the reproduction of scientific cultures is effected. The *cumulative effect* of these investigations is to draw attention to local, regional and national features of science – an enterprise hitherto regarded as prototypically universal [Livingstone 1995: 16. Ênfase nossa].

Alguns exemplos práticos permitirão ilustrar as diversas expressões possíveis de uma ‘Geografia Cultural da Ciência’, ou como vamos passar a falar de História da Ciência, de uma *Geografia (Cultural) Histórica da Ciência*.¹¹⁸

A ‘regionalização teórica’ da Ciência é um fenómeno que tem sido objecto de estudo da História da Ciência e, mesmo no conjunto da historiografia da Arqueologia em Portugal, não faltam estudos que devolvem às práticas sociais ‘locais’ o papel que justamente detêm na forma final da prática científica.¹¹⁹ Porém, só muito recentemente se começou a fazer uso mais específico das teorias sociais-espaciais, como as que

¹¹⁸ Em obediência à autoridade de Livingstone, que seguimos de muito perto, com excepção da conceptualização do ‘lugar de ciência’ que desdobramos em dois aspectos complementares, o conteúdo e o continente, que a nosso ver não estão tão analiticamente diferenciados no seu trabalho (o que não quer dizer que não estejam presentes as problemáticas associadas), optamos por manter a nomenclatura que é utilizada pelo próprio autor, que nos parece adequada como indicação breve do conteúdo dos conceitos relativos.

¹¹⁹ A ‘regionalização teórica’ pode encerrar uma regionalização empírica. Assim, por exemplo, Dickinson (1969, 1976; e cf. James 1972: 457) dedicou grande parte da sua actividade científica a tentar demonstrar que a organização humana se traduzia, necessariamente, em áreas dotadas de *contiguidade sem continuidade*. Na Epistemologia contemporânea este é um tema principal de debate entre ‘relativistas’ e ‘realistas’, i.e., entre os que defendem que a organização do conhecimento se estabelece dentro de áreas culturalmente diferenciadas que ‘naturalizam’ a sua relação interna com o objecto empírico e, fora das quais, o poder de comunicação se deprime acentuadamente (cf. Shapere (1980) e Sawyer (1984: 100 e ss.).

podemos recensear algumas páginas atrás, nomeadamente em estudos de ‘recepção social e científica’ de alguns dos paradigmas mais importantes da ciência ocidental.¹²⁰

Um campo em que essa incorporação deu resultados concretos foi o estudo feito por Glick da difusão diferencial do darwinismo na segunda metade do século dezanove, modelo de investigação que conheceu inúmero sucesso em várias áreas de investigação de História de Ciência, e a que a Geografia e a Arqueologia não ficaram naturalmente indiferentes.¹²¹ Glick incidiu a sua atenção sobre a penetração regional do paradigma darwinista em países não ocidentais e ocidentais. Foi possível, por exemplo, determinar que a razão primordial de abrandamento da difusão das ideias darwinistas na Noruega se deveu à posição filosófica e religiosa dominante que impediu a tradução do *Origin of Species*. Em Portugal, a recepção do darwinismo foi concomitante com o processo de afirmação das Ciências Naturais em geral, e da crescente importância das ciências auxiliares ou vizinhas da Arqueologia, nomeadamente a Geologia, com Carlos Ribeiro, Paul Choffat e Nery Delgado a iniciarem o estudo sistemático do Paleolítico. Ao processo se associam os nomes de vários arqueólogos que, em várias regiões de Portugal, puseram em marcha uma versão ‘positiva’ e ‘científica’ do estudo dos vestígios materiais do passado, entre os quais se encontra, naturalmente, Martins Sarmiento, ao lado de nomes como Filipe Simões ou Estácio da Veiga. Convém, no entanto, notar que a afirmação de estudos científicos não implica, necessariamente, a admissão dos princípios evolucionistas de Darwin. Como veremos especificamente num dos subcapítulos da terceira parte deste trabalho, o conceito de ‘evolução’, tal como é concebido nas premissas darwinistas, pura e simplesmente não existe em Martins Sarmiento.¹²²

¹²⁰ Cf. Berdoulay (1981), artigo que desenvolve especificamente esta problemática.

¹²¹ A obra principal do programa de investigação de Glick é *The Comparative Reception of Darwinism* (Glick 1974; e cf. Ghiselin 1969). Nós próprios apresentamos um trabalho sobre estas matérias, dentro de uma epistemologia comparada da Arqueologia e Geografia (Pimenta 1996); no contexto da História da Ciência em Portugal, é imprescindível a consulta da obra de Ana Leonor Pereira (Pereira 1992a; Pereira 1992b) e da equipa de investigação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Diogo *et al.* (2000); Simões *et al.* (2003); Simões *et al.* (2004).

¹²² Nada de semelhante, em termos de afirmação monista de um princípio evolutivo do Tempo, existe em Martins Sarmiento que se possa comparar, por exemplo, a Teófilo Braga, quando este afirma que a causalidade linear se insinua no Universo, fazendo-o mover-se, inapelavelmente, para um fim determinado, já contido em potência na

Um exemplo de variação regional à escala continental é o que podemos ver no volume editado por Goodman e Russell, onde se pretende comparar o desenvolvimento da Ciência da Modernidade em termos de contextos diferenciais de ‘cultura’ científica, nela incluindo todas as expressões de afirmação de uma prática social científica concreta.¹²³ Foi possível ter assim a noção do modo como a Europa da Idade Moderna se constituía como um conjunto de ‘regiões’ díspares, em termos de produção, circulação e recepção das ideias científicas, bem como do modo como essa própria estruturação da prática científica se organizava intimamente com outras dimensões sociais com as quais pareceria, numa primeira análise, não se dever tomar em consideração no estudo da afirmação das qualidades generalistas do conhecimento científico. A questão geopolítica, associada à questão religiosa, provocou um ambiente de competição inter-regional e internacional, de que a Ciência foi apenas uma das esferas de combate, e nem sequer a mais importante, pelo menos nos primeiros séculos. Sabemos hoje que a Reforma e Contra-reforma da Igreja contribuiu decisivamente para um efeito de arrasto sobre as visões ‘do mundo’, ‘da Natureza’ e dos ‘povos’, sob cuja competição metaparadigmática (a polémica, por exemplo, mantida em redor da real ‘significação’ os tremores de terra, entre os quais o de Lisboa de 1755 foi exemplar) se dinamizou o conhecimento de base empirista que acabaria por fortalecer geopoliticamente a Europa setentrional, em desfavor da tradicional dominação cultural do Sul.¹²⁴

sua actualidade primitiva (Braga 1884: 34). À História, encerrada neste ciclo tautológico, estava assim determinado assumir-se, não apenas como ‘fonte’ de conhecimentos sobre o Passado, mas dele também o lugar da sua própria ‘demonstração’, no sentido quase-laboratorial que o termo encerra (M. Garcia 1874: 145).

¹²³ Goodman e Russell 1991. Cf., tb., e para o mesmo período histórico e âmbito geográfico, a obra de Malcolm Oster (Oster 2002).

¹²⁴ O ‘pesadelo’ de Oliveira Martins e de outros pensadores ‘decadentistas’ do Portugal do século dezanove era habitado justamente por esta ‘lei histórica’ de substituição dos povos ibéricos (e mediterrânicos, em sentido mais lato) pelos germânicos ao qual, segundo Oliveira Martins, apenas escaparia a imensa China. Goodman pôde constatar, por exemplo, de que modo a Europa dos primeiros séculos da Idade Moderna se estruturava em ‘regiões’, cada qual caracterizada por uma determinada tradição científica e de que modo a produção científica se formulava num quadro de competição entre as próprias nações ou estados. A existência de múltiplos centros de produção veio a incrementar a economia capitalista e a promover concomitantemente a urbanização da Europa.

O conteúdo cognitivo de uma disciplina científica pode igualmente ser permeado por uma regionalização científica que, partindo de uma base concreta, empírica, esconde ordens interpretativas de natureza metafísica, de interpretação quási-teleológica do sentido da Criação ou da afirmação presentista do carácter ‘eleito’ de um povo.

Se este tipo de incidência, propriamente metafísica, é facilmente reconhecida nos domínios da Ciência Social, pareceria mais difícil que pudessem exercer o seu poder ‘localista’ no contexto das Ciências da Natureza. É, porém, isso mesmo que Malcolm Nicolson reconhece ter sucedido no caso das duas propostas alternativas referentes à classificação taxinómica botânica, diferente e diferentemente fundamentada nos dois lados do Atlântico.¹²⁵

O esquema taxinómico de Josias Braun-Blanquet (‘francês’ – na verdade o seu autor é oriundo da Suíça francófona) apresenta diferenças notáveis quando comparado com o de Frederick E. Clements (americano). Não pode negar-se que decerto algum construtivismo ‘natural’, i.e., a expressão concreta do objecto empírico possa ter feito aceder fenomenologicamente de um modo diverso às duas esferas de teorização (Nicolson 1989: 174). Porém, para Nicolson é claro que uma causalidade de ordem ‘natural’ não esgota as ordens de interferência metaparadigmática na forma final das teorias, sobretudo no diferente carácter, respectivamente concreto (‘orgânico’) e abstracto (‘formal’), dos modelos de Clements e Braun-Blanquet. Antes, deve necessariamente tomar em consideração a ordem construtivista social de formação da subjectividade presente em dois ambientes sociais e culturais bem diferentes, como o eram o Velho e Novo Mundo.¹²⁶ Entre os factores metaparadigmáticos presentes na

¹²⁵ O artigo referido de Malcom Nicolson é ‘National styles, divergent classifications: a history of French and American plant ecology’ (Nicolson 1989). Este artigo iniciou uma série de estudos em História da Ciência, e especialmente no domínio das Ciências da Natureza, que se prendem com a constatação (e demonstração) do carácter social e culturalmente constituído dos produtos científicos, mesmo daqueles que se usava apresentar como ‘universais de realidade’. Cf, e.g., Fischedick 2000: 291-314; Lachmund 1999: 419-450 [examina a controvérsia ao redor da interpretação dos sons referentes à auscultação pulmonar, e ao carácter *geográfico* e cultural da sua enunciação: o método ‘francês’ e o método ‘vienense’, cada um deles vindo a consistir no modelo de trabalho das esferas francófona e germânica da Europa]; Jankovic 2004: 45-75 [examina o modo como a Jugoslávia no tempo de Tito desenvolveu um modelo de previsão meteorológica que pudesse colmatar o relativo embargo da ciência computacional do Ocidente e a dificuldade específica do terreno acidentado da maior parte do território].

¹²⁶ Nicolson (1989: 145). Para Nicolson, pelo contrário, é possível detectar incongruências dos sistemas ao nível propriamente ‘ecológico’ que ele atribui a factores contextuais e que indiciam as esferas metafísicas e sociológicas

‘formação’ das diferenças das duas teorias, Nicolson refere o pendor eminentemente ‘prático’ da concepção científica americana do Midwest, face à formação mais ‘especulativa’ da ciência francesa, plasmada numa forma de racionalismo mais abstracto e cuja origem se pode pelo menos antecipar à tradição do racionalismo cartesiano.

Este tipo de ‘regionalização’ científica, associada à ‘aderência’ das teorias a grandes esferas de representação metafísica da sociedade, de escala quase continental, tem uma expressão muito clara na geo-historiografia de Martins Sarmiento. Teremos, nesse contexto, oportunidade de ver como a ‘geopolítica’ interpretativa da Arqueologia pré-histórica e da Linguística histórica e descritiva da Europa se estabelece entre dois pólos de tensão que reproduzem, no domínio da Ciência e da interpretação do passado, o enfrentamento cultural e até militar da França e da Alemanha.¹²⁷ É impossível não ver, na propalada questão do ‘germanismo dos Celtas’, a influência decisiva, não apenas da essencialização e presentismo habituais em todas as formas de contaminação nacionalista da produção científica mas uma expressão específica da ‘racionalidade’ francesa e germânica na análise dos vestígios materiais e linguísticos do passado. Enquanto a França do Império,¹²⁸ de Amedée Thierry e Paul Broca, desenvolve uma

que estruturam a relação interna e internacional das comunidades científicas envolvidas no processo de produção, circulação e recepção das diferentes teorias (Nicolson 1989: 174 e ss.).

¹²⁷ Referimos Alemanha por facilidade de exposição. A unificação da Alemanha sob a mão de Bismarck sucede apenas no terceiro quartel do século dezanove. Contudo, do ponto de vista da ‘representação’ das regiões culturais, a Alemanha apresenta uma unidade que não corresponde à desagregação em estados da sua fase pré-imperial. A importância do *modus operandi* da ‘colonização de vizinhança’ que a Alemanha desenvolve, na segunda metade do século dezanove, reproduz o mesmo tipo de violência epistemológica que caracteriza qualquer outro tipo de ‘great collective appropriation of a country by another’, seja no mesmo continente, ou em continentes diferentes (Said, 1995).

¹²⁸ E não devemos esquecer que o próprio Imperador (Napoleão III) reconheceu a especial nobreza dos temas de investigação da História Antiga e dedicou algum do seu tempo a escrever uma história de César – também neste caso a emulação teria sido porventura a expressão da influência de causas metaparadigmáticas. Será também este governante que determinará o estabelecimento do museu de antiguidades de Saint Germain-en-Laye, modelo de muitos outros congéneres na Europa, e especificamente do projecto de Leite de Vasconcelos. Também Jefferson, segundo presidente dos Estados Unidos da América, não desprezou os estudos científicos relacionados com a Arqueologia e a Geografia (Greene 1984: 6-7; Bedini 1990). Ser investigador das ‘antiguidades’ era, na topografia social do século dezanove, ser *cosmopolita*. Do ponto de vista estrito da história da geografia francesa da época imperial, a ‘geografia do império’ não pode compreender-se sem fazer menção a um equivalente ‘império da

teoria ‘inclusiva’, que recolhe para uma ancestralidade comum e diversificada dos ‘Gauleses’ uma série de referências históricas, arqueológicas e linguísticas unificadas sob um putativo ‘ur-estado’ gaulês do tempo de César, a Alemanha de Grimm, Holtzmann e Penka apresenta, pelo seu lado, o mesmo passado como forma de relação mutuamente exclusiva das mesmas esferas mencionadas, de modo a advertir uma realidade etnicamente purificada dos Germanos.

Além da estruturação nacional (ou até supra-nacional) das teorias científicas e do conhecimento em geral, é possível reconhecer igualmente uma esfera de causalidade interpretativa guiada por contornos subnacionais, regionais ou locais.

Um exemplo particularmente significativo do tipo de relações existentes entre a organização política e cultural das unidades regionais, dentro do todo nacional em que se integram, e a expressão da produção, circulação e recepção do conhecimento, pode muito bem ser o livro coordenado por Inkster e Morrel (1983), sobre a Ciência ‘provincial’ na Grã Bretanha do século dezanove. A convicção dos autores é afinal a que serve de axioma aos trabalhos da Escola de Edimburgo: a Ciência, não mais nem menos do que qualquer outro produto social, serve os grupos sociais que a usam, para atingir os seus propósitos em situações política e socialmente muito específicas

This book reflects recent changes which have taken place in historian’s approaches to the study of past science. As an intended contribution to social history of science, it looks at science and scientific culture in their local contexts, whether metropolitan or provincial, examining where possible the relations between metropolitan and provincial science and savants [Inkster e Morrell 1983: 9].

Podemos compreender de imediato que a influência da desagregação política que subjaz à organização de um estado como a Grã-Bretanha justifica amplamente este tipo

geografia’ (Broc 1974; Berdoulay 1981; Emery 1984; Godlewska 1989). Pelo seu lado, para os geógrafos ingleses dos inícios do século vinte, a Geografia deveria mesmo ser uma disciplina obrigatória nas escolas militares (Herbertson 1904: 423; Holdich 1909: 593 ss., 1916: 477) e comerciais, uma vez que a questão principal se punha em saber como dominar ‘trópicos sem uma perda irrazoável de vidas por parte dos Europeus’ na organização do ‘trabalho’ da plantação (O’Neill 1885: 348; Holdich 1899: 477; Mill 1901: 410; J. Johnson 1896: 603; Johnston 1920: 9); cf. Hudson (1977: 12-19).

de investigação ‘geográfica’ em História da Ciência. Porém, pensar que, por exemplo, em Portugal, este fenómeno não tem expressão porque a estabilidade de fronteiras e a relativa dissolução nacional das regionalidades o possa impedir, é absolutamente inexacto (Marques 1988: 91 e ss.). Pensamos poder demonstrar que grande parte do ‘drama’ científico de Martins Sarmiento passa justamente pela diferencial expressão ‘geográfica’ em Portugal da produção, circulação e recepção das teorias científicas do século dezanove, diferencial esse que opõe estruturalmente as ‘cidades universitárias’ de Lisboa e Coimbra à ordem ‘tardo-antiquarista’ de Guimarães. Embora a ‘biblioteca’ sarmentiana esteja apetrechada com muitas das últimas novidades em matérias de Linguística, Arqueologia ou História Antiga, a sua produção científica, o seu ‘género discursivo’ nunca se torna conforme aos que, por exemplo, os ‘sábios’ positivistas do Curso Superior de Letras iam quase ao mesmo tempo produzindo; e queremos crer que essa diferenciação se estriba numa estrutura ‘geograficamente’ diferencial em termos de todos os três níveis de organização do conhecimento científico atrás enunciados.

Uma vez que se admite que a prática científica pode revelar variações e sobreposições regionais, pode-se, do mesmo modo, conceber que existam associados mecanismos de ‘persuasão’ científica.¹²⁹ Isto é, pode admitir-se a Ciência como uma actividade *política*.¹³⁰

¹²⁹ As preocupações de ‘regime’ ao nível da produção do conhecimento histórico, ao longo do regime totalitário do Estado Novo, não só se estruturou em instituições de topografia social rigidificada, que pudessem permitir a sua reprodução em termos devidamente vigiados e controlados, como a História é trazida, enquanto projecto intelectual, para o centro das preocupações políticas. O carácter ‘neutro’ e ‘objectivo’ da ciência era supostamente mantido, mas organizado segundo uma grelha de referência ‘moral-histórica’ que fazia incidir os campos válidos de análise histórica com os temas de ‘exaltação da Nação’, ou pelo menos do seu não amesquinhamento. A este respeito não deixam dúvidas as próprias palavras do Presidente do Conselho: ‘[N]ão discutimos a pátria e a sua história (...)’ (*Discursos*, I, 303). A mesma ideia, pouco mais ou menos, viria a ser reproduzida entre os historiadores publicistas do regime: ‘A história nos fez – agora somos nós que a fazemos. Escrever a história, é buscar-nos, compreender-nos, definir-nos, sentir-nos solidários do imenso movimento que nos inclui e nos leva. Nada mais vivo, sem dúvida, visto ser aquilo que em nós é anterior a nós’ (Ameal 1940: x).

¹³⁰ Neste contexto, pretender-se-á tomar em consideração as manifestações ‘pedagógicas’ da transmissão escolar e académica do conhecimento do Passado como uma estratégia de socialização e de apropriação colectiva do lugar natural da ‘nação’ e do ‘território’, além da apresentação do ‘académico’ como uma função socialmente eficiente, longe portanto do estereótipo constantemente apresentado do ‘sábio desligado do mundo’ (cf. Capel 1981: 65).

São conhecidos diversos exemplos de modulação de factores políticos na difusão de várias teorias científicas. Um exemplo claro dessa modulação é a British Association for Advancement of Science (Morrell e Thackeray 1981). Esta foi uma instituição que, apesar da vocação científica evidente, possuía igualmente uma agenda propriamente política. A BAAS constituía, ao tempo da Revolução Industrial, um circuito ‘peripatético’ que cobria todas as grandes cidades industriais e dessa formulação geográfica teve origem a natureza e expressão, não só das redes interpessoais de produção, circulação e recepção do conhecimento, como a forma final do próprio produto científico. A topografia social dominante que está por trás deste tipo de organização das práticas científicas parece obedecer a um muito claro padrão de recrutamento social dos seus participantes: maioritariamente homens, ilustrados, oriundos de uma burguesia liberal, cujo tempo livre os tornou aptos a desenvolver quase como um *gentleman’s hobby* a ciência ‘de campo’ e as reuniões de apresentação dos trabalhos correspondentes (S. Rose *et al.* 1984: 12 e ss.; Russell 1983: 184). Para além do contributo propriamente científico é evidente que existe um programa fortemente moralista no tom e atitude, não só pelos temas preferidos como âmbito de estudo, quer pela organização ‘pedagógica’, quer dos trabalhos de exterior, quer das reuniões de associados – o suposto carácter ‘neutral’ e ‘objectivo’ de associação científica, simbolicamente plasmado na organização semicircular das ‘cadeira dos associados’ permitia, além do mais, a reunião de todas as classes sociais sob uma visão unificada da sociedade.¹³¹ Ao desenhar, no tecido social da época, as regras de produção e recepção de determinados trabalhos científicos, estes *gentlemen of science* propunham uma nova força reformista ao serviço da mobilidade social que o liberalismo e o individualismo contrapunham à estagnação da sociedade aristocrata dominante até o século anterior, inclusive (Morrell e Thackeray 1981: 11-12).

¹³¹ A ciência do século dezanove, mas especialmente o que se organiza em redor das instituições não académicas parece concordar num princípio comum de que o conhecimento é o instrumento privilegiado de ‘pedagogia social’. A instrução pública (e popular) não obedece apenas a princípios ‘caritativos’ de ‘normalização social’ (promover o livre acesso de todos os indivíduos à esfera do conhecimento e das suas competências) mas, também, e cremos que é a sua prioridade, em considerar que é pela ‘doutrinação’ científica das massas populares que se garante o suporte social das modificações políticas. No caso dos anarquistas essa posição é, de resto, bem explicitada: para Kropotkin, por exemplo (1893, 1910), a educação concorria seriamente com a militarização da sociedade como forma de arregimentação dos defensores da ordem social progressista (Breitbart 1981: 145).

Na geo-historiografia sarmentiana, que nos propomos levar a cabo, será neste contexto que obrigatoriamente teremos de referir a organização dessa peculiar associação de ‘homens bons’, que é a Sociedade Martins Sarmento.¹³² Embora todo o século dezanove português tenha sido pródigo em dar origem a estes tipos de sociedades recreativas e vagamente científicas – ou científicas e vagamente recreativas – de que a Sociedade dos Conhecimentos Úteis, com a sua revista *O Panorama*, é o paradigma, a Sociedade Martins Sarmento, apesar de possuir inúmeros elementos em comum com todas as outras, possui também algumas particularidades. O facto do seu epónimo ser igualmente o seu patrono não é das menores e fazem dela um caso de estudo extremamente interessante, no contexto de afirmação das esferas locais na organização do liberalismo ‘fontista’.¹³³ Tentaremos, no lugar respectivo, dar conta das questões que interligam a teoria sarmentiana do passado e o facto de a ela se associar este tipo de topografia social.

É igualmente possível detectar espaços de Ciência associados com certos ‘locais’ e com elementos mais radicais da estrutura social. Em Portugal, a topografia social da recepção do darwinismo demonstra, inequivocamente, que este esteve associado aos sectores mais republicanos da sociedade e que a sua gramática ‘naturalista’ e ‘evolucionista’ foi mesmo fixada no discurso político como elemento de argumentação retórica em favor da abolição da Monarquia.¹³⁴ E embora não tenhamos recuperado

¹³² É usual que a pretensão de ruptura paradigmática exercida no domínio da comunidade científica se expresse pela organização de um novo ‘aréopago’ de discussão dos seus conteúdos. Essa criação é por vezes feita “ex-nihilo”, com a intenção explícita de marcar a descontinuidade que pretende ser testemunha; porém, quando as ‘velhas’ instituições são dotadas de elevada inércia ‘cultural’ (emblemáticas de um período áureo da investigação ou associada a uma lógica ‘de disciplinamento do conhecimento’ que a torne incontornável), então é comum ver-se dirigir contra elas argumentos de especial ‘virulência epistemológica’: ver, por exemplo, a crítica de Fidelino de Figueiredo à Academia das Ciências do seu tempo (Figueiredo 1915; e cf. Ferrão 1923).

¹³³ Também Castilho, nos seus ‘Quadros’ (1839: I, 31) não deixava de fazer referência não só ao ‘amor da pátria que foi’ mas também ao ‘dó da pátria que é’, como causa primeira de se ter convencido a escrevê-los.

¹³⁴ Um exemplo claro da importância da topografia política e da geografia social do conhecimento científico pode ver-se no trabalho de Adrian Desmond, *The Politics of Evolution*, sobre a difusão da ideia de evolução pré-darwiniana (Desmond 1989). Desmond, quando se refere ao Lamarckismo, fala mesmo de uma ‘geografia social do debate’. Em Edimburgo a doutrina lamarckiana difundiu-se especialmente entre as classes operárias, laicas e socialistas, entre a classe médica emergente, grupos que claramente rejeitavam a autoridade feudal (Desmond 1989: 59 e 60). A mesma situação repetiu-se em Londres. Na grande cidade ‘the transformist, law-bound, deterministic science that was imported into Britain from Paris in the 1830’s spread like wildfire among those young doctors who,

elementos decisivos de que esta linha de fractura política fosse central na polémica científica que Adolfo Coelho manteve com Martins Sarmiento, ainda assim pensamos que alguns elementos circunstanciais dessa mesma polémica dão a entender que a questão estava implícita.

O que nos interessa, especialmente, neste contexto, é expor este género de ‘geografia política’ do conhecimento que normalmente não é tida em consideração, sob as roupagens abstractas e universalizantes das histórias da evolução das ideias científicas.¹³⁵ E quanto à dupla qualificação subentendida na expressão ‘geografia política’ queremos não apenas fazer menção das principais linhas de fractura política e social que estão por trás da diferente circulação e recepção das teorias científicas, mas também, e especialmente, mostrar que a organização política de uma região, de um país, assenta sobre realidades de diferencialidade espacial, entre as quais a oposição capital-província é uma delas, assim como o é, especificamente nas grandes cidades, as cinturas operárias, lugares privilegiados de circulação e recepção das teorias mais progressistas, quer as propriamente políticas, quer as científicas.

Os ‘sítios’ científicos, lugares físicos e sociais em que se procede a práticas científicas, reconhecidas como tal, podem ser considerados *locales* porque requerem um

marginalized within the medical establishment and outcasts [of the] gentlemanly science (...) mobilised (...) radical assaults (...) hierarchical social order bolstered by priestcraft, providence, and Paleyan natural theology’ (Livingstone 1995: 19). Foca-se a atenção justamente sobre a medicina pobre e marginal, das escolas públicas de anatomia, em que o Lamarckismo ganhou facilmente reputação. Neste caso a ciência médica era também um instrumento político, um modo de questionar o enorme ascendente que detinham algumas instituições poderosas, tais como, o Royal College of Surgeons e o equivalente dos Physicians. O Lamarckismo, detectável na sua marcha de difusão desde Paris até às cidades britânicas, configura uma verdadeira geografia social científica, no que implica de substituição do recrutamento social ao nível das instituições. Por outro lado, é impossível não reconhecer no conteúdo das proposições evolucionistas, uma afirmação concreta de um ‘optimismo’ triunfante que se opõe resolutamente à ‘melancolia romântica’ liberal e cujas origens podem ser reconhecidas já no materialismo progressista das últimas décadas do Iluminismo (Delâge 1985), mas que nos finais do século seguinte adquirirão um tom claramente providencialista: ‘A Idade do Ouro está para diante, a humanidade caminha sinceramente para o termo do seu destino sem jamais o atingir: (...) é preciso crer no dogma da perfectibilidade (Deusdado: 20-22)

¹³⁵ Veja-se, por exemplo, o caso de Teófilo Braga (1882), que afirma peremptoriamente que o conhecimento da história de Portugal não deve ser a última intenção do historiador, ainda que sirva os interesses do ‘sentimento pátrio’. Ao contrário a história de um país ou de um território serve apenas como demonstração ‘local’ das ‘leis gerais da história universal’ de que são uma expressão particular.

determinado tipo de co-presença. Como exemplos, podemos considerar as sociedades científicas, as universidades, laboratórios, museus, ‘web-sites’, e até o mundo do naturalista explorador, especialmente nas épocas históricas em que, como no ‘longo século dezanove europeu’, a dominação colonial do mundo não europeu constituiu uma das mais importantes expressões de afirmação da Ciência e da Política.¹³⁶ No contexto do nosso trabalho, não deixaremos de incidir a nossa atenção sobre os diversos tipos de ‘lugares de ciência’ que estruturam um programa de pesquisa científico e especificamente arqueológico como o de Martins Sarmento

O laboratório, lugar que ‘naturalmente’ corporiza um ‘sítio’ científico, com ressonâncias estéticas e deontológicas que se confundem com a própria concepção de Ciência, foi objecto de especial atenção por parte de Steven Shapin:

I want to know where experimental science was done. In what physical and social settings? Who was in attendance at the scenes in which experimental knowledge was produced and evaluated? How were they arranged in physical and social space? What are the conditions of access to these places, and how were transactions across their thresholds managed? (...) This essay offers reasons for systematically studying the venues of knowledge. I want to display the networks of connections between the physical and social setting of inquiry and the position of its products on the map of knowledge. I shall try to demonstrate how the siting of knowledge-making practices contributed toward a practical solution of epistemological problems. The physical and symbolic siting of experimental work was a way of bounding and disciplining the community of practitioners, it was a way of policing experimental discourse, and it was a way of publicly warranting that the knowledge produced in such places was reliable and authentic. That is to say, the place of experiment counted as a practical answer to the fundamental question: why ought one to give one's assent to experimental knowledge claims? [Shapin 1988: 373-4].

¹³⁶ Driver (1994b). É claro que nem todos estes *locales* possuem as mesmas características sociais-espaciais. Basta considerar a profunda diferença entre a ‘suspensão’ da realidade que existe num laboratório ou num ‘abaste’ com a exuberância do mundo do explorador-naturalista.

A análise de Shapin está repleta de usos geográficos literais e metafóricos, a que não é alheia a sua filiação teórica nas propostas sociológicas de autores como Goffman, Sennett, Giddens, que são igualmente as referências centrais do programa ‘forte’ de Edimburgo. De acordo com estas propostas, como já pudemos antever, existem limites física e socialmente inscritos no espaço, que determinam a natureza das relações sociais de um e outro lado da ‘fronteira’ do lugar autorizado de ‘produção de ciência’.¹³⁷

Esta constatação pode parecer a muitos ingénua ou desnecessária, ou por concordarem com ela intimamente, ou por considerarem que, ao contrário, a validade das propostas científicas não se compadece com lugares ‘privilegiados’ e ‘ostracizados’ de produção científica. Contudo, não é decerto por acaso que vemos Alexandre Herculano a escrever ao reitor da Universidade de Coimbra, a apresentar a sua *História de Portugal* e, tacitamente, a requerer um aval por parte do ‘lugar privilegiado de produção científica’, a uma obra escrita por alguém que a ela era inteiramente exterior.

Isto significa, essencialmente, que a produção do conhecimento científico é uma actividade eminentemente ‘espacial’. Mais a mais, o laboratório determina um tipo de conhecimento que se baseia em observações e testemunhos de algumas pessoas ‘geograficamente privilegiadas’. No limite, o laboratório – e todos os lugares genericamente comparáveis, como escavações, museus, universidades – não passa, porque com essa função foi construído, de um lugar em que é possível controlar a assertividade e o consenso com o mínimo de ‘ruído’ do mundo (Shapin 1988: 375).

Não basta afirmar, como o fez Vitorino Magalhães Godinho (1959), que, numa determinada época e sobre um determinado tema – a historiografia do século vinte sobre as Descobertas – tenha sido levada a cabo por não-universitários. É necessário compreender em que medida inúmeros casos de boa investigação, segundo um critério estritamente científico, são sistematicamente ignorados por terem origem ‘fora’ dos

¹³⁷ O laboratório consistia assim num novo lugar, um novo tipo de espaço que ‘had necessarily to be carved out of rearranged from existing domains of accepted public and private activity and existing stipulations about the proper use of spaces’. A análise de Shapin, incidindo sobre os casos específicos da ciência experimental levada a cabo nos laboratórios de Boyle, Hooke, ou da Royal Society, chegou à conclusão de que os ‘direitos’ espaciais eram objectivo de uma rigorosa regulamentação (cf. tb. Hacking 1984: 154 e ss.). Do ponto de vista social, e com traduções de ordem espacial, havia desde logo uma distinção entre os ‘técnicos’ e os ‘cientistas’. Os primeiros ‘had skill but lacked the qualifications to make knowledge...’ (Shapin 1988: 386).

limites exercidos pelo policiamento epistemológico a que se dão direito as instituições consagradas a esse efeito.

A ‘respeitabilidade científica’ atribuída a pessoas, elementos e produtos concretamente ‘situados’ num lugar e tempo específicos permite a universalização de pontos de vista originariamente locais, numa metamorfose cuja eficácia é tanto de origem propriamente científica, social e até ‘histórica’, uma vez que nem todas as fases da filosofia do Ocidente tomaram esta deriva universalista e indutiva que vem a caracterizar a Modernidade. Ainda que com as dúvidas legitimamente levantadas pelo ‘problema de Hume’, a que Popper daria consistência metodológica concreta no seio do seu ‘racionalismo científico crítico’, a verdade é que a história epistemológica da Modernidade parece consistir, fundamentalmente, numa atitude mental (e capacidade geopolítica) de dotar de universalidade os resultados científicos feridos de alteridade geográfica, antropológica e histórica – *i.e.*, aplicando ao mundo e à sociedade, resultados de experimentações feitas num determinado *lugar, sociedade e tempo*.¹³⁸

O processo ‘laboratorial’ de produção de conhecimento só se torna socialmente eficaz e completo, com a apresentação num lugar ‘público’ da sua operatividade, o momento da *persuasão*. Só quando ‘sai para a sociedade’ o processo iniciado no seio do espaço restrito do laboratório se torna completo e se pode considerar que se ‘produz conhecimento’. Assim, a construção do conhecimento científico está fundamentada na circulação entre o ‘espaço privado’ da sua definição e o ‘espaço público’ da sua difusão. Porém, quando a experiência laboratorial chega ao momento de ser apresentada em público já foi sujeita ao apuramento necessário para apresentar um único tipo de resposta, de modo a não correr o risco de mostrar em público a eventual ‘má vontade’ da Natureza, em seguir os ditames da experimentação (Shapin 1988: 399).

¹³⁸ Esta descrição de Shapin assemelha-se ao que Giddens chama de mecanismos de ‘desinserção’ [*disembedding*] próprios da Modernidade. Por esse termo Giddens quer significar a desimplantação [*lifting out*] das ‘social relations from local contexts of interaction and their restructuring across indefinite spans of time-space’ (Giddens 1990: 21 Giddens 1990: 29). Esta ‘desinserção’, se é evidente na produção científica de hoje, não o era, porém, menos nos laboratórios do século dezassete. Em ambos os casos se fundamentavam naquilo a que Giddens chama ‘confiança’ [*trust*] que detinham algumas pessoas ‘geograficamente privilegiadas’, ausentes enquanto dentro do laboratório do espaço-tempo das pessoas comuns.

Mais uma vez, um partidário da História da Ciência em moldes tradicionais poderia questionar qual a relevância dos mecanismos sociais de persuasão e validação do conhecimento científico face às garantias ‘técnicas’ da sua apresentação sob a forma de relações instrumentais precisas.

Uma passagem apenas circunstancial da vida científica de Martins Sarmento permitiria, porém, mostrar como a qualidade ‘técnica’ do conhecimento científico tem obrigatoriamente de contar com as esferas interpretativas e até geopolíticas da desinserção local desse mesmo conhecimento. Trata-se da interpretação veiculada por Hübner, na sua Alemanha natal, de que as habitações de Briteiros eram constituídas por casas em ‘tronco de cone’ e mais ainda constituídas por duas partes distintas, uma base mais larga sobre a qual se erguia o corpo mais estreito das paredes. Ora, esta ‘visão’ que Hübner detinha sobre Briteiros era ‘tecnicamente’ correcta, pois havia tido origem numa fotografia das muitas que Martins Sarmento, decerto um pioneiro desta técnica de ‘arqueografia’ na história da Arqueologia em Portugal, havia enviado a várias publicações, como ilustração de um texto de apresentação dos resultados das suas escavações. E contudo, nenhuma das duas interpretações de Hübner correspondia à realidade ‘local’ de Briteiros, pela simples razão de que a fotografia colapsava em perspectiva duas habitações, dando assim a ilusão visual de ser apenas uma! A questão que levantaria um historiador de ciência com sentido de humor é o de saber até que ponto a ‘realidade’ divulgada por Hübner não teria tido muito mais incidência nas diversas sínteses sobre *Kulturen* que se foram fazendo pela Alemanha do que a simples e verdadeira realidade que só Sarmento conhecia e não podia com autoridade divulgar nas mesmas condições de ‘visibilidade’ geopolítica do seu amigo alemão.

As sociedades científicas podem igualmente ser objecto de uma análise geográfica. Devemos, sobretudo, ter em conta que elas são um lugar privilegiado para detectar o carácter ‘estatutário’ do recrutamento, isto é, uma configuração social específica, e as mais das vezes *explícita*.¹³⁹

Trata-se sobretudo de lugares em que as regras de ‘demarcação’ são muito evidentes e explicitados. O seu carácter de ‘sociedade’, de *club*, parte justamente dessa intenção

¹³⁹ Não é inoportuno fazer lembrar a identidade semântica de *status* e estatutos.

de evidenciar a diferença entre ‘nós’ e os ‘outros’, criando espaços de inclusão e exclusão nitidamente inscritos na geografia social. Fundamentalmente, as sociedades são um instrumento de ‘controlo de acesso’ [*gate-keeping*] (Shapin 1983: 155).

O exemplo da Geological Society of London pode fornecer-nos algumas pistas interessantes. O recrutamento dos elementos desta associação parece ter como base um rigoroso perfil social, a que se chamou de ‘gentleman code’. A fundação da sociedade incluía como elemento constitutivo determinante o de poder providenciar um ‘gentleman's geological dining club to other informal groups of London men of science’ (Rudwick 1985: 20). O contexto ideológico e político é evidente. O ‘amadorismo’ do recrutamento fica, por exemplo, garantido pelo preço elevado das refeições, de modo a garantir que os técnicos dos serviços geológicos ali não tenham entrada. Por outro lado, a organização do espaço, recriando o espaço da Câmara dos Comuns, visava traduzir o mesmo espírito ‘democrático’ de confrontação das opiniões científicas. O mesmo se passaria no Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas de Lisboa, onde se procedeu à ‘votação’ sobre a identidade dos vestígios ósseos da Serra da Furninha. A sociedade do século dezanove, liberal e democrática parlamentar, atribui um sentido essencializado ao voto, à contribuição individual, e à representatividade da ‘maioria’ em todos os domínios, até no da Ciência.

Um aspecto muito especificamente ‘geográfico’ pode também detectar-se no recrutamento da Geological Society of London: a área da residência, que se caracterizava pela possibilidade de caminharem a pé até ao clube. Deste modo, reforçava-se espacialmente a proximidade social, de modo a garantir a ‘intellectual congeniality and institutional co-presence’. Neste caso, numa instituição que indubitavelmente produziu conhecimento científico reconhecido, a produção de ciência resultava de um sancionamento social e de uma vizinhança espacial.

Algo que se assemelha muito distintamente ao programa estatutário da Academia Portuguesa de História, fundada sob a égide do Estado Novo e da afirmação ‘historicista’ do nacionalismo, cujo recrutamento obrigava serem os seus sócios moradores em Lisboa. Se pensarmos que o essencial da produção histórica da Associação sempre privilegiou o carácter ‘nacional’ das instituições – mesmo das pré-históricas – já se pode entrever o tipo de poder mutuamente constitutivo entre as

diversas escalas geográficas no que diz respeito à ordem ‘prática’ de produção do conhecimento científico.¹⁴⁰

A organização espacial dos lugares de produção científica não se resume aos exemplos ilustrativos apresentados, emblemáticos de práticas que ocorrem em muitos outros lugares similares. Os trabalhos de Bruno Latour incidem especificamente sobre esta problemática. Latour dá o nome de ‘centros de controlo’ aos lugares que controlam à *distância* os programas de pesquisa científica.¹⁴¹ Um exemplo do próprio Latour são as viagens de La Pérouse e os objectivos cartográficos que lhe subjazem. A uma primeira vista a cartografia de La Pérouse pareceria apenas uma maneira de como uma ‘(...) “implicit” geography of the natives is made “explicit” by the geographers; the “local knowledge” of the savage becomes the “universal” knowledge of the cartographers’ (Latour 1987: 216). Para Latour trata-se, porém, de algo mais; aquilo a que se assiste é a uma ‘mobilização de mundos’:

Through natural history museums, botanical and zoological gardens, statistical offices, and so on, the domination of distant local ethnoknowledges is effected just as efficiently as the way ‘the cartographer dominates the world that dominated La Pérouse’ [Latour 1987: 224].

Para Latour, a ‘cientificização’ do mundo não poderia levar-se a cabo sem a sua ‘maquetização’ espacial. Num certo sentido, não pode falar-se que tenha existido a Botânica enquanto não se construíram os ‘jardins botânicos’ do Rei. São estes ‘centros de controlo’ que permitem administrar localmente a pluralidade de outros

¹⁴⁰ Não pretendemos afirmar, longe disso, que, porque a historiografia da Ditadura privilegiasse alguns tipos genéricos de narrativa histórica de timbre nacionalista, não tenha a História-ciência desenvolvido alguns dos campos de investigação com argúcia e imparcialidade epistemológica. No caso premente de Martins Sarmiento, e da sua ‘desassombrada’ tese etnogénica, veja-se, por exemplo, o lúcido comentário de Vergílio Correia (1933, republ. 1934), um dos que mais bem distingue o que de verdadeiramente inovador Martins Sarmiento trouxe à historiografia portuguesa.

¹⁴¹ O nome de ‘centro de controlo’ remete para a imagem tipificada de representação dos centros de terra das ‘viagens espaciais’. A vantagem retórica desta representação é a de nos informar de que o facto de se encontrar ‘à distância’ não impede que se produza um controlo efectivo sobre todas as fases do processo técnico a que diz respeito; de facto, qualquer resultado de um produto científico exige um controle minucioso e directo sobre a ‘especialidade’ da sua produção (Fife e Law 1998).

conhecimentos ‘locais’ que se vão recolhendo. Os conhecimentos científicos não correspondem, assim, a verdades universais mas apenas à universalização da verdade.

O encontro de La Pérouse com o Extremo Oriente, isto é, das práticas de recolha imperialista da ciência moderna em lugares distantes ‘(...) it is not the local knowledge of the Chinese [opposed] to the universal knowledge of the European, but only two local knowledges, one of them having the shape of a network, transporting back and forth immutable mobiles at a distance’ (Latour 1987: 229).¹⁴²

Em conclusão, deseja-se uma reformulação (‘pós-moderna’?) do conceito de espaço, que possa dar conta dos fenómenos sociais-científicos a várias escalas. A determinação da escala apropriada de reconhecimento do carácter ‘fixado’ da produção científica parece ser mesmo o ponto mais importante dessa reformulação. Só a sobreposição das escalas presentes num determinado ‘sítio’ científico permitirá reconhecer todos os fenómenos sociais que são relevantes na produção de conhecimento. Ao contrário do que a tradição estritamente ‘geográfica’ da Modernidade consagrou (com origem na ciência geográfica dos gregos), o espaço é fundamentalmente *opaco*. O espaço tem de ser considerado, de acordo com a expressão de Thrift, como ‘reservas de conhecimento’, disponíveis a diversas e multiformes modos de curiosidade e científica. E também de responsabilidade; a simples consideração das questões de ‘género’ traz para a interpretação do espaço a metade da humanidade, a *feminina* (para além de outras minorias ‘realmente’ minoritárias) que não estava presente, por exemplo, no ‘gentlemen code’ de produção científica do início do século dezanove.

Depois das considerações anteriores estamos agora em condições de apresentar os contornos de uma Geografia Cultural da História da Arqueologia e, especificamente, da

¹⁴² Tal como Latour, George Basalla também incidiu a sua atenção no carácter de ‘mobilidade’ da Ciência da Modernidade, isto é na capacidade de reprodução ‘maquetizada’ do mundo do imperialismo. O trabalho de Basalla tem vindo a ser progressivamente enriquecido através de reavaliações e reelaborações que põem em destaque o carácter de reciprocidade das relações científicas imperiais. Em todos estes exemplos, contudo, o carácter ‘geográfico’ do circuito de circulação é destacado. E de entre todos, o mais evidente talvez seja o ‘arquivo vitoriano’ que ‘appears as a prototype for a global system of domination through circulation, an apparatus for controlling territory by producing, distributing, and consuming information about it’ (Richards 1993: 17).

historiografia da tradição de investigação de Martins Sarmiento. É relativamente comum a expressão de uma ‘História da Arqueologia’, já o sendo menos a de uma ‘Geografia Histórica da Arqueologia’. É neste espaço intersticial comum às duas disciplinas, a Geografia e a Arqueologia, que pretendemos estabelecer os contornos dominantes do nosso trabalho. Não são abundantes os exemplos da incorporação de uma ‘inflexão geográfica’ nos estudos da História da Arqueologia, pelo menos de modo a considerar os efeitos propriamente constitutivos dos lugares e do espaço na produção científica. Por isso, a nossa proposta é contribuir para uma tradição de investigação que já tem tempo em outros campos da História. Pela própria natureza da abordagem a que nos propomos não é de esperar da nossa parte a criação de ‘paisagens muradas’ na concepção da historiografia da arqueologia portuguesa e especificamente da ‘cultura castreja’. Creio mesmo que os exemplos que se fundamentam em inclusões e exclusões desse género estão afinal a incorporar-se do poder constitutivo, social e político, do seu ‘lugar disciplinar’.

A historiografia da Arqueologia tem, desde logo, uma tendência para ser construída dentro de fronteiras nacionais que podem, em muitos casos, criar uma artificialização sociológica da análise da investigação. Os próprios manuais de divulgação seguem esta tendência. É quase desnecessário sublinhar como este tipo de restrições ‘nacionais’ e ‘regionais’ abundam na Historiografia. Estas abordagens têm ainda um efeito complementar de distorção da análise histórica. São apresentadas de um modo *essencialista*, determinando como válidas apenas algumas formulações do estudo arqueológico do passado, e *presentista*, narrando a sua concatenação como se se tratasse de uma *desenvolção* de um projecto articulado evolucionista. Porém, o modo como de facto o espaço regional ou nacional, do ponto de vista político e social, interfere com a produção científica, esse, na maioria dos casos, fica por examinar.

Uma Historiografia que se assuma profundamente ‘geográfica’ terá necessariamente de ser diferente, passando mesmo por abandonar os pressupostos normativos da história teleológica, para fixar a atenção nos elementos mais ‘localizados’ e contingentes que dão forma a uma prática científica contextualizada, a partir do escrutínio do modo como as teorias e hipóteses científicas, as representações do Passado e as escolas de pensamento partilhado detêm um contexto intelectual, uma difusão espacial e um

estacionamento físico concretos. As teorias são sempre feitas por *alguém* e em *algum lugar* e não se podem compreender inteiramente fora desse contexto de autorização e localização.

Trata-se, fundamentalmente, de evitar a criação de ‘sinédoques excessivas’ que pretendem, a partir de um pequeno (ou grande) número de exemplos locais, inferir a essência de um ‘povo’ ou de uma ‘região’. Aplicamos também à realidade arqueológica o que Geertz afirmou para no domínio da Antropologia:

The notion that one can find the essence of national societies, civilizations, great religions or whatever summed up and simplified in so-called ‘typical’ small towns and villages is palpable non-sense [Geertz 1973: 22].

Em toda a historiografia de Martins Sarmiento, e, de um modo geral, no programa de investigação da ‘cultura castreja’, é possível detectar várias expressões deste tipo de sinédoque excessiva: desde logo, o poder fixador de Briteiros e Sabroso em Martins Sarmiento mas, também, a ‘genealogia’ de Teodósio, duque de Bragança, a formulação ‘linguística’ de Leite de Vasconcelos ou o ‘desvario antro-po-sociológico’ de Mendes Correia, para apenas citar os primeiros tempos do programa referido, alguns dos quais não puderam resistir à usura do tempo epistemológico. A ‘Lusitânia’ de Martins Sarmiento, em termos de uma ‘filiação’ geo-historiográfica em Portugal, pode considerar-se como uma etapa intermédia entre a atribuição ‘genealogista’ própria de uma historiografia dos ‘grandes senhores’, dentro da qual representa uma ‘classe’, e uma ‘republicana’, no sentido romano do termo, em que pertence já a uma geografia determinada (cf. os mapas da figura seguinte). Uma história do conhecimento arqueológico, como a que queremos contribuir com este trabalho, deve, como princípio, rejeitar qualquer tentação presentista e essencialista.

A historiografia da ‘cultura castreja’ é pródiga, como qualquer outra tradição de historiografia, em processos de ‘controlo de acesso’ [*gate-keeping*]. A definição do seu território teórico (e até mesmo cartográfico) é tão pouco inocente como a ‘nominação’ de que Carter fala, no contexto da colonização (linguística) da *terra Australis incognita*.¹⁴³

¹⁴³ O papel da Geografia como ciência especialmente vocacionada com a relação colonial não se extingue nas viagens de Cook aos mares do sul, nem à descoberta da Austrália. Contudo, este é de facto um campo especialmente

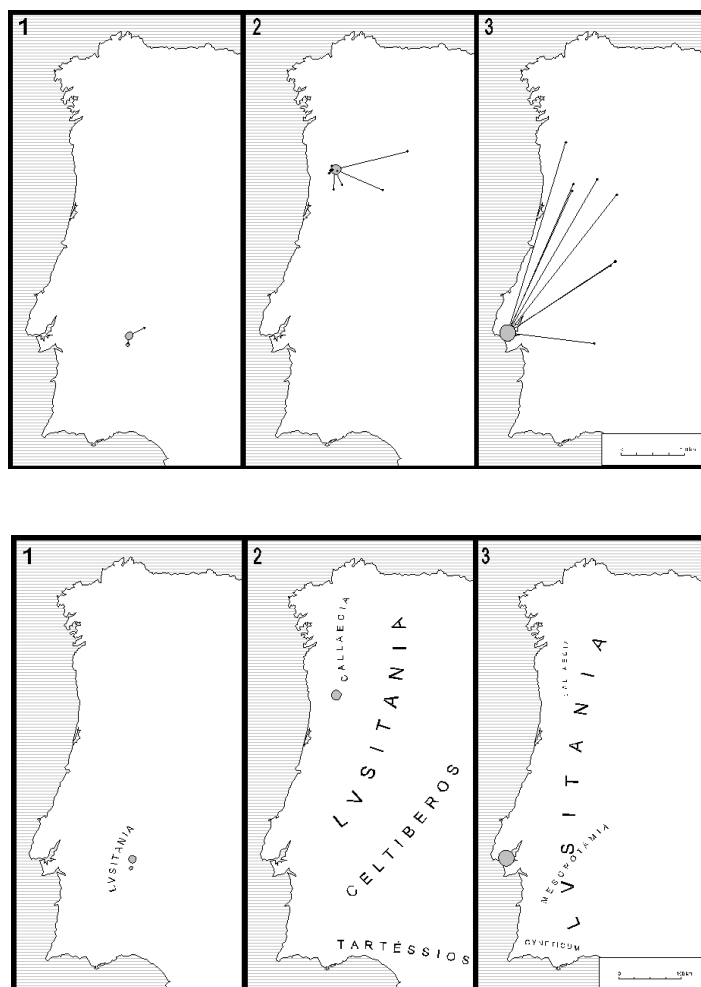


Figura 2 – ‘Lusitânia’ como construção geo-históricográfica

Lugar de musealização das epígrafes dedicadas a divindades indígenas e evolução do ‘sentido de lugar’ e da geo-históricografia do programa de investigação da Lusitânia proto-histórica: 1) Séc. XVI: Igrejas da Boa-Nova (Terena) e do Convento dos Agostinhos (Vila Viçosa); 2) 1880: Museu da Sociedade Martins Sarmento; 3) 1905: Museu Etnológico Português. Fonte: Pimenta 2004. Servimo-nos destes mapas de modo a servir de ilustração do poder estruturante do lugar da prática científica na esfera metaparadigmática das teorias etnogénicas do Passado: a cada ordem ‘espacial’ de acumulação de vestígios materiais (Teodósio de Bragança, Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos) corresponde uma diferente concepção ‘geográfica’ da Lusitânia.

Também a ‘cultura castreja’ é um processo histórico longo de ‘nominação’ arqueológica, uma *terra incognita*, neste caso o noroeste da Península Ibérica ao longo do primeiro milénio a.C.. A tradição de investigação da ‘cultura castreja’ poderia, assim, ser considerada como um processo secular de ‘nominação’ de teorias e conceitos

apto a compreender-se como a organização latouriana do centro de comando de Greenwich não pode ser desligado da institucionalização disciplinar (e progressivamente académica) de uma disciplina do ‘espaço’ a que viriam a associar-se, com toda ‘a naturalidade’, uma ciência da ‘cultura’, a Etnologia e a Antropologia, e uma que as fundisse às duas, a Arqueologia (cf. Goetzmann 1986: 44 e ss.).

que são, num determinado espaço-tempo, postos, para usar as palavras de Carter, ‘into cultural circulation’. Deste modo, os nomes de uma Historiografia como a que defendemos não seriam apenas os usuais, Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos, Alves Pereira, Ricardo Severo, Mendes Correia, Rui de Serpa Pinto, etc., mas, também, os que são incontornáveis na compreensão do espaço-tempo em que aqueles arqueólogos trabalharam, como, por exemplo, entre muitos, Alexandre Herculano, Consiglieri Pedroso ou Fidelino de Figueiredo, no caso da Historiografia em Portugal, ou Darwin, Spengler, ou Bergson, na Filosofia da Natureza e da História, além dos esperados Lubbock, Montelius, Kossinna ou Childe no campo do Pensamento Arqueológico internacional.

Não é nossa intenção menosprezar a historiografia que se faz de carácter marcadamente intra-disciplinar. Temos, de resto, a consciência clara de que não é possível fazer História, ou mais propriamente, neste caso, Geografia Histórica, sem que se proceda à construção de um ‘povoado’ no território da teoria. Mas a questão central é que os povoados teóricos podem ser ou não ‘fortificados’, podem constituir ou não ‘paisagens muradas’. E tal como o objecto material que aqui nos serve de metáfora, o *castro*, foi durante muito tempo exclusivamente apresentado como inacessível, vindo depois a constatar-se que muitos dos seus exemplares desciam suavemente até aos vales ou mesmo até às praias, também a Historiografia que aqui se pretende levar a cabo se espera que seja disponível, dialogante e multiforme.¹⁴⁴

Uma historiografia deste género exige a identificação de ‘momentos nucleares’ da teoria, que são naturalmente diferentes em cada tempo-espaço específico mas que se pretende não detenham uma relação ‘totalitária’ com as restantes instâncias de caracterização do objecto de interpretação. A preocupação de não assumirmos uma continuidade essencializada e presentista entre as várias épocas de um determinado programa científico está presente no nosso trabalho. Se a Geografia é sempre uma

¹⁴⁴ Como já o afirmámos noutra lugar, ‘temos a profunda convicção de que embora, a maior parte das abordagens epistemológicas da história se preocupe fundamentalmente com o *viés* ideológico do presente no estudo do passado, a sua recíproca parece-nos ser, apesar de tudo, mais preocupante. É preciso deveras cuidado no modo como tratamos os nossos ancestrais: do bem ou do mal que lhes fizemos, sairá a justa medida do bem e do mal que poderemos fazer a nós próprios’ (Pimenta 1996: 122).

exploração, a Geografia Histórica é, para usar mais uma vez as palavras de Said, uma *expedição à História*. E deve sê-lo, porque só quando as teorias estão impregnadas da sua própria história, e são marcadas pelos momentos decisivos da sua evolução, quando as afirmações que fazemos são postas à prova pela realidade vívida dos factos históricos contingentes e particulares, das biografias e dos momentos psicológicos, conscientes ou inconscientes, do desejo, só então nos podemos libertar de dois extremos igualmente perniciosos: o dogmatismo totalitariamente egocêntrico e o cepticismo falsamente modesto.

II – O passado do Lugar

O mundo ariano que a migração ‘atlante’ havia derramado pelo Ocidente da Europa viria, segundo Martins Sarmiento, a ser conhecido no Mediterrâneo oriental por ter sido com este povo que os Tírios haviam contactado, no lançamento das rotas atlânticas do mercado do estanho, metal necessário à indústria do bronze, e cujo comércio estes povos ocidentais dominariam:

Sobre este mundo misterioso, que as ciências arqueológicas forcejam ressuscitar, poderiam lançar uma viva luz os documentos fenícios. É sem dúvida alguma com estas mesmas populações pré-célticas, e dominantes na vasta zona dos dólmens, que do século XII em diante começam a lidar os tírios no seu comércio com o país do estanho e do âmbar. Infelizmente este povo é o menos comunicativo da terra, e a sua reserva parece obedecer além disso a um cálculo de mercador, que lucra em envolver no maior mistério a fonte de riquezas incalculáveis que quer monopolizar. Afora o documento do século VI [a *Ora maritima*], que um verdadeiro milagre nos salvou, as informações sobre o Ocidente que devemos aos fenícios, andam dispersas e desfiguradas pelos mitógrafos e outros escritores antigos, sendo ainda um *desideratum* o destrinço e a colecção destes materiais, feito com a crítica severa que eles estão exigindo. Para alguns investigadores, por exemplo, Albion e Dercynus, filhos de Neptuno, Ligus e Bergion, adversários de Hércules, nada mais são que os insulares do mar do norte e outros povos do noroeste da Europa, que receberam pouco amigavelmente a primeira visita dos filhos de Melkart. [Sarmiento 1880a: 51-2]

Os Argonautas (1887) são um dos elementos mais importantes da obra de Martins Sarmiento, e certamente o mais extenso. Neste trabalho, o autor propõe aquela que será a mais arrojada de todas as suas hipóteses, diríamos mesmo proposições científicas, uma vez que, do seu ponto de vista, são inúmeras as demonstrações que a justificam e provam como válida – referimo-nos à sua interpretação das narrativas épicas dos Gregos como testemunhos de uma geografia fenícia que daria conta da ‘primeira viagem’ dos Tírios ao norte da Europa, por volta do século doze. Neste contexto, Martins Sarmiento irá propor uma análise de conteúdo dos textos que se referem a várias lendas gregas, de modo a identificar os elementos recorrentes que permitam afirmar que são todas elas,

afinal, versões de uma única narrativa. Da importância no contexto da sua obra, tem-se plena consciência, quer pela profundidade da análise, quer pela extensão do texto; cremos mesmo que o próprio autor a quis significativamente afirmar dessa maneira, quando a dedica à ‘Sociedade Martins Sarmiento, especialmente aos seus sócios fundadores’. É a obra que, de certo modo, ‘cumpre’ a historiografia de Martins Sarmiento, a vários níveis, e de que é ao mesmo tempo remate e símbolo. A evidente consciência que o autor detém do carácter ‘desassombrado’ de uma tal proposição é bem expressa na ‘geografia retórica’ de oposição que o autor faz gravar no frontispício da obra: ‘*Os Argonautas – Subsídios para a História do Ocidente*’.

Pela sua data, *Os Argonautas* intercalam-se entre as duas versões do estudo do autor sobre a *Ora marítima* de Avieno (1880 e 1896). As diferenças entre elas explicam-se justamente pela evolução paradigmática que o estudo das lendas gregas irá introduzir no espírito do autor. Na primeira versão da *Ora marítima*, ainda o conjunto de referências, sobretudo de toponímia sacra do Ocidente, era atribuído à colonização fenícia; na obra de 1896, já são consideradas como fazendo parte de um sistema mitológico anterior, ‘ligúrico’, que os Fenícios haviam encontrado já organizado no Ocidente, e de que teriam sido apenas vulgarizadores. A evolução paradigmática corresponde justamente na identificação de uma ‘voz’ narrativa fenícia que transmite um mundo económico e ideológico ligúrico, que lhe é inteiramente alheio. É um movimento no sentido da total ‘arianização’ da geografia antiga, a expensas de uma eventual filiação semita que ainda chegou a habitar parcelarmente a obra de Martins Sarmiento.

Do ponto de vista da geo-historiografia de Martins Sarmiento, esta é a obra que mais concorre aos elementos que a constituem; porque é a que mais directamente afronta a geo-historiografia sua contemporânea, nomeadamente o filo-helenismo alemão, porque é a que inclui o Entre-Douro-e-Minho no passado mais ‘respeitável’ e, finalmente, porque, no contexto da psicologia da pesquisa, a que fecha o círculo da biografia do próprio Martins Sarmiento, autor que, se por um lado fora dos primeiros a expulsar os ‘Gregos’ do passado e História de Portugal, lugares para que tinham sido trazidos pela tradição ‘humanista’ e continuada pelos académicos que se seguiram, será agora quem

de novo resgata a sua presença nos tempos da Idade do Bronze.¹⁴⁵ Com *Os Argonautas*, e a biunivocidade de interpretação de Martins Sarmiento, o Ocidente servirá de cenário às aventuras dos companheiros de Jasão, além de que, e talvez mais importante, porque se exprime na deriva do desejo inconsciente, quando olhamos com atenção para o cenário que o autor nos descreve, vemos que Portugal é afinal uma ‘geografia imaginária micénica’!

II. 1. A leitura intertextual d’Os Argonautas

Os Argonautas de Martins Sarmiento serão o pretexto (no sentido literal de ‘pré-texto’) a partir do qual não só designaremos os elementos constituintes da sua teoria etnogénica do Passado, como interpretaremos o modo como esses elementos são especialmente convocados no presente.

As razões de preferência desta obra (e não de outra das que pertencem à bibliografia científica de Martins Sarmiento – e que contêm títulos tão importantes quanto *Os Lusitanos* [1880], *Lusitanos, Lígures e Celtas* [1891-1894], as duas referidas versões do estudo crítico da *Ora marítima*, etc.) prendem-se com alguns atributos que apenas ela possui, e sem as quais ficaria incompletamente caracterizada a análise geo-historiográfica deste investigador. Antes, fomos já referindo algumas delas, porém, gostaríamos, neste momento de as sistematizar de modo a não restarem dúvidas da necessidade de consignar a’*Os Argonautas* o privilégio de ‘obra primaríssima’ da hermenêutica sarmentiana.

Os Argonautas de Martins Sarmiento são, em muitas dimensões, uma obra *sui generis*, mas desta designação recolhemos nós, não apenas o sentido comum de ‘originalidade’ mas também o conceito associado de ‘autoria’. De facto, nenhuma obra de Martins Sarmiento possui, como esta, um carácter ‘estilístico’ tão acentuado, *i.e.*,

¹⁴⁵ As versões materialistas da história da Ciência tendem a deprimir o alcance que os universos culturais de representação possam ter na organização do produto científico final. E, contudo, existem elementos suficientes associados a este campo do saber que permitem aferir do poder efectivo da esfera cultural na organização individual da relação com o objecto de estudo. Veja-se em Crone (1970: 19 e ss.), por exemplo, como as diferenças entre dois indivíduos contemporâneos, como são Humboldt e Ritter, são de tal modo abissais, e tendo origem na organização propriamente ideológica da respectiva psicologia de pesquisa, que mais parecem pertencer ‘a dois mundos inteiramente diferentes’.

nenhuma nos parece ‘inscrever’ em texto tão perfeitamente a inefabilidade existencial que é afinal a identidade do seu próprio autor. E fá-lo, como veremos, por ‘concreção’ de características elementares que existem singularmente em muitas das suas outras obras, mas que em nenhuma outra, como nesta, convivem em tão grande número e extensão. Pela ‘quantidade’ de elementos discerníveis e pela ‘qualidade’ com que estes se expressam, esta é, de facto, a ‘obra’ de Martins Sarmiento.

Alguns níveis complementares de caracterização extensa e intensa desta obra nos permitirão justificar as razões por que escolhemos *Os Argonautas* como *ur-text* da obra sarmentiana. Não queremos dizer que a nossa escolha fosse a única possível; naturalmente ela obedece aos propósitos da nossa própria análise, e se esta fosse de outra natureza, necessariamente ‘requereria’ provavelmente outro texto ‘inicial’. Mas também não pensamos que esta escolha possa ser arbitrária: de facto, embora a obra de Martins Sarmiento seja extensa e nela se incluam inúmeros textos que versam o tema da etnogénesis da Lusitânia ‘primitiva’, nem todos adquirem a profundidade conceptual, a extensão documentada e a apresentação desassombrada de propostas interpretativas que existe na obra por nós escolhida. Outras, porém, poderiam ombrear com esta, e providenciar igualmente um campo de análise rico e fecundo: desde logo os estudos sobre a *Ora marítima*, especialmente a versão de 1896, que, de resto, reproduz em muitas passagens as ideias dominantes d’*Os Argonautas*, ou esse extraordinário libelo de polémica científica que são os ‘Lusitanos, Lígures e Celtas’. Neste último, como em nenhum outro, temos acesso à real ‘geografia’ de recepção das teorias históricas no terceiro quartel do século dezanove, assim como das regras tácitas de aceitação individual na estrutura ‘citacional’ académica a nível nacional.

Em todo o caso, repetimos, nenhuma obra individualmente considerada contém em tão grande número e em modo fenomenologicamente tão intenso a presença dos elementos essenciais que configuram o ‘paradigma’ sarmentiano do passado, nesta expressão incluindo não apenas os elementos propriamente ‘científicos’, *i.e.*, enunciados no contexto explícito da organização das ciências históricas de então, mas igualmente, o pano de fundo em que afloram e se distinguem as influências concretas da sociologia de pesquisa e do universo plenamente psicológico do autor. Vejamos, pois, quais os elementos que iremos destacar neste verdadeiro *ur-text* da obra sarmentiana, e

em que sentido, a partir dele mesmo, ele desenvolve relações conceituais e citacionais com os restantes elementos da sua obra.

Em primeiro lugar, *Os Argonautas* são uma das mais ‘cartográficas’ obras do autor. Este não deveria ser um elemento justificativo em si próprio para a atribuição de um ‘locus’ inicial a uma obra particular no contexto da obra global, mas admitir-se-á que a um geógrafo de formação esta especial incidência por parte do autor numa hermenêutica de ‘restituição’ da geografia antiga, possa ter aparecido como um elemento de enorme poder apelativo. Esta ‘imaginação cartográfica’ não existe apenas n’*Os Argonautas*. De facto, os estudos críticos da *Ora maritima* são, eles também, duas fases de um intenso escrutínio da geografia antiga de ‘Ophiussa’, e não desmereceriam em poder de restituição quando comparados com a obra d’*Os Argonautas*. E mesmo em outros artigos do autor não é impossível reconhecer a influência do ‘mapa do passado’ na organização das narrativas científicas sobre a etnogénese da Lusitânia.

Porém, *Os Argonautas* contêm, para além de todos os traços em comum com os outros textos, uma particularidade interpretativa que não é de somenos importância e que só por si poderia bem justificar a sua escolha como fonte ‘primaríssima’ da nossa análise. É que, ao contrário da *Ora maritima*, as fontes escolhidas por Martins Sarmiento no sentido de proceder à restituição geográfica, são convocadas numa rede muito mais apertada e fazendo referência a uma genealogia de investigação muito mais imbricada do que a do poema de Avieno.

A *Ora maritima* é uma obra singular, e embora contasse já com uma tradição hermenêutica no tempo de Martins Sarmiento, o lugar da polémica era relativo e a escala da sua restituição relativamente localizada. Os seus intérpretes coincidiam em grande parte da restituição e, tomado no todo, não ultrapassava os limites ocidentais da Europa; ao contrário, a restituição operada por Martins Sarmiento no contexto da restituição da geografia ‘argonáutica’ implica uma ‘convocação’ substancialmente mais importante de elementos e pessoas do que aquela.

A geografia ‘argonáutica’ de Martins Sarmiento estende o seu poder de convocação às mais antigas fontes históricas da Europa, insere-as numa das tradições antiquaristas mais importantes do tempo do autor – a restituição fidedigna do ‘cenário homérico’ – e exige como ‘fundo de mapa’ toda a Europa e, ainda, as regiões adjacentes da Ásia e da

África. A restituição geográfica d'*Os Argonautas* será, em Martins Sarmiento, a versão cartográfica da narrativa inteira da Antiguidade.

Em segundo lugar, não podemos deixar de referir o 'poder de convocação' da obra d'*Os Argonautas*. Já fizemos referência à extensão 'cartográfica' da sua restituição histórica; o seu 'poder de convocação', porém, não se esgota aí. A obra *Os Argonautas* de Martins Sarmiento exhibe uma estrutura que revela bem especificamente os 'níveis' diversos de sobreposição conceptual, geográfica e histórica que determinam a sua função estilística no contexto da obra do autor.

Os primeiros capítulos são principalmente 'hermenêuticos', e neles o investigador pretende não apenas preencher o 'fundo de mapa' da Europa com as narrativas das 'lendas gregas', que considera pertinentes para a compreensão 'positiva' do passado – e é com este intuito que reproduz, com uma enorme minúcia e riqueza de pormenores, as lendas relativas às aventuras de Jasão, Ulisses e Hércules –, como também isolar os elementos de 'crispação hermenêutica' mais significativos que lhe permitirão sustentar a contradição interna da estrutura e ordem narrativa daquelas diversas efabulações. Este propósito, atinge-o o autor de duas maneiras diversas mas complementares: pela 'redução ao absurdo' das séries internas de contradições em cada narrativa e pela comparação 'cruzada' entre narrativas diferentes que, considera serem afinal versões diferentes de uma mesma viagem concreta. Ao sobrepor as muitas versões presentes (mas mais especialmente três, os Trabalhos de Hércules, as Deambulações de Ulisses e, centralmente, a viagem dos Argonautas), Martins Sarmiento fará uso de uma estratégia hermenêutica muito particular: usará os elementos de contradição propriamente 'interna' de cada uma das narrativas como sendo equivalentes 'directos' do mesmo passo narrativo das outras lendas com que se confronta.

Os capítulos finais excedem largamente esta preocupação hermenêutica inicial e servirão para o autor enunciar a sua própria tese etnogénica da Lusitânia primitiva (e, a uma escala mais abrangente, de toda a Europa): é a este nível que a qualidade 'genérica' ou estilística da sua obra adquire mais proficiência e faz da obra d'*Os Argonautas* uma especialmente natural candidata ao estatuto de *ur-text*.

Nos capítulos finais da obra d'*Os Argonautas*, Martins Sarmiento dedicar-se-á a sobrepor 'cartograficamente' as regiões 'históricas', 'linguísticas' e 'arqueológicas' da Europa, que lhe foram providenciadas pela participação elementar das 'objectividades'

de cada uma das disciplinas correspondentes, a História antiga, a Linguística descritiva e histórica, a Arqueologia pré-histórica e proto-histórica, no fundo de mapa recortado pela restituição ‘atlantista’ da geografia homérica. A fixação, ‘ponto a ponto’ dos elementos de todas estas ‘regiões’ conceptuais provê a obra, *no todo*, de uma carga retórica, mesmo considerando-a ao nível ‘positivo’ da demonstração científica, difícil de recusar. *Os Argonautas* são, em termos estritamente ‘genéricos’, uma expressão inegável de ‘demonstrabilidade’ científica, e nela toma especial relevo a ‘contiguidade’ cartográfica como expressão argumentativa da ‘continuidade histórica’ que o autor pretende a todo o custo demonstrar.

Um terceiro aspecto ‘genérico’ da obra de Martins Sarmiento que torna irrecusável o estatuto de ‘pré-texto’ a *Os Argonautas* é a sua qualidade de ‘romance histórico’. Só por si, este atributo diferencia-a nitidamente de todas as suas outras obras ‘científicas’, pois em nenhuma outra esta característica é levada tão longe como ali. Num certo sentido, esta será mesmo a ‘grandeza e a miséria’ deste trabalho, pois o risco de entretecer, quer elementos lendários numa narrativa ‘histórica’, quer pequenas ‘estórias’ individuais das personagens com o fluir dos eventos colectivos da *longue durée* da história antiga, se revela, por um lado, uma das mais contribuições do investigador ao nível da ‘filosofia da história’, não deixa, por outro, de expor decisivamente o flanco às críticas ‘cientificistas’ dos historiadores seus contemporâneos.¹⁴⁶

A possibilidade de apresentação da obra histórica sob a forma ficcional não é, evidentemente, sem contexto no tempo de Martins Sarmiento. O próprio Herculano havia defendido a sua prática, a exemplo do que fazia alguma historiografia europeia da primeira metade do século dezanove. Porém, a retórica ‘estilística’ de apresentação de um romance histórico era, para o ‘grave historiador’, oposta à que Martins Sarmiento estabelece na sua obra *Os Argonautas*: se, para Herculano, o ‘romance histórico’ era propriamente um ‘romance’ com um fundo de verosimilhança (e até documentação) histórica, em Martins Sarmiento esta fusão é total, e nunca se compreende inteiramente até que extensão, por exemplo, Jasão e Medeia são personagens de uma lenda ou actores concretos de eventos históricos de grande alcance (cf. Reis 1982: 104). Para Martins

¹⁴⁶ Para uma crítica equivalente da filosofia da história em Oliveira Martins, cf. Maurício (1995).

Sarmento, pelo menos no que concerne *Os Argonautas*, e ao contrário de Herculano, um ‘romance histórico’ é propriamente *história*.

Finalmente, não podemos deixar de fazer referência a uma das características centrais da geo-historiografia de Martins Sarmento, um dos alicerces mais fundos da ordem metaparadigmática de estruturação da sua teoria etnogénica da Lusitânia, e que é, a nosso ver, o ‘motor imóvel’ da *erotica archaeologica* que habita a sua obra – o filo-helenismo.

Gostaríamos de demonstrar inequivocamente, no termo deste trabalho, aquela que é para nós a principal premissa da análise geo-historiográfica da obra de Martins Sarmento e, especialmente, da sua teoria etnogénica dos Lusitanos – a vontade de incluir o território que viria a ser Portugal na esfera cultural do helenismo. A prová-lo estaria, também, a desassombrada estratégia hermenêutica que está por trás do esforço de redacção d’*Os Argonautas* – a transposição inteira da geografia mediterrânica das narrativas lendárias da antiga Grécia para o Atlântico. Porque, de facto, se isolarmos o travejamento principal da obra e o aligeirarmos da prodigalidade de elementos descritivos meramente adjacentes, essa é a visão que podemos ter do carácter essencial da obra: Martins Sarmento convoca Hércules e os seus companheiros, Ulisses e os seus marinheiros, Jasão e toda a ‘assembleia’ dos Argonautas *a navegar nas costas da Lusitânia*.

A determinação filo-helénica de Martins Sarmento tem expressão em outros elementos da sua obra: está presente na crítica ‘anti-humanista’ das geografias lusitanas dos monges alcobacenses; é o pano de fundo dominante no primeiro, e em certo sentido o mais importante trabalho da sua ‘obra científica’, aquele que o autor escreve para uma recepção académica internacional – *Os Lusitanos* (1880); será o tema de um dos últimos trabalhos a publicar no fim da vida, em 1899, defendendo a presença da ‘Arte Micénica no Noroeste da Espanha’. Porém, em nenhum outro lugar esse mesmo filo-helenismo adquire ‘espessura’ metaparadigmática que se reconhece na obra d’*Os Argonautas*; nos outros seus trabalhos a presença ‘grega’ na Península Ibérica ‘explica-se’ e ‘demonstra-se’ – n’*Os Argonautas*, saboreia-se, escuta-se, sente-se e vive-se!

Existe uma contradição elementar (a que no lugar respectivo faremos referência) no quadro de ‘restituição de longiquidade’ que Martins Sarmento estabelece para a ‘geografia homérica’ no Atlântico. Ela diz respeito ao facto de os marinheiros

‘argonautas’ que para o investigador são fenícios e, portanto, semitas, procederem ao enterramento dos seus companheiros mortos em viagem em mamoadas, após serem os seus corpos reduzidos a cinzas em piras, como era timbre dos povos arianos. É uma contradição de tal modo ‘áspera’ que custa a crer que um leitor erudito como era Martins Sarmiento não tenha intimamente dado por ela. Este é um dos níveis em que um crítico ‘positivista’ da obra de Martins Sarmiento gostaria de focar todo o seu ‘aparato’ lógico de dismantelamento do tema e dos propósitos de investigação daquele investigador; mas, claro está, um crítico puramente ‘positivista’ nada tem a ganhar com a leitura da obra *Os Argonautas* de Martins Sarmiento, e talvez seja por isso que esta obra é regularmente ignorada pela maior parte dos seus biógrafos científicos.

Nós gostaríamos de contribuir para uma visão diferente do que é a contribuição de Martins Sarmiento no contexto das ideias do seu tempo, da ‘cultura’ do seu lugar, da mentalidade do seu século. Não deixaremos de esmiuçar e tentar isolar elementos ‘concretos’ (‘científicos’) da sua obra; mas, com o intuito de respeitar elementos ‘de sublime’ que a sua obra encerra, iremos permitir que um fundo metafísico geral não abandone nunca a nossa análise – porque em Martins Sarmiento existe uma recusa tão terminante da esterilidade, uma tão forte perseverança de convicções propriamente científicas, um compromisso tão definitivo entre a biografia e o pensamento que fazem dele, inegavelmente, um crítico feroz da ‘Modernidade’, e um venerando renunciador da estética e ética da cientificidade contemporânea.

Dentro do quadro geral da produção científica de Martins Sarmiento, *Os Argonautas*, obra de 1887, detém, como nenhuma outra das suas obras considerada particularmente, o maior número de elementos, e em mais qualidade, do que é o conjunto de *pessoas*, *lugares*, *ideias* e *materiais* que o autor convoca no sentido de produzir uma (pré-)História do Ocidente.

As referências bibliográficas, usadas como crítica do pano de fundo em que consiste a restituição da ‘geografia argonáutica, permitem-nos que ver qual a historiografia de que Martins Sarmiento fazia uso preferencial, e assim mergulhar na verdadeira ‘biblioteca sarmentiana’, para usarmos uma expressão de um dos principais biógrafos científicos de Martins Sarmiento – Mário Cardoso. De facto, uma ‘biblioteca’, mais do que uma realidade material, o conjunto das obras que o fundo da Sociedade Martins Sarmiento contém, é uma ‘biografia científica’, *i.e.*, um conjunto diferencial de escolhas

e filiações que só a leitura circunstanciada da obra de um investigador pode revelar. No caso de Martins Sarmiento, iremos ver como sob a seca denominação das referências bibliográficas e das citações, surgem os seus verdadeiros ‘heróis científicos’, aqueles com que o autor se identifica; entre eles cremos que brilham, de um modo especial, os ‘românticos’ da fase pré-darwiniana da historiografia europeia – Grimm, Davies, Jubainville ou, ‘o maior de todos’, Belloguet, enquanto que os autores da geração seguinte, Mortillet, Lubbock, Bertrand, Reinach, ainda que merecedores de enorme respeito e consideração por parte de Martins Sarmiento, não detêm, no seu espírito, o lugar de eleição dos primeiros.

1) A convocação de ‘pessoas’ por parte do investigador Martins Sarmiento não se restringe, contudo, aos autores dos livros da sua biblioteca, mas igualmente a pessoas ‘de carne e osso’ que vão surgindo em Guimarães e em Briteiros, seus hóspedes, homens de ciência que o investigador vai aproximando e tornando cúmplices do seu próprio projecto. São especialmente dois os momentos em que esta convocação toma um aspecto especialmente ‘científico’, no contexto da produção do Passado por parte de Martins Sarmiento. Referimo-nos, naturalmente, às duas grandes reuniões de ‘sábios’ com o intuito de visitar as suas exumações arqueológicas: a conferência ‘nacional’ de 1877 e a ‘internacional’ de 1880. Do ponto de vista de uma geo-historiografia científica de Martins Sarmiento, estes são dois elementos que têm necessariamente de ser tidos em conta (Lemos 1985, 1988).

Existem ainda dois conjuntos de ‘pessoas’ que devem ser valorizados quando se pretende dotar a geo-historiografia de Martins Sarmiento de uma ‘topografia social’ heurísticamente eficiente: a rede de contactos pessoais de escala regional, e a sua relação com os ‘populares’. Não se pode, de facto, compreender o tipo de acumulação de materiais arqueológicos e tradições populares que estão no cerne da teoria etnogénica do Passado por parte de Martins Sarmiento, se não se tiver em conta o modo como aquela acumulação tinha subjacente a recolha, em cada local do Entre-Douro-e-Minho, e até de mais longe, levada a cabo por cada um dos inúmeros amigos e familiares de Martins Sarmiento. A Arqueologia deste investigador é verdadeiramente o reflexo de um certo modo ‘antiquário’ de conviver com os vestígios arqueológicos que animava toda a região, naquela época, um certo grupo social associado a um determinado *gentleman*

code, que o Romantismo, como modelo cultural, e a fruição dos tempos livres, como resultado da evolução técnica e social, tornaria um verdadeiro *speculum* das relações sociais e científicas ao longo de todo o século dezanove, mas especialmente da sua primeira parte pré-darwiniana. Neste sentido, Martins Sarmiento está longe de ser um caso isolado no seu tempo e no seu lugar. Existe um ‘antiquário’ em cada aldeia e vila que o investigador visita em busca dos materiais que pretende recolher – apenas, Martins Sarmiento, desenvolveu mais longamente essa actividade e a ela dedicou tanto do seu tempo e, não menos importante, da sua fortuna, que o resultado dessa acumulação foi verdadeiramente singular.

A relação que Martins Sarmiento estabelecia com as pessoas de condição modesta, lavradores, almocreves, muitos idosos, a maior parte das vezes pessoas iletradas, mas fontes preferenciais das lendas populares que a tradição oral havia ‘guardado’, mostra, de uma forma absolutamente nítida, a representação que o investigador detinha do ‘povo’, e do modo como ela influenciava decisivamente a sua própria constituição da teoria etnogénica do Passado. Dentro de uma relação de classe claramente enunciada, este ‘povo’ de Martins Sarmiento é o detentor do não-Tempo.

Todas as suas narrativas, tirando alguns elementos de ‘cristianização’, forçados pela aculturação que Igreja foi promovendo ao longo dos séculos, são, para Martins Sarmiento, a expressão pura da esfera religiosa, ideológica e simbólica da ‘arianidade’ inicial, da matriz original do povoamento milenar do Ocidente pelas ‘migrações vindas do Oriente’. Ainda que este seja um traço comum da ciência etnológica europeia daquele tempo, não deixa de ser impressionante, ainda hoje, o tipo de negação ‘histórica’ que é atribuído por estes investigadores a uma camada tão significativa da população. Todos estes ‘populares’, habitando os lugares excêntricos à vida urbana, são vistos como representantes ‘actuais’ dos habitantes de há três milénios atrás! É exactamente o mesmo tipo de transferência cultural que podemos ver, à escala global, entre os povos ‘primitivos’ contemporâneos, que a colonização da América, África e Ásia ia progressivamente designando, e os representantes pré-históricos dos mesmos europeus que a Arqueologia ia revelando desde o horizonte do Paleolítico. O grande alcance cultural desta estratégia conceptual resume-se, afinal, a uma diferenciação essencializada dos elementos dominantes de uma classe burguesa, urbana, europeia e

branca, em relação a todas as esferas de convívio eventual: os não-urbanos, não-europeus e não-brancos.

Também em Martins Sarmento podemos ver todas as características essenciais desta relação cultural de ‘alterização’ essencializada. Onde esta estratégia revela mais nitidamente os pontos de apoio da ideologia de que parte, é o carácter ‘esquizóide’ da relação que é representada pelos investigadores deste mesmo ‘povo’ com as suas ‘antiguidades’. Se por um lado, este ‘povo’ é o lugar essencializado da verdadeira origem da espiritualidade e até da nacionalidade do território a que pertencem – e por isso mesmo podemos ver Martins Sarmento a deplorar a sobreposição de elementos cristãos nas narrativas que ele acredita provirem directamente dos migrantes arianos iniciais –, por outro lado, é-lhes inteiramente negada uma relação directa com os materiais, os vestígios arqueológicos, que seriam os representantes concretos dessa mesma esfera espiritual. Para Martins Sarmento, os populares são os ‘terríveis caçadores de tesouros’, ciprianistas sem qualquer formação, que ‘desejam apenas, na avidez do lucro imediato’, destruir os depósitos de materiais associados a mamoaas, castros e dólmens.¹⁴⁷ É a este nível, cremos nós, que melhor se desenha o papel específico do ‘arqueólogo’, perfil cultural e social em ascensão ao longo de todo o século dezanove, cujas origens propriamente ‘românticas’ mais o denunciam – o ‘arqueólogo’ é o último elo desta grande cadeia de essencialização do Tempo: contra a onda de industrialização e urbanização que progressivamente corre toda a Europa, resgatar a essência do Passado diferencial; contra os ‘populares’, detentores da tradição oral, o único que, pelo estudo positivo de todas as ciências a que os não-‘sábios’ não podem ter acesso – a Linguística, a Mitologia, a História, a Arqueologia, etc. – pode restituir o Passado de um modo inquestionável e permitir vê-lo refulgir no presente em toda a sua inteira verdade.

Não é demais advertir que este lugar ‘intersticial’ detido pelo arqueólogo romântico, como é Martins Sarmento, se adequa notavelmente a uma mesma ‘intersticialidade’ que lhe é garantida pela sua condição dupla de ‘senhor rural’: da primeira condição advém a

¹⁴⁷ Convém referir que, apesar da ‘nacionalização’ ou ‘regionalização’ a que os ‘castros’ vão ser sujeitos na tradição geo-históricográfica arqueológica portuguesa (e galega), desde os inícios do estabelecimento de uma disciplina científica do Passado, estes povoados fortificados não diferem na sua posição, estruturação e aspecto, de muitos outros exemplares da Península Ibérica e da Europa (Álvarez Sanchís 1999: 55-57).

facilidade de convivência com os centros de produção científica; da segunda, a facilidade em recolher os materiais, as tradições e a essencialização de um certo *sense of place* associado às ruínas que se visitam. Como teremos oportunidade de ver, também em Martins Sarmiento habita uma espécie de ‘autoridade local’, que o autor faz questão de sublinhar por diversas vezes, e pela qual faz questão de diminuir a autoridade ‘de sistema’ que, na sua opinião, habita as grandes teorias que fazem moda pela Europa do seu tempo.

2) Em relação às ideias do seu tempo, Martins Sarmiento é prisioneiro, como qualquer outro investigador, das modas interpretativas do momento em que vive e do lugar em que habita. Ser europeu em meados do século dezanove, significa participar de um mundo ideológico específico, cujas representações culturais se insinuam igualmente na produção científica, do mesmo modo que o fazem na vida artística ou nas relações pessoais. Não existe maior preconceito do que pensar que a Ciência, porque detém mecanismos de salvaguarda de uma certa caracterização interna baseada na positividade e na universalidade das suas proposições, seja de algum modo impermeável à presença de elementos propriamente culturais resultantes da esfera ideológica própria do tempo e espaço em que é produzida. Basta recordarmos a incidência que a origem ‘oriental’ da civilização deteve na interpretação arqueológica dos séculos dezanove e vinte, e compararmos com igual incidência que se fez sentir na produção dos espectáculos que passaram na Ópera de Paris pela mesma época, para termos uma noção muito clara de como uma e outra têm origem numa esfera ‘orientalista’ comum, que desde a invasão do Egipto, por parte de Napoleão, vinha a consumir a paisagem de representação e alteridade do Passado entre os intelectuais europeus oitocentistas.

Associado ao ‘orientalismo’ romântico, que atravessou incólume todo o século dezanove, uma outra ideia surge, no mesmo século, e virá a deter uma importância igual ou superior àquela: a ideia de ‘evolução’. Os dois conceitos aqui referidos, a origem oriental e o carácter endémico da evolução da Humanidade, não são antitéticas, e ver-se-á como o século dezanove se esforçará por produzir interessantes sínteses das duas; numa versão ainda de fundo idealista, é justamente uma destas sínteses que podemos adivinhar na filosofia histórica hegeliana.

O conceito de ‘evolução’ admite diversas expressões entre as várias disciplinas científicas do século dezanove. A História da Ciência tendeu sempre a dar maior visibilidade à ‘versão darwiniana’ da evolução e selecção natural, mas a verdade é que com ela co-existiram, como o demonstram inúmeros estudos algo revisionistas sobre o tema, muitas outras versões que detinham como lugar central das suas proposições a capacidade de a Humanidade progredir em ritmos diferenciais, *i.e.*, tendo como resultado que os povos que a constituem não sejam entre si comparáveis e, portanto, com um grau de ‘responsabilidade política’ muito diversa, elemento conceptual muitíssimo adequado para dar conta da situação colonial e imperial que o mesmo século dezanove vê agudizar-se.

Se a ideia de evolução é quase universal no pensamento europeu do século dezanove e inícios do século vinte, existem outras que, de âmbito mais específico, detêm igualmente uma grande visibilidade no contexto em que Martins Sarmiento se insere. Uma delas diz respeito ao liberalismo e à correlativa crença no poder do indivíduo considerado enquanto tal. A este respeito, o liberalismo romântico é um exemplo claríssimo de transição entre o mundo teísta da religião natural dos séculos que o precedem e os diversos horizontes socializantes que se lhe seguem. Intercalado entre as últimas expressões de uma teleologia do desígnio e da harmonia divina, característica de quase todo o Iluminismo, mesmo do de fundo mais inequivocamente naturalista (como o que anima o *Cosmos* de Humboldt),¹⁴⁸ e os movimentos de massas que dão o tom aos momentos finais do século dezanove, cuja expressão mais inequívoca será, já na segunda década do século vinte, a revolução russa de Outubro, o credo liberal mantém

¹⁴⁸ Não se pode compreender a obra de Humboldt, nem complementarmente a psicologia de pesquisa que anima a sua epistemologia da Natureza, sem que se faça menção à ‘ordem harmoniosa’ que para os primeiros românticos se podia entrever em tudo o que rodeava o ser humano. Não é tanto a insinuação da divindade na criação, mas talvez mais da criação na divindade: tudo se passa como se o espírito humano, ‘sublimado’ pela ordem, número e hierarquia que encontra na Natureza não possa prescindir de uma entidade que lhe dê sentido e finalidade. Estamos, assim, muito longe da concepção ‘violenta’ e ‘competitiva’ que virá a animar as interpretações darwinistas das décadas finais do mesmo século. Veja-se o que nos diz sobre este aspecto o próprio Humboldt: ‘I have this crazy notion to depict in a single work the entire material universe, all that we know of the phenomena of heaven and earth, from the nebulae of stars to the geography of mosses and granite rock – and in a vivid style that will stimulate and elicit feeling (...). Every great and important idea in my writing should here be registered side by side with facts. It should portray an epoch in the spiritual genesis of mankind [s.n.] – in the knowledge of nature’ (Humboldt *apud* Botting 1973: 257).

uma intrínseca capacidade de acreditar na ventura da acção humana individual que, na História da Ciência, associa um cunho muito particular de isolacionismo aos ‘sábios’ do século dezanove (cf. Matos 1878: 31). Não é que não exista investigação em equipa (e algumas de grande dimensão e extensão de trabalho; basta pensarmos na que Mommsen reúne, com o intuito de proceder ao levantamento do corpo epigráfico em todas as regiões da Europa dominadas por Roma), apenas afirmamos que existe, sobretudo no que diz respeito à ‘representação’ do trabalho do investigador, uma ideia de esforço individual, quando não assumidamente ‘solitário’. Este tipo de concepção detida sobre si próprios, leva a que estes ‘sábios’, e muito especialmente os do ‘primeiro romantismo’, favoreçam uma relação intimista com o objecto de estudo.¹⁴⁹ É um tipo muito característico, o destes investigadores, quase todos homens, mas em cujas fileiras começam justamente a surgir também algumas mulheres, o que não pode ser alheio ao facto de o trabalho se poder justificar no âmbito individual.¹⁵⁰

Martins Sarmiento é, em todos os sentidos, um investigador solitário. É-o, desde logo, porque valoriza os longos passeios ‘wertherianos’ pela paisagem do Passado que o seu território ainda conserva, e onde recolhe os vestígios materiais e verbais da ‘arianidade’ essencializada de que se julga herdeiro. É-o também, e este aspecto não é

¹⁴⁹ Cabe dizer que não é possível estabelecer, em Portugal, uma distinção muito nítida entre um ‘primeiro romantismo’, pré-darwinista, teleológico ou providencialista, face a um ‘segundo romantismo’, da ‘geração de setenta’, republicano ou socialista, dotado de uma concepção evolutiva do Tempo. De facto, em muitos dos cultores do positivismo de fim-de-século corre, mais ou menos explícito, um ideal humanista de perfectibilidade que é claramente de fundo neo-lamarckiano e assim, em contradição insanável com os pressupostos da Biologia darwinista. Cf., *e.g.*, o opúsculo de Teixeira Bastos (1878) ou o de A. S. Cordeiro em que a própria analogia ‘mecanicista’ (1882: 220 e ss.) da organização evolutiva do Tempo remete para os fundamentos metaparadigmáticos do industrialismo então dominante, e enuncia a crença ideológica de um certo ‘paraíso social’ inevitável, em que os cientistas cumpriam uma função determinante: ‘a ordem por base, o progresso por meio, a ciência por fim – eis o lema da sólida e sã filosofia (*Id.* 221).

¹⁵⁰ O facto de fazermos referência a um ‘tom’ teleológico na geo-historiografia romântica não deve levar-nos a pensar que a geração que se lhe segue não disponha igualmente o tempo romântico segundo uma ordem ‘materialmente providencialista’, passe a voluntária quase-contradição. Muito do Positivismo se tecia com considerações claramente teleológicas, admitindo como causas explicativas dos fenómenos uma ordem de ‘organização’ sintética que só o conjunto dos dados, considerados em perspectiva, poderia deixar conhecer com proximidade, ainda que nunca na totalidade. Ao reconstituir o ‘sistema da natureza’ o Homem deveria, por isso, respeitar escrupulosamente as ligações originais entre os factos, pois só a organização completa de uma ciência assim estabelecida se adequaria perfeitamente a uma ordem equivalente da Natureza e da Sociedade (J. Arriaga 1911: 8).

menos importante, porque é um investigador ‘epistemologicamente obstinado’; ao nível paradigmático não existe mesmo uma característica mais marcante do pensamento científico de Martins Sarmiento do que esta que consiste em escolher como expressão da teoria interpretativa do passado cenários em profunda contradição com os que são dominantes no seu tempo. Algumas passagens colhidas entre os seus biógrafos assinalam traços de uma personalidade que deixam antever este seu mesmo perfil de investigador obstinado. Mais, ou porque a estrutura psicológica do homem o predispuesse a isso, ou porque tal tenha surgido apenas da objectiva interpretação dos dados que ia coligindo entre mãos, chega a ser extraordinário o modo como sistematicamente Martins Sarmiento opõe as suas ideias ao conjunto dos paradigmas dominantes da sua época: a geografia fenícia das lendas gregas, a fusão ‘civilizacional’ de ‘dólmenes’ e ‘castros’, o ligurismo linguístico do ocidente da Península Ibérica, a longinquidade das lendas britânicas (de Gales e da Irlanda), a superficialidade da romanização, etc.

3) A relação que Martins Sarmiento detém com os materiais arqueológicos que convoca para a produção da sua teoria científica do Passado deve compreender-se à luz do carácter pioneiro de escavador arqueológico em Portugal. Esta não é, claro está, a única fonte de recolha de materiais a que o investigador tem acesso – já antes nos referimos ao modo sistemático como o autor estruturou, a partir da sua rede de contactos pessoais, um levantamento e recolha de materiais de todo o Entre-Douro-e-Minho, de volume e representatividade consideráveis que, ainda hoje, constituem uma parte não negligenciável do núcleo museológico da Sociedade Martins Sarmiento.

Porém, os materiais arqueológicos extraídos de Sabroso e Briteiros permitirão a Martins Sarmiento algo de absolutamente inovador no contexto das teorias interpretativas do passado, algo que, no domínio da historiografia portuguesa desse tempo, apenas tem paralelo na catalogação documental com que Herculano dotara a fase ‘histórica’ da História de Portugal, a partir dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Tal como no caso de Herculano, Martins Sarmiento dotará a fase ‘pré-histórica’ da História de Portugal de uma profundidade diferencial no Tempo e, a partir de documentos positivos, alumiará os períodos constituintes dessa evolução.

O que a escavação conjugada de Briteiros e Sabroso vai pela primeira vez permitir, no seu tempo, e este é ainda hoje talvez o maior título científico de Martins Sarmiento, é o de reconhecer uma realidade polimorfa, dotada de grande ‘espessura’ histórica, no que até então era uma simples linha de distinção entre o mundo romano e pré-romano, e ainda dentro deste; a dupla articulação de um ‘Sabroso’ não-romano com uma ‘Citânia’ romanizada é um *leitmotif* constante da historiografia arqueológica relacionada com a ‘cultura castreja’ desde então. Será ela que permite a apresentação, por parte do investigador, de elementos inovadores na sua teoria interpretativa do passado, nomeadamente a genealogia evolutiva que unifica quase todas as expressões de vestígios arqueológicos de relevo no seu território: dólmens e mamoaas, castros e ‘cidades romanas’, capelas e igrejas.¹⁵¹

O sucesso da genealogia sarmentiana associada à ‘cultura castreja’ não depende apenas da lógica interna que a sustém, mas também, e a nosso ver especialmente, da visibilidade ‘arqueológica’ com que ele a apresenta. Se a grande parte da argumentação ao nível de crítica histórica e linguística, levada a cabo por Martins Sarmiento, é desconsiderada por um grande número de investigadores seus contemporâneos (por exemplo, a sua teoria ‘ligurista’ sobre a língua lusitana, revelada nas fontes históricas e na toponímia, foi desde logo contrariada por dois dos nomes mais sonantes da ‘Glotologia’ da época em Portugal, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, este usando de toda a cordialidade, aquele com a proverbial agressividade que o caracterizava nas disputas científicas), já a genealogia ‘cultural’ que associa os ‘castros’, ‘romanos’ e ‘pós-romanos’ deterá uma visibilidade e influência historiográfica que irá ultrapassar largamente o tempo do próprio autor. Esta genealogia não teria sido nunca possível sem o testemunho material e ‘exemplar’ (no sentido kuhniiano do termo) das escavações dos dois povoados fortificados.

¹⁵¹ A simplicidade universal do modelo de Martins Sarmiento não é hoje naturalmente aceite pelo estado actual da investigação sobre a arqueologia do primeiro milénio no noroeste da Península Ibérica. Contudo, e ainda que saindo do âmbito estrito deste trabalho, parece claro que a sobre-imposição da organização territorial da administração romana ao território conquistado tomou em consideração a organização indígena prévia (Brañas e González 1995: 241).

4) Finalmente, não poderíamos deixar de fazer referência aos inúmeros lugares que Martins Sarmiento convoca para o interior da sua teoria. Eles são, afinal, o ‘fundo de mapa’ necessário, em que o investigador fixará os momentos fulcrais da sua narrativa, da sua ‘geografia imaginativa’ do Passado. Aqueles são de diversa natureza e cumprem papéis diferentes, variando na importância e no papel que cumprem no todo cartografado.

O conjunto de todos estes lugares, distribuídos pelas diversas cronologias a que pertencem, pelas genealogias que estabelecem entre si, pelas diversas escalas em que se integram, são o elemento metodologicamente mais atraente para quem se propõe restituir a geografia do passado pré-histórico através dos olhos de um investigador de outro tempo. Martins Sarmiento não usará muito de mapas, nem sequer as técnicas de impressão do seu tempo o favoreciam. Assim, na sua obra destacam-se apenas os exemplares cartográficos que ilustram *Os Argonautas* (1887) e os dois estudos críticos da *Ora marítima* (1880 e 1896). Porém, enganar-se-ia quem pensasse que estes são os únicos ‘mapas’ que habitam a imaginação e a ciência de Martins Sarmiento. Toda a sua obra é, a este respeito, profundamente ‘geográfica’: as descrições das movimentações de povos na Europa; as permutas de pequeno alcance entre os povos do Ocidente; as pervivências e filiações étnicas entre os povos da Península; a organização do povoamento no Entre-Douro-e-Minho, ao longo das várias cronologias da sua pré-história; as próprias descrições dos ‘passeios científicos’ pela ‘sua’ região de Guimarães; tudo revela uma dominação ‘vertical’ do espaço considerado. Martins Sarmiento, cremos nós, não apenas terá utilizado abundantemente mapas e atlas como instrumentos auxiliares do seu trabalho de hermenêutica histórica, como apresenta uma visualidade abertamente geográfica na descrição do território: se pudéssemos isolar algumas das suas passagens mais distintamente ‘espaciais’, não hesitaríamos em dizer que Martins Sarmiento foi, além de muitas outras coisas, um notável geógrafo.

De entre todos os mananciais em que se podem recolher topónimos da obra de Martins Sarmiento, e no contexto do nosso trabalho, a geografia ‘argonáutica’ é, sem dúvida, o ponto de partida para a fixação cartográfica da ‘geografia imaginária’ sarmentiana do Passado. Será a partir dela que se desenvolverão as genealogias que põem em contacto este mundo da voz narrativa ‘fenícia’ com as restantes etapas cronológicas da narrativa ‘completa’ de Martins Sarmiento – esta estende-se desde antes

do século quinze. até, pelo menos, à desagregação ‘germânica’ do mundo romano e à *interpretatio* cristã do Olimpo ‘ariano’ das populações da ‘Lusitânia primitiva’. Neste sentido, todos os lugares que estruturam a obra de Martins Sarmento tem como lógica de apresentação tanto o lugar concreto da sua existência espaço-temporal (alocação num mapa e numa cronologia, num ‘corte sincrónico’), como a rede de causalidades ‘históricas’, anteriores e posteriores, em que se inserem.¹⁵²

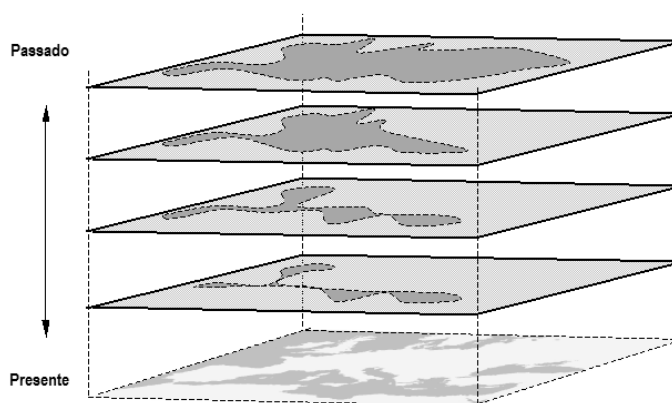


Figura 3 – A ‘genealogia cartográfica’ de Martins Sarmento

A Pré-história de Martins Sarmento é uma ‘geografia do luto’, da perda inexorável da matriz civilizacional da ‘arianidade’ comum da Europa, e especialmente das suas mais vivas expressões históricas da Antiguidade: Grécia e Roma.

A primeira ‘ordem espaço-temporal’ que se pode cartografar em Martins Sarmento é a da colonização ariana do Ocidente. Apresenta similitudes óbvias com a geografia argonáutica mas, supostamente, dado o ponto de vista hermenêutico que regula a ‘restituição geográfica’ levada a cabo pelo investigador, está desligada do ‘véu de fantasia’, da efabulação narrativa, que cobre a narrativa dos Apolónios, Homeros e

¹⁵² A ‘genealogia cartográfica’ que podemos detectar na obra de Martins Sarmento não é apenas característica da sua obra. Sob formas diversas, e sob a aparência de uma ‘continuidade narrativa’ parece ser uma preocupação comum a outros nomes da intelectualidade oitocentista portuguesa, especialmente no contexto da historiografia científica. Disso é mesmo exemplo a ‘Biblioteca’ de Oliveira Martins, que pretendia reproduzir na estante, a organização do conhecimento histórico e social de Portugal; também o mesmo se pode detectar em José de Arriaga, historiador dos movimentos liberais do início do século, e que defendia que a representação do Passado deveria estar plasmada na própria organização dos livros de História, supondo-se, por isso, que as linhas de fractura narrativa textual deveriam apoiar-se nas modificações verdadeiramente estruturais do objecto social de estudo (Arriaga, J. 1886-1889: xii).

Apolodoros que pretendem fixar no Mediterrâneo oriental e no Mar Negro os eventos que teriam decorrido nas margens africana e europeia do Atlântico.

Nela se reconhecem os indícios que, em diversas lendas e tradições populares – as já mencionadas, da órbita cultural helénica, mas também dos ‘Lígures’ sobreviventes da Europa contemporânea do autor: os povos da Bretanha, de Gales e da Irlanda –, permitem fixar os itinerários das grandes correntes migratórias ‘arianas’ desde a Ásia até o Ocidente e a sua divisão nos ramos principais de difusão associados às três grandes vias fluviais do continente europeu, o Danúbio, o Reno e o Ródano.

Este é um mapa em que os lugares convocados se revelam através de ressonâncias míticas – ‘País de Af’, ‘País dos Lagos’, ‘País dos Cimérios’, ‘País de Gargoris’, ‘Ilha do Sol’, ‘Mar de Saturno’... – aos quais o investigador vai fazendo corresponder lugares concretos da geografia europeia, de modo a entretecê-los com a geografia mais concreta das fontes clássicas e, sobretudo, do elenco ‘cartaginês’ da *Ora maritima*. São relativamente escassos os topónimos recolhidos pelo autor que se refiram a esta ‘ordem espaço-temporal’, e, contudo, é neste horizonte de grande obnubilação histórica que Martins Sarmiento estabelece os alicerces etnicistas de toda a restituição histórica e etnogénica da Europa da Lusitânia.

A segunda ‘ordem espaço-temporal’ que se pode detectar na restituição histórico-geográfica levada a cabo em Martins Sarmiento é o da organização do espaço ‘ligúrico’ do Ocidente. Os lugares nela convocados têm diversas origens, mas são, para o autor, ressonâncias de um mesmo fenómeno, transportado por diversas fontes narrativas e sofrendo a ‘usura da efabulação’, ao ponto de apenas uma hermenêutica muito paciente e sistemática – fazendo uso, inclusive, de diversas ‘ciências auxiliares’ da História – poder resgatar a ordem comum de todos eles.

De entre essas fontes ganha uma especial importância a geografia ‘tíria’ que corre *sub voce* no poema da *Ora maritima*. Para Martins Sarmiento, o poema de Avieno contém não uma mas *duas* ordens narrativas, correspondentes à subposição na geografia cartaginesa do périplo (que Avieno, segundo a hermenêutica sarmentiana, estrofia) de referências a tradições herdadas pela marinha de Cartago que teriam origem nos conhecimentos muito mais antigos que os Fenícios de Tiro deteriam sobre a navegação atlântica. Martins Sarmiento está especialmente atento a recolher todas as expressões que no texto da *Ora maritima* possam permitir aceder a este mundo anterior ao

desvanecimento de Tiro e à afirmação de Cartago no Mediterrâneo ocidental, e deles se permitirá desenhar a organização étnica e toponímica do Ocidente ao redor do século doze a.C.

A terceira ‘ordem espaço-temporal’ da genealogia histórico-geográfica de Martins Sarmiento corresponde à enunciação cartográfica dos teónimos e etnónimos presentes na *Ora marítima* de cronologia contemporânea do autor cartaginês do périplo. Este é um mapa ‘dilecto’ de Martins Sarmiento, porque o é também a fonte histórica que ilustra.

Neste mapa são inúmeros os lugares convocados e muitas as razões por que o são. A *Ora marítima*, quando singularmente considerada, e aceitando os pressupostos ‘atlantistas’ da sua interpretação, como são os que governam a hermenêutica sarmentiana, é *estritamente* a primeira ‘história’ do território que viria a ser Portugal, o primeiro documento escrito sobre as terras do ocidente da Península Ibérica.

Após a restituição efectuada por Martins Sarmiento, ver-se-á que o mapa correspondente ao ‘arco atlântico’ da Europa, *i.e.*, às regiões vizinhas daquele mar que se estende desde as Ilhas Britânicas e mesmo da Escandinávia até ao golfo de Cádiz, reenrância ainda atlântica mas que prenuncia já o carácter ‘mediterrânico’ do mar de antes das Colunas de Hércules, é abundantemente preenchido de lugares e povos, divindades e personagens, de que Martins Sarmiento fará abundante uso no sentido de determinar a ‘arianidade’ essencial de todo o Ocidente.

A cronologia fixada ao redor do século sexto a.C., para este mapa, é de uma grande importância ‘histórica’ na configuração da teoria etnogénica da Europa e da Lusitânia. E é-o porque representa o ‘momento imediatamente anterior’ à invasão céltica do Ocidente e também da Hispânia. No documento pressente-se já a presença atemorizante deste povo longínquo que vem quebrar a ‘harmoniosa civilização’ do Ocidente ‘ligúrico’; alguns movimento de povos – permutas territoriais entre (ainda assim) povos irmãos – são já atribuídas à pressão da violência céltica na fronteira do Reno, mas, no essencial, este é o mapa que as fontes clássicas gregas e romanas não poderiam conhecer senão através de geografias fenícias mais antigas: é o mapa que directamente vincula a Lusitânia ao passado ‘ariano’ que permitirá a Martins Sarmiento assumir desassombradamente a ‘pureza genealógica dos Lusitanos’ e assim, sublimadamente, dos Portugueses.

A quarta ‘ordem espaço-temporal’ da genealogia histórico-geográfica de Martins Sarmiento é porventura, de entre todas elas, aquela que é mais reveladora de todas as problemáticas presentes na teoria etnogénica do autor – *num certo sentido, este é o mapa de Martins Sarmiento!*

Nele o autor inclui as informação que recolhe sobretudo das fontes greco-romanas que dizem respeito aos momentos mais recuados do conhecimento dos autores clássicos sobre a Europa, a Península Ibérica e especialmente a ‘Lusitânia primitiva’. É claro que este mapa, de resto como qualquer outro, não pode ser compreendido sem a sua inclusão na genealogia histórico-geográfica completa que estrutura a teoria etnogénica levada a cabo por Martins Sarmiento. Porque o intuito central deste elemento sincrónico da ‘geografia imaginária’ sarmentiana consiste em identificar os ‘Lusitanos’, etnónimo ainda desconhecido nas ordens cronológicas anteriores, com os ‘Lígures’ da ‘ordem’ anterior, através dessa corajosa restituição linguística do intermediário *Ligusitanos*.

Porém, este mapa revela algo mais das preocupações metaparadigmáticas de Martins Sarmiento, além da filiação ‘ariana’ dos habitantes do noroeste da Península Ibérica. Nele iremos ver também como Martins Sarmiento ‘isola’ convenientemente o litoral ocidental da Hispânia, prefiguração portanto da nacionalidade portuguesa, que integra na esfera ‘ligúrica’ da Europa, do resto da Península Ibérica em que habitam os ‘Iberos’ e ‘Bascos’, povos de origem pré-ariana, de cuja organização civilizacional o autor, ainda que nunca o enuncie de um modo definitivo, tem grande suspeitas.¹⁵³ Este isolamento permitirá, como veremos, afirmar uma espécie de relação privilegiada com o norte da Europa, e especialmente com as Ilhas Britânicas, elemento de substância histórica fundamental para afirmar o ‘ligurismo’ das tradições populares de ambas as regiões, e poder assim comparar o romanceiro do Entre-Douro-e-Minho com as recolhas ‘chamadas célticas’ de Gales, Irlanda e Bretanha.

¹⁵³ Não pretendemos cometer o ‘anacronismo científico e historiográfico’ de fazer coincidir limites arqueológicos da Idade do Ferro mais tardia com a fronteira que Martins Sarmiento desenha para as esferas respectivas dos povos ‘ligúricos’ e ‘célticos’ da Península Ibérica. Assim, apenas indicamos a convicção de alguma crítica contemporânea de que as cadeias montanhosas do interior do noroeste da Península Ibérica parecem de facto consistir numa fronteira ‘cultural’ especialmente vinculativa no quadro das relações dos povos do primeiro milénio a.C. (García 1993).

Finalmente, este é o mapa da ‘expansão céltica’, dos povos ‘germânicos’ da Idade do Ferro sobre a Europa ligúrica da Idade do Bronze.¹⁵⁴ Teremos oportunidade de ver como é virulenta a oposição entre estas duas esferas culturais e o papel que essa oposição estrutural e *abjectiva* detém na organização da ‘identidade lusitana’ em Martins Sarmento. Não só o autor se afadiga em demonstrar que, com a excepção singular do Alentejo, e uma muito ténue presença junto do cabo Nério, *nunca os Celtas dominaram o ocidente da Hispânia e muito menos a região ‘bracarense’ do Entre-Douro-e-Minho.*¹⁵⁵ Por outro lado, veremos também como a região da Gália permitirá ao autor decidir de um modo muito particular da relação entretecida entre estes ‘bárbaros’ da Idade do Ferro e os ‘civilizados’ da Idade do Bronze. A ‘solução gaulesa’, *i.e.*, a convivência no mesmo ‘estado’ de uma aristocracia ‘céltica’, ‘germânica’, e de uma nação ‘gaulesa’, ‘ligúrica’, servirá como paradigma de interpretação, no momento de explicar a pervivência espiritual da ‘arianidade’ dos Lusitanos sob a dominação germânica que se segue à dissolução do Império romano.

O mapa ‘romano’ da Lusitânia serve de pano de fundo à quinta ‘ordem espaço-temporal’ da genealogia histórico-geográfica de Martins Sarmento. É um mapa que se enriquece de topónimos, etnónimos e nomes de divindades, uma vez que se refere a uma cronologia posterior à dominação romana da Península Ibérica, nele podendo lançar-se

¹⁵⁴ Martins Sarmento admite que a invisibilidade de vestígios de ferro nos ‘castros’ do noroeste (especialmente em Sabroso, uma vez que o que surge em Briteiros o autor há-de associá-lo à romanização) é justamente a demonstração de que a introdução do ferro pelos Celtas não pôde ser levada a cabo no noroeste da Península Ibérica. Este ponto assume uma especial importância porque nos adverte, de imediato, para uma concepção do Tempo não evolucionista, uma vez que a sê-lo, necessariamente o ferro representaria uma fase posterior no curso da civilização neste território. Ainda que marginal a este trabalho, não se deixará de advertir que a crítica contemporânea prescinde já de uma caracterização estrita da Idade do Ferro, entendida como horizonte cultural de integração europeia, e a presença específica de artefactos deste metal no recinto ou vizinhança dos povoados fortificados (Carballo 1990: 165).

¹⁵⁵ Não é uma prioridade deste trabalho discutir a possibilidade de se terem os ‘Celtas’ ou não difundido pelo noroeste da Península Ibérica, tema que naturalmente está fora do alcance da nossa competência. A questão, porém, é ainda hoje de enorme polémica entre a crítica contemporânea autorizada, que além de tentar distinguir cuidadosamente o que seja ‘céltico’ nos diversos contextos (linguístico, histórico, arqueológico, etc.), tem também alguma dificuldade em afirmar ou refutar absolutamente a sua presença neste território (García Quintela 2000: 11 e ss.; García e Santos 2000), sendo que, mesmo internamente, os vestígios arqueológicos estão longe de enunciar uma visão homogénea do território (García e Perea 2001).

por isso, as informações presentes nas Geografias e Corografias, nas quais Estrabão detém, naturalmente, posição de relevo.

Martins Sarmiento, porém, não se dedica especialmente a restituir esta geografia antiga de fundo romano, que será, por exemplo, uma das actividades preferenciais de um Leite de Vasconcelos no que concerne à proto-história e história romana do território. E se Martins Sarmiento não investe demasiadamente neste tipo de hermenêutica, tal deve-se fundamentalmente a que o âmbito da sua ‘história lusitana’ está a chegar ao termo.

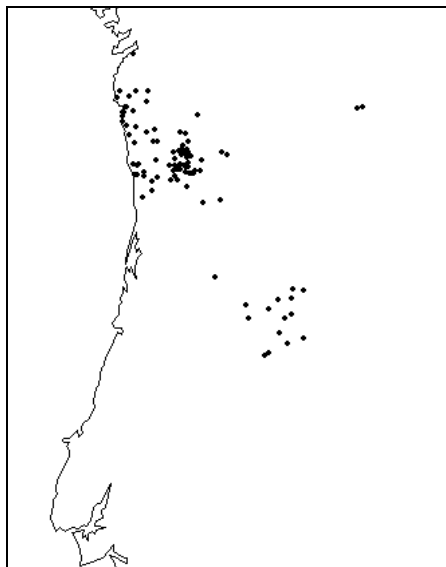


Figura 4 – Povoados fortificados ('castros') explorados por Martins Sarmiento

Fonte: Obras de Martins Sarmiento: passim. Note-se a concentração esperada de povoados na região de Entre-Douro-e-Minho e especialmente na 'comarca' de Guimarães. Os povoados da Beira são, na quase totalidade, os que foram objecto de reconhecimento na Expedição da Sociedade de Geografia de Lisboa à Serra de Estrela.

Martins Sarmiento é um 'historiador' da 'Lusitânia primitiva', não da 'romana', e, nesse sentido, a dominação imperial de Roma servir-lhe-á apenas como elemento de explicitação da organização tardia dos 'castros': por um lado, pela afirmação de um paradigma, 'comum ao Entre-Douro-e-Minho e à Beira', de substituição dos povoados resolutamente 'ligúricos', do tipo-Sabroso, pelos que demonstram já influência romana, do tipo-Briteiros, mas destacando sempre a superficialidade local da dominação romana, pela apresentação das semelhanças, mais do que das diferenças, entre aqueles dois tipos; por outro lado, pela apresentação de um modelo de substituição progressiva do povoamento 'castrejo' por uma povoamento de 'sopé', através do qual os 'castros'

intemporais são abandonados para dar lugar a ‘cidades romanas’ nas suas vizinhanças.¹⁵⁶

Os *lugares* convocados por Martins Sarmento conhecem ainda um desenvolvimento posterior ao da presença romana no território. Em certo sentido, esta última convocação poderia mesmo constituir uma última ‘ordem espaço-temporal’ da genealogia histórico-geográfica de Martins Sarmento – a *germânica*. Está presente na ‘geografia imaginativa’ do autor mas apenas como o ‘fim da história’. Refere-se ao momento em que o mundo ligúrico, que ainda pôde perviver em cima de alguns montes ao tempo da dominação romana, é irremediavelmente destruído pela invasão ‘germânica’ (conjugada entretanto com a conversão ao Cristianismo), a mesma que, para o autor, se havia prefigurado na invasão céltica da Península Ibérica muitos séculos antes. A partir daqui o mundo ‘ariano’ dos Lusitanos deixa de existir materialmente, para se refugiar no mundo espiritual das tradições e crenças populares

Resta, por fim, caracterizar o modo específico como a leitura d’*Os Argonautas* nos irá permitir designar e desenvolver todas as instâncias da geo-historiografia de Martins Sarmento. Se, como dissemos, esta obra serve sobretudo como ‘pretexto’, em relação ao qual, a partir de uma leitura ‘intertextual’, se referirão os elementos presentes na restante obra do autor e as características sociais e epistemológicas do seu tempo, esta mesma obra indica, pela sua constituição própria os contornos dessa caracterização.

Do encontro entre a substancialidade da obra d’*Os Argonautas* e a concepção teórica explicitada na introdução toma corpo o travejamento deste nosso próprio trabalho. Da primeira retiraremos os grandes conteúdos históricos a serem tratados, da segunda a articulação que especificamente lhes dê uma iluminação geográfica cultural que possa sublinhar as espaço-temporalidades características de um período histórico, de um lugar, e de uma personalidade.

¹⁵⁶ Em nota absolutamente marginal ao âmbito estrito deste trabalho, cumpre dizer que a visão ‘superficial’ que Martins Sarmento detém da organização romana no noroeste da Península Ibérica não é contraditada pela crítica contemporânea; por exemplo, parece claro que a economia pré-monetária foi mais uma regra que uma exceção neste território, ao ponto de o maior número de achados associados a numismas dizerem respeito aos momentos da ‘conquista’ mais do que aos da eventual integração administrativa no Império (Centeno 1987).

Esta dupla articulação será expressa, neste nosso trabalho, por uma estrutura que tenha justamente em conta o carácter ‘duplo’ e ‘articulado’ que a leitura intertextual d’*Os Argonautas* permite. Em primeiro lugar, apresentaremos a tese do próprio autor, seguindo de perto a sua própria narrativa, deixando desde logo em aberto os pontos de ligação que nos permitirão articulá-la com os outros elementos da sua obra e da nossa própria interpretação geo-historiográfica. Chamamos a esta fase, ainda ‘intratextual’, o *passado do lugar*.

A seguir, tentaremos delinear, a partir das ‘pistas’ levantadas pela leitura ‘intratextual’ do ponto anterior, e aferir as diversas *escalas de identidade* que estão presentes n’*Os Argonautas*, bem como o modo como são desenvolvidas nos outros elementos da sua obra. Neste contexto, deterá uma especial importância a caracterização dos níveis teóricos enunciados na introdução deste trabalho: i) a ‘regionalização teórica’ proposta pelo investigador, i.e., a alocação diferencial dos mesmos elementos ‘factuais’ de que dispõe e a comparação que pode fazer-se com interpretações equivalentes de investigadores nacionais e internacionais seus contemporâneos; ii) a ‘topografia social’ em que insere e que o acompanha, uma determinada produção científica do passado, i.e., tentar compreender de que modo uma determinada maneira de fazer ciência se apoia e fortalece uma determinada geografia das relações sociais; finalmente, iii) compreender qual o ‘lugar do passado’ no presente, i.e., qual a cronotopia que emerge da narrativa do passado como *speculum* do posicionamento no presente detido pela genealogia de que essa própria narrativa faz parte. No caso de Martins Sarmiento, interessar-nos-á, sobretudo, delinear as influências, directas e indirectas, que a sua narrativa pré-histórica detém, na própria afirmação de uma determinada ‘portugalidade’ do século dezanove, perfil cultural em que a própria narrativa está presente através da intermediação ‘lusitana’.

Finalmente, reservaremos para a conclusão deste trabalho a configuração especial que é representada por um investigador considerado como um ‘centro de convocação’ dos diversos elementos constituintes de uma interpretação do Passado. O ‘lugar do Passado’ é, neste caso, a ‘pessoa-em-si-mesma’. Se a caracterização sistemática que fazemos dos lugares de construção do Passado em Martins Sarmiento situa a sua produção científica detiver alguma materialidade, então cremos que ao chegar ao ponto

final deste trabalho poderemos afirmar que o Passado proposto pelo investigador é, em grande medida, ele mesmo, Francisco Martins Sarmiento.

Martins Sarmiento, na materialidade específica do seu corpo e do seu espírito, é o centro de convocação de todo um enorme conjunto de lugares, pessoas, ideias e materiais, que se articulam numa teoria organizada do Passado. E se é certo, por um lado, que a articulação interna da teoria final de um investigador possui um carácter universal que lhe é dado pela ‘exterioridade’ dos materiais, ideias, e pessoas que são por si convocados para definirem a ossatura da hipótese formulada, essa mesma convocação é feita a partir de um ponto central absolutamente único na superfície infinita de todos os espaços-tempos geradores de outros centros possíveis de organização dessa imensa convocatória. Ser Francisco Martins Sarmiento, viver entre a terceira e a última década do século dezanove, e habitar em Guimarães e Briteiros, tais são os elementos que fixam a teoria do investigador ‘ao chão’, e a dotam com uma individualidade que a torna única, ao mesmo tempo símbolo e remate de uma biografia científica.

A hipótese histórica fundamental que subjaz à hermenêutica sarmentiana das lendas gregas é a de que na narrativa efabulada corre, *sub voce*, a verdadeira ‘argonáutica’ fenícia, um verdadeiro *ur-text* que descreveria a ‘primeira viagem’ dos marinheiros de Tiro ao Norte da Europa, e especialmente às Ilhas Britânicas, destino escolhido pelo facto de aí supostamente se situarem as principais jazidas de estanho que alimentavam a civilização do bronze de toda a Europa.

Martins Sarmiento desenvolve a sua teoria de uma ‘argonáutica fenícia’ a partir da análise das várias lendas gregas que incidem sobre o tema da ‘viagem’, comparando o seu valor ‘mediado’ com o das informações providenciadas pelas ciências ‘positivas’ auxiliares da História. E da correspondência assim estabelecida fixará, ponto a ponto, a contiguidade da idealidade da efabulação passada com a materialidade dos vestígios concretos do presente.

O primeiro, considerando uma ordem cronológica do tempo mítico-histórico, das expressões lendárias da Grécia antiga que versam sobre as viagens dos Tírios ao Atlântico, são os Trabalhos de Hércules. A partir da análise dos três últimos Trabalhos do semi-deus, Martins Sarmiento recolhe a argumentação necessária para a localização das viagens fenícias e do seu suposto encadeamento temático com as narrativas

homéricas e de Apolónio. As Hespérides e o gado de Gerião, a viagem ao Lago Trítón, a viagem pela Ligúria, a aventura na gruta de Caco, todos estes elementos serão renovados no cenário norte-atlântico das Ilhas Britânicas e na costa atlântica do Saara, no contexto dos quais alguns elementos ganham uma respeitabilidade ‘fenomenológica’ que o autor não deixará de destacar.

Também Ulisses será forçado por Martins Sarmiento a abandonar os lugares familiares das penínsulas itálica e grega, ao redor das quais a tradição escoliasta fazia localizar as principais etapas das suas deambulações, para transitar, desassombradamente, para o mar Atlântico, também, como Hércules, em latitudes europeias e africanas; e até a terrífica viagem que o marinheiro de Ítaca faz à morada de Hades, será, para Martins Sarmiento, devidamente restituído ao seu valor histórico de uma viagem ao ‘país dos Cimérios’, à terra em que a ‘noite se sucedia à noite’, enfim às latitudes escandinavas.

Será, porém, na viagem dos Argonautas, que justamente dá o título ao estudo crítico, que o essencial da hermenêutica de Martins Sarmiento se afirma. O investigador embarca na divina *Argo* e com ele leva também os seus leitores. A experiência, como se verá, é ‘fantástica’, sob todos os significados que esta palavra pode encerrar. Já não se trata, como nas obras anteriores de apenas fixar os pontos da nova geografia restituída, e assim identificar as principais etapas da viagem dos marinheiros do mediterrâneo oriental ao Atlântico, desde as Canárias ao Mar do Norte; é bem mais do que isso. Agora convive-se intimamente com Jasão e Medeia, como Aetes e Argus, com o ‘divino’ Alcínoo. De imediato nos apercebemos que a viagem dos Fenícios é apenas um pretexto para exautorar toda uma tradição ‘orientalista’ de interpretação da civilização antiga e propor alternativamente, a noção de um ‘Ocidente ignoto’, pleno participante da vocação civilizadora dos povos arianos.

A ‘argonáutica fenícia’ estabelecida por Martins Sarmiento possui, assim, alguma características reveladoras do seu propósito último de afirmar uma nova ‘filosofia da história’. É uma antecipação do ‘ocidentalismo’ hegeliano, provendo aos Lusitanos as qualidades que a teoria histórica do filósofo alemão guardaria para momentos bem mais tardios do desenvolvimento do *Zeitgeist* europeu.

A restituição geográfica é elaborada pacientemente por Martins Sarmiento através da identificação assumida entre as etapas da ‘primeira viagem’ dos Fenícios com os

elementos vestigiais do presente. Mas o passado que se desoculta é, ao mesmo tempo, o dos marinheiros fenícios, narradores desta argonáutica restituída, e dos povos ignotos do Ocidente, sobre os quais a mesma narrativa incide. Martins Sarmiento não esconde a preferência pelos segundos, e afadigar-se-á em isolar, dos elementos de efabulação grega propriamente dita, aqueles que pensa poderem referir-se aos povos ‘arianos’ do Ocidente.

A ‘estratégia hermenêutica’ não varia: uma gigantesca ‘*interpretatio inversa*’ providencia os fundamentos de uma restituição generalizada do fundo ariano do Ocidente. As personagens, os lugares, os eventos da narrativa argonáutica, são reinvestidos de uma nova qualidade; Jasão é um marinheiro fenício que conquista Medeia, uma princesa dos Albiões; as Sereias de Ulisses são os rochedos do Golfo da Biscaia e a sua ‘vencibilidade’ é afinal a determinação de estabelecer uma rota marítima directa entre a Corunha e a Bretanha. A substituição hermenêutica a que podemos assistir na obra *Os Argonautas* de Martins Sarmiento é ‘formidável’, no sentido próprio desta palavra; é excessivo, totalitário e, porém, a elegância narrativa, a determinação paradigmática, a estética da ‘longinquidade’, tudo concorre, se não num fundo de verosimilhança da formidável interpretação, pelo menos para um terreno sustentado pela dúvida histórica metódica.

O mapa dos ‘lugares do passado’ não se esgota na ‘restituição argonáutica’ da viagem dos marinheiros de Tiro. O objectivo de Martins Sarmiento vai bem para lá dessa caracterização. O que o autor pretende, desde o início d’*Os Argonautas* (desde o início da sua obra científica?), é ‘chegar a casa’. Com esse intuito explora todas as minudências das narrativas efabuladas das lendas gregas e confronta-as com as providenciadas pelo seu estudo crítico da *Ora maritima*. As vagas referências dos primeiros documentos ‘argonáuticos’ são agora tornadas mais visíveis, irrefutáveis, quando se vêem coincidir com os que o périplo ‘cartaginês’ menciona desde o golfo de Cádiz até o Mar do Norte. O território que vem a constituir Portugal, com tão escassas referências em Apolodoro, Homero e Apolónio, vê-se agora repleto de informações sobre cidades, povos, divindades e personagens. Se *Os Argonautas* narram ‘quem vê’, a *Ora maritima* descreve ‘quem é visto’. E aos Albiões, presentes já na etnonímia escassa de Apolónio e Homero, junta-se agora uma série infindável de novos actores colectivos da primeira ‘História’ do litoral ocidental da Península Ibérica: Lígures e Draganes,

Cempses e Sefes, Tartéssios e Cinetes; dentre estes caberia aos primeiros, aos Lígures do noroeste, a especial honra de neles se filiarem os Lusitanos da fontes posteriores.

A filiação que Martins Sarmiento vai enunciar directamente entre estes Lígures do Mar do Norte e os Lusitanos do noroeste da Península Ibérica deve desde logo alertar-nos para a concreção metaparadigmática essencial que estrutura a sua obra. Todos são representantes do ‘glorioso’ povo do Bronze, desses ‘Lígures’ que são o representante ariano do Ocidente da Europa, e que reaparecem, sob diversos nomes, a dominar quase inteiramente o continente europeu, desde a sua origem asiática até o litoral ocidental.

Além do ‘passado do lugar’, da espessura cartográfica com que veremos Martins Sarmiento dotar a sua teoria etnogénica dos Lusitanos, incidiremos a nossa atenção igualmente na elucidação dos vários níveis de ‘regionalização teórica’ que estão presentes na obra de Martins Sarmiento.

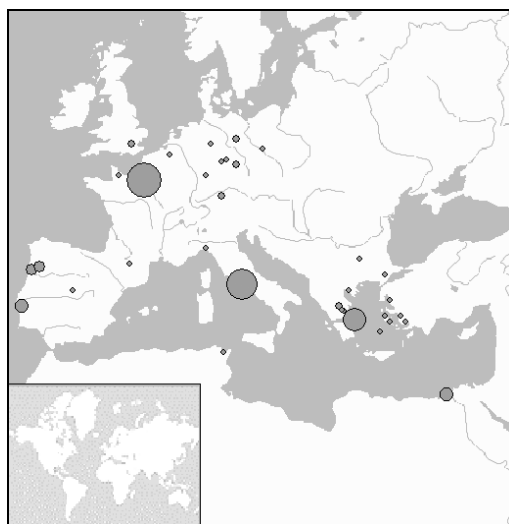


Figura 5 – ‘Geopolítica’ da estrutura citacional dos Argonautas

Fonte: Lugar de edição das obras citadas na obra *Os Argonautas* (Sarmiento 1887). No caso dos autores clássicos, quando a informação não existia, optou-se por cartografar o lugar em que o respectivo escritor viveu a sua vida pública.

A ‘regionalização teórica’ d’*Os Argonautas* pode inferir-se pela citação dos autores nela presentes. Da estrutura citacional assim determinada desenvolveremos algumas ligações preferenciais com a esfera citacional da obra completa de Martins Sarmiento, naquilo que nos permita compreender de que modo e que papel cumprem estas diversas personagens que habitam a sua obra. Existe aqui uma diferença essencial entre esta

recolha e a ‘convocação de pessoas’ a que fizemos referência em momento anterior. Decerto que ambos se sobrepõem, mas neste momento a nossa intenção é designar especificamente a estrutura citacional d’*Os Argonautas*.

Como se pode ver no mapa respectivo, existe uma história ‘geopolítica’ no que diz respeito aos autores que são fundamentais para que se compreenda a regionalização teórica a que Martins Sarmiento tem de submeter. Esta estruturação ‘geopolítica’ replica-se, além do mais, numa ‘topografia social’ do tempo do autor, pois, ao criar uma determinada estruturação propriamente espacial da investigação, irá contribuir para criar tradições de investigação no seio da História da Antiguidade que são ainda vivazes no tempo do autor. Ao propor as suas teorias ‘atlantistas’ e ‘ocidentalistas’, Martins Sarmiento terá de enfrentar, não apenas o tempo longo de afirmação dessas tradições mas também a concreção social que elas manifestam entre os investigadores seus contemporâneos.

Por um lado, podemos ver um núcleo de autores da ‘biblioteca sarmentiana’ que se dispõem ao redor de Atenas e Alexandria. Este é, por isso, o primeiro ‘combate’ que Martins Sarmiento tem de travar no contexto da topografia social sua contemporânea. Trata-se, naturalmente, dos autores ‘gregos’, dos quais o investigador recolhe não apenas as relações histórica e geográfica do mundo antigo, mas especialmente das lendas referidas às viagens de Hércules, Jasão e Ulisses. A ‘geografia imaginativa’ da crítica contemporânea de Martins Sarmiento é homóloga à própria origem dos escritos e dos seus centros de difusão. Dizem respeito a um filo-helenismo pervivente no ‘século romântico’, que fixa inapelavelmente a ‘geografia homérica’ na península egeia e espaços circundantes, com os limites extremos do Mar Negro e da península itálica e ilha da Sicília. No momento em que Martins Sarmiento se afadigue em demonstrar que a ‘viagem argonáutica’ é de fundo fenício e que o cenário das suas aventuras é o Atlântico, basta um olhar sobre esta parte do mapa para que se tenha noção da dificuldade ‘geográfica’ que necessariamente essa posição teria de enfrentar.

O ‘arianismo’ é um elemento central de afirmação ‘civilizada’ do Ocidente a que Martins Sarmiento fará referência.¹⁵⁷ Porém, deverá confrontar-se com uma organização

¹⁵⁷ O arianismo enquanto afirmação eurocêntrica associada aos principais fundamentos culturais do território que viria a ser a Europa das nacionalidades do século dezanove tem uma história muito longa, e que poderia ser narrada

prévia e sua contemporânea do mesmo conceito e veremos que a sua argumentação não deixará de, em inúmeras situações, tomar em consideração a ameaça de tradições interpretativas que colidem mais ou menos frontalmente com a sua, e das quais destacaremos duas, por serem as que mais repercussão e aceitação tiveram na ‘topografia social’ da época: a ‘germanocêntrica’ e a ‘eurocêntrica’.¹⁵⁸

A primeira delas, com expressão explícita em Penka e Zeuss, enunciava a possibilidade de serem os ‘Arianos’, mesmo aqueles que teriam dado origem à civilização superior da Grécia, elementos de uma raça cujos atributos físicos os aproximariam da descrição dos Germanos em César e Tácito. Tanto bastou para que se insinuasse uma ‘teoria nórdica’ do arianismo que, embora em tempos posteriores a Martins Sarmiento, é verdade, veio a constituir uma das mais fortes proposições etnogénicas de fundo racial dos inícios do século vinte.¹⁵⁹ Martins Sarmiento pôde ainda,

em episódios distintos no tom, mas idênticos na intenção. Desde os trabalhos iniciais de Winckelmann que a História da Antiguidade se compraz em desenhar uma filiação quase directa do fundo civilizacional do passado nas formulações políticas do Presente. Estas podem variar nos destinatários, que vão sendo ora os ‘mediterrânicos’ (na qual claramente se irá inserir Martins Sarmiento) ora os ‘nórdicos’, ora os ‘eslavos’ (através da conveniente ligação do Império Romano bizantino), ora a Europa considerada no seu todo (cf. Bernal 1987).

¹⁵⁸ Deve dizer-se, desde logo, que Martins Sarmiento não está isolado na concepção europeísta ‘ariocêntrica’ do Passado e da evolução histórica da Europa; na sua ‘História Universal’, Teófilo Braga (VI, 312-3) do mesmo modo afirma que a história universal, é afinal o percurso dos Árias até atingirem a hegemonia perpétua da humanidade. O mesmo tipo de pensamento estrutura muito nitidamente a história ‘de pequena escala’ em Oliveira Martins.

¹⁵⁹ As teorias racialistas de meados para fins do século dezanove, e até em momentos já bem entrados do século vinte, assumiam a diferença irreduzível das diversas ‘raças’ não apenas baseando-se em critérios ‘étnicos’ (a mesma ‘espécie’ mas diferentes ‘subespécies’), mas até admitindo a possibilidade de ‘poligenismo’, isto é, que as diferentes ‘raças’ do Mundo corresponderiam a ‘actos criativos especiais’ da Natureza, de acordo com a mesologia de cada região (cf. a obra ‘cartográfica de Griffith Taylor [1930, 1936 e 1937, como formulações de uma teoria da irreduzibilidade racial com um propósito geopolítico específico associado também à colonização ‘interna’ da Europa]), tema e problemática com antecedentes fecundos na teleologia criacionista, sobretudo na que pretendia determinar quais os povos que poderiam ascender ao estatuto de ‘animados’, i.e., com *alma* (Hanke 1959). Convém recordar que no contexto de uma teoria assim definida, se essencializava a diferença cultural em rupturas ainda mais fundas e de convivência inultrapassável (Gould 1978: 503-509). O receio da ‘contaminação’ ‘poligénica’ resultante da miscigenação racial assim entendida leva, inevitavelmente, a uma representação cultural de irreduzibilidade e a uma prática social e política (e policial) de “apartheid” (e.g.: Shaler 1888: 1-2; 1904: 183; Gregory 1924: 270; para uma crítica histórica, vd. Haller 1963 e 1971). Também, o facto de uma região africana em particular ter ficado associada a esta política de segregação humana, não deve fazer esquecer que esta foi uma prática comum em democracias ocidentais, sobretudo antes da Segunda Guerra Mundial (cf. Higham 1975). No domínio da Arqueologia geológica, esta tentação é antiga, e encontra-se já formulada naquele que é considerado justamente um dos ‘founding

contudo, conhecê-la e rebatê-la, sem que intuísse, ainda assim, o perigo real que o ‘germanismo dolicocefalo’ viria a provocar nas teorias mediterrâneas da ‘arianidade’.¹⁶⁰

Da segunda, já Martins Sarmiento intuiu ser o perigo mais real, e por isso dedicou, nas últimas páginas do seu ‘Lusitanos, Lígures e Celtas’, bem como no ‘A Arte Micénica no Noroeste da Espanha’, algumas páginas a rebatê-la. Trata-se da teoria ‘arqueológica’ de Salomon Reinach que defendia serem ‘indígenas’ da Europa as manifestações da iconografia da Idade do Bronze, que Martins Sarmiento pretendia à

fathers’ da geologia do Quaternário, Guyot (1849: 251; mas cf. Prichard 1841): ‘[T]he creator has placed the cradle of mankind in the midst of the continents of the North, so well made, by their forms, by their structure, by their climate, as we shall soon see, to stimulate and hasten individual development and that of human societies; and not at the centre of the tropical regions, whose balmy, but enervating and treacherous atmosphere would perhaps have lulled him to sleep, the sleep of death in his very cradle’. A mesma posição seria defendida mais tarde, no contexto estrito da colonização dos trópicos: ‘In the real Tropics like India, Cochin China, the Malay Archipelago, and Central Africa, the whole perplexing and urgent problem of European colonization turns on the difficulty or impossibility of acclimatization [...] This means that the conquering white race of the Temperate Zone is to be excluded by adverse climatic conditions from the productive but underdeveloped Tropics, *unless it consents to hybridization* [s.n.], like the Spaniards and Portuguese of tropical America’ (Semple 1914: 628; cf. Garcia e Pimenta 2004). Escusado será quase referir que a tradição arqueológica ‘etnológica’ segue de perto esta versão providencialista da arqueologia ‘geológica’ (Heizer 1962: 69 e ss.; Kendrick 1950: 3 e ss.)

¹⁶⁰ Existem diversas formulações oitocentistas do papel que é cumprido pela ‘raça’ na estruturação da dinâmica históricas das nacionalidades e da ‘mesologia’, isto é, o papel do ambiente, na conformação dos caracteres da ‘raça’. Isto significa que a visão dominante da ‘antropogeografia’ ratzeliana que veio a constituir, através do filtro histórico dos críticos espiritualistas do século dezanove, não foi a única dessas formulações (Ratzel 1896). Em todo o caso, no contexto do ratzelianismo e da tradução forçada que lhe foi movida, sobretudo por Huxley, no sentido de afirmação da irredutibilidade das diferentes ‘raças’ entre si foi-se perdendo uma das características mais genuinamente presentes no pensamento do investigador alemão – a noção de que o próprio ‘acto de migração constituía um acto de salvaguarda da espécie’, por implicar, mesologicamente, *variação* (Suloway 1979). Este elemento wagneriano (Moritz) do pensamento de Ratzel veio a ser posteriormente invisibilizado, até quase se perder a sua formulação original, sob uma crítica de consenso generalizado, mas imperfeitamente demonstrado, de que aquele autor defenderia, à *outrance*, a superioridade propriamente ‘biológica’ da ‘raça’ nórdica (Mayr 1972a: 981-989; 1972b: 562-566); a ‘des-racialização’ estrita do pensamento ratzeliano não pôde ser completado até que Mark Bassin estabelecesse um revisionismo científico (Bassin 1987). Quase é necessário fazer referência que o quadro de inteligibilidade em que se inserem actualmente os mecanismos de movimentos de povos e de migração de traços de cultura material se refere directamente ao da estruturação das relações sociais, e se a ‘raça’ ou a ‘etnia’ poder ser tomadas em consideração, são-no sempre, não como construtos naturais em si mesmos mas sim como mais uma ordem de estruturação social e cultural dessas mesmas relações; cf. as introduções respectivas aos livros de Anthony (1997) e Chapman e Hamerow (1997).

viva força incluir entre as manifestações artísticas da grande migração asiática dos Arianos.

Não é impossível ver na preocupação ‘diferencial’ de Martins Sarmiento face a estas duas teorias alternativas uma replicação da ‘geopolítica diferencial’ da comunidade académica do tempo do autor. De facto, a proposta de Reinach não só tinha origem entre a comunidade francesa, a que mais prestígio deteria entre a comunidade científica nacional, como o facto de Reinach ter exercido a sua ‘regionalização teórica’ no domínio da Arqueologia, no qual Martins Sarmiento esperava legitimamente exercer algum tipo de autoridade pelo facto de ter exumado Sabroso e Briteiros, tornava mais premente a resposta.

Um outro ‘núcleo’ de autores e obras polariza-se ao redor de Roma. São os geógrafos, os historiadores, os cronistas do Império, que congregam a informação dos povos indígenas com que Roma estabelece contacto. O ‘romanismo’ acentuado que estes autores revelam constituirá, também, um problema de afirmação ‘epistemológica’ para Martins Sarmiento. Neste caso, e ao contrário do que sucedia com a órbita helénica, é mais um problema de ‘antropologia’ que de ‘geografia’, mas este mesmo não está ausente.

O ‘ligurismo’ de Martins Sarmiento está, desde o início, ensombrado pelo ‘ligurismo histórico’, o das fontes romanas, que o situam, inequivocamente, no recôncavo de Génova. Será da inadequação deste dialecto regional à língua dos ‘neo-célticos’, que Martins Sarmiento considera ‘ligúrica’, que Jubainville, justamente sugestionado por Adolfo Coelho, despedirá secamente os argumentos de Martins Sarmiento sobre a possibilidade de uma língua comum a todo o ‘povo do Bronze’.¹⁶¹ Não é, pois, só no domínio do ‘arianismo’ que Martins Sarmiento tem de inserir a sua ‘geografia imaginativa’ do passado numa rede regional de interpretação já estruturada e diferenciada. O ‘ligurismo’ de Martins Sarmiento (um dos domínios em que a sua teoria

¹⁶¹ Não pretendemos sair do âmbito estrito deste trabalho e intrometermo-nos nas questões e problemáticas associadas ao eventual carácter ‘transnacional’ das culturas da Idade do Bronze, sobretudo quando comparadas com a ‘fragmentação’ que se lhe segue ao longo da Idade do Ferro. Ainda assim, não podemos deixar de notar a actualidade do pensamento de Martins Sarmiento neste domínio, quando afirmava que a Idade do Bronze parecia apontar para uma única gramática decorativa da sua cerâmica e bronzes, e compará-la com o reconhecimento, por parte da crítica contemporânea, de um ‘pervasive style’ na cerâmica e ourivesaria da I Idade do Ferro ‘atlântica’ (De Boer 1999).

etnogénica será justamente mais ‘fustigada’) exigia uma sobreposição perfeita entre este ‘povo’ e os vestígios arqueológicos dominantes na Idade do Bronze, além de exigir, também, que uns e outros fossem entendidos como manifestações de ‘arianidade’. Numa e noutra das exigências não seria o autor ouvido; e em ambas a investigação sua contemporânea pretendeu desacreditá-lo.

No plano propriamente ‘antropológico’, a luta foi igualmente árdua. No contexto oposicionista que habita as descrições romanas dos povos indígenas, estes são apresentados, ora como ‘bons’, ora como ‘maus selvagens’ – *em todo o caso, sempre selvagens* (cf. Guerra 1995). Para Martins Sarmiento, porém, a intenção maior da sua obra é demonstrar a *equivalência civilizacional* entre Lusitanos e Gregos e Romanos, pelo menos ao nível dos fundamentos espirituais; daqui se imagina a luta tenaz que o autor tem de sustentar, quer com as origens das tradições romanistas, quer com a longa escolástica delas derivada. Pertence a este contexto, por exemplo, a afirmação de Martins Sarmiento sobre a pervivência de povoamento nos ‘castros’, ao longo da dominação romana, ao contrário dos que, dotados de um ‘romanismo exclusivista’, viam na descida para as planícies’, comentada por César, a única visão possível da organização do Entre-Douro-e-Minho.¹⁶²

O terceiro ‘núcleo’ que se desenha nitidamente na geografia da estrutura citacional é o que reúne as publicações mais recentes ao redor de Paris. Nem todos os autores aí incluídos se apresentarão como defensores das mesmas teorias científicas; mas também facilmente se compreende que entre eles não deixará de insinuar-se uma visão ‘francocêntrica’ sobre a etnogénese dos povos da Europa e especificamente das suas regiões ocidentais; ora, ser-se ‘francocêntrico’ em relação à ‘geografia imaginativa’ da pré-história ocidental europeia implica precisamente ser ‘celtocêntrico’, uma vez que os

¹⁶² Não só do Entre-Douro-e-Minho mas também da Galiza, do mesmo modo (Pisón 1979: 55 e ss.). Apesar de Martins Sarmiento estruturar o seu modelo de ‘evolução cronológica’ do fenómeno castrejo numa periodização hoje reconhecida como demasiado rígida e ‘idealista’, ainda assim a crítica contemporânea não veio a desmentir em absoluto aquele modelo sarmentiano, de uma certa ‘conspicuidade’ dos povoados iniciais, e de um relativo ‘deslizamentos’ destes ao longo das encostas até organizarem a economia de ‘vale’ (Criado 1992: 250; 1993: 38; Parcero 1995; 2000; sobre as relações coloniais estabelecidas entre romanos e a esfera indígena num contexto de exploração de recursos e mão-de-obra e determinação de um mercado dirigido, cf. Sastre 1999: 358-359; 2001: 67, 291 e ss., 2002: 215). É, porém, justo dizê-lo que os limites cronológicos desta realidade não coincidem em absoluto com a periodização idealista de Martins Sarmiento.

Gauleses, desde os primeiros humanistas, e já em versões mais científicas do passado, sempre vinham sendo apresentados como os directos antecessores dos Franceses. É também por esta razão ‘geopolítica’ que veremos, mais uma vez, Martins Sarmiento a pretender inserir a sua ‘geografia imaginária’ do passado europeu num ‘fundo de mapa’ já preenchido por muitos concorrentes, no contexto de uma ‘geopolítica epistemológica’ que lhe deixa pouco espaço de visibilidade para uma teoria ‘ligúrica’ dos ‘neo-célticos’, a que adicionaria a ‘impertinência científica’ de considerar os Gauleses como povos germânicos!

A plêiade de lugares de publicação pelos territórios da Alemanha garantirá, a Martins Sarmiento, que não está sozinho nessa determinada menorização do papel dos ‘proto-Franceses’ na Pré-História da Europa. E será por isso mesmo que se acompanhará de autores alemães no momento de a fazer desacreditar – trata-se apenas de uma manobra de ‘diplomacia epistemológica’.

Em último lugar desta ‘sub-introdução’, replicando a mesma posição que ocupa na secção mais teórica em que propusemos a ‘afirmação de um ponto-de-vista geográfico’, e antecipando também uma posição equivalente que irá deter na apresentação final deste nosso trabalho, gostaríamos de fazer referência ao ‘cronotopo’ bakhtiniano e, especificamente, ao modo como ele será traduzido na espessura da narrativa sarmentiana.

Após termos ‘viajado’ com Martins Sarmiento através das suas diversas ‘geografias imaginárias’ dos Argonautas, termos desenhado o mapa ‘atlântico’, por si delineado, percorrido por Ulisses e Hércules e Jasão, termos procedido à caracterização da estruturação ‘espacial’ da sua historiografia, desde a essencial ‘europeidade’ ariana de fundo mítico oriental, passando pelas escalas necessariamente mais próximas do seu lugar-corpo – o ‘arco atlântico’, de ressonância burguesa e liberal, o ocidente de Espanha conquanto prefiguração da nacionalidade, a região dúrio-minhota repleta de vestígios pré-romanos –, até desvendarmos a própria esfera de identidade, dedicaremos então algumas páginas a tentar compreender qual o estilo discursivo da narrativa histórica em Martins Sarmiento. Em suma, procuraremos compreender qual o ‘cronotopo’ dominante da sua obra, o que constituirá a conclusão deste trabalho.

Nesse momento, queremos acreditar, estaremos em condições de apresentar aquela que foi para nós uma das características mais impressionantes da leitura detida da obra sarmentiana: a metáfora ‘antropomórfica’ e ‘masculinista’ que faz uso para descrever a etnogênese da ‘Lusitânia’, e a sua organização em função do ‘*lugar*’ e do ‘*tempo*’ que são os do autor.

A ‘Lusitânia’ (a ‘primitiva’, entenda-se – *i.e.*, a que se estende entre o Tejo e mar Cantábrico) é, para Martins Sarmiento, um organismo vivo, uma personalidade, e especialmente, uma mulher. As fases históricas que o autor desenha na sua evolução no tempo são apresentadas, descritas e sentidas como momentos significativos da vida de um ser humano querido.

Toda a narrativa sarmentiana se inicia com esse momento singular, de ressonância mítica (e equivalência antropomórfica) do *nascimento*. É uma exigência ideológica do autor aquela que apresenta *ex-nihilo* a presença dos ‘Arianos’ ‘vinda do nada’: de facto, estamos em presença de uma ‘criação’, de um ‘parto’, e em que as constantes referências à ‘luz ariana’ permitem tão bem reconhecer simbolicamente.

Seguir-se-lhe-á esse momento historicamente imponderável, a longa ‘Idade do Bronze’, em que por toda a Europa – ao longo dos seus principais rios, nas três penínsulas do Mediterrâneo (a grega, a itálica, a hispânica), nos países remotos do norte da Europa, nas Ilhas Britânicas, na Gália... – todo o continente é de uma só ‘família’; os atributos considerados (e os adjectivos utilizados) remetem invariavelmente para sentimentos de harmonia, vidas de conforto, convívio de familiaridade: é de uma *infância* que se trata. O ‘mal’ está ausente, a dor e a guerra não existem; como no tempo humano de que é equivalente, este é um tempo narrativo ‘sem tempo’, uma geografia em que o ‘tempo’ passa muito devagar ou não flui de todo; e, por isso, Martins Sarmiento condensará todas as manifestações arqueológicas pré-romanas nesta vasta ‘infância do Bronze’, em que tudo se mantém, por séculos, e em todos os lugares, uniforme e inalterado.

Subitamente, porém, um perigo incerto insinua-se, vindo de longe; nas fronteiras mais distantes daquele vasto solar ‘lígure’ surgem as ameaças das hordas invasoras dos povos ‘celtas’. Estes são guerreiros intrépidos, que associam à coragem física o prazer da guerra, da conquista, a ignorância da civilização, trazendo consigo uma ‘nova espada de ferro’, dura de aço, enorme, desconhecida dos pacíficos povos ‘lígures’, que

levantam contra uma terra ‘ligúrica’, assim precipitada no termo da sua infância. Os sentimentos de Martins Sarmento, como veremos, quando descreve estas movimentações de povos e as invasões delas decorrentes, replicam, simbolicamente, um pai receoso que vê aproximarem-se da sua filha, quase núbil, o espectro da violência, a que a longa espada de ferro empresta mesmo uma ressonância freudiana adequada.¹⁶³ É a *puberdade* de uma ‘Lusitânia’ ameaçada que Martins Sarmento descreverá nos mais ‘abjectivistas’ termos que na sua obra se podem recolher. Os Celtas são a sua ‘bête-noire’, e a descrição que deles faz, mostrando-os, sempre, em oposição estrutural aos povos ‘lígures’, demonstra que entre estes dois mundos é impossível qualquer tipo de convivência para lá do contexto da violência, da guerra, do estupro da terra.

A ‘Lusitânia’, ‘pela sua posição’ (e aqui se detecta também o ‘idealismo geográfico’ de ressonância ritteriana que habita a obra de Martins Sarmento) escapa quase milagrosamente à destruição que os Celtas infligirão sucessivamente nos vales do Reno, do Danúbio, do Ródano, na Padânia, na Gália e, finalmente, nas regiões orientais da Península Ibérica. A ‘Lusitânia’ é assim apresentada como o ‘lugar eleito’ pela própria história, para que nele convirjam, vindos de norte, das Ilhas Britânicas, e do sul, escapando à pressão fenícia que se exerce sobre os litorais do golfo de Cádiz e da terra tartéssica, os ‘últimos descendentes’ da ‘velha raça do Bronze’; sob o nome conjectural de ‘Ligusitanos’, Martins Sarmento estabelece a genealogia dos povos do noroeste da Península Ibérica, e apresenta, imaculada, a ‘noiva lusitana’ que a horda celta não pôde blasfemar. Ei-la, pois, na sua pureza virginal, a terra lusitana que só a um pretendente de

¹⁶³ Teremos oportunidade de constatar a ausência de metáforas masculinistas ‘agressivas’ em Martins Sarmento, assim como a ausência de valorização do fundo guerreiro dos Lusitanos. Este ponto é tanto mais curioso quanto as estátuas ‘galaicas’ permitiriam largamente uma leitura desse teor, que de resto será tentada, contemporaneamente ao autor, por Figueiredo Guerra e, no momento de afirmação nacionalista dos inícios do século vinte, por Mendes Correia; este será de resto um trope narrativo comum na apresentação do passado proto-histórico da ‘cultura castreja’, e transferido quase directamente para a ordem ‘histórico-filosófica’ da consciência ‘nacional’ (Carvalho 1954). Em Martins Sarmento, contudo, a ‘linguagem corporal’ da agressividade e da violência ‘masculina’ será sempre reiterada na figura do ‘guerreiro celta’, numa oposição estrutural de oposição entre duas ordens de masculinidade, cuja pertença / ausência remete para a ordem social da prática da própria diferença (cf. Bourdieu 2001: 120 e ss.). Em todo o caso, e ainda que o conteúdo concreto da questão da ‘celticidade’ do registo arqueológico do primeiro milénio a.C. no noroeste da Península Ibérica esteja fora do âmbito do nosso trabalho, sempre diremos que esse mesmo problema, o de poder equivaler uma realidade material arqueológica ‘camponesa’ (Fernández e Sánchez-Palencia 1998) a uma sociedade eminentemente guerreira, aflora nalguma crítica contemporânea (Brañas 1995 e 2000; García 1990).

igual estirpe pode ser recomendada: sê-lo-á, justamente, quando o Romano, descendente orgulhoso da mesma ‘arianidade’ que dominara toda a Europa pré-céltica mas tornado mais forte pela conquista, pela expansão pela luta vitoriosa contra os Celtas e os Germanos, vem e toma virilmente, como um dote, a terra Lusitana, é de um *casamento* consentido que se trata, de uma união natural entre povos do mesmo sangue, porque apesar de serem distantes os lugares de origem, no ‘tombo genealógico’ de Martins Sarmiento, ambos são infantes do mesmo solar, que o investigador quase inconscientemente reproduz quando narra a prodigiosa profecia que aclama Galba entre os Cântabros. A ‘noiva lusitana’ é, porém, orgulhosa, se se submete ao conquistador romano, fá-lo-á com o denodo de quem possui os mais antigos pergaminhos da genealogia ‘ariana’ da Europa. Para Martins Sarmiento, o Romano conquistará, naturalmente, pela força cosmopolita, pela urbanidade, o território que lhe é destinado em dote; as melhores terras, os melhores caminhos, as melhores cidades; a Lusitânia (a primitiva, a quem desapoderam do nome para o atribuir a uma ficção geográfica de Roma), porém, não se submete servilmente. Recolhe ao cimo dos montes, aos caminhos dos bosques, aos ‘castros’ de antigamente, e faz perviver, na tradição esquecida desses lugares, o esplendor da sua ‘idade de ouro’.

Finalmente, até os lugares recônditos lhe serão negados; a chegada simultânea das ‘hordas germanas’, vindas das fronteiras mais distantes do Império, e dos cultos da nova religião, estes vindos do seu próprio seio, ditarão a *morte* desta matrona lusitana entretanto envelhecida. Uma vez o Império dissolvido, quase mais nada restará. O mundo ‘ligúrico’ que Martins Sarmiento descreve, desde o seu luminoso nascimento conhece o fim irreversível; a barbárie germana destruirá os fundamentos da civilização romana; o cristianismo crescente substituirá para sempre as divindades do Olimpo lusitano. Aparentemente, é o fim, e esperar-se-ia que a narrativa de Martins Sarmiento terminasse aqui.

Porém, Martins Sarmiento guardará ainda, como veremos, um último alento para a personagem favorita da sua narrativa histórica, e para esse mundo ‘ligúrico’ que vê desaparecer com evidente nostalgia, Quase irreconhecível sob o peso dos séculos, o ‘povo humilde’ do seu Entre-Douro-e-Minho vai transmitindo, quase sem se dar conta, os últimos testemunhos da grandeza perdida da distante ‘Idade do Bronze’. E ele próprio, Martins Sarmiento, se convida a si próprio a integrar a longa narrativa do

Passado; ele é o intérprete da linguagem do passado, o demiurgo da aparente *regeneração* de um povo inteiro. Recolhe infatigavelmente, romanticamente, nostalgicamente, os vestígios materiais, linguísticos, etnológicos desse passado e traz de novo à luz o fundo pagão da espiritualidade ‘ariana’. Eventualmente, o ciclo fecha-se, e a ‘Lusitânia’ renasce pela pena do seu autor.

II. 2. A hermenêutica ‘fenícia’

Na mitologia da Grécia antiga existiam versões contraditórias do trajecto e localização das aventuras dos Argonautas. Martins Sarmento tomará partido dessa indecidibilidade inicial para sublinhar a verosimilhança da sua própria interpretação, que fará coincidir parcialmente com uma das geografias míticas enunciadas. Da existência de versões contraditórias, conclui justamente o autor que se está em presença de um fenómeno de ‘aculturação’ de uma aventura ‘gloriosa’ que pertence não aos Gregos mas aos Fenícios: a expedição dos Argonautas era ‘uma das maiores glórias da Grécia heróica’ não só pelas ‘peripécias que a caracterizavam’ mas também, e é este ponto que é conveniente sublinhar para se poder ver em toda a extensão a influência que naturalmente exerce no filo-helenismo da época, ‘pelo *tempo em que fora efectuada*’ (Sarmento 1887a: viii).

Nela se narra a aventura marítima de um grupo de heróis marinheiros que, tendo partido de Iolcos à procura de um ‘velocino de ouro’, e tendo-o enfim encontrado, no exacto momento em que pretendem regressar a casa com o produto dessa demanda, vêm sublevar-se contra si o povo dos Colquídios que os perseguem incessantemente por todo o Ponto Euxino. ‘Encurralados neste mar’, porque o estreito que o ligava ao Mar Mediterrâneo havia sido tomado pelos seus inimigos,¹⁶⁴ os marinheiros da *Argo* vêm-se obrigados a procurar outro caminho. É sobre o percurso desta fuga que a geografia mítica das narrativas antigas já divergiam entre si. De entre versões mais creditadas,

¹⁶⁴ Para Martins Sarmento a informação de que o estreito se encontrava em mãos dos ‘Colquídios’, para ele os Albiões, é um dos pontos mais significativos da narrativa argonáutica e a demonstração de que ela se refere ao Mar do Norte, em que se identificava com o canal da Mancha, passagem marítima que o périplo de Avieno afirmava ter estado sob domínio de um mesmo povo.

uma, a do Pseudo-Orfeu, vulgarizada por Timeu,¹⁶⁵ com o recurso a informações de outros historiadores, os

fugitivos dirigir-se-iam à Palus Meotide e, tomando pelo Tanais e por outro rio anónimo, viriam ter ao Mar Crónio, Mar do Norte, voltando a Iolcos pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo. É a versão do falso Orfeu.

Uma outra versão, apoiando-se numa geografia mais ‘egeia’,¹⁶⁶ a epopeia dos heróis argivos teria como cenário as regiões do Mediterrâneo oriental:

[D]o Euxino vieram eles sair ao Adriático pelo Danúbio e por outro rio, que do Danúbio trazia a este mar, entrando em Iolcos, depois de vários incidentes, de que só importa nomear aqui a travessia pelo Pó e pelo Ródano. É a versão de Apolónio de Rodas, o poeta que tratou este assunto com verdadeiro amor. [Sarmiento 1887a: viii]

A estratégia crítica de Martins Sarmiento será o de desmentir no essencial qualquer uma destas versões, mas retendo de cada uma delas o que possa servir-lhe para reconfigurar a viagem dos Argonautas como sendo a viagem dos Fenícios ao norte da Europa. Para isso socorre-se das autoridades da crítica histórica sua contemporânea, com o intuito de demonstrar que quer um quer o outro dos destinos não estavam ao alcance das competências náuticas dos Gregos da época heróica. Martins Sarmiento é claro nesse aspecto: não é apenas o Oceano Atlântico que está fora da sua órbita, mas o próprio Mar Negro, que a esta época ainda não era um lugar de colonização dos Gregos, o que apenas viria a suceder mais tarde.¹⁶⁷ Mas se a viagem marítima era quase uma

¹⁶⁵ ‘Beaucoup d’historiens, tant anciens que modernes (de ce nombre est Timée), prétendent que les Argonautes, après avoir enlevé le toison d’or, apprirent qu’Aétès tenait l’entrée du Pont fermée par ses navires, et que cette circonstance fournit aux Argonautes l’occasion de faire une action étrange et mémorable: ils remontèrent jusq’aux sources du Tanais, tirèrent leur navire à terre, le traînèrent jusq’à un autre fleuve qui se jette dans l’Océan, et arrivèrent ainsi dans la mer; ayant la terre à la gauche, ils continuèrent leur navigation du nord au couchant, et, arrivés près du détroit de Gadès, ils entrèrent dans la Méditerranée’ (Diodoro [1851]: 320).

¹⁶⁶ Sarmiento (1887: x) chama-lhe ‘geografia homérica’.

¹⁶⁷ A região da Propôntida foi colonizada pelas cidades de Mileto e Megara, especialmente pela primeira, cuja colonização do seu *hinterland* estava directamente ameaçada pela vizinhança do império persa. Ao longo do século oitavo e sétimo a.C. seriam fundadas as cidades de Cyzicus, Parium e Abydus. Os colonos de Megara seriam responsáveis pela fundação de Byzantium, Chalcedon, Selymbria e Astacus, também pela mesma época. O Euxino seria, por sua vez, ocupado ao longo de todo o século sétimo, na sua margem meridional, especialmente pelos

impossibilidade para a época a que são atribuídos os sucessos das viagens dos Argonautas, ‘o itinerário da volta, um dos acontecimentos mais característicos da empresa, era absolutamente impossível, porque nem entre o Euxino e o Adriático, nem entre o Euxino e o Mar do Norte havia as comunicações sonhadas pelos crendeiros gregos’ [Sarmiento 1887a: viii-ix]. Porém, o carácter minucioso de algumas das descrições, a íntima relação que os seus pormenores apresentam com a geografia ‘ocidental’, e a ‘desconstrução’ a que se prestam para quem neles supuser uma geografia fenícia, irá permitir a Martins Sarmiento a edificação de uma teoria que, de uma das versões aproveitará o cenário ‘atlântico’ e de outra a série de sucessos propriamente narrativos. Da fusão parcelar das duas, surgirá o contexto em que o autor irá inserir a sua própria interpretação historiográfica.

Martins Sarmiento tem a plena consciência das dificuldades ao nível propriamente geo-historiográfico por que a sua teoria tem de passar. Como ele próprio reconhece, nenhum dos autores que se dedicavam à crítica da viagem da *Argo*, *se deu ao trabalho de discutir se os Argonautas eram gregos e o teatro do grande feito o Euxino*’ (Sarmiento 1887a: ix). A sua visão alternativa da Argonáutica não se inclui, portanto, na ‘ciência normal’ da crítica histórica sua contemporânea. É uma proposta de ‘ruptura paradigmática’ total, porque exige o desmantelamento prévio de uma certa visão do mundo e do passado. Porém, como sucede em muitas outras teses da sua teoria interpretativa da história antiga da Europa, será este caminho da ruptura que será por ele escolhido. Este é mesmo uma característica propriamente psicológica da historiografia de Martins Sarmiento, a recusa em integrar as suas análises em programas de pesquisa mais estáveis e estabelecidos. Desde o momento em que abandona a tese do celtismo, o autor distancia-se progressivamente da ‘ciência normal’ do seu tempo.

colonos milésios. Os habitantes indígenas com que os Gregos contactaram em toda a região, incluindo (para referir especificamente os que são nomeados pela Argonáutica) os Mariandinos, os Colquídios ou os Trácios, foram descritos por Heródoto como sendo de costumes radicalmente diferentes dos Gregos. A colonização do Mar Negro teria ocorrido, assim, vários séculos antes do declínio de Micenas, cidade a quem Martins Sarmiento atribui a esfera de civilização do bronze helénico, embora alguns autores considerem que as viagens de Ulisses possam referir-se a um período protocolonial de cronologia ligeiramente anterior. Cf. Orrioux e Pantel (1995: 53 ss.) e Malkin (1998: 10).

O facto de estar sozinho com a ‘sua razão’ (este ‘isolamento epistemológico’ de Martins Sarmiento, associado a uma valorização dos materiais que recolhe na região em que trabalha, é uma constante no seu trabalho) não o impede de apresentar a sua teoria nos termos em que a historiografia sua contemporânea o permite. Martins Sarmiento escreve para os seus ‘pares’, ainda que as suas teses sejam em grande medida incompatíveis com as que a historiografia do fim do século dezanove vai produzindo. Acontece assim com a atribuição da língua céltica a povos ‘ligúricos’, do tipo físico moreno aos habitantes que no bronze ocupam a Grã-Bretanha, à geografia ‘ibérica’ das tradições irlandesas e galesas, etc. A confrontação de Martins Sarmiento com as teorias equivalentes que são produzidas pela historiografia sua contemporânea são inúmeras e dão-se em quase todos os domínios científicos. Contudo, talvez em nenhuma delas (a única excepção poderia talvez fazer-se em relação ao pretensão ‘ligurismo’ da língua céltica), seja tão evidente a força ‘geopolítica’ com que tem de enfrentar-se como neste caso da crítica das lendas gregas. A própria designação de ‘lendas gregas’ encerra a dificuldade do programa de Martins Sarmiento, uma vez que a sua intenção é demonstrar que aquelas não são ‘lendas’ nem são ‘gregas’:

Mas os Argonautas eram gregos? O teatro geográfico da sua expedição foi o Euxino? Aqui estão as duas questões que vamos examinar (...), tanto para justificar as promessas do nosso escrito, como a pouca importância que nos merecem as soluções, até hoje propostas. Começaremos pela última, porque resolvida ela, a primeira se resolve por si mesma [Sarmiento 1887a: ix].

Iremos analisar pois, detidamente, qual a argumentação que Martins Sarmiento desenvolve no intuito de ‘devolver’ os Argonautas ao Ocidente, quais os elementos que a constituem, e que tipo de efeitos geo-historiográficos irá provocar na sua teoria histórica do NW da Península Ibérica e, especificamente, da etnogenia dos Lusitanos.

A intenção de Martins Sarmiento, quando procede à hermenêutica dos textos das narrativas épicas gregas, é ‘restituir’ a geografia fenícia que lhes teria dado origem, e que a apropriação por parte da cultura grega havia desfigurado ao ponto de não ser mais possível reconhecer os lugares e povos que ali são nomeados. É por isso perfeitamente natural que a sua estratégia da crítica desses textos passe pela reconstrução propriamente cartográfica das viagens de Jasão, Ulisses e Hércules.

A história da colonização marítima dos Gregos mostrava ser impossível que, numa cronologia tão alta como a da Odisseia, lugar em que vem já referida a aventura dos Argonautas, a margem oriental do Mar Negro,¹⁶⁸ a Cólquida, pudesse já ser conhecida pelos Gregos, que, no entanto, ali localizam o país dos Aetes, povo com que Jasão e os companheiros terão de se enfrentar. Nesta mesma passagem vê Martins Sarmiento uma referência inequívoca ao facto de a viagem da Argo se localizar num ponto ‘para além’ do limite de navegabilidade para os próprios Gregos, ou seja, para um ponto *a ocidente*:¹⁶⁹

Vê-se pois que uma ilha Ea nas extremidades do mar e da terra, tem em lugar próprio nas regiões do Ocidente; e notando que o velho mitógrafo da Odisseia nos aconselha a procurá-la nesta direcção (não esqueça que o país de Aetes e Ea são a mesma coisa), acode a suspeita se Apolónio, entre outros, *não translocaria para as margens do Euxino uma ilha*, que a legenda ante-homérica colocava no Ocidente, e isto porque o obcecava uma grande ilusão (...) – obcecação tal, que nem lhe permitia ver como a sua identificação geográfica era formalmente desmentida pela topografia, que reproduzia fiel, mas inconscientemente. (...) Não hesitamos por isso em afirmar que Apolónio fez à geografia do itinerário de Argus o mesmo que fez à geografia de Ea, tanto mais que estão bem à vista as razões que o levaram à deturpações com que a desfigurou [Sarmiento 1887a: xi e xix-xx].

O primeiro elemento da argumentação de Martins Sarmiento prende-se assim com a identificação do ‘limite de navegabilidade’ a que as lendas gregas faziam referência. O nome de ‘Colunas de Hércules’ tinha justamente entre os antigos esse carácter de fronteira entre o mundo conhecido e desconhecido, entre o mar navegável e aquele de que apenas se conheciam vagas informações, entremeadas com lendas de animais fabulosos e destino trágico das embarcações que neles se aventurassem. Entre os Antigos, esta denominação, e sobretudo a realidade que lhe andava associada, foi

¹⁶⁸ ‘One seafaring ship alone has passed thereby, that Argo famed of all, on her voyage from Aetes (...)’ (Homer, *The Odyssey*, XII, 69-70, vol. I, p. 437 da ed. utiliz.).

¹⁶⁹ Martins Sarmiento apoia esta sua interpretação no facto de, entre os autores gregos mais antigos, a expressão ‘confins da terra’ ser utilizada sobretudo quando se referiam a pontos localizados a ocidente, como é o caso de Hesíodo, quando se refere à localização do Atlas: ‘Atlas sostiene el vasto cielo a causa de una imperiosa fatalidad allá en los *confines de la tierra*, a la entrada de las Hespérides de fina voz (...)’ (Hesíodo: 93).

evoluindo com o tempo, conforme a localização da fronteira ia progredindo à frente da colonização das regiões cada vez mais ocidentais do Mar Mediterrâneo. Assim, a sua nomenclatura e a sua localização, dependiam de dois factores intimamente relacionados: do tempo em que são instituídos, e do povo a que dizem respeito, pois que Gregos e Fenícios, como, mais tarde, Romanos e Cartagineses, não navegavam nas mesmas regiões marítimas.

É na conjugação destes dois componentes, cronológico e geopolítico, da nomenclatura da fronteira da *oecumena*, que Martins Sarmiento irá propor a substituição da ‘geografia homérica’ que a maior parte dos investigadores fazia coincidir com a Sicília, e que se tratava de facto do limite de navegabilidade dos Gregos por muito tempo, por uma ‘geografia fenícia’, que estendia para o Atlântico toda a narrativa da Argonáutica, referida aos limites expansivos que a navegação dos Tírios havia marcado já no Oceano Atlântico.

Na ‘mundividência fenícia’ as ‘Colunas de Hércules’ deveriam fazer referência a um ponto ‘na costa do Atlântico, e para além do qual os seus navios não podiam avançar mais’. Porém, dado que a expansão marítima dos Fenícios, tanto quanto informavam os fragmentos históricos que se podiam recolher das fontes clássicas e das lendas gregas, se tinha efectuado quer no sentido de África, quer no sentido da Europa setentrional, Martins Sarmiento defende que existem não um mas *dois* destes limites.¹⁷⁰

A homologia que o autor estabelece entre as duas nomações permitir-lhe-á inclusive concluir da origem geográfica de cada uma delas. Na nomenclatura grega, as duas ‘colunas’ situavam-se frente a frente, uma na costa africana e outra na costa

¹⁷⁰ ‘[N]ão havia um, mas dois pontos, em que as extremidades do mar, assim entendidas, coincidiam com as extremidades da terra – o que não é para estranhar, desde que se observa que as navegações fenícias no Atlântico eram em duas direcções divergentes, uma para o Mar Austral, ao longo da costa líbica, outra para o Mar do Norte, ao longo da costa europeia’ (Sarmiento 1887a: xi-xiii). O carácter ‘liminar’ das Colunas de Hércules é indiscutível, e não é nossa intenção entrar em considerações que ultrapassam os limites deste trabalho; contudo, não deixaremos de sublinhar a pertinência da opinião de Martins Sarmiento, no que se refere não tanto à ‘nacionalidade’ do mito, como à sua evidente ‘fluidez’. Na própria interpretação grega do feito de Hércules se referem duas versões: na primeira, o semi-deus abriria um canal entre a Europa e África, continentes até aí ligados; numa segunda, porém, faria exactamente o contrário, adelgaçaria uma saída muito maior, de modo a impedir a entrada de ‘baleias e outros monstros marinhos’ (Graves 2004: 501). Nesta última versão, não é impossível reconhecer uma prática ‘geopolítica’ de ocultamento do já descoberto, opondo-se à primeira delas, em que o carácter de *terra incognita* é talvez mais claro.

européia, assumindo-se, contudo, como derivada da ‘geografia mediterrânica’ de que faziam parte, que eram os limites de um estreito, que veio a ser situado, em momentos que a expansão grega cobriu todo o Mediterrâneo, no limite do mar interior, entre o sul da Península Ibérica e o norte de África. Aqui, o autor detecta uma das muitas contradições que uma geografia desta natureza encerraria obrigatoriamente. A ser a margem africana do Estreito de Gibraltar o limite da navegação de Hércules (e supondo que Hércules e os seus mitos consistem numa alegoria das navegações que historicamente se efectuaram no Mediterrâneo), não se poderia explicar como num dos seus trabalhos o semi-deus atingiu o Atlas, promontório exterior ao Mediterrâneo e já em pleno Oceano Atlântico.¹⁷¹

Um problema, porém, subsistia ainda, mesmo quando se admitia como certo que o limite de navegação ultrapassava os limites do próprio Mar Mediterrâneo e se os localizava no Atlântico: era o de saber em qual das duas direcções se deveria procurar a região que a Argonáutica supostamente confundia com a Cólquida. A possibilidade de a situar no limite norte da navegação atlântica apoia-a Martins Sarmiento na ‘geografia argonáutica’ do Pseudo-Orfeu, que dava como cenário das aventuras dos marinheiros da *Argo* o Mar Crónio, denominação que na Antiguidade Clássica se referiria inevitavelmente ao Mar do Norte. Este mar seria, para o investigador, o limite da navegação dos Fenícios ao longo do Atlântico setentrional, e nela poderia naturalmente localizar-se o país de Aetes.¹⁷²

A possibilidade de situar os Argonautas no cenário do Mar do Norte não era, pois, desconhecida entre os historiadores antigos, e Timeu, vulgarizador desta versão, não a

¹⁷¹ ‘Os Gregos colocavam uma na costa da Líbia, outra na costa europeia, e até aqui muito bem; mas com a sua leviandade do costume fixavam-nas nas margens do Estreito de Gibraltar, sem repararem, por exemplo, que marcando a coluna líbia o *nec plus ultra* da navegação de Hércules para a Líbia, tendo ele nesta navegação chegado ao Jardim das Hespérides, nas imediações do Atlas, era perto do Atlas, e não no Estreito de Gibraltar, que ele poderia erguer um monumento, que comemorava aquele feito e indicava os limites que nenhum outro navegador se atreveria a ultrapassar’ (Sarmiento 1887a: xiii).

¹⁷² Esta hipótese é tomada em consideração, mas rejeitada, em muitos trabalhos de crítica da restituição da geografia argonáutica, sobretudo entre historiadores da Antiguidade. Convém tomar em consideração que a ordem de argumentação raramente se estriba em pormenores de ordem geográfica, ou da ‘fenomenologia’ do lugar; contudo, essas são preocupações que, ainda que minoritárias, não abandonam completamente o espírito dos restituídores; cf., e.g., J. H. S. (1931: 311-316)

despreza. Porém, a necessidade de atribuí-la a uma realidade propriamente grega é que teria levado alguns autores subsequentes, entre os quais, e mais decisivamente, Apolónio de Rodes, a transferi-la para cenários que pudessem ser reconhecidos como sendo as regiões em que os Gregos pudessem reconhecê-la como propriamente sua. Segundo Martins Sarmiento, teria sido uma estratégia de aculturação deste género que seria responsável pela substituição do Mar do Norte pelo Adriático, Egeu e Mar Negro.

Segundo a narrativa de Apolónio, os Argonautas ‘fogem subitamente de Ea’, quando se deram conta dos ‘sinistros projectos que Aetes medita contra eles’ [Sarmiento 1887a: xiv]. Estando impossibilitados de utilizar o caminho por onde tinham chegado, o estreito, por este se encontrar sob o domínio dos seus inimigos (facto a que Martins Sarmiento dá uma enorme importância por ver nesta informação a demonstração do povoamento de povos ‘irmãos’, em que reconhece os diversas colónias ‘ligúricas’ a norte e a sul do canal da Mancha, e a que o nome posterior de ‘Oestrymnios’, presente na geografia de Avieno, daria uma corroboração histórica), os Argonautas são informados de um caminho alternativo pelo qual poderiam fazer regressar os seus barcos:

Aqui estão agora as instruções dadas por Argus, para que os seus amigos levem a bom termo a navegação que lhes inculca: – Nas regiões da noite, não muito longe dos Montes Ripheus, nasce um rio, que chegando aos limites da Trácia e da Scythia, se separa em dois braços. Um destes braços desagua no “último corno do Oceano”, o outro no Mar da Sicília. É por estes dois rios que os fugitivos hão de efectuar a sua escápula do mar em que se vêm, começando por subir o rio que desemboca no “último corno do Oceano”, e chegando por ele ao segundo rio, que os trará ao Mar da Sicília – mar, diz Argus, que os “aproxima da sua terra” [Sarmiento 1887a: xv].

Assim, segundo a ‘geografia argonáutica’ que Martins Sarmiento pretende combater, os Argonautas teriam de internar-se pelo Danúbio, atingir as suas nascentes, passar daí a um outro rio (o Ródano) que, na foz, os poria em contacto com o Mediterrâneo. A proximidade das nascentes do Ródano e Danúbio, a norte dos Alpes, daria alguma

credibilidade ‘geográfica’.¹⁷³ Credibilidade que já não surge quando se constata o caminho que de facto foi seguido pelos Argonautas, segundo a versão de Apolónio. Os Argonautas teriam seguido o Danúbio, mas deste rio passariam ao Adriático, ponto este já desautorizado pela geografia física da região;¹⁷⁴ do Adriático subiriam o Pó até à sua nascente e daí tomariam então as nascentes do outro rio (o Ródano) que os ligaria de novo ao Mediterrâneo, ponto que ainda mais que o curso para o Adriático teria contra si toda a evidência da geografia física.¹⁷⁵ Para Apolónio, os rios que teriam as suas nascentes coincidentes numa mesma região, e que assim permitia a livre comunicação entre todos eles seriam, portanto, o Danúbio, o Ródano e o Pó.

Será nesta contradição que Martins Sarmiento irá reconhecer o mecanismo de transfiguração que, na sua opinião, a apropriação grega produz numa geografia originalmente fenícia. O mesmo mecanismo que transforma igualmente as narrativas épicas de Hércules e de Ulisses, todas com a intenção comum de dotar o imaginário grego com um passado que não lhe pertence. Propõe-se, por isso, o autor a fazer uma ‘viagem hermenêutica’ oposta àquela que, na sua opinião, terão efectuado os desvirtuadores gregos da geografia fenícia, ‘desprezando as identificações geográficas, e interpretando no seu sentido óbvio as indicações que ele dá’ [Sarmiento 1887a: xvii].

Uma contradição ainda perturbaria a geografia argonáutica de Martins Sarmiento, quando considerada no cenário em que a colocava a narrativa de Apolónio. A fuga pelo Danúbio, Pó e Ródano, e por este rio para o mar da Sicília, mar que os ‘aproximaria da sua terra’, traduz um caminho quase ‘torturadamente’ complicado, que afinal os vai levando sempre para mais longe do objectivo de regressar a casa. Essa contradição desapareceria imediatamente, se se considerasse que era do Mar do Norte e não do Mar Negro, que a expedição iniciava o seu regresso, como era a opinião dos que, com Timeu, professavam a versão do Pseudo-Orfeu.

¹⁷³ Martins Sarmiento admite alguma credibilidade histórica no registo poético da Argonáutica, e assim vê na proximidade das nascentes o principal argumento da navegabilidade das estradas fluviais do centro da Europa.

¹⁷⁴ ‘Já Estrabão e Plínio, que parecem partilhar as opiniões de Apolónio, confessavam que o pseudo-Ister que trouxera, segundo o poeta, os Argonautas ao Adriático, era coisa que não existia’ (Sarmiento 1887a: xvi).

¹⁷⁵ ‘Aprecie-se o tamanho deste absurdo, lembrando que as fontes do Pó estão separadas do País dos Lagos e do Bosque Hercínio nada menos que pelo enorme maciço dos Alpes’ (Sarmiento 1887a: xvii).

A principal substituição que, na opinião de Martins Sarmiento, terá sido levada a cabo pelos poetas gregos, seria a de incluir o Pó na parte da narrativa que originalmente faria referência a um outro rio. O informador dos Argonautas referira-se a um rio que desaguava no “último corno do Oceano” e que Apolónio identificava positivamente com o Danúbio (Ister); porém, neste passo, Martins Sarmiento, detecta uma outra contradição evidente, no recinto da própria ‘geografia argonáutica’ de Apolónio: o Danúbio desaguava no Ponto, isto é, o Mar Negro, inúmeras outras vezes identificada na narrativa argonáutica. Para Martins Sarmiento, o rio que verdadeiramente desaguava no ‘último corno do Oceano’ e que a apropriação grega da geografia fenícia tinha ‘invisibilizado’ de modo a não poder pôr em risco o cenário ‘mediterrânico’ da viagem da *Argo* era o Reno:

Se pois interpretamos no seu sentido mais óbvio as instruções, que Apolónio põe na boca de Argus, o caminho que ele aconselhava aos seus amigos não era o do Ister e Ródano, mas o do Reno e Ródano; e claro é então que o ponto de partida da volta não era Euxino, mas o Mar do Norte, o Mar Crónio de Orfeu. (...) O leitor decerto não acredita, como nós não acreditamos, que seja por um milagre do acaso que o itinerário de Argus, visto à luz de uma interpretação que não pode ser mais óbvia, se torne tão simples e natural, tão exacto nas suas particularidades, quando se vê nele uma travessia do Mar do Norte para o Mediterrâneo pelo Reno e Ródano, que ninguém, encarregado de a descrever a traços largos o faria melhor.¹⁷⁶

A inclusão do Reno na ‘geografia argonáutica’ é pois o principal argumento de Martins Sarmiento, no sentido de recuperar o cenário original da sua evolução. Para isso, tem de efectuar uma outra substituição, também esta em confronto directo com a crítica sua contemporânea. O nome ‘Erídano’ era tradicionalmente referido ao rio Pó. Porém, o investigador português não deixa de fazer lembrar que, entre os autores antigos, o mesmo nome tinha em tempos designado o rio Reno.¹⁷⁷ A partir da reposição do Reno

¹⁷⁶ Esta posição de Martins Sarmiento é reforçada pelo facto de, na geografia grega mais antiga, e.g., Hesíodo, o Mar do Norte ser nomeado como ‘o corno do Oceano’, e considerado o lugar da foz do Reno: ‘En abundancia bajo la anchurosa tierra mana del río sagrado por la negra noche, *brazo de Océano*’ (Hesíodo: 106).

¹⁷⁷ ‘[A]o Pó chama ele [Apolónio] porém Erídano e nós sabemos positivamente que foi Pherecydes o primeiro que identificou o Erídano com o Pó; antes dele o Erídano era o Reno’ (Sarmiento 1887a: xxi, nota 24). ‘Não esquecer

no seu lugar próprio, e retirando o Pó do lugar que havia usurpado, Martins Sarmiento efectuará a ‘re-narração’ da viagem dos Argonautas, em busca de indícios de corroboração dessa substituição, de modo a poder apresentá-la liberta de todos os preconceitos ‘grecocêntricos’ de que, na sua opinião, Apolónio havia partido. Reposto o rigor da geografia inicial, os ‘absurdos da navegação do Pó’, tornam-se não só possíveis, mas de ‘um rigor verdadeiramente surpreendente’ (Sarmiento 1887a: xxii).

A geografia que se esconde por trás das contradições de Apolónio torna-se, para Martins Sarmiento, mais clara, quando se expõem as razões dos preconceitos grecocêntricos que lhes dão origem. O cenário da fuga dos Argonautas seria então o Mar do Norte. São informados de que um caminho fluvial os põe em contacto directamente com o Mar Mediterrâneo, e que esse caminho é constituído pelos rios Erídano (Reno) e Ródano. A partir deste pressuposto, Martins Sarmiento expõe o mecanismo voluntário de ocultação da verdadeira ‘geografia argonáutica’ levado a cabo pela efabulação grega da história fenícia. Na primeira passagem, o Erídano que desagua no “último corno do Oceano” é a única saída de um mar em que se encontram prisioneiros. Na segunda passagem os Argonautas são informados de que pelo Erídano podem atingir, passando o País dos Lagos, o Mar Mediterrâneo. Apolónio, ao seguir a opinião de Ferecides, substituindo o Reno pelo Pó, põe em contradição insanável as duas informações, pois delas resultaria que o mar em que os Argonautas se encontravam encerrados pelos seus inimigos seria o próprio Adriático, ‘o que para o nosso poeta deveria soar a heresia’ (Sarmiento 1887a: xxiv).¹⁷⁸ Apolónio estaria assim diante de uma dupla dificuldade: por não admitir que o Erídano possa desaguar no Mar do Norte,

que a legenda é anterior a Homero e que Pherecydes escreveu no séc. v a.C.’ (Sarmiento 1887a: xxi, nota 25). A referência a Ferecides vem citada em Jubainville (1989: 335): ‘Le rapprochement fait par Hygin entre l’Éridan et le Pô est emprunté à Phérécyde: c’est que signifie le passage où le mytographe latin, parlant de l’Éridan, ajoute: *quem Pherecydes primus vocavit*’.

¹⁷⁸ ‘É também decerto por isso que ele dá ao Adriático o nome de Mar Satúrnio (Crónio), que a legenda devia dar ao mar, onde saía o verdadeiro Erídano, e que aplicado ao Adriático é um disparate, que alguns intérpretes têm querido explicar com outros dispartes’ (Sarmiento 1887a: xxv, nota 30). A passagem correspondente em Apolónio é a seguinte: ‘So he spoke, and the young men approved the words of the son of Aiakos. They quickly embarked and rowed with all their strength until they reached the holy island of Elektris, the last of the islands, near the mouth of the river Eridanos. When the Colchians realized that their leader had been killed, they hastened to search for the Argo and the Mynians over the whole area of the sea of Kronos (...)’ (Apolónio de Rodes, *Argonáutica*, IV, 507-9, p. 110-111 da edição por nós utilizada).

substitui-lhe o nome pelo do Danúbio (Ister) que adequadamente desagua no cenário desejado para a narrativa épica, o Ponto; ao fazê-lo, e aceitando o texto da segunda passagem, permite que os Argonautas atinjam o Danúbio pelo Pó, para ele o verdadeiro Erídano: ‘Como venceu ele a dificuldade? Cortou-a sem dó nem consciência’, e os ‘fugitivos sobem o Ister até um certo ponto e de aí hão-de vir, seja como for, para o Adriático, onde os espera o Erídano de Ferecides’ (Sarmiento 1887a: xxv).

A restauração de Martins Sarmiento pode pois cumprir-se, uma vez libertada a narrativa de Apolónio de todas as alterações nela inseridas com o intuito de a referir a um cenário grecocêntrico:

Argus, um neto do rei Aetes, diz-lhes que hão de subir por um rio que desagua no último corno do Oceano, o Erídano (...), e que daí passarão para um segundo rio, o Ródano, que os trará a um mar que os aproximará da sua terra, o Mar da Sicília. Os heróis sobem efectivamente pelo Erídano (Reno); mas, em vez de tomarem a tempo o rio que os traz ao mar que os aproxima da sua terra, o Ródano, enganam-se e vão parar ao País dos Lagos e ao Bosque Hercínio, onde estiveram para tomar um rio, o Danúbio, que os levaria a um mar de perdição (o Euxino) [Sarmiento 1887a: xxvi].¹⁷⁹

Uma vez reconhecida a deturpação que a tradição cultural grega havia introduzido na verdade histórica que se esconde sob a narrativa de Apolónio, Martins Sarmiento retirará todas as consequências necessárias para a etnogeografia do Ocidente. Numa ilha do Mar do Norte, em tempos ainda anteriores à cronologia da Guerra de Tróia, vive uma população que detém um invulgar conhecimento da geografia da Europa, e especialmente dos principais rios que a cruzam. A essa ilha assomaram uns marinheiros vindos do Mediterrâneo; com eles confraternizaram primeiro os habitantes dessa ilha, porém, mais tarde, sobreveio uma perigosa perseguição que obriga os marinheiros

¹⁷⁹ Existe por parte de Martins Sarmiento a convicção de que a sua teoria podia não explicar convenientemente por que razão o Mar Negro, desaparecida a ameaça colquídia, transferida para o Mar do Norte, continuava sendo um mar perigoso para os Argonautas. Esta é porém uma realidade que seria efectiva se os Argonautas fossem marinheiros fenícios: ‘É muito de crer que, quando acentua que o Mar da Sicília os aproximava muito da sua terra, Argus acrescentasse que a observação não era inútil, por haver grande facilidade em irem parar a um mar que os distanciava muito dela, o Euxino; que os premonisse, enfim, contra a possibilidade do engano, em que estiveram a cair, e que remediaram, retrocedendo pelo caminho, que os levou ao País dos Lagos, pelo Reno, e vindo a ganhar o Ródano.’

mediterrâneos a fugir; a circunstância de o estreito por que tinham penetrado esse mar ter ficado entretanto inavegável por nele dominarem os perseguidores, aqueles são informados de um caminho alternativo ao caminho marítimo, caminho esse que consiste na larga estrada fluvial que o Reno lhes oferece, e pela qual podem atingir o Mar Mediterrâneo, e assim as costas de onde partiram. Para Martins Sarmiento não há qualquer dúvida: ‘O mar em que os expedicionários se viram encurralados, foi o Mar do Norte; a ilha nas extremidades do mar e da terra, próxima de um estreito, é a Inglaterra’, e nela, especificamente na sua costa oriental, ficaria a cidade de ‘Cytaia’, a capital do reino de Aetes (Sarmiento 1887a: xxvii-xxviii).

Recuperado o cenário original da viagem dos Argonautas, pode então Martins Sarmiento responder à segunda das perguntas com que retoricamente inicia *Os Argonautas*. Se na primeira delas, ‘ser ou não o Euxino o cenário da viagem dos Argonautas’, Martins Sarmiento, ao escolher a versão do Pseudo-Orfeu, se coloca numa confrontação directa com a historiografia sua contemporânea (e, diga-se, a de hoje em dia¹⁸⁰), mais o fará em relação à segunda que então formula: ‘são os Gregos os seus protagonistas?’ A resposta é negativa:

Que é então a Argonáutica? Para nós é a legenda das primeiras explorações marítimas dos Fenícios para o Atlântico, atribuídas pelos Gregos a compatriotas seus, como sucedeu com muitas outras em que eles puseram a mão, e deturpada na parte geográfica, sobretudo quando os semi-eruditos começaram a notar que o campo dos feitos dos seus primeiros marinheiros não podia deixar de ser uma região facilmente acessível aos seus navios, acrescentando que certas coincidências topográficas e históricas (...) davam uma plausibilidade tal qual às suas erradas interpretações [Sarmiento 1887a: xxix].

Tal como o fará em relação ao périplo do suposto anónimo cartaginês que se esconde por trás do poema de Avieno, também neste caso, Martins Sarmiento lança mão de um ‘documento fenício’, que se vai deturpando sucessivamente ao longo do tempo, até se fixar nas formulações com a que a poesia grega o vai vulgarizar. Este é um estratagema que vemos o investigador utilizar para os que virão a ser os dois corpos

¹⁸⁰ Vd., e.g., a introdução de Richard Hunter à obra de Apolónio (Hunter 1993: ix-xxxi, e mapas anexos).

documentais mais importantes na estruturação da sua etnogenia do ocidente e, especificamente, do noroeste da Península Ibérica. Na *Ora marítima*, na *Argonáutica* e nos outros documentos com ela relacionados,¹⁸¹ a convicção de Martins Sarmiento é de que existe um ‘proto-documento’, que a crítica pode restituir pelas próprias contradições internas das deturpações de que foi alvo, em confronto com o rigor ‘realista’ das descrições nelas presentes.¹⁸² E, tal como o faz na edição crítica da *Ora marítima*, de que deriva uma etnogeografia do Ocidente da Europa de cronologia ao redor do século sexto, também a relação das primeiras viagens dos Fenícios ao Mar do Norte virá a constituir a principal fonte de caracterização etnogeográfica do Ocidente, alguns séculos antes daquela. Será no contexto destas restituições que Martins Sarmiento se confrontará com outros investigadores do seu tempo, numa altura em que o filo-helenismo dominante dificilmente permite a visibilidade alternativa dos Fenícios como o povo marinho que é narrado na epopeia dos Argonautas.

II. 2.1. Heracleia

No relato mais comum do mito do Décimo Trabalho de Hércules, Gerião é o Rei de Tartessos, e é aí que tem início a aventura do herói grego. O desafio consistiria em ir buscar o gado de Gerião, a Erítia, uma ilha cuja localização é, no contexto da historiografia de Martins Sarmiento, a questão que verdadeiramente importa.

Segundo este relato, quando Hércules chegou a Tartessos, ergueu as colunas que vieram a ter o seu nome e que marcariam o limite da terra conhecida, da *oecumena*, acessível à esfera de navegação dos Gregos. Para Martins Sarmiento, este é um ponto que merecerá especial atenção, pois o autor vê no nome de Hércules das colunas, o nome do ‘Hércules tírio’ (Melkart), e a partir desta substituição sentir-se-á autorizado a poder deslocá-las para os limites de navegação, não dos Gregos mas dos Fenícios.

Também será significativa, na leitura que Martins Sarmiento fará deste relato mítico, a passagem em que Hércules, não suportando os raios intensos com que Hélios o atingia, respondeu apontando uma flecha ao deus-Sol. O mesmo deus lhe providenciaria uma

¹⁸¹ O facto de os Argonautas habitarem igualmente outras narrativas épicas faz com que a convicção de Martins Sarmiento e as conclusões que dela deriva possam aplicar-se também à viagem de Ulisses e aos mitos de Hércules

taça de ouro, na qual o herói navegaria finalmente para a ilha Erítia, destino da sua tarefa. Para Martins Sarmiento esta será uma prova da localização plenamente africana da acção deste episódio, o que lhe permitirá estabelecer conclusões importantes com referências equivalentes das viagens dos Argonautas e de Ulisses, deslocando-as, deste modo, da geografia ‘de proximidade’ que quer os escoliastas gregos quer alguns dos hermeneutas seus contemporâneos defendiam.

Também a viagem de Tartessos para Erítia será objecto de especial atenção por parte de Martins Sarmiento. Nesta viagem, Hércules sofreu a oposição de Oceano (de quem, genealogicamente, Gerião descendia), que encrespou as ondas do mar a um ponto de pôr em risco a sua viagem. Também este ponto servirá de argumento para Martins Sarmiento apoiar a sua tese de uma ‘geografia da longinquidade’, por ver nela a alegoria de uma longa travessia de um mar difícil e ‘estranho’ à navegação do Mediterrâneo, é dizer o Oceano Atlântico.

A localização de Erítia, ponto central do esforço crítico de Martins Sarmiento, não era consensual mesmo entre os mitógrafos e escoliastas clássicos. Numa versão, a ilha localizar-se-ia ‘para lá do Oceano’, o que para alguns referir-se-ia especificamente às costas ocidentais da Península Ibérica.¹⁸³ Noutra versão, referir-se-ia a uma ilha próxima onde se levantaria a cidade de Gades, e que tivera antes o nome de Cotinussa. Aí se consagravam dois templos, um a Crono e outro a Hércules.¹⁸⁴ Como antes se referiu, Martins Sarmiento não hesitará em considerar verdadeira a primeira das hipóteses, no contexto da ‘geografia de longinquidade’ atrás referida.

¹⁸² Esta apropriação poder-se-ia reconhecer, segundo Martins Sarmiento, no facto de a nau *Argo* ser considerada, entre os Gregos, ‘a primeira de quantas houve no mundo’ (Sarmiento 1887a: xxix, nota 35).

¹⁸³ ‘Pégaso, levantando el vuelo y abandonando la tierra madre de rebaños, marchó a la mansión de los Inmortales u allí habita, en los palacios de Zeus, llevando el trueno y el rayo el prudente Zeus. Crisaor engendró al tricéfalo Gerión unido con Calíroo hija del ilustre Océano; a este lo mató lo fornido Heracles por sus bueyes de marcha basculante en Eritea rodeada de corrientes. Fue aquel día en que arrastró los bueyes de ancha frente hasta la sagrada Tirinto, *atravesando la corriente del Océano (...)*’ (Hesíodo [1990]: 84). De um modo equivalente, em defesa da localização atlântica da Erítia, podemos ler em Pompónio Mela: ‘En Lusitanie il y a Érythia qui, selon la tradition, fut habitée par Géryon, et d’autres îles sans nom particulier (...)’ (Pompónio Mela [1988]: p. 80-81).

¹⁸⁴ ‘Il semble (...) que les anciens aient appelé le Bétis ‘Tartessos’ et Gadéira, ainsi que les îles avoisinantes, *Érytheia (...)*’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 45).

Outras versões do mito, porém, localizam o gado de Gerião não numa ilha mas nas encostas escarpadas da ‘parte mais distante de Espanha’, o que se relaciona provavelmente com a hipótese que trazia a sua localização para as costas da Península Ibérica e especialmente da Lusitânia. Nesta versão, Gerião era já não o filho mas tão só o cognome do próprio Rei Crisaor, cujos três filhos o ajudaram na defesa do reino contra a investida de Hércules. Este relato inclui toda a travessia que o semi-deus tem de fazer pela costa africana e de que Martins Sarmiento recolherá importantes indícios para a sua hipótese de tomar como equivalentes todas as narrativas que considera como versões diferentes do mesmo sucesso histórico, nomeadamente, a passagem dos Argonautas pelo lago do interior de África. Na viagem entre Creta e Tartessos, Hércules navega para a Líbia, onde mata Anteu e derrota as feras; visita o Egipto e mata Busíris; já no Norte de África elimina as Górgonas e Amazonas, funda cidades (Hecatompilos), e alcança de novo o mar em frente a Tartessos, onde levanta as proverbiais colunas. Atravessa para Tartessos, enfrenta os três exércitos dos filhos de Crisaor e consuma finalmente o rapto do seu gado.¹⁸⁵

Em geral, as ‘Colunas de Hércules’ eram identificadas com as duas margens do Estreito de Gibraltar, havendo portanto uma coluna europeia, Calpe, e uma africana, Ábila, que corresponderiam ambas a moles rochosas imponentes. Noutros relatos de mitógrafos e escoliastas, porém, estas colunas diriam respeito apenas a uma marca propriamente ‘locacional’, um limite de navegação, que em alguns casos eram situados nas ilhas de Gades, lugar em que teriam sido materializadas em duas imponentes estruturas em bronze erigidas pelos gaditanos, associadas ao esforço inicial de colonização do Atlântico pelos Fenícios de Tiro. Teriam sido enviados três grupos sucessivos de homens com a intenção de fundar uma colónia para além do limite do Mar Mediterrâneo; o primeiro deles ergueu a cidade dos ‘Exitani’ no próprio estreito; o segundo penetrou já no mar Atlântico e fundou uma colónia numa ilha em frente de Onoba, cidade espanhola; finalmente, o terceiro grupo atinge a região de Tartessos e funda, na foz de um rio, numa ilha, a cidade de Gades.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Le dixième travail qu’Eurysthée ordonna à Hercule, fut d’amener les vaches de Géryon qui passaient alors sur les côtés de l’Ibérie, *baignées par l’Océan* [s.n.].

¹⁸⁶ ‘[L]es Gorgonnes ainsi que la race des Amazones furent exterminées par Hercule, lorsque, dans son expédition dans l’Occident, il posa une colonne dans la Libye (...)’ (Diodoro [1851]: 234).

Contudo, a nomeação das Colunas de Hércules, já no tempo dos escoliastas e mitógrafos não reunia o inteiro consenso que a tradição ‘gibraltarina’ veio posteriormente a reunir. E será justamente neste espaço intersticial de dissensão que Martins Sarmiento vai especialmente focar a sua atenção crítica. Para uns não teria sido Hércules o autor da façanha, e demonstram-no com o facto de aquelas se terem chamado anteriormente ‘Colunas de Crono’ e também de ‘Briareu’ ou ‘Egéon’. Nesta interpretação, o limite do Mar Mediterrâneo só viria a adoptar o nome com que veio posteriormente a ser conhecido, a partir do momento em que a cidade de Tartessos, que sacrificava a Hércules, por considerar ter sido por ele fundada (e de que os gregos posteriores pretendiam reconhecer ainda vestígios), as rebaptizou.¹⁸⁷

Ainda mais conveniente para a hipótese da ‘geografia da longinquidade’ de Martins Sarmiento, é, porém, a convicção entre os escritores antigos de que as Colunas de Hércules pudessem não restringir-se apenas às que a tradição indicava no extremo do Mar Mediterrâneo,¹⁸⁸ podendo ser identificadas em regiões muito distantes do Mediterrâneo, no Mar Negro, Índia e, sobretudo nas regiões próximas do Mar do Norte, o que para o investigador correspondia integralmente às suas expectativas.¹⁸⁹ O próprio cabo de S. Vicente, limite da Europa e início do grande Oceano ocidental foi apreciado como um lugar possível de localização das Colunas de Hércules, com o que se relacionaria um templo a Hércules ali situado, ao qual estaria ligado o culto num determinado recinto a que seria proibido aceder durante a noite.¹⁹⁰

¹⁸⁷ ‘Quelques auteurs prétendent même que cette ville avait été fondée par Héraclès. Timosthène, qui est de ceux-ci, affirme quelle s’appelait dans l’antiquité Héraclée et qu’on montre un grand mur d’enceinte et des cales couvertes’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 28).

¹⁸⁸ O número de Colunas, na Antiguidade, não estava obrigatoriamente reduzido à localização de Gibraltar, nem tão pouco ao número de duas, existindo igualmente referências a uma localização atlântica de ‘proximidade’, que chega a recolher a preferência de Martins Sarmiento, antes que as redireccione para localizações mais abertamente ‘atlânticas’. A fala de Prometeu, na tragédia de Ésquilo, *Prometeu Agrilhado*, refere-se a isto mesmo, quando se compara com Atlas: ‘Je souffre assez déjà du sort de mon frère Atlas (...)’ (Ésquilo: 173 e 176, nota 2).

¹⁸⁹ ‘To the North follow the Frisii: they are called the Greater or Lesser Frisii according to the measure of their strength: these two tribes border the Rhine down to the ocean, and also fringe the great lakes which the fleets of Rome have navigated. Nay, in that quarter we have essayed the ocean itself, and rumour has published the existence of pillars of Hercules beyond our range (...)’ (Tacitus, *Germania*, 34, p. 183-5 da edição por nós utilizada).

¹⁹⁰ ‘Mais si par sa beauté et ses exploits qui lui ressemblent | Il accède aux plus hautes noblesses | Le fils d’Aristophane, plus loin | franchir l’interdit Salée outre les colonnes d’Héraklès n’est pas loisible, | elles que le Héros

O Décimo Trabalho de Hércules não termina, porém com o roubo do gado de Gerião; a narrativa completa-se com a viagem de regresso a Micenas, de que Martins Sarmiento retirará igualmente algumas indicações geográficas.

Em alguns relatos, o semi-deus teria unido de novo as Colunas para assim construir uma terra firme sobre a qual passou o gado roubado para África; noutros, é narrada uma passagem por Abdera, uma cidade fenícia da costa mediterrânica da Península Ibérica, tendo continuado a sua viagem através da Espanha, aproveitando para ir colonizando parte do território.¹⁹¹

Na Gália, Hércules envolve-se com Pirene, princesa bebrícia que daria o nome à grande cadeia montanhosa que separa a Hispânia da Gália, e a uma cidade perto da qual se localizariam as nascentes do Danúbio. No coração da Gália, o herói fundaria Alésia, a cidade que doravante se tornaria a cidade-mãe de todos os Gauleses, povo que nas suas tradições reconheceria descender da união de Hércules com a princesa Gálata.¹⁹²

Na Ligúria, região que participa de uma ‘duplicidade geográfica’ fundamental na geo-historiografia de Martins Sarmiento, e da qual a sua teoria interpretativa do passado etnogénico da Europa ocidental propriamente se alimenta, Hércules tem de enfrentar dois filhos de Posídon, Ialébion e Dercino. No primeiro, povo em que Martins Sarmiento reconhece o nome de Albion, o povo que a tradição posterior localizaria na Inglaterra, e no segundo os Draganes, povo que viria, segundo a *Ora maritima* de Avieno, a

Dieu a posées, de sa course ultime témoins illustres (...)’ (Píndaro [1990]: 281). Estrabão, contudo, discorda da tradição: ‘Il ne serait pas vrai, selon lui [Artémidore], qu’on y montre un sanctuaire d’Héraclès – assertion mensongère d’Éphore – ou un autel, ni le sanctuaire ou l’autel d’aucun autre dieu’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 24).

¹⁹¹ ‘Em outro tempo a Grécia chamou Herma a este lugar. Herma é, portanto, um baluarte de terra que, de um e de outro lado, protege um lago interior. Outros, pelo contrário, designam-no por via de Hércules, já que se conta ter o herói separado as águas, a fim de dispor de um fácil caminho para o gado capturado’ (Avieno, v. 326 e ss., p. 26 da ed. utiliz.). ‘On raconterai encore (...) que quelques-uns des compagnons d’Héraclès et des émigrants de Messénie ont colonisé l’Ibérie, tandis qu’une partie de la Cantabrie (...)’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 62). Esta última passagem de Estrabão é um argumento suplementar para o ponto de vista de Martins Sarmiento, para quem o nome ‘Ibéria’ entre os geógrafos já contemporâneos da presença romana na Espanha não diria respeito a toda a Península Ibérica.

¹⁹² Terá passado despercebido a Martins Sarmiento, e talvez por isso não tenha produzido em seu favor o argumento compósito, presente em Diodoro, sobre a existência *simultânea* de um elemento edificado (um ‘castro’) em que a região gaulesa estabelecia culto a um herói da ‘Ligúria’ ibérica: ‘Hercule donna le royaume des Ibères aux plus vertueux des indigènes. Quant à lui il se mit à la tête de son armée, et pénétra dans la Celtique (...). Dans l’endroit où ses vaches avaient imprimé leurs traces, il consacra au héros Géryon une enceinte qui est encore aujourd’hui en vénération auprès des indigènes’.

colonizar o noroeste da Península Ibérica após esta região se ter tornado uma *vacua gleba* devido a uma ‘invasão de serpentes’; com este povo teriam vindo, na mesma migração, uns Lígures que seriam os antepassados directos dos Lusitanos. A coincidência tornar-se-ia completa quando se tinham em conta o nome do irmão de Ialébion, Lígis, o epónimo dos Lígures, povo que chefiava contra a investida de Hércules. Um dos sucessos que acompanha a passagem de Hércules na terra dos Lígures será determinante para Martins Sarmiento concluir da localização setentrional destes Lígures: quando a batalha atingia o seu máximo, uma chuva de pedras, enviada por Zeus, permite a Hércules desbaratar os seus inimigos; numa estratégia de ‘interpretação fenomenológica’, que veremos ser muito comum em Martins Sarmiento, e de que fará uso em outras situações, o investigador reconhece uma tempestade boreal, a que, porque não habitualmente observada entre os povos do Mediterrâneo, foi garantido um lugar especial na narrativa mítica dos Gregos, com uma correspondente fixação na representação do texto da paisagem da terra e do firmamento.¹⁹³

Hércules abriu uma estrada nos Alpes da Ligúria por onde passar com o seu gado e exércitos; penetrou a Etrúria e Cisalpina; percorreu, equivocadamente, toda a costa ocidental da Itália e passou à Sicília. Neste trajecto, o herói teria um dos encontros que Martins Sarmiento irá igualmente valorizar no seio da sua geo-historiografia; ao chegar à região em que corria o Albula, posteriormente conhecido como Tibre, foi surpreendido por Caco, um pastor que habitava uma cova que protegia lançando para fora dela enormes labaredas, e em que recolhia os destroços das suas vítimas, e a que juntaria então algumas cabeças do gado de Gerião, roubadas a Hércules enquanto este dormia. A descida de Hércules à cova de Caco, no intuito de reaver o gado perdido, compara-a Martins Sarmiento a outras narrativas de submissão de ‘heróis solares’ ao mundo das trevas, como Faetonte, Hiperião e Hélio, e interpreta-as a todas como expressões de uma alegoria naturalista que representaria o ocaso do sol e a revolução cíclica do dia e da noite. Como já se viu em outro lugar, esta interpretação naturalista do Inferno servirá a

¹⁹³ ‘Entre Massalia et l’embouchure du Rhône (...) s’étend une plaine de forme circulaire (...) [qu’]on appelle La Pierreuse en raison de son aspect particulier. En effet elle est recouverte de pierres grosse comme le poing, sous lesquelles pousse un chiendent qui fournit une abondante pâture eu bétail. (...) Eschyle (...) a préféré la transposer en un mythe.’ (Estrabão [1969]: Liv IV, p. 133).

Martins Sarmiento como um dos pontos de suporte de uma ‘fenomenologia do ocidente’ entre os povos ‘arianos’, especialmente como tendo origem no Mar do Norte.¹⁹⁴

Na região do Tibre governava o rei Evandro, homem letrado, cuja genealogia o fazia originário da Arcádia, de onde teria sido expulso, antes de partir para a Itália com um grupo de Pelasgos, tendo fundado uma cidade na colina mais tarde chamada Monte Palatino. Esta referência tem uma especial importância na geo-historiografia de Martins Sarmiento na medida em que pode interpretar-se como a expressão de uma realidade histórica associada à migração do ramo italiota dos povos ‘arianos’, que por esta mesma razão deteriam referências mitológicas comuns com os que primitivamente teriam colonizado a Grécia.¹⁹⁵ Na região dos Latinos, associada ao regresso de Erítia, refere-se a existência de uma estrada cuja construção é atribuída a Hércules com o intuito específico de conduzir por ali o gado de Gerião.¹⁹⁶

A hermenêutica da lenda do Décimo Trabalho de Hércules, levada a cabo por parte de Martins Sarmiento, consiste, como já referimos, numa tentativa de demonstrar que aquele é um dos relatos das primeiras viagens dos Fenícios às costas do Mar do Norte, e que, por isso, é um relato comparável ao da Argonáutica. Como na aventura dos Argonautas, o herói é também grego, Hércules, cuja presença entre os marinheiros da *Argo* é, para Martins Sarmiento, também um indício claro de que se trata da mesma viagem.¹⁹⁷

¹⁹⁴ ‘Hercule attendit les Centaures de pied ferme et engagea un combat digne de ses premiers exploits. Néphélé, mère des Centaures, vint à leur secours, en faisant tomber une masse de pluie; cette pluie ne gênait nullement les Centaures, qui avaient quatre pieds, mais elle faisait glisser celui qui ne se soutenait que sur deux’ (Diodoro [1851]: 272).

¹⁹⁵ ‘Romulus’s first act was to fortify the Palatine, the scene of his own upbringing. He offered sacrifice to the gods, using the Alban forms except in the case of Hercules, where he followed the Greek ritual as instituted by Evander’ (Tito Lívio [1971]: 40).

¹⁹⁶ ‘[O]n raconte que les Géants dits Leuternians qui survécurent à la bataille de Phlégra en Campanie, pourchassés par Héraclès, se réfugièrent à cet endroit et s’y dissimulèrent sous terre (...)’ (Estrabão [1969]: VI, p. 180).

¹⁹⁷ ‘Como se vai entrevedendo, a viagem a Erítia é a lenda da primeira expedição dos Fenícios para o Mar do Norte, uma variante da expedição a Ea, e não pode ficar esquecido que na opinião de alguns escritores antigos o chefe da expedição a Ea fora Hércules e não outro’ (Sarmiento 1887a: 4). A importância deste facto reside, naturalmente, na identificação costumada entre o Héraclès dos Gregos e o seu equivalente fenício, Melkart. O que

O ponto de partida da viagem de Hércules à ilha Erítia é Tartessos. E nesta singularidade compreende Martins Sarmiento desde logo um conjunto de argumentos no sentido de tornar impossível que esta seja uma geografia grega. Tartessos pertencia à esfera de dominação tária da Península Ibérica, e localizava-se já para além do Estreito de Gibraltar, ponto-limite da navegação dos Gregos no Mediterrâneo.

O ponto de chegada, a ilha Erítia, será, neste contexto, translocada do âmbito da geografia ‘de proximidade’ em que a situavam os mitógrafos e escoliastas gregos, que a consideravam como sendo Gades, para o cenário do Mar do Norte, exigido pela hermenêutica da ‘longinquidade’ exercida por Martins Sarmiento. O argumento central que o investigador irá utilizar será providenciado pela própria narrativa lendária que, numa aparente contradição interna, afirma que para ir de Tartessos a Erítia, Hércules teria de atravessar o Oceano¹⁹⁸, e que nesse trajecto seria tentado de forma particularmente violenta por tempestades com que o deus Oceano pretendeu experimentar a coragem do herói. Martins Sarmiento fará notar, dentro do quadro da hermenêutica fenomenológica da narrativa lendária que o vemos a utilizar sistematicamente, que ‘é evidente que ninguém poderia dizer sem ridículo que para ir de Tartessos a Gades, da foz do Guadalquivir a Cádiz, Hércules teve de atravessar todo o Oceano e que nesta navegação lhe foi dado afrontar os perigos do grande mar’ (Sarmiento 1887a: 2).

A esta aparente contradição haveria de juntar-se, também, a já referida localização das Colunas que levam justamente o nome do semi-deus. A lenda relata que seria antes de chegar à ilha de Erítia que Hércules levantaria as colunas, como marca do limite da navegação, um desafio a todos os que pensassem atingir o que só ele próprio havia atingido. Martins Sarmiento apoia-se na autoridade dos autores antigos¹⁹⁹ quando afirmavam que umas colunas situadas no estreito de Gibraltar não poderiam, sem perigo

Martins Sarmiento propriamente insinua é que vai existindo uma diluição progressiva do nome que por sinédoque representa os Fenícios, Melkart, passando por sucessivas deturpações, a primeira apenas de nome (Héraclès), a segunda e definitiva, de nome, atributos e genealogia (Jasão), que incorpora definitivamente a história fenícia na narrativa épica dos Gregos.

¹⁹⁸ Ver, acima, a passagem já citada de Hesíodo (Hesíodo [1990]: 84).

¹⁹⁹ ‘D’après ce récit, les Colonnes seraient pour les uns les contreforts qui dessinent le détroit, pour d’autres Gadéira elle-même. D’autres encore les situeraient plus loin que Gadéira, dans la Mer Extérieure’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 86).

de contradição, conter o país de Tartessos ou Gades como cenários de navegações gregas, e que, por isso mesmo, as situavam já em pleno Atlântico.²⁰⁰ Deste modo, as Colunas de Hércules haveriam de estar nas regiões do Atlântico que pudessem ser consideradas como limite de navegação não dos Gregos, mas dos Fenícios. Sendo, para Martins Sarmiento, o Mar do Norte o limite da navegabilidade dos Fenícios na direcção do Atlântico setentrional, e dando-se a coincidência de as mesma Colunas que os Gregos atribuíam a Hércules terem anteriormente sido dedicadas a Saturno, tradição que alguns autores gregos transmitiram, ‘só o Passo de Calais à entrada do Mar do Norte está nestas condições’ (Sarmiento 1887a: 3).²⁰¹

Da localização das Colunas de Hércules no Canal da Mancha, e especificamente no Pas-de-Calais, deriva a correspondente atribuição da identidade da ilha Erítia. Uma ilha que se seguia a esta Colunas, e cujas riquezas pudessem atrair as embarcações tírias, aqui chegadas na mira de um comércio lucrativo, tão lucrativo que obteve, entre as narrativas lendárias dos Gregos, atributos de tesouros abundantes, de que o Gado de Gerião e o Velo de Ouro são a expressão alegórica, teria, sem dúvida, de ser a Inglaterra.²⁰²

²⁰⁰ Não é só em relação ao Décimo Trabalho de Hércules que Martins Sarmiento nota a contradição entre os destinos de navegação dos Gregos e o limite reconhecido das Colunas de Hércules no extremo ocidental do Mediterrâneo. Também no Décimo Primeiro Trabalho de Hércules, a lenda relativa às Maças das Hespérides, localizava o Jardim de Hera junto ao Atlas, em pleno Atlântico, mas na costa africana.

²⁰¹ É curioso que Martins Sarmiento, neste contexto, não utilize em seu favor, uma vez que a cita, e a considere mesmo ‘estranha’, a informação presente numa crónica inglesa de que as Colunas de Hércules se poderiam avistar de um ponto da Cornualha [*apud* Sarmiento 1896d: 82, nota 2].

²⁰² Na geografia greco-romana, a localização relativa da Inglaterra e da Península Ibérica é sujeita a um erro significativo. Já antes vimos que Tácito as considerava como estando esta a poente daquela. Quando vemos que Pompónio Mela situa a Erítia defronte da Lusitânia e que Ptolomeu (2. 5, p. 58 da edição de Stevenson) coloca as Cassitérides em frente do NW da Península Ibérica, levanta-se a legítima dúvida, como o faz de resto Martins Sarmiento, se todos estes autores não estão a reproduzir elementos de uma mesma geografia histórica. As ilhas Cassitérides, em número de dez, formariam um arquipélago em redor de uma ilha central situada nas coordenadas 4 W, 45 30 N, i.e. à mesma latitude de Corunha. Sobre a localização atlântica da Erítia, e relação com as Cassitérides, podemos ler em Pompónio Mela: ‘En Lusitanie il y a Érythia qui, selon la tradition, fut habitée par Géryon, et d’autres îles sans nom particulier; leur terres sont si fertiles qu’il leur suffit du produit d’un seul ensemencement pour que, avec les grains qui, en retombant sur le sol, renouvellent aussitôt le semis, elles donnent au moins sept moissons, parfois même davantage. Chez les Celtiques il y a quelques îles qui, parce qu’elles abondent en étain, sont toutes appelées du nom unique de Cassitérides’ (Pompónio Mela [1988]: p. 80-81). A identificação de Erítia com Inglaterra tem também a vantagem ‘fenomenológica’ de dar sentido à narrativa da fúria dos mares com que Oceano

No regresso de Erítia, Hércules sofre a perseguição por parte de Albion e Dercino, que tentam roubar o gado que o semi-deus havia trazido daquela ilha. Já antes fizemos referência a estes Albion e Dercino, nomes em que Martins Sarmiento vê a expressão etnológica dos povos que ali habitavam no momento em que os Fenícios fazem chegar as suas embarcações ao Mar do Norte. É no âmbito desta luta que se dá a chuva de pedra enviada por Zeus no intuito de proteger Hércules,²⁰³ luta essa que, mau grado a tradição dominante que, entre os mitógrafos e escoliastas antigos, a faziam localizar no Mediterrâneo, havia quem defendesse dever situar-se no Mar do Norte, antecipação que Martins Sarmiento não deixará de referir.²⁰⁴

Eram pois Lígures os adversários de Hércules, mas não os Lígures do Mediterrâneo, ‘que nada podiam ter a ver com uma expedição de Tartessos ao Mar do Norte’, mas os Lígures que as fontes documentais posteriores justamente referiam como tendo habitado naquelas regiões, antes de serem expulsos pelos Celtas vindos da Escandinávia. A estes Lígures pertenciam assim dois povos insulares²⁰⁵, Albion e Dercino; dos segundos não é conhecida mais nenhuma referência entre a geografia greco-romana²⁰⁶, mas nos primeiros não tem dúvidas Martins Sarmiento em reconhecer os Albiões que viriam a dar justamente o nome por que viria a ficar conhecida a ilha da Inglaterra entre os

supostamente pretendia experimentar a coragem do semi-deus: ‘[V]ê-se então que nada tem de imaginário o dado da legenda, dizendo que para ir de Tartesso a Erítia, Hércules teve de atravessar o Oceano e se não apavorou com os perigos desta longa navegação’ (Sarmiento 1887a: 4).

²⁰³ ‘Puis tu rencontreras du peuple des Lygiens | La cohorte intrépide. El le combat qui vient, | Je le sais, je le vois, quel que soit ton courage, | Il faut que sans dédain bientôt tu l’envisages. | Oui, là-bas, sous ta main, par un décret du sort, | Les flèches manqueront, et si tu veux, alors, | Sur le champ de bataille empoigner quelque pierre, | Tu n’en trouveras point car la contrée entière | N’est que tendre terreau. Mais, dans ton désarroi, | Tu sera vu de Zeus et, par pitié pour toi, | De cailloux arrondis formant une nuée, | Il la fera *neiger* [s.n.] sur la terre embrumée. | Alors, les projetant, tu pourras aisément | Des Lygiens ennemis chasser le régiment’ (Ésquilo, *apud* Estrabão [1969]: Liv. IV, p. 133).

²⁰⁴ ‘[M]erece particular atenção a [versão] do *Scutum Herculis* de Hesíodo, por entenderem alguns críticos que o teatro do combate foi o Mar do Norte’ (Sarmiento 1887a: 5, nota 13). Veja-se, por exemplo a opinião de Jubainville sobre a referida passagem: ‘La poésie hésiodique admet encore la doctrine populaire rejetée par Hérodote, par Phérécyde et par la plupart des auteurs du cinquième et quatrième siècle avant J.-C.: elle place dans l’Océan, à l’extrémité ouest ou nord-ouest de l’Europe, l’embouchure de l’Éridan (...)’

²⁰⁵ Para admitir o carácter insular destes dois povos, Martins Sarmiento socorre-se de uma passagem de Pompónio Mela em que eles são referidos como ‘filhos de Neptuno’ (Sarmiento 1887a: 6, nota 14).

²⁰⁶ Porém, ‘Mr. de Jubainville pensa nos Draganes da *Ora maritima*’ (Sarmiento 1887a: 6, nota 15).

antigos, e nomeadamente antes do nome ‘Britânicas’ o que serviria, por assim dizer, de atestado da anterioridade da primeira denominação.

A perseguição de Albion e Dercino a Hércules, é, para Martins Sarmiento, equivalente à perseguição que os habitantes de Ea fazem aos Argonautas, que são enfim as versões efabuladas de um sucesso bem real da perseguição dos Albiones aos Fenícios, no momento em que eles pretendiam regressar a casa:

Não é pois quase certo que os Albiões, localizados por Apolodoro na costa do Mediterrâneo, em virtude dos prejuízos correntes no seu tempo, são os Albiões do Mar do Norte, os próprios habitantes da ilha dos Albiões e que se não conta aqui o incidente casual duns povos que pretendem espolar Hércules da presa que ele fez numa ilha, a que tais povos eram estranhos, mas a reivindicação de uma presa, feita pelo herói numa certa ilha, e que os seus naturais pretendem realizar a todo o custo? E, pois que os Albiões são insulares, e a luta entre eles e Hércules se dá depois que o herói saiu de Erítia, é claro que a perseguição de Hércules pelos seus inimigos é feita pelo mar, e só um cego deixaria de ver nestes Albiões perseguindo Hércules pelo Mar do Norte, os pseudo-Colquídeos perseguindo os Argonautas pelo mesmo mar [Sarmiento 1887a: 7].

A ‘chuva de pedras’ do *Campus Lapideus* da Ligúria do Mediterrâneo, pode agora Martins Sarmiento translocá-la para o cenário do Mar do Norte, juntamente com o argumento propriamente geográfico de que a ela corresponderia uma das normais tempestades que assolam com frequência aquelas regiões, e cuja violência e espectacularidade propriamente ‘boreal’ seria desconhecida dos povos originários das latitudes subtropicais do Mediterrâneo.

Para Martins Sarmiento fica assim claramente demonstrado que a viagem de Hércules à ilha de Erítia é uma outra versão da expedição dos Argonautas à Cólquida, sobre a qual deteria uma especial vantagem, a de a efabulação levada a cabo pelos mitógrafos gregos não poder ter dissimulado totalmente os povos a que de facto se referem, os Albiões, ‘nome histórico do povo, sobre quem reinava o famoso rei Aetes’ (Sarmiento 1887a: 8).

No âmbito da equivalência que faz entre as duas narrativas, Martins Sarmiento pretende ainda dar conta de uma expressão na lenda relativa a Hércules de uma

descrição do trajecto de regresso que, a partir da interpretação da lenda dos Argonautas, reconhecia ter sido levada a cabo pela estrada fluvial do Reno-Ródano. Para o autor, os indícios desse regresso não ‘são tão claros’ no Décimo Trabalho. Aqui, a descrição²⁰⁷ de Hércules não é decerto a de alguém em fuga, mas a de um verdadeiro conquistador, particularidade que ainda mais servirá de oposição aos ‘dois Hércules’ aqui presentes, o semita, Melkart, e Hércules, o grego, e em geral ‘ariano’, mas ‘entre este Hércules e o da velha tradição há já um mundo de ideias inteiramente diferentes. Estamos longe do Hércules navegador, que nunca fez conquistas ruidosas, muito menos à frente de um exército pedestre’. Quem transforma um no outro é a efabulação levada a cabo pelos mitógrafos gregos, e assim, embora a semelhança entre a narrativa dos Argonautas dificilmente se possa comparar com a do Décimo Trabalho, quanto à viagem do regresso, ‘é bem possível que o facto tão estranhamente desfigurado por Diodoro não deva a sua origem senão à misteriosa travessia dos dois rios, que corriam pela Gália e Ibéria.²⁰⁸ Para esta convicção concorreria a similitude entre a fundação de Alésia por Hércules, na Gália, circunstância explicitamente expressa por Diodoro, e a equivalente de uma cidade no Reno por Ulisses²⁰⁹, personagem em que Martins Sarmento vê igualmente a personificação da viagem de regresso dos Tírios, rio em que também entre os Argonautas poderia ter uma expressão equivalente, com a deposição de um talismã de que a tradição posterior faria memória persistente.

O Décimo Primeiro trabalho de Hércules, tal como o Décimo, apresenta-se com uma estrutura narrativa de uma viagem. Neste caso, o herói procura as Maças das

²⁰⁷ Cf. Diodoro, especialmente a partir do capítulo 17 do Livro IV. Como exemplo da retórica triunfante : ‘Passant de la Celtique en Italie. Hercule traversa les Alpes. Il rendit la route, de rude et difficile qu’elle était, accessible à une armée avec tout son bagage. Les Barbares qui habitaient ces montagnes avaient coutume de piller et de massacrer les troupes qui les traversaient. Hercule soumit cette nation, et, après avoir puni les chefs des brigands, il assura pour toujours la sécurité de ces passages’ (Diodoro, *o.c.*: 280).

²⁰⁸ Martins Sarmento faz uso, neste contexto, da concepção de Ibéria entre os geógrafos da antiguidade clássica. Esta denomina uma região no Mediterrâneo ocidental que, ainda no tempo de Cílix, atingia a margem direita do Ródano.

²⁰⁹ ‘Ulysses also – in the opinion of some authorities – was carried, during those long and storied wanderings, into this ocean, and reached the countries of Germany. Asciburgium, which stands on the banks of the Rhine and has inhabitants today, was founded, they say, and named after him (...)’ (Tacitus, *Germania*, 3, p. 135 da ed. utiliz.).

Hespérides, os pomos de ouro que se encontram à guarda das filhas de Atlas. A importância da hermenêutica deste mito, no contexto da geo-historiografia de Martins Sarmiento, prende-se com a proposição do autor sobre o fundo histórico que lhe deu origem. Para isso, o autor incide a sua atenção crítica no problema de identificação do Jardim das Hespérides ‘situado nas encostas do Monte Atlas, o local onde descansam os cavalos do carro do Sol’.

A questão da localização do monte Atlas em que habitavam as Hespérides não é exclusiva da historiografia do século de Martins Sarmiento, e de facto, tal como sucedia quer em relação à viagem dos Argonautas, quer em relação à viagem de Ulisses, os elementos vários das viagens associadas aos Trabalhos de Hércules eram, já entre os diversos comentadores e narradores antigos, motivo de controvérsia. Especificamente em relação ao Jardim de Hera as opiniões dividiam-se entre os que localizavam o monte Atlas ou junto dos Hiperbóreos, ou na Mauritània, ou ainda numas ilhas em pleno Oceano, junto ao continente africano.²¹⁰

Num dos relatos mais vulgarizados, Hércules percorre a Ilíria até à foz do Erídano, trajecto em que se cruza com Cicno, o mesmo que Martins Sarmiento reconhece como o amigo de Faetonte, rei dos Lígures do Báltico que, mais tarde, são expulsos para o sul da ilha da Grã-Bretanha e finalmente para a Lusitânia, quando os Belgas ali entram e os expulsam da metade oriental da ilha. Este é mais um exemplo da ‘geografia de substituição’ operada por Martins Sarmiento, uma vez que aquele Erídano, como já se referiu, ficou sendo para os antigos o rio Pó, enquanto que o investigador português o considerava como sendo o Reno. Nesta etapa há ainda uma informação do tipo de que Martins Sarmiento sublinha repetidamente a relevância; ao longo das narrativas são referidos muitas vezes os informadores, deuses, oráculos ou simples mortais, a quem o herói recorre no sentido de conhecer o caminho para determinado lugar. Neste tipo de

²¹⁰ ‘Parió la Noche al maldito Moros, a la negra Ker y a Tánato; parió también a Hipnos y engendró la tribu de los Sueños. Luego además la diosa, la oscura Noche, dio a luz sin acostarse con nadie a la Burla, al doloroso Lamento y a las Hespérides que, al otro lado del ilustre Océano, cuidan las bellas manzanas de oro y los árboles que producen el fruto’ (Hesíodo [1990]: 80). A referência ao extremo do mundo como morada de Atlas é explícita em Ovídio: ‘Enfin, au déclin du jour, craignant de se confier à la nuit, il [Persée] s’arrête sur les cimes de l’Hespérie, dans le royaume d’Atlas; il demande à y prendre un peu de repos (...). Là vivait ce souverain qui surpassait tous les hommes par sa taille gigantesque, Atlas (...); il tenait sous ses lois les extrémités de la terre’ (Ovídio [1980]: 116-117).

referências, o investigador reconhece a existência de colónias de povos-irmãos, de quem por isso mesmo se comunica conhecerem a localização de cidades e terras mesmo se mais ou menos longínquas; nelas vê, Martins Sarmento, uma vez que se trata, na maior parte dos casos, de viagens marítimas, igualmente a demonstração de que os povos que habitavam as costas da Europa ocidental no tempo em que os marinheiros do Mediterrâneo com eles contactam, já deteriam uma capacidade de navegação que os poria em contacto uns com os outros, mesmo quando localizados em regiões muito distantes entre si. Nesta parte da narrativa de Hércules, o informador é o próprio Nereu, significativamente o deus do mar.

No regresso do Jardim das Hespérides, Hércules atravessa de novo a Líbia, momento em que a narrativa da sua viagem se relaciona com a dos Argonautas. Ao sentir sede, Hércules faz jorrar da areia uma nascente de água que será a mesma que irá permitir que os Argonautas sobrevivam aquando da sua travessia pelo inclemente deserto líbico.

Como na aventura do rapto do gado de Gerião, também neste caso o destino final do herói é Micenas. Começa por atravessar a Líbia, em cujo trajecto se narra o encontro com Anteu, soberano daquela terra.²¹¹ A importância deste episódio para a hermenêutica de Martins Sarmento prende-se com o facto de ele ser situado na costa atlântica do deserto africano, especificamente em Lixo, cidade que se situava a sul de Tingi, e ao pé da qual uma das interpretações geográficas do mito localizava as ilhas das Hespérides, portanto em pleno Atlântico, e com grande probabilidade as Canárias.

Dali Hércules dirige-se ao Templo de Ámon, no Egipto, o que pressupõe, no contexto de uma ‘geografia da proximidade’ a travessia de toda a costa norte-africana. Ainda no Egipto, Hércules dirige-se ao sul e funda Tebas, lugar em que o herói termina com os sacrifícios de Busíris. Atravessa a Ásia até chegar à ilha de Rodes, e daí passa às montanhas do Cáucaso.²¹²

²¹¹ ‘Parti de cette île [Crète], Hercule relâcha en Libye. A son arrivée, il provoqua au combat Antée, qui, fameux para la force de son corps et son habileté dans la lutte, faisait mourir tous les étrangers qu’il avait vaincus; mais il fut enfin lui-même tué en se battant contre Hercule corps à corps’ (Diodoro [1851]: 278).

²¹² ‘Such Egyptians as possess a temple of the Theban Jove, or live in the Thebaïc canton, offer no sheep in sacrifice, but only goats (...). “At length, when Hercules persisted, Jove hit on a device – to flay a ram, and, cutting off his head, held the head before him, and cover himself with the fleece. In this guise he showed himself to

Tal como a viagem à Erítia, também a viagem de Hércules ao Jardim das Hespérides é por Martins Sarmiento considerada como a efabulação de um sucesso histórico real. No primeiro caso tratar-se-ia da viagem de reconhecimentos dos Fenícios às regiões de onde tinha origem o estanho, ao Mar do Norte; a viagem ao Jardim das Hespérides diria respeito às viagens de reconhecimento marítimo que os mesmos Fenícios teriam efectuado às costas africanas do Atlântico. A importância desta viagem reside não apenas no facto de contribuir para a caracterização do esforço de colonização marítima do Mediterrâneo ocidental e do Atlântico, mas também porque permite, no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, clarificar algumas das passagens da viagem dos Argonautas, fazendo com que a hermenêutica desta última se apresente mais solidamente e fixadamente suportada no maior número possível de pontos de apoio.

O lugar de partida do Décimo Primeiro Trabalho de Hércules é também Tartessos. Daqui, o herói dirige-se ao Jardim das Hespérides, situado algures no Mar Austral. E tal como na narrativa do Décimo Trabalho, também neste caso Martins Sarmiento providenciará uma hermenêutica que visa desmontar a efabulação que a apropriação cultural grega inculcou na história fenícia que foi deturpando: ‘O que eram porém as Hespérides e onde ficavam?’²¹³

A interpretação geográfica que Martins Sarmiento propõe para determinar a posição geográfica do Jardim das Hespérides deriva do facto de serem elas, as Hespérides, na genealogia mitográfica grega, filhas de Atlas, o que o investigador assume como uma contiguidade ou vizinhança geográfica. Deste modo, a questão da sua localização dilui-se na questão mais abrangente de saber qual a localização do Atlas.²¹⁴

Hercules”. Therefore the Egyptians give their statues of Jupiter the face of a ram. (...). Such, then, is the reason why the Thebans do not sacrifice rams, but consider them sacred animals.’ (Heródoto [1993]: 58). Também em Ovídio: ‘[Péris, les héros] comme le frère d’Antée teignit justement de son sang les autels et mourut lui-même selon les exemples qu’il avait donnés’ (Ovídio [1963]: 399 ss.); cf., em nota crítica a esta mesma passagem: ‘Antée, géant libyen et lutteur remarquable, qui contraignait les étrangers à se mesurer avec lui et ornait de leurs crânes les temples de son père Poséidon’ (*Ib.*, p. 42, nota 10)

²¹³ ‘É de ver que vamos encontrar o mesmo amálgama de fábula e de história, que encontramos na viagem ao norte, e que temos de entrar num outro labirinto’ (Sarmiento 1887a: 12).

²¹⁴ A ideia de Martins Sarmiento em inferir um sentido propriamente geográfico de uma genealogia mítica parece ter tido origem em Aristóteles: ‘As Hespérides da Argonáutica fenícia eram certamente as Canárias e a sua posição

Para Martins Sarmiento, e indo ao encontro de grande parte da historiografia sua contemporânea, o Atlas seria um promontório da costa ocidental de África, ‘notável por estender-se pelo mar dentro’, e constituindo um limite de navegação dos Fenícios na costa atlântica de África, como a entrada do Mar do Norte constituía o limite do Atlântico setentrional. Simetricamente disposta a primeira em relação à segunda, mas muito distantes uma da outra, e não frente a frente, como ‘os Gregos levemente localizaram no Estreito de Gibraltar’ (Sarmiento 1887a: 12).

Quanto à localização específica desta coluna de Hércules ‘lívica’ na costa atlântica do continente africano, Martins Sarmiento deduz-a de uma passagem de Cílix, em que é feita uma referência a um ‘mar inavegável’. Também neste caso é necessário que a hipótese do investigador se confronte com interpretações outras que a crítica sua contemporânea ia propondo. Exemplo disso é a inclusão da discussão sobre a localização exacta do limite de navegabilidade dos Fenícios na costa atlântica, a correcção que alguns historiadores faziam da distância descrita no périplo de Hanão, documento cartaginês que narra uma suposta viagem de um dos seus almirantes na mesma costa, entre Lixus (cidade que distava tanto do estreito de Gibraltar para sul quanto Gades o fazia para norte) e Cerne. A correcção consistia em substituir por três os treze dias que a *editio princeps* do périplo de Hanão atribuía à duração da viagem entre Lixus e Cerne, o que deslocava para sul esta última localização, numa distância apreciável, permitindo assim que fosse coincidir com a latitude do cabo Bojador, identificação tão mais sintomática quanto seria essa mesma localização que a tradição, e a história, referiam como a que as embarcações portuguesas mais dificuldade tiveram em vencer. Nisto vê Martins Sarmiento mais do que uma coincidência: vê a demonstração de que o mar do cabo Bojador, o mar inavegável de Cílix e a coluna de Hércules de África dizem respeito a uma mesma realidade: o limite de conhecimento de navegabilidade da costa ocidental africana ao longo de toda a Antiguidade, perpetuada

perto do Bojador explica a razão por que elas eram chamadas filhas do Atlas. Isto queria dizer, nem mais nem menos, que eram consideradas como filiadas no grande promontório lívico, que penetrava pelas profundidades do mar’ (Sarmiento 1887a: 16). A referência a Aristóteles é provavelmente a que se pode ler no fim do capítulo 8.º do II Livro: ‘Les îles situées en pleine mer sont moins sujettes aux tremblements de terre que celles qui sont proches du continent. (...) Les îles proches du continent sont une portion de celui-ci (...)’ (Aristóteles [1982]: 99).

nas tradições na Idade Média, e que só a expansão portuguesa do século quinze viria finalmente a ultrapassar:

Principalmête porque no rosto do cábo [Bojador] acháuã hũa restinga q lançáua pera o mesmo rumo da loeste óbra de seis legoas: onde por razam das ágoas q aly córrem naquelle espaço, o baixo as móue de maneira, que parecem saltar & ferver: a vista das quães éra a todos tam temerósa q nam ousáuam de as cometer, & mais quãdo viã o baixo (...) [S]ómente cõ a vista do feruer destas ágoas & baixo q achauã, cõcebiam que o már daly por diãte era todo aparcellado, & nam se podia nauegar: & q esta fora a causa porque os pouoadores desta parte da Európa nam sestenderam a nauegar contra aquellas regiões.²¹⁵

Martins Sarmiento aceita a lição da *editio princeps* do périplo de Hanão e recusa a correcção de Muller e Vivien de Saint Martin. Para o autor, que vê nas correcções dos dois investigadores referidos uma estratégia de demonstração de pontos de vista preconcebidos²¹⁶, é ‘claro que o mar inavegável de Scylax e o mar inavegável de Barros são uma e a mesma coisa’ (Sarmiento 1887a: 15).

Uma vez estabelecido o limite de navegabilidade, está também, para Martins Sarmiento, descoberto o próprio monte Atlas tal qual o consideravam os antigos: nada menos do que o próprio Bojador, internando-se profundamente no mar.²¹⁷

²¹⁵ Cf., a mesma ‘idiossincrasia’ em Zurara: ‘ “Isto é claro – diziam os mareantes – que depois deste cabo não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde; e o mar é tão baixo que a uma légua da terra não há de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passa, jamais nunca poderá tornar” ’ (Zurara [1978-1981]: 49-50).

²¹⁶ ‘Salvo o devido respeito aos dois sábios, quer-nos parecer que *o desejo de localizar a célebre Cerne segundo o modo de ver de cada um* [s.n.] (não há concordância entre eles) os obrigou a levantar dúvidas onde as não pode haver’ (Sarmiento 1887a: 14, nota 4).

²¹⁷ Compreende-se de imediato a dificuldade desta identificação, quando a opinião historiográfica dominante considerava o Atlas como as montanhas elevadas de Marrocos, bem a norte do cabo Bojador. Claro está que Martins Sarmiento não ignorava essa identificação, antes considerava que tendo sido feita pelos marinheiros fenícios durante as suas primeiras viagens, viria mais tarde, e com a vulgarização da navegabilidade da parte norte do Atlântico africano, a margem meridional do golfo de Gades, a identificar-se com a enorme mole cuja saliência se vislumbrava do mar. Se não erramos na interpretação que fazemos do pensamento do investigador, o autor considera que existe aqui uma espécie de ‘metonímia’ geográfica associada ao nome do Atlas.

Se o Atlas era o Bojador, as ‘filhas do deus’ seriam alguma entidade geográfica cuja contiguidade ou vizinhança notória com o promontório desse razão a essa representação simbólica. Martins Sarmiento vê por isso nas ninfas, que as narrativas gregas apresentavam como habitando o sertão africano, meramente as saliências rochosas que seguiam, para dentro do mar, a própria direcção do promontório.²¹⁸ Em suma, as ‘Hespérides não eram senão ilhas do Mar Austral’ e dadas as condições em que a sua relação é descrita com o promontório que as domina do continente, ‘nós escusamos de gastar tempo a identificá-las, quando vemos os geógrafos, sem embargo dos devaneios dos poetas, identificá-las francamente com as Fortunatae, as Canárias’ (Sarmiento 1887a: 16).

A partir da fixação dos pontos principais da geografia histórica subjacente à narrativa mítica da lenda grega do Décimo Primeiro Trabalho de Hércules, Martins Sarmiento já pode, em novos moldes, apresentar a sua restauração do sentido daquela lenda. Trata-se afinal de uma viagem entre Tartessos e o Bojador, limite meridional da navegação fenícia, irmão gémeo do Mar do Norte, com quem partilha o verdadeiro título de ‘Colunas de Hércules’. Como na viagem ao Atlântico norte, também neste caso a efabulação grega recolhe a informação histórica mais preciosa da viagem real dos Fenícios: no primeiro caso, destaca a aventura do Gado de Gerião (ou, equivalentemente, no caso da viagem dos Argonautas, o Velo de Ouro), porque o elemento mais impressionante da viagem teria sido a conquista dos mercados de estanho; no caso da aventura para o sul, a lenda encarregar-se-ia de valorizar, simbolicamente, no episódio das Maças do Jardim das Hespérides, o que de mais importante teria sucedido na viagem, isto é, a descoberta das próprias ilhas Canárias.

Um outro elemento merece ainda a atenção de Martins Sarmiento, no contexto da viagem de Hércules ao Jardim das Hespérides. A lenda grega transmite um episódio de uma especial carga dramática que, ainda em tempos romanos, agitava a imaginação dos

O facto de serem conhecidas terras para além deste cabo, na Antiguidade, não retira, na opinião de Martins Sarmiento, nada de verosímil a esta identificação. O mesmo, de resto, nota o autor, sucedia com a lenda ainda pervivente na Idade Média para as mesmas regiões, de que é testemunho a *Crónica* de Zurara (ver nota anterior).

²¹⁸ No que se apoiava em Ferecides, autor que, já entre os antigos, considerava a hipótese de as Hespérides serem uma ilha no Oceano atlântico e não entidades divinas.

guerreiros.²¹⁹ A luta de Hércules e Anteu seria a referência efabulada de um desastre de grandes dimensões, um provável naufrágio, para o que concorre a genealogia ‘marinha’ do adversário de Hércules.

O mais importante, contudo, para Martins Sarmiento, de todo este episódio, é a possibilidade de o relocalizar, também neste caso, em confronto com a historiografia dominante, quer a que a tradição clássica havia estabelecido, quer a que no seu próprio tempo a reproduzia. Para o autor, apoiando-se na autoridade de Ferecides, o cenário das dificuldades de Hércules teria sido o Lago Trítón, no ocidente do deserto líbico, e como o episódio se situa narrativamente antes da chegada às Hespérides, Martins Sarmiento não duvida em localizá-lo entre o Bojador e o estreito de Gibraltar. Esta localização seria indirectamente sancionada pela narrativa dos Argonautas de Diodoro Sículo²²⁰, que identificava o Lago Trítón nas vizinhanças do Atlas. Uma vez que a tradição da geografia ‘de proximidade’ assumia que o Lago Trítón se localizava nas imediações da Cirenaica²²¹, já se vê as implicações que a hipótese de Martins Sarmiento teria de provocar na interpretação geográfica das várias lendas associadas.

²¹⁹ Sertório teria descoberto, em redor de Tingis, lugar em que os mitógrafos e escoliastas admitiam estar os vestígios da luta entre Anteu e Hércules, as ossadas do derrotado: ‘Después de vencer a su ejército se lo atrajo y ganó mediante asedio Tingis, donde se había refugiado Ascalis con sus hermanos. Cuentan los libios que allí está enterrado Anteo y Sertorio excavó su tumba (...). Encontró el cadáver, de sesenta codos de longitud, según se dice, y quedó estupefacto’ (Plutarco, *Vidas de Sertorio y Pompeio*, p. 63-64).

²²⁰ ‘On rapporte qu’aux confins de la terre et à l’occident de la Libye habite une nation gouvernée par des femmes, dont les moeurs sont toutes différentes des nôtres (...). Selon la tradition, les Amazones habitaient une île appelée *Hespéra* et située à l’occident, dans le lac Tritonis. Ce lac, qui est près de l’Océan (...) tire son nom du fleuve Triton, qui s’y jette’ (Diodoro [1851]: 231-232).

²²¹ Apolónio de Rodes é um dos mitógrafos que localiza a aventura do Lago Trítón na Cirenaica: ‘On the seventh day they left Drepane. At dawn the weather was clear and a strong breeze blew; they sailed quickly on, propelled by the strength of the wind. It was not yet fated, however, for the heroes to step upon the Achaian land: first they must undergo further sufferings on the borders of Libya. Already they had left behind the gulf named after the Ambracians, already – the sail spread wide – the land of the Kouretes and the chain of narrow islands together with the Echinades themselves were behind them, and the land of Pelops had just come into view. Then the North Wind came in deadly gust and swept them off course towards the Libyan sea; for nine whole nights and as many days it drove them until they were deep within Syrtis from where ships can no longer return once they have been forced into this gulf.’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 128). Outros autores, ao contrário, fazem-no no litoral atlântico do deserto do norte de África.

O Lago Trítón participava assim duplamente na fixação geográfica das narrativas lendárias da viagem de Hércules e da dos Argonautas. Nesta última, os heróis regressavam a Iolcos, quando uma tempestade os lançou para o pleno interior do deserto da Líbia. Neste episódio Martins Sarmiento fará questão de identificar uma das contradições que, na sua opinião, dirigem a atenção do crítico para a impossibilidade de uma geografia ‘de proximidade’ que pretendesse situar os eventos em cenários do Mediterrâneo oriental. No intuito de conseguir repor a embarcação em condições de navegar, os Argonautas não recuperam o caminho anterior, antes buscam, através do Lago Trítón, o Jardim das Hespérides, com uma fonte que o próprio Hércules havia feito jorrar; do Lago Trítón acabariam eventualmente por recuperar o caminho de volta para o mar alto.

Da coincidência geográfica e até propriamente narrativa (a coincidência entre a acção de Hércules e dos Argonautas) retira Martins Sarmiento mais um argumento no sentido de identificar as duas narrativas lendárias como dizendo respeito a um mesmo sucesso histórico; e dessa identificação pretende o autor resolver a indecisão que os autores antigos faziam sobre a identificação dos elementos geográficos ali presentes.

Na hermenêutica ‘geográfica’ de Martins Sarmiento habita um princípio ‘fenomenológico’ que veremos ser utilizado em inúmeras outras das suas análises. Também n o episódio do Lago Trítón podemos assistir a esse princípio em acção:²²²

Com efeito é preciso desconhecer absolutamente a topografia da Grande Syrte da Cyrenaica, para escrever que, naufragando nos baixios da Grande Syrte, os mareantes não acharam outro meio de safar o seu navio senão trazendo-o aos ombros para o Lago Trítón de Berenice. A imaginação mais desregrada não podia inventar um tal itinerário, conhecendo a posição dos baixios e a do Lago [Sarmiento 1887a: 20-1].

A acção do episódio, há que procurá-la pois em outro lugar. O conjunto de contradições que ocorrem no trajecto associado à geografia ‘de proximidade’ é enorme: intercala entre a Cirenaica e Creta uma ilha, Cárpatos, que num trajecto sem

²²² Da adequabilidade da topografia narrada e a dos lugares que são por ela supostamente representados, retira Martins Sarmiento grande parte da sua argumentação crítica; esta proximidade com as características físicas dos lugares não deve estranhar se considerarmos que o autor é, por vocação, um ‘explorador’, e de que as viagens a pé pelos lugares que pretendia conhecer são uma das componentes mais fortes da sua maneira de trabalhar.

descontinuidades estaria no fim do caminho que liga as três; diz que as Hespérides habitavam perto do lago de Berenice, ao mesmo tempo que as situavam nas vizinhanças do Atlas²²³; identificava-se o Lago Trítón com o de Berenice.²²⁴

Para Martins Sarmiento não restam, porém, dúvidas. Os mitógrafos da *Argonáutica*, como os que narram as aventuras de Hércules, desfiguraram inteiramente a ordem histórico-geográfica que subjaz à efabulação épica. E do mesmo modo que o Mar do Norte se transforma, por esse processo, na parte oriental do Ponto Euxino, também no caso do Décimo Primeiro Trabalho de Hércules, uma geografia real que serviu de cenário a um evento histórico, a viagem dos Tírios pelo Atlântico sul, foi substituída por uma geografia fantasiosa das margens do Mediterrâneo, a única acessível à esfera de navegabilidade dos Gregos.

As composições das viagens dos Argonautas e de Hércules funcionam, no contexto da hermenêutica de Martins Sarmiento, como mutuamente iluminadoras. A partir dos elementos comuns em uma e outra, e, sobretudo, das deturpações do carácter imperfeito dessa sobreposição, o investigador procederá a uma restituição da geografia da viagem dos Argonautas.

A narrativa dos Argonautas é constituída, segundo a hipótese de Martins Sarmiento, por uma ligação de duas narrativas históricas independentes, uma que diz respeito à viagem ao longo da costa atlântica da Europa, e outra, equivalente, no litoral africano. A fusão das duas numa única epopeia é, para o autor, fruto da imaginação poética dos mitógrafos gregos, que supostamente pretendiam criar uma narrativa referente à

²²³ ‘They did not roam in vain, for they reached a holy place where still on the previous day Ladon, a serpent born from the earth, guarded golden apples in the territory of Atlas; around him the Hesperid nymphs used to sing in their lovely voices as they worked. Now, however, the snake had been destroyed by Herakles, and it lay against the trunk of the apple tree; only the tip of its tail moved freely, as it sprawled lifeless from its head to the end of its dark spine. The arrows had left the angry poison of the Lernaian hydra in its blood, and flies withered on the rotting wounds. Nearby, the Hesperides lamented in shrill voices, their silvery hands placed on their fair heads. All the heroes approached, and instantly the Hesperides became dust and earth as they rushed up. Orpheus understood this divine wonder and sought to win them over with his prayers (...)’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 131).

²²⁴ Em relação a esta contradição podemos ver um exemplo concreto da argúcia hermenêutica de Martins Sarmiento, quando acusa alguns tradutores da *Argonáutica* de deturparem o sentido inicial da narrativa, iludidos pela geografia ‘de proximidade’ que inconscientemente perfilhariam (Sarmiento 1887a: 22, nota 17).

‘fundação ancestral’ da sua própria civilização, compreendendo os dois maiores feitos da expansão geográfica da *oecumena* no seu tempo, as duas viagens que os Fenícios haveriam efectuado para além do Mar Mediterrâneo.²²⁵ O investigador justamente chama a atenção para o carácter ‘instrumental’ que as tempestades cumprem na estruturação da narrativa, como ligadores preferenciais entre esses elementos que seriam originalmente estranhos entre si. A tempestade *deus ex machina*, que Martins Sarmiento considera que Apolónio introduz para transformar as duas viagens historicamente independentes numa só narrativa épica, é a seguinte:

On the seventh day they left Drepane. At dawn the weather was clear and a strong breeze blew; they sailed quickly on, propelled by the strength of the wind. *It was not yet fated, however for the heroes to step upon the Achaean land: first they must undergo further sufferings on the borders of Libya* [s.n.²²⁶]. Already they had left behind the gulf named after the Ambracians, already – the sail spread wide – the land of the Kouretes and the chain of the narrow islands together with the Echinades themselves were behind them, and the land of Pelops had just come into view. Then the North Wind came in a dreadful gust and swept them off course towards the Libyan sea; for nine whole nights and as many days it drove them until they were deep within Syrtis from where ships can no longer return once they have been forced into this gulf. All around are stagnant shallows, all around clumps of seaweed cover the depths, and over them the wave’s foam washes noiselessly. As far as the eye can see stretches sand; there is no movement of animal or bird [Apolónio de Rodes, IV, p. 127].

Assim sendo, o autor propõe, como na viagem de Hércules ao Jardim das Hespérides, que também a ‘metade africana’ da viagem dos Argonautas teria tido início em Tartessos. Logo no início da viagem, os marinheiros da *Argo* se vêm quase a braços

²²⁵ ‘Escusado será advertir que esta viagem nada tem de comum com a viagem do Mar do Norte. Ambas são tão independentes uma da outra como o 10.º e 11.º trabalho de Hércules. A sua ligação é obra dos Gregos’ (Sarmiento 1887a: 25, nota 1).

²²⁶ Sublinhamos esta passagem, porque o tom providencialista que lhe está associado é inteiramente a favor da interpretação de Martins Sarmiento.

com um naufrágio, tendo a sua embarcação ficado presa nuns baixios, de onde são reencaminhados por umas ninfas protectoras para o Lago Trítón.²²⁷

Será justamente nas imediações deste lago que Jasão e os seus companheiros encontrarão as Hespérides, nas imediações do Atlas, e em que sofrem com a ardência excessiva dos ventos que corriam no Mar Austral. Entre a primeira e a última destas paragens, os homens da *Argo* são obrigados a levar a embarcação por terra, numa distância que lhes cobra doze dias.²²⁸

De acordo com a ‘geografia de longinquidade’ que lhe é garantida pela interpretação prévia que faz da viagem de Hércules, Martins Sarmento infere uma localização idêntica para as aventuras dos Argonautas. Os ‘baixios de Sirte’, em que a tempestade havia feito encalhar a embarcação, e que a liberdade poética de Apolónio fizera localizar no norte de África, na região da Cirenaica, são afinal o mesmo mar inavegável que Cílix já referia, e que João de Barros mais tarde descrevia nas imediações do Bojador, mas a que a descrição minuciosa que Apolónio, nas palavras do piloto Anceu, positivamente identifica.²²⁹

Na hipótese geográfica de Martins Sarmento, a viagem dos Argonautas narra afinal a situação concreta por que haveria de passar uma embarcação que tivesse inadvertidamente abandonado o mar alto para encontrar os baixios que vizinhavam o

²²⁷ ‘There and then they would have all departed from life, the best of heroes with their task uncompleted, leaving no name or trace by which mortal men might know of them; but as they wasted away in helplessness, the heroines, guardians of Libya, took pity on them. Once when Athena had leapt resplendent from her father’s head, it was they who welcomed her and bathed her in the waters of Lake Triton. It was the middle of the day; all around the rays of the sun at their fiercest were burning Libya.’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 129).

²²⁸ ‘This report too I heard in all truth that you, much the greatest sons of kings, by your strength and by your courage placed the ship and all that your ship contained aloft upon your shoulders, and carried it for twelve whole days and an equal number of nights through the sandy deserts of Libya.’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 131)

²²⁹ Descrição que Martins Sarmento explicitamente compara com a de João de Barros, numa estratégia hermenêutica de fundo fenomenológico que já surpreendemos neste autor em outras ocasiões: ‘“Surely the most awful death awaits us; there is no way to escape disaster. Now that we have been thrust ashore into this desert, we shall have to endure the most terrible sufferings, even if offshore winds come up. As I gaze all around, a sea of shallows meets my eyes in every direction, endless water broken up as it runs over the white sand. This holy ship would long ago have been most wretchedly shattered far off from the shore, but the tide lifted it up and brought it here. Now the tide hurries back to the open water, and all that is left is this swirling foam; we cannot sail over it, it barely covers the ground (...)”’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 128).

cabo Bojador. A impossibilidade de demandar o mar Atlântico pela navegação normal, mesmo esperando pelo dia seguinte (ponto sublinhado por Martins Sarmiento porque referido explicitamente pelo poeta grego [cf. Apolónio de Rodes, IV, p. 129]), leva os marinheiros a tomar a decisão de, na versão poética de Apolónio, por conselho de umas divindades benfazejas do deserto, se internarem por um curso de água que os levaria a um lago no interior do deserto.

Martins Sarmiento não soçobra perante a dificuldade que tal passagem de uma embarcação pelo interior do continente possa representar. Este Lago Trítón, por onde Hércules havia igualmente passado, seria assim, para o autor, uma entidade geográfica concreta, e deveria ser procurado pelas imediações do Bojador. A vizinhança com o Bojador infere-a o autor da descrição que da viagem dos Argonautas é feita *após* terem deixado o Lago Trítón. De acordo com a narrativa de Apolónio, quando a Argo abandona o Lago Trítón, navega, tendo à vista, do lado direito, uma terra deserta que os acompanha até que deparam com o promontório que penetra largamente o mar, e que é, segundo a geografia sarmentiana, o próprio Bojador. Nesta latitude um vento apropriado, de sul, leva-os a Cárpatos e a Creta, e levando, finalmente, os Argonautas à sua pátria sem que mais tempestades ou perigos os supliciem.

At dawn, however, they spread wide the sail and, with the same desert land on their right, they ran on before the breezes of the Zephyr. On the following morning they caught sight both of the jutting headland and of the recess of the sea lying beyond it. Suddenly the Zephyr dropped and the bright south wind blew up; their hearts rejoiced at the sound of this coming. At the time when the sun has set and the homing-star which brings rest to long-suffering ploughmen has risen, then the wind dropped in the dark night; they took down the sail and let down the long mast, and vigorously plied their well-planned oars all night and the next day and the night which followed that day. Rocky Karpathos appeared next far off, and from there they were to cross over to Crete which rises above all other islands in the sea [Appolonius, IV, p. 137].

Esta é, para Martins Sarmiento, uma descrição minuciosamente precisa da costa ocidental da África do Norte, e as ilhas que a efabulação de Apolónio transfigurou nas egeias Cárpatos e Creta são afinal as Ilhas Canárias.²³⁰

No âmbito da argumentação da localização africana ocidental de parte da viagem dos Argonautas, Martins Sarmiento faz uso de elementos documentais posteriores, referentes às viagens dos almirantes que, séculos mais tarde do que as viagens que supostamente os Tírios teriam efectuado por estas paragens, Cartago haveria de repetir.²³¹ Esta ‘sobreposição’ quase perfeita que Martins Sarmiento desenha entre as viagens de Tírios, em redor do século doze, e dos Cartagineses, muitos séculos mais tarde, é talvez mais uma das manifestações da temporalidade a-histórica que habita em toda a sua filosofia da história. Cabe pensar se esta ‘facilitação geográfica’, que os Tírios imprimiriam nas estradas marítimas do Atlântico e que os Cartagineses haveriam de seguir, não é afinal uma visão essencializada que Martins Sarmiento faz aplicar retrospectivamente dos Cartagineses nos Tírios, tanto mais que o périplo de Hanão daria conta de uma viagem ao longo do litoral atlântico da África do Norte que um almirante cartaginês teria efectuado às ordens de Cartago, no intuito não só de fundar colónias, mas de ‘restaurar outras, que os Tírios haviam aí fundado, e das quais os Cartagineses se consideravam herdeiros’ (Sarmiento 1887a: 29).

Na interpretação mais lata que o périplo oferece, e que Martins Sarmiento parece tentado a aceitar, ‘a esquadilha de Hannon passa muito além de Cerne e do mar inavegável’ (Sarmiento 1887a: 29). Porém, ao passar por esta região, algumas particularidades geográficas chamam a atenção do narrador cartaginês. Depois de ter alcançado Lixus, cidade da costa africana que, segundo a tradição, distaria tanto do

²³⁰ Contudo, deve dizer-se que na perífrase que Martins Sarmiento faz desta passagem de Apolónio omite, não sabemos se intencionalmente, que a primeira parte deste trajecto, enquanto a embarcação tem à sua direita a costa desértica, é feita sob os auspícios de Zéfiro, o vento de oeste, situação que seria mais adequada num cenário mediterrânico que num atlântico.

²³¹ Outras manifestações de ‘facilitação geográfica’ entre povos de que assume uma identidade civilizacional estão presentes nas hipóteses etnogénicas que Martins Sarmiento propõe para os dois outros grandes actores da sua narrativa histórica: os ‘Celtas’ e os ‘Lígures’. Os primeiros propiciariam os caminhos da expansão, efectuada muitos séculos depois, dos Germanos; os segundos, teriam proporcionado vagas sucessivas de migrações usando os mesmo caminhos desde o tempo da pedra polida até à Idade do Bronze, assim como seriam os responsáveis pela facilidade com que o Império romano viria a conquistar, pelo menos o Ocidente da Europa.

estreito de Gibraltar, para sul, quanto Gades o fazia para norte, a frota navega primeiro para sul, depois para nascente, até chegar a uma enseada, onde, numa ilha, os Cartagineses fundam a colónia de Cerne.²³²

Mas a particularidade que mais importa a Martins Sarmiento sublinhar é a que segue, narrativamente, o estabelecimento da colónia de Cerne. Segundo o narrador cartaginês, tendo Hanão deixado em Cerne parte dos seus barcos, desce ao longo da costa até atingir, em estreito paralelo com a narrativa dos Argonautas, um lago que se comunicava com o mar:

Daí [de Cerne], após termos navegado através de um grande rio chamado Cretes, chegámos a um lago; o lago tinha três ilhas maiores do que Cerne. A partir delas, tendo navegado um dia inteiro, atingimos a extremidade de um lago, que era rodeado por altas montanhas, habitadas por homens selvagens, vestidos com peles de animais, que nos atacaram lançando pedras e impediram de desembarcar. Daí, continuando a navegação, entrámos em um outro grande e largo rio, cheio de crocodilos e de hipopótamos. Em seguida, refizemos o caminho e regressámos a Cerne [Périplo de Hanão, ix e x, p. 93 e 95 da ed. utiliz.].

O que mais impressiona Martins Sarmiento na narrativa de Hanão é a similitude de eventos e de singularidades geográficas que entre este périplo e a narrativa dos Argonautas se podem encontrar. Para o investigador, a coincidência está longe de ser casual. Ela reside na intenção que subjazeria à navegação de Cartago de justamente ‘estudar minuciosamente o célebre Lago, para apurar o que havia de verdade no meio daquelas fábulas’ (Sarmiento 1887a: 31), convicção tão mais reforçada porque em Heródoto havia uma referência às colónias ‘fundadas pelos descendentes dos Argonautas’ nas margens do Lago Trítón, pelo historiador consideradas como localizando-se na Cirenaica, mas em que Martins Sarmiento vê afinal uma referência às

²³² ‘Tendo tomado entre eles intérpretes, bordejámos o deserto, em direcção ao meio-dia, durante dois dias; dirigimo-nos em seguida para o sol nascente, viajando um dia. Encontrámos, então, na parte mais profunda de um golfo, uma pequena ilha, tendo cinco estádios de perímetro, na qual deixámos alguns colonos, tendo-lhe chamado Cerne. Julgámos que esta, de acordo com a viagem, estava situada em oposição a Cartago: na verdade, é idêntica a viagem de Cartago às Colunas e destas a Cerne.’ (Périplo de Hanão, viii, p. 91).

viagens e colonizações que os Cartagineses fizeram em territórios em que os antigos Tírios, de que aqueles se consideravam descendentes, haviam estado anteriormente.²³³

São eles, como cartagineses, os descendentes dos verdadeiros Argonautas; são os companheiros de Hannon os que podiam visitar o Lago Triton dos Argonautas, o Triton, próximo do Mar Austral; são eles que podiam apoderar-se da trípole, que os seus antepassados ofereceram ao Génio do Lago e fundar colónias pelos seus domínios, e Hannon não se esquece de dizer-nos que fundou uma colónia em Cerne [Sarmiento 1887a: 32].

A restituição da *Argonáutica* como uma viagem antiga dos Fenícios, que a lenda havia cristalizado em efabulações mais ou menos míticas, recolheria assim uma importante corroboração, quer da descrição histórica das viagens posteriores dos navegadores cartagineses, quer da rerepresentação dessas viagens pelos geógrafos gregos, numa contínua interpenetração de história e de fábula, em que o investigador vê mesmo a inclusão de novos elementos.²³⁴

²³³ ‘When Jason had finished building the Argo at the foot of Mount Pelion, he took on board the usual hecatomb, and moreover a brazen tripod. Thus equipped, he set sail, to coast round the Peloponnese, and as to reach Delphi. The voyage was prosperous as far as Malea; but at that point a gale of wind from the north came on suddenly, and carried him out to the coast of Libya; where, before he discovered the land, he got among the shallows of Lake Tritônis. As he was turning in his mind how he should find his way out, Triton (they say) appeared to him and offered to show him the channel, and secure him in a safe retreat, if he would give him the tripod. Jason complying, was shown by Triton the passage through the shallows; after which the god took the tripod, and, carrying it to his own temple, seated himself upon it, and, filled with prophetic fury, delivered to Jason and his companions a long prediction: “When a descendant”, he said, “of one of the Argo’s crew should seize and carry off the brazen tripod, then by inevitable fate would a hundred Grecian cities be built around Lake Tritônis”. The Libyans of that region, when they heard the words of this prophecy, took away the tripods and his it’; ‘The Carthaginians also relate the following: – There is a country in Libya, and a nation, beyond the Pillars of Hercules, which they are wont to visit, where they no sooner arrive but forthwith they unlade their wares, and, having disposed them after an orderly fashion along the beach, leave them, and, returning aboard their ships, raise a great smoke. The natives, when they see the smoke, come down to the shore, and, laying out to view so much gold as they think the worth of the wares, withdraw to a distance. The Carthaginians upon this come ashore and look. If they think the gold enough, they take it and go their way; but if it does not seem to them sufficient, they go aboard ship one more, and wait patiently. Then the others approach and add to their gold, till the Carthaginians are content. Neither party deals unfairly by the other: for they themselves never touch the gold till it comes to the worth of their goods, nor do the natives ever carry off the goods till the gold is taken away’ (Heródoto [1993]: 155, 158).

²³⁴ É este mecanismo duplo de génese da história e da fábula, que leva Martins Sarmiento a interrogar-se sobre se não haveria alguma influência de emulação na narrativa de Hanão, sobre o ataque de pedras lançadas de que são alvo

Na tentativa de identificação do Lago Trítón, nas costas de África, Martins Sarmiento tem de se confrontar com as interpretações de investigadores seus contemporâneos, que viam nas referências a crocodilos e hipopótamos alusões a um cenário mais meridional do que o que poderia ser o das costas do Saara. Porém, Martins Sarmiento rebate os argumentos desses intérpretes, com o auxílio, de novo, das descrições geográficas que se podem recolher das crónicas das primeiras viagens que os Portugueses do século quinze efectuam pela costa africana. Muito ao norte do rio Senegal, Zurara regista que os marinheiros portugueses depararam com ‘uma enorme quantidade de lobos marinhos’, que o investigador português não duvida em reconhecer como o mesmo lugar em que o périplo cartaginês identifica todos os outros animais, isto é o rio de Ouro, nas vizinhanças do Bojador.²³⁵

Para Martins Sarmiento, o rio Cretes de Hanão seria, portanto, um braço de água estagnada que, a norte do rio do Ouro, ligava o mar ao Lago Trítón, e em cuja desembocadura se deveria procurar a colónia de Cerne. O investigador tem noção da aparente contradição que se desenha entre as descrições ‘argonáuticas’ destes leitos fluviais, pouco mais do que esteiros insalubres, nos quais a ardência e a sede são sistematicamente evocadas por Apolónio. As descrições dos rios no périplo de Hanão, pelo contrário, deixam pensar em cenários mais luxuriantes, razão pela qual a crítica de alguns historiadores seus contemporâneos os posicionava mais para sul. Mais uma vez, o autor fará uso do carácter empírico que lhe é providenciado pelas descrições que os cronistas portugueses fazem da costa de África; para remover da sua hipótese essa dificuldade, convoca Martins Sarmiento o regime instável dos rios que estão sob a influência de um característico regime pluviométrico subtropical ou subdesértico²³⁶,

os marinheiros cartagineses nas margens do Lago, e o ataque equivalente a Canto, na narrativas dos Argonautas: ‘Kanthos, in Libya the deadly Keres overtook you. You came upon grazing flocks followed by their shepherd. In defending his sheep which you wished to take back to your comrades who were in need, he hurled a stone at you and killed you’ (Apolónio de Rodes, IV, 1485-9, p. 133).

²³⁵ ‘E porque viu em uma coroa, que estava à entrada do rio, grande multidão de lobos marinhos, os quaes, segundo estimação de alguns, seriam até cinco mil, fez matar aqueles que pôde, de cujas peles faz carregar o seu navio; que, ou por serem ligeiros de matar, ou por o engenho daqueles ser auto para tal feito, fizeram em aqueles lobos mui grande matança’ (Zurara [1978-1981]: 60).

²³⁶ ‘Nas regiões tropicais os rios no espaço de poucos dias podem apresentar os dois aspectos’ (Sarmiento 1887a: 35, nota 18).

vendo nele a contradição aparente que existiria também na descrição do Rio de Ouro, que João de Barros, apesar do nome dele, afirmava não passar de um braço de água de pouca extensão.²³⁷

É no âmbito da caracterização do Lago Trítion na costa ocidental da África do Norte que um curioso argumento de índole propriamente cartográfica vai ser apresentado por Martins Sarmiento:

Seria preciso um mapa minucioso desta parte de África, para verificar sobre ele a existência de um Lago numa relação tal qual com o Rio do Ouro e tendo uma comunicação mais directa com outro rio, a norte deste, pois só assim podíamos assentar as provas positivas, que faltam à nossa interpretação, isto admitindo que a topografia daquelas regiões não tenha sofrido consideráveis alterações. Nós baldamos todo o trabalho em procurar semelhante mapa; chamamos no entanto toda a atenção do leitor para uma carta de Ptolomeu, que parece ter sido expressamente composta para favorecer o nosso modo de ver [Sarmiento 1887a: 35-6].

A singularidade deste argumento, e a sua força estratégica, reside na dupla capacidade que detém de, por um lado, utilizar uma hipótese que nada tem de inverosímil – a obliteração de um curso de água naquelas condições climáticas e geomorfológicas²³⁸ – e, por outro, de se apoiar na cartografia antiga de uma região desenhada a partir das informações presente nas sucessivas reelaborações da geografia Ptolomeu. Aqui, mais uma vez, podemos observar os contornos nítidos da tautologia hermenêutica de Martins Sarmiento: a referência, em mapas associados à geografia ptolomaica, a um ‘lago’ na costa ocidental de África, à latitude do Bojador, terá decerto

²³⁷ Chegádo Antam Gõçalvez onde os mouros aviã de vir fazer o resgáte (...) lançou em terra o próprio mouro q aly o fez vir (...). Sómēte parece q nas pouoações da chegáda do nauio, e como trazia os mócos para resgatar: porq sendo já passádos oyto dias vierã mais de cem pesóas ao resgáte deles, por serẽ filhos dos mais nóbres daquelles alárues. A troco dos quães derã dez negros de terras differētes, e hũa boa quãtidade douro em poó (...) dõde ficou a este lugar por nome rio do ouro; *sendo sómēte hú esteiro dagoa salgada q entra pela terra óbra de seis legoas* (Barros, João de [1932]: 31).

²³⁸ Hipótese que reforça com uma informação de Diodoro Sículo, que refere que no seu tempo já o Lago Trítion estava desaparecido; parece claro que o autor grego se refere à costa atlântica do continente africano: ‘[D]ans son expédition de l’Occident, il posa une colonne dans la Libye (...). On rapporte que le lac Tritonis a entièrement disparu par suite des tremblements de terre qui ont fait rompre des digues *du côté de l’Océan*’ (Diodoro [1851]: 234).

mais a ver com a ‘geografia imaginária’ tardo-romana e medieval do que com o conhecimento positivo das primeiras viagens atlânticas dos inícios dos tempos modernos.

Vejamos, então, o modo como Martins Sarmiento irá proceder à restituição completa da narrativa historicamente concreta a partir da efabulação do episódio do Lago Trítón. Os Argonautas encontram-se bloqueados no ‘mar inavegável de Scylax’ e Barros, junto à restinga do Bojador. Como única saída, internam-se num braço de rio, dificilmente navegável, pelo qual atingem o Lago Trítón. A navegabilidade deste esteiro, e a sua dependência da maré, reconhece-a o investigador na própria efabulação que dela faz Apolónio, quando se refere que o caminho foi mostrado aos marinheiros da Argo pelas pegadas de um cavalo de Posídon.²³⁹ Uma vez no Lago Trítón os marinheiros viriam a descobrir uma saída para o mar, que seria afinal o rio do Ouro.

Daqui tem início a viagem de regresso a Tartessos. Com o deserto à sua direita, remontam de novo a costa africana e avistam o promontório. Na expressão usada por Apolónio – ‘sail off from the headland’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 136) – vê Martins Sarmiento a comprovação de que os marinheiros, na viagem de ida, pretenderam fugir aos baixios que tão nefastos haviam sido na primeira passagem, e seguem com o vento de feição até às ilhas de Cárpatos e Creta, que, como já referimos, o investigador identifica com duas das Canárias.²⁴⁰

²³⁹ ‘I declare that the chariot of Poseidon has just now been loosed by the hands of his dear wife; our mother I interpret to be none other than the ship itself, for it has constantly had us in its belly and has suffered pain in our grievous adventures. With unbreakable strength and unwearing shoulders let us lift her up and carry her into the heart of the sand-filled land in the direction in which the swift horse’s legs carried it. It will not lose itself in a dry place, but I believe that its steps will reveal some gulf of the sea which lies above us’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 131).

²⁴⁰ As ilhas de Cárpatos e Creta seriam afinal as Hespérides, que, segundo Martins Sarmiento, Apolónio teria desligado do lugar que a narrativa histórica lhes concedia, para as intercalar na narrativa do Lago Trítón. Para o investigador, a liberdade poética que teria suportado essa violação prender-se-ia com a fusão mitográficas das Hespérides com as ninfas do deserto: ‘Esta fantasia talvez fosse autorizada até certo ponto pelas indicações da tradição fenícia; porque as deusas “protectoras desta parte da Líbia”, que já atrás apareceram aos naufragos, com todas as probabilidades pertencem àquela tradição. O papel que as Hespérides representam com relação aos Argonautas limita-se a indicar-lhes uma fonte, em que possam matar a sede. Esta graça, como a primeira, quadra bem com as deusas líbias, que se compadeceram dos infelizes, como protectoras que eram daquela parte de África. Não podendo colocar as Hespérides nas ilhas, aonde vão ter os navegantes depois da saída do Triton, porque para o poeta

Na parte final da viagem, quando de Creta os Argonautas se dirigem a Iolcos, a narrativa de Apolónio faz ainda referência à *katoulas* [‘no stars penetrated the deadly darkness, no beams of the moon; down from the heavens spread a black emptiness’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 138)]. Segundo a geografia dos mitógrafos e escoliastas clássicos, a ilha que se lhes depara quando emergem da impenetrável escuridão dessa noite de breu, é Anafe, uma das Espórades, mas o conhecimento íntimo que os Fenícios deteriam de todas estas ilhas do Mediterrâneo dificilmente justificaria a euforia inadequada com que os marinheiros a reconheceram. O caso seria bem diferente se, como pensa Martins Sarmiento, este episódio tivesse ocorrido no Atlântico; aqui, compreender-se-ia melhor o terror que os marinheiros sentiam por verem a sua embarcação a correr sobre a água sem que nenhum vento enfunasse as suas velas, o que só ‘uma dessas formidáveis correntes’ que dominam naquele mar podia justificar (Sarmiento 1887a: 42).²⁴¹

No próprio nome de Anafe, Martins Sarmiento confronta as autoridades que diversamente querem ver nela uma etimologia grega ou fenícia. Na mitografia de Apolónio, o nome de Anafe teria origem no mesmo facto de ela ter surgido de repente aos olhos dos marinheiros, e, nesse sentido, significaria ‘aparecida’, Porém, Martins Sarmiento, contraporá uma etimologia fenícia, que daria justamente conta do aspecto que teria, vista pelos marinheiros que dela se aproximassem vindos do mar.²⁴² Uma ilha que, no Atlântico, se interpusesse entre as Hespérides (Canárias) e Tartessos, e que

estas ilhas já não têm nada com a Líbia, e não podendo deixar de falar naquelas entidades, depois de fazer passar os seus heróis pelo país que elas habitavam, Apolónio compôs todo aquele episódio, *como lhe foi possível* [s.n.], amalgamando as suas fantasias com as tradições fenícias, mas ainda assim de um modo, que umas e outras se podem estremar menos mal’ (Sarmiento 1887a: 37, nota 23). Entre as ilhas, referiria a narrativa efabulada o encontro com um monstro vociferante, episódio no qual Martins Sarmiento não vê mais do que a alegoria de um fenómeno natural, a invariável dificuldade de travessia junto a rochedos proeminentes ou correntes traiçoeiras.

²⁴¹ Em favor da sua hipótese naturalista, Martins Sarmiento destaca a própria narrativa de Apolónio, que de facto parece indicar que a principal razão do medo sentido pelos marinheiros, mais do que a escuridão, se deveria ao facto de a embarcação navegar sem que eles a pudessem controlar: ‘They had no idea whether they were moving in Hades or over the waters. They handed over their hopes pf return to the power of the sea, helpless to control where it might lead them’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 138).

²⁴² ‘The rugged island they called Anaphe [‘Appearance’] because Phoibos had caused it to appear to them in their wretchedness’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 139). ‘(...) Bochart insiste em que Anafe é uma palavra fenícia que significa – opaca, ramosa, indicando uma ilha coberta de arvoredo’ (Sarmiento 1887a: 42-3).

causasse tanta euforia a uns marinheiros que navegavam desgovernados, levados por uma corrente do Atlântico, levam a que Martins Sarmiento considere muito seriamente a hipótese de que os Tírios pudessem ter então aportado a ilha da Madeira, e fosse a ela que se referisse a etimologia de Anafe.

De Anafe a Egina, ponto quase culminante da viagem do Argo, nada de mais notável há que seja narrado pelas diversas versões da viagem dos Argonautas. Contudo, a crítica minuciosa de Martins Sarmiento haveria ainda de questionar-se como se poderia, no cenário povoado de inúmeras ilhas, cada uma à vista de uma outra que lhe fica vizinha, se poderia utilizar a expressão ‘atravessar um largo mar’ para descrever a viagem entre Anafe e Egina, expressão que mais bem serviria ao tramo final de uma viagem atlântica com destino a Tartessos ou Gades.

Martins Sarmiento não tem dúvidas sobre a singularidade do ‘geografia atlântica’ como cenário para a viagem dos Argonautas. A tradição clássica, e a historiografia sua contemporânea, a isso se opõem terminantemente, razão pela qual, lhes associará uma autoridade mais – Homero:

A novidade da nossa interpretação deixará ainda indecisos muitos leitores, estamos certos disso, sobre o valor das nossas considerações, porque as desejariam apoiadas por uma autoridade qualquer. Vamos oferecer-lhes um autoridade respeitável, nada menos que a do mitógrafo dos Errores de Ulisses [Sarmiento 1887a: 43].

II. 2.2. Errores de Ulisses

Os Errores de Ulisses, nome que Martins Sarmiento dá à parte da *Odisseia* que narra as aventuras do marinheiro de Ítaca desde o momento em que inicia o regresso, após o termo da guerra de Tróia, até ao momento em que aporta à costa da sua terra, contêm, para o autor, do mesmo modo que as viagens dos Argonautas e de Hércules, elementos efabulados de um relato propriamente histórico que diria respeito a viagens marítimas dos Fenícios às regiões atlânticas. Também neste caso veremos que Martins Sarmiento, em confronto com as interpretações dominantes da sua época, irá propor uma ‘geografia da longinquidade’ em oposição aos partidários da ‘geografia da proximidade’ que

situavam a acção quase exclusivamente dos mares Egeu, Adriático e Tirreno, considerando-o especificamente como um périplo em redor da ilha da Sicília.

A primeira etapa da viagem de Ulisses é Ísmaro, cidade da Cicónia. Daqui, um forte vento de nordeste levará a sua frota até às costas de Cítera.²⁴³ Quando tentava, a partir daí, recuperar a rota que o levava a Ítaca, de novo a força dos elementos²⁴⁴ o redirecciona para o país dos Lotófagos, na costa africana.²⁴⁵

Do país dos Lotófagos, Ulisses e os seus marinheiros dirigiram-se a uma ilha onde pastava um número abundantíssimo de cabras e na qual habitavam os ferozes Cíclopes. Estes seriam trogloditas, pois ainda não conheciam outro tipo de habitação que não fossem as grutas e abrigos que a natureza providenciase, circunstância que será de grande importância para a teoria interpretativa de Martins Sarmiento, uma vez que o autor reconhecerá nesse facto uma indicação da verdadeira natureza civilizacional dos povos com que os marinheiros mediterrânicos contactavam. O encontro entre as duas realidades culturais, providenciada pela expansão marítima destes últimos, viria a ser efabulada no proverbial episódio de Polifemo.

Da ilha dos Cíclopes, Ulisses dirige-se para norte, até alcançar a ilha Eólia, lugar em que tem lugar o episódio dos ventos, em que Martins Sarmiento reconhece alguma

²⁴³ 'From Ilios the wind bore me and brought me to the Cicones, to Ismarus (...). Thence we sailed on, grieved at heart, glad to have escaped from death, though we had lost our dear comrades (...). But against our ships Zeus, the cloud-gatherer, roused the North Wind with a wondrous tempest, and hid with clouds the land and the sea alike (...) and drove me from my course past Cythera' (Homer, *The Odyssey*, IX, vv. 39-66, p. 309 da ed. utiliz.).

²⁴⁴ 'Trope' narrativo muito comum nas viagens de Ulisses, e de cujo carácter Martins Sarmiento fará referência, ao considerá-lo como um *deus ex machina* que permite ao mitógrafo justapor os fragmentos dos textos propriamente históricos que, do ponto de vista do autor, se reconhecem por trás das páginas da epopeia.

²⁴⁵ 'I sent forth some of my comrades to go and learn who the men were, who ate bread upon the earth; two men I chose, sending with them a third as a herald. So they went straightway and mingled with the Lotus-eaters, and the Lotus-eaters did not plan death for my comrades, but gave them of the lotus to taste. And whosoever of them ate of the honey-fruit of the lotus, had no longer any wish to bring back word or to return, but there they were fain to abide among the Lotus-eaters, feeding on the lotus, and forgetful of their homeward way' (Homer, *The Odyssey*, IX, vv. 82-104, p. 309 da ed. utiliz.). 'A promontory jutting out into the sea from the country of the Gindanes is inhabited by the Lotophagi, who live entirely on the fruit of the lotus-tree. The lotus fruit is about the size of the lentisk berry, and in sweetness resembles the date. The Lotophagi even succeed in obtaining from it a sort of wine' (Heródoto [1993]: p. 155). Também em Plínio, o que demonstra a filiação longa destas narrativas (o que servirá de argumento retrospectivo para Martins Sarmiento): 'La même Afrique, dans sa partie tournée vers nous, produit un arbre remarquable, le lotos (...). Il abonde surtout aux environs des Syrtes' (Plínio [1950]: 51).

importância, por configurar, na sua opinião, uma ‘fenomenologia do ocidente’ que virá a usar como apoio da sua própria argumentação a favor de uma localização atlântica da viagem.²⁴⁶

De Eólia, e após muito tempo de navegação, Ulisses atinge o país dos Lestrigões, que a tradição dos escoliastas e mitógrafos fazia situar na região noroeste da Sicília, enquanto que em outros relatos parece atribuir-se à costa continental italiana. Este trajecto é um dos que merece mais atenção crítica por parte de Martins Sarmiento. Tal deve-se ao facto de nele se conjugarem algumas informações de carácter estritamente geográfico, que servirão de pontos de apoio da sua geografia ‘atlântica’ da viagem de Ulisses. De facto, é-nos dito que a noite no país dos Lestrigões era tão curta, que os pastores que traziam os rebanhos ao fim da tarde se podiam cruzar com os que saíam pela manhã para os levar de novo para as pastagens. Uma referência a uma noite tão curta leva a que se considere a hipótese de o carácter efabulado da narrativa poder esconder informações sobre a duração da noite, em período do solstício, em regiões de latitude francamente setentrional.²⁴⁷ Por outro lado, esta passagem inclui também a travessia de um estreito de difícil navegabilidade, que é por norma um dos elementos geográficos com que o autor pretende fixar a narrativa ao mapa da Europa, que, sem dúvida, tem diante dos olhos, conforme vai escrevendo a sua própria interpretação da narrativa.²⁴⁸

²⁴⁶ ‘Then to the Aeolian isle we came, where dwelt Aeolus, son of Hippotas, dear to the immortal gods, in a floating island (...). But when I, on my part, asked him that I might depart and bade him send me on my way, he, too, denied me nothing, but furthered my sending. He gave me a wallet, made of the hide of an ox nine years old, which he flayed, and therein he bound the paths of the blustering winds; for the son of Chronos had made him keeper of the winds, both to still and to rouse whatever one will. And in my hollow ship he bound it fast with a bright cord of silver, that not a breath might escape, were it never so slight’ (Homer, *The Odyssey*, X, vv. 19-26, p. 347 da ed. utiliz.).

²⁴⁷ Esta é também a opinião do tradutor e comentador da edição Loeb do clássico de Homero: ‘The meaning appears to be that the interval between nightfall and daybreak is so short that a herdsman returning from his day’s task meets his fellow already driving his flock forth for the following day. Thus a man who could do without sleep could earn a double wage. *The passage is plainly due to some vague knowledge of the land of the midnight sun*’ (Murray, A. in Homer, *The Odyssey*, p. 351, nota 1). Ênfase nossa.

²⁴⁸ ‘So for six days we sailed, night and day alike, and on the seventh day we came to the lofty citadel of Lamus, even to Telepylus of the Laestrygonians, where herdsmen calls to herdsmen as he drives in his flock, and the other answers as he drives his forth. There a man who never slept could have earned a double wage, one by herding cattle, and one by pasturing white sheep; for the outgoings of the night and of the day are close together. When we had come

O carácter traumático do episódio do país dos Lestrigões mostra-nos um Ulisses, a quem resta apenas uma embarcação, a dirigir-se para leste, até atingir Ea, a ilha de Circe, irmã de Aetes, o rei da Cólquida, circunstância com importância na etnogenia ‘ligúrica’ de todos os povos com que estes marinheiros do Mediterrâneo vão contactando. O registo ambíguo de hospitalidade e animosidade que anima toda a narrativa da Odisseia tem na ilha de Ea mais um desenvolvimento proverbial, que é o de Ulisses ser inicialmente indesejado para mais tarde se tornar o hóspede preferido. Para Martins Sarmiento, tal ambiguidade é justamente a reprodução efabulada do que teriam

thither into the goodly harbour, about which on both sides a sheer cliff runs continuously, and projecting headlands opposite to one another stretch out at the mouth, and the entrance is narrow, then all the rest steered their curved ships in, and the ships were moored within the hollow harbour close together; for therein no wave ever swelled, great or small, but all about was a bright calm. But I alone moored my black ship outside, there on the border of the land, making the cables fast to the rock. Then I climbed to a rugged height, a point of outlook, and there took my stand; from thence no works of oxen or of men appeared; smoke alone we saw springing up from the land. So then I sent forth some of my comrades to go and learn who the men were, who here ate bread upon the earth – two men I chose, and sent them with them a third as a herald. Now when they had gone ashore, they went along a smooth road by which wagons were wont to bring wood down to the city from the high mountains. And before the city they met a maiden drawing water, the godly daughter of Laestrygonian Antiphates, who had come down to the fair-flowing spring of Artacia, from whence they were wont to bear water to the town. So they came to her and spoke to her, and asked her who was king of this folk, and who they were of whom was lord. And she showed them forthwith the high-roofed house of her father. Now when they had entered the glorious house, they found there his wife, huge as the peak of a mountain and they aghast at her. At once she called from the place of the assembly the glorious Antiphates, her husband, and he devised for them woeful destruction. Straightway he seized one of my comrades and made ready his meal, but the other two sprang up and came in flight to the ships. Then he raised a cry throughout the city, and as they heard it the mighty Laestrygonians came thronging from all sides, a host past counting, not like men but like the Giants. They hurled at us from the cliffs with rocks huge as a man could lift, and at once there rose throughout the ships a dreadful din, alike from men that were dying and from ships that were being crushed. And spearing them like fishes they bore them home, a loathly meal. Now while they were slaying those within the deep harbour, I meanwhile drew my sharp sword from beside my thigh, and cut therewith the cables of my dark-prowed ship; and quickly calling to my comrades bade them fall to their oars, that we might escape from out our evil plight. And they all tossed the sea with their oar-blades in fear of death, and joyfully seaward, away from the beetling cliffs, my ship sped on; but all those other ships were lost together there’ (Homer, *The Odyssey*, X, 30-132, vol. I, p. 351-355 da ed. utiliz.). ‘[I]t is evident that the country now called Hellas had in ancient times no settled population; on the contrary, migrations were of frequent occurrence, the several tribes readily abandoning their homes under the pressure of superior numbers. Without commerce, *without freedom of communication either by land or sea* (...) they cared little for shifting their habitations (...)’ (Tucídides [1993]: 349). Ainda em Horácio: ‘From whom [Lamus] a sacred line of kings | Shines through the long records of fame | From whom th’illustrious race arouse | Who first possess the Formian towers (...)’ (Horácio [1907]: 149).

sido as primeiras reacções dos povos ‘ligúricos’ do ocidente da Europa à chegada dos povos do Mediterrâneo, oscilando entre o receio de serem espoliados do comércio do estanho por estes povos distantes, e a convicção posterior de que também teriam a ganhar com a sua intermediação no mesmo comércio. Não menos importante será o reconhecimento, por parte de Ulisses, de que a ilha Ea era coberta por uma floresta tão cerrada, facto que não deixa de o mencionar. Esta seria uma indicação possível de se estar em presença de uma cobertura vegetal abundante, já rara no Mediterrâneo, região em que a desarborização, associada à agricultura e à urbanização, é muito precoce, mas que poderia existir com mais probabilidade em regiões em que essas duas actividades humanas não existissem ou fossem de expressão mais restrita.²⁴⁹

Da ilha de Circe, Ulisses retoma a viagem para rumar ao país de Hades, o Inferno, episódio em que, segundo Martins Sarmiento, se fundem duas narrativas históricas independentes que fazem referência a viagens de povos mediterrâneos às costas do Atlântico. Será na viagem de demanda do Tártaro que a narrativa da Odisseia faz alusão aos Cimérios, povo que viveria numa região que desconhecia a luz do Sol, uma indicação mais de que se possa estar em presença de uma descrição de regiões de latitudes elevadas, e onde Martins Sarmiento se sente tentado a ver a primeira referência aos povos que as fontes mais tardias, especificamente o périplo cartaginês utilizado por Avieno para a elaboração da *Ora maritima*, dão o nome de Celtas. Tratar-se, assim, do primeiro contacto entre as duas esferas civilizacionais de cuja confrontação se alimenta toda a dinâmica interpretativa da historiografia do autor. É a região do Tártaro, que alguma teogonia situava já em regiões do Mar do Norte, e em que se dará o episódio da descida de Ulisses ao mundo dos mortos. Também o ‘trope’ narrativo dos informadores, em que Martins Sarmiento reconhece uma expressão dos conhecimentos geográficos das costas ocidentais entre os povos de origem ‘ligúrica’, está presente neste episódio, alegorizado nas profecias de Tirésias, como o estava também no episódio de Circe.

A uma passagem deste episódio será dado algum relevo por Martins Sarmiento, aquela em que a sombra de Elpenor, um dos seus marinheiros, suplica a Ulisses que lhe

²⁴⁹ ‘So I climbed to a rugged height, a place of outlook, and there took my stance, and I saw smoke rising from the broadwayed earth in the halls of Circe, through the thick brush and the wood’ (Homer, *The Odyssey*, X, vv. 147 e ss.); cf. Hesíodo [1990]: 114).

construa um monumento fúnebre, o que o marinheiro faz quando aporta de novo à ilha de Circe, no qual o investigador reconhece as marcas ‘arianas’ que os aproximam das mamoadas que vinha exumando por todo o Entre-Douro-e-Minho. Este elemento da teoria de Martins Sarmiento não é isento de dificuldades. Para que a integridade da sua teoria interpretativa não seja posta em causa, o autor vê-se obrigado a cindir a realidade dos Argonautas em duas metades irreconciliáveis: por um lado, a narrativa histórica, pretensamente fénícia, que daria conta unicamente dos pormenores geográficos da epopeia; por outro, os pormenores etnológicos, como é o caso deste sobre o culto dos mortos, de origem ‘ariana’, impostos sobre aquela outra pelos mitógrafos gregos. A estratégia teórica é ousada, e ver-se-á que é justamente a esse nível que incidirão algumas das críticas de que a sua teoria virá a ser alvo.

Do país de Hades, Ulisses regressa a Ea. Circe, de novo a informadora antecipada dos sucessos a esperar nas etapas que se seguiriam à viagem, alerta Ulisses de que terá de passar pela região em que habitam as Sereias, lugar em que muitos barcos acabam por naufragar. Também este elemento da narrativa épica, como veremos, será usado como ponto de apoio da teoria geográfica de Martins Sarmiento, que não só vê nesta referência uma alusão aos perigos de uma determinada rota de navegação, como se esforçará por demonstrar que essa é uma mitologia que, associada ao golfo da Biscaia, atravessará os séculos e pode ainda ser reconhecida nos tempos históricos no mesmo lugar:²⁵⁰

As Sereias do Golfo da Gasconha conservaram a sua celebridade até muito tarde, e talvez a conservem ainda. Certo é que o cruzado, que no tempo de

²⁵⁰ ““To the Sirens first shalt thou come, who beguile all men whosoever comes to them. Whoso in ignorance draws near to them and hears the Sirens’ voice, he nevermore returns, that his wife and little children may stand at his side rejoicing, but the Sirens beguile him with their clear-toned song, as they sit in a meadow, and about them is a great heap of bones of mouldering men, and round the bones the skin is shrivelling”” (Homer, *The Odyssey*, XII, vv. 23-15, vol. I, p. 435, da ed. utiliz.). ‘A moderate wind carried the ship forward, and soon they saw the lovely island of Anthemoessa where the clear-voices Sirens, daughters of Acheloos, destroyed all who moored beside them with the enchantment of their sweet songs’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 119). É estranho que Martins Sarmiento não tenha feito uso da referência, presente em Ovídio, dos atributos de ‘pássaro’ das Sereias, que tão adequadamente correspondem à proposta interpretativa do autor em ver nelas as Hárpias de Apolónio: ‘Mais vous, filles d’Achéloüs [les Sirènes] d’où vous viennent vos plumes et vos pattes d’oiseaux, quand vous avez un visage de vierge? (...)’ (Ovídio [1980]: I, 143).

Afonso Henriques veio à conquista de Lisboa, diz tê-las ouvido muito distintamente no meio de uma tempestade, que o salteou naquele golfo.

[Sarmiento 1896d: 80]

A seguir ao mar das Sereias, o navio de Ulisses é obrigado a passar entre dois rochedos que abrigavam os monstros Cila e Caríbdis. A fenomenologia da descrição destes monstros leva imediatamente a considerar que se referem a um estreito ou uma região de águas revoltas, elemento de identificação geográfica que, como já referimos, é especialmente usado por Martins Sarmiento no sentido de fixar os ‘pontos-vértice’ da sua própria leitura geográfica da epopeia. A historiografia contemporânea de Martins Sarmiento, e a dos próprios escoliastas clássicos, tendiam a considerar esta descrição como aplicando ao estreito de Messina, no contexto da ‘geografia de proximidade’ que as conforma. O investigador português translocará aquela descrição para um cenário plenamente atlântico.²⁵¹

Chegados à ilha em que pastava o gado de Hiperião, que a historiografia escoliasta identifica predominantemente com a Sicília, em que se repete a história do gado roubado, em que Martins Sarmiento não deixa de reconhecer uma referência mais ao comércio do estanho, os marinheiros mediterrânicos são obrigados a fugir por serem perseguidos pelos naturais. Uma tempestade, porém, destrói a embarcação, e será agarrado a destroços que Ulisses poderá finalmente atingir a ilha de Ogígia. Também esta ilha encerra uma fenomenologia geográfica de que Martins Sarmiento não deixará de fazer uso. Nela, podemos reconhecer uma região ‘deliciosa’, noção que acompanha também as descrições das Ilhas Afortunadas, com as quais, de resto, alguma tradição hermenêutica não hesita em identificar. A hipótese de Martins Sarmiento será outra, porém equivalente, para a qual convoca igualmente a dupla qualidade que caracteriza o mito do Mundo dos Almas do Atlântico sul: o carácter edénico e ao mesmo tempo distante, alegoricamente representadas pela disponibilidade de Calipso e a melancolia de Ulisses, desejando navegar na direcção da sua pátria longínqua. Desta ilha, o

²⁵¹ ‘ “Now on the other path are two cliffs, one of which reaches with its sharp peak to the broad heaven, and a dark cloud surrounds it. (...) But the other cliff, thou wilt not, Odysseus, is lower – they are close to each other; thou couldst even shoot an arrow across – and on it is a great fig tree with rich foliage, but beneath this divine Craybdis sucks down the black water” ’ (Homer, *The Odyssey*, XII, vv. 72 e ss, vol. I, p. 437-439 da ed. utiliz.).

marinheiro atingiria, não sem passar por mais um proverbial naufrágio, a região dos Feácios.

Na cidade de Alcínoo, lugar em que mais uma vez a narrativa da *Odisseia* se funde com a da viagem dos Argonautas, Ulisses é recompensado de todo o esforço da sua viagem e inicia finalmente o regresso a Ítaca. Na excelência dos tesouros com que o monarca obsequia Ulisses, vê Martins Sarmiento, como se esperaria, a expressão metafórica do triunfo económico destes marinheiros mediterrânicos que vinham em busca da origem do comércio do estanho. O contraponto a esta corrente colonial assim estabelecida pode ser reconhecida no castigo que Posídon (não por acaso a representação do mar cuja travessia estes povos indígenas primitivamente dominavam e acabariam por perder para a marinha mais possantes dos meridionais) inflige, para castigar a prodigalidade da recepção aos estrangeiros, ao transformar em pedra a nau de Ulisses no exacto momento em que este iniciava a viagem de regresso. Este ponto é de uma enorme importância na construção da teoria interpretativa de Martins Sarmiento. Ele é para o autor a representação mítica da mesma realidade histórica que também reconhece na viagem dos Argonautas, *i.e.*, a perseguição dos naturais aos visitantes e a razão pela qual o regresso da primeira viagem dos marinheiros mediterrânicos à Europa do Norte se fará já não por mar mas pelas estradas fluviais que, através do Reno e do Ródano, punham em contacto o Mar do Norte e o Mediterrâneo.

Martins Sarmiento não está sozinho na convicção de que a mitografia da viagem dos Argonautas não é alheia à de Ulisses, nomeadamente, na parte em que se narra o regresso a Ítaca (Seaton 2006: xiii). Como na Argonáutica, também na viagem de Ulisses se descrevem duas viagens distintas, ligadas pela proverbial tempestade, sendo a principal diferença a ordem por que ocorrem. Entre as narrativas das viagens de Ulisses e dos Argonautas, postas segundo a conveniente equivalência, vê Martins Sarmiento não só analogias como uma inteira coincidência de episódios e factos.

Porém, Martins Sarmiento não tem dúvidas de que, também neste caso, a tradição dos mitógrafos e escoliastas gregos, bem como dos investigadores seus contemporâneos, partidários da ‘geografia homérica’, *i.e.*, de uma geografia ‘de proximidade’, fixam todos os pormenores da segunda viagem de Ulisses (Ítaca, a Eólia, o país dos Lestrigões, a ilha de Circe, a Trinácia, as Sereias, etc.), a um périplo em

redor da ilha da Sicília, cenário que dificilmente o investigador português poderia transpor para o Mar do Norte, região onde, segundo a sua hermenêutica, deveria colocar-se a segunda parte das deambulações de Ulisses. E, no entanto, essa é a estratégia de confrontação que o autor irá, a transe, defender:

É extraordinário que estas identificações sejam ainda hoje quase geralmente aceites, quando a verdade é que não encontram na Odisseia texto algum a seu favor, mas às vezes são desmentidas pelas indicações mais terminantes [Sarmiento 1887a: 48].

O país dos Feácios ficaria junto a um mar nevoento e obscuro, característica suficiente para Martins Sarmiento considerar adequado situá-lo no Mar do Norte e não na Córçira, tanto mais que a mesma mitografia homérica referia que este país se encontrava ‘longe de todo o comércio e nas extremidades do mar’ (Sarmiento 1887a: 49).²⁵² A corroboração da localização dos Feácios num mar de nevoeiros, especificamente identificado com o Mar do Norte, vê-a Martins Sarmiento na revelação que sobre este povo faz a narrativa da viagem dos Argonautas, em que os identifica como se situando no Mar de Cronos, o nome que na antiguidade clássica se dava habitualmente àquele mar.²⁵³

Perto da Feácia situar-se-ia a Trinácia, ilha à vista da qual Ulisses naufragou, depois que a cólera divina lhe destruía a embarcação. Além da vizinhança necessária com a Feácia, esta ilha, que a mitografia clássica identificava abertamente com a Sicília, continha, tal como a Erítia de Hércules, o gado de Hiperião (o Sol), símile do de Gerião (cognome de Crisaor, o ‘dourado’, i.e., o Sol). Num caso como noutro, Martins Sarmiento não duvida em ver a ilha da Inglaterra e no gado valioso de Gerião ou de Hiperião o estanho cujo comércio os Fenícios tão resolutamente procuravam dominar.

²⁵² ‘For seventeen days then he sailed over the sea, and on the eighteenth appeared the shadowy mountains of the land of the Phaeacians, where it lay nearest to him; and it shewed like unto a shield in the misty deep’ (Homer, *The Odyssey*, V, 279-281, p. 189 da ed. utiliz.). ‘He said [Nausithous] that some day, as a well-built ship of the Phaeacians was returning from a convoy over the misty deep, Poseidon would smite her and would fling a great mountain about our city’ (Homer, *The Odyssey*, VIII, .v 568 e ss., p. 299 da ed. utiliz.

²⁵³ ‘When he [Herakles] left the boyhood behind, he did not wish to dwell in the same island under the proud gaze of Nausithoos the king, and so he gathered together a force of the autochthonous Phaeacians – for the hero Nausithoos assisted him in the expedition – and he went towards the sea of Kronos. He settled where the city later stood (...)’ (Apolónio de Rodes, IV, p. 111).

Assim, se bem que não possa ser uma correspondência absoluta entre as estações das viagens atlântica e africana, que são alternadamente descritas nas viagens de Ulisses e dos Argonautas, Martins Sarmiento não tem dúvida de que, para além das interpolações e deturpações que lhe foram infligidas pelos mitógrafos e escoliastas, as viagens de Ulisses revelam, como o faz a *Argonáutica*, a mesma narrativa histórica que subjaz à *Argonáutica*.²⁵⁴

Na narrativa da Odisseia, Martins Sarmiento reconhece todos os elementos que constituem o relato dos Argonautas, mas dispostos de tal modo truncados e interpolados que, a uma primeira vista, se diria não se tratar da mesma narrativa. Os pontos de ligação que a estrutura narrativa do mitógrafo havia separado, mas que inicialmente não poderiam deixar de estar juntos, dizem respeito à promessa de vingança de Posídon, por um lado, e a sua execução, por outro. Estes dois elementos seriam, segundo crê Martins Sarmiento, contíguos na narrativa ‘inicial’, que reproduziria a viagem histórica dos Fenícios, enquanto que o mitógrafo que havia composto a narrativa épica dos ‘erros’ de Ulisses as teria separado para dois lugares muito distintos do texto:

Aqui porém oferece-se uma dificuldade de outra ordem. A coordenação actual das aventuras à Líbia, e, por consequência a coordenação das estações deste roteiro, é a mesma que lhe deu o mitógrafo desta parte dos Erros? Inquestionavelmente não, como vamos ver pela simples exposição dos sucessos. (...). No trajecto de Ogygia para a Feácia, lá nos aparece então Neptuno e a sua vingança, e nas condições mais burlescas do mundo. Pondo de lado o capricho do deus em deixar de vingar-se numa viagem em que não foi ofendido, para vingar-se noutra em que não recebeu o menor agravo, nada mais cómico que este vingador incubando por muitos anos a sua cólera e devendo a um acaso o poder manifestá-la, porque é de notar que o encontro de Neptuno com Ulisses à volta de Ogygia foi meramente casual [Sarmiento 1887a: 50 e 51-2].²⁵⁵

²⁵⁴ ‘Não é pois porque os Gregos de certa época se lembraram de identificar os Cíclopes com os habitantes da Sicília, e a Eólia com uma das Liparas, que havemos de admitir o Mediterrâneo, e não o Atlântico, como teatro das aventuras de Ulisses (...)’ (Sarmiento 1887a: 50).

²⁵⁵ A ofensa de Ulisses a Posídon (Neptuno) teria ocorrido no episódio de Polifemo, um dos filhos daqueles deus, pelo que, para Martins Sarmiento, seria de esperar ‘a infalível manifestação das iras de Neptuno (...) logo ou

É a partir desta hipótese, a da religação num mesmo fio narrativo, de elementos que o mitógrafo separou artificialmente, que Martins Sarmiento pretende restituir o sentido original da narrativa histórica da ‘viagem africana’ dos Fenícios. A interposição da ilha de Ogígia, pelos atributos e descrição, uma ilha claramente atlântica e africana,²⁵⁶ na viagem entre duas ilhas, Trinácia e Feácia, que o autor supunha no Mar do Norte, levantava a hipótese de duas variantes narrativas no contexto da viagens de Ulisses. Vejamos detidamente quais as estações dessa viagem e qual a ordem por que foram acedidas à luz da hipótese interpretativa de Martins Sarmiento.

A primeira estação a que Ulisses chega, saído do Cabo Maleu, é o país dos Lotófagos, povo que, na opinião de Martins Sarmiento, deveria ser procurado nas imediações do Atlas, opinião que tinha já defensores entre os geógrafos da antiguidade.²⁵⁷ A partir desta identificação, o promontório a que a mitografia grega chamava Maleu teria de procurar-se numa esfera de vizinhança do Atlas, a que pudesse aceder-se numa singradura de dez dias de navegação: ‘Muito mais claramente que na Argonáutica de Apolónio, o Cabo Maleu está aqui por Tartesso’ (Sarmiento 1887a: 54).

A vingança de Posídon, a realizar-se, deveria ter lugar a seguir à ofensa a Polifemo, seu filho. Assim, a crítica de Martins Sarmiento exigirá incluir neste preciso ponto o episódio de uma tempestade. E, de entre todos os episódios de tempestades e naufrágios que se encontram na Odisseia, o que mais verosimilmente pode situar-se nas regiões do

pouco depois que ele larga do país dos Cíclopes’; a vingança não acontece, e aquele deus só viria a castigar o marinheiro na viagem de regresso de Ogígia.

²⁵⁶ Em Ogígia, uma ilha no centro de um vasto mar, habitava Calipso, filha de Atlas. Estas dois atributos faziam que muitos dos comentadores da Odisseia, mesmo entre os geógrafos antigos, *e.g.* Estrabão, supusessem a ilha de Ogígia situada no Atlântico: ‘Et d’ailleurs, Ératosthène lui-même a eu le soupçon de tout cela, semblerait-il, quand il prête au Poète [Homère] l’intention de placer le périple d’Ulysse dans les régions du couchant; s’il s’est écarté de son projet par la suite, ce serait faute d’information exacte, ou bien de propos délibéré, dans le désir de tout tirer vers le terrible et le merveilleux.’ (Estrabão [1969]: Liv. I, p. 107).

²⁵⁷ Estrabão, fundado nas notícias positivas dos mercadores de Gades, não punha em dúvida alguma que os Lotófagos da Odisseia eram um povo histórico habitando pelas imediações do Atlas, e admitia despreocupadamente corrigir o Poeta de acordo com as novas informações geográficas que a expansão ocidental vinha proporcionando: ‘Et pourtant j’estime qu’il est possible et de défendre la plus grande partie de leurs assertions, et de corriger les autres, en particulier celles pour lesquelles ils ont cru les déclarations mensongères de Pythéas dans leur ignorance des régions occidentales et septentrionales du littoral océanique. Mais laissons ce sujet, qui demanderait à lui seul un long développement’ (Estrabão, Liv. III, p. 63).

mar Austral, região em que o investigador situa os Lotófagos e Cíclopes, é o que termina numa ilha cuja descrição física e em que a referência à filha de Atlas melhor definem a condição de ‘atlântica’, a ilha Ogígia.

A etapa entre o país dos Lotófagos e dos Cíclopes, uma vez determinado o carácter atlântico dos primeiros, inevitavelmente obrigará a idêntica realocização dos segundos. É justamente neste ponto que a hermenêutica de Martins Sarmiento restitui uma suposta ordem perdida da narrativa original:

[A] deturpação consistiu em intercalar na passagem do Livro XII os episódios de Ogygia, e fundir a tempestade que levou o navegante a Ogygia, suscitada por Neptuno, com a tempestade que o levou à Feácia, suscitada por Júpiter, às exigências de Hélios (...). Desejaria em todo o caso ver-se uma razão clara que determinasse aquela intercalação. Esta razão não foi outra senão o deplorável erro de dar a todos os Errores uma unidade, i.é, fazer deles uma série contínua de aventuras, quando é fora de dúvida, que mesmo esta parte da Odisseia se compunha primitivamente de poematos independentes e sem ligação alguma, contendo não somente a narrativa de duas viagens, uma para a Líbia, outra para a Trinácia, *mas de três* (embora duas delas se possam considerar como simples variantes), cada uma com o respectivo ponto de chegada.²⁵⁸

Esta frase permite muito claramente aferir o carácter ‘paradigmático’ da ciência hermenêutica de Martins Sarmiento, no que diz respeito à crítica que faz das lendas gregas. A partir do momento em que o seu espírito escolhe acreditar que as lendas replicam uma narrativa histórica original – a das viagens dos Fenícios pelo mar Atlântico – todos os elementos que possam ser iluminados a esta luz serão destacados e todos os que a ponham em questão não são tidos em conta. Um exemplo claro disto mesmo é a facilidade com que o investigador prescinde do vento Zéfiro quando, no regresso de Hércules, após a saída do Bojador (saída do Lago Trítón), se dirige às Canárias (Creta e Cárpatos). Na Odisseia veremos algo de muito semelhante na

²⁵⁸ ‘Quem ler a descrição desta tempestade, onde há actores de mais, Neptuno, Leucothea e Minerva, reconhecerá nela sinais evidentes do amálgama que supomos; mas tal é ele, que se torna impossível fazer um destrinço satisfatório, porque alguns dos seus elementos primitivos foram sem dúvida sacrificados’ (Sarmiento 1887a: 55 e nota 13).

necessidade de recorrer a duas variantes da viagem africana, para poder encerrar num mecanismo interpretativo todas as instâncias da viagem de Ulisses e dos seus companheiros. Mas é justamente por apresentar esta invulgar persistência que, cremos nós, a ciência de Martins Sarmiento acaba por adquirir uma força ‘paradigmática’ invulgar. No caso da Odisseia, a feição paradigmática da hermenêutica de Martins Sarmiento consistirá, pois, em aferir todos e quaisquer dos elementos narrativos da viagem de Ulisses em função da restituição de uma narrativa histórica original.²⁵⁹

A restituição que Martins Sarmiento propõe para a viagem de Ulisses às costas africanas apresenta as estações que vêm referidas na narrativa lendária numa nova ordenação cronológica e em diferentes cenários geográficos:

A crítica (...) está muito no caso de resolver estes enigmas e de poder afirmar com plena certeza que na coordenação primitiva dos Errores, as estações e episódios da viagem à Líbia eram: Ponto de partida; Lotófagos; Ilhas das Cabras e país dos Cíclopes; Tempestade à saída do país do Cíclopes, levando Ulisses a Ogygia; Estada em Ogygia; Trajecto de Ogygia, perturbado por uma ligeira borrasca, que obriga o navegante a arribar à Eólia; Eólia; Trajecto de Eólia para Ítaca (Tartesso) [Sarmiento 1887a: 60].

A narrativa da viagem africana de Ulisses é, para Martins Sarmiento, a reprodução quase exacta da viagem dos Argonautas. Em ambas as narrativas, a viagem ‘africana’ inicia-se por uma tempestade que leva as embarcações dos navegantes para as costas da Líbia; dali dirigem-se a uma primeira ilha (Ilha das Cabras | Cárpatos) e desta passam a

²⁵⁹ Como refere Thomas Kuhn, em variadas passagens de alguns elementos da sua obra, a ‘ciência normal’, que é o modo que justamente dá à ciência um carácter diferente de outras manifestações do saber humano, e de que resulta o seu próprio sucesso, não se caracteriza tanto por ‘estar certa’ (a verificação é, na opinião deste autor impossível) mas por ‘ser determinada’, por aprofundar, sem se deixar interferir por dúvidas que não tenham origem nos seus próprios resultados (e, dentro de certos limites, nem destes), uma determinada parte dos mistérios da natureza cognoscível a uma única luz e sempre com os mesmos critérios realistas de replicação (cf. tb. Beckinsale [1981], para a exposição específica do poder da divulgação no estabelecimento da ciência normal). O carácter motivado e envolvente de uma hermenêutica assim determinada pode muito bem ver-se nas próprias palavras de Martins Sarmiento: ‘[N]ós veremos que os incidentes mencionados pelos Errores de Ulisses *nunca são insignificantes* (...)’ (Sarmiento 1887a: 57).

uma outra (Cíclopes | Creta). Quando a embarcação deixa a segunda das ilhas mencionadas, uma nova tempestade obriga a procurar refúgio numa terceira ilha (Ogígia | Anafe); desta ilha à costa do continente, ainda uma ligeira alteração dos elementos vem perturbar a navegação, o que fará com que os marinheiros não possam seguir directamente para o destino final da viagem (Ítaca | Iolcos) sem que tenham de acostar ainda a uma estação do litoral (Eólia | Egina).

O ponto de partida da viagem africana de Ulisses é Tartessos, como também foi por Martins Sarmento considerado no caso da viagem africana de Hércules dos Argonautas. Após terem navegado alguns dias na direcção do sul, Ulisses e os seus companheiros acostam ao litoral ocidental do deserto africano, o país dos Lotófagos.²⁶⁰ O paralelismo minucioso, proposto por Martins Sarmento, da viagem de Ulisses com a viagem dos Argonautas, exigiria neste ponto que Jasão e os companheiros encontrassem igualmente uma cidade nas costas do deserto líbico para onde a tempestade os havia feito dirigir. Nada de semelhante, porém, se passa com esta narrativa, onde a *Argo* vai directamente prender-se nos baixios de um mar inavegável, sem que contacte com quaisquer populações antes de o fazer.²⁶¹ Com os Lotófagos, Martins Sarmento identifica os Lixitas do périplo de Hanão, povo que os marinheiros fenícios de Gades afirmavam conhecer, e em cujo território posteriormente se edificou uma cidade fenícia.²⁶² Com a já reconhecida tendência para a identificação minuciosa de paralelos históricos com os lamentos de carácter lendário das narrativas gregas, Martins Sarmento não deixará de ver na lenda da flor-de-lótus que dava o nome àquele povo, e que induziria em

²⁶⁰ ‘So they went straightaway and mingled with the Lotus-eaters, and the Lotus-eaters did not plan death for my comrades, but gave them of the lotus to taste’ (Homer, *The Odyssey*, IX, v. 91-102, vol. I, p. 309 da ed. utiliz).

²⁶¹ ‘Mais uma vez se pode ver como o carácter de ‘ciência normal’ escurece ou menoriza os factos individualmente considerados quando estes estão em contradição com a teoria geral: para Martins Sarmento ‘a versão da Odisseia é sem dúvida nenhuma a verdadeira e, fosse por que motivo fosse, Apolónio saltou aqui uma estação’ (Sarmento 1887a: 65).

²⁶² ‘Tendo daí partido, atingimos o grande rio Lixo, que corre da Líbia. Junto a ele, nómadas, os Lixitas, faziam pastar os seus rebanhos; ficámos junto deles durante algum tempo, tendo-nos tornado amigos’ (Périplo de Hanão, VI, p. 87).

esquecimento quem a comesse, uma referência ao carácter amistoso do povo dos Lixitas, informação que decorre da paisagem citada do périplo de Hanão.²⁶³

O método comparativo que permite a dilucidação mútua da viagem dos Argonautas e de Ulisses, será de grande utilidade, segundo Martins Sarmiento, no episódio da ilha dos Cíclopes e da Caverna de Polifemo, ‘que tanto tem embaraçado os intérpretes’ (Sarmiento 1887a: 67).

Na viagem dos Argonautas, o seu símile é o episódio em que estes ficam inicialmente sem saber sair do Lago Trítion, mas de que conseguem escapar por um caminho diferente daquele por que tinham sido forçados a entrar. O Génio do Lago, por um lado, os Cíclopes e Polifemo, por outro, mais não são, na geografia fenícia proposta por Martins Sarmiento, do que alegorias mais ou menos veladas dos povos selvagens que os marinheiros saídos de Gades encontrariam pela costa africana a sul dos Lixitas, e cujo carácter francamente inamistoso se manteria pelos séculos seguintes, pois que, na sua costumada desenvolvimento a-histórica da sua narrativa, Martins Sarmiento ainda os vê a maltratar os marinheiros de Hanão.²⁶⁴

Na representação simbólica dos povos pouco amistosos com que os marinheiros fenícios se teriam encontrado a sul dos Lixitas, os mitógrafos gregos não deixaram de reproduzir, através da efabulação das personagens, que a verdadeira natureza histórica do evento deixasse de se revelar. Quer o Génio do Lago Triton quer Polifemo eram filhos de Posídon, e ambos dominavam ameaçadoramente uma passagem marítima de importância. Neles (como em Anceu, que se interpõe a Hércules na sua viagem africana), Martins Sarmiento vê tão somente a alegorização do conjunto de povos ‘etíopes’, com que os Fenícios teriam tido encontros violentos, e cuja costa adquiriu daí em diante a fama inóspita.²⁶⁵

²⁶³ ‘Esta “fábula”, como todas as outras, tem uma explicação óbvia: significa simplesmente que os nossos exploradores acharam a terra tão boa e a gente tão hospitaleira, que não fariam grande sacrifício em se domiciliar por ali. E provavelmente este incidente tem por base uma informação histórica’ (Sarmiento 1887a: 66-7).

²⁶⁴ ‘Acima deles [Lixitas] habitavam os inospitais Etipos, ocupando um território cheio de animais selvagens, atravessado por altas montanhas, das quais dizem que corre o Lixo; em redor destas montanhas, diz-se que habitam uns homens de aspecto diferente, os Trogloditas; os Lixitas afirmam que aqueles são mais velozes na corrida que os cavalos’ (Périplo de Hanão, VII, p. 89).

²⁶⁵ A Mitologia contemporânea de Martins Sarmiento não podia deixar de apresentar outras versões do mito de Polifemo, cuja relação com o imaginário grego era mais óbvia. Contudo, não havia quem identificasse o gigante

Claro está que o carácter minucioso com que Martins Sarmiento pretende estruturar a leitura paralela das viagens de Hércules, Jasão e Ulisses, é constantemente posto em questão pelos pormenores narrativos de cada uma delas. Já o vimos na ausência inexplicável do encontro com os Lixitas na narrativa de Apolónio e vemo-lo igualmente na diferente localização dos inamistosos etíopes. Porém, como já foi dito, o carácter fortemente motivado da ‘metafísica paradigmática’ que preside a esta leitura, tende a minorizar a importância dessas contradições, ou a dar-lhes um valor meramente residual. De facto, o Lago Trítion dos Argonautas e de Hércules é claramente situado na costa de um continente, de um deserto, enquanto que a aventura de Polifemo é localizada numa ilha. Martins Sarmiento tem a plena noção de que são contradições que podem de algum modo escurecer a evidência da sua demonstração, pelo que as trata sempre da mesma maneira, *i.e.*, atribuindo-as à efabulação dos mitógrafos, e pondo a ênfase explanatória da teoria mais na *ordem* do que na existência ou ausência dos episódios. Ao investigador, uma vez definido o fio da narração, são idênticos os episódios que por ela são obrigados a coincidir, estejam explícitos ou não nas narrativas fabulosas:

Se se pergunta o que pode ter de comum a Ilha dos Cíclopes com o Lago Trítion e com os Etíopes do continente africano, nós respondemos sem hesitação que há aqui uma deslocação idêntica à que notámos em Apolónio e devida também a causas desconhecidas (...). A *sequências das aventuras* não deixa sombra de dúvida a tal respeito [Sarmiento 1887a: 71].

Justamente, a sequência da narrativa histórica restituída por Martins Sarmiento reconhece a existência de um fenómeno natural que veio, nas viagens de Ulisses e dos Argonautas, a obrigar os heróis a acostar, respectivamente, nas ilhas de Ogígia e Anafe. Para Martins Sarmiento, já o vimos, trata-se de uma forte corrente oceânica (de facto a corrente das Canárias poderia exercer a sua influência nestas latitudes), que os Fenícios, cuja experiência de navegação era primitivamente do cenário mediterrânico, não poderiam intimamente conhecer.

cíclope com a esfera civilizacional dos Fenícios: segundo Bochard, autoridade que Martins Sarmiento traz em sua defesa, a etimologia de Cíclope guardaria a memória de um significado próximo de ‘enseada da Líbia’, em tudo adequada à teoria interpretativa do autor português.

A identificação de Ogígia com a ilha da Madeira²⁶⁶ deriva do facto de Calipso afirmar que esta ilha se encontrava largamente no meio do Oceano. Dela, Ulisses só poderia regressar a casa²⁶⁷ se navegasse ‘com a Ursa sempre à mão esquerda’. Além disso a já referida etimologia de Anafe, ilha símile de Ogígia, seria também, na opinião de Martins Sarmento, adequada a uma descrição da ilha da Madeira, e estaria presente também na descrição de Ogígia.²⁶⁸ Quando, desta ilha, Ulisses pretendia regressar definitivamente ao destino da sua viagem (Ítaca | Tartessos), foi impelido por uma nova alteração dos elementos a acostar em Eólia.

A Eólia da Odisseia é o lugar em que habita o deus ou rei dos ventos que proporciona a Ulisses um saco de pele em que prende todos os ventos excepto o de Oeste. Nesta singularidade vê Martins Sarmento a indicação de que este lugar deveria situar-se a ocidente do ponto final da viagem, para o qual uma embarcação se dirigiria naturalmente se impelido por um vento vindo daquela direcção. A Eólia seria, portanto, uma localidade a ocidente de Tartessos. A identificação plena, atinge-a o investigador quando recolhe do périplo da *Ora maritima* a informação de que, nas proximidades do rio Anas, havia um templo dedicado a Zéfiro, justamente o vento em questão.²⁶⁹ Ainda que o episódio não seja explicitado na viagem dos Argonautas, ainda assim Apolónio

²⁶⁶ Antes de se render à ‘geografia fenícia’ das lendas de Ulisses e dos Argonautas, Martins Sarmento considerava a ilha Ogígia como sendo a Irlanda.

²⁶⁷ A distância entre Ogígia e Ítaca seria de dezoito singraduras: ‘Therefore she [Calypso] put abundance of dainties to satisfy his heart, and she sent forth a gentle wind and warm. Gladly then did goodly Odysseus spread his sail to the breeze; and he sat and guided his raft skilfully with the steering-oar, nor did sleep fall upon his eyelids, as he watched the Pleiads, and late-setting Bootes, and the Bear, which men also call the Wain, which ever circles where it is and watches Orion, and alone has no part in the baths of Ocean. For this star Calypso, the beautiful goddess, had bidden him to keep on the left hand as he sailed over the sea. For seventeen days then he sailed over the sea, and on the eighteenth appeared the shadowy mountains of the land of the Phaeacians, where it lay nearest to him; and it shewed like unto a shield in the misty deep’ (Homero [2004]: 190).

²⁶⁸ ‘“But my heart [Athene’s] is torn for wise Odysseus, hapless man, who far from his friends has long been suffering woes in a sea-girt isle, where is the navel of the sea. ‘Tis a wooded isle, and therein dwells a goddess, daughter of Atlas (...)”’ (Homero [2004]: 7).

²⁶⁹ ‘Contíguo fica o território dos Tartéssios, cuja terra é banhada pelo rio Tartesso. Em seguida estende-se o cabo consagrado a Zéfiro. Por fim o cume da elevação chamada Zéfiris, cujas altas cristas sobressaem no cimo da montanha.’ (Avieno, v. 225-227, p. 23 da ed. utiliz.)

não deixa de referir que após a saída de Egina, os homens da *Argo* pretendiam aproveitar um vento favorável.²⁷⁰

A admitir um paralelismo minucioso com a viagem dos Argonautas, seria após a saída da Eólia que terminaria a ‘viagem africana’ de Ulisses; porém, como já se referiu anteriormente, a narrativa de Ulisses retrocede, através de uma tempestade, de novo a Eólia, episódio em que Martins Sarmiento vê a mão do mitógrafo que, porque inverteu a ordem da *Argonáutica* de Apolónio, se vê agora obrigado iniciar a narrativa da viagem fenícia ao Mar do Norte.

O exame comparado das três lendas gregas é para Martins Sarmiento a demonstração que os Gregos fantasiaram sobre um único roteiro fenício que daria conta de uma viagem que aquele povo, a partir da sua colónia da Península Ibérica, teria feito às costas africanas do Atlântico. Tendo retirado todos os elementos mais ou menos fabulosos que aquelas incluem, o périplo geográfico surge em toda a sua inteira originalidade:

[O]s Fenícios, depois que reconheceram toda a costa africana até os Lixitas, tentaram prosseguir para o sul, mas, sendo arrojados às restingas do Bojador, escaparam do perigo quase por milagre, indo ter ao Lago Triton através de muitas fadigas e trazendo dessas regiões longínquas um certo número de informações, que a imaginação popular foi avultando e desfigurando com o tempo. Podendo encontrar a recôndita comunicação do Lago com o mar, vêm sair a uma enseada a sul do Bojador e, tratando de voltar para Tartesso, vão costeando o promontório até o ponto, onde começam a aparecer-lhes sinais dos baixios em que tinham naufragado. Para os evitar, tomam por largo e é assim que descobrem as Canárias (Hespérides), duas das quais foram reconhecer. Saindo daí, dirigem-se provavelmente para a costa, já sua conhecida, quando são surpreendidos por uma corrente atlântica, que os arroja para a Madeira. Bem que os apavore a lembrança de abandonar aquele asilo e de atravessar a solidão do alto mar, não há outro remédio senão fazê-lo; e, calculando que a sua navegação devia ser de poente a nascente (com a Ursa à mão esquerda), tiveram a fortuna de efectuar a grande travessia sem

²⁷⁰ ‘There [Aegina] they engaged in a playful contest to see who would be the first to draw water and return to the ship, for both need and a stiff breeze enjoined haste’ (Apolónio de Rodes: 140).

perigo. Apenas ao aproximarem-se Tartesso, um pequeno temporal do sul os obrigou a arribar a uma localidade do sudoeste da Espanha, o Zephyridos da foz do Anas [Sarmiento 1887a: 76].

A restituição da viagem fenícia ao Mar do Norte a partir da narrativa da Odisseia exige uma maior habilidade hermenêutica a Martins Sarmiento. Para levar a cabo a sua intenção de designar as mesmas estações, trajectos e acidentes de percurso que paralelamente o autor indica nas viagens dos Argonautas e do Décimo Trabalho de Hércules, o autor ver-se-á obrigado a cindir a viagem de Ulisses naquilo a que ele próprio chamará ‘variantes’.

Da viagem ‘norte-atlântica’ de Ulisses contam-se as seguintes estações: partida de Eólia; Lestrigónia; Ea (ilha de Circe); mar das Sereias; o encontro com os monstros marinhos de Cila e Caríbdis; Trinácia; Feácia; regresso a Ítaca.

A Trinácia é para Martins Sarmiento a designação, na Odisseia, da ilha da Inglaterra, e é a partir desta fixação fundamental que tem de compreender-se o desenvolvimento da restante geografia da segunda parte da viagem de Ulisses. Desde logo, a identificação de Cila e Caríbdis, os rochedos que fechavam o trânsito dos barcos num estreito, só pode fazer-se com o estreito que imediatamente antecedia a entrada nos estuários da parte oriental do sul da Grã-Bretanha, isto é, o Pas-de-Calais.

Fixados assim dois pontos da viagem, Trinácia e a já identificada Eólia, lugar em que uma embarcação, partindo de Tartessos para a costa atlântica da Europa, necessariamente haveria de tocar, resta porém a necessidade de identificar todas as restantes estações que a Odisseia refere nessas viagens, e assegurar o necessário paralelismo com as narrativas das viagens dos Argonautas e de Hércules.

Martins Sarmiento não duvida em afirmar que a localização da ilha de Ea ‘é um dos mais obscuros enigmas da geografia homérica’ (Sarmiento 1887a: 78). A Ea dos Argonautas, considerava-a o autor como sendo a Inglaterra, enquanto que na Odisseia esta seria a Trinácia, dando origem a uma geografia que atribuía a um lugar dois nomes, ou, o que seria pior, a *dois lugares o mesmo nome*. A necessidade de resolver este enigma é que levará Martins Sarmiento a identificar duas variantes da mesma viagem histórica no relato de uma só viagem efabulada:

As aventuras de Ulisses na viagem à Trinácia, tais como no-las oferecem hoje os Errores, são duas versões de uma mesma lenda com nomes geográficos diferentes e peripécias aparentemente diversas, de que os coordenadores dos cantos homéricos fizeram uma série contínua. Formam portanto um verdadeiro duplicado, porque uma parte muito importante da geografia de uma das versões perdeu o seu carácter positivo, a ponto de ser considerada como uma criação inteiramente fantástica, senão mesmo como um *hors d'œuvre*. Falamos da viagem de Ulisses ao Inferno [Sarmiento 1887a: 79].

A habilidade hermenêutica a que antes nos referíamos, e que será exigida a Martins Sarmiento, para poder equivaler todas as lendas gregas referentes a esta viagem, cumpre-se neste passo, a abolição da viagem de Ulisses ao país de Hades, a sua concepção como um episódio autónomo e intercalado numa linha narrativa que o não reconhece, mas sem que se prescindia do seu valor informativo histórico e geográfico; o trajecto de Ea para o Inferno é uma replicação da viagem da ilha da Trinácia ao país dos Feácios. Ao considerar como real a geografia da viagem de Ulisses ao Inferno em frente da Ea de Circe, Martins Sarmiento obrigar-se-á a identificar os nomes verdadeiros das estações que possam corresponder ao templo de Prosérpina, à Lagoa Estígia e aos Cimérios que ali são nomeados. A proximidade do país de Hades a Ea (que é para Martins Sarmiento a Inglaterra), o facto de as árvores estéreis do jardim de Prosérpina serem associadas às lágrimas de âmbar, lenda situada na foz do Erídano, e de este mesmo rio ser designado como um dos rios do Inferno, tudo se conjuga para permitir a Martins Sarmiento (para quem, relembre-se, o Erídano era Reno e não o Pó, no que contrariava quer a tradição dos escoliastas, quer a maior parte da crítica sua contemporânea) identificar o trajecto entre Ea e o país de Hades como uma versão do trajecto entre a Inglaterra e a foz do Reno.²⁷¹

²⁷¹ A identificação deste trajecto deve muito à importância que Martins Sarmiento dá, no âmbito da sua ‘hermenêutica fenomenológica’, aos pormenores realistas da descrição dos lugares: ‘O trajecto de Ea para o Inferno é pois o trajecto da Inglaterra para a foz do Reno, e, assim compreendida, diga-se se a descrição homérica, mostrando o navegante num ponto da costa de Ea, largando daí para atravessar o mar, e chegando ao fim de um dia ao Bosque de Prosérpina, à Lagoa Estígia e aos Cimérios—Feácios, não é a descrição *mais exacta e positiva* [s.n.] de uma travessia feita de um ponto da costa oriental da Inglaterra para a foz do Reno’ (Sarmiento 1887a: 82-3).

Assim, a Odisseia retém duas versões da mesma viagem fenícia ao Mar do Norte; numa delas, a Inglaterra (Trinácia) aparece como o lugar em que pasce o gado do Sol, e ela própria tem um nome (nas versões de Hércules e dos Argonautas) que remete para uma fenomenologia da luz e do brilho, e onde os nevoeiros do Inferno apenas se avistam longinquamente; pelo contrário, na segunda versão, a Inglaterra é já a morada de uma deusa infernal (a Ea de Circe) e todo o trajecto que a medeia até que se atinja a foz do Reno é ligado a uma fenomenologia das trevas e a uma paisagem de nevoeiro.

Esta duplicidade de versões tem, para Martins Sarmiento, uma explicação. A descrição das regiões do Mar do Norte como paisagens de desalento, lugares sombrios, de nevoeiros persistentes, seria a mais adequada, e quase inevitável, quando a esses lugares teriam chegado povos do meio-dia, para quem aquelas realidades deveriam impressionar profundamente; o que se torna mais difícil de explicar é como podia, em outras versões da mesma viagem, a ilha da Inglaterra ser nomeada como a ilha ‘vermelha’ (Erítia), do Sol, ou do gado do Sol? A explicação de Martins Sarmiento passa por considerar este segundo nível de nomação como fazendo referência ao carácter ‘ariano’ dos povos que aí viviam, que, sendo transmitido pelos Fenícios para o mundo mediterrânico, viria a ser plenamente reconhecido pelos Gregos.²⁷²

Deste modo a hermenêutica de Martins Sarmiento faz uso de uma ‘puerilidade’²⁷³ para explicar como é que um país do Sol, nome que convinha perfeitamente à Cólquida

Uma vez admitindo que a descida de Ulisses ao Inferno reproduziria uma viagem histórica dos Fenícios entre a Inglaterra e a foz do Reno, não restava a Martins Sarmiento outra hipótese senão a de incluir também neste conjunto de efabulações o Décimo Segundo Trabalho de Hércules, narrativa cuja identidade com a da Odisseia indicava uma origem comum, e que com a narrativa do roubo do gado de Gerião constituiria uma variante equivalente às de Ulisses (Sarmiento 1887a: 84).

²⁷² O nome de Aetes é seguramente tão histórico, como o de Albiões, e este nome de origem árica, tinha uma etimologia transparente para os Gregos. Aetes significa o ardente. Deste Aetes, o ardente, um personagem de proporções a lutar com os Argonautas, muitos deles filhos de deuses, fizeram os Gregos um filho do Sol, i.é., o Sol. (Sarmiento 1887a: 85-6). A implicação desta metonímia não pára aqui: ‘Escrevemos Aetes, como alguns tradutores, para mais o aproximar do velho irlandês Aed, porque para nós os dois nomes são a mesma coisa. Ainda hoje no irlandês e línguas congéneres este nome tem o significado transparente de ardente. (...) Nas tradições câmbricas, o chefe da segunda colónia de Cymros, que veio povoar a Inglaterra, é filho de Aed’ (Sarmiento 1887a: 85, nota 12).

²⁷³ A palavra é do próprio Martins Sarmiento. Como é também a consideração que faz da inimputabilidade do carácter ‘infantil’ dos mitógrafos gregos: ‘Nestas coisas eles [os mitógrafos gregos] tinham tanta imputação como as crianças’ (Sarmiento 1887a: 87)

da ‘geografia homérica’ de proximidade, pode vir a ser transferido para uma região da Europa ocidental. Como se referiu anteriormente, a visão ‘metaparadigmática’ de Martins Sarmiento, que congloba a hipótese de que as lendas gregas reproduzem as viagens fenícias que inauguram a navegação atlântica da Europa e da África, obriga a uma reavaliação e enquadramento de todos os elementos factuais que possam discrepar mais estridentemente no âmbito da sua teoria.

Uma vez estabelecida a distinção entre as duas variantes alternativas da viagem dos Fenícios entre Inglaterra e a foz do Reno, Martins Sarmiento pode já apresentar o fio ininterrupto das duas narrativas paralelas, de modo a poder identificar as entidades histórico-geográficas que lhes são correspondentes:

Importa agora separar as estações que pertencem a cada variante, e descobrir como se operou o encadeamento de ambas. Quando ao primeiro ponto, não há a menor dificuldade: os factos de cada versão não foram baralhados, e basta dispô-los nas duas séries seguintes, para reconhecer esta verdade: Primeira variante: Ponto de partida – Eólia – Lestrigónia – Ea, ou ilha de Circe – Trajecto de Ea para o Inferno dos Cimérios – Volta a Ea. Segunda variante: Partida de Ea – Sereias – Cila e Caríbdis – Trinácia – Trajecto de Trinácia para a ilha dos Feácios – Volta a Ítaca. Sem o encadeamento das duas variantes, o desfecho da primeira seria certamente o mesmo que o da segunda, a volta a Ítaca [Sarmiento 1887a: 88].

Na hermenêutica que Martins Sarmiento leva a cabo da narrativa das viagens de Ulisses, é em relação à ilha de Circe, Ea, que a sua argumentação mais tem de incidir, uma vez que nela a acção decorre por duas vezes. É através do papel cumprido pela deusa Circe que o investigador supõe poder atingir a verdade histórica que a efabulação da personagem recobre. Tomando como factuais os pormenores com que a deusa informa Ulisses da viagem do regresso, o autor conclui que Circe, ‘se conhecia muito bem o caminho da sua ilha que levava ao país dos Cimérios, ignorava inteiramente o itinerário pelas Sereias, Cila e Caríbdis e Trinácia, ensinado por Tirésias’.

A suspeitada equivalência da viagem de Ulisses com a dos Argonautas, permite rever na personagem de Circe alguns atributos da guia feminina destes últimos que, em ambos os casos, conhecem muito bem o caminho que liga o lugar de onde os marinheiros pretendem escapar e o lugar para onde finalmente fogem: os Feácios, no

caso dos Argonautas, os Cimérios no caso de Ulisses. A incoerência histórica residiria, assim, no episódio do regresso do país dos Cimérios a Ea, uma vez que no paradigma argonáutico, os marinheiros tomariam o caminho da estrada fluvial e por aí chegariam ao Mar Mediterrâneo, incoerência tanto mais notória porquanto a mesma Circe que desempenha o papel de primeira informadora parcimoniosa, representará o de segunda informadora minuciosa.

De toda esta rede de contradições pretende Martins Sarmiento retirar uma conclusão principal: as duas versões da personagem de Circe corresponderiam a duas situações historicamente distintas. Uma corresponderia à que detém Medeia na narrativa dos Argonautas; a outra, uma segunda personagem com um conhecimento detalhado da caminho das Sereias, consubstanciada na segunda Circe, em Tirésias ou Fineu.²⁷⁴ Como o caminho ensinado por estas personagens incluía uma passagem por um estreito que se situaria entre o ponto de partida e o ponto de chegada, este ‘Circeu’ teria obrigatoriamente de ser situado nas costas atlânticas antes que se atingisse o Pas-de-Calais.

Com o intuito de determinar o lugar exacto da morada de Circe, Martins Sarmiento contrapõe as duas versões principais da viagem dos Argonautas já referidas: a do Pseudo-Orfeu e a de Apolónio. Neste, no âmbito da ‘geografia de proximidade’ que a caracteriza, aquela estação deveria localizar-se nas costas da Itália, e é desconsiderada com o enquadramento de ‘longinquidade’ do investigador; a do Pseudo-Orfeu, embora desprezada pelos escoliastas e mitógrafos gregos e pela crítica contemporânea do autor, ganha um grande valor’, por demonstrar que a ‘Circe dos Argonautas habitava a poente da foz do Tartesso, portanto nas costas do sudoeste de Espanha’ (Sarmiento 1887a: 93).²⁷⁵

²⁷⁴ ‘Ambos eles são videntes, ambos cegos, ambos ensinam um roteiro, que tem por ponto forçado a passagem de um estreito temeroso. Não é tarde para declarar que consideramos a Neciomancia, hoje ligada ao episódio de Tirésias, como uma adição posterior’ (Sarmiento 1887a: 91, nota 18).

²⁷⁵ Apesar da dificuldade proceder à restituição da narrativa do Pseudo-Orfeu, ainda assim Martins Sarmiento considera que a parte correspondente ao itinerário entre o Mar do Norte e o Estreito de Gibraltar ‘é tão clara, como as outras são obscurantíssimas, e contém minuciosidades tão exactas, que não podem deixar de ser cópia de um roteiro verdadeiro’ (Sarmiento 1887a: 93, nota 22).

A localização de Circe nas imediações do país dos Cinetes, vê-se ainda corroborada por duas ordens de razões: por um lado, no documento, supostamente cartaginês, que corre *sub voce* no périplo de Avieno, é feita uma referência ao templo de uma deusa infernal, também a poente de Tartessos, não longe da cidade de Onoba; por outro lado, uma tradição fenícia, vulgarizada por Estrabão, dava conta de um oráculo associado às viagens de colonização da Península Ibérica para além das Colunas. Segundo esta tradição, os Tírios teriam efectuado três viagens ao sul da Península Ibérica, tendo-se estabelecido consecutivamente num ponto a nascente de Gades, nas Colunas, noutra a poente da mesma cidade e, finalmente, na própria cidade de Gades. Só no momento em que escolheram esta última localização, os oráculos teriam sido favoráveis.²⁷⁶

Para Martins Sarmiento, também esta lenda é uma efabulação de elementos históricos levada a cabo pelos Gregos,²⁷⁷ o mesmo acontecendo também com a narrativa da viagem a poente de Gades, que seria afinal uma versão mais da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, ou das tentativas por que passaram antes de lá chegar. A ordem de Estrabão é uma ordem falseada, como todas as outras efabulações gregas, pelo facto de persistirem na concepção de que as Colunas da tradição tíria correspondem ao Estreito de Gibraltar. Para Martins Sarmiento, a tradição de Estrabão refere-se realmente ao progressivo conhecimento da costa atlântica pelos marinheiros fenícios. No âmbito desta interpretação, a terceira viagem, que em Estrabão aparenta um retrocesso incompreensível, face às outras duas, e que estranhamente teria o beneplácito dos oráculos divinos, torna-se compreensível se se considerar as Colunas como sendo as do Mar do Norte, termo e objectivo mais importante dos seus mandantes. Nesta geografia restituída, a segunda viagem de Estrabão toma um sentido mais completo, como sendo o lugar em que se recolheram as informações que permitiram continuar a navegação ao

²⁷⁶ ‘Sur la fondation de Gadéira, voice ce que racontent les Gaditans. Un oracle adressé aux Tyriens leur ordonna d’envoyer des colonies aux Colonnes d’Hercule. Les hommes chargés de reconnaître les lieux atteignirent d’abord de détroit du Mont Calpé. (...). Après quelques temps, une nouvelle expédition fut envoyée, qui franchit le détroit et poussa jusqu’à quelque 1500 stades au-delà, où elle aborda à une île consacrée à Héraclès, à la hauteur de la ville d’Onoba en Ibérie. Croyant pouvoir identifier ce lieu aux Colonnes, les Tyriens y firent le sacrifice au dieu. (...). A la troisième expédition, Gadéira fut fondée là où leur voyage prit fin: le temple bâti à l’orient de l’île, la ville à l’occident’ (Estrabão [1969]: Liv. III, p. 86).

²⁷⁷ Com o paternalismo retórico usual em Martins Sarmiento: ‘Estrabão não compreende uma palavra da curiosa tradição que reproduz’ (Sarmiento 1887a: 95).

longo das costas atlânticas. O papel destes informadores intermédios é o que Martins Sarmiento justamente atribui aos diversos informadores efabulados das narrativas gregas, os do paradigma de Fineu e Tirésias, paradigma no qual cabe igualmente a segunda Circe da viagem de Ulisses, estabelecendo, assim, definitivamente a localização do ‘Circeu’ no sudoeste da Península Ibérica: ‘foi em Onoba que os Fenícios encontraram quem os informasse exactamente sobre a posição de Ea e o caminho que tinham a seguir para lá chegar’ (Sarmiento 1887a: 96).

Pela fusão das identidades das Circes historicamente diversas, numa só personagem da narrativa lendária, os mitógrafos da viagem de Ulisses, com ‘a ideia fixa de dar a todas as aventuras uma unidade e uma sequência’, escondem a verdadeira localização do templo de Circe, e amalgamam a sua história com atributos que são característicos dos informadores do tipo de Medeia:

Nas duas versões da viagem ao Mar do Norte, o expediente, adoptado para obter a sonhada unidade, consistiu em fundir a mágica habitadora de Ea, mencionada numa delas, historicamente Medeia, com a Circe da outra versão, historicamente a Circe dos Argonautas. O expediente parece grosseiro de mais, mas não o é talvez tanto como se afigura, se repararmos na probabilidade de que o mitógrafo, que põe em cena, a seu modo, a Medeia da velha legenda, lhe deu o nome de Circe (...). Assim em cada variante haveria uma deusa Circe, ocupando cada uma delas uma localidade própria e representando um papel distinto; mas os coordenadores da Odisseia, não podendo perceber esta distinção, fundiram-nas numa só [Sarmiento 1887a: 97].

A hermenêutica de Martins Sarmiento está assim em posição de localizar adequadamente os dois episódios que dizem respeito a Circe. Na terra da ‘primeira Circe’, a amante de Ulisses (par equivalente a Medeia e Jasão), habitam os informadores que providenciariam aos navegantes mediterrânicos os pormenores do trajecto até ao país dos Feácios | Cimérios; nela vê o investigador o povo com que estes marinheiros contactaram, já nas costas do Mar do Norte, após terem ultrapassado o estreito que lhes limitava a navegação, as Colunas de Hércules. Na ‘segunda Circe’, que conhece minuciosamente os pormenores da navegação do trajecto anterior às Colunas, vê Martins Sarmiento os informadores do sul da Península Ibérica, os mesmos em cujas

imediações construíram um templo em que se venerava a *inferna dea* do périplo cartaginês; nela vê o autor algum povo do grémio ‘ligúrico’ do Ocidente, e, com muita probabilidade, os Tartéssios.

Com esta restituição, Martins Sarmiento pode então redesenhar o mapa de Ulisses, de modo a estabelecer a versão corrigida de duas variantes da uma viagem atlântica dos Fenícios ao Mar do Norte:

As estações e principais episódios da primeira são: Ponto de partida – Eólia – Lestrigónia – Ea – Trajecto de Ea para os Cimérios – Volta. Da segunda: Ponto de partida – Circeu – Sereias – Cila e Caríbdis – Trinácia – Trajecto de Trinácia para os Feácios – Volta a Ítaca [Sarmiento 1887a: 99].

Como havia feito em relação à ‘viagem africana’ de Ulisses, de que pretendeu demonstrar um íntimo paralelismo a uma viagem equivalente dos Argonautas e do Décimo Primeiro Trabalho de Hércules, também em relação a estas duas variantes da viagem de Ulisses, o investigador pretenderá estabelecer a geografia historicamente real que lhes subjaz, e que compara sistematicamente às viagens equivalentes dos Argonautas e de Hércules ao Mar do Norte, e, embora mais incompleta, o regresso que os marinheiros fenícios serão obrigados a efectuar pelas estradas fluviais que ligam aquele mar ao Mediterrâneo.

Um dos principais pontos de apoio da hermenêutica de Martins Sarmiento é a distinção que faz dos elementos naturais descritos nas narrativas lendárias. Para o investigador, podem estes ser divididos em dois tipos fundamentais: os que dizem respeito a uma ‘fenomenologia do desconhecido’ e que, por isso mesmo, ficam duradouramente gravados na memória da viagem histórica – é o caso do episódio da estranha corrente que leva, sem a ajuda de vento, o barco de Ulisses até Ogígia –; e os que são inteiramente interpolações dos mitógrafos gregos, com o intuito de providenciar à narrativa uma continuidade e uma *contiguidade* que originalmente não possuía. Neste último caso, as tempestades que lançam a *Argo* no deserto líbico, ou as que impedem Ulisses de atingir Ítaca, na primeira vez que passa ao seu largo, não são descrições de verdadeiras alterações dos elementos, mas um ‘expediente necessário’, um ‘*deus ex*

machina’, para ligar as aventuras distintas do Mar do Norte e da costa ocidental de África.

Este expediente liga a narrativa de Ulisses no momento em que, tendo já a sua cidade, Ítaca, à vista, o marinheiro é obrigado a recuar para Eólia, termo da sua viagem africana. Considerando Martins Sarmento que as narrativas lendárias dizem respeito a duas viagens distintas, levadas a cabo por diferentes personagens, vê ainda assim no emendamento de uma na outra a garantia que quer a viagem ‘africana’ quer a viagem ‘setentrional’ tiveram o mesmo ponto de partida: ‘uma Ítaca próxima de uma região marítima, onde Neptuno, vindo dos Etíopes, se encontrou com Ulisses’, *i.e.*, Tartessos.

Na diversidade de recepção do rei Éolo a Ulisses vê Martins Sarmento a diferente qualidade do vento do oeste, conforme um navegante deseja chegar ao sul da Península Ibérica, ou, pelo contrário, pretende abandoná-la.²⁷⁸ Na narrativa da viagem de Ulisses no sentido do Mar do Norte, o vento oeste seria contrário ao sentido da navegação e, por isso, a recepção na Eólia, símile do culto de Zéfiro, registado no périplo de Avieno, se manifestou em grande animosidade.

A estação da Lestrigónia apresenta algumas singularidades que permitem a Martins Sarmento, de resto acompanhado por outros intérpretes da Odisseia, a considerar que ela se situaria a latitudes elevadas, nomeadamente a referência ao facto de ali serem muito curtas as noites.

A narrativa referente ao episódio da Lestrigónia apresenta porém outros traços que permitem desenvolver o paralelismo costumado com a viagem dos Argonautas, e especificamente com a chegada ao reino de Aetes. Também Ulisses, para chegar ao país dos Lestrigónios, escolheu um porto apartado da cidade, prudência que lhe permitiria fugir com sucesso aos seus perseguidores. E também, como no Euxino, aquele porto ficava no interior de um mar apenas acessível por um estreito e, também ali, é a filha do rei que amavelmente guia os marinheiros exploradores até à corte em que serão maltratados e perseguidos.²⁷⁹ Como o era a pátria de Aetes, também a Lestrigónia será

²⁷⁸ ‘ “Begone from our island with speed, thou vilest of al that live. In no wise may I help you or send upon his way that man who is hated of the blessed gods” ’ (Homero [2004]: 349).

²⁷⁹ Embora na narrativa da viagem de Ulisses Aetes e os seus cortesãos venham a tomar a forma de seres fabulosos e monstruosos: ““So for six days we sailed, night and day alike, and on the seventh day we came to the lofty citadel of Lamus, even to Telepylus of the Laestrygonians, where herdsmen calls to herdsmen as he drives in his

para o autor uma referência a Inglaterra. Como porém a teoria interpretativa havia já deixado Ea para identificar com Inglaterra, esta referência de uma Inglaterra na

flock, and the other answers as he drives his forth. There a man who never slept could have earned a double wage, one by herding cattle, and one by pasturing white sheep; for the outgoings of the night and of the day are close together. When we had come thither into the goodly harbour, about which on both sides a sheer cliff runs continuously, and projecting headlands opposite to one another stretch out at the mouth, and the entrance is narrow, then all the rest steered their curved ships in, and the ships were moored within the hollow harbour close together; for therein no wave ever swelled, great or small, but all about was a bright calm. But I alone moored my black ship outside, there on the border of the land, making the cables fast to the rock. Then I climbed to a rugged height, a point of outlook, and there took my stand; from thence no works of oxen or of men appeared; smoke alone we saw springing up from the land. So then I sent forth some of my comrades to go and learn who the men were, who here ate bread upon the earth – two men I chose, and sent them with them a third as a herald. Now when they had gone ashore, they went along a smooth road by which wagons were wont to bring wood down to the city from the high mountains. And before the city they met a maiden drawing water, the godly daughter of Laestrygonian Antiphates, who had come down to the fair-flowing spring of Artacia, from whence they were wont to bear water to the town. So they came to her and spoke to her, and asked her who was king of this folk, and who they were of whom was lord. And she showed them forthwith the high-roofed house of her father. Now when they had entered the glorious house, they found there his wife, huge as the peak of a mountain and they aghast at her. At once she called from the place of the assembly the glorious Antiphates, her husband, and he devised for them woeful destruction. Straightway he seized one of my comrades and made ready his meal, but the other two sprang up and came in flight to the ships. Then he raised a cry throughout the city, and as they heard it the mighty Laestrygonians came thronging from all sides, a host past counting, not like men but like the Giants. They hurled at us from the cliffs with rocks huge as a man could lift, and at once there rose throughout the ships a dreadful din, alike from men that were dying and from ships that were being crushed. And spearing them like fishes they bore them home, a loathly meal. Now while they were slaying those within the deep harbour, I meanwhile drew my sharp sword from beside my thigh, and cut therewith the cables of my dark-prowed ship; and quickly calling to my comrades bade them fall to their oars, that we might escape from out our evil plight. And they all tossed the sea with their oar-blades in fear of death, and joyfully seaward, away from the beetling cliffs, my ship sped on; but all those other ships were lost together there” (Homer, *The Odyssey*, vol. I, p. 347). A referência a Apolónio é a seguinte: ‘On his finely wrought chariot Aietes was resplendent with the horses which Helios had given him; they ran like the blasts of the wind. In his left hand he raised up his circling shield, in the other a huge torch, and beside him his mighty spear, pointed forward. Apsyrtos held the chariot-reins in his hands. Already, however, the ship was cutting through the open sea in front of it, driven forward by the strength of the rowers and the current of the great river as it swept down to its mouth. In his grievous distress the king raised his arms to Helios and Zeus, and called them to witness the wrongs he had suffered. He shouted terrible threats against his whole people: if they did not bring back his daughter there and then, finding her either on land or still in the boat on the swell of the open sea, so that he could sate his anger which demanded revenge for all that had happened, they would take the full weight of his rage and distress on their heads and be taught a lesson. So spoke Aietes. On the same day the Colchians drew down their ships, placed the equipment on board, and on the same day they put out to sea. You would have said it was a huge family of birds whirring over the sea in flocks rather than a vast naval expedition.’ (Apolónio de Rodas, *Jason and the Golden Fleece*, p. 104).

Lestrigónia implicaria uma repetição sem sentido na narrativa. Martins Sarmento, com o intuito de sacrificar a sua hipótese de uma narrativa da primeira viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, não hesita em identificar um fragmento de ‘uma terceira variante, aqui intercalado absurdamente, talvez em substituição de outro incidente, que foi sacrificado por causas hoje desconhecidas’ (Sarmento 1887a: 105).²⁸⁰

Reabilitando o episódio dos Cimérios ao domínio do concreto, este povo passa a ter na geografia de Martins Sarmento uma realidade mais tangível. São equivalentes aos Feácios da outra variante; do mesmo modo, os rios infernais que correm pela região em que habitam são rios concretos, e também o é o templo de Prosérpina ali identificado. Da região dos Cimérios | Feácios, Ulisses deveria regressar a casa pelas estradas fluviais do Reno e Ródano, parte que a Odisseia não regista, mas que Martins Sarmento, admite por equivalência com a narrativa dos Argonautas, muito embora a mitografia da Odisseia a transforme num regresso a Ea. A ilha Ea é, como já o era a sua homónima dos Argonautas, a Inglaterra, com a diferença de que tudo se passa no reino do sobrenatural.²⁸¹

A primeira variante [da viagem de Ulisses ao Mar do Norte] descreve-nos pois uma viagem desde Tartesso à foz do Reno, mencionando-nos no sudoeste da Espanha a Eólia ou Zephyridos; no noroeste da península uma estação infelizmente substituída pela Lestrigónia; a ilha Ea, ou a Inglaterra, e finalmente o país dos Cimérios; e é superior a toda a contestação que o mitógrafo não só copiou estas estações do roteiro de uma Argonáutica

²⁸⁰ Repare-se no carácter destas causalidades implícitas e supostas, que se aproximam muito das hipóteses *ad hoc* que Kuhn e, sobretudo, Lakatos identificam como sendo parte constituinte de um programa de investigação. Estas hipóteses são verdadeiras adições excrescentes da teoria, uma vez que não são produzidas com o mesmo tipo de exigência lógica daquelas que correspondem ao seu centro vital. São proposições marginais que cumprem o papel de deter provisoriamente o carácter perturbador de factos anómalos. Cf. Shapere (1964: 383-394).

²⁸¹ ‘A Ea dos Errores e a Ea dos Argonautas é uma e a mesma coisa: a Inglaterra. Sobre este ponto toda a dúvida se torna impossível. É impossível também desconhecer que as fábulas ali acomodadas não sejam inspiradas pelas tradições históricas da Argonáutica. (...) Claro é que o mitógrafo transportará tudo isto para o mundo sobrenatural, como faz em todas as outras aventuras, e desta vez tudo será relacionado com o Inferno. (...) E no entanto, apesar das suas fantasias, o mitógrafo perde tão pouco de vista o seu guia histórico, que (...) o caminho ensinado por Circe a Ulisses, desde a sua ilha até o Inferno, é o trajecto da costa oriental da Inglaterra para o foz do Reno, descrito de um modo que não deixa nada a desejar.’ (Sarmento 1887a: 106-7).

fenícia, mas que parodiou os factos que ela historiava [Sarmiento 1887a: 108].

A segunda variante da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, que Martins Sarmiento acredita poder restituir dos ‘erros’ de Ulisses, é mais rica em pormenores geográficos, e, por isso, mais adequada ao reconhecimento das estações e episódios que concretamente permitem a construção da geografia argonáutica respectiva.

De Tartessos (o sempiterno ponto de partida destas viagens, tenham elas como destino África ou o Mar do Norte), Ulisses demandará a ilha de Circe, repetição forçada pelos mitógrafos mas desconsiderada por Martins Sarmiento, que vê nela a fusão das duas Circes, a Circe-Medeia e a Circe-*inferna dea*. O ‘Circeu’ assim considerado seria, como já se viu, uma região perto de Onoba, onde os Fenícios colheram as informações que decisivamente contribuíram para o conhecimento do trajecto que iriam percorrer até chegar à Inglaterra, e onde, também, se prestava culto a uma ‘deusa infernal e marítima ao mesmo tempo’ (Sarmiento 1887a: 109).

O mar das Sereias é o primeiro grande obstáculo que se interpõe à navegação dos marinheiros fenícios desde que saem da Península Ibérica em direcção ao Mar do Norte (Trinácia). Segunda a geografia do mitógrafo, este mar atingir-se-ia antes de ter de enfrentar Cila e Caríbdis, os monstros que guardam a passagem de um estreito, em que Martins Sarmiento vê o Pas-de-Calais. Munido do seu invariável processo hermenêutico, que passa por considerar todas as minúcias narrativas como pormenores de uma homologia completa entre a viagem histórica e a versão efabulada, o investigador recolhe informações que permitem com segurança localizar o mar das Sereias em parte determinada do Atlântico.²⁸²

Onde a versão sobrenatural da narrativa das viagens de Ulisses vê umas entidades fabulosas, em cuja ilha se amontoavam os restos dos naufrágios, que o seu carisma provocava, Martins Sarmiento vê a alegoria duma relação dúplice que um marinheiro estabelece com uma costa que ao mesmo tempo o guia na navegação mas que esconde

²⁸² ‘Como as *fábulas homéricas encobrem sempre um facto histórico*, vejamos se o *significado íntimo dos incidentes* que compõem o episódio, pode orientar-nos acerca da posição geográfica destas Sereias do ocidente’ (Sarmiento 1887a: 110). Sublinhados nossos.

perigos que lhe podem custar a vida. Trata-se, portanto, da descrição de um litoral que não pode perder-se de vista, mas de que não pode a embarcação aproximar-se sem que o perigo de naufrágio não sobrevenha.

Mais uma vez a hermenêutica do périplo de Avieno será fundamental para dilucidar o fundo histórico que se esconde nas narrativas lendárias. Segundo a geografia que o investigador propõe para o périplo cartaginês, apenas numa parte da costa atlântica os marinheiros abandonavam a navegação junto à costa para cortarem uma rota pelo mar alto. Entre o noroeste da Península Ibérica e o cabo ‘Oestrymnis’, a Bretanha, o périplo evitava acolher-se demasiado aos fundos do Golfo da Gasconha, facto de navegação em que Martins Sarmento vê mais do que uma eventual ‘poupança’ de singraduras: ‘certamente para evitarem os perigos daquele pérfido mar, tomavam a direito para o canal da Mancha’, e que não resistimos a citar na íntegra, apesar de muito longo, porque não existem muitas passagens da obra de Martins Sarmento em que a extensão da alegoria seja levada tanto a um extremo como esta:

Não é este acto histórico que o mitógrafo dos Errores poetisa de um modo, que tem tanto de admirável como de fiel? Sigamos os velhos mareantes até à Corunha e imaginemo-los ali na hora decisiva de largar a navegação costa a costa, que os fascina na razão directa do pavor que lhes inspira a navegação do mar alto. O temerário expediente que vão tomar deve parecer-lhes, além de tudo, insensato, porque as águas do Golfo não podem estar mais tranquilas, nem murmurar mais docemente. É o canto das Sereias chamando-os para a costa. Os práticos conhecem porém a perfídia daqueles cantos, i.é., sabem com que rapidez as procelas se formam e rebentam naquele mar, agora tão calmo, mas que de um instante para o outro se pode tornar num sorvedouro de vítimas, por que suspiram as Sereias. O alvitre dos peritos é aceite; tal é porém a enormidade do sacrifício que fazem os nautas, ao pô-lo em prática, que o próprio capitão do navio, devendo dar o exemplo de coragem, exige que não obedeam a qualquer manobra que ele ordene contra as indicações dos práticos, porque tais ordens só provarão que não sabe vencer os seus terrores, quando entra pela vasta solidão do Oceano, e que então, mais que nunca o atrai irresistivelmente a viagem ao longo da costa, em que tais terrores são a bem dizer desconhecidos [Sarmento 1887a: 111-2].

No entanto, do ponto de vista estrito da análise da hermenêutica que Martins Sarmiento propõe para a viagem de Ulisses, basta que consideremos as razões propriamente científicas que aduz em sua defesa para situar as Sereias no Golfo da Gasconha. Esta seria a única parte do itinerário entre a Península Ibérica e as Ilhas Britânicas em que se punha o problema a um marinheiro se deveria navegar junto da costa, se poderia fazê-lo pelo mar alto. Este é o principal argumento que o autor aduz em sua defesa para a localização do Mar das Sereias, cuja morte, literal na narrativa de Ulisses, significaria simbolicamente o abandono definitivo da rota costeira da Gasconha, causado pela determinação continuada de navegar directamente da Corunha para a Bretanha.

O episódio de Cila e Caríbdis, nesta segunda variante da viagem ao Mar do Norte, que Martins Sarmiento reconhece na narrativa dos erros de Ulisses, diz obviamente respeito à passagem do Pas-de-Calais, passagem essa que na versão da viagem de Ulisses é pintada como um episódio francamente aterrador.²⁸³

Aquele episódio tem o seu equivalente óbvio na passagem dos Argonautas pelo estreito do Mar de Mármara, tornando-se difícil de decidir, portanto, se a narrativa histórica fenícia registou esse acontecimento como tendo ocorrido em dificuldades, ou se, pelo contrário, a antecipação de um perigo eventual não correspondeu ao sucesso concreto da sua superação. Martins Sarmiento não deixará de fazer referência ao facto de na narrativa dos Argonautas se afirmar que o neto de Aetes os acompanhava nesta travessia, deixando como hipótese histórica a possibilidade de os Fenícios terem sido guiados por pilotos locais, na primeira vez que ultrapassaram o Pas-de-Calais. No âmbito desta hipótese a má fama do estreito adviria de este ser o lugar de perigo aquando da perseguição pelos pseudo-Colquídeos. O facto de na narrativa da Odisseia o estreito apenas se revestir de perigo, na viagem de vinda da Trinácia, é, para Martins Sarmiento, a justa expressão deste facto histórico (Sarmiento 1887a: 114).

Logo que passa os terríveis rochedos de Cila e Caríbdis, Ulisses atinge finalmente a Trinácia. A imediata contiguidade das duas entidades geográficas não deixa por isso

²⁸³ ‘“But when we had left the island, I presently saw smoke and a great billow, and heard a booming. Then from the hand of my men in their terror the oars flew, and splashed one and all in the swirl (...)”’ (Homero [2004]: p. 447).

dúvidas a Martins Sarmiento que aquela ilha só pode designar a Inglaterra. Nesta ilha reproduz o mitógrafo a lenda do roubo do gado sagrado, aqui de Hélio, de Gerião ou Crisaor nas versões várias do Trabalho de Hércules, e que terão um paralelo evidente com o roubo do Velo de Ouro por parte dos Argonautas. A ira de Hélio, face ao roubo do seu gado, traduz-se numa feroz vingança que é exercida através de uma tempestade que destroça a embarcação de Ulisses e o faz acostar à Feácia.

Os excessos poéticos que Martins Sarmiento atribui aos mitógrafos que construíram a narrativa das viagens de Ulisses quase fazem ocultar irreversivelmente os sucessos históricos que lhe deram origem. Ainda assim, o investigador pode reconhecer neste episódio de um Ulisses, náufrago solitário, agarrado a um pedaço de mastro que vê ao longe Cila e Caríbdis, uma versão antropomorfizada da fuga dos Argonautas, que se deram conta que o estreito por onde tinham penetrado o Euxino não lhes estava mais acessível, pela interposição dos seus inimigos. E, tal como os Argonautas, também Ulisses atinge finalmente a foz de um rio onde se pode abrigar.²⁸⁴

Incluindo na sua hermenêutica o usual ponto de vista da ‘fenomenologia da paisagem’, Martins Sarmiento reconhecerá nos Feácios, povo que habitava um mar de nevoeiros, uma replicação dos Cimérios, povo designado na viagem de Ulisses ao país de Hades. E, como aí, a foz do rio a que o episódio dos Feácios se refere, localiza-a o autor na foz do Reno.

O país dos Feácios é assim, na geografia histórica de Martins Sarmiento, a última estação da viagem marítima, daqui tendo então início a viagem pelas estradas fluviais do Reno e Ródano. Já sabemos que, ao contrário da narrativa dos Argonautas, na Odisseia não existe o registo desta parte continental da viagem, uma vez que ela é substituída por um conveniente sono profundo do marinheiro, após o qual Ulisses se encontra já em Ítaca. Assim, na restituição proposta pelo investigador, este é o termo da narrativa da Odisseia.²⁸⁵

²⁸⁴ ‘But when, as he swam, he came to the mouth of a flair-flowing river, where seemed to him the best place, since it was smooth of stones (...)’ (Homero [2004]: 201-202).

²⁸⁵ ‘Vê-se pois que os oferecimentos de Alcínoo, reduzidos ao seu justo valor, não são uma mera fantasia do nosso mitógrafo; e pena foi que Ulisses adormecesse, logo que entrou no navio feácio e tão pesado fosse o seu sono, que só acordasse em Ítaca, sem saber como os seus misteriosos condutores haviam desaparecido; porque, se tal não

Porém, contém este episódio alguns elementos que demonstram a Martins Sarmento que é dos povos do bronze que a narrativa fala, ainda que de forma efabulada.²⁸⁶ Estes Feácios, tal como os insulares de Ea na Argonáutica, ‘conhecem todas as vias da terra e do mar’, e o investigador vê nestas afirmações equivalentes, não só um paralelismo evidente entre as duas narrativas, como a demonstração que elas se referem ao conhecimento íntimo que os povos do bronze, com quem os marinheiros mediterrânicos contactavam, detinham das rotas marítimas e fluviais da Europa ocidental e do Oceano Atlântico.²⁸⁷

acontece, ficávamos decerto sabendo que da Feácia até o Mediterrâneo o caminho foi o do Reno e Ródano.’ (Sarmento 1887a: 118).

²⁸⁶ Martins Sarmento sublinha muito especialmente o facto de entre os presentes recebidos por Ulisses se incluírem vários objectos de bronze: ‘These [the Phaeacians] shall heartily shew him all honour, as if he were a god, and shall send him in a ship to his dear native land, after giving him stores of bronze and gold and raiment, more than Odysseus would ever have won himself from Troy, if he had returned unscathed with his due share of the spoil. (...)’ (Homero [2004]: 178).

²⁸⁷ “‘Then shalt thou lie down, overcome by sleep, and they shall row thee over the calm sea until thou comest to thy country and thy house, or to whatsoever place thou wilt, aye though it be even far beyond Euboea, which those of our people who saw it, when they carried fair-haired Rhadamanthus to visit Tityus, the son of Gaea, say is the furthest of the lands”’ (Homer, *The Odyssey*, vol. I, p. 255). ‘[I]n that spot Jason and all the other heroes recalled that Phineus had said that they would follow a different route on the way back from Aia, but no one had any idea what it was. Argos, however, responded to their needs: ‘Our destination was Orchomenos, by the route which that truthful prophet whom you recently encountered warned you to travel. For there is another way for ships, which the priests of the immortals who were born of Thebe, daughter of Triton, discovered. Not yet did all the constellations whirl around the heaven, not yet could enquirers learn of the sacred race of the Danaans. Only the Apidanean Arkadians existed, who are said to have lived before the moon, eating acorns in the mountains. At that time the Pelasgian land was not ruled over by the glorious descendants of Deukalion; Egypt, mother of the men of earlier times, was called Eeria, rich in crops, and Triton was the name of the broad-flowing river by which the whole of Eeria is watered – as heavy rain from Zeus never drenches it – and whose streams cause crops to shoot up in the fields. The story is that a man set out from there to travel through the whole of Europe and Asia, trusting in the might, strength, and boldness of his armies. In the course of his progress he founded numberless cities, some of which are still inhabited, and some not, for long ages have passed since then’. Aia at least remains intact even to this day, together with the descendants of those men whom his conqueror settled in Aia. Moreover, they preserve writings of their ancestors, pillars on which are shown all the paths and boundaries of the sea and the land for those who are going to travel in a circuit. There is a river, the remotest branch of the Ocean, broad and very deep and navigable by a merchant ship; men who have traced it a great distance call it the Istros. For a long space it cuts its path as a single river through a vast territory, for its sources bubble up far away in the Rhipaian mountains beyond the blast of Boreas, but when it reaches the boundaries of the Thracians and the Scythians, it splits in two: one stream empties here in the eastern sea; but behind it the other branch

Associado ao episódio dos Feácios existe um elemento da narrativa da Odisseia a que Martins Sarmiento atribui um significado histórico importante e que nos permite a nós revelar um pouco mais das características da sua psicologia de pesquisa. A escatologia é um elemento relativamente comum na metafísica da historiografia do investigador. Não é estranho ao romantismo da época, em termos mais gerais e revelando, estritamente na Arqueologia, alguma preferência pela ‘heurística da ruína’.²⁸⁸ No episódio dos Feácios esta heurística apresenta-se na interpretação que Martins Sarmiento faz da transformação do navio em pedra, mantendo contudo a sua forma primitiva,²⁸⁹ na qual o investigador vê uma tradução propriamente poética de um facto histórico, o abandono de uma embarcação que não serve de nada para a segunda parte da viagem, a travessia continental da Europa pelas estradas fluviais; em suma, a *mineralização* da ‘divina Argo’:

Tudo neste prodígio é simples invenção? Nenhuma dúvida que os Fenícios se escaparam do Mar do Norte pela navegação do Reno e Ródano, graças à coadjuvação dos Feácios. Esta navegação não podia ser feita na mesma embarcação, em que eles chegaram a Ea e depois à Feácia, mas em barcos apropriados à travessia daqueles dois rios. *A famosa nau, a divina Argo, ficou decerto a apodrecer no porto dos Feácios. É a este facto mal compreendido que alude a fábula homérica?* [Sarmiento 1887a: 119].

Podemos ver finalmente, em resumo, quais os contornos da geografia restituída que Martins Sarmiento propõe para as deambulações de Ulisses, no âmbito histórico da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte. A partir das informações da viagem dos Argonautas, que Martins Sarmiento considera como tendo sido a fonte imediata da

flows through the deep gulf which rises up from the Trinakrian sea which lies along your land, if indeed is true that the Acheloos comes forth in your land” (Apolónio de Rodas, *Jason and the Golden Fleece*, p. 104-5).

²⁸⁸ Na preferência que demonstra por paisagens e elementos escatológicos como centro das suas preocupações estéticas, o romantismo na arqueologia incide a sua atenção heurística por elementos deste género que não teriam talvez a mesma visibilidade em paradigmas cuja fundamentação ou contexto metafísico fosse o naturalismo exuberante ou do progressismo evolutivo (Marsden 1984: 18).

²⁸⁹ ‘Now when Poseidon, the earth-shaker, heard this he went his way to Scheria, where the Phaeacians dwell, and there he waited. And she drew close to shore, the seafaring ship, speeding swiftly on her way. Then near her came the Earth-shaker and turned her to stone, and rooted her fast beneath by a blow of the flat of his hand, and then he was gone’. (Homer, *The Odyssey*, II, vv. 161-164, p. 13-15 da ed. utiliz.).

efabulação da Odisseia, tornou-se possível ao autor resgatar o sentido histórico desta viagem, num esforço hermenêutico de tal modo amplo que se tornaram necessárias três variantes da viagem ao Mar do Norte, de modo a poder incluir nesta geografia histórica restituída todas as particularidades presentes na geografia homérica.

O excesso de variantes pode parecer demasiado a uma hermenêutica que se pretenda dotada de ‘elegância epistemológica’. A nosso ver, esse carácter excessivo é justamente o resultado do carácter de ‘ciência normal’ que se pode detectar no programa de pesquisa de Martins Sarmiento. A determinação ‘paradigmática’ do autor leva-o a incluir todos os pormenores que a alegoria permite numa narrativa histórica de que não se afasta um milímetro que seja. Dela resulta um edifício teórico dotado de um grande número de ligações internas, que são as mais valorizadas pelo autor.

Nesta formulação paradigmática da sua teoria, Martins Sarmiento valoriza a adequabilidade alegórica das narrativas lendárias à verdade histórica, em detrimento das variações inter-narrativas, para ele nada relevantes e que por isso mesmo despreza. O positivismo associado a uma hermenêutica deste tipo é evidente. Todas as narrativas lendárias são versões mais ou menos efabuladas de uma narrativa original. De todas, a viagem dos Argonautas é a que mais nitidamente decalca os pormenores da viagem histórica dos Fenícios ao Atlântico e ao Mar do Norte, e assim as outras, as viagens de Ulisses e de Hércules, são consideradas deturpações progressivas da matriz ‘argonáutica’, razão pela qual a hermenêutica minuciosa desta última narrativa se erguerá como central no programa de pesquisa do autor:

[C]erto é que as quatro lendas reflectem factos históricos que não podem deixar de pertencer à Argonáutica fenícia (...) quanto à parte geográfica (...) tão concordes em fazer seguir os seus heróis um roteiro deste Tartesso à foz do Reno, apontando os verdadeiros perigos desta navegação e descrevendo tão fielmente algumas das suas estações (...). Na decifração dos enigmas de Apolónio, (...) a cada passo se confirmará esta verdade [Sarmiento 1887a: 120].

II. 2.3. Argonáutica

O ponto de partida da viagem dos Argonautas é Iolcos, terra natal de Jasão, o planeador e proclamador do empreendimento entre todos os Gregos. Naturalmente, para

Martins Sarmiento, esta localização seria já do contexto de aculturação que a empresa histórica haveria de sofrer no âmbito da mitografia grega, sendo em Tiro, que haveria de localizar-se a sua verdadeira origem. O primeiro destino da nau *Argo* seria Lemnos (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 11 e ss.).

De Lemnos, os Argonautas dirigiram-se à ilha Samotrácia e aí contactaram com o culto dos mistérios de Perséfone. Todas as referências a cultos pretensamente gregos ao longo da viagem da nau *Argo*, como já o referimos, serão para Martins Sarmiento os pontos de apoio fundamentais para a localização de cultos ‘arianos’ entre os povos do Ocidente da Europa, com os quais os marinheiros de Mediterrâneo haveriam de entrar em contacto e vulgarizar e que a *interpretatio* grega permitira reconhecer nas suas funções e atributos originais.²⁹⁰



Figura 6 – O âmbito geográfico da Argonáutica de Apolónio

Fonte: *Os Argonautas* (Sarmiento 1887), *passim*, em confronto com os mapas de Hunter (1993). A cheio, o trajecto correspondente à viagem ‘europeia’ dos Argonautas; a pontilhado, a viagem ‘africana’.

Os Argonautas continuam a viagem, circundam a ilha de Imbros e internam-se no Mar de Mármara, atravessando o estreito de Dardanelos. Como já foi também referido anteriormente, a fenomenologia da descrição presente na lenda grega é um dos campos

em que Martins Sarmiento mais amplamente exerce a sua crítica. Neste âmbito, é singularmente relevante todo o tipo de elementos descritivos associados à passagem por estreitos, promontórios ou ancoragem em desembocaduras dos grandes rios. São eles os elementos que mais facilmente podem ser objecto do processo de ‘homologia’ entre as versões alternativas da geografia da Argonáutica e, assim, de uma transposição do cenário egeu e pântico para uma ‘geografia da longinquidade’ no contexto da Europa ocidental, do Oceano Atlântico e do Mar do Norte. Como será de esperar o vértice fundamental desta ‘tradução cartográfica’ serão os estreitos de Dardanelos e Bósforo, entendidos como pontos de ligação entre o Mar Egeu e o Ponto, e os seus equivalentes ocidentais, Gibraltar e o Pas-de-Calais. Estes último elemento geográfico deterá grande importância no contexto da viagem argonáutica e, conseqüentemente, na teoria interpretativa de Martins Sarmiento, por ser nele, na sua intrasponibilidade no momento do regresso, que se opera a transformação propriamente narrativa que obriga os Argonautas a procurar uma via alternativa, em que o autor reconhece a importância do conhecimento das vias fluviais do centro da Europa por parte dos povos litorais. É justamente por esta razão que Martins Sarmiento dá tanta importância à informação, presente na lenda grega, de que o trânsito no Mar de Mármara estava sob a directa vigilância do rei Laomedonte de Tróia, impedindo os barcos gregos de livremente penetrarem no Ponto, que entende como a atribuição de uma realidade histórica a uma ficção geográfica.

Os Argonautas, porém, conseguem penetrar tranquilamente o Mar de Mármara, e desembarcam na península de Árcton, na cidade em que decorria o casamento de Cízico, rei dos Dólíes. Embora não seja nossa intenção acompanhar com excessivo pormenor todo o trajecto que a lenda grega possa pormenorizar, ainda assim, não deixaremos de notar que a estruturação da narrativa em redor de episódios de contactos dos marinheiros com reis amistosos, por um lado, e inimigos poderosos, por outro, que não raro, como no episódio da península de Árcton, configura, para Martins Sarmiento, as relações díspares que no terreno histórico os marinheiros mediterrânicos iam

²⁹⁰ ‘Tels sont les propos qu’ils échantent. Mais au moment où le soleil se couche, l’oeuvre des Achéens se trouve achevée. Dans les barques alors ils tuent des boeufs et prennent leur repas. Des nefes son là, en nombre, qui de Lemnos leur apportent du vin’ (Homero [1972]: 21).

estabelecendo com os diversos povos com quem iam contactando, e que o exagero poético escondia sob aquela forma. Quando se dirigiam para o Bósforo para poderem atingir o Ponto, uma tempestade obriga a *Argo* a procurar abrigo, o que a levará a acostar de novo na costa oriental de Árcton, onde a descrição de novo introduz elementos de forte alteridade. A recorrência deste episódio, localizado já no interior do Mar de Mármara, antecipando, no sentido da viagem, a verdadeira passagem para o mar interior através do Bósforo, terá ajudado a insinuar no espírito de Martins Sarmiento, a opinião de que poderia ter correspondência histórica nos contactos dos marinheiros mediterrânicos com os povos que dominavam a entrada do canal da Mancha, ou seja com os Estrímnidos, que, para o autor, dominavam as finisterras da Cornualha e da Bretanha francesa.

A epopeia segue levando a *Argo* na direcção do Bósforo, até que aportam nas praias junto à desembocadura do rio Cio, nas costas da Mísia. Trata-se de um episódio mais, em que de novo se misturam elementos de alteridade bastante evidentes, mesmo do ponto de vista da ‘geografia edénica’, que com frequência alimenta este tipo de viagens a terras incógnitas. Este episódio tem também a importância de ser aquele em que Hércules abandona temporariamente a *Argo*, o que servirá de argumento a Martins Sarmiento sobre a natureza intercalada das viagens de Hércules, enquanto representações das viagens ‘fundacionais’ que a migração ‘ariana’ teria proporcionado a todo o Ocidente da Europa, as quais, nas lendas gregas, aparecem invariavelmente ligadas à fundação de várias cidades e cultos por parte de Hércules. A viagem dos Argonautas seria o reconhecimento dessa mesma realidade etnográfica, e mesmo etnogénica, por parte da geografia fenícia que primeiramente com ela teria contactado.²⁹¹ No contexto deste episódio, a lenda relativa ao desaparecimento de Hílas detém, além do mais, um significado especial para a teoria interpretativa do autor, uma vez que esta seria uma versão da história de Bormos, o jovem mariandino, no qual Martins Sarmiento vê um equivalente de Bormânico, a divindade que, através da epigrafia, se sabia ter sido venerada na região de Vizela.

²⁹¹ ‘Au-dessus de Prusiade s’élève une montagne appelée Arganthonion: c’est là qu’on situe la légende d’Hylas, l’un des compagnons d’Héraclès à bord de l’Argô, qui aurait débarqué à cet endroit pour aller chercher de l’eau et que les nymphes auraient enlevé’ (Estrabão [1969]: 112).

A *Argo* prossegue a sua viagem e aporta na ilha de Bebrícia, ainda no Mar da Mármara, onde o episódio da luta de um dos gregos com o rei daquela região nos ilustra mais um elemento de alteridade que entretece a narrativa. A vitória dos Gregos e o saque do palácio real de Âmico, ganha, na geografia homóloga de Martins Sarmiento, o sabor de mais uma vitória diplomática dos marinheiros mediterrânicos nas relações que vão entabulando com os representantes das diversas colónias com quem se vão encontrando (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 36 e ss.).²⁹²

Do país do rei Âmico, os Argonautas atingem Salmidesso, na costa setentrional do Mar de Mármara, portanto na Trácia. Na figura de Fineu, rei cego de Salmidesso, estamos de novo em presença de um tipo de personagens que Martins Sarmiento valoriza, no seio da sua interpretação homóloga das lendas gregas, o de informador que prodigaliza pormenores sobre os lugares longínquos para que se dirijam os Argonautas. Nestes informadores, como Fineu, Circe, Tirésias, etc., vê o autor a cadeia de informação que reunia os povos dos litorais da Europa ocidental numa só realidade civilizacional, e em cujas tradições se podia mesmo reconhecer o passado comum de emigração. O rigor do conhecimento que a lenda atribui por Fineu, causa do castigo dos deuses, será naturalmente a tradução de um povo que teria estabelecido relações preponderantes com os marinheiros mediterrânicos, transformando-se num dos mais credíveis informadores da geografia das terras longínquas do Mar do Norte.²⁹³ Não por acaso, o reino de Fineu é o lugar imediatamente anterior à passagem do Bósforo e é a ele que os Argonautas devem as informações mais pormenorizadas sobre a localização da Cólquida, o país do Velo de Ouro, e o destino final da viagem da *Argo*, no extremo

²⁹² ‘Au point du jour, nous arrivâmes dans le sinistre pays où Amycos régnait sur les insolents Bébryces (...); pour tous les hôtes qui, parmi les peuples d’alentour, venaient à ses étables et à sa solide demeure, il avait institué comme épreuve de se mesurer à lui dans un pugilat sans merci’ (*Argonautiques Orphiques*, p. 121-122).

²⁹³ ‘On the coast there dwelt Phineus, son of Agenor, who of all men had endured the most grievous sufferings because of the power of prophecy which the son of Leto had once bestowed upon him. (...). Therefore Zeus sent a long old age upon him and took away the sweet light of his eyes. Nor did he allow Phineus to enjoy the innumerable god things which neighbours always brought to his house when they came to ask for oracles, but without warning the Harpies would ever swoop down through the clouds and with their claws snatch the food from his mouth and hands’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 40).

de um mar que se situa agora ‘além das colunas de Hércules’, isto é, para além do mar mas, apesar de tudo, familiar aos marinheiros mediterrânicos.²⁹⁴

Como na lenda de Ulisses, também na dos Argonautas vemos a passagem de um estreito associado a grandes perigos. Na geografia interpretativa de Martins Sarmiento este é um momento de grande transcendência histórica, porque representa o primeiro contacto dos povos do Mediterrâneo com o Mar do Norte, não se lhe afigurando por isso estranho que estes lugares, verdadeiramente ‘liminares’, sejam associados a uma retórica de perigo e de alteridade profunda. A fenomenologia da descrição, por isso mesmo, faz recurso a elementos de especial periculosidade, transformando a sua superação no desígnio da própria viagem. No caso dos Argonautas, essa transformação retórica da narrativa histórica é alegorizada no episódio das Simplégades e no perigo associado à sua travessia, perigo para o qual Fineu os havia justamente advertido.²⁹⁵ Apesar de aqueles rochedos poderem normalmente esmagar uma embarcação à sua passagem, permitiram com apenas alguns danos, a passagem da Argo que, já em pleno Ponto, vem a acostar na pequena ilha de Tínia.

De Tínia, navegariam até à cidade de Mariandine, onde foram recebidos amistosamente por Licos, rei cuja animosidade em relação a Êmico, pode traduzir, no âmbito da homologia operada por Martins Sarmiento, a normal perturbação que a presença dos marinheiros mediterrânicos vem trazer à comunidade dos povos do Mar do Norte, que até aí, gozavam de uma quase perfeita convivência. Este elemento de harmonia permite aceder a uma filosofia da história que no investigador é sintomática

²⁹⁴ ‘[E]n un mot, les anciens mythes sont loin d’être d’accord entre eux’ (Diodoro [1851]: 305).

²⁹⁵ These oats fired their desire to rid him [Phineus] of the Harpies. Without delay the younger heroes prepared a feast for the old man – it was to be the Harpies’ final prey. The Boreads stood nearby so that they could drive them away with their swords when they swooped down. At the very moment the old man touched the meal, the Harpies leapt down from the clouds without warning, like sudden storms or flashes of lightning, and attacked with a rush, screaming in their lust for food. The heroes cried out at the sight of them, but the Harpies devoured everything and with a cry flew off far away over the sea, leaving behind an intolerable stench. In pursuit of them raced the two sons of Boreas, their swords drawn. Zeus granted them unwearying strength, for without Zeus’ help they could not have followed after the Harpies who would always outstrip the blasts of the Zephyr on their journeys to and from Phineus (...) (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 42). ‘Puis, quittant la demeure de Phinée l’Agénoride, sur la vaste gouffre de la mer, nous arrivâmes auprès des roches Kyanées (...). Il n’existe nul moyen d’échapper à leur oeuvre de malheur; entraînés par les rapides rafales des vents, elles se heurtent en se précipitant à la racontre l’une de l’autre’ (*Argonautiques Orphiques*, p. 124).

de um profundo idealismo que, como se verá, subjaz a toda a sua etnogénesis do Ocidente. Em parêntesis, refira-se que é neste lugar que o episódio de Ídmon permite a Martins Sarmento a identificação das mamoadas como elemento material do culto dos mortos entre os arianos, de cuja evidência não duvida entre as expressões equivalentes dos monumentos que exuma em todo o Entre-Douro-e-Minho.²⁹⁶

De Mariandine, a *Argo* dirige-se na direcção do nascente, até aportar na cidade de Sinope, que a tradição escoliasta situaria na Paflagónia. Também aqui, como já havia acontecido no episódio de Mariandine, no qual o rei Licos ordena nada menos que ao seu próprio filho que sirva de guia aos viajantes, a *Argo* recolhe indígenas que passam a fazer parte da sua própria tripulação. De Sinope, os Argonautas passam ao largo de várias terras sem contudo nelas aportarem, mas em que uma em especial não poderia deixar de inflamar a imaginação geográfica de Martins Sarmento. No país dos Cálibes, intercalado entre o país das Amazonas e as regiões em que habitavam os Tibareanos e os Mossinecos, os seus habitantes dedicavam-se especialmente ao trabalho da metalurgia, com exclusão de qualquer outro, elemento duplamente significativo na teoria interpretativa do autor, que não poderia deixar de ver nele, por um lado a demonstração da existência de um conhecimento profundo da arte da metalurgia entre os povos do mar Atlântico, e, por outro, da importância que a metalurgia do bronze havia adquirido na economia da região, ao ponto de poder sustentar por si só uma comunidade inteira que assim podia prescindir das outras áreas económicas cujos recursos e produtos naturalmente haviam de adquirir pelos mecanismos próprios do intercâmbio.²⁹⁷

²⁹⁶ ‘They had no more thought for sailing, but remained there distraught and prepared the funeral. They lamented for three whole days, and on the fourth they buried him with lavish honour (...). Beside his tomb they slaughtered countless sheep as grave-offerings, in the manner appropriate for the dead. This man’s tomb rises in that land a little below the Acherousian headland; as a marker visible to men of later generations, it is crowned by a ship’s roller made from wild-olive and covered in abundant foliage’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 55).

²⁹⁷ ‘These people neither plough with oxen nor cultivate any honey-sweet fruits; moreover they pasture no flocks on dewy grazing-land. Rather they dig in the hard, iron-bearing earth to exchange the metal for what they need to live. The rising of every dawn brings them wearisome toil, as they labour in a murky and smoky blackness’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 59). ‘Si l’on avance un peu sous l’Ourse boréale et face à elle (...) le pays de Doias; tout près, il y a la ville des Amazones (...) puis voici les Chalybes, les peuplades des Tibarènes et la nation des Ekécheires qui, mêlés aux Mossynes, habitent la plaine’ (*Argonautiques Orphiques*, p. 128). É de estranhar que Martins Sarmento não faça de uso da descrição de Xenofonte referida ao mesmo episódio, uma vez que

No termo da travessia que se tinha iniciado no país de Licos, dá-se início à narrativa mais específica que irá pôr em contacto os marinheiros mediterrânicos com os povos da Cólquida, ou, na tradução geográfica que é operada por Martins Sarmiento, os povos do Mar do Norte, com os quais especificamente Tiro pretendia comercializar o estanho das Ilhas Britânicas. No âmbito da narrativa lendária, dá-se conta de que os Argonautas recolhem alguns naufragos dali originários, dando eles se início, igualmente, à parte mais personalizada da ‘estória’ de Jasão e Medeia. No contexto em que nos movemos, ela só assume importância pela razão, a que mais tarde nos referiremos, de nos parecer que a inculcação do carácter heróico destas narrativas está por trás da estruturação principal da deriva do desejo da psicologia da pesquisa de Martins Sarmiento.²⁹⁸

A *Argo* começa finalmente a aproximar-se do objectivo da sua viagem e, após uma paragem na ilha de Filira, vislumbra à sua frente o perfil dominante das montanhas do Cáucaso e penetra na foz do rio Fásis. Para Martins Sarmiento está também terminada a primeira parte da narrativa histórica que dá conta da primeira viagem dos marinheiros mediterrânicos ao Mar do Norte. Pela primeira vez na sua história, os Fenícios contactam directamente com os povos do Mar do Norte, os exportadores de estanho, enfim, os Albiões.

A conquista do Velo de Ouro é, já o dissemos repetidamente, para Martins Sarmiento, a forma efabulada entre os Gregos do estabelecimento do mercado do estanho directamente entre as suas fontes e o seu principal destino de mercado no Mediterrâneo oriental. Assim, os elementos da narrativa lendária dos Argonautas que

contém referências ‘antropológicas’ e ‘etnográficas’ que calham especialmente bem com a visão atlantista do investigador: ‘Ils [les Mossinèques] ont tous la peau blanche, homes et femmes. Les Grecs disaient que dans toute leur expédition ce furent les êtres les plus barbares qu’ils rencontrèrent, les plus éloignés des mœurs helléniques’ (Xenofonte [1949]: 65). A visão de Martins Sarmiento não recebe, naturalmente, suporte arqueográfico que permita falar de uma prática metalúrgica generalizada no noroeste da Península Ibérica; de facto, mesmo no seio do noroeste parece claro que as ondas de inovação técnica chegaram diferenciadamente às diversas regiões, e que algumas delas só dela participam activamente em ambientes francamente coloniais (Álvarez González 1993). Este é porém um elemento marginal a este trabalho, e se fazemos a ele referência é sobretudo com a intenção de demonstrar o carácter essencializado que veremos determina a geografia imaginativa do passado em Martins Sarmiento.

²⁹⁸ ‘Suddenly an extraordinary storm broke, and the rain fell on the sea and the island and all the mainland opposite where the insolent Mossynoikoi lived. In the dead of night all four sons of Phrixos, together with the strong plank, were thrown by the force of the waves on the coast of the island’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 61-62).

irão ser valorizados pelo autor, na construção da sua ‘geografia da longinquidade’, serão todos aqueles de que mais facilmente se possam retirar elementos que suportem a visão das relações proto-coloniais estabelecidas entre os povos do Mediterrâneo e os do Mar do Norte. É neste contexto, e sob este ponto de vista, que teremos de considerar toda a interpretação que o investigador leva a cabo dos sucessos de Jasão e dos seus companheiros em Ea, ‘cidade do poderoso rei Aetes, que se estende, resplandecente, aos pés do campo de Circe’.²⁹⁹

Pelo que se disse no parágrafo anterior, não é muito importante determo-nos nos sucessos particulares da história que irá opor Jasão e os Argonautas à astúcia de Aetes, o poderoso rei da Cólquida e, muito menos, transportar para a alegoria todas as minúcias da aventura de Jasão e Medeia, embora tal não fosse impossível, se quiséssemos estender a homologia de Martins Sarmento a níveis que ele próprio entendeu não explicitar, nomeadamente ao papel do falocentrismo na estruturação das relações do tipo ‘colonial’.

Para a intenção que aqui temos de descrever e interpretar a ‘geografia argonáutica’ de Martins Sarmento, basta pois que se destaquem apenas alguns elementos que, estando presentes na narrativa dos épicos gregos, permitem, como entende o investigador, descrever eventualmente algumas expressões positivas da narrativa histórica da primeira viagem dos povos do Mediterrâneo ao Mar do Norte.

O primeiro desses sinais, a que já atrás se fez referência, é a estranheza explicitamente referida por Aetes de que a embarcação dos viajantes mediterrânicos tenha com tanta facilidade passado o estreito que fecha o mar interior em que se situa o seu reino. A esta referência, muitas vezes trazida para a frente das suas explicações, não podia Martins Sarmento deixar de ver o facto, também por nós já suficientemente referido, de que a navegação do estreito dava acesso ao Mar do Norte, e de que a chave de toda a navegação entre aquele e o Atlântico, estava nas mãos de povos ‘irmãos’ dos que habitavam as suas costas. Outro ponto a que Martins Sarmento dará um relevo evidente é ao facto de haver entre os habitantes de Ea, como já havia entre os informadores a que os marinheiros mediterrânicos foram recorrendo ao longo da viagem, uma oposição entre elementos dos povos visitados que tomam o partido dos

²⁹⁹ Perífrase de Graves (2004: 606).

Argonautas, enquanto outros se lhes opõem abertamente, quando não de uma forma vigorosamente hostil. Deste elemento retirará Martins Sarmiento a natural dissensão que a proposta de estabelecimento de um comércio de longo alcance haveria de insinuar entre as franjas mais conservadores ou mais progressistas dos povos que dominavam, quer a exploração do recurso desejado, quer os primeiros elos da cadeia da sua comercialização. Um terceiro elemento de que Martins Sarmiento retirará conclusões propriamente históricas, será o da violenta perseguição dos Colquídeos aos Argonautas, por todo o Mar Negro, sucesso em que o investigador não deixará de reconhecer o eventual descalabro das negociações que tinham em vista o estabelecimento do comércio do estanho com os povos do Mar do Norte, e, justamente, com aquele povo que, de entre todos, mais directamente seria ameaçado, ou seja, os Albiões, ao qual seria atribuída igualmente a interdição da passagem no estreito por onde os marinheiros mediterrânicos haviam atingido o mar interior.

Um último elemento completa o conjunto de informações históricas que o autor recolhe de todo o episódio da passagem dos Argonautas pela terra do Velo de Ouro. Ao sentirem-se aprisionados, estes são ajudados por informações de alguém de entre os naturais do Mar do Norte, que lhes apresentam um caminho alternativo, uma rede fluvial de navegação que podia levá-los de novo ao Mar Mediterrânico, sem ter de regressar pelo estreito que, entretanto, se tornara inavegável; esta via fluvial, de que os habitantes do Mar do Norte parecem deter um conhecimento tão minucioso, dará ao autor a convicção de que nas suas tradições está ainda presente a memória dos caminhos de migração que haviam trazido todos estes povos supostamente ‘arianos’ desde as suas origens asiáticas até o ocidente da Europa. É por esta razão que grande parte do esforço da sua hermenêutica é feito no sentido de reconhecer as estações e etapas do regresso da *Argo* ao Mar Mediterrâneo.

O regresso da *Argo*, tal como é narrado e interpretado pelos autores e escoliastas da temática argonáutica, é, para Martins Sarmiento, a efabulação de uma viagem dos marinheiros mediterrânicos através da estrada fluvial do Reno e do Ródano, que poria em contacto directo o Mar do Norte e o Mediterrâneo. Porém, se a viagem de ida não era de molde a criar muitas dúvidas no espíritos daqueles autores e escoliastas, já o mesmo não acontece com a viagem de regresso. A impossibilidade de fazer o caminho de regresso, percorrendo as mesmas etapas da viagem da ida, levou a que muitos dos

intérpretes da temática argonáutica viessem a propor versões alternativas do trajecto de regresso da Cólquida a Iolcos.

A prodigalidade interpretativa, ainda entre os clássicos, tem, naturalmente, origem na actualização dos conhecimentos geográficos que a expansão grega e romana irá providenciar. Por essa razão o aprofundamento dos conhecimentos dos limites da *oecumena* pela geografia grega, alguns escoliastas, apercebendo-se da impossibilidade factual de todos os caminhos alternativos que a tradição consignava, no âmbito da apresentação da viagem dos Argonautas como uma realidade histórica que, decerto, nenhum historiador ou geógrafo podia, de ânimo leve, pôr em questão, admitem como verdadeira a versão que indicava um caminho de regresso em tudo idêntico ao de ida, isto é, pelo Bósforo-Dardanelos.³⁰⁰

A ela viria adicionar-se a hermenêutica geográfica da historiografia contemporânea de Martins Sarmento, nela incluindo a sua própria. Um ponto, porém, em que muitas das versões pareciam concordar, era o de que os Argonautas teriam deixado as costas da Colquídia, auxiliados por um vento que sopraria do quadrante ocidental, contradição manifesta no cenário da geografia do Ponto, e que Martins Sarmento, por isso mesmo, não deixará de utilizar em favor do seu próprio ponto de vista.

Um dos relatos narraria a viagem do trajecto da *Argo*, como tendo subido o Fásis, rio em cuja desembocadura se situava a cidade de Aetes, atingindo o Mar Cáspio, daqui o Oceano Índico, de onde poderia regressar ao Mar Mediterrânico através do Lago Trítón.³⁰¹

Num outro relato, porém, a embarcação dos Argonautas teria subido o Danúbio, percorrido o Savo, descido o Pó, em direcção ao Mar Adriático, onde, em virtude de ser constantemente castigado por violentas tempestades, vai singrando em redor da Itália, até atingir a Ea de Circe, na costa ocidental. Numa versão alternativa, a *Argo*, após subir o Danúbio, no que concorda com a narrativa anterior, alcança, do mesmo modo, a Ea de

³⁰⁰ ‘Ce fut lui [Héraclès] qui vint ici jadis chercher les chevaux de Laomédon et, avec six nefes seulement et un petit nombre d’hommes, fut ravager la ville d’Illion et vider d’hommes ses rues’ (Homero [1972]: 139).

³⁰¹ ‘Il tua les yeux-glauques par son adresse, le serpent dos-diapré, ô Arkésilas, et ravit, consentante, Médée, la Tueuse de Pélias. Aux étendues de l’Océan ils se mêlèrent et au Flot Rouge et à la race des femmes lâmiennes tueuse d’hommes’ (Píndaro [1990]: 250 e ss.).

Circe, mas seguindo uma série de redemoinhos que poriam em contacto o Pó com o Ródano.³⁰²

Uma terceira versão admite que os Argonautas não teriam subido nem o Fásis nem o Danúbio, mas o Don, que seguiram até à sua nascente, de onde teriam podido ganhar um dos golfos a norte do Mar Báltico; esta versão coincide parcialmente com a mundividência geográfica de outros relatos que apresentavam o Danúbio e o Elba como as estradas fluviais pelas quais se poderia atingir, a norte, o Oceano exterior, já directamente no Mar do Norte, de onde se regressaria pelo Atlântico. Nestas versões, a Ilha de Circe situar-se-ia nas costas ocidentais da Europa, lugar obrigatório de passagem no caminho de regresso pelo poente da Europa, até ganhar de novo o Mediterrâneo, no estreito a sul da Península Ibérica. Escusado será dizer que muitos elementos desta versão, muitos dos quais pertencem à narrativa que Martins Sarmento apelida ‘de Pseudo-Orfeu’, serão recuperados para a viagem de ida, tal como é entendida na geografia sarmentiana.³⁰³

Em todas estas versões, existem vários elementos geográficos que, segundo Martins Sarmento, expõem a verdadeira natureza histórica do relato fenício que corre sob elas, exprimindo o esforço dos mitógrafos e escoliastas em adequar a um cenário mediterrânico particularidades que só podem compreender-se integralmente quando referidas ao Mar do Norte, às costas ocidentais e à estrada fluvial do centro da Europa. Um exemplo muito nítido seria a Ea de Circe, cuja localização as narrativas clássicas acabariam por duplicar na Campânia e na Ístria.³⁰⁴

³⁰² ‘From there the Argonauts entered the deep stream of the Rhodanos which joins the Eridanos; at the meeting of the waters the torrent surges and roars. The river rises in the remotest recess of the earth, where are the gates and halls of Night; on leaving there, part of it thunders forth on the shores of Ocean, part again enters the Ionian sea, and another part issues through seven mouths into the vast gulf of the Sardinian sea’ (Apolónio de Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 113).

³⁰³ ‘Beaucoup d’historiens, tant anciens que modernes (de ce nombre est Timée), prétendent que les Argonautes, après avoir enlevé le toison d’or, apprirent qu’Aétès tenait l’entrée du Pont fermée par ses navires, et que cette circonstance fournit aux Argonautes l’occasion de faire une action étrange et mémorable: ils remontèrent jusq’aux sources du Tanaïs, tirèrent leur navire à terre, le traînèrent jusq’à un autre fleuve qui se jette dans l’Océan, et arrivèrent ainsi dans la mer; ayant la terre à la gauche, ils continuèrent leur navigation du nord au couchant, et, arrivés près du détroit de Gadès, ils entrèrent dans la Méditerranée’ (Diodoro [1851]: 320).

³⁰⁴ ‘From there they quickly passed over the swell of the Ausonian sea, their gaze fixed on the coasts of Tyrrhenia. They reached the famous harbour of Aiaie and at once moored the ship’s ropes to the shore.’ (Apolónio de

A versão dominante do regresso dos Argonautas à Tessália será, contudo, aquela que privilegia o ‘caminho do Adriático-Ródano’. Desde a foz do Ródano, os Argonautas teriam então rumado para sul, ao longo da costa da Itália. Em algumas versões, tal como Ulisses, são obrigados a passar entre Cila e Caríbdis, o que remete para a passagem do estreito de Messina, antes que uma tempestade, alimentada por um forte vento norte, lhes faça cair a embarcação em pleno deserto da Líbia, num lugar, o Lago Trítón, em que previamente havia já estado Hércules. A astúcia dos marinheiros permite que tornem a ganhar o Mediterrâneo e que, após se terem aproximado de Creta, onde no entanto seriam impedidos de acostar, acabem por poder fundear na ilha de Anafe. Daí dirigem-se a Egina, que seria a última etapa antes de atingir o ponto de partida, Iolcos.

Esta é, em traços largos, a viagem dos Argonautas, símile das de Ulisses e de Hércules, narrativas lendárias reproduzidas ao longo de toda a Antiguidade clássica, e que Martins Sarmiento considera como testemunho efabulado das primeiras viagens dos Fenícios ao Mar do Norte. Não demos conta de todas as minúcias geográficas que elas encerram; nem o saberíamos fazer, nem isso corresponderia à hermenêutica de Martins Sarmiento. Para este autor as narrativas lendárias dos Gregos não são uma alegoria perfeita das narrativas históricas a que supostamente dizem respeito. Por isso mesmo, abster-se-á de procurar em todos e em cada um dos elementos daquelas uma correspondência específica nestas últimas. A homologia entre os dois níveis da narrativa, o histórico e o lendário, é aceite *no todo*, e ela bastará a Martins Sarmiento como mais um nível de ‘objectividade’, o da Mitologia, que, a seu ver, só ganha inteira capacidade heurística quando confrontado com os que recolhe igualmente da Linguística, da Arqueologia, da Etnografia, etc. A não ser suportado pela ‘coincidência cartográfica’ que aqueles outros níveis de objectividade lhe permitem, talvez o autor não propusesse tão desassombradamente a tese de que os Argonautas de Iolcos, a magna

Rodes, *Jason and the Golden Fleece*, p. 114). Em relação às ligações estabelecidas através das estradas fluviais da Europa, é proverbial a descrição que Heródoto faz do trajecto das oferendas com origem nos Hiperbóreos e destino na Grécia, e que representou, desde a sua publicação, em 1880, n’*Os Lusitanos*, uma das mais ‘expressionistas’ motivações metaparadigmáticas da geo-historiografia de Martins Sarmiento: ‘But the persons who have by far the most to say on this subject are the Delians. They declare that certain offerings, packed in wheaten straw, were brought from the country of the Hyperboreans into Scythia (...) until they reached the Adriatic [and] finally to Delos.’ (Heródoto [1993]: 129).

assembleia dos heróis de toda a Grécia, são afinal os Fenícios de Tiro, e de que a demanda do Velo de Ouro não é mais do que a efabulação do início das relações comerciais com os povos detentores das principais minas de estanho.

Vejamos agora, mais detidamente, qual a geografia que Martins Sarmiento propõe das viagens dos Fenícios até ao Mar do Norte; quais as consequências geo-históricas que essa viagem terá na sua teoria interpretativa, nomeadamente pelo confronto com as interpretações alternativas dos investigadores seus contemporâneos; e ainda, qual a psicologia de pesquisa para que mais ou menos conscientemente ela apela, no contexto sociológico do Portugal da segunda metade do século dezanove.

Admitindo a hipótese de que a viagem dos Argonautas é a reprodução mais ou menos obscura da primeira viagem dos Fenícios ao Atlântico, e armado com as demonstrações que nesse sentido a hermenêutica podia recolher nas narrativas equivalentes das viagens de Ulisses e de Hércules, Martins Sarmiento propõe-se, no âmbito do seu programa de pesquisa, proceder a uma restituição, tão integral quanto possível, da narrativa da viagem dos Argonautas, nomeadamente da versão mais completa e minuciosa, a de Apolónio de Rodes.³⁰⁵

O percurso dos Argonautas entre Iolcos e a entrada do Helesponto não é tão abundante em pormenores descritivos como o será a partir do momento em que a Argo atravessa o estreito de Dardanelos, resumindo-se ao episódio da ilha de Lemnos, de onde atingirão sucessivamente a ilha de Cízico e a foz do rio Cio. Após atravessarem o estreito ocorre contudo um episódio que será para Martins Sarmiento extremamente significativo para a dilucidação da geografia concreta em que podem situar-se estes eventos.

Ao sair de Cízico, a frota teria navegado com enorme velocidade, o que é transmitido pela alegoria da fúria de Hércules. Para Martins Sarmiento esta alegoria esconderia uma realidade histórico-geográfica mais simples: referir-se-ia ao facto de os

³⁰⁵ ‘Referimo-nos a Apolónio, por ser a sua obra que estudamos e por ela condensar todas as falsidades; mas é sabido que o poeta não foi o inventor de tais falsificações (...)’ (Sarmiento 1887a: 121). Ver, em outro lugar, o contexto de ‘regionalização teórica’ da hermenêutica sua contemporânea, marcado por um filo-helenismo acentuado, em que o autor tem necessariamente incluir a sua interpretação (último subcapítulo da última parte deste trabalho, ‘Escala e Identidade’).

marinheiros fenícios estarem a percorrer um mar que lhes era inteiramente familiar, o mesmo é dizer o Mediterrâneo. Nessa assumpção, a passagem do estreito entre a Península Ibérica e o norte de África não constituiria perigo algum e, de facto, veremos que os Argonautas, apesar dos receios que tinham, ultrapassarão o limite dos Dardanelos sem qualquer perturbação. A fusão da representação grega do estreito é que estaria na origem, justamente, de uma das múltiplas ‘rupturas’ narrativas por parte de Apolónio efectuadas sobre o original da argonáutica fenícia, e que seria a transposição para este lugar, as Colunas de Hércules dos Gregos, de referências que deveriam situar-se, narrativamente, nas Colunas de Hércules dos Fenícios.

Porém, o mais significativo da narrativa de Apolónio, no Mar da Mármara, é a informação de que, na foz do rio Cio, Hércules seria abandonado pelos seus companheiros quando, tendo necessidade de ir a terra arranjar um substituto para o seu remo partido, dando início a uma aventura solitária que o levaria à execução do seu Décimo Primeiro Trabalho, a recolha dos pomos do Jardim de Hera, à guarda das Hespérides, após o que quase tornaria a encontrar-se com a *Argo* quando esta é lançada por sobre o deserto líbico. Martins Sarmento considera tal informação como reveladora do reconhecimento que os Fenícios teriam efectuado do Atlântico até ao norte de África. Para o investigador, portanto, esta ‘historieta pueril’ refere-se ao facto de que a foz do rio Cio teria sido o local em que as frotas vindas de Tiro podiam dividir-se num dos dois sentidos possíveis: ou para o norte de África, se o objectivo fosse o Atlântico a sul da Península Ibérica, ou para o Mar do Norte, pelas costas da Europa ocidental. Uma vez que lendas referentes a Hércules identificavam a foz do Tartessos como a origem das viagens do semi-deus, Martins Sarmento não hesita em fixar na foz do rio Cio a foz do Tartessos.

Ao fixar este ponto intermédio da viagem dos Argonautas como ponto inicial das viagens atlânticas dos Fenícios, Martins Sarmento obrigava a recuperar para Iolcos uma origem prévia a esta localização em Tartessos. Para o autor, tal como Hércules iniciava as suas viagens em Tartessos, ainda que a sua pátria fosse dali muito distante, também os Fenícios considerariam dois pontos ‘iniciais’ das suas viagens de reconhecimento do Atlântico. Um, Tartessos, que corresponderia ao momento em que as suas frotas propriamente iniciavam o reconhecimento de um mar mais ou menos desconhecido, e onde teriam de decidir-se por uma das margens continentais do Oceano Atlântico; e

outra, a ‘verdadeira pátria’, que ficaria para lá do mar que navegavam com tanta tranquilidade que nem sentiriam necessidade de incluir na sua narrativa os sucessos que separavam a sua cidade de origem desta colónia distante, a partir da qual os perigos verdadeiramente começavam. Assim restituída a geografia argonáutica fenícia, somente em Tiro se poderia pensar como origem da primeira parte da viagem, sendo com ela que os mitógrafos gregos teriam feito corresponder a pátria de Hércules e de Jasão, conforme a integraram nas efabulações das viagens do semi-deus e dos Argonautas.

Uma vez restituída a geografia original do Mediterrâneo ocidental, as primeiras estações podem ser identificadas com segurança:

Para o fim especial do nosso trabalho, este exame é de nenhum interesse, desde que não contenda com a história do Ocidente, e por isso apenas nos limitaremos a pôr a questão – se o Helesponto não corresponderá na Argonáutica de Apolónio ao Estreito de Gibraltar, Cízico a Gades, a foz do Cio à foz do Tartesso, na convicção de que as estações anteriores a esta nenhuma importância podem ter para o nosso assunto [Sarmiento 1887a: 130].

Os episódios associados a Cízico e Cio revelam, segundo Martins Sarmiento, outras particularidades que permitem demonstrar a sua inclusão numa geografia fenícia. Por um lado, a narrativa de Apolónio refere explicitamente que os habitantes daqueles lugares não eram desconhecidos dos marinheiros. Apoiando-se na lenda vulgarizada por Estrabão, tal dever-se-ia, na opinião do autor, às viagens prévias de reconhecimento do mar imediatamente além do estreito que os Fenícios haviam promovido antes de se lançarem pela primeira vez no Atlântico aberto. Além destes indícios, o autor pôde ainda comparar a descrição que Apolónio faz de Cízico e encontrar semelhanças marcantes com a descrição que, séculos mais tarde, o périplo cartaginês, que corre *sub voce* no poema de Avieno, faz de Gades:

Apolónio (Cízico)

Inside the Propontis there is a steep island sloping down into the sea; it is joined to the rich grainfields of the Phrygian mainland by a low isthmus over which the waves wash. The island

Avieno (Gades)

Em seguida ergue-se o Monte dos Tartéssios, de espessos bosques. (...) A ilha encontra-se separada do continente por um mar intermédio de cinco estádios. Do lado da fortaleza de Gades

lies above the mouth of the Aisepos and its shores offer harbours on both sides; inhabitants call it Mountain of the Bears. (...).

The Thracian winds carried the *Argo* swiftly to the island and they put it to the 'Beautiful Harbour'. (...)

In the morning some of the Argonauts set off to climb the high peak of Dindymon to view the sea-routes for themselves, while the other rowed the ship from its earlier mooring into the 'Closed Harbour'. The route which those on land followed is now called 'Jason's Path'.

[Apolónio de Rodes, I, p. 25-6]

em que dia se põe, fica a ilha consagrada a Vénus Marinha, na qual existe um templo da deusa, um santuário subterrâneo e um oráculo.

Quando se vem desse monte, cujos bosques, como te disse, amedrontam, encontra-se espreado e suave litoral de areias, ao longo das quais os rios Besilo e Cilbo apressam os seus cursos. Depois para ocidente o cabo Sacro ergue os soberbos rochedos. (...). Em outro tempo a Grécia chamou Herma a este lugar (...) um baluarte de terra que, de um e de outro lado, protege um lago interior. Outros (...) designam-no por via de Hércules (...).

[Avieno, vv. 308-28, p. 26-7]

A razão por que apresentamos aqui as duas descrições referidas por Martins Sarmiento, resulta do facto de elas serem um exemplo para o autor do modo como Apolónio refaz o cenário 'egeu' de uma geografia atlântica, 'copiando minuciosidades topográficas da Argonáutica fenícia e adaptando-as a localidades da sua escolha' (Sarmiento 1887a: 132).

As coincidências de Cízico repetem-se na região da desembocadura do rio Cio, embora aqui não sejam as minudências topográficas que induzem Martins Sarmiento à pronta identificação da geografia gaditana no Mar da Mármara de Apolónio. O que chama a atenção do autor é o facto do narrador grego fazer referência, nas imediações de Cio, a um monte chamado Argantónio, que teria igualmente um nome equivalente na descrição de Avieno.³⁰⁶

À foz do Cio segue-se, na narrativa de Apolónio, a descrição do episódio que opõe os marinheiros da *Argo* ao povo do país da Bebrícia. Aqui, os Argonautas são mal

³⁰⁶ '[T]he heroes reached the land of Kios near Mount Argantheion and the mouth of the Kios' (Apolónio de Rodes, I, p. 31). 'Mas a ilha cinge-a por todos os lados com sua corrente o rio Tartesso, que do lago Ligustino flui por campos abertos. Não corre, porém, em leito simples nem sulca, em caudal único, o solo subjacente: na parte oriental introduz três bocas nos campos e banha com quatro bocas a parte meridional da cidade [de Gadir]. Ao pântano encosta-se o monte Argentário (...)' (Avieno, vv. 284-92, p. 25). Segundo Martins Sarmiento (Sarmiento 1887a: 133, nota 11), este monte o mesmo a que Estrabão (Estrabão, *Geografia*, III, ii, 11, p. 56; e cf. nota 103 da edição de José Cardoso) chama Argiro ou Argífero.

recebidos pelos naturais da região. Martins Sarmiento reconhece alguma verosimilhança histórica ao episódio, pretendendo ver nele a expressão de perturbações esporádicas que a relação preferencial com um determinado povo ‘tartéssico’ pudesse criar nas redes de poder locais. É por essa razão que Martins Sarmiento interpreta este episódio em relação com o do rei Licos, em que o monarca viria a receber amavelmente os Argonautas, e que o investigador julga ‘de uma autoridade inconcussa’ (Sarmiento 1887a: 134).³⁰⁷

A ligação que, no plano histórico, Martins Sarmiento entende ser possível estabelecer entre o país de Licos e Bebrícia baseia-se nos elementos biográficos do próprio Licos. Segundo a Argonáutica, o rei anterior, de que Licos era filho e sucessor, teria recebido de Hércules serviços relevantes no tempo em que o semi-deus tinha por ali passado. Essa ajuda tinha consistido justamente em impedir uma invasão por parte dos vizinhos da Bebrícia; e seria em nome dessa memória de gratidão que Licos seria tão amável e receberia tão generosamente os Argonautas quando estes se recolheram ao porto do seu país.³⁰⁸

Completando as referências históricas da biografia de Licos com a tradição vulgarizada por Estrabão sobre as três viagens que os Tírios teriam efectuado, sob a orientação de um oráculo, aos países em redor do estreito de Gibraltar, Martins Sarmiento reconhece na presença de Hércules entre os povos vizinhos de Licos a referência histórica da primeira presença dos marinheiros fenícios no sudoeste da Península Ibérica, e na dominação que o herói grego exerceria uma referência às vantagens que um determinado povo do grémio tartéssico teria retirado de uma relação comercial privilegiada com os mercadores de Tiro. Uma vez que, na referência às viagens dos Tírios, Estrabão afirmava que estes não tinham ultrapassado Onoba, é justamente nesta cidade que o investigador localizará o país de Licos.

Um elemento narrativo que está presente na viagem de Ulisses e na dos Argonautas será identificado por Martins Sarmiento como mais uma coincidência que virá a

³⁰⁷ E continua: ‘[O]s dois episódios [estão] tão estreitamente [ligados] entre si, que não podem ser separados sem violência, força é aceitar a realidade histórica de ambos’.

³⁰⁸ ‘He [Herakles] brought under my father’s sovereignty not only the Mysians but the Mygdones, who dwell in the territory bordering on ours (...). Moreover the Paphlagonians who are descended from Pelops and are surrounded by the dark water of the Billaios likewise yielded to him. But since Herakles has lived far away, the Bebrikyans and the outrages of Amykos have robbed me of this territory (...)’ (Apolónio de Rodes: 54).

sustentar a sua tese. Na primeira daquelas narrativas, um dos marinheiros, Elpenor, morre na ilha de Circe, que o autor identifica com Erebea Palus, perto de Onoba; na segunda delas, no país de Licos, perto do rio Aqueronte, morre Ídmon, a quem, tal como ao seu equivalente da Odisseia, os seus companheiros prestam um culto funerário, enterrando os seus restos mortais sob uma mamoa.

Esta coincidência será tão mais importante, aos olhos de Martins Sarmiento, quanto, quer na narrativa das viagens de Ulisses, quer na dos Argonautas, é nestes dois lugares que se situa uma das fontes de informações mais importantes para a viagem que segue a partir dos pontos respectivos. Em Licos, o rei, amável e grato, pela ajuda que os marinheiros fenícios da primeira viagem de reconhecimento haviam providenciado ao seu antecessor, dispensa o seu próprio filho para servir de guia aos Argonautas, com a missão específica de serem ‘bem recebidos nos portos onde têm de descansar’ (Sarmiento 1887a: 136).³⁰⁹ Estes portos, com quem o rei Licos tão intimamente se relacionava, são os portos da Lusitânia.

Neste episódio Martins Sarmiento identifica a expressão histórica de várias efabulações de adivinhos e oráculos, Fineu da Argonáutica, ou Tirésias e Circe da Odisseia, que nas versões efabuladas das epopeias gregas vão indicando o caminho aos heróis. Os Fenícios teriam então, segundo o ponto de vista do autor, concertado com algum povo do grémio tartéssico, decerto um que mais intimamente se relacionasse com as viagens atlânticas, a inclusão de guias e pilotos, para que os ajudassem a reconhecer e a navegar as costas atlânticas, até aí desconhecidas para eles, ao qual, por troca, garantiram a predominância das relações comerciais que viessem a estabelecer com aquelas regiões. É esta relação propriamente política que o autor identifica na oferta de Licos, e que lhe permite com algum rigor situar ambos os reinos de Licos e da Bebrícia no sudoeste da Península Ibérica:³¹⁰

³⁰⁹ ‘I shall send my son Daskylos to accompany all of you on your voyage, for with him on board you will enjoy a hospitable welcome all along the coast as far as the very mouth of the Thermodon’ (Apolónio de Rodes: 54).

³¹⁰ A juntar a estas duas ordens de coincidências, uma terceira torna ainda mais óbvia a identificação que Martins Sarmiento propõe entre o país de Licos, estação da viagem dos Argonautas, e a terra de Circe, ambas situáveis no sudoeste da Península Ibérica: a versão do Pseudo-Orfeu dá o nome de *Lycæa Terra* à região em que situa a morada da deusa Circe: ‘Le troisième jour, nous arrivâmes à la résidence de Circé, du côté de la terre Lycéenne et de ses demeures ceintes par la mer’ (*Argonautiques Orphiques*, p. 162). Convém, contudo, fazer menção das dúvidas que a crítica faz incidir sobre este nome que considera ‘terme suspect’ (*Idem*, notas ao índice remissivo).

Fácil é então localizar a Bebrícia e a Terra de Lyco. Se esta formava um pequeno reino na região de Onoba, aquela formava um segundo que vizinhava com ele pelo nascente e não distava muito de Cio-Tartesso (Sarmiento 1887a: 137).

A partir da terra de Licos, a hermenêutica de Martins Sarmiento distancia-se bastante da narrativa de Apolónio, de modo a manter a verosimilhança da originalidade histórica e geográfica da viagem dos marinheiros mediterrânicos. Será a este nível que a restituição do texto de Apolónio sofrerá uma maior recomposição por parte do investigador, devido à necessidade ordenar os elementos narrativos de acordo com as disposições hipotéticas da geografia atlântica. Para o fazer, Martins Sarmiento não duvida em inverter a posição dos episódios narrados na epopeia grega e em atribuir a ordem narrativa de Apolónio à ‘ilusão’ que teria obrigado o poeta a situar a viagem do *Argo* no cenário do Ponto Euxino, associado a uma representação grega do perigo de passagem nas ‘Colunas’, *i.e.*, num estreito associado a perigos de navegação, que, no entender de Martins Sarmiento, não existiria na narrativa da argonáutica fenícia.

Assim, o ponto central para compreender a releitura levada a cabo por Martins Sarmiento desta parte da viagem dos Argonautas é, por um lado, a convicção de que Apolónio ‘força’ a inclusão num trajecto muito pequeno, o Mar da Mármara, de episódios que se desenrolariam por um trajecto muito mais longo, o que separava Tartessos da costa oriental da ilha da Inglaterra, criando-lhe dificuldades propriamente funcionais em incluir tantas estações e episódios num cenário tão reduzido.³¹¹ Esta seria a razão por que os episódios, que dizem respeito ainda a cenários anteriores à passagem das ‘Colunas’, terem de ser transpostos para depois do estreito. Por outro lado, e hermeneuticamente talvez mais importante, o investigador propõe que a causa mais

³¹¹ É por esta razão que Martins Sarmiento explica que o número de estações referidas por Apolónio entre o Bósforo e os Dardanelos seja tão abundante relativamente às identificadas entre este último estreito e o extremo oriental do Mar Negro, a Cólquida, destino final da viagem: ‘Basta notar o seguinte: Ficando o verdadeiro estreito (o Passo de Calais) já na ilha de Ea e a uma enorme distância do ponto de partida (Tartesso), desde que se localizou o ponto de partida em Cio e o estreito nos Dardanelos, as duas distâncias inverteram-se, quer dizer, agora do ponto de partida ao estreito há uma distância muito curta, do estreito à falsa Ea uma distância larguíssima’ (Sarmiento 1887a: 137). Porém, tal proposição só ganha algum poder argumentativo se se restituírem as estações até ao episódio da ilha de Ares para uma posição anterior à passagem do estreito. Assim, vê-se facilmente que esta proposição de Martins Sarmiento se baseia numa ‘tautologia hermenêutica’ evidente.

determinante do quase irreconhecimento da narrativa da viagem fenícia original se deve ao poeta grego, porque, no contexto da mundividência grega da *oecumena*, ele teria fatalmente de atribuir à passagem do estreito uma dificuldade transcendente, descrevendo-a com o recurso banal a monstros ou animosidade divina, comuns na mitografia. Finalmente, para dar coerência à narrativa assim constituída, ao investigador não restou outra solução senão amputar severamente o texto de Apolónio e restabelecer as novas ligações textuais que permitiram a explicitação da estrutura narrativa original.

No contexto da restituição proposta por Martins Sarmiento, Apolónio teria intercalado, entre os episódios do país da Bebrícia e do reino de Licos (situados por Martins Sarmiento no sudoeste de Península Ibérica, já na costa atlântica, mas antes da foz do rio Ana), lugares que a narrativa afirmaria explicitamente como sendo ‘vizinhos’, ‘nada menos que o [episódio] de Fineu e o da passagem do estreito’ (Sarmiento 1887a: 137).³¹² Já se adivinha qual a estratégia hermenêutica de que o investigador irá lançar mão para reorganizar esta parte da narrativa. Apolónio, ao transferir esta parte da argonáutica fenícia para o cenário do Egeu, Mármara e Mar Negro, tem (cartograficamente, diríamos) diante dos seus olhos a evidência da passagem do estreito do Bósforo, que se associa à referência, que não poderia deixar de reconhecer, na opinião de Martins Sarmiento, da passagem por um estreito que antecedia a entrada no Mar do Norte.

Martins Sarmiento identifica duas razões principais para que a mitografia grega tivesse transferido para depois da passagem de um estreito o episódio relativo à terra do

³¹² A questão da vizinhança entre a Bebrícia e o reino de Licos será assim o ponto ‘material’ de apoio em que Martins Sarmiento levanta toda a sua argumentação acerca da ‘ruptura narrativa’ operada por Apolónio na argonáutica fenícia: ‘Por que não localizaram os nossos eruditos a Terra de Licos logo acima da Bebrícia, como o estava a exigir a relação de vizinhança entre os dois povos?’ (Sarmiento 1887a: 138). Ainda assim, Martins Sarmiento reconhece algum engenho na solução encontrada por Apolónio, que, ao situar a Bebrícia como última estação do Mar da Mármara, e a Terra de Licos como a primeira após os Dardanelos, permite que apesar de existir o necessário estreito entre ambas, elas possam ainda assim contactar pelo interior: ‘Uma só dificuldade poderia embarçar os nossos eruditos na sua identificação, era, se a Mariandínia deixasse de vizinhar com a Bebrícia, visto que a legenda o declarava terminantemente em mais de uma parte. Lance-se, porém, uma vista de olhos a um mapa antigo desta parte da Ásia Menor, e ver-se-á como os Bebrices da Bítínia, nas costas da Propôntida, podiam vizinhar com os Mariandinos da costa do Euxino. Vizinhavam pelo sertão, embora para ir por mar de um país a outro fosse necessário fazer uma longa navegação, com ponto forçado pelos Dardanelos, como Apolónio supõe que fizeram os Argonautas’ (Sarmiento 1887a: 140).

rei Licos, desligando-a assim da Bebrícia. Por um lado, porque aquele episódio referia explicitamente que Dásquilo, o filho do rei Licos, teria embarcado, por ordem do monarca, com os Argonautas, com a intenção de lhes servir de guia. A questão das personagens que entram e saem da embarcação dos Argonautas é central na hermenêutica de Martins Sarmiento, porque nelas vê o investigador a referência histórica a guias tartéssicos e estrímnicos, que teriam conduzido os Fenícios pela rotas que estes ainda desconheciam. Apolónio, por razões que dependiam da geografia imaginativa dos Gregos, não podia admitir que um príncipe da Propôntida pudesse conhecer os segredos da navegação de um estreito de que a *Argo* seria, segundo a tradição – a mais importante e fundacional tradição dos Gregos –, a primeira a ultrapassar:

Impossível conciliar esta prosaica notícia com as miraculosas tradições ligadas ao grande feito. Só um vidente com a sua dupla vista de profeta podia conhecer umas paragens, por onde nunca passara uma nau; só uma ‘nau divina’ podia tentar a aventura, etc. Quem podia pensar num principículo como Licos no meio daquelas gigantescas fantasias? Mas, não se lhe podendo recusar a sua qualidade de protector dos Argonautas na navegação para Ea, visto que lha negavam na maravilhosa navegação dos Dardanelos [*sic*, por Bósforo], não havia remédio senão conceder-lha na navegação dos Dardanelos por diante, aliás de pouca monta. Aqui está com certeza por que a Terra de Licos foi atirada para a costa do Euxino e a chegada dos Argonautas ao seu reino colocada depois da passagem do estreito [Sarmiento 1887a: 139].³¹³

A esta incapacidade, propriamente metafísica, que impediria Apolónio de admitir a passagem do estreito antes dos Argonautas, Martins Sarmiento adiciona a vantagem que a localização do país de Licos na Mariandínia traria em termos narrativos.³¹⁴ A identificação de elementos semelhantes presentes, quer na argonáutica fenícia, quer no cenário pântico, em que Apolónio a pretende localizar, servirão para que o poeta ‘fixe’ a

³¹³. Esta ‘metafísica iniciática’ da *Argo* é naturalmente muito anterior a Apolónio, visto encontrar-se bem explícita em passagens de Homero: ‘And thereby has no ship of men ever yet escaped that has come thither, but the planks of ships and bodies of men are whirled confusedly by the waves of the sea and the blasts of baneful fire’ (Homer, *The Odyssey*, XII, 64 e ss., vol. I, p. 437 da ed. por nós utilizada).

³¹⁴ Que Martins Sarmiento considera ser uma invariante do processo de efabulação geográfica por parte de Apolónio, igualmente evidente nos episódios de Cízico | Gades e Cio | Tartesso.

narrativa. Neste processo, que funde as informações históricas originais com as que a etnografia grega veio a atribuir a esses sítios, têm um lugar privilegiado os elementos geográficos, como sucedeu no caso do estreito do Bósforo, cuja substituição em lugar do seu equivalente no Mar do Norte teria provocado uma tão deplorável confusão na narrativa. Ora a mitografia grega localizava na Mariandínia alguns elementos que poderiam, com facilidade, ser considerados símiles dos que a argonáutica fenícia identificava nas costas atlânticas da Europa.³¹⁵

No essencial, contudo, o que podemos ver é que a estratégia hermenêutica de Martins Sarmiento procede à usual inversão tautológica dos critérios de interpretação do poema de Apolónio. E, nesse contexto, a localização do país de Licos, depois da passagem do estreito, seria sempre um absurdo porque, sendo o mesmo considerado como o estreitamento à entrada do Mar do Norte, não se podia pensar que os Argonautas necessitassem de um guia, para os guiar numa viagem que, a ser assim, estava praticamente terminada.

Na geografia de Martins Sarmiento, na restituição que propõe para a suposta argonáutica fenícia, o episódio de Licos deveria portanto quase seguir-se imediatamente ao da Bebrícia, e a eles corresponderiam, respectivamente, duas regiões contíguas entre a foz do Guadalquivir e a foz do Guadiana, no sudoeste da Península Ibérica. Porém, na narrativa de Apolónio, estes dois episódios estão intercalados por outros quatro que Martins Sarmiento admite terem sido ‘recortados’ de outra parte da narrativa original, para serem aqui enxertados, de modo a adequarem-se às exigências metafísicas e geográficas da mundividência grega.

Os episódios referidos seriam a profecia de Fineu, a passagem da nau *Argo* pelo estreito, Dipsaco e a ilha Tínia.

No primeiro, os Argonautas contactariam com Fineu, personagem que reúne duas características que serão para Martins Sarmiento deveras significativas. Por um lado, será ele quem providenciará aos Argonautas o conjunto de informações sobre o trajecto

³¹⁵ ‘A Terra de Licos não dispensava um Averno, uma lagoa infernal. Ora depois dos Dardanelos a região que oferecia disso e com abundância era Mariandínia. Aí havia nada menos que um Orco, um Aqueronte, uma lagoa sinistra, onde morre o *alter ego* de Elpenor’ (Sarmiento 1887a: 140).

que lhes falta ainda percorrer até ao destino da sua viagem, e vimos já que este tipo de elemento narrativo é, para Martins Sarmiento, um sinal inconfundível de que a narrativa original se referiria neste ponto à existência de guias ou pilotos experimentados que teriam ajudado as primeiras navegações dos Fenícios no Atlântico. A única questão que subsiste é, portanto, uma vez que se assume o episódio fora do seu lugar original, saber a que parte da narrativa argonáutica fenícia ele poderia pertencer. A personagem de Fineu é descrita por Apolónio como estando, por castigo divino, sujeito a uma provação contínua: umas Hárpias, criaturas aladas repugnantes, mal lhe permitiam alimentar-se porque assim que o profeta dava início às suas refeições elas precipitavam-se sobre a mesa, roubando o que podiam e conspurcando o resto. Martins Sarmiento, cujo espírito positivo o predisponha a interpretações alegóricas dos elementos narrativos, via nesta descrição uma referência velada equivalente às Sereias de Ulisses, símbolo das dificuldades de navegação de uma determinada parte do trajecto marítimo.

Segundo a geografia restituída por Martins Sarmiento, a viagem dos Argonautas deveria apenas contactar com as Sereias no golfo da Gasconha, lugar em que, na sua crítica à viagem de Ulisses, o investigador havia colocado o episódio, acentuando que o seu carácter sobrenatural e a sua transposição para outro lugar da narrativa quase tornassem irreconhecível essa identificação.

Porém, olhando de perto para as características dessas Hárpias e descontando o exagero poético que sobre elas Apolónio teria exercido, era possível reconhecer duas características que as aproximavam infalivelmente. Por um lado, estas criaturas tinham um comportamento que uma ‘hermenêutica fenomenológica’ faria aproximar da descrição de uma tempestade no meio do mar, aparecendo ‘bruscamente, como súbitas procelas, fuzilando relâmpagos’, interpretação a que daria ainda mais credibilidade o facto de serem os ventos, os responsáveis pela sua aniquilação (Sarmiento 1887a: 151).³¹⁶

Tal como as Sereias fizeram a Ulisses, também as Hárpias deveriam aparecer aos Argonautas no decurso da sua viagem com o intuito de prejudicar o seu progresso, sob a

³¹⁶ A passagem a que Martins Sarmiento se refere é: ‘The Boreads stood nearby so that they could drive them away with their swords when they [the Harpies] swooped down. (...). [T]he Harpies leapt down from the clouds without warning, like sudden storms or flashes of lightning (...)’ (Apolónio de Rodes: 42).

forma de um perigo especificamente associado à navegação, e tal como aquelas, elas são subitamente feitas desaparecer assim que os marinheiros atingem a região em que elas habitam. Uma e outra destas passagens diria, afinal, respeito ao facto de, numa determinada estação do seu roteiro, os marinheiros fenícios terem decidido não incluir nos planos de viagem a passagem por um mar perigoso e traiçoeiro, mas, alternativamente, decidido passar para uma rota que o deixasse a uma distância considerável. Ora, para Martins Sarmiento, apenas num dos tramos da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte teria sido possível uma escolha desse género – a viagem de Corunha até à Bretanha, que tanto se poderia fazer junto à costa do golfo da Gasconha, e assim passar pelos perigos simbolizados pelas Sereias | Hárpias, ou então pelo mar alto e assim escapar a elas definitivamente:

O desespero e a morte das Sereias tem a mesmíssima significação que o desaparecimento das Hárpias. Nem estas desapareceram, nem aquelas morreram, senão para aquelas que, abandonando o caminho pelas paragens em que elas exerciam as suas ferocidades, nunca mais tiveram ocasião de se avistar [Sarmiento 1887a: 151].

A influência de Apolónio, ao deslocar o episódio das Hárpias, isto é, da travessia do golfo da Gasconha, para o intercalar entre o episódio da Bebrícia e do país de Licos, poderia ainda assim ter sido detectado porque, ao fazê-lo, o poeta trouxe consigo a sua primitiva localização, de uma estação imediatamente anterior ao estreito, localização que se reconhece, quer na narrativa efabulada, quer na geografia da viagem atlântica.

Num segundo episódio, elemento absolutamente central da restituição feita por Martins Sarmiento, Apolónio descreve a passagem da *Argo* pelo estreito de saída do mar de Mármara. A importância desta passagem, para o investigador, reside no facto de supostamente revelar na sua contradição interna a sobreposição dos níveis ‘histórico’ e ‘poético’ que lhe seria dado, ao mesmo tempo, pela narrativa da argonáutica fenícia e pela composição que, sobre ela, foi elaborada pela mitografia grega. A passagem, cujos pormenores são fundamentais para que se compreenda inteiramente a estratégia hermenêutica de Martins Sarmiento, é a seguinte:

When they had reached the narrow opening of the winding strait, tightly formed by harsh rocks on both sides, the swirling rush of water surged around the ship as it proceeded, and they voyaged in great fear, for the roar of the rocks crashing together was already a constant din in their ears and the sea-battered cliffs echoed with the noise. Then Euphemos took a position on the prow with the dove in his hand, and the others, taking their instructions from Tiphys son of Hagnias, rowed at a quiet pace in order that they might afterwards have the strength to force the boat through the rocks. As they rounded the last bend, they suddenly caught sight of the rocks opening up, and all their spirits ebbed away. Euphemos sent off the dove to race on its wings, and all of the Argonauts lifted their heads to watch. The bird flew between the rocks which came together again with a great crash; a huge body of spray was thrown up like a cloud, the sea gave a terrible roar, and all around the limitless sky resounded. As the sea surged around the harsh rocks, hollow sea caves boomed within, and the white foam from the thundering wave was hurled high above the cliffs.

Then the current around it took hold of the ship. The rocks caught the end-feathers from the dove's tail, but it escaped safe and the rowers gave a great shout. Tiphys himself screamed at them to row with all their might, for the rocks were opening up again. They rowed in trembling fear until the back-wave on its return washed them into the midst of the rocks. Then the most awful terror seized all of them, for unavoidable destruction hung over their heads. Beyond the rocks they could now see all around the broad expanse of the Pontos, but suddenly a huge, arching wave like a cheer mountain-peak reared up in front of them. When they saw it they lowered their heads and turned away, for it seemed certain to crash down and cover the whole ship; Tiphys, however, eased off on the ship which was struggling under the oars, and the brunt of the wave's force rolled under the keel. It then seized the stern and dragged the ship far from the rocks, carrying it aloft on its surge. Euphemos went among all the companions shouting at them to put all their force into their oars, and they gave a cry as they beat the water. Whatever progress the rowers made, the ship was thrown back twice as far by the surge; as the heroes laboured, their oars bent like curved bows. Then suddenly a wave rushed upon them from the opposite direction, and like a

runaway boulder the ship was tossed on the wild wave ever further through the hollow sea. The eddying current held her in the midst of the Clashing Rocks; on both sides the Rocks shook and thundered, and the timbers of the ship could not move. Then Athena took hold of a mighty cliff with her left hand, and with her right she shoved the ship between the rocks. Like a feathered arrow it shot through the air, and as the Rocks clashed violently together they broke off the tip of the stern-ornament. Athena leapt up to Olympus, after the safe escape of the crew, but the rocks were firmly locked together and rooted in one spot forever; for its was fated by the blessed gods that this would happen whenever any man had survived the voyage through them [Apolónio de Rodes, p. 49-50].

Para Martins Sarmiento, esta descrição da passagem do Bósforo não pode pertencer à narrativa argonáutica fenícia original, por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque não seria admissível, de acordo com as informações que a própria narrativa dos Argonautas providencia, que os Fenícios tenham arriscado pilotar os seus barcos por um estreito em que nunca tinham navegado, sem a ajuda de pilotos locais experientes que os ajudassem. Como se verá, as inúmeras personagens que vão entrando e saindo da *Argo* ao longo da viagem são justamente a referência histórica a estes guias; em segundo lugar, e este tipo de argumentos Martins Sarmiento considera-os usualmente de grande capacidade argumentativa, porque o próprio anti-clímax da narrativa de Apolónio aponta nesse sentido.

Em segundo lugar, ao ler atentamente esta passagem, Martins Sarmiento é de opinião que pode detectar-se uma nítida contradição entre a subtil expectativa de destruição dos primeiros versos, e o carácter prosaico da solução que é encontrada para que a embarcação atravessasse sem dano o estreito. A razão da discrepância é, para o investigador, o resultado esperado da sobreposição de uma efabulação poética, com origem na mundividência grega, da responsabilidade de Apolónio, à crueza dos factos da narrativa histórica concreta da argonáutica fenícia, em que o autor anónimo admitiria que a passagem do estreito que abriu o Mar do Norte aos seus barcos se teria efectuado sem nenhuma dificuldade. Assim, Apolónio não podia deixar de incluir uma narrativa de clímax à passagem do estreito por parte dos Argonautas – a sua condição de grego nunca lhe permitira agir de outro modo; e, mais, teria de incluir este episódio, que

segundo a argonáutica fenícia ocorreria apenas no fim da viagem, para momentos bem anteriores, porque o único estreito que a topografia pântica lhe poderia proporcionar antes do fim da viagem, era justamente o Bósforo.

O episódio de Dipsaco, imediatamente seguindo o da ilha da Tínia, contém um elemento a que Martins Sarmiento dá alguma importância, por ver nele a demonstração da localização no sudoeste da Península Ibérica de todos os episódios que Apolónio coloca já depois da passagem do estreito.

[T]hey [the Argonauts] turned to the unremitting labour of rowing. Soon they passed by the swift stream of the river Rhebas and the peak of Kolone, and not long afterwards the Black Promontory, and after it the mouth of the Phyllis. There in former times Dipsakos received the son of Athamas in his house when he was fleeing on the ram from the city of Orchemenos. (...) As the Argonauts went past, they saw the shrine and the broad banks of the river (...) [Apolónio de Rodes: 51].

Martins Sarmiento tem algumas dificuldades em adequar a topografia descrita nesta passagem com a região que pretende com ela associar na sua geografia restituída. Mas, como é usual na sua estratégia hermenêutica, despede essa dificuldade assumindo que os pontos que não servem à sua hipótese são adições poéticas dos mitógrafos gregos, na ânsia de adequar a narrativa grandiosa dos Argonautas à sua realidade geográfica.³¹⁷

O que para Martins Sarmiento é mais relevante nesta passagem é a referência à foz de um rio, que só pode situar-se entre Onoba, o país de Licos, e o cabo de S. Vicente, em que irá situar a ilha de Tínia, estação seguinte na viagem dos Argonautas. Ora um rio nestas condições, com a dimensão ali especificada, e a que se associa a existência de um templo ou de um santuário, leva Martins Sarmiento a identificar, o Phyllis com o Anas, e o templo de Dipsaco com o Zéfiris do périplo fenício.³¹⁸

³¹⁷ ‘As poucas, ou digamos mesmo, as *pouquíssimas* analogias entre o Dipsaco de Apolónio e o Zefíridos do périplo fenício do século VI não nos detêm um momento; porque sendo o episódio muito insignificante e podendo por isso o nosso poeta desfigurá-lo, como faz muitas vezes, misturando-o com as lendas locais do Phyllis, sem denunciar a deturpação (...)’ (Sarmiento 1887a: 147).

³¹⁸ Já se vê que, a partir desta identificação, a circunstância de Frixo pertencer ao grémio tartéssico e vir a desposar uma filha de um monarca do sul da Inglaterra, tem, para Martins Sarmiento, todos os visos de uma verdade histórica, perfeitamente compatível com a migração ‘ligúrica’ que faria de todos estes povos familiares uns dos

No episódio associado à ilha de Tínia, o elemento que mais interessa a Martins Sarmiento é a referência a que ali os Argonautas teriam assistido a um espectáculo que exerceu sobre eles uma forte impressão:

At the time when the immortal sunlight has not yet appeared, but it is no longer quite dark and a faint gleam has pierced the night—the time which those waking call *amphilyke*—at that hour they entered the harbour of the deserted island of Thynias and stepped on to the land, completely worn out by their efforts. The son of Leto, travelling afar from Lykia to the countless race of the Hyperboreans, appeared to them. On both sides of his face golden curls like bunches of grapes waved as he proceeded; in his left hand he carried a silver bow, and his quiver was slung around his back from the shoulder. Under his feet the whole island shook and waves washed over the dry land. At the sight of him the Argonauts were struck helpless; no one dared to look directly into the god's brilliant eyes, but they stood looking down at the ground, and he passed through the air far away out to sea. After a long silence Orpheus finally addressed the heroes as follows: 'Come, let us call this the holy island of Apollo of the Dawn' [Apolónio de Rodes: 51-2].

Deste episódio, retira Martins Sarmiento os elementos que, segundo a sua opinião, favorecem a sua localização inequívoca no sudoeste da Península Ibérica. Em primeiro lugar porque o carácter sobrenatural da descrição do fenómeno que tanta impressão causa aos Argonautas encobre um encontro com um episódio natural associado ao Sol, sendo este, contudo, relativamente pouco usual para merecer um comentário tão alargado na narrativa. A seguir, que se poderia detectar uma contradição no movimento do astro, uma vez que, de acordo com os pontos de origem e destino da viagem de Apolo, o Sol estaria a efectuar um movimento de sul para norte (da Lícia para os Hiperbóreos).

A contradição do movimento do Sol, remete-a Martins Sarmiento para a costumada liberalidade com que Apolónio modificaria as condições iniciais da narrativa fenícia, embora, na cosmologia grega antiga, anterior ao reconhecimento do Oceano exterior,

outros. No âmbito estrito da hermenêutica d'Os Argonautas esse papel caberá aos sucessivos guias que vão auxiliando os Fenícios na sua viagem ao Mar do Norte.

facto de que a geografia grega apenas haveria de tomar conhecimento pelas explorações fenícias, acreditava-se que a Terra ‘era uma superfície plana e o céu uma espécie de redoma que a cobria’, e assim, vendo ‘desaparecer o sol no poente e reaparecer no oriente, não achavam outro meio de explicar o fenómeno, senão supondo que o sol dava a volta pelo norte’ [Sarmiento 1887a: 142].³¹⁹

Para Martins Sarmiento, os dois elementos em discussão, a irregularidade do seu movimento e o carácter ‘impressionista’ do fenómeno descrito apontariam para uma transposição, por parte de Apolónio, de um fenómeno solar que muito haveria de ter impressionado os marinheiros que a ele assistiram, ao ponto de se sentirem obrigados a aplacar os seus receios pela devoção à divindade que o representava.

Difícilmente um nascer-do-sol numa ilha poderia constituir um fenómeno que pudesse impressionar marinheiros, sendo que muitos deles eram justamente também insulares. Porém, a acreditar que o episódio havia sido retirado de uma argonáutica fenícia, então, nesse caso, era possível pensar num fenómeno solar a que marinheiros mediterrânicos, antes de terem dobrado o estreito de Gibraltar, não poderiam nunca ter assistido – o *ocaso do Sol*:

É de advertir que o espectáculo do pôr do sol no Oceano maravilhava realmente os que o contemplavam pela primeira vez, dando origem às mais fantásticas invenções. (...). [O] sol que os Argonautas contemplaram maravilhados foi o sol poente: a hora em que estiveram na ilha, imaginando-o em caminho para os Hiperbóreos, era o crepúsculo da tarde [Sarmiento 1887a: 143-4].

O movimento do Sol perdia, assim, no contexto desta nova interpretação, a irregularidade que o caracterizaria para quem o pretendesse localizar nas costas do Mar Negro. Na costa atlântica do sudoeste da Península Ibérica, entre Tartessos, ou melhor entre as Colunas, e o promontório de S. Vicente, aquele movimento revelar-se-ia inteiramente correcto. Qualquer observador aí situado, veria o Sol desaparecer a ocidente, depois de efectuar uma viagem a sul, e podendo supor que continuaria para o

³¹⁹ Mais tarde, quando o Oceano foi reconhecido empiricamente e incluído na cosmologia, o Sol ‘descia ao oceano, porque então embarcava num navio misterioso e nele circuitava todo o norte até chegar ao oriente, onde ressurgia’, por exemplo, segundo Ferecides ‘emprestaria o seu navio a Hércules, quando ele fez a expedição a Erítia’ (Sarmiento 1887a: 142).

país dos Hiperbóreos, a norte. Para lá do cabo referido, já a ausência forçada da vista de África, impediria que todos os elementos presentes na narrativa se cumprissem simultaneamente.

Na tentativa de identificação da ilha Tínia no vasto tracto do sul da Península Ibérica, a oeste de Onoba, região em que identifica Licos, e cuja intercalação defende, Martins Sarmiento acabará por identificar o cabo de S. Vicente, como o lugar que mais convém à narrativa do episódio de Apolo. Neste cabo, os geógrafos antigos, faziam não só referência a lendas associadas ao pôr-do-sol, como identificavam um culto a uma divindade crepuscular nocturna, que, para o investigador, seria equivalente à que, por necessidades narrativas, Apolónio identificava com uma divindade matinal.³²⁰

Restituída a posição original dos elementos da narrativa, tal como se encontrariam na argonáutica fenícia, ou seja, a exacta apresentação das estações e episódios desde Gades até ao cabo de S. Vicente, situando a terra de Licos ao seu lugar original, *antes do início da narrativa de Fineu*, Martins Sarmiento pode já apresentar a geografia do sudoeste de Espanha que o cenário pântico escondia. As estações que Apolónio nomeava desde Cízico | Gades até Tínia | S. Vicente, e postos pela ordem correcta em que deveriam estar, dizem afinal respeito a uma geografia do sul da Península Ibérica, lugares em que os Fenícios se prepararam, ainda em ambiente familiar, para a viagem verdadeiramente desconhecida que os esperava daí para a frente:

Todas estas deturpações porém foram feitas tão superficialmente, por fortuna nossa, que com alguma paciência e graças aos subsídios de que dispomos, não é extremamente difícil apontá-las e corrigi-las. Como é da parte geográfica que tratamos agora exclusivamente, temos que desde o Estreito de Gibraltar até à ponta do Cabo de S. Vicente, a Argonáutica fenícia, como a reproduz Apolónio, mencionava: Gades; Tartesso; um pequeno reino entre

³²⁰ E onde a Argonáutica de Orfeu situava um templo em que se celebrava o rapto de Prosérpina, fábula em que Martins Sarmiento vê a alegoria do ocaso do Sol: 'Le navire se mit aussitôt à courir sur le flot houleux et nul l'espérait plus réchapper de la mort, car c'était la douzième aurore qui se levait. (...) Lyncée, dont la vue portait loin, aperçut une île couverte d'une pinède et la vaste demeure de Déméter la Souveraine qu'une immense nuée ceint de sa couronne' (*Argonautiques Orphiques*, p. 161). Sobre as lendas associadas ao cabo de S. Vicente, cf. Estrabão ([1969]: Liv. III, 24 ss.).

Tartesso e Onoba, a que o poeta dá o nome de Bebrícia; a Terra de Licos, outro pequeno reino na região de Onoba; um templo na foz do rio Anas; uma ilha na ponta do Cabo de S. Vicente [Sarmiento 1887a: 148-9].

O trajecto da viagem dos Argonautas, que se estende entre a ilha de Tínia | S. Vicente, *terminus post quem* verdadeiramente se inicia o reconhecimento de um mar ignoto, o Atlântico, e a ilha de Ea | Inglaterra, possui, para Martins Sarmiento, elementos descritivos de topografia e da mitologia suficientes para poder determinar com alguma segurança os pontos concretos que são referidos efabuladamente por Apolónio de Rodes. O investigador está ciente que esta ‘geografia da longinquidade’ o leva progressivamente para esferas interpretativas mais distantes das de outras hermenêuticas.³²¹

Nesta parte da viagem, um episódio é especialmente favorecido por Martins Sarmiento – o dos filhos de Deimaco. Segundo a narrativa de Apolónio, a *Argo*, antes de atingir a estação da ilha de Ares, acostou junto à foz de um rio, cujo nome era ‘Halys’. Aqui viviam os filhos de Deimaco

who had become separated from Herakles. When they saw the expedition of heroic men, they came to them and told them truly who they were; they did not wish to remain on that coast any longer, but they embarked on the *Argo* as soon as the Argestes blew [Apolónio de Rodes: 58].³²²

Que conclusões retira então Martins Sarmiento desta suposta efabulação de Apolónio, que possam revelar algum pormenor da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte? Como já se referiu algumas linhas acima, a importância reside no papel que o

³²¹ ‘Da ilha da Tínia até à ilha Aretias nomeia Apolónio todos os rios, promontórios, etc., todos os povos que se encontravam na costa do Euxino desde a Tínia do Ponto até à ilha Aretias, já não muito longe da Cólquida. Foi aqui principalmente que os eruditos exibiram a sua mal empregada ciência geográfica, e tão francamente a copiam dos périplos daquela costa, que em toda esta secção do roteiro nada se oferece de suspeito, a não ser o incidente dos filhos de Deimaco, saberemos logo por quê’ (Sarmiento 1887a: 149-50).

³²² O *Argeste* é um vento de noroeste, inadequado para o trânsito que Martins Sarmiento supõe. Talvez por isso, e ao contrário de outras passagens, não refere este pormenor. Porém, como já se fez referência, a estratégia ‘paradigmática’ do autor, no que diz respeito aos pontos de apoio concretos da geografia, está imersa num contexto de ‘visibilidade motivada’.

investigador atribui aos pilotos indígenas que os Fenícios haveriam forçosamente de engajar para os guiarem na sua primeira viagem por mares desconhecidos.

A realidade histórica deste episódio, tem-na Martins Sarmento como certa por ser aparentemente ‘excrescente’ a uma narrativa puramente poética, uma vez que não chega verdadeiramente a tomar qualquer lugar relevante na acção principal da epopeia. A importância relativa do episódio teria necessariamente de pertencer ao original histórico da viagem dos Fenícios, e aí, sim, deveria ser de uma importância transcendental para que a sua memória tivesse sido perpetuada.³²³

A esta circunstância juntar-se-ia um outro episódio, igualmente improvável e excrescente da narrativa propriamente épica, e que Martins Sarmento ‘recorta’ do lugar em que Apolónio a havia inserido, para o restituir ao seu suposto lugar original, o único compatível com a interpretação que o autor faz da passagem pelo rio Hilas. Teria sido também nas vizinhanças da foz deste mesmo rio que, na viagem de regresso, a Argo deixaria em terra o filho do rei Licos que havia entrado na embarcação dos Argonautas na viagem de ida.³²⁴

Para Martins Sarmento, porém, a viagem de regresso não se faz pelo mesmo caminho do de partida. Sendo assim, na sua opinião, é de presumir que estas duas passagens pela região da foz do rio Halys, que dizem respeito ao embarque dos filhos de Deimaco e ao desembarque do filho de Licos, se refiram a um mesmo episódio da

³²³ ‘Nada mais insignificante à primeira vista que este incidente, porque nele apenas se conta que num certo ponto da viagem, três filhos de um tal Deimaco Triceu se resolveram a acompanhar os Argonautas na sua expedição. Mas, não havendo sombra de razão para acreditar que Apolónio se pusesse a fantasiar uma coisa tão banal, força é admitir que ele não inventa, mas copia, e neste caso também mal se acredita que o facto original, a ser tão sem alcance como o faz o nosso poeta, tivesse a fortuna de se perpetuar’ (Sarmento 1887a: 153).

³²⁴ É de facto uma referência aparentemente fortuita, e que só a atenção analítica que, em Martins Sarmento, a visibilidade do ‘paradigma prévio à teoria’ pode justificar ‘Out in the front of them a furrow of radiant light in the heavens marked the path they must take. They left Lykos’s son there and joyfully sailed across the sea with billowing sail, their eyes fixed on the mountains of the Paphlagonians. They did not go round past Karambis since both the breezes and the gleam of heavenly fire stayed with them until they reached the great stream of the Istros’ (Apollonius, *Jason and the Golden Fleece*, p. 105-6). É um caso muito claro de como, no contexto da construção de uma teoria, são por vezes os pequenos pormenores que não são directamente iluminados pelo paradigma dominante, vêm a brilhar com uma luz intensa pelo facto de serem escolhidos especificamente como ‘experiência crucial’ de um paradigma alternativo. O que pode dizer-se, sem dúvida, e em abono da teoria interpretativa de Martins Sarmento, é que toda esta parte da narrativa dos Argonautas seria a mesma se se procedesse à supressão pura e simples de parte da frase: ‘They left Lykos’s son there and joyfully sailed...’.

memória histórica da viagem dos Fenícios. Apolónio, por ter repetido as estações do Mar Negro, trajecto comum, na sua ‘geografia euxina’, das viagens de ida e de regresso, teria separado artificialmente os dois episódios, dando-lhes, por isso mesmo, um carácter excrescente e quase incompreensível na sua narrativa.³²⁵

Restituída a narrativa do desembarque do filho de Licos à sua verdadeira posição histórica, tudo fica, na interpretação de Martins Sarmiento, bem mais claro. Estando a região da foz do rio Halys, segundo a restituição feita pelo investigador, a montante da ilha de Ares, que supõe já na Bretanha, e especificamente no Canal da Mancha, a jusante da ilha de Tínia | S. Vicente, o autor vê nesta excrescência narrativa, quando considerada do ponto de vista de Apolónio, um facto da maior importância, se considerado do ponto de vista da viagem inaugural de marinheiros mediterrânicos num mar atlântico que em absoluto desconheciam – a substituição progressiva dos pilotos indígenas, que se iam substituindo uns aos outros, consoante as necessidades específicas da navegação o exigiam:

Agora a singularidade de vermos estes homens [os filhos de Deimaco] resolverem-se a partilhar sem motivo algum os perigos de uns navegantes desconhecidos, ao mesmo tempo e no mesmo lugar em que o filho de Lyco, encarregado por seu pai de os proteger eficazmente, os deixa para voltar ao seu país, suscita naturalmente a dúvida se os três filhos de Deimaco não entraram para a nau, no momento em que sai o filho de Lyco, porque este obteve deles que continuassem do falso Halys por diante o papel que ele desempenhara até ali, porque os novos protectores dos Argonautas *eram mais práticos* que ele na navegação que vai seguir-se. Que navegação era essa? Impossível sabê-lo ao certo, porque é impossível saber que estação ou que rio Apolónio substituiu pelo Halys [Sarmiento 1887a: 155].

Apesar da ‘modéstia epistemológica’ de que Martins Sarmiento dá testemunho no final desta passagem, não temos dúvida em reconhecer no seu espírito qual a geografia imaginativa que, consciente ou inconscientemente, se desenha por trás desta sua

³²⁵ ‘Fosse qual fosse a verdadeira estação substituída pelo Halys, ela não podia deixar de ficar para aquém do verdadeiro estreito, o Passo de Calais, e é bem sabido que, por não poderem romper pelo estreito, é que os fugitivos se escaparam pelo Reno e Ródano. Os Argonautas não podiam pois passar a segunda vez pelo suposto Halys para aí deixarem o filho de Licos’ (Sarmiento 1887a: 154).

interpretação sobre o episódio do embarque dos filhos de Deimaco. Os guias, que a narrativa de Apolónio alegoriza nos filhos de Deimaco, íntimos de Hércules, não são mais do que um dos representantes dos povos da corrente de colónias dos Estrímnidos, os mesmos que viviam em íntima relação com os Lígures de Tartessos e os Albiões de Inglaterra, esse ‘povo intermédio’ que dominava como ninguém as rotas da travessia do mar alto entre a Corunha e a Bretanha: enfim, os antepassados dos Lusitanos.

Feita esta identificação, a restituição a que Martins Sarmiento se propõe esclarece-se naturalmente. Estes guias são os que antecedem a viagem das Sereias, alegoria da travessia do Golfo da Gasconha, ou Biscaia, em que a crítica do autor as havia situado. A razão por que o filho de Licos deve sair da embarcação dos Argonautas e dar lugar aos filhos de Deimaco tem afinal esta razão de ser muito natural, do ponto de vista de uma viagem no Atlântico: a substituição de um piloto, ou um guia, que mais bem conheceria os pormenores da viagem entre S. Vicente e a Corunha, embora detivesse a informação geral sobre a viagem até o seu termo (o filho de Licos, com outras variantes nas diversas narrativas épicas), por um outro, ou outros, a quem se entregaria a missão específica de levar as embarcações fenícias a ousarem cruzar a rota do mar alto. A estes guias, e a nenhuns outros, deveria então atribuir-se a informação sobre as Sereias, ordem narrativa original que Martins Sarmiento vê fragmentada e arbitrariamente recomposta na narrativa de Fineu, personagem que tomaria assim conta de atributos históricos dos vários informadores que se sucedem na viagem.³²⁶

É de ver que com a deslocação e com a profunda deturpação do episódio das Hárpias, se os filhos de Deimaco, primitivamente estavam de algum modo ligado a elas, todos os laços ficaram cortados e o papel dos três peritos sem um fim determinado, insignificante em suma, como hoje nos aparece [Sarmiento 1887a: 156].

³²⁶ ‘Os leitores perceberam já aonde nós queremos chegar com estas observações. Não serão os filhos de Deimaco os práticos que informaram os mareantes da perfídia das Sereias ou Hárpias, indicando-lhes o caminho por alto mar, que sabiam ser costume seguir, para evitar aqueles perigos? Claro que não damos a esta opinião senão o valor de uma hipótese; mas em investigações da natureza da nossa nada se pode desprezar. (...). A mesma ou igual sorte teve, como já vimos, o rei Licos, reduzido pelo fantástico Fineu a um personagem muito secundário’ (Sarmiento 1887a: 156 e 156).

Martins Sarmiento não o diz claramente, mas este é um ‘tipping point’ da narrativa restituída da viagem dos Argonautas. Neste momento, a viagem dos Fenícios, a que inaugura a presença dos povos mediterrânicos no Oceano Atlântico, e que a efabulação dos poetas gregos quase torna irreconhecível, traz para o palco da História da Antiguidade, os povos quase desconhecidos da fachada ocidental da Península Ibérica. Pela primeira vez, e é impossível não se sentir essa tensão específica na escrita de Martins Sarmiento, o território em que o autor exumava as provas de uma população antiga, sob a forma de cidades fortificadas e de monumentos sepulcrais, era referido, nas páginas da História, ainda que sob a forma velada da alegoria.

Sem chegar nunca a dizê-lo, Martins Sarmiento, quando se refere ao rio Halys, em cuja região os Fenícios recrutariam, a conselho dos guias que os acompanhavam desde Tartessos, os pilotos que lhes ensinariam o caminho da travessia directa entre a Corunha e o Canal da Mancha, é num rio da Lusitânia que pensa; talvez a foz do Ave, rio em cuja margem se ergue Sabroso, ou do Minho, rio cuja homonímia com os heróis da Grécia havia já induzido em pensamentos semelhantes muitos autores de tempos mais antigos.³²⁷

Após o episódio dos filhos de Deimaco surge, na narrativa de Apolónio, o da estação da ilha consagrada a Ares, muito sublinhadamente referido na restituição de Martins Sarmiento. Tal como no episódio anteriormente referido, também a questão dos guias dos Fenícios é aqui central para o investigador. Se o filho de Licos representava o ou os pilotos que auxiliavam os Fenícios na primeira parte da viagem; se os filhos de Deimaco eram, sob a forma da alegoria, os experientes ‘práticos’ que podiam assegurar uma segura travessia por mar alto entre a Corunha e a Bretanha, então, surge-nos agora Argus, nada menos que o próprio neto de Aetes, o rei do mais importante povo da ilha da Grã-Bretanha, como o guia necessário na última etapa da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, aquela que continha a passagem mais temida pelos marinheiros

³²⁷ Dissemo-lo atrás e queremos repeti-lo. Nada, na narrativa de Martins Sarmiento distingue, de que maneira for, esta suposição que aqui fazemos. É um intuição que surge da leitura continuada da sua própria obra, mas que ele muito explicitamente não sanciona: ‘No entanto a verdade é que tudo isto não passa de uma hipótese; e que, mesmo sendo mais do que isso, fora perder tempo tratar de saber, com os dados que fornece Apolónio, que estação na costa ocidental da Espanha podia corresponder ao sua Halys’ (Sarmiento 1887a: 156).

mediterrânicos – o estreito das Colunas. A costumada efabulação a que Apolónio, segundo a interpretação de Martins Sarmiento, submete a narrativa histórica original da viagem dos marinheiros mediterrânicos, não é suficiente, segundo o investigador, para entenebrecer totalmente os atributos que pertencem originariamente à narrativa histórica. A ilha de Ares, localizada por Apolónio no litoral do Ponto Euxino, é para Martins Sarmiento uma ilha das costas da Bretanha, já em pleno Canal da Mancha.³²⁸

Nas referências que Apolónio faz à ilha de Ares, muitas são, segundo Martins Sarmiento, adições do poeta, baseadas nas informações etnográficas das regiões do Ponto Euxino, onde pretende ver o cenário das aventuras dos Argonautas. Porém, entre essas informações, existem alguns elementos que o autor acredita terem passado directamente da narrativa original para o poema de Apolónio, e que assim diriam respeito à ilha do Canal da Mancha e não à do Mar Negro, que a viria a substituir e herdar os seus atributos: tem a ver, sobretudo, com a informação de que nesta ilha existiria um santuário sem tecto, construído pelas Amazonas que, habitando no continente em frente da ilha, ‘vinham ali fazer as suas devoções e sacrifícios’ (Sarmiento 1887a: 158).

Esta descrição coincidiria com uma equivalente de Dionísio Periegeta referente a uma ilha das costas da Bretanha, célebre pelas festividades que nela se faziam por mulheres em honra uma divindade orgíaca. As tradições desta ilha, que a tradição erudita haveria de identificar com a ilha dos Namnetes, na foz do Líger, tinham, na opinião de Martins Sarmiento, uma significativa coincidência com a descrita por Apolónio: ‘uma das suas costumeiras era deixar o templo do deus a descoberto, tirando-lhes as peças do tecto’.³²⁹

³²⁸ Embora, para Martins Sarmiento, em ‘parte alguma, como aqui, é para lamentar processo usado por Apolónio de misturar notícias de duas fontes diferentes (...)’ (Sarmiento 1887a: 157). Não é muito claro se Martins Sarmiento se refere às propriamente chamadas Ilhas do Canal, Guernsey e Jersey, ou se se poderia referir às Scilly ou até à Ilha de Wight, mais próxima da costa da Inglaterra. Para o caso aqui presente, porém, essa é uma minúcia que não interfere com o sentido global que o autor pretende dar à narrativa: o fundamental é que seja qual for a ilha em questão ela se situe antes das ‘Colunas de Hércules’, *i.e.*, o Pas-de-Calais.

³²⁹ ‘Posidonius affirme qu’il y a dans l’Océan une petite île (...) habitée par les femmes des Samnites possédées de Dionysos et voultées à apaiser ce dieu par des rites mystiques et par toutes cérémonies sacrées. Aucun homme ne met le pied sur cette île; en revanche, les femmes elles-mêmes traversent l’eau pour s’unir à leurs maris et s’en

Da equivalência das duas histórias, ainda que se queira ver nela a comunidade de origem do culto ali referido, não pode dilucidar-se se a ordem de aculturação foi num sentido se no outro. Porém, um segundo indício vai tornando mais segura a identificação da ilha britânica com o suposto original da narrativa fenícia como o lugar destas tradições. Este indício seria dado pela passagem da narrativa da viagem dos Argonautas, na qual se refere uma estranha ‘tempestade de penas’ por que os heróis tiveram de passar neste mesmo episódio, e na qual o autor vê a alegoria de uma tempestade violenta de neve ou granizo, pela qual só poderia passar uma embarcação que navegasse em latitudes próximas da zona frígida da Terra.³³⁰

Garantida, pela presença dos guias ‘ingleses’, alegorizados nos netos do rei Aetes, a passagem tranquila do Pas-de-Calais, cuja substituição, na efabulação do perigo da viagem ‘inaugural’ necessária no âmbito da mundividência grega de Apolónio, levou, segundo Martins Sarmiento, à desorganização de toda a narrativa original da argonáutica fenícia, os marinheiros mediterrânicos atingem finalmente o termo da sua viagem de ida: o país dos Albiões, a origem do mercado do estanho, que no poema de Apolónio se descreve como um cais de embarcações, na foz de um rio, em cujas margens se ergue a cidade de Citaia:³³¹

A tétrica pintura não passa de um produto de pura fantasia. A propósito da mesma passagem, mencionada nos Errores, e onde o estreito aparece ladeado

retournent ensuite. La coutume veut qu’une fois par an elles enlèvent le toit du temple et en refassent un le même jour, avant de coucher du soleil, chacune y apportant sa charge de matériel’ (Estrabão [1969]: Liv. IV, p. 163).

³³⁰ ‘They passed the Mossynoikoi and spent the day rowing near the island of Ares which faced them, as the soft breeze had dropped in the early half-light. Soon they saw darting through the air one of the birds of Ares which inhabited the island; it shook its wings at the ship’s path and shot a sharp feather at it. (...). On their heads they placed the bronze helmets with their terrible gleam and the scarlet crests which waved in the air. Every second man rowed while the others concealed the boat beneath their lances and shields. As when a man covers his roof with tiles, both as an ornament for his house and to keep out the rain, and each tile fits exactly beside the next one, so did they cover over the ship by fitting the shields together’ (Apollonius, *Jason and the Golden Fleece*, p. 60-1). ‘Estas penas eram da mesma espécie das que choviam na Cítia e nas quais Heródoto já via flocos de neve, se não eram uma “chuva de pedras”, como a da Heracleia’ (Sarmiento 1887a: 159).

³³¹ ‘No trajecto de uma a outra nenhum alusão há, já se vê, aos perigos do Passo de Calais que os expedicionários tinham de atravessar. Nós sabemos já onde Apolónio e a sua escola foi localizar o estreito verdadeiro, e quanto aos perigos da sua travessia, eles não podiam ser pintados com mais negras cores do que o fez o nosso poeta’ (Sarmiento 1887a: 159-60).

nada menos que por Cila e Caríbde, já fizemos notar que os companheiros de Ulisses nem sequer desconfiaram de que iam navegando por entre aqueles dois monstros, e o mitógrafo ficou deste modo mais fiel à verdade, porque a verdade foi que os Fenícios atravessaram o Passo de Calais sem a menor contrariedade. Apolónio, sem o querer, dá-nos a explicação do facto: é que desde a ilha Aretias por diante a nau dos Argonautas foi confiada à ‘perícia’ de Argus, que devia estar cheio de conhecer os perigos do estreito e a maneira de os evitar.

Cumpria-se assim, na restituição de Martins Sarmiento, a etapa correspondente ao terceiro guia. Os marinheiros mediterrânicos, aconselhados inicialmente por um guia ‘andaluz’, dobraram o limite do mar de Cádiz e internaram-se em pleno Atlântico, mar até aí por eles desconhecido; da foz de um rio da Lusitânia ocidental, um guia ‘lusitano-galego’ providenciaria que pudessem então singrar a rota do mar-alto, desde o NW da Península Ibérica até uma ilha do Canal da Mancha; finalmente, um guia ‘inglês’ providencia à embarcação dos Fenícios passar pelo estreito deste canal sem que algum mal lhes sobreviesse.

O termo da viagem é Citaia, uma cidade que Apolónio refere como ficando no extremo oriental do Mar Negro, na Cólquida. Para Martins Sarmiento, é na costa oriental da Inglaterra que há de procurar-se a sua equivalente histórica. A sua probidade epistemológica não lhe permite ir mais longe do que afirmar que o rio que em Apolónio toma o nome de Fásis não é outro senão o Tamisa.³³² Mas quem o lê, compreende, que para Martins Sarmiento, esta cidade, que ao redor do século doze dominava inteiramente o comércio do estanho, ao ponto de os mais poderosos mercadores do Mediterrâneo se aventurarem por todo o Atlântico com o intuito apenas de participar no lucro do seu comércio, é uma ‘Londres pré-histórica’, uma capital económica do ocidente antigo.

Entre o momento de chegada dos marinheiros mediterrânicos à foz do rio Fásis, até ao momento em que partem em fuga, perseguidos pelos navios dos Colquídeos, a argonáutica de Apolónio inclui, no que constitui um livro inteiro do seu poema, o terceiro, toda a narrativa relativa à estadia dos Gregos na corte de Aetes, as desventuras

e perfídias de Medeia e Calcíope, das quais se aproveita Jasão para tomar o Velo de Ouro. Escusado será dizer que esta narrativa tem um escasso interesse para a interpretação de Martins Sarmiento, que vê nela apenas a efabulação dos contactos propriamente comerciais entre Fenícios e Albiões. Convém, no entanto, dizer que o investigador vê nesses sucessos o eco de situações historicamente vivenciadas, o que virá a configurar um dos momentos mais difíceis de interpretar da historiografia sarmentiana.³³³

Se a geografia apoloniana desvirtua, na interpretação de Martins Sarmiento, a viagem dos Fenícios entre Tartessos, estreitando-a nos limites do Mar da Mária e do Mar Negro, mais o irá fazer, segundo o investigador, na parte referente à viagem de regresso, da ilha de Ea até à foz do Ródano. Esta distorção será tão mais violenta, porquanto o poeta grego pretende incluir nela uma geografia ‘italiana’, associada às estações do Adriático.

Para levar a cabo a restituição desta parte da argonáutica fenícia, e porque os cenários agora escolhidos respectivamente por Apolónio, o Adriático, e por Martins Sarmiento, a foz do Reno, são em tudo incomensuráveis, leva a que o investigador opte por uma estratégia hermenêutica de redução ao absurdo das localizações do primeiro:

Começaremos por expor os factos, como os achamos em Apolónio, e depois de averiguar que eles são tão absurdos no cenário que o poeta lhes imagina, quão simples e naturais no que é exigido pela nossa crítica, ao passo que formos descortinando a causa das suas aberrações, iremos vendo como a verdadeira geografia se restaura, a bem dizer, por si mesma (Sarmiento 1887a: 163).

³³² ‘Descer a mais individuações seria entrar no terreno das hipóteses, de que, como o leitor tem visto, nos havemos abtido o mais que podemos’ (Sarmiento 1887a: 161).

³³³ A fusão entre os elementos efabulados e os supostos originais históricos de que supostamente dão conta, é levada a cabo por Martins Sarmiento a uma minúcia que deixa transparecer uma das componentes principais da sua ‘filosofia da história’. O papel que, por exemplo, é reservado às acções individuais das personagens como tendo um papel preponderante nos resultados práticos de uma viagem de carácter comercial, como a que aproximaria os interesses de Fenícios e Albiões, permite reconhecer na narrativa d’*Os Argonautas* de Martins Sarmiento, quase uma expressão do ‘romance histórico’, que o Romantismo haveria de popularizar entre os historiadores e o público de meados do século dezanove, e a que Herculano daria um impulso inicial.

Os Argonautas são obrigados, por circunstâncias que se prendem com a intriga política entre os Albiões, a fugir do ancoradouro na foz do Tamisa aonde os guias ‘ingleses’ os haviam trazido no termo da primeira viagem. Com eles embarcam alguns elementos dos Albiões, e entre eles nada menos que a filha e os netos do rei. A narrativa de Martins Sarmento adensa-se bastante no que diz respeito a esta última parte da viagem dos Argonautas. O leitor fica com a sensação, que não existe tanto na primeira parte, de que os universos ficcional e histórico têm limites muito pouco precisos. Em todo o caso, é a um dos netos do rei Aetes que os Argonautas devem a informação de um ‘caminho continental’ que lhe permitiria passar do Mar do Norte para o Mediterrâneo, evitando assim ter de regressar pelo mesmo trajecto.³³⁴

Na narrativa apoloniana, os marinheiros da *Argo* atravessam todo o Mar Negro para fugir à frota dos seus perseguidores, até atingir a foz do Ister, rio que a mitografia e a erudição posteriores consideram ser o Danúbio. Na travessia do Mar Negro pelo mar-alto, que Martins Sarmento não hesita em considerar como impossível, dada a técnica de navegação grega dos tempos pré-homéricos, vê o autor a referência histórica da travessia do Mar do Norte desde a foz do Tamisa até à foz do Reno, exactamente o mesmo trajecto que havia já identificado para a viagem de Ulisses, entre Ea e o País dos Cimérios.

Na foz do Ister, os Argonautas são encurralados pelos navios perseguidores. Na geografia fantástica de Apolónio, a frota de Aetes ter-se-ia dividido em duas, uma das quais persegue directamente a *Argo* pela foz do Ister, enquanto outra se dirige ao estreito do Bósforo, pelo Mar da Mármara e os Dardanelos, contorna a península grega até se internar pelo Adriático, esperando pela *Argo* que magicamente há-de surgir por um rio imaginário que, a partir do curso alto do Danúbio, os lançaria também naquele mesmo mar.

A hermenêutica de Martins Sarmento restitui de uma forma muito simples a geografia histórica que se esconde sob a efabulação de descrição de Apolónio. Em primeiro lugar, não seria ao Danúbio que a geografia argonáutica se referiria, mas ao

³³⁴ Assim, por exemplo, em nenhum lugar é perfeitamente aclarado, se a presença de Medeia e dos netos de Aetes na *Argo*, são apenas o símbolo de uma informação que é providenciada aos Fenícios sobre o ‘caminho continental’, se neles se alegoriza a presença de guias ou pilotos que os acompanhavam, ou se são alguns dos próprios elementos da família reinante dos Albiões que acompanham os Fenícios na sua viagem de regresso.

Reno, cuja desembocadura em vários braços, tal como a do Danúbio, facilmente se prestaria a confundir-se. Em segundo lugar, a divisão da frota dos Albiões em duas esquadras, percorrendo caminhos tão disparatadamente diversos, tem todo o sentido neste novo cenário, porque seria, para o autor, muito natural que uma frota em perseguição de uma outra, que se interna no delta de um rio, se divida para que uma das esquadras fique a guardar a saída inevitável do navio fugitivo para o mar, enquanto a outra percorre o delta em sua procura. Assim, para Martins Sarmiento, a diversidade que Apolónio aponta para os trajectos das duas esquadras, resultantes da divisão da frota dos Albiões, ganha inteiro sentido se for translocada para a foz do Reno, rio que manifestamente se dividia em dois braços, entre os quais se desenhava uma ilha que ainda existia no tempo dos Romanos, a mesma ilha em que a narrativa de Apolónio situava o encontro de perseguidores e perseguidos:

A Peuce de Apolónio converte-se então numa ilha, formada pela separação dos dois braços do Reno, chamada no tempo dos Romanos “Batavorum insula” (...). Todas estas notícias, por isso que contrariam o seu modo de ver [de Apolónio], não são coisas da sua lavra; são incontestavelmente copiadas da velha legenda; e temos então que pelas suas próprias revelações a ilha onde se deu o conflito dos Argonautas e de Absirto, nem foi a Peuce do Danúbio, nem uma ilha da Ístria, mas uma ilha habitada por uns Feácios do Mar do Norte, em suma a Feácia da Odisseia. A primeira Absírtide é pois a Feácia da Odisseia, a Batavia dos Romanos, e o nosso poeta, para se compor com os seus prejuízos, teve de a cindir em duas, a Peuce do Danúbio e uma ilha do Adriático, dispersando por ambas os incidentes do episódio [Sarmiento 1887a: 171].

A narrativa de Apolónio faria ainda referência a uma segunda ilha, lugar em que o almirante dos Colquídios seria assassinado por Jasão, sob influência da astúcia de Medeia. Nela, o investigador parece ver a reprodução de um facto histórico, ainda que não fiquem muito claros todos os pormenores em que se desenvolve a alegoria.

A ilha em que Absirto morre, a que Martins Sarmiento chama ‘segunda Absírtide’, por oposição à anterior, que se situava entre os dois braços da desembocadura do Reno, era colocada pela geografia de Apolónio, igualmente no Adriático; na restituição levada a cabo pelo investigador, podia concluir-se, pelos elementos propriamente narrativos

que a ligavam à anterior, que ela estaria igualmente no perímetro do bloqueio que a frota dos perseguidores impunha aos perseguidos. Deveria, portanto, tratar-se de uma ilha situada igualmente na foz do Reno, mas em posição mais interior do que a primeira.

Tendo perfeita noção de que a morfologia da foz do Reno é de uma grande instabilidade e de que o seu aspecto pode, num espaço de cerca de trinta séculos modificar-se inteiramente, ainda assim Martins Sarmiento não resiste em fixar nos contornos do presente a geografia histórica do passado.³³⁵ Os elementos descritivos presentes em Apolónio, o facto da ilha ser deserta, de aí se consagrar a uma divindade infernal (alegoria presente no facto de Medeia ser uma sacerdotisa), a presença de uma ilha pútrida, atributos que o investigador reconhece nos elementos que a viagem de Ulisses identificava no País dos Cimérios, conduzem o autor igualmente a valorizar uma narrativa histórica de uma viagem fenícia ao Mar do Norte. A partir desta identificação, e numa estratégia de restituição na qual não é impossível reconhecer alguma circularidade interpretativa, uma tautologia, o autor admite que a geografia histórica que mais se adequa à ‘segunda Absírtide’ é um vasto tracto de terra que se estende na confluência ‘do Vahalis e do Mosa’ (Sarmiento 1887a: 173).

Uma terceira ilha encerra, na narrativa de Martins Sarmiento, o episódio da perseguição e fuga dos Fenícios, nas imediações da foz do Reno. A ‘última das Eléctridas’ seria a ilha em que acostaram os Argonautas a sua embarcação, após terem sido capazes de furar o bloqueio que a frota dos Colquídios lhes impunha na foz de um rio, que a mitografia de Apolónio fazia situar no Adriático. Segundo esta mitogeografia, esta ilha antecedia o estreito pelo qual os marinheiros da *Argo* pretendiam atingir de novo o caminho de regresso.

A geografia restituída de Martins Sarmiento conjuga as duas ordens de informações para concluir que se está em presença de uma ilha que se encontra em posição mais longínqua em relação à foz do Reno, em direcção ao Pas-de-Calais. A sua interpretação recolhe, neste âmbito, dois argumentos importantes: por um lado, na foz do Pó, rio que os mitógrafos, escoliastas e eruditos posteriores identificam com o Erídano da lenda,

³³⁵ ‘As bocas do Reno têm sofrido tais alterações que seria quase insensata a ideia de querer precisar uma localidade tão mal determinada pelo nosso poeta’ (Sarmiento 1887a: 172).

não existe qualquer ilha;³³⁶ por outro, o próprio Apolónio refere, no contexto deste episódio, que os Colquídios, quando em perseguição dos Argonautas, ‘estavam dispostos a procurar o inimigo por todo o Mar Saturnio’, sendo que a evocação de Saturno ou Crono era utilizada na geografia da Antiguidade para designar o Mar do Norte (Sarmiento 1887a: 174).³³⁷

No Mar do Norte, as ilhas que possam existir entre a foz do Reno e o estreito de Calais são apenas as que pertencem ao delta do rio. Por isso, Martins Sarmiento não hesita em identificar a ‘última Eléctrida’ da lenda com a última das ilhas que os braços do rio desenham no litoral dos Países Baixos, derivando daí mais uma informação que respeita ao trajecto dos Fenícios. A única razão por que os Fenícios se dirigiram de novo na direcção do estreito seria a convicção de que este podia afinal ter sido reaberto. Ao constatar que tal não sucedia foram obrigados a escolher o caminho fluvial do Reno e Ródano para regressar a casa.

Neste momento apenas gostaríamos, como aconteceu nas releituras das interpretações que Martins Sarmiento faz das restantes lendas gregas, com que suporta a sua argonáutica fenícia, de sublinhar a profunda translocação geográfica a que o autor submete a viagem ‘adriática’ dos Argonautas:

E aqui está como de uma travessia da costa oriental da Inglaterra para a foz do Eridano, Reno, e das cenas passadas em duas ilhas da foz do Eridano e numa outra sobre o Mar do Norte, Apolónio ou a sua escola engenhou a mais que fantástica fuga dos Argonautas, rompendo, através do Euxino, da Cólquida para a foz do Danúbio, do Danúbio para o Adriático, até pararem nas imediações do seu Eridano, o Pó. Mas não podia ser de outro modo,

³³⁶ Martins Sarmiento sublinha a contradição, fazendo uso da autoridade mesma de Estrabão: ‘La domination de Diomède sur la Mer Adriatique est attestée par les îles de Diomède et par l’histoire des Dauniens et d’Argos Hippium. Nous n’en rapporterons ici ce qui éclaire notre description et nous laisserons de côté, comme il convient, la plus grande partie, qui consiste en mythes et en inventions telles que le récit de Phaéton et des filles du Soleil métamorphosées en peupliers noirs sur les bords de l’Éridan, lequel n’existe en aucun endroit de la terre, encore qu’on le dise voisin du Pô, et des pintades qui y vivraient, *car il n’existe rien de pareil non plus dans ces lieux*’ (Estrabão [1969]: Liv. V, p. 48-49). A localização da ilha ‘fantasma’ continua presente na geografia interpretativa da Argonáutica de Apolónio, como se pode ver nos mapas que acompanham comentários recentes à obra do poeta: e.g., Hunter (1993): ix-xxxi, e mapas anexos.

³³⁷ ‘When the Colchians realized that their leader had been killed, they hastened to search for the Argo and the Mynians over the whole area of the sea of Kronos (...)’ (Apolónio, Jason and the Golden Fleece, p. 110-1).

desde que para os Gregos o ponto de partida era a Cólquida, o rio demandado pelos fugitivos era o Danúbio, e o Eridano, onde realmente se tinham passado as principais peripécias da perseguição e o seu desenlace, tinha sido identificado com o Pó. Mas não é manifesto que só unicamente por seguir passo a passo a narrativa histórica foi possível encadear esta aturada série de absurdos? [Sarmiento 1887a: 175].

A partir desta identificação, toda a narrativa subsequente de Apolónio é reformulada segundo os princípios desta identificação e ganha um sentido renovado na restituição de Martins Sarmiento. Referimo-nos às estações e episódios que se intercalam (para Martins Sarmiento esta é a palavra apropriada) entre a fuga da ‘última das Eléctridas’ e a chegada à corte de Alcínoo.

Segundo a narrativa de Apolónio, quando os Colquídios pretendem perseguir os Argonautas pelo Mar de Crono, uma divindade olímpica destroça a sua frota e frustra os seus intentos. No contexto, que já referimos, de uma concepção da narrativa que se aproxima bastante da do ‘romance histórico’, Martins Sarmiento traduz esta locução poética de Apolónio como a alegoria de uma tempestade a que a argonáutica fenícia faria menção, por ter sido importante para a fuga com sucesso.

Os Argonautas | Fenícios, constatando que a passagem do estreito lhes estava interdita, regressam à foz do Reno e entregam-se à boa vontade do monarca da região. Para o investigador, estes são, naturalmente, os Lígures que o périplo da *Ora marítima* ali identificava e que, mais tarde, seriam expulsos pelos Celtas, quando estes passaram da Escandinávia na direcção da Europa central. E é esta situação histórica que o autor acredita ser alegorizada na chegada dos marinheiros à corte de Alcínoo e Arete.

Neste episódio, dois elementos narrativos são bem um exemplo de como o idealismo histórico de Martins Sarmiento habita plenamente a sua historiografia. O modo como simples pormenores pessoais ou narrativos tomam lugares tão proeminentes na sua teoria mostra, de modo inequívoco, qual a filiação historiográfica do investigador. Por um lado, os perseguidores albiões, ao darem-se conta de que não podiam levar a bom termo a perseguição que moviam aos barcos fenícios, ‘não se atreveram a voltar à sua pátria, por medo da vingança de Aetes [e] domiciliaram-se por ali’. Também, Martins Sarmiento não considera estranho, ao forçar a identificação dos Hilenses com os Feácios e com a corte de Alcínoo, que os aqueles ‘pouco favoráveis aos seus hóspedes, durante

a vida de Absirto, mudaram de tal a sorte, que “excogitavam com eles o caminho a seguir” (Sarmiento 1887a: 176). Num e noutro caso são circunstâncias absolutamente paradoxais que autorizam a dinâmica de interpretação histórica. A historiografia de Martins Sarmiento, sobretudo a que se revela nos episódios referentes à viagem dos Argonautas ao Mar do Norte, é de uma inteira e total antropomorfização, ou melhor, ‘heroicização’, em que as personagens, consideradas individualmente, e ao sabor dos seus caprichos e atitudes individuais, fornecem a explicação de eventos com a importância da do estabelecimento de uma rede comercial do estanho entre os Fenícios e os povos do Mar do Norte.³³⁸

No esforço de restituição integral das narrativas lendárias com a viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, Martins Sarmiento sente a necessidade de incluir os registos narrativos de todas as viagens narradas por Apolónio em relação aos Argonautas numa única narrativa (e geografia) histórica, tal como já o tinha feito, de resto, com as lendas equivalentes das viagens de Hércules e de Ulisses.

Assim, a passagem fantástica da *Argo* do turbilhão do Erídano (Pó) para as nascentes do Ródano, narrada por Apolónio, é, para Martins Sarmiento, apenas mais um instrumento do tipo ‘*deus ex machina*’ para ligar duas narrativas que originalmente não eram sequenciais, mas coincidentes. Segundo a hermenêutica do investigador, nas lendas gregas conviveriam registos históricos da ‘primeira viagem dos Fenícios’ ao Atlântico, europeu e africano, com versões mais ou menos efabuladas dessa viagem. A

³³⁸ A identificação original de Hilenses e Feácios pode reconhecer-se, segundo Martins Sarmiento, no facto de ter sido entre os primeiros que se delineou o plano de fuga que os segundos haveriam de pôr em prática. Para o investigador, a demonstração mais evidente de que a mitografia da escola de Apolónio separara artificialmente é a necessidade de que o autor tem de duplicar, contando-o por duas vezes, uma em relação aos Hilenses, outra em relação aos Feácios, o castigo que os marinheiros de Aetes saberiam ser supliciados por este quando regressassem sem o triunfo da conquista da *Argo*. As passagens a que Martins Sarmiento se refere são as seguintes: ‘When the Colchians realized that their leader had been killed, they hastened to search for the *Argo* and the Mynians over the whole area of the sea of Kronos, but Hera restrained them by terrible lightning flashes from the sky. In the end—for they had come to loathe the thought of living in the Kytaian land in their terror of Aietes’ cruel anger—they scattered far and wide to settle permanently’ (Apolónio, *Jason and the Golden Fleece*, p. 110-1); ‘When therefore the Colchians realized the futility of their request and Alkinoos ordered them either to respect his ordinances or to remove their ships far from his harbours and country, they pleaded with him to receive them as allies, since they were frightened of their king’s threats. For a long time they lived in the island among the people of Phaeacia’ (Apolónio, *Jason and the Golden Fleece*, p. 127).

escola de Apolónio, ao pretender dar conta de todas as narrativas que a cultura grega foi acumulando sobre a viagem dos Argonautas, sentiu necessidade de apresentar todas as versões como sequenciais, precisando por isso de as ‘emendar’ com conectores textuais estritamente criados para o efeito; nestes se incluíam as tempestades, os sonhos ou as travessias fantásticas. Porém, o que mais tranquilizava a hermenêutica de Martins Sarmiento era o facto de, ao apresentar, como sequenciais, narrativas que diziam respeito a uma mesma realidade histórica, a mitografia grega obrigatoriamente ter de repetir personagens, lugares e episódios, cuja identificação permitia uma restituição quase integral da geografia histórica original. A proposta de interpretação de Martins Sarmiento para a geografia ‘tirrena’ da narrativa de Apolónio, baseia-se justamente numa estratégia hermenêutica deste tipo. Assim, o ‘ligador narrativo’ do turbilhão apresenta fantasticamente a *Argo* já em pleno Mediterrâneo, para dar origem a uma série de episódios que, para Martins Sarmiento, são apenas mais uma versão viagem ao Mar do Norte:

O leitor percebe sem dificuldade o motivo de toda esta embrulhada. Sucede com Apolónio, pouco mais ou menos o que vimos suceder com a Odisseia nas duas variantes sobre a viagem ao Mar do Norte. O roteiro que o poeta nos descreve desde o Circeu de Itália a Cócira é realmente o mesmo que nos descreveu desde a foz de Cio aos Feácios-Hilenses; e, se o nosso poeta não estivesse obcecado pelos prejuízos da geografia homérica, mas fizesse seguir aos seus heróis o verdadeiro roteiro da Odisseia, levá-los-ia, não a Cócira, mas à Feácia da foz do Reno. O duplicado dos itinerários passa despercebido até à última estação; porque o primeiro foi tão desnaturado com as identificações geográficas da Propôntida e do Euxino, que todas as suas analogias com o segundo desapareceram completamente; mas, aproximando a terra da Feácia-Cócira e os acontecimentos que se passam numa e noutra, os expedientes adoptados pelo nosso poeta, para ligar as duas séries de aventuras e dar-lhes um remate aceitável, ficam inteiramente a descoberto [Sarmiento 1887a: 176-7].

O expediente a que especificamente Martins Sarmiento se refere, no âmbito da conclusão da viagem dos Argonautas, é o que teria levado, na sua opinião, Apolónio a separar as narrativas dos Hilenses e dos Feácios. No primeiro destes episódios, a

narrativa é ‘cortada bruscamente’, para ser recuperada no cenário da Córçira. Os protectores que se adivinhavam serem os Hilenses, são afinal os Feácios da corte do rei Alcínoo, pela simples razão que uns e outros dizem respeito, na opinião do investigador, a uma mesma memória histórica dos Fenícios, na sua relação com os Lígures da foz do Reno.

Martins Sarmento, pode, graças à denúncia deste expediente, reatar o fio narrativo original da argonáutica fenícia. Segundo a sua leitura da narrativa de Apolónio, os Fenícios teriam aproveitado a tempestade que havia destroçado a esquadra dos seus perseguidores para abandonar a ilha do delta do Reno mais próxima do estreito de Calais, a ‘última das Eléctridas’, e retornar à foz do Reno com o intuito de pedir a protecção aos governantes do povo que ali residia. Deste modo, todas as cenas que dizem respeito ao episódio dos Argonautas na residência de Alcínoo – especialmente a astúcia de Medeia –, considera-os o autor como uma descrição dos eventos históricos que opuseram os Fenícios aos Lígures da foz do Reno; a extensão que permite à alegoria não fica clara nas palavras do autor, mas parece poder inferir-se que não rejeita que as figuras de Medeia, Arete e Alcínoo possam de facto representar figuras históricas, pelo que, mais uma vez, temos oportunidade de ver como pode detectar-se em Martins Sarmento um ‘idealismo historiográfico de tipo heróico’.³³⁹

Os pormenores do episódio dos Argonautas na corte de Alcínoo, a lamentação de Medeia, a convivência de Arete e a magnânima decisão do monarca não são importantes. Apenas importa para a releitura que fazemos aqui da interpretação de Martins Sarmento, que por causa da decisão tomada por Alcínoo, os Argonautas ficam livres para poder seguir o caminho do Reno. A ser recuperada para o cenário da realidade histórica de que pretende dar conta, esta medida significa que os Fenícios foram protegidos pelos Lígures, face às ameaças dos povos da Inglaterra, os Albiões, sendo por eles

³³⁹ A equivalência das personagens de Alcínoo e Arete com as da Odisseia, permite a Martins Sarmento, na usual interpretação circular que faz das duas narrativas, localizar no Mar do Norte a acção que Apolónio situa à saída do Adriático, pois que na Odisseia foi essa a localização que, através de uma estratégia hermenêutica ‘fenomenológica’, atribui ao reino de Alcínoo: ‘Para prova de que estamos realmente na Feácia do Reno, na Feácia dos Errores, lembremos que a protectora de Medeia se chama Arete e seu marido Alcínoo, tal qual como na Odisseia’ (Sarmento 1887a: 179).

aconselhados a utilizar uma rota fluvial que os poderia fazer chegar ao Mar Mediterrâneo.

Esta equivalência de competências é de grande significado no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmento, no que diz respeito ao domínio das rotas de comercialização do estanho. O que o investigador conclui das informações ministradas pelo episódio da corte do rei Alcínoo é que, no momento em que os Fenícios entram em contacto com os povos do Mar do Norte, o espaço de comercialização do estanho estava dividido em duas grandes áreas de influência: uma, marítima, que os Albiões, dotados de uma esquadra poderosa, dominavam quase por si sós; e outra, continental, responsável pelo domínio das redes terrestres de difusão do estanho, cujo lugar chave seria a foz do Reno, que os Lígyres deteriam em seu poder:

No verdadeiro teatro dos sucessos tudo se explica sem esforço. Por possantes que sejam as forças da gente de Aetes [os Albiões], nada podem valer contra todo o povo dos Feácios [os Lígyres] que as varreriam num instante das águas do seu rio. A gente de Aetes cede à força maior; e de certo modo se ririam da sentença de Alcínoo, se os protegidos deste se lembrassem de tentar ainda a saída pelo estreito. Mas nisso não se pensa já; o caminho é o do Reno e Ródano, o mesmo que noutro texto os Hilenses excogitavam com os estrangeiros. (...) Assim, se da travessia da Inglaterra para a foz do Reno e dos factos passados em duas ilhas deste rio e na Eléctrida sobre o Mar do Norte, Apolónio arranhou as coisas de modo que obriga os seus heróis a percorrer um itinerário, começando na Cólquida e acabando na foz do Pó, já vimos as razões porque, agora das últimas aventuras, passadas na foz do Reno, arranhou-nos um itinerário não menos fantástico, começando na foz do Pó e vinda a acabar na Córçira, por não perceber que duplica uma viagem única e por se vítima das fantasias da “geografia homérica”. E no entanto é ele mesmo que nos vai denunciando as causas dos seus equívocos, e nos fornece elementos seguros para a restauração do verdadeiro itinerário, graças à fidelidade com que reproduz a velha legenda, mesmo quando a desorganiza (Sarmento 1887a: 181 e 182).

A narrativa de Apolónio que Martins Sarmento considera como representante da verdade histórica de uma viagem dos Fenícios ao Mar do Norte termina neste ponto, uma vez que a viagem à Líbia, que se inicia por uma tempestade que sobrevém quando

os marinheiros da *Argo* se aproximavam do destino da sua viagem, corresponde a uma interpolação, na opinião do crítico, da narrativa histórica original da viagem dos Fenícios à costa atlântica de África, como antes já se deu conta.

II. 2.4. A narrativa restituída

Uma vez reconhecida uma ‘voz narrativa’ fenícia sob alguns episódios das lendas gregas, Martins Sarmiento está em condições de reconhecer quase integralmente os passos da ‘primeira viagem’ dos Fenícios ao Mar do Norte, as razões que a justificam, os episódios que a constituem, além de, ponto principal da sua hermenêutica, reconhecer os diversos povos indígenas, de filiação ligúrica, com que aqueles marinheiros mediterrânicos entraram em contacto. O mapa que a seguir apresentamos ilustra os pontos principais da geografia histórica assim restituída.

Martins Sarmiento considera lícito reconhecer, nas narrativas dos Argonautas e lendas congêneres, uma memória histórica, em que são narrados os factos concretos relacionados com uma viagem levada a cabo pelos Fenícios, com uma intenção muito específica de descobrir um caminho para uma certa ilha cuja fama era já corrente no Mediterrâneo, mas que se situava em lugares que nunca tinham sido antes atingidos pela navegação dos povos mediterrânicos. O que garantia celebridade a esta ilha era um ‘velocino de ouro’, em que Martins Sarmiento vê a alegoria do estanho; a nomenclatura posterior de ‘Cassitérides’ dada às ilhas Britânicas, ou às penínsulas que a constituíam, seria, segundo o autor, mais uma indicação a demonstrá-lo.³⁴⁰

A importância do feito conseguido pelos Fenícios, o monopólio do comércio daquele produto, desde a origem até aos principais mercados do Mediterrâneo oriental e o carácter pioneiro da viagem que foi necessário fazer para o atingir, eram razões suficientes para que a tradição guardasse a memória do feito, que a invulgar dinâmica da cultura grega haveria de transformar na viagem fantástica da *Argo*, a ‘nau divina’, que com a ajuda dos deuses do Olimpo haveria de chegar onde nunca outra embarcação chegara anteriormente. A intenção dos Fenícios em atingir a terra da origem do estanho

³⁴⁰ Segundo Martins Sarmiento, a fama do estanho de Inglaterra teria sido recolhida pelos Fenícios na foz do Ródano, justamente porque era aqui que o caminho fluvial do seu comércio contactava com o Mediterrâneo, e onde os Fenícios haviam estabelecido então colónias diversas (Sarmiento 1887a: 186).

poderia, para Martins Sarmiento, identificar-se na tradição recolhida por Estrabão sobre as três viagens consecutivas que aqueles haviam feito ao Ocidente.



Figura 7 – A ‘geografia argonáutica’ restituída

Segundo Martins Sarmiento (1887), *Os Argonautas*, passim. A cheio, o trajecto correspondente à viagem ‘europeia’ dos Fenícios; a pontilhado, a viagem ‘africana’. A tracejado, a eventual viagem de regresso a Tiro, suposta por Martins Sarmiento, mas não presente na ‘efabulação’ de Apolónio.

Na segunda expedição dos Fenícios ao Ocidente, Martins Sarmiento identifica os primeiros contactos que estes povos iniciariam com os indígenas vizinhos de Tartessos e de Gades, com os quais se relacionariam ao ponto de serem eles que, no momento em que as embarcações fenícias definitivamente se dirigem à rota atlântica, providenciam os guias que lhes hão-de indicar o caminho. Estes, alegorizados no filho do rei Licos, serviriam de pilotos práticos e experimentados até ao momento em que uma dificuldade específica de navegação, a travessia por mar-alto, exigisse a presença de pilotos oriundos do noroeste da Península Ibérica. É a primeira fase da viagem da argonáutica fenícia, a que poderíamos chamar ‘tartéssica’, de acordo com a nacionalidade do guia que os acompanha, e que incluiria os episódios referentes às estações entre Tartessos e a foz do rio Halys, rio que Martins Sarmiento situa inquestionavelmente na costa ocidental da Lusitânia.³⁴¹

³⁴¹ No conhecimento circunstanciado, por parte de Licos (ou do seu *alter ego* hermenêutico, Fineu), das características do caminho até ao seu destino final Martins Sarmiento vê a expressão não só da unidade civilizacional dos povos ligúricos ocidentais mas também a da existência de uma navegação atlântica pré-fenícia: ‘A tradição confessava tão francamente que a via marítima para o Mar do Norte já era frequentada antes dos Fenícios, que Fineu

No país de Licos, em cuja amizade pelos Argonautas, Martins Sarmiento vê o estabelecimento de relações diplomáticas que os indispõem contra outros povos vizinhos, alegorizados no episódio da Bebrícia, a argonáutica fenícia conservaria a memória da morte de alguns dos seus marinheiros, situação que tem a vantagem hermenêutica de permitir reconhecer um culto a divindades infernais situadas na sua região. Esta espécie de Averno, referido na Argonáutica, coincide, para o investigador, com a Erebea Palus referida no périplo de Avieno, espécie de comprovação posterior da perenidade de um mesmo culto na costa meridional da Espanha atlântica, que as viagens de Apolónio viriam a identificar com Circe.

Ainda na costa atlântica meridional de Espanha ou, mais rigorosamente, no seu limite geográfico e passagem para a costa ocidental da Península Ibérica, puderam os marinheiros fenícios guardar a memória de um espectáculo que haveria verdadeiramente de os impressionar, o ocaso do Sol no grande Oceano. O carácter inesperado daquele fenómeno natural seria deturpado pelas lendas gregas que não podiam conhecer o cenário em que ele se dava, e transformado por Apolónio no episódio da ilha Tínia em que os marinheiros da Argo se impressionaram com a passagem do Apolo Matinal. Na mesma medida em que reconhece a transposição do tempo sideral, também Martins Sarmiento estabelece que o templo ali referido haveria de situar-se nas proximidades do Cabo de S. Vicente, onde justamente as fontes clássicas faziam referências a umas divindades nocturnas, em cujo santuário não podia aceder-se depois que o Sol se escondesse.

Assumindo que o episódio do Apolo Matinal se devesse localizar em S. Vicente, e de que a substituição dos guias ‘tartéssios’ pelos do NW da Península Ibérica

dirá aos Argonautas: “no caminho para Ea não vos hão de faltar informadores e guias” (Sarmiento 1887a: 190, nota 8). A passagem de Apolónio aqui referida por Martins Sarmiento é a seguinte: ‘Once you have safely passed the deadly rocks, my child, have confidence: god will guide you on a different route back from Aia, and there will be escorts enough on your way there’ (Apolónio, *Jason and the Golden Fleece*, p. 45-6). Não é nossa intenção discutir a validade histórico-arqueológica de uma navegação atlântica mantida entre a Península Ibérica, especialmente o Noroeste, e as Ilhas Britânicas; porém, não podemos deixar de fazer referência a que a crítica contemporânea não é contrária a reconhecer uma especialmente forte influência do ‘arco atlântico’ na organização do registo arqueológico ao longo de toda o primeiro milénio a.C.: ‘Cada una de estas regiones – la Escocia atlántica, Irlanda y Noroeste peninsular – contribuye a un amplio continuum cultural, pese a significativas divergencias locales, que se sitúa en marcado contraste a la tradición centro-europea (...)’ (Harding 1990: 16 *apud* González Ruibal 2003: 447).

(‘estrímnico’?) deveria ter lugar nas proximidades da Corunha, ou pouco antes, toda a parte da narrativa entre estas duas estações ganha uma importância redobrada na hermenêutica de Martins Sarmiento, por dizer respeito ao litoral do território em que as suas próprias actividades arqueológicas se localizavam. Martins Sarmiento, porém, é em extremo cuidadoso em proceder a uma homologia minuciosa entre os eventos narrados na tradição argonáutica e o significado que eles poderiam deter nos cenários a que supunha que pertenciam:

Notícias relativas às costas do ocidente da Espanha nenhuma nos ficou; ou, se sim, de tal sorte as desfiguraram os mitógrafos gregos com as suas deturpações, que o mesmo é que se as não conservassem [Sarmiento 1887a: 191].

Na foz do rio Halys, a narrativa de Apolónio introduz o episódio do embarque dos filhos de Deimaco. Para Martins Sarmiento este é o início da segunda fase da viagem dos Fenícios ao Mar do Norte, pois seria aqui que, de acordo com a ousada restituição proposta pelo investigador, os guias ‘tartéssicos’ abandonariam as embarcações fenícias, para dar lugar a uns pilotos mais experimentados com as singularidades da travessia entre a Península Ibérica e a Bretanha, e a que o próprio autor se sente tentado em dar a nacionalidade ‘estrímnica’.³⁴² A esta travessia pertence o importante episódio das Sereias (deturpado, violentamente, segundo Martins Sarmiento, na versão das Hárpias de Apolónio), alegoria dos encantos e perigos que, simultaneamente, poderia oferecer a navegação costeira pelo fundo do Golfo da Biscaia.

No sudoeste da Bretanha, mais uma vez os marinheiros Fenícios recebem a ajuda preciosa de guias experimentados, quando, fugindo a um naufrágio, alguns marinheiros ‘albiões’ são recolhidos a bordo das embarcações dos primeiros. A terceira fase da viagem dos Fenícios inicia-se assim na ilha consagrada a Ares, lugar em que recolhem os náufragos, os guias ‘albiões’ que detêm a chave da navegação do perigoso estreito de Calais, responsáveis por que essa travessia se faça sem incidentes.

³⁴² ‘As estações nomeadas no périplo fenício do século VI (...) eram Achale, em frente da baía do Sado; baía do Tejo; ilha Pelegia, pelas alturas de Aveiro; foz do Lima; ria de Arosa (Padrão); Corunha, perto do promontório Oestrymnis (Cabo de Ortegal)’; ‘Segundo o périplo (...) os Argonautas deviam encontrar na Corunha a população que deu ao Ortegal o nome de Oestrymnis, e que depois emigrou para a Inglaterra (...)’ (Sarmiento 1887a: 192, notas 9 e 10).

É neste episódio que podemos ver uma das mais evidentes incursões de Martins Sarmiento num estilo historiográfico profundamente idealista, antropomórfico e ‘heroicizante’, que não hesita em fazer uso dos elementos ‘extraordinários’ da narrativa como expressões de verdade histórica:

É aí que entra em cena um dos principais actores do movimentado drama, que converteu a história de uns mercadores fenícios numa das mais formidáveis tragédias conhecidas, e que muitos cuidam ter saído apenas da cabeça dos poetas gregos, quando eles não fizeram mais do que copiá-la da realidade histórica [Sarmiento 1887a: 193].

Esta frase, na sua aparente simplicidade, encerra alguns dos equívocos historiográficos que mais profundamente habitam a obra científica de Martins Sarmiento, ao não estabelecer limites precisos entre uma informação ‘documental’ que a crítica positiva necessariamente exigiria, e o carácter vibrante da narrativa do ‘romance histórico’ que, a muitos níveis, transparece na obra do autor. É a partir deste momento que a hermenêutica de Martins Sarmiento se torna mais ambígua, quando, ao pretender dar conta da narrativa original que se pode aceder a partir do livro terceiro de Apolónio, inclui todas as manifestações estritamente pessoais, subjectivas, por vezes até isolando o estado de espírito das personagens ficcionais, neles reconhecendo o motor da dinâmica histórica: a família de Aetes substitui quase inteiramente os actores sociais do drama que supostamente pretende dar conta.

Para que se tenha uma ideia do carácter ‘romanceado’ que a narrativa crítica de Martins Sarmiento atinge nas passagens que dizem respeito à efabulação da narrativa histórica da parte final da viagem dos Argonautas, basta ler o capítulo X d’*Os Argonautas*, de que não resistimos a trazer aqui um excerto, ainda que um pouco longo:

Aetes replica violentamente que percebe muito bem toda aquela comédia, à sombra da qual o que se quer é arrancar-lhe a coroa e o reino; que, a não lho tolherem os deveres de hospitalidade, a resposta que ele daria desde já era aniquilá-los a todos. Os Fenícios objectam mansamente, se era crível que tivessem atravessado tão enorme vastidão de mares pelo capricho de conquistar um país que não podiam conservar. A objecção seria concludente, se a associação dos estrangeiros com os ambiciosos netos não irritasse em Aetes a suspeita de que não tinha nada a esperar de bom daquela gente. Acha

porém que o mais prudente é dissimular e vigiar os acontecimentos; e despede os estrangeiros sem uma resposta definitiva, de certo com o pretexto de estudar as condições da proposta que lhe fizeram [Sarmiento 1887a: 198].

O estilo repetir-se-á com outras personagens e tomará mesmo um tom masculinista inequívoco quando incluir as acções das personagens femininas no drama histórico, recuperando da narrativa ‘doméstica’ de Apolónio ingredientes que não hesitará em atribuir à esfera negocial dos dois povos, que se supõem em contactos de índole meramente comercial:

Este alarde de inocência e lealdade coincide com um torvo mistério, que se tece dentro do palácio do rei. Calcíope, a mãe dos ambiciosos, que sem dúvida alguma tem colaborado nas suas anteriores tentativas de rebelião, pôde descobrir a parcialidade de Medeia pela causa dos seus filhos, desde que a viu ligada à sorte dos estrangeiros, um dos quais, o chefe da expedição – diz a legenda – soube despertar nela uma dessas paixões que tudo afrontam num temperamento ultra-exaltado, de que a filha de Aetes ficou o tipo. Calcíope explorou aquela paixão com uma astúcia não menos típica, e o certo é que Medeia se torna quase o único actor de um drama tenebroso, que Apolónio nos não descobre, porque o não compreende, e que baralha com umas cenas fantásticas, em que a verdade histórica fica completamente afogada [Sarmiento 1887a: 199].

Como é óbvio pelas suas próprias palavras, neste o momento, o historiador Martins Sarmiento já praticamente não existe. Em seu lugar habita um outro, talvez o jovem e impressionável leitor dos clássicos, ou então o autor das *Poesias*, a quem tão benevolmente, mas incisivamente, Camilo aconselhou a que usasse a cabeça mais do que o coração, e de quem obviamente o nosso autor renegou o conselho.³⁴³

³⁴³ Esta ‘indecidibilidade’ de Martins Sarmiento tem uma expressão ao nível estrito da sua hermenêutica ‘positiva’. Por exemplo, a lenda de Faetonte, em que o filho do Sol precipita o carro de seu pai nas águas do Eridano, é contraditoriamente utilizado por Martins Sarmiento em dois contextos de interpretação mitológica: uma vez considera-o uma simples alegoria de um fenómeno natural, o ocaso do Sol no mar: ‘A morte de Faetonte é inegavelmente o ocaso do sol (...)’ (Sarmiento 1896d: 116); mas também o considera, em outro lugar, uma deturpação poética de um facto a que atribui uma realidade histórica inegável: ‘Pelo que se infere da lenda de Faetonte, o filho de Aetes pediu com tal instância ao pai para dirigir aquela empresa, que ele teve de ceder, suposto

Descontado o ‘deslizamento lírico’ que o autor permite que ocorra à sua hermenêutica ‘positiva’ da sua interpretação da lenda dos Argonautas, alguns factos ficam para que se possa identificar as narrativas lendárias como expressões de uma ‘primeira viagem’ dos Fenícios ao Mar do Norte. Mas não é menos fecundo o que proíbe do que o que autoriza, pois se dos factos, assumidos como tradução de uma realidade histórica original, se pode hoje comparar os desenvolvimentos da crítica histórica que os venha a reconhecer como tais, da ficção se pode concluir, e não com menor pertinência, a topografia social no âmbito da qual o ensino e a leitura dos autores clássicos influenciava o carácter da sociologia da pesquisa e, especialmente, a mundividência argonáutica da psicologia da pesquisa fortemente filo-helenista entre os eruditos dos finais do século dezanove.

A restituição da suposta ‘geografia fenícia’ que Martins Sarmiento opera sobre os textos das lendas gregas, *Argonáutica*, *Odisseia* e *Heracleia*, não se esgota, porém, na recuperação do cenário atlântico original que estaria presente nos documentos ‘fenícios’ a que os diversos efabuladores gregos teriam tido acesso. Para o investigador, tão ou mais importante que reconhecer a presença de observadores privilegiados (os Fenícios) no Ocidente da Europa, ao redor do século XII, é o objecto dessa mesma observação. Os Fenícios, a partir da ‘primeira viagem a Inglaterra’, recolhem elementos sobre os nomes, a localização e os cultos dos povos que habitariam os lugares por onde passavam, a partir dos quais o autor crê ser possível uma parcial reconstituição da história etnogénica do Ocidente e, também, o que mais lhe interessa, do território que viria a ser Portugal, e de cuja parte mais setentrional as ruínas por si exumadas (‘castros’ e ‘mamoas’, ‘antas’ e ‘antelas’) são a expressão concreta da reconstituição ‘histórico-literária’.

Não será alheia às intenções de Martins Sarmiento, uma reavaliação das condições ‘civilizacionais’ do Ocidente, no quadro fortemente orientalista que dominava a historiografia no seu tempo. Os centros polarizadores do Mediterrâneo oriental, nomeadamente os do Egeu, tendiam a desenhar no mapa da Europa um campo de

previsse que a inexperiência do moço o inabilitava para desempenhar uma tarefa tão melindrosa’ (Sarmiento 1887a: 202).

‘gradiente de civilização’ que, com o centro em Micenas, Tirinto ou Tróia, se desdobrava em periferias de crescente ‘barbarismo’, conforme se incrementa a distância àqueles centros. A Europa ocidental, neste contexto, seria necessariamente o limite extremo dessa qualidade ‘bárbara’, cujo protótipo Martins Sarmiento justamente identifica na etnografia mítica produzida no contexto da cultura grega arcaica:

[N]o entanto, a crermos a história rotineira, ainda nos tempos homéricos quem dominava naquela ilha [refere-se à Sicília] eram selvagens antropófagos da pior casta, os Cíclopes, Lestrigões, numa palavra. O que não seriam em vista disto os povos da extremidade da terra? (...). [Sarmiento 1887a: 211-2].

Assim, tal como a História e, especialmente, a Arqueologia, do seu tempo haviam começado a desfazer a ideia de que sobre a Europa se pudesse desenhar uma ‘geografia da civilização’, que acompanhasse, enquanto conjunto de áreas culturais associadas, a temporalidade diferenciada da evolução da Humanidade,³⁴⁴ também Martins Sarmiento pretende que o noroeste da Península Ibérica seja retirado de um possível quadro de inferioridade civilizacional que a situação excêntrica desta região em relação aos ‘centros de cultura’ orientais poderia implicar. De facto, o essencial da teoria etnogénica deste investigador passa justamente por afirmar a recíproca desta proposição: a eventual ‘superioridade civilizacional’ dos Lusitanos tem origem especificamente na ‘posição’ que o noroeste da Península Ibérica tem no conjunto da Europa, sendo justamente o seu carácter ‘excêntrico’ que lhe garantirá a ‘pureza da sua árvore genealógica’, sobretudo por ter ficado à margem da invasão dos povos do ‘ferro’, os Celtas, que teriam desorganizado a civilização do ‘bronze’, que se estendia por toda a Europa ocidental.

O tempo e a atenção que Martins Sarmiento dedica ao estudo da restituição atlântica da aventura dos Argonautas prende-se quase exclusivamente com este propósito de

³⁴⁴ O exemplo de Chabas, referido por Martins Sarmiento, é especialmente escolhido, no conjunto dos autores que, pela mesma altura recolhiam os indícios da ‘Idade do Bronze’ por toda a Europa, por ser aqui justamente que as narrativas lendárias dos Gregos faziam habitar o povoamento de seres extraordinários e fabulosos. Martins Sarmiento pretende assim defender que o limite real da navegação dos Gregos, as verdadeiras ‘colunas de Hércules’ para este povo era a Sicília, e que, por isso, todas as interpretações relativas à eventual presença de Gregos no NW da Península Ibérica não eram mais que tradições efabuladas que, iniciadas pelos próprios autores clássicos, foram recuperadas e ampliadas entre os autores humanistas e antiquaristas.

recuperar a ‘superioridade civilizacional’ do Ocidente, nele incluído o extremo ocidente da Península Ibérica. A *Argonáutica* ‘fenícia’, isto é, o suposto ‘documento’ fenício desaparecido que narraria a viagem dos Tírios no Atlântico, mais do que uma restituição geográfica de um périplo de marinheiros, é a ‘autorização’ histórica da realidade etnogénica que o autor pretende demonstrar.

A civilização que os Argonautas ‘fenícios’ descrevem no Ocidente da Europa é pois, para Martins Sarmiento, a civilização da ‘Idade do Bronze’. Caracteriza-se por dominar inteiramente as técnicas de metalurgia, por apresentar evidência de um Olimpo organizado e um horizonte ideológico em que o culto dos mortos e das águas adquire especial importância. Ao contrário de todas as características com que o autor irá descrever a ‘barbárie céltica’ (ou, mais rigorosamente, ‘celto-germana’), a civilização que a autoridade da voz narrativa fenícia da *Argonáutica*, cuidadosamente restituída, reconhece e descreve no Ocidente da Europa, especialmente em Inglaterra e no sudoeste da Península Ibérica, é a de povos detentores de uma civilização ‘luminosa’, com importantes atributos ideológicos e técnicos.

De entre os atributos técnicos que emprestariam a esta civilização ‘ariana’ do Ocidente uma especial qualidade superior encontrava-se a sua grande capacidade marinheira, característica que irá permitir ao investigador sustentar um dos pontos mais importantes de suporte da sua teoria histórica. A ‘marinha respeitável’ de Aetes (que o autor identifica com um régulo dos Albiões), descrita apologeticamente na *Argonáutica*, faz frente à dos próprios Fenícios e esta comparação superlativa tem tanto mais importância quanto a marinha destes últimos representava, na cronologia que aqui é considerada, a mais apetrechada do Mediterrâneo oriental e aquela a que a História da Antiguidade atribuía as mais notáveis conquistas e descobertas.

Martins Sarmiento, quando restitui, não só a geografia, mas a *história* de uma suposta ‘*Argonáutica* fenícia’, nela incluindo a descrição da frota de Absirto como sendo a reprodução exacta da marinha de um povo da Idade do Bronze do sudeste da Inglaterra está, porém, a fazer mais do que a nobilitar as técnicas de navegação ocidentais quando comparadas com as do Mediterrâneo oriental: está também, e, a nosso ver, principalmente, a recuperar a possibilidade de restituir, a partir da sua própria interpretação do episódio das Hárpias | Sereias, a relação íntima entre todos os povos ‘irmãos’ que se distribuía por todo o ‘arco atlântico’, durante a Idade do Bronze. O

autor interliga decisivamente as técnicas de navegação com as técnicas de metalurgia, porque assim pode afirmar que as populações do Ocidente da Europa detinham já a técnica da metalurgia do bronze antes da chegada de povos do Mediterrâneo oriental, e que devido à necessidade de fazer circular o estanho, matéria-prima indispensável para a produção do bronze, todas as colónias litorais desse povo se mantinham em contacto íntimo, intimidade da qual não estavam excluídas movimentações de grandes contingentes de populações.³⁴⁵

Martins Sarmiento leva, porém, a intimidade entre todos estes povos do Ocidente da Idade do Bronze para além da familiaridade das colónias do litoral. Tal como o episódio argonáutico da esquadilha de Absirto é recuperado ‘historicamente’ para o interior da ‘Argonáutica fenícia’, como expressão da marinha dos Albiões, também o conhecimento geográfico de Argus sobre os caminhos fluviais da Europa central é recuperado ‘geograficamente’ como expressão do processo histórico de formação das colónias de um mesmo povo da Idade do Bronze ao longo das margens dos principais rios da Europa central, o Reno, o Ródano e o Danúbio.³⁴⁶

As estradas fluviais do centro da Europa e o caminho marítimo do Atlântico, quando restituídos pela hermenêutica sarmentiana, ganham um sentido geográfico determinado. A familiaridade de todos estes povos, a proeminência da ilha dos Albiões e da sua marinha são, para Martins Sarmiento, a prova inequívoca da dominação, entre todos, do povo que detinha as mais importante jazidas de estanho. O encontro destes povos ‘arianos’ do Ocidente com a História faz-se justamente em razão deste simples facto económico. Ao organizar um comércio de larga escala em todo o Ocidente, os Albiões não só necessitaram dominar as duas modalidades de transporte e distribuição do estanho, o mar e os grandes rios, como se encontram, na foz do Ródano, com o universo

³⁴⁵ A possibilidade de migração marítima do povo ‘ariano’ do Ocidente entre as várias regiões do litoral é mesmo o principal mecanismo etnogénico de que a teoria histórica de Martins Sarmiento fará uso. Neste contexto, como veremos, a Lusitânia (nomeadamente a região compreendida entre o Tejo e o mar Cantábrico) é sobretudo um ‘palco’ em que migrações, retrocessos demográficos, ermamentos (a ‘*vacua gleba* posterior à invasão das serpentes’) e repovoamento têm lugar, sempre por parte de povos da mesma estirpe civilizacional.

³⁴⁶ ‘Tudo isto são coisas pouco menos de intuitivas, desde que se admite a autenticidade da Argonáutica fenícia; mas esta exuberância de vida, que temos de imaginar percorrendo as grandes artérias do Reno, do Ródano e ainda do Danúbio, pressupõe a existência de numerosas populações que a tornavam possível, e sobre este ponto não nos dão as nossas lendas as notícias circunstanciadas que tanto nos importava conhecer’ (Sarmiento 1887a: 213).

semita, até aí alheio, dando origem ao desenvolvimento de uma política dos povos do Mediterrâneo oriental em demandarem a origem desse mesmo comércio.

No contexto da historiografia contemporânea de Martins Sarmiento, a identificação de um povo de civilização ‘ariana’ povoando, no fim da Idade do Bronze, as margens das principais estradas fluviais da Europa e também as Ilhas Britânicas e a parte ocidental da Península Ibérica não podia ser levada a cabo sem dificuldades. Iberos (‘Bascos’), Lígures, Celtas, ‘povo dos construtores de dólmens’ e Hiperbóreos eram apenas alguns dos candidatos a preencher a geo-cronologia referida. A área de extensão de cada um deles, as fronteiras entre eles, o lugar de origem das suas migrações (e muito especialmente, o seu lugar na ‘cascata schleicheriana’), a atribuição a cada um, quer dos vestígios arqueológicos que se exumavam, quer das referências históricas que lhes são feitas entre os clássicos, e até a restituição do seu tipo físico e da sua linguagem, tudo eram factores de polémica interpretativa no momento em que Martins Sarmiento apresenta os seus próprios argumentos.

A atribuição de um nome ao povo ‘ariano’ do Ocidente por parte de Martins Sarmiento é uma das expressões mais evidentes da problemática associada à ‘nomenclatura’, a que fizemos referência na introdução teórica a este trabalho. Com efeito, como veremos, uma ‘nomenclatura de uma geografia’ é sempre dialecticamente relacionada com uma, explícita ou implícita, ‘geografia da nomenclatura’. A partir de um momento em que uma determinada realidade geográfica passa a ser ‘fixada’ em nomes que dialogicamente convivem nas diversas geografias imaginárias disponíveis, toda uma série de obrigações e interditos surgem, sem que o autor que as criou possa a partir daí comandar a sua própria evolução. Este facto é muito particularmente evidente na geo-historiografia de Martins Sarmiento, no momento em que o autor se determina a identificar o povo ‘ariano’ do Ocidente com os *Lígures*.

O nome ‘Lígures’, com que Martins Sarmiento designa todo o conjunto dos povos da Idade do Bronze da Europa ocidental, não se confunde, no seio da sua teoria (sê-lo-ão no interior das críticas de um seu especial adversário, Adolfo Coelho) com os Lígures ‘históricos’, *i.e.*, os habitantes da Ligúria do Mediterrâneo. Também neste caso a responsabilidade histórica da difusão de um nome, associada a todo o Ocidente, se

prende com a geografia fenícia de que os Gregos se haviam de servir para as primeiras designações geográficas das várias partes da ecúmena.

Fiel ao expediente hermenêutico que utilizara na interpretação da *Argonáutica* e da *Ora marítima*, também em relação às expressões mais antigas da geografia corográfica entre os Gregos Martins Sarmiento restitui aos Fenícios a paternidade das informações veiculadas. O fragmento atribuído a Hesíodo, autor a quem a crítica contemporânea do autor não duvidava em atribuir uma antiguidade quase tão venerável como a de Homero, em que este designa os povos que vizinham com os Gregos, e entre eles designa os Lígures a ocidente, servirá para o autor de argumento inicial da existência de uma unidade civilizacional em todo o Ocidente da Europa.³⁴⁷

Tem alguma importância historiográfica tentar determinar se Martins Sarmiento considera este nome como um ‘endónimo’ ou um ‘exónimo’, *i.e.*, se o nome ‘Lígures’ era de facto o nome que alguns destes povos atribuíam a si próprios, ou se, pelo contrário, era a denominação com que os Fenícios os designavam e que, de acordo com a sua teoria hermenêutica (tradução ‘grega’ de documentos originais ‘fenícios’ desaparecidos), a geografia grega posteriormente fixaria. A solução defendida por Martins Sarmiento é, convenientemente, um híbrido das duas. Se, por um lado, parece querer admitir, a partir, por exemplo, do carácter ‘ariano’ dos nomes pessoais associados aos Lígures do Báltico, como Faetonte e Cícno da foz do Erídano, ou da pervivência da morfologia do nome a tradição oral indígena das Ilhas Britânicas (os Lloegrwys), por outro, assume abertamente que o nome de Lígures teria sido dado pela ‘geografia fenícia’ a diversos povos do Ocidente, por estes, os Fenícios, reconhecerem noutros povos características comuns com os primeiros povos ligúricos com que contactaram. Ora os únicos que perpetuaram historicamente esse nome na geografia antiga foram os Lígures do Mediterrâneo.

No contexto estrito da hermenêutica da *Argonáutica* de Apolónio, Martins Sarmiento não hesita em validar historicamente a existência de nomes ‘arianos’ ali presentes como expressão concreta da situação histórica correspondente. Dentro da hermenêutica que

³⁴⁷ É manifesto que o valor etnográfico desta última secção é o mesmo que o das outras duas e significa apenas, não uma absoluta étnica entre todos os povos do Ocidente, mas que, na época em que tal classificação veio a lume, quem se distinguia no Ocidente pela sua maior civilização e pela área em que a sustentava, era uma grande massa de populações *tão semelhantes entre si, que podiam ser designadas por um nome comum* [s.n.] (Sarmiento 1887a: 214).

exerce sobre o texto de Apolónio, a questão da ‘profundidade’ histórica dos nomes ‘arianos’ é um dos campos em que podemos ver o autor fazer um uso mais evidente do que Lakatos apelida de ‘hipótese *ad hoc*’, como salvaguarda da consistência final da teoria. O investigador procede a uma selecção cuidadosa (mas cujo critério casuístico impele a interpretação para uma diminuição de ‘elegância epistemológica’) dos nomes ali presentes de modo a poder inferir o carácter ‘ariano’ dos nomes de pessoas, lugares e divindades. Não se trata apenas de promover uma *interpretatio* das figuras divinas como a Circe dos ‘Lígures’ do sudoeste da Península Ibérica, referidos por Tucídides, ou da ilha consagrada a Ares no Mar da Mancha, que o autor aproxima dos seus equivalentes de Roma e Grécia; são os próprios nomes das personagens de Apolónio, tais como Licos, Frixo, Aetes, Faetonte ou Erídano, que garantem ao investigador a existência concreta de uma realidade ‘ariana’, que a *Argonáutica* ‘fenícia’ directamente transporta para as descrições posteriores dos Gregos. Contudo, fica pouco claro por que razão o investigador prescinde de alguns dos nomes da Propôntida e do Euxino, que atribui à efabulação de Apolónio, ao mesmo tempo que recolhe aqueles que estão associados às regiões em que admite habitarem povos ‘ligúricos’.

É possível reconhecer que alguma ambiguidade habita a teoria histórica de Martins Sarmiento neste ponto, muito embora o autor não possa evitá-la porque dela deriva parte da argumentação necessária à caracterização unitária dos povos do Ocidente, especialmente no contexto de crítica histórica da geografia fenícia da *Argonáutica*:

Mas, porque a denominação de Lígures? Os primeiros Lígures com que os Fenícios estiveram em contacto, foram os da Sicília e da Itália, porque não sofre dúvida que o primitivo étnico dos Sículos e de muitas populações italiotas foi o de Lígures. É pois de crer que fosse com ele que os Fenícios designassem ao princípio os povos áricos com que conviveram nesta parte do Mediterrâneo, e de crer é também, quando vemos tal denominação aplicada a todos os povos do Ocidente, ela fosse uma ampliação, motivada pela semelhança que com os Lígures do Mediterrâneo iam oferecendo as populações que eles descobriam nas suas viagens [Sarmiento 1887a: 214].

A propriedade deste argumento é tão mais notável, no contexto da teoria de Martins Sarmiento, quanto, se por um lado, a considera inaceitável enquanto argumento utilizado por parte de alguns dos seus adversários que viam nos Lígures de Hesíodo uma simples

‘ampliação’ de um conhecimento localizado da geografia grega mais antiga, cujo limite de conhecimento directo dos povos do Ocidente não ultrapassava a Itália, por outro, o próprio autor a utiliza para diminuir a possibilidade de uma idêntica operação efectuada sobre o texto de Éforo, de que o próprio Apolónio faria eco na sua *Argonáutica*.³⁴⁸

Não é por acaso que Martins Sarmiento atribui às personagens concretas da *Argonáutica* de Apolónio uma qualidade histórica que transcende a sua simples função de personagem de uma narrativa ficcional. A maior parte delas cumpre um papel específico como fonte de autoridade ‘positiva’ da história da etnogénese do Ocidente. Num paralelo que nos parece muito claro com a história das ‘grandes personagens’ que a historiografia do seu tempo fazia no contexto dos períodos propriamente históricos (*i.e.*, através de documentos), Martins Sarmiento exerce a hermenêutica das lendas gregas no sentido de dotar a história ‘ligúrica’ do Ocidente de personagens reais, historicamente concretos, num período, a Idade do Bronze, que, na Europa ocidental era a este respeito, inteiramente muda, e cuja restituição se podia fazer unicamente através das objectividades proporcionadas por outras disciplinas históricas, como a Linguística, a Antropologia ou a Arqueologia. A urgência com que o autor recolhe, da Heracleia, da Argonáutica e da Odisseia, os relatos das personagens ficcionais, é afinal uma estratégia

³⁴⁸ O fragmento de Éforo correspondente apresenta uma geografia muito semelhante à de Hesíodo, com a diferença de substituir os Lígures deste autor pelos Celtas, como povo vizinhando os Gregos pelo lado ocidental: ‘Del cuarto libro de la Historia de Éforo: “Los indios habitan la zona del levante y próxima a la salida del sol; los etíopes ocupan la que da al Noto y Mediodía; los celtas la del Céforo y el Poniente; y los escitas la del Bóreas y que da hacia las Osas”’ (*Testimonia Hispaniae Antiquae*, vol. II-A, p. 455). Uma interpretação ‘ampliadora’, como a que Martins Sarmiento admite na geografia de Hesíodo, permitiria inferir uma ‘unidade civilizacional’ céltica dos povos do Ocidente. É por isso mesmo que Martins Sarmiento se apressa a insistir no argumento cronológico providenciado pela sua hermenêutica da *Ora marítima*, que pretende ver nesta substituição o eco da invasão pelos Celtas das regiões da Europa central que estremavam definitivamente os Gregos dos povos do extremo Ocidente: ‘Os Celtas substituem agora os Lígures, porque a ruidosa conquista céltica do séc. VII os deixara quase *na sombra* [s.n.]. Apolónio, como se vê (...) adopta na sua Argonáutica a geografia seguida por Éforo, cometendo um tão palpável anacronismo, que o primeiro documento antigo que menciona os Celtas é o périplo fenício do séc. VI, e entre os Gregos a obra perdida de Hecateu de Mileto, posterior ao périplo. No tempo dos Argonautas os Celtas erravam, ninguém sabe por onde’ (Sarmiento 1887a: 213, nota 3).

especificamente dirigida no sentido de recuar o limite entre a Pré-história e a História propriamente dita do território.³⁴⁹

É no contexto da restituição ‘documental’ das personagens das lendas gregas que se compreende melhor a avaliação que Martins Sarmiento promove da figura de Argus, neto de Aetes, guia dos Argonautas na navegação final até à Cólquida. Esta é uma personagem central para podermos caracterizar o processo hermenêutico de Martins Sarmiento. De facto, se, por um lado, exhibe as características de representação de uma situação histórica impessoal – concentra, na sua individualidade, os guias ‘albiões’ que os Fenícios teriam tido necessidade de trazer para as suas embarcações, com o intuito de navegar na parte final da sua viagem e muito especialmente de passar o estreito da Morínia, e a memória das tradições dos povos do Mar do Norte sobre a origem longínqua e a migração que os teria trazido a Inglaterra –, ela é também, por outro lado, uma personagem dotada de uma individualidade muito concreta, uma personagem real dos acontecimentos históricos que os Fenícios teriam vivenciado e guardado da sua primeira viagem ao Mar do Norte e, muito especialmente, do trajecto ‘fluvial’ da fuga dos marinheiros de Tiro através de toda a Europa central:

Desde a foz do Reno até às suas fontes, o País dos Lagos, Apolónio nada nos diz, mas em compensação conservou-nos uma notícia verdadeiramente inapreciável. Aqui está como Argus fundamenta os seus conhecimentos geográficos acerca do curso do Reno, Danúbio e Ródano e dos mares que se podiam procurar pela navegação de cada um [Sarmiento 1887a: 215-6].

A narrativa de Argus, a memória antiga que ela supostamente contém, é um dos elementos das lendas gregas de que Martins Sarmiento pretende recolher a demonstração da antiguidade de povoamento ‘ariano’ no ocidente da Europa. De facto, ao translocar a acção dos Argonautas para o Atlântico, e em especial para o Mar do Norte, Martins Sarmiento re-contextualiza inteiramente as informações que ali são atribuídas a um suposto povo do Euxino, atribuindo-lhes um sentido etnogénico inteiramente inovador.

³⁴⁹ Esta estratégia de Martins Sarmiento não se resume à hermenêutica das lendas gregas, mas inclui igualmente a interpretação que promove do texto da *Ora marítima*. Em qualquer um destes casos, o investigador recupera para o interior da crítica histórica, textos que a historiografia sua contemporânea, parte dela, em todo o caso, claramente recusava poder ser considerada como documental. Com este exercício hermenêutico, Martins Sarmiento estava, de facto, a recuar quase por um milénio a cronologia das fontes históricas sobre o ocidente da Península Ibérica.

O investigador também não deixará de recolher informações etnográficas correlativas, que lhe permitem fixar a memória etnogénica da personagem de Argus com os movimentos de povos que a migração indo-europeia havia efectuado através da Europa central, e de que as lendas de Gales e Irlanda seriam uma expressão ainda pervivente na cultura popular do Ocidente.

A personagem de Argus informa os Argonautas de que em tempos muito recuados, ‘ainda a raça de Deucalião não tinha vindo ao mundo e na Grécia apenas habitavam os Árcades Apidanos, quando um *quidam*’, liderando uma movimentação de povos, percorreria a Europa e a Ásia, fundando um número elevado de colónias. A cidade do próprio Argus, Ea, pertenceria a este conjunto de colónias e a memória do feito estaria perpetuada em ‘cipos escritos, onde estavam designadas todas as vias da terra e do mar’ (Sarmiento 1887a: 216).

É a este nível que a interpretação de Martins Sarmiento uma vez mais entra em frontal colisão com a regionalização teórica quer da tradição, quer da ‘ciência normal’ do seu tempo. De facto, para Apolónio, e para alguma da crítica contemporânea de Martins Sarmiento, o comandante de tal expedição é um egípcio, sendo egípcia também a última colónia de Ea, conforme é apresentada pelo próprio Heródoto. A escolha interpretativa de Martins Sarmiento tem, por isso mesmo, implicações maiores do que a simples transferência da movimentação dos povos que fundam Ea do Cáucaso para a Europa ocidental: representa em si mesma a afrontação do modelo de difusão civilizacional com o centro no ‘crescente fértil’, e especialmente do papel determinante do Egipto.

Restituindo a geografia original da ‘argonáutica fenícia’, que Apolónio teria desfigurado de modo a poder identificar a Ea com uma cidade da margem oriental do Euxino, Martins Sarmiento pode então atribuir um significado inteiramente diferente à memória histórica contida na narrativa de Argus: a movimentação de povos teria tido, do mesmo modo, origem na Ásia e as colónias a que deu origem estender-se-iam por toda a Europa central, ao longo dos rios principais, o Danúbio, até ao País dos Lagos, bifurcando-se, a partir daí, nos ramos do Ródano, para sul e interior da futura Gália, e do Reno, para norte, para o Báltico e as ilhas Britânicas (onde tomaram o nome de Albiões), lugares a partir dos quais vieram, posteriormente, a atingir, por via marítima, a margem ocidental da Península Ibérica.

O facto de Argus fazer uma referência específica a Deucalião, permitirá a Martins Sarmiento estabelecer os limites cronológicos dessa grande movimentação de povos para momentos anteriores ao século dezasseis a.C., especificidade importante que o autor podia interligar com a cronologia que Tucídides apresentava para a presença de ‘Lígures’ no sudoeste da Península Ibérica (ou assim interpretado por Martins Sarmiento), expulsando os Sicanos para a ilha da Sicília. Com estes dois elementos cronológicos relacionados, o investigador estabelece a ordem temporal da própria difusão dos povos ‘arianos’, desde o seu início até às margens mais distante da sua influência. Também neste passo a hermenêutica de Martins Sarmiento adquire aquela ambiguidade que, em termos de ‘valorização paradigmática’, a põe ao alcance da crítica da comunidade científica do seu tempo: de facto, se a referência a Deucalião pertence ao universo cultural dos Gregos, não se entenderia que estivesse presente na memória de um habitante de uma colónia ‘ariana’ do Ocidente; poderia Apolónio, é um facto, traduzir uma referência cronológica presente na ‘argonáutica fenícia’ através de um equivalente grego, porém, a proverbial ausência de comentários por parte de Martins Sarmiento em relação à compactação de elementos de proveniência dispersa nas mesmas proposições torna quase impossível reconstituir o seu próprio pensamento neste ponto.

Porém, o tipo de consideração que vemos o autor fazer em relação a situações semelhantes, leva-nos a pensar que Deucalião seja, para o investigador, um personagem historicamente concreto, cujo nome teria sido, por isso, perpetuado em dois lugares distintos da Europa: na Grécia, tal como se encontra no *Marmor Parium*, e na tradição oral de uma colónia de Lígures, no extremo ocidental da Europa, que os Fenícios teriam recolhido e fixado num documento a que Apolónio teria tido acesso e reproduzido.

O ponto mais importante deste momento hermenêutico de Martins Sarmiento é, porém, o de permitir identificar a narrativa de Argus com a ‘grande marcha dos Árias’ que a historiografia de meados do século dezanove vinha a defender com cada vez maior número de provas em todos os níveis de objectividade das diversas disciplinas históricas:

Resulta de tudo isto que a Argonáutica fenícia nos conservou, e a Argonáutica de Apolónio copiou, o testemunho autêntico dessa famosa migração árica que os sábios modernos têm inferido por meio de deduções engenhosas, e que há cerca de trinta séculos foi narrada aos Fenícios por um

insular da Inglaterra, com a especificação do seu itinerário e a data aproximada daquele acontecimento [Sarmiento 1887a: 217].

A transformação, por parte do investigador, de uma colónia egípcia do Euxino numa colónia ‘ariana’ do ocidente da Europa acompanha, afinal, o movimento da historiografia sua contemporânea que, através da identificação do substrato linguístico indo-europeu, vinha reclamando para os ‘arianos’ uma proeminência civilizacional que os séculos anteriores em muitas circunstâncias atribuíam aos povos semitas do levante do Mediterrâneo e do norte de África e que, na historiografia portuguesa, havia tido a sua expressão mais importante no mito da fundação de Setúbal por uma personagem bíblica (Túbal), que, baseando-se na simples consonância de nomes, não se esgota nela: de facto, não pode compreender-se este tipo de ‘geografia de nominação’ sem se compreender o tipo de autoridade historiográfica que a narrativa bíblica e a teologia natural associada detinham nesta época.

Eis o grande ‘tropo hermenêutico’ da historiografia de Martins Sarmiento associado à interpretação dos Argonautas. A narrativa de Argus é uma ‘vivificação’ literária, ‘histórica’, do conjunto de elementos providenciados por níveis de objectividade complementares, fornecidos pelas diversas disciplinas científicas, de uma indiscutível e formidável movimentação de povos que, com origem na Ásia indo-iraniana, se havia feito representar em vestígios linguísticos, arqueológicos, antropológicos, etc. Da fusão de todos estes níveis de objectividade científica parcelar, permite-se Martins Sarmiento construir uma visão de conjunto da natureza, geografia e cronologia dessa mesma difusão. É sobretudo no que diz respeito à segunda destas expressões, a geográfica, que a narrativa da *Argonáutica* de Apolónio ganha uma especial importância no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento sobre a etnogénese do Ocidente da Europa, e de que a hermenêutica da *Ora maritima* de Avieno é, de algum modo, o preenchimento subsequente a uma escala superior.

A geografia dessa difusão assenta, assim, no trânsito pelos principais rios que cruzam e interligam toda a Europa. Dela resulta um sem número de colónias ‘da mesma família’ dos Albiões’ que, pontilhando todo este trajecto, iam preenchendo todo o Ocidente de povos ‘todos eles arianos’, todos, portanto, ‘com berço na Ásia’ [Sarmiento 1887a: 217-8].

A partir desta identificação essencializada das origens, Martins Sarmiento pode já reconstruir a genealogia de todos os povos da Europa, designando os ramos principais, nomear as gavinhas menores desses ramos, enxertando nela o povo dos Lusitanos e, por natural direito sucessório que a história a seu ver demonstra, os próprios Portugueses, pelo menos os do norte de Portugal.

São três os rumos principais que a difusão ariana desenhou na Europa ocidental, a cada um correspondendo uma das grandes vias fluviais que nela se ramificam e interligam todas as suas regiões. O ramo do Danúbio consiste no tronco principal que irá alimentar toda a difusão ocidental, sendo interessante que Martins Sarmiento desconsidere em absoluto a possibilidade de alguma desta difusão geográfica dos ‘arianos’ para o Ocidente poder ser feita pelo Mediterrâneo. Esta é uma difusão de carácter marcadamente continental, ainda que através da navegação das principais vias fluviais, que só adquire um carácter marcadamente marítimo quando, a partir do Báltico, os ‘Lígures’ do Mar do Norte vêm a ganhar sucessivamente as Ilhas Britânicas, as finisterras do Atlântico e a Espanha até ao limite do rio Xucar, daí passando, tal como os seus vizinhos italiotas, para o norte de África. Este ramo do Danúbio é, naturalmente, o que alimenta em primeiro lugar a Grécia arcaica, sendo por esta razão que Martins Sarmiento atribui aos Gregos, dentro do quadro geral de familiaridade essencializada de todos os povos ‘arianos’, uma diferenciação maior quando comparada com os Lígures ocidentais. Este ponto detém alguma importância ao nível da estruturação propriamente ideológica da teoria histórica do autor, na medida em que, a nosso ver, a grandeza de Grécia arcaica, ‘micénica’, é vista sempre a partir do lugar de observação privilegiado da Grécia clássica e, sobretudo, da narrativa fundacional da ‘guerra de Tróia’, à qual Schliemann havia dado uma inegável consistência arqueológica.³⁵⁰

O ramo do Danúbio, após se cindir, logo no início do seu movimento para oeste, para dar origem aos Gregos³⁵¹, atinge a região central da Europa, em redor do Bosque

³⁵⁰ Martins Sarmiento, dentro do quadro geral da geografia idealista (profundamente ritteriana) que habita a sua obra, em que o espaço não detém características propriamente suas que interfiram na evolução cultural ou social dos povos que nele se situam, atribuirá por isso a evolução especial da Grécia ‘à posição privilegiada que ocupa no Egeu’, argumento da mesma ordem daqueloutro com que justifica a pureza genealógica dos Lusitanos.

³⁵¹ Gregos e, presume-se, todos os povos que se dispõem ao longo do Danúbio. Martins Sarmiento não apresenta na sua obra grandes referências a estes povos que habitariam o espaço do Danúbio, talvez por duas razões: por um

Hercínio e o ‘País dos Lagos’. Esta região é absolutamente fulcral na concepção geográfica da teoria histórica de Martins Sarmiento, pela simples razão de nela convergirem as nascentes dos três rios, o Danúbio, o Reno e o Ródano, que permitem pôr em contacto as regiões mais distantes da Europa central. Aqui tem origem um dos ramos ‘arianos’ do Ocidente, o que virá a ser responsável pela colonização da península itálica pelos povos a que justamente se chamaria ‘italiotas’ e nos quais o autor incluiria diversos nomes étnicos, tais como os Sículos, Úmbrios ou Latinos, os últimos com a importância acrescida de virem a ser os antecessores dos Romanos, segunda grande fonte de ‘orgulho ligúrico’ após os Gregos.³⁵² A atenção que Martins Sarmiento dedica a todos estes povos da cronologia ‘italiota’ original tem origem na necessidade que o investigador tem de os apresentar não só com uma filiação ‘ariana’ comum a todos eles, mas também de fixar um sentido inequívoco da sua movimentação que daria origem à localização determinada pelas diversas fontes clássicas posteriores. A etnogenia ‘arcaica’ da Idade do Bronze a que Martins Sarmiento se dedica prioritariamente encerra uma dinâmica geográfica de que não existem ainda fontes propriamente históricas que as possam corroborar; neste contexto são de primordial importância as informações de

lado, porque esta viria a ser a região que, a seu ver, seria ‘desorganizada’ pela invasão dos ‘Celto-germanos’, e em que, portanto os vestígios propriamente ‘arianos’ foram diluídos pela ‘aluviação celta’; por outro lado, porque são, de algum modo, desnecessários à concepção geográfica geral da sua teoria histórica, cuja componente mais proeminente é a comparação directa, sem intermediários, entre os ‘Lígures’ do Ocidente e os Gregos. Contudo, não deixa de referir que os caminhos da migração ‘ariana’ foram sendo trilhados por vagas sucessivas ao longo do tempo, de que ‘os Trácios seriam a guarda avançada’.

³⁵² Neste momento, Martins Sarmiento tem o cuidado de inserir a sua própria concepção geográfica da história da migração ariana no contexto ‘responsável’ da geo-historiografia sua contemporânea. De facto, Arbois de Jubainville admitia que algumas das estações do Danúbio eram antecessoras directas dos povos que viriam a colonizar a Itália, nomeadamente os Úmbrios. Porém tal concordância é apenas ilusória, e remete para uma distinção geo-historiográfica fundamental de que Martins Sarmiento não conseguirá nunca libertar-se, e da qual surgirão os principais ressentimentos do investigador português em relação ao ‘eminente sábio celtista’, e na qual Adolfo Coelho representa um papel nada insignificante. Arbois de Jubainville, de facto, está longe de considerar os diversos povos geograficamente ‘itálicos’ todos como etnologicamente ‘italiotas’: ‘Não vemos que o ilustre sábio justifique esta distinção e muito menos a camaradagem dos Umbrio-Latinos e Celtas, que, salvo o devido respeito, chega a espantarnos. Para nós Umbrio-Latinos, Lígures, Sículos são membros de uma mesma família, em tudo diferente da céltica, trazidos à Europa pela mesma migração e descendo à Itália pelo mesmo caminho, embora acreditemos que a colonização da Itália por esta gente se fizesse por emissões sucessivas, como aliás é natural’ (Sarmiento 1887a: 218, nota 10). Note-se também, como, em conformidade com o que afirmamos em nota anterior, a via mediterrânica fica excluída dos caminhos de difusão ‘ariana’ na Europa ocidental.

‘segunda ordem’ providenciadas por essas mesmas fontes clássicas em relação aos povos nelas nomeadas: na respectiva alocação de cada um deles às grandes ‘famílias etnogénicas’ disponíveis na crítica geo-historiográfica reside, por isso, a natureza de recepção das teorias respectivas.³⁵³

Nesta classificação etnogénica, ganha especial importância a filiação dos Lígures do Mediterrâneo, uma vez que a escolha deste nome para designar todos os povos ‘arianos’ do Ocidente representará, no seio da teoria de Martins Sarmiento, tanto uma fonte de analogias e fecundas manobras interpretativas de que o seu trabalho propriamente se alimenta, como, também, um viveiro de problemas que em última análise tenderão a ganhar um papel preponderante do seu próprio descrédito.³⁵⁴

³⁵³ Cremos que é por esta mesma razão que vemos Martins Sarmiento a respigar estas informações ‘de segunda ordem’ presentes nas fontes clássicas em relação a alguns dos povos itálicos. Entre eles, os Úmbrios, ‘povo tão antigo na Itália como os Latinos’, são apresentados especificamente pelo investigador com o intuito de fixar o sentido da difusão ‘ariana’ na península itálica, indo assim ao encontro da sua concepção geográfica ‘orientalista-danubiana’, por um lado, e da filiação conjunta de todos os itálicos numa mesma corrente etnogénica: ‘Os Umbrios (...) eram chamados ‘veteres galli’, o que mostra que eles tinham descido da Gália’. Esta proposição está em consonância com alguma da mais importante regionalização teórica contemporânea de Martins Sarmiento (por exemplo, Thierry: ‘*Ces vieux Gaulois, suivant les auteurs dont nous parlons, étaient les ancêtres du peuple des Ombres qui habitait, comme on sait, au temps de la puissance des Romains, les deux revers de l’Apennin, entre le Picenum et l’Étrurie ; et le fait était donné comme positif*’); o que é distinto é a interpretação etnogénica que é levada a cabo por cada um destes autores, partindo do mesmo facto: o que permite a Amédée Thierry ‘celtizar’ a Itália para tempos anteriores às primeiras invasões célticas consignadas nas fontes históricas, irá servir a Martins Sarmiento como argumento principal da ‘arianização’ dos povos da região que veio a tomar o nome da Gália, e cuja importância será manifesta no momento em que o investigador apresentar a tese do substrato ‘ligúrico’ dos Gauleses de César, no contexto geral da problemática do ‘celtismo da Lusitânia’. É a este contexto regional da sua teoria que pertence também a identificação entre os Arvernos de uma tradição que os fazia ‘parentes dos Latinos’: ‘Os Arvernos diziam-se parentes dos Latinos, o que prova que uns e outros tinham vizinhado em remotos tempos, sendo tão improvável que fossem os Arvernos que subissem da Itália para a Gália, quanto provável que os Latinos, como os Umbrios, descessem da Gália para a Itália’ (Sarmiento 1887a: 218-9). A importância dos Arvernos enquanto povo ‘ligúrico’ ver-se-á ainda acrescida da identificação que Broca viria a fazer do ‘tipo físico celta’ da população francesa com os habitantes seus contemporâneos da mesma região (note-se que para Martins Sarmiento, o tipo físico a que Broca chama ‘celta’ é o mesmo a que ele chama ‘ligure’).

³⁵⁴ Martins Sarmiento apresenta algumas hesitações quanto às relações e filiações etnogénicas entre os Lígures históricos, i.e., os do Mediterrâneo, e o conjunto dos ‘Lígures’ entendidos como os povos ‘arianos’ da Europa ocidental. A natureza hesitante desta relação é especialmente visível nas comparações etnográficas directas que faz, por exemplo na obra *Os Lusitanos* entre os Lígures do Mediterrâneo e Lusitanos descritos nas fontes clássicas, de onde retira uma caracterização ‘especificamente’ ligúrica dos povos do norte da Espanha. este carácter ‘especial’ da comparação vai sendo progressivamente abandonado ao longo da obra, especialmente depois de Jubainville ter

O que fica porém claro ao nível da regionalização teórica da tese de Martins Sarmiento em relação à ‘arianização’ da península itálica é que esta difusão tem origem nos povos que do Danúbio atingem a região a norte dos Alpes, e que, através do vale do Ródano, se internam em Itália em vagas sucessivas que, empurrando alguns dos povos mais antigos no sentido do sul, vem a ser responsável pela chegada dos Sículos à Sicília e até de povos da mesma família ‘ligúrica’ ao norte de África, defronte daquela ilha.

A identidade entre os povos do ramo do Ródano e do Reno é fundamental no sentido de dar uma dupla identidade aos povos do ocidente, associada aos Lígures do Mediterrâneo e dos Latinos: os primeiros, porque são a origem da sinédoque que irá permitir aos Fenícios atribuir o nome de ‘lígure’ a todas as manifestações arianas do Ocidente, e, por outro lado, porque o arianismo dos Latinos é absolutamente obrigatório como referente da mesma filiação do povo que deles descende, os Romanos. Não admira assim que possamos detectar em Martins Sarmiento o propósito específico de fazer aproximar as cronologias de difusão do Reno e do Ródano e de detectar na esfera ideológicas inter-relações que só a comunidade de origem pode justificar:

Uma coincidência que não pode deixar de ser notada com cuidado: se a chegada dos Albiões à sua ilha pode datar-se aproximadamente do século XVI a.C., pelos documentos egípcios, sabemos que os árias da corrente do sul já no século XV tinham ocupado a Sicília. Recordemos que o culto de Circe, vulgarizado entre os Italiotas, foram encontrá-lo os Fenícios no sudoeste da Espanha e na Inglaterra. Depois disto não se estranhará decerto que acreditemos piamente que à migração árica do Reno e do

considerado impossível admitir alguma filiação próxima entre os vestígios das línguas ‘neo-célticas’ e a língua lígure (cf. Guerra 1999). Então, a partir desse momento, os Lígures do Mediterrâneo tendem a ser considerados por Martins Sarmiento como apenas um elemento etnogénico mais da expressão do ‘arianismo’ ocidental. O facto de Martins Sarmiento propor a nomeação de ‘Lígures’ como nome colectivo para o conjunto de todos os povos ‘arianos’ do Ocidente exigia ‘postularmente’ que não pudesse duvidar-se que os Lígures do Mediterrâneo fossem ‘arianos’. É justamente a este nível que Martins Sarmiento inclui a sua teoria histórica no confronto já instalada ao nível da regionalização teórica da geo-historiografia do seu tempo: a Jubainville, que admitia distinguir os Lígures dos Latinos (e já se vê a importância que este facto poderia ter na tese de Martins Sarmiento), opõe o investigador português a tese da filiação directa dos Latinos nos Lígures feita por Celesia. Porém, dada a nacionalidade ligúrica deste último investigador, já se vê que são muitas e complexas as questões propriamente geopolíticas que devem ser tidas em conta no momento de compreender todas as dimensões de estruturação da regionalização teórica da geo-historiografia do seu tempo.

Ródano, e que demos como um facto positivo e que há pouco aventurámos como uma simples hipótese, a saber, que os Fenícios ampliaram aos povos que foram descobrindo nas suas navegações a denominação de Lígures, e isto porque aqueles povos tinham com estes as mais íntimas afinidades. Não se estranhará também que acreditemos com a mesma fé, que foi a expedição ao Mar do Norte, pondo os Fenícios em contacto com os povos do litoral europeu desde o sudoeste de Espanha até à foz do Reno, depois com os povos ribeirinhos do Reno até o País dos Lagos, finalmente com as colónias que bordavam as margens do Ródano, que os autorizou à classificação etnográfica respectiva ao Ocidente [Sarmiento 1887a: 219-20].³⁵⁵

Se parte da movimentação de povos associada à ‘grande migração ariana’ tomou, após ter chegado ao País dos Lagos, o curso do Ródano e, a partir dele, colonizou toda a Gália do Sul e a Itália, uma outra parte, ‘o ramo do Reno’ subiu este rio e pontuou de colónias ‘ligúricas’ as suas margens. Atingindo a foz desse rio, estendeu-se a todo o

³⁵⁵ Com a cronologia de Deucalião, que Martins Sarmiento limita também ao século XVI, e a de Tucídides em relação à expulsão dos Sicanos da Península pela invasão dos ‘Lígures’, Martins Sarmiento começa a desenhar um quadro temporal em que se poderiam ter dado as fases iniciais de difusão ariana no ocidente da Europa. No termo do século XV, já as características essenciais da difusão ‘ariana’ no Ocidente da Europa estão *grosso modo* estabilizadas, sendo este lapso enorme de tempo que decorre entre esta data e o início da movimentação invasora dos povos célticos, o momento em que toda a Europa veria florescer uma civilização uniforme, nos temas decorativos, na construção de monumentos, ou na esfera ideológica. A este último respeito, é de sublinhar a importância que Martins Sarmiento dá ao facto de Circe ser uma deusa ‘italica’. É que esta figura divina, pelo seu carácter arcaico, escapa ao fenómeno mais tardio de tradução romana do olimpo dos Gregos, e abre a porta à argumentação sarmentiana de que a difusão do seu culto no Ocidente se teria feito em tempos anteriores à chegada da fase imperial dos Romanos. Claro está que, para a regionalização teórica associada à distribuição do culto de Circe deter uma validade argumentativa significativa, exigir-se-á que a fixação dos pontos do seu culto no mapa da Europa ocidental decorra de uma hermenêutica consensual dos documentos utilizados, especialmente a *Ora maritima* e as lendas gregas de Ulisses, Jasão e Hércules, o que, como vemos, não é um ponto garantido da teoria de Martins Sarmiento.

Martins Sarmiento utiliza nesta sua proposição de fundo algumas palavras que remetem para o carácter íntimo da sua própria psicologia de pesquisa e da relação entre ela e a sociologia associada à estruturação da comunidade científica em que se pretende concluir: acreditar ‘piamente’ e com ‘a mesma fé’ parecem-nos ser mais do que simples recursos estilísticos: são também uma estratégia específica de devolver à prática científica uma dimensão ‘dogmática’ que é exigida previamente para se poder confrontar os dados a uma nova luz: são inúmeras as referências deste género ao longo da obra de Martins Sarmiento, e todas elas remetem para a dificuldade propriamente metaparadigmática que o autor sentiu em fazer passar as suas proposições científicas. Esta prevalência do paradigma face à teoria é justamente uma dos elementos mais destacados por Kuhn na análise que faz das características psicológicas e sociológicas associadas à produção do conhecimento científico.

Mar do Norte, incluindo as ilhas Britânicas. Partindo do ponto central de divergência do território ‘hercínico’ na Europa central, a ‘vaga ariana’ toma para si o curso completo dos dois rios que, quase tocando nas suas nascentes, põem em contacto o Mar do Norte e o Mar da Sicília, os extremos da viagem fluvial que Martins Sarmiento admite atribuir aos Argonautas. Teria sido por este caminho que a notícia da qualidade do estanho das Ilhas Britânicas teria atingido o Mediterrâneo e estimulado o interesse comercial dos Fenícios; seria igualmente por este trajecto que os mesmos Fenícios, face à suposta intransigência dos Albiões em deixá-los cruzar o Passo da Morínia, teriam regressado da ‘primeira viagem ao Mar do Norte’.

Para lá do carácter desassombrado da interpretação ‘literária’ de Martins Sarmiento, existe porém um ponto associado à sua leitura da familiaridade dos povos da Idade do Bronze que não é insignificante na regionalização teórica da Proto-História do seu tempo. A relativa uniformidade de objectos de bronze por toda a Europa, associada à predominância teórica do difusionismo, havia levado a comunidade científica a tentar determinar um centro primordial (e uma ‘civilização’ associada, desde logo) de difusão das técnicas metalúrgicas respectivas.

Um facto propriamente ‘geopolítico’ emerge ainda da regionalização teórica que Martins Sarmiento associa à sua interpretação da origem, difusão e natureza da metalurgia do bronze na Europa ocidental. A ilha da Grã-Bretanha vem, por este intermédio, a adquirir uma importância fundamental na estruturação da economia de toda a Europa ocidental, que lhe é garantida, não apenas pela sua condição de detentora de recursos importantes, o estanho mas, também, de características propriamente civilizacionais que ultrapassam o papel a que normalmente poderia estar votada uma região periférica explorada. A segunda das duas características é atribuída por Martins Sarmiento a esta região, unicamente pela transferência para a Inglaterra dos atributos ‘civilizados’ dos ‘Colquídeos’ do Mar do Norte, numa composição indecisa e idealizada entre uma geografia histórica e uma lendária.

A ilha dos Albiões, perdida nas extremidades do mar e da terra, torna-se deste modo um dos focos mais vitais do mundo ligúrico, e depois disto nem surpreende que a poderosa marinha de Aetes, nem a ciência geográfica de Argus e dos Feácios, conhecendo os caminhos do mar e da terra que sabemos, e de que deviam estar bem instruídos, já pela tradição dos seus

antepassados, já pelas largas relações comerciais dos seus respectivos países com as populações mais distantes [Sarmiento 1887a: 221].

A superioridade ‘civilizacional’ dos Albiões de Aetes não está, é claro, isenta de consequências importantes para a teoria etnogénica de Martins Sarmiento em relação aos Lusitanos. Dela o autor irá eventualmente retirar parte da argumentação que sustentará a superioridade electiva dos povos da Península Ibérica, a partir das ‘relações comerciais’ que estes estabeleciam com a orbe ‘ligúrica’ de que eram o centro vitalizador.

Uma das direcções principais em que se desenhava a extensão comercial dos povos ‘ligúricos’ das Ilhas Britânicas era, significativamente, a Península Ibérica, especialmente os ‘povos do Sudoeste da Espanha’ com cujas ‘famílias de régulos estavam enlaçados por casamentos’ [Sarmiento 1887a: 221]. Esta referência de Martins Sarmiento às ligações de parentesco entre os ‘Lígures’ britânicos e os ‘Lígures’ hispânicos (especificamente os tartéssicos) revela algo mais do que a costumada plana geral de civilização ligúrica com que o autor pretende subsumir todas as manifestações etnogénicas do Ocidente. Ela consiste, também, numa manifestação específica do tipo de fundamentação metaparadigmática das estratégias hermenêuticas do investigador, no que diz respeito ao aproveitamento etnogénico das referências literais personalizadas das narrativas lendárias gregas, das biografias das suas personagens mais importantes. A prova da relação do parentesco busca-a o autor na referência à personagem argonáutica de Frixo, que, na restituição geográfica levada a cabo por Martins Sarmiento, sendo originário da região do Golfo de Cádiz, veio a unir-se com Calcíope, princesa de Ea, equivalida a Inglaterra.

A força demonstrativa do parentesco que a personagem de Frixo propõe na nova ordem geográfica é apenas uma contribuição elementar para a substanciação completa da etnogénese ‘ligúrica’ com que Martins Sarmiento pretende dotar o Ocidente e que virá a constituir o essencial da sua teoria etnogénica da Europa:

Por este modo desde a ilha dos Albiões até o sudoeste de Espanha vai-se formando uma cadeia de colónias marítimas, muito semelhantes às do Reno e do Ródano, e imagina-se se a descoberta do estanho as não interessaria vivamente e não daria causa a um movimento comercial, idêntico ao que notamos para o interior da Europa [Sarmiento 1887a: 221-2].

Esta frase sintetiza alguns dos mais conspícuos elementos da teoria ‘ocidentalista’ de Martins Sarmiento, e que são, como procuraremos demonstrar na parte seguinte deste trabalho o ‘espelho’ de uma ideologia liberal e burguesa que virá justamente a caracterizar, no tempo do autor, as mesmas regiões europeias que o autor consigna à ‘liguridade’. Por agora é suficiente que se designe esta mesma geografia na sua enunciação narrativa da obra d’*Os Argonautas*, como ‘escala regional’ de explicitação dessa mesma prefiguração ideológica.

Ao estabelecer o primado ‘ligúrico’ da sua ‘teoria argonáutica’, Martins Sarmiento convoca uma identidade de civilização e de história entre o Ocidente e as manifestações da História da Antiguidade dotadas de maior prestígio, nomeadamente Grécia e Roma. Explicar o modo como essa esfera civilizacional ‘ariana’ se manteve nas regiões ocidentais da Europa, e compatibilizá-la com as fontes escritas clássicas que anunciam a sua conquista pelos ‘Celtas’ será, justamente, uma das mais insistentes estratégias heurísticas de Martins Sarmiento, e de entre todas a que deterá maior capacidade de ‘crispação’ científica com a comunidade científica do seu tempo.

A questão central que anima a sua produção científica, quer na hermenêutica da narrativa argonáutica, quer nas interpretações associadas das diversas ‘objectividades científicas’ permitidas pelas diversas ciências ‘auxiliares da História’ será a de demonstrar, não apenas a filiação ‘ligúrica’ (‘ariana’) dos povos ocidentais da Europa, mas a perenidade da sua civilização sob a difusão e dominação ‘celto-germana’ desses territórios, entre as datas que balizam as suas primeiras aparições até à derrocada final do Império romano.

No contexto da *longue durée* proposta para a etnogénese ‘ligúrica’ do Ocidente, Martins Sarmiento esforçar-se-á por fazer ‘acolchetar’ os mapas das diversas cronologias, esforçando-se por dar preferencialmente visibilidade a todos os atributos posteriores como pervivências ou distorções dos elementos históricos da argonáutica restituída. Também neste sentido, a ‘geografia argonáutica’ é matricial, porque dela depende a organização interpretativa das fontes subsequentes. Nos parâmetros de uma restituição assim definida, actuando *retrospectivamente*, a questão principal a que o investigador deve responder seria sem dúvida, a de saber

[o]nde estão nos tempos históricos esses dominadores do Ocidente. Na Itália, os seus representantes são sobejamente conhecidos e um deles, o latino, soube com o seu génio e a sua tenacidade lutar com todos os desastres e chegar a ser o primeiro povo do mundo; mas os Lígures da faixa ocidental da Europa, sobretudo esses Albiões no nascente da Inglaterra, que tanto deram que fazer aos Fenícios, esses famosos marinheiros feácios da foz do Reno, todas as populações que da foz do Reno se estendiam até o País dos Lagos, exibindo uma actividade própria de todos os povos novos – *que é feito de tudo isto?* [Sarmiento 1887a: 224].

Da resposta que Martins Sarmiento irá dar a esta pergunta, poderemos nós reconhecer não apenas a sua proposta (polémica) do ‘passado do lugar’ mas, também, criticamente recolher os indícios seguros da regionalização teórica e topografia social que comandam aquela mesma restituição, em suma, designar em todas as suas componentes o ‘lugar do passado’ em Martins Sarmiento. Esta composição obedece a diversos níveis de estruturação social, cultural e até psicológica, e da sua caracterização detida tratará a parte seguinte deste trabalho. Por agora, bastará que se enunciem as principais etapas da constituição ‘sarmentiana’ da pervivência ‘lígure’ no noroeste da Península Ibérica, como um episódio têmporo-espacial singular da oposição bélica, ‘racial’ e ‘civilizacional’ entre o mundo ‘ligúrico’ e ‘celto-germânico’, termos que são, para Martins Sarmiento, absolutamente antitéticos.

A dinâmica histórica do Ocidente europeu nos tempos proto-históricos será apresentada por Martins Sarmiento fazendo-se acompanhar por algumas ideias-força que em conjunto prodigalizam a pervivência genealógica do ‘escuso’ noroeste da Península Ibérica como representante legítimo de um passado e de uma civilização verdadeiramente ‘europeus’. Essas ideias-força podem resumir-se em algumas palavras, deixando para mais tarde a sua caracterização específica e o modo como contribuem e reflectem a organização metaparadigmática da ciência histórica do seu autor e o papel central que a narrativa argonáutica nela vem a deter.

1) Em primeiro lugar, torna-se necessário salvaguardar a origem ‘ariana’ destes povos do Ocidente, de modo a que a criação *ex-nihilo* da arianidade ocidental possa constituir o pano-de-fundo necessário à sua própria perpetuação. Neste contexto,

Martins Sarmiento esforçar-se-á por recolher a demonstração ‘original’ dessa criação civilizacional do Ocidente. Ora em nenhum outro lugar esta informação pode ser mais fidedigna, seguindo as regras de validação hermenêutica do autor, do que nos testemunhos dos próprios povos ‘arianos’ que se difundiram pelo Ocidente, a saber, os habitantes de Gales e da Irlanda.

Será na tradição folclórica destes povos, especialmente nas Tríadas câmbricas, que o autor irá buscar o primeiro dos grandes argumentos da sua ordem interpretativa. As razões por que o faz são evidentes: a tradição oral de Gales, fixada em texto, detinha entre os folcloristas uma antiguidade venerável (apenas comparável à que a língua basca detinha entre os linguistas) que era reconhecida por todos os intervenientes da comunidade científica contemporânea de Martins Sarmiento, embora, é certo, a ela se atribuisse uma origem geográfica e histórica distinta da que irá defender Martins Sarmiento. Mas o valor específico desta tradição era respeitado por todos, e será por isso especialmente eleito por Martins Sarmiento como o primeiro pilar da sua construção teórica – é que todos eram unânimes em reconhecer que os textos das Tríadas revelavam o mundo insular britânico anterior às invasões dos povos ‘continentais’, entre os quais os Belgas adquiriram notoriedade por serem referidos nas fontes clássicas (especialmente César) como habitando quer o norte da Europa continental quer o sul da Inglaterra.

Martins Sarmiento usará desta antiguidade incontestada do ‘povito de Gales’ para nela firmar uma cronologia ainda mais antiga, remetendo-o para a condição de ‘exemplar ligúrico’ dos povos que a geografia argonáutica reconhecia a habitar todo o território das Ilhas Britânicas e ainda toda a Europa continental. Mais uma vez podemos ver a importância matricial da narrativa argonáutica na estruturação da teoria etnogénica sarmientiana. De facto, as informações presentes nas Tríadas câmbricas serão especialmente valorizadas por se adequarem intimamente a uma das personagens d’*Os Argonautas* de Apolónio: o neto de Aetes, guia dos marinheiros mediterrânicos, que estes haviam recolhido de um naufrágio quando se aproximavam de Ea:

Como se sabe, há ainda hoje na Inglaterra um povo que se vangloria de ser o primeiro ocupante daquela ilha e *de ter conservado através de todas as revoluções a sua individualidade própria*, a história do seu passado e até a sua língua primitiva. Este povo é o câmbrico (...). O primeiro [período da

sua etnografia] compreende os Cymros puros, como eles se nominam, e que vieram colonizar a Inglaterra por mais de uma vez. A primeira colônia foi conduzida por Hu e veio do país de Af, onde hoje é Constantinopla (...). O seu caminho foi pois o do Danúbio e do Reno, como inferem justamente os comentadores. *Dir-se-ia a cópia da tradição de Argus* [Sarmiento 1887a: 229-30].³⁵⁶

Está enunciada, deste modo, a ‘origem ligúrica’ da civilização de Aetes, e de todo o Ocidente, bem como convenientemente assegurada a ligação covalente entre o passado tradicional projectado pelas lendas câmbricas e a distorção grecocêntrica das diversas lendas ‘errantes’ do mundo helénico, Hércules, Jasão e Ulisses, que podem, a partir deste momento epistemológico provocado, ser apropriadas pelo Ocidente, como tendo ocorrido no litoral atlântico e como sendo levadas a cabo pelos marinheiros de Tiro.

2) Um segundo elemento estruturante é apresentado por Martins Sarmiento com a intenção conjugada de dotar a sua teoria etnogénica da Europa de uma ‘arianidade’ pervivente e associada a uma das problemáticas mais discutidas na comunidade científica sua contemporânea: o problema do druidismo e da filiação étnica do povo dos Gauleses:

No entanto a identidade do druidismo da Céltica e da Silúria, a identidade das línguas, são coisas incontestáveis, e seguramente nem os Sílures do poente da Inglaterra vieram copiar o druidismo e a língua da Céltica, nem às avessas. Mas, a solução destes enigmas não se mete, a bem dizer, pelos olhos dentro? Antes da conquista céltica a Gália central era habitada por povos em tudo semelhantes aos Sílures. Esses povos não desapareceram com a

³⁵⁶ A ênfase é nossa. Martins Sarmiento, além de reconhecer nos Cymros os ‘povoadores’ das Ilhas Britânicas, vê nas personagens triádicas subsequentes o espelho fidedigno da dinâmica histórica que se lhe seguiu. Assim, onde as lendas câmbricas designam um povo invasor (os Galedin) que, com o beneplácito dos povoadores originais, se instalam na ilha da Inglaterra, vê o investigador uma referência velada à fuga dos Lígures do Báltico, acossados pelas armas célticas; o facto de serem provenientes da mesma esfera civilizacional, no contexto da mentalidade histórica maniqueísta de Martins Sarmiento, explicaria bem a pacífica convivência entre ambos. Mais tarde, uma terceira invasão assola a ilha da Inglaterra: os invasores (os Corânios) são já chamados de ‘usurpadores’, revelando assim que não são reconhecidos pelos indígenas, e deles se tornam os principais inimigos, sobretudo porque tomam o partido dos sucessivos dominadores da ilha, os Romanos e os Saxões. Trata-se, o nosso autor não tem dúvidas, de uma referência aos Celtas.

dominação bárbara. (...). Mas a que se reduziu então a influência dos Celtas conquistadores? A questão está já resolvida pelo sr. Bertrand nestas poucas palavras: os conquistadores acharam-se em face do druidismo, como mais tarde os Francos em face do catolicismo. Quer dizer, uns e outros perfilharam a civilização dos vencidos. Incapazes de governar uma sociedade muito mais culta que a deles, e não querendo, ou não podendo destruí-la, contentaram-se com as regalias que lhes dava a sua posição de dominadores (...). [Sarmiento 1887a: 232, 233, 234]

Esta frase reúne alguns dos principais elementos da fundamentação teórica e conformação ideológica do trabalho de Martins Sarmiento no que diz respeito à problemática do druidismo e da filiação étnica e histórica dos Gauleses. A importância deste povo, em termos da regionalização teórica, dominante em meados do século dezanove, era tão mais sentida quanto os Gauleses eram apresentados pela fratria ‘celtista’ como sendo a matriz étnica da formação da França. Sendo este país um dos principais ‘produtores’ de ciência histórica de escala europeia, facilmente se verá a dificuldade que Martins Sarmiento naturalmente irá sentir no momento de apresentar uma teoria contrária àquela que detinha o favor dos nomes mais sonantes do seu tempo.

O modo como Martins Sarmiento se move no recinto da problemática ‘céltica’ indicia as diversas esferas ‘paradigmáticas’ que são em si convocadas. O principal intuito do investigador é o de proceder ao ‘desligamento’ do druidismo e dos Celtas, e, indirectamente, à ‘desceltização’ das línguas neo-célticas, para assim poder plenamente integrar a ‘língua lusitana’ (a que as exumações a que procedia de diversas epígrafes davam testemunho material) no universo da ‘arianidade global’ europeia.

A estratégia hermenêutica que vai ser levada a cabo por Martins Sarmiento será – como teremos ocasião de acompanhar detidamente em momento posterior deste trabalho, quando nos referirmos ao papel dos *Belgae* na geo-historiografia do investigador – fundamentalmente a de tentar demonstrar que os povos ‘silúricos’, *i.e.*, aqueles que a historiografia romana, sobretudo as fontes de César e Tácito, situam na face ocidental da ilha da Grã-Bretanha, e cuja luta feroz pela independência viria a ser o tema central de um dos livros do segundo daqueles historiadores romanos, são afinal da mesma estirpe dos Gauleses e dos Lusitanos. Este povo, habitando a moderna Gales, com paralelos culturais estabelecidos entre os habitantes da Irlanda e Cornualha, são os

‘célticos’ da historiografia posterior, obrigados a recuar em razão das movimentações dos povos saxónicos no termo da dominação romana.

Porém, para Martins Sarmiento, é justamente esta filiação que deve ser contrariada à luz da hermenêutica dos textos clássicos e do testemunho da Arqueologia. Estes povos que o Romano teria conhecido nas montanhas de Gales, chefiados pelos seus druidas, indómitos e orgulhosos, face às investidas das legiões, seriam afinal os legítimos representantes, não dos ‘Celtas’, mas dos povos que anteriormente a eles habitariam as duas ilhas britânicas. É esta a razão propriamente geo-histórica que leva o investigador a sentir a necessidade de apresentar os ‘Sílures’ como povos ‘lígyres’, considerando-os simultaneamente como descendentes dos migrantes do Reno e antepassados dos viajantes que se difundiram no Noroeste da Península Ibérica. São, em suma, o vínculo necessário de parentesco da Lusitânia com os longínquos Árias. Como facilmente se adivinha, esta estratégia hermenêutica de interpretação dos textos de César e Tácito encontrará condições de recepção muitíssimo dificultadas, tendo em conta a tradição historiográfica do celtismo e especificamente a formulação geopolítica em que este se apresenta entre a comunidade científica contemporânea de Martins Sarmiento.

Existe, porém, uma outra razão que pode ajudar a compreender a razão por que Martins Sarmiento sente necessidade de recuperar o druidismo ‘sílure’ e, por arrasto, o gaulês, para a esfera da ‘arianidade original’, recusando a sua filiação na esfera cultural dos Celtas. É que, como veremos, toda a força metaparadigmática da teoria etnogénica dos Lusitanos proposta pelo autor passa pela afirmação da pervivência da esfera da espiritualidade como sendo a única instância do mundo pré-histórico a sobreviver entre o ‘povo português’ do seu próprio tempo. O mundo das tradições e da religiosidade popular, de cujo fundo pagão o autor não duvida, é, por assim dizer, a trave mestra que garante a intemporalidade do ‘mundo ariano’ no território que vem a ser Portugal, e aquela que resiste à sucessão de episódios de dominação política e cruzamentos étnicos em que consiste a história do território. Face a uma evidência histórica de miscigenação étnica e fecundação multicultural com que contribuem os diversos povos que vêm à Península Ibérica, Martins Sarmiento sente a necessidade de essencializar as origens e pô-las ao abrigo do carácter multiforme dessa mesma história. É neste contexto de idealização do *Geist* português que o passado ‘druida’ da religiosidade popular recolhe a

sua própria justificação, que é, no fundo, a de filiar directamente a essência de um povo no universo da civilização europeia de que o helenismo é a origem e matriz.

3) Na primeira parte deste trabalho, quando apresentamos as diversas modalidades e expressões da afirmação de um ‘ponto de vista geográfico’ na história do conhecimento e da ciência, fizemos referência à teoria ‘abjectivista’ de Kristeva, no contexto mais geral da crítica feminista harawayana da Modernidade enquanto projecto científico. É justamente em relação com esta ordem conceptual que devemos tentar compreender a posição de Martins Sarmiento no que diz respeito à oposição estrutural por ele estabelecida entre ‘Lígures’ e ‘Celtas’, bem como a virulência com que o investigador dotará as suas opiniões e polémicas em redor da ‘questão do celtismo’.

Em *Os Argonautas*, o autor deixa bem claro qual é a sua opinião sobre os Celtas, e sobre a sua influência civilizacional na etnogénesis da Europa:

Os Celtas não podiam deixar vestígios da sua civilização porque não tinham civilização nenhuma; o seu império não podia deixar de ser efémero, pois se, na Gália central, onde ele melhor deveria radicar-se (...), os conquistadores apenas se distinguem como uma casta guerreira, alheia ao governo do país, o que há a esperar dessas turmas que vêm embrenhar-se para o sul, isoladas umas das outras, e fixando-se aqui e ali ao acaso, e entre populações relativamente muito mais cultas que elas? E, se nestas condições a sua influência moral sobre os povos do sul é nula, como não pode deixar de ser, antropológicamente os seus resultados não podem ser muito sensíveis. É conhecida a lei, segundo a qual uma raça exótica vai degenerando e acaba por quase desaparecer ao fim de algumas gerações, quando vem viver e cruzar-se com uma raça indígena, que constitui sempre a grande maioria da população. (...). Em conclusão – nós admitimos (...) que a antiga etnografia do Ocidente tem apenas dois factores dignos de ser tomados em consideração – *os homens do norte e os homens do sul*, que disputaram sempre e disputam ainda o predomínio desta parte da terra. [Sarmiento 1887a: 238, 239, 240. A ênfase é nossa].³⁵⁷

³⁵⁷ Deve dizer-se que a opinião de Martins Sarmiento sobre a degenerescência das raças tem uma longa tradição no Ocidente, antecede o tempo do autor e continua largamente para além dele, se é que não podemos reconhecê-lo

Três ordens de argumentos parecem-nos susceptíveis de ser apresentadas em redor da ‘questão do celtismo’ na obra de Martins Sarmento, desde o modo como aparecem enunciadas no seu *opus magnum*, que são *Os Argonautas*, e que servirão de pistas de desenvolvimento para os momentos de maior detenção interpretativa deste trabalho.

Por um lado, a questão do ‘império celta’. Esta questão prende-se desde logo com a visão ‘heróica’ que a Arqueologia difusionista detinha do passado que estudava, e que consistia, basicamente, em atribuir à realidade da Pré-História atributos e qualidades do século dos seus intérpretes. Ora, o século dezanove é, quase por definição, a ‘era dos impérios’ na Europa, sejam os que se desenhavam dentro dos seus próprios territórios, quer os que a Europa laboriosamente ia construindo nos territórios dos outros continentes. Sendo assim, não admira que as referências históricas e vestígios arqueológicos do passado fossem subsumidos em duas ou três grandes esferas civilizacionais, ‘Lígures’, ‘Celtas’, ‘Germanos’, etc., cuja vinculação com as realidades da geopolítica oitocentista dotava de um inevitável ‘presentismo’. Martins Sarmento não é a este respeito diferente, pelo que, quando o vemos a invectivar directamente os partidários do ‘império céltico’ não é tanto pelo respeito pela afirmação da historicidade ‘local’, mas pela afirmação recíproca de uma outra zonação imperial, mais vasta, o suficiente para que nela se integrem as duas margens da bacia do Mediterrâneo.

ainda robusto nos tempos actuais. Existem, ao longo da segunda metade do século dezanove e inícios do século vinte, um palco privilegiado de afirmação deste tipo de ciência racialista (e racista) que corresponde a uma especial associação de uma epistemologia evolucionista (iniciada com Darwin) e uma situação política de confrontação entre os exércitos e colonos europeus e os povos indígenas do resto do mundo. Nesse contexto, o problema da ‘degenerescência da raça’ tomou particular acuidade, sobretudo quando se supunha estar praticamente vedado ao ‘homem branco’ a aclimação às regiões tropicais (Felkin 1886, 1891 e 1892; Hunt 1853), sendo estas, em termos de discurso científico desse tempo, descritas em termos claramente ‘moralistas’ (e.g.: Eijkman 1924; Price 1939); como se compreende facilmente, a arqueologia dos territórios africanos será um lugar especialmente apto a tornar visível esta ordem epistemológica (Fagan 1981: 42-43). O que é, contudo, ainda mais curioso, é que, no contexto progressivamente racialista da ciência dos inícios do século vinte, o carácter ‘moral’ dos fenómenos científicos é trazido para dentro de disciplinas que à primeira vista poderiam parecer insuspeitas de poder gerar esse tipo de linguagem ambígua: veja-se, por exemplo, o modo como A. Miller (1933: 2) traz para o interior da climatologia formulações verdadeiramente ‘morais’ da ‘economia do clima’: ‘Psychologically, each climate tend to have its own mentality, innate to his inhabitants (...)’; cf. tb. Trewartha (1926: 472 e ss.); a esta ‘economia moral do clima’ não escaparam também os grandes exploradores, tanto mais que dela recolhiam o carácter diferencial da sua própria responsabilidade e superioridade *inter pares*: ‘[W]ith proper moral conduct (...) the European will be able to thrive in a hot climate as in any other climate under the sun (...)’ (Stanley 1885: II, 294)

É no contexto de associação íntima da esfera cultural de Celtas e Germanos, levada a cabo por Martins Sarmiento, que nós podemos ver, afinal, o essencial da sua teoria oposicionista e *abjectivista* do Passado (e, necessariamente, do Presente). Aquela associação íntima entre os povos da ‘barbárie’ não é senão o espelho de reflexão necessário à afirmação essencializada da ‘civilização ariana’ de que forçadamente obrigará os Lusitanos a participar. Lançadas as sementes de uma oposição estrutural no Passado, a história da Europa consistirá assim numa desenvolvimento esperada de dois princípios antagónicos de civilização, o ‘sul’ e o ‘norte’ – que será replicada sucessivamente como o ‘Lígure’ e o ‘Celta’, antes da ordem romana, o ‘Latino’ e o ‘Germano’ ao longo daquela, o ‘Espanhol’ e o ‘Holandês’ no século dezassete, o ‘Inglês e Alemão’ e o ‘Português’ no contexto colonial do século dezanove. Duas forças históricas em confronto, sempre imiscíveis, que a ordem narrativa da história concreta da Europa apresenta como a decadência progressiva do Mediterrânico face ao Nórdico, decadência face à qual apenas a força imaginária das ‘geografias do passado’ se pode contrapor, já que no presente a luta está perdida.

Tínhamos pretendido, neste momento do trabalho, designar as características essenciais de um *opus magnum* de Martins Sarmiento – *Os Argonautas* – e enunciar as pistas de desenvolvimento do momento seguinte, mais interpretativo, para que ela destacadamente parece apontar.

Uma interpretação mais completa pertence agora a uma esfera alargada da consulta do todo da obra do autor, que é o que nos propomos fazer na parte do trabalho que a esta se segue. Os elementos que ficaram apenas esboçadas nesta ‘*ur*-geografia argonáutica’ de Martins Sarmiento serão complementados pela análise minuciosa dos seus restantes trabalhos e pela sua integração no contexto social e académico em que o autor se integra ou pretende integrar.

Os níveis de análise que acompanharão esta segunda ordem de interpretação da historiografia de Martins Sarmiento estão integrados, todos eles, numa preocupação comum de estabelecer as condições de associação íntima entre o produto científico da sua teoria etnogénica e a condição existencial da sua própria biografia, científica e ‘política’, esta última no sentido mais amplo do termo. Em suma, tentaremos enunciar os contornos de uma teoria das condições de formação subjectiva da *identidade*

científica e as diversas *escalas* em que na nossa opinião ela parece operar em Martins Sarmiento.

II. 3. *Escala e identidade*

Uma teoria científica consiste, como qualquer outro produto de uma prática social, numa ‘convocação’ de vários elementos materiais, pessoais e ideais, para um ‘centro de interpretação’ em que esses mesmos elementos são reconfigurados e interligados de modo a se constituírem numa narrativa coerente. A teoria histórica de Martins Sarmiento não é, a esse respeito, diferente e, tal como nos propusemos na introdução deste trabalho, o que pretendemos é justamente destacar as diversas expressões espaciais da sua geo-historiografia, bem como as diversas escalas de identidade em que esta opera.

A obra de Martins Sarmiento, tal como a leitura intertextual do elemento *Os Argonautas* deixa entrever, é estruturada por diversos níveis de integração de objectos, pessoas e ideias que são convocados a prestar um contributo específico para a forma final da sua própria interpretação do passado. Não contar com qualquer um destes níveis teria como consequência obscurecer parte do processo inteiro de que fazem parte, o qual, para lá da intenção crítica e contextual que preside a este trabalho, sabemos bem que nunca pode ser compreendido na sua totalidade. Esta é *uma* proposta de estudo de um programa de investigação científico, não é, nem pretenderia nunca ser, *a* palavra final sobre a geo-historiografia de Martins Sarmiento.

Em íntima relação com a organização conceptual que apresentámos na introdução a este trabalho, as conclusões agora enunciadas nunca perderão de vista a estrutura ‘geo-historiográfica’ que presidiu à sua própria análise. Assim, para cada ‘momento’ da obra sarmentiana analisada, não deixaremos de ter em conta: i) a construção que o investigador faz do *passado do lugar*, isto é, a organização e ‘alocação’ dos elementos materiais, dos ‘factos’ que, no interior da sua teoria, organizam paradigmaticamente a sua visão do passado; ii) a *topografia social* de produção dessa mesma visão do passado, as redes pessoais, institucionais e académicas que determinam as condições de difusão e recepção das teorias dos investigadores individuais, bem como as ‘áreas de conhecimento’ em que essas mesmas teorias se integram e fora das quais não possuem sequer qualquer grau de visibilidade: referimo-nos à divisão do conhecimento em disciplinas reconhecidas como tais, a Antropologia e a História, a Arqueologia e a

Linguística, disciplinas de vida mais ou menos longa ao tempo do investigador Martins Sarmiento, em cada uma das quais existe um conjunto estruturado de conceitos e visões do mundo, de valores epistemológicos e modelos de representação da realidade do seu objecto científico, de grupos de investigadores associados, com os quais os elementos da ‘teoria poliédrica’ de Martins Sarmiento tem em cada momento de entrar em diálogo, quando não em polémica; iii) a *regionalização teórica* que é proposta para cada uma das ‘áreas de objectividade’ definidas pelas disciplinas referenciadas, e sobretudo pelo conjunto integrado de todas elas; referimo-nos às grandes sínteses históricas propostas por diversas obras da historiografia contemporânea de Martins Sarmiento, no interior das quais o investigador português tem de apresentar a sua própria, grandes sínteses a que não são alheias factores metaparadigmáticos de produção do conhecimento científico, e que, do ponto de vista propriamente geo-históriográfico, revelam afinal sobreposições mais ou menos directas e óbvias com as fronteiras geopolíticas de uma Europa com várias esferas e escalas de afirmação: imperial, nacional e regional; iv) finalmente, não se deixarão de se tomar em conta as manifestações especificamente pessoais do *lugar do passado* na historiografia de Martins Sarmiento; fazemos, neste caso, referência aos elementos da sua geo-históriografia que remetem para níveis mais profundos, ideológicos, da produção de uma determinada modalidade de interpretação histórica, elementos que, cremos nós, nos revelam aspectos biográficos presentes na edificação de qualquer teoria interpretativa, e que dizem respeito a uma adequação dos elementos materiais da teoria a uma ordem metafísica, mais ou menos consciente, que globalmente atribui o sentido do Lugar e do Tempo em que se habita a todas as manifestações criativas do espírito humano, entre as quais não podemos deixar de incluir a criação científica, mesmo sendo esta considerada, como o é tradicionalmente, a principal actividade do ser humano que escapa ao carácter motivado e voluntarista dos actores considerados individualmente.

A estrutura ‘quádrupla’ apresentada acima, constitui apenas a ordem conceptual que esteve subjacente à caracterização dos diversos elementos da obra de Martins Sarmiento. Neste momento, gostaríamos de evitar a repetição desses mesmos elementos que foram sendo apresentados ao longo da parte propriamente ‘narrativa’ de apresentação dessa mesma obra. Preferimos, assim, aproveitar para integrar Martins Sarmiento, o homem e a obra, numa *tradição* de pensamento geo-históriográfico mais vasta com a qual o

investigador de Guimarães dialogicamente se relaciona. Mais do que nunca, fazemos apelo, nesta apresentação dialogal, ao carácter fortemente impregnado de ‘lugar e de tempo’ que qualquer produção criativa do ser humano, e assim a sua ‘ciência’, inevitavelmente apresenta.

Martins Sarmiento, do ponto de vista dialogal referido no parágrafo anterior, não é apenas o investigador que inicia um determinado programa de pesquisa arqueológico, o da ‘cultura castreja’. Esse é o modo como é costume apresentá-lo hoje, mas resulta de uma ‘filtragem’ promovida pela própria tradição historiográfica que o investigador ajudou a nascer, e de que foi, sem dúvida, o primeiro e mais ilustre elemento, por isso mesmo apresentado pela tradição do programa de pesquisa com a dignidade de um ‘fundador’. Temos de reconhecer que, no início deste estudo, essa era também a nossa ideia, recolher os elementos da obra de Martins Sarmiento que vieram a ser os alicerces fundamentais do programa de pesquisa que se lhe seguiu, embora tendo em conta as condições concretas da época histórica em que essa mesma obra havia sido produzida; porém, o próprio desenvolvimento do trabalho nos obrigou a tomar outras direcções, o que, a dado momento, se revelou em extremo ‘desagregador’ do modelo normativo de trabalho a que nos havíamos proposto, e que deu origem, não podemos negá-lo, a momentos de grande indefinição epistemológica.

Ao reconhecer o modo como a história subsequente do seu trabalho ‘invisibilizou’ parte significativa do labor intelectual de Martins Sarmiento, resolvemos, nesse momento, ‘seguir o apelo do autor’ e, mais do que pretender isolar os seus contributos individuais para uma ciência supostamente cumulativa do conhecimento ‘factual’ da história de uma região, pareceu-nos muito mais fecundo o estudo do carácter ‘impregnado’ da sua ‘geografia imaginativa’ do passado, e tentar reconhecer quem o autor ‘convoca’ para estar presente na sua teoria histórica: que *objectos*, que *personagens* e que *ideias*.

A produção científica depende da conformação geral em que a sociedade, entendida globalmente, lhe permite a sua própria existência. O contexto da história é, em parte, *a própria história*, uma vez que o produto final é um encontro dialogal permitido entre o passado observado e o presente observador.

A obra de Martins Sarmiento, desde este ponto de vista, é mais do que uma teoria etnogénica do passado do território português; é também uma rede de significação mais

vasta do seu tempo presente e da sua biografia: a origem social, a sua formação escolar e não-escolar, o acesso a bibliografia especializada, os lugares em que fixa a rotina da sua vida, tudo são pontos de apoio que têm de ser considerados no momento de pretender compreender todas as instâncias que convergem para o produto final da sua historiografia.

Não é muito comum, a não ser superficialmente, a análise historiográfica incluir os elementos da biografia científica dos investigadores, excepto como elementos de conformação a uma tradição científica presumida. Aqui, gostaríamos de sublinhar a recíproca desta relação, e de tentar mostrar como estes elementos, aparentemente secundários, se tornam, muitas vezes, os elementos mais estruturantes da própria produção científica individual. No caso de Martins Sarmiento, as esferas de identidade que cremos estarem presentes na sua vida transcrevem-se claramente na sua obra, e assim os povos ‘lígyres’, da sua geografia imaginativa, são, como o próprio autor e o Portugal de que faz parte, europeus, ocidentais, portugueses, minhotos e, em última instância, ‘sabrosinos’ e ‘briteirenses’.

II. 3.1. Europa: O ‘povo dos dólmen’s

A esfera mais vasta de identidade que podemos reconhecer na geo-historiografia de Martins Sarmiento é de escala continental, e resume-se à condição de ser ‘europeu’. Pretende-se alertar, desde logo, para as várias dimensões geo-historiográficas que se entrecruzam no contexto desta escala continental, e que faz eco das relações culturais e coloniais entre a Europa oitocentista e o resto do Mundo, que paulatinamente ia conquistando e colonizando, e que se prendem, mais especificamente, com as condições de recepção das teorias interpretativas do Passado no tempo de Martins Sarmiento, nas quais a sua própria se insere.

A questão dos dólmen’s, no contexto da ‘regionalização teórica’ da interpretação de Martins Sarmiento, tem uma expressão concreta ao nível da confrontação com outras interpretações da historiografia internacional sua contemporânea. Que o autor tem noção dela, e que é em redor dela que irá exercer alguma da estratégica argumentação, fica bem claro nas suas próprias palavras:

Admitir a prioridade do povo dos dólmenes e uma segunda migração, a ligúrica, que reduzisse a primeira a uma posição secundária e subordinada, é impossível, porque, segundo as observações do sr. A. Bertrand, o exame dos monumentos daquela época demonstra evidentemente uma forte organização comunal, uma autonomia própria. E pior é, quando procurando nós os rastros da civilização desses famosos lígures do Ocidente, desses representantes da civilização do Ocidente, na opinião autorizada dos fenícios, que os conheciam de perto, encontramos apenas os restos da civilização do povo dos dólmenes, que parece terem tomado a precaução de estampilhar os seus monumentos e as suas cidades, para que lhas não confundissem com as de nenhuns outros povos [Sarmiento 1880a: 54-5].

Nesta citação do autor, podemos nós ver reunidos alguns dos elementos que irão ser centrais na sua argumentação, contra os quais verá erguerem-se interpretação diversas, quando não inteiramente opostas, por parte de autores internacionais, das quais deterá especial relevo, pela força propriamente ‘geopolítica’ do seu nome nos meios internacionais, a de Mortillet.

A expressão mais importante da confrontação ‘regional’ entre as interpretações de Martins Sarmiento e de outros autores internacionais seus contemporâneos, diz respeito, como é natural, à cronologia destes vestígios arqueológicos. A sua atribuição a uma civilização ‘neolítica’ anterior à do ‘povo do bronze’, faria ruir naturalmente toda a teoria interpretativa do autor português. Porém, uma outra confrontação será importante ainda neste contexto, directamente relacionada com a anterior. Com o nome de ‘antas’ e ‘antelas’, Martins Sarmiento procederá a uma total identificação entre dois tipos de monumentos que se podiam encontrar no Entre-Douro-e-Minho, nos quais alguns arqueólogos viam duas expressões culturais diferentes.

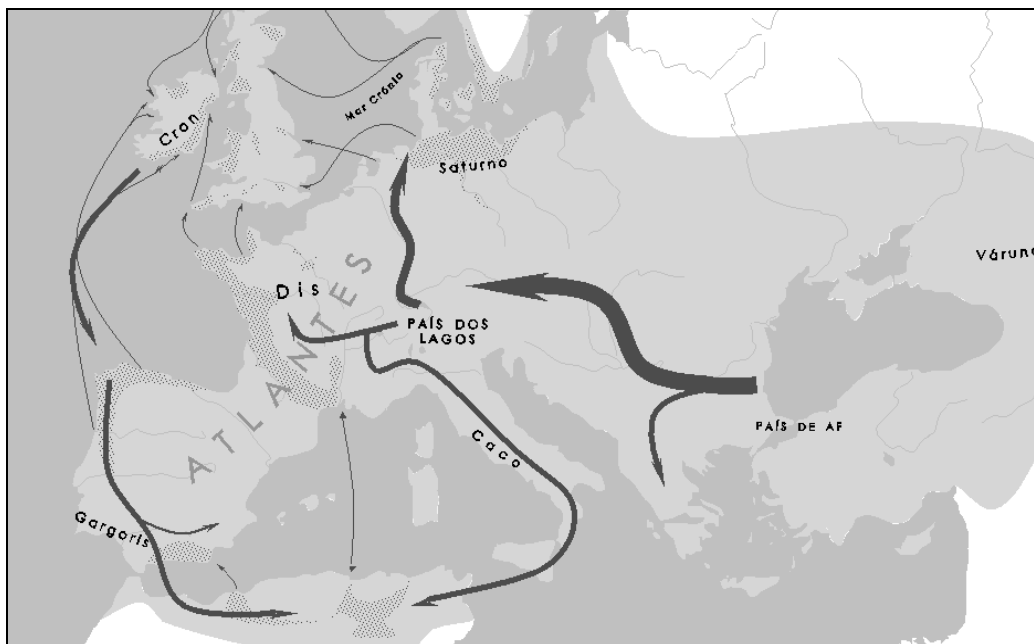


Figura 8 – Europa: o ‘Povo dos Dólmens’

A partir da obra de Martins Sarmiento (esp. ‘Os Atlantes de Diodoro Sículo’, 2.ª versão (1896) do estudo sobre a ‘Ora Marítima’ e ‘Os Lusitanos’).

Ao nível arqueológico, e no contexto do território do noroeste da Península Ibérica, e especialmente da região a que Martins Sarmiento dedicou inúmeras explorações, a migração dos Lígures exigiria, naturalmente, uma correspondente expressão de ‘cultura material’. Para o investigador é impensável que o mesmo povo ‘ariano’, que a Mitologia e a Linguística reconheciam no Ocidente, não tivesse do mesmo modo uma expressão arqueológica.³⁵⁸ Admitir uma civilização do ‘povo dos dólmens’ anterior à expansão dos Lígures, e de civilização diferente da daqueles, poria um problema praticamente irresolúvel à Arqueologia sarmentiana, uma vez que entre os vestígios dessa civilização, que inclui já as relevantes marcas iconográficas de uma arte ‘micénica’ e portanto ariana, e os vestígios da civilização romana, *não era possível detectar nenhuma outra*.

A estratégia teórica de Martins Sarmiento passará então por subsumir diferentes migrações ‘arianas’, estendidas no tempo, sob uma ‘identidade civilizacional’ comum a todas elas. É então ‘muito provável’ que os povos que vêm a fixar-se na Europa

³⁵⁸ ‘Pela nossa parte, é-nos impossível lutar contra a evidência, que nos intima esta série de coincidências. Temos por mais que provável que as revelações da arqueologia e as notícias históricas de origem fenícia sobre os antigos lígures ocidentais, respeitam a um e mesmo facto etnológico, a que não é também estranho o subsídio das tradições acerca dos hiperbóreos’ (Sarmiento 1880a: 55).

ocidental, e neles incluindo os que atingem as regiões ocidentais da Península Ibérica, ‘pertencam a migrações diferentes, *segundo o mesmo caminho*, mas respeitando a maior parte das vezes o território habitado por povos da sua raça, o que explica a sua rápida extensão’ (Sarmiento 1880a: 55).³⁵⁹

A questão da cronologia dos dólmenes é por isso, no contexto da teoria de Martins Sarmiento, mais do que um problema de ordem apenas arqueológico. É a salvaguarda da arianidade comum de todos os povos que as fontes clássicas vêm a reconhecer nas várias regiões da Europa ocidental e a afirmação de uma identidade civilizacional comum, de um fundo espiritual que a todos aproxima e que poderia conter em si mesmo o germen de um único território supra-nacional, dotado de iguais atributos e expressões da civilização. Ao colapsar as temporalidades das diversas migrações dos povos arianos no Ocidente, e ao considerá-las como fases discretas de um único movimento civilizacional na direcção do Ocidente, Martins Sarmiento está a *apresentar*, acaso as circunstâncias históricas e políticas o possam propiciar, o esboço da génese da própria Civilização, de que os Gregos viriam a ser os primeiros intérpretes históricos:

Por povo dos dólmenes, ou por lígures, no sentido dos fenícios, não podemos entender senão uma multidão de tribos, mais ou menos extensas, com a sua autonomia própria, tais, pouco mais ou menos, como as vemos na Espanha, no tempo dos romanos, e como elas nos aparecem na Inglaterra, no tempo de Agrícola, e, embora o fundo étnico e moral, deva ser o mesmo, não se lhes pode exigir uma verdadeira unidade que nem os gregos atingiram, apesar dos seus sonhos de pan-helenismo (...). [Sarmiento 1880a: 55].

O ponto principal de confronto entre a interpretação de Martins Sarmiento e de autores seus contemporâneos passa pela importante questão da ‘alocação’ dos vestígios

³⁵⁹ Sublinhado nosso que pretende, mais uma vez, destacar a essencialização propriamente espacial que acompanha a temporalidade a-histórica na geo-historiografia de Martins Sarmiento. Esta ideia de ‘facilitação geográfica’, que vemos igualmente aplicada no caso da expansão dos Celtas, desliga o *mapa dos movimentos dos povos* das suas marcas propriamente territoriais, da sua geomorfologia, da política e da guerra, para o justificar inteiramente com a natureza absoluta do ‘primeiro caminho da raça’. Não é que não seja tida em conta a geomorfologia do território, pois, como veremos, os grandes rios da Europa são os caminhos privilegiados desta expansão, mas antes a noção de que esses caminhos naturais passam a ser pertença de uma civilização, não apenas por razões políticas, mas também por marcas essencializadas da própria relação que essa civilização passa a deter com o território.

materiais da ‘Idade da Pedra Polida’ no esquema da evolução civilizacional do Ocidente. Neste contexto deterá uma importância imensamente significativa a confrontação directamente assumida com Mortillet.

O evolucionismo de Mortillet representa uma expressão directa do tipo de ‘modelo’ paradigmático que havia presidido à identificação de periodizações cronológicas da Arqueologia do Paleolítico.³⁶⁰ Nesse sentido, irá substituir o critério propriamente antropológico que havia sido utilizado, especificamente por Lartet, investigador que havia caracterizado as diversas fases do Paleolítico a partir da presença exclusiva e ou dominância de um determinado tipo de resto osteológicos de animais extintos que, juntamente com ossadas ou instrumentos de origem humana, se podiam encontrar nas grutas exploradas em França no terceiro quartel do século dezanove.³⁶¹ Desse modo pôde o investigador reconhecer as diversas idades arqueológicas que vieram a ser conhecidas com o nome de Idades do Bisonte, Mamute, Rena, etc. (Daniel 1950: 99-103; Trigger 2006: 138-147).

A modificação importante introduzida por Mortillet será justamente a substituição deste critério paleontológico por um outro, estritamente ‘arqueológico’, *i.e.*, a partir dos vestígios da cultura material das indústrias presentes. Com origens evidentes nos

³⁶⁰ Ao longo de todo o século dezanove, e em grande medida por intervenção directa do modelo evolucionista ‘material-cultural’ de Mortillet, a Arqueologia viria a identificar a evolução ‘cultural’ das sociedades estudadas através de uma suposta equivalente valorização funcional dos restos materiais, de que a definição paradigmática pertence a G. Childe: ‘[C]ulture as (...) certain types of remains *constantly recurring together* (...)’ (Childe 1929: vi; e cf. 1935: 3). Só com a intervenção dos pressupostos pós-processuais esse tipo de equivalência começa a ser posto em questão, remetendo o problema da funcionalidade da cultura material para a esfera mais vasta da representação social dos objectos; para um exemplo particularmente significativo no contexto da arqueologia do primeiro milénio no noroeste da Península Ibérica, no que diz respeito ao empobrecimento estilístico da cerâmica ‘bracarense’, cf. Carballo Arceo (1983: 108) e Bello y Peña (1995: 178).

³⁶¹ A concepção de ‘temporalidade’ que subjaz aos modelos de classificação das indústrias paleolíticas não é um tema que pertença ao âmbito ‘cronológico’ deste trabalho, além de que evoca problemas e pistas de pesquisa que não estão presentes numa hermenêutica do tempo histórico, como é aquela de que Martins Sarmiento se vai principalmente ocupar, contém, porém, características de personalização bastante acentuadas e é possível detectar, nos esquemas classificativos de Mortillet ou Lartet, o mesmo tipo de influência biográfica e sociológica no produto final do objecto teórico da ciência respectiva (cf. Chazan 1995). Como se verá, para o autor, a descontinuidade entre o tempo ‘biológico’ do homem ‘troglodita’ e o tempo ‘histórico’ da Idade do Bronze e do Ferro é resolvida por uma substituição integral que não deixa qualquer lugar a uma discussão propriamente ‘evolutiva’.

programas de pesquisa das Ciências Naturais, nomeadamente da Biologia e Geologia,³⁶² Mortillet propôs-se identificar em cada época cultural um artefacto ou conjunto de artefactos que, tipicamente, e exclusivamente, caracterizavam cada uma das épocas pré-históricas e até históricas. Implícito no esquema de classificação de Mortillet estava obviamente uma visão materialista e evolucionista da cultura e civilização humana, uma *sequência ininterrupta*, directamente referida nos vestígios da sua cultura material.³⁶³ Este modelo, que detinha uma eficácia inegável quando se referia ao passado paleolítico, levantava, contudo, alguns problemas quando transposto para a realidade da Pré-História Recente, e mais ainda, dos tempos proto-históricos e históricos. Isso não impediu, contudo, que num seu livro de 1897, significativamente chamado *Formation de la nation française* (cf. Chazan 1995), o autor incluísse no registo da sequência ininterrupta da evolução humana, com início no Paleolítico, períodos mais recentes, desde o Tsiganiano (Bronze) ao Merovíngio (Medieval).³⁶⁴

³⁶² ‘These diagnostic artifacts were the archaeological equivalent of the index fossils that geologists and palaeontologists used to identify the strata belonging to a particular geological epoch. (...). Mortillet also followed geological practice in naming each of this subdivisions of the Palaeolithic after the type site that had been used to define it’ (Trigger 1989: 96).

³⁶³ Sendo o trabalho de Mortillet mais directamente dirigido para a fase pré-histórica da evolução da Humanidade, ele surgia como o aprofundamento natural do mesmo tipo de pensamento evolucionista que havia dado origem ao modelo das Três Idades que havia sido criado pela Arqueologia escandinava, esta mais directamente ligada às fases da Pré-História Recente. Da fusão de ambos tem origem a visão completa de todo o ciclo da evolução da Humanidade: ‘Mortillet, like the geologists and palaeontologists of the mid-nineteenth century, was caught up in the evolutionary enthusiasm that characterized scientific research at the time. (...). [O]ne of the keynotes of evolutionary archaeology was the idea that humanity’s cultural development could be represented in a single sequence and read in a cave section, just as the geological sequence could be read in stratified rocks’ (Trigger 1989: 99).

³⁶⁴ Childe tinha, contudo, dúvidas de que Mortillet sustentasse, de igual modo que o fazia para as idades mais antigas, a universalidade destas classificações e identificações e, por isso, veio a apresentar, mais tarde, um libelo ‘anti-artefactualista’ estrito de cultura arqueológica, aplicado ao estudo das comunidades pré-históricas das Ilhas Britânicas (1940). Contudo, a força ‘paradigmática’ de um programa de pesquisa reside justamente nesta ‘gramática simplificada’ de exposição, que, muitas vezes, ultrapassa a vontade do seu autor e como que adquire uma vida ‘epistemológica’ própria (Trigger 1989: 96). Para uma exposição crítica da evolução da cronologia de Mortillet a Childe e o contexto sociológico da formulação de uma ‘razão cronológica’, cf. Sherratt (1989: 151-185) e M. Díaz-Andreu (2007: 29-48).

À força paradigmática do programa de investigação de Mortillet não é decerto alheia a eficácia ‘exemplar’ do seu modelo interpretativo.³⁶⁵ Nesse contexto era de especial significado a proposição de que o progresso humano podia ser visto como uma *lei da natureza*, isto é, como uma manifestação necessária da própria espécie humana, independente de si própria, e, apesar de dele derivar, um pouco diferente do progressismo de origem iluminista para o qual a consciencialização pedagógica e a vontade individual eram um referente obrigatório. Nesta versão materialista (especificamente ‘cultural-materialista’) que a Arqueologia propunha, esta *lei da natureza* caracterizava-se sobretudo por registar entre todos os povos *as mesmas etapas evolutivas* e associadas ao mesmo tipo de registo de cultura material (Trigger 2006: 165). Pelo nome do autor, pelas suas credenciais³⁶⁶ e pela audiência do seu programa de pesquisa, a que não é indiferente a sua organização propriamente *geopolítica*,³⁶⁷ se vê que a ‘regionalização teórica’ da teoria interpretativa dos dólmens, que Martins Sarmiento opõe a Mortillet, não podia fazer-se sem dificuldades, tanto mais que este foi um programa cuja exemplaridade paradigmática apenas começou a conhecer sintomas substanciais de crise já em pleno século vinte.³⁶⁸

³⁶⁵ Que esta ‘eficácia exemplar’ era indiscutível, demonstra-o também o facto de o próprio Mortillet o ter apresentado em ambientes não académicos e dotados de uma componente de fruição fortemente ‘laica’, ou como hoje se diria, de ‘vulgarização’, como o era inegavelmente a Exposição de Paris, de cujo guia para as antiguidades arqueológicas Mortillet se encarregou.

³⁶⁶ Mortillet (1821-1898) era um geólogo e paleontólogo de formação, que veio a dedicar-se ao estudo da Arqueologia. Teve cargos de responsabilidade directiva numa das instituições mais importantes da sua época, o Museu das Antiguidades Nacionais, que Napoleão III havia ordenado se fizesse no castelo de Saint-Germain-en-Laye, nos arredores de Paris, além de ser também professor universitário na École d’Anthropologie.

³⁶⁷ ‘Palaeolithic archaeology also was respected because it had evolved in France and England, which were the centres of political, economic, and cultural development in the world at that time’ (Trigger 1989: 101).

³⁶⁸ ‘Because of its prestige Palaeolithic archaeology provided a *model for studying post-Palaeolithic prehistory in Western Europe*’ (Trigger 1989: 101); sublinhado nosso que pretende reforçar uma das dimensões que justamente Kuhn refere como características da afirmação de um exemplar: a transposição de uma teoria para fora das condições iniciais em que é criada. A força paradigmática deste programa de pesquisa pode ser avaliado pelas ‘zonas de sombra’ que, como qualquer outro programa teórico, lança sobre os ‘factos’, aos quais não reconhece visibilidade no interior do paradigma. A estrita noção de evolução que lhe subjaz foi uma das principais razões por que a comunidade científica dos fins do século dezanove rejeitou a autenticidade das pinturas rupestres de Altamira, por estarem supostamente fora do alcance da mentalidade ainda insuficientemente desenvolvida dos seus putativos autores e cuja revogação esteve na origem do ‘Mea Culpa d’un sceptique’ de Cartailhac (1902). Cf. Moro-Abadía e González-Morales (2003: 455-470).

Segundo Martins Sarmiento, Mortillet, no contexto do evolucionismo material e cultural que veio a caracterizar o seu programa de pesquisa, detectaria três momentos na evolução da cultura material da Pré-História da Europa ocidental:

No seu livro *Préhistorique*, M. Gabriel de Mortillet desenvolve a doutrina, geralmente seguida pelos arqueólogos, sobre a sucessão das antigas civilizações da Europa até à época do bronze. A primeira, que pode chamar-se dos autóctones europeus, nem sequer conhece ainda a pedra polida e por este e outros factos tem a fortuna de não poder confundir-se com as civilizações que lhe sucedem. Vem depois a pedra polida. Esta pertence a uma migração asiática e caracteriza-se principalmente pela agricultura, que importou consigo e pela religiosidade, demonstrada pelo culto dos mortos, e este pelos monumentos sepulcrais, nomeadamente os dólmens. O metal, o bronze, só aparece com uma terceira civilização, trazida por uma outra migração, vinda igualmente da Ásia e que, conforme é de supor, possui uma cultura mais adiantada, usos e costumes novos.

Este é, em síntese, o contexto em que se moverá a estratégia da argumentação de Martins Sarmiento. Tem a seu favor a autoridade de um dos mais importantes nomes da Arqueologia de então, no que diz respeito à descontinuidade étnica e, presume-se ‘civilizacional’, entre as populações autóctones da Península Ibérica e da Europa ocidental em geral, que são, enfim, os representantes do Paleolítico, e que o autor português muitas vezes nomeava com o termo da época de ‘trogloditas’; tem-na também, no que diz respeito à origem oriental da ‘civilização’ e de todos os seus atributos, nomeadamente a agricultura e o cultos dos mortos, com as respectivas provas materiais, de que os ‘dólmens’ seriam a mais importante expressão.

Porém, a mesma autoridade de Mortillet insistia na existência de diferenças substantivas entre os períodos da ‘pedra polida’ e os do ‘bronze’, posição essa que colidia directamente com a de Martins Sarmiento que, insistentemente, defendia a identidade étnica entre os habitantes dos ‘castros’ e os povos que inumavam em dólmens. Para o investigador português não poderia haver qualquer dúvida: as ‘antas’ e as ‘antelas’, cobertas pelas inevitáveis ‘mamoas’, eram as necrópoles dos castros. Por isso, não poderia nunca estabelecer-se diferenças irredutíveis entre ambos.

Talvez seja essa a principal razão pela qual Martins Sarmiento se vê na necessidade de se fazer acompanhar de uma autoridade indiscutível da Arqueologia, no momento de produzir uma afirmação de tão profundo significado histórico, como é o de colapsar numa só entidade étnica, etnológica e *etnogénica* a cultura material dos castros e das mamoaas. Para Bertrand, a civilização do bronze não seria um ‘facto etnológico novo’ na Europa, mas apenas, como não deixa de precisar o próprio Martins Sarmiento, um *acidente meramente comercial* (Sarmiento 1885b: 183).³⁶⁹

Esta atribuição da dinâmica e evolução cultural que permite a passagem das épocas neolíticas à Idade do Bronze, como tendo sido apenas um processo de tipo económico sobre uma base civilizacional prévia, é de toda a importância em Martins Sarmiento. Este atribuía justamente à activação do comércio do estanho, matéria-prima apetecida pelos centros mais desenvolvidos de todo o Mediterrâneo oriental, entre os quais necessariamente Micenas e cidades-estado gregas equivalentes, a geografia económica dos povos pré-célticos, que os Fenícios procuravam e vieram a encontrar, devido ao valor da mercadoria do estanho, constituindo-se como organizadores de um comércio estabelecido pelas estradas marítimas e terrestres, dominadas pelos Albiões e Lígures do Báltico. Assim, não surpreende que o autor tenha como condição especial da sua teoria histórica a identidade étnica entre os povos que haviam importado a agricultura, que cumpriam o culto dos mortos em construções monumentais propositadamente construídas para o efeito, e aqueles que, dispostos em povoados fortificados por toda Europa ocidental, dominavam ou serviam de intermediários numa rede ‘global’, tanto quanto a *ecúmena* da época o permitia, de trocas comerciais. Neste contexto era fundamental que a não distinção das ‘duas migrações asiáticas’, da pedra polida e do bronze, não fosse vista obrigatoriamente como ‘obra de fantasistas’ (Sarmiento 1885b: 183).

A justificação de Martins Sarmiento funda-se, como veremos, em argumentos propriamente arqueológicos, relacionados com a identidade de elementos da cultura

³⁶⁹ Bertrand é o primeiro passo para a ‘europeização’ [centro-europeização] do passado ariano da Europa, que Reinach cumprirá mais tarde. Pertence também à ‘celtofilia francesa’ anti-germânica, uma vez que a Gália de César e a Bretanha da França seriam os últimos descendentes de um império que se centrava a norte dos Alpes e em que, portanto, a germanidade inicial não podia ser defendida. Mais importante se torna porque estes autores o fazem no domínio estrito da Arqueologia.

material recolhidos, quer em monumentos megalíticos, quer em povoados fortificados. A identidade não é total mas o que parcialmente existe num lugar e no outro será suficiente para a razão dos seus argumentos. Contudo, queremos acreditar que a necessidade de não distinguir entre as duas expressões arqueológicas se deve, no caso de Martins Sarmiento, à perturbação que essa modificação poderia trazer para o interior da sua construção teórica e, sobretudo, para a genealogia da pureza ariana que o investigador pretende reconhecer no território do noroeste da Península Ibérica. Como em qualquer outra teoria, os factos só poderiam reunir-se numa estrutura explicativa eficaz, se considerados ‘em bloco’; e, neste caso, aceitar todos os outros pontos associados ao ‘ligurismo’ do ‘povo dos dólmens’ significava muito simplesmente aceitar que as expressões arqueológicas dos ‘dólmens’ e dos ‘castros’ dissessem respeito a uma mesma entidade étnica, ainda que pudesse ter sido derramada pela Europa ocidental ao longo de sucessivas migrações.

Em termos propriamente arqueológicos, a necessidade de não distinção entre o ‘povo dos dólmens’ e o povo dos ‘Lígures’ deriva, complementarmente, da parcimónia do registo arqueológico, por um lado, e da sua sobreposição, pelo outro. Dito de uma forma mais simples: se, por um lado, nos lugares explorados por Martins Sarmiento podia reconhecer-se a existência de inúmeras ‘antas’ e ‘antelas’, por outro, elas conviviam com as ruínas dos povoados fortificados, em contextos associados a vestígios iconográficos semelhantes. Contudo, a razão profunda da não distinção entre estas duas manifestações de cultura material é a convicção, arreigada no espírito de Martins Sarmiento, de que corria o risco de não poder reivindicar uma expressão arqueológica suficientemente enraizada para o povo dos ‘Lígures’ que tão habilmente tinha reconhecido nos versos da *Ora maritima*.

Temos tanto mais interesse em acentuar esta dissidência [entre Bertrand e Mortillet], que já noutros escritos sustentámos que, em relação ao nosso país, *as duas civilizações nos pareciam de mais* [s.n.] e que os monumentos pré-romanos do Minho (...) apresentavam um tal carácter de unidade, que mal podia duvidar-se de que fossem obra de um e mesmo povo. [Sarmiento 1885b: 183-4].

A questão da arqueologia dos povos pré-célticos no noroeste da Península Ibérica prende-se assim com a parte final da frase anterior: qual seria este ‘um e mesmo povo’?

Para Martins Sarmiento, trata-se de um povo que conhece já a metalurgia, pelo que seria, assim, o povo ‘da Idade do Bronze’. Porém, no contexto da regionalização teórica da historiografia do seu tempo, vê-se confrontado com outras interpretações, nomeadamente a de Bertrand que via, no carácter de unidade dos monumentos pré-romanos, uma cronologia da ‘idade da pedra polida’ (Sarmiento 1885b: 184).

É no sentido de resolver esta indecisão cronológica que Martins Sarmiento apresenta um argumento que virá a ser central na construção teórica da sua teoria etnogénica do passado: a equivalência cultural e cronológica da *metalurgia* e da *agricultura*.

Apoiando-se na autoridade de Pictet, ‘celtista’ eminente no domínio da Linguística, para quem o bronze era conhecido dos colonizadores arianos vindos da Ásia ainda antes do início da sua diáspora, o investigador português estabelecerá a premissa de que ‘onde quer que apareça um povo árico aí é conhecido o bronze’.³⁷⁰ Como, para o investigador português, a chegada de povos arianos ao Ocidente estaria bem documentada nas várias expressões literárias de mitos gregos, nos quais, *sub voce*, se narraria a viagem dos Fenícios em busca do estanho do Norte da Europa, conclui que com a eles, Lígures que, antes do século quinze, o bronze se introduz nas regiões mais ocidentais da Europa. A *nomina* geográfica presente no périplo de Avieno mais contribuiria para corroborar que seriam arianos os povos que então atingiram estas regiões. Este elemento da teoria não podia ser conjugado na versão de Bertrand, uma vez que um povo não árico (circunstância que se revelaria no não conhecimento da metalurgia, como, para este investigador, seria o responsável pela construção dos monumentos megalíticos) não poderia atribuir uma toponímia de ressonância ariana.

A mesma argumentação será desenvolvida em relação à introdução da agricultura, e neste campo os mesmos limites cronológicos serão esboçados. A tese de Bertrand pressuporia que a agricultura e a metalurgia do bronze teriam sido introduzidas na Europa ocidental em dois momentos diferentes, correspondendo a dois processos

³⁷⁰ ‘Chegamos à questão principal. Sendo as mamoas sepulturas dos povos que construíram as cidades e os castros, como nos parece fora de toda a dúvida, e pertencendo elas, segundo a opinião corrente, à civilização da pedra polida, isto é, a uma civilização que ainda não conhecia o uso dos metais, a conclusão a tirar seria então que a inumerável quantidade de monumentos que juncam o nosso país, são obras de um povo não árico, pré-árico, pois que os árias já conheciam, pelo menos o bronze, quando entraram na Europa.’ (Sarmiento 1886: 144-5). Sobre o ‘idealismo estético’ de Pictet, e da sua tradução científica através da Linguística, cf. Joseph (2003): 369 e ss.

etnogénicos diversos, sendo a primeira naturalmente muito mais antiga do que a segunda. As razões que Martins Sarmiento irá apresentar para contradizer essa opinião, obedecerão ao objectivo de assegurar uma continuidade cultural entre o passado da ‘idade da pedra polida’ e a das narrativas mitológicas mais tardias que diziam respeito à introdução da agricultura.

As tradições de Gales atribuíam a inovação da agricultura, no seu país, aos seus antepassados que aí tinham chegado sob o comando de Hu Gadarn, herói das *Tríadas* em que Martins Sarmiento reconhece o herói solar comum a todos os povos arianos (e.g., Hércules dos Gregos, Hércules dos Romanos, etc.), e cuja vinda do ‘País de Af’ (Constantinopla) serviria de garantia da sua ‘arianidade’ original. Ora, afirma Martins Sarmiento, a Irlanda e Gales são justamente as regiões em que ainda persistiria a memória continuada de tradições associadas aos monumentos megalíticos e ‘os que se vangloriam de ter mantido até agora, além das memórias do seu remoto passado, a língua dos seus primeiros pais’ (Sarmiento 1885b: 184-185).

Mais uma vez podemos ver bem explícito o mecanismo propriamente metaparadigmático que está por trás da visão que Martins Sarmiento detém sobre o passado. Gales e, sobretudo, a Irlanda são vistos como territórios essencializados em que, pela sua posição, porque não sofreram nunca a invasão, nem a aculturação dos povos ‘germânicos’, a identidade ‘lígure’ se manteve inalterada ao longo de mais de três milénios. A esta essencialização do lugar, representante actual da história milenar de um continente inteiro, deve juntar-se, igualmente, a visão de um tempo sem evolução, de uma temporalidade a-histórica, que garante que o presente se ligue indissolúvelmente ao passado, sem que em si próprio contenha a possibilidade de dinâmicas de evolução ou transformação. Os ‘dólmens’ de Gales e Irlanda detêm um papel decisivo na afirmação da atribuição do carácter ariano à Idade da Pedra polida, pelo simples facto de se poder afirmar que as tradições associadas aos monumentos megalíticos só poderiam ter origem na identidade cultural de quem os construiu a eles, monumentos, e a elas, tradições.

Esta ideia de ‘continuidade cultural’ ininterrupta que Martins Sarmiento atribui às regiões da Europa ocidental que ficaram isentas de invasões ou formas duradouras de aculturação, tem uma expressão equivalente propriamente ‘histórica’ naquelas regiões em que, ao contrário da Irlanda ou Gales, uma presença continuada dos Romanos ou de

povos germânicos obliterou a cadeia de identidade, e identificação, cultural. Nestas regiões, profundamente romanizadas ou germanizadas, é praticamente impossível reconhecer na cultura dominante os caracteres iniciais da civilização ‘Lígure’.³⁷¹

Um exemplo desta interpretação, agora histórica, de uma continuidade cultural, será a que Martins Sarmiento irá apresentar das tradições populares dos Cinetes, recolhidas em autores das fontes clássicas. Segundo Justino,³⁷² este povo atribuía a introdução da agricultura a Hábis, herói semi-mítico da dinastia que, na mitologia de Tartessos, antecede as dinastias de ressonância já mais histórica de Argantónio,³⁷³ em cuja personalidade Martins Sarmiento vê igualmente a expressão do herói solar ariano, como Hu Gadarn, como Hércules, correspondente à tribo que, de entre os Lígures, teria colonizado o sudoeste da Espanha até ao rio Xucar e expulsado os iberos Sicanos para a Sicília, lugar em que Tucídides viria a recolher a memória antiga do seu exílio.³⁷⁴

³⁷¹ Embora, do ponto de vista de Martins Sarmiento, numa afirmação ‘romanceirista’, muito em voga na sua época, as tradições populares possam ser vistas como o ‘relicário’ em que ficaram guardadas essas jóias antigas. Assim, nos países que vieram a receber influências continuadas de Romanos e Germanos e em que a sua tradição pagã foi sendo progressivamente obliterada pela cristianização que sucedeu ao fim do Império Romano é, ainda assim, possível recolher de entre as tradições do povo, elementos que, sob formas mais ou menos herméticas e, em parte, desfiguradas, indicadores do fio inicial da cultura dos povos da pedra polida e do bronze. Quase não é necessário alertar para o carácter fortemente paternalista de uma relação de classe típica dos fins do século dezanove em que o ‘povo’ nos aparece como um elemento de composição social, estático, de aparência e comportamento ‘infantil’ e, portanto, apto a ser esquadrinhado pelos levantamentos a que a burguesia, agora ociosa, se vai dedicar e apto, também, a ser objecto de uma musealização cultural intensa do género ‘folclorista’.

³⁷² Justino XLIV. 4, *apud* Sarmiento 1885b: 184, nota 177.

³⁷³ A posição de Martins Sarmiento, em reconhecer alguma expressão histórica na mitologia de Hábis, recebe alguma corroboração na historiografia mais recente: ‘Habis fue el grande rey civilizador, Enseñó a sus súbditos a arar con bueyes, y ordenó el trabajo distribuyéndolo entre las diversas clases sociales. Repartió la población en siete clases y a la clase de los nobles les prohibió trabajar. Sus sucesores y herederos, cuyos nombres no se han conservado, rigieron los destinos de Tartessos durante varios siglos. *La verdadera dinastía histórica de Argantonio se hallaba vinculada legítimamente sin duda a la descendencia de Habis*’ (Maluquer de Motes 1990: 48). Sublinhado nosso.

³⁷⁴ Neste caso, a autoridade de Jubainville no domínio da Linguística viria a providenciar um argumento muito importante sobre o carácter ariano da introdução da agricultura ao afirmar que a nomenclatura associada e esta prática era claramente daquela origem. A importância deste facto, no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, remete, também, para o problema da identificação do limite entre os Tartéssios e os Iberos. Embora não seja muito claro qual o ‘grau de civilização’ que o autor atribui aos Iberos, que considera como os representantes dos povos que antecederam os ‘Lígures’ na Península Ibérica, parece indiscutível que não os considera arianos. Mas ver à frente a expressão concreta desta confrontação, no contexto da atribuição ‘étnica’ dos monumentos megalíticos.

Uma dificuldade especial podia, no entanto, surgir a Martins Sarmiento no seio da construção da sua teoria sobre a cronologia relativa da Idade da Pedra polida e do Bronze. No Minho, os monumentos dolmênicos, estavam associados, segundo o investigador, a manifestações concretas de uma iconografia do tipo oriental, especificamente ariana, como os ‘círculos concêntricos, *mahadeus*, suásticas, etc.’, cuja pervivência entre os Lusitanos era inegável, pois que ‘para que não haja dúvidas sobre a língua do povo que os mandou gravar, na Citânia, um deles está associado com o nome de Camal, outro com o de Coronero, filho de Camal’ (Sarmiento 1885b).³⁷⁵ O receio que se reflecte nas próprias palavras de Martins Sarmiento e que chega a tomar, inclusivamente, a forma de uma ‘blasfémia epistemológica’,³⁷⁶ é ao mesmo tempo uma expressão da sua faceta paradigmática evidente: o *decadentismo*:

Temos então de admitir que os árias ocidentais se apropriaram de todas as glórias e de todos os monumentos do homem da pedra polida? *A coisa repugna* [s.n.]; porque é contra a natureza das coisas que uma civilização mais adiantada, como deve ser a do bronze em relação à sua predecessora, se deixe absorver por outra mais atrasada. No entanto a doutrina corrente tem de aceitar estas consequências [Sarmiento 1885b: 185].

A possibilidade de fazer recuar as manifestações culturais arianas ao povo da pedra polida e assim de minorizar o papel civilizador dos ‘arianos do ocidente’, os Lígures, levará Martins Sarmiento a propor, desassombadamente, a ‘*supressão pura e simples da problemática civilização da pedra polida nesta parte da Europa*’ (Sarmiento 1886: 145; ênfase nossa). Vejamos, pois, quais os passos e os critérios de uma tão radical proposição, bem como essa argumentação se erguerá especificamente contra as concepções evolucionistas dominantes no paradigma então vigente na Arqueologia,

³⁷⁵ ‘*Como explicar neste caso os emblemas religiosos, de origem evidentemente ariana, o suástica, o mahadeu, etc., gravados naqueles monumentos*, [s.n.]. Como explicar a toponímia ariana desta parte do ocidente, os nomes geográficos, os nomes de deuses, os nomes pessoais? Como explicar as íntimas analogias entre os achados das nossas citânias e os de Micenas, Tróia, , etc. etc.?’ (Sarmiento 1886: 145).

³⁷⁶ E que a fórmula latina de leve sabor ‘anti-herético’ (e anti-semita) deixa bem adivinhar: ‘É que a civilização ariana, que chegou depois da da pedra polida, se deixou absorver por esta, a ponto de lhes adoptar os próprio ritos funerários? *Credat judeus non ego*’ (Sarmiento 1886: 145).

sobretudo no que diz respeito à exclusividade de determinados tipos de ‘evolução cultural’ dos artefactos funcionais.

Desde logo, o pilar fundamental da argumentação de Martins Sarmento é de ordem histórica. A *Ora marítima*, documento central na sua historiografia, reconhece um povo que, a partir do Báltico, tinha colonizado todo o Ocidente e de cujo nome a Linguística histórica podia recolher vestígios vários. A coincidência da esfera de colonização ligúrica com a área de distribuição dos monumentos megalíticos não é uma coincidência mas antes a expressão arqueológica concreta desse mesmo povo do bronze.³⁷⁷

A importância que Martins Sarmento dá a esta ‘sobreposição cartográfica’ revela-se especialmente em duas regiões: Ilhas Britânicas e Península Ibérica. Na Irlanda e no País de Gales, a importância advém do carácter nacional que as tradições populares associam aos monumentos megalíticos, bem como ao facto de nelas se poder recolher elementos de uma tradição refrente a uma migração antiga pelo caminho que parece desenhado pelos próprios dólmenes.³⁷⁸

Na Península Ibérica, é importante a presença dos dólmenes, enquanto testemunhos da colonização ‘ligúrica’ de todo o Ocidente, embora distinguindo-se na colonização do território do que viria a ser Portugal dois ramos, um que teria sido responsável pela colonização do sudoeste da Espanha e outro que teria vindo directamente das Ilhas Britânicas para o noroeste da Península Ibérica, e que viriam a ser os Lusitanos das fontes históricas posteriores.³⁷⁹ Mas talvez mais importante do que a sobreposição

³⁷⁷ Esta sobreposição ‘cartográfica’ da área de distribuição dos ‘dólmenes’, das tradições dos Hiperbóreos e das referências linguísticas ‘ligúricas’ a povos e lugares é um exemplo do que Thomas Kuhn chama de ‘experiência crucial’ e um lugar de renovação da prática continuada de ‘ciência normal’, por parte de Martins Sarmento.

³⁷⁸ ‘No extremo ocidental são os dólmenes os marcos miliários da sua marcha, desde o alto norte até ao sudoeste de Espanha. Pois que vimos os emigrantes sair da Ásia, chegar ao centro da Europa, onde constroem algumas lacustres e os vemos em seguida no litoral do Mar do Norte, o seu caminho para esta extremidade da Europa foi decerto o do Remo (...)’ (Sarmento 1885b: 185).

³⁷⁹ ‘Pelos dólmenes que se encontram à direita deste rio [Reno] até o Báltico, vê-se que uma parte principal dos seus construtores seguiu naquela direcção; a massa principal tomou porém a direcção oposta, pois que a zona dolménica, não falando das Ilhas Britânicas, estende-se até ao sudoeste de Espanha’ (Sarmento 1885b: 185). Embora não tenhamos encontrado nenhuma formulação explícita de Martins Sarmento neste sentido, i.e., de distinção profunda entre as duas metades ‘ligúricas’, que viriam a constituir o todo nacional, uma ‘cinética’ de origem ‘tartéssica’ e uma ‘ligúrica’ de origem ‘báltico-britânica’, e até se possa apresentar frases do autor que vão em sentido contrário, ou seja, da total identificação de ambas, pensamos que não é impossível reconhecer na colonização directa

positiva das suas realidades na Península Ibérica seja o seu ‘negativo’. Um dos principais argumentos de Martins Sarmiento para aferir do carácter ‘ligúrico’ do ‘povo dos dólmenes’ deriva de não existirem monumentos megalíticos entre os ‘Bascos’ e ‘Iberos’, povos que, no entender de Martins Sarmiento, *não são arianos*, mas sim os representantes indígenas que os emigrantes asiáticos vieram desalojar. Este facto poderia, no entanto, ser integrado no conjunto da teoria de duas maneiras: ou entendendo que os monumentos megalíticos seriam de uma cronologia ligúrica e tinham sido introduzidos pelos Lígures, hipótese inteiramente conveniente para o conjunto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, ou, ao contrário, sendo considerados como pré-‘Bascos’, de um povo da Idade da Pedra polida que tivesse habitado a Península e fosse desalojado pelos povos da estirpe de Bascos e Iberos. Esta última interpretação, que é afinal a que Martins Sarmiento pretende rejeitar em Bertrand, poderia pôr em risco, uma vez mais, o carácter ligúrico, portanto ariano, das ruínas e dos sinais inscritos, com elas associados, que o autor português vinha explorando nas estações do norte de Portugal. Não é por isso estranho que vejamos todo o seu esforço argumentativo a dirigir-se no sentido de dotar a primeira de mais credibilidade científica, porque justamente vê na primeira *uma poderosa objecção*:

Mas, os dólmenes do sudoeste da Espanha, pertencem ao povo da pedra polida? Não pode ser. Quando cerca do século XV, os Lígures se apoderaram desta região, quem habitava aí eram os Iberos, Bascos. Os Bascos não têm dólmenes. Não se objectará decerto que os dólmenes desta parte da Península são monumentos abandonados por um velho povo, que os Bascos tivessem também expulsado, infligindo-lhes a sorte que sofreram os Lígures.

E para responder negativamente à sua própria questão, Martins Sarmiento utilizará o duplo argumento, arqueológico e etnológico que demonstra, respectivamente, a *convivência* dos monumentos megalíticos com materiais da Idade do Bronze e a sua *pervivência* continuada nos lugares em que a aculturação não foi suficientemente destrutiva para a fazer desaparecer. Este argumento passa por demonstrar a existência

do noroeste da Península Ibérica feita pelos Lígures vindos das Ilhas Britânicas, uma especial criação de identidade referida apenas ao noroeste de Portugal, ao Entre-Douro-e-Minho.

de materiais do bronze em estações normalmente associadas à Idade da Pedra polida e de um uso continuado destes em épocas posteriores.

O argumento propriamente arqueológico dirige-se frontalmente contra a opinião dos que, como no modelo de Mortillet, sentem a necessidade de fixar uma expressão da cultura material num determinado período cronológico. Segundo esta perspectiva, a presença de materiais de pedra polida e a ausência de materiais de metalurgia em algumas estações lacustres e megalíticas demonstrariam que se estava em presença de estações cuja cronologia se deveria considerar neolítica e, assim, muito anterior ao aparecimento da metalurgia. Martins Sarmiento incidirá sobre este ponto específico ('Aqui está o facto que procurávamos') a sua análise crítica, no sentido de lhe retirar a heurística que o paradigma evolucionista lhe providenciava (Sarmiento 1885b: 186). Contra a 'objectividade' arqueológica *exclusivista*, *i.e.*, que fixa uma manifestação da cultura material a uma única realidade cultural e civilizacional, Martins Sarmiento proporá uma noção alternativa, que poderíamos chamar *inclusivista*, que encara a possibilidade de uma mesma expressão concreta de cultura material poder ser atribuível a diversos períodos cronológicos, desde que garantida a identidade cultural entre ambas. Este modelo alternativo chega mesmo a ser enriquecido com um conceito curioso de 'modéstia material', que passa a justificar uma 'evolução aparente' dentro de um mesmo marco civilizacional. E será justamente por esta razão que os objectos de pedra que podem ter uma mesma função nos dois períodos cronológicos – nomeadamente os *machados* – serão, enquanto 'dados' principais, chamados para o núcleo desta discussão teórica.³⁸⁰

Colocando-se no recinto do modelo dos seus adversários, Martins Sarmiento, leva ao extremo as conclusões que necessariamente dele derivam. A existir uma distinção radical entre as Idades da Pedra polida e do Bronze, tal como afirma fazerem os que seguem o modelo de Mortillet, então não seria possível conhecer armas de pedra em contextos da Idade do Bronze, nem, sob risco de um anacronismo insanável, de armas do bronze em contextos da Idade da Pedra. A exclusividade da cultura material, ponto

³⁸⁰ '[Martins Sarmiento apresenta assim a] hipótese de serem os árias quem, juntamente com o conhecimento dos metais, importou a pedra polida, já como arma vulgar, pois que os machados de pedra são frequentíssimos nos castros, já como objecto de ritual funerário, cuja persistência não é para admirar ninguém.' (Sarmiento 1886: 145).

de partida da classificação mortilletiana é levada estrategicamente ao extremo da sua própria negação. E segue a citação: ‘É dele [do facto de não existirem armas de metal em estações atribuídas à idade da pedra polida] que se infere que o homem da pedra polida já construía palafitas e dólmens. Confessemos porém que é precisa uma boa dose de fé, para aceitar cegamente aquela consequência; porque sem isso ninguém daria por provado que a falta do metal em tais e tais palafitas, em tais e tais dólmens, implicava necessariamente nos seus construtores o desconhecimento do metal, *tanto mais notando que não faltam palafitas e dólmens do mesmíssimo tipo, onde o bronze se encontra*’ (Sarmiento 1885b: 186). Também neste caso podemos estar em presença de uma manifestação do que se chama de ‘visibilidade motivada’ que impede, em última análise a discussão interparadigmática, por recorrer a conjuntos dos mesmos ‘factos’ vistos diversamente por grelhas interpretativas não coincidentes. Para um evolucionista, a presença eventual de objectos de bronze em contextos que considera de pedra polida explica-se necessariamente por uma reutilização, sem que esta signifique especialmente uma continuidade cultural; para Martins Sarmiento, ao invés, essa presença reflecte uma manifestação de unicidade cultural e propriamente civilizacional. Para os primeiros a ‘anomalia’ reside na presença de objectos em lugares a que não pertencem; para o segundo residiria em considerar distinta a civilização ‘ariana’ do ‘povo dos dólmens’ e do ‘povo do bronze’. Como facilmente se compreende esta circularidade é intrinsecamente interpretativa e insusceptível de demonstração empírica.

Porém, Martins Sarmiento levará mais longe a redução ‘ao absurdo’ que pretende fazer do modelo evolucionista, para assim ganhar espaço estratégico para a sua própria argumentação. Contra os que ‘fazem distinções radicais entre a época da pedra polida e a do bronze’ e que por isso acreditam que nesta época não se podia conhecer ‘nem empregar armas de outra matéria’, o autor contraporá a noção, já antes referida, de ‘modéstia material’, reconfigurando a ‘distinção antropológica’ entre duas culturas do modelo mortilletiano numa ‘diluição económica’ de uma mesma civilização:

Nós figuramos as coisas muito diferentemente. Entendemos que à grande maioria dos emigrantes arianos (e esta migração devia ser formidável) a arma do bronze era quase inacessível, tanto pelo seu valor, como pela falta de mercados, onde pudesse adquiri-la, ao entrar na Europa. Neste

pressuposto, a arma mais comum, mais vulgar do homem do bronze devia ser precisamente a da pedra polida [Sarmiento 1885b: 186].

É a este nível que a evidência arqueológica do Entre-Douro-e-Minho revelará a pertinência que detém na edificação da geo-historiografia de Martins Sarmiento, configurando o que algumas linhas atrás nomeávamos como argumento etnológico. As ‘mamoas’ e ‘castros’ do Minho providenciam ao explorador inúmeros exemplos de uso continuado de instrumentos da Idade da Pedra em contexto já plenamente metalífero:

Desta discussão o que se liquida, parece-nos, é que, se por um lado há razões para acreditar na existência de uma antiga colonização, composta de gente que construía palafitas e dólmenes e apenas conhecia a pedra polida, por outro lado há razões ainda mais seguras para acreditar noutra colonização que também construía palafitas e dólmenes, conhecia a pedra polida e ao mesmo tempo o bronze. *Se elas não são uma e a mesma coisa, o que parece então é que os povos que as formaram tiveram uma mesma educação. (...) [C]reia quem puder que os povos das duas migrações podiam construir palafitas e sepulturas tão semelhantes entre si, que só por algum objecto de bronze pode distinguir-se a procedência dumas e doutras. Nesta hipótese toma proporções colossais de absurdo a ideia de equiparar uma civilização, meio perdida no centro e ocidente da Europa, e vivendo aí séculos esquecidos, com uma outra, que esteve em contacto com as civilizações asiáticas do bronze e que, não obstante isso, ao fim de milhares de anos mal se diferenciava daquela* [Sarmiento 1885b: 187; sublinhado nosso].

De que a discussão, propriamente teórica, entre a interpretação de Martins Sarmiento e a dos que seguem o modelo mortilletiano, tomou o aspecto de uma confrontação directa entre duas esferas ‘metaparadigmáticas’ irreconciliáveis é algo que nos parece também claramente caracterizado.³⁸¹

³⁸¹ ‘O ilustre director de *L’Homme*, Mr. Mortillet, fazendo uma ligeira apreciação do meu escrito, acusa-me de dar demasiada importância ao elemento ariano. A culpa não é minha, é dos factos – eu ia a dizer que a principal culpa é da fraqueza de razões, em que se funda a teoria do período da pedra polida, pelo que respeita, ao menos, a este extremo ocidente’ (Sarmiento 1886: 145).

II. 3.2. Ocidente: os Lígures

Uma segunda esfera de identidade que podemos reconhecer na geo-historiografia de Martins Sarmento é de escala supra-regional e prende-se com a condição de ‘ocidental’. Pretende-se alertar, desde logo, para as várias dimensões geo-historiográficas que se entretecem no contexto desta escala regional intra-continental e que faz eco das relações culturais, no seio da Europa oitocentista, entre as diversas regiões europeias e, especificamente, no campo da Arqueologia. Dos vários ‘ismos’ que foram dando corpo à geopolítica da interpretação do Passado, ao tempo de Martins Sarmento, o orientalismo, o filo-helenismo, o celtismo, o pan-germanismo, todos, de algum modo, retiravam ao Ocidente individualidade, sendo este considerado e analisado, não nos seus elementos constitutivos próprios, mas à luz das semelhanças estilísticas ou das referências históricas que o aproximavam ou distanciavam dos modelos desenhados pelas teorias interpretativas dominantes.

A determinação de Martins Sarmento em apresentar um modelo ‘ariano’ de povoamento das regiões ocidentais da Europa deve ser compreendido, por um lado, como uma confrontação com ‘geografias imaginativas’ do Passado, cujos fundamentos eram por vezes mais do que apenas científicos. De facto, é impossível não ver, sob a capa conveniente da apresentação ‘positiva’ e ‘objectiva’ do Passado, em cada uma daqueles ‘ismos’ uma equivalente valorização de uma determinada região política ou cultural da Europa. Por outro lado, e ainda que Martins Sarmento estivesse, com o seu ‘ligurismo’, a reproduzir os mesmos vícios epistemológicos que pretendia combater e, em algumas situações, talvez até com menos fundamentação crítica, o investigador antecipa, de algum modo, a desconfiança actual das grandes narrativas (ainda que construa uma para si próprio), que aplicam indiferenciadamente os modelos construídos em sistemas locais de acumulação, apresentando-os como dotados de uma universalidade que a lógica indutiva da sua construção não pode, sob nenhum argumento propriamente científico, justificar.³⁸²

³⁸² A situação ‘periférica’ de uma região no campo de forças da geopolítica internacional de produção do conhecimento científico leva a que seja quase inevitável existirem situações de ‘esquizofrenia epistemológica’, isto é, de um desfasamento entre os tempos da *informação* de um determinado modelo de trabalho e o da *formação* necessária para a sua aplicação. Nós próprios tivemos ocasião de participar na análise da evolução diferencial da difusão dos ‘novos paradigmas’ em Portugal, no caso da nossa disciplina, tendo concluído que para um determinado

Quando Martins Sarmiento se presta a identificar etnogenicamente os povos ‘atlantes’ que, segundo a teogonia de Diodoro, teriam vindo ocupar a parte ocidental da Europa, não hesita ‘em dar a esta gente a denominação genérica de Lígures’. Esta ‘nominção’, que tanta tinta fará correr entre os partidários e adversários de Martins Sarmiento, será por ele justificada a partir da identificação de vestígios linguísticos que eventualmente denotam uma origem comum.

O ponto de partida ‘histórico’ desta denominação baseia-se num fragmento de Hesíodo, que, ao aludir à etnografia do seu tempo, identificava os vários povos vizinhos dos Gregos: ao norte, os Citas, ao sul os Etíopes e ao ocidente os *Lígures*. Esta é, no entender de Martins Sarmiento, uma geografia que não pode deixar de ser fenícia pelo facto da colonização grega ainda não ter então ainda iniciado a sua expansão, sobretudo para ocidente, que permitisse possuir fontes próprias da etnografia destes lugares:³⁸³

corde cronológico na ‘paisagem’ do conhecimento científico, os autores portugueses, apesar de estarem familiarizados com a nomenclatura dos programas de trabalho mais recentes, não exibem, ou fazem-no de uma forma meramente indicativa, a bibliografia que suporta esse mesmo programa de trabalho (Azevedo e Pimenta 2003; Azevedo e Pimenta 2006). Os exemplos que a historiografia portuguesa pode apresentar sobre este tema da importação de modelos narrativos ‘localizados’ mas tornados ‘universais’ por questões de natureza estritamente geopolítica são imensos. Alguns tiveram mesmo honras de polémica acerada entre nomes maiores da cultura científica em Portugal: o conceito de ‘estrangeirado’, cuja ambiguidade revela os dois lados que se podem tomar na questão da adopção dos modelos estrangeiros, teve uma aguda participação no vocabulário da historiografia dos finais do século dezanove, ao ponto de servir de epíteto da ‘geração de setenta’, continuando a ser utilizado nos dias de hoje com contornos semelhantes. No caso da Arqueologia, e especialmente no programa de investigação da ‘cultura castreja’, é impossível não ver como a historiografia deste programa tem tido, ao longo de mais de um século, uma enorme dificuldade em integrar cronologicamente, os vestígios arqueológicos da primeira metade do I milénio a.C. (cf., e.g. e sem pretensões de exaustividade, Bettencourt 1998; Bettencourt 2000a; Bettencourt 2000b; Carballo Arceo 1990; Jorge 1988; Martins 1993-94; Parcero 2000)

³⁸³ No que segue a interpretação que Arbois de Jubainville faz do mesmo texto: ‘La conclusion qui résulte des plus anciens de ces textes est, qu’au sixième siècle avant notre ère, les Ligures occupaient la plus grande partie du territoire dans lequel, au temps d’Hérodote, c’est-à-dire au siècle suivant, les Celtes se trouvaient établis’ (Jubainville 1896: II, 31. ss). É necessário porém todo o cuidado na extrapolação de fontes como esta que se referiam a uma visão do mundo, da ecúmena, ainda muito pequena e muito centrada no mundo grego nesta altura. Contudo, é inegável que, no tempo de Hesíodo ‘e ainda séculos depois, os Gregos apenas podiam saber de positivo sobre o Ocidente e os povos ocidentais aquilo que aos Fenícios aproovesse comunicar-lhes’ (Sarmiento 1880a: 52). Para além desta geografia ‘antiga’ da Europa, Hesíodo será importante na historiografia de Martins Sarmiento como narrador das teogonias ‘ocidentais’ que, no contexto da teoria de Martins Sarmiento, são a demonstração da aculturação grega de

Não hesitamos em dar a esta gente a denominação genérica de Lígures. Além de nos autorizar a isso a etnografia de Hesíodo, *sem dúvida de origem fenícia*, lembraremos que os Lígures andam associados com os Albiões; que Hesíodo nos fala de uns Lígures na foz e margens do Reno; que os Lígures dominaram nas margens do Báltico até à invasão céltica; que os Lígures nos aparecem mais tarde no noroeste de Espanha, mas já no século XV no sudoeste dela, não falando dos Lloegrwys das tradições câmblicas, etc. Que o ponto de irradiação destas colónias foi a foz do Reno e o caminho destes emigrantes o do Danúbio e do Reno parece-nos também seguramente provado. Parece-nos ainda muito claro que os Lígures do Mediterrâneo e os povos itálicos pertencem a esta mesma migração, formando porém outra corrente, que seguiu o caminho do Ródano, em vez de seguir a do Reno. Mas vamos agora respigar no périplo quaisquer notícias que possam confirmar estas teses e aclarar ao mesmo tempo a etnologia dos Lígures ocidentais [Sarmiento 1896d: 97-98. Sublinhado nosso].

Além do nome colectivo de ‘Lígures’ atribuído por Hesíodo ao conjunto dos povos que no seu tempo habitavam todo o Ocidente, podem recolher-se nas fontes clássicas e tradições populares alguns outros nomes de Lígures, como referindo-se a povos específicos, nos quais Martins Sarmiento não deixará de reconhecer a força de uma civilização uniforme. Parece, porém, não haver dúvida de que o nome ‘Lígures’ é, para o autor, um ‘endónimo’, *i.e.*, uma denominação atribuída por esses povos a eles mesmos, caso contrário não se compreenderia que o nome se tivesse perpetuado na tradição oral entre aquelas populações, como as de Gales, que o autor considera o repositório da própria civilização ‘ligúrica’ do Ocidente.

No périplo da *Ora marítima*, uns ‘Lígures’ que habitavam as ‘regiões geladas da Ursa’, teriam sido forçados a fugir para o sul da Ilha da Inglaterra, pela invasão dos Celtas, surgidos do norte, da península da Escandinávia (Sarmiento 1880a: 42). Também em Hesíodo, recolhe Martins Sarmiento a informação de que nas regiões do Erídano que, na Geografia antiga restituída pelo autor, designa o Reno, teriam habitado uns ‘Lígures’

geografias fenícias do encontro entre este povo e os lígures do Ocidente da Europa (*e.g.*, Sarmiento 1889; Sarmiento 1896d: 112-130; Sarmiento 1899a).

de que seria rei Cicno,³⁸⁴ a mesma geografia mítica com que o autor identifica o Faetonte que seria o testemunho mitológico correspondente da presença de povos arianos na região do Mar Báltico e do Mar do Norte. A identificação que o investigador faz do Erídano com o Reno e não com o Pó, como alguma hermenêutica, quer clássica quer sua contemporânea, admitia, leva a que seja um dos mais influentes argumentos da sua historiografia, bem assim como dos mais polémicos. O desdobramento operado dos ‘Lígures’ que a História e a Linguística aproximavam ao norte da península da Itália permite que eles surjam totalmente relocalizados, facto que permitirá a Martins Sarmiento a re-exposição de uma geografia do Ocidente totalmente reformulada por essa substituição inicial.

Estes povos do Báltico, ameaçados pelo perigo celta, não são a única informação que o investigador recolhe de Lígures nas Ilhas Britânicas. As tradições de Gales fariam referência a uns ‘Lloegrwys’, povo que teria origem em ‘Llydaw (Armórica) e em Gwasgwyn (Gasconha)³⁸⁵, de onde em seguida tinham saído diferentes tribos que aumentaram a população e o poderio dos primeiros ocupantes da ilha’ e, no qual, como veremos noutra parte, o autor reconhece a migração das colónias de *Oestrymnios* que se teriam difundido em todas as finisterras atlânticas.³⁸⁶ Também neste caso, tal como no

³⁸⁴ ‘[S]e o Cynus do Scutum Herculis é o mesmo que o da fábula de Phaetonte, como alguns crêem e nós com eles, aí se nos mostra Marte como deus tutelar dos Lígures do Reno.’ (Sarmiento 1896d: 124).

³⁸⁵ Martins Sarmiento tem plena noção do possível anacronismo que pretende ver o nome da Gasconha em tradições que se refeririam a momentos tão antigos da colonização ‘ligúrica’ das Ilhas Britânicas e da Península Ibérica. Não desconhece também o poder retrospectivo das lendas, que fundem num espaço-tempo colapsado informações que podem dizer respeito a momentos posteriores aos eventos originais de que as narrativas míticas ‘fundacionais’ pretendem dar conta. Porém, é nossa convicção que se pode detectar na crítica do autor uma preferência pela ‘inscrição espacial’ do sentido geográficos dessas mesmas lendas do que os eventuais anacronismos em que possam eventualmente cair: ‘Os croniqueiros irlandeses podem pois ser acusados dum anacronismo idêntico ao dos documentos câmbricos, que fazem proceder da Vascónia os seus Lloegrwys, porque nem o nome de Vascónia nem o de Brigância existiam na época a que ambas as tradições se reportam; certo é que *eles estavam muito bem orientados* [s.n.] acerca da parte da Espanha, donde fora efectuada a migração dos Milésios’ (Sarmiento 1888c).

³⁸⁶ Martins Sarmiento (Sarmiento 1896d: 77-78) reconhece estes povos, os *Oestrymnios*, quer na migração dos Lloegrwys de Gwasgwyn, como os Milésios da tradição irlandesa: ‘Nós veremos além disso que há boas razões para ver nos Milésios da Irlanda um ramo dos *Oestrymnios* hispânicos; e nas tradições irlandesas os Milésios vêm da Espanha’. Igual convicção acerca da origem dos Lígures de ‘Llydaw’ (Armórica): ‘Temos por isso como coisa certa que os *Oestrymnios* armoricanos do périplo eram efectivamente tribos kymricas que continuaram a residir no litoral

anterior, em que Martins Sarmiento deslocalizava o Erídano para o Reno, e para a foz deste rio o episódio de Cicno e Faetonte, podemos ver desenhar-se igualmente uma situação de confrontação geo-historiográfica com diferentes interpretações, por parte de outros autores, da localização dos eventos a que a lenda se refere, nomeadamente a origem e destino atribuídos às migrações referidas nas *Tríadas* câmblicas.³⁸⁷

Tartessos tem igualmente os seus Lígures identificados em referências etnonímicas que as fontes clássicas transmitiram até ao presente. Um promontório dos Tartéssios ‘tinha o nome de ligústico’ (Eratóstenes, *apud* Estrabão: II, i, 40; iv, 8). Na *Ora marítima*³⁸⁸ existe uma referência a ‘um lago ligústico’, de que saía o Tartessos, ‘inquestionavelmente o actual Guadalquivir’ (Sarmiento 1880a: 53 e 1890-94: 366.). Ao pé deste lago ‘havia uma cidade Ligystina, cujos habitantes se chamavam Lígures’ (Sarmiento 1880a: 53 e 1890-94: 366).³⁸⁹ Segundo Tucídides (Tucídides: VI, 2), os Sicanos, povos de estirpe ibérica, teriam sido ‘expulsos pelos lígures das margens do rio Sicanos na Ibéria’ (Sarmiento 1880a: 53).³⁹⁰

do continente, enquanto algumas delas iam domiciliar-se na ilha fronteira, e que os Oestrymnios britânicos eram os emigrantes de Ophiusa, conhecidos nas tradições câmblicas, e talvez que muito correctamente, pelo nome de Lloegrwys (Lígures)’ (Sarmiento 1896d: 78). Cf. tb. Sarmiento 1888c: 78: ‘É bem possível (...) que seja aos Oestrymnios do documento fenício que se refiram as tradições dos câmbrios, quando nos falamos de uns Lloegrwys que de Gwasgwyn (Gasconha) emigraram para a sua ilha. Mas este povo, cuja audácia marítima o périplo acentua a par da sua actividade comercial, estendeu-se até à Irlanda?’ Esta pergunta final é apenas um instrumento retórico que lhe permitirá dar continuidade à sua teoria da colonização marítima lígure nas finisterras ocidentais, e assim identificar os Milésios das tradições irlandesas também com os Oestrymnios.

³⁸⁷ Ver, também, no contexto da caracterização que fazemos da regionalização teórica associada à geografia ‘ligúrica’, as diferentes interpretações com que o autor se confronta.

³⁸⁸ ‘Mas a ilha [de Cartar] cinge-a por todos os lados com sua corrente o rio Tartesso, que do lago Ligustino flui por campos abertos’ (Avieno, *Ora marítima*, v. 285, p. 25).

³⁸⁹ Sobre o ligurismo de Tartessos poderiam ainda, segundo Martins Sarmiento, apresentar-se alguns argumentos indirectos importantes, sob a autoridade de Jubainville, que atribuía ao nome de Argantónio uma filiação ligúrica, i.e., da mesma língua da que se podiam identificar vestígios na Ligúria do Mediterrâneo, e no facto de a tradição deste povo atribuir a um antepassado a invenção da agricultura, elemento civilizacional também atribuído aos Lígures.

³⁹⁰ A localização precisa deste rio Sicanos tem uma importância facilmente compreensível na identificação da área que os Iberos ocupavam na Península Ibérica e também em França. É entre estas duas áreas de influência que a regionalização teórica da etnogenia ibérica irá ser defendida. Sarmiento, por razões que se indicarão, tem todo o interesse em que os Tartéssios sejam um povo *não-ibérico*, no que terá de confrontar-se com as opiniões de outros investigadores, que reclamam os Iberos com outros limites, quer na Península Ibérica, quer em França. O caso dos



Figura 9 – O Ocidente ‘lígure’, segundo Martins Sarmiento

A referência mais importante a Lígures na Península Ibérica é feita, contudo, numa referência existente na *Ora marítima*, porventura a passagem mais polémica e mais abundantemente citada no contexto da etnogenia antiga de Portugal. Nela vê Martins Sarmiento a informação de que os ‘Lígures e Draganes’ habitavam a parte setentrional de Espanha (Sarmiento 1896d: 86).³⁹¹ A importância da eventual filiação ligúrica dos povos do noroeste da Península Ibérica, no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento só pode porém compreender-se inteiramente quando através dela nos é apresentada a própria genealogia etnonímica dos Lusitanos:

Dirão os competentes se o nome de lígures, ou melhor líguses, segundo as demonstrações do sr. Jubainville, e o nome de Lusitani não é um e o mesmo.

Sicanos é a este nível exemplar: a identificação que Martins Sarmiento faz com o Xucar de Espanha entra em confronto directo com a identificação de Jubainville, que vê nele o Sequana de França.

³⁹¹ A regionalização teórica da *Ora marítima* é analisada em outro lugar. Basta aqui dizer que a polémica envolta com esta passagem reside no facto de ela ser uma alteração proposta por Schrader a uma passagem que considerava incompreensível da *editio princeps* e que veio posteriormente a ser objecto de uma controversa evolução filológica, em que se incluiu, por exemplo, a alteração (*luisis*) proposta por Mendes Correia, que viu nela a primeira referência histórica ao povo dos Lusitanos. Esta proposição, contudo, não pode desligar-se de uma tendência, que se pode detectar na historiografia deste autor, de acentuado carácter nacionalista (cf. Pimenta 2006: 102).

O sufixo *etani* é relativamente moderno, pois que nenhum escritor verdadeiramente antigo o conhece, e lusitano poderia estar para líguses, como *turdetani* para *tartessii*. Seria necessário, é verdade, admitir a forma intermediária *ligusitani*, e a sua contracção em *liusitani*, *lusitani*, pela queda do *g*, e assimilação das vogais; mas a queda do *g* nas línguas chamada neo-célticas é um facto tão vulgar, que a objecção fundada em tal argumento, não nos parece ponderosa [Sarmiento 1880a: 52, nota 4].³⁹²

O levantamento sistemático do nome de ‘Lígures’ por toda a margem ocidental da Europa, permite a Martins Sarmiento reconhecer o mesmo tipo de distribuição que caracteriza a mitologia ‘atlante’ presente na teogonia de Diodoro. Através da sobreposição dos indícios providenciados pelos diversos tipos de ‘objectividades’ que são proporcionadas pelas várias ciências auxiliares da História, o investigador robustece uma regionalização teórica que assenta na identificação de um povo, que a geografia fenícia, através dos Gregos, tinha deixado conhecer o nome, nome esse que se repetia em diversos lugares do Ocidente, e de que o próprio nome dos Lusitanos parecia participar.

Contudo, na regionalização teórica da nomenclatura ‘ligúrica’ da Europa existe ainda uma outra referência, que deterá uma importância acrescida na geo-historiografia de Martins Sarmiento, nomeadamente por estar associada a ela o contexto da polémica linguística com Adolfo Coelho e, indirectamente, com a recepção das suas próprias ideias pela comunidade internacional. Trata-se da Ligúria do Mediterrâneo.

³⁹² Adolfo Coelho viria a criticar a etimologia de Martins Sarmiento com o duplo argumento de que quanto ‘à queda do *g*’, ela seria possível apenas ‘no antigo céltico’ e de que ‘a fusão do *iu* em *u* é inadmissível’. É também o caso de Leite de Vasconcelos, que produz uma frase em tudo significativa: ‘É sabido com que ardor F. Martins Sarmiento havia tomado a peito a defesa da importância dos Lígures na nossa etnologia; seus livros e artigos o provam. Se no que vou dizer [refere-se ao seu capítulo sobre ‘Os Lígures’] me não refiro a estes trabalhos, não é por menos atenção para com o seu autor, por quem sempre tive muita estima, como por vezes o tenho mostrado, mas porque, afastando-me eu de muitas das suas teorias, a discussão delas tomar-me-ia muito tempo e espaço, e por isso preferi seguir impessoalmente o meu caminho’ (Vasconcelos 1905: 53). Porém, deve referir-se igualmente que ao mesmo Leite de Vasconcelos não lhe pareceu definitiva a contenda entre Adolfo Coelho e Martins Sarmiento, no que dizia respeito especificamente à etimologia com que este pretendia filiar os Lusitanos nos Lígures, embora dela parecesse mais discordar que concordar: ‘O sr. Adolfo Coelho pretendeu refutar (...) a hipótese de Sarmiento, o qual respondeu (...); mas a questão não ficou em melhor pé’ (Vasconcelos 1897: xxviii).

Ao pretender refutar a filiação céltica dos Lusitanos ('todas as analogias são entre lígures e gregos' [Sarmiento 1880a: 47]), Martins Sarmiento aproxima-os por diversas vezes com os povos da Ligúria, para através deles, deduzir os costumes 'arianos' dos povos do noroeste da Península Ibérica. Assim, pela descrição de Estrabão (III, iv, 6-7), as mulheres ibéricas seriam de costumes em tudo idênticos às da Ligúria; os linguistas puderam descobrir analogias marcantes entre o genovês e a língua portuguesa e galega (Diefenbach, *apud* Sarmiento 1880a: 47, nota 2); e, finalmente, autoridades reconhecidas da historiografia contemporânea do autor, como Belloguet, afirmavam a semelhança que, nas descrições em autores clássicos, se podiam notar entre os Lígures do Mediterrâneo e os povos ibéricos (Belloguet 1873).

A Ligúria do Mediterrâneo é um lugar especialmente trágico na geo-historiografia de Martins Sarmiento. Ao escolher o nome de Lígures como nome colectivo para os povos 'atlantes' de Diodoro, o autor distinguiu explicitamente a nomenclatura genérica que, a partir de Hesíodo, pertencia a todos os povos arianos do Ocidente e as eventuais pervivências em alguns desses povos como nome especial:

'Eram pois os lígures que os fenícios consideravam como representantes da civilização do Ocidente; e os albiões e os estrímnidos, que o documento do VI século nos nomeia na Inglaterra, os hibernos na Irlanda, os cempses, os cinetes e tartéssios no poente e sudoeste da Espanha, não são certamente outra coisa mais que diferentes ramos desta grande colectividade de povos, que pela afirmação saliente dos seus costumes raça tinham direito a uma *denominação comum* [s.n.] perante a teoria geográfica, mas que, como é de crer, se resolviam em *étnicos mais ou menos especiais* [s.n.] na nomenclatura dum observador, que os passava particularmente em revista' [Sarmiento 1880a: 52].

Nesta 'teoria geográfica', os Lígures do Mediterrâneo eram, assim como os do sul da Inglaterra e do noroeste da Península Ibérica, um povo 'com o nome especial de Lígures' (Sarmiento 1880a: 52). Martins Sarmiento há-de repetir este argumento mais vezes, nomeadamente porque virá a ser obrigado a reconhecer que aí reside alguma debilidade da sua teoria etnogénica, porque será através dela que a sua competência se verá seriamente posta em causa, no contexto da polémica com Adolfo Coelho.

Adolfo Coelho pretenderá fixar a ‘teoria lígure’ de Martins Sarmiento à Ligúria do Mediterrâneo, ganhando assim campo de manobra para exercer a crítica sobre a teoria etnogénica deste: ‘É curiosíssimo e eminentemente adequado para demonstrar a falta de método do sr. Sarmiento que, sendo da máxima importância para a sua tese etnogénica o estudo dos *lígyres autênticos* [s.n.], isto é, dos lígyres da Ligúria histórica, ele apenas faz a eles referência, passa quase completamente por alto as notícias dos antigos que lhes respeitam’ (Coelho 1889: 347).

Esta crítica de Adolfo Coelho pode analisar-se sob dois pontos de vista, que são afinal os dos próprios contendores. De facto, Martins Sarmiento havia retirado alguma substância da sua teoria etnogénica do facto de uma divindade indígena de Vizela, Bormânico, ser adorada igualmente na Ligúria, assumindo, por isso, que não poderia ser de origem céltica: ‘Para que não reste dúvida de que este deus nada tem de comum com os celtas, lembraremos que na Ligúria [do Mediterrâneo] se encontra um Lucus (Vicus?) Bormani (Sarmiento 1882a: 127, nota 1).’³⁹³ Mas por outro lado, Adolfo

³⁹³ Não se estranhe que em 1879 ainda defendesse que as populações da Citânia fossem ‘ou menos célticas’ se defendiam contra o inimigo romano, assumindo assim que ‘o fundo da população que habitou a Citânia era *céltico* [s.n.]’ porque o ‘O nome de Camal que se encontra aqui amiúde, o mesmo nome ligado ao deus *céltico* Bormânico em Vizela, e a identidade incontestável deste deus com o Borvo, ou Bormon *gaulês* [s.n.] figuram-se-nos provas mais que bastantes...’ – já fizemos referências suficientes à data da *crise paradigmática* de Martins Sarmiento que o levou a substituir o celtismo pelo ligurismo d’*Os Lusitanos* de 1880. Em todo o caso aqui podemos ver como, no contexto de uma teoria, o ‘paradigma’ (no sentido kuhniiano) é sempre o ponto de partida. Em apenas dois anos a ‘ligação’ de Vizela à geografia ‘cultural’ da Europa perdeu o ponto de apoio gaulês para se ligar ao ligúrico. A crise porém não desapareceu, uma vez que agora o ‘Bormon’ gaulês ficava incompreensível no seio da nova teoria ligúrica; ver-se-á mais à frente a solução que a tese etnogénica de Martins Sarmiento encontrará para este facto: a identificação de *dois estratos* culturais entre os galeses, um ‘germânico’ e um ‘ligúrico’. Será este segundo estrato *popular* que justificará o culto de Bormânico entre os galeses. É esta a razão por que, alguns anos depois, uma segunda edição do artigo sobre ‘O deus Bormânico’ (1884, a primeira era de 1878) já a nova inclusão do Bormânico gaulês vem explicada com todos os pormenores da nova teoria: ‘O culto de Bormânico estava largamente derramado pela Gália, como o atestam numerosas inscrições achadas neste país. A dominação dos Celtas na Gália é um facto incontestável; porém (...) noventa e nove probabilidade contra uma autorizam a crer que estas hordas intrusas, tão superiores aos povos preexistentes pelo seu génio guerreiro e pela união das suas forças, quão inferiores em cultura, *adoptaram*, ao fixar-se na Gália, a *civilização dos vencidos, e nomeadamente a sua religião* [s.n.]’. Mais tarde, todos os vestígios da língua lusitana, inclusivamente os que se podiam relacionar com as línguas neo-céltica seguirão este caminho da progressiva ‘ligurização’ que lhe permitirá a etimologia ligúrica de Bormânico: ‘Escusado será dizer que considero como ligúricos os nomes de Camalus e Coronerus, e igualmente os de Medamus, Viriatus, Caturo, Larus, que também se encontram na Citânia. Na opinião corrente são eles tidos por célticos da melhor água; mas como céltico da melhor

Coelho ignorava, talvez intencionalmente, que os ‘Lígures’ de Martins Sarmiento só muito indirectamente se relacionavam com aqueles, formando como que um resquício das primeiras formulações da sua teoria que mais tarde foram mesmo desaparecendo.³⁹⁴

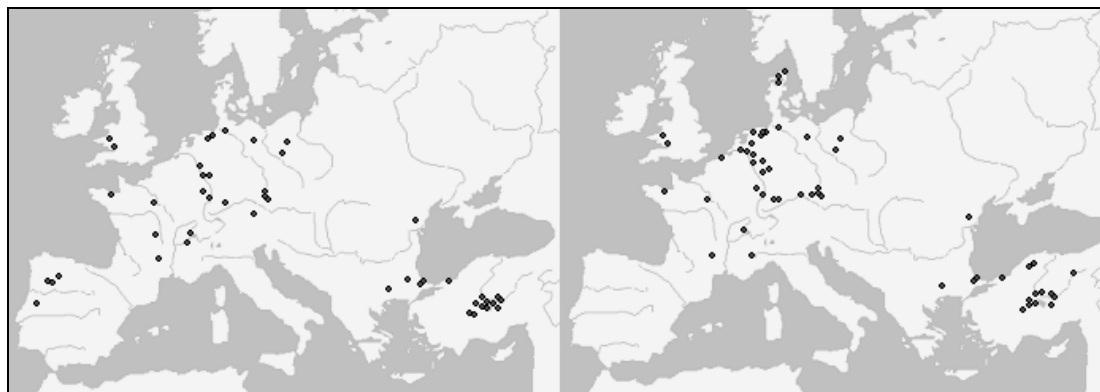


Figura 10 – A polémica linguística entre Adolfo Coelho e Martins Sarmiento

Os mapas da esquerda apresenta os nomes de povos e de lugares em que Adolfo Coelho identifica uma *nomina* céltica.

O da direita, aqueles em que Martins Sarmiento a propõe germânica (esp. Sarmiento 1880a, 1882c e 1891-94).

A evolução posterior da tese de Martins Sarmiento foi gradualmente incluindo esta ‘perturbação’ da sua teoria etnogénica. Apesar de ter sido a Ligúria do Mediterrâneo, com o nome da divindade de Bormânico, um dos argumentos iniciais para o nome que Martins Sarmiento escolheu para nomear ‘povo do bronze’, ela vai sendo gradualmente minorizada quando comparada com outros elementos de argumentação, como sejam a *nomina* ligúrica da Península Ibérica ou do Ocidente, pelo risco justamente que importa a uma excessiva comparação das duas regiões: ‘Porque eu dei aos velhos árias do extremo ocidente a denominação de Lígures, adoptando, como já disse, a geografia de

água era tido dantes o nome de Bormânico, e depois que Müllenhoff e M. de Jubainville estabeleceram que ele era ligúrico, não é de crer que a velha opinião volte à praça. Ora para rejeitar a celticidade do nome de Bormânico há as mesmas razões que para rejeitar a dos nomes de Camalus, Cononerus, Medamus, etc. O deus Bormânico foi desceltizado, por se provar que ele era adorado na Ligúria do Mediterrâneo, onde os celtas não exerceram a mínima influência; e eu não sei que alguém seja capaz de provar que os Celtas exerceram a mínima influência na Citânia’ (Sarmiento 1899a: 441). Note-se, mais uma vez, o carácter predominantemente *histórico* da argumentação de Martins Sarmiento.

³⁹⁴ Contudo, para lá da indignação de Martins Sarmiento face à crítica de Adolfo Coelho, existem algumas outras referências a uma relação entre as duas regiões, a Lusitânia e a Ligúria Mediterrâneo: *e.g.*, semelhanças linguísticas entre o genovês e o português, ou a identificação etnológica entre as mulheres da Ligúria e da Lusitânia presentes em Estrabão ‘sendo preciso ler duas vezes os seus textos para liquidar se é das primeiras, se das segundas que ele trata’ (Sarmiento 1880a: 47).

Hesíodo, e porque à beira do Mediterrâneo há um povo com o nome de Lígures, entende o sr. Coelho que estou obrigado a ver nuns e noutros dois irmãos Siameses, sem poder afirmar dos primeiros a menor bagatela que não seja aplicada aos segundos’ (Sarmiento 1890-94: 348).

Essa menorização é, de resto, plenamente justificada no entender de Martins Sarmiento, pela razão *especificamente histórica* de que aquela região do Mediterrâneo foi, não só prematuramente retirada do convívio do resto dos povos ‘ligúricos’ pela invasão dos celtas, distanciando-se assim também as duas tradições culturais, como reconhecendo que, ao contrário da Lusitânia, que *pela sua posição* pôde resguardar-se de excessivas misturas étnicas, a Ligúria, como o afirmava o próprio Adolfo Coelho, ‘foi sede de estabelecimentos de povos muito diversos, gregos, fenícios, italiotas; a pressão céltica sobre as populações ligúricas era muito antiga e deu lugar a numerosas infiltrações, que tornavam difícil a distinção de celtas e lígures’, o que lhe permitirá afirmar triunfantemente: ‘E era deste caos que eu havia de tirar a melhor luz para a pré-celticidade dos povos ocidentais’ (Sarmiento 1890-94: 347).

Finalmente, Adolfo Coelho, recuperando a seu favor, a já referida confusão que a escolha do nome de ‘Lígures’ por parte de Martins Sarmiento havia introduzido na sua teoria, afirma que ‘é falha absolutamente de base a opinião do sr. Sarmiento, segundo a qual os dialectos neo-célticos seriam os reflexos da língua dos lígures’ (Sarmiento 1890-1894: 347). Já em nota anterior referimos que Martins Sarmiento deu azo a que esta afirmação de Adolfo Coelho fosse produzida porque, no terreno específico da Linguística, havia afirmado que se haviam detectado surpreendentes analogias entre o genovês e o português. Adolfo Coelho, porém, explicita esta incoerência e reveste-a de uma abrangência que em concreto talvez não possua, e sobretudo, que é o que nos interessa no contexto geo-historiográfico da produção científica de Martins Sarmiento que aqui vimos a caracterizar, impôs-lhe uma visibilidade internacional sem dúvida comprometedora: ‘[É inadmissível a tese de que] les langues dites néo-celtiques dérivent du ligure, et que par conséquence les noms propres de la Péninsule Ibérique qui s’expliquent par les langues néo-celtiques sont ligures d’origine’. cremos que Martins Sarmiento sentiu profundamente esta crítica; ela é afinal a constatação da falta de receptividade nos mais importantes meios internacionais de produção de conhecimento científico sobre o passado histórico do seu tempo.

Em suma, Martins Sarmiento terá talvez cometido um erro ao escolher o nome de ‘Lígures’ para baptizar as gentes que, na sua opinião, teriam vindo emigradas desde a Ásia para se expandirem por toda a Europa ocidental. Ao fazê-lo, o investigador expôs-se às críticas dos que não puderam, ou não quiseram, ver nesse nome apenas um apelativo de uma realidade histórica e geográfica naturalmente muito mais vasta do que os Lígures conhecidos historicamente, *i.e.*, os Lígures do Mediterrâneo.

II. 3.3. Portugal: a “Ora maritima”

A esfera de identidade associada à própria nacionalidade não podia deixar de ter uma enorme importância na caracterização cronotópica da geo-historiografia de Martins Sarmiento. Pretende-se dar destaque a diversos aspectos que aqui estão presentes e de que pretendemos notar a forma íntima como se entrecem na teoria interpretativa do autor. Por um lado, a questão da ‘pureza genealógica’ de um determinado povo, ou de uma nacionalidade, neste caso os Portugueses. Quer em Martins Sarmiento, quer em outros autores portugueses seus contemporâneos ou posteriores, a questão da valorização propriamente ‘étnica’ de uma nacionalidade está sempre presente, embora sejam por vezes totalmente distintos, quando não opostos, os fundamentos que esses mesmo autores advogam para defesa das suas teses.

A questão da variedade de argumentos não importa muito neste contexto, uma vez que a nossa intenção não é suportar, nem contrapor, nenhuma das teses sobre a ‘formação de Portugal’ que abundam na historiografia da segunda metade do século dezanove e inícios do século seguinte. O que apenas pretendemos dar conta é que essa mesma variedade é apresentada num quadro geral, comumente aceite, de que a expressão de uma nacionalidade se explica pelas raízes étnicas e territoriais de um povo, de que a geografia actual de uma nação é o quadro adequado para o estudo de fenómenos históricos que podem dela separar-se por séculos e mesmo milénios de história. É esta ‘arqueologia nacional’ e a ‘geografia imaginativa’ que lhe anda associada que pretendemos realçar na nossa análise. Por outro lado, esta frase de Martins Sarmiento alude a uma segunda dimensão propriamente ‘paradigmática’ que deve ser igualmente tomada em conta no momento da interpretação que aqui levamos a cabo da sua tese histórica sobre a etnogénese dos Lusitanos. Trata-se da noção de que a

‘posição’ do território influencia directamente a expressão étnica do povo de um determinada território.

Esta questão, de índole manifestamente histórico-geográfica, toma um significado especial quando considerada no contexto da confrontação ‘epistemológica’ que difusionistas e evolucionistas mantiveram ao longo da segunda metade do século dezanove, cuja influência se estendeu largamente para as primeiras décadas do século seguinte. De facto, a posição de um território, enquanto factor causal de uma determinada evolução social das comunidades que aí vivem, pode efectuar-se segundo duas linhas de dinâmica cultural e social distintas.

Uma, mais universalista, concebe o território como um ‘palco’ em que se desenrola a história, o ‘drama’; sob este ponto de vista, a influência do lugar é puramente incidental, e toda a dinâmica social e evolução cultural é fruto apenas da presença ou ausência de influência das grandes movimentações dos povos, da presença concomitante, ou sequência progressiva, de diversas esferas culturais associadas a diferentes mundos culturais naquele lugar.

Uma outra, mais localista, para a qual o território contém ele próprio características formativas especiais responsáveis pela constituição da singularidade de um povo, sejam elas associadas, idealisticamente, ao ‘espírito do lugar’, o *genius loci*, sejam elas, de um ponto de vista mais materialista ou estritamente mesológico, o resultado das condições naturais que determinam um género de vida ao qual as populações têm de confinar-se e no qual tem origem uma determinada super-estrutura ideológica e cultural.

Como veremos, no caso de Martins Sarmiento é possível detectar influências deste dois modos extremos de considerar o território, ainda que, na divisão analítica assim extremada que apresentamos, não duvidemos em considerar que este investigador pertence mais distintamente ao primeiro dos perfis epistemológicos considerados.

A narrativa etnográfica da *Ora maritima* reconhece na ‘geografia estrímnica’ uma ilha em que habitam os Albiões, próxima de uma outra ‘densamente povoada’ pelos Hiernos (Avieno, *Ora maritima*, p. 20). Na primeira das duas, segundo Martins Sarmiento, o périplo distinguiria entre uma parte setentrional, habitada pelos Albiões, e uma meridional, em que se localizariam os Lígures, vindos do continente defronte, e os Estrímnidos.

No momento em que acompanhámos a crítica de Martins Sarmiento sobre as lendas gregas e a restituição da geografia fenícia que o autor acredita estar por trás dessas narrativas, pudemos então ver como o autor reconhecia em Albion, adversário de Hércules, os Albiões de Inglaterra que com este nome vêm a ser identificados na *Ora marítima* e que teriam sido afinal os povos com que os marinheiros fenícios primeiro entraram em contacto no momento da sua viagem inaugural ao Mar do Norte.

Os Albiões da *Ora marítima* seriam, portanto, para Martins Sarmiento, o mesmo povo que a geografia fenícia nomeava como o povo que habitava, a par dos Hiernos, as Ilhas Britânicas, o qual seria um dos muitos representantes de um dos ramos da massa de povos que a migração ‘ariana’ vinda da Ásia havia derramado sobre as regiões ocidentais da Europa. Um outro, que dele se havia separado no centro da Europa, teria sido o responsável pela colonização ‘ariana’ da península itálica e dado origem, em última instância, aos Romanos.

Neste momento, porém, é mais importante compreender o que a cronologia diferencial entre as duas épocas históricas que Martins Sarmiento atribui aos dois tipos de fontes históricas aqui presentes, e que distam quase meio milénio, provocaram na etnogenia dos habitantes das Ilhas Britânicas e, especialmente, dos Albiões, assim como das consequências que a geografia ‘ariana ocidental’ provoca na etnogenia do território que viria a ser a ‘Lusitânia primitiva’.

Desde este ponto de vista, a atenção hermenêutica de Martins Sarmiento incide principalmente no facto de se poder deduzir da crítica comparada das duas fontes sobre os Albiões, que se teria processado uma significativa modificação dos centros de produção e comercialização do estanho, quando referidos, respectivamente, à esfera de dominação económica fenícia e cartaginesa.

O domínio comercial dos Fenícios do levante do Mediterrâneo, tal como Martins Sarmiento a restitui na geografia das lendas gregas, apontava, claramente, os Albiões como os detentores locais da produção e comércio do estanho, comércio esse que centralizava a saída dos produtos num porto do litoral oriental da ilha da Grã-Bretanha, associado a uma cidade situada na foz do Tamisa. Daqui, os Albiões orientavam o escoamento do produto pela foz do Reno e através do curso deste rio por toda a Europa central, região em que a Arqueologia demonstrava existirem inúmeras colónias ‘arianas’, conhecedoras da técnica de metalurgia do bronze. Por estas estradas fluviais,

o estanho deveria mesmo atingir o litoral do Mar Mediterrâneo e ser integrado no comércio marítimo que o levaria às civilizações mais adiantadas do Mediterrâneo oriental. O investigador veria mesmo nesta circunstância a origem da informação sobre as riquezas estaníferas do Mar do Norte que teria levado os Fenícios a aventurarem-se pelo Atlântico com o intuito de poder estabelecer um comércio marítimo regular que pusesse em contacto directo estas regiões com os mercados que mais quantidade absorviam daquela matéria prima.

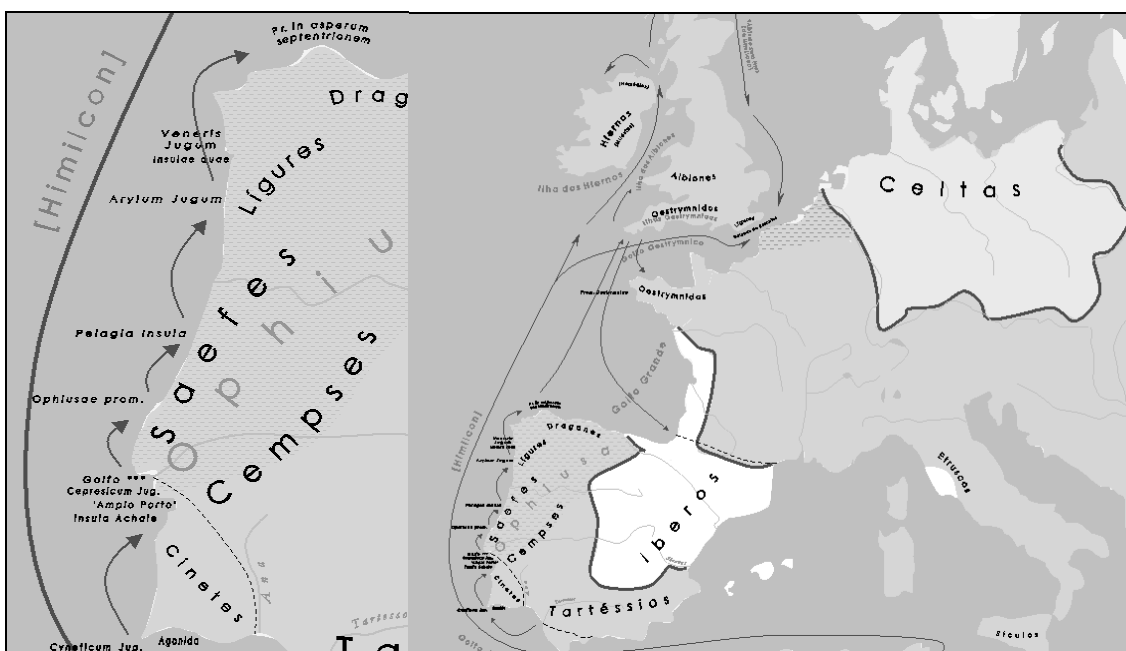


Figura 11 – A ‘Ora marítima’, segundo Martins Sarmento
 Fontes: Obras de Martins Sarmento (especialmente Sarmento 1880 e 1896), passim.

O que a cronologia cartaginesa da *Ora marítima* traz à hipótese interpretativa de Martins Sarmento é a constatação de que o mundo de grande actividade comercial centrada no Mar do Norte e com origem na dominação do comércio do estanho pelos Albiões da Inglaterra, representado na geografia fenícia restituída das lendas gregas de Hércules, Jasão e Ulisses, esteja completamente desfigurado na narração dos lugares equivalentes descritos no poema de Avieno:

Sendo assim, causará estranheza que o nosso périplo não só deixe os Albiões tanto na sombra, mas até nos diga que esse Mar do Norte, onde os Tírios do século XII tanta vida e animação encontraram, era já no tempo de Himilcon um mar solitário e quase morto [Sarmento 1880c: 70].

Martins Sarmiento entende que a razão desta profunda modificação se prende directamente com o facto de na *Ora maritima* serem localizados uns Estrímnidos e Lígures na região em que as fontes anteriores apenas nomeavam os Albiões, que teria origem na migração forçada dos Lígures do Báltico, das suas terras primitivas, pela invasão dos Celtas oriundos da Escandinávia.³⁹⁵ A conclusão que Martins Sarmiento tira da evolução etnográfica dos povos do Mar do Norte é assim causada, não pela eventual ignorância destas paragens por parte dos marinheiros cartagineses mas pelo desmantelamento daquele centro de civilização do bronze por parte de povos de notória inferioridade cultural. Os Celtas da Escandinávia, povos de estirpe germânica, como o investigador defende, atingem o centro de toda esta organização económica, ao tomarem os caminhos do comércio do estanho no centro da Europa, deduzindo deste mesmo facto a ordem hierárquica do carácter civilizador dos povos do bronze sobre os do ferro:

É também pela invasão céltica que explicamos o motivo por que toda a vida e movimento que os Tírios do século XII encontraram no Mar do Norte, entre a Inglaterra e a foz do Reno, tinham completamente desaparecido já no tempo de Himilcon. O alimento de toda esta vida e movimento era, já o vimos, o comércio do estanho, com a sua caudal exportação pela grande artéria do Reno e depois pelas do Ródano e Danúbio; e, *se os Celtas fossem um povo civilizado e civilizador*, com geralmente se acredita, sem que possamos perceber os fundamentos em que esta opinião se baseia, tudo isto deveria melhorar e não piorar. Mas a estreia dos Celtas na cena histórica e os feitos dos bandos que se lhes seguiram como o nome de Belgas, Cimbro, etc., mostram a todo o investigador desprevenido o que tinha a esperar a

³⁹⁵ ‘Se alguém daí, das ilhas Estrímnicas ousa o barco impelir nas ondas para os lados em quem, devido ao eixo de Licáon, o ar enregela, penetra-se na terra dos Lígures, agora desabitada. Graças à acção dos Celtas e às numerosas lutas, as terras foram há muito evacuadas; e os Lígures expulsos, como faz o destino a cada passo a outros, chegaram à terra que habitam agora, quase sempre entre densas florestas. Nesses lugares são frequentes os recifes e rígidas as rochas; os cumes dos montes metem-se pelo céu. E foi assim que esta tribo, fugitiva por muito tempo, viveu entre desfiladeiros rochosos, afastada das ondas. Temia o mar em consequência dos perigos passados. Depois a tranquilidade e o repouso, robustecida a audácia pela segurança, persuadiram-nos a sair dos elevados refúgios e a descer mesmo para os locais à borda do mar.’ (Avieno, *Ora maritima*, p. 20-1).

civilização por parte destas hordas que desciam *periodicamente* das brumas do norte [Sarmiento 1880c: 73. Sublinhados nossos].

Nesta passagem de Martins Sarmiento podemos ver já a expressão da ‘filosofia da história’ que irá habitar a sua teoria interpretativa: a essencialização da barbárie na estirpe dos povos célticos e germânicos e o carácter ‘cíclico’ da sua concepção do próprio tempo histórico que resume, sob uma mesma entidade, povos que estão separados entre si por vários séculos de diferença.

A movimentação dos Celtas, tal como a entende Martins Sarmiento, teve porém consequências mais específicas na etnogenia do Ocidente da Europa, associadas mas que ultrapassam a desorganização das estradas fluviais do comércio do estanho. A convicção, por parte dos Albiões, de que as estradas comerciais com origem na foz do Reno estariam irremediavelmente perdidas, levou-os a reorientar o comércio do estanho para a via marítima. É por isso mesmo que, segundo o investigador, as colónias fenícias do Mediterrâneo ocidental e do Atlântico vêm a conhecer as fontes do estanho no ocidente da Inglaterra e no Canal da Mancha.

A esfera civilizacional constituída pelos povos do bronze em toda a Europa é forçada a recolher-se nas margens ocidentais da Europa e o comércio, anteriormente organizado numa escala ‘global’, vê-se agora forçado a acanhar-se em trocas de escala local entre os povos das finisterras atlânticas. Como resultado destas novas condições, o povo ‘ariano’, que tinha dominado entre todos até à invasão dos Celtas, perde os fundamentos que concretamente justificavam a sua proeminência. A partir do momento em que o escoamento do metal passa a fazer-se pela estrada marítima, são os povos das finisterras que ligam a navegação desde as Ilhas Britânicas até à entrada do Mediterrâneo, no golfo de Cádiz, onde se localizam as primeiras colónias fenícias. É neste contexto que adquirem especial proeminência os Estrímnidos.

Os Estrímnidos constituem o povo mais importante e, contudo, mais inefável da geo-historiografia de Martins Sarmiento. São, ao mesmo tempo, os herdeiros de um mercado metalífero que a invasão céltica havia desorganizado aos Albiões, um ‘povo das finisterras’ e o representante dos ‘arianos’ ocidentais mais próximo da identificação mítica do território da ‘Lusitânia primitiva’ e que a *vacua gleba*, que resultou da sua

expulsão pelo ‘povo das serpentes’, simboliza em termos de uma temporalidade absoluta.

O nome dos Estrímnidos, ou outros com ele relacionados, surge várias vezes no poema de Avieno. É o caso do ‘cabo proeminente’ do Estrímnis ‘mole de saliência rochosa que por inteiro converge para o tépido norte’; é o golfo que segue este promontório, e a que os ‘naturais chamam de Estrímnico’ e onde se situam as ‘ilhas Estrímnides’ com que negociavam os marinheiros mercadores do golfo de Cádiz; e é, finalmente, e este será um ponto central da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, o nome primitivo de Ofiússa, por ‘os Estrímnidos habitarem aí lugares e campos’ (Avieno, *Ora maritima*, v. 91, 95, 96, 113, 130, 154 e 155 [p. 19-21]).

A unidade de designações, associada a uma outra, a dos ‘Lígures’, que o autor consegue também recolher em vários pontos da costa ocidental da Europa, é, assim, mais um sinal inequívoco da unidade civilizacional ‘ariano’ do Ocidente na Idade do Bronze, detendo, no caso do nome de Estrímnidos, o aliciante geográfico de coincidir com as três principais *finisterras* deste mesmo Ocidente: Cornualha, Bretanha e Galiza.

A referência, feita no poema de Avieno, ao facto de o nome de Estrímnis, dado a Ofiússa, ser garantido pelas informação ‘dos antigos’ obriga a que seja dilucidada a cronologia dessa revolução etnogénica. Já sabemos que Martins Sarmiento acredita poderem-se detectar duas ‘vozes narrativas’ no texto de Avieno, para lá da do próprio poeta, entenda-se. Uma, dominante na narrativa, é a do ‘anónimo’, como lhe chama o investigador, *i.e.*, o autor cartaginês do périplo que Avieno copia; e ‘os antigos’, a ‘tradição’, como diversas vezes o poema regista, constotuída por passagens e informações que diriam respeito a uma tradição geográfica anterior, de origem fenícia. É exactamente esta sobreposição de vozes narrativas que Martins Sarmiento admite estarem presentes na descrição ao redor do nome de Estrímnis. De facto, quase sempre que se refere ao nome de Estrímnis, o poema de Avieno faz questão de acentuar a antiguidade do nome: ao ‘cabo proeminente’ que segue as Colunas de Hércules, é a ‘antiguidade’ que lhe chama Estrímnis; o golfo que segue esta crista rochosa, é chamado Estrímnico, ‘pelos naturais’; Ofiússa, pela sua vez, era chamada ‘primeiro’ Estrímnis. Assim, existe um halo de antiguidade que acompanha a geografia estrímnica e permite algumas inferências hermenêuticas singulares por parte de Martins Sarmiento, nomeadamente quanto às cronologias aqui presentes.

Mas existe uma diferença importante relacionada com esta unidade de designações. O facto de, em relação à Bretanha, o nome de Estrímnis lhe ser garantido pela ‘antiguidade’ e de os povos que a geografia posterior, já de expressão grega e romana, detectar nomes equivalentes naquelas paragens, os Ostímios de Estrabão e os Osímios de Ptolomeu, leva à conclusão de que o povoamento estrímnico não conheceu ali grandes modificações. Pelo contrário, o facto de uns Estrímnidos terem desaparecido do noroeste da Península Ibérica e, complementarmente, terem surgido a desalojar os Albiões que a tradição fenícia das lendas relativas a Hércules registava no sul da Ilha de Inglaterra, levam o intérprete a considerar sem quaisquer dúvidas que uns e outros são os mesmos:

[V]ê-se que a denominação de Estrímnidos compreendia ao princípio uma cadeia de colónias, que se tinham estendido desde o Passo de Calais, pelo menos, até a baía do Sado; e vê-se também que, se as da península ibérica haviam emigrado para o sul da Inglaterra, as da Bretanha tinham conservado a sua primitiva posição. Vê-se finalmente que os Estrímnidos dos dois lados da Mancha eram povos da mesma família.

Esta passagem permite apreender de forma nítida as características fortemente essencialistas e literalistas da historiografia de Martins Sarmiento, ao remeter para uma suposta migração atlântica uma equivalência étnica que uma simples migração entre duas *finisterras* vizinhas poderia ter justificado. Em todo o caso, esta distinção é de relativamente pouca importância na teoria interpretativa de Martins Sarmiento, para quem, independente do seu nome, todas as expressões étnicas registadas nestes territórios se subsumiam na qualidade geral de ‘arianos’.³⁹⁶

Os Estrímnidos da Bretanha, ou, em sentido lato, os ocupantes da margem meridional do golfo Estrímnico, foram inicialmente invisibilizados na hermenêutica de Martins Sarmiento, sendo posteriormente recuperados na geografia restituída da segunda edição da sua crítica da *Ora maritima* de Avieno. São os ‘povos irmãos’ dos habitantes do noroeste da Península Ibérica, uns e outros registados na voz narrativa fenícia que se distingue como a fonte da geografia mais antiga do poema de Avieno.

³⁹⁶ Nada, porém, o impede e não faltam exemplos semelhantes da Geografia Histórica que o demonstrem.

O carácter audaz de navegadores que Martins Sarmiento reconhece especificamente no povo dos Estrímnidos teria uma especial confirmação entre os da Bretanha, pela informação, dada por César, de que, no seu tempo, os povos armoricanos detinham uma marinha mercante de grande valia. Uma vez que entre a voz narrativa dos Tírios, suposta por Martins Sarmiento como sendo a que testemunha a qualidade náutica dos Estrímnidos e o testemunho de César, do primeiro século antes de Cristo, decorre um período de tempo próximo de um milénio, mais uma vez podemos ver, nesta identificação, uma manifestação da usual compressão de tempo e essencialização do espaço que habita a geo-historiografia de Martins Sarmiento.³⁹⁷

Na *Ora maritima*, a voz narrativa dos Tírios, segundo a restituição da geografia antiga proposta por Martins Sarmiento, testemunhava que o mesmo povo, os Estrímnidos, habitava os dois lados do Canal da Mancha. Os da Bretanha, estando aí fixados desde tempos imemoriais, os da Cornualha como tendo vindo do noroeste da Península Ibérica, afugentados por uma invasão de serpentes. Ora, para o investigador, seria desta familiaridade específica, resultante de serem as duas margens do Canal da Mancha habitadas pelo mesmo povo, que resultaria também, cerca de um milénio mais tarde, a circunstância de os povos armoricanos simularem desconhecer as actividades dos povos insulares, enquanto lhes fariam chegar toda a informação sobre os planos do general romano.³⁹⁸

³⁹⁷ César refere-se especificamente aos Vénetos, povo que a crítica localiza na margem meridional da península da Bretanha, vizinhos dos Osímios, o povo cujo nome o investigador português, e a crítica em geral, admite como sendo a evolução do nome dos Estrímnidos. ‘These Veneti exercise by far the most extensive authority over all the sea-coast in those districts, for they have numerous ships, in which it is their custom to sail to Britain, and they excel the rest in the theory and practice of navigation. As the sea is very boisterous, and open, with but a few harbours here and there which they hold themselves, they have as tributaries almost all those whose custom is to sail that sea’ (Caesar, *The Gallic War*, III, 8 ss. [p. 147, 149]). Martins Sarmiento não deixará de tirar conclusões etnogénicas sobre a ‘arianidade’ comum dos povos ‘ligúricos’, e especialmente entre os dois ramos da migração, o do Reno e do Ródano, a partir da identidade fonética entre os Vénetos do Atlântico e os do Mediterrâneo.

³⁹⁸ ‘Only a small part of the summer was left, and in these regions, as all the Gaul has a northerly aspect, the winters are early; but for all this Caesar was intent upon starting for Britain. He understood that in almost all the Gallic campaigns succours had been furnished for our enemy from that quarter; and he supposed that, if the season left no time for actual campaigning, it would still be of great advantage to him merely to have entered the island, observed the character of the natives, and obtained some knowledge of the localities, the harbours, and the landing-places; for almost all these matters were unknown to the Gauls. (...) Meanwhile his purpose had become known and

A identificação total entre as qualidades náuticas dos Armoricanos e dos antigos Estrímnicos da Bretanha, não é pois a única manifestação de essencialização que podemos ver em Martins Sarmiento em relação à restituição etnográfica associada àqueles povos da *Ora maritima*. Do mesmo modo que o faz em relação à identificação civilizacional dos povos ‘ligúricos’ dos litorais ocidentais da Europa, também no que se refere à identificação específica entre os povos que habitam as duas margens do golfo Estrímnico, também Martins Sarmiento toma a coincidência da localização dos povos como garantia da continuidade étnica e mesmo civilizacional; e, acessoriamente, destaca as semelhanças de comportamento geopolítico como sendo manifestações de um mesmo processo quase antropomórfico de relações familiares.

[P]ara nós é indubitável que estes atrevidos marinheiros, de que nos fala César, descendiam dos Estrímnicos do périplo e não representavam com o general romano a comédia conhecida, senão porque mantinham com os descendentes dos Estrímnicos britânicos as antiquíssimas relações comerciais, e estiveram com eles sempre ligados por uma amizade, que a comunidade de origem, de tradições e de língua, nunca deixou de afrouxar [Sarmiento 1896d: 86].

Este tipo de essencialização do tempo histórico é justamente o que habitará, também e de um modo mais específico, a geo-historiografia do autor em relação à Península Ibérica, e especialmente ao litoral ocidental. Como veremos, também a esta escala, a identidade cultural – diríamos, usando das palavras do próprio Martins Sarmiento, ‘civilizacional’ – dos povos ‘ligúricos’ ali residentes pode explicar-se pela dupla articulação entre um fundo ‘ariano’ comum e a relevância, pequena, quando considerada face a esta esfera global de identidade, dos acidentes históricos que fazem conviver dentro dela povos com nomes especiais, cujos sucessos históricos particulares e atributos especiais, não põem nunca em causa a relação familiar entre todos. Se quiséssemos utilizar o tipo de limites estruturais que a história do pensamento científico se apraz em registrar entre as diversas etapas de uma mesma suposta tradição geo-historiográfica, teríamos forçosamente de reconhecer que este tipo de concepção da

had been reported through traders to the Britons, and deputies came to him from several states in the island with promises to give hostages and to accept the empire of Rome’ (Caesar, *The Gallic War*, IV, 20-1 [p. 205, 207.]).

História e da Geografia é providencialista e em tudo pré-darwiniana, pois que a marca dominante das relações sociais é o equilíbrio, a harmonia, e não o conflito e a competição, elementos que virão a ser dominantes na geo-historiografia dos fins do século dezanove e, de uma forma ainda mais estridente, nas primeiras décadas do século vinte.³⁹⁹

Um argumento de origem etnográfica irá permitir fundamentar com novos pontos de apoio a tese da ligação preferencial entre todas estas finisterras e, principalmente, acalantar uma hipótese dilecta de Martins Sarmiento, a saber, as relações directas estabelecidas desde a Idade do Bronze entre os povos do noroeste da Península Ibérica e do sul da Inglaterra.

As *Triades* de Gales, recolhidas mais ou menos romanceadas da tradição oral de narrativas populares, continuam a referênciar, nos episódios relacionados com a chegada dos Kymros, guiados por Hu Gadarn, herói mítico em que Martins Sarmiento vê a expressão do herói solar ‘ariano’, que outras narrativas fundacionais, como as dos Gregos e Romanos, também contemplam, ao facto de que ao mesmo tempo que estes Kymros se estabeleciam na Inglaterra, povos da ‘mesma família e falando a mesma língua se estabeleciam’ em Llydaw e em Gwasgwyn, regiões que a crítica identificava com a Armórica e a Gasconha. Ainda no relato da mesma tradição oral galesa, um ponto era especialmente significativo para Martins Sarmiento, quer pelo que se relacionava directamente com a movimentação dos Estrímnicos, quer com a etnogenia dos povos do

³⁹⁹ O carácter abertamente racista das formulações científicas antropológicas das primeiras décadas do século vinte não deve permitir pensar que sob outras versões, aparentemente mais benignas, não corresse igualmente um propósito evidente de exclusão social baseado na ‘inferioridade racial’. Ao contrário da Europa, onde os anos vinte e trinta expuseram em teoria e na prática os mecanismos prescritivos de ‘selecção social’ pela eliminação, a que não escaparam nomes com provas dadas de intervenção social como Bernard Shaw (1905), e pelo eugenismo, nos Estados Unidos da América a ciência institucional e universitária aplicou-se na construção de uma ‘teoria da migração’ cujos resultados práticos não diferiam em muito dos seus congéneres transatlânticos (Haller 1963; Kelves 1985; Pimenta 2006). Bowman, um académico de Geografia, ciente de que o Novo Mundo poderia perder a sua hegemonia pela mistura racial com os imigrantes de raça ‘negra’, ‘mediterrânica’ e ‘eslava’ defendia uma política de imigração selectiva (Bowman 1926; 1934; 1942). Desde o início do século que Huntington vinha desenvolvendo uma retórica de afirmação naturalista da alteridade racial, tendo como objectivo último, no fechamento eventual do próprio círculo tautológico que a ela deu origem, a uma ‘topologia da raça branca’, uma fixação quase providencialista de ‘causalidade multifactorial’ de civilização (Huntington 1914, 1917, 1920, 1924).

noroeste da Península Ibérica. Daqui teriam saído, segundo a lenda, diferentes tribos que ‘aumentaram a população e o poderio dos primeiros ocupantes da ilha’ da Inglaterra (Sarmiento 1896d: 77-8).⁴⁰⁰ A coincidência entre as narrativas da *Ora marítima* e das *Tríades* é de tal modo manifesta que não podia deixar de impressionar vivamente o espírito hermenêutico de Martins Sarmiento:

[A]inda aqui andasse mão do acaso, deveríamos acreditar em milagres. Temos por isso como coisa certa que os Estrímnidos armoricanos do périplo eram efectivamente tribos kymricas que continuaram a residir no litoral do continente, enquanto algumas delas iam domiciliar-se na ilha fronteira, e que os Estrímnidos britânicos eram os emigrantes de Ofiússa, conhecidos nas tradições câmblicas, e talvez que muito correctamente, pelo nome de Lloegrwys (Lígures) [Sarmiento 1896d: 78].

Dentro do panorama geral do ‘arianismo’ ocidental existe, nesta questão dos Estrímnidos e da relação entre o noroeste da Península Ibérica e a ilha da Inglaterra uma série de subtilezas de Martins Sarmiento que aponta nitidamente para uma distinção mais fina da identidade dos povos que virão a ser os Lusitanos. Não se trata apenas da sobreposição entre ‘Lígures’ e ‘Estrímnidos’ e da sua possível equivalência, embora, como se verá, esta distinção permita ao investigador apresentar *avant la lettre* uma visão ‘composicionista’ do território que virá a ser Portugal entre ‘arianos’ do sul e do norte, visão essa que, noutros moldes, certamente também virão a aparecer em Alberto Sampaio ou Leite de Vasconcelos, a qual virá a constituir-se num ‘trope’ narrativo característico de alguma historiografia portuguesa.⁴⁰¹

A etnogenia dos povos ligúricos da Irlanda tem também, no contexto da caracterização ‘ariana’ da Europa ocidental, e especificamente da relação dos

⁴⁰⁰ Não se deve esquecer que, do ponto de vista das hipóteses etnogénicas de Martins Sarmiento, a tradição oral sobre a epopeia dos Kymros diria respeito a toda a ilha da Inglaterra e não apenas à península de Gales. Nela se incluíam portanto os Albiões. A restrição territorial propriamente ‘galesa’ a que a tradição oral passou a estar associada, teria tido origem na pressão de conquista que os povos de estirpe germânica (em que, de acordo com as ideias do investigador, se incluíam igualmente os Celtas) que, partindo da costa oriental da ilha levou ao acantonamento dos povos ‘arianos’ nas suas costas ocidentais, nomeadamente em Gales e Cornualha.

⁴⁰¹ Ver, mais à frente, a expressão desta ‘composição cultural’, *Ligúrico-Tartéssica*, do território ocidental da Península Ibérica.

Estrímnicos com a Península Ibérica, um papel particular. Tal como acontece em relação às *Triades* de Gales, será nos relatos da tradição oral que Martins Sarmento retirará a verificação da íntima relação da Irlanda com a Península Ibérica.

O *Lebor Gabala* é a fixação desses relatos orais e a principal fonte de informações relativas ao passado mais antigo da Irlanda, de que Martins Sarmento faz uso explícito e explícita confiança no seu carácter histórico.

Bem sabemos que não falta quem tenha visto nos Nemédios, e até nos Milésios, entidades puramente míticas; mas já nos pronunciámos contra esta doutrina que temos por funesta ao progresso dos estudos etnológicos, e temos por seguro que ainda desta vez os elementos históricos e míticos andam intimamente interligados. Dir-se-á que todas as particularidades da legenda, a começar pelo ponto de partida das expedições milésias, que é a Espanha, repugnam ao simples bom senso, quanto mais ao senso histórico; há-de porém notar-se que todos os absurdos desaparecem, se admitimos que a tradição acabou por confundir o ponto de partida destas expedições com o ponto de partida de uma expedição anterior; ou, mais claro, se admitimos, tendo presente a emigração dos Estrímnidos hispânicos, que a tradição acabou de baralhar o ponto de partida das expedições para a Irlanda, que era o sudoeste da Inglaterra onde os Milésios-Estrímnidos se tinham fixado depois da sua expatriação da península ibérica, com o ponto de partida da sua expatriação [Sarmento 1896d: 80].

Alguns elementos desta passagem interessam à caracterização da geo-historiografia do programa de pesquisa de Martins Sarmento. Em primeiro lugar, não deixamos nunca de fazer referência à determinação do autor em reconhecer uma elevada qualidade heurística nos textos da tradição popular. O mesmo, de resto, o veremos fazer em relação às tradições populares que ele próprio tratará de recolher na sua região de naturalidade. É um traço, também, que se associa a outros mais presentes em vários níveis da sua historiografia, que apontam para uma noção essencial (e essencializada) de uma temporalidade sem tempo, de uma história sem lugares que não sejam afinal simples posições no desenho geral da evolução étnica da civilização.

Em segundo lugar, podemos constatar a insinuação de mais uma hipótese *ad hoc* no sentido de reorganizar a geografia ‘estrímnica’ com que o autor pretende caracterizar

todo o litoral da Europa ocidental. Grande parte da historiografia contemporânea do autor defendia que as referências à origem ibérica das invasões da Irlanda se caracterizavam por um profundo anacronismo e preferiam dar-lhe origens geográficas mais próximas, nomeadamente a ilha vizinha da Inglaterra. Martins Sarmiento não duvida, naturalmente da pertinência do argumento e, assim, valoriza os elementos comuns entre as duas narrativas da tradição oral que apoiam a sua própria interpretação do vocábulo ‘Estrímnis’, quando referido ao noroeste da Península Ibérica. Este tipo de hipóteses, que são, normalmente, pelo seu carácter indirecto e auxiliar, desvalorizadas pelos programas de pesquisa concorrentes (ainda que presentes em todos eles, claro está), caracterizam-se sobretudo por necessitarem de uma ‘inferência de segunda ordem’. No caso presente, a origem ibérica das invasões da Irlanda poderia ser fruto de uma inferência directa de ‘primeira ordem’, uma vez que desse modo é descrita no *Livro das Invasões*.

Martins Sarmiento, porque necessitava de garantir a exclusividade dessa migração para a Cornualha, onde o mercado do estanho necessitava do ‘génio peninsular’ para progredir, ou porque considerasse que a viagem directa da Península Ibérica à Irlanda pusesse dificuldades que não vislumbrava se o fizesse directamente à Cornualha, ou ainda porque necessitava de encadear harmoniosamente os episódios segundo uma ordem geográfica clara, obriga os supostos emigrantes estrímnicos da Irlanda a fazer uma etapa intermédia no sul da Inglaterra.⁴⁰²

⁴⁰² Não se estranhe que uma determinada teoria interpretativa inclua elementos tão aparentemente ‘anti-científicos’ como sejam a harmonia. Se esta é, em muitos casos, um dos atributos mais valorizados do enquadramento propriamente paradigmático de qualquer teoria, é-o ainda mais no contexto de um século dezanove ainda pré-darwiniano, em que a História, e sobretudo, a Geografia mostram inúmeros exemplos de como, com origem no pensamento iluminista, a harmonia, e nela incluídas a *ordem da natureza* e a *sequência do tempo* são elementos fundamentais da produção geo-histórica: ‘Se Humboldt conseguiu propor uma ciência da distribuição dos seres vivos sobre a Terra, investigando as relações que esses seres vivos mantinham com o ambiente inorgânico que lhes permitia ou favorecia a coexistência em *harmonia* (tão ao gosto dos iluministas e cuja obra principal, *Cosmos*, apresenta um título que tão bem o atesta), nunca chegou a propor um estudo semelhante para o Homem – *o conceito iluminista de homem livre não lho permitiria*. Por seu lado, Ritter, não conseguindo ultrapassar o mesmo dilema, justifica *historicamente* a influência do palco da Terra no drama humano, isto é, destacando na paisagem apenas as condições *topológicas* intervenientes nos destinos dos grupos humanos que nessas paisagens habitavam’ (Pimenta 1996: 22-3). A semelhança com a fundamentação idealista da geo-história de Martins Sarmiento parece-nos muito clara.

No intuito de salvaguardar esta nova interpretação, e de lhe atribuir uma verosimilhança propriamente documental, Martins Sarmiento reforça a passagem específica do relato que afirmava poderem as costas da Irlanda ser avistadas desde o ponto de partida da migração. Firmado este ponto, pode a interpretação introduzir convenientemente a etapa intermédia da Cornualha nas viagens dos Estrímnicos e assim conquistar dois elementos importantes para a sua teoria interpretativa global: incluir a etnogenia da Irlanda na esfera de familiaridade que a identidade ‘ariana’ fazia a todos reconhecer como povos irmãos; derivar, desta mesma familiaridade, a justificação tautológica da modificação de nome da Irlanda que se podia detectar na *Ora maritima*.⁴⁰³

Seguindo os mesmos preceitos hermenêuticos que tinha seguido em relação aos Estrímnicos, Martins Sarmiento considera que o facto de a *Ora maritima* fazer referência à Ilha Sagrada, como sendo o nome com que os ‘antigos’ (os Fenícios do Mediterrâneo oriental, segundo o investigador) identificavam a Irlanda, sendo o povo que aí habitava no tempo dos Cartagineses os Hiernos, permite antever a possibilidade de outros intérpretes pretenderem fazer deslizar metonimicamente de uma eventual corrupção do nome final que, retroagindo sobre o primeiro, lhe retiraria o significado associado a ‘sagrado’. Ora, esta interpretação tinha a agravante de partir o fio narrativo com que esse mesmo carácter sagrado tinha permitido ao investigador ligar a teogonia atlante da ‘morada dos deuses’ com a migração inicial dos ‘Arianos’.⁴⁰⁴

Havia, porém, outro fio narrativo que importava não quebrar e que dizia directamente respeito aos Estrímnicos da Península Ibérica. É que os Milésios, nome em que Martins Sarmiento identifica os Estrímnicos da Península Ibérica | Cornualha,

⁴⁰³ Martins Sarmiento, devido ao carácter profundamente idealista e essencialistas que atribui aos diversos elementos etnogénicos com que veste a sua teoria interpretativa, tem sempre alguma dificuldade em aceitar episódios bélicos dentro de uma mesma esfera ‘civilizacional’, nomeadamente quando tal se dá na esfera ‘ariana’. É por isso mesmo, cremos nós, que muitas vezes dedica algumas linhas dos seus trabalhos a justificá-los. Fá-lo quando ocorrem entre as diversas tribos de Celtas ou de Germanos, fá-lo também, e principalmente, quando ocorrem entre ‘arianos’. No caso da Irlanda, parece querer justificar a razão por que os Milésios teriam importunado tão severamente os seus ‘irmãos’, os Nemédios: ‘[O] procedimento dos Nemédios com os primeiros exploradores milésios foi, como veremos logo, mais que *pecaminoso* [s.n.]’ (Sarmiento 1896d: 81)

⁴⁰⁴ É o próprio director da *Revue Celtique*, Gaidoz (1878: 352 ss.), quem defende esta hipótese, que contraria directamente a intenção de Martins Sarmiento.

quando chegam à ilha da Irlanda, são ‘excelentemente recebidos pelos indígenas, desde que estes reconhecem os recém-chegados como gente da sua família e falando a mesma língua’. Ora, Martins Sarmiento necessitava absolutamente que a língua falada na Irlanda fosse a mesma que a do noroeste da Península Ibérica nos tempos pré-históricos, e que, sobretudo, ela não fosse céltica.⁴⁰⁵

Apresentado este conjunto de premissas, uma inferência é deduzida por Martins Sarmiento, prendendo-se directamente com a geografia e etnografia restituídas da *Ora maritima*, a modificação do nome da ilha da Irlanda, e sobretudo, uma garantia mais da cronologia do abandono do noroeste da Península Ibérica por parte dos Estrímnidos:

Esta hipótese explica tão satisfatoriamente a mudança de denominação de *sacra insula* em *Hiernorum insula*, a que deu causa a ocupação da gente de Heber (...) Posto, mais se confirma a nossa opinião em favor da emigração dos Estrímnidos hispânicos já durante o período tírio, pois que a revolução etnográfica, que deu um nome novo à Irlanda, se realizou evidentemente quase à vista dos traficantes fenícios, como o périplo o diz quase expressamente [Sarmiento 1896d: 84].

Nesta passagem que aqui estamos a considerar existe, contudo, um alvo mais certo da estratégia de Martins Sarmiento. A identificação dos povos da Cornualha com os Estrímnidos da Península Ibérica, que ‘uma invasão de serpentes’ teria obrigado a migrar para o sul da ilha da Inglaterra, permite ao investigador fazer algo mais específico do que apenas afirmar a ‘arianidade’ comum das colónias que se estendem entre o Mar do Norte e a baía do Sado. Permite, especificamente, afirmar que são justamente estes povos do noroeste da Península Ibérica que se substituirão aos Albiões na dominação do mercado do estanho, atribuindo-lhes, assim, um domínio, não só das

⁴⁰⁵ Não queremos de modo algum defender, com Martins Sarmiento, que a relação de intercâmbio entre os povos do noroeste da Península Ibérica e das Ilhas Britânicas fosse de modo a que a tradição cultural de um ou de outro lado combine um fundo de verdade que pudesse recuar a tempos pré-históricos. Ainda assim, e se bem que não diga directamente respeito ao âmbito deste trabalho, que pretende unicamente enunciar e interpretar as condições globais de estruturação da teoria etnogénica de Martins Sarmiento, ainda assim, dizíamos, a Arqueologia reconhece, ao nível da cultura material, ligações próximas entre estas duas regiões de ‘finisterra’ ao longo, por exemplo, da segunda Idade do Ferro (Collis 1996: 235; Cunliffe 1974: 118; 2001: 362-3).

técnicas de metalurgia do bronze como das técnicas de navegação, que se supunha ser necessário dominar para promover seu comércio através da navegação atlântica. Da primeira premissa retirará o autor a conclusão de que os achados de bronze que, enquanto arqueólogo, exumava das estações castrejas ou nas suas vizinhanças pertenciam a um estrato cronológico e étnico autónomo; da segunda, a capacidade marinheira dos Estrímnios como um povo especialmente apto a promover a transição entre os centros produtores das Ilhas Britânicas e os mercados mais importantes do Mediterrâneo, de que o primeiro entreposto seria a região do golfo de Cádiz; de ambas, pode assim Martins Sarmiento, essencializar um nível civilizacional autónomo do noroeste da Península Ibérica, independente, por assim dizer, de uma eventual ‘superioridade civilizacional’ que os argumentos historicistas podiam atribuir aos Albiões, como resultado do facto de terem sido os dominadores da fase pré-fenícia desse comércio. O resultado mais expressivo da teoremização levada a cabo pelo autor, a partir destas premissas, é, a nosso ver, o nivelamento do noroeste da Península Ibérica, com os dois centros indiscutidos de superioridade ‘civilizacional’ do Bronze, que a historiografia sua contemporânea associava, respectivamente, às Ilhas Britânicas e ao sudoeste da Península Ibérica, permeado por uma especial competência marinheira a que as informações posteriores de Estrabão davam ainda mais credibilidade:

[O] facto de vermos estes expatriados da Espanha senhores de um mercado de estanho, que se tornara sem rival depois da decadência do da foz do Tamisa, nos não deixa dúvida de que lidamos com gente da civilização do bronze, como a sua *vis negotiandi* e a audácia, com que percorriam os mares próximos nas suas barcas de couro, nos revelam neles as mesmas qualidades e hábitos que distinguiam os Albiões no tempo da sua glória [Sarmiento 1896d: 79].⁴⁰⁶

⁴⁰⁶ Claro está que a validade desta teoria interpretativa exigia que os povos que a geografia da Antiguidade viria a reconhecer na Cornualha fossem etnicamente afins dos restantes povos ‘arianos’ das Ilhas Britânicas, razão pela qual o autor sente a necessidade de afirmar a convicção de que os Dumnónios da Cornualha pertencem igualmente ao fundo da tradição ‘kymrica’ de Gales, e por sua vez, dos Albiões: ‘Enfim, se os Estrímnios da Cornwall são os Dumnónios dos tempos posteriores, como parece certo, só poderia negar-se o seu íntimo parentesco com os Albiões, se se provasse que os Kymros não são os representantes mais puros daquele velho povo – o que no nosso entender ninguém provará nunca’ (Sarmiento 1896d: 79).

Compreende-se facilmente que esta tese etnogénica, relativa à nobilitação ‘civilizacional’ dos povos do noroeste da Península Ibérica, poderia facilmente perigar se a modificação etnogénica deste território, associada à emigração dos Estrímnicos para a Cornualha, fizesse surgir no território de partida da migração, elementos étnicos que não se relacionassem directamente com este universo dos ‘arianos’ atlânticos. É, talvez, por isso mesmo que Martins Sarmiento é tão peremptório a negar uma leitura não literal da célebre ‘invasão das serpentes’ que teria obrigado os Estrímnicos a cruzar os mares para o sul da Inglaterra.⁴⁰⁷

O aspecto mais importante da historiografia de Martins Sarmiento que queremos aqui reter é, assim, o carácter fortemente essencializado do noroeste da Península Ibérica e o papel específico que lhe está ‘destinado’, no contexto de uma visão providencialista da sua própria história. O lugar perde as características específicas para se esvaziar num espaço de pertença e de identidade mais vasto, como ‘lugar de suporte’ de uma determinada civilização: é, estritamente, o palco de uma história que, neste sentido o transcende, cuja pertinência é estritamente posicional.

Os Estrímnidos do noroeste da Península Ibérica surgem, portanto, na historiografia de Martins Sarmiento, como o elo necessário, *cronotópico*, entre dois complexos histórico-geográficos que se completam e dão sentido ao fio narrativo de uma história providencialista do Ocidente ‘ariano’. Eles permitem ao autor consagrar historicamente um nome às personagens efabuladas que a sua hermenêutica argonáutica havia identificado na foz do rio Halys, os ‘filhos de Deimacos’. Estes seriam, na sua interpretação, uma alegoria de uma realidade histórica mais profunda. Trata-se dos guias estrímnicos que os Fenícios, na sua primeira viagem ao Mar do Norte, teriam tido necessidade de fazer embarcar nos seus navios, no momento de levar a cabo a travessia entre o Estrímnis galego e o da Bretanha, manobra cujo sucesso implicou o abandono definitivo da costa do Golfo da Biscaia e que a literatura grega efabularia nos episódios equivalentes da morte das Sereias e fuga das Hárpias.

Com a natureza marinheira dos Estrímnidos, pode o autor, com segurança, unir não só as geografias fenícia e cartaginesa do litoral ocidental da Península Ibérica, como

⁴⁰⁷ ‘O abandono de uma região, em consequência de uma praga de serpentes ou de outros animais daninhos, é um caso vulgar em todos os tempos (...)’ (Sarmiento 1896d: 79, nota 1).

também relacionar historicamente os dois universos hermenêuticos a elas relativos, o das lendas gregas e o da *Ora marítima*. Para que esta estratégia tenha validade propriamente hermenêutica, o autor sente necessidade de demonstrar que este povo de marinheiros, os Estrímnicos, ainda habitariam as costas da margem ocidental da Península Ibérica no momento em que os Fenícios realizaram a sua primeira viagem ao Mar do Norte. Não é, por isso, estranho vermos a sua atenção crítica incidir especificamente sobre este ponto, quando afirma que a migração daquele povo para a Cornualha se fez em tempo posterior à presença de Fenícios mas anterior à presença dos Cartagineses. A exacta determinação deste intervalo cronológico é para o autor necessária, não apenas pelas conclusões etnogénicas relativas à Idade do Bronze do noroeste da Península Ibérica, mas também, e não com menos importância, ao esquema narrativo global em que esta se insere:

Não é fácil precisá-la [a data de invasão de ‘um sem-número serpentes’, e consequente migração dos Estrímnicos para a Cornualha], como se imagina; mas é muito provável que o facto se realizasse já durante o período tírio. O anónimo a cada passo nos lembra que deve estas e outras notícias da mesma espécie ao ‘ævum antiquius’, aos ‘antiqui’, aos ‘prisci’ (os Tírios), e, se os Tírios tivessem encontrado desde o Sado até à Corunha uma região deserta, que mereceu o nome de Ofiússa, não teriam decerto conservado o de Estrímnis, que pertenceria então a um passado que lhes não interessava em nada. Pelo contrário, se o abandono daquelas costas se tivesse efectuado já à sua vista, nada mais natural que o nome de Estrímnis, com que primeiro as conheceram, ficasse sempre associado ao de Ofiússa, e tanto mais vivamente que, como navegadores e traficantes, deviam sentir a falta dos indígenas nos portos desse longo litoral, onde os haviam encontrado como amigos [Sarmiento 1896d: 79].⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ Já antes, no momento em que acompanhámos a sua hermenêutica das lendas gregas, havíamos feito referência ao carácter personalista da historiografia de Martins Sarmiento, marca romântica que o leva a incluir sentimentos humanos individuais e relações pessoais de proximidade como factores explicativos da dinâmica histórica. Temos aqui uma expressão semelhante dessa mesma característica historiográfica do autor.

Estrímnis, além do mais, é o primeiro nome historicamente consagrado da Península Ibérica, ou pelo menos da sua parte ocidental; no contexto da teoria etnogénica fortemente essencialista de Martins Sarmiento, Estrímnis é o *primeiro nome de Portugal*.

O ‘idealismo geográfico’ (se o podemos designar assim) de Martins Sarmiento, é expressão de uma tendência geo-historiográfica mais vasta, que podemos detectar em toda a sua obra, e que tem uma expressão muito vincada no episódio de ermamento do território do noroeste da Península Ibérica, incluído numa restituição do passado do território vagamente ‘composicionista’, embora com marcadas apetências de superioridade regional, em que o Entre-Douro-e-Minho (e a Galiza, por sinédoque) se afirmam *geograficamente* à componente etnogénica mais meridional:

Os Lígures e os Draganes habitavam, pois, a parte setentrional de Ofiússa, portanto a parte de Espanha compreendida entre o Mar Cantábrico e uma linha que o anónimo não precisa, mas que veremos haver algumas razões para fazer coincidir na sua extremidade ocidental com a foz do Douro. Neste caso, os domínios dos dois povos compreendiam a Lusitânia antiga de Estrabão.⁴⁰⁹

Esta passagem contém alguns elementos que são preciosos para a análise da geo-historiografia de Martins Sarmiento, e especialmente para se compreender o valor topofílico da fronteira do Douro na definição da sua identidade ‘calaica’ e especificamente ‘calaica-bracarense’, para usarmos de termos que o programa de investigação da ‘cultura castreja’ consagrou.

O elemento mais curioso desta passagem é, por isso mesmo, a referência que o autor faz à delimitação do território da Lusitânia antiga em Estrabão. Essa referência é mesmo reforçada por uma nota de rodapé em que o autor nos remete para a passagem do geógrafo grego em que se pode verificar tal delimitação. Nesse passo, Estrabão refere indirectamente os limites da Lusitânia, uma vez que o tema central do capítulo (IV) em

⁴⁰⁹ Não pertence ao domínio estrito do tema deste trabalho dilucidar a substância da interpenetração das áreas ‘culturais’ da Galiza e norte de Portugal nos tempos pré-históricos, embora muita da crítica contemporânea tenha como relativamente indiscutível a presença de conjuntos geográficos de vestígios de cultura material que estruturam uma área regional estável que inclui as partes adjacentes das referidas regiões (Rey 1991: 155, no que diz respeito à cerâmica e à fase cronológica ante-romana; e cf. Rodríguez 1977: 8 e ss.).

que intercala esta informação é descrever a parte meridional da Península Ibérica, entre as Colunas de Hércules e os Pirinéus, enquanto que a Lusitânia representa o tema central de exposição lhe havia ocupado todo o capítulo anterior (III).

**A ‘Lusitânia’
(Estrabão, *Geog.*, Liv. III, Cap. III)**

[§ 3] – Entretanto, o que (vai) do Tejo para o norte é a Lusitânia, a maior das nações ibéricas, e a guerreada pelos Romanos durante mais tempo. Ora o flanco meridional desta região, cinge-o o Tejo (...).

**A ‘Lusitânia’
(Estrabão, *Geog.*, Liv. III, Cap. IV)**

[§ 20] – Um destes [legados] com duas legiões, vigia toda a região situada do outro lado do Douro para o Norte, a cujos habitantes os antigos geógrafos chamavam Lusitanos, e os de hoje, Calaicos bem como com Ástures e os Cântabros (...).

**A ‘Lusitânia antiga’ de F. M. Sarmiento
(versão ‘Tejo-limite’)**

[1884 *Pro Ca: p. 167, nota 2*] – [T]omo a Lusitânia no sentido em que a tomava Estrabão, remontando a tempos antigos, a zona da Espanha entre o Tejo e o mar da Biscaia.

**A ‘Lusitânia antiga’ de F. M. Sarmiento
(versão ‘Douro-limite’)**

[1896 *Ora Ma: p. 86, nota 1*] – Segundo Estrabão, a Lusitânia ‘antiga’ correspondia à parte da Espanha compreendida entre o rio Douro e o mar Cantábrico (...).

Em muitas outras passagens da sua obra, Martins Sarmiento utiliza invariavelmente a identificação da ‘Lusitânia primitiva’ de Estrabão com a passagem do capítulo III, aquela que mais se conforma à teoria etnogénica geral dos Lusitanos e à sua identificação prioritária com os restos arqueológicos associados aos povoados fortificados que o investigador directamente havia reconhecido em todo o território a norte do Tejo.⁴¹⁰

No momento, contudo, em que descreve o papel dos Lígures e Draganes na etnogenia dos Lusitanos, o autor parece favorecer uma noção restritiva da Lusitânia primitiva, aproximando-a mais da informação que lateralmente Estrabão providencia no capítulo IV do livro III, em que o Douro é o limite de distribuição territorial dos Lusitanos.

Pensamos que não é por acaso que seja justamente com a atribuição do papel etnogénico dos supostos ‘Lígures e Draganes’ da *Ora maritima*, que esta questão se

⁴¹⁰ A região da Beira tinha mesmo sido objecto de reconhecimento especial por parte de Martins Sarmiento. O investigador era membro da Secção Arqueológica da Sociedade de Geografia de Lisboa, no momento em que aquela instituição promoveu uma ‘expedição científica’ à Serra da Estrela.

torne tão fulcral na geo-historiografia de Martins Sarmiento. Estes Lígures, que o poema apresenta na discutida passagem do *'pernix ligus'*, serão, para Martins Sarmiento, os L(ig)usitanos das fontes posteriores. A sua identidade civilizacional, no contexto dos povos 'arianos' do Ocidente, a sua difusão no território e, sobretudo, a colonização *ex-nihilo* do futuro território lusitano, são, assim, de primordial importância para Martins Sarmiento. É a esta luz, cremos nós, que deve ser vista esta oscilação dos limites atribuídos à 'Lusitânia antiga' de Estrabão.

Estes Lígures do noroeste da Península Ibérica cumprem assim uma tripla função na geo-historiografia de Martins Sarmiento, todas e cada uma delas ganhando significado no modelo de essencialização do tempo e do espaço que já sabemos ser a principal característica metaparadigmática da teoria do investigador. Em primeiro lugar, estes Lígures são tão 'arianos' como os demais povos que a migração vinda da Ásia fez dispersar sobre os litorais da Europa ocidental. Pela onomástica, mas sobretudo pela dinâmica histórica com que o autor explica as migrações entre todos estes lugares, não há dúvida de que os Lígures são da mesma estirpe dos que o poema da *Ora maritima* identifica no Báltico e nas Ilhas Britânicas.⁴¹¹

Depois, além do fundo de arianidade comum, existe uma ocupação virginal do território do noroeste da Península Ibérica, garantida pelo facto de os Estrímnicos terem sido expulsos daqueles territórios por uma conveniente invasão de serpentes. Temos, assim, uns Lígures que descem das Ilhas Britânicas até ao noroeste da Península Ibérica, enquanto uns Estrímnicos fazem exactamente o percurso contrário. Além do carácter de 'familiaridade' que percorre a narrativa desta migração mútua, vemos que o destino, no caso do noroeste da Península Ibérica é uma 'vacua gleba', uma terra vazia, em que os novos habitantes, por isso mesmo, deixarão as marcas inequívocas e exclusivas da sua própria cultura: ambas as características são marcadamente antropomórficas, e constituem o fundamento metaparadigmático mais óbvio da valorização extra-científica da teoria.

Finalmente, através da oscilação que a crítica de Estrabão permite em relação ao limite meridional exacto da Lusitânia primitiva, teremos ainda a possibilidade de dotar a

⁴¹¹ Identificação tão mais provável, do ponto de vista de Martins Sarmiento, quando uma autoridade como Jubainville podia ver no nome dos 'Draganes' o do Dercynus, companheiro do Albion das lendas de Hércules.

hermenêutica da etnogenia dos Lusitanos com uma eventual demonstração do papel destes Lígures, literalmente *aborígenes*, no mosaico composicional de toda a parte ocidental da Península Ibérica, região que virá a condensar-se historicamente sob a nacionalidade portuguesa.

Estes três passos são, portanto, os elementos centrais de uma teoria essencializada do passado da nacionalidade portuguesa e, especialmente, do papel especial que nela detém a sub-região setentrional. E em nenhum outro lugar da obra de Martins Sarmiento se pode tão explicitamente dar conta da subtil oposição (e composição) entre as posturas nacionalistas e regionalistas que habita a sua obra.⁴¹²

Aquela oposição toma um lugar naturalmente proeminente na interpretação que o investigador vem a dar sobre os povos que, segundo a *Ora marítima*, habitam a parte meridional do ocidente da Península Ibérica: Cempses, Sefes e Cinetes.

A importância que os dois primeiros destes povos, os Cempses e os Sefes, adquirem na narrativa de Martins Sarmiento, bem como o papel específico que eles representam na etnogenia dos Lusitanos e, por extensão, na arqueologia da formação de Portugal, prende-se com o facto de também eles serem repovoadores da ‘vacua gleba’ causada pela ‘invasão das serpentes’ narrada na *Ora marítima*. E, neste contexto, é singularmente importante a origem geográfica dos novos povoadores de origem meridional, porque essa origem geográfica está dotada do mesmo tipo de essencialização de todas as outras manifestações da geo-historiografia de Martins Sarmiento.

⁴¹² Noutro lugar defendemos já esta caracterização do pensamento arqueológico de Martins Sarmiento. Então como agora, continuamos a sentir quão difícil é discernir elementos nacionalistas e estritamente regionalistas no pensamento do autor. Esta dificuldade é tanto mais acentuada, quanto a geo-historiografia da formação de Portugal tem como hábito destacar o papel dos ‘barões’ do Entre-Douro-e-Minho no estabelecimento da própria nacionalidade e nação portuguesas. Contudo, de entre essa tradição da geo-historiografia, é possível reconhecer uma linha interpretativa que, com origens, pelo menos, em Leite de Vasconcelos, se exprime claramente em Orlando Ribeiro, e que atribui ao facto de a composição geo-historiográfica do Sul e o Norte promover uma soma que transcende a aritmética das parcelas que a compõem, a principal razão do ‘sucesso’ da nacionalidade portuguesa (Pimenta 2004b; Pimenta 2005).

Os Cempses e Sefes, no contexto dessa essencialização, são explicitamente fundidos numa única entidade, e os atributos de uns reconhecidos inteiramente nos outros.⁴¹³ E ambos são, por sua vez, subsumidos na esfera cultural dos Tartéssios, procedimento que veremos ser de importância fundamental na geo-historiografia ‘regional’ de Martins Sarmiento, dada a sua dupla intenção de identificar uma comunidade ‘ariana’ primordial no ocidente da Península Ibérica, e de, complementarmente, admitir uma resistência à degeneração civilizacional da área que virá a ser a ‘Lusitânia primitiva’. No contexto desta estratégia interpretativa é de especial importância a informação que se pode recolher na *Ora marítima* sobre a origem tartéssica dos povos que irão repovoar, ao mesmo tempo que os Lígures vindos do Mar do Norte, a ‘vacua gleba’ de Ofiússa:

Depois aparece a ilha de Cartar que outrora, segundo uma tradição bastante espalhada, esteve na posse dos Cempsos. Expulsos depois, devido à guerra dos vizinhos, afastaram-se em busca de vários lugares [Avieno, *Ora marítima*, p. 24].

Do ponto de vista da análise das teorias interpretativas de Martins Sarmiento e, especificamente, da leitura ‘oposicionista-composicionista’ que delas fazemos, no contexto da geo-historiografia da ‘formação da Portugal’, pensamos que é importante destacar dois pontos principais em relação à caracterização que o investigador faz dos Cempses (e Sefes). Um diz respeito à origem étnica dos povos que migram até ao território que virá a ser a ‘Lusitânia primitiva’ de Estrabão e o modo como eles podem ser relacionados com a voz narrativa ‘túria’ das lendas gregas; o outro prende-se com a forma como essa movimentação de povos pode ser relacionada com as migrações de povos que as fontes anteriores também documentam. É nossa intenção verificar como Martins Sarmiento inclui, neste caso específico, a geografia restituída da *Ora marítima*, nas estratégias equivalentes que fará do tempo anterior e posterior relativos aos mesmos lugares, numa palavra, confirmar o modo de estruturação da sua própria narrativa geo-historiográfica num todo coerente, dotado de uma temporalidade sequencial e genética. Esta estratégia hermenêutica, queremos sublinhá-lo, depende de duas esferas de

⁴¹³ ‘Dos Sæfes nada sabemos, mas provavelmente eram íntimos parentes dos Cempses, e pertenciam, como eles, à grande família tartéssia. O que vamos dizer [sobre os Tartéssios] aplica-se a estes dois povos’ (Sarmiento 1896d: 89).

demonstração complementar: garantir a origem dos Cempses (e Sefes), *num determinado espaço-tempo* a que o autor chama ‘tartéssio’.

A preocupação ‘cronotópica’ de Martins Sarmiento em dotar os Cempses de um lugar específico na narrativa histórica global pode facilmente constatar-se na dimensão de ‘regionalização teórica’ da restituição que faz da ilha Cartar, o suposto lugar de origem dos repovoadores meridionais de Ofiússa. A historiografia contemporânea do autor estava longe de concordar com a identificação exacta desta ilha, embora em geral todos concordassem com localizá-la na costa do golfo de Cádiz. É, porém, justamente no detalhe que Martins Sarmiento usa na restituição deste elemento da geografia antiga da *Ora maritima*, e especialmente na confrontação que faz das duas opiniões vagamente concordantes de Müllenhoff e Joaquín Costa, que podemos ver uma expressão concreta da sua estratégia hermenêutica.

Para Müllenhoff (*apud* Sarmiento 1896e: 88), a ilha Cartar identificar-se-ia com Gades. Mas Martins Sarmiento discorda dessa interpretação, sem que a discuta profundamente, apenas recolhendo o argumento de que este povo dos Cempses teria abandonado o local por ter desenvolvido relações pouco amistosas com os povos vizinhos. Ora, Martins Sarmiento, na sua hermenêutica argonáutica, havia justamente recolhido, da leitura comparada das lendas de Ulisses e de Jasão, uma referência a um povo que igualmente se destacava por ter apresentado um comportamento diferenciado dos seus vizinhos, face às pretensões comerciais dos Fenícios, que teria levado a que entre eles se manifestasse um clima constante de polémica e guerra. É justamente a partir desta equivalência que o investigador se inclina a aceitar a hipótese de Joaquín Costa (1895: 190) e a identificar a ilha Cartar com a língua de terra que se intercalava entre as desembocaduras do Tinto e Odiel (actual Huelva).

As razões que sustentam esta restituição da geografia de Cartar podem parecer circunstanciais. Contudo, elas servirão ao investigador como um importante ponto de apoio da sua geo-historiografia, e da profundidade temporal da sua narrativa. Ao aceitar a autoridade de Joaquín Costa, mais ‘local’, face a uma menos ‘global’, como seria naturalmente a de Müllenhoff, Martins Sarmiento está, de novo, a fazer jus à sua preferência pelo tipo de hermenêutica mais propriamente ‘geográfica’ (localista, realista, fenomenológica) do que estritamente ‘cartográfica’ (generalista, inferida,

positivista), o que lhe permite atingir plenamente o desígnio essencializado em que emerge a sua própria interpretação.

Esta estratégia de articulação da geo-historiografia dos Cempses nos mecanismos de uma narrativa de *longue durée*, exemplo particularmente expressivo do modo como o autor combina os diversos elementos concretos da sua geo-historiografia num todo coerente, cumpre assim alguns passos fundamentais. Em primeiro lugar, demonstra que o povo dos Cempses (e Sefes) é de origem ‘ariana’ indiscutível, uma vez que não o serem poderia ‘contaminar’ a terra de Ofiússa que a ‘invasão de serpentes’ havia deixado convenientemente deserta, pronta, portanto, a dar origem a uma nação *ex-nihilo*. Não é de estranhar, portanto, que Martins Sarmiento inclua entre os seus argumentos o facto de o culto de Saturno da foz do Vouga poder relacionar directamente os Cempses e Sefes com o fundo ‘ariano’ mais geral, que o mesmo investigador havia reconhecido pela comparação da geografia ocidental do ‘mundo das almas’ entre todos os representantes do ramo do Reno da migração dos ‘Atlantes’ de Diodoro Sículo.

Em segundo lugar, demonstra também que os Cempses e Sefes seriam genuinamente elementos do grémio ‘tartéssio’, uma vez que o sudoeste da Península Ibérica havia sido primitivamente ocupado por povos de estirpe ‘ibérica’, que os Lígures da tradição de Tucídides (os Tartéssios das fontes históricas, segundo Martins Sarmiento), haviam expulsado para nascente. Uma prova desta identidade de fundo, vê-a o investigador no facto de os Cempses e Sefes manterem uma ligação terrestre preferencial com a região de onde haviam saído devido às más relações com os povos vizinhos.⁴¹⁴

Em terceiro lugar, Martins Sarmiento passa a identificar directamente os Cempses com o povo que sob o nome efabulado das lendas gregas teria sido contrário à predominância dos Fenícios no golfo de Cádiz, sendo por essa razão minorizado nas relações geopolíticas regionais, obrigando-se assim a procurar novos lugares em que pudesse estabelecer-se:

Foi aí [na região entre o Tinto e o Odiel] colocámos o Circeu hispânico e a ‘terra de Licos’ – o régulo que ficou sempre grato aos estrangeiros, por o auxiliarem na derrota dos povos vizinhos que o não deixavam viver em paz.

⁴¹⁴ A estrada que a *Ora maritima* referencia entre a foz do Tagus e do Ana.

Eram estes os Cempses do périplo que, pela mudança de fortuna das suas vítimas, tiveram de emigrar para o norte? ou os Cempses são os representantes dos súbditos de Licos que, depois de uma fortuna passageira, não tiveram outro remédio senão fugir dos seus maus vizinhos? A questão decerto não se resolverá nunca; *mas o que nós queremos notar é que a tradição do périplo concorda estranhamente com o facto narrado na Argonáutica* [Sarmiento 1896d: 88, nota 2].

Finalmente, o lugar que os Cempses cumprem na geo-historiografia de Martins Sarmiento estende-se também na direcção contrária, *i.e.*, para os tempos posteriores à *Ora marítima*, emendando-se com as migrações de povos que podem recolher-se nas fontes históricas dos escritores clássicos referidas à Península Ibérica. A migração que teria levado os Cempses de Cartar até à mesopotâmia de Entre-Douro-e-Tejo seria afinal a mesma que se esconderia sob o qualificativo ‘antigos’ que detinham os Túrdulos da Beira Litoral, nos quais o investigador não vê ‘senão uma tribo daqueles velhos emigrados, conservando um nome de que naturalmente se orgulhavam’ (Sarmiento 1896d: 89).⁴¹⁵

A estratégia hermenêutica relativa aos Cempses e Sefes não pode compreender-se inteiramente sem que se explicito o papel específico que cumprem os Tartéssios na geo-historiografia de Martins Sarmiento. O simples facto de o investigador fundir os atributos de uns e de outros revela-nos, desde logo, a intenção de caracterizar o fundo civilizacional comum dos povos do sudoeste da Península Ibérica:

[O]s dois povos [Cinetes e Tartéssios] pertenciam à mesma família; e, bem que os Tartéssios propriamente ditos fiquem fora do nosso estudo, trataremos conjuntamente de uns e de outros, visto que deste modo podemos

⁴¹⁵ Facilmente se pode ver a importância que esta identificação adquire na geo-historiografia de grande escala da teoria etnogénica de Martins Sarmiento. Ao admitir que os Cempses e Sefes ocuparam regiões que mais tarde apenas são referidos, os Lusitanos, o autor irá naturalmente admitir uma superioridade relativa da parte setentrional dos repovoadores de Ofiússa, ‘albiões’, face aos seus congéneres meridionais, ‘tartéssios’, o que, dentro do fundo de ‘arianidade’ comum de todos eles não deixará de ter algumas consequências historiográficas.

dispor de mais abundantes elementos de informação [Sarmiento 1896d: 89].⁴¹⁶

Tão importante como estabelecer a identidade civilizacional entre Tartéssios e Cinetes era, porém, a possibilidade de os distinguir da esfera ‘civilizacional’ que mais directamente poderia ameaçar o carácter ‘ariano’ de uns e de outros – os Iberos – e, desse modo, insinuar uma degeneração cultural entre os repovoadores de Ofiússa que vieram a dar origem aos Lusitanos, pelo menos aos meridionais. Também em relação a este elemento da sua teoria etnogénica, poderemos ver como Martins Sarmiento pretende incluir a permanência do limite entre estas duas esferas civilizacionais ancorada numa *longue durée* que ultrapassa o próprio quadro cronológico da *Ora maritima*. A região ‘ariana do grémio tartéssio’ adquire, porém, na geo-historiografia de Martins Sarmiento uma característica: a sua ‘degeneração civilizacional’ pela imposição da cultura colonial fenícia, que a distingue especificamente dos povos do litoral ocidental da Península Ibérica.

No que diz respeito à possibilidade de identificação entre Tartéssios (e por associação, Cinetes, Cempses e Sefes) com os Iberos, Martins Sarmiento esgrime os seus argumentos no sentido de negar terminantemente hipóteses que outros intérpretes seus contemporâneos defendiam. Já antes pudemos ver que para Martins Sarmiento não existem dúvidas de que o limite entre os povos autóctones da Península Ibérica, os Iberos, haviam sido expulsos pela invasão ‘ariana’ dos povos vindos das margens do Reno que, desde o século quinze, haviam conquistado para a sua área de influência civilizacional todo o sudoeste da Península Ibérica até ao Sicano, rio que Martins Sarmiento identifica com o Xucar. Assim, como o vimos fazer em relação a outras

⁴¹⁶ Esta frase de Martins Sarmiento revela em pequenos pormenores a sua usual e dominante característica metaparadigmática: o carácter essencializado do espaço e do tempo no interior das propostas de equivalência ‘civilizacional’ entre as diversas entidades étnicas das fontes históricas em que incide a sua crítica.

Neste caso, podemos ainda ver o modo como as informações dos autores clássicos são consideradas invariavelmente em sentido literal, como se a sua fidedignidade historiográfica dependesse apenas da adequação com o objecto da sua própria teoria científica, e nunca considerada nos termos de uma relação estabelecida, antes de mais, no quadro da alteridade antropológica necessariamente existente entre Gregos e Romanos, por um lado, e os povos ‘bárbaros’ que eram por estes descritos. De facto, a principal fonte de autoridade que permite a Martins Sarmiento intercambiar livremente os atributos de Tartéssios e Cinetes, e a fundi-los num único grémio ‘civilizacional’ é Justino (XLIV, 4), autor que fizera situar uma guerra do segundo daqueles dois povos num monte dos segundos.

entidades geográficas restituídas da *Ora marítima*, também em relação ao ‘grémio tartéssio’ veremos o investigador estabelecer uma estratégia hermenêutica no sentido de dotar a sua narrativa geo-históricográfica de ligações entre espaços-tempos equivalentes pertencentes a cronologias distintas.

Na *Ora marítima*, a fronteira entre os Tartéssios e Iberos situar-se-ia na cidade de Herna. Do facto de a notícia ser apresentada por Avieno no tempo passado remete para o mesmo tipo de interpretação que Martins Sarmiento tinha já utilizado para outras passagens, em que sucediam formulações equivalentes, a que, já vimos, o investigador atribui uma incongruência entre o périplo e a informação geográfica fragmentária de que o autor dispunha. O mais relevante para a análise da geo-históricografia de Martins Sarmiento é, contudo, verificar o seu veemente tom afirmativo sobre serem os Iberos e Tartéssios (em sentido lato) povos absolutamente distintos, não permitindo dar curso ao argumento utilizado por outros intérpretes de que o qualificativo ‘ibérico’ pudesse ser usado em sentido geográfico e não propriamente étnico, para poder associar à premissa de ‘identidade civilizacional’ entre Cempses, Sefes, Cinetes e Tartéssios, uma outra sobre a distinção entre este conjunto de povos e o ‘grémio ibérico’:⁴¹⁷

O périplo distingue formalmente os Tartéssios dos Iberos (...). Tem-se discutido, porém, se estas denominações são puramente geográficas, ou se envolvem uma diferença etnológica. Nós admitimos a segunda hipótese, porque vemos nos Tartéssios os Lígures que, segundo a tradição sicana, conservada por Tucídides, tinham conquistado, cerco do século XV, uma parte da Península até ao rio Sicanos [Sarmiento 1896d: 89-90].⁴¹⁸

A referência aos Sicanos e a suposta proximidade com o limite entre Tartéssios e Iberos aduzida pela *Ora marítima* é que permitem ao investigador relacionar os dois momentos cronológicos distintos; um referente à invasão dos ‘arianos ocidentais’, ao

⁴¹⁷ ‘Aqui se situava outrora a fronteira dos Tartéssios e ficava a cidade de Herna. A tribo dos Gimnetes ocupou estes lugares até ao leito do rio Sicano que os banha’ (Avieno, *Ora marítima*, p. 30).

⁴¹⁸ A indecidibilidade ao redor do termo ‘ibérico’ deriva do modo por vezes ambíguo como os próprio autores clássicos nomeiam alternativamente os povos e as regiões que eles habitam. Não é, naturalmente, um exclusivo dos Iberos, sucedendo igualmente, e com importantes consequências historiográficas, com os Lusitanos. Do ponto de vista paradigmático, é justamente a este nível que podem surgir elementos de circularidade na discussão entre teorias oponentes, pois que a decisão de atribuir a um nome uma qualidade geográfica ou étnica é de carácter não verificável, e dá origem a possibilidades interpretativas que podem ser as mais diversas.

redor do século quinze; outro, à descrição das costas do sudoeste da Península Ibérica pelo poema de Avieno, e a que a autoridade ‘cartográfica’ de Müllenhoff corroborava, configurando o tipo de ‘estabilidade geográfica’ que se adequava tão bem ao tipo de essencialização do tempo e do espaço que podemos identificar em muitas dimensões da teoria interpretativa de Martins Sarmiento.⁴¹⁹

Este elemento da teoria de Martins Sarmiento é, contudo, um dos que mais contende com a regionalização teórica sua contemporânea. De facto, admitir que os Iberos haviam sido expulsos do sudoeste da Península Ibérica por povos que os forçaram a migrar na direcção do nascente, ainda por cima reconhecidos em Tucídides como ‘Lígures’, isto é, povos que a maior parte das restituições da geografia antiga tinha como hábito situar *a nascente* dos Iberos, pareceria resultar numa contradição sensível. Martins Sarmiento não tem dúvidas sobre a dificuldade de recepção deste elemento específico da sua teoria, nem do valor central que ela adquire no todo da sua teoria sobre a etnogenia da Europa ocidental, em geral, e, em particular, da Península Ibérica. Talvez por isso mesmo se detém a contrapor argumentos às hipóteses de intérpretes cuja autoridade no seio da comunidade científica sua contemporânea Martins Sarmiento sabia bem não ser de desprezar.

Martins Sarmiento tem de garantir uma dupla qualidade geo-historiográfica ao papel que pretende que os Tartéssios cumpram na narrativa global da sua teoria etnogénica da Lusitânia primitiva e, para cada um deles, tem de se opor a nomes importantes que estruturavam geopoliticamente a regionalização teórica sua contemporânea. Por um lado, é fundamental que aquele povo seja identificado como um exemplar da corrente migratória ‘ariana’ do Reno; por outro, tem de garantir que essa migração teria ocorrido em tempos suficientemente antigos para que as marcas de ‘civilização’ que as fontes clássicas atribuíam aos Tartéssios e povos vizinhos não deixassem de ser creditados a esses ‘arianos’ originais. É neste momento que o papel que o autor reserva aos Tartéssios no seio da sua geo-historiografia se revela inteiramente: este povo, pela cópia de referências ‘civilizadas’ que lhe são feitas pela literatura clássica, resultado da sua

⁴¹⁹ ‘Deixaremos de lado, posto que se nos figure de não pequena significação, desde que se adverte que Herna ficava muito perto do rio Sicanos – a coincidência de ser Herna ainda no tempo do anónimo o limite oriental do território tartéssio’ (Sarmiento 1896d: 91). A cartografia anexa ao primeiro volume do livro de Müllenhoff (Sarmiento 1896d: 91) situava as duas entidades geográficas em lugares próximos.

posição ‘atlântica-quase-mediterrânica’, vêm a constituir, se se exceptuar a informação polémica contida na *Ora marítima*, esta de resto pouco ultrapassando a *nomina* geográfica e étnica, o único elemento de caracterização propriamente histórica dos ‘arianos’ do Ocidente.⁴²⁰

O golfo de Cádiz, pela sua posição especial ‘de sobreposição’ dos três universos culturais presentes na geo-historiografia de Martins Sarmiento, dos ‘Arianos’, Fenícios e Romanos-Gregos, é o único do qual se pode recolher informação historiograficamente ‘normal’ sobre o carácter da ‘civilização ligúrica’ e da sua competência marinheira atlântica de longo curso que os Fenícios viriam posteriormente a substituir pela sua própria. É exactamente porque possui este carácter de ‘testemunha’ de todo o processo etnogénico que Martins Sarmiento atribui a todo o ‘arco atlântico’ da Europa que o investigador se encarniça a desmentir a autoridade de Müllenhoff, por um lado, e de Jubainville, por outro. De facto, cada um à sua maneira retirava à teoria do autor português um dos pontos de apoio que a poderia sustentar com êxito: ao primeiro censurará Martins Sarmiento, um pouco asperamente, o facto de não aceitar a origem ocidental da invasão do sudoeste da Península Ibérica pelos ‘Lígures’, que faria perigar a ‘arianidade’ dos repovoadores da ‘vacua gleba’ de Ofiússa; do segundo rejeita, absolutamente, a hipótese de que esta invasão seja de cronologia recente (século sexto), que punha em questão a continuidade entre o Neolítico e a Idade do Bronze, pressuposto central na sua teoria etnogénica. É que, justamente, aquela hipótese poderia insinuar uma especial periculosidade hermenêutica no seio de uma teoria que afirmava o repovoamento de uma terra erma, desligando todas as relações essencializadas presentes na geo-historiografia de Martins Sarmiento, nomeadamente o *tempo longo* de um ocidente ‘ariano’ e as hermenêuticas associadas, quer a mitologia ‘atlante’, quer a ‘geografia fenícia’ das lendas gregas. Não admira, por isso, que sentisse a absoluta necessidade de confrontar a hipótese cronológica de Jubainville:⁴²¹

⁴²⁰ Os outros documentos sobre os quais Martins Sarmiento exerce a sua crítica estão, por uma razão ou por outra, diminuídos na sua transparência hermenêutica, sejam os relatos mitológicos ‘atlantes’, as lendas gregas de Hércules, Jasão e Ulisses, ou o poema de Avieno, dos quais o autor deduz, respectivamente, a migração ariana do ramo do Reno, a ‘primeira viagem dos Fenícios ao Mar do Norte’ e a geografia obscura da *Ora marítima*.

⁴²¹ Utilizamos a expressão ‘arco atlântico’ sob a mesmo tipo de ironia geopolítica que nos parece ser a utilizada por Barry Cunliffe (Cunliffe 1999: 100). Sobre Müllenhoff, diz Martins Sarmiento: ‘Müllenhoff admira-se de que

[S]ustenta este sábio [Jubainville] que a agricultura foi importada para o ocidente pelos Lígures, tomando este nome também no sentido genérico em que Hesíodo o tomava. Também não põe dúvida que fossem os Lígures que a vulgarizassem no sudoeste da península, baseando-se decerto por um lado na tradição tartéssia, que suscitou esta discussão, e por outro nos vestígios de uma dominação ligúrica nesta região; mas entende que a conquista dos Lígures sobre os Tartéssios data apenas do século VII, e só desde então o conhecimento da indústria agrícola, que os vencidos podiam agradecer aos seus senhores. *O arbitrário desta última suposição salta à vista* [Sarmiento 1896d: 92-3; s.n.].

O argumento com que Martins Sarmiento despede a hipótese cronológica de Jubainville apoia-se na lista de dominadores da Península, enunciada por Varrão e reproduzida em Plínio. O investigador português alude por diversas vezes a este elenco de dominadores da Península Ibérica, e não recusa, dentro do espírito de favorecimento historiográfico dos autores antigos, que já identificámos em inúmeros outros pontos, o valor documental desta sucessão de ‘colonizadores’ de Espanha. O que Martins Sarmiento opõe a Jubainville, no contexto da sua hipótese cronológica da importação da agricultura para a Península Ibérica, é o facto de a lista de Varrão não identificar uma ‘dominação ligúrica’ ao redor do século que o investigador assume como da difusão dos Lígures pela Península Ibérica e que, por razões cronológicas, o elenco haveria de consagrar. Porém, a lista de Varrão justamente nomeia uma ‘dominação *persa*’ como seguindo-se à dos Iberos, que Martins Sarmiento ignora ou a que parece não querer atribuir grande significado histórico.⁴²²

Podemos ver na invisibilidade a que Martins Sarmiento voluntariamente obriga a passar a ‘dominação *persa*’ da lista de Varrão, mais uma das muitas expressões do carácter fortemente impregnado da teoria do autor em esferas metaparadigmáticas mais abrangentes. Martins Sarmiento é um minucioso esquadrihador das referências

sábios como Otfried Müller e Niebhur dessem crédito à tradição, conservada por Tucídides. Tempo virá em que outros sábios estranhem as admirações de Müllenhoff” (Sarmiento 1896d: 90, nota 3).

⁴²² ‘A história conservou-nos a memória de todas as ‘dominações’ estrangeiras na Espanha, a começar pela tária, mencionando mesmo uma dominação *persa* que, se existiu, foi pouco menos de efémera, e não se explica que desconhecesse absolutamente uma dominação ligúrica, que devia seguir-se à tária ou *persa* e preceder a céltica’ (Sarmiento 1896d: 93).

presentes nas fontes clássicas, além de que a sua hermenêutica costuma, justamente, valorizar os elementos informativos dos autores clássicos, mesmo quando, como é no caso de Avieno ou Tito Lívio, quando as retira de autores a que os intérpretes seus contemporâneos não davam uma grande credibilidade. Assim, neste caso, temos de admitir que a única razão por que Martins Sarmiento não inclui a informação da ‘dominação persa’ na lista dos povos que se difundiram predominantemente na Península Ibérica é por ir contra a sua própria hipótese interpretativa do período cronológico considerado.

Esta ‘dominação persa’ da Península Ibérica aparece, em tempos já bem posteriores aos de Martins Sarmiento, ainda como um enigma historiográfico. Porém, no contexto da confrontação com Jubainville, o investigador não poderia deixar de ver na ‘dominação oriental’ na Península Ibérica, uma referência possível aos seus ‘Arianos’ que tinham vindo daquela região, a ‘primeira civilização digna deste nome que raiou no ocidente’ (Sarmiento 1896d: 97).⁴²³ Pode, por isso, admitir-se que a sua invisibilização decorre do autor ter admitido que a sua valorização poderia fazer balançar a decisão entre hipóteses concorrentes na direcção da teoria de Jubainville.

Este elemento de insinuação propriamente ‘paradigmática’ na interpretação da lista de ‘dominações da Espanha’ parece tão mais claro quanto, apesar de Martins Sarmiento insinuar que Jubainville deveria nomear uma ‘dominação ligúrica’ anterior à dos Celtas, na ‘lista de Varrão’, a ‘dominação persa’ se segue imediatamente à dos Iberos, ordem

⁴²³ Ainda em 1905, no momento de publicação do segundo volume das *Religiões da Lusitânia*, José Leite de Vasconcelos não dava uma resposta cabal do assunto. Segundo este autor, a inclusão, por Varrão (*apud* Plínio) de uma ‘dominação persa’ da Península Ibérica teria origem na homofonia dos dois povos do Cáucaso e da Península. E que o tema estava longe de ser consensual pode inferir-se das suas próprias palavras: ‘A procedência asiática dos Iberos do Ocidente tem sido discutida muitas vezes, e há a este respeito vários trabalhos’ (Vasconcelos 1905: p. 50, nota 1). Alguns anos mais tarde, debruçando-se sobre o mesmo problema, ainda Mendes Correia não era também capaz de arranjar uma explicação satisfatória para a referência a ‘Persas’ na Península Ibérica, defendendo que a ‘dominação persa’ da Península Ibérica seria afinal uma dominação ‘indirecta’ que reflectia a perda de independência de Tiro para Nabucodonosor e assim também dos territórios sob administração colonial fenícia, sem que pudesse significar a presença concreta de soldados ‘persas’ no ocidente da Europa (Correia 1924: 119-21; Correia 1928: 157-72). Não é nossa intenção entrar na discussão do que possa concretamente significar, em termos históricos, a referência de Plínio, mas apenas o de demonstrar que Martins Sarmiento tinha à sua disposição um elemento polémico de historiografia em que decidiu, parece-nos que pelas razões que invocamos, não associar, como o poderia fazer, à hipótese de Jubainville.

cronológica favorável à hipótese de Martins Sarmiento. Admitimos, assim, que a explícita desautorização de Jubainville, neste contexto, tem como principal objectivo o de recuar a cronologia proposta da invasão ‘ariana’ do ocidente da Europa. As principais características ‘civilizacionais’ que as fontes clássicas, a que a historiografia atribuía particular credibilidade, podiam identificar entre os Tartéssios, estenderem-se-iam, assim, a todos os outros representantes ‘ligúricos’ do ramo do Reno da migração ‘ariana’:

Com a identificação dos Lígures com os Tartéssios saímos de um labirinto emaranhado para entrar num caminho em que não falta luz. Nem é escuro o aparecimento dos Lígures do século XV no sudoeste da península, desde que vemos os Estrímnidos estenderem-se até à baía do Sado (...). Também não tem nada de escuro e de inexplicável que estes Lígures importassem a agricultura para o sudoeste da Espanha e consignassem este facto nas suas tradições nacionais, sabendo nós que isto mesmo sucedeu aos Kymros (...). Pela nossa parte não podemos deixar de ver nestes Tartéssios, de que os Cinetos eram um ramo, uma turma dos colonizadores da corrente do Reno, tais como os Estrímnidos, e que fizeram sobre os Iberos a conquista do sudoeste da Espanha até o rio Sicanos, onde predominavam ainda no tempo do anónimo.

Quase todos os elementos necessários à compreensão do elemento meridional de uma tese ‘composicionista’ da Lusitânia ‘ariana’ podem ser reconhecidos nesta passagem. Tal como os Lígures e Draganes haviam garantido o repovoamento original da ‘vacua gleba’ por povos de ascendência ligúrica indesmentível, também o ‘grémio tartéssio’ haveria de fazer o mesmo em relação à sua parte meridional, além de que, com o extremo de Ofiússa também em posse de povos da mesma estirpe, dado que os Cinetes nunca haviam sido forçados a abandonar as terras em que habitavam desde o século quinze, vemos que todo o território do que viria a ser chamado a pertencer à ‘formação de Portugal’ esteve, desde tempos imemoriais, nas mãos de uma mesma civilização.

Falta, contudo, um elemento que, a nosso ver, empresta à tese ‘composicionista’ da Lusitânia, por parte de Martins Sarmiento, uma formulação ligeiramente assimétrica no que diz respeito às duas componentes principais da sua etnogenia ‘nacional’. A

identidade ‘ariana impoluta’ que a Pré-História e a Arqueologia permitiam a Martins Sarmiento estender desde a Galiza ao Algarve, viria a ser ‘perturbada’ por dois elementos de ‘degeneração’ étnica que o autor situa preferencialmente nos territórios meridionais desta unidade. Um deles é a difusão de elementos célticos, povos do ferro cuja ‘inegável barbárie’ os distancia da superioridade ‘civilizacional’ dos povos do bronze que habitam até esse momento o território, povos esses que se difundem especialmente a sul do Tagus; o outro, mais directamente relacionado com o tema aqui em análise deriva do facto de os territórios ‘arianos’ meridionais, os Tartéssios à escala peninsular, e os Cinetes à escala ‘nacional’ portuguesa, representarem, no contexto da essencialização que a ‘posição’ adquire na geografia histórica desenhada pelo autor, as regiões de perturbação mediterrânica, e em que, por isso mesmo, a expressão ‘ariana típica’ pode ser obscurecida por elementos de outras culturas e civilizações. Se associarmos a este elemento de ‘mediterraneanização’ do fundo de ‘arianidade’ original do ocidente da Península Ibérica, o facto de Martins Sarmiento filiar os Lusitanos das fontes clássicas convencionais nos ‘Lígures’ de Avieno, poder-se-á, na nossa opinião, admitir uma valorização específica do lado setentrional na tese ‘composicionista’ de Sarmiento sobre a formação de Portugal, no contexto de um lugar essencializado de pureza étnica para que o episódio da hermenêutica ‘literal’ do episódio da ‘invasão das serpentes’ já nos havia alertado:⁴²⁴

[S]e as colónias ligúricas estabelecidas na zona ocidental da Europa estavam fadadas, pela sua posição geográfica, para conservar até muito tarde a sua fisionomia própria, as do sudoeste da Espanha estavam em caso muito diverso. (...). Nós não acreditamos que nem os Tírios nem os Cartagineses até o tempo de Amílcar atentassem contra a independência e a supremacia dos Tartéssios (...); mas a política de uns e de outros e os interesses materiais que desenvolvia a sua indústria e comércio, deviam predispor os Tartéssios a ver nos estrangeiros outros agentes da sua prosperidade e bem-estar e a recebê-los da melhor vontade. *Assim começou decerto uma desnacionalização insensível* [s.n.] que a conquista cartaginesa e depois a

⁴²⁴ O problema do ‘celtismo’ na geo-historiografia de Martins Sarmiento será tomado em consideração mais à frente, pelo que remetemos para aí a importância deste facto na ‘degeneração étnica’ do território ‘ariano’ que o autor associa à difusão dos Celtas a partir do século quarto.

romana apressaram quase à força. Felizmente ainda houve quem nos conservasse a sùmula das suas tradições, que a civilização romana acabou de dissolver, com a sua literatura, para formarmos uma ideia aproximada do que seriam no século XV esses Lígures, *tão profundamente degenerados agora* [Sarmiento 1896d: 96-7; s.n.].

II. 3.4. Entre-Douro-e-Minho: Lusitanos, Lígures e Celtas.

A esfera de identidade ‘nacional’ presente na geo-historiografia de Martins Sarmiento não pode ser inteiramente compreendida sem que se relacione com uma outra, de desagregação menor, a que chamamos ‘infra-regional’. De facto, a importância que o Entre-Douro-e-Minho, e especialmente a região de Guimarães, assume na sua teoria interpretativa da etnogénese dos Lusitanos faz com que uma e outra tenham de ser mutuamente consideradas, se se pretende destacar as linhas principais que definem não tanto o passado pré-histórico de Portugal, ou das regiões setentrionais, mas o papel específico que elas detêm na afirmação de uma espécie de teoria ‘composicionista’ do todo nacional.⁴²⁵

Pretende-se fazer menção de alguns dos aspectos que irão ser considerados no contexto da interpretação infra-regional da geo-historiografia do investigador. Por um lado, a referências aos ‘seus amigos’, entre os quais se encontra o historiador Alberto Sampaio,⁴²⁶ remete a atenção para o tipo específico de produção científica ‘regional’, associada ao Entre-Douro-e-Minho, e ao papel concreto e simbólico que esta região detém na historiografia portuguesa, seja no âmbito da Pré-História, da Romanização, Germanização e Cristianização do território e finalmente, mas não menos importante (bem antes pelo contrário!), no âmbito da formação da nacionalidade.

⁴²⁵ Martins Sarmiento está longe de ser um caso único de fundamentação de uma teoria racalista da composição do território como matriz da nacionalidade, centrada na superioridade relativa do Entre-Douro-e-Minho em relação ao todo nacional. Veja-se, por exemplo, o caso de B. Teles (1901: 332) que não hesita em considerar o norte de Portugal como o ‘líder’ natural da composição nacional em tempo de ‘conquista’ (e, sobretudo reconquista), para depois ser absorvido pela burguesia ‘semita’ do sul que estabelece definitivamente a prioridade da cidade de Lisboa na organização do espaço ‘nacional’.

⁴²⁶ Um dos dois nomes a quem Martins Sarmiento dedica explicitamente este trabalho, sendo o outro Domingos Leite de Castro.

Poucas regiões portuguesas apresentam uma expressão ‘historiográfica’ tão espessa como o Entre-Douro-e-Minho e a genealogia ‘Sabroso’, ‘Briteiros’, ‘Guimarães’, que se sobrepõe à própria biografia do autor, evoca uma longa série de centralidades históricas, fazendo levantar a possibilidade de situarmos a produção do conhecimento histórico sobre o Passado em linhas de fractura regionais. Servir-nos-á especialmente, neste contexto, para demorarmos um pouco a nossa análise sobre as características da topografia social da época, a recepção diferencial que as teorias científicas, como o ‘celtismo’, detinham entre os praticantes da ‘capital’ e do ambiente universitário, e os praticantes da ‘província’, entre os quais se incluem Martins Sarmiento e os ‘seus amigos’, bem como a Sociedade vimaranense a que todos pertenciam.

Duas ordens propriamente paradigmáticas de produção de uma teoria, uma mais epistemológica, outra mais sociológica, virão a ser fundidas, no caso da Pré-História do Entre-Douro-e-Minho, e da sua expressão na tese etnogénica de Martins Sarmiento, num problema de grande transcendência em toda a historiografia da ‘cultura castreja’: o de saber qual o papel efectivo dos Celtas na dinâmica e evolução cultural e social do noroeste da Península Ibérica, ao longo do I milénio a.C.. É por esta mesma razão que daremos uma especial ênfase à problemática do ‘celtismo’ na teoria etnogénica de Martins Sarmiento, a seguir à qual procuraremos lidar com a expressão de uma escala regional ‘dúrio-minhota’ na estruturação ideológica da historiografia sua contemporânea e a ela posterior.

É o próprio Martins Sarmiento que explicita claramente, num dos seus trabalhos sobre a etnogenia lusitana, qual a preocupação central na sua investigação, no que diz respeito à ‘problemática do celtismo’:

Como numa grande parte da Europa, a arqueologia da Lusitânia encontra diante de si a abstrusa questão do celtismo; mas aqui a questão simplifica-se e acentua-se de um modo especial. Tudo o que sabemos dos celtas e da invasão céltica na Espanha nos mostra esta parte da Península completamente estranha à ocupação e influência célticas... [Sarmiento 1880: 41].

A argumentação de Martins Sarmiento irá ser conduzida de modo a defender a celtização incipiente do Noroeste da Hispânia, especialmente da parte que corresponde

ao actual território português que estava incluído na Lusitânia primitiva. Esta estender-se-ia desde o Tejo, ao sul, até ao mar Cantábrico, a norte.⁴²⁷ Essa argumentação tem como ponto principal, e é o que pretendemos demonstrar neste capítulo, uma específica preocupação de incluir a etnogenia lusitana na genealogia dos povos indo-europeus de que os povos da civilização clássica da Antiguidade, os Gregos e os Romanos, teriam sido os principais e mais civilizados representantes. Para cumprir essa intenção, tornava-se necessário desmentir no essencial a ideia corrente na época de que o substrato pré-romano do noroeste da Península Ibérica fosse fundamentalmente céltico. Não admira portanto vermos todo o esforço de argumentação de Martins Sarmiento ser apontado nessa direcção.

O problema do celtismo, e da eventual filiação dos materiais arqueológicos exumados no Noroeste de Portugal, é justamente um dos pontos centrais da historiografia de Martins Sarmiento. Neste contexto, é mesmo possível detectar a evolução de uma crise paradigmática ‘típica’, com todos os elementos de ‘crise’ e ‘superação’ por nova teoria. Nos primeiros escritos,⁴²⁸ Martins Sarmiento ainda refere uma filiação ‘céltica’ para materiais⁴²⁹ e epigrafia do noroeste. Porém, logo em 1879, a

⁴²⁷ Contudo, teremos oportunidade de ver como a teoria de Martins Sarmiento o deixa em dificuldades quanto à etnogenia desta parte da Península Ibérica, e de como, por isso, cai num ‘lapso’, talvez inconsciente: ‘Segundo Estrabão, a Lusitânia “antiga” correspondia à parte da Espanha, compreendida entre o rio Douro [sic] e o Mar Cantábrico (...)’ (Sarmiento 1896d: 86, nota 1). A passagem referida de Estrabão é: ‘[T]oda a região do outro lado do Douro, para o Norte, a cujos habitantes os antigos chamavam Lusitanos, e os de hoje Calaicos bem como os Ástures e os Cântabros’ (Estrabão, III, iv, 20).

⁴²⁸ Em 1876, refere que os supostos ‘gregos do noroeste da Ibéria são *celtas*, e que a hipótese de uma colónia grega, por mar ou por terra, não tem por si um texto histórico, uma tradição segura (...)’ (Sarmiento 1876: 7). Sublinhado nosso. Dois anos mais tarde, ainda a convicção ‘celtista’ está presente, ao aceitar, na sua primeira versão sobre a filiação de Bormânico (Sarmiento 1878a: 10) de que ‘possa ter havido em céltico uma raiz *berv*, igual a[lo latim] *ferv-ere*’. Em 1879, data de publicação do seu estudo ‘Acerca das Escavações de Sabroso’ ainda afirma peremptoriamente: ‘Parece-nos solidamente assente que o fundo da população que habitou a Citânia era céltico. O nome de Camal que se encontra aqui amiúde, o mesmo nome ligado ao deus *céltico* [s.n.] Bormânico em Vizela’, e a identidade incontestável deste deus com o Borvo, ou Bormon gaulês, figuram-se-nos provas mais que bastantes em favor da nossa opinião (Sarmiento 1879c: 32, nota 4). O ano de 1879 parece assim ter sido o ano de aparecimento e resolução da ‘crise celtista’, propiciando a publicação, em 1880, do trabalho que contém já todo o travejamento teórico que irá acompanhar a evolução futura da historiografia do autor: *Os Lusitanos*.

⁴²⁹ É céltico o nome ‘Camal’ que Martins Sarmiento identificou (e registou no seu diário de escavações, a 17 de Junho de 1876) na pedra epigrafada descoberta em Briteiros: ‘Esta pedra infelizmente está quebrada e o resto da inscrição ou nome, se era só nome, não aparece. Em todo o caso temos aqui a pretendida marca de oleiro. Se não é

‘crise céltica’ começa a insinuar-se, até que, por fim, a hipótese ligúrica se afirma,⁴³⁰ sendo substancialmente apresentada nos importantes trabalhos de 1880, *Os Lusitanos*, e de 1882, *Os Celtas na Lusitânia*, e defendida em azeda polémica com Adolfo Coelho, entre 1890-1894, em *Lusitanos Lígures, e Celtas*, e finalmente suportada, como o próprio diz, em 1899, n’*A Arte Micénia no Noroeste da Espanha* – até ‘ao fastio’:

Creio também piamente que ninguém as explicará [as semelhanças estilísticas entre Micenas e Briteiros e Sabroso] por um milagre do acaso, e força é então subscrever a doutrina admitida hoje por muitos investigadores, segundo a qual desde tempos remotíssimos se derramou por toda a Europa uma civilização tão unitária e absorvente, como mais tarde foi a romana. (...) Como e por quem foi ela importada para o extremo ocidente é um outro problema, que ainda não está resolvido; mas parece-me a mim que possuímos documentos e tradições históricas, que nos ajudam a resolvê-lo com sofrível segurança. Vou expor algumas das razões, em que me fundo, ou melhor *repeti-las mais uma vez, não sem um certo fastio, seja dito com franqueza* [Sarmiento 1899a: 435].

O principal contexto metaparadigmático com que Martins Sarmiento tem de defrontar-se, no que diz respeito ao estudo da história antiga do território da Gália, é sem dúvida a ‘celtofilia’ que, segundo o autor, domina a historiografia (sobretudo francesa) sua contemporânea.⁴³¹ Claro está que, ao nível propriamente da regionalização

nome de deus, o que é muito provável, é nome de um *celta* ‘ilustre’... [s.n.]’ (Sarmiento 1904: 16). É, também, ainda ‘céltico’ o bracelete que encontra em Sabroso, descrito na entrada de 11 de Setembro de 1877 do seu diário de escavações: ‘Os trabalhadores mostraram-me os achados, como pouco importantes. Imagine-se a minha surpresa quando dei com um bracelete de estilo *céltico puro* [s.n.], se os classificadores não mentem’ (Sarmiento 1906: 46 e figura).

⁴³⁰ Veja-se a expressão explícita da ‘resolução’ desta crise no fim do artigo que o autor consagra à ‘Arte Pré-romana’ em 1879: ‘No meio da ignorância em que estamos acerca dos primeiros povos de origem indo-europeia que ocuparam a Península Ibérica, o celtismo tornou-se uma espécie de recurso banal, de que também temos feito uso. Esperamos, porém, poder demonstrar que tal denominação deve ser proscrita, quando se fala de lusitanos e de galegos, que muito provavelmente já estavam de posse dessa parte da Europa, séculos antes da aparição dos celtas nessas regiões’ (Sarmiento 1879b: 21).

⁴³¹ Não é do âmbito estrito deste trabalho expandir a problemática da manutenção de uma tradição celtocêntrica até aos momentos actuais da disciplina. Porém, cabe referir que a crítica contemporânea reconhece que sob o nome de ‘céltico’ e de ‘Celtas’ se recolheram inúmeras manifestações vestigiais do passado e se denominou o conjunto de um modo por vezes arbitrário ou redutor (Collis 1993: 63 e ss.).

das teorias, o clima de confrontação entre a França e a Alemanha,⁴³² ao longo de todo o século dezanove, desde o seu início até à traumática experiência da Guerra Franco-Prussiana, não se deixará de fazer sentir na organização *geopolítica* de organização da identidade do passado.⁴³³

São vários os elementos paradigmáticos⁴³⁴ que vão estar presentes nestas manobras de identidade regional, como várias são também as ‘objectividades’ científicas que estarão ao dispor da formulação de uma identidade ‘francesa’ do passado. Ao contrário da correspondente estratégia de identidade étnica a que a Alemanha se propunha, baseada em critérios de homogeneidade linguística e antropológica, a França não podia apresentar iguais critérios de atribuição de identidade. A França é um território culturalmente diverso, linguística e antropológicamente (no entender dos próprios linguistas e antropólogos franceses) e assim necessita de uma diferente estratégia de afirmação de uma unidade nacional.

O elemento ‘celta’ é um dos que irá permitir a organização de uma identidade ‘francesa’ do passado. É um elemento que compreende referências históricas

⁴³² Dizemos ‘Alemanha’, por facilidade de exposição. A reunificação num só Estado da nação alemã apenas sucedeu com Bismarck e deu origem ao Império Alemão que durou até 1918. Para Martins Sarmiento, a confrontação entre estas duas áreas culturais, e devido unicamente às diferenças de desenvolvimento ‘civilizacional’ entre povos germânicos e românicos, teve repercussões imediatas e futuras: ‘No domínio moral os resultados foram pouco mais ou menos os mesmos. Além do deplorável ódio que arde no Francês ou no Alemão, o Germano não deixou em França sinal algum da sua influência. Nem podia deixar. Civilização não a tinha; nos primeiros ímpetos destruiu a que encontrou estabelecida; em seguida pôs-se a imitar a civilização romana, isto é, a dos homens do sul. Da sua língua deixou apenas algumas dúzias de vocábulos’ (Sarmiento 1896d: 156-57).

⁴³³ A possibilidade de uma ‘regionalização epistemológica’ celtista entre a Arqueologia e História da Antiguidade em França é tão provável como a que em Portugal estabelece a tradição entre Portugueses e ‘Lusitanos’. Não faz parte do âmbito estrito deste trabalho caracterizar a ‘celtofilia’ francesa, mas ainda assim devemos referir as conclusões a que sobre o tema chegou M. Dietler (1994), que acredita ter a Arqueologia francesa feito uso dos vestígios ‘célticos’ no sentido de estabelecer uma tradição ‘nacional’ de ocupação do território, seja na França revolucionária, seja no nacionalismo oitocentista que se lhe seguiu. Neste contexto, a célebre formulação de Bertrand, que Martins Sarmiento já assume como verdadeira, vem a conhecer novas formas de enunciação, mas todas mantendo o confronto racial como sendo identificativo de uma ‘relação de classe’ para assim garantir a união ‘burguesa-proletária’ nos momentos mais agudos de crise política.

⁴³⁴ Queremos dizer, com ‘elementos paradigmáticos’, aqueles elementos que, para Thomas Kuhn (1970: 217 e ss.), estruturalmente dão forma a um ‘paradigma’, nomeadamente, ‘valores’, ‘modelos’, ‘comunidade científica’ e ‘exemplares de trabalho’.

importantes ao território do que viria a ser a França, nomeadamente através dos *Comentários* de César. Participa, além disso, de uma qualidade identitária importante: ao ser o principal elemento de *alteridade* por parte dos Romanos, que a eles em tudo se opõem, numa polarização de ‘barbárie’ e ‘civilização’, percorrendo os pólos extremos dos modelos do ‘bom’ e ‘mau-selvagem’, os Celtas são miudamente caracterizados pelas fontes históricas romanas, deixando, na historiografia clássica, a ideia de que teria existido um ‘Império Celta’, previamente ao Império Romano, que este último teria substituído em grandeza e força expansiva, chegando, na sua extensão máxima, a cobrir os dois extremos do continente europeu. Esta excessiva valorização da realidade ‘céltica’ quando comparada com outras realidades étnicas da Proto-História da Europa, é que irá permitir que se insinuem, entre as produções científicas da História da Antiguidade, nomeadamente francesa, alguns exageros celtocêntricos.



Figura 12 – O Noroeste ‘lígure’ da Península Ibérica, segundo Martins Sarmiento

É, pois, neste contexto internacional académico de forte ‘celtofilia’ que Martins Sarmiento tem de incluir os seus estudos sobre a Lusitânia. O autor, no contexto da sua tese arianista do passado etnogénico dos Lusitanos, necessita absolutamente de ‘desceltizar’ o território do noroeste da Península Ibérica, para que o carácter étnico dos Portugueses possa ser directamente relacionado com as migrações arianas da Ásia

Menor e, sobretudo (e esta é a principal estruturação metafísica da sua historiografia), do mundo da época mítica dos Gregos.

Os celtistas pois não têm a inteira certeza se os celtas e os gauleses são um e o mesmo povo, se povos diferentes; e admitindo, como é razoável admitir, que, sendo povos diferentes, falavam línguas diferentes, os celtistas não têm inteira certeza se houve uma língua céltica e uma língua gaulesa; não têm inteira certeza se abraçam a nuvem por Juno, e *enfim, os que mais importa*, se a onomástica da Lusitânia se explica por uma língua céltica, ou por uma língua não céltica [Sarmiento 1882a: 117].

Como facilmente se pode notar, a tese de Martins Sarmiento colide frontalmente com aquela que dominava entre a historiografia sua contemporânea; e, por isso, teremos oportunidade de ver seguidamente, não só o modo como esta historiografia se organizava regionalmente, como também, as manobras teóricas de que Martins Sarmiento lançará mão para poder reivindicar a não celticidade dos Lusitanos. É sobretudo a expressão espacial desta oposição que se torna fundamental dever valorizar neste estudo – a sua *geo-historiografia*.

Martins Sarmiento tem plena noção da força (meta)paradigmática da celtofilia nos estudos sobre a Pré-História da Europa, nomeadamente na sua expressão no território dos Gauleses. Exemplo disso mesmo podemos ver no comentário que faz da analogia com que A. Bertrand aproximou a relação dos Celtas com o druidismo, com a dos Francos com o Cristianismo:

M. A. Bertrand encontrou a mais feliz das comparações para pintar um tal estado de coisas, quando em 1876 escrevia que os Celtas da Gália Central, estavam para o druidismo no mesmo caso, que mais tarde os Francos em relação ao Cristianismo. Donde se vê que a solução racional do nosso problema está dado há muitos anos. *Se ele não logrou entrar na circulação científica, é que contra o celtismo ainda dominante não há soluções racionais que vinguem, nem verdades que não estanquem no meio do caminho.* [E segue, em nota:] Segundo parece, M. Al. Bertrand tem hoje mesmo ideias um pouco diferentes [Sarmiento 1890-94: 392 e notas 1 e 2].

No contexto de oposição entre a teoria ‘ligúrica’ de Martins Sarmiento e a teoria celtista de alguma historiografia internacional, teremos ocasião de ver que um dos

campos mais importantes de aferição desse jogo de alteridade é o da Antropologia física.

Os estudos de Antropologia física tiveram na França do século dezanove um desenvolvimento quase sem par em nenhum outro país da Europa, bastando para isso referir os nomes de Broca, Quatrefages ou Topinard. É também neste país, em paralelo com a Inglaterra, que se verá desenvolver, também nesta data, e no enquadramento mais global do Transformismo e do Evolucionismo, os estudos pioneiros sobre a ‘antiguidade do homem’, que estarão desde o início intimamente ligados com os avanços da disciplina da Antropologia física. Se os estudos sobre a ‘antiguidade do homem’ do Paleolítico não interessam directamente à geo-historiografia de Martins Sarmento, que se ocupa sobretudo da Arqueologia clássica e proto-histórica,⁴³⁵ já a questão do ‘tipo físico’ dos Lusitanos é para o autor verdadeiramente fulcral, no sentido de o poder incluir dentro do tipo físico mais vasto dos ‘Lígures’.⁴³⁶

A proposição de Martins Sarmento sobre os atributos do tipo físico dos Lígures, ganha uma especial importância, propriamente paradigmática, na discussão que os antropólogos (ou ‘antropologistas’, como tantas vezes Martins Sarmento os nomeia, forma que nós, nesta análise histórica, usaremos para assim os distinguir do nome

⁴³⁵ Deve notar-se que para Martins Sarmento a época do ‘bronze’ é uma época proto-histórica de pleno direito: para o nosso autor, esta época vem muito bem caracterizada nas geografias mais antigas, que se podem recolher de entre a tradição oral das diversas ‘vozes narrativas’: a grega, a irlandesa, a câmbrica e a *tíria*. É esta última que o autor identifica, não só nas lendas gregas ‘errantes’, como também sob a ‘voz’ cartaginesa do autor do périplo da *Ora marítima*.

⁴³⁶ A questão do ‘tipo físico’ tem de compreender-se na relação íntima que a produção científica desta época naturalmente estabelecia com a prática generalizada de colonização do Mundo. As ‘raças’, no contexto do século dezanove, não representam apenas irredutibilidade étnica e cultural entre Europeus, mas especialmente uma estratégia cultural de dominação das populações não-europeias. Nas palavras de um interveniente da época: ‘[S]ave for the Chinese none of these [non-European] peoples has a native civilization, or is fitted to play any part in history, either as a conquering or as a thinking force (...). None is likely to develop towards any higher condition than that in which it now stands, *save under the tutelage* (...) of the five or six European peoples which have practically appropriated the torrid zone and are dividing its resources between them.’ (Bryce 1892: 420). A noção ‘pedagógica’ do uso passado, ainda que em moldes naturalmente diferentes, parece não ter diminuído a sua acuidade, sendo ainda dotada hoje de uma assimetria essencial na enunciação dos seus pressupostos de produção e transmissão de valores ‘públicos’ (Byrne 1991). Mesmo a enunciação da prática social mais ‘violenta’ aparece, por isso, travestida de uma aceitação de uma ‘responsabilidade’, e dentro da inevitabilidade de uma evolução social que favorecia a ‘raça’ branca em face de todas as outras (Chamberlain 1974).

moderno mais associado à esfera das Ciências Sociais), virão a levantar sobre qual o tipo físico dos Celtas. A identificação, *pela Antropologia física*, do nome ‘celta’ com um determinado conjunto de caracteres físicos, pode insinuar uma determinada orientação na identificação desse mesmo tipo físico nos Celtas da *História*. Este é um caso muito claro de ‘nomenclatura conceptual’ que pode ter influência decisiva na forma como uma determinada teoria é recolhida no interior da comunidade científica. Ciente do poder ‘estabilizador’ que uma nomenclatura pode deter na constituição ‘regional’ de uma teoria, Martins Sarmiento faz questão de a trazer explicitamente para o centro das suas preocupações teóricas:

Broca, em mais de um lugar das suas *Memórias* declara que não faz questão de nome. Para a antropologia propriamente dita, a questão de nome deve realmente ser indiferente; há-de confessar-se, porém, que a escolha não podia ser mais desastrada [Sarmiento 1882a: 122, nota 4].

A ‘escolha’ de Broca, a que Martins Sarmiento se refere, é de atribuir a denominação de ‘céltico’ a um tipo físico identificado entre os habitantes da Basse-Bretagne, que é ‘o antípoda do tipo céltico, descrito por todos os autores antigos’. Se tal obstinação ‘celtista’ se tornava difícil de compreender entre os competentes da Linguística (que chamavam céltico à língua que resistia na Bretanha), entre os da Antropologia, os motivos de tal nomenclatura são ‘ainda mais inexplicáveis’ [Sarmiento 1882a: 122, nota 4].

Como veremos, será contra esta dupla ‘celtização’ linguística e antropológica da Bretanha, região em que, na opinião de Martins Sarmiento, habitavam Lígures no tempo em que os Romanos dão dela informações, que o autor apresentará os elementos da sua teoria que possam reforçar o carácter ‘ligúrico’ dos Lusitanos: os atributos não-nórdicos do tipo físico dos Celtas da História e a origem ligúrica da língua céltica, seja a dos Gauleses, seja a dos povos ‘neo-célticos’.⁴³⁷

No seio da historiografia francesa coeva, a questão do tipo físico dos Gauleses não será uma questão menor. Como teremos oportunidade de verificar, existe uma tensão que percorre algumas das teorias interpretativas da origem étnica dos franceses, que

⁴³⁷ O primeiro destes elementos será objecto de caracterização neste trabalho sobre a Gália. O elemento linguístico é considerado no momento em que nos dedicamos às Ilhas Britânicas.

farão eco na interpretação do próprio Martins Sarmiento. É sobretudo notável, quer pelas suas premissas, quer pelo seu desenvolvimento e influência, a tese de que na caracterização racial de França concorreriam dois tipos físico distintos, e que a integração de ambos na ‘nacionalidade’ francesa ter-se-ia produzido segundo linhas de fractura de classe. Este modelo interpretativo conhecerá algum sucesso fora do lugar em que primeiro é formulado, estando presente nalguma da historiografia portuguesa, a que não deixaremos de fazer algumas referências. O próprio Martins Sarmiento fará uso dessa distinção para poder resolver o problema que tinha entre mãos, relativo à contradição que os Gauleses, sendo um povo céltico, introduziam na sua teoria interpretativa das origens dos Lusitanos:

A questão do tipo físico não é a única formulação de ‘regionalização teórica’ que podemos ver no contexto da geo-historiografia de Martins Sarmiento no que se refere à Gália. Igualmente importante é o facto de sob o conceito clássico territorial da ‘Gália’, se poderem detectar várias realidades territoriais concretas.

O território da Gália é internamente fracturado e externamente relacionado com realidades étnicas que lhe são exteriores. Ao contrário da Alemanha, que entrevê a possibilidade de identificar uma só Nação, ainda que com vários estados, a França, pelo contrário, deve justificar um só Estado, composto de variadas ‘nacionalidades’.

Esta regionalização do território da França tem naturalmente expressões regionais discerníveis no padrão étnico dos povos da Proto-História, e torna a ‘Gália’ um lugar especialmente adequado de procura de limites e cruzamentos entre as várias expressões culturais que a História, a Linguística, a Arqueologia, etc., podem identificar.

A caracterização dos Gauleses, mas sobretudo a indecidibilidade da onomástica que anda associada ao nome da ‘Gália’ que se recolhe das fontes clássicas, leva a que este seja um campo especialmente apto para a circularidade que Kuhn detecta nas confrontações biparadigmáticas. É nesse campo, em tudo ‘intersticial’ de escolha de uma nomação *étnica ou geográfica*, que cada um dos paradigmas em confronto resolve a sua capacidade de argumentação:

Os gauleses propriamente ditos de que se fala aqui, são os habitantes da Gália central, em contraposição aos aquitanos e belgas. Nada mais claro em César; mas quase sempre o nome de gauleses é por ele tomado no sentido

geográfico, abrangendo gauleses, aquitanos e belgas. *É necessário acentuar bem este facto.* [Sarmiento 1882a: 119].

Martins Sarmiento está particularmente atento à caracterização étnica da Gália, porque da adequada distinção dos povos que as fontes romanas ali identificam depende a elegância epistemológica e a consistência interna da sua própria teoria. Por isso, dará tanta importância aos trabalhos que tenham em vista ‘romper’ com a visão unitária dos povos da Gália e que permitam a destrição dos elementos não célticos aí presentes.⁴³⁸



Figura 13 – Os ‘Belgas’ na geo-historiografia de Martins Sarmiento

Fonte: Obras de Martins Sarmiento, *passim*.

Por um lado, distinguindo etnicamente os três componentes principais da Gália ou Céltica de César, os Aquitanos, os Belgas e os Gauleses. Entre estes últimos, é a caracterização ‘dupla’ da referida teoria da ‘classe-raça’ que lhe permite distinguir um fundo ligúrico, popular, da mesma natureza de todos os outros povos do bronze, os verdadeiros Gauleses, de uma elite equestre germânica, semelhante aos Celtas puros (Belgas), que os escraviza, sem que os possa contudo aculturar. Na estratégia global de alteridade entre povos da ‘barbárie do ferro’ e da ‘civilização do bronze’, tudo o que

⁴³⁸ ‘Se semelhantes tentativas têm por fim estudar um grupo à parte, para separar o elemento céltico do elemento não céltico, por exemplo, os celtas e os galos, como fez o sr. Lemièrre, este trabalho, quando baseado nos testemunhos concordantes da história, da arqueologia, etc., parece-nos infinitamente proveitoso e o único que possa levar-nos a resultados positivos’ (Sarmiento 1882a: 104). Algo de muito semelhante, aplaude Martins Sarmiento, quando se refere ao esforço de Jubainville em destriçar o ‘ligúrico’ e o ‘céltico’, a partir da análise rigorosa da onomástica antiga em França e na Itália.

importa a Martins Sarmiento é a possibilidade de ‘libertar’ os povos do ocidente do carácter céltico, nem que para isso, numa manobra de clara ‘geopolítica epistemológica’, tenha de os subsumir nos povos germânicos.

Mas uma particularidade, que se tem explorado em todos os sentidos, menos no verdadeiro, se não estamos em erro, uma particularidade que temos por muito significativa, é que César⁴³⁹ chama aos belgas germanos, e dos *gauleses afirma que eles davam a si mesmos a denominação de celtas*. [Sarmiento 1882a: 122].

A estratégia ‘epistemológica’ a que veremos Martins Sarmiento entregar-se, no contexto do celtismo dominante, é a de proceder ao ‘descrédito’ das teorias celtistas *a partir de dentro* da sua própria história epistemológica. Esse ‘recurso banal’, que o autor reconhece ele mesmo ter feito uso, chegou a deter uma importância historiográfica tal que nada, dos dólmenes à Galiza, pôde escapar à sua extensão interpretativa.

Não deixará Martins Sarmiento de respigar, de entre os próprios celtistas, a dificuldade que estes demonstram em caracterizar adequadamente a língua céltica,⁴⁴⁰ seja nas inscrições recolhidas em epígrafes,⁴⁴¹ seja na enorme semelhança que apresentam com outras línguas antigas,⁴⁴² nomeadamente com as antigas línguas germânicas, com as quais o autor português tem todo o interesse *geopolítico* em comparar, de modo a sentir-se devidamente acompanhado pelas principais ‘autoridades germanistas’ da época, esperando que seria, nesse sentido, que mais sucesso poderia ter a sua manobra de desceltização das línguas neo-célticas.⁴⁴³

⁴³⁹ A referência de César encontra-se no § 4 do Livro III.

⁴⁴⁰ ‘Mas se não erramos, a fé que os celtistas têm no seu dogma não é tão profunda, como o exigiria a pura ortodoxia, que é e deve ser intransigente. Numa crítica dirigida ao sr. Bertrand por um celtista eminente, o sr. Gaidoz, lê-se: “O sr. A. Bertrand parece querer distinguir os celtas dos gauleses, termos que é uso considerar *quase* como sinónimos; *talvez* não haja aqui senão uma questão de palavras”’ (Sarmiento 1882a: 117).

⁴⁴¹ ‘Os celtistas (...) andam há uns poucos de anos a traduzir de vários modos as chamadas inscrições gaulesas, sem que até hoje tenham adiantado um passo (...)’ (Sarmiento 1890-94: 379).

⁴⁴² ‘[A]lgumas palavras contidas nas fórmulas de Marcello burdigalense, já eram célticas na opinião de alguns linguistas, e Zeuss, e mais era Zeuss, recusou-se por muito tempo a reconhecê-las como tais; e todavia eram-no’ (Sarmiento 1890-94: 379).

⁴⁴³ ‘Algumas palavras, contidas nas glosas de Malberg, foram declaradas célticas pelos celtistas; Grimm provou que eram germânicas’ (Sarmiento 1890-94: 379).

O lugar que a Gália ocupa na geo-historiografia de Martins Sarmiento, e muito especificamente na confrontação de clara ressonância geopolítica, é muito clara – trata-se, sobretudo, de ‘invisibilizar’ o império celta, ciente da extensão e dinâmica expansiva que a regionalização teórica do celtismo é responsável na historiografia sua contemporânea:

Fazer porém do celta e de qualquer povo que com ele se associou dois irmãos siameses, quando em regra os dois povos são originariamente heterogêneos, é um erro justamente verberado pela crítica, e não o deve ser menos a aplicação que o autor duma monografia, tratada pelo processo que acima indicamos, quisesse fazer dos factos que nela liquidasse a um outro grupo étnico qualquer; porque isso seria obrigar os galos, lígures, iberos, etc., etc., a sofrer as torturas do leito de Procusto e a verdade a sofrer torturas ainda maiores [Sarmiento 1882a: 104].

São os passos e os elementos dessa estratégia teórica, sobre o papel da Gália na geo-historiografia de Martins Sarmiento, que nos propomos identificar, no contexto da sua teoria etnogenética das origens dos Lusitanos.

A partir das fontes clássicas, e sempre confrontando-as ‘despreocupadamente’ como muita vezes faz questão de afirmar,⁴⁴⁴ Martins Sarmiento identifica as movimentações dos Celtas na Europa central, a partir da sua origem escandinava, depois de expulsarem do Báltico, até para além foz do Reno, as populações lígures que aí habitavam, seguindo o curso do Reno, até à região das suas nascentes, onde se detêm. Aí, esta ‘massa enorme de emigrantes separa-se’, tomando uma parte a direcção do nascente, indo ocupar as regiões desde o bosque hercínico a Ásia Menor, tomando a outra parte o caminho do sul, ao longo do rio Ródano, indo ocupar regiões do Mediterrâneo. São os bandos que ocupam parte da Itália, sul da Gália e que, segundo Diodoro (V, 33), daí passam a Espanha. Esta migração, narrada por Lívio, tem, segundo Martins Sarmiento, plena confirmação no périplo de Avieno, quando este refere que os Lígures, expulsos do Báltico, temiam, na sua nova pátria, ver reaparecer os Celtas atravessando a Morínia e invadindo a sua nova pátria.

Aqueles que descem o Ródano na direcção do Sul, atingindo as costas do Mediterrâneo, encontram, segundo Lívio, povos gregos (os Focenses) em luta com povos autóctones, os Sálios (ligúricos, segundo Martins Sarmiento), em cujo território procuravam estabelecer as suas colónias ou empórios. Oferecem-lhes a sua ajuda, por tomarem como bom augúrio que os Focenses, tal como eles próprios, procurassem novas terras para se estabelecerem (Sarmiento 1880a: 44).

Também ao Mediterrâneo, especificamente à Etrúria, haveriam de chegar pouco mais tarde novos povos celtas, dentre os quais também uma parte se dirigiria ao Ródano, ao litoral sul da Gália e, enfim, à Espanha (Sarmiento 1880a: 44). O caminho de migração destes povos, uma vez aberto, não deixou mais de fazer descer novas ondas de povos célticos. Esta ideia de ‘facilitação geográfica’, isto é, a noção de que os caminhos de migração dos povos de uma determinada cultura, virão a ser os caminhos de migração dos outros elementos dessa mesma cultura, tem em Martins Sarmiento uma grande expressão, atribuindo ao espaço de circulação uma natureza mais *ideal* do que propriamente material.⁴⁴⁵

A inflexão feita pela invasão céltica no sentido do curso do Reno, abandonando assim a possibilidade de continuar a invasão das costas atlânticas da Europa Ocidental,⁴⁴⁶ possibilitou que a civilização pré-céltica fosse mantida em toda a área da Gália Ocidental. Contudo, faz questão de precisar que o destino destes Lígures, já

⁴⁴⁴ Martins Sarmiento entende, por isso, não dar mais valor a testemunhos dos historiadores chamados ‘irrepreensíveis’, como Tácito ou Políbio, do que aos mais laudatórios de Roma, nomeadamente o ‘cerzidor de fábulas’ Tito Lívio.

⁴⁴⁵ ‘Outras turmas, *trazendo o mesmo caminho* [s.n.] (...). A mesma ideia será repetida, como se verá, no caso das migrações célticas posteriores, e até das germânicas dos tempos da queda do Império Romano. O mesmo identificará também no caso dos ‘seus Lígures’, nas inúmeras vagas migratórias que a pressão céltica faz percorrer os mesmos caminhos. Inicialmente expulsos do Báltico, seguiram o caminho das Ilhas Britânicas e do noroeste da Península Ibérica.

⁴⁴⁶ Esta narrativa de Martins Sarmiento já contém em si um dos elementos *cronotópicos* que iremos ver repetidas em outras situações. A ideia de que os Celtas teriam ‘infectado’ pelo vale do Reno, depois de terem expulsado os Lígures do Báltico, e assim desistirem da sua perseguição, já demonstra que para o autor, a ideia de confrontação entre Celtas e Lígures era quase um *desígnio* que a História ‘corrigiria’ mais tarde com a invasão da Inglaterra pelos Belgas.

expulsos do Báltico, é a Inglaterra e não a Gália, onde outros autores os pretendiam localizar.⁴⁴⁷

‘César⁴⁴⁸ diz-nos positivamente’, diz Martins Sarmiento, ‘que os Celtas da Gália Central se distinguem dos Belgas na “língua, nas instituições e nas leis”’ (Sarmiento 1890-94: 391). Com esta frase, o investigador põe a tónica na questão que irá perseguir ao longo de inúmeros elementos da sua obra: a diferença essencial que se pode afirmar entre Belgas e Gauleses e a atribuição de cada um destes povos a uma das duas grandes regiões, ‘germânica’ e ‘ligúrica’, cuja confrontação é o motor imóvel da dinâmica histórica e da evolução cultural da Europa e, especificamente, da Lusitânia e Portugal.

É nossa intenção, neste momento, identificar a expressão antropológica dessa oposição, e a sua articulação com a organização da regionalização teórica que a disciplina da Antropologia apresentava na época contemporânea do autor e a expressão que especialmente tomava nas representações da identidade nacional francesa. Na afirmação de César eram igualmente referidos os Aquitanos, cuja localização se distribuía pelo lado ocidental do território francês. É desta qualidade ‘múltipla’ da Gália que Martins Sarmiento se esforçará por isolar os elementos que melhor lhe servem à constituição da sua teoria. A referência aos Aquitanos em César, e sobretudo o modo como o historiador apresenta as três ‘nacionalidades’ da Gália, é que justamente permite a César a diferenciação estremada entre todas elas:

‘[V]olta sempre a questão: os Celtas tinham duas línguas, visto dizer-nos César que os da Gália e os da Bélgica falavam línguas diferentes? A objecção de que o historiador aludia a dialectos duma mesma língua parece-me abaixo de toda a crítica, admitido, como se admite, que a língua dos Aquitanos era o basco, e sabido que a afirmativa de César abrangia os Belgas, os Gauleses e os Aquitanos’ [Sarmiento 1890-94: 392].

⁴⁴⁷ ‘No entanto, ainda há pouco, M. F. Marx procura o asilo dos nossos fugitivos [os Lígures do Báltico] pelas costas da Gália’ (Sarmiento 1896d: 70, nota 2).

⁴⁴⁸ ‘All Gaul is divided into three parts, one of which the Belgae inhabit, the Aquitani another, those who in their own language are called Celts, in our Gauls, the third. All these differ from each other in language, customs and laws’ (César: I, 1).

Uma teoria, qualquer que ela seja, é a expressão de espacialidades e temporalidades várias que ‘paradigmaticamente’ são estruturadas por uma sociologia de pesquisa com base em relações e práticas sociais e espaciais determinadas, e que produzem e reproduzem representações ‘regionais’ de historiografias presentes na confrontação geopolítica do tempo em que vêm a ser produzidas. O lugar teórico que os Belgas detêm na teoria etnogénica de Martins Sarmiento é disso um exemplo claro. Uma pequena região da Europa ocidental, a Bélgica reúne ainda assim vários atributos que fazem dela um lugar especial na confrontação entre teorias interpretativas da Pré-História europeia, no contexto da historiografia internacional da época.

A área que se estende do Báltico à Bélgica detém uma importância específica na geo-historiografia de Martins Sarmiento: corresponde à parte da Europa em que, apesar de totalmente expulsos os Lígures que ali viviam, ainda podem ser vistas as ruínas materiais da sua antiga presença: os dólmens. No contexto mais vasto do ‘problema do celtismo’, os Belgas opõem-se duplamente a outros ‘Celtas da história’: por um lado, aos ‘Gálatas’ (no sentido mais lato dos Celtas do nascente), que ocupam a área em que os povos ‘do ferro’ expulsaram o povo lígure e dizimaram os seus vestígios materiais; por outro lado, aos Gauleses, que ocupam uma região em que a invasão germânica não conseguiu sequer expulsar o povo, apenas impor os seus ‘cavaleiros’ a uma sociedade cuja ‘civilização’ se manteve na mão do druidismo lígure.

O lugar que os Belgas podem ocupar na geo-historiografia de Martins Sarmiento fica bem manifesto nas suas próprias palavras:

Para nós é de fé que nem Tácito nem César sabem distinguir os celtas (belgas) dos germanos, por não terem por onde; e a ignorância que ambos mostram do íntimo parentesco entre os belgas e os celtas do sul, permitindo-lhes fazer as suas observações com a máxima despreocupação, dá um dobrado peso às suas informações. Estas singelas afirmativas na boca de uma testemunha ocular, como César: – pela língua, pelas instituições, pelas leis, os belgas diferenciam-se dos gauleses; os belgas são oriundos dos germanos – se não querem dizer do modo mais terminante que a língua, instituições e leis dos celtas (belgas) são análogas à língua, instituições e leis dos germanos, eu não sei de que fontes escritas nos há-de vir a certeza histórica [Sarmiento 1882a: 123-4].

As fontes históricas que o autor se refere serão, adequadamente, César e Tácito. Do primeiro recolhe a informação que diz directamente respeito à caracterização germânica dos Belgas; do segundo utilizará sobretudo a descrição da invasão da Inglaterra, em que defenderá uma oposição entre povos germânicos e povos ligúricos, confinados respectivamente, ao oriente e ocidente da ilha.

Martins Sarmiento irá propor uma interpretação dos textos de César sobre os Belgas, com a intenção final, muito clara, de construir um quadro cultural de oposição etnográfica relativa entre Celtas e Gauleses, por um lado e, em termos absolutos, entre Celtas e os povos da Câmbrria (Gales), por outro. A intenção é a de ‘desceltizar’ o que une estes dois conjuntos de povos, os povos gauleses e os neo-célticos, de modo a poder reivindicar uma origem comum para ambos, a que chama ‘ligúrica’, e a que considera que pertenceriam, também, os povos do noroeste da Península Ibérica.

Para esse efeito é fundamental atribuir aos Belgas o atributo de ‘celticidade pura’:

É pois na Bélgica que a questão céltica pode ser estudada com vantagem, porque não se trata agora desses *celtas ambíguos* [s.n.], que representam aqui e além o papel de *parasitas* [s.n.] dos outros povos e que os romanos chamavam falsamente gauleses, antes de conhecerem os genuínos gauleses; mas trata-se de um povo, formando uma confederação⁴⁴⁹, com instituições e leis suas, e uma raça perfeitamente definida. Notemos que os belgas são celtas tão puros como os volcae (variante: bolcae, belcae) tectosages e os volcae arecomices do sul da Gália, como os tectosages do bosque Hircínio e da Galátia, como os boios (tolisto-boii) da Galátia, do bosque Hircínio, do vale do Pó, como os gesatas de ao pé do Ródano, enfim como os mais legítimos celtas da história, segundo se prova pela identidade de nomes, de usos e de hábitos entre todas estas tribos [Sarmiento 1882a: 122].⁴⁵⁰

Admitida a premissa de que os Belgas são povos celtas ‘puros’, vemos que o teorema de Martins Sarmiento se desenvolve em algumas direcções bem definidas.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ Referência a uma passagem de Estrabão (IV, iv, 3).

⁴⁵⁰ Os sublinhados pretendem fazer notar a ‘moralidade’, implícita na teoria de Martins Sarmiento, associada aos Celtas e ao seu ‘papel’ na Pré-História e História Antiga da Europa.

⁴⁵¹ ‘Não é evidente que a genuína civilização céltica deve brilhar com todo o seu esplendor entre os Belgas, esses Celtas puritanos que nem sequer se misturaram com povos doutra família?’ (Sarmiento 1890-94: 391).

É no contexto da apreciação da descrição dos Belgas por César, que Martins Sarmiento faz uma observação que será central na sua argumentação:

Mas uma particularidade, que se tem explorado em todos os sentidos, menos no verdadeiro, se não estamos em erro, uma particularidade que temos por muito significativa, é que César chama aos belgas germanos (...) [Sarmiento 1882a: 122].

Martins Sarmiento tem a noção plena de que uma interpretação ‘geográfica’ e não ‘étnica’ do qualificativo de ‘germano’ na frase de César é a que justamente pode pôr em causa a sua teoria, pelo que de imediato toma a ofensiva: ‘Para alguns intérpretes, que esta frase incomoda, César queria dizer que os belgas vieram dalém do Reno, da Germânia!’ É pois a sua intenção de subsumir os ‘celtas puros’ que são os Belgas, à sua teoria mais vasta do *germanismo* dos Celtas (Sarmiento 1882a: 122, nota 3).⁴⁵²

Os Celtas dos autores antigos, na opinião de Martins Sarmiento, teriam sido sempre identificados com a ‘raça dos belgas’, *i.e.*, com um tipo físico nórdico, ‘altos e louros’, como os que César identifica, não só entre os Belgas, como, e essa identificação deterá um papel importante na sua geo-historiografia, com os *Gauleses* com que, na opinião de Estrabão, os Belgas se ‘assemelhavam de tal sorte, tanto física como politicamente, que ambos podiam passar por irmãos’ (Sarmiento 1882a: 122, nota 4). É com esta identificação que começa a ganhar consistência, no seio da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, a ideia de que os Gauleses poderiam ser constituídos por dois grupos ‘racialmente’ distintos, a que corresponderiam duas classes na estruturação social. Esta distinção viria a ser absolutamente essencial na teoria etnogénica do investigador, replicando manobras teóricas equivalentes às que se vinham efectuando na historiografia internacional e acompanhando idênticas tentativas no seio da historiografia portuguesa.⁴⁵³

Em seu favor, Martins Sarmiento podia ainda apresentar os testemunhos de César de que existiam povos ‘germanos’ que pertenciam à confederação dos Belgas, que contudo, eram por ele denominados por ‘celtas’. Segundo informação dos Remos, povo

⁴⁵² A passagem de César aqui referida o § do Livro II, p. 92 e ss., da versão por nós utilizada.

⁴⁵³ Ver-se-á mais à frente, entre outras formulações, os casos específicos de Thierry e de Teófilo Braga.

dos primeiros que se interpõem entre a marcha de César e a confederação belga, todos os povos da Bélgica são germânicos (César: 92 ss.). De entre as várias tribos que compunham a confederação dos Belgas, César identifica várias a que correspondem povos germânicos propriamente ditos, nomeadamente, os ‘condrusos, os eburões, os caerasos, os poemanos’. Eram-no igualmente, os Segnos e os Úbios (César, *ib.*). Também os Aduáticos explicitamente se consideravam um ramo dos Cimbro, que Martins Sarmiento considera Germanos. A autoridade de César seria ainda reforçada pela de Tácito, que transmite a informação de que alguns dos povos da confederação dos Belgas, nomeadamente os Nérvios e os Tréviros, levavam ao exagero as suas pretensões de germanismo (Tácito: 173 ss.).

No intuito de caracterizar a língua dos Belgas, Martins Sarmiento recorre igualmente aos testemunhos de César, nomeadamente à informação de que entre Belgas e Gauleses, tudo era distinto: ‘língua e instituições’, sublinhando com especial energia o facto de essa distinção ser descrita de um modo tão afirmativo que não podia questionar-se.⁴⁵⁴

A identificação de uma distinção linguística entre Belgas e Gauleses é, para Martins Sarmiento o alicerce mais profundo da caracterização que vai fazer dos Gauleses, por poder referir a cada uma das classes sociais que estruturam a sociedade gaulesa, uma de cada das ‘raças’ presentes: a germânica e a ligúrica.

A distinção de ‘língua e instituições’ tem mesmo, quando consideradas no contexto da distinção feita entre Celtas (belgas) e Celtas (gauleses) uma importância acrescida, se comparada com a não distinção do tipo físico, com que entra aparentemente em contradição. Se César considerava os Belgas como ‘germanos’, tal se deveria preferencialmente a estas duas características, língua e instituições, e ‘não ao tipo físico dos Belgas’, ‘visto que fisicamente tão parecidos aos germanos, deviam ser os “Equites” gauleses, aos quais César nunca se lembrou de qualificar de germanos’ (Sarmiento 1882a: 123). Para Martins Sarmiento, não existe pois dúvida de que a língua dos Celtas

⁴⁵⁴ ‘[O]s celtas do norte (belgas), celtas tão sem mistura com povos gauleses que, a ler estouvadamente um texto de César, se diria não haver sinais destes na Bélgica, tinham língua e instituições diferentes das dos seus vizinhos gauleses, o que significa pura e simplesmente que os celtas do norte tinham uma língua e instituições propriamente suas’ (Sarmiento 1882a: 121).

seria uma língua germânica, a língua ‘dos gálatas (celtas puros)’ que, ‘diz S. Jerónimo, é “quase a mesma” que a dos Tréviros’, povo da Bélgica de origem germânica’.⁴⁵⁵

A língua dos Belgas é distinta da da Gália Central, que Martins Sarmiento consideraria não germânica, por razões que adiante se indicarão, e da Câmbrica, por equivalência de razões, pois seria a mesma língua falada na Gália Central. É, por isso, retoricamente intencional a questão que Martins Sarmiento faz aos seus leitores: se os Belgas ‘não falavam uma língua germânica’ e se não falavam ‘a língua da Gália, como expressamente nos diz César’ também ‘não podiam ter uma língua idêntica ao câmbrico. *Que língua era então a sua?*’ (Sarmiento 1890-94: 396-97). É para resolver a esta questão, a que, sem hesitações, responde de que a língua dos Belgas é germânica, que Martins Sarmiento introduz o problema da interpretação ‘relativa’ de alguns investigadores quanto à relação entre a língua de uns e de outros que poderia deduzir-se do testemunho de César.

Configurando uma oposição propriamente ‘paradigmática’ entre diversas interpretações, a frase de César de que a ‘língua’ dos Belgas era distinta dos Gauleses, será, para os ‘celtistas’ uma referência a uma distinção apenas ‘dialectal’,⁴⁵⁶ enquanto que para Martins Sarmiento ela diz respeito a uma diferença profunda entre línguas inteiramente diferentes: uma língua belga (germânica) e uma língua gaulesa, equivalente à câmbrica, o ‘chamado céltico’, que continha algumas semelhanças com a onomástica lusitana, que é afinal, para o investigador, a língua dos ‘Lígures’.⁴⁵⁷

A língua a que Martins Sarmiento chama, ironicamente, ‘gloriosa língua céltica’, ‘morreu no continente sem deixar um único representante’ e deixou ‘nada menos de quatro nas Ilhas Britânicas’. A língua ‘lígure’, que era a dos Gauleses e é ainda a dos povos ‘neo-célticos’ das Ilhas Britânicas, é que é para Martins Sarmiento a língua que os celtistas chamam céltica, mas que a impossibilidade de identificação com a dos ‘Celtas’

⁴⁵⁵ ‘Os Tréviros são um povo da Bélgica, de origem germânica e jactando-se desta sua procedência. A língua céltica portanto é, na opinião de S. Jerónimo, quase a mesma que a teutónica’ (Sarmiento 1882a: 124).

⁴⁵⁶ ‘[O]s celtistas interpretaram as palavras de César dum modo diferente do que elas soam; César, mencionando a diferença da “língua, instituições e leis” entre aqueles dois povos, não aludiria a uma diferença de línguas propriamente dita, mas a dialectos de uma mesma língua (Sarmiento 1890-94: 396).

⁴⁵⁷ ‘É porém evidente que no texto de César a língua está na mesma plana que as instituições e as leis. Querirá alguém provar-nos que as instituições e as leis, constitutivas do druidismo gaulês, estavam para as dos Belgas na relação de um dialecto para uma língua?’ (Sarmiento 1890-94: 396-97).

belgas torna impossível que seja céltica, tanto mais que, nas Ilhas Britânicas, elas não aparecem na parte conquistada pelos Belgas, mas em Gales, na Cornualha, na Ilha de Man, na Escócia, lugares ‘onde os Celtas não puseram o pé’ (Sarmiento 1890-94: 398). É este o papel teórico que os Belgas cumprem na narrativa paradigmática de Martins Sarmiento – contribuem decisivamente para a ‘desceltização’ da língua dos Gauleses, indirectamente das línguas ‘neo-célticas’, e, finalmente, e este é o interesse mais claro da teoria interpretativa da Pré-História europeia de Martins Sarmiento, *da língua da Lusitânia*.

Martins Sarmiento tem, porém, um intuito mais específico do que simplesmente demonstrar o germanismo da língua ou das instituições dos Belgas. Como já dissemos em outras ocasiões, a ‘ardente’ teoria do ‘germanismo dos Celtas’, que o autor, sem dúvida perfilha, é apenas trazida para o interior da sua teoria como elemento alicerçado numa confrontação ‘paradigmática’ com evidentes ressonâncias geopolíticas, de modo a poder confrontar as opiniões dominantes dos ‘celtistas’ e poder assim ganhar visibilidade ‘autorizada’ para a sua teoria ‘ligúrica’ da civilização do ocidente.⁴⁵⁸

No domínio da linguística, os Belgas detêm um papel propriamente *geopolítico* muito relevante na geo-historiografia de Martins Sarmiento. No passado como no presente o território belga é uma área de especial ‘tensão’ entre as ‘áreas culturais’ germânica e românica, a que o presente linguístico dá uma espécie de aprovação posterior. É na Bélgica que se pode traçar, *e dentro de uma mesma unidade política nacional*, a linha de distinção entre a língua francesa e neerlandesa.

A geo-historiografia de Martins Sarmiento irá, assim, inserir-se numa confrontação geopolítica mais vasta entre várias interpretações paradigmáticas que a historiografia europeia produzia nessa data, no contexto da oposição entre ‘germanistas’ e ‘celtistas’.

A informação de César sobre a existência de diferenças dialectais entre Celtas do norte (Belgas) e da Gália Central (Gauleses) vai naturalmente ser apresentada como uma marca de influência germânica em territórios atribuídos aos Celtas. É o caso de

⁴⁵⁸ ‘Longe de nós (...) entrar na questão ardente do germanismo dos celtas, doutrina que se diz desacreditada e que todavia, decerto por mau sestro nosso, perfilhamos no essencial; vê-se porém que somos obrigados a tocar nela para esclarecimento do nosso estudo’ (Sarmiento 1882a: 123).

Brandes (*apud* Sarmiento: 1894: 397), para quem essa diferença dialectal entre Gauleses e Belgas ‘implica necessariamente a existência de numerosos Germanos na Bélgica’. Esta posição atribui aos Belgas um carácter ‘de transição’ que os distingue não só dos Gauleses, mas também dos Germanos de além-Reno. É esta posição em tudo ‘intersticial’ que interessa a esta parte de caracterização mais ‘geopolítica’ da regionalização teórica da historiografia de Martins Sarmiento.

Martins Sarmiento fará uso da informação de Brandes para concluir uma *pervivência*, na região dos Belgas, de uma distinção que vem de tempos imemoriais. O facto de a Bélgica do presente (do autor) apresentar duas línguas distintas na sua parte setentrional e meridional, respectivamente germânica e românica, associado ao facto de ser ‘sabido que os Belgas se conservaram até hoje nas conquistas que desde o princípio fizeram aquém Reno’, permitir-lhe-á concluir que em nenhum tempo houve ali uma língua céltica.

Os linguistas, que atribuem aos Belgas uma língua diferente da germânica, a céltica-câmbrica, são forçados a admitir que eles abandonaram a sua língua nacional, os do norte pela germânica, os do sul pela latina. Razão não a dão, nem é fácil descobri-la [Sarmiento 1896d: 158, nota 3].⁴⁵⁹

A regionalização teórica da historiografia europeia centrada na área dos Belgas, oscilava assim entre várias interpretações possíveis que se podem, cremos nós, em termos gerais, resumir às três seguintes:

A interpretação ‘celtista’ identifica os *Belgae* como ‘célticos’, aproximando-os etnicamente dos Gauleses e opondo-os aos Germanos de além-Reno. A Bélgica, nesta interpretação, será vista como uma área que pertence culturalmente à Gália, em cuja parte setentrional terá sofrido alguma influência de povos germânicos que atravessam o Reno e aí se instalam ou pelo menos difundem elementos da sua cultura, nomeadamente ‘raciais’ e linguísticos. No seio desta interpretação a fronteira mais importante está materializada no rio Reno, fronteira durável entre Germanos e Celtas (Gauleses ou

⁴⁵⁹ E segue a explicação: ‘Pode explicar-se que um mesmo povo, igualmente romanizado, abandonasse a sua língua pela dos Romanos, cuja civilização o fascinou; *não se explica que uma parte dela a abandonasse pela dos bárbaros Germanos* [s.n. – note-se o costumado argumento ‘civilizacional’ de Martins Sarmiento]’ (Sarmiento 1896d: 158, nota 3).

Belgas), sendo a fronteira linguística interior da Bélgica desvalorizada e relativizada face àquela, como limite da área de transição e eventual dominância dos primeiros face aos segundos.

Outra interpretação considerará os *Belgae* como uma entidade étnica relativamente autónoma, quer dos seus vizinhos germanos, quer dos gauleses. Neste contexto, que deterá uma especial e natural visibilidade no seio do nacionalismo belga do século dezanove, a região da Bélgica seria considerada como participando das duas áreas culturais vizinhas, a gaulesa e a germânica, sem que, no entanto, pertença inteiramente a qualquer das duas. Esta é uma interpretação de que resulta uma menorização evidente da fronteira linguística interior da Bélgica face ao fortalecimento das fronteiras da etnia belga face a Gauleses e Germanos. É, enfim, aquela que melhor corresponde aos interesses nacionalistas de constituição de uma nação bilingue como viria a ser a Bélgica independente.

Estas duas interpretações têm em comum o facto de considerarem a influência germânica entre os *Belgas* como circunstancial, operando-se entre povos de diferentes famílias étnicas. Em qualquer dos casos ficariam os *Belgae* como detendo a possibilidade de serem ‘célticos’, podendo, assim, transportar a sua língua para as Ilhas Britânicas e comprometer o ligurismo da língua dos Lusitanos. Por isso mesmo, Martins Sarmiento tratará de contrariar o argumento natural de que o ‘carácter germânico’ dos Belgas fosse apenas resultado de influências de vizinhança e proximidade.⁴⁶⁰ Para que a consistência da sua própria teoria não fosse posta em causa, tornava-se absolutamente necessário que os Celtas (os Belgas) fossem um povo germânico.

Uma terceira versão interpretativa, viria a considerar os *Belgae*, ou a sua área de influência e pervivência, como uma região internamente fracturada no contexto de oposição das extensas ‘áreas culturais’ entre as quais se encontra intercalada: os Gauleses e os Germanos. No contexto desta interpretação, a fronteira linguística interior da Bélgica é apresentada como a mais relevante, atribuindo assim cada uma das

⁴⁶⁰ ‘Não se pode objectar que os belgas no tempo de César estariam de tal modo germanizados pelos povos teutónicos, já habituados a passar o Reno, que o seu carácter primitivo se tivesse obliterado. (...) [P]oderia inferir-se, e mal, que entre germanos e germanos alguma diferença haveria; (...) [m]al, porque, nesta passagem, germanos é um mero apelativo (...). Diferenças reais entre diversos povos germânicos nota-as Tácito. Plínio conta entre eles cinco raças (genera).’ (Sarmiento 1882a: 123 e nota 2).

‘metades’, setentrional e meridional da Bélgica, às esferas culturais com que se avizinham. A fronteira linguística e cultural do Reno, a fronteira cultural e simbólica entre Germanos e Gauleses (como o será depois entre Germanos e Romanos e entre Alemães e Franceses) é continuada, não pelo tramo final daquele rio mas pelo limite linguístico que divide internamente a Bélgica entre a Flandres e a Valónia. Esta interpretação, ‘germanicamente’ mais expansiva, é que será a escolhida por Martins Sarmiento para integrar a sua teoria interpretativa do passado pré-histórico da Europa. As ‘duas’ Bélgica são afinal para Martins Sarmiento a expressão local da oposição ‘continental’ entre a ‘barbárie’ e a ‘civilização’.

A Bélgica setentrional é claramente composta por povos germânicos, em tudo idênticos aos de além-Reno, dos quais, de resto, César e Tácito puderam recolher ainda informações de contactos constantes e familiares.

Se se admite, como nós admitimos, que a Bélgica setentrional era a região donde os Belgas, segundo a afirmativa de César, expulsaram os povos anteriores e ficou exclusivamente ocupada por Celtas, que falavam uma língua germânica, enquanto na Bélgica meridional, o elemento céltico era uma grande minoria, como na Gália central, e como nesta a grande maioria ligúrica, e enigma decifra-se com certa facilidade [Sarmiento 1896d: 158, nota 3].

A influência romana na região mais não faria que reforçar esta interpretação. Uma vez que se desenvolveu activamente na Bélgica, mas não para além do Reno, não ‘causaria espanto que uma língua românica obliterasse a indígena’ o que de facto veio a acontecer na parte meridional, ‘*onde provavelmente começava a mistura de Celtas e Lígures* [s.n.]’. Porém, na parte setentrional, onde se encontram ‘os Celtas mais puros’, com o fim da dominação romana assiste-se ao reaparecimento não da língua céltica, mas sim da ‘língua germânica, com exclusão de qualquer outra’ (Sarmiento 1890-94: 397).

Que esta questão toma uma expressão da mais evidente confrontação ‘paradigmática’ com uma regionalização teórica de fundo geopolítico, nota-se no modo como o mesmo argumento pode ser brandido pelas duas partes em confronto: se Thierry, nome incontornável do ‘celtismo’, pôde sustentar que certos povos (Cimbros) eram célticos, porque outros povos célticos (Belgas) os reconheciam como tal, Martins

Sarmento, exactamente com os mesmo argumentos, defenderá que esses mesmos Belgas são povos germânicos, por que reconhecem como germânico o povo dos Cimbros.⁴⁶¹

A Bélgica é, para Martins Sarmento, enquanto fronteira com o mundo ligúrico, uma das áreas em que o ‘império céltico’ demonstra a sua fragilidade civilizacional. É a margem ‘gaulesa’ de resistência à ‘barbárie’ dos povos do Ferro, e o início de uma realidade cultural – os Gauleses – que se irá caracterizar por uma ‘miscigenação’ dos dois mundos em confronto. Ou, o que é o mesmo, no contexto desta narrativa bipolar de Martins Sarmento, uma região que, tendo em tempos anteriores pertencido à ‘civilização’, aos Lígures do Báltico, foi por esta invasão, dos Celtas da Escandinávia, desorganizada e destruída.⁴⁶²

Da Bélgica para ocidente e para sul, já *‘se deu um caso muito diferente* [s.n.]. Já os invasores da Gália Central transigem com os povos conquistados e perfilham a sua civilização’. É a margem ‘gaulesa’ de resistência ao ‘aluvião’ celta, que será replicado em muitas outras áreas da Europa: a Aquitânia, a Cisalpina, e *sobretudo a Espanha*. Este modelo de resistência à invasão céltica tem, na geo-historiografia de Martins Sarmento, a intenção de ‘impedir’ que a ‘onda céltica’ atinja a Lusitânia. Todos estes modelos de margens de resistência, pretendem dar visibilidade a um pormenor entre todos mais importante: a inferioridade ‘civilizacional’ dos povos do Ferro face aos do Bronze, e a necessidade que os povos celtas tiveram, quando contactaram com os povos ligúricos mais civilizados, de os escravizar ou de a eles se associarem, sempre na convicção de que nunca os poderiam propriamente ‘aculturar’ (cf. Guerra 2001).

⁴⁶¹ ‘Thierry, por exemplo, para mostrar que os cimbros são celtas, tira da maneira, por que os belgas, tigurinos, e tectosages de Tolosa recebem estes invasores, argumentos frisantes a favor da afinidade da raça e da língua entre todos estes povos’. ‘As observações de Thierry são perfeitamente justas; a diferença é que os cimbros são germanos para Tácito, quere dizer, para o escritor antigo que melhor estudou os germanos’ (Sarmento 1882a: 123 e 124). Esta última frase remete para uma característica muito clara na historiografia de Martins Sarmento: a autoridade que reconhece ao testemunho dos autores clássicos quando confrontados com a crítica dos autores seus contemporâneos.

⁴⁶² ‘A contar da Escandinávia até à Bélgica, onde a grande massa de invasores se fixou desde o princípio até hoje, formando ali uma segunda pátria, o mundo ligúrico ficou completamente destruído.’ (Sarmento 1890-94: 399). Atente-se no ‘cronotopo’ atemporal que podemos ver revelado nestas expressões, ‘desde o princípio’ ou ‘completamente destruído’. Repete-se em muitas outras proposições deste autor, e especialmente na *vacua gleba* do NW da Península Ibérica.

A fronteira que detém a força expansiva dos Celtas é constituída por esses povos, que, ou a eles se opõem terminantemente numa linha de absoluta separação, como é o caso na Câmbrria e no Danúbio, ou que, de uma forma superficial e momentânea,⁴⁶³ com eles são obrigados a transigir: destes últimos, os mais notáveis pela história são naturalmente os Gauleses e os Celtiberos. Para além deste enorme território de relativa resistência indígena, estendem-se as regiões que, pela sua posição, estão defendidas, por aqueles mesmos, da perturbação céltica, lugares a que se os Celtas chegam, fazem-no já enfraquecidos e sem outra possibilidade que não seja a de se sumirem na forte realidade etnogénica pervivente; territórios que assim mantêm intocada a sua identidade anterior à perturbação céltica; povos que, no noroeste da Península Ibérica tomam o nome de Lusitanos.

A visibilidade geo-historiográfica que Martins Sarmiento permite aos Belgas no contexto da sua teoria interpretativa do passado e, mais especificamente, do ‘problema do celtismo’ da Lusitânia, prende-se com o reconhecimento de alguns atributos que os tornam únicos na ‘geografia cultural’ da Pré-História europeia: em primeiro lugar, para Martins Sarmiento, os Belgas são *Celtas puros*⁴⁶⁴ e, por isso, todas as suas características antropológicas e etnográficas podem servir de paradigma de uma definição dos atributos propriamente ‘célticos’, com que possa aferir da celticidade de todos os outros grupos étnicos, especificamente os Gauleses, peça central na teoria histórica do autor; em segundo lugar, ocupam uma área com vestígios dolménicos que serão, no seio na mesma teoria interpretativa, atribuídos a um povo ‘do bronze’ que os precedeu nas margens do Báltico, os *Lígures*; finalmente, porque foram responsáveis pela invasão ‘germânica’ da Grã Bretanha, potenciando assim, entre os povos das Ilhas Britânicas, movimentações cujos efeitos se vieram a sentir no noroeste da Península Ibérica, a Lusitânia ‘primitiva’ de Estrabão.

⁴⁶³ ‘Assim em todos esses países, desde que cessou a anarquia causada pelas brutais invasões estrangeiras, a civilização ligúrica retomou a sua marcha e a barbárie dos intrusos foi-se diluindo nela, do mesmo modo que a sua raça, absorvida pela grande maioria das populações indígenas, ia degenerando insensivelmente (Sarmiento 1890-94: 399).

⁴⁶⁴ ‘Mas já notámos também que uma “civilização céltica” deve ser procurada nos países em que estes conquistadores viveram sem mescla de povos pré-existentes, e que num deles, a Bélgica, donde positivamente sabemos que os haviam expulsado, ninguém encontrou nunca senão a barbárie germânica’ (Sarmiento 1890-94: 411).

A área da Escandinávia até à Bélgica é, no contexto da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, a primeira que recebe o choque da invasão céltica desde o momento em que este povo surge nas vizinhanças do Báltico, vindo da Escandinávia. Sendo assim, a região dos Belgas, nomeadamente a da sua parte setentrional, no modo como se seguia à área que de que os Lígures haviam sido expulsos, nada mais que a ‘barbárie’ poderia ser encontrada:

O mesmo [não encontrar nada] (...) senão a barbárie germânica, (...) sucedia desde a Bélgica até ao Báltico; mas sabemos também pelo périplo fenício do século VI que os Celtas, descidos da Escandinávia, se estream na cena histórica, promovendo pelas suas ferozes devastações a emigração em massa dos Lígures da margem do Báltico, mal podendo duvidar-se que desde o Báltico até à Bélgica, os Celtas e os Germanos, que se lhes seguem, *se substituíram aos Lígures da geografia fenícia* [Sarmiento 1890-94: 411; s.n.].

É a estes ‘Lígures da geografia fenícia’ a que, no entender de Martins Sarmiento, se deve atribuir a construção dos monumentos megalíticos que se estendem por toda a região. Os ‘dólmens’ eram considerados como pertencendo a essa ‘civilização micénica’ que se estendia desde a Ásia Menor até ao ocidente da Europa, e que punha directamente em contacto as descobertas de Micenas e Sabroso ou Briteiros. De nenhum modo poderiam ser obra de ‘Celtas’, povo do ferro e sem ‘civilização’ suficiente para tal.

Assim, se a Arqueologia pode recolher monumentos do ‘povo dos dólmens’ em áreas habitadas por povos de origem céltica e germânica, isso apenas significa que a força das armas falou mais alto que o requinte da civilização. O que para Martins Sarmiento é de todo inadmissível é que tais monumentos possam ser senão ligúricos, como bem o demonstra a sua existência, nas Ilhas Britânicas, justamente em áreas em que os Celtas ‘nunca entraram’. São indiscutivelmente ‘memórias *dum mundo extinto e sobre o qual se alastrou a barbárie dos seus destruidores*’.⁴⁶⁵

⁴⁶⁵ E segue a argumentação, agora na tradução moral a que permite a cultura material (e cf. Binkley 2000, sobre o carácter activo da cultura material enquanto forma de organização do discurso): ‘No domínio moral temos provas no mesmo sentido. Não se explica a falta de instituições druídicas entre os Belgas, que expulsaram das suas conquistas os povos anteriores e a sua existência na Câmbrria, onde os Celtas nunca puseram o pé, e na Gália Central,

Existe porém um facto que gostaríamos de sublinhar na teoria interpretativa de Martins Sarmiento. Trata-se de uma característica que o autor atribui aos povos ‘do ferro’ de escolher sempre os mesmos caminhos de migração, algo a que poderíamos dar o nome de ‘facilitação geográfica’. Este termo pretende dar conta do facto de, para Martins Sarmiento, o elemento geográfico presente na rota das migrações dos povos mais setentrionais ser um elemento de identificação étnica. As vagas de migrantes ir-se-iam sucedendo aproveitando o caminho e a presença dos povos da mesma ‘civilização’ que os haviam antecedido. Quase não é necessário chamar a atenção para o profundo idealismo que dá sentido a esta proposição. É mais uma manifestação da temporalidade a-histórica que se pode constatar na obra de Martins Sarmiento, da qual daremos conta, ao nível propriamente ‘metafísico’, noutra parte deste trabalho. Em termos concretos, de interpretação histórica, em que consiste pois esta ‘facilitação geográfica’?

Para Martins Sarmiento, os Belgas são apenas ‘mais uma vaga’ dos inúmeros povos que o norte germânico espalhou sobre o ocidente ‘ligúrico’ e o sul ‘mediterrâneo’, estes dois sendo considerados como representantes da civilização ariana que inicialmente cobria todo o território da Europa:

[T]empos depois [de os Celtas terem expulsado os Lígures do Báltico], talvez não muito posteriormente aos do anónimo, outras hordas com o nome de Belgas atravessam o Reno, expulsam daí os povos pré-existentes, e tal era a sua cultura e tal a sua maneira de compreender a civilização, que nem comerciantes admitiam nos seus novos domínios (Sarmiento 1896d: 74).⁴⁶⁶

Deste suposto ‘reconhecimento’ e ‘familiaridade’ entre os povos que se sucedem em vagas migratórias, e escolhendo os mesmos caminhos, conclui-se a unidade étnica de povos que podem estar separados por longos períodos de tempo na cronologia histórica, ou separados por extensas áreas na distribuição territorial. Este não é, porém, um elemento de teoria histórica exclusivo nem inovador em Martins Sarmiento: de facto, ele

onde suposto dominassem, sabemos que conservaram a população indígena, não se explicam estes factos, sem admitir que o druidismo era o sistema religioso das populações pré-célticas do norte e que desapareceu onde a conquista bárbara as exterminou, persistindo tenazmente onde elas se mantiveram, quer livres, quer subjugadas’ (Sarmiento 1890-94: 411).

⁴⁶⁶ Segundo o testemunho de César (92 ss.).

próprio refere que ‘alguns factos da invasão cimbérica, tais como a facilidade com que os Teutões e Cimbrós *se entenderam* [s.n.] com os Belgas e com os Volcos da Aquitânia, que muitos consideram como um ramo dos Belgas, concluía Thierry que só *a identidade de raça e da língua podia racionalmente explicar esta rápida fraternização* [Sarmiento 1890-94: 395; s.n.]’⁴⁶⁷

Existe contudo uma distinção importante entre os movimentos migratórios do século sétimo, em que os Celtas expulsam os Lígures do Báltico e as correspondentes migrações dos Belgas, um par de séculos mais tarde. É que, ao contrário dos primeiros, estes vão atravessar o canal em frente à Morínia e internar-se definitivamente nas Ilhas Britânicas, especialmente no seu lado oriental. Este facto terá algumas influências históricas concretas na etnogenia da Península Ibérica, ainda que não ponha em risco a natureza ‘ariana’ das suas populações, constituindo um contexto específico da elaboração ‘paradigmática’ da teoria interpretativa de Martins Sarmiento, pela oposição que será necessário fazer aos ‘celtistas’ quanto à natureza e extensão da influência céltica naquelas Ilhas. Uma vez que toda a questão linguística se desenvolve em redor da filiação étnica dos dialectos ‘neo-célticos’, quase se torna desnecessário sublinhar o relevo que tais factos virão a deter na geo-historiografia do autor.

O tipo físico das populações do oriente das Ilhas Britânicas, infere-o Martins Sarmiento a partir da descrição dos Caledónios, feita por Tácito, de cabelo ruivo, alta estatura, *denunciando uma origem germânica* (Tácito: 45 e ss.), e em oposição a estes, a raça que a população que aproximava aos Sílures⁴⁶⁸ da península de Gales, a quem o mesmo historiador atribuía um tipo ‘ibérico’ (Tácito: 41 e ss.). Para Martins Sarmiento, a atenção que o facto merece a Tácito é a demonstração clara de que ‘o contraste das raças era mais do que acentuado’ (Sarmiento 1882a: 118). Veremos que será justamente a partir desta ‘autorização’ de Tácito, o historiador grave e respeitado pela crítica

⁴⁶⁷ ‘Não esqueça que os Cimbrós e Teutões são germanos, mesmo no entender de quase todos os celtistas contemporâneos (...) que na sua excursão para o sul *seguiram o exemplo e o caminho dos Celtas*; que escolheram a Bélgica, para aí depositarem os seus tesouros, deixando ao mesmo tempo uma das suas tribos, os Aduáticos, que ali se conservaram sempre’ (Sarmiento 1890-94: 395).

⁴⁶⁸ Martins Sarmiento usa este nome como sinónimo de todos os povos da península de Gales: ‘Sílures, Ordovices e Demetas. *Brevitatis causa* só empregaremos o nome dos primeiros’ (Sarmiento 1890-94: 390, nota 1).

contemporânea do autor, que Martins Sarmiento justificará o ‘limite civilizacional’ entre as culturas ‘germânica do ferro’ e a ocidental do ‘bronze’.

Martins Sarmiento, com o intuito de demonstrar que a Câmbría é a região por excelência de dilucidação dos problemas que o opõem aos ‘celtistas’, sente a necessidade de justificar ‘positivamente’ que a invasão céltica das Ilhas Britânicas não ultrapassou a parte oriental da Inglaterra. Esta demonstração é sumamente necessária na sua teoria interpretativa do passado porque se tornava fundamental poder atribuir à península de Gales uma tripla qualidade: que possuísse uma língua chamada ‘neo-céltica’, que interpretava os vestígios da língua da Gália, no que todos, celtistas ou não celtistas, estavam de acordo; em que não existisse o tipo racial nórdico, ‘da raça setentrional, de olhos azuis, cabelos louros ou ruivos, corpulência pouco vulgar’ (Sarmiento 1882a: 118), apoiando-se na descrição de Tácito; e, finalmente, um povo em que o druidismo fosse uma realidade incontestável. Ora os Belgas, funcionarão, no contexto desta manobra teórica e especificamente no quadro da invasão das Ilhas Britânicas, como o *oposto* de todos estes atributos:

Não me posso furtar a um último reparo. É óbvio que, se a civilização céltica tivesse sobre os povos meridionais, já mais ou menos cultos, uma tão prodigiosa influência que os transformou moralmente, *por força de maior razão havia de transformar os bárbaros Germanos*, e tanto mais que a sujeição em que muitos deles viveram por séculos debaixo do governo dos Celtas é admitida por autoridades insuspeitas.⁴⁶⁹ A civilização e língua célticas devia portanto criar raízes profundas tanto na Bélgica, como da Bélgica para o norte. Não é isso que se vê; antes pelo contrário.

A intenção mais óbvia de Martins Sarmiento ao referir-se a estes povos ‘célticos’ nas Ilhas Britânicas é o de recolher a autoridade dos historiadores romanos que testemunharam a confrontação e distribuição geográfica entre dois povos *antropologicamente* distintos, ‘de modo a não permitir dúvidas sobre as profundas diferenças fisiológicas que os separavam’ (Sarmiento 1882a: 118).

⁴⁶⁹ Martins Sarmiento refere-se especialmente a Arbois de Jubainville e Müllenhoff, sob a autoridade do testemunho de César (349 e ss.).

No contexto da Etnografia da época, os povos de origem céltica que habitavam nas Ilhas Britânicas seriam os Caledónios e os Belgas.⁴⁷⁰ Nesta identificação está Martins Sarmiento de acordo, mais a mais porque reconhece na espada de ferro utilizada pelos Caledónios aquela que usavam os celtas do sul, que tanta fama havia ganho entre os romanos (Sarmiento 1882a: 118).⁴⁷¹

A cronologia de tal ocupação não é segura, pois se César parece recolher da memória local elementos que caracterizavam uma relação continuamente reforçada, o uso da palavra *antiquitus* permite a Martins Sarmiento situar tal invasão alguns séculos antes. Todavia, uma vez que a informação do anónimo, que narra, sob a voz de Avieno, o périplo da *Ora maritima*, não conhece nenhuns Celtas nas Ilhas Britânicas, Martins Sarmiento conclui não se poder fazer remontar essa invasão a momentos anteriores ao século sexto (Sarmiento 1882a: 118).

O que porém é certo para Martins Sarmiento é a solidez do argumento que lhe garante que a linha de divisão entre Belgas e Caledónios, por um lado, e os povos pré-célticos, descendentes dos Lígures que os celtas do século sexto haviam expulsado para Inglaterra, não admitia espaços de sobreposição.

São vários os elementos ‘factuais’ com que Martins Sarmiento justifica a oposição geográfica entre as duas culturas ‘céltica’ e ‘ligúrica’. Nomes tipicamente ‘célticos’, i.e., que podiam também detectar-se em povos considerados célticos da Europa continental, como os nomes terminados em ‘-rix’, se se encontram nas Ilhas Britânicas, ocorrem apenas na metade ocidental da Inglaterra, justamente a área que é ocupada pelos Belgas invasores, vindos do continente, estando completamente ausentes na área oriental em que habitavam os Sílures e demais povos ‘neo-célticos’ (Sarmiento 1890-94: 355 e nota 3).

⁴⁷⁰ ‘Para todos os etnografistas os celtas desta ilha são representados pelos caledónios e pelos belgas’ (Sarmiento 1882a: 118). Os Caledónios habitavam a região da moderna Escócia, e são na historiografia romana um dos limites que o Império não logrou ultrapassar (materializado nas duas estruturas defensivas bem conhecidas, os ‘muros’ de Adriano e Antonino); os Belgas, após terem atravessado o Canal em frente à Morínia, habitavam o sudeste da Inglaterra, onde César os identifica (91 e 249).

⁴⁷¹ Esta filiação cultural permitir-lhe-á levar o traçado da linha ‘galático-céltica’ de Bertrand, que é afinal a sua linha de oposição entre ‘Lígures’ e ‘Celtas’, até às Ilhas Britânicas.

Por outro lado, e como já foi referido, a distinção das raças, presente na descrição de Tácito, que havia impressionado tão vivamente Martins Sarmiento, mostrava uma raça ‘céltica’ a oriente – os Belgas que ‘em tempos recentes tinham conquistado o sudeste da ilha’ – e uma raça totalmente diferente, a ocidente, na Cornualha e na península de Gales, de que o historiador romano justamente faz destacar o tipo ‘ibérico’. Martins Sarmiento é muito claro em acentuar que, neste caso, e ao contrário do que possa ter ocorrido na área continental, o ‘contraste dos dois grupos *era de tal sorte saliente, que o historiador romano o acentua muito intencionalmente* (Sarmiento 1890-94: 390). Esta diferenciação estremada dos dois povos, a partir das diferenças profundas notadas entre os tipos físicos correspondentes, feita a partir dos testemunhos autorizados dos historiadores romanos César e Tácito, não tinha outra intenção que não fosse, de facto, a de apresentar os Sílures, Demetes, Ordovices e Dumnónios, isto é, os povos ‘neo-célticos’ da Inglaterra, como povos indubitavelmente ‘pré-célticos’. Nesta manobra conceptual – a transição de ‘neo’ a ‘pré-célticos’ reside toda a estratégia de Martins Sarmiento quanto à etnogenia da Câmbrria e ao papel nela jogado pelos Belgas. Pela figura da oposição estrutural, os ‘Celtas puros’ (os Belgas) garantem aos povos da Câmbrria a necessária pré-celticidade que a teoria etnogénica de Martins Sarmiento exigia (Sarmiento 1890-94: 390).

Finalmente, se as diferenças de tipo físico e de língua não fossem ainda argumentos suficientes,⁴⁷² Martins Sarmiento faz notar um outro mais, que garante aos Sílures e demais povos da Câmbrria uma diferença abissal dos Belgas, reforçando assim a sua distinção e mesmo oposição estrutural. O druidismo era considerado como uma característica dos povos célticos, estando largamente reconhecido entre os Gauleses e os povos da Câmbrria. Desta coincidência retiravam os ‘celtistas’ a argumentação de que uns e outros eram da mesma família étnica, especificamente céltica. O instrumento retórico utilizado por Martins Sarmiento replica o utilizado para a distinção entre o tipo físico ou a língua, apenas com uma distinção importante, que é a da *precedência* do elemento étnico considerado. Em primeiro lugar, como fez nos casos anteriores, trata de retirar credibilidade à filiação ‘céltica’ do druidismo, fazendo notar que esta instituição,

⁴⁷² Não se esqueça que da invasão da Inglaterra pelos Belgas ‘dataria [segundo os celtistas] o predomínio da língua dos Celtas na Inglaterra, e designadamente na Câmbrria, onde se conservou até hoje’ (Sarmiento 1896d: 101).

tão importante e estruturante da civilização céltica, não se encontrava entre aqueles Celtas que justamente mais puros, se podiam considerar: os Gálatas e sobretudo os Belgas.

Estando já anteriormente retirada a qualidade céltica aos Gauleses, só a migração de povos belgas poderia levar o druidismo até às Ilhas Britânicas, especificamente a Inglaterra. Ora ‘É claro que os Sílures não podiam copiar dos Belgas, únicos celtas de Inglaterra, repito, instituições que estes não tinham’, afirma Martins Sarmiento, remetendo a perenidade de tal proposição à invulgar pervivência do celtismo no seio das teorias interpretativas da Pré-História europeia.⁴⁷³ Nesta proposição, o papel de possível celticidade que os Gauleses podiam operar tinha sido adequadamente ‘esvaziado’ por Martins Sarmiento. Só pela invisibilização conceptual a que o autor obriga os Gauleses a passar, pode esta oposição estrutural entre Câmbrios e Belgas funcionar devidamente. Em segundo lugar, e muito *significativamente*, Martins Sarmiento não deixará de recordar que o druidismo da Gália era subsidiário do dos Sílures, pois era entre estes que se situavam as escolas onde os druidas da Gália viriam aprender o seu ofício. Com esta hierarquização da classe ‘cultas’, mais não faz do que atribuir uma primazia civilizacional aos Lígures ‘puros’ das Ilhas Britânicas quando comparados com os Lígures já ‘miscigenados’ da Gália.⁴⁷⁴

Existe ainda uma presença quase directa dos Belgas na narrativa da teoria etnogénica da Lusitânia. Os Belgas são, *mais um* dos povos que o norte ‘tinha de vomitar’ contra o sul.⁴⁷⁵

⁴⁷³ ‘Por Tácito sabemos que a civilização dos Silures era a druidica; e por César sabemos igualmente que os Belgas não possuíam instituições druidicas (...) Tão claro e decisivo é tudo isto, que chega mesmo a surpreender como o celtismo moderno tem podido descobrir na civilização silúrica o cunho de uma civilização céltica’ (Sarmiento 1890-94: 390).

⁴⁷⁴ ‘Ora [o] druidismo (...) na Silúria [era] *de tal sorte o mesmo, que os neófitos do continente vinham aqui estudá-lo.*’ (Sarmiento 1890-94: 392). Seria justamente por os Equites celtas, entre os Gauleses, se terem deixado dominar culturalmente pela ‘cultura druidica’ que seriam objecto de desdém por parte dos Belgas, Celtas ‘puros’: ‘Escusado é acrescentar que o nome de celtas podia ser uma honra para a aristocracia gaulesa e um desprezo para os seus vizinhos belgas’ (Sarmiento 1882a: 123).

⁴⁷⁵ Quase não é necessário fazer referência ao poder escatológico desta expressão, bem como da carga metafísica que, através dela, podemos identificar na estruturação da ‘filosofia da história’ de Martins Sarmiento: [D]ir-se-ia que

Os primeiros, os Celtas do périplo, ficaram na posse de todo o tracto de terra que se entendia entre a Escandinávia e o Reno, expulsando definitivamente dessas paragens os povos ligúricos que haviam consolidado a civilização do bronze. Uma vez essa estrada aberta, por ele foram descendo as mais diversas ‘hordas bárbaras’,⁴⁷⁶ de cujas movimentações foi resultando o engrossamento das correntes migratórias de povos lígures em fuga, quer para Inglaterra, se dominassem as técnicas de navegação, quer para as áreas continentais do noroeste do território francês. Dentre eles, alguns atingiram, por qualquer uma daquelas duas origens, o noroeste da Península Ibérica: chamavam-se Lígures e Draganes e terão chegado a esta região ao redor do século sétimo, encontrando uma terra que uma ‘invasão de serpentes’ havia deixado deserta (Sarmiento 1896d: 87).

Existe, porém, uma singularidade dos Belgas no contexto da narrativa etnogénica da Península Ibérica, por parte de Martins Sarmiento. A cronologia da primeira ocupação da Inglaterra, considera-a o autor como sendo dos séculos quinto e quarto. Neste tempo já o périplo de Avieno, que não conhecia ainda Belgas nem Celtas nas Ilhas Britânicas, mas tão só Lígures, identificava também Lígures e Draganes no noroeste da Península Ibérica. Porém, o mesmo documento referia dois povos os Sefes e os Cempses, como habitando a sul dos anteriores. Estes povos, porém, desaparecem das fontes de cronologia imediatamente posterior, aparecendo em seu lugar, em todo o território anteriormente ocupado por eles, os Lusitanos. É justamente esta expansão dos Lusitanos sobre os Cempses que Martins Sarmiento admite poder ter sido causada pela invasão dos ‘Celtas’ (Belgas e Caledónios) sobre os Lígures das Ilhas Britânicas, argumentando com o facto de ser céltico o nome ‘Britânicas’ dado àquelas ilhas por Píteas, numa

os Celtas nada mais são que a vanguarda dessa infinidade de povos bárbaros que o norte *tinha de vomitar* contra o sul, até aniquilar as civilizações mediterrâneas (Sarmiento 1880a: 44).

⁴⁷⁶ ‘Já dissemos que os escritores antigos unanimemente nos pintam estas hordas como verdadeiros bárbaros, desconhecendo ainda todas as comodidades da vida, exclusivamente ocupados com a guerra e a rapina, levando a devastação a toda a parte e adoptando a civilização dos povos com que se misturaram, quando se cansaram das suas excursões de nómadas. Há nisto alguma exageração?’ (Sarmiento 1890-94: 411).

cronologia não muito posterior à do périplo, que as conhece ainda pelos nomes, para o autor ligúricos, de Albion e Hierne.⁴⁷⁷

Aos Belgas estava, por fim, também reservado um papel activo na etnogenia da Península Ibérica e, especificamente, da Lusitânia ‘primitiva’, a região sarmentiana por excelência. Na narrativa histórica de Martins Sarmiento, as movimentações e guerras, contactos e influências por que passam os povos de diversas e até longínquas regiões, têm sempre uma finalidade local, uma ‘causalidade final’, quase um desígnio, que é o de garantir pureza da árvore genealógica na etnogenia dos Lusitanos e, desse modo, dos Portugueses.

Na ‘metafísica narrativa’ dos Belgas podem detectar-se alguns passos que contribuem para a caracterização final da etnogenia dos Lusitanos e da sua relação íntima e familiar com os restantes povos ‘ligúricos’ do ocidente, nomeadamente, neste caso, com os povos da Câmbrria.

A invasão dos Belgas da Inglaterra é afinal o ‘desígnio’ cumprido do receio dos Lígures do Báltico de que os seus invasores ‘Celtas’, após os terem expulsado das margens do Reno, e obrigado a refugiar-se na Ilha da Inglaterra, os pudessem ainda perseguir no seu novo país.⁴⁷⁸ Este receio ‘arquetípico’, pudera Martins Sarmiento reconhecê-lo através do anónimo que, sob a voz de Avieno, o testemunhara nas páginas da *Ora marítima*. Mas esta invasão é, sobretudo, mais um episódio da ‘luta eterna’ entre a ‘barbárie’ e a ‘civilização’. A invasão da Inglaterra pelos Belgas é um episódio mais da resistência do povo ‘do bronze’ às investidas do povo ‘do ferro’. A ‘perturbação’ que os Belgas levam às Ilhas Britânicas, referida por Martins Sarmiento, é mais do que uma perturbação bélica, é a desorganização de um mundo civilizado, com agricultura, olimpo e literatura e a sua substituição pela guerra, pela nomadismo, e pela

⁴⁷⁷ ‘Se a ocupação do território dos cempses é devida a uma superabundância da população lusitana, se à acessão de novas tribos ligúricas que vieram doutra parte, é uma questão que provavelmente nunca se resolverá. É porém muito verosímil que este facto coincida com a invasão céltica nas ilhas britânicas.’ (Sarmiento 1880a: 59).

⁴⁷⁸ ‘[T]empos depois [de os Lígures expulsos do Báltico se terem refugiado na Inglaterra] os Belgas, que vieram após os Celtas propriamente ditos, deram razão às antigas apreensões dos Lígures de Douvres [Dover], atravessando o canal da Mancha e levando à famosa ilha dos Albiões uma perturbação fácil de imaginar’ (Sarmiento 1896d: 101).

irreligiosidade – fenomenologicamente, é enfim a vitória das ‘trevas célticas’ sobre o *Agni* ariano.⁴⁷⁹

A invasão da Inglaterra pelos Belgas é, por isso, não só um episódio militar, mas a apresentação e *representação* da degradação da civilização, por um lado (o ocidental) e a sua resistência por outro (a oriente). Na Câmbrria, onde se recolheram as tribos da Inglaterra, que os Belgas procuravam conquistar e subjugar, pôde ainda assim a civilização ‘solar’ dos arianos ‘salvar, contra a fúria dos bárbaros invasores, a sua independência’.⁴⁸⁰ Da defesa corajosa dos Câmbrrios, pôde a ‘linha limite’ entre a barbárie e a civilização ser detida a meio da Ilha da Inglaterra, salvaguardando, assim, até ao presente, a legitimidade ‘ariana’ das civilizações de Gales, Cornualha e Irlanda.⁴⁸¹ Uma linha da mesma natureza será traçada por Martins Sarmiento na Península Ibérica, com o único intuito de separar Lusitanos de Celtiberos, a expressão hispânica da *civilização* e da *barbárie*:

No tempo de César a linha que separava o mundo celto-germânico do mundo ligúrico *era a Bélgica*; a sua expressa afirmativa sobre o germanismo dos Belgas, a afirmativa não menos expressa sobre a radical diferença de

⁴⁷⁹ Esta oposição entre as trevas e a luz, é tratada por Martins Sarmiento no contexto de várias lendas gregas e tradições populares portuguesas e é, quanto a nós, uma das mais profundas estruturações metafísicas da sua narrativa histórica. Vd., e.g., Sarmiento 1894. Além das considerações propriamente mitológicas que faz sobre as divindades solares, como Agni, Apolo ou Hélios, Martins Sarmiento utiliza os termos ‘escuros’ normalmente para os associar, não só às divindades das ‘trevas’, como Saturno, Cronos, etc., mas também para descrever a natureza e a *localização* dos povos bárbaros. É por isso que cremos ser tão importante a origem escandinava dos povos ‘do ferro’ defendida a todo o transe por este autor. Não se trata apenas de uma questão de geografia histórica ‘factual’; é também uma oposição estrutural, e decerto inconsciente, entre o ‘sol’ do Mediterrâneo e a ‘longa noite’ do mar do Norte.

⁴⁸⁰ ‘Esta decadência [da vida social da ‘civilização do bronze’ nas Ilhas Britânicas] será consideravelmente agravada, quando os Belgas, atravessando o canal, realizarem os temores dos Lígures, subjugando-os, bem como outras populações da parte oriental [*sic*; por ‘ocidental’?] da ilha, forçando as outras a concentrar-se na Câmbrria (...). Este último desastre ainda não se tinha verificado no tempo do anónimo [‘narrador’ do périplo de Avieno]’ (Sarmiento 1896d: 74).

⁴⁸¹ ‘No entanto é fácil de provar até à última evidência que nem os Belgas, nem algum povo céltico, dominou nunca na Câmbrria. Por César e Tácito sabemos muito bem que os Silures, Ordovices e Demetas, nos quais ninguém deixa de reconhecer os antepassados dos Câmbrrios actuais, tinham um tipo físico absolutamente diferente dos Belgas invasores’ (Sarmiento 1896d: 101). ‘Que as coisas deviam ter-se passado pouco mais ou menos assim, basta ver que as instituições druídicas, inquestionavelmente pré-célticas, puderam atravessar todas as revoluções políticas da Gália, conservando até depois da conquista romana as suas enormes prerrogativas’ (Sarmiento 1882a: 120).

“língua, instituições e leis” entre os Celtas da Gália Central e os Celtas da Bélgica, e o facto de não se conhecer da Bélgica para o norte outra língua, outras instituições e outras leis que não sejam germânicas, *são para mim provas irrefutáveis desta verdade*, e livram-me de transigir com o absurdo de aceitar a hipótese de uma civilização céltica tão possante, que *transformou moralmente os povos cultos do sul, e tão impotente contra a barbárie dos Germanos*, que se deixou transformar por ela, perdendo a sua prodigiosa cultura, língua e tudo. Provavelmente se o povo romano se não tornasse *o campeão da civilização contra a barbárie* (...) a civilização romana que *revivificou o mundo ligúrico* teria morrido à nascença, *sufocada pela avalanche de bárbaros*, que [posteriormente, o veio a inundar] no século V da nossa era [Sarmiento 1890-94: 399].⁴⁸²

Neste momento podemos já levantar a questão: o que são os Gauleses para Martins Sarmiento? A resposta pode ver-se nas suas próprias palavras:

‘Para nós (...) os galos são um povo muito diferente dos celtas e muito mais velho do que eles. A este ramo parece pertencerem os ombrios, pré-etruscos (veteres galli) e os callaici, gallaici, de Espanha’ [Sarmiento 1882a: 104, nota 1].

Uma vez comprovada, do seu ponto de vista, a origem ‘germânica’ dos Belgas, e por identidade física e moral, a da classe dos cavaleiros, que dominaram o povo que encontraram após atravessarem o Reno, os Gauleses, o todo da população que esses mesmos povos célticos dominaram, são, para Martins Sarmiento, os verdadeiros Gauleses.

O seu tipo físico é o ‘dos habitantes da Basse-Bretagne’, que as investigações de Broca identificaram na ‘maioria da população da Gália Central’ e que Topinard distinguia do tipo físico dos chefes, que exibiam caracteres do tipo nórdico (Sarmiento 1882a: 122, nota 4). Um tipo físico afinal semelhante ao dos Sílures, descrito por

⁴⁸² Os sublinhados são nossos. Já antes fizemos referência a esta metáfora ‘aluvionar’ que se pode identificar nos textos de Martins Sarmiento. Nela, os povos do norte são sistematicamente comparados a uma espécie de invasão descontrolada, de uma enchente (aqui, uma avalanche) que remete para a destruição de um mundo prévio ordenado e progressivo. Numa fenomenologia mais vasta, é afinal uma luta vital do *cosmos* contra *caos*, na qual a Lusitânia se identifica como um dos poucos bastiões em que a civilização se pôde defender com sucesso.

Tácito, que Belloguet havia eleito como o representante dos Lígures na Gália (Sarmiento 1890-94: 391).

O tipo físico da maioria da população francesa, identificado pelos ‘antropologistas’, e a sua semelhança profunda com a descrição dos Sílures, que são para Martins Sarmiento, Lígures ‘puros’, uma vez que descendem dos que haviam sido expulsos do Báltico pelas primeiras invasões célticas, e obrigados a confinar-se na península câmbrica, por força da invasão posterior da parte oriental da Inglaterra pelos Belgas e demais povos célticos que atravessaram o estreito, não deixam dúvidas no espírito de Martins Sarmiento que, ao contrário da Bélgica, região em que a invasão dos Celtas (germanos) expulsou total e definitivamente as populações ligúricas que aí viviam, no caso da Gália, estas populações mantiveram-se nos lugares em que viviam, e puderam mesmo manter as suas tradições. Os ‘Celtas invasores’ da Gália Central, como não puderam expulsar as populações que aí encontraram, ‘limitaram-se a escravizá-las’ (Sarmiento 1890-94: 391).

Os Gauleses de Martins Sarmiento são os legítimos representantes do ‘povo dos dólmenes’ que, vindo do oriente, ‘aparece nas margens do Báltico, vai descendo pela costa ocidental da Gália’, atravessa o estreito até às Ilhas Britânicas, até chegar, finalmente, ao noroeste da Península Ibérica (Sarmiento 1880a: 48).

A natureza ariana do fundo populacional da Gália é afirmado pela existência, na parte do seu território que ficou incólume às invasões germânicas, pela existências de abundantes vestígios dolmênicos, sendo afirmada, igualmente, pelas tradições druídicas que consideravam que parte da população do país ‘descendia de colónias dórias e de colónias troianas’ (Sarmiento 1880a: 48).

Dos seus deuses, dizia César que eram os mesmos das outras nações, identificando, de entre eles, ‘Mercúrio, Apolo, Marte, Júpiter, Minerva’ (Sarmiento 1884a: 189). Os nomes indígenas que essas divindades podiam ter⁴⁸³ ‘foram decerto substituídos por outros, segundo o costume dos antigos, mas esta substituição era regulada pela identidade da biografia e das funções de divindades acareadas’ (Sarmiento 1896d: 124),

⁴⁸³ Para Martins Sarmiento, um deles, seria decerto Bormânico, a que nos referimos anteriormente, deus das fontes que, também presente na Ligúria e na Lusitânia, Martins Sarmiento reiteradamente faz questão de desligar de qualquer influência céltica (Sarmiento 1884a: 184).

o que, para Martins Sarmiento, é uma demonstração mais da comunidade de origem de todos estes mitos e expressões de religiosidade, assim garantindo o arianismo essencial dos povos da Gália que honravam esses cultos.⁴⁸⁴

No contexto desta *interpretatio* seria particularmente significativo o carácter de uma divindade honrada pelos Gauleses, cujos atributos levaram César a compará-lo com Júpiter e Martins Sarmiento a incluí-lo no conjunto de divindades e cultos que, do seu ponto de vista, se referiam a um culto ariano do ‘deus ou herói solar’ (Sarmiento 1889: 329). Estes heróis e divindades diversas relacionadas com o culto solar, representavam o *céu diurno*, configurando, na estrutura mitográfica que recolhe a história comum de todos estes povos arianos, o culto de *Agni*, que podia ser conhecido através da antiga literatura védica dos árias. Representam afinal a conquista da ‘civilização’ sobre a ‘barbárie’, distinção sempre presente na estruturação da psicologia da pesquisa de Martins Sarmiento, tomando os mais diversos nomes entre os povos que partilham a mesma origem civilizacional dos arianos.

Uma referência importante sobre a origem ‘ariana’ dos povos antigos da Gália, que pervivia nas populações que a ‘barbárie germânica’ tentou expulsar e por fim escravizou, é a referência a um herói mítico, um Hércules ‘*antiquior*’,⁴⁸⁵ que para Martins Sarmiento é ‘mais do que provável’ se refira à origem asiática, ao caminho de migração dos povos arianos para ocidente, pelas margens do Danúbio, Reno e Ródano (Sarmiento 1899a: 438). Referido nas tradições druídicas, este Hércules seria a expressão gaulesa de uma série equivalente de heróis ‘solares’, fundadores da civilização entre os diversos povos de origem ariana, escondendo na diferença de nomes a equivalência de atributos e de função,

⁴⁸⁴ ‘Não será supérfluo advertir que os Arvernos, ligando-se pelo druidismo com os Sílures, se diziam parentes dos Romanos. Os Ombrios, muito relacionados com os Latinos, pela língua e sem dúvida também pela religião, tinham descido da Gália em tempos muito antigos’ (Sarmiento 1896d: 124). Ainda que se situe fora do âmbito deste trabalho, não podemos deixar de referir que em muitas destas aproximações existe um fundo de verosimilhança que a crítica contemporânea não invalida totalmente (Olivares 2002).

⁴⁸⁵ ‘Certo é que a Urano corresponde exactamente Gargoris, e é bem possível, senão provável, que os Tartéssios, como todos os seus co-emigrantes, tivessem a mesma pretensão que César atribui aos Gauleses, de descenderem de Dis, que a nosso ver, é também um irmão gémeo de Urano’ (Sarmiento 1896d: 123 e nota 3).

um herói semi-mítico e semi-histórico, que figurava em *cada grupo dos emigrados arianos* [s.n.] como seu guia e protector na conquista de uma terra prometida [Sarmiento 1896d: 140].

O fundo de religiosidade ariana que Martins Sarmiento identifica entre as populações da Gália, quando considerados os Gauleses como povos que habitam o território em que César os encontra desde a ‘penumbra da história’, e representantes das migrações arianas que haviam trazido os arianos da Ásia até ao ocidente da Europa, tem ali uma expressão característica: o druidismo.

Os druidas, na Gália, detinham atribuições ‘quase exorbitantes’, compreendendo todas as esferas, legislativa, judiciária e executiva, apenas não exercendo o poder militar que estava inteiramente confinado às mãos da classe dos ‘cavaleiros’ (Sarmiento 1882a: 119). Estes, a ‘aristocracia céltica’, como se lhes refere Martins Sarmiento, em virtude da sua origem ‘bárbara’, não detinham qualquer poder da esfera espiritual, que delegavam inteiramente nas mãos do sacerdócio druídico, que, segundo César além do ensino religioso propriamente dito e dum ensino filosófico muito afamado entre os antigos, era o depositário das leis, o seu intérprete e executor; concentrava, finalmente, todos os poderes que regem uma sociedade *já culta* [s.n.]’ (Sarmiento 1890-94: 391). Mais uma vez a oposição que Martins Sarmiento elege como estruturante de toda a sua teoria etnogénica da Europa, a luta entre a ‘civilização’ e a ‘barbárie’ é também aqui utilizada para dar conta do pretenso ‘ligurismo’ dos Gauleses, através de uma oposição, já não espacial (que, como vimos, se desenha entre os Belgas), mas estritamente social. Este é, a nosso ver, o papel ‘paradigmático’ mais importante que a Gália adquire na geo-historiografia de Martins Sarmiento: é a região, por excelência (senão a única), em que *numa mesma região* convivem as duas sociedades opostas: a barbárie a civilização. Da natureza *local* dessa oposição retira Martins Sarmiento uma série de argumentos sobre a *imiscibilidade* destas duas esferas de cultura:

Vê-se pois que o druidismo na Gália não só se manteve através da conquista céltica, mas que, pelo seu prestígio teosófico e pelos mil recursos, de que dispunha, soube *dominar os próprios conquistadores*, que provavelmente *no mesmo grau de barbárie que os germanos* de Tácito, *e os celtas*, de que nos falou Plínio, não se lembraram mesmo de disputar ao sacerdócio a direcção de uma sociedade, que eram incapazes de governar, contentando-se com as

regalias de classe aristocrática, que nós encontramos usufruídas pelos cavaleiros [Sarmiento 1882a: 119-20].

Uma vez que o druidismo era uma das manifestações mais ilustrativamente consideradas célticas, compreende-se bem a dificuldade em que se colocava Martins Sarmiento no momento de defender que afinal era um atributo dos povos pré-célticos e especificamente dos povos por ele chamados ‘ligúricos’. A sua inexistência entre os povos ‘celtas puros’, como os Belgas⁴⁸⁶ ou os Gálatas e, inversamente, a sua presença dominante em povos que, apesar de denominados de ‘célticos’, habitavam regiões em que o autor se afadigaría em demonstrar que não existiram nunca povos célticos, dá-lhe o ponto de sustentação para poder defender que a instituição druídica ‘era o sistema religioso das populações pré-célticas do norte e que desapareceu onde a conquista bárbara as exterminou, persistindo tenazmente onde elas se mantiveram, quer livres, quer subjugadas’ (Sarmiento 1890-94: 411). Este dupla referência à persistência tenaz da religiosidade pré-céltica entre as populações ‘livres’ e ‘subjugadas’ está longe de ser inocente. Como já temos notado em outras passagens, às primeiras refere explicitamente o caso da Hélade e da Lusitânia, aproximando assim as origens dos Portugueses à expressão mais ‘elaborada’ do arianismo na Europa: a Grécia, materializada na sua expressão ‘civilização micénica’.

A instituição não era porém um exclusivo dos povos da Gália, tendo sido também reconhecida entre os povos das Ilhas Britânicas, sendo ali, de resto, onde, segundo César, ‘os gauleses iam estudar o druidismo’ (César: 355). A coincidência das instituições druídicas nas duas regiões replica a coincidência que os linguistas faziam notar, também, no domínio da língua céltica, razão por que veremos Martins Sarmiento a incluir uma e outra na argumentação com que pretende promover a ‘desceltização’, quer da Gália, quer das regiões ‘neo-célticas’, nomeadamente da câmbrica.

⁴⁸⁶ ‘Ora as instituições druídicas estavam em pleno vigor na Gália propriamente dita, como é bem sabido, e dos belgas diz César muito positivamente que, tanto pela língua, como pelas instituições, eles se diferenciavam dos gauleses, donde se conclui que as instituições dos belgas não eram druídicas’ (Sarmiento 1882a: 119). ‘Ora não existindo o druidismo entre os Belgas, que eram Celtas sem mistura, e existindo na Silúria e de tal sorte que os neófitos do continente vinham aqui estudá-lo, como na sua fonte pura, pode acaso duvidar-se de que os Celtas conquistadores da Gália Central perfilharam a “língua, instituições e leis” dos vencidos e que estes povos subjugados eram íntimos parentes dos Silures e possuíam a mesma civilização que estes?’ (Sarmiento 1890-94: 391).

Se todos os povos ‘ligúricos’, i.e., de origem ariana, detinham o mesmo tipo de religiosidade, que a identificação de divindades e heróis míticos fundadores dava consistência, como explicar que a instituição druídica não existisse igualmente entre eles todos?

Martins Sarmiento, ao pretender considerar ‘ligúricas’ as tradições druídicas, sente a necessidade de dar uma explicação para a sua inexistência nos outros povos ligúricos com que identifica os Gauleses e os Sílures da península câmbrica. É neste momento que a sua teoria se desenvolve numa direcção muito bem definida: a igreja druídica ter-se-ia desenvolvido na Gália e nas Ilhas Britânicas, porque foi justamente nessas duas regiões que *se tornou necessário que assim se organizasse*, em razão das circunstâncias históricas excepcionais, mas comuns a ambas, por que essas duas regiões foram obrigadas a passar: a luta pela sobrevivência face aos povos ‘germânicos’ que os tentavam expulsar ou aniquilar. A instituição druídica é, para Martins Sarmiento, mais do que uma estruturação da esfera da religiosidade, uma estratégia comum de sobrevivência civilizacional perante um cenário de crise e colapso. Seria esta mesma estrutura, que mais tarde, e agora mostrando diferenças importantes entre as duas regiões consideradas (e estas diferenças são para Martins Sarmiento imensamente significativas), a dominação romana vai também conhecer a cumprir quase a mesma função nas guerras da independência da Gália e da Silúria.

A instituição do druidismo numa ‘igreja’ (para usar a expressão de Martins Sarmiento), com as suas hierarquias e escolas, poderes e atribuições, é para o autor uma invenção de origem silúrica que os Gauleses teriam emulado, sob a influência de circunstâncias semelhantes. Porém, se a instituição era essencialmente a mesma nas duas regiões, o comportamento que demonstrou nas guerras ‘de independência’ que travaram contra Roma, foi bastante diferente. Na Gália, ao contrário da Silúria, onde ‘o druidismo predominava mais activamente’, os druídas ‘ficam inteiramente na sombra durante a guerra da independência’ (Sarmiento 1896d: 102). É desta aparente contradição que Martins Sarmiento retirará argumentos para justificar a especificidade gaulesa, originada na situação particular de nela conviverem duas classes dominantes, de origem ‘civilizacional’ diferente. Tal não acontecia na Silúria *nem na Lusitânia*, onde só veio a suceder um problema semelhante com a introdução do Cristianismo, durante a dominação romana, que veio substituir, continuar, ou *apenas encobrir* o fundo de

religiosidade propriamente ‘ariana’ que ainda subsistia no extremo ocidente da Europa.⁴⁸⁷

Na Silúria, segundo a tese de Martins Sarmiento, a instituição druídica haveria sido criada com o intuito de ‘minar o poderio do estrangeiro usurpador’, primeiro o Celta, mais tarde, à vista do sucesso inicial, o Romano. Por esta razão, os ‘padres da Gália constituíram uma igreja druídica à imitação da da Silúria’. No caso da Gália, porém, tudo se passou de maneira diferente em relação à chegada dos Romanos. Alhearam-se da luta pela independência que os cavaleiros travavam e, um deles, ‘Divitiaco, não considerava César como inimigo da sua pátria’. É neste contexto que podemos ver a originalidade da argumentação de Martins Sarmiento. Enquanto que, para alguma historiografia francesa,⁴⁸⁸ o alheamento dos druídas na guerra da Gália demonstrava que a instituição estava já em declínio, que não atingira ainda os seus correligionários sílures, para Martins Sarmiento, esse alheamento é propositado e activamente exercido por parte de quem desejaria ‘vivamente a vitória dos Romanos, que só podia ser fatal à aristocracia intrusa [os ‘cavaleiros celtas’] e acabar com a sua tirania’. Era apenas esta a razão que impedia os druídas da Gália de representar o mesmo papel dos da Silúria (Sarmiento 1896d: 105, nota 1):

Na Gália Central as condições são muito outras [das da Silúria]. O sacerdócio e o povo deviam odiar a classe militar, composta desses conquistadores Celtas, que haviam tiranizado o seu país; e, se estes bárbaros deixaram aos padres a direcção de uma sociedade que não sabiam governar, é de ver que reservariam para si todos os poderes que contendessem com coisas militares, cortando toda a ingerência que nelas podia ter um sacerdócio, cuja dedicação lhes devia ser mais do que suspeita. Na chamada guerra da independência da Gália jogava-se propriamente a manutenção do poderio temporal desses conquistadores estrangeiros, ameaçado pela política romana; e ninguém poderá jurar que o sacerdócio e a arraia-miúda não fizessem votos secretos pela vitória dos Romanos, na certeza de que a

⁴⁸⁷ Ver-se-á, em outro lugar, a caracterização que Martins Sarmiento faz da religiosidade popular e do modo como o Cristianismo convive ainda no presente com formas de sobrevivência do paganismo.

dominação nova não podia ser mais despótica, nem mais anárquica que a antiga. De resto eu não vejo que dos textos de César se possa inferir que, no seu tempo, o poder espiritual dos druídas gauleses fosse menos preponderante, que o dos Síflures [Sarmiento 1890-94: 392-93].

Martins Sarmiento atribui ao druidismo um outro papel no seio da sua teoria etnogénica, para além do testemunho da herança ‘civilizacional’ dos arianos entre os povos da Gália – a *língua*. Este é um passo decisivo na sua teoria, uma vez que, sendo o druidismo desta região ‘exactamente o mesmo que vigorava na Silúria, vigorava também na Gália Central, ocupada por Celtas, não havendo nenhuma dúvida, em vista do retrato que o autor dos *Comentários* e os historiadores subsequentes nos dão dos seus habitantes’, que ambos os povos falavam a mesma língua: a chamada ‘língua céltica’ (Sarmiento 1890-94: 391). A importância deste elemento no seio da sua teoria é fácil de compreender: sendo a língua céltica aquela que os linguistas admitiam que era a falada na Gália, que se encontrava nos nomes étnicos e geográficos da Gália, que havia resistido nas Ilhas Britânicas, nomeadamente em Gales, a antiga Silúria, sendo, igualmente, aquela que se poderia identificar na onomástica da Lusitânia, tornava-se absolutamente necessário para Martins Sarmiento considerá-la como a expressão linguística dos povos arianos que a migração asiática havia feito chegar ao ocidente da Europa.⁴⁸⁹

A argumentação de Martins Sarmiento escora-se em alguns pontos essenciais: por um lado, a informação, dada por César, de que a língua dos habitantes da ‘Gália Central

⁴⁸⁸ ‘Entende este sábio [Reinach] que no tempo de César o druidismo gaulês entrava num período de decadência, minado pelo militarismo da classe militar e aduz como prova a ausência dos druídas na guerra da independência. (Sarmiento 1890-94: 392).

⁴⁸⁹ Esta língua original dos arianos, seria, no entender de Martins Sarmiento, ainda visível em vestígios toponímicos de *feiçãõ grega*. Esta qualidade, que para alguns autores seria a marca de presença de Gregos nas costas da Europa ocidental, era para o autor, mais bem explicada se supusesse, como ele mesmo supunha, que esses vestígios tinham equivalentes nas línguas ‘neo-célticas’: ‘O sr. Saulcy vê no nome Cyneticum (littus) um nome grego. Por identidade de razões apresentadas por este sábio, o nome de cynetes e cyneticum jugum estaria no mesmo caso; mas o chamado neo-céltico tem *cwn*, que explicaria tão bem este facto, como o nome grego’ (Sarmiento 1880a: 48). A importância deste exemplo é ainda reforçada pelo facto de fazer directamente referência ao nome de um povo que habitava o sul do território português, os Cinetes, ao qual Martins Sarmiento, a partir da interpretação que faz da ‘geografia cartaginesa’ presente no périplo da *Ora marítima*, atribui um carácter exclusivamente ligúrico, do grémio dos Tartéssios.

era positivamente diferente da dos Belgas, Celtas puros’ (Sarmiento 1896d: 151); em seguida, admitindo como indiscutível que essa era a língua dos habitantes da Silúria; e, por fim, afirmando peremptoriamente que ela era também a língua dos druídas e de todo o povo gaulês, não a dos ‘cavaleiros’.⁴⁹⁰ Esta distinção é fundamentada no mesmo tipo de oposição que reconhece em todas as outras manifestações de oposição entre estes dois mundos inconciliáveis de barbárie e civilização: a incapacidade ‘cultural’ dos ocupantes da Gália, os Celtas, não admite outra possibilidade que não seja a de estes ‘se submeterem inteiramente às instituições druídicas’, pelo que não se pode ‘hesitar um momento se a língua falada na Gália é a dos celtas, ou a dos druídas’:

Para aceitar a primeira hipótese, tinha de admitir-se que aqueles bárbaros, adoptando a religião e instituições druídicas, tiraram por condição que os padres abandonassem a sua língua, a língua em que ensinavam as suas doutrinas religiosas e filosóficas, em que ditavam e executavam as suas leis, para empregarem a língua céltica, e ainda que substituíssem os nomes dos seus deuses por nomes célticos. *Tal ideia não pode entrar num cérebro são* [Sarmiento 1882a: 120; s.n.].⁴⁹¹

⁴⁹⁰ ‘A não admitirmos que os Celtas tinham duas civilizações e duas línguas, o que por fortuna ainda ninguém se lembrou de defender, há-de admitir-se que um dos dois grupos abandonou a sua civilização própria pela dum povo estrangeiro, e naturalmente dum povo estrangeiro, com o qual se misturou. Qual dos grupos foi? Os Belgas não; porque o mesmo César afirma noutra parte que os Belgas haviam expulsado das suas conquistas os Galos pré-existentes’ (Sarmiento 1890-94: 391).

⁴⁹¹ ‘[O]s Belgas se distinguem dos Celtas da Gália Central, tanto pelas instituições, como pela “língua” (...) e notando-se (...) que na Gália Central também subsistiam as instituições druídicas, torna-se quase óbvio que os Celtas, conquistadores da Gália Central, perfilharam as instituições e “língua” dos vencidos’ (Sarmiento 1896d: 103).

III – O lugar do Passado

Martins Sarmiento nasce em 1833, em Guimarães, e morre em 1899 na mesma cidade. O investigador decerto conheceu ainda os ecos do radicalismo feroz que imediatamente antecederam o momento do seu nascimento, as várias explosões populares e golpes de estado militares que teriam o seu momento mais significativo no ‘vintismo’, ponto irreversível do movimento liberal que viria a pôr um termo definitivo ao modelo absolutista de governação. Durante a sua infância, Martins Sarmiento pôde conhecer a pacificação relativa que o autoritarismo dos Cabrais trouxe à governação, a maleabilização constitucional, e, com grande incidência no ‘seu’ Entre-Douro-e-Minho, a ruidosa e pitoresca manifestação popular da ‘Maria da Fonte’. Ao longo de toda a sua primeira juventude, pôde o autor assistir a um recrudescimento dos movimentos militares, das manifestações populares, enfim de um agravamento repetido das condições de tranquilidade social que, desde o início do século, parecia não perder o carácter endémico que o fazia perpetuar sem que nenhuma modalidade de pacificação pudesse subsistir. Já entrado na idade adulta, Martins Sarmiento conheceu as primeiras tentativas de pacificação social musculada, que a partir de meados do século dota o País de uma ‘*pax regeneradora*’, mas cuja eficácia não é ainda total, pois é a mesma década que assiste também a alguns episódios de fractura profunda entre vastos sectores sociais, na qual assume especial relevo a questão clerical.

A emergência de uma estabilidade social e política de facto, em que à ‘regeneração’ como programa político de propaganda se associa uma renovação das infra-estruturas técnicas do território, ocorrerá, de facto, apenas a partir do terceiro quartel do século, exactamente os anos de maturidade pessoal e científica do autor.⁴⁹² São os anos do

⁴⁹² A palavra ‘regeneração’ detém uma carga semântica pronunciada ao longo de todo o século dezanove português, mas especialmente entre os intelectuais que, por meados do século, assistem às tentativas de pacificação militar e política de um país que está em convulsão, desde pelo menos as invasões napoleónicas e que pudera assistir ao horror da guerra civil da década de trinta. Não admira, portanto, que esta palavra soe aos ouvidos desses homens com uma intensidade que hoje podemos apenas tentar adivinhar. Por outro lado, a palavra encerrava, necessariamente, a vontade de ‘abjectivar’ o passado absolutista do país: Manuel Borges Carneiro, vulto do primeiro liberalismo português, figura da revolução de 1820, justamente atribuía a um seu livro de acção político o nome de ‘Portugal regenerado’ (Carneiro 1820), com o propósito de acentuar os erros do passado feudal e o regresso a um Portugal ‘público’, *i.e.*, baseado na soberania popular. A qualidade de intervenção directa das formas de

‘fontismo’, período singular na história do liberalismo português, dotados de uma estabilidade política e social de invulgar duração, e que será truncado pelos acontecimentos especialmente traumáticos do *ultimatum* britânico. Porém, o período final deste longo século dezanove coincidirá já com o ocaso da vida e da obra de Martins Sarmiento. Perseguido pela doença que precocemente o atinge, como podemos comprovar por algumas passagens da sua obra e correspondência, a década de noventa será, para Martins Sarmiento, aquilo que foi para o seu século: o fim de um mundo, o início de um outro, ao qual já não podia pertencer. Tal como a ‘geração de setenta’ tomará conta da paisagem cultural do novo século, também biograficamente, com a forte polémica que manterá com Adolfo Coelho, justamente um dos conferencistas do Casino, assistimos a um Martins Sarmiento cansado, ainda capaz de terçar armas com os adversários da nova geração, mas de cujo combate se antevê a vitória inexorável do novo tempo.

Este é o cenário político e social em que decorre o ciclo da vida de Martins Sarmiento. É o ‘grande século dezanove’, especialmente da sua fase liberal, cujos princípios se insinuam já no progressivismo iluminista das últimas décadas do século anterior, cujas formulações, mais ou menos radicalizadas, dão o mote dos movimentos

temporalidade histórica no presente político e social é, de resto, uma característica da historiografia do período liberal (Torgal *et al.* 1998: 31-35). A metáfora do ‘renascimento’, já presente, como nome próprio, a designar a importante ruptura cultural dos séculos quinze e dezasseis, não é privativa da historiografia liberal. Podemos vê-la igualmente presente na historiografia que justamente a pretende redimir, aquela a que o nacionalismo espiritualista das primeiras décadas do século vinte vai dar maior visibilidade; para M. Cerejeira, historiador, universitário e eclesiástico, a ‘crise de civilização’ iniciada pelo ‘tempo liberal’ seria ultrapassada pela afirmação de uma ‘renascença’ espiritual, de que as conversões de algumas personalidades liberais e até com simpatias socialistas, como Antero, seriam o prenúncio inequívoco (Cerejeira 1943: II, 91). Também a mesma semântica apareceria (mas sublinhando todas as diferenças e oposições com a historiografia ‘católica’ atrás referida) no título seminal de J. Cortesão sobre a necessidade de uma historiografia de ‘reconstrução nacional’ (1912). Convém notar que a geo-historiografia dos inícios do século vinte fazia uma apologia directa do carácter ‘pavloviano’ da relação histórico-geográfico; em termos de maior ou menor determinismo, supunha-se (e deste ponto de vista não difere muito o darwinismo social ‘de direita’ do de ‘esquerda’ [para o caso de Reclus, cf. Dunbar 1978a: 154-164; 1978b: 161; o caso de Kropotkin, foi referido antes, é em tudo semelhante]) que seria suficiente intervir no ‘solo moral’ para induzir as respostas orgânicas ‘sociais’ adequadas (*e.g.*: Dryer 1920: 8).

que a ele se irão opor no século vinte.⁴⁹³ Dele, do cenário na sua inteira espessura, retiraremos os elementos que mais directamente se referem à historiografia do século de Martins Sarmiento. Também a este nível, não pode compreender-se o trabalho deste investigador, se não tomarmos em consideração as raízes fundas que mergulham nos séculos que o precedem e as gavinhas que ainda despontarão várias décadas após o seu desaparecimento. Martins Sarmiento não é diferente de qualquer outro historiador de que se pretenda compreender o lugar dialogal que a sua obra ocupa no *continuum* do tempo e no '*contiguuum*' do espaço a que pertence. Levanta-se contra os que o precederam, reproduz o seu próprio tempo e contribui para definir o que se lhe seguirá. A esta distância, em que se permite já focar a objectiva histórica, podemos destacar algumas linhas de força e ajudar a enquadrar o autor e a sua obra no tempo longo em que se inserem e de que são eles próprios artífices. Sublinho a parte final desta afirmação. É nossa intenção mostrar que a obra de Martins Sarmiento é, não apenas, fruto do seu tempo mas também, e em lugar proeminente, uma obra criadora do seu próprio futuro, de uma tradição cultural, de uma genealogia, incluindo elementos no fundo colectivo da cultura portuguesa que ainda hoje pervivem na memória específica da historiografia científica e, mais vagamente, no conjunto da memória popular.

O âmbito cronológico com que investimos esta conclusão recuará até à historiografia 'iluminista' que antecede o tempo de Martins Sarmiento, e, em alguns dos seus elementos, ainda aos tempos anteriores da Restauração, por serem alguns dos historiadores desta época referidos especificamente por Martins Sarmiento por razões que se prendem directamente com os problemas de crítica histórica. Este tempo constitui o tempo dos 'antigos', universo conceptual e interpretativo contra o qual Martins Sarmiento justamente se levanta, no âmbito específico da presença 'de Gregos na Península por volta do tempo da Guerra de Tróia'.

Se se parte da oposição entre a historiografia sarmentiana e a dos séculos anteriores, grande parte do esforço interpretativo desta conclusão será guardado, porém, para a

⁴⁹³ A historiografia dos inícios do século vinte tinha uma característica unificadora que permite que quase se possa opor, em bloco, à historiografia liberal do século anterior. De facto, desde as versões mais 'brandas' às mais 'estridentes', todas elas apontam para a co-valorização do 'nacionalismo' e da 'força', sendo que nesta não se excluíam medidas propriamente belicistas. Para uma especialmente fecunda apresentação do programa historiográfico de 'reconstrução nacional', cf. J. Cortesão (1912).

tentativa de compreensão da obra de Martins Sarmiento como actor do seu próprio tempo. No domínio das Ciências Históricas este é um tempo de um reformismo institucional e conceptual, de que a *História de Portugal* de Herculano é remate e símbolo (Macedo 1975: xx; Mattoso 1980: xxxvii).

O Passado, como objecto de trabalho, como concepção científica, enfim, como geografia imaginativa, será submetido a uma profunda revolução que com justeza poderemos chamar de ‘paradigmática’: tudo muda, os instrumentos de trabalho, os modelos de analogia, o fundo valorizado da tradição, a função política e ideológica que lhe está associada. Tal como Herculano o leva a cabo para os tempos históricos, assim também Martins Sarmiento o promove para a Pré-História e Proto-História. Mais do que sublinhar o que opõe Martins Sarmiento a Herculano (e é muito, no domínio da filiação etnogénica dos Portugueses nos Lusitanos), parece-nos importante destacar o que os aproxima e os torna, cada um no seu domínio (e com diferentes âmbitos de autoridade, sem dúvida), reformadores de um ‘antigo regime’ historiográfico e pioneiros de um modo propriamente ‘moderno’ de compreender e interpretar o Passado.

O tempo de Martins Sarmiento, porém, ao contrário do de Herculano, coincide já com o da afirmação plena das correntes positivistas e evolucionistas que virão a marcar o pensamento filosófico e científico europeu da segunda metade do século dezanove. Deste modo, a obra de Martins Sarmiento inclui já alguns elementos destas novas correntes historiográficas. Como veremos, tais elementos são sobretudo ‘materiais’, resultado das pesquisas que a nova ‘onda paradigmática’ promove e os quais Martins Sarmiento faz questão de incluir, ou excluir, mas que não ignora, no todo integrado da sua teoria etnogénica. O fundo metafísico do novo paradigma, especialmente o conceito ‘evolutivo’ e ‘evolucionista’ do Tempo, está inteiramente ausente do conceito de temporalidade que habita a obra de Martins Sarmiento e, nessa circunstância, mais do que em qualquer outra, pensamos nós que se deve fixar a origem historiográfica da obra do autor: ainda que a sua obra faça já uso de elementos vindos de uma corrente científica associada à metáfora naturalista e evolucionista do terceiro quartel do século dezanove (de facto, toda a sua obra científica se produz entre a década de setenta e noventa), Sarmiento é, indubitavelmente, e manter-se-á sempre, um pré-darwinista. Para evitarmos definir um autor e a sua obra pelo que não é, melhor seria defini-la positivamente: Martins Sarmiento foi, e sempre se manteve, um ‘romântico’, no sentido

global (cultural, social, político e, fundamentalmente, historiográfico) que a palavra encerra.

Com o intuito de melhor descrever o cenário em que se insere a biografia científica de Martins Sarmiento, apresentaremos a conclusão deste trabalho sob três grandes epígrafes, de ressonância geográfica, que melhor ajudarão a sistematizar a estruturação múltipla do tempo e do lugar que são os do autor.

Por ‘Espaço’, entendemos a estruturação social e política, as linhas de força dominantes que dão forma ao Portugal liberal do século dezanove. São afinal as linhas de força que determinam a forma de produção historiográfica, que propõem limites, quando não os impõem, à própria produção científica e historiográfica. É, em certo sentido, o espaço cultural, social e político em que obrigatoriamente se deve inserir a produção individual e cujos contornos e expressão nos remetem para a configuração do poder nas suas formas invasivas e (para usarmos um termo foucaultiano) genealógicas do País. O ‘espaço’ oitocentista liberal tem origens anteriores, a que não deixaremos de fazer referência, e, através do seu próprio desenvolvimento, colidem e diluem-se em formas mais tardias que antecipam plenamente o século vinte. Por essa razão teremos de caracterizar, ainda que mais superficialmente, o ‘espaço’ do Portugal iluminista do século dezoito e igualmente o ‘espaço’ do Portugal republicano que se lhe segue.

Por ‘Lugar’, entendemos os lugares específicos da prática científica em que Martins Sarmiento convive com os seus pares, as linhas concretas de difusão do seu trabalho, e as condições sociais da sua recepção. Referimo-nos aos ‘lugares’ concretos em que os investigadores apresentam o seu trabalho e que passam não só pelos ambientes físicos de convivência entre os diversos actores sociais, as Academias, a Universidade, as Sociedades (e, por que não, as Escavações), mas igualmente o lugar físico de fixação das ideias que os autores propõem, a materialização das próprias teorias, as Revistas, os Livros, os Museus... Também neste domínio, é inevitável compreender a historicidade que estes lugares apresentam e o modo como se articulam com as épocas anteriores e posteriores. É particularmente significativo, na nossa opinião, o modo como o lugar de apresentação da Ciência se vai metamorfoseando, de acordo com a topografia social de cada época, desde da Academia Real de História, no século dezoito, passando pelas Sociedades de *gentlemen* eruditos do dezanove, para se restringir progressivamente em

organismos universitários dos inícios do século vinte, tornados dependentes da esfera governamental.

Finalmente, por ‘Paisagem’, entendemos a representação da Memória, a ‘geografia imaginativa’ que do Passado detêm os diversos momentos da historiografia. Neste contexto, o da produção de um passado imaginário como referente do tempo presente, ganham naturalmente importância os elementos relacionados com a ‘formação de Portugal’, *i.e.*, a caracterização de manifestações antigas da nacionalidade, de que a etnogenia essencializada dos Lusitanos ocupa um lugar central. Se bem que a autoridade de Herculano tenha, na primeira metade do século dezanove, feito desligar a tradicional crença da criação da nacionalidade numa relação presentista com a Proto-História, tema muito do agrado dos historiadores dos séculos precedentes,⁴⁹⁴ veremos que essa mesma tese não deixará nunca de estar presente na historiografia nacional (e internacional, em moldes equivalentes) e que retirará mesmo alguma força redobrada dos argumentos que as ciências positivas insinuam no terceiro quartel do século dezanove. Neste domínio veremos que a Arqueologia de Martins Sarmiento proporcionará alguns dos argumentos principais, cuja influência estender-se-á até bem entradas as primeiras décadas do século seguinte.

⁴⁹⁴ Ao contrário, Herculano, apesar das violentas polémicas com que terá de confrontar-se no momento de apresentação da sua tese de ‘ruptura paradigmática’, ainda assim vence claramente o desforço. Passado poucos anos já a sua tese é apresentada em versões mais ou menos populares, assinada por historiadores ou publicistas que garantem a sua difusão mais alargada, como é o caso da ‘História’ de Pinheiro Chagas, destinada a um público menos erudito do que aquele que seria o alvo natural da de Herculano, onde aparece já em forma de letra a tese política da formação da nacionalidade: ‘As nacionalidades [fundam-se] graças à vontade enérgica dos povos’ (Chagas 1881: I, 7). A mesma ideia repete-se em Rebelo da Silva (1868: 3): ‘Portugal fez-se a si mesmo (...)’. A dificuldade que Herculano vislumbrava na não contiguidade territorial continua, de resto, a ser reconhecida pela crítica contemporânea: ‘É compreensível que se use, como figura de retórica, o adjectivo “lusitano” para designar os portugueses, embora já se aceite com maior dificuldade, mesmo com idênticos propósitos, que Lusitânia se tome como sinónimo de Portugal. Não se trata apenas de confundir duas realidades cronologicamente afastadas por muitos séculos, mas também de identificar territórios que, no âmbito geográfico, são bem distintos’ (Guerra e Fabião 1992: 10).

III. 1. Espaço

III. 1.1. A Ciência romântica do Passado

O tempo que se inicia com a abolição definitiva do regime absolutista, saída da derrota da facção miguelista nas ‘Guerras liberais’, quase coincidente com a data de nascimento de Martins Sarmento, exige uma nova forma de representação do passado e, por isso, o poder emergente não deixará de promover as condições de produção de uma nova Memória e, portanto, de uma nova historiografia.

Afirmando um perfil que se vinha já desenhando nos fins do século anterior, o intelectual romântico da primeira metade do século dezanove desenha um novo modelo de investigação do Passado que pretende passar a incluir os actores sociais que a tradição anterior explicitamente fazia questão de excluir. Duas características são especialmente evidentes neste propósito. Em primeiro lugar, a constituição de uma comunidade de ‘sábios’, um conjunto de investigadores, cujo valor relativo fosse o da própria obra produzida e não o mérito associado ao nascimento ou fortuna, elementos que se tinham como preponderantes no acesso dos investigadores individualmente considerados às instituições em que a Ciência (e a Ciência Histórica, em particular) era produzida, de que dependia, em última instância, a capacidade de difusão da obra respectiva. Por outro lado, em íntima articulação com o espírito da revolução liberal, fazendo apelo à base de apoio popular e burguesa que lhe estava associada, a difusão das novas ideias, e portanto de uma nova geografia do passado, necessitava uma nova topografia social através da qual se pudessem difundir.

É da dupla articulação entre a produção individual e a recepção popular, facilitada pelos novos instrumentos de difusão do texto escrito (livros e revistas), que ganha corpo a nova historiografia liberal. Da correcta articulação dos dois extremos, poderia ela pensar em substituir integralmente o modelo antigo, baseado, respectivamente, na produção e recepção do conhecimento científico em ambientes de acesso exclusivo e restrito, como eram a Universidade e as Academias oitocentistas.

Este carácter ‘pedagógico’ da produção historiográfica associado ao intelectual romântico está bem presente na obra de Martins Sarmento. Nela podemos distinguir alguns dos seus elementos mais marcantes, como seja a afirmação desassombrada do

direito ‘individual’ à interpretação histórica do Passado (que em Martins Sarmento toma aspectos quase impertinentes de isolamento epistemológico), associado a um carácter pedagógico de levar esse mesmo conhecimento a um número alargado de leitores, decerto os mais identificados com a sua própria situação social e geográfica, como o atesta, não só o ‘tom’ pedagógico e até coloquial de alguns dos seus escritos, como o facto de sempre ter escolhido revistas de divulgação geral como lugar de publicação dos seus estudos, entre as quais assume especial papel a ‘sua’ *Revista de Guimarães*. Pertence decerto a este nível de estruturação da sua obra a evidente ‘teimosia’ em associar-se aos autores e lugares de publicação científica de carácter mais manifestamente ligados ao centralismo geográfico e social das instituições produtoras de Ciência, como eram Lisboa e Coimbra, o Curso Superior de Letras ou a Universidade, com os quais alimenta inclusivamente alguns episódio de polémica.⁴⁹⁵

A tarefa da ‘produção do Passado’ é, assim, para Martins Sarmento e para o século em que ele vive, mais do que a afirmação de uma simples competência científica, uma restauração da dignidade concreta do espírito do povo em que assenta a própria nacionalidade. O ‘apelo das origens’ pode tomar diversas formas entre os distintos historiadores (Martins Sarmento fará apelo ao passado proto-histórico dos Lusitanos, Herculano, ao dos concelhos medievais), mas entre todos existe um traço comum de dignificação de um estrato numeroso da população, o ‘povo’, que a historiografia anterior deixava inteiramente na penumbra, que a historiografia liberal não só faz questão de incluir entre os actores da sua narrativa histórica como lhes atribui um papel principal da formação da própria nacionalidade. Neste contexto, Martins Sarmento, como pré-historiador, é não apenas o sábio competente mas o ‘exumador’ (a sua Arqueologia tem assim um duplo sentido) das provas materiais da dignidade do povo que habita desde tempos imemoriais o mesmo território, cuja ‘cultura profunda’ se mantém inalterada sob as ‘aluviões’ constantes de quem os quer dominar, sejam Romanos, Germanos, Árabes ou Godos, de que o ‘amor pelo pequeno, e frágil’ é a expressão essencial do romantismo.

⁴⁹⁵ A expressão de posições anti-centralistas, ou mais rigorosamente, ‘anti-cosmopolitas’ presentes na produção dos intelectuais românticos não é um exclusivo de Martins Sarmento, sendo uma característica comum a muita da historiografia sua contemporânea (Catroga e Carvalho 1996).

O carácter romântico de uma historiografia assim considerada, em que a essência de um povo, revelada pelo Passado, e a sua existência no tempo presente se confundem, leva à necessidade de identificação, recolha e protecção dos diversos vestígios que consagram a existência dessa mesma essência. Martins Sarmiento, se a tradição o consagrou como um especialista da Arqueologia, teve, neste domínio, uma actividade muito diversificada que não se resumiu apenas àquela ciência. De facto, do tipo de recolha a que se dedicou podemos naturalmente concluir que tinha a intenção de promover uma abordagem tão completa quanto possível de todas as relíquias que indicassem a antiguidade da memória. Nos seus cadernos de campo, vemos como se misturam as informações mais variadas, que dizem respeito às tradições populares, a monumentos arqueológicos, a expressões linguísticas, a documentos epigráficos que, em conjunto, lhe davam acesso à ‘alma popular’.

Não é impossível ver neste movimento de caracterização da ‘essência’ da nação, entendida como um regresso às origens, uma reacção ao próprio ‘espírito do tempo’ que a cultura romântica preconizava. O tema da ‘decadência’, sobretudo referido ao desvanecimento de Portugal como epopeia (cujo mítico século quinze das Descobertas ainda mais fazia aumentar o sentimento de inferioridade presente), associado à ingovernabilidade do país, com meio século de quase ininterruptas guerras, levantamentos militares e motins populares, providenciava um contexto especialmente atractivo do passado como lugar de afirmação de uma ‘idade do ouro’ que o tempo havia quase por completo apagado.⁴⁹⁶ Martins Sarmiento fala com insistência da melancolia e das tendências mefistofélicas que o assaltavam nas longas noites de Inverno, e muitos dos seus biógrafos relatam que o seu temperamento era, a este respeito, caracteristicamente ‘romântico’, no sentido coloquial e popular do termo. Talvez não seja impossível descobrir na sua epopeia dos ‘Lígures’, no modo como

⁴⁹⁶ Cremos que é real a possibilidade de a sensibilidade sarmientiana ter sido fortemente estruturada pela sua educação clássica. Tudo aponta nesse sentido, especialmente a composição da sua biblioteca e o facto de os autores clássicos surgirem, por vezes, em contextos de uma ‘geografia moral’ da cidadania ou mesmo da existência. Desse modo, não é impossível que as características da monumentalização da morte na cultura clássica (Carvalho 1994; mas cf. com Fábregas e Ruiz-Galvez [1994] e Fábregas e Bradley [1995] para uma versão alternativa da ‘morte’ como inefabilidade), nomeadamente o desejo de ‘permanência’, possam ter-se associado ao conjunto de factores que convergem na concepção de uma temporalidade ‘romântica’ nas obras do autor.

enxerta a árvore dos Portugueses no tronco dominante da genealogia ‘ariana’ dos povos europeus, uma resistência à representação que tinha do seu próprio tempo.

A historiografia de Martins Sarmento contém elementos que permitem concluir que, acessoriamente a uma tendência conservadora de afirmação de um passado glorioso, o autor tinha uma concepção igualmente progressiva (embora menos intensa que a anterior, tem de reconhecer-se) do papel do Passado na afirmação do Presente. A insistência com que o autor se refere ao facto de o fundo etnogénico não ser posto em causa pelas sucessivas invasões do ocidente da Península Ibérica, associada à concepção etnicista e a-temporal que detém da ‘civilização’, permite uma leitura de segundo nível das afirmações que faz sobre os Lusitanos como sendo igualmente válidas para o Portugal do seu próprio tempo.⁴⁹⁷ Se a fundamentação ética da sua produção científica não é, em si mesma, explicitada por Martins Sarmento, não nos restam dúvidas que, também neste aspecto, o autor se aproxima do espírito do seu tempo, no qual a procura da objectividade histórica deve ultrapassar o amadorismo ‘coleccionista’ dos antiquários do século anterior. Cremos mesmo que a recolha de materiais arqueológicos da sua região, que vai dar origem ao Museu da Sociedade de Martins Sarmento, reflecte a ambiguidade e transiência da posição de Sarmento neste domínio. Quer a localização primitiva do museu na sua própria casa, com posterior transferência para um lugar de ‘acesso público’, quer a denominação da sociedade, que o autor patrocinou, ou pelo menos não declinou, mostram que o espírito do investigador oscilava entre o antiquário coleccionista do paradigma anterior e o divulgador popular e formador, por via da História, de uma nova consciência nacional a que todos eram igualmente chamados a participar.⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ De facto, esta extensão, apenas intuída na obra de Martins Sarmento, será integralmente levada a cabo no tempo da historiografia nacionalista, especialmente pelo trabalho de Mendes Correia, no que constitui uma das mais fortes pervivências do trabalho de Martins Sarmento para lá do tempo em que foi apresentada.

⁴⁹⁸ Esta mesma ambiguidade pode ver-se em outros historiadores do mesmo período, independentemente das suas convicções ideológicas. Um exemplo particularmente significativo, dadas as suas simpatias miguelistas conhecidas, é o do visconde de Santarém, investigador que, no domínio da História da Cartografia Antiga, promove o mesmo consenso entre um espírito estético antiquarista com que recolhe e estuda os mapas antigos produzidos em Portugal e a determinação ética de que esses mesmos mapas sirvam a causa da afirmação geopolítica de Portugal no contexto da Europa: ‘[A] propagação das obras históricas dos fastos de uma nação em um povo pequeno pelo

Os lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua posição geográfica, uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos (...) As diferentes revoluções por que passou a Lusitânia não alteraram em nada o carácter das suas populações. (...) Assim, para nós uma das maiores glórias dos Lígures ocidentais é a de serem eles os primeiros navegadores do Atlântico e de haverem semeado a sua civilização pelas margens do grande mar desde o alto norte até o Atlas, a começar, pelo menos, do século XV antes da nossa era. Esta glória tem-lhes sido usurpada, como tudo o mais, em benefício doutros povos e doutra raça. Mas não vai sucedendo quase o mesmo com os navegadores e civilizadores do século XV da nossa era? [Sarmiento 1880a: 59-60 e Sarmiento 1896d: 145].

Martins Sarmiento, do ponto de vista da concepção da História e do papel que ela detém na formação da consciência colectiva não se distingue essencialmente do espírito da historiografia da sua época, ainda que matizado por um conservadorismo antiquarista que a sua ‘posição regional’ pode em parte justificar. O passado e os seus vestígios são o elemento polarizador da revivificação da cultura popular e dela retira o autor a afirmação da grandeza civilizacional do seu próprio povo no presente. Revela-se o passado nos monumentos que desenterra, nos materiais que recolhe, nas tradições orais populares que fixa em forma escrita; difunde-os sob a forma científica, que se pretende severa, como deve ser a ciência, mas que anima com uma narrativa romanceada (cujos contornos são especialmente evidentes em algumas passagens d’*Os Argonautas*), que congrega numa intenção cívica de dotar o presente de razões de orgulho equivalentes aos esforços de modernização por que o país então igualmente se dotava. A História é, neste sentido, mais do que uma actividade científica de um investigador diletante, é a própria matriz de afirmação civilizacional do Portugal liberal.

São vários os lugares em que Martins Sarmiento situa concretamente a sua prática. Não lhe está vedado o convívio com os organismos mais ‘centrais’ da produção científica do Portugal erudito e científico do século dezanove, sejam a Academia de Ciências, o Instituto de Coimbra ou a própria Sociedade de Geografia de Lisboa, sob a

território e pelos recursos físicos e materiais é, em meu entender, ainda mais importante do que nas grandes nações’. A coincidência do espírito desta proposição com o da de Martins Sarmiento é evidente.

égide da qual dirige mesmo a parte ‘arqueológica’ da expedição científica à Serra da Estrela. Contudo, seria uma visão distorcida pensar que estes são os lugares determinantes da ‘localização’ da sua prática científica. Martins Sarmiento é um investigador de feição ‘local’ assumida, em íntima comunhão de pensamento com o lugar eleito da sua produção científica: Guimarães, a Sociedade Martins Sarmiento e a sua *Revista de Guimarães*. O próprio de facto de ter acedido a patrocinar, com o seu nome, a Sociedade erudita da sua terra, deve alertar-nos de imediato para esta realidade:

[U]ma publicação destinada a tratar as grandes questões de filosofia, de ciência ou arte, feita em Guimarães, seria de fazer rir as pedras, ainda que possamos uma ou outra vez apresentar trabalhos de primeira mão dalgum dos nossos homens mais distintos. Não passaria, apesar de tudo, na sua generosidade de uma recompilação indigesta, em pior estilo e pior método, das obras feitas; isto é, uma inutilidade. (...). A investigação miúda e perseverante é a base de todo o progresso científico. E dentro do nosso concelho há farta colheita de factos a fazer-se. Não será pois uma lástima que deixemos passar, indiferentes, à nossa vista, os factos vivos que vamos depois estudar mal, *estudando-os só nos livros do estrangeiro*? Deste esforço pela compreensão exacta e pelo indefinido progresso de todas as nossas cousas, não poderá ainda ressaltar mais de uma observação frutuosa, um pensamento aproveitável? E, mesmo que a nossa Revista não passe de um *repositório de factos*, será por isso indigna do incitamento dos sabedores?

[S/a. (1884) Int: iv-v]

A Ciência e a erudição são valores especialmente assumidos pelo ideário liberal como modo de formação do cidadão e da opinião pública local e a institucionalização da Sociedade e a publicação da Revista obedecem decerto a este primeiro objectivo. O seu propósito, claramente enunciado no seu regulamento, é o de contribuir para a instrução popular da região e fazer diminuir o atraso relativo dela no todo nacional.

Não admira, portanto, que nas suas páginas convivam trabalhos de temas diversos, que vão desde as Ciências Históricas à economia local, conselhos de economia prática ou apenas episódios da vida da região. A avaliar pelo número de subscritores e sócios arrolados em alguns dos seus números, podemos inferir do seu sucesso na topografia social local. Especificamente, não deixa de ser significativo o número de trabalhos

dedicados a temas históricos, em sentido lato, incluindo neles a Arqueologia, a Etnografia ou a Epigrafia. Diz-nos bastante sobre o papel que o Tempo e o Passado detinham, entre os eruditos que compunham a Direcção da Sociedade, como elemento de instrução e desenvolvimento.

O tom ligeiro, repassado de uma retórica floreada própria da época, mostra, finalmente, que a *Revista de Guimarães* tem como intenção última captar o maior número possível de leitores entre aqueles, participantes de uma ‘burguesia’ local, que compõem a linha de fractura essencial que estrutura a topografia social de recepção dos trabalhos ali publicados:

[Q]uantas vezes encontra o *médico*, na sua clínica ordinária, uma particularidade digna de nota, e até a explicação de curiosos fenómenos morais, singulares ou colectivos? quantas vezes depara à mão, por assim dizer, o *naturalista* curioso o facto que vem preencher uma lacuna, confirmar uma hipótese, rectificar um descuido? quantas o *advogado*, em todas as relações do direito, uma verdade que mereceria vulgarizar-se? Não temos nós aqui, *em nossa casa*, o exemplo do quanto pode a erudição e sobretudo o perseverante exame dos factos no escabroso terreno da *arqueologia pré-histórica?* (...) [S/a. (1884) Int: iii].

Porém, é justamente esta marca de origem social que dá conta do tom ‘paternalista’ que enforma a concepção da Sociedade e da sua *Revista*, a qual, do mesmo modo, parece estar presente nas próprias concepções do seu patrono, Martins Sarmiento. Nos seus cadernos de apontamentos podemos reconhecer a vasta rede social de contactos de que depende a recolha dos vários materiais e tradições que o investigador vai fixando nos seus escritos e acumulando no seu museu. Este exercício de acumulação toma aspectos muito diferentes quando os detentores dos materiais são o ‘povo’ simples, cuja ‘ignorância’ ingénita lhes impede de reconhecer o valor erudito com que a ciência os nobilita. Em várias passagens destes seus apontamentos, podemos ver como existe uma linha de fractura social, perfeitamente definida pelo investigador, entre aqueles, os seus ‘amigos antiquários’, que reconhecem o valor científico de um material ou uma tradição, porque os situam numa visão geral do Passado, e os ‘ciprianistas’, populares que apenas se movem pelo dinheiro que possam recolher da descoberta de um ‘tesouro’. A diferente ‘valorização’ científica e monetária, dos vestígios arqueológicos, replicam,

na topografia social de que Martins Sarmiento faz parte, as duas ‘metades’ da comunidade local que vemos identificada na retórica da Sociedade e da sua *Revista*. É responsabilidade *moral* da ‘metade instruída’ iluminar os que vivem na ‘ignorância’, os mesmos que, pressupõe-se, os modelos políticos ante-liberais tinham voluntariamente ignorado:

Tudo o que há, realizado pela Sociedade Martins Sarmiento, fê-lo o povo, a sociedade vimaranense, este retalho da pátria tão mal conhecido. (...) Claro está que uma Revista, nas condições materiais e económicas desta, não poderia nunca vir a ser um instrumento muito poderoso de *influência moral* directa nas classes populares. Para esse fim já temos o instituto escolar e os cursos nocturnos, as conferências públicas e a biblioteca popular. E se a este objecto quiséssemos agora dedicar um periódico, faríamos antes um jornal de pequeno tomo, barato ou gratuito, que se insinuaria de per si na algibeira do operário, podendo à *nossa vontade* espalhar as boas ideias e as ideias práticas, tão úteis à pequena indústria. (...). Na vida social de um povo todas as causas se ligam umas às outras por forma indissolúvel. A sorte da instrução popular está intimamente ligada à da sua administração e da sua política. Por isso estes importantes factores de prosperidade ou decadência pública merecerão todo o nosso desvelo (p. II-III e VI)

III. 1.2. A Ciência positiva do Passado

Um dos exemplos mais claros de que a historiografia de Martins Sarmiento pertence a um tempo novo, diz respeito ao modo como procede à crítica histórica do estabelecimento de povos gregos na Península Ibérica. Este problema incluía-se num cenário mais vasto que dizia respeito às origens pré-históricas de Portugal e, por isso, dotado de uma importância ‘de facto’ superior à sua estrita esfera de interpretação histórica.

O problema da formação de Portugal no período histórico havia dado origem, em meados do século, a uma polémica que é talvez, quando considerada singularmente, aquela que mais proeminente se tornou na historiografia portuguesa. Herculano, em ruptura com a tradição mitificada que o antecederia, pretendia secularizar as origens de Portugal e derrubar alguns dos mitos que até aí pretendiam dotar o momento da

nacionalidade de um carácter messiânico e sagrado. Neste domínio, pretendeu o grave historiador retirar credibilidade documental e histórica ao celebrado ‘milagre de Ourique’, que a tradição reafirmava como o elemento mais claro de um plano teleológico de formação da nacionalidade.

Uma vez que Martins Sarmiento investigava sobretudo o período pré-histórico do território que viria a ser Portugal, não é, portanto ao nível da discussão da validade do referido milagre que a sua relação directa com Herculano se irá fazer. Contudo, queremos crer que em termos propriamente paradigmáticos, a ‘secularização das origens’ de Portugal promovida por Herculano é porventura ‘estruturalmente’ mais importante para a compreensão do posicionamento historiográfico de Martins Sarmiento do que a eventual discordância concreta que os dois autores têm na questão da filiação etnogénica dos Lusitanos e Portugueses. A reunião das duas é talvez a melhor expressão da natureza e alcance da historiografia sarmentiana no historicismo romântico português. Porque se relaciona com o modelo herculaniano, a sua crítica das lendas etnogénicas do território adquire a credibilidade da boa crítica que a comunidade científica passava a exigir; porque se opunha ao mestre, no recinto estrito da etnogénese dos Lusitanos, Martins Sarmiento afirmava-se como uma autoridade indiscutida da sua área de investigação.

Em relação à questão substancial da formação de Portugal e da sua relação com os tempos pré-históricos, Herculano, ao propor a sua tese ‘voluntarista’ de que a nacionalidade tinha uma origem propriamente política, não fazia apenas deslocar o ‘motor da história’ para um presente histórico sempre renovado, situação conveniente do ponto de vista ideológico por parte de um tempo liberal que justamente se esforçava por retirar funcionalidade aos títulos de antiguidade da aristocracia e da Igreja, mas impedia igualmente que os factores étnicos, geográficos, linguísticos, pudessem erigir-se como factores explicativos dessa mesma nacionalidade, expressão presente que do passado não possui

a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses povos bárbaros e nós (...) O reino de Portugal formou-se pelos meios da revolução e da conquista [Herculano A 1980: I, 41-2, 82-3].

De algum modo a tese de Martins Sarmiento consiste na aplicação do método herculiano contra a teoria de Herculano. Do primeiro retira a des-sacralização da investigação histórica, para que a segunda possa ser substituída por uma alternativa de igual credibilidade.

A força da posição de Herculano era inegável no seio da comunidade científica dos historiadores portugueses a partir de meados do século, por várias razões associadas que justamente sublinham o seu carácter paradigmático. Era fundada num método rigoroso, fazia uso de proposições teóricas elegantemente apresentadas e coincidia com o fundo ideológico do tempo em que nasceu e dos grupos sociais que a desejavam defender. Por isso mesmo se verá que o seu sucesso é, de início, avassalador, dando origem a manifestações mais ou menos replicadas do original.

Porém, a parte final do século viu surgir novos elementos de análise providenciados pelas novas Ciências Históricas, que irão permitir às gerações posteriores a Herculano redesenhar o mapa da geografia imaginativa do passado, a que não foi alheia a revalorização nacionalista da base 'étnica e linguística' que esteve associada à reconfiguração geopolítica da Europa, na entrada do terceiro quartel do século.⁴⁹⁹

A Linguística, principalmente, mas também a Antropologia, Etnologia, a Geografia e muitas outras áreas do conhecimento pretenderam então discutir a validade da tese de Herculano à luz dos novos dados providenciados por aquelas ciências.⁵⁰⁰ É neste movimento que Martins Sarmiento pretende incluir as suas próprias conclusões. Embora a apresentação da sua tese contenha elementos essencializados que não têm origem nos dados fornecidos por esta heurística materialista, é necessário reconhecer que esses dados detêm um lugar privilegiado em algumas das expressões da sua própria teoria, nomeadamente no terreno da Arqueologia.

⁴⁹⁹ A unificação da Alemanha e a da Itália têm em comum o facto de fazer apelo a factores não exclusivamente políticos como razão justificativa de reunião de várias regiões numa mesma nação. Representam, por isso, uma novidade substancial face ao modelo anterior, bem patente no caso da Áustria-Hungria, cuja legitimidade era estabelecida pela genealogia (parentesco e hereditariedade do soberano) e não pela Etnologia e que, assim, congregava numa mesma nação várias realidades linguísticas, étnicas e geográficas (Matos 1994-95: 400 e ss.).

⁵⁰⁰ Uma vigorosa apresentação e discussão do tema pode encontrar-se nas *Introduções geográficas à História de Portugal*, de Orlando Ribeiro.

No sentido de materializar o contributo de Martins Sarmiento para a des-sacralização da História Antiga de Portugal, gostaríamos de referir três exemplos concretos de aplicação de um método positivo, documental, da interpretação histórica, com o intuito específico de fazer frente à História de contornos lendários que ainda subsistia no seu tempo, promovendo, assim, no seu campo de investigação, uma ‘secularização’ das origens equivalente à de Herculano, mas para tempos mais recuados: o povoamento pré-histórico da Serra da Estrela e a sua relação com os Hermínios de Viriato; a crítica das teorias filo-helénicas do povoamento pré-histórico do noroeste da Península Ibérica; finalmente, a ‘recuperação’ da espiritualidade presente no paganismo, e o papel da Igreja na sua quase obnubilação.

A expedição científica à Serra da Estrela, promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa, de cuja parte arqueológica Martins Sarmiento estava encarregado, é um bom exemplo de ilustração das exigências do novo espírito científico no século de Martins Sarmiento, e claro está, da sua expressão na obra do autor. A expedição é a muitos títulos importante para a compreensão da concepção historiográfica de Martins Sarmiento. Por um lado, porque revela de que modo a ‘produção’ do Passado estava intimamente relacionada com o reconhecimento do território, dentro de um quadro de ‘impulso explorador’ que a animava. De facto, em nenhum outro lugar institucional se pode entender a relação com o Tempo como sendo da mesma natureza da relação com o Espaço. O século dezanove é, de entre todas as épocas históricas, aquele em que o ‘impulso explorador’ mais se desenvolveu e foi apoiado pelas instituições do poder político. Esta similitude entre a exploração geográfica e a exploração histórica revela o círculo completo da confiscação dos elementos constituintes da própria ideia de ‘europeidade’, seja pela recolha de cartografia sistemática dos territórios coloniais conquistados, seja pelo equivalente aprofundamento, no tempo, do passado da sociedade ocidental conquistadora. No modelo positivista e, complementarmente, evolucionista que animava a Ciência deste tempo, é impossível não ver nesta convocação universal do Passado uma forma de legitimação da correspondente conquista europeia do Mundo. A Arqueologia torna-se assim uma expedição propriamente ‘colonial’.

Martins Sarmiento afirma explicitamente que os quesitos do programa da parte arqueológica da Secção exigiam o reconhecimento, na região da Serra da Estrela, das ‘Estações Pré-históricas’ e ‘Monumentos Megalíticos’, ou seja, ‘castros’ e ‘dólmenes’, os dois elementos mais importantes do seu próprio projecto científico. A autoridade que o autor detinha neste campo torna perfeitamente compreensível que o autor tenha sido escolhido para a recolha desses vestígios e redacção do relatório correspondente.

Deste ponto de vista, o do programa científico de Martins Sarmiento, esta expedição teve a vantagem associada de o autor poder estender até à Beira Alta as convicções que o seu espírito já tinha formado sobre o Entre-Douro-e-Minho, configurando, deste modo, uma verdadeira extensão ‘lusitana’ dos elementos da sua civilização ‘calaica’. Vê-se assim que esta extensão é cheia de significado no contexto do problema da etnogénese dos Lusitanos. De facto, uma tendência centrípeta poderia levar a identificar os ‘castros’ com uma realidade exclusiva do quadrante noroeste da Península Ibérica e permitir a insinuação de uma divisão pré-histórica dos espaços referidos à nacionalidade. Ao integrar na Beira Alta, lugar por excelência ‘lusitano’, os elementos da ‘cultura dos castros’, Martins Sarmiento podia enfim apresentar, e representar, a ‘Lusitânia primitiva’ como um todo coerente, uma base civilizacional una, que continha na sua genealogia quer a civilização material descoberta pela Arqueologia, quer as referências históricas da unidade territorial do ocidente da Península Ibérica anterior à organização administrativa romana que haveria de separar Galegos e Lusitanos.

O carácter ‘paradigmático’ deste relatório, *i.e.*, o modo como nele se pode reconhecer o primado das ideias do autor sobre este passado comum, revela-se na afirmação dos elementos pré-históricos comuns entre a Beira Alta e o norte de Portugal. Assim, as estações pré-históricas (‘castros’), encontradas em grande número, são ‘do tipo da Citânia e de Sabroso’, os dois paradigmas que o Entre-Douro-e-Minho tinha providenciado, que, tal como aqui, no ‘pequeno recanto da Beira a civilização pré-romana, romana e pós-romana deixam perceber o os elos do seu encadeamento com uma nitidez relativa’ (Sarmiento 1883b: 132, 138-9).

O mesmo se passa com relação aos monumentos megalíticos. Estes (que o investigador congrega numa mesma natureza sob o nome de ‘antas’ e ‘antelas’) são, para Martins Sarmiento, a sepultura dos povos que habitam os castros e, nesse sentido, ganham uma especial atenção da sua parte os lugares em que os dois monumentos

aparecem a par. É justamente em razão desta congregação redutora de todos os monumentos megalíticos sob uma única função e denominação, bem como a sua respectiva atribuição a uma mesma filiação ‘cultural’, a dos ‘Lígures’, que o autor sente necessidade de resolver uma aparente contradição no seu modelo teórico em função dos dados providenciados pela expedição da Beira Alta, num exemplo particularmente ilustrativo do poder organizador da teoria sobre a informação empírica, no contexto de um paradigma: ‘Não obstante, bem que não encontrássemos nas nossas excursões antela alguma bem definida, inclinamo-nos a crer que nesta região, onde abundam as antas, *também não hão-de faltar antelas (...)*’ [Sarmiento 1883b: 148]. Em todo o caso, a similitude dos monumentos não deixa dúvidas que se encontra em face da mesma civilização a que pertencem os vestígios megalíticos do Norte de Portugal: ‘Daqui, de duas uma, e isto traz-nos à resposta dos quesitos desta parte do programa: ou todos os monumentos (...) são antas, dólmens, e todas as antas desta localidade eram cobertas de mamoadas, ou alguns eram antelas, e a incompatibilidade entre as antas e antelas não tem aqui lugar, *como a não tem também no Minho*’.

A expedição arqueológica à Serra da Estrela participa numa regionalização teórica mais vasta que ultrapassa a própria Serra da Estrela e a Beira Alta. Ela remete para uma ‘geografia imaginativa’, em que as ligações com o norte de Portugal podem decidir da uniformidade territorial do Passado, e do papel que tal uniformidade pode deter entre os factores de formação da própria nacionalidade. A ela se associa o ‘sentido de lugar’, especialmente simbólico, dos Hermínios como o reduto principal dos Lusitanos de Viriato, enredando-se nesta forma numa historiografia mítica que os séculos anteriores vinham insistentemente a propor (cf. Guerra e Fabião 1992).

Regressando, porém, ao que dissemos atrás, Martins Sarmiento, se por um lado se vê impelido a consagrar uma espécie de uniformidade civilizacional de toda a Lusitânia (‘primitiva’, entenda-se), que chega mesmo a estender a todo o território nacional, não deixa de exprimir no seu relatório o novo método historiográfico que o distingue dos autores ‘sem crítica’ dos séculos anteriores. É especificamente neste ponto que vemos de que modo se pode comparar o seu trabalho com o de Herculano. Como este, também Martins Sarmiento faz uso dos seus ‘documentos’, no sentido de retirar inteiramente o crédito de interpretações lendárias, que o investigador designa, significativamente, de ‘preocupações literárias’, fundadas na geografia sacralizada dos Hermínios:

As investigações a que procedemos e as informações que obtivemos dos práticos, autorizam-nos a estabelecer, até provas em contrário, que no coração da Serra da Estrela não há antiguidades a procurar. As *preocupações literárias*, que fariam crer o mais inacessível dos Hermínios habitado pelos nossos antepassados, os lusitanos, tem de desvanecer-se perante a *realidade dos factos*. É possível, é provável, que em ocasiões de grandes perigos, aquele labirinto de precipícios acenasse como um refúgio seguro às populações dos arredores, que lhe conhecessem os escaninhos; mas este refúgio era então um esconderijo, um asilo temporário, que não podia guardar-nos vestígios apreciáveis dos seus fugitivos ocupantes (...). O certo é que no largo trajecto da Serra, *que percorremos*, apenas encontrámos com grandes probabilidades de um arcaísmo legítimo os sinais gravados em dois penedos (...); mas também com toda a probabilidade estes sinais devem ter sido obra dos antigos pastores (...) [Sarmento 1883b: 131].

A expressão da ‘nova’ concepção historiográfica que Martins Sarmento opõe aos historiadores que o precedem não se esgota no episódio, ainda que simbolicamente muito denso, de negação do lugar essencializado da identidade lusitana. Este episódio, que tem, em Martins Sarmento talvez uma motivação ‘local’, pela necessidade de permitir que os Lusitanos sejam ‘deslocados’ no sentido do norte de Portugal, e assim, de Briteiros e Sabroso, é acompanhado por uma crítica generalizada da historiografia iluminista e humanista, no que se refere à presença de Gregos no noroeste em tempos anteriores à conquista romana da Península Ibérica. Enunciada em várias das suas obras, e também na obra paradigmática, *os Lusitanos*, de 1880, esta tomada de posição havia sido objecto de um trabalho específico, alguns anos antes: *Os Gregos do Noroeste da Ibéria*, muito significativamente, um dos primeiros trabalhos científicos de Martins Sarmento, como se o autor quisesse sublinhar a sua entrada no mundo da crítica histórica com uma confrontação directa com os historiadores que o haviam antecedido. Esta tomada de posição tem tanto mais interesse, quanto o autor não deixa de revelar que o próprio Herculano se encontraria entre os autores que se dispunham a acreditar na presença de Gregos na Península Ibérica em tempos tão recuados.

São as próprias palavras introdutórias de Martins Sarmento ao seu artigo de 1876, *os Gregos no Noroeste da Ibéria*, que nos permitem reconhecer todos os elementos que

vão estar em confronto na geo-historiografia deste autor, no que concerne ao papel que o helenismo irá deter na sua teoria etnogénica do passado pré-histórico da Lusitânia:

Alguns escritores modernos, aliás de muito merecimento, dão ainda como assentado que os gregos foram dos mais antigos habitantes do noroeste da Ibéria. (...) Na verdade, autoridades não faltam (...).

Assim, teremos oportunidade de ver o modo como um determinado tipo de considerações sobre a realidade pré-histórica do território no noroeste da Península Ibérica, a existência de topónimos e costumes de carácter acentuadamente ‘grego’, se insere numa estrutura geo-historiográfica mais vasta, em que se torna necessário destacar o papel jogado pela topografia social dos actores intervenientes, ou seja: o modo como a geografia dos actores sociais presentes nesta construção concreta do conhecimento histórico detém uma importância decisiva do seu próprio conteúdo; o modo como a essa topografia social se pode associar uma regionalização teórica ao nível das representações do passado, da sua produção e replicação; o modo como esta regionalização apresenta uma temporalidade e geografia específicas que remetem para condições mais vastas de arranjo geopolítico de cada tempo histórico; finalmente, o modo como, no contexto da regionalização teórica sua contemporânea, nós podemos caracterizar um pouco mais profundamente a psicologia da pesquisa de Martins Sarmento, no que depende, quer das condições externas de inserção na comunidade académica internacional, quer das suas próprias idiossincrasias, sendo esta últimas em tudo dependentes da sua própria geografia pessoal. Do ponto de vista de uma análise paradigmática de uma tradição científica, não deixaremos de tomar em consideração a forma como a representação do passado exprime ilustrativamente todos os universos, metafísico, social e psicológico em confronto.

A questão central a que Martins Sarmento se dedica parte do facto de ser corrente, ainda no seu tempo, a ideia de que os Gregos poderiam contar-se como de entre os mais antigos habitantes da Ibéria. Esta era uma tradição historiográfica que fizera escola nos dois ou três séculos anteriores ao tempo do autor, da qual uma boa parte da historiografia oitocentista fazia ainda pleno eco. A origem de tal tradição historiográfica tinha, porém, uma sustentabilidade nas fontes literárias dos autores clássicos que, justamente, lhe emprestava uma credibilidade que outras mais ingénuas não possuíam,

mas que vingavam, igualmente, desde o tempo dos historiadores ‘humanistas’, até que as polémicas com Herculano as vieram pôr em questão.⁵⁰¹

Como refere o próprio Martins Sarmiento, neste domínio das referências, na literatura clássica, à presença de Gregos na Península Ibérica, as ‘autoridades não faltam’. Entre elas ganha uma especial importância as que são feitas por Estrabão, não só pela sua abundância, mas também pelo facto de, na sua *Geografia*, o autor fazer inúmeras referências a obras de autores mais antigos, o que permite pensar (e não se pode por isso ser em demasia injustos com a eventual sem cerimónia dos autores humanistas e antiquários) que essas opiniões corriam em abundância na geografia grega antiga da Ibéria.

Em Estrabão podem recolher-se inúmeras referências à existência de vestígios de fundação de cidades gregas na Península Ibérica, ou costumes que impressionaram os Gregos que, com a invasão romana, puderam penetrar livremente na Península Ibérica, espaço a que a conjugação do poder geopolítico das diversas talassocracias do Mediterrâneo lhe haviam quase sempre impedido o acesso.

Sob a autoridade de geógrafos mais antigos, ‘Possidónio, Artemidoro e Asclepiades de Mirleia que na Turdetânia foi professor de Gramática e escreveu uma descrição pormenorizada dos povos desta mesma região’, Estrabão apresenta uma série tão extensa de existência de vestígios de Gregos na Ibéria, com especial incidência no noroeste da Península, que torna pertinente citar grande parte de duas passagens (III, IV, 3-4) da sua *Geografia*:

Depois desta [cidade dos Exitanos], fica Ábdera, que também é colónia fenícia. Sobre estes lugares, na região montanhosa, está Odisseia e nela o templo de Atena, como o disse Possidónio, Artemidoro e Asclepiades de Mirleia (...). Este autor diz que estão dependurados no templo de Atenas escudos e esporões de navios, dos de Ulisses; que entre os Calaicos viviam

⁵⁰¹ ‘As palavras de Camões [sobre Luso] resumem bem as concepções espaciais dos autores de Quinhentos ao tentarem reconstituir geograficamente a Lusitânia romana. Subjacentes estão, no dizer de A. Herculano, “dois impulsos” sempre presentes: “o da erudição clássica e o do sentimento da nacionalidade”. Este autor sintetiza o processo da Lusitânia/Lusitanos, entre os humanistas portugueses: “(...) a denominação latina de *lusitani* só começa a ser-nos aplicada no último quartel do século XV, isto é, quando o ardor dos estudos clássicos e a invenção da

alguns dos que fizeram a expedição com Teucro; que por ali existiam cidades, uma chamada Hélenos, outra Anfílocos; que Anfíloco ali morreu e que os companheiros se dispersaram para o interior. (Asclepiádes) afirma que se conta que alguns dos companheiros de Hércules e os (que partiram) da Messénia colonizaram a Ibéria. Este (autor) e outros dizem também que os Lacões subjugaram uma parte da Cantábria. E mencionam também aqui a cidade de Ocela, fundação de Ocelas, na sua passagem para Itália na companhia de Antenor e dos filhos deste. (...). Ninguém poderá estranhar que o poeta (Homero) conte o que existe sobre os erros de Ulisses deste modo tão romanesco, que situa fora (do estreito) das Colunas, no Mar Atlântico, a maior parte dos sucessos que refere acerca do mesmo: porquanto a região explorada fica próxima não só daqueles lugares, como também de outras coisas por ele forjadas de modo que não compôs uma fábula inverosímil; nem (será de admirar) se, alguns, admitindo a veracidade destas mesmas histórias e a grande erudição do poeta, transformaram em ciência a sua poesia, como o fez Crates de Malós e alguns outros. Porém, outros tão grosseiramente entenderam tal escopo (do poeta), que não só embrulham o poeta de todo este grande saber, como se fora um cavador ou um segador, mas também tomaram por loucos os que lograram entender a sua obra. Contudo, nenhum filólogo nem matemático teve coragem de propor a defesa ou rectificação – ou qualquer outra coisa semelhante – do que fora dito por aqueles. Todavia, a mim ao menos me parece possível não só defender como também corrigir muito do que aqueles disseram, e sobretudo aquelas afirmações com que Píteas induziu em erro os que o acreditaram por não conhecerem os lugares do ocidente e norte do Oceano. Mas deixemos isto, porque necessitaria investigação especial e larga.

É muito significativa a segunda metade deste texto e, ainda mais, a relação entre as suas duas partes. Na primeira, Estrabão apresenta uma série de elementos geográficos do Ocidente em que a influência grega ou mesmo a existência de vestígios gregos é reconhecida (e aos quais adiciona muitos outros ao longo da sua *Geografia*). Na segunda parte, vê-se obrigado a incluir esta aparente dificuldade de encontrar vestígios

imprensa tinham feito comum no Ocidente da Europa a leitura dos historiadores e geógrafos gregos e romanos' (J. C. Garcia 1995: 137-138).

de um povo em lugares em que esse povo não tem uma tradição geográfica segura de ter frequentado, numa tradição efabulada, associada a uma temporalidade muito antiga, que associa a autoridade de Homero com a recomposição que essa autoridade veio a sofrer, através do trabalho dos sucessivos comentadores e escoliastas. Existe uma tensão evidente já nos autores antigos, pelo menos em Estrabão, entre a ‘verdade de um desejo’ e um ‘desejo da verdade’, que se reproduz na tradição geográfica moderna ocidental, nomeadamente entre os humanistas e academistas, que dá por isso mesmo razão à afirmação crítica de Martins Sarmiento, mas de que em última análise este próprio autor não está inteiramente isento, como o não estão os outros autores da crítica sua contemporânea.⁵⁰²

Se tivermos em consideração a ‘topografia social’, isto é, a estrutura que dispõe geograficamente e organiza social e epistemologicamente os actores sociais, as *pessoas*, que são convocadas pelo investigador para o cenário da sua narrativa, que se podem recolher das marcas propriamente textuais e citacionais de Martins Sarmiento sobre a problemática da presença de vestígios gregos na Península Ibérica, especialmente no seu extremo noroeste, facilmente se conclui que os actores convocados são de épocas históricas e origem geográfica muito diferenciadas, e que cumprem papéis muito diversos na regionalização teórica da historiografia em questão.

Os autores ‘modernos’, não muito abundantes, são, na sua singeleza, de enorme significado na intenção crítica do investigador. No trabalho de Martins Sarmiento que estamos a acompanhar existem apenas três referências a autores de cronologia entre o século dezasseis e dezoito. Porém, se o período histórico está escassamente representado, é na geografia (ibérica) da sua distribuição que podemos recolher o carácter fundamental da sua convocação pelo investigador.

São eles, os autores referidos, o humanista André de Resende, o crítico histórico Enrique Flórez e o académico português Caetano do Amaral. Quando afirmámos que o elemento mais saliente que unificava os autores deste período cronológico era a sua geografia, queríamos justamente referir a característica de serem todos eles autores

⁵⁰² ‘Estrabão torturava os textos de Homero no intuito de provar que o poeta conhecera o Atlântico...’ (Sarmiento 1876: 4).

peninsulares. São assim, considerados em conjunto, os historiadores que produziram um determinado tipo de narrativa historiográfica sobre a Península Ibérica, especialmente sobre o passado desta região, baseado na crítica das fontes históricas de cronologia greco-romana. Desde este ponto de vista, interessa saber o que podem ter em comum, enquanto considerados por Martins Sarmiento, as opiniões veiculadas pelos quatro livros das *Antiguidades da Lusitânia*, de Resende, pela *España Sagrada*, de Flórez, e pelas *Memórias de Literatura Portuguesa*, de Caetano de Amaral e de que modo essas características comuns se dispõem na estrutura narrativa de Martins Sarmiento. O contexto de utilização e os comentários associados pelo último às opiniões historiográficas daqueles não deixam, a nosso ver, margens para grandes dúvidas que se trata de uma relação de clara oposição interpretativa.

De Resende, destaca Martins Sarmiento a opinião do humanista sobre a possibilidade de os Gregos antigos poderem ter viajado até ao Ocidente, notando que, para o autor eborense, algumas das manifestações ‘gregas’ dos povos indígenas da Península Ibérica diriam respeito especificamente aos Lusitanos.⁵⁰³

Flórez, por seu lado, cumpre na narrativa de Martins Sarmiento o papel especial do próprio *mote* de apresentação do seu pensamento sobre o tema central em análise:

Esta opinião [de que os Gregos teriam sido dos primeiros habitantes do noroeste da Ibéria] funda-se decerto nas um pouco imponentes de Flórez, para o qual a crítica de hoje somente tinha que opor conjecturas especulativas à autoridade dos geógrafos e historiadores antigos [Sarmiento 1876: 1].

Não é portanto em termos substantivos que levam Martins Sarmiento a convocar o académico espanhol para o interior da sua narrativa. Ao contrário, é pela apresentação da sua relação face às informações do autores antigos que permite a Martins Sarmiento afirmar a sua própria fonte de proposições críticas. Nesse sentido, a grande diferença da crítica contemporânea face aos seus antecessores modernos passa especificamente por uma nova relação com os textos clássicos: uma fonte insubstituível de informação

⁵⁰³ ‘Os argumentos linguísticos a que alude Resende teriam algum valor, se ele pudesse provar-nos que as tantas palavras gregas da sua silva datavam de Ulisses e Diómedes, a *cujas viagens ele não põe contras*’ (Sarmiento 1876: 4, nota 1)

respeitante ao passado da Península Ibérica, mas, sobretudo, um lugar de exercício de uma hermenêutica renovada, em que a verdade ‘literal’ dos textos deve ser submetida ao contexto interpretativo global, no qual devem concordar todas as objectividades produzidas, não só pela crítica histórica renovada mas também, e muito centralmente, pela concorrência das disciplinas paralelas à História, nomeadamente a Linguística e a Arqueologia.

É, porém, na referência a Caetano do Amaral que mais bem se pode aferir o carácter ‘socialmente topográfico’ da ruptura paradigmática da historiografia de Martins Sarmiento quando considerada face à historiografia que o antecede. Este autor, Caetano do Amaral, representa, de algum modo, a tradição historiográfica académica, contra a qual a história documental de Herculano se havia erguido e da qual havia ainda manifestações expressivas ao longo de todo o século dezanove (Ramos 1983). Pensamos, por isso, que a referência que lhe é feita por Martins Sarmiento, se bem que diga respeito a questões substantivas da problemática da presença dos Gregos no noroeste da Península Ibérica, também contém um elemento explícito de crítica que é, também, uma crítica inteira de uma escola historiográfica ‘positiva’ a uma anterior, académica, com a qual pretende consumir uma descontinuidade epistemológica:

O helenismo dos costumes ibéricos foi levado à *última exageração* [s.n.] por Caetano do Amaral. Diz ele: «Jogos, certames públicos, sacrifícios, casamentos, arte de augurar, tudo é de gregos». Estrabão, em cuja autoridade se funda Amaral, não vai tão longe. Nem dá como gregos os «certamina gymnica armata et equestria» nem os ritos sanguinários usados entre os povos que (...) Amaral [entende serem] grávios, amphilóquios, etc. [Sarmiento 1876: 4, nota 1].

Os autores modernos reunidos por Martins Sarmiento, se são poucos, marcam, ainda assim, uma presença significativa no seio da sua crítica historiográfica, no contexto da problemática da existência de vestígios gregos no noroeste da Península Ibérica. São, por um lado, a continuação historiográfica dos autores clássicos dados à efabulação das verdades históricas em lendas ditadas pelo nacionalismo exacerbado. São também, para lá de contribuidores substantivos da problemática em questão, o espelho em que Martins Sarmiento reflecte a sua própria historiografia, de modo a dar relevo aos novos métodos

de crítica histórica, e, conseqüentemente, aos novos resultados que através dela se podem alcançar:

A conciliação de todas estas dificuldades e que ao mesmo tempo ressalvava a boa-fé dos antigos, pondo fora de debate a frequente casualidade de tais analogias (...) pende, a nosso ver, somente da possibilidade de se haverem conservado entre algumas populações gregas e algumas populações do Noroeste da Ibéria costumes antiquíssimos, que mesmo na Hélada ficaram intactos no meio da transformação quase geral das velhas instituições. Neste caso, os observadores gregos abraçariam a nuvem por Juno. É assim que, se eles nos falam das hecatombas *ritu graeco* dos montanheseiros do Noroeste da Ibéria (...), podemos acreditá-lo confiadamente, mas nada nos obriga a acreditar ao mesmo tempo que viesse algum grego à Ibéria ensinar o ritual destas cerimónias. Este rito devia ser tão velho como a migração ariana para a Europa. (...) O rito das hecatombas não era pois privativamente grego, helénico: era ariano, e populações arianas ninguém põe em dúvida que as houvesse na Ibéria desde tempo remotíssimos.

Que a geografia de distribuição das obras da historiografia ‘moderna’ se resuma à Península Ibérica tem, por isso, pensamos nós, uma dupla qualidade, substantiva e crítica. Se, por um lado, é a afirmação do valor da origem local do pensamento histórico, representa, também, o lugar da genealogia desse mesmo conhecimento local. Essa genealogia, porém, já não pode prescindir dos novos elementos que a família da Ciência irá alargar ao espaço de uma outra Europa. É por isso que os representantes dessa ‘nova historiografia’, que são, naturalmente os autores seus contemporâneos, se apresentam numa geografia de distribuição que é também, plena de significado geo-historiográfico.

Um terceiro episódio de ‘secularização’ das origens etnogénicas, que aqui associamos ao da des-sacralização da ‘geografia mitificada dos Hermínios’ e da presença dos ‘Gregos no noroeste da Ibéria’, diz respeito ao papel que a religiosidade popular detém na historiografia de Martins Sarmiento. Se o incluimos nesta secção, tal deve-se ao facto de, tal como na historiografia herculaniana das origens de Portugal,

estarmos em presença de uma desmistificação dos elementos da ‘geografia imaginativa do passado’ promovidos pela Igreja.

Neste último caso, não se trata de uma confrontação conjunturalmente tão directa como a que, por exemplo, opõe Herculano à reacção eclesiástica aos seus trabalhos, cujo azedume não será alheio à determinação profundamente anticlerical deste historiador em abandonar o seu grande trabalho sobre a História geral de Portugal para se deter sobre o campo específico da Inquisição em Portugal. Porém, ainda que desenvolvida sob menor polémica, também a obra de Martins Sarmento contém uma fatia relevante de confrontação, estruturalmente muito determinante, entre uma essencialização da vida espiritual primitiva do fundo ‘ariano’ português e a imposição por parte da Igreja, sobre esse fundo de paganismo, de uma ‘falsificação’ dos nomes e dos cultos, por substituição progressiva por nomes e cultos da liturgia cristã.

Desde logo, convém destacar o modo como, no domínio da religião, a temporalidade de Martins Sarmento é também, como nos outros domínios da dinâmica cultural considerada em termos gerais, profundamente a-histórica. Apenas dois momentos são significativos, para o autor, na estruturação da dimensão religiosa da etnogénese dos povos que habitam o território português: a origem ‘ígnea’ que a difusão ‘ariana’ trouxe ao ocidente da Península Ibérica, em tempos tão recuados quanto o século quinze, substituindo o estado animista dos ‘trogloditas’ que desalojou, e o Cristianismo que o Império Romano lhe fez sobrepor. Tudo o resto, ou é inteiramente negligenciado, ou considerado como uma entretradução vasta entre esferas ‘arianas’ equivalentes, incluindo o próprio Olimpo romano.

O Cristianismo, uma vez introduzido pelos Romanos, adoptado pelos Germanos e recuperado pelos Godos da Reconquista, teria então tido a intenção de fazer desaparecer todos os vestígios do paganismo ‘ariano’ inicial, através das estratégias complementares de proibição e substituição. A demonstração clara de que o Cristianismo fora activamente responsável pela diabolização do paganismo, vê-a mesmo Martins Sarmento no facto de ter-se colapsado numa mesma significação a designação dos dois momentos pagãos por excelência da história do território, os pagãos ‘arianos’, originais, e os pagãos ‘mouros’, subsidiários, facto que justificou que a tradição popular tivesse guardado o nome de ‘coisas de mouros’ para identificar tanto os vestígios dos tempos pré-romanos que encontrava como as histórias a eles associadas. Porém, a iconografia

pervivente dos signos ‘ígneos’ do ‘arianismo’ profundo não deixariam nunca de co-habitar com os monumentos edificadas pela Igreja.⁵⁰⁴

A proibição activa do passado associado ao paganismo pode ainda hoje rever-se em algumas das determinações de alguns dos primeiros concílios do noroeste da Península Ibérica, de Braga e de Toledo. Da virulência específica detectada naqueles textos, conclui Martins Sarmiento que o fundo pagão de espiritualidade ‘ariana’ se encontrava ainda bem vivo naquele tempo.⁵⁰⁵ Da necessidade de apagar qualquer vestígio da ordem espiritual anterior, existe, de resto, segundo o investigador, uma marca propriamente arqueológica: as capelas construídas no cimo dos montes, alguns dos quais com indícios de edificação de um povoado fortificado.

A partir da cronologia relativa dos escritos de Martins Sarmiento pensamos que se pode mesmo detectar uma ligeira evolução do seu pensamento nesta questão da substituição dos cultos pagãos por equivalentes cristãos. Em 1884, ainda o autor considerava da mesma ordem as capelas e igrejas que se situavam no topo dos montes em que existiam castros ou, pelo menos, cultos pagãos com eles associados. Porém, mais tarde, passa a considerar que são apenas as Igrejas que traduzem a continuidade de povoamento, que só no caso em que a população não desceu para o sopé (como o caso paradigmático do Freixo em que a igreja matriz se situa no cimo do monte, o que indicia uma população que não abandonou a primitiva localização do povoado fortificado) este tipo de templo pode ser descoberto no cimo do monte; pelo contrário, as capelas ou ermidas que se vêem disseminadas pelo cumes dos montes dizem necessariamente respeito a um estratégia de substituição promovida pela Igreja ao longo do tempo, até mesmo em cronologias bem recentes, de desalojar um culto pagão original que teimava em manter-se naquele lugar.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ São disto mesmo exemplos, a igreja matriz de Valença do Minho, onde se podia conhecer ‘um suástica idêntico ao de Briteiros’ e da de São Miguel do Castelo, em Guimarães, cuja iconografia ‘faz lembrar o estilo ornamental de Sabroso e Citânia’ (Sarmiento 1883b: § 63).

⁵⁰⁵ ‘Os anátemas (...) nunca surtiram o melhor efeito e sabe-se que o expediente mais prestante era cristianizar estas costumeiras. Neste intuito, erguia-se muita vez um monumento onde um monumento, ou a memória de um monumento pagão se obstinava a conservar-se’ (Sarmiento 1884c: 168).

⁵⁰⁶ ‘[É] intuitivo que dentro de cada uma destas velhas povoações devia haver um templo, um lugar sagrado a uma divindade pagã, célebre pelos milagres. (...) Pode afirmar-se com certeza que os primeiros templos cristãos não escolheram tais posições inteiramente por acaso, se exceptuarmos os Castros que, em pleno Cristianismo, ainda eram

Será, porém, nas tradições populares que Martins Sarmiento irá reconhecer a expressão evidente de que o paganismo corria afinal mais ou menos disfarçado sob as diversas nomenclaturas que o Cristianismo foi impondo. Sendo muitas as referências na sua obra a tradições populares oriundas do paganismo e que a Igreja foi substituindo gradualmente por elementos equivalentes da hagiografia cristã, faremos aqui referência a um deles que, pelo seu carácter exemplar, pode ilustrar convenientemente as principais características que o investigador reconhece nesta espécie de ‘interpretatio’ cristã: a *Senhora do Monte*.

O Monte da Senhora do Monte, maciço montanhoso cercado por várias das freguesias que foram objecto de detido reconhecimento por parte de Martins Sarmiento, é por este autor reconhecido como ‘o mais rico em lendas de quantos tenho conhecido até hoje’ (Sarmiento 1896b: 152). A descrição que Martins Sarmiento faz da sua exploração e da recolha das tradições populares com ele associadas de grande interesse, na medida em que nos permite aceder à concepção que o investigador detinha sobre a natureza das tradições populares no quadro geral da teoria etnogénica do território.

A essencialização do ‘espírito do povo’, característica dominante ao longo de todo o movimento romântico, levou a que a recolha de tradições e narrativas populares fosse uma actividade promovida pelos autores ao longo de todo o século dezanove. De facto, independentemente das várias faces que este movimento foi apresentando ao longo do tempo, o ‘romanceiro’ assumiu sempre um papel privilegiado na Etnografia.⁵⁰⁷

Martins Sarmiento não é, a este respeito, diferente do seu século. O investigador não negligenciou nunca a face etnográfica da sua pesquisa, promovendo o levantamento das tradições populares da sua região e, sobretudo, integrando essa informação, como veremos, como um elemento fundamental da sua teoria etnogénica, aquele que, justamente atravessando o arco do séculos, torna mais real a presença do Passado no

habitados por uma população avultada e continuaram a sê-lo daí em diante. [E]stes castros não são vulgares e nos que existem encontra-se, não uma capela, mas uma igreja paroquial (...) É, pois, para mim muito provável que as capelas construídas nos altos mirassem principalmente a desalojar algum culto idólatrico ali radicado, e que só deste modo podia ser dissolvido lentamente’ (Sarmiento 1884c: 168; Sarmiento 1896b: 151).

⁵⁰⁷ Iniciada com Garrett, a procura da ‘ficção popular’ ainda animava o espírito dos evolucionistas, como o demonstra a recolha de contos populares levada a cabo por Adolfo Coelho, quase um século mais tarde.

Presente e justifica vividamente a estratégia de filiação dos Portugueses nos povos pré-históricos do território.

É muito curioso constatar que, no contexto do estudo das tradições populares da sua região, Martins Sarmento revela uma absoluta confiança na natureza das informações que a tradição oral popular lhe apresenta. Desde logo, este é um elemento que nos remete para a dimensão metafísica da estruturação paradigmática da sua teoria histórica, pois que a partir dele nos damos conta que a concepção do Tempo neste investigador é essencializada ao ponto de os vários séculos que medeiam a origem e destino desta viagem narrativa não terem em nada contribuído para a sua expressão e conteúdo. É uma fonte cristalina que nos permite conhecer quase directamente a vida espiritual do povo pré-histórico dos Lusitanos, e se dizemos ‘quase’, é porque, mesmo do ponto de vista do investigador, existem dois elementos que se interpõem e desfiguram a pureza inicial da informação: por um lado, a sobreposição de dois episódios de ‘interpretatio’ que modificam os nomes das divindades e o contexto dos cultos, a ponto de os tornar quase irreconhecíveis, que são o olimpo romano e a hagiologia cristã; por outro, a própria condição social dos herdeiros desta longa tradição cultural. Para Martins Sarmento, o modelo de dinâmica social que é invariavelmente invocado para a explicação da dinâmica história do território passa pela sempiterna oposição entre uma ‘aristocracia’ invasora (os *equites* celtas, os *latifundiários* ou *magistrados* romanos, os *cavaleiros* godos, etc.) que se sobrepõe mas nunca verdadeiramente remove a grande massa popular (os ‘Lígures’, os Lusitanos, os Portugueses...), que se mantém assim detentora da vida espiritual dos primeiros ‘arianos’, que se difundiram no noroeste da Península Ibérica. Este modo de conceber o Tempo e o papel consagrado aos ‘informadores’ populares exige, por isso, que estes estejam o mais possível ‘incontaminados’ pelo tempo presente e que exibam, assim, a dupla característica de ‘aldeão’ e, se possível, ‘octogenário’, como acontece justamente na tradição popular associada ao Monte da Senhora do Monte:

[V]em a propósito dar conta de uma variante que me forneceu um *octogenário* [s.n.] de Silves. Na sua história, não era uma moura. Mas o que lhe parecia claro era para mim uma confusão aliás interessante, porque nunca vi dar a uma moura o título de Senhora, em qualquer sentido que tome

esta palavra (...) [É]-me impossível fugir à suspeita de que o culto da Virgem teve por fim destruir o culto de uma antiga divindade.

A citação anterior indica-nos já qual é a estratégia interpretativa que Martins Sarmiento irá associar às tradições populares que recolhe na sua região, e especificamente a tradução mistificadora que, segundo o autor, a Igreja lhes impõe. A importância historiográfica da tradição do Monte da Senhora do Monte é a de justamente ilustrar o modo como, para o investigador, esta manobra mistificadora que a hagiologia cristã opera sobre o fundo espiritual ‘ariano’ dos habitantes das aldeias se revela na sua própria imperfeição.

Os ‘rústicos’, como lhe chama Martins Sarmiento, hesitam na ordem narrativa e na atribuição dos papéis das personagens envolvidas na tradição popular, não apenas porque tais narrativas dizem respeito a tempos muito recuados, nem tão pouco porque a própria dinâmica social responsável pela evolução histórica, acima referida, vai relegando estas testemunhas principais do ‘tempo longo’ para a obnubilação correspondente à ‘marginalização’ social e geográfica de que são vítimas; mas, sobretudo, e muito significativamente, pela aculturação imposta por um novo universo espiritual trazido com a religião cristã para a Península Ibérica, universo esse nunca verdadeiramente aceite pelos mais ‘simples’ que, tendo que aceitá-lo, nele fazem perviver, mais ou menos veladamente, os elementos daqueloutro universo espiritual que nunca quiseram verdadeiramente abandonar. É na pluralidade de versões e nas contradições internas de cada uma delas que Martins Sarmiento recolhe a garantia de que está em presença, quando recolhe a tradição oral dos ‘octogenários rústicos’, de uma voz narrativa intemporal que, desfigurando-se no trajecto, atravessa o tempo de todas as ‘invasões’ que nos separam do tempo essencializado dos ‘Lígures’ do século XII:

Eu não juraria que a Senhora, venerada hoje no cimo do monte, a que dá o nome, substituísse uma divindade igual à da estátua, transformada em Guimarães na de Santa Maria; mas que substituísse uma ou mais divindades pagãs é, repito, uma suspeita que ninguém varrerá do meu espírito. O *meu octogenário* [s.n.] de Silves confirmou-me uma versão que, sem alterar no essencial as minhas conjecturas, me não deixa caminhar por uma Estrada coimbrã. Segundo esta versão, não há inteira certeza se no monte é venerada uma só Senhora, se três, e o ancião inclinava-se à segunda alternativa,

alegando que o monte se chamava ‘Monte das Três Virgens’. Confessava, porém, que só uma delas se sentava no penedo sagrado, na posição já sabida, e que ele imitava mais ao vivo que podia, apoiando a cabeça numa das mãos. Ora é de advertir que o culto das Matres, precisamente no número de três, era vulgar e famoso em todo o ocidente e nomeadamente na Galiza, como o prova uma inscrição da Corunha. Para substituir as três Matres é que o Cristianismo não tinha senão a Senhora, e daqui podia muito bem provir a hesitação que se nota nas nossas duas versões (...) [É], a meu ver, por estes factos e semelhantes que melhor se prova a nossa solidariedade com os Lusitanos e Galegos; a nossa *continuidade étnica* [s.n.], que alguns investigadores têm negado, e que muito importa estabelecer por mais de uma razão [Sarmiento 1896b: 157].

A importância da ‘hermenêutica sarmentiana’ operada sobre a tradição da Senhora do Monte não se resume, contudo, à possibilidade de ‘confiscar’ este tempo longo que, a não se manter inalterado nas aldeias recônditas, estaria para sempre perdido. Além desta recuperação do ‘Tempo’, as tradições populares servirão também para Martins Sarmiento fixar as fronteiras do ‘Espaço’ cultural mais vasto que a dinâmica histórica retalhou em unidades políticas que, sendo unicamente referentes às ‘aristocracias invasoras’, não respeitam a unidade espiritual do ‘povo’ que essas mesmas aristocracias desprezam e tornam invisíveis. Assim, para Martins Sarmiento, cremos que a instabilidade da fronteira política que foi atravessando, ao longo do tempo, o território que viria a ser Portugal, não tem a mesma capacidade ‘fixadora’ das unidades civilizacionais do ocidente da Península Ibérica que detêm as linhas que emergem vindas do passado mais distante.

No contexto de afirmação de um ‘espaço-tempo’ original, referido a um passado ‘ariano’ comum a todo o ocidente da Península Ibérica, toma uma especial importância a questão do limite administrativo romano entre a Lusitânia e a Callaecia, e, dentro desta, das sub-regiões ‘bracarense’ e ‘lucense’. Não que a ‘arianidade’ do ocidente da Península Ibérica se resumisse, para Martins Sarmiento, ao território ao norte do Tejo; pelo contrário, como se viu no momento de caracterizar a hermenêutica etnográfica da *Ora maritima* de Avieno e igualmente na restituição da geografia da Argonáutica ‘fenícia’, para Martins Sarmiento a região contígua do sul de Portugal e da Andaluzia até

ao limite do Xucar participava inteiramente nos domínios de colonização dos ‘Lígures’ do ramo do Reno. Porém, ao identificar a região do Entre-Douro-e-Minho com a da Galiza, Martins Sarmiento contribui para a resolução do problema de aferição dos principais vestígios arqueológicos, os ‘castros’, que bem sabia distribuírem-se pelas duas margens do Minho e também a norte e sul do Douro, além de que fazia estender até à região ‘bracarense’, e por arrasto à Lusitânia, toda a tradição narrativa lendária das Ilhas Britânicas que referiam as relações de navegação com a margem cantábrica da Península Ibérica, das quais o investigador retirará não poucas consequências para a sua teoria etnogénica.

Em resumo, a ‘secularização’ das origens pré-históricas de Portugal tem, em Martins Sarmiento, mais do que uma expressão episódica, expressa na desautorização das geografias ‘sacralizadas’ de lugares que a tradição historiográfica havia erigido em dogmas invariáveis da Memória, como são os casos do povoamento dos Hermínios ou da presença de Gregos em tempos antigos no noroeste da Península Ibérica. Ela é, também, uma ‘ontologia’ de restituição, uma afirmação do mundo espiritual do paganismo frente à hagiologia cristã na explicação do fundo espiritual da ‘Nação’. O ‘povo’ é o guardião dessa memória de um universo espiritual ‘ariano’ que nenhuma das invasões por que o território vem a passar ao longo da história consegue definitivamente apagar. A ‘natureza das coisas’ implicou que essa memória, funda no tempo, se vá recolhendo para as serras, para as aldeias, conforme o olimpo romano e a comunidade dos santos cristãos vão usurpando as funções e os nomes do olimpo ‘ariano’ dos Lusitanos, de que Corono, Bormânico ou Turiaco são os últimos resistentes. O próprio Júpiter, com manifestações epigráficas conhecidas (e em ambientes não urbanos, em que se exigiria a sua adopção por parte dos indígenas), algumas das quais recolhidas pelo próprio Martins Sarmiento, não significaria mais do que uma *interpretatio* forçada pela invasão romana, substituindo definitivamente um nome de uma divindade indígena de atributos semelhantes. Roma, Império e Igreja: a maior de todas as invasões da Península Ibérica duplamente se interpõe entre o passado ‘ariano’ do noroeste e o seu presente cristão, cuja imperfeita sobreposição permite ao etnólogo do século dezanove acreditar ser possível recolher o ‘tempo original’, além de garantir um argumento principal no sentido de negar que um *ermamento* medieval (tese que, em outros moldes,

viria a ter tão grande aceitação a seguir ao tempo do investigador) pudesse ter rompido, em algum momento, o fio ininterrupto que une o Passado com o Presente:⁵⁰⁸

O Júpiter das nossas inscrições é um deus puramente romano, adoptado pelos *nossos antepassados* [s.n.]?⁵⁰⁹ Eu duvido muito. (...) Não há, pois, nada de surpreendente em ver (...) o culto de Corono a par de Júpiter; e o que eu quero relevar, em reforço das considerações que já fiz, falando das mouras, é que temos aqui documentos certos acerca de algumas divindades pagãs, com que *o cristianismo teve de lutar* para estabelecer o seu predomínio. Estabeleceu-o, sem transigir com a teimosia que caracterizava os rústicos, *pagani*, e que deu origem ao celeberrimo vocábulo – paganismo? As lendas, que coligi nas páginas antecedentes, forçam à negativa, caso se não prove que a velha população pagã destes sítios foi varrida por algum cataclismo que levou igualmente as suas tradições locais. *Essa prova ninguém a poderá produzir nunca, penso eu.* A ideia de que a invasão bárbara do século V da nossa era despovoou as cidades e os campos, dando lugar a uma gente nova, é absolutamente inadmissível. Sobretudo os rústicos, os *pagani*, vivendo da agricultura, não tinham para onde fugir, mesmo que se lembrassem disso, e eram muito indispensáveis aos novos senhores do solo, para que estes os exterminassem. As mesmas lendas locais, de que demos conta, não são uma pequena prova em favor desta doutrina, visto não compreender-se que uma população estranha a tais e tais lugares e vindo ocupá-los numa época que não podia já deixar de ser cristã, os enchesse de tradições de origem evidentemente pagã e com as minuciosidades surpreendentes que deixamos especificadas atrás [Sarmiento 1896b: 165-6 e nota 2. Os sublinhados de ênfase são nossos].

⁵⁰⁸ Ainda que não tenhamos a intenção de exercer comentários críticos em temas para os quais não estamos naturalmente habilitados, refira-se que alguma crítica contemporânea não desdenha igualmente a possibilidade de ver em algumas das divindades indígenas do território da ‘Lusitânia primitiva’ uma ‘centralização’ de funções ‘olímpicas’ de uma divindade dominadora, a que o nome ‘Bandua’ daria alguma sustentação epigráfica (Brañas 2000: 61-62).

⁵⁰⁹ Repare-se como estas palavras de Martins Sarmiento ilustram o seu posicionamento face ao Passado e, especialmente, à questão da identidade propriamente local. Por ‘nossos antepassados’ entende o autor os povos pré-romanos, excluindo, portanto, os Romanos do noroeste da Península Ibérica dessa designação comum, assim filiando directamente a tradição oral do século dezanove na primeiras daquelas duas esferas culturais essencializadas.

III. 2. Lugar

III. 2.1. A obra sarmentiana no contexto do seu tempo

Em Martins Sarmiento a regionalização e nacionalização da cultura, entendida como renascimento de uma deposição intemporal de uma civilização superior ('ariana') no nosso território e mantida através da memória popular, vieram a ser consubstanciadas em projectos culturais de feição institucional nítida. Muito especialmente *Os Argonautas* representam uma espécie de transitividade entre o domínio transcendental do sublime histórico, garantido pelo carácter épico da própria narrativa e o domínio prosaico e concreto da crítica histórica 'positiva'.

O modelo de recuperação da história e de apresentação 'sublime' da epopeia dos Lusitanos, consubstanciados nos 'Lígures' do noroeste da Península Ibérica, tem pois de ser entendido como uma manifestação de um projecto intelectual que é ao mesmo tempo cívico. As próprias palavras de Martins Sarmiento vão nesse sentido, quando faz referência ao penoso que lhe foi produzir o seu trabalho em algumas das fases da sua vida. É um ofício de historiador o seu, mas também o de um homem com preocupações cívicas, nas quais a Ciência ocupa lugar proeminente como forma de resgate de um Passado que apenas o 'povo' e o 'historiador' conhecem:

Onde a revolução se presume radical foi no mundo social e político. Mas que é das provas? Quando no século XII o nosso país recuperou a sua autonomia, aparece-nos com certas instituições, certas costumeiras, que não têm nada a ver com os Romanos. De onde veio isso? Viria dos Germanos do século V? Dos Sarracenos do século VIII? Mas, se se prova que tais instituições se não encontram nem nos Germanos, nem nos Árabes, e que têm sua correspondência nos Câmbrios e Irlandeses, nenhuma dúvida restaria de que elas tinham afrontado os séculos e as revoluções, como esses arruinados castros que as protegeram com os seus muros. Descobertas desta espécie não nos surpreenderiam nada. Muito mais sujeitas a uma rápida transformação, que os fenómenos do mundo moral, político e social, estão as tradições concernentes à ordem material. Seria pouco de estranhar, por exemplo, que a influência romana proscresse para sempre a arquitectura rude e acanhada que encontrou aqui, a ornamentação quase infantil dos seus edifícios. Não

sucedeu assim. Na Citânia, que perdurou até Constantino, a julgar por uma moeda deste imperador lá encontrada, não faltam vestígios de indústria romana; mas a arquitectura com a sua característica ornamentação é sempre a tradicional, e nós cremos firmemente que em muitas das nossas antigas igrejas estas tradições artísticas atravessaram a dominação dos Romanos e as subsequentes. Estes exemplos que, diga-se duas vezes, não miram a negar a importância da influência do povo-rei, bastam ao nosso propósito, que é indicar uma orientação bem determinada ao estudo das nossas origens e à interpretação dos monumentos de toda a espécie que nos restam do passado. Se o pudéssemos conseguir, por bem pagos nos dávamos de um trabalho, *que nos custou mais fadigas do que a maioria dos leitores talvez suponha.*

[Sarmiento 1896d: 287-8]

A produção da obra historiográfica de Martins Sarmiento tem, como se depreende das suas palavras, um carácter cívico acentuado, obedece ao cumprimento de uma intenção ética mais ou menos explicitada. A história etnogénica dos Lusitanos, a que Martins Sarmiento se dedica durante mais de duas décadas, é a expressão romântica do seu século, porque exige do historiador uma qualidade a mais do rigor da crítica severa dos documentos, o carácter moral incontornável de devolver ao País a visão dos seus sólidos alicerces da civilização. A tradição historiográfica romântica estava imbuída deste carácter quase ‘missionário’, da qual Herculano é uma das mais evidentes expressões, autor que explicitou muito claramente os limites e atributos de uma História assim considerada: ‘[N]o meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-na os que podem e sabem; *porque não o fazer é um crime*’. Esta frase de Herculano é tão significativa pelo que não diz, ou diz implicitamente, como pelo que explicitamente afirma. Ao definir o trabalho de um historiador como tendo que deter determinadas características éticas e cívicas, Herculano não apenas designa as qualidades que deve possuir quem pratica a História, como, complementarmente, *quem a não deve praticar.*

O deslizamento de uma prática científica para uma actividade imbuída de preceitos extra-científicos, terá, como é de esperar, uma incidência muito clara em Martins Sarmiento e, por isso, veremos como a sua oposição propriamente historiográfica aos

seus adversários incluirá inúmeras vezes acusações de dogmatismo, o que é reconhecer, e fá-lo-á até em relação a si próprio, que a certeza relativa das proposições científicas se estabelece em domínios que largamente as ultrapassam.

Esta determinação ética presente na historiografia de Martins Sarmiento concilia-se muito bem com a sua biografia como autor: publicando primeiro poesias, desistindo destas e dedicando-se ao jornalismo de opinião e decidindo, finalmente, abraçar a missão de historiador, o autor revela, no desenvolvimento da sua própria obra, a prevalência inequívoca das emoções, do sentimento, da intervenção, atributos que estão presentes no *Zeitgeist* romântico de que é participante. Para compreender com alguma profundidade as motivações que estão por trás da produção historiográfica de Martins Sarmiento, a questão da genealogia da sua própria obra deve ser destacada, pois só à luz dela se pode compreender a sua fase final. A obra histórica deste autor é o último elo, ‘positivo’, assim lhe chamou Mário Cardoso, de uma cadeia que tem início muito antes, e que revela, em todas as suas partes, o carácter ética e politicamente motivado do seu autor.

Quando se pretende descobrir quais as razões principais que levam Martins Sarmiento a produzir a sua obra histórica, devemos destacar, desde logo, quais eram os leitores a quem ele se dirigia, qual a ‘topografia social’ em que se desenhavam os caminhos de difusão e recepção do seu trabalho.

Num trabalho de cunho fortemente polémico, *Lusitanos, Lígures e Celtas*, publicado na *Revista de Guimarães*, entre 1890 e 1894, Martins Sarmiento explicita de uma forma muito clara de quem seriam os alvos preferenciais do seu trabalho, pelo menos do seu ponto de vista consciente:

‘Por causa dos Lígures, com que os meus amigos já iam simpatizando, acaba de me dar uma formidável descompostura o sr. Francisco Adolfo Coelho, professor de Glótica no Curso Superior de Letras’ [Sarmiento 1890-94: 338 (subl. noss.)].

O cunho ‘local’ da produção científica de Martins Sarmiento não significa que o autor não tivesse a plena consciência das redes mais alargadas de produção de conhecimento histórico que envolviam a sua própria. De facto, o investigador convive

com os nomes mais importantes que, à escala nacional e internacional se debruçavam pelos mesmos temas. Muitas das suas publicações são destinadas a um público internacional entre o qual o investigador pretende reconhecer credibilidade científica. Essa intenção é clara n’*Os Lusitanos*, até pelo lugar da sua publicação (as Actas do Congresso de Lisboa, de 1880), mas também, e muito especialmente, no seu já referido *Lusitanos, Lígures e Celtas*. Aqui, pelo número de referências convocadas e por algumas expressões de ‘estado de alma’ que aqui e ali se podem recolher, podemos ter a certeza de que a Martins Sarmiento não era indiferente a recepção do seu trabalho na comunidade científica internacional, razão pela qual se lhe tornou particularmente dolorosa a crítica que Arbois de Jubainville, um dos mais eminentes historiadores e linguistas desse tempo e nome incontornável da prestigiada *Revue Celtique*, fez abater sobre a sua hipótese ‘ligúrica’.

A vontade de ser reconhecido pelos seus pares, no seio da comunidade científica nacional e internacional do seu tempo não invalida, contudo, que o alvo preferencial da obra de Martins Sarmiento fossem, de facto, ‘os seus amigos’, *i.e.*, um conjunto estruturado localmente de pessoas interessadas em temas da história da sua própria região e, através dela, do País. Esta passagem seria tão mais facilitada, quanto a região era o Entre-Douro-e-Minho, cujo centro em Guimarães a dotava de qualidades mais do que justificadas para mediar o passado proto-histórico dos Lusitanos e a emergência medieval da nacionalidade portugalense.⁵¹⁰

A formação historiográfica de Martins Sarmiento revela-se na própria composição da sua ‘biblioteca’ e, sobretudo, na ponderação com que os seus diversos elementos são apresentados na sua obra.

⁵¹⁰ Esta relação foi já objecto de um estudo nosso, em que esperamos ter ajudado a explicitar como uma certa ‘geografia imaginativa’ de carácter localista está presente no espírito de Martins Sarmiento e do modo como ela se exprime numa genealogia de um ‘lugar central’ (Sabroso, Briteiros, Guimarães), como pólo organizador de uma região dotada de superioridade civilizacional (Lusitânia ‘primitiva’, ‘Callaecia’ romana, Terra ‘portugalense’). Dizemos ‘Terra portugalense’, termo que o autor Martins Sarmiento, de resto, não usa, com o propósito explícito de restringir à ‘região bracarense’ esse carácter de centralidade enunciado. Sobre a diferença de limites entre a ‘Terra portugalense’, que se consideraria aqui o núcleo embrionário da nacionalidade e o ‘Condado portugalense’, primeira expressão ‘política’ dessa mesma individualidade, consultem-se os mapas anexos à obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal, a emergência de uma nação*.

Martins Sarmiento não poupou esforços no sentido de reunir na sua biblioteca muitas das obras que a Europa do momento produzia sobre os temas em que pretendia investigar. Emil Hübner, seu companheiro de passeios e hóspede regular da sua casa, chega mesmo a elogiar Martins Sarmiento pela extensão e profundidade da sua erudição, ainda que, das mesmas palavras, se pudesse deduzir que não estaria propriamente de acordo com as hipóteses históricas do seu amigo português. Mesmo quando foi ferozmente repreendido por Adolfo Coelho, nunca este último lhe lançou a acusação de que a sua biblioteca ou as suas leituras fossem culpadas de lacunas irresolúveis, mas antes fazia menção ao facto de o autor vimaranense *não compreender os livros que possuía*, nomeadamente no âmbito da ‘Glotologia’.

Para nós é importante destacar este ponto, porque ele revela-se muito significativamente o ‘temperamento’ científico de Martins Sarmiento. O carácter ‘paroquial’ que o seu trabalho possa eventualmente deter, e ao qual o próprio Hübner faz uma referência directa, não deriva assim da incompetência das suas leituras mas da afirmação peremptória de aplicação de um modo de pensamento a um problema histórico.

É neste contexto que melhor se compreende o carácter de transição da obra de Martins Sarmiento, para o qual contribui decisivamente a ‘topografia social’ de produção e recepção da sua obra. Se cronologicamente a sua obra histórica surge entre as décadas de setenta e noventa do século dezanove, historiograficamente elas pertencem a um tempo anterior. No momento em que, ao redor de Guimarães, o autor começa a propor as suas hipóteses ‘ligúricas’, já ao nível internacional, ou mesmo nas instituições que o reproduziam na capital, Lisboa (e especificamente no Curso Superior de Letras), estas mesmas interpretações não têm visibilidade possível.

A formação de Martins Sarmiento foi decerto em parte responsável pela forma que a sua historiografia da fase de maturidade veio a assumir. Se olharmos para a composição da sua ‘biblioteca’, entendida como o conjunto de referências bibliográficas da sua própria obra, toma um lugar impressionante o número e extensão de referências ‘clássicas’, comparável ao número e extensão da literatura crítica correspondente. O facto não tem de ser, só por si, excessivamente valorizado, uma vez que, tratando-se de uma obra de crítica histórica, como é fundamentalmente toda a obra científica de Martins Sarmiento, nela devem conviver com igual proeminência os elementos das

fontes e dos seus críticos. O que porém já nos permite, cremos nós, descobrir uma influência de sentido determinado pela formação historiográfica de Martins Sarmiento, e assim também da sua formação escolar e universitária, é o modo como estes dois pólos se relacionam e a importância relativa que cada um deles detém no todo estruturado da teoria.

O universo de autores convocados por Martins Sarmiento está povoado de autores clássicos, e não apenas os historiadores, como Heródoto e Políbio, César e Tácito, Tito Lívio e o inevitável Estrabão, entre tantos outros. Com estes, que seriam de esperar numa obra de crítica histórica (embora a credibilidade referida a cada um deles nos diga muito sobre a determinação da autoridade relativa de cada um deles, do ponto de vista de Martins Sarmiento), podemos ver igualmente os ‘mitógrafos’ gregos, os poetas e dramaturgos, obras e autores que a historiografia contemporânea do autor usa com muito mais parcimónia que o autor português.

Este ponto deve destacar-se, uma vez que ele nos permite compreender mais profundamente a sua psicologia de pesquisa. Para Martins Sarmiento todos os autores antigos são ‘uniformizados’ na sua capacidade de contribuir para a dilucidação do passado. Esta é uma estratégia hermenêutica que revela, por isso mesmo, que o autor não se detém a definir uma hierarquia mais ou menos categorizada de informação sobre o passado. Todos eles são obrigados a passar pelo crivo idealista da sua própria tese historiográfica, e o carácter positivo dos elementos neles recolhidos não depende duma crítica que poderíamos chamar ‘estruturalista’, *i.e.*, no recinto de credibilidade que o autor promove da sua própria obra. Ao contrário, para Martins Sarmiento todos ‘são culpados’ de mitificação da história e ocultação da verdade documental, sempre que contradigam a sua visão do passado, bem como todos são fontes de pura verdade histórica, se as suas informações coincidirem com aquela. É certo que o investigador não desconhece a autoridade relativa de cada um deles no contexto da historiografia sua contemporânea, mas, por isso mesmo, no facto de não o tomar em conta, vemos nós o indício, claro em toda a sua obra, de uma ‘teimosia’ e ‘isolamento’ epistemológicos que configura o edifício interpretativo desde os seus fundamentos, com o intuito único e final de dar consistências às suas hipóteses. É por esta mesma razão que o vemos a valorizar Tito Lívio, o ‘cerzidor de fábulas’, historiador de credibilidade mais do que ameaçada entre a crítica histórica, quando dele pretende retirar a origem nórdica dos

Celtas, elemento tão necessário à sua teoria etnogénica do ocidente da Europa, e especialmente da Lusitânia, ao mesmo tempo que trata Heródoto de efabulador de uma geografia distante que não pode conhecer, quando se torna necessário retirar os mesmos Celtas da vizinhança dos Cinetes, por aquele autor referida. Todos os autores clássicos estão assim ao serviço do lugar que a teoria histórica de Martins Sarmento lhes destina, e se as duas esferas, informativa e interpretativa, entram em confronto, o investigador não hesita um momento em sacrificar os primeiros à sua vontade.

O papel dos autores clássicos não estritamente historiadores presentes na teoria histórica de Martins Sarmento também só pode compreender-se no contexto global da sua geografia imaginativa do passado. Homero e Hesíodo, os autores da Heracleia da Argonáutica, Apolónio, Diodoro ou Ferecides, e mesmo Ésquilo e Eurípides, são directamente convocados pelo autor para deles se retirarem os elementos históricos transfigurados pela lenda. Cada um desses elementos é lavado da ganga com que o processo de efabulação os cobriu, para se tornarem, resplandecentemente, os pontos de apoio de uma verdade histórica oculta do ocidente europeu. Neste domínio, toma especial relevância a hermenêutica do ‘documento perdido’.

Esta hermenêutica caracteriza-se afinal, e muito simplesmente, pela afirmação de que, por trás das narrativas lendárias transmitidas pelos autores clássicos, existe uma ‘narrativa fenícia’, com origem nas viagens deste povo pelo Atlântico, e que virão a ser, para Martins Sarmento, o contributo material mais importante para o desvendamento da Proto-História de Portugal. São muitos os elementos recuperados ao abrigo deste estratagema hermenêutico, estratagema que, pela sua própria natureza algo tautológica, estabelece desde logo o carácter propriamente ‘paradigmático’, circular, da sua argumentação. Para lá da credibilidade que deve ou não merecer a existência de viagens fenícias ao longo do primeiro milénio nas costas do Atlântico, até ao Mar do Norte, por um lado, e até às Canárias, por outro, que podemos, de resto, ver presente noutros intérpretes contemporâneos do autor, o que se torna relevante na estratégia hermenêutica assumida é o carácter infável da sua formulação: ou se aceita, ou se nega inteiramente, pois todas as relações que uma tal interpretação mantém com a matéria histórica e a teoria interpretativas disponíveis são de molde a não permitir posicionamentos intermédios, exactamente o tipo de confrontação global que a psicologia de pesquisa sarmentiana parece particularmente preferir.

Um elemento específico pode ajudar-nos a compreender a incidência invulgar que os autores clássicos não historiadores detêm na historiografia de Martins Sarmento. Referimo-nos, especificamente, ao carácter ‘olímpico’ com que o autor veste as suas personagens históricas. Ao contrário de grande parte da historiografia sua contemporânea, que ainda pode atribuir às personagens lendárias da mitografia grega uma eventual correlação com episódios históricos colectivos, como seja a identificação, feita por Jubainville, entre as personagens da Heracleia, Hércules (Melkart) Albion e Dercynus, com os povos com que os Fenícios tiveram de confrontar-se nas suas viagens ocidentais (embora em contexto mediterrânico), Martins Sarmento aprofunda esta identificação ao nível da caracterização *individual* das personagens. Jasão, Aetes ou Medeia são, para o investigador, personagens historicamente tão concretas como o Ariovisto e os restantes personagens dos autores históricos, como César ou Tácito. A importância deste facto é tanto maior, quanto o contexto da sua própria teoria o não exigia. De facto, Martins Sarmento, sempre que as personagens das narrativas efabuladas dos mitógrafos gregos não cumprem os requisitos mínimos para poderem ser consideradas como representantes concretos da história fenícia do ocidente, pura e simplesmente elimina-os, considerando-os como adições promovidas já na esfera cultural dos Gregos. Se o não faz com as personagens referidas ou com outras equivalentes, é porque a sua concepção histórica os admite sem problemas de maior, assim revelando o mais fundo conceito interpretativo da sua ‘hermenêutica de restituição’. Esta ‘psicologia olímpica’ das personagens históricas, i.e., o modo como as personagens lendárias, divinas e semi-divinas se intrometem no desenrolar da acção humana historicamente concreta, parece-nos ser uma replicação, consciente ou inconsciente, do mundo clássico em que Martins Sarmento se insere em termos da sua própria ‘psicologia de pesquisa’, ajudando a compreender igualmente a formulação narrativa concreta que dá aos seus textos, e muito especialmente aos Argonautas.⁵¹¹

A ‘imersão’ do espírito de Martins Sarmento na mundividência clássica toma ainda um outro aspecto que não é irrelevante sublinhar. Para este investigador, os autores

⁵¹¹ Ver-se-á, mais à frente, de que modo esta ‘formulação narrativa’ encontra paralelos significativos na historiografia romântica, especialmente no papel a cumprir pelo ‘romance histórico’ na divulgação da ciência histórica.

clássicos sobrepõem-se, em autoridade, aos autores da crítica contemporânea. Este aspecto adquire uma importância ainda maior, no contexto da caracterização da historiografia do autor, quanto, a nosso ver, resulta justamente da sobreposição de tempos paradigmáticos em que se situa a obra do autor. A auto-estima oitocentista é, a todos os níveis, evidente, não sendo raro vermos uma valorização nítida da restituição histórica, quando confrontada directamente com as fontes antigas. Nesta relação, os autores antigos são dotados quase sempre de um carácter ‘imperfeito’, que se revela na mentira, ocultação, ou simples incompreensão dos factos que narram. A eles se opõem os ‘sábios’, autores cuja crítica universal, pela força da ‘boa crítica’ (ou ‘lição’, termo que lhe corresponde, e que muito justamente revela a relação assimétrica assumida entre os dois extremos desta comunicação) corrige, completa ou ignora os elementos discordantes das fontes. Martins Sarmiento não é a este respeito diferente, já o dissemos, quando o faz no contexto das suas próprias hipóteses; no que já é diferente, cremos nós, é quando guarda essa prerrogativa exclusivamente para si, usando-a diversamente no momento de criticar a crítica dos seus opositores. Para o autor, de facto, a informação literal dos autores clássicos é sempre valorizada face às teorias críticas dos mesmos factos, ainda que suportadas em redes estruturadas das diversas disciplinas de autoridade ‘científico-social’ inquestionável.

O nome de Emil Hübner, e a sua especial ligação com Portugal, é um elemento incontornável para a análise complementar da visão historiográfica da Europa sobre o noroeste da Península Ibérica. No contexto de uma caracterização do pensamento científico de Martins Sarmiento, esse elemento ainda mais relevante se torna, pois os dois autores comunicaram intensamente os seus pontos de vista entre si, além de que o autor alemão foi visita e hóspede regular da casa do primeiro.

As visitas de Emil Hübner a Portugal deveram-se, em primeiro lugar, à necessidade de levar a cabo a sua missão de organizador do volume, correspondente à Península Ibérica, da obra dirigida por Mommsen de levantamento das inscrições latinas de todo o mundo romano. O esforço institucional deste autor traduziu-se então na publicação de diversas obras sobre as antiguidades romanas e pré-romanas do território de Portugal (sempre como elemento constituinte do conjunto ibérico, entenda-se), o qual não foi, naturalmente, ignorado por Martins Sarmiento. Contudo, da própria relação

‘epistemológica’ que Martins Sarmiento mantém com Hübner, podem inferir-se alguns dos traços constitutivos da sua própria teoria histórica, bem como as relações que pretendia manter com a historiografia estrangeira sua contemporânea sobre Portugal; tal relação é expressivamente plasmada em texto nas *Observações à Citânia*.

Para Martins Sarmiento, Hübner é, antes do mais, a autoridade definitiva sobre a história romana e romanização da Península Ibérica. Uma vez que a evidência arqueológica dos ‘castros’ demonstrava inequivocamente que estes povoados tinham conhecido plenamente a presença e influência romana, a autoridade do sábio cobria naturalmente o seu estudo. Do ponto de vista desta consideração, Hübner é especialmente ‘convocado’ por Martins Sarmiento, no momento em que pretende diminuir a *doxa* dominante na comunidade científica, principalmente na portuguesa, entre a qual o cientista alemão adquiria uma esperada proeminência. Pertencem a esta dimensão epistemológica todas as lições epigráficas e recolha de nomes e divindades proto-históricas do território.

O caso da inscrição de Santo Tirso é a este nível exemplar: Martins Sarmiento faz questão de se apresentar a si próprio como um dos poucos investigadores que, juntamente com Hübner, declinou a interpretação corrente de que se estaria em presença do soldado que havia derrotado o próprio chefe dos Lusitanos. Esta epígrafe, localizada nos claustros de um museu de Santo Tirso, continha, entre o texto votivo a Turiaco, a expressão ‘MILES LEG VI VICT’, a que a tradição ‘antiquária’ (o termo é do próprio Martins Sarmiento), animada ‘por um patriotismo, de mãos dadas com a gramática’ atribuía o significado de ‘soldado que venceu Viriato’.⁵¹² Ora não só Martins Sarmiento faz questão de se distanciar da tradição antiquária, apresentando a lição corrigida do texto epigráfico, traduzindo o referido texto por ‘soldado da sexta legião, a vitoriosa’, como o faz explicitamente, e em várias ocasiões, sob a autoridade paralela de Hübner, incluindo nos ‘iludidos’ nomes de investigadores portugueses já seus contemporâneos:

Hübner, que a inseriu [a inscrição de Santo Tirso] no segundo volume do *Corpus I. L.*, percebeu logo que este vencedor de Viriato não passava de uma extravagância; como porém à cópia então conhecida faltava a última

⁵¹² Sarmiento 1884e: 173. O autor ‘antiquário’ a quem Martins Sarmiento se refere é o autor do ‘Agiolégio Lusitano’.

linha, em que se contém uma fórmula votiva corrente, *só pôde atinar com metade da verdade*. Vilhena Barbosa, *mais ingénuo* que Hübner, aceitou por boa a versão do Agiológio, e deu-lhe uma circulação que ela até então não tivera. Há já alguns anos que eu publiquei na Revista Lusitana a cópia exacta da epígrafe, mostrando que o Viriato, vencido pelo soldado, era um deus chamado Turiaco, com o qual o legionário se apegara numa aflicção qualquer. Hübner reproduziu *a minha cópia* no Suplemento ao segundo volume do *Corpus* [Sarmiento 1895b: 422. Os sublinhados de ênfase são nossos].

Contudo, mesmo a este nível, podem detectar-se algumas tensões entre a ciência de um e outro destes dois autores, Martins Sarmiento e Hübner, especialmente quando o primeiro pressente que a versão do segundo pode contradizer pontos fundamentais da sua própria teoria. Temos, a este respeito, um outro exemplo que não é menos ilustrativo que o do ‘soldado de Viriato’, que se refere à cronologia das ‘estátuas galaicas’.

Se a autoridade magna de Hübner é a principal razão por que Martins Sarmiento o convoca para o interior da sua rede citacional, existe uma outra, que uma análise cuidada permite reconhecer, menos extensa talvez, mas com um campo específico de incidência, o de poder atribuir uma autoridade qualitativa ao conhecimento ‘local’. Este ponto adquire tanto mais importância quanto é a este nível que o isolamento epistemológico de Martins Sarmiento (e a apresentação desassombrada de teorias contra a corrente dominante da historiografia contemporânea) tem como principal ponto de apoio a apresentação de materiais arqueológicos concretos exumados pelo investigador em toda a região do Entre-Douro-e-Minho.

Dois exemplos são suficientes para termos noção da duplicidade da relação de Martins Sarmiento com a historiografia estrangeira sobre Portugal, especialmente materializada no caso concreto de Hübner. Por um lado, quando Martins Sarmiento procede à apresentação do seu estudo sobre os marcos miliários romanos de S. Bartolomeu de Antas, faz questão de frisar o modo como a ‘distância’ à região estudada pode, *ipso facto*, fazer incorrer em erros que uma investigação de ‘proximidade’ mais facilmente evita. É, cremos nós, uma afirmação muito explícita da necessidade de complementar ‘geograficamente’ a categoria ‘sistemática’ de articulação do conhecimento que o Iluminismo tão amplamente havia promovido. O espírito de

‘sistema’ tinha como princípio organizador da epistemologia a noção de que uma vez recolhidos os ‘dados’, estes, sendo submetidos a um escrutínio completo dos seus atributos, poderiam ser classificados através das suas características inatas, independentemente do tempo e lugar de origem. É a este nível justamente que incide a crítica de Martins Sarmiento, quando defende a importância de conhecer directamente o contexto local da sua descoberta. Hübner, ao incluir a notícia dos marcos miliários referidos no seu *Corpus*, localiza-os em S. Tiago de Antas, e embora a confusão seja ‘decerto desculpável *num estrangeiro* [s.n.], decerto por confundir S. Tiago de Antas com S. Bartolomeu de Antas’, ainda assim Martins Sarmiento não deixa de lhe lembrar que tal erro surge por o autor alemão não ter ‘feito reparo nas indicações positivas de Argote’ (Sarmiento 1882d: 83).⁵¹³

É justamente a valorização ‘local’ do conhecimento dos materiais arqueológicos e a afirmação do risco que implica, para a sua interpretação, uma recolha ‘distante’ ou intermediada (o autor não exclui aqui o trabalho das próprias organizações ‘centrais’ portuguesas, como a Academia Real das Ciências), que leva Martins Sarmiento a fazer uso de uma autoridade específica, que só o convívio directo do investigador com o seu objecto de trabalho pode permitir e da qual o investigador se sente um legítimo representante:

Lembra-nos de ter lido, há tempos, que a Academia Real das Ciências de Lisboa deliberara reeditar as *Notícias Arqueológicas de Portugal*, aditando-as com todas as inscrições do nosso país que o autor da obra, o sr. E. Hübner, tem publicado em outros escritos seus. A deliberação, se a houve, não chegou a efectuar-se e *cremos que bem fez* a Academia. É opinião nossa que, *se ela não quer ou não pode mandar pessoas competentes estudar os originais e copiá-los fielmente*, mais avisadamente procede não fazendo nada, do que autorizando a vulgarização de inscrições em parte mutiladas, em parte estropiadas, *que não sabe emendar, por não vencer a preguiça de as mandar verificar*. Isto não é denegrir o merecimento das publicações do sr. Hübner. Nós somos dos primeiros a reconhecer a *ciência epigráfica e a*

⁵¹³ A referência explícita a Argote, autor que, sendo da tradição ‘antiquária’, predispõe Martins a usar cautelosamente as suas informações, mais revela a valorização que o investigador português faz do âmbito local do conhecimento.

probidade literária do respeitável professor de Berlim; e, tivesse ele examinado *com os seus próprios olhos* as epígrafes que lemos nas suas colecções, não nos envergonháramos de repetir desta vez como os aristotélicos: *magister dixit*. Mas tal não sucede numa grande maioria dos casos; e, a julgarmos pelos erros e lacunas *que temos descoberto nas inscrições com que o acaso nos fez encontradiços* – lacunas e erros certamente devidos às más cópias de que o sr. Hübner foi obrigado a servir-se – uma boa parte dos seus trabalhos está pedindo *uma revisão escrupulosa* [Sarmiento 1885c: 83. Os sublinhados de ênfase são nossos].

Não se compreende, cremos nós, a influência da historiografia estrangeira em Martins Sarmiento se não se tiver em conta a conjugação de dois factores: por um lado, o posicionamento cronológico da sua biografia, ‘a cavalo’ entre as duas metades do século; por outro, a especial derivação ‘ultra-romântica’ que a história da cultura detecta como tendo uma notável persistência no norte de Portugal, especialmente na área de influência da cidade do Porto, à qual o investigador inevitavelmente pertencia, como nos garante, não apenas o lugar de publicação da maior parte das suas obras ‘em livro’, mas igualmente o círculo das suas relações, nas quais se incluía o próprio escritor Camilo Castelo-Branco.

O primeiro destes factores explica por que razão podemos detectar na ‘biblioteca sarmientiana’ um leque impressionante de autores, cujas obras se estendem até cronologias muito tardias. São as obras que o movimento científico internacional ia produzindo no contexto do Evolucionismo e que Martins Sarmiento faz acompanhar das obras mais antigas, de cunho manifestamente pré-darwiniano, que na sua biblioteca também se podem descobrir, as quais são, naturalmente, dominantes.

O segundo destes factores, a expressão tardia de um ‘romantismo cultural’ nas cidades do norte do País, é, porém, fundamental para que se aceda ao fundo psicológico do espírito científico do autor. Esta deriva ‘ultra-romântica’, nome que pedimos emprestado à história da literatura, revela que os intelectuais do Portugal liberal, especialmente no Norte, detinham, já ultrapassada a metade do século, uma preferência acentuada por leituras e modelos do romantismo ‘cemiterial’, de que a poesia de Soares dos Passos é remate e símbolo. A referência a Soares dos Passos é mais do que

incidental. Do ponto de vista do ‘celtismo romântico’, cujas influências são imensas em Martins Sarmiento, especialmente na convocação das lendas de Gales e da Irlanda para o centro da sua teoria etnogénica da Europa ocidental, e na sua atribuição ‘ariana’ que delas faz, convém lembrar o anacronismo da tradução que o poeta fazia em meados do século dos poemas do pseudo-Ossian, emulando a dignificação desta literatura que os românticos alemães do *Sturm und Drang* haviam promovido algumas décadas antes.

Sendo este o meio intelectual em que convivia Martins Sarmiento, não é desarrazoado pensar que também o seu pensamento histórico mostrasse uma preferência pelos autores da primeira metade do século, ainda que a sua ‘biblioteca’ demonstre que não desprezou, antes pelo contrário, os autores que escreveram na outra metade. É por esta razão que tendemos a não concordar inteiramente com a designação de ‘positivo’ com que Mário Cardoso descreve a fase intelectual final do trabalho de Martins Sarmiento. Se se entender por ‘positivo’ a preferência por uma Arqueologia ‘metódica’, que exige a prevalência dos materiais concretos, os ‘dados’, à autoridade dos ‘sábios’, nesse sentido, sim, a fase final do trabalho intelectual de Martins Sarmiento é inegavelmente ‘positiva’; mas quando a mesma palavra remete para a fase historiográfica que se inicia, *grosso modo*, no terceiro quartel do século dezanove, caracterizada pela ‘ideia republicana’ associada ao positivismo evolucionista, e que concebe o Tempo como dotado de mecanismos internos de metamorfose e dinâmica, então nada disso existe em Martins Sarmiento, então, a expressão de Mário Cardoso revela-se inadequada. Esta dimensão da sua historiografia remete naturalmente para o nível de profundidade psicológica de um paradigma, e da valorização motivada que as leituras detêm na formação individual do cientista. Os autores da primeira metade do século são aqueles que Martins Sarmiento provavelmente conheceu melhor, mais bem estudou, e que, com toda a probabilidade, se vieram a entretecer mais firmemente na estrutura da sua concepção metafísica da Arqueologia e do Passado.

Se quisermos concretizar a preferência que Martins Sarmiento inegavelmente desenvolve pelos autores ‘românticos’, face aos seus equivalentes ‘positivistas-evolucionistas’, podemos tomar alguns exemplos que são particularmente expressivos.

Em primeiro lugar, os autores que mais distintamente se referem a uma escala ‘local’ de investigação e interpretação etnológica. Pode notar-se com facilidade que Martins Sarmiento lhes proporciona uma grande visibilidade no confronto com os

autores que propõem interpretações de maior amplitude, os trabalhos de arqueologia ‘nacional’. No próprio modo como Martins Sarmiento se refere a qualquer um daqueles autores ‘localistas’ ou ‘regionalistas’ nota-se a sua identificação com eles, na sua valorização implícita e muitas vezes explícita. É, como o dizemos em relação à sua convivência intelectual com Hübner, a afirmação do poder que o estudo local tem de desvelar verdades, a que os trabalhos de grande escala não têm normalmente acesso ou de que não fazem eco.

Um exemplo claro do que aqui afirmamos é Moke e o seu trabalho sobre a *Belgique Ancienne*. O carácter específico desta região e da historiografia que lhe está associada, revelam um peso desproporcionado para a interpretação ‘continental’ da teoria etnogénica europeia de Martins Sarmiento. Claro está que essa proeminência lhe vem do facto de ser aí, na região ‘belga’, que o investigador recolhe um conjunto de atributos históricos, antropológicos e arqueológicos, que lhe permitem propor com mais veemência a sua hipótese do carácter não-céltico da língua e tradições neo-célticas. Ao exemplo de Moke, poderíamos ainda associar os nomes de Piètlement, autor ‘bretão’ que recusa a nomenclatura generalista de Broca, que atribui ao ‘tipo céltico’ o tipo físico dominante da Basse-Bretagne; ou de Celesia, o linguista da Ligúria do Mediterrâneo, cuja motivação propriamente ‘regionalista’ poderá estar por trás da defesa intransigente da língua lígure como antecessora do Latim, que servirá, por sua vez, para Martins Sarmiento opor à interpretação dicotómica generalista que pretendia diferenciar radicalmente os dois universos linguísticos (Moke 1896; Celesia 1863).

Em todo o caso, no uso que faz de Moke, Piètlement ou Celesia, vemos como o investigador português ilumina preferencialmente estas regiões menores, considerando-as, não como uma linha que quase desaparece na compressão entre as grandes ‘nacionalidades’, mas como um ‘espaço intersticial’ rico de informação, cuja originalidade obriga a repensar o eventual simplismo dos trabalhos de pequena escala.

Um segundo exemplo do modo como Martins Sarmiento nitidamente prefere os autores da historiografia ‘romântica’ pode ver-se nos autores que mais profundamente são ‘replicados’ na sua produção teórica. A importância desta ‘replicação’, elemento que ao nível propriamente ‘paradigmático’ da produção científica indicia a fonte de modelos e valores estruturantes da teoria, é tanto mais evidente, quanto nem sempre o investigador português concorda ‘em substância’ com que o autor diz. Mas, justamente,

na identidade formal entre modos de teoria substantivamente diferentes vemos nós o nível mais profundo de convivência intelectual no seio de uma comunidade científica: é o modo *como se diz* alguma coisa, mais do que *o que se diz*, que identifica um ‘estilo’ de escrita científica e revela um sentimento de familiaridade académica, na qual toma especial relevo o nome de Belloguet.

Belloguet é o ‘autor’ de Martins Sarmiento, indubitavelmente o seu ‘*id ego*’ científico e sem dúvida uma das principais, senão mesmo a principal influência da historiografia estrangeira no trabalho do autor português.⁵¹⁴ Apesar de (ou, talvez mesmo, por) não concordar em substância com sua teoria etnogénica, é nele que vemos reunirem-se as principais características do ‘estilo’ científico de Martins Sarmiento e do mundo do historicismo romântico que o anima (Belloguet 1868).

Uma das principais influências da Belloguet na historiografia de Martins Sarmiento é a proeminência inequívoca que a História detém no contexto da teoria interpretativa geral do Passado. Belloguet, se não deixa de fazer uso das restantes ‘ciências auxiliares’ da História, baseia o essencial da sua interpretação na revisão propriamente histórica das fontes no que diz respeito, sobretudo, à identificação dos Celtas. Esta revisão tem de compreender-se no contexto do âmbito cronológico da sua obra, que é, para a historiografia francesa, semelhante à que Martins Sarmiento detém na sua equivalente portuguesa. A interpretação do historiador francês situa-se, intercaladamente, entre uma tradição oitocentista, que estendia aos Celtas quase todas as manifestações arqueológicas exumadas (no máximo da sua elaboração, nelas incluía os próprios vestígios megalíticos, de que os nomes célticos de ‘dólmen’ e ‘menir’, por exemplo, são exemplos esclarecedores) e uma tradição posterior, já de expressão mais linguística, que recupera a ideia de um ‘grande império céltico’, a partir da filiação dos vestígios da toponímia e antroponímia de várias regiões da Europa, no quadro da língua neo-céltica,

⁵¹⁴ Um lugar semelhante poderia ser reconhecido na influência de Grimm, o que de resto não contradiz o essencial da nossa hipótese, uma vez que este autor alemão é também um nome paradigmático do historicismo romântico da metade inicial do século dezanove. Contudo, uma vez que o ‘ligurismo’ de Belloguet detém uma visibilidade acrescida na teoria de Martins Sarmiento, quando comparada com o ‘germanismo’ de Grimm, preferimos centrar a nossa ilustração no primeiro dos dois autores. Um e outro são, no entanto, complementares na definição da teoria de Martins Sarmiento, porque ambos representam as frentes de batalha da crítica histórica com que o autor português pretende ‘expulsar’ a proeminência do celtismo da teoria etnogénica da Europa ocidental.

e de que a *Revue Celtique* é o principal veículo de difusão e afirmação. Que Martins Sarmiento concorda com a tese de Belloguet, demonstra-o a afirmação, presente em inúmeras passagens da sua obra, de que o nome de Celtas deveria ser apenas atribuído aos povos que as fontes clássicas considerava como tais. Todas as extensões deste nome a outras realidades, arqueológica, linguística ou antropológica, são para Martins Sarmiento inferências que o método histórico não permite e até contraria:

Falamos dos ‘Celtas da história’, não reconhecendo outros, e por Celtas da história entendemos aqueles bandos de gente, da qual os escritores antigos (...) nos deixaram o retrato [Sarmiento 1896d: 101, nota 2].

O facto de a ‘objectividade histórica’ ser proeminente na teoria de Belloguet não implica que o autor não fizesse uso do contributo das restantes ciências ‘auxiliares’, mas apenas que estas são entendidas justamente assim, como ‘auxiliares’. Vemos que Martins Sarmiento interioriza plenamente o modelo, quando o vemos a fazer uso dos elementos da Linguística, da Arqueologia ou da Antropologia, no modo exacto em que lhe sirvam para corroborar a teoria que previamente é elaborada no terreno específico da crítica histórica das fontes clássicas. Também nestes casos, podemos ver como as suas informações são quase sempre reforçadas pela autoridade do próprio Belloguet: assim, o tipo físico da raça dos Berberes do norte de África, em que o autor francês reconhecia apreciáveis semelhanças com o tipo dos habitantes da Bretanha, servirão para Martins Sarmiento afirmar a proveniência comum dos dois povos, pertencentes ambos à grande difusão ‘ariana’ do ramo do Reno, que a crítica histórica podia restituir nas fontes clássicas, especialmente nos ‘Atlantes’ de Diodoro. Do mesmo modo, a semelhança do rito funerário de exposição de cadáveres, servirá, agora no domínio da Etnologia, para o investigador diferenciar radicalmente os costumes dos Lusitanos dos dos Celtas e, assim, afirmar a sua irreconciliável origem cultural. Mas é no domínio da Linguística que a influência do autor francês é talvez mais evidente, uma vez que Belloguet não duvidava em reconhecer no ‘câmbrio’, a língua de Gales, os vestígios de uma população pré-céltica, cuja ‘superioridade civilizacional’ não podia ser posta em causa por um povo que as fontes clássicas revelavam como dotados de profundo barbarismo, que o ‘dogmatismo’ dos celtistas teimava em não reconhecer e que será um dos pontos de apoio fundamentais em que Martins Sarmiento irá firmar a sua teoria ‘ligúrica’.

Não é apenas no carácter substantivo da teoria que a influência de Belloguet é notória em Martins Sarmiento. Existe um nível da teoria do investigador português que se relaciona intimamente com a do primeiro e que remete para os níveis propriamente metafísicos da constituição paradigmática da teoria. As concepções do Tempo que habitam ambas as obras são em tudo semelhantes e revelam uma preferência por uma história de migrações de povos, cobrindo espaços distantes, mantendo ao longo do trajecto da difusão intactas as características do lugar de origem. Esta temporalidade de fundo ‘idealista’, revelada em metáforas ‘aluvionares’, associadas à substituição etnogénica, em que a historicidade não está presente, e em que o lugar não tem outra qualidade que não a que lhe é dada pela geometria da sua ‘posição’, é de ressonância eminentemente ritteriana, obrigando a colocar ambos os autores na esfera de uma filosofia da história inequivocamente pré-darwiniana (cf. Herbst 1961: 540). Será dela que o investigador português retirará os argumentos a favor de uma interpretação positiva da lenda dos Hiperbóreos com um povo historicamente concreto, a quem se deveriam inclusivamente as ruínas de Stonehenge e Avebury, na Inglaterra, que são o ponto de partida para uma interpretação ‘ligúrica’ das lendas gregas e para a sua transplantação de cenários ‘homéricos’ para o norte e ocidente da Europa.

A influência de Belloguet em Martins Sarmiento não ficaria, contudo, integralmente caracterizada se não se fizesse referência à proeminência que o autor francês dá aos ‘Lígures’ no contexto da sua teoria da etnogénese dos povos antigos de França, cuja replicação na teoria etnogénica dos Lusitanos será, com propriedade, e ao mesmo tempo, o factor da ‘grandeza e decadência’ da autoridade de Martins Sarmiento na genealogia historiográfica da Arqueologia portuguesa.

O papel que em ambas as ocasiões está ‘geopoliticamente’ reservado aos Lígures é o de retirar proeminência ao que era complementarmente admitido aos Celtas, cuja substituição etnogénica permitiria, no caso de Martins Sarmiento, referir diversamente os vestígios linguísticos e arqueológicos de Gales e, paralelamente, do noroeste da Península Ibérica:

[H]á razões para admirar que estes invasores, que deixam subsistir os usos e costumes dos povos pré-celtas, como o atestam os seus numerosos monumentos, só mostrem o seu encarniçamento contra os nomes étnicos e locais que encontram, substituindo-os por outros, muitos dos quais são

exactamente idênticos aos da Lusitânia, onde, em visto do que sabemos da história eles não dominaram [Sarmiento 1880a: 46].

Ao retirar os Celtas do palco mais antigo da história etnogénica do ocidente da Europa, Martins Sarmiento, sob a autoridade de Belloguet, estabelece uma estratégia fundamental para a caracterização ‘ariana’ do noroeste da Península Ibérica, e especialmente dos vestígios arqueológicos dos seus lugares predilectos, Sabroso e Briteiros, estratégia essa que exigia previamente a afirmação do barbarismo do primeiro destes dois povos.

No contexto desta manobra ‘hermenêutica’, o investigador português será devedor directo de Belloguet, pela afirmação de que os Celtas não poderiam nunca ser responsáveis pelos vestígios arqueológicos considerados, especialmente dos povoados fortificados, por a descrição das fontes clássicas regularmente lhes atribuir a residência em agremiações mais ou menos nómadas, de acordo com o seu espírito guerreiro. Se a história os surpreende, mais tarde, habitando em povoados edificadas em materiais imperecíveis, tal deve-se unicamente ao facto de, após terem percorrido enormes distâncias até alcançar o extremo ocidental da Europa, especialmente da Península Ibérica, terem tido de aceitar, *devido à sua inferioridade civilizacional*, o modo de vida dos povos que conquistaram apenas militarmente.

É esta tese do ‘dominador-dominado’ que Belloguet apresenta a Martins Sarmiento e de que o autor fará abundante uso. Vemo-la insistentemente utilizada para descrever todas as possibilidades de encontro entre Celtas e não-Celtas na Península Ibérica, sempre com o intuito de demonstrar a superficialidade da influência que os primeiros poderiam ter tido sobre os segundos: fá-lo-á no caso do ‘primeiro encontro’ dos Celtas na Espanha, quando os ‘Iberos’ (Martins Sarmiento considera sob este nome os povos autóctones da Península, anteriores à difusão ‘ariana’ do ramo do Reno) travam o ímpeto mais forte da invasão céltica, em cujo nome misto da nação que tem origem nesse encontro o investigador vê a demonstração da própria incapacidade civilizacional dos povos invasores; fá-lo-á, também, e ainda com maior argúcia, na interpretação da possível difusão destes Celtiberos, ou de ramos de povos celtas originários da Celtibéria, pela Bética e sul de Portugal, região em que, se a ‘pusilanimidade turdetana’, permitiu a entrada triunfante dos invasores, também a superioridade ‘civilizacional’ dos descendentes de Tartessos jamais poderia permitir que se concebesse a afirmação do

barbarismo dos invasores; fá-lo-á, finalmente, e este momento estratégico de Martins Sarmiento demonstra a necessidade teórica desta longa cadeia de enfraquecimento da ‘aluvião’ invasora dos povos célticos, pela afirmação da concreta impossibilidade que um ‘resto de tribos’ célticas, já filtradas por esta sucessão de recontros com povos mais civilizados do que eles, associadas numa expedição ao noroeste da Península Ibérica, em que mais ou menos perdidas se ‘acantonam junto ao promontório Nério’, pudessem, assim fragilizadas, dotar toda a região da ‘Lusitânia primitiva’ de uma realidade cultural (e muito especialmente linguística) de expressão céltica.

A influência historiográfica de Belloguet é tão extensa (e tão *intensa*) que o investigador português não esconde sequer a sua íntima surpresa, inteiramente genuína, ao ver o modo como o primeiro não derivou todas as consequências necessárias da sua própria teoria, o que, para Martins Sarmiento, é afinal fruto da influência dogmática que, apesar de tudo, o celtismo francês estendia a todos aqueles que se dedicavam à interpretação do passado:

Aceitando muitas das conclusões de Belloguet, quando reivindica para os Lígures a missão civilizadora que cumpriram no Ocidente, separamo-nos completamente dele, desde que lhes nega uma procedência ariana, a ponto de gratificar os Celtas com a sua língua – questão que, como vimos, o *embaraçava extremamente*, e que como também vimos não tem solução possível, senão a que lhe demos, provado como está que a velha toponímia do Ocidente é anterior à aparição dos Celtas; que ela se encontra na Irlanda, onde não entraram Celtas; que, tendo os Celtas abraçado quase em toda a parte a civilização ligúrica, *por não terem nenhuma*, é um contra-senso admitir que impusessem a sua língua bárbara a povos muito mais cultos (...). Belloguet atribui aos Lígures quase tudo o que pode ter o nome de civilização no antigo Ocidente. (...). É para nós *inconcebível* como as conscienciosas investigações de Belloguet o não levaram a combater a celticidade da língua dos Câmbrios, Irlandeses e congéneres. Ele, que reclamava para si ‘a honra de ser o primeiro a apresentar os Lígures como o verdadeiro tronco da árvore genealógica de França’, podendo dizer o mesmo em relação às Ilhas Britânicas, à Espanha, à Itália; que atribuía quase toda a antiga civilização do Ocidente aos Lígures; que demonstrava de que modo os Celtas tinham desaparecido no meio da grande maioria das populações

ligúricas que os absorveram – é inconcebível para nós, repetimos, como o *grande investigador* pôde admitir que os Celtas, nestas condições, lograssem impor a sua língua aos povos do Ocidente. ‘É essa – diz ele – a grande dificuldade, ou antes a única dificuldade da questão; sem isso, nem mesmo haveria questão’ [Sarmiento 1887a: 281-2, 237 (nota 49) e 242 (nota 55), respectivamente. Os sublinhados de ênfase são nossos].

Finalmente, não se poderia compreender o posicionamento de Martins Sarmiento face à historiografia estrangeira do seu tempo sem se identificar, complementarmente, a relação intermediada que aquela tem entre os autores portugueses. E, neste domínio, só há uma conclusão possível a tirar da própria estrutura citacional da obra de Martins Sarmiento: a quase *inexistência* de autores portugueses seus contemporâneos na sua bibliografia científica! O que a nós nos parece revelar este elemento de análise é que, e mais uma vez o paralelo com Herculano tem de ser traçado, é que Martins Sarmiento não tem dúvidas em considerar-se de algum modo um dos ‘iniciadores’ em Portugal de uma ciência metódica do Passado, baseada em materiais tangíveis, uma ‘Arqueologia’ em sentido lato, sendo seguramente o primeiro e quase único cultor na sua região e em redor dos vestígios associados aos povoados fortificados pré-romanos – os ‘castros’. O autor admite, inicial e criticamente, apenas a companhia dos antiquários que haviam já descrito algumas dessas ruínas, como Argote ou o Bispo de Uranópolis, mas em cuja crítica justamente afirma o carácter inovador da sua própria ciência histórica; como, mais tarde, permite que se juntem a ele os nomes dos investigadores que iniciam o seu próprio programa de investigação, como é exemplo o trabalho de Júlio H. Pinheiro, em Castro de Avelãs (Pinheiro 1888). Contudo, é justamente nesta posição privilegiada que nós podemos ver o conceito que o investigador tem de si mesmo, o de iniciador de uma nova ciência do Passado e o nome incontornável de alguém que, tanto quanto a obra, passa a ser sinónimo do objecto material da investigação. Este investimento de ‘autoridade’, nominado e pessoal, pode muito bem ser entrelido na modéstia, não muito convincente, com que Martins Sarmiento responde à ‘entrega’ que um arqueólogo amador lhe faz do castro do Buçaco, e que está na origem desse notável arresto de

autoridade científica propriamente ‘arqueológica’ que é o seu artigo ‘A propósito de castros’.⁵¹⁵

III. 2.2. A obra sarmentiana como História e Romance

O carácter ‘instrutor’ da produção científica de Martins Sarmiento pode também detectar-se na presença inesperada de elementos próprios de ‘romance histórico’, especialmente na sua narrativa d’*Os Argonautas*. A ‘romanceação’ da História era uma estratégia comum da divulgação do Passado e conheceu uma enorme difusão entre os elementos do historicismo romântico em Portugal. Com abundante exemplos vindos de países estrangeiros, teve também, naturalmente os seus cultores em Portugal, desde que Herculano acedeu a emprestar-lhe a sua dupla autoridade de historiador e ficcionista (Saraiva e Lopes 1996). Nos objectivos principais de uma ficção assim concebida está naturalmente presente a intenção de levar a um público mais generalista os elementos constituintes da nova Memória que o poder liberal pretendia consignar.

No caso de Martins Sarmiento, esta duplicidade é, contudo, mais difícil de enunciar, porque a sua narrativa d’*Os Argonautas* ‘inverte’ os pressupostos da produção do ‘romance histórico’, produzindo, por isso, uma narrativa híbrida que corria o risco de não poder afirmar-se, nem como ficção nem como Ciência. Referimo-nos, especificamente, ao papel *historicamente concreto* que o autor admite que as personagens de Apolónio cumpram no contexto da Argonáutica ‘fenícia’.

O ‘individualismo histórico’ das personagens da Argonáutica e Odisseia são tão mais inesperadas quanto, no momento de proceder à ‘restituição’ da suposta geografia fenícia que se podia ler no texto grego, Martins Sarmiento não hesita em descartar todas as referências que lhe pareçam implicar a sobreposição, por parte de Apolónio, e dos outros mitógrafos, de outras realidades que colidem com a natureza histórica da narrativa da viagem fenícia. Este é, de resto, o princípio hermenêutico geral da sua estratégia de restituição do ‘original fenício’. Nada seria mais natural do que incluir o relato das paixões individuais das personagens, Jasão e Ulisses, Medeia e Calcíope, Aetes e Alcínoo, como outras tantas adições poéticas dos mitógrafos gregos, a uma narrativa de um périplo fenício pelas margens do Atlântico.

⁵¹⁵ *O Panorama Contemporâneo*, Coimbra, 1883-84, Ano I, p. 9, 17 e 25

Martins Sarmiento conhecia bem o ‘estilo’ da produção científica do tempo em que escrevia os seus *Argonautas* e não ignorava, portanto, que a concisão e até alguma *secura* interpretativa eram valorizadas nos artigos e livros de produção científica. Assim sendo, só se compreende que o autor tenha optado por usar um estilo tão evidentemente romanceado para um livro de crítica histórica, pela influência geral que a ‘romanceação’ da história tivera ao longo de todo o século dezanove e, especialmente, na sua fase de formação erudita. A relação ambígua que assim se estabelece entre a Ciência e a ficção pode naturalmente diminuir a credibilidade da escrita da obra, mas talvez Martins Sarmiento, como muitos outros autores do seu tempo, estivesse intimamente convicto do valor historiográfico da sua obra e não pusesse entraves a um género ficcional ‘em que se misturavam a prosa poética, a erudição, o comentário filosófico, social e político, a descrição pitoresca, a pretexto da narração’.

Se quisermos compreender inteiramente o modo como a apresentação ‘romanceada’ d’*Os Argonautas* de Martins Sarmiento configura uma expressão do espírito da época, devemos ter em atenção o facto de que ao longo da primeira metade do século em que viveu o autor, este tipo de expressão artística foi dominante entre os publicistas da memória do Passado, além de ter encontrado uma enorme recepção entre o público da nova classe burguesa em ascensão, para quem a leitura de revistas de divulgação de diversos temas, da Ciência à História, constituía um indicador do seu carácter cosmopolita (cf. Fabião 1997).⁵¹⁶

O que se pode, com facilidade, constatar n’*Os Argonautas* de Martins Sarmiento, especialmente no momento em que o autor traz para o motor da acção histórica as

⁵¹⁶ Nomes como Chateaubriand, Victor Hugo ou, talvez o que maior fama adquiriu entre todos, Walter Scott, demonstram que os temas e o estilo desta expressão ficcional se estendiam por toda a Europa, sendo naturalmente emulados também em Portugal, dentre os quais o mais importante, pela seu papel de pioneiro e criador de uma escola, Alexandre Herculano (Saraiva e Lopes: 743); mais próximo de Martins Sarmiento, e sem dúvida comungando de uma *weltschauung* equivalente, não podemos esquecer o nome de Camilo Castelo Branco, amigo íntimo do investigador. Cf. Leone (2001: 582-584) e Lillios (1999: 235-262) para uma crítica de uma ‘fenomenologia da cultura material’ no contexto da edificação pública e privada da memória. Ainda neste contexto é verdadeiramente imprescindível a leitura de Lowenthal (1996). Do ponto de vista de uma fenomenologia equivalente, mas associada ao contexto da escavação, e ao modo como esta técnica é em si mesma fecunda de momentos interpretativos, cf. Lucas (2001: capítulo introdutório).

determinações do estado de espírito de algumas personagens – de que a ‘perfídia’ de Medeia é um dos aspectos mais relevantes –, é que, também, a sua ficção histórica se dispõe ao mesmo tipo de críticas que a historiografia crítica reconhece no movimento cultural geral associado ao ‘romance histórico’ que

retira a sua matéria da História, dá imagens de um passado histórico, mas oferece-as como pura literatura, sem a pretensão de valer como verdade escrita, mesmo quando o autor julgue a sua representação do ambiente histórico é exacta [Rama 1980: 34].

De facto, na prática, ao considerar como ‘historicamente verdadeiras’ as passagens referentes à aventura de Medeia, Martins Sarmiento está a admitir que o sucesso de uma empresa comercial como seria uma viagem dos Fenícios às Cassitérides em busca do mercado de estanho estaria dependente da micro-escala dos sentimentos pessoais das personagens envolvidas, nomeadamente de pressupostos tipicamente ‘românticos’, recamados de sentimento, que seriam os últimos que se esperaríamos ver numa negociação económica desta envergadura!

Esta decisão, em Martins Sarmiento, é tão mais equívoca e ambígua quanto o autor – ao contrário do que fez, por exemplo Herculano, que advertia o leitor do carácter ficcional da obra, apesar de a estruturar com notas e referências documentais concretamente referidas à história que servia de contexto à ficção – insere livremente essas passagens; ao contrário do costume da época, Martins Sarmiento não ficciona apenas a História, antes *historiza* a ficção.

Martins Sarmiento implica decisivamente a sua credibilidade científica neste projecto que, convém recordá-lo, não data dos princípios da sua actividade criativa, mas antes é uma obra da sua plena maturidade científica (1887), sendo mesmo o maior projecto editorial individualmente considerado, com a possível excepção, que o acompanha em profundidade de crítica e extensão de páginas, da segunda edição crítica ao périplo da *Ora maritima* (1896), no qual, de resto, expõe largamente as teses consignadas na obra anterior.

Não se pode, pois, despedir secamente a intenção ‘romanceada’ da História presente n’*Os Argonautas* como sendo apenas um ‘desvario anti-científico’ de Martins Sarmiento. Nesta altura já muitos dos seus escritos ‘científicos’ eram apreciados pela

comunidade científica sua contemporânea que, apesar de o criticar em muitos dos seus fundamentos e conjecturas, a ela reconhecia algum nível de cientificidade.⁵¹⁷

A questão deve pois ser vista de outro modo. Cremos que se pode reconhecer que, para o autor, a intenção de incluir a vida e os sentimentos das personagens ficcionais como sendo a expressão de passos históricos concretos, revela duas ordens de estruturação profunda da psicologia de pesquisa de Martins Sarmento. Por um lado, inserir a sua obra no projecto comum, com feição tão nitidamente ‘liberal’, de cultivar a ficção do passado como o espírito de preocupação pedagógica de apresentar o Passado ao ‘povo’ que, a partir da derrota absolutista, se propunha integrar a História onde havia sido sempre expulso ou impedido de entrar na historiografia dos ‘grandes senhores’ que dominava a visão do Passado até os fins do século dezoito. Por outro lado, porém, trata-se uma estruturação muito funda da própria visão do Tempo e da História, uma auto-estima exacerbada que o início da relação positiva com os ‘documentos’ trouxe a esta primeira vaga ‘rankiana’ de historiadores liberais, que acreditavam poder ‘ressuscitar’ o passado em toda a sua dimensão e verdade. Justamente, a arte cumpriria neste contexto um papel diverso ao que normalmente lhe era atribuído pela historiografia iluminista, visão de que também partilhará o período historiográfico ‘republicano e positivista’ que se lhe segue. Para a geração dos historiadores românticos, a arte seria justamente a hermenêutica adequada à ‘viagem do

⁵¹⁷ A questão da ‘credibilidade’ documental era, como se entende, absolutamente fundamental na constituição deste género misto de Ciência e Ficção. Quando vemos Martins Sarmento a elencar as suas fontes clássicas com que vai cerzindo o texto d’*Os Argonautas*, estamos em presença de mais alguma coisa do que uma simples exposição de conhecimentos eruditos. De facto, a apresentação das fontes e dos documentos que levantavam o cenário histórico era uma condição absolutamente indispensável à boa constituição do romance histórico. Quando estes faziam referência à época medieval, como foi largamente dominante na literatura portuguesa do tempo, de resto seguindo o exemplo de Herculano, eram as notas de pé-de-página, remetendo para os tombos, que garantiam a verosimilhança do ambiente e, assim, contribuíam decisivamente para o efeito final de credibilidade e de *moralidade* (de facto, Herculano admitia que o poder da História na ‘ilustração do nosso tempo poderia evitar que a realza exorbitasse em cesarismo’ (Coelho, J. P., ‘Herculano, Alexandre’ in Id., dir., DLP, vol. II); em Martins Sarmento esta busca da materialidade documental será levada a cabo quer com os testemunhos das fontes clássicas, quer, sobretudo, pela apresentação dos documentos materiais da Arqueologia, campo em que a sua autoridade se exercia naturalmente no seio da comunidade científica sua contemporânea.

Tempo’, aquela que com mais propriedade fazia reviver o tempo histórico e o seu *significado*, de que os documentos apenas iluminavam aspectos puramente materiais.⁵¹⁸

O ‘romance histórico’ dos Argonautas tinha assim a possibilidade de se enquadrar no estilo dominante do século dezanove português, pelo menos até que o ‘realismo como forma de arte’ da geração seguinte o venha a pôr seriamente em questão. Pela data, podemos ver que a obra de Martins Sarmento já se inclui num tempo em que a ‘geração de Setenta’ começa largamente a dominar; mas este eventual desacordo de datas não deve permitir que se pense que Martins Sarmento se encontrava isolado; por um lado, porque os movimentos realista e naturalista, como muitas outras manifestações culturais, exercem o seu poder de difusão por uma rede hierárquica de ‘lugares centrais’, na qual a Guimarães de Martins Sarmento ocuparia decerto uma posição relativamente excêntrica; em segundo lugar, Martins Sarmento, tal como nos é apresentado por alguns estados de espírito revelados ‘entrelinhas’ nos seus escritos

⁵¹⁸ É conhecida a ‘profissão-de-fé’ de Alexandre Herculano em relação a este propósito de dotar a Ciência de uma hermenêutica complementar que pudesse fazer reviver o Passado na sua inteira materialidade e *idealidade*, e que, escrito em meados do século dezanove, se aplica directamente ao que nos parece ser o propósito de Martins Sarmento nos seus *Argonautas*: ‘[N]ovela ou história, qual destas duas é mais verdadeira? Nenhuma, se o afirmamos absolutamente de qualquer delas. Quando o carácter dos indivíduos ou das nações é suficientemente conhecido, quando os monumentos, as tradições e as crónicas desenharem esse carácter com pincel firme, o noveleiro pode ser mais verdadeiro que o historiador; porque está mais habituado a *recompor o coração do que é morto pelo coração de quem vive, o génio do povo que passou pelo génio do povo que passa (...)*’ (Herculano 1840: 243). Damos uma ênfase propositada à última frase de Herculano, porque ela nos revela o mesmo tipo de arranjo cronotópico essencialista que também nós recolhemos indubitavelmente em Martins Sarmento. Num e noutro autores podemos constatar uma visão dualista sobre o mundo popular e especificamente sobre a *gente*: tudo se passa como se o ‘povo’, que não recebe a instrução da ‘cidade’ e assim não se ‘urbaniza’ nem se ‘cientifica’, se mantivesse *essencialmente o mesmo* do tempo passado. O historiador-noveleiro seria assim, e tanto Herculano como Martins Sarmento claramente o desejaram ser, o demiurgo dotado da dupla qualidade de cientista e intuitor do passado: porque conheciam os documentos, mas, *sobretudo, porque conheciam o povo*.

Numa primeira fase da sua historiografia, também Oliveira Martins (que, justamente, a iniciaria com *Febo Moniz*) admitia sem reservas que a evocação ficcional das personagens da história se poderia com mais profundidade fazer através da intuição da sua idealidade: ‘[S]imbolizaram não só no pensamento geral, como no andamento e desenlace do enredo, o carácter dominante de uma época; fazer-lhe sobressair as suas máculas e a sua glória, as suas sombras e a sua luz; fazer, enfim, a crítica de uma sociedade; é, creio, o princípio exacto do romance histórico’ (Martins, O. 1952: 6). O Oliveira Martins mais tardio, menos ‘romântico’ e mais ‘republicano’ e mesmo ‘socialista’, porém, viria progressivamente a abandonar estes últimos resquícios de herculanismo na sua historiografia, para a fazer acompanhar de influências mais deterministas, cujas escalas lógica e geográfica não se compadeciam já com a micro-escala dos sentimentos e percursos das personagens individualmente consideradas.

científicos e, abertamente, nos seus escritos pessoais, revela uma personalidade em alguns aspectos conservadora, e com um fundo perturbadoramente romântico, caso o seu volume de *Poesias* não tenha morrido inteiramente no espírito do autor em épocas mais tardias; finalmente, porque a influência do romance histórico perdurou, largamente e em posição dominante, entre publicistas e divulgadores, mesmo quando o ‘romance realista e naturalista’ havia já conquistado uma parte substancial do público burguês.⁵¹⁹

III. 3. Paisagem

III. 3.1. O elemento metaparadigmático na historiografia de Martins Sarmento

A concepção da História e do Passado em Martins Sarmento não pode desligar-se do modelo geral que foi adoptado pela historiografia romântica que, desejosa de corrigir o carácter ‘sistemático’ de filiação kantiana, em que as ligações ‘formais’ desenhavam o essencial da investigação, em prejuízo dos contributos empíricos discretamente substantivos, pensava poder fazer recuperar de um modo extenso e intenso o passado ‘tal qual ele aconteceu’.

O século dezoito havia sido especialmente pródigo em ‘grandes sistemas de filosofia da história’, especialmente os que tiveram origem no Iluminismo alemão e italiano, em

⁵¹⁹ O romance histórico chegou mesmo a ser ensaiado, também, entre a nova vaga literária do realismo e do naturalismo, uma vez que o carácter *documentado* da narrativa não era em si mesmo contrário à intenção ‘clínica’ daquele género literário, bem antes pelo contrário. O que a nova geração pretendia era abolir a *idealidade romântica e personalista* que habitavam os romances históricos da geração anterior e substituí-la pela força impiedosa e impessoal das ‘leis sociais’, face à qual o ser humano, individualmente considerado, não possuía quase nenhuma possibilidade de acção eficiente. Porém, esse tipo de literatura deteria, como facilmente se compreende, uma ‘topografia social’ de recepção facilitada nos grandes centros urbanos, lugares de forte proletarização e onde se poderiam com facilidade recolher exemplos de apagamento massificado do indivíduo; essa não seria, decerto, a situação social dominante na Guimarães do terceiro quartel do século dezanove, e nem sequer no todo de Portugal, com a possível excepção da grande indústria que começava a nascer ao redor de Lisboa. É talvez por esta razão que se pode compreender a larga influência do romance histórico na segunda metade do século dezanove português e até em tempos a ele posteriores: ‘[S]em criar uma literatura burguesa pela sua substância, Herculano introduz no entanto um veículo próprio para essa literatura – o romance; e, por outro lado, satisfaz certas necessidades mentais da burguesia iniciada na cultura literária. Isto explica em parte a *voga quase doentia* do romance histórico entre nós (...)’ (Saraiva 1949: 201-202; ênfase nossa).

que pontificam as obras de Herder e Vico, autores que, cada um a seu modo, o primeiro pela sustentação da desenvolvimento do *Geist* e o segundo pela afirmação do carácter ‘cíclico’ do Tempo, faziam prevalecer uma concepção finalista e essencialista da História, como se esta obedecesse a um desígnio secreto, a um *plano*, de que a metáfora do ‘relógio de Paley’ é talvez a expressão mais simplificada e eficaz e de que a dialéctica de Herder constitui a expressão filosoficamente mais estruturada (MacPherson 1972: 105-113).⁵²⁰

Martins Sarmiento não está isento, como veremos, da influência deste passado, para ele, relativamente recente, que deu origem a um certo ‘progressismo’ na concepção do Tempo histórico entre os historiadores do ‘primeiro romantismo’ e naturalistas pré-darwinianos. Na sua obra perpassa, de uma forma recorrente, uma teleologia histórica que assenta em dois elementos principais: por um lado, a fixação de uma origem oriental da civilização, elemento geográfico essencializado e cuja localização extra-europeia lhe garante um exotismo epistemológico próximo das obsessões orientalistas da cultura do seu tempo, especialmente associada à concepção do ‘sentido da marcha da civilização’ em Hegel; por outro lado, existe também em Martins Sarmiento uma idealização do Espaço na desenvolvimento da civilização europeia, uma espécie de confronto intemporal entre os dois extremos, o ‘norte’ e o ‘sul’, confronto esse consubstanciado nas diferentes épocas históricas, em actores étnicos diversos, mas

⁵²⁰ O próprio Herculano não deixou de fazer uso de especiais cautelas interpretativas em relação ao uso pouco crítico deste ‘espírito de sistema’ aplicado ao pensamento e análise histórica, considerando que o uso de generalizações e filosofias da história poderiam deturpar o poder heurístico dos factos, forçando-os, abstracta e parcialmente, a derivar conclusões que não poderiam suportar, levando a sua crítica tão longe quanto a afirmação de uma postura anti-teleológica se revela essencial para desmontar o edifício teórico do próprio positivismo comtiano (Herculano 1980: I, 2; Serrão, J. 1965: 122 e 126). Ao longo de todo o século dezoito começara já a insinuar-se na cultura científica europeia a crença generalizada de que o carácter ‘sistemático’ do racionalismo pode, com facilidade, desprender-se da realidade concreta ‘das coisas’; John Lay, um naturalista inglês (e é sabido que existe uma geografia diferencial ‘norte-sul’ na Europa, no que diz respeito à aceitação destes princípios) dos inícios do século dezoito afirmava já que: ‘Let it not suffice us to be book learn’d, to read what others have written (...) but let us ourselves examine things as we have opportunity, and converse with nature as with books’ (*apud* Bowen 1981: 208). Também no contexto da historiografia portuguesa podemos detectar a chegada das mesmas preocupações aos intelectuais portugueses: é decerto com a mesma intenção de Lay, mas no contexto específico da História, que Almeida Garrett alerta para a necessidade, não apenas de construir boas ‘séries’ de factos, mas desde logo ‘factos verdadeiros’ (Garrett 1839: 10).

repondo, em cada episódio concretamente considerado, a arquitectura geral de que cada um é ilustração e em que é impossível não reconhecer a imposição retrospectiva do próprio tempo histórico do autor:

Nós admitimos (...) que a antiga etnografia do Ocidente tem apenas dois factores dignos de ser tomados em consideração – os homens do norte e os homens do sul, que disputaram sempre, *e disputam ainda*, o predomínio desta parte da terra [Sarmiento 1887a: 241].

Nos primeiros, inclui o autor, como se esperaria, os Celtas e os Germanos, os Belgas e os Caledónios, enfim todos os povos que na sua interpretação histórica consistem nos povos do ‘ferro’, que as fontes clássicas, segundo a sua hermenêutica, podem identificar em expansão constante sobre os povos do ‘sul’, *i.e.*, os representantes diversos da migração ariana que havia estabelecido por toda a Europa a civilização uniforme da Idade do Bronze.

A persistência de elementos da historiografia ‘sistemática’ e teleológica iluminista na teoria da história de Martins Sarmiento não deve, no entanto, levar-nos a pensar que este investigador não considerasse de grande importância a recolha dos elementos discretos, os ‘factos’, como uma operação prévia fundamental da construção das hipóteses interpretativas.

Martins Sarmiento, se era animado por uma evidente paixão ‘antiquária’ pelos materiais que identificava e recolhia, detinha, ainda assim, um propósito claramente científico na sua exposição teórica: cada um deles apenas ganhava a sua completa significação quando integrado no todo interpretativo da hipótese histórica. Esta posição, que o separa essencialmente do coleccionador de *cabinet* do século dezoito, ainda que dele derive, torna-se particularmente explicitada na consideração que o autor faz de alguns objectos, aos quais atribui uma importância que claramente transcende o valor intrínseco como ‘peça de colecção’ e que tem uma expressão, pelo menos retórica, no episódio de desaparecimento de uma moeda valiosa da colecção de Briteiros. Esta metamorfose, operada pela metafísica do olhar, transformando objectos de ‘arte’ em objectos de ‘ciência’, está de acordo com o espírito científico do tempo liberal, em que, ao contrário dos seus eruditos antecessores, ‘democratizam’ os temas de análise

histórica e dignificam, com o estatuto de ‘monumento’, ‘documento’ e ‘fonte’, textos, objectos e ruínas que a historiografia panegírica ‘dos Grandes Senhores’ dificilmente traria para a frente das suas preocupações teóricas.⁵²¹

Não cabe aqui fazer a inventariação dos vestígios de ruínas explorados, nem dos materiais recolhidos por Martins Sarmiento. Em ambos os casos, a prodigalidade do investigador é proverbial. Povoados fortificados, reconheceu dezenas, explorou grande parte deles, escavou superficialmente alguns e profundamente Sabroso e Briteiros. A quantidade de materiais recolhida destas viagens exploratórias deu origem a um fundo museológico extenso, a que o autor faz referência em inúmeros dos seus escritos, mesmo naqueles em que a preocupação sintética de apresentação da teoria interpretativa é mais evidente.

Nunca, porém, em nenhum dos seus argumentos propriamente históricos ou etnológicos, da teoria etnogénica da Europa e do noroeste da Península Ibérica, o investigador prescinde da evidência factual de que os ‘dados’ da sua região podem contribuir para infirmar ou confirmar a validade das teorias de maior alcance e abstracção. Ainda assim, deve dizer-se, que a ordem ‘analítico-sintética’ do trabalho de Martins Sarmiento é muitas vezes desmentida e que, embora a actividade de escavação tenha antecedido a maior parte dos seus trabalhos de síntese, a verdade é que as principais posições interpretativas que apresenta nos seus primeiros trabalhos, como os ‘Gregos no Noroeste da Ibéria’ (1876), ‘Acerca das escavações de Sabroso’ (1879) ou os próprios *Lusitanos* (1880), se mantiveram inalteradas ao longo do resto da sua vida, com as notáveis excepções do abandono da tese ‘celtista’ em favor da ‘ligúrica’, por um lado e, por outro, a fixação definitiva das referências a Hércules, nos documentos mais antigos, como sendo referências ao deus solar ‘ariano’ e não ao Melkart fenício. Tal facto leva-nos a pensar que a componente ‘sintética’ do seu espírito científico prevaleceu em relação à sua equivalente ‘analítica’ e que, quando procedia à recolha de

⁵²¹ O esforço analítico da epistemologia ‘liberal’ deve ser entendido, não apenas como o de promover a recolha e consulta de inúmeros elementos que passassem a completar a fase empírica do trabalho científico, mas também, e queremos crer, fundamentalmente, pela re-conceptualização da própria ontologia associada a um ‘facto’, passando a considerá-lo, não em si próprio, mas como uma parte de um todo orgânico que ajuda a reconstituir e, sem o qual, se esvazia de significado (Serrão, V. 1977: 88-89). É de notar a replicação metafórica do organicismo político da ideologia liberal nesta concepção epistemológica.

novos elementos factuais, já o lugar ‘conceptual’ em que os iria colocar estava, no essencial, designado:

Há uns dias, um amigo meu presenteou-me com dois números do *Progresso*, chamando a minha atenção para um escrito que aí vinha, *Quatro dias na Serra da Estrela*, e especialmente para a parte do escrito em que, depois de falar da descoberta de um castro no alto do Buçaco e de entrar em algumas considerações acerca dos castros do nosso país, o autor, o sr. E. N., me fazia ‘entrega do referido castro (o do Buçaco) para os sobreditos efeitos (a sua exploração)’. Agradecendo muito deveras as benévolas expressões que o sr. E. N. me dirige, eu vou dizer a razão por que *me não apresso* a aceitar a sua generosa oferta (...). *Eu nunca iria explorar, nem mesmo examinar* o castro do Buçaco, se se tratasse de aclarar o problema que o sr. E. N. propõe à discussão – a unidade de civilização dos antigos galegos e dos antigos lusitanos, porque esse facto não é para mim um problema novo, *mas um dogma velho* [Sarmiento 1884d: 165].

Não quereríamos, ainda assim, dar a entender que Martins Sarmiento desprezava o valor heurístico dos materiais e vestígios de ruínas na construção da sua teoria, mas apenas que a apropriação prévia desses documentos pelos lugares conceptuais exigidos pela sua metafísica histórica promoveram uma continuidade interpretativa quase sem alterações significativas durante quase três décadas de trabalho.⁵²²

Martins Sarmiento exhibe diversas ordens de analogia e metáfora na caracterização da evolução etnogénica dos Lusitanos. Já apresentámos algumas pistas nesse sentido, no momento da ‘Introdução’ teórica a este trabalho. Gostaríamos agora de as desenvolver um pouco, de modo a poder compreender melhor a inclusão metaparadigmática do

⁵²² A concepção cumulativa da Ciência teve um grande desenvolvimento ao longo de todo o século dezoito, associada ao impulso ‘expedicionário’ dos naturalistas navegadores, à criação dos grandes museus e jardins metropolitanos, ao estabelecimento dos grandes corpos documentais. A História, entendida como ‘ciência’, isto é, um saber metódico e fundamentado em factos autênticos, não deixa de partilhar naturalmente o mesmo espírito do tempo: ‘A generalização, a síntese, são, em absoluto, coisas excelentes (...). Ora a história, na significação mais ampla da palavra, ainda não possui elementos suficientes para a generalização. (...) Que síntese séria é possível assim? (...)’. Ainda em finais do século dezanove H. Gama Barros defendia a necessidade de ‘apresentar a administração pública *sob todos os aspectos* em relação ao regímen interno’ (Barros 1885: 1; cf. Soares 1945)

trabalho do autor nas correntes ideológicas do seu tempo. Para mais tarde reservaremos, contudo, uma apresentação mais explícita e concreta dessa organização.

O princípio agostiniano de analogia entre o ciclo de vida individual e o ciclo de vida de uma entidade colectiva, magistralmente utilizado por Vico na descrição da ‘glória e decadência’ da Roma antiga, foi sendo sucessivamente rerepresentado ao longo de toda a Idade Moderna, podendo igualmente reconhecer-se no fundo metafísico da organização ideológica da historiografia romântica do século dezanove. Em certo sentido, passou mesmo a ser, a partir da autorização que especialmente lhe foi consagrada por Herculano, a principal forma de apresentação (e representação) do Passado por parte da historiografia dominante, removendo da esfera da interpretação histórica algum materialismo enciclopedista, *à la Diderot*, que chegou a insinuar-se vivamente em alguma intelectualidade dos fins do absolutismo.⁵²³

A metáfora ‘antropomórfica’, sobretudo na sua expressão ‘decadentista’, não deixou, porém, de estar associada a outras ordens de analogia que vêm a conhecer um enorme sucesso ao longo de todo o século dezanove, dentro das quais foi ganhando lugar e proeminência a analogia ‘organicista’ de feição progressivamente mais naturalista. Cremos mesmo que, se quiséssemos cindir o século dezanove, em termos da ordem metaparadigmática dominante, haveríamos de reconhecer que a uma primeira metade corresponderia uma analogia organicista de fundo claramente *espiritualista*, em que ganha especial relevo a analogia antropomórfica, correspondendo a uma segunda metade uma concepção metafísica mais resolutamente naturalista, em que vemos a noção de ‘espírito de um povo’ a ser substituída por expressões de pendor mais darwinista, como a ‘espécie humana’, dividida nas suas variadas “raças”, no domínio do materialismo biologista, ou, no domínio do pensamento republicano e socialista, o ‘comportamento das massas proletárias’. Quer uma quer outra destas formulações dizem respeito a uma concepção de ‘des-subjectivação’ da capacidade de acção social que ainda não existe, enquanto tal, nas primeiras formulações românticas.⁵²⁴

⁵²³ Verney é o nome principal que sempre nos ocorre neste contexto. O seu ‘verdadeiro método de estudar’ (Verney 1746) é mais do que uma apreciação das condições pedagógicas da transmissão do conhecimento; ele é também uma *weltschauung* da ‘causalidade eficiente’ traduzida em compêndio.

⁵²⁴ Para que se tenha uma ideia da força retórica da apresentação ‘material’ da racialidade como fundo da idealidade do espírito humano na sociabilidade das comunidades e povos, convém lembrar que já em meados do

Como já referimos em diversas passagens deste trabalho, cremos que a posição cronológica de Martins Sarmiento no seu século, sem que pertença nitidamente nem a uma nem a outra destas instâncias ideológicas, insinua na sua obra um tom indeciso, uma ambiguidade entre os documentos materiais de demonstração e a expressão propriamente teórica do seu pensamento. Contudo, não podem restar dúvidas, Martins Sarmiento é claramente um pré-darwiniano no lugar mais fundo de estruturação da sua filosofia da história: nele não existe o tempo *evolutivo*, no sentido que virá a deter entre T. Braga, C. Pedroso e todos os restantes intelectuais da geração que se lhe segue; nem sequer (nem principalmente) em alguns daqueles, como Ricardo Severo ou Fonseca Cardoso, que se apresentarão como seus herdeiros intelectuais, os homens que virão a fundar, no Porto, a Sociedade Carlos Ribeiro e, posteriormente, a editar a *Portugalia*.⁵²⁵

A principal manifestação do fundo metafísico associado a uma analogia organicista espiritual no trabalho de Martins Sarmiento pode ver-se na quase obsessão que o toma na caracterização ‘ariana’ dos habitantes do ocidente da Península Ibérica e, muito especialmente, da ‘Lusitânia primitiva’, *i.e.*, da região entre o Tejo e o Cantábrio. Para o autor, a definição territorial dos Lusitanos residia não tanto numa especial formulação de determinismo mesológico (como viria a conhecer tanto sucesso na historiografia que se lhe seguiu), mas na essencialização étnica do ‘espírito de um povo’, cuja ‘qualidade’, no duplo sentido de categoria diferencial e valorativa, lhe advinha de uma ‘unção’ desprovida de um lugar ou tempo concretos: ser ‘ariano’, para Martins Sarmiento, era nascer algures na Ásia, em séculos indeterminados e, portanto, *ter origem fora da*

século dezanove, Nott e Gliddon (1857) haviam apresentado a carta de distribuição dos povos e culturas, em paralelo com a da distribuição dos grandes símios.

⁵²⁵ Para um testemunho especialmente significativo da necessidade histórica, cf. Consiglieri Pedroso (1883: 44, 1884: 8). A dívida intelectual dos homens da *Portugalia* nunca deixou de ser explicitada, razão pela qual Sarmiento é convidado a inaugurar o primeiro caderno da revista. O artigo ‘A arte micénica no noroeste de Espanha’ (Sarmiento 1899a) pode mesmo considerar-se o ‘testamento’ científico de Martins Sarmiento; porque é a última obra sua a ser publicada em vida, justamente no ano do seu passamento, e porque nela sintetiza toda a sua visão do Passado, elaborada ao longo de quase duas décadas de trabalho. A admiração dos homens da *Portugalia* vinha, contudo, desde muito antes, associados principalmente à admiração que o ‘arqueólogo’ Martins Sarmiento detinha entre os admiradores das novas ciências ‘etnológicas’: ‘Portugal é um país riquíssimo em monumentos pré-históricos, de que a maior parte está desconhecida e abandonada (...). Delas [lendas associadas] temos alguns exemplos nas cavernas e antas estudadas e nos montes de Citânia e Sabroso, *conscienciosamente* explorados pelo snr. Martins Sarmiento’ (Severo e Cardoso: 1886: 137-138).

geografia e da história. Todo o tempo que se segue a essa ‘etnoteogonia da civilização’ não faz mais do que reafirmar a ideia geradora original.

Não é impossível ver nesta representação essencialista do Passado, uma influência determinante das concepções herderianas sobre o ‘espírito do povo’, que, através de historiadores, geógrafos e publicistas de renome vieram a estabelecer os princípios de uma afirmação humana do ‘local’, em contraposição ao universalismo materialista e racionalista, propagado pelos valores implícitos no programa revolucionário da Revolução Francesa.⁵²⁶

O que importa compreender neste momento é, não tanto a influência herderiana, a que fizemos, de resto, já referência, mas sim do papel especialmente consignado à ‘etnogenealogia’ (que é o neologismo que mais bem pode caracterizar a atitude e o objectivo intelectual do autor) no pensamento de Martins Sarmento, e o modo como ela comporta os traços característicos da metáfora organicista na afirmação da ‘índole nacional’.

A caracterização demorada e completa dos Lusitanos que Martins Sarmento leva a cabo não se esgota numa expressão antiquarista de erudição, embora o seja também em alguma medida. O que nos parece estar subjacente ao programa intelectual do investigador é a necessidade de traduzir na ordem do presente uma série de características herdadas do povo português, que o próprio, pelas circunstâncias penosas a que a história o obrigou a passar, não reconhece mais em si próprio. A ‘etnogenealogia’ de Martins Sarmento é, sob muitos aspectos, uma ciência ‘moral’, ‘pedagógica’ e ‘emancipadora’, eminentemente adequada ao sentimento colectivo de ‘decadência’ que acompanha todo o século dezanove, mesmo nos momentos que são nele de maior triunfalismo, apenas abandonado por uma geração de intelectuais e políticos estridentemente nacionalistas dos inícios do século vinte, renunciadores do estado ‘proletário’, ‘corporativo’ e triunfalista que virá a caracterizar as décadas de

⁵²⁶ Não é mesmo impossível, é mesmo provável, que as manifestações de nacionalismo, vividas tão intensamente ao longo da primeira metade do século XIX, e em tantos países europeus, tenham tido origem numa reacção à devastação ‘geopolítica’ protagonizada pelos exércitos de Napoleão (Broce 1986: 151 e ss.). Em Portugal a historiografia estabeleceu desde há muito tempo que o programa de pesquisa dos primeiros historiadores liberais tinha justamente esta causa e a intenção de ‘regenerar’, pelo exemplo histórico, o tempo presente (Torgal *et al.* 1998: 45-48).

vinte e trinta, de cuja substância se alimentará a forma ditatorial do regime que se lhe segue.⁵²⁷

O argumento ‘genealógico’ que está presente na exposição que Martins Sarmento faz do Passado tem assim um fundo metafísico inegável de afirmação da perenidade do ‘espírito de um povo’, puro na origem, coberto pela fuligem das guerras, mas brilhando, sempre interiormente, lá onde se recolheu, nos ‘castros’, associando assim a uma essencialização do Tempo, uma equivalente essencialização do Lugar. O Entre-Douro-e-Minho é, neste contexto, sobretudo a sua face rural, popular, romancesca, não apenas a uma expressão da ‘índole lusitana’, mas a sua expressão *mais genuína*.⁵²⁸ As fases cronológicas com que Martins Sarmento divide a ‘etnogenealogia’ dos Lusitanos não são apenas ditadas pelas eventuais descontinuidades do registo arqueológico (sobretudo pela sucessão ‘antas’, ‘castro-Sabroso’, ‘castro-Briteiros’, ‘cidades-dos-mouros’ que o autor vai apresentar, *adequadamente fundidas numa única civilização*), mas sim pelo carácter paradigmático de cada uma delas, no que revelam da organização e explicitação da ‘índole lusitana’ essencializada; são mostrados, invariavelmente, como os episódios que animam a luta de fundo entre a esfera ‘germânica’ e ‘lígure’, entre a ‘barbárie’ e a

⁵²⁷ A ‘onda de choque’, causada pela ‘humilhação pública’ do “ultimatum”, atingiu igualmente as cidades da província, como é claro pela análise da imprensa periódica local (Leal 1998). Em Guimarães, especificamente, houve uma movimentação associada, não apenas dos principais partidos políticos de então mas também da Igreja e dos católicos (Leal 1998: 56). Que Martins Sarmento sentiu intensamente a ‘humilhação’ do *ultimatum* inglês, diz-no-lo claramente um dos seus biógrafos: ‘[C]omo o ouvimos deplorando o abatimento do carácter nacional no conflito anglo-luso, colocando-se ao lado dos que preferiam a conquista brutal da nação à humilhação de uma transacção imposta pela nação mais forte’ (Guimarães 1893: 207). A historiografia portuguesa do tempo da Ditadura faz mesmo questão de denunciar este decadentismo oitocentista como uma causa eficiente da própria decadência do Estado e da Nação; de facto, para os historiadores como João Ameal, o que custava ver entre historiadores como Oliveira Martins não era tanto a incapacidade de historiar, que lha não negavam, mas a obstinação irremovível de transferir o ‘decadentismo’ enquanto personalidade para a ‘decadência’ como inevitabilidade histórica (Ameal 1945: 230-231). Opinião não muito diferente defendia Alfredo Pimenta, quando considerava as obras de Oliveira Martins como um ‘miserável panfleto’ ou ‘código do tédio amargo’ (1934-1935: 111).

⁵²⁸ A idealização que Martins Sarmento estabelece sobre a vivência dos ‘castros’ remete para uma tradição genealógica do próprio programa de pesquisa que lhes associa uma especial configuração de ‘democraticidade’ e ‘companheirismo’, versões pessoais de representação da alteridade que vêm a conformar a obra de historiadores e arqueólogos posteriores a Martins Sarmento, como Mendes Correia ou Joaquim de Carvalho. Hoje, apesar de a ‘arqueologia castreja’ reconhecer elementos ‘igualitários’ no arranjo arquitectural destes povoados, especialmente ao longo da primeira idade do ferro, reconhece-se que ela é utilizada activamente como modo de distensão social de uma comunidade ainda profundamente hierarquizada (e.g. Ayán Vila 2001: 137 e ss.).

‘civilização’; elas são, em última análise, a essencialização na ‘nação pré-histórica’, das fases humaníssimas da biografia do autor e do seu tempo.

O argumento ‘genealógico’ de Martins Sarmiento exhibe, finalmente, uma característica mais do historicismo romântico. Ele representa – juntamente com autores, como Belloguet (na França), Davies (na Irlanda), Grimm (na Alemanha), que vêm fazendo algo de semelhante na Europa de então, que constam invariavelmente da sua bibliografia citada, e sempre com uma especial e significativa concordância por parte do investigador português – a expressão mais clara da afirmação das origens como uma tomada de posição sobre as especificidades nacionais. Não se trata tanto do nacionalismo estridente que se lhe irá seguir, mas não é também a afirmação ‘positivista’ das ‘raças’ nacionais dos positivistas; é uma espécie de ‘federalidade’ consagrada entre povos diferentes, algo mais próximo da ‘comunhão dos povos’ de Victor Hugo do que das imposições militares de unificação à Bismarck.

Esta ‘busca das origens’, especialmente visibilizada em contraposição às diversas formulações do imperialismo dos inícios do século dezanove na Europa, apresentava invariavelmente duas épocas históricas de eleição, aquelas que poderiam, com vantagem, documentar a ‘diferencialidade’ das nações, curiosamente, ambas dotadas de um conveniente *obscurecimento factual*, do qual o espírito romântico, sensível e imaginativo, podia com mais facilidade alimentar-se (cf. Fabião 1993; 1996). Por um lado, a Idade Média, tempo obscuro das origens das nacionalidades nascidas da decomposição de Roma, afirmação da personalidade das nações, das regiões, dos lugares, face à dissolução civilizacional do Império; foi este o caminho seguido por Herculano em Portugal, caminho já antes aberto pelos nomes maiores do historicismo romântico por toda a Europa, como Scott, Hugo ou Chateaubriand.⁵²⁹ Por outro lado, a Pré-história, sobretudo a que antecede imediatamente a presença de Roma (e não se pode deixar de notar como Roma aparece a estruturar estas duas ordens de ‘nacionalidade’ icónica), que permite não só o reconhecimento de testemunhos, convenientemente vagos, dispersos entre os autores clássicos, sobre o comportamento

⁵²⁹ Uma eventual ‘composição nacionalista’ do espaço medieval pode ser recolhida em Alexandre Herculano, uma vez que parece poder atribuir-se-lhe a proposta de valorização dos monumentos medievais como verdadeiramente *nacionais* (J. Custódio 1993).

valeroso desses heróis ‘proto-nacionais’, como também fixar essa mesma ‘poética da heroicidade’ nas ruínas linguísticas, etnográficas e arqueológicas de um mundo rural em desvanecimento. Não deixa de ser curioso como aos dois momentos de afirmação das ‘origens’ corresponde em Portugal a eleição iconográfica de dois tipos de ruínas que se tornam paradigmas da evocação do Passado: os castelos e os castros.

III. 3.2. O elemento cronotópico na narrativa histórica de Martins Sarmento

Poder-se-ia questionar, como conclusão final deste trabalho, qual a verdadeira natureza *cronotópica* da historiografia de Martins Sarmento. Como já referimos antes, a noção de ‘cronotope’ em Mikhail Bakhtin pretende responder, afinal, a uma questão muito simples: o que sucede às personagens no fim da narrativa, e *por causa dela*, pela travessia que efectuam num determinado tempo e espaço? Neste nosso estudo historiográfico sobre Martins Sarmento, a questão pode especificar-se em redor da questão etnogénica dos Lusitanos-Portugueses. A mesma pergunta poderia então fazer-se, sublinhando a natureza da transformação que essa personagem colectiva sofreu por razão da sua própria história, tal como é narrada pelo investigador. Assim, precisemos a mesma interrogação bakhtiniana: *que sucede aos Lusitanos (Portugueses) no termo da narrativa de Martins Sarmento?* E a resposta, por paradoxal que possa parecer, é – *nada!*

Se existe um elemento cronotópico essencial que preside à narrativa sarmentiana do Passado, é o que afirma que o povo que atingiu a Península Ibérica no século doze a.C. e o que hoje (o ‘hoje’ de Martins Sarmento) habita as franjas rurais das aldeias e vilas do Entre-Douro-e-Minho é o mesmo! Martins Sarmento é genuinamente um romântico e, sendo assim, não podia deixar de afirmar, de forma mais ou menos implícita na sua obra, o tipo cronotópico dominante do romantismo, o platonismo incidente, o receio arquetípico da mudança substancial que, inversamente, virá a caracterizar, por exemplo, a fase cultural que se lhe segue.

Claro está que isto não é o mesmo que dizer que Martins Sarmento transfere, sem crítica, a realidade do passado que estuda para o presente que habita; se assim fosse, Martins Sarmento estaria deslocado do mundo a que pertencia, e apresentaria um modo de ver o Tempo bem mais próprio do tempo clacissizante que, apesar de tudo, bem

conhecia: o tempo em que o Tempo não passava, os deuses conviviam amavelmente com os homens arcadianos e a ‘volução’ cíclica da Terra e dos Homens não era senão a que fazia repetir os períodos das estações e dos astros, e aquela a que o mapa poético do Zodíaco emprestava uma tangível verosimilhança.

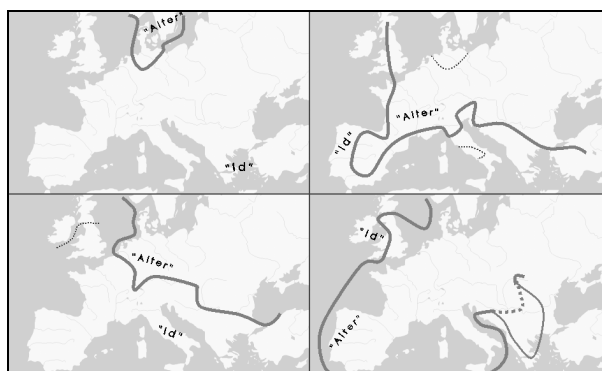
Em Martins Sarmiento, como no movimento do Romantismo em geral, a questão não é tão simples de dilucidar. Ainda que se afirme a perenidade ‘platónica’ do tempo, o mesmo não deixa nunca de fluir, o que traz especificamente a este movimento uma capacidade esquizóide de sofrimento que dificilmente tem paralelo na histórica cultural do Ocidente. Os ‘românticos’ – e aqui refiro-me especialmente aos representantes do chamado ‘primeiro romantismo, *i.e.*, os que se associam a uma concepção pré-darwiniana do Tempo –, debatem-se, numa luta perdida desde o início, entre um desejo de ‘suspensão’ da passagem do Tempo e a constatação, a maior parte das vezes por força de uma súbita e enlouquecedora revelação, de que afinal Ele passou e de que apenas lhe sobrevirá a morte. É assim na Arte, é assim na Ciência, sê-lo-á também na História.

A mesma posição hesitante em relação ao Tempo é exibida por Martins Sarmiento, no contexto da sua etnogenia do povo português. Em todos os momentos, em cada uma das fases com que estratifica a narrativa que vai compondo, Martins Sarmiento, como um *Janus*, não consegue decidir-se se deve dar maior relevo aos elementos que filiam um simples episódio num tempo longo de arcaica estabilidade ‘lígure’, se revelar o que em cada um deles se empresta à revigoração de um novo espírito naquele corpo anquilosado. A Lusitânia (e Portugal e, portanto, o próprio autor) é um misto de passado intemporal, definidor das suas características essenciais, mas é também uma sucessão de ‘renovações’, de episódios de re-atribuição de um sentido específico de cada horizonte temporal; a Lusitânia de Martins Sarmiento e ele próprio são, assim, ao mesmo tempo, uma *saudade* e uma *descoberta*, termos que se manietam entre si, e que se impedem, perversamente, de ser definitivamente *tradição* ou *Modernidade*. Ambos são bem o retrato, de facto, do século e do país em que o autor viveu.

Se tentarmos isolar as marcas cronotópicas com que Martins Sarmiento estrutura a narrativa pré-histórica da Lusitânia, facilmente se pode constatar que um modelo replicador, um fundo geral de uma metáfora antropomórfica e masculinista, habita a sua obra e consigna a concepção ‘romântica’ de que o autor é intérprete. A Lusitânia, neste

recinto, é um ser vivo, um organismo, uma pessoa e, especificamente, uma *mulher* (cf. Garcia 1995: 139). As fases da sua vida podem desenhar-se com nitidez e veremos que a metáfora da domesticidade e da feminilidade ganha sempre à correspondente representação da masculinidade. Como no seu original ‘feminino’, também a ‘terra sarmentiana’ da Lusitânia é nutrida, amada, desejada, violada, tomada e finalmente abandonada. Como aquela, esta nasce, vive e morre; e assim também, como no original edipiano, só a memória admite o prazer.

A relação de Martins Sarmiento com os elementos materiais que constituem o suporte ‘empírico’ da sua interpretação sobre a etnogénesis do ocidente da Península Ibérica devem ser compreendidos em conjunto com outros elementos presentes na sua teoria da história. Entre estes tomam uma especial significação a concepção do Tempo, Espaço e Personagem, que estruturam a construção considerada organicamente como um todo, que aqueles elementos empíricos ajudam a visibilizar.



**Figura 14 – Identidade e Alteridade de Portugal:
Os ‘ciclos da história’ segundo Martins Sarmiento**

A temporalidade que habita a obra de Martins Sarmiento é dotada de inteligibilidade retrospectiva e, nesse sentido, ainda que nada nela nos permita reconhecer a expressão de filosofias providencialistas, no sentido de uma interferência voluntária e arbitrária do Tempo em si mesmo, mediado ou não por figuras tutelares da Razão ou Divindade, a verdade é que existe um ‘tom’ teleológico em muitas das passagens da obra de Martins Sarmiento.

Um dos elementos ‘necessitaristas’ que, a nossa ver, se insinua nitidamente na obra de Martins Sarmiento é a absoluta estabilidade do Tempo, quando considerado na sua capacidade de dinâmica interna. O Tempo do ‘ocidente’ ao longo da Idade do Bronze é a este respeito ilustrativo. Albiões, Estrímnidos, Tartéssios e L(ig)usitanos são povos que habitam as margens ocidentais da Europa, depois de uma longa viagem que os traria desde a Ásia, e estabeleceriam de uma só vez todas as características fundamentais da sua civilização que, por sua vez, não se modificariam sensivelmente até que o império de Roma, ou a destruição causada pela invasão dos Celtas, transformasse este mundo antigo.⁵³⁰

Cremos que é muito distinto o elemento antropomórfico com origem no modelo replicado na evolução do tempo etnogénico. Toda a Idade do Bronze ocidental é, para Martins Sarmiento, um tempo de ‘infância’, que se segue a um nascimento indolor e mítico (Martins Sarmiento não faz qualquer referência à eventual violência da invasão dos ‘Lígures’ sobre os ‘Iberos’), em que o principal cenário se mantém próximo e acolhedor, as relações se tecem entre ‘família’ (desde o Báltico ao golfo de Cádiz), e que, a não haver modificações importantes com origem exterior, se manteria nessa doce tranquilidade de ‘paraíso’ até ao fim dos tempos.

Subitamente, o tempo acelera-se, e o mundo ‘ligúrico’ que a infância havia conhecido é ameaçado pela sombra ameaçadora do Outro, o invasor, que as fontes clássicas designam por Celtas. Toda a representação que Martins Sarmiento faz da difusão dos Celtas é uma história de violência e sobretudo de falta de direito moral em reclamar territórios que não eram os seus. Do ponto de vista do modelo antropomórfico, que superintende à organização do tempo etnogénico da Europa, a invasão dos Celtas representa, literal e escatologicamente, a corrupção da ‘idade de ouro’ (melhor se diria, ‘do bronze’); é o início da puberdade, da violação, o termo irreversível da infância.

[D]ir-se-ia que os Celtas nada mais são que a vanguarda dessa infinidade de povos bárbaros que o norte *tinha de vomitar* contra o sul, até aniquilar as

⁵³⁰ A concepção do Tempo no seio das disciplinas ‘históricas’, i.e., as que lidam com os problemas de alteridade estabelecidos entre a hermenêutica do passado e o presente do hermeneuta tem vindo progressivamente a abandonar uma posição unicamente centrada nas ‘condições de produção’ do documento para a incluir num relativismo mais vasto que admite que o estudo mesmo dessas condições não escapa à esfera de relatividade de que ela própria pretende dar conta (Bradley 1993).

civilizações mediterrânicas. (...) [*C*]omo todos os bárbaros que mais tarde *h*ão-de irromper (...) seguindo mais ou menos as suas pisadas, têm só e unicamente por si a superioridade momentânea da força, mas, *moral e intelectualmente são inferiores aos povos do meio-dia* [Sarmento 1880a: 44; Sarmento 1882a: 109. Os sublinhados de ênfase são nossos].

A nação ‘ligúrica’ de Martins Sarmento vive no medo pânico de ser conquistada pelo invasor céltico ao longo de toda a Idade do Ferro. Este período cronológico, bem como as características técnicas da sua metalurgia, são para o investigador da responsabilidade única desta ‘nova gente’ que, armados com a sua espada de ferro e dotados da violência ingénita dos bárbaros, conquista facilmente o pacífico mundo do bronze. É o período da expansão destes povos por toda a Europa ocidental.

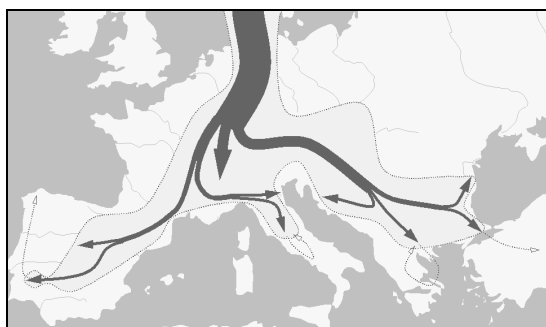


Figura 15 – Mapa ‘da aluvião celta’ (segundo Martins Sarmento).

Note-se que os limites de ‘represamento’ da influência céltica incluem, além do NW da Península Ibérica, os dois lugares assediados pelos dois ‘Brennus’: o Lácio e a Grécia, filiando assim a genealogia lusitana na matriz civilizacional das duas mais importantes manifestações culturais do Passado ocidental.

Os Celtas, segunda a narrativa sarmentiana, são uma ‘aluvião’ que se despeja para o sul desde a Escandinávia, e, tal como na metáfora geomorfológica de que parte, a extensão da sua difusão depende não só da resistência dos elementos morfológicos locais, ou seja, da resistência armada dos povos que com eles se vão confrontando, como com o poder do próprio manancial de origem. Este ponto é fundamental para compreender a essencialização do ‘lugar’ da Lusitânia. De facto, é apenas por uma questão de ‘posição’ que o território do noroeste da Península Ibérica é poupado à degradação moral e civilizacional que implica a conquista céltica:

[O]s lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua *posição geográfica* [s.n.], uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos [Sarmiento 1880a: 44].

Esta frase permite que compreendamos a concepção do Espaço que habita a obra de Martins Sarmiento. Em íntima relação com os modelos idealistas pré-darwinianos, que tiveram a sua máxima expressão na geografia ritteriana, o Espaço é para Martins Sarmiento puramente ‘cénico’, pelo menos quando considerado a uma escala tão pequena quanto aquela em que se desenrola o drama europeu. Nenhuma característica intrínseca do lugar detém um papel activo no desenrolar da dinâmica histórica. Os factores naturais, a mesologia, nunca são chamados a intervir, uma vez que a raça é inteiramente dependente da etnia, e esta do lugar de origem. É muito significativo, neste contexto, a insistência com que Martins Sarmiento defende o ‘tipo mediterrânico’ das personagens das lendas védicas.

Tão pouco a tradição, entendida como ‘*genius loci*’, associada portanto à integração herderiana do espírito e da terra tem uma influência definitiva no pensamento de Martins Sarmiento. De facto, sempre que a ocasião o exige, o investigador repõe a originalidade virginal do ‘lugar’, para com isso poder reclamar a identidade étnica de toda a paisagem. Veja-se, a este respeito, o modo como a ‘*vacua gleba*’, resultante da invasão ‘das serpentes’ no noroeste da Península Ibérica, é um dos elementos principais de argumentação da tese ‘ligúrica’ da Lusitânia e da afirmação do carácter não-céltico da sua toponímia.

Na Lusitânia, por não ter sido ela tomada pela ‘avalanche céltica’, pode Martins Sarmiento apresentar as restantes fases do seu modelo antropomórfico de etnogénese. Para oriente da Gália, tudo foi perdido e a nação ‘ligúrica’ do Bronze morreu no esplendor da infância; na Gália, se não morreu, perdeu parte da identidade, a autonomia desaparece, mas a superioridade cultural dos vencidos continua, através do druidismo, a permitir identificar o passado glorioso dos ‘Lígures’ do Bronze. É uma convivência forçada entre a barbárie e a civilidade, detestada pela vítima e, numa visão em que uma análise estrutural facilmente detectaria elementos masculinistas evidentes, uma

‘violação’ contínua da esfera feminina (a agricultura, a domesticidade) pela esfera masculina dominante (a guerra e a violência).⁵³¹

O tempo da narrativa sarmentiana que, com a entrada dos Celtas, se tornara súbito, como só o é no fim da infância, estabiliza novamente com a chegada dos Romanos. Poucos personagens colectivos são dotados de uma tão grande ambiguidade, na metafísica histórica do investigador, como este povo e o seu império. A dominação persiste, mas o contexto é inteiramente modificado. Se na invasão céltica poderíamos ver a subjugação violenta da ‘vestal lígure’ (exemplarmente ilustrada na personagem de Medeia), na dominação romana o cenário é o de um reencontro com o parentesco até então perdido, a recuperação da esfera da civilidade, um ‘casamento’:

O sol do mundo moral só reaparece para eles [os povos ‘lígures’ conquistados], ao fim de longos séculos, com a chegada dos romanos, que destroem o predomínio da barbárie e que, rasgando estradas por toda a parte, os põem em contacto com a máxima cultura daqueles tempos [Sarmiento 1885a: 286].

A ambiguidade tem origem na dupla consequência que tem, para toda a Europa ocidental e especialmente para o noroeste da Península Ibérica, a vasta dominação romana.⁵³² Por um lado, é a recuperação do universo espiritual ‘ariano’ que a invasão céltica havia, por tanto tempo, quase atrofiado. Por outro lado, porém, a dominação romana representa igualmente a hierarquização interior desse mesmo universo ‘ariano’,

⁵³¹ Não por acaso, Martins Sarmiento faz questão de atribuir aos Celtas duas características estruturalmente opostas aos ‘Lígures’: não edificarem nem cidades para o vivos nem túmulos para os mortos. As actividades relacionadas como a sedentarização, na historiografia contemporânea do autor, eram vistas como sendo essencialmente femininas e, em alguns casos, como uma pervivência do ‘direito matriarcal’. Nesta oposição estrutural, os Celtas aproximam-se do pólo masculino, definido pela mobilidade e violência simbólica do chefe, enquanto que os ‘Lígures’ são incessantemente representados como dotados de todas as características da vida sedentária, nela incluindo a vida familiar, a agricultura, o comércio e o culto dos mortos. Ainda que não sendo estritamente do âmbito deste trabalho, não podemos deixar de constatar que a organização preferencial da simbologia dos povoados fortificados ao redor da casa e respectiva unidade de habitação, se opõe, estruturalmente, a uma concepção ‘guerreira’ como a que é veiculada pela ‘idiosincrasia’ céltica (cf. Calo 1994: 138).

⁵³² Especialmente visível no cenário da narrativa da conquista da Península Ibérica pelos romanos, que o autor desenvolve detalhadamente no seu ‘Sobre as antigas cidades da Ibéria’ (1879). Nesse escrito, Martins Sarmiento apresenta invariavelmente as ‘cidades’ ibéricas como o lugar heróico de resistência dos povos indígenas face a Roma, num registo ambíguo que hesita entre a valorização alternativa das expressões local e universal da civilização.

ao pôr em contacto dois ‘tempos’ de desenvolvimento: o de Grécia e Roma, cujas especiais características de ‘posição’ haviam promovido o desenvolvimento das mais altas expressões da cultura ariana no Mediterrâneo; o do mundo ‘ligúrico’ do bronze, cujo isolamento continuado a que o obrigou o ‘muro tártaro’ da conquista céltica, foi envelhecendo paulatinamente sem que mesmo a união com Roma a pudesse salvar do definhamento.

No modelo antropomórfico que vimos identificando a comandar a metafísica histórica de Martins Sarmiento, este é o momento irreversível de encanecimento do povo ‘lígure’. Por todo o lado, apenas com excepção da Irlanda, (e deste facto, de novo fruto de uma ‘posição’ essencializada, tem origem o lugar absolutamente ímpar que esta ilha detém na geo-historiografia de Martins Sarmiento), nós podemos assistir ao anquilosamento final da grande civilização do bronze, o grande ‘império da pré-história’:

Aqui está, a nossa ver, a explicação única da imobilidade da civilização do bronze. A conquista céltica, além de escravizar uma parte dos povos que a importaram consigo, deu-lhe um golpe de morte, cortando-lhe todas as comunicações com as civilizações progressivas; e manter todas essas tradições do seu passado contra a influência deletéria desses conquistadores selvagens, que foram o terror de Grécia e do Roma, eis ao que ficaram condenados os povos ocidentais [Sarmiento 1885a: 286].

Na Lusitânia, esta fase final do ciclo de existência dos ‘Lígures’ tem uma expressão arqueológica bem definida: *Briteiros*. A ambiguidade que vemos Martins Sarmiento exhibir face a Roma, vê-la-emos replicada na descrição que nos faz deste povoado fortificado. Em Briteiros abundam os materiais romanos mas igualmente os idênticos a Sabroso. Ao considerar esta duplicidade, o espírito científico do investigador vai oscilando, hesitante, sobre a quem dar a primazia interpretativa, até que, se bem interpretamos as suas palavras, opta pelo indigenismo que une Briteiros a Sabroso, e prescinde de sublinhar excessivamente o que poderia unir Briteiros aos povoados romanos de que foi contemporâneo.

A história da sua fundação, mitificada em redor da invasão de Brutus, mais não faz do que sublinhar este mesmo aspecto. Para Martins Sarmiento, num artigo – ‘Acerca das escavações de Sabroso’, de 1879 – que é uma antecipação relativamente temporã do que

viria a ser o todo da sua obra, especialmente no domínio da grande escala da investigação arqueológica relacionada com os povoados fortificados, Briteiros teria tido origem numa reorganização administrativa indígena, cujo intuito seria o de se defender justamente da força romana, que havia sido dada a conhecer pela expedição do militar romano à frente de Sabroso. Numa prefiguração curiosa de uma organização de ‘lugares centrais’, os indígenas ‘bracarenses’ da beira-Ave, teriam decidido abandonar os povoados vizinhos de Sabroso e Santa Iria, juntando esforços na construção de um povoado *ex-nihilo*, Briteiros, cuja magnificência das muralhas pudesse ser suficiente para impor respeito aos novos invasores.⁵³³

A linha teórica de delimitação histórica de Briteiros e Sabroso poderia ter sido empurrada na direcção de qualquer um dos extremos. Ao permitir-se fazê-lo no sentido da ‘indigenização’ de Briteiros, mais do que na sua ‘romanização’, Martins Sarmento está a representar, no noroeste da Península Ibérica, o drama geral do mundo ‘ligúrico’ em contacto com a expansão romana. Perturbados pela jovialidade e enérgica organização do Romano, os velhos ‘Lígures’ recuam para o monte, mantêm-se nas escarpas das serras e evitam a cidade. Guardam para si os cultos mais antigos, enquanto assistem ao aparecimento de uma nova nomenclatura de divindades, com os quais trocam, por vezes, o nome que a identidade de atributos justifica, porque todos pertencem ao grande universo espiritual ‘ariano’.

Como em Sabroso, ‘tudo cheira a velho’ (Sarmento 1879c: 33, nota 4) neste mundo que se desmorona. O resto da história da ‘nação ligúrica’, continuada pelos tempos

⁵³³ Quando nos referimos a uma concepção teórica do tipo de ‘lugares centrais’, não nos referimos apenas ao resultado geométrico da operação de ‘substituição’ de Sabroso e Santa Iria por Briteiros, mas ao *processo* teórico da sua justificação por parte de Martins Sarmento: ‘Assim, na curta linha de dois a três quilómetros havia nada menos que três *duns*; e, se agora quiséssemos supor que cada um deles tomava por sua conta o abrigo e defesas das populações que lhes ficavam ao pé, e por isso dividíssemos aquela parte do vale em três secções, à secção do centro, correspondente à Citânia, tocava uma área de população que, salva a exageração, podia dizer-se que cabia na última ordem de muralhas. Não pode ser. Antes é mais que evidente que a gigantesca construção da Citânia exigiu os esforços de todos os povos do vale do Ave, que lhe ficavam à vista, e nomeadamente os povos que já possuíam as fortalezas de Sabroso e Santa Iria’ (Sarmento 1879c: 31). Apesar de não pertencer ao âmbito deste trabalho, gostaríamos de referir que a crítica contemporânea não é contrária a um modelo de edificação de grandes povoados em lugares previamente desabitados, como seria normal acontecer segundo o modelo sarmentiano, ainda que sem necessariamente lhes atribuir uma lógica simplesmente indígena nessa decisão (Martins 1989, 1990; Brun 1995; González Ruibal 2003).

históricos, não é mais do que o desenvolvimento natural desta etapa final da vida daquela civilização. Recolhido aos montes, fixado apenas na tradição oral do ‘povo’ rural, o universo ‘ligúrico’ vai lentamente dissolvendo-se, obrigado a sumir-se cada vez mais nas suas ruínas, guardando cada vez mais fundas as suas crenças, mal se mantendo sob a série de revoluções que o vai atingindo, dos povos que os vão submetendo, Suevos e Visigodos, Árabes e Espanhóis, Franceses e Ingleses, até que, chegado o presente do próprio autor, esse mundo está quase inteiramente delido, e apenas a crítica severa da Ciência o pode ressuscitar, fixando no texto o seu romanceiro, acumulando no museu os seus vestígios, restituindo dos alfarrábios a sua história.

Estancar o tempo e perpetuar o lugar – tal é, em grande medida, a natureza e propósito da geo-historiografia romântica de Martins Sarmiento.

Bibliografia⁵³⁴

- Aay, H. (1981). 'Textbook Chronicles: Disciplinary History and the Growth of Geographic Knowledge'. In B. Blouet, ed., *The Origins of Academic Geography in the United States*, p. 291-301. Hamden: Archon Books.
- Adams, P. C., S. Hoelscher e K. E. Till, eds. (2001). *Textures of place. Exploring humanist geographies*. Minneapolis e London: Minnesota University Press.
- Agnew, J. (1998). *Geopolitics: re-visioning world politics*. London: Routledge.
- Agulhon, M. (2001). 'Os historiadores franceses e a ideia de França desde 1918'. *Ler História*, 41.
- Aguilar, M. (1939). *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*. Lisboa.
- Ahmad, A. (1994). 'Orientalism and after: ambivalence and metropolitan location in the work of Edward Said'. In *Theory: Classes, Nations, Literatures*, 159-220. London: Verso.
- Aires, C. (1916). *Teoria da história da civilização militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Aires, C. (1927). *Para a História da Academia das Ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Alarcão, J. (1992a). 'A evolução da cultura castreja'. *Conimbriga*, 31, p. 39-71.

⁵³⁴ Esta lista bibliográfica contém as obras referidas no texto e todas as que foram consultadas no decurso da elaboração deste estudo. Nas referências bibliográficas que vão sendo feitas ao longo, optou-se por utilizar a notação 'autor-data'; as páginas respectivas são especificadas apenas quando se trate de uma citação, ou quando um elemento do texto referido é especialmente significativo para a compreensão do seu contexto de autorização. As edições clássicas utilizadas foram escolhidas de acordo com um critério de importância relativa do seu uso no nosso trabalho: de Apolónio de Rodes, Homero, César e Tácito (os autores mais importantes no universo de restituição levado a cabo por Martins Sarmiento – com excepção de Avieno, de que se escolheu usar a versão em português), optou-se por privilegiar as edições Loeb de Harvard, sobretudo por poder assim normalizar a *nomina* antiga; de Apolónio usou-se ainda a edição Oxford, por apresentar especificamente a 'introdução geográfica' dos mapas de Richard Hunter; para a quase totalidade dos restantes autores, optou-se por usar as versões Les Belles Lettres (Collection des Universités de France) que, pela quantidade disponível na Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto, melhor poderiam normalizar a consulta dos textos clássicos.

- Alarcão, J. (1992b). 'Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica'. In M. Almagro Gorbea, e G. Ruiz Zapatero, eds., *Paleoetnología de la Península Ibérica*, p. 339-346. Madrid: Universidad Complutense.
- Alarcão, J. (1994). 'A Arqueologia e o Tempo'. *Conimbriga*, 32-33, p. 9-56.
- Alarcão, J. (1996). *Para uma conciliação das Arqueologias*. Porto: Afrontamento.
- Alarcão, J. (1999). 'On archaeological interpretation'. *Journal of Iberian Archaeology*, 1, p. 1-14.
- Alarcão, J. (2000). *A escrita do Tempo e a sua verdade*. Coimbra. Quarteto.
- Alarcão, J. e V. O. Jorge, coord. (1997). *Pensar a Arqueologia, hoje*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Albertos, M. L. (1985). 'La onomástica personal indígena del noroeste peninsular (astures y galaicos)'. In *III Colóquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*, p. 255-310. Lisboa.
- Albuquerque, I. F. (1988). 'Introdução'. In O. Martins, *História de Portugal* (ed. crítica). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Albuquerque, L. M (1823). *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução Pública*. Paris: A. Bobée.
- Albuquerque, M. (1988). 'Oliveira Martins, historiador'. In O. Martins, *História de Portugal*. Lisboa: IN-CM.
- Albuquerque, P. A. (2003). 'Argantónio, um "guardião" da "Idade da Prata"? A possível estrutura mítica do rei tartéssico'. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6 (1), p. 159-173.
- Alcoff, L., ed. (1998). *Epistemology: The Big Questions*. Malden (Mass.): Blackwell.
- Alexandre, V. (1995). 'Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins'. In *Actas do Congresso Internacional sobre Oliveira Martins*.
- Almagro Gorbea, M. (1999). 'Los Celtas en la Península Ibérica: problemática actual'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 51-88. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

- Almagro Gorbea, M. (2000). 'La "precolonización fenicia" en la Península Ibérica. *IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- Almagro Gorbea, M. e G. Ruiz Zapatero, eds. (1993). *Los Celtas. Hispania y Europa*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Almeida, A. M. (2000). 'A escrita da História: questões de teoria e de problematização', *Clio*, n.s., 5, p. 9-18.
- Almeida, C. A. F. (1983). 'O Castrejo sob o domínio romano: a sua transformação'. In G. Pereira Menaut, ed., *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antigua de Galicia*, p. 187-198. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Almeida, C. B. (1996). *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Dissertação de Doutoramento).
- Almeida, C. F. (1977). *Escavações no Monte Mozinho*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.
- Almeida, F. (1925). 'Causas da decadência do Império Português'. *O Instituto*, 4.^a sér., 72 (4), p. 367-414.
- Almeida, F. (1967-71). *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- Almeida, F. M. e A. Carvalhosa (1974). 'Breve história dos Serviços Geológicos em Portugal'. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 58, p. 239-265.
- Almeida, J. M. (1965). 'Reflexões em torno de Avieno e do poema "Ora marítima"'. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 83.^a sér., 1-3 e 4-6, p. 25-34.
- Almeida, J. M. (1967). 'A "Orla marítima" portuguesa num texto do século VI antes de Cristo'. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, 1(4), p. 61-65.

- Almeida, L. H. C. (1997). 'A Ciência / Tecnologia e o 'Espírito Cartesiano''.
*Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto –
Filosofia*, II sér, 14, p. 155-162.
- Álvarez González, Y. (1993). 'Arqueología del Paisage: Modelos de ocupación y explotación de los castros del valle de Noceda'. *Complutum*, 4, 265-278.
- Álvarez Sanchís, J. (1999). *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Alves, L. A. M. (2001). 'O ensino na segunda metade do século XIX'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 2.
- Amaro, A. R. (1995). *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939)*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa.
- Ameal, J. (1940). *História de Portugal*. Porto: Tavares Martins.
- Ameal, J. (1945). *A Europa e os seus fantasmas*. Porto: Tavares Martins.
- Amorim, M. N. (1987). *Guimarães de 1580 a 1819*. Lisboa: JNIC.
- Andersen, G. (1994). *Criticism and the History of Science: Kuhn's, Lakato's, and Feyerabend's Criticism of Critical Rationalism*. Leiden: Brill.
- Andersen, H. (2000). *On Kuhn*. Belmont (Calif.): Wadsworth.
- Anderson, K., M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds. (2003). *Handbook of Cultural Geography*. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Andrews, G., J. Barrett e J. Lewis (2000). 'Interpretation, not Record: The Practice of Archaeology'. *Antiquity*, 74, p. 525-530.
- Anthony, D. (1997). 'Prehistoric Migrations as Social Process'. In J. Chapman e H. Hamerow, eds., *Migrations and Invasions in Archaeological Explanation*. Oxford: BAR International Series.
- Anuchin, G. (1977). *Theoretical Problems of Geography*. Columbus: Ohio House State University Press.
- Apolónio de Rodes [Apollonius of Rhodes]. [1993]. *Argonautica. Jason and the Golden Fleece*, trad.e notas por R. Hunter. Oxford: Oxford University Press.

- Apolónio de Rodes [Apollonius Rhodius]. [2006]. *Argonautica*, trad.e notas por R. Seaton. Cambridge (Mass.): Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- Aragão, T. de (1887). ‘Citânia’. *Revista Archeologica e Historica*, 1, p. 39-45.
- Araújo, L. M. (1972). ‘Da Filosofia e da Ciência’. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, I sér, 2 (1-2), p. 79-98.
- Arce, J. e R. Olmos, eds. (1991). *Historiografía de la Arqueología y de Historia Antigua en España (siglos XVIII-XX)*. Madrid: Ministerio de la Cultura.
- Arendt, H. (1998). *The human condition*. Chicago e London: The University of Chicago Press.
- Argonáutica Órfica*. [1987]. *Les Argonautiques Orphiques*. Texte établi et traduit par Francis Vian. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Argote, J. C. (1747). *Memórias para a História eclesiástica do Arcebispo de Braga*. Lisboa: José Ant.º da Silva.
- Aristóteles [Aristote]. [1982]. *Météorologiques*. Texte établi et traduit par Pierre Louis. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Arqueologia Portuguesa no século XX* (1999). Número especial da revista *Almadan*, II sér., n.º 8.
- Arriaga, J. (1886-1889). *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livr. Portuguesa Lopes e C.ª Ed.
- Arriaga, J. (1911). *Os últimos 60 anos da Monarquia*. Lisboa.
- Arriscado, J. A. (2005). ‘Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a Assembleia Vianense’. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 6, p. 271-290.

- Arruda, A. M. (2005). 'O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século'. *O Arqueólogo Português*, Sér. IV, 23, p. 9-156.
- Ashmore, W. e A. Knapp, eds. (1999). *Archaeologies of Landscape*. Oxford: Blackwell.
- Astarloa, P. P. (1803). *Apología de la lengua bascongada, ó ensayo crítico filosófico de su perfeccion y antigüedad sobre todas las que se conocen: en respuesta á los reparos propuestos en el Diccionario geográfico histórico de España, tomo II, 'Nabarra'*. Madrid.
- Aubet, M. E. (2001). *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge e New York: Cambridge University Press. Tradução da 2.ª ed. em castelhano de 1994.
- Aujac, G. (1966). *Strabon et la Science de son temps*. Paris: Les Belles Lettres.
- Avieno [1992]. *Orla marítima*, 2.ª ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. Intr., trad. e notas de José Ribeiro Ferreira.
- Ayán Vila, X. (2001). 'O estudo da arquitectura doméstica da Idade do Ferro do NW: achega historiográfica'. *Gallaecia*, 21, p. 137-157.
- Azevedo, A. F. (2001). 'A ideia de paisagem. Contributos de um discurso viajante'. *Margens e Confluências*, 3, p. 7-21.
- Azevedo, A. F. (2002). 'Investigação geográfica em Cinema. Fragmentos de uma outra narrativa espacial'. *IV Jornadas de Geografia e Planeamento*. Guimarães: Universidade do Minho.
- Azevedo, A. F. (2005). 'A ideia de paisagem: pré-figurações geográficas de uma experiência estética da Modernidade'. *Actas do X Colóquio Ibérico da Geografia – A Geografia ibérica no contexto europeu*. Évora: Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade de Évora.
- Azevedo, A. F. (2006). *Geografia e Cinema*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. [Dissertação de Doutoramento].
- Azevedo, A. F. e J. R. Pimenta (2003). 'All The Names: A cross-section in Cultural Geography'. In P. Claval, M. P. Pagnini e M. Scaini, eds.,

- The Cultural Turn in Geography*, p. 69-76. International Geographical Union e University of Trieste: Edizioni Università di Trieste.
- Azevedo, A. F. e J. R. Pimenta (2006). 'A geografia cultural *circa* 2000 d.C.' In J. Sarmiento, A. F. de Azevedo e J. R. Pimenta, coord., *Ensaio de Geografia Cultural*, p. 1-20. Porto: Figueirinhas.
- Azevedo, T. P. (1699) *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães*. Porto (ed. 1845): Tip. Revista.
- Bachelard, G. (1964). *The Poetics of Space*. New York: Orion.
- Bacon, J. R. (1931). 'The Geography of the Orphic Argonautica'. *Classical Quarterly*, 25 (3/4, Jul.-Out.): p. 172-183.
- Bahn, P., ed. (1996). *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bailey, G. (1981). 'Concepts, Time-Scales and Explanations in Economic Prehistory'. In, A. Sheridan e G. Bailey, eds., *Economic Archaeology*. Oxford: BAR Reports International Series.
- Bailey, G. (1987). 'Breaking the Time Barrier'. *Archaeological Review from Cambridge*, 6, p. 5-20.
- Bakhtin, M. (1984). *Rabelais and His World*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.
- Bakhtin, M. (1990). *Art and Answerability. Early Philosophical Essays*. Austin: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (2002). *The Dialogic Imagination. Four Essays by M. M. Bakhtin*. Austin: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (2003). *Problems of Dostoevsky's Poetics*. London e Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bann, S. (1990). *The inventions of history*. Manchester: Manchester University Press.

- Baptista, L. C. (2003). 'Framing and Cognition'. In A. Javier Treviño, ed., *Goffman's Legacy, 197-215*. Lanham (Maryl.): Rowman & Littlefield.
- Barata, F. C. (1873). 'As raças históricas na Península Ibérica'. *O Instituto*, 16 (6), p. 121-130.
- Barbosa, V. (1875). *Estudos arqueológicos e históricos*, 2 vols. Lisboa: Tip. Castro e Irmão.
- Barnes, B. (1974). *Scientific Knowledge and Sociological Theory*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Barnes, B. (1977). *Interests and the Growth of Knowledge*. London: Routledge.
- Barnes, B. (1982). *T. S. Kuhn and Social Science*. New York: Columbia University Press.
- Barnes, B. e S. Shapin, eds. (1979). *Natural Order*. London: Sage.
- Barnes, T. (2000). 'Deconstruction'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 155-7. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Barnes, T. e D. Gregory, eds. (1997). *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Barnes, T. J. (1996). *Logics of dislocation: models, meanings and metaphors of economic space*. New York: Guilford.
- Barnett, C. (1997). "'Sing along with the common people": Politics, postcolonialism and other figures'. *Environment and Planning D: Society and Space*, 15, p. 137-154.
- Barnett, C. (1998). 'Empire and worldly geography: the Africanist discourse of the Royal Geographical Society, 1831-1873'. *Transactions of the Institute of British Geographers*, N.S., 23 (2), p. 239-252
- Barrett, J. (1987). 'Contextual Archaeology'. *Antiquity*, 61, p. 468-473.
- Barrett, J. (1994). *Fragments from Antiquity*. Oxford: Blackwell.

- Barrett, J. (2001). 'Agency, the Duality of Structure, and the Problem of the Archaeological Record'. In I. Hodder, ed., *Archaeological Theory Today*. Oxford: Polity Press.
- Barros, H. G. (1885-1922). *História da Administração Pública em Portugal*. Lisboa.
- Barros, João de [1932]. *Ásia de Joam de Barros*. Versão, notas e Introdução por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Barthélémy, J. A. (1851). *Nouveau Manuel Complet de Numismatique Ancienne, du Moyen-Âge et Moderne*. Paris.
- Barthes, R. (1981). *Camera Lucida: Reflections on Photography*. New York: Hill and Wang.
- Bassin, M. (1987). 'Imperialism and the Nation-State in Friedrich Ratzel's Political Geography'. *Progress in Human Geography*, 11, p. 473-495.
- Bastos, T. (1878). *Progressos do espírito humano*. Lisboa: Tip. Luso-Espanhola.
- Bateman, T. (1861). *Ten Years Digging in Celtic and Saxa Grave Hills*. S.l.: S.n.
- Baudrillard, J. (1983). 'The ecstasy of communication'. In H. Foster, ed., *The anti-aesthetic: essays on postmodern culture*, p. 126-33. Port Townsend (WA): Bay Press.
- Bauer, A. (2002). 'Is what you see all you get?: Recognizing meaning in archaeology'. *Journal of Social Archaeology*, 2(1), p. 37-52.
- Baxter, J. e J. Eyles (1997). 'Evaluating Qualitative Research in Social Geography: Establishing 'Rigour' in Interview Analysis'. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22 (4), p. 505-525.
- Beau, A. (1936). 'O conceito de História em Alexandre Herculano'. *Biblos*, 12.
- Beau, A. (1964). *Estudos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Bebiano, R. (1982). 'O primeiro centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica'. *Revista da História das Ideias*, 4, p. 381-428.

- Becker, K. (1883). *Versuch einer Lösung der Celtenfrage*. Karlsruhe.
- Beckinsale, R. (1981). 'W. M. Davis and American Geography, 1880-1934'. In B. Blouet, ed., *The Origins of Academic Geography in the United States*, p. 107-122. Hamden: Archon Books.
- Bedini, S. (1990). *Thomas Jefferson. Statesman of Science*. New York: Macmillan.
- Beirante, C. (1977). *A ideologia de Herculano*. Santarém.
- Bell, A. (1971). 'The Dark Ages in Ancient History: 1. The First Dark Age in Egypt'. *American Journal of Archaeology*, 75, p. 1-26.
- Bello Diéguez, J. e A. Peña Santos (1995). *Historia de Galicia: 1. Galicia na Prehistoria*. A Coruña: Via Láctea.
- Benko, G. (1997). 'Introduction, Postmodernity and the Social Sciences'. In G. Benko e U. Strohmayr, eds., *Space and Social Theory*, p. 1-48. Oxford: Blackwell.
- Benko, G. e U. Strohmayr, eds. (1997). *Space and Social Theory*. Oxford: Blackwell.
- Berdoulay, V. (1981). 'The Contextual Approach'. In D. Stoddart, ed., *Geography, Ideology and Social Concern*. Oxford: Blackwell.
- Berdoulay, V. (1981). *La formation de l'École Française de Géographie, 1870-1914*. Paris: Bibliothèque Nationale.
- Berleant, A. (1992). *The Aesthetics of Environment*. Philadelphia: Temple University Press.
- Berlin, I. (1976). *Vico and Herder*. London: Chatto and Windus.
- Bernal, M. (1987). *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization. 1. The Fabrication of Ancient Greece (1785-1985)*. New Brunswick.
- Bernecker, S. e D. Dretske, eds. (2000). *Knowledge in Contemporary Epistemology*. New York: Oxford University Press.
- Bernstein, H. (1983), *Alexandre Herculano (1810-1877)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Bernstein, R. J. (1983). *Beyond objectivism and relativism: science, hermeneutics and praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Berthelot, A. (1934). *Festus Avienus. Ora maritima*. Paris.
- Bertrand, A. (1897). *Nos origines. La religion des Gaulois. Les Druides et le druidisme*. Paris: Ernest Leroux.
- Bertrand, A. e S. Reinach (1894). *Les Celtes dans les vallées du Pô et du Danube*. Paris: Ernest Leroux.
- Betancourt, P. (1976). 'The End of the Greek Bronze Age'. *Antiquity*, 50, p. 40-47.
- Bettencourt, A. (1998). 'O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica'. In S. O. Jorge (coord.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, p. 18-39. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Bettencourt, A. (2000a). 'O vale do Cávado dos finais do III milénio aos meados do I milénio a.C.'. In *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia*, p. 79-83. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.
- Bettencourt, A. (2000b). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais.
- Bhabha, H. (2004). *The location of culture*. London e New York: Routledge.
- Bhaskar, R. (1978). *A Realist Theory of Science*. Sussex: Harvester Press.
- Bhaskar, R. (1981). 'Realism'. In W. Bynum, E. Browner e R. Porter, eds., *Dictionary of the History of Science*. London: Macmillan.
- Binford, L. (1972). *An Archaeological Perspective*. New York: Seminar Press.
- Bingham, N. e N. Thrift (2000). 'Some new instructions for travellers: the geography of Bruno Latour and Michel Serres'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 281-301. London e New York: Routledge.
- Binkley, S. (2000). 'Kitsch as a repetitive system. A problem for the theory of taste hierarchy'. *Journal of Material Culture*, 5, 131-152.

- Birch, S. (1873). *History of Ancient Pottery*. Murray.
- Birkenhauer, J. (1986). 'Johan Gottfried Herder'. *Geographers. Biobliographical Studies*, 10, p. 77-84.
- Birkerts, S. (1986). 'Place: A Fragment'. In T. Frick, ed., *The Sacred Theory of the Earth*. Berkeley: North Atlantic.
- Blaut, J. (1993). *The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and Eurocentric history*. New York: Guilford.
- Bloor, D. (1976). *Science and Social Imagery*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Blouet, B., ed. (1981). *The Origins of Academic Geography in the United States*. Hamden: Archon Books.
- Blum, V e H. Nast (2000). 'Jacques Lacan's two-dimensional subjectivity'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 183-204. London e New York: Routledge.
- Bodichon, E. (1847). *Etudes sur l'Algérie et l'Afrique*. Alger: S.r.
- Bondi, L. e J. Davidson (2003). 'Troubling the place of gender'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 325-344. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Bonifácio, M. F. (2002). *O século XIX português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bonnett, A. (2000). *Anti-racism*. London: Routledge.
- Bonnett, A. e A. Nayak (2003). 'Cultural Geographies of Racialization – The Territory of Race'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 300-312. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Bosch-Gimpera, P. (1944). 'The Phokaians in the Far West: An Historical Reconstruction'. *Classical Quarterly* **38** (1/2, Jan.-Abr.): p. 53-59
- Botting, D. (1973). *Humboldt and the Cosmos*. London: Sphere Books.
- Bourassa, S. (1991). *The Aesthetics of Landscape*. London: Belhaven Press.

- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions du Minuit.
- Bourdieu, P. (1979). *The Inheritors. French students and their relation to Culture*. Chicago: Chicago University Press.
- Bourdieu, P. (1988). *Homo Academicus*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1989). 'Social Space and Symbolic Power'. *Sociological Theory*, 7 (1), p. 14-25
- Bourdieu, P. (1990). *The logic of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1996). *The state nobility. Elite schools in the field of Power*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1998). *Practical Reason: On the Theory of Action*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2001). *La dominación masculina*. Anagrama: Barcelona.
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bowen, M. (1981). *Empiricism and Geographical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bowler, P. J. (1988). *The Non-Darwinian Revolution: Reinterpreting a Historical Myth*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Bowler, P. J. (1989). *The Invention of Progress*. Oxford: Blackwell.
- Bowler, P. J. (2003). *Evolution: The History of an Idea*. Berkeley: California University Press.
- Bowman, I. (1926). *The New World*. London: G. G. Harrap.
- Bowman, I. (1934). *Geography in Relation to the Social Sciences*. New York: Scribner's.
- Bowman, I. (1942). 'Geography vs. Geopolitics'. *The Geographical Review*, 32, p. 646-658.

- Bradley, R. (1993). 'Conceptions of Time and Ancient Society'. *World Archaeology*, 25, p. 152-174.
- Braga, T. (1871). *Epopéias da raça moçárabe*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Braga, T. (1877). *Traços gerais da Filosofia Positiva, comprovada pelas descobertas científicas modernas*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.
- Braga, T. (1880). 'Mesologia das civilizações'. *Era Nova*.
- Braga, T. (1880). *Historia do romantismo em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.
- Braga, T. (1882). *História Universal. Esboço de Sociologia descritiva*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.
- Braga, T. (1884). *Systema de Sociologia*. Lisboa: Typ. Castro Irmão.
- Braga, T. (1885). *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Livraria Ferraira.
- Brambach, W., ed. (1867). *Corpus inscriptionum Rhenanarum consilio et auctoritate*. Elberfeldiae.
- Branaman, A. (2004). 'Goffman's Social Theory'. In C. Lemert e A. Branaman, eds., *The Goffman Reader*, p. XLV-LXXXII. Malden (Mass.) e Oxford: Blackwell Publishers.
- Brañas Abad, R. (1995). *Indíxenas e romanos na Galicia céltica*. Santiago de Compostela: Follas Novas.
- Brañas Abad, R. (2000). *Deuses, heróis e lugares sagrados de la Galicia Castrexa*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- Brañas Abad, R. e E. González García (1995). *Galicia Romana*. Vigo: Galaxia.
- Branco, J. F. (1986). 'Cultura como Ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina'.
- Brandes, C. (1873). *Das ethnographische Verhältniss der Kelten und Germanen nach den Ansichten der alten und den sprachlichen Überresten*. Leipzig: s.e.

- Braun, B e N. Castree, eds. (1998). *Remaking Reality: Nature at the Millennium*. London: Routledge
- Breal, M. (1886). *Dictionnaire etymologique latin*. Paris: Hachette.
- Breitbart, M. (1981). 'Peter Kropotkin, the Anarchist Geographer'. In D. Stoddart, ed., *Geography, Ideology and Social Concern*, p. 134-153. Oxford: Blackwell.
- Brenner, N., B. Jessop, M. Jones e G. MacLeod (2003). *State / Space*. Malden e Oxford: Blackwell.
- Brinkmann, S. e Kvale, S. (2005). 'Confronting the Ethics of Qualitative Research'. *Journal of Constructivist Psychology*, 18 (2): p. 157-181.
- Brito, A. J. (1997). 'O renascimento do espírito do Positivismo'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 14, p. 119-136.
- Brito, D. (2001). 'Introdução'. In A. Quental, *As causas da decadência dos povos peninsulares*, p. 1-14. Lisboa. Guimarães Ed.
- Brito, S. (2004). 'Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 5, p. 79-100.
- Broc, N. (1974). 'L'établissement de la Géographie et nationalisme en France'. *Annales de Géographie*, 83, p. 545-568.
- Broce, G. (1986). 'Herder and Ethnography'. *Journal of the History of Behavioral Sciences*, 22, p. 150-70.
- Bruford, W. (1975). *The German Tradition of Self-Cultivation*. Cambridge.
- Brugmann, K (1886). *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Strassburg: Trübner.
- Brun, P. (1995). 'From chieftdom to state organization in Celtic Europe'. In B. Arnold, ed., *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bryce, J. (1892). 'The Migration of the Races of Men Considered Historically'. *Scottish Geographical Magazine*, 8, p. 401-425.

- Buck-Morse, S. (1989). *The dialectics of seeing. Walter Benjamin and the Arcades project*. London: The MIT Press.
- Buescu, A. C. (1985). 'Crença, Religião e História. Reflexões sobre o anticlericalismo em Alexandre Herculano'. *Revista de História Económica e Social*, 15.
- Buescu, A. C. (1987). *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Bulliot, A (1872). 'La Foire de Bibracte'. *Société Éduenne. Mémoires*. Nouvelle série. tom. 7.
- Burnouf, E. (1872). *La science des religions*, 2 ed. Paris: s.n.
- Butler, M. (1935). *The Tyranny of Greece Over Germany*. Cambridge.
- Byrne, D. (1991). 'Western Hegemony in Archaeological Heritage Management'. *History and Anthropology*, 5, p. 269-276.
- Cabral, A. (1973). *Notas oitocentistas*. Porto: Plátano Editora.
- Cabral, M. V. (1976). *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Porto: A Regra do Jogo.
- Calafate, P. (1994). 'Ciência e Metafísica em Oliveira Martins'. *Cadernos do Noroeste*, 1.
- Caldas, J. (1884). 'Archéologie préhistorique dans la province de Minho'. In *Compte Rendu Congrès Internationale d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques (Lisbonne 1880)*, p. 333-351. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences.
- Calo Lourido, F. (1994). *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Mazá.
- Campos, F. (1943). 'O Visconde Santarém, mestre do nacionalismo português'. *Trabalhos Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 7.
- Cantista, M. J. (1997). 'Corpo e Identidade'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 14, p. 137-154.

- Canto, A. M. (2004). 'Los viajes del caballero inglês John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726'. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2), p. 265-364.
- Cantu, C. (1838). *Storia Universale*. Torino: Pompa.
- Capel, H. (1981). 'Institutionalization of Geography and Strategies of Change'. In D. Stoddart, ed., *Geography, Ideology and Social Concern*, p. 37-69. Oxford: Blackwell.
- Carballo Arceo, L. (1983). 'Aportación al estudio de las sítulas en el occidente de la Península Ibérica.' *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 34, p. 7-32.
- Carballo Arceo, L. (1990). 'Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico'. *Trabajos de Prehistoria*, 47, p. 161-199.
- Carballo Arceo, L. (1996). 'Os castros gallegos: espacio e arquitectura'. *Gallaecia*, 14-15, p. 309-357.
- Cardoso, A. M. (1997). 'O Cardeal Saraiva e os seus livros interditos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 14.
- Cardoso, J. (1700). *Agiologio lvsitano...* Lisboa: Of. Craesbeekiana.
- Cardoso, J. L. (1993-1994). 'A Arqueologia do pós-guerra vista pela correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana'. *O Arqueólogo Português*, 11-12, p. 291-338.
- Cardoso, J. L. (1999). 'O Professor Mendes Correia'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 138-156.
- Cardoso, J. L. (2005). 'Investigação arqueológica na Sociedade de Geografia de Lisboa: a actividade da Secção de Arqueologia (décadas de 1950 a 1990)'. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, sér. 123.^a (1-12), p. 129-148.
- Cardoso, J. L. e A. Gradim (2004). 'Estácio da Veiga e a arqueologia do Baixo Guadiana'. Comunicação apresentada ao *IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14-19 de Setembro de 2004).

- Cardoso, J. L. e A. Gradim (2004-2005). 'Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim'. *O Arqueólogo Português*, 4.^a ser., 22, p. 67-112.
- Cardoso, M. (1927). 'Bibliografia sarmentiana'. *Revista de Guimarães*, 37 (3-4), p. 115-129, 185-201.
- Cardoso, M. (1933). 'Dr. Francisco Martins Sarmento'. In *Homenagem a Martins Sarmento*, p. 1-19. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Cardoso, M. (1943). 'Correspondência entre Martins Sarmento e Rocha Peixoto'. *Revista de Guimarães*, 53 (1-2), p. 5-13.
- Cardoso, M. (1945). 'Os fundadores da Sociedade Carlos Ribeiro e Martins Sarmento'. *Revista de Guimarães*, 55 (1-2), p. 13-17.
- Cardoso, M. (1956). *Francisco Martins Sarmento. Esboço da sua vida e obra científica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Cardoso, M. (1958). *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Cardoso, M. (1960). 'Cartas de Ricardo Severo para Martins Sarmento'. *Revista de Guimarães*, 70 (1-2), p. 5-20.
- Cardoso, M. (1968). 'Sarmento, Francisco Martins de Almeida Morais (1833-1899)'. In J. Serrão, dor, *Dicionário de História de Portugal*, III, p. 798-799. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Carl, P. (2000). 'City-image vs. Topography of Praxis'. *Cambridge Archaeological Journal*, 10, p. 327-335.
- Carneiro, M. B. (1820). *Portugal regenerado em 1820*. Lisboa: Tipografia Lacerdina.
- Carpenter, Rhys (1958). 'Phoenicians in the West'. *American Journal of Archaeology* **62** (1, Jan.): p. 35-53.
- Carracedo, Anxo e Gerardo Pereira, coord. (2002) *Actas do Congresso Xenética e historia no noroeste peninsular: unha perspectiva interdisciplinaria* (11, 12 e 13 de Abril de 2002, Santiago de Compostela). Santiago de Compostela: Consello de Cultura Galega.

- Cartailhac, E. (1886). *Les ages préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- Cartailhac, E. (1888). 'As Citânias e as cidades fortificadas do Minho'. *Revista de Guimarães*, 5 (3): p. 123-135.
- Cartailhac, E. (1902). 'Les cavernes ornées des dessins. La grotte d'Altamira (Espagne). "Mea Culpa" d'un sceptique.' *L'Anthropologie*, 13, p. 348-354.
- Carter, P. (1987). *The Road to Botany Bay*. New York: Knopff.
- Carvalho, H. (1993-94). 'Contribuição para o estudo da escultura funerária de época romana'. *Cadernos de Arqueologia*, II S., 10-11, p. 65-90.
- Carvalho, J. (1955). *Estudos sobre a cultura portuguesa no século XIX*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Carvalho, J. (1956). *A Cultura Castreja. Sua interpretação sociológica*. Separata da Revista "Ocidente", vol. 50.
- Carvalho, J. B. (1971). *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova.
- Carvalho, J. M. (1998-1999). 'A filosofia política, Joaquim de Carvalho e a liberal democracia'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 15-16, p. 503-520.
- Carvalho, P. A. (1992). 'Herculano: da história do Poder ao poder da História'. *Revista da Histórias das Ideias*, 14, p. 481-522.
- Casey, E. (1993). *Getting back into place*. Indiana University Press.
- Casey, E. (1998). *The Fate of Place*. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press.
- Castelo-Branco, F. (1963). 'Subsídios para a história das escavações de Briteiros'. *Lucerna* (Porto), 3, p. 304-317
- Castelo-Branco, F. (1970). 'Subsídios para o estudo da actividade científica do Prof. Manuel Heleno'. *Ethnos*, 7, p. 5-30.

- Castelo-Branco, F. (1971). 'Subsídios para a história da Academia Real da História Portuguesa'. *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.^a S., 20.
- Castelo-Branco, F. (1973). 'Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII'. *Portugaliae Historica*, 1.
- Castilho, A. F. (1839). *Quadros históricos de Portugal*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis.
- Castree, N. (1995). 'The nature of produced nature'. *Antipode*, 27: p. 12-48.
- Castree, N. (2002). 'False antitheses? Marxism, nature and actor-networks'. *Antipode*, 34 (1): p. 114-136.
- Castree, N. (2003). 'Geographies of Nature in the Making'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 168-183. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Castree, N. (2005). 'The Production of Nature'. In E. Sheppard e T. Barnes, eds., *A Companion to Economic Geography*, p. 275-289. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell.
- Castro, D. L. (1889). 'História da Lusitânia, segundo Estrabão'. *Revista de Guimarães*, 6 (4), p. 157-166.
- Catroga, F. (1977). 'Os inícios do Positivismo em Portugal'. Sep. *Revista da História das Ideias*, 1.
- Catroga, F. (1980). 'A ideia de evolução de Antero de Quental'. *Biblos*, 56, p. 358-388.
- Catroga, F. (1993). 'Morte romântica e religiosidade cívica'. In J. Mattoso, dir., *História de Portugal*, 5, p. 595-607.
- Catroga, F. (1993). 'Romantismo, literatura e história'. In J. Mattoso, dir., *História de Portugal*, 5, p. 546-561.
- Catroga, F. e P. A. Carvalho (1996). *Sociedade e Cultura portuguesas*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Cedarbaum, D. (1983). 'Paradigms'. *Studies in History and Philosophy of Science*, 14, p. 172-213.
- Celesia, E. (1863). *Dall'antichissimo idioma de'liguri*. Génova
- Centeno, R. (1987). *Circulação monetária no Noroeste de Hispania até 192*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cerejeira, M. G. (1943). *Vinte anos de Coimbra*. Lisboa.
- César, Júlio [Caesar]. [2004]. *The Gallic War*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- Ceulneer, A (1882). *Le Portugal: notes d'art et d'archéologie*. Anvers: Impr. Guil Van Merlen.
- Chabas, F. J. (1872). *Études sur l'antiquité historique d'après les sources égyptiennes et les monuments réputés préhistoriques*. Paris.
- Chagas, H. P. (1881). *História de Portugal popular e ilustrada*. Porto: Lello.
- Chamberlain, M. (1974). *The Scramble for Africa*. Harlow: Longman.
- Chantre, E. (1876). *Age du bronze. Recherches sur l'origine de la métallurgie en France : études paléoethnologiques dans le bassin du Rhône*. Lyon: Pitrat Ainé.
- Chapman, J. e H. Hamerow, eds. (1997), *Migrations and Invasions in Archaeological Explanation*. Oxford: BAR International Series.
- Chaunu, P. (1989). *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70.
- Chazan, M. (1995). 'Conceptions of Time and the Development of Palaeolithic Chronology'. *American Anthropologist*, NS, 97 (3), p. 457-467.
- Childe, G. (1926). *The Aryans. A Study of Indo-European Origins*. London: Kegan Paul.
- Childe, G. (1929). *The Danube in Prehistory*. Oxford: Oxford University Press.
- Childe, G. (1935). 'Changing methods and aims in prehistory'. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 1, p. 1-15.
- Childe, G. (1940). *Prehistoric Communities of the British Isles*. London: Chambers.

- Christ, W. (1866). *Avien und die ältesten Nachrichten über Iberien und die Westküste Europa's*. München: Königliche Akademie der Wissenschaften.
- Cidade, H. (1997). 'Herculano, Alexandre'. In *Dicionário de Literatura*, 4.^a ed., II, p. 387-388. Porto: Mário Figueirinhas.
- Cillia, R., M. Reisigl e R. Wodak (1999). 'The Discursive Construction of National Identities'. *Discourse & Society*, 10 (2), p. 149-173.
- Clark Jr., R. 1969. *Herder: His Life and Thought*. Berkeley: University of California Press.
- Clark, G. (1992). *Space, Time and Man*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clarke, D. (1968). *Analytical Archaeology*. London: Methuen.
- Clarke, D. (1979). *Analytical Archaeologist*. New York: Academic Press.
- Clarke, D. e M. Doel (2000). 'Cultivating ambivalence: The unhinging of culture and economy'. In I. Cook, D. Crouch, S. Naylor e J. Ryan, eds., *Cultural Turns / Geographical Turns*, p. 214-233. Harlow: Pearson Education Limited.
- Clastres, P. (2001). *Investigaciones en antropología política*. Barcelona: Gedisa.
- Claval, P., M. P. Pagnini e M. Scaini, eds. (2003). *The Cultural Turn in Geography. Proceedings of the Conference (18-20th September 2003)*. Gorizia: University of Trieste.
- Clayton, D. (2004). 'Critical, Imperial and Colonial Geographies'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 354-368. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Clifford, J. (1988). *The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature and art*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Cobas Fernández, I. e M. Prieto Martínez (1997). 'Regularidades espaciales en la cultura material: la cerámica de la Edad del Bronce y la Edad del Hierro en Galicia'. *Gallaecia*, 17, p. 152-175.

- Coelho, F. A. (1884). 'Sur les cultes péninsulaires antérieurs à la domination romaine'. In *Compte Rendu Congrès Internationale d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques (Lisbonne 1880)*, p. 438-451. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences.
- Coelho, F. A. (1886). 'Vestígios das antigas línguas da Península Ibérica'. *Revista de Guimarães*, III (4), p. 169-186.
- Coelho, F. A. (1887-1889). 'Nomes de deuses lusitânicos'. *Revista Lusitana*, p. 351-378.
- Coelho, F. A. (1900). *Cours Supérieur de Lettres. Mémoire Exposition Universelle de Paris, 1900*. Lisboa: Aillaud.
- Coelho, F. A. (1908). 'O Curso Superior de Letras e os cursos de habilitação para o magistério secundário'. In *Notas sobre Portugal*, 1, p. 537-547. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Collingwood, R. (1946). *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press.
- Collis, J. (1993). 'Los Celtas en Europa'. In M. Almagro Gorbea, e G. Ruiz Zapatero, eds., *Los Celtas. Hispania y Europa*, 63-76. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Collis, J. (1996). 'Urbanization in Atlantic Europe in the Iron Age'. *Gallaecia*, 14-15, p. 223-239.
- Congrès Internationale d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques, Compte rendu de la neuvième session à Lisbonne (1880)*. Lisbonne: Typographie de l'Académie des Sciences.
- Conkey, M. e J. Gero (1991). 'Tensions, Pluralities, and Engendering Archaeology: An Introduction to Women in Prehistory'. In J. Gero e M. Conkey, eds., *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*, p. 3-30. Oxford: Blackwell.
- Conkey, M. e J. Spector (1984). 'Archaeology and the Study of Gender'. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, p. 1-38.
- Constantine, D. (1984). *Early Greek Travellers and the Hellenic Ideal*. Cambridge.

- Cook, I., D. Crouch, S. Naylor e J. Ryan, eds. (2000). *Cultural Turns / Geographical Turns*. Harlow: Pearson Education Limited.
- Cordeiro, A. S. (1882). *Ensaio de Filosofia da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Correia, A. M. (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Correia, A. M. (1921). 'As bases geográficas e étnicas da nova carta política da Europa'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3-4, p. 181-249.
- Correia, A. M. (1924). *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Figueirinhas.
- Correia, A. M. (1927). *O problema eugénico em Portugal*. Porto: Tip. Enciclopédia Portuguesa.
- Correia, A. M. (1928). Lusitânia pré-romana. In D. Peres (dir.) *História de Portugal*. Porto: Ed. Barcelos.
- Correia, A. M. (1929). *A Geografia da Pré-história*. Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Correia, A. M. (1929). *Geologia e Antropologia em Portugal*. Lisboa.
- Correia, A. M. (1933). 'No centenário de Martins Sarmiento'. *Integralismo Lusitano* (Lisboa), 2(1), p. 11-12; 2 (2), p. 96-107.
- Correia, A. M. (1933). Valencianos e Portugueses. In *Homenagem a Martins Sarmiento*. Porto: Imprensa Portuguesa, 242-254.
- Correia, A. M. (1934). *No centenário do nascimento de Francisco Martins Sarmiento*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Correia, A. M. (1938). *Raízes de Portugal. Portugal 'ex-nihilo'!*. Lisboa: Ocidente.
- Correia, A. M. (1947). 'Histoire des recherches préhistoriques en Portugal'. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 11, p. 115-170.
- Correia, A. M. (1959). 'Leite de Vasconcellos, Fautor da Consciência nacional'. In *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, 1.º vol., p. 15-26. Lisboa.

- Correia, V. (1933). 'No centenário do nascimento de Francisco Martins Sarmento, *Biblos*, 9, p. 537-552.
- Cortesão, J. (1912). 'A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria'. A *Águia*, II sér., 2 (9), p. 73-80.
- Cortesão, J. (1930). 'Os factores democráticos na formação de Portugal'. In L. Montalvor, *História do regime republicano em Portugal*. Lisboa: Ática.
- Cortesão, J. (1987). *Portugal: A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cosgrove, D. (1983). 'Towards a radical cultural geography: problems of theory'. *Antipode*, 15, p. 1-10.
- Cosgrove, D. (1985). 'Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea'. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 10, p. 45-62.
- Cosgrove, D. (1998). *Social formation and symbolic landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Cosgrove, D. (1999). *Mappings*. London: Reaktion Books.
- Cosgrove, D. (2000). 'Cultural geography'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 134-138. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Cosgrove, D. (2000). 'Culture'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 143-145. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Cosgrove, D. (2003). 'Landscape and the European Sense of Sight – Eyeing Nature'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 249-268. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Cosgrove, D. e M. Domosh (1997). Author and authority: writing the new cultural geography. In J. Duncan e D. Ley, eds., *Place / Culture / Representation*, p. 25-38. London e New York: Routledge.

- Cosgrove, D. e S. Daniels, eds. (1997). *The iconography of landscape*.
Cambridge: Cambridge University Press.
- Cosme, J. (2006). 'As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.^a metade do século XIX e princípio do XX)'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 7, p. 181-197.
- Costa, A. C. (1712). *Corografia portuguesa...* Lisboa: Of. V. Deslandes.
- Costa, F. A. P. (1868). *Noções sobre o estado prehistórico da Terra e do Homem, seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*.
Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências.
- Costa, J. (1895). *Estudios Ibéricos*. Madrid: Tip. San Francisco de Sales.
- Craig, J. (1984). *Scholarship and Nation Building*. Chicago.
- Crang, M. (1988). *Cultural Geography*. London e New York: Routledge.
- Crang, M. (2002). 'Rethinking the Observer: Film, Mobility and the Construction of the Subject'. In T. Cresswell e D. Dixon, eds., *Engaging Film. Geographies of Mobility and Identity*, p. 13-31. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Crang, M. e N. Thrift, eds. (2000). *Thinking space*. London e New York: Routledge.
- Crang, M., P. Crang e J. May (1999). *Virtual geographies*. London e New York: Routledge.
- Crang, P. (2000). 'Cultural turn'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 141-143. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Criado Boado, F. (1993). 'Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje'. *SPAL*, 2, 9-55.
- Criado Boado, F. (2001). 'Problems, functions and conditions of archaeological knowledge'. *Journal of Social Archaeology*, 1 (1), p. 126-146.
- Criado Boado, F., dir., (1992). *Arqueología del Paisaje*. A Coruña: Xunta de Galicia.

- Crone, G. (1970). *Modern Geographers. An Outline of Progress Since AD 1800*. London: Royal Geographical Society.
- Crush, J. (1994). 'Postcolonialism, de-colonization, and geography'. In A. Godlewska and N. Smith, eds., *Geography and Empire*, p. 333-350. Oxford: Blackwell.
- Cruz, M. A. (1996). 'O direito de voto no tempo da Maria da Fonte'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 13.
- Cunha, M. J. e R. F. Sousa (2006). 'A coleção de antiguidades egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 7, p. 181-197.
- Cunha, N. (1991). 'A desdivinização do mundo histórico no século XVIII'. *Diacrítica*, 6.
- Cunliffe, B. (1974). *Iron Age communities in Britain*. London: Routledge.
- Cunliffe, B. (1999). 'Atlantic Sea-ways'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 93-107. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Cunliffe, B. (2001). *Facing the Ocean. The Atlantic and Its Peoples, 8000 BC-AD 1500*. Oxford: Oxford University Press.
- Curry, M. (2006). 'Lugares públicos e práticas privadas' In J. Sarmiento, A. F. de Azevedo e J. R. Pimenta, coord., *Ensaio de Geografia Cultural*, p. 37-68. Porto: Figueirinhas.
- Curtius G. (1858). *Grundzüge der Griechischen Etymologie*. Leipzig: Teubner.
- Custódio, J. (1993). 'Salvaguarda do Património – antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza'. In *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Daniel, G. (1950). *A Hundred Years of Archaeology*. London: Duckworth.
- Daniel, G. (1963). *The Idea of Prehistory*. London: Watts & Co.
- Daniel, G. (1967). *The Origins and Growth of Archaeology*. Harmondsworth: Pelican.

- Daniel, G. (1974). *Historia de la arqueología*. Madrid: Alianza.
- Daniel, G. (1975). *150 Years of Archaeology*. London: Duckwoth.
- Daniel, G. e C. Renfrew (1988). *The Idea of Prehistory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Daniel, G., ed. (1981). *Towards a History of Archaeology*. London: Thames and Hudson.
- Daniels, S. (1997). 'Arguments for a Humanistic Geography'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 364-375. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Daniels, S. e D. Cosgrove (1997). 'Iconography and Landscape'. In D. Cosgrove e S. Daniels, eds, *The iconography of landscape*, p. 1-10. Cambridge: Cambridge University Press.
- Darwin, C. (1959). *The Origin of Species*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Darwin, C. (s.d.). *A Origem das Espécies*. Porto: Lello.
- Dasa, D. (1994). 'Puranic time and the archaeological record'. *Iskcon Communication Journal*, 2 (2). [Disponível na internet: [http:// www.iskcon.com /icj /2_2 /drutakarma.html](http://www.iskcon.com/icj/2_2/drutakarma.html)].
- David, N. e C. Kramer (2001). *Ethnoarchaeology in Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Davies, E. (1804). *Celtic Researches on the Origin, Traditions and Languages of the Ancient Britons*.
- De Boer, W. (1999). 'The decorative burden'. In W. Longacre, ed., *Ceramic Ethnoarchaeology*, p. 144-161. Tucson: University of Arizona Press.
- Dear, M. (1997). 'Postmodern Bloodlines'. In G. Benko e U. Strohmayer, eds., *Space and Social Theory*, p. 49-71. Oxford: Blackwell.
- Dear, M. e S. Flusty, eds. (2002). *The spaces of postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Decharme, P. (1879). *Mythologie de la Grèce antique*. Paris: Garnier Frères.

- Delâge, D. (1985). *Le pays renversé*. Montreal: Boréal Express.
- Delage, Emile (1930). *La Géographie dans les Argonautiques d'Apollonius de Rhodes*. Bordeaux e Paris: Feret et fils.
- Deleuze, G e F. Guattari (1986). *Nomadology*. New York: Semiotext.
- Deleuze, G e F. Guattari (1988). *A Thousand Plateaus: capitalism and schizofrenia*. London: Athlone.
- Demeritt, D. (1994). 'Ecology, objectivity and critique in writings on nature and human societies'. *Journal of Historical Geography* 20 (1), p. 22–37.
- Demeritt, D. (1998). 'Science, social constructivism, and nature'. In N. Castree, e B. Braun, eds., *Remaking reality: nature at the millennium*, p. 173–94. London: Routledge.
- Dennis, A. e P. J. Martin. (2005). 'Symbolic interactionism and the concept of power'. *The British Journal of Sociology*, 56 (2), p. 191–213.
- Denzin, N. K.. (2002). 'Much Ado about Goffman'. *The American Sociologist*, 33 (2), p. 105-117.
- Desanges, J. (1978). *Recherches sur l'activité des Méditerranéens aux confins de l'Afrique (VI^e s. av. J.-C.–IV^e s. ap. J.-C.)*. Paris: École Française de Rome.
- Desmet, P. e P. Swiggers (1995). *De la grammaire comparée à la sémantique*. Leuven: Peeters.
- Desmond, A. (1989). *The Politics of Evolution. Morphology, Medicine, and Reform in Radical London*. Chicago: University of Chicago Press.
- Deusdado, M. F. (1886). 'O ensino da História. Lei evolucionária das sociedades'. *Revista da Educação e Ensino*.
- Devy-Vareta, N. (1985). 'Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. 1'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 1.
- Devy-Vareta, N. (1986). 'Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à Política Florestal'. *Revista da*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia, I sér.,
2, p 5-40.

- Dews, P. (1987). *Logics of Disintegration. Post-structuralist Thought and the Claims of Critical Theory*. London: Verso.
- Díaz-Andreu, M. (1993-94). 'La arqueología en España en los siglos XIX y XX. Una visión de síntesis'. *O Arqueólogo Português, Série IV*, 11-12, p. 189-209.
- Díaz-Andreu, M. (1997). 'Conflict and innovation: the development of archaeological traditions'. In M. Díaz-Andreu e S. Keay (eds), *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*, p. 6-33. London: Routledge.
- Díaz-Andreu, M. (2007). 'Internationalism in the invisible college'. *Journal of Social Archaeology*, 7 (1), p. 29-48.
- Díaz-Andreu, M. e Champion, T. (1996). 'Nationalism and archaeology in Europe: an introduction'. In M. Díaz-Andreu T. Champion, eds., *Nationalism and Archaeology in Europe*, p. 1-23. London: UCL Press.
- Dickinson, R. (1969). *The Makers of Modern Geography*. London: Routledge.
- Dickinson, R. (1976) . *Regional Concept*. London: Routledge.
- Didi-Huberman, G. (2004). *The invention of hysteria*. Cambridge (Mass.): MIT Press.
- Diefenbach, L. (1839-1840). *Celtica: 1 (1839) - Sprachliche Documente zur Geschichte der Kelten; zugleich als Beitrag zur Sprachforschung überhaupt. 2 (1840) - Versuch einer genealogischen Geschichte der Kelten*. Stuttgart: Druck und Verlag von Imle & Liesching.
- Diefenbach, L. (1851). *Vergleichendes Wörterbuch der gothischen Sprachen*. Frankfurt: Joseph Baer.
- Diefenbach, L. (1861). *Origines europaeae: die alten Volker Europas mit ihren Sippen und Nachbarn*. Frankfurt: Joseph Baer.

- Dietler, M. (1994). “‘Our Ancestors the Gauls’”: archaeology, ethnic nationalism, and the manipulation of celtic identity in modern Europe’. *American Anthropologist*, 96, p. 584-605.
- Diez, F. (1862). *Etymologisches Wörterbuch der gotischen Sprachen*. Bona: S.I.
- Diniz, M. e V. Gonçalves (1993-94). ‘Na 2.^a metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal’. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11-12, p. 175-187.
- Diodoro Sículo [Diodore]. [1851]. *Bibliothèque Historique*. Texte établi et traduit par Ferdinand Hoeffler. Paris: Adolphe Delahays.
- Diogo, M. P., A. Carneiro, A. Simões (2000). ‘Sources for the History of Science in Portugal: one possible option’, *Cronos*, 3, p. 115-142.
- Dissertações de Mestrado (2002). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 1, p. 263-276.
- Dissertações de Mestrado (2004). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 1, p. 365.
- Dobres, M. (2000). *Technology and Social Agency*. Oxford: Blackwell.
- Dobres, M. e J. Robb, eds. (2000). *Agency in Archaeology*. London: Routledge.
- Doel, M. (1999). *Poststructuralist geographies*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Domingues, A. (1985). ‘A Geografia regional: enquadramento teórico-metodológico e ideológico’. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 1.
- Dorn, H. (1991). *The geography of science*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Dresch, M. J. (1921). ‘L’influence française en Allemagne de 1789 à 1848’. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3-4, p. 270-280.

- Dritsas, L. (2005). 'From Lake Nyassa to Philadelphia: a geography of the Zambesi Expedition, 1858-64'. *British Journal for the History of Science*, 38 (1): p. 35-52.
- Driver, F. (1991). 'Henry Morton Stanley and his critics: Geography, Exploration and Empire'. *Past and Present*, 133, p. 134-166.
- Driver, F. (1992). 'Geography's empire: histories of geographical knowledge'. *Environment and Planning D: Society and Space*, 10, p. 23-40.
- Driver, F. (1992). 'Geography's Empire: histories of geographical knowledge'. *Environment and Planning D*, 10, p. 23-40.
- Driver, F. (1995). 'Geographical traditions: rethinking the history of geography'. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS, 20, p. 403-4.
- Driver, F. (1997). 'Bodies in Space: Foucault's account of disciplinary power'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography*, p. 279-291. *The Poetics and Politics of Inquiry*. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Driver, F. (2000). *Geography Militant: Cultures of Exploration and Empire*. Oxford: Blackwell.
- Driver, F. e G. Rose, eds. (1992). *Nature and Science*. London: Historical Geography Research Series.
- Dryer, C. (1920). 'Genetic Geography'. *Ann. Ass. Am. Geographers*, 10, p. 3-16.
- Duara, P. (2001). 'Historiadores: entre o Passado e o Futuro das nações'. *Ler História*, 41.
- Dubois, M. (1891). *Examen de la Géographie de Strabon*. Paris.
- Dunbar, G. (1978a). 'Elisée Reclus, an Anarchist in Geogrpahy'. In D. Stoddart, ed., *Geography, Ideology and Social Concern*, p. 154-164. Oxford: Blackwell.
- Dunbar, G. (1978b). *Elisée Reclus, Historian of Nature*. Hamden: Archon.
- Duncan, J. (1980). 'The superorganic in American cultural geography'. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, p. 181-190.

- Duncan, J. (2000). 'Landscape'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 429-431. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Duncan, J. e D. Gregory, eds. (1999). *Writes of passage. Reading travel writing*. London e New York: Routledge.
- Duncan, J. e D. Ley, eds. (1997). *Place / Culture / Representation*. London e New York: Routledge.
- Duncan, J. e N. Duncan (2001). *Landscapes of privilege*. London e New York: Routledge.
- Eagleton, T. (1981). *Walter Benjamin or Towards a Revolutionary Criticism*. London: New Left Books/Verso.
- Eagleton, T. (1990) *The Ideology of the Aesthetic*. Oxford: Blackwell.
- Eagleton, T. (2000). *The Idea of Culture*. Oxford e Malden: Blackwell.
- Ebers, G. (1887). *Richard Lepsius. A Biography*. New York.
- Eijkman, C. (1924). 'Some questions concerning the influence of tropical climate on man.' *The Lancet*, 206, p. 887-893. Eiseley, L. (1958). *Darwin's century*. Garden City: Doubleday.
- Eiras, A. (1989). *Faculdade de Letras do Porto (1919-1931). Contribuição para a sua história*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Elias, N. (1978). *The History of Manners: The Civilizing Process*. New York: Pantheon Books.
- Elsaesser, T. e A. Barker, eds. (1997). *Early Cinema. Space, Frame and Narrative*. London: British Film Institute.
- Emery, F. (1984). 'Geography and Imperialism'. *The Geographical Journal*, 150, p. 342-250.
- Encarnação, J. d'. (1993-94). 'No centenário da publicação das Religiões da Lusitânia: nacionalismo em Leite de Vasconcelos'. *O Arqueólogo Português Série IV*, 11/12, p. 35-42.
- Engelstad, E. (1991). 'Images of Power and Contradiction: Feminist Theory and Post-Processual Archaeology'. *Antiquity*, 65, p. 502-514.

- Entrikin J. (1991). *The Betweenness of Place - Towards a Geography of Modernity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Entrikin, N. (1997). 'The Betweenness of Place'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 299-314. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Erp-Houtepan, A. van (1986). 'The etymological origin of the garden'. *Journal of Garden History*, 6 (3): p. 227-231.
- Ervedosa, C. (1982). 'Campanha arqueológica no Castro de Sabrosa'. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24, 351-355.
- Ésquilo [Eschyle]. [1976]. *Eschyle. Tome 1 – Les Suppliants. Les Perses. Les Sept contre Thèbes. Prométhée Enchainé*. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Estrabão [1994]. *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão*. [José Cardoso, 'Introdução, versão em vernáculo, comentários e anotações gramaticais ao texto grego do Livro III dos Estudos geográficos, históricos e antropológico-culturais']. Braga: Edições APPACDM, Distrital de Braga.
- Estrabão [Strabon]. [1969]. *Géographie*. Texte établi et traduit par Germanie Aujac. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Eurípidés [Euripide]. [1976]. *Euripide*. Texte établi et traduit par Louis Méridier. Paris: Les Belles Lettres. Collection des Universités de France.
- Evans, J. (1882). *Age du Bronze* [trad. fr.]. Paris: s.n.
- Evans, J., B. Cunliffe e C. Renfrew, eds. (1981). *Antiquity and Man*. London: Thames and Hudson.
- Fabião, C. (1998). *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [dissertação de Doutoramento policopiada].

- Fabião, C. (1989). 'Estudos para a história da Arqueologia em Portugal'. *Penélope*, 2, p. 10-26.
- Fabião, C. (1996). 'Archaeology and nationalism: the Portuguese case'. In M. Díaz-Andreu e T. Champion, eds., *Nationalism and Archaeology in Europe*, p. 90-107. Londres, UCL Press.
- Fabião, C. (1999). 'Um século de Arqueologia em Portugal, I'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 104-126.
- Fabre, P. (1981). *Les Grecs et la connaissance de l'Occident*. Lille: Les Belles Lettres.
- Fábregas Valcarcel, R. e M. Ruiz-Gálvez (1994). 'Ámbitos funerario y doméstico en la Prehistoria del noroeste de la Península Ibérica'. *Zephyrus*, 46, p. 143-159.
- Fábregas Valcarcel, R. e R. Bradley (1995). 'El silencio de las fuentes: prácticas funerarias en la Edad del Bronce del Noroeste y su contexto europeo'. *Complutum*, 6, p. 153-166.
- Fagan, B. (1981). 'Two hundred years of African Archaeology'. In J. Evans, B. Cunliffe e C. Renfrew, eds., *Antiquity and Man*, p. 42-51. London: Thames and Hudson.
- Falcon, F. J. (1994). 'A Historiografia contemporânea'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 11.
- Fanon, F. (1967). *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press.
- Faria, A. M. (1975). 'Considerações acerca da história local relativamente à do País'. In *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal (Actas do Colóquio)*, p. 1-7. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Feijó E. T. (1999). 'Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)'. *Ler História*, 36.
- Felkin, R. (1886). 'Can Europeans be Acclimatised in Tropical Africa?'. *Scottish Geographical Magazine*, 1, p. 221-238.

- Felkin, R. (1891). 'On Acclimatisation'. *Scottish Geographical Magazine*, 7, p. 647-656.
- Felkin, R. (1892). 'Tropical Highlands: their suitability for European settlement'. *Transactions of the Seventh International Congress on Hygiene and Demography*, 10, p. 162.
- Fergusson, J. (1872). *Rude Stone Monuments*. Londres: s.n.
- Fernandes, A. T. (2001). 'O socialismo proudhoniano na Escola Portuense'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Sociologia*, I sér., 11, p. 123-161.
- Fernandes, B. (1963). 'Joaquim de Carvalho. Pessoa e atitude espiritual'. Sep. *Miscelânea de estudos a Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz.
- Fernandes, M. L. e T. de Araújo (1987). 'A investigação científica em Júlio de Matos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 4, p. 277-293.
- Fernández Posse, M. D. e F. Sánchez-Palencia Ramos (1998). 'Las comunidades campesinas en la cultura castreña'. *Trabajos de Prehistoria*, 55, p. 127-150.
- Ferrão, A. (1923). *A Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Ferrão, A. (1925-25). 'Gama Barros e a historiografia do século XIX'. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Segunda Classe*, 19, p. 261-286.
- Ferrari, H. (1879). 'A selecção natural em Sociologia'. *O Positivismo*, 1 (2), p. 102-109.
- Ferreira, A. (1961). 'Joaquim de Carvalho e a Cultura Portuguesa'. *Vértice*, 21 (211-212), p. p. 235-244, 325-337.
- Ferreira, José Ribeiro (1973-74). 'Uma tradução portuguesa dos Argonautas de Apolónio de Rodes'. *Humanitas* (Coimbra) 25-26: p. 185-216.
- Ferreira, O. (1983). 'António Sérgio e os Integralistas'. *Revista da História das Ideias*, 5, p. 427-469.
- Feyerabend, P. (1975). *Against Method*. London: New Left Books.

- Feyerabend, P. (1988). *Contra o Método* (edição revista). Lisboa: Relógio d'Água.
- Fick, A. (1874). *Die griechischen Personennamen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht's.
- Fick, A. (1874). *Vergleichendes Wörterbuch der indogermanischen Sprachen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht's.
- Field, G. (1981). *Evangelists of Race. The Germanic Vision of Houston Stewart Chamberlain*. New York.
- Figlio, K. (1996). 'Thinking Psychoanalytically in the University'. In M. Stanton e D. Reason, eds., *Teaching Transference: On the Foundations of Psychoanalytic Studies*. London: Rebus Press.
- Figueiredo, B. (1887). 'O suposto "Brigantium" em Castro de Avelãs'. *Revista Arqueológica e Histórica*, 1 (1), p. 85-93.
- Figueiredo, F. (1910). *O espírito histórico*. Lisboa.
- Figueiredo, F. (1915). 'O que é a Academia das Ciências de Lisboa?'. *Revista da História*, IV, p. 297-305.
- Finnegan, D. (2005). 'Natural history societies in late Victorian Scotland and the pursuit of local civic science'. *British Journal for the History of Science*, 38 (1), p. 53-72.
- Fishedick, K. S. (2000). 'From Survey to Ecology: The Role of the British Vegetation Committee, 1904–1913'. *Journal of the History of Biology*, 33 (2), p. 291-314.
- Florez, H. (1754). *España sagrada*, 2 ed. Madrid: Of. Antonio Marín.
- Florez, H. (1768). *La Cantabria*. Madrid: Of. Antonio Marín.
- Foote, K., P. Hugill, K. Mathewson e J. Smith (1994). *Re-reading Cultural Geography*. Austin: University of Texas Press.
- Ford, M. (2000). *Raymond Roussel and the Republic of Dreams*. Ithaca: Cornell University Press.
- Förstemann, E. (1859). *Altdeutsches Namenbuch*, 2 vols. Nordhausen: s.l.

- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. Andover: Tavistock Publications.
- Foucault, M. (1979). *Discipline and Punish*. New York: Vintage Books.
- Foucault, M. (1980). *Power / Knowledge*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1986a). *Death and the Labyrinth: The World of Raymond Roussel*. Harmondsworth: Penguin.
- Foucault, M. (1986b). *The Foucault reader*. Harmondsworth: Penguin.
- Foucault, M. (1982). 'The subject and the power'. In H. Dreyfus e P. Rabinow, eds., *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*, p. 208-226. Brighton: The Harvester Press.
- Fowler, C. (2002). *The Archaeology of Personhood. An Anthropological Approach*. London: Routledge.
- França, J.-A. (1977). *Lisboa pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand.
- França, J.-A. (1980). 'A exposição do Mundo Português'. *Colóquio / Artes*, 45.
- França, J.-A. (1983). *A arte portuguesa de Oitocentos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- França, J.-A. (1990). *A arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- França, J.-A. (1992). *Os Anos Vinte em Portugal*. Lisboa: Presença.
- França, J.-A. (1999). *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- França, N. (1890-91). 'Da orientação democrática das ciências e do método histórico derivado das leis naturais'. *A filosofia perante a história*, Porto.
- Franklin, M. (2001). 'A Black-Feminist-Inspired Archaeology'. *Journal of Social Archaeology*, 1, p. 108-125.
- Fuller, S. (2000). *Thomas Kuhn: A Philosophical History for Our Times*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gaidoz, H. (1878). 'Arbois de Jubainville, Les premiers habitants de l'Europe (review)'. *Revue Celtique*, III.

- Gaidoz, H. (1875). 'Du prétendu nom d'Ile Sacrée anciennement donné à l'Irlande'. *Revue Celtique*, II, 351 ss.
- Gaines Jr., S. (2002). 'Discredited and Discreditable Identities: One Black American's Experiences in the United States, Jamaica, and England'. *The Western Journal of Black Studies*, 26.
- Gallay, A. (1986). *L'archéologie demain*. Paris: Belfond.
- Gandhi, L. (1998). *Postcolonial theory: a critical introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gandy, M. (2001). 'Paysage, esthétiques et idéologie'. *Géographies et Cultures*, 39, p. 108-115.
- García Fernández-Albalat, B. (1990). *Guerra y religión en la Gallaecia y Lusitania antiguas*. A Coruña: Edición do Castro.
- García Martínez, S. M. (1999). 'Francisco Martins Sarmiento: la semblanza de un epigrafista del Mundo Romano'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 201-212. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- García Mauriño y Múzquiz, J. (1993). 'Los cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica. Aportación el estudio del armamento de la Segunda Edad del Hierro.' *Complutum*, 4, p. 93-146.
- García Quintela, M. (2000). 'Prologo'. In R. Brañas Abad, *Deuses, heróes e lugares sagrados*, p. 7-14. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- García Quintela, M. e M. Santos Estévez (2000). 'Petroglifos podomorfos de Galicia e investiduras reales célticas: estudio comparativo'. *Archivo Español de Arqueología*, 73, p. 5-26.
- García Vuelta, O. e A. Perea (2001). 'Las diademas-cinturón castreñas: el conjunto con decoración figurada de Mones'. *Archivo Español de Arqueología*, 74, p. 3-23.
- García, J. C. (1995). 'As fronteiras da Lusitânia nos finais do século XVI'. In *Miscellanea Rosae*, p. 137-153. Budapest: Mundus Press.

- Garcia, J. C. (1996-1997). 'Gallaecia regnum: a "Xeografía Histórica de Galicia" de Patrick O'Flanagan'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 12-13, p. 265-267.
- Garcia, J. C. (1998). 'Orlando Ribeiro. O Mundo à sua procura'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 14, p. 107-116.
- Garcia, J. C. (2003). 'Orlando Ribeiro e a arqueologia'. In V. O. Jorge, coord., *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*, p. 193-203. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Garcia, J. C. e J. R. Pimenta (2004). 'Os Livros de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931): Ciência, Ensino e Divulgação'. In *Livro de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. III, p. 545-559. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Garcia, J. C., M. J. Aurindo, J. R. Pimenta e A. F. Azevedo (2006). 'Comemorar Silva Teles e os 100 anos do Ensino Superior da Geografia em Portugal'. *Inforgeo*, 18-19, p. 9-20.
- Garcia, M. E. (1874). 'Importância dos estudos históricos nas sciencias juridico-sociais e o ensino da História em Portugal'. *O Instituto*, 19, p. 145-153.
- Gardin, J. (1980). *Archaeological Constructs*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gardiner, M. (1999). 'Bakhtin and the metaphors of perception'. In I. Heywood e B. Sandywell, eds., *Interpreting Visual Culture*, p. 57-73. London e New York: Routledge.
- Garlake, P. (1973). *Great Zimbabwe*. London: Thames and Hudson.
- Garrett, A. (1839). *Circular para a abertura do curso de História*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Garrido, L. (1879). 'O fatalismo na história'. In *Estudos de História e Literatura*. Lisboa.

- Gautron, S. (2000). 'Estrabão: do Egipto à Ibéria'. *Almadan*, II sér., n.º 9 (número especial 'Arqueologia na Região do Porto'), p. 55-60.
- Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures. Selected Essays*. New York: Basic Books.
- Geertz, C. (1980). 'Blurred Genres: The Refiguration of Social Thought'. *American Scholar*, 49, p. 165-179.
- Geertz, C. (1983). *Local knowledge: further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books.
- Geertz, C. (2000a). "'Local knowledge" and its limits. Some obiter dicta'. In *Available Light. Anthropological Reflections on Philosophical Topics*, p. 133-140. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Geertz, C. (2000b). 'Anti-anti-relativism'. In *Available Light. Anthropological Reflections on Philosophical Topics*, p. 42-67. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Geertz, C. (2000c). 'The strange estrangement: Charles Taylor and the cultural sciences'. In *Available Light. Anthropological Reflections on Philosophical Topics*, p. 143-159. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Geertz, C. (2000d). 'Thinking as a moral act: Ethical dimensions of Anthropological fieldwork in the New States'. In *Available Light. Anthropological Reflections on Philosophical Topics*, p. 21-41. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Genovese, M. A. (1999). *The political film*. Simon & Schuster Custom Publishing
- Gero, J. (1996). 'Archaeological Practice and Gendered Encounters'. In R. Wright, ed., *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Gero, J. e M. Conkey, eds. (1991). *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*. Oxford: Blackwell.
- Gesenius (1829). *Thesaurus philologico-criticus linguae Hebraicae et Chaldaicae*. Leipzig: s.n.

- Ghiselin, M. (1969). 'The triumph of the Darwinian method'. Berkeley: University of California Press.
- Gibbon, G. (1984). *Anthropological archaeology*. New York: Columbia University Press.
- Gibson-Graham, J. K. (1996). *The end of capitalism (as we know it)*. London: Blackwell.
- Gibson-Graham, J. K. (1997). 'Postmodern Becomings: From the Space of Form to the Space of Potentiality'. In G. Benko e U. Strohmayr, eds., *Space and Social Theory*, p. 306-323. Oxford: Blackwell.
- Gibson-Graham, J. K. (2005). 'Poststructural Interventions'. In E. Sheppard e T. Barnes, eds., *A Companion to Economic Geography*, p. 95-110. Malden, Oxford e Carlton: Blackwell.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1985). 'Time, space and regionalisation'. In D. Gregory e J. Urry, eds., *Social Relations and Spatial Structures*, p. 265-295. Houndmills e London: Macmillan.
- Giddens, A. (1985). *A contemporary critique of historical materialism. 2. The nation-state and violence*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1992). 'Jurgen Habermas'. In Q. Skinner, dir., *As Ciências Humanas e os seus grandes pensadores*. Lisboa: Dom Quixote.
- Gil, C. G. (2005). 'A guerra das ciências'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 22, 297-322.
- Gillchrist, R. (1999). *Gender and Archaeology. Contesting the Past*. London: Routledge.
- Gilman, D. C. (1906). *A launching of a University*. New York: Knopf.

- Glacken, C. (1960). 'Count Buffon on cultural changes of the physical environemnt'. *Ann. Ass. Amer. Geographers*, 50, p. 1-21.
- Glick, T. F. (1974). *The Comparative Reception of Darwinism*. Chicago: University of Chicago Press
- Glück, C. W. (1857). *Die bei Caius Julius Caesar vorkommenden Keltischen Namen*. Munchen: Literarisch-Artistische Anstalt.
- Gobineau, J.-A., conde de (1853-55). *Essais sur l'inégalité des races humaines*. 4 vols. Paris: Didot.
- Godelier, M. (1978). 'Infrastructures, societies and history'. *New Left Review*, 112, p. 84-96.
- Godinho, V. M. (1959). 'Duarte Leite a evolução dos estudos de História dos Descobrimentos'. In Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, p. 343-361. Lisboa: Cosmos.
- Godinho, V. M. (1966). 'Presença de Jaime Cortesão na historiografia portuguesa'. In J. Cortesão, *Obras Completas. I. Os factores democráticos na formação de Portugal*, p. IX-XLVIII. Lisboa: Portugália.
- Godinho, V. M. (1971). 'A historiografia portuguesa do século XX'. In *Ensaio. 3. Sobre a teoria da história e historiografia*, p. 227-247. Lisboa: Sá da Costa.
- Godinho, V. M. (1971). 'António Sérgio: presença no passado, presença no futuro'. In *Ensaio. 4. Humanismo científico e reflexão filosófica*, p. 263-270. Lisboa: Sá da Costa.
- Godinho, V. M. (1979). 'Alexandre Herculano, historiador'. In *Alexandre Herculano. Ciclo de conferências do 1.º centenário da sua morte*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Godinho, V. M. (2004). *Portugal, a emergência da uma nação*. Lisboa: Ed. Colibri.

- Godlewska, A. (1989). 'Tradition, crisis and new paradigms in the rise of the modern French discipline of Geography, 1760-1850'. *Ann. Ass. Americ. Geographers*, 79, p. 192-213.
- Godlewska, A. e N. Smith, eds. (1994). *Geography and Empire*. Oxford: Blackwell.
- Goetzmann, W. (1986). *New lands, new men. America and the second great Age of Discovery*. New York: Viking.
- Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City (NY): Doubleday, Anchor Books.
- Goffman, E. (1967). *Interaction Ritual: Essays in Face-to-Face Behavior*. Garden City (NY): Doubleday, Anchor Books.
- Goffman, E. (1971). *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. Garden City (NY): Doubleday, Anchor Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York: Harper and Row.
- Goldie, G. (1907). 'Geographic Ideals'. *Geographical Journal*, 29, p. 1-15.
- Gomes, P. (1984). *A Rensacença Portuguesa. Teixeira Rego*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Gómez Soto, J. e J. Pautreau (1998). 'Maisons, mythes, mort, metal en France Atlantique'. In S. Jorge, ed., *Existe uma idade do Bronze Atlântico?*, p. 125-138. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Gonçalves, A. (1929). 'Joaquim de Vasconcelos'. *Biblos*, 5, p. 1-11.
- Gonçalves, A. C. (1986). 'Différences culturelles et identité ethnique'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 2, p. 41-53.
- Gonçalves, M. E. (1998). 'Science, controversy and participation'. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, p. 7-32.
- Gonçalves, V. (1978). 'A emergência da Pré-história como disciplina independente (1800-1847)'. *Revista da Faculdade de Letras (Lisboa)*, Sér. 2.^a, 4, p. 335-364.

- Gonçalves, V. (1980). *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, V. (1980). *O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, V. (1993). 'O Congresso Internacional de 1880'. In J. Medina e V. Gonçalves, dir., *História de Portugal*, p. 99-108. Alfragide: Ediclube.
- Gonos, G. (1977). "'Situation" versus "Frame". The "Interactionist" and the "Structuralist" Analyses of Everyday Life'. *American Sociological Review*, 42 (6), p. 854-867.
- González Ponce, M. (1962). *Avieno y el Périplo*. Ecija.
- González Ruibal, A. (2003). *Arqueología del Primer Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense (Tesis doctoral).
- Goodman, D. C. e C. A. Russell (1991). *The rise of Scientific Europe*. Sevenoaks: Hodder and Stoughton.
- Goonatilake, S. (1993). 'The Historical Geopolitics of Knowledge'. *Science Studies*, 6 (2), p. 48-60.
- Gordon, C., ed. (1980). *Power / Knowledge: Selected interviews & Other Writings by Michel Foucault*. New York: Pantheon Books.
- Gorra, M. (1995). 'Autobiographical Turn'. *Transition*, 68, p. 153-153.
- Gosden, C. (2001). 'Post-Colonial Archaeology: Issues of Culture, Identity and Knowledge'. In I. Hodder, ed., *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gould, S. J. (1978). 'Morton's ranking of races by cranial capacity'. *Science*, 200, 503-509.

- Gouveia, H. C. (1985). 'Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo'. In *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, I, p. 147-184. Lisboa.
- Gouveia, H. C. (1999). 'A crise do Museu Etnológico Português (1911-1913)'. *O Arqueólogo Português*, Sér. IV, 11-12, p. 43-72.
- Gozzadini, G. (1870). *La Nécropole de Villanova*. Bolonha: s.n.
- Graça, J. A. (1987). 'Roteiros—viajar, escrever e morrer com os Gregos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 4, p. 201-220.
- Graça, J. A. (2003). 'Os gregos e o amor da “theoria”'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 20, p. 51-66.
- Grant, M. (1916). *The Passing of the Great Race, or the Racial Basis of European History*. New York: Scribner's.
- Graves, R. (2004). *Os mitos gregos*. Lisboa: D. Quixote
- Grayson, D. (1983). *The establishment of human antiquity*. New York: Academic Press.
- Greene, J. C. (1984). *American Science in the age of Jefferson*. Ames: Iowa State University Press.
- Gregory, D. (1978). *Ideology, Science and Human Geography*. London: Hutchinson.
- Gregory, D. (1994). *Geographical Imaginations*. Oxford e Malden: Blackwell Publishers.
- Gregory, D. (1997). 'Interventions in the historical geography of modernity: Social theory, spatiality and the politics of representation'. In J. Duncan e D. Ley, eds., *Place / Culture / Representation*, p. 272-313. London e New York: Routledge.
- Gregory, D. (1998). 'Explorations in critical human geography'. Heidelberg: University of Heidelberg.
- Gregory, D. (2000). 'Edward Said's imaginative geographies'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking Space*, p. 302-347. London: Routledge.

- Gregory, D. (2002). 'Ideology, Science and Human Geography'. In M. Dear e S. Flusty, eds., *The spaces of postmodernity*, p. 95-105. Oxford: Blackwell.
- Gregory, J. W. (1924). 'Inter-racial problems and the white colonization in the tropics'. *Scottish Geogr. Magazine*, 40, p. 270.
- Grimm, J. (1868). *Geschichte die deutschen sprache*, 2 ed. Leipzig: S. Hirzel.
- Grimm, J. (1854). *Deutsche Mythologie*, 3 ed. Göttingen: Dieterichsche Buchhandlung.
- Grimm, J. (1869). *Deutsche Grammatik*, 4 vols. Berlim: Ferd. Dummlers Verlagsbuchhandlung.
- Gross, V. (1883). *Les Protohelvètes*. Berlim: Neuveville.
- Guelke, L. (1981). 'Idealism'. In M. Harvey e B. Holly, eds., *Themes in geographical thought*, p. 133-147. London: Croom Helm.
- Guerra, A. M. (1998a). *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [dissertação de Doutoramento policopiada].
- Guerra, A. M. (1998b). 'Crónica de Arqueologia Clássica. Problemas de etnologia e língua na Hispânia pré-romana'. *Almadan*, II sér., 6, p. 15.
- Guerra, A. M. (1999). 'Fontes para a História Antiga Peninsular'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 127-132.
- Guerra, A. M. (1999). 'Francisco Martins Sarmiento e a questão do Celtismo'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 179-192. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Guerra, A. M. (2001a). 'Resistência à aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística'. *Era. Arqueologia* (Lisboa), 3, p. 150-164.
- Guerra, A. M. (2001b). 'Para uma reanálise das fontes relativas presença púnica no Ocidente peninsular'. In *Actas do Colóquio Internacional "Os*

- Púnicos no Extremo Ocidente" (Lisboa, 27-28 de Outubro de 2000).*
Lisboa: Universidade Aberta. 2001, p. 25-38.
- Guerra, A. M. e C. Fabião (1992). 'Viriato. Genealogia de um mito'. *Penélope*, 8, p. 9-23.
- Guerra, L. B. (1978). 'Cem anos de genealogia (1877-1977). In *A historiografia portuguesa de Herculano a 1950 (Actas do Colóquio)*, p. 157-179. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Guerra, L. F. (1877). *Viana do Castelo*. Coimbra: Imp. Universidade.
- Guerra, L. F. (1882). 'A estátua calaica de Viana'. *Pero Galego*, 15, p. 3-4.
- Guerreiro, M. V. (1986). *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Guha, R. (1997). *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Guimarães, A. (1893). 'Dr. Francisco Martins de Gouveia Moraes Sarmiento'. *Revista de Guimarães*, 10 (4), p. 205-208.
- Guimarães, A. (1984). *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Horizonte.
- Guimarães, J. F. (2000). 'Baudelaire ou o espelho da melancolia'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 17, p. 165-187.
- Guyot, A. (1849). *The Earth and Man*. New York: Scribner's.
- Hacking, I. (1984). 'Experimentation and scientific realism'. In J. Leplin, ed., *Scientific Realism*. Berkeley: University of California Press.
- Hagerstrand, T. (1967). *Innovation diffusion as a spatial process*. Chicago: Chicago University Press.
- Hall, M. (1984). 'The burden of tribalism: the social context of southern African Iron Age studies'. *American Antiquity*, 49, p. 455-467.
- Hall, R. (1909). *Prehistoric Rhodesia*. London: Unwin.

- Hall, S. (1996). 'When was the "post-colonial"?. Thinking at the limit'. In I. Chambers e L. Curti, eds., *The post-colonial question: common skies, divided horizons*, p. 242-260. London e New York: Routledge.
- Hall, S., ed. (2003). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Sage.
- Haller, J. (1971). *Eugenics*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Haller, M. (1963). 'A portrait of nineteenth-century academic thinking on race'. *Essex Int. Historical Collections*, 107, p. 173-193.
- Hamilakis, Y., M. Pluciennick e S. Tarlow, eds. (2002). *Thinking Through the Body: Archaeologies of Corporeality*. New York: Kluwer Publishers.
- Hampson, N. (1982). *The Enlightenment*. Harmondsworth: Penguin
- Hanão. *Périplo*. Vd. *Périplo de Hanão*.
- Hanke, L. (1959). *Aristotle and the American Indians*. Chicago: Regnery.
- Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge.
- Haraway, D. (2004). *The Haraway Reader*. London e New York: Routledge.
- Harding, D. (1990). 'Changing Perspectives in the Atlantic Iron Age'. In I. Armit, ed., *Beyond the Brochs: Changing Perspectives on the Later Iron Age in Atlantic Scotland*, p. 5-16.
- Härke, H. (1991). 'All Quiet on the Western Front? Paradigms, Methods, and Approaches in West German Archaeology'. In I. Hodder, ed., *Archaeological Theory in Europe: The Last Three Decades*, p. 187-222. New York.
- Harley, J. (1997). 'Deconstructing the Map'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 155-167. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Harris, M. (1968). *The rise of anthropological theory*. New York: Random House.
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Baltimore (Maryl.): Johns Hopkins University Press.

- Harvey, D. (1984). 'On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto'. *The Professional Geographer*, 36, p. 1-11.
- Harvey, D. (1985). 'The geopolitics of capitalism'. In D. Gregory and J. Urry, eds., *Social relations and spatial structures*, p. 128-163. London: Macmillan.
- Harvey, D. (1989). *The Conditions of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1997). 'Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 256-278. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Harvey, D. (2002). 'The Condition of Postmodernity'. In M. Dear e S. Flusty, eds., *The spaces of postmodernity*, p. 169-170. Oxford: Blackwell.
- Hausladen, G. (1996). 'Where the bodies lie'. *Journal of Cultural Geography*, 16 (1), p. 45-64.
- Hedeager, L. (1992). *Iron-Age Societies. From Tribe to State in Northern Europe, 500 BC to AD 700*. Oxford: Blackwell.
- Hegmon, M. (2003). 'Setting Theoretical Egos Aside: Issues and Theory in North American Archaeology'. *American Archaeology*, 68 (2), p. 213-43.
- Heizer, R. (1962). *Man's discovery of the past*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Heleno, M. (1956). 'Um quarto de século de investigação arqueológica'. *O Arqueólogo Português*, II sér., 3, p. 221-237.
- Helms, M. (1986). *The Ulysses Sail*. Princeton: Princeton University Press.
- Herbertson, A. (1904). 'Recent discussions on the scope and educational applications of Geography'. *Geographical Journal*, 24, p. 417-427.
- Herbst, J. (1961). 'Social Darwinism and the history of American Geography'. *Proceed. Amer. Philosophical Society*, 105, p. 538-544.
- Herculano, A. (1980-81). *História de Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- Herculano, A. (1982-87). *Opúsculos*. Lisboa: Presença.

- Herman, E. S. e N. Chomsky (1988). *Manufacturing consent. The political economy of the mass media*. London: Vintage Books.
- Hernandez Gonzalo, A. (2002). *Arqueología de la identidad*. Madrid Akal.
- Heródoto [Herodotus]. [1993]. *The history*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Hertz, R., e N. M. Klein, eds. (1990). *Twentieth Century Art Theory. Urbanism, Politics, and Mass Culture*. Englewoods Cliffs (NJ): Prentice-Hall.
- Hesíodo [1990]. *Obras y fragmentos: Teogonía. Trabajos y días. Escudo. Fragmentos. Certamen*. Intr., trad. y notas de Aurelio Pérez Jiménez y Alfonso Martínez Díaz. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Clásica Gredos.
- Hesmondhalgh, D. (2006). 'Bourdieu, the media and cultural production'. *Media, Culture & Society*, 28 (2), p. 211-231.
- Hespanha, A. M. (1986). 'História e sistema. Interrogações à historiografia pós-moderna'. *Ler História*, 9, p. 65-84.
- Hespanha, A. M. (1991). 'A emergência da história'. *Penélope*, 5, p. 9-25.
- Hesse, M. (1980). *Revolutions and reconstructions in the Philosophy of Science*. Sussex: Harvester Press.
- Heywood, I. e B. Sandywell, eds. (1999). *Interpreting Visual Culture*. London e New York: Routledge.
- Higham, J. (1975). *Send these to Me: Jews and other immigrants in urban America*. New York: Atheneus.
- Hinchliffe, S. (2003). "'Inhabiting" – Landscapes and Natures'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 207-226. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Hirschkop, K. e D. Shepherd (2001). *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester e New York: Manchester University Press.
- Historiografia (A) Portuguesa anterior a Herculano (Actas do Colóquio)*. (1977). Academia Portuguesa da História.

- Historiografia (A) Portuguesa de Herculano a 1950 (Actas do Colóquio)*. (1978).
Academia Portuguesa da História.
- Historiografia (A) portuguesa hoje*. In *Ler História*, 21.
- Hodder, I. (1982a). 'Theoretical Archaeology: A Reactionary View'. In I. Hodder, ed., *Symbolic and Structural Archaeology*, p. 1-16. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I. (1982b). *Symbols in Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I. (1986). *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I. e C. Orton (1976). *Spatial analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I., ed. (1982). *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I., ed. (1985). 'Post-processual Archaeology'. In M. Schiffer, ed., *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 8. New York: Academic Press.
- Hodder, I., ed. (1991). 'Interpretive Archaeology and its Role'. *American Antiquity*, 56, p. 7-18.
- Hodder, I., ed. (1991). *Archaeological Theory in Europe: The Last Three Decades*. New York.
- Holder, A. (1887). *Rufi Festi Avieni Carmina*. Innsbruck: s.n.
- Holder, A. (1913). *Alt-Celtischer Sprachschatz*. Leipzig: s.n.
- Holdich, T. (1899). 'The use of practical Geography, illustrated by recent frontier operations'. *Geographical Journal*, 13, p. 465-480.
- Holdich, T. (1909). 'Some aspects of Political Geography'. *Geographical Journal*, 34, p. 593-607.
- Holdich, T. (1916). *Political frontiers and boundary making*. London: Macmillan and Co.

- Holloway, J e J. Kneale (2000). 'Mikhail Bakhtin: dialogics of space'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 71-88. London e New York: Routledge.
- Holquist, M. (2002). *Dialogism*. London e New York: Routledge.
- Holquist, M., ed. (2002). *The Dialogic Imagination. Four Essays by M. M. Bakhtin*. Austin: University of Texas Press.
- Homem, Am. C. (1981). 'Do Iluminismo ao Positivismo'. *Revista de História das Ideias*, 3.
- Homem, Am. C. (1992). 'O "ultimatum" inglês de 1890 e a opinião pública'. *Revista da História das Ideias*, 14, p. 281-296.
- Homem, Ar. L. C. (1985). 'Gama Barros, historiador das instituições administrativas : (no I Centenário do início da publicação da História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV)'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér., 2.
- Homem, Ar. L. C. (1987). 'Os 25 anos da Faculdade de Letras : passado e presente'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér., 4.
- Homem, Ar. L. C. (2004). 'A Universidade do Porto e a vida nacional: cronologia sinóptica (1911-2003)'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér., 5, p. 257-276.
- Homero [Homer]. [2004]. *The Odyssey*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- Homero [Homère]. [1972]. *Iliade*. Text établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres. Collection des Universités de France.
- Honour, H. (1968). *Neoclassicism*. Harmondsworth.
- hooks, b. (1990). *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press.
- Horácio [Horace]. [1907]. *The Odes of Horace*. English version by Philip Francis. London: Hutchinson.

- Hoy, D. C., ed. (1986). *Foucault: a Critical Reader*. New York: Basil Blackwell.
- Hübner, E. (1871). *Notícias arqueológicas de Portugal*. Lisboa: Typ. Academia das Sciencias de Lisboa.
- Hübner, E. (1861). 'Statuen galläkischer Krieger in Portugal und Galicien'.
Denkmäler und Forschungen – Archäologische Zeitung, Jahr. 19, n.º 154 (Oct. 1861), p. 186-198.
- Hübner, E., dir. (1892). *Corpus Inscriptionum Latinarum, vol. 2 - Inscriptiones Hispaniae latinae*. Berolini: Deutsche Akademie der Wissenschaften.
- Hudson, B. (1977). 'The new geography and the new imperialism'. *Antipode*, 9, 12-19.
- Hugill, P. (2003). 'Technology, its innovation and diffusion as the motor of capitalism'. *Comparative Technology Transfer and Society*, 1, p. 93-117.
- Hugill, P. e K. Foote (1994). 'Foreword: culture and geography: thirty years of advance'. In K. Foote, P. Hugill, K. Mathewson e J. M. Smith, eds., *Re-reading cultural geography*, p. 9-26. Austin: University of Texas Press.
- Humboldt, A. von (1847). *Cosmos: Sketch of a physical description of the Universe* [trad. ingl.]. London: Longman.
- Humboldt, W. von (1866). *Recherches sur les habitants primitifs de l'Espagne, à l'aide de la langue Basque*. Paris: s.n.
- Hunt, J. (1863). 'On Ethno-Climatology: or the acclimatization of Man'.
Transactions of the Ethnological Society of London, n.s., 2, p. 50-79.
- Hunter, R. (1993). 'Introduction'. In Apollonius of Rhodes, *Argonautica. Jason and the Golden Fleece*. Oxford: Oxford University Press.
- Huntington, E. (1914). 'The adaptability of the white Man to tropical America'.
Journal of Race Development, 5, p. 185-211.
- Huntington, E. (1917). 'Graphic representation of the effect of climate on Man'.
Geographical Review, 4, p. 401-403.

- Huntington, E. (1920). *World power and evolution*. New Haven: Yale University Press.
- Huntington, E. (1924). *The character of race, as influenced by physical environment, natural selection and historical development*. New York: Scribner's.
- Hygin [Higino]. [1983]. *Astronomie*. Texte établi et traduit par André Le-Boeuffle. Paris: Les Belles Lettres. Collection des Universités de France.
- Ingold, T. (1993). 'The temporality of landscape'. *World Archaeology*, 25 (2), p. 152-171.
- Inkster, I. e J. Morrell, eds., (1983). *Metropolis and Province. Science in British Culture, 1780-1850*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Irigaray, L. (1985). *This Sex Which Is Not One*. Ithaca: Cornell University Press.
- Isaac, J. C. (1992). *Arendt, Camus and Modern Rebellion*. New Haven e London: Yale University Press.
- Jackson, P. (1984). 'Social disorganization and moral order in city'. *Transactions of the Institute of the British Geographers*, N.S., 9, 168-180.
- Jackson, P. (1992). *Maps of meaning*. London: Routledge.
- Jackson, P. (2000). 'Cultural politics'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 141. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Jackson, P. (2003). 'Introduction'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 37-42. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Jackson, P. e J. Jacobs (1996). 'Postcolonialism and the politics of the race'. *Environment and Planning D: Society and Space*, 14, p. 1-3.
- Jacob, C. (1991). *Géographie et ethnographie en Grèce ancienne*. Paris: Armand Colin.
- Jacobi, E. (1846) *Dictionnaire Mythologique Universel*. Paris: s.n.

- Jacobs, J. (1996). *Edge of Empire: postcolonialism and the city*. London e New York: Routledge.
- Jacobs, J. (2003). 'Introduction. After Empire'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 345-353. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- James, P. (1972). *All possible worlds. A history of geographical ideas*. Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Jameson, F. (1984). 'Postmodernism or the cultural logic of late capitalism'. *New Left Review*, 146, p. 53-92.
- Jameson, F. (1995). *The geopolitical aesthetic*. Bloomington e London: Indiana University Press e British Film Institute.
- Jameson, F. (2002). 'Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism'. In Dear, M. e S. Flusty, eds., *The spaces of postmodernity*, p. 142-149. Oxford: Blackwell.
- Jankovic, V. (2004). 'Science migrations'. *Social Studies of Science*, 34 (1), p. 45-75.
- Jellicoe, G. e S. Jellicoe (1995). *The Landscape of Man. Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day*. London: Thames and Hudson.
- Jenkyns, R. (1980). *The Victorians and Ancient Greece*. Cambridge (Mass.).
- Johnson, J. (1896). *The influence of tropical climates on European constitutions*. London.
- Johnson, M. (1989). 'Conceptions of Agency in Archaeological Interpretation'. *Journal of Anrhropological Archaeology*, 8, p. 189-211.
- Johnson, M. (1999). *Archaeological Theory*. Malden (Mass.): Blackwell.
- Johnston, H. H. (1920). *The backward peoples and our relation to them*. Oxford: Oxford University Press.
- Johnston, R. J. (1997). *Geography and Geographers. Anglo-American Geography since 1945*. London: Arnold.
- Johnston, R. J., D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds. (2000). *Dictionary of Human Geography*. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.

- Jones, G. (1980). *Social Darwinism: the interactions between biological and social theory*. Brighton: Harvester Press.
- Jones, J. (2003). 'The Culture of Epistemology'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 520-531. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Jones, S. (1997). *The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present*. London e New York: Routledge.
- Jordan, P. (2001). *The Atlantis Syndrome*. Phoenix Mill: Sutton Publishing.
- Jorge S. O. e V. O. Jorge (1990). 'Trois millénaires de vie pré-historique dans le nord du Portugal : des bâtisseurs des premiers dolmen aux sociétés hiérarchisées du bronze final'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 7.
- Jorge, S. O. (1985). 'Povoados da pré-história recente do Norte de Portugal (IIIº e começos do IIº milénios a.C.) : resultados e problemas das escavações dos últimos anos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 2.
- Jorge, S. O. (1988). *O povoado de Bouça de Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- Jorge, S. O. (1991). 'Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 8.
- Jorge, S. O. (1994). 'Colónias, fortificações, lugares monumentalizados : trajetória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 11.
- Jorge, S. O. (1999). *Domesticar a Terra*. Lisboa: Gradiva.
- Jorge, S. O. e Jorge, V. O. (1995). 'Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the 20th century'. In P. Ucko, ed., *Theory in*

Archaeology: A World Perspective, p. 251-262. London and New York: Routledge.

- Jorge, S. O. e Jorge, V. O. (1997). 'The Neolithic/Calcolithic transition in Portugal: the dynamics of change in the third millenium BC'. In M. Díaz-Andreu e S. Keay, eds., *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change* p. 128-142. London: Routledge.
- Jorge, S. O., coord., (1998). *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Jorge, V. O. (1969). 'A arqueologia no contexto da actual metodologia científica: uma perspectiva'. In *Primeiras Jornadas Arqueológicas (Actas)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Jorge, V. O. (1986). 'O Projecto do campo arqueológico da Serra da Abobreira (Norte de Portugal) : resultados de oito anos de trabalho'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 3.
- Jorge, V. O. (1987a). 'Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal) : conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 4.
- Jorge, V. O. (1987b). *Projectar o Passado*. Lisboa: Presença.
- Jorge, V. O. (1989). 'Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 6.
- Jorge, V. O. (1990). 'Arqueologia e História: algumas reflexões prévias'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 7.
- Jorge, V. O. (1997). 'Mamoas do Norte de Portugal: estado da questão em 1981. I. Minho e Trás-os-Montes'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 14.
- Jorge, V. O. (2001). 'Archaeology in Portugal: the great challenge'. *Journal of Iberian Archaeology*, 3, p. 7-10.

- Jorge, V. O. (2004). 'Contributos para pensar a pesquisa arqueológica como vivência criativa'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 3, p. 13-48.
- Jorge, V. O. (2005). 'Alguns apontamentos pessoais e preliminares suscitados pelo controverso tema da chamada “Agonia do Ocidente”'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 4, p. 13-41.
- José Leite de Vasconcelos. *Livro do Centenário – 1858-1958* (1960). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Joseph, J. (2003). 'Pictet's “Du Beau” and the Crystallisation of Saussurean Linguistics'. *Historiographia Linguistica*, 30 (3), p. 365-388.
- Joyce, P. W. (1888). *The origin and history of irish names of places*. Dublin: Gill and son.
- Joyce, R. (1999). 'Heirlooms and houses. Materiality and and social memory'. In R. Joyce e S. Gillespie, eds., *Beyond kinship*, p. 189-212. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Joyce, R. (2002). *The Languages of Archaeology: Dialogue, Narrative and Writing*. Oxford: Blackwell.
- Jubainville, A. (1877). *Les premiers habitants de l'Europe*, 1^o ed. Paris: J.-B. Dumoulin.
- Jubainville, A. (1878). 'A. Bertrand, “Archéologie celtique et gauloise” (review). *Revue Celtique*, II, 251 ss.
- Jubainville, A. (1899) *Les premiers habitants de l'Europe*, 2.^a ed. Paris: Ernest Thorin.
- Kabbani, R. (1986). *Imperial Fictions. Europe's Myths of Orient*. London: Macmillan.
- Kant, I. (1991). *Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime*. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press. O texto original é de 1764.

- Keltie, J. (1885). 'Geographical education. Report to the Council of the Royal Geographical Society'. *Royal Geographical Society, Supplementary Papers*, 1, p. 439-594.
- Kelves, D. (1985). *In the name of Eugenics*. New York: Knopf.
- Kemp, B. (2000). 'Bricks and Metaphor'. *Cambridge Archaeological Journal*, 10, p. 335-346.
- Kemp, M. (1995). 'Relativity not Relativism. Some Thoughts on the Histories of Science and Art, Having Reread Panofsky'. In Lavin, I., ed., *Meaning in the Visual Arts: Views from Outside. A Centennial Commemoration of Erwin Panofsky*, p. 225-235. Princeton: Institute for Advanced Study.
- Kendrick, T. (1950). *British Antiquity*. London: Methuen.
- Kennedy, D. (1968). 'The perils of the midday sun. Climatic anxieties in the colonial tropics'. In J. Mackenzie, *Imperialism and the Natural World*, p. 118-140. Manchester: Manchester University Press.
- King, A. (2003). 'Cultures and Spaces of Postcolonial Knowledges'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 381-398. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Klindt-Jensen, O. (1975). *A History of Scandinavian Archaeology*. London: Thames and Hudson.
- Knight, K., ed. (1998). *The MacIntyre reader*. Norte Dame (Ind.): University of Norte Dame Press.
- Kobayashi, A. e L. Peake (1997). 'Unnatural Discourse: "Race" and Gender in Geography'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 445-459. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Kohl, P. e C. Fawcett (1995). *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Kohl, P. L. (1998). 'Nationalism and Archaeology: On the Constructions of Nations and the Reconstructions of the Remote Past'. *Annual Review of Anthropology*, 27, p. 223-246.
- Kolakowski, L. (1978). *Main Currents of Marxism*. Oxford: Oxford University Press.
- Kristiansen, K. (1998). *Europe before History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kristiansen, K. e T. Larsson (2005). *The Rise of Bronze Age Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kropotkin, P. (1893). 'On the teaching of Geography'. *Geographical Journal*, 2, p. 350-359.
- Kropotkin, P. (1910). 'Anarchism'. *Encyclopaedia Britannica*, vol. I.
- Kruta, V. (1999). 'La formation de l'Europe celtique. L'état de la question'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 51-88. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Kuhn, T. (1957). *The Copernican Revolution*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Kuhn, T. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago.
- Kuhn, T. (1970). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. da 2.^a ed. de 1970 (Chicago University Press), revista e aumentada com um 'Posfácio – 1969'. São Paulo: Editora Perspectiva (Coleção Debates).
- Kuhn, T. (1977). *The Essential Tension: Selected Essays in Scientific Tradition and Change*. Chicago: Chicago University Press.
- Lachmund, J. (1999). 'Making Sense of Sound: Auscultation and Lung Sound Codification in Nineteenth-Century French and German Medicine'. *Science, Technology & Human Values*, 24 (4), p. 419-450.
- Lagneau, M. (1875) *Ethnologie de la péninsule du sud-ouest de l'Europe*. *Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*. Tome Deuxième, deuxième série.

- Lakatos, I., e A. Musgrave, eds. (1970). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laming-Empeire, A. (1964). *Origines de l'archéologie préhistorique*. Paris: Picard.
- Lang, J. (1884). *Custom and Myth*. London: Longman and Co.
- Langer, S. (1951). *Philosophy in a New Key*. Cambridge (US): Harvard University Press.
- Larsen, J., K. W. Axhausen e J. Urry (2006). 'Geographies of Social Networks'. *Mobilities*, 1 (2), p. 261-283.
- Lasserre, F. (1983). 'Strabon devant l'Empire Romain'. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II (30.1), 867-869.
- Latour, B. (1987). *Science in Action. How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press.
- Latour, B. (1993). *We have never been modern*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Lauretis, T. de (1987). *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. London: Macmillan.
- Le Roux, P. (1995). *Romains d'Espagne*. Paris: Armand Colin.
- Leal, A. P. (1890). *Portugal Antigo e Moderno...* Lisboa: Liv. Ed. Matos Moreira.
- Leal, E. C. (1998). 'Opinião pública na província em 1890. Elementos de agitação e antropologia do Português durante a crise do "ultimatum" inglês'. *Clio*, n.sér., 3, p. 39-57.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford and Cambridge (Mass.): Blackwell. Tradução do original francês (1974) por Donald Nicholson-Smith.
- Lefebvre, H. (2002). 'The Production of Space'. In M. Dear e S. Flusty, eds., *The spaces of postmodernity*, p. 131-141. Oxford: Blackwell.

- Lemière, C. (1881). *Étude sur les Celtes et les Gaulois et recherche des peuples anciens appartenant à la race celtique ou à celle des Scythes*. Paris: Maisonneuve.
- Lemos, F. S. (1985). 'A Conferência de 1877, na Citânia de Briteiros'. *Cadernos de Arqueologia*, 2, p. 195-214.
- Lemos, F. S. (1987). 'As três Idades da Arqueologia portuguesa'. *Forum*, 2, p. 5-11.
- Lemos, F. S. (1988). 'A excursão ao Norte de Portugal do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas. Braga e Citânia de Briteiros'. *Forum*, 4, p. 43-56.
- Lemos, F. S. (1992). 'Alberto Sampaio na Arqueologia do seu Tempo'. *Revista de Guimarães*, 102, p. 371-383.
- Lemos, F. S. (1992). 'Arqueologia portuguesa, próximo futuro. Previsões para a última década do II milénio'. *Forum*, 11, p. 53-64.
- Lemos, F. S. (1993). 'Os estudos de Arqueologia no Nordeste Transmontano'. In *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, p. 33-72. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento.
- Lemos, F. S. (1995). 'Martins Sarmiento na Arqueologia Portuguesa dos anos setenta e oitenta'. *Revista de Guimarães*, 105, p. 117-126.
- Lemos, F. S. (1997). 'A vã glória de escrever no presente a História que vai ser investigada no futuro'. *Forum*, 22, p. 85-92.
- Lemos, F. S. (1999). 'Francisco Martins Sarmiento na Arqueologia portuguesa e europeia do século XIX'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 39-49. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Lemos, F. S. (2003). 'Para a história da Arqueologia portuguesa. Leite de Vasconcelos e a arqueologia transmontana'. *O Arqueólogo Português*, 4.^a ser., 19, p. 13-28.
- Leone, M. (1982). 'Some Opinions about Recovering the Mind'. *American Antiquity*, 47, p. 742-760.

- Leone, M. (2001). 'Creating Culture through Choosing Heritage'. *Current Anthropology*, 42, p. 582-584.
- Leone, M., P. Potter e P. Shackel (1987). 'Toward a Critical Archaeology'. *Current Archaeology*.
- Levine, P. (1986). *The Amateur and the Professional. Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England, 1838-1886*.
- Lévi-Strauss, C. (1959). *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.
- Lévi-Strauss, C. (1981). *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70.
- Lévi-Strauss, C. (1987). *Anthropology and Myth*. Oxford: Blackwell.
- Levy, J. (1999). 'Gender, power, and heterarchy in middle-level societies'. In T. Sweely, ed., *Manifesting Power*, p. 62-78. London: Routledge.
- Ley, D. (2000). 'Postmodernism'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 620-622. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Lillios, K. (1995). 'Nationalism and Copper Age research during the Salazar regime (1932-1974)'. In P. Kohl e C. Fawcett, eds., *Nationalism and the Practice of Archaeology*, p. 57-69. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lillios, K. (1999). 'Objects of Memory. The Ethnography and Archaeology of Heirlooms'. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 6, p. 235-262.
- Lillios, K. (2004). 'Setting the agenda in Iberian plaque studies. A citation analysis'. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14-19 de Setembro de 2004).
- Lima, A. P. (1904). *O carácter científico da História*. Famacção: Tip. Minerva.
- Lima, S. (1958). *O determinismo, o acaso e a previsão em História*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Linehan, D. e J. Sarmiento (2006). 'A transformação da paisagem irlandesa: o fim da Geografia?'. In J. Sarmiento, A. F. Azevedo e J. R. Pimenta,

- coord., *Ensaio de Geografia Cultural*, p. 115-134. Porto e Lisboa: Figueirinhas.
- Lisón Tolosana, C. (1979). *Antropología cultural de Galicia*. Madrid: Akal.
- Livingstone, D. N. (1987a). 'Human acclimatisation'. *History of Science*, 25, p. 359-394.
- Livingstone, D. N. (1987b). 'Preadamites: the history of an idea from heresy to orthodoxy'. *Scott. Journal of Theology*, p. 41-66.
- Livingstone, D. N. (1992a). *The geographical tradition*. Oxford (UK) e Cambridge (USA): Blackwell.
- Livingstone, D. N. (1992b). 'An inquiry into the scientific sources of racial geography'. In F. Driver e G. Rose, eds., *Nature and Science*, p. 37-48. Historical Geography Research Series n. 28.
- Livingstone, D. N. (1997). 'The spaces of knowledge: contributions towards a historical geography of science'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 27-47. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.]
- Livingstone, D. N. (2002). 'Race, space and moral climatology: notes toward a genealogy'. *Journal of Historical Geography*, 28 (2), p. 159-180.
- Livingstone, D. N. (2003). *Putting Science in Its Place. Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Livingstone, D. N. (2005). Text, Talk and Testimony: geographical reflections on scientific habitus. *British Journal for the History of Science*, 38 (1), p. 93-100.
- Lívio, Tito [Livy]. [1971]. *The Early History of Rome. Books I-V of The History of Rome from its foundation*. Translated by Aubrey de Séincourt with an Introduction by R. M. Ogilvie. London: Penguin Books (Penguin Classics).
- Logan, J. (1831). *The Scottish Gaël*. Inverness: W. Mackenzie.

- Lopes, L. S. (2000). 'Tentativa de sistematização da historiografia de Talábriga'. *Almadan*, II sér., n.º 9 (número especial 'Arqueologia na Região do Porto'), p. 28-38.
- Lopes, O. (1985). *Jaime Cortesão*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Lopes, O. (1995). 'Nação e nacionalidade portuguesas: o legado de Oliveira Martins'. In *Congresso Internacional sobre Oliveira Martins (Actas)*. Coimbra.
- Loth, J. (1890). 'Les anciennes litanies des saints de Bretagne'. *Revue Celtique*, XI, p. 135 ss.
- Lourenço, E. (1988). *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lowenthal, D. (1961). 'Geography, experience, and imagination: towards a geographical epistemology'. *Annals of the Association of American Geographers*, 51, p. 241-60.
- Lowenthal, D. (1996). *Possessed by the Past: The Heritage Crusade and the Spoils of History*. New York. Free Press.
- Lowther, G. (1962). 'Epistemology and archaeological theory'. *Current Anthropology*, 3, p. 495-509.
- Lubbock, J. (1873). *Les origines de la civilisation. État primitif de l'homme et moeurs des sauvages modernes* [trad. fr.]. Paris: Librairie Germer-Baillière et Cie.
- Lucas, G. (2001). *Critical Approaches to Fieldwork. Contemporary and Historical Archaeological Practice*. London e New York: Routledge.
- Lucena Martín, A. M. (2003). 'Fly down, archaeology, fly down'. *Journal of Iberian Archaeology*, 5, p. 7-20.
- Lynch, M. e S. Woolgar (1990). 'Sociological orientations to representational practice in science'. In Id., eds., *Representation and scientific practice*, p. 1-18. Cambridge (Mass.): MIT Press.
- Macedo, A. T. (1984). *Traços de História Contemporânea (1846-1847)*. Lisboa: Rolim.

- Macedo, C. (1985). 'Heidegger perante as Ciências'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 2.
- Macedo, F. N. (1920). 'Factos e teorias históricas (sociais)'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1-2, p. 64-86.
- Macedo, F. N. (1923). 'O Bolchevismo como experiência moral'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6, p. 406-435.
- Macedo, J. B. (1952). 'Cortesão e a historiografia portuguesa'. *Seara Nova (Homenagem a Jaime Cortesão)*, p. 232-244.
- Macedo, J. B. (1970). 'Alexandre Herculano e a Arqueologia'. *Arqueologia e História*, 9.^a Sér., 2, p. 9-23.
- Macedo, J. B. (1975). 'A tentativa histórica "Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal" e as incidências polémicas'. In Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- Macedo, J. B. (1985). *A Conferência de Berlim, cem anos depois*. Sep. "Revista Democracia e Liberdade", 35.
- Macedo, J. B. (1989). 'Ciência histórica e conhecimento do Homem'. *Igreja e Missão. Revista Missionária de Cultura e Actualidade*, 43, p. 121-155.
- Macedo, J. B. (1995). 'Alberto Sampaio no pensamento histórico português'. In *Congresso Histórico dos 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio (Actas)*, p. 413-441. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Machado, A. M. (1986). *Les romantismes au Portugal*. Paris: Centre Culturel Portugais / Fondation Calouste Gulbenkian.
- Machado, J. L. (1965). 'Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos'. *O Arqueólogo Português*, NS, 5, p. 8-21.
- MacIntyre, A. (1953). *Marxism: An interpretation*. London: SCM Press.
- MacIntyre, A. (1981). *After Virtue: A Study in Moral Theory*. London: Duckworth.

- MacIntyre, A. (1988). *Whose Justice? Which Rationality?*. Norte Dame: University of Notre Dame Press.
- MacIntyre, A. (1990). *Three rival versions of moral enquiry: Encyclpaedia, Genealogy, and Tradition*. London: Duckworth.
- Mackenzie, J., ed. (1990). *Imperialism and the natural world*. Manchester: Manchester University Press.
- Mackinder, H. (1887). 'On the scopes and method of Geography'. *Proceedings of the Royal Geographical Society*, 9, p. 141-160.
- Mackinder, H. (1904). 'The geographical pivot of the History'. *Geographical Journal*, 23, p. 421-437.
- MacPherson, T. (1972). *The argument from design*. London: Macmillan.
- Magalhães, M. M. A. (1988). 'A indústria no Porto na primeira metade do século XIX'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 4, p. 111-156.
- Magalhães, R. (1987). 'Entre o Topos e o Logos—acerca do problema do sentido em Ciências Humanas'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 4, p. 277-293.
- Malin, J. (1944). 'Space and History'. *Agricultural History*, 18, p. 65-74.
- Malkin, I. (1998). *The returns of Odysseus. Colonization and Identity*. Berkeley e London: University of California Press.
- Maluquer de Motes, J. (1990). *Tartessos*. Barcelona: Destino.
- Mannert, K. (1824). *Tabula Itineraria Peutingeriana ... denuo cum codice Vindoboni collata, emendata et nova C. Mannerti introductione instructa studio et opera Academiae Literarum Regiae Monacensis. Academiae Literarum Regiae Monacensis*.
- Mannert, K. (1829) *Geographie der Griechen und Römer aus ihren Schriften dargestellt. Vol. I - Geographie von Hispanien*. Nürnberg; Leipzig; Landshut.
- Marcade, J. (1978). *Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, évêque de Beja, archévêque d'Évora*. Paris: Centre Culturel Portugais.

- Marchand, S. (1996). *Down from Olympus*. New Jersey e Woodstock: Princeton University Press.
- Marques, A. H. O. (1988). *Ensaio de Historiografia portuguesa*. Lisboa: Palas Editores.
- Marques, A. H. O. (2003). 'História genealógica do homem comum : micro-história ou macro-história'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 4.
- Marques, A. O. (1974-75). *Antologia da Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Europa-América.
- Marques, A. O. (1978). 'The Portuguese 1920s: A general survey'. *Revista de História Económica e Social*, 1, p. 87-103.
- Marques, J. F. (1995). 'Alberto Sampaio. Teoria e prática de um historiador'. In *Congresso Histórico dos 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio (Actas)*, p. 309-323. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Marques, J. F. (1997). 'O irreal e o real na interpretação de certos factos da História de Portugal'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 14, p. 507-532.
- Marsden, B. (1984). *The pioneers of Prehistory*. Ormskirk: Hesketh.
- Martigny, Ab. (1865). *Dictionnaire des Antiquités Chrétiennes*. Paris: Hachette.
- Martin, H. (1872). *Études d'Archéologie Celtique. Notes de voyages dans les pays Celtiques et Scandinaves*. Paris: s.n.
- Martins, A. C. (1999). 'Martins Sarmiento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 213-222. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Martins, A. C. (2001). 'Estudos pré-históricos e nacionalismo: uma perspectiva possidoniana'. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), p. 61-93.
- Martins, A. C. (2003). *Possidónio da Silva e o elogio da memória*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- Martins, A. C. (2004). 'O estilo imperialista francês e a emergência dos estudos arqueológicos no Portugal de Oitocentos: o caso de Possidónio'. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14-19 de Setembro de 2004).
- Martins, M. M. (1987). 'A evolução das pesquisas'. In *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, p. 15-39. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho [policopiado].
- Martins, M. M. (1990b). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. M. (1993-94). 'Continuidade e mudança no I milénio a.C., no Noroeste Português. Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico'. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 10-11, p. 41-64.
- Martins, M. M. (1995). 'Martins Sarmiento e a arqueologia dos castros'. *Revista de Guimarães*, 105, p. 127-138.
- Martins, M. M. (1996). "Construção e manipulação do discurso arqueológico: o mito das raízes étnicas", in *Forum*.
- Martins, M. M. (1997). 'The dynamics of change in northwest Portugal during the first millenium BC'. In M. Díaz-Andreu e S. Keay, eds., *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Change*, p. 143-175. London: Routledge.
- Martins, M. M. e S. O. Jorge (1992). 'Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal'. In M. Almagro-Gorbea e G. Ruiz Zapatero, eds., *Paleoetnología de la Península Ibérica*, p. 347-372.
- Martins, O. (1886). 'Notas sobre a historiografia em Portugal'. In *História de Portugal*, vol. 2.
- Martins, O. (1921). *As raças humanas e a civilização primitiva*. Lisboa: António Maria Pereira.

- Martins, O. (1953). *Quadro das intuições primitivas*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Martins, O. (1954). *Elementos de Antropologia*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Martins, O. (1987). *História da República romana*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Martins, O. (1988). *História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, O. (1988). *Sistema dos mitos religiosos*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Martins, O. (1994). *História da civilização ibérica*. Lisboa: Guimarães Ed.
- Massey, D. (1994). *Space, place and gender*. Oxford: Polity.
- Massey, D. (1997). 'A Global Sense of Place'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 315-323. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Massey, D., J. Allen e P. Sarre, eds. (1999). *Human Geography Today*. Cambridge: Polity Press.
- Matos, J. (1878). 'Disciplina mental'. *O Positivismo*, I, p. 1.
- Matos, S. C. (1991). 'O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: projectos em confronto'. In *História da Universidade*, I, p. 367-388. Coimbra.
- Matos, S. C. (1992). 'História, Postivismo e a função dos grandes homens'. *Penélope*, 8.
- Matos, S. C. (1993-94). 'Leite de Vasconcelos no debate acerca da formação de Portugal: um confronto com Oliveira Martins'. *O Arqueólogo Português* Série IV, 11/12, p. 11-33.
- Matos, S. C. (1997). 'Portugal: the nineteenth-century debate on the formation of the Nation'. *Portuguese Studies*, 13, p. 66-94.
- Matos, S. C. (1998). *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX*. Lisboa: Colibri.
- Matos, S. C. (2004). 'Colóquio "O Tempo de Manuel de Arriaga"', *Clio*, n.s., 10, p. 193-195.

- Matos, S. C. (2006). 'Iberismo e identidade nacional, 1851-1910'. *Clio*, 14-15, p. 349-400.
- Mattoso, J. (1980). 'Prefácio'. In Alexandre Herculano, *História de Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- Mattoso, J. (1985). *A identificação de um País*. Lisboa: Espampa.
- Mattoso, J. (1988). *A escrita da História*. Lisboa: Estampa.
- Mattoso, J. (1993). 'Apresentação'. In J. Mattoso, dir., *História de Portugal*. Lisboa: Estampa.
- Mattoso, J., dir. (1993). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa.
- Maurício, C. (1987). *Herculano na balança da historiografia portuguesa*. Lisboa: s.e.
- Maurício, C. (1996). 'Oliveira Martins historiador o ou problema da dupla vida em Portugal'. *Ler História*, 30.
- Maury, A. (1857). *Histoire des religions de la Grèce antique*, 3 vols. Paris: Libr. Philosophique de Ladrangue.
- May, J. e N. Thrift, eds. (2001). *Timespace, geographies of temporality*. London e New York: Routledge.
- Mayhew, R. (2005). 'Mapping science's imagined community: geography as a Republic of Letters, 1600-1800'. *British Journal for the History of Science*, 38 (1), p. 73-92.
- Mayr, E. (1972a). 'The Nature of the Darwinian Revolution'. *Science*, 176, p. 981-989.
- Mayr, E. (1972b). *The growth of biological thought*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- McClelland, C. (1980). *State, Society and University in Germany (1700-1914)*. Cambridge.
- McDowell, L., ed. (1997). *Undoing Place?* London e New York: Arnold.
- McEachran, F. (1939). *The life and philosophy of Johann Gottfried Herder*. Oxford: Clarendon Press.

- McLeod, J. (2005). 'Feminists re-reading Bourdieu'. *Theory and Research in Education*, 3 (1), p. 11-30.
- McMullin, E. (1974). 'History and Philosophy of Science: a marriage of convenience'. In R. Cohen e M. Wartofsky, eds., *Methodological and historical essays in the natural and social sciences*, p. 585-600. Dordrecht: Reidel.
- McNeill, W. (1986). *Mythistory and Other Essays*. Chicago: Chicago University Press.
- McWhorter, L. (1999). *Bodies and Pleasures: Foucault and the Politics of Sexual Normalization*. Bloomington: Indiana University Press.
- Meentemeyer, V. (1989). 'Geographical perspectives of space, time, and scale'. *Landscape Ecology*, 3 (3-4), p. 163-173.
- Meinig, D. W., ed. (1979). *Symbolic landscapes: the interpretation of ordinary landscapes*. Oxford: Oxford University Press.
- Melo, A. (1993). 'Kant e a questão dos paradigmas'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 10, p. 85-126.
- Melo, M. (1890) *Da glottica em Portugal: carta ao auctor do Dicionário Bibliographico Português*. Rio de Janeiro: Tip. Perseverança.
- Meltzer, D. (1973). 'Paradigms and the nature of change in American archaeology'. *American Antiquity*, 44, p. 644-657.
- Meltzer, D. (1983). 'The antiquity of man and the development of American archaeology'. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 6, p. 1-51.
- Mendes, J. A. (1991). 'A História na Faculdade de Letras de Coimbra'. In *História da Universidade (Actas)*, 1, p. 477-498. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso.
- Mendes, J. A. (1995). 'Alberto Sampaio e a história económica'. In *Congresso Histórico dos 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio (Actas)*, p. 365-379. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Mercier, P. (1966). *Histoire de l'anthropologie*. Paris: PUF.

- Merrifield, A. (2000). 'Henri Lefevbre: a socialist in space'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 167-182. London e New York: Routledge.
- Meskell, L. (1996). 'The Somatization of Archaeology: Institutions, Discourses, Corporeality'. *Norwegian Archaeological Review*, 29, p. 1-16.
- Meskell, L. (2002). 'The Intersection of Identity and Politics in Archaeology'. *Annual Review of Anthropology*, 31, p. 279-301.
- Miguens, S. (2000). 'Notas sobre a racionalidade'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 17, p. 103-148.
- Miguens, S. (2001). 'Problemas de identidade pessoal'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 18, p. 139-164.
- Mill, H. R. (1901). 'On research in Geographical Science'. *Geographical Journal*, 18, p. 410.
- Mill, H. R. (1905). 'The present problems of Geography'. *Geographical Journal*, 1, 1-71.
- Miller, A. (1931). *Climatology*. London: Methuen.
- Miller, D. e C. Tilley, eds. (1984). *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Miller, M. (1997). *Athens and Persia in the Fifth century BC*. Cambridge: University Press.
- Mills, S. (1996). 'Gender and colonial space'. *Gender, Place and Culture*, 3, p. 125-147.
- Misztal, B. A. (2001). 'Normality and Trust in Goffman's Theory of Interaction Order'. *Sociological Theory*, 19 (3), p. 312–324.
- Mitchell, D. (2000). *Cultural geography: a critical introduction*. Oxford e Malden: Blackwell.
- Mitchell, K. (2003). 'Cultural Geographies of Transnationality'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 74-88. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.

- Mitchell, W. J. T., ed. (2002). *Landscape and Power*. Chicago e London: The University of Chicago Press.
- Momigliano, A. (1980). *The Classical Foundations of Modern Historiography*. Berkeley (Calif.).
- Mommsen, T. (1872). *Histoire Romaine*. Paris: Libr. A. Franck.
- Monmonier, M. (1996). *How to lie with maps*. London e Chicago: The University of Chicago Press.
- Monteiro, H. (1960). *Professor A. A. Mendes Correia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Monteiro, M., org. (2004). *Cinema e História*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Montende, J. E., M. Selva Masoliver e A. Solà Arguimbau (2001). *La representación cinematográfica de la historia*. Madrid: Ediciones Akal.
- Moore, J. R. (1979). *The Post-Darwinian Controversies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mora, G. e M. Díaz-Andreu, eds. (1991). *La cristalización del Passado*. Málaga: Universidad de Málaga.
- Moralejo Lasso, A. (1977). *Toponímia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Pico Sacro.
- Moreira, I. M. (1989). *Museus e Monumentos em Portugal, 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Moreno, H. B. (1990). 'Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 7.
- Morley, D. (2000). *Home territories. Media, mobility, and identity*. London e New York: Routledge.
- Moro-Abadía, O. e M. R. González-Morales (2003). 'L'art bourgeois de la fin du XIX^e siècle face à l'art mobilier Paléolithique'. *L'Anthropologie*, 107 (4), p.. 455-470.

- Morris, I. (1997). 'Archaeology as cultural history'. *Archaeological Review from Cambridge*, 14: 3-16.
- Morris, I. (2000). *Archaeology as Cultural History*. Oxford: Blackwell.
- Mortillet, G. (1866). *Le signe de la croix avant le Christianisme*. Paris: C. Reinwald.
- Morton, S. G. (1839). *Crania Americana*. New York: Simpkin, Marshall and Co.
- Moss, P. e I. Dyck (2003). 'Embodying Social Geography'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 58-73. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Muir, R. (1999). *Political geography*. London e Houndmills: Macmillan Press.
- Müllenhoff, K. (1900). *Deutsche Altertumskunde*. Berlin.
- Müller, C. (1883). *Claudii Ptolomaei geographia*. Paris: Didot.
- Murray, T., ed. (1999). *Time and Archaeology*. London e New York: Routledge.
- Napoleão III (1865). *Histoire de Jules César*. Paris.
- Narayan, U. (2000). 'Essence of Culture and a Sense of History: A Feminist Critique of Cultural Essentialism'. In S. Harding e U. Narayan, eds., *Decentering the Center: Philosophy for a Multicultural, Postcolonial, and Feminist World*, p. 80-100. Bloomington: Indiana University Press.
- Natter, W. e J. P. Jones (1997). 'Identity, Space and other Uncertainties'. In G. Benko e U. Strohmayr, eds., *Space and Social Theory*, p. 142-161. Oxford: Blackwell.
- Naveiro López, J. (1991). *El comércio antiguo en el NW peninsular*. A Coruña: Museu Arqueolóxico da Coruña.
- Naylor, S. (2005). 'Introduction'. *British Journal for the History of Science*, p. 38 (1), p. 1-12.
- Nicolson, M. (1989). 'National styles, divergent classifications: a comparative case study from the history of French and American plant ecology'. In L. Hargen, R. A. Jones, A. Pickering, eds., *Knowledge and*

- Society: Studies in the Sociology of Science: Past and Present*, p. 139-186. Greenwich: JAI Press.
- Nicolson, N. (1989). 'Humboldtian science'. *History of Science*, 25, p. 167-194.
- Nisbet, R. (1970). 'Conservatism'. In T. Bottomore e R. Nisbet, eds., *A history of sociological analysis*, p. 80-117. London: Heinemann.
- Nott, J. e G. Gliddon (1857). *Indigenous races of the earth*. Philadelphia.
- Nunes, J. A. (1994). 'História e ideologia no Portugal contemporâneo'. *Vértice*, 61, p. 5.
- Nunes, M. F. (2005). 'Arqueologia de uma prática científica em Portugal – uma história da fotografia'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 6, p. 169-184.
- O'Grady, S. H. (1892). *Silva Gadelica. A collection of tales in Irish, with extracts illustrating persons and places. Edited from MSS. and translated by S. H. O'Grady*. Irish & Eng. London: Williams and Norgate.
- O'Neill, H. (1885). 'East Africa, between the Zambesi and the Rovuma rivers'. *Scott. Geog. Magaz.*, 1, p. 337-353.
- O'Reilly, J. (1817). *Irish-english dictionary*. Dublin.
- Obermüller, W. (1868). *Deutsch-Keltisches, geschichtlich-geographisches Wörterbuch*, 2 vols. Leipzig.
- Olivares Pedreño, J. (2000). 'Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal'. *Conimbriga*, 39, p. 53-83.
- Oliveira, E. P. (1979). 'A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia (1837-1974)'. *Minia*, 2.^a Sér., 2 (3), p. 164-197.
- Oliveira, E. P. (1993). *Bibliografia Arqueológica Portuguesa*. Lisboa: IPPAR.
- Olwig K (1997). 'Recovering the Substantive Nature of Landscape'. *Annals of the Association of American Geographers*, 86 (4), p. 630-653.
- Olwig, K. (1984). *Nature's Ideological Landscape*. London: Allen and Unwin.
- Olwig, K. (1993). 'Sexual Cosmology: Nation and Landscape at the Conceptual Interstices of Nature and Culture, or What does Landscape Really

- Mean'. In B. Bender, ed., *Landscape: Politics and Perspectives*, p. 307-343. Oxford: Berg.
- Olwig, K. (1996). 'Environmental History and the Construction of Nature and Landscape: The Case of the "Landscaping" of the Jutland heath'. *Environment and History*, 2, p. 15-38.
- Olwig, K. (2001). 'Landscape as a contested topos of place, community, and self'. In P. C. Adams, S. Hoelscher e K. E. Till, eds. (2001). *Textures of place. Exploring humanist geographies*, p. 93-120. Minneapolis e London: Minnesota University Press.
- Ophir, A. e S. Shapin (1991). 'The Place of Knowledge. A Methodological Survey'. *Science in Context*, 4 (1), p. 3-21.
- Orfeu (Pseudo). *Vd. Argonáutica Órfica*.
- Orrieux, C. e P. S. Pantel, (1999). *A History of Ancient Greece*. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell.
- Orte, M. (1999). 'Peuples d'Europe'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 153-156. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Oster, M. (2002). *Science in Europe, 1500-1800. A Secondary Source Reader*. New York: Palgrave.
- Ovídio [Ovide]. [1963]. *Contre Ibis*. Texte établi et traduit par Jacques André. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Ovídio [Ovide]. [1980]. *Les métamorphoses*. Texte établi et traduit par Georges Lafaye. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Paasi, A. (2003). 'Boundaries in a Globalizing World'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 462-472. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Painter, J. (2000). 'Pierre Bourdieu'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 239-259. London e New York: Routledge.

- Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal (Actas do Colóquio)*. (1975). Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Parcero Oubiña, C. (1995). 'Elementos para el estudio de los paisajes castreños del noroeste peninsular'. *Trabajos de Prehistoria*, 52, p 127-144.
- Parcero Oubiña, C. (2000). 'Tres para dos. Las formas de poblamiento en la Edad del Hierro del noroeste ibérico'. *Trabajos de Prehistoria*, 57, p 75-95.
- Paterson, J. (1987). 'German geopolitics reassessed'. *Political Geography Quarterly*, 6, p. 107-114.
- Patterson, T. (2003). *Marx's Ghost. Conversations with Archaeologists*. Oxford: Berg
- Pauketat, T. (2001). Practice and History in Archaeology: An Emerging Paradigm. *Anthropological Theory*, 1, p. 73-98.
- Pausânias [Pausanias]. [1946]. *Descripción de Grecia*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Paynter, R. (1999). 'The Archaeology of Equality and Inequality'. *Annual Review of Anthropology*, 18, p. 369-399.
- Pearson, M. e C. Richards (1994). *Architecture and order*. London: Routledge.
- Pedroso, C. (1883). *As grandes épocas da História Universal*. Porto: Livraria Civilização.
- Pedroso, C. (1884). *Manual de História Universal*. Paris: Gallimard.
- Pedroso, Z. C. (1878-79). 'O fortuito na História'. *O Positivismo*, 1.
- Pedroso, Z. C. (1879-80). 'As causas primárias e finais'. *O Positivismo*, 2.
- Peet, R. (1997). 'Social Theory, Postmodernism, and the Critique of Development'. In G. Benko e U. Strohmayer, eds., *Space and Social Theory*, p. 72-87. Oxford: Blackwell.
- Peet, R. (1998). *Modern geographical thought*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Penck, K. (1916). 'Der Krieg und das studium der Geographie'. *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Jahr 1916, p. 158-248.

- Penedos, A. dos (2000). 'Ulisses no país dos Feaces—A aurora da utopia ocidental'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 17, p. 7-22.
- Penka, K. (1883). *Origines Aryacae*. Viena.
- Pereira González, F. (1999). 'O “mito celta” na História'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 157-178. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- Pereira Menaut, G. (1983). 'Los “castella” y las comunidades de Gallaecia'. In *II Seminario de Arqueología del Noroeste Peninsular*, p. 167-192. Madrid: Ministerio de la Cultura.
- Pereira Menaut, G., ed. (1983). *Estudos de Cultura Castrexa e Historia Antiga de Galicia*. Santiago de Compostela: Univesidade de Santiago de Compostela.
- Pereira, A. L. (1989). 'No rasto dos problemas actuais da História'. *Revista de História das Ideias*, 2, p. 577-639.
- Pereira, A. L. (1992). 'Raça e História: imagens nas décadas de finais de oitocentos'. *Revista da História das Ideias*, 14, p. 347-364.
- Pereira, G. (1875). *Dolmens ou Antas dos Arredores d'Évora*. Évora: Typographia de Francisco da Cunha Bravo.
- Pereira, M. C. M. (1992). 'Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão : o futuro de Portugal visto do Porto em 1881'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 9.
- Pereira, M. H. (2005). 'A história e as ciências sociais'. *Ler História*, 49.
- Peres, D. (1938). *Portugal “Ex Animum Portucalensium”*. Barcelos: Ed. Autor.
- Peres, D. (1970). *Como nasceu Portugal*. Porto: Portcalense Editora.
- Périplo de Hanão*. [1994]. Estudo introdutório, tradução do grego e notas por Vítor Jabouille. Lisboa: Inquérito (Col. Clássicos Inquérito).
- Perrot, G. (1875). *Mémoires d'archéologie, d'épigraphie et d'histoire (De la disparition de la langue gauloise en Galatie)*. Paris.

- Perrot, G. e C. Chipiez (1894). *Histoire de l'art dans l'Antiquité*. Paris: Hachette.
- Petrie, F. (1892). *Ten Years digging in Egypt*. London.
- Pfeifer, G. (1965). 'The genesis of American neo-Lamarckism'. *Isis*, 56, p. 156-157.
- Philo, C. (2000). 'Foucault's geography'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 205-238. London e New York: Routledge.
- Pictet, A. (1877). *Les Origines Indo-Européennes, ou les Aryas primitifs; essai de paléontologie linguistique*, 3 vols. Paris.
- Piggott, S. (1976). *Ruins in a Landscape. Essays in Antiquarianism*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Pile, S. (2000). 'The troubled spaces of Frantz Fanon'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 260-278. London e New York: Routledge.
- Pimenta, A. (1933). *Martins Sarmiento, literato e historiador*. Lisboa: José Fernandes Júnior.
- Pimenta, A. (1934). *Elementos de História de Portugal*. Lisboa: Empresa Naciobal de Publicidade.
- Pimenta, A. (1934-35). *Novos estudos filosóficos e críticos*. Coimbra-Lisboa.
- Pimenta, A. (1941). A "*História de Portugal*" do Sr. António Sérgio. Lisboa: Ed. Autor.
- Pimenta, A. (1948). *Para a história da Academia Portuguesa da História*. S.l.: Edição do Autor.
- Pimenta, J. R. (1993-94). 'Escavando paradigmas. Princípios de "estratigrafia bibliográfica"'. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11-12, p. 353-365.
- Pimenta, J. R. (1996). *Geografia e Arqueologia: uma epistemologia comparada*. Porto e Lisboa: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (1997). *Arqueologia*. Porto: Figueirinhas.

- Pimenta, J. R. (1999). 'Arqueologia'. In A. Barreto e M. Filomena Mónica, coord., *Dicionário de História de Portugal, Vols. VII-IX (1926-1974)*, vol. VII, p. 115-118. Porto e Lisboa: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (2003). 'Toponímia e significação geográfica'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia. Volume de Homenagem à Prof. Doutora Rosa Fernanda Moreira das Silva*, I sér., 19, p. 279-291.
- Pimenta, J. R. (2004a). 'Introdução'. In *Obras de Silva Telles – A ciência geográfica*, p. I-XXXV. Lisboa: Associação Nacional de Geógrafos.
- Pimenta, J. R. (2004b). A "lição epigráfica" de Leite de Vasconcelos. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14-19 de Setembro de 2004).
- Pimenta, J. R. (2005). 'Geo-historiografia da "cultura castreja" nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmiento'. *O Arqueólogo Português, Série IV*, 23, p. 157-170.
- Pimenta, J. R. (2006). 'A História da Ciência como Geografia Cultural' In J. Sarmiento, A. F. de Azevedo e J. R. Pimenta, coord., *Ensaios de Geografia Cultural*, p. 81-114. Porto e Lisboa: Figueirinhas.
- Pimenta, J. R. (no prelo). 'O colapso das sociedades complexas. Uma revisão'. In *A Dupla Alteridade. Ensaios de Geografia Histórica e Cultural*. Porto: Figueirinhas.
- Pina, A. M. (2002). 'O Pão e a Alma na política liberal'. *Ler História*, 43.
- Pina, L. (1942). 'Uma nova monografia sobre Guimarães (século XIX)'. *O Instituto*, 100, p. 748-752.
- Pina, L. (1966). 'Faculdade de Letras do Porto (breve história)'. *Cale. Revista da Faculdade de Letras*, 1.
- Píndaro [Pindare]. [1990]. *Oeuvres complètes*. Trad. et pres. par Jean-Paul Savignac. Paris: Éditions de la Différence.
- Pinheiro, J. H. (1888). 'Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação de Castro de Avelãs no mês de Fevereiro de 1887 e sobre

- o reconhecimento que nas referidas ruínas fez José Henriques Pinheiro por conta da Sociedade Martins Sarmiento'. *Revista de Guimarães*, 5 (2), p. 71-96.
- Pinheiro, M. (2006). 'A biografia em Portugal'. *Ler História*, 50.
- Pires, A. M. (1995). 'Oliveira Martins e as raízes etnogénicas do povo português'. In *Congresso Internacional sobre Oliveira Martins*. Coimbra.
- Pires, L. M. C. (1997). 'A Construção da Memória. Sobre a História e as "histórias" com Oliveira Martins'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 14, p. 331-384.
- Plie, S. (1997). 'Human Agency and Human Geography Revisited: A Critique of "New Models" of the Self'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 407-435. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Plínio [Pleine l' Ancien]. [1950]. *Histoire Naturelle*. Paris: Les Belles Lettres.
- Plutarco [2004]. *Vidas de Sertorio y Pompeio*. Madrid: Ediciones Akal.
- Pompónio Mela [Pomponius Mela]. [1988]. *Chorographie*. Texte établi par A. Silberman. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).
- Porteous, L. D. (1990). *Landscapes of the Mind. Worlds of Sense and Metaphor*. Toronto: University of Toronto Press.
- Porter, T (1983). *The rise of statistical thinking (1820-1900)*. Princeton (New Jers.): Princeton University Press.
- Potts, A. (1994). *Flesh and Ideal: Winckelmann and the Origins of Art History*. New Haven (Conn.).
- Prado Fernández, O. (1999). 'Francisco Martins Sarmiento e a Galiza'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, vol. I, p. 193-200. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Pratt, G. (1997). 'Spatial Metaphors and Speaking Positions'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics*

- of Inquiry*, p. 168-173. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Pratt, G. (1999). 'Geographies of Identity and Difference: Marking Boundaries'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 151-168. Cambridge: Polity Press.
- Pratt, G. (2000). 'Feminist geographies'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 259-262. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Pratt, G. (2000). 'Subject formation, geographies'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 802-804. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Pratt, M. L. (1992). *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge.
- Preller, L. (1854). *Griechische Mythologie*. Leipzig.
- Preller, L. (1865). *Les dieux de l'ancienne Rome. Mythologie romaine* (trad. Alfred Maury; ed. orig. "Die Römische Mythologie", 1857). Paris.
- Preucel, R. e A. Bauer (2001). 'Archaeological Pragmatics'. *Norwegian Archaeological Review*, 34, p. 85-96.
- Price, A. G. (1939). *White settlers in the tropics*. New York: American Geographical Society.
- Prichard, J. C. (1841). 'Review of "Crania Americana" by S. G. Morton'. *Journal of the Royal Geographical Society*, 10, p. 552-561.
- Prieto Molina, S. (1996). 'Los torques castreños del Noroeste de la Península Ibérica'. *Complutum*, 7, p. 195-223.
- Probyn, E. (2003). 'The Spatial Imperative of Subjectivity'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 290-299. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Proctor, J. D. e D. M. Smith (1999). *Geography and Ethics. Journeys in a moral terrain*. London e New York: Routledge.

- Proctor, R. (1994). 'From "Anthropologie" ro "Rassenkunde" in the German Anthropological Tradition'. In G. Stocking Jr., ed., *Bones, Bodies, Behavior: Essays on Biological Anthropology*, p. 138-180. Madison.
- Prosper Pérez, B. (2002). *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones da la Universidad de Salamanca.
- Provas académicas em História (2005). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 6, p. 391-414.
- Provas académicas em História, 1998-2001 (2000). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 1.
- Prus, R. (1997). *Subcultural mosaics and intersubjective realities*. Albany: State University of New York Press.
- Ptolomeu [Cladius Ptolemy]. [1991]. *The Geography*. Translated and Edited by Edward Luther Stevenson. With an Introduction by Prof. Joseph Fischer, S. J. New York: Dover Publications (Coll. Dover Books on History, Political and Social Science)
- Quadros, A. e P. Gomes (s.d.). *A Teoria da História em Portugal*. Lisboa: Espiral.
- Quatrefages, J. L. e E. T. Hamy (1876). *Crania Ethnica*. Paris.
- Queirós, E. (s.d.). *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Quental, A. (1877). 'Alexandre Herculano'. *Dois Mundos*, 1 (2).
- Quental, A. (1926). *Prosas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Quental, A. (2001). *As causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa. Guimarães Ed.
- Quicherat, J. (1867). *De la formation française des anciens noms de lieux*. Paris: A. Franck.
- Raab, L. e A. Goodyear (1984). 'Middle-range theory in archaeology: a critical review of origins and applications'. *American Antiquity*, 49, p. 255-68.
- Rama, C. (1980). *Teoria da História*. Coimbra: Almedina.

- Ramos, L. A. O. (1990). 'Portugal e a Revolução Francesa (1777-1834)'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 7.
- Ramos, L. A. O. (2000). 'Faculdade de Letras : da história de hoje para a história'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 1.
- Ramos, L. O. (1972). *O Cardeal Saraiva*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Ramos, L. O. (1983). 'António Caetano do Amaral e a história portuguesa'. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, 30, p. 447-511.
- Ramos, L. O. (1988). 'Notas sobre a origem e estabelecimento da Faculdade de Letras do Porto'. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*.
- Ramos, R. (1994). 'A Invenção de Portugal'. In J. Mattoso, dir., *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Raposo L. (1999). 'Associação dos Arqueólogos Portugueses e a herança de Possidónio'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 157-160.
- Raposo, L. (2003-2004). 'A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia'. *O Arqueólogo Português*, 4.^a ser., 21, p. 13-64.
- Raposo L. e A. C. Silva (1996). *A linguagem das coisas*. Mem Martins: Europa-América.
- Raposo, L. (1999). 'Arqueologia e Museus em Portugal, desde finais do século XIX'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 169-176.
- Ratzel, F. (1896). 'The territorial growth of states'. *Scott. Geogr. Magaz.*, 12, p. 351-361.
- Ratzel, F. (1896-1898). *The history of mankind* [trad. ingl.]. London: Macmillan.
- Reinach, S. (1893). 'Le mirage oriental'. *L'Anthropologie*, 5 e 6.
- Reinach, S. (1892). 'L'art plastique en Gaule et le Druidisme'. *Revue Celtique*, XIII, p. 189 ss.

- Reinach, S. (1893). 'Les monuments de pierre brute dans le langage et les croyances populaires'. *Revue Archéologique*, I, p. 339 ss.
- Reis, C. (1982). 'Herculano e a ficção romântica'. In *A construção da leitura*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa* (2000). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Relph, E. (1976). *Place and placelessness*. London: Pion.
- Rémond, R. (1974). *Introduction à l'histoire de notre temps*, 3 vols. Paris: Éditions du Seuil.
- Renfrew, C. (1973). *Before Civilization*. London: Cape.
- Renfrew, C. (1982). *Towards an Archaeology of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Renfrew, C. (1987). *Archaeology and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Renfrew, C. (1989). 'Comments on Archaeology into the 1990s'. *Norwegian Archaeological Review*, 22, p. 33-41.
- Renfrew, C. (2001). 'From Social to Cognitive Archaeology'. *Journal of Social Archaeology*, 1 (1), p. 13-34.
- Renfrew, C. e P. Bahn (2004). 'What Did They Think? Cognitive Archaeology, Art and Religion'. In Renfrew, C. e P. Bahn, eds., *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Thames e Hudson.
- Rescher, N. (2000). *Nature and Understanding*. Oxford: Clarendon Press.
- Resende, A. L. (1593). *Libri quatuor de antiquitatibus lusitaniae*. Évora: Martinus Burgensis.
- Resumos das teses de Doutoramento em Letras (História Moderna) apresentadas à Universidade de Lisboa (2000). *Clio*, n.s., 6, p. 179-181.
- Rey Castiñeiras, J. (1990-91). 'Cerámica indígena de los castros costeros de la Galicia occidental'. *Castrelos*, 3-4, 141-163.

- Rhys, J. (1888). *Lectures on the Origin and Growth of Religion as Illustrated by Celtic Heathendom* (The Hibbert Lectures for 1886). London.
- Ribeiro, I. (1994). 'Raul Lino: nacionalismo e pedagogia'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 11, p. 341-352.
- Ribeiro, J. C. (1996). 'A "Ora Maritima" de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Roca e a Foz do Sado. A propósito da localização de Poetanion'. In *La Hispania Prerromana. Actas del VI Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, p. 279-300. Salamanca: Ediciones Universidad.
- Ribeiro, J. P. (1896). *Dissertações cronológicas e críticas...* Lisboa: Real Academia das Sciencias de Lisboa.
- Ribeiro, L. (1963). *O saudoso Professor Mendes Correia e as suas teses de uma grande civilização ocidental do alfabeto*. Porto: Imprensa Portuguesa
- Ribeiro, O. (1972). "'Nouvelle Géographie" et Géographie Classique. (À propos de deux éditions récentes)'. *Finisterra*, 7 (14), p. 167-198.
- Ribeiro, O. (1987). 'Entre-Douro-e-Minho'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I sér., 3, p. 5-12.
- Ribeiro, O. (1992). *Geografia e Civilização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: João Sá da Costa. [7.^a ed., revista e ampliada].
- Ribeiro, O. (2001). *Introduções geográficas à história de Portugal*, 2^a ed. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.
- Ricoeur, P. (1971). 'The model of the text: meaningful action considered as text'. *Social Research*, 38, p. 529-562.
- Ridolfi, M. (2004). 'Festas da Nação. Religiões da pátria e rituais políticos da Europa liberal ao longo do século XIX'. *Ler História*, 46.
- Ring, A. (1870). *Tombes celtiques d'Alsace*. Strasbourg: Silbermann.
- Ringer, F. (1979). *Education and Society in Modern Europe*. Bloomington (Ind.).
- Risco, V. (1955). *Historia de los Judíos*. Barcelona: Surco.

- Risco, V. (1978). *Historia de Galicia*. Vigo: Galaxia.
- Robbins, K. (1981). *Religion and Humanism*. Oxford: Blackwell.
- Robinson, G. M. (1998). *Methods and Techniques in Human Geography*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Robinson, J. (2003). 'Beyond the West'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 399-404. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Rodríguez Colmenero, A. (1977). *Galicia meridional romana*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Roger, J. (1963). *Les sciences de la vie dans la pensée française du XVIII siècle*. Paris: Armand Colin.
- Rogoff, I. (2000). *Terra Infirma*. London e New York: Routledge.
- Rorty, R. (1980). *Philosophy and the mirror of Nature*. Oxford: Blackwell.
- Rose, G. (1993). 'Looking at landscape: the uneasy pleasures of power'. In *Feminism and Geography: the Limits of Geographical Knowledge*, p. 86-112. Cambridge: Polity Press.
- Rose, G. (1993). *Feminism and Geography*. Cambridge: Polity Press.
- Rose, G. (1994). 'The cultural politics of place: local representation and oppositional discourse in two films'. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 19, p. 46-60.
- Rose, G. (1997). 'Looking at the Landscape: the Uneasy Pleasures of Power'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 342-355. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Rose, G. (2000). 'Hybridity'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 363-364. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Rose, P. (2006). 'Divorcing Ideology from Marxism and Marxism from Ideology: Some Problems'. *Arethusa*, 39 (1), p. 101-136.

- Rose, S., L. Kamin e C. Lewontin (1984). *Not in our genes. Biology, Ideology and human nature*. Harmondsworth: Penguin.
- Rossignol, J. e L. Wandsnider, eds. (1992). *Space, Time and Archaeological Landscapes*. New York: Plenum.
- Rougemont, F. (1866). *L'Age du Bronze ou les Sémites en occident*. Neuchatel.
- Rowe, J. (1965). 'The Renaissance foundations of anthropology'. *American Anthropologist*, 67, p. 1-20.
- Ruby, I. (2000). *Picturing Culture. Explorations of Film and Anthropology*. London e Chicago: Chicago University Press.
- Rudwick, M. (1981). 'Senses of the natural world and senses of God: another look at the historical relation of Science and Religion'. In A. Peacocke, ed., *The Sciences and Theology in the twentieth century*, p. 241-261. London: Oriel Press.
- Russell, C. (1983). *Science and Social Change*. London: Macmillan.
- Russett, C. (1976). *Darwin in America*. San Francisco: W. H. Freeman.
- Ryle, G. (1968). 'The thinking of thoughts. What is 'le penseur' doing?'. *University Lectures*, n.º 18.
- S., J. H. (1931). 'La Géographie dans les Argonautiques d'Apollonius de Rhodes by Emile Delage (Review)'. *Journal of Hellenic Studies* 51 (2): p. 311-316.
- Sá, V. (1986). 'Notas sobre o ensino da História na 1.^a Faculdade de Letras do Porto'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 3.
- Sá, V. de (1988). 'A subida ao poder da burguesia em Portugal'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 5.
- Sack, D. (1997). *Homo geogrpahicus*. Baltimore e London: The Johns Hopkins University Press.
- Said, E. (1978). *Orientalism*. London: Penguin.

- Said, E. (1986). 'Foucault and the Imagination of Power'. In D. C. Hoy, ed., *Foucault: a Critical Reader*, p. 149-156. New York: Basil Blackwell.
- Said, E. (1993). *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.
- Said, E. (1995). *Orientalism* (reimpr.). London: Penguin.
- Saint-Martin, V. (1873). *Histoire de la géographie et des découvertes géographiques : depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours*. Paris: Hachette.
- Salmon, M. (1982). *Philosophy and Archaeology*. New York: Academic Press.
- Sampaio, A. (1893). 'As villas do norte de Portugal'. *Revista de Guimarães*, 10 (3), p. 161-176. [Trata-se da primeira parte do trabalho com o mesmo nome que vai saindo em fascículos na Revista de Guimarães, e será depois reunido em livro].
- Sampaio, A. (1908). 'Os Mortos. Francisco Martins Sarmiento'. *Portugalia*, 1, p. 417-422.
- Sampaio, A. F. (1926). *Por que me orgulho de ser português*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- Sampaio, J. C. (1884). 'Os nossos sócios honorários: Francisco de Martins de Gouvêa Moraes Sarmiento'. *Revista de Guimarães*, 1, p. 35-51.
- Sampaio, J. C. (1900). 'Francisco de Martins de Gouvêa Moraes Sarmiento'. *Revista de Guimarães*, n.º especial de homenagem a Martins Sarmiento. Porto: Sociedade Martins Sarmiento.
- Sanderson, S. (2001). *The Evolution of Human Sociality. A Darwinian Conflict Perspective*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Sandner, G. (1989). 'Recent advances in the History of German Geography 1918-1945'. *Geographische Zeitschrift*, 76, p. 120-133.
- Sandys, J. (1964). *A History of Classical Scholarship*. New York.
- Sandywell, B. (1999). 'Specular grammar: the visual rhetoric of modernity'. In I. Heywood e B. Sandywell, eds., *Interpreting Visual Culture*, p. 30-56. London e New York: Routledge.

- Santos Jr., J. (1985). 'A cultura dos berrões proto-históricos fundamente radicada em Trás-os-Montes'. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25, p. 31-40.
- Santos Jr., J. R. (1969). *O Professor Mendes Correia, fundador e 2.º Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Santos, M. F. (1980). Estudos de Pré-história em Portugal, de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Sér., 26 (2), p. 253-297.
- Saraiva, A. J. (1990). *A Tertúlia Ocidental*. Lisboa: Gradiva.
- Saraiva, A. J. e O. Lopes (1996). *História da literatura portuguesa*, 17.ª ed. Porto: Porto Editora.
- Sarmiento, F. M. (1876). 'Gregos no Noroeste da Ibéria'. In *Dispensos*, p. 1-7. [= 'O Instituto', Coimbra, 1876, vol. XXIII, p. 1 e 49]
- Sarmiento, F. M. (1877). 'Citânia e Sabroso. Novas descobertas'. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 2.ª Sér., 2 (4), p. 54.
- Sarmiento, F. M. (1878b). 'Sinais gravados em rochas'. In *Dispensos*, p. 18-19. [= 'Renascença' (Porto), 1878, p. 25].
- Sarmiento, F. M. (1879). 'Observações à "Citânia" do Sr. Dr. Emílio Hübner'. In *Dispensos*, p. 463-489.
- Sarmiento, F. M. (1879a). 'Sobre as antigas cidades da Ibéria (estudo)'. In *Dispensos*, p. 12-18. [= 'O Ocidente', Lisboa, 1879, p. 157 e ss.]
- Sarmiento, F. M. (1879b). 'Arte Pré-romana'. In *Dispensos*, p. 19-21. [= 'O Ocidente', Lisboa, 1879, p. 157]
- Sarmiento, F. M. (1879c). 'Acerca das escavações de Sabroso. In *Dispensos*, p. 22-35. [= 'A Renascença', Porto, 1879, p. 118]
- Sarmiento, F. M. (1879d). 'A propósito das estátuas galaicas'. In *Dispensos*, p. 36-40. ['Revista Académica', n.º 3, p. 19-21 ("não chegou a ser distribuído"); =RSNS, Porto, 1896, vol. IV, p. 181]
- Sarmiento, F. M. (1880a). 'Os Lusitanos'. In *Dispensos*, p. 41-60.

- Sarmiento, F. M. (1880b [2004]). ‘Observações acerca do vale do Âncora’. In *Arqueologia. Materiais para a Arqueologia do Entre-Douro-e-Minho*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 2004.
[=*Dispersos*, p. 63-67; = 'Pantheon', Porto, 1880, Ano I, p. 2 e 20].
- Sarmiento, F. M. (1880c) *Ora Maritima*. Estudo deste poema na parte respectiva à Galiza e Portugal. Porto: Tip. António José da Silva Teixeira.
[‘Memória oferecida à Academia Real das Ciências de Lisboa’. 93 páginas.]
- Sarmiento, F. M. (1880d). ‘O português, o preto e o inglês’. *A Vida Moderna*, I, p. 70.
- Sarmiento, F. M. (1880e) ‘No tempo de Viriato’ In *Dispersos*, p. 61-62. [=‘A Vida Moderna’, 1880, vol. I, p. 261].
- Sarmiento, F. M. (1881). ‘A estátua do Pátio da Morte’. In *Dispersos*, p. 72-73.
[=‘Pantheon’, Porto, 1881, Ano I, p. 382]
- Sarmiento, F. M. (1881). ‘O que podem ser os mouros da tradição popular’. In *Dispersos*, p. 68-71. [=‘Pantheon’, Porto, 1881, Ano I, p. 105-121].
- Sarmiento, F. M. (1882a). ‘Celtas na Lusitânia’. In *Dispersos*, p. 100-128.
- Sarmiento, F. M. (1882b). ‘Dois costumes populares minhotos’.
- Sarmiento, F. M. (1882c). ‘Se antes da invasão romana havia uma arte entre nós’. In *Dispersos*, p. 75-82. [=‘A Arte Portuguesa, Porto, 1882, Ano I, p. 1, 19 e 26].
- Sarmiento, F. M. (1882d). ‘Os marcos miliários de S. Bartolomeu de Antas’. In *Dispersos*, p. 83-85. [=‘A Vida Moderna’, Porto, 1882, vol. II, p. 143].
- Sarmiento, F. M. (1882e) ‘Sepultura pré-histórica em Soalhães’. In *Dispersos*, p. 86-88. [=‘A Vida Moderna’, Porto, 1882, vol. II, p. 198].
- Sarmiento, F. M. (1883a). ‘A corrupção dos deuses antigos’. *Silva Caldas* (Guimarães) 1.

- Sarmiento, F. M. (1883b). 'Expedição científica à Serra da Estrela em 1881 - Relatório da Secção de Arqueologia'. In *Dispensos*, p. 129-152. [= 'Sociedade de Geografia de Lisboa - Imprensa Nacional, 1883.]
- Sarmiento, F. M. (1884a). 'O Deus Bormânico (subsídio para o estudo da mitologia dos Lusitanos)'. In *Dispensos*, p. 183-190. [= 'Revista de Guimarães', Porto, 1884, vol. I, p. 57.].
- Sarmiento, F. M. (1884b). 'Inscrições inéditas' In *Dispensos*, p. 175-180. [= 'Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses', Lx, 1883-84, tomo IV (2.^a série), p. 58, 69 e 125].
- Sarmiento, F. M. (1884c). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães* 1 (4), p. 161-189.
- Sarmiento, F. M. (1884d). 'A propósito de castros'. In *Dispensos*, p. 165-172. [= 'O Panorama Contemporâneo, Cb, 1883-84, I Ano, p. 9, 17 e 25].
- Sarmiento, F. M. (1884e). 'O soldado que matou Viriato'. In *Dispensos*, p. 173-174. [= 'A Vida Moderna, Pt, 1884].
- Sarmiento, F. M. (1885a). 'A argola encontrada em Penela'. In *Dispensos*, p. 282-287. [= 'Novidades', Lisboa, 1885, n.os 8 e 9].
- Sarmiento, F. M. (1885b [2004]). 'A civilização da pedra polida'. In *Arqueologia. Materiais para a Arqueologia do Entre-Douro-e-Minho*, p. 183-189. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 2004. [= *Dispensos*, p. 290-295].
- Sarmiento, F. M. (1885c). 'A inscrição de Burgães'. In *Dispensos*, p. 288-289. [= 'A Vida Moderna', Porto, VI, n.º 6].
- Sarmiento, F. M. (1885d). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães* 2 (4), p. 189-200.
- Sarmiento, F. M. (1886). 'O Monte da Cividade'. *Revista de Guimarães*, 3 (3), p. 141-145. [Comentário e continuação de um artigo de Ricardo Severo e Fonseca Cardoso].
- Sarmiento, F. M. (1887a) Arg: *Os Argonautas. Subsídios para a antiga história do Ocidente*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira. [Com a

dedicatória, significativa: ‘À Sociedade Martins Sarmiento, especialmente aos seus Sócios fundadores, em testemunho de profunda gratidão, of. o Autor’. A grande obra de ‘crítica’ de Sarmiento FM, a par com a *Ora Maritima*. Nela se consubstancia plenamente a visão de uma Lusitânia ‘grega’].

- Sarmiento, F. M. (1887b). ‘O deus Tameóbrio’. *Dispensos*, p. 296. [=‘A Vida Moderna’, Porto, 1887].
- Sarmiento, F. M. (1887c). ‘Duas tradições populares’.
- Sarmiento, F. M. (1887d). ‘Inscrições inéditas’. In *Dispensos*, p. 309-312. [=‘Revista Guimarães’, 1887, vol IV, p. 185]
- Sarmiento, F. M. (1887e). ‘Para o panteão lusitano’. In *Dispensos*, p. 297-308. [=‘Revista Lusitana’, Porto, 1887, vol I, nº 3, p. 227]
- Sarmiento, F. M. (1888a) ‘Antigualhas’. In *Dispensos*, p. 323-327. [=‘Revista de Guimarães’, Porto, 1898, vol. V, p. 157]
- Sarmiento, F. M. (1888a). ‘Os miliários da Trofa’. In *Dispensos*, p. 318.
- Sarmiento, F. M. (1888b) ‘Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães’. *Revista de Guimarães* 5 (3), p. 109-121.]
- Sarmiento, F. M. (1888b). ‘A propósito dos ‘Roteiros de Tesouros’’. In *Dispensos*, p. 313-317. [=‘Revista de Guimarães’, Porto, 1888, vol. V, p. 5].
- Sarmiento, F. M. (1888c) ‘Os Milésios da tradição irlandesa’. In *Dispensos*, p. 319-322. [=‘O Reporter’, Lisboa, 1888, n.º 316, 13 de Novembro]
- Sarmiento, F. M. (1889). ‘Os Atlantes de Diodoro Sículo’. In *Dispensos*, p. 328-335. [=‘RSNS’, Porto, 1889, vol I, n.º 2, p. 61].
- Sarmiento, F. M. (1890-94). ‘Lusitanos, Lígures e Celtas’. In *Dispensos*, p. 338—415 [Originalmente publicado na Revista de Guimarães].
- Sarmiento, F. M. (1894). ‘O deus Brigo’. In *Dispensos*, p. 420-421. [=‘Nova Alvorada’, Famalicão, Ano IV, 1894, n.º 2.].
- Sarmiento, F. M. (1895a). ‘A “Cidade Velha” de Monte Córdova’. In *Dispensos*, p. 423-427. [=‘O Arqueólogo Português’, Lisboa, 1895, vol. I, n.º 6, p. 145].

- Sarmiento, F. M. (1895b). 'A inscrição de Santo Tirso'. In *Dispersos*, p. 422. [= 'A Vida Moderna', 1895, Porto, XVI, nº 17].
- Sarmiento, F. M. (1895c). 'Materiais para a arqueologia da Comarca de Barcelos - Antas e Antelas'. In *Dispersos*, p. 153-164. [= 'Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes, Porto, 1894-95, vol. III, p. 62 e 186].
- Sarmiento, F. M. (1896a). 'Classificação dos castros portugueses'. In C. Aires, *História do Exército Português*, I, p. 385-388.
- Sarmiento, F. M. (1896b). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães*, 13 (1): p. 5-18; (4): p. 149-168.
- Sarmiento, F. M. (1896c). 'Materiais para a arqueologia de Viana'. In *Dispersos*, p. 89-99. [=RSNS, Porto, 1895-1896, p. 23, 95, 146].
- Sarmiento, F. M. (1896d) *Ora Maritima. Estudo deste poema na parte respectiva às costas ocidentais da Europa*. Porto: Tip. António José da Silva Teixeira. 162 pp. + IV Mapas.
- Sarmiento, F. M. (1896e). 'A propósito de Valábriga'. In *Dispersos*, p. 428-430. [= 'Nova Alvorada', Famalicão, Ano V, 1896, n.º 11].
- Sarmiento, F. M. (1898). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães* 15 (3): 91-106; (4): 152-167.
- Sarmiento, F. M. (1899a). 'A arte micénica no noroeste de Espanha'. In *Dispersos*, p. 431-442. [= *Portugalia*, Porto, 1899, vol. I, p.1 e ss.].
- Sarmiento, F. M. (1899b) 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães*, 16 (1), p. 5-22.
- Sarmiento, F. M. (1901) 'De 28 de Agosto de 1880 (Briteiros)'. *O Arqueólogo Português*, 6, p. 35
- Sarmiento, F. M. (1901). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães* 18 (1-2): 8-29; (3-4), p. 117-135.
- Sarmiento, F. M. (1902). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães'. *Revista de Guimarães*, 19 (1), p. 19-33.

- Sarmento, F. M. (1902). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Citânia'. *Revista de Guimarães* 19 (3), p. 109-111. [A partir desta data, os 'Materiais de Guimarães' referem-se à Citânia].
- Sarmento, F. M. (1903) 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Citânia'. *Revista de Guimarães* 20 (1), p. 5-16; (2), p. 57-70; (3-4), p. 112-124.
- Sarmento, F. M. (1904). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Citânia'. *Revista de Guimarães* 21 (1): p. 5-19; (2): p. 49-63; (3-4): p. 97-120.
- Sarmento, F. M. (1905). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Citânia'. *Revista de Guimarães* 22 (1-2): p. 5-32; (3-4): p. 97-123.
- Sarmento, F. M. (1906). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Sabroso'. *Revista de Guimarães* 23 (2): p. 41-51.[A partir desta data os 'Materiais de Guimarães' referem-se a Sabroso].
- Sarmento, F. M. (1907). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Sabroso'. *Revista de Guimarães* 24 (2): p. 53-66; (3-4): p. 113-122.
- Sarmento, F. M. (1909). 'Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães – Sabroso' *Revista de Guimarães* 26 (1-2): p. 5-19; (4): p. 129-139.
- Sarmento, F. M. (1933). *Dispersos*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sarmento, F. M. (1990). 'A Mourama'. *Revista de Guimarães*, 100: p. 341-353.
- Sarmento, F. M. (s.d). *Citânia. Explicação das fotografias*. s.l.: s.n.
- Sarmento, F. M. (s.d.). *Citânia. Explicação das Fotografias*. S/e: s/l. Republicado em 1990 na *Revista de Guimarães*, 100, p. 168-232.
- Sarmento, J. (2004). *Representação, Imaginação e Espaço Virtual. Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sarmento, J. (no prelo). 'David Harvey e a Geografia Cultural'.

- Sarmiento, J., A. F. Azevedo e J. R. Pimenta, coord. (2006). *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto e Lisboa: Figueirinhas.
- Sastre Prats, I. (1999). 'Estructura de explotación social y organización del territorio en la "civitas Zoelarum"'. *Gerión*, 17, p. 345-359.
- Sastre Prats, I. (2001). *Las formaciones sociales rurales de la Asturia romana*. Ediciones Clásicas. Madrid.
- Sastre Prats, I. (2002). 'Forms of social inequality in the Castro Culture'. *European Journal of Archaeology*, 5, 213-248.
- Savage, M. (2000). 'Walter Benjamin's urban thought: a critical analysis'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 33-53. London e New York: Routledge.
- Sawyer, A. (1984). *Method in social science: a realist approach*. London: Hutchinson.
- Scarre, C., ed. (2002). *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*. London: Routledge.
- Schama, S. (1995). *Landscape and Memory*. London: Harper Perennial.
- Schama, S. (1998). 'Mediating Nationalism and Archaeology'. *American Anthropologist*, 100 (2), p. 301-308.
- Schaub, J.-F. (2006). 'História da Europa e Histórias nacionais'. *Ler História*, 50.
- Scheff, T. J. (2005). 'The Structure of Context'. *Sociological Theory*, 23 (4), p. 368-385.
- Schleicher, A. (1871). *Compendium der vergleichenden grammatik der indo-germanischen sprachen*. Weimar: Hermann Bohlan.
- Schmidt, R. e B. Voss, eds. (2000). *Archaeologies of Sexuality*. London: Routledge
- Schnapp, A. (1982). 'Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIII^e et XIX^e siècles'. *Annales E.S.C.*, 37, p. 760-777.
- Schnapp, A. (1993). *La conquête du Passé*. Paris: Carré.
- Schnapp, A. (1996). *Discovering the Past*. London: British Museum Press.

- Schneider, W. (1990). 'Geographical reform and municipal imperialism in France, 1870-1880'. In J. Mackenzie, ed., *Imperialism and the natural world*, p. 90-117. Manchester: Manchester University Press.
- Schrader, O. (1890). *Sprachvergleichung und Urgeschichte*. Jena: Verlag Herman Costenoble.
- Schrire, C., M. Deacon, e D. Lewis-Williams (1986). 'Burkitt's milestone'. *Antiquity*, 60, p. 123-31.
- Schulten, A. (1922). *Avieni Ora maritima*. Barcelona: A. Bosch.
- Schulten, A. (1959-1963). *Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica*. Madrid.
- Seaton, R. (2006). 'Introduction'. In Apollonius Rhodius, *Argonautica*, p. v-xiv. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Searle, G. (1976). *Eugenics and politics in Britain*. Leiden: Noordhoff.
- Seixas, E. (2000). 'Um novo conceito epistemológico de objectividade'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 17, p. 149-164.
- Semple E (1911). *Influences of Geographic Environment on the basis of Ratzel's system of Anthro-po-geography*. New York: Henry Holt.
- Serrão, J. (1965). *Oliveira Martins—Alexandre Herculano*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Severo, R. e F. Cardoso. (1886). 'Notícia arqueológica sobre o Monte da Cidade'. *Revista de Guimarães*, 3 (3), p. 137-145.
- Shaler, N. (1888). 'The immigration problem historically considered'. *America*, 1 (30), p. 1-2.
- Shaler, N. (1904). *The Neighbor: the natural history of human contacts*. Boston: Houghton Mifflin.
- Shanks, M e C. Tilley (1987). *Social Theory in Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- Shapere, D. (1964). 'The structure of scientific revolutions'. *Philosophical Review*, 73, p. 383-394.

- Shapere, D. (1980). 'The character of scientific change'. In T. Nickles, ed., *Scientific discovery, logic and rationality*, p. 125-142. Beverly Hills: Sage Publications.
- Shapin, S. (1982). 'History of Science and its sociological reconstructions'. *History of Science*, 20, p. 157-211.
- Shapin, S. (1991). "'The Mind Is Its Own Place". Science and Solitude in Seventeenth-Century England'. *Science in Context*, 4 (1), p. 191-218.
- Shapin, S. e S. Schaffer (1985). *Leviathan and the air-pump*. Princeton (New Jers.): Princeton University Press.
- Shaw, G. B. (1905). *Sociological Papers*. London.
- Shenan, S. (2002). *Genes, Memes and Human History: Darwinian Archaeology and Cultural Evolution*. London: Thames and Hudson.
- Sherman, D. (1989). *Worthy Monuments: Art Museums and the Politics of Culture in Nineteenth-Century France*. Cambridge (Mass.).
- Sherratt, A (1989). 'V. Gordon Childe: Archaeology and Intellectual History'. *Past and Present*, 125, p. 151-185.
- Shields, R. (1997). 'Spatial Stress and Resistance: Social Meanings of Spatialization'. In G. Benko e U. Strohmayer, eds., *Space and Social Theory*, p. 186-202. Oxford: Blackwell.
- Shilling, C. (1993). *The Body and Social Theory*. London: Sage Publications.
- Shklar, J. (1987). *Montesquieu*. Oxford: Oxford University Press.
- Shurmer-Smith, P. (2000). 'Hélène Cixous'. In M. Crang e N. Thrift, eds., *Thinking space*, p. 154-166. London e New York: Routledge.
- Sibley, D. (1995). *Geographies of Exclusion*. London: Routledge.
- Sibley, D. (1999). 'Creating Geographies of Difference'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 115-128. Cambridge: Polity Press.
- Sidaway, J. (2000). 'Imagined regional communities: Undecidable geographies'. In I. Cook, D. Crouch, S. Naylor e J. Ryan, eds., *Cultural Turns /*

Geographical Turns, p. 234-258. Harlow: Pearson Education Limited.

Sílio Itálico [Silius Italicus]. [1979-1981]. *La Guerre Punique*. Texte établi, trad. et com. para Pierre Miniconi, Georges Devallet, Josée Volpillac. Paris: Les Belles Lettres (Collection des Universités de France).

Silva, A. C. (1980). 'A questão do "Homem Terciário Português"'. *História*, 21, p. 50-60.

Silva, A. C. (1985). '1880/1890. No centenário do "Congresso de Lisboa"', *Arqueologia* (Porto), 12, p. 13-19.

Silva, A. C. (1999). 'Arqueologia portuguesa do séc. XX'. *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 133-137.

Silva, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

Silva, A. C. F. (1995). 'A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o I milénio a.C.'. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 12, 506-535.

Silva, A. C. F. (1999). 'A Cultura Castreja no Norte de Portugal'. In *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*, v. 1, p. 111-132.

Silva, A. C. F. (2000). 'Proto-história e Romanização do Porto'. *Almadan*, II sér., n.º 9 (número especial 'Arqueologia na Região do Porto'), p. 94-103.

Silva, A. M. P. (1993). 'Formação académica e vida quotidiana dos estudantes de Universidade de Évora nos primórdios de sua fundação : uma leitura contextual'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 10.

Silva, C. M. (2003). 'Uma instituição de ensino fundada por D. Pedro V: a Escola Real de Mafra'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 4.

- Silva, C. T. (1999). Os Serviços Geológicos e o estudo do Neolítico em Portugal, *Almadan*, II Sér., 8 (número especial 'Arqueologia portuguesa no século XX'), p. 161-168.
- Silva, F. R. (2000). 'O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de oitocentos'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, III sér, 1.
- Silva, J. P. (1878). *Noções elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallement Fr.
- Silva, L. R. (1868). *Memoria sobre a população e a agricultura em Portugal desde a fundação da Monarquia até 1865*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, R. F. M. (1981). *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas (contrastes e mutações)*. Dissertação de Doutoramento apresentada em Geografia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Policopiado].
- Simões, A. F. (1878). *Introdução à arqueologia da Península Ibérica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Simões, A., A. Carneiro, M. P. Diogo (2004). 'Building the Republic of Letters: the Scientific Travels of the Portuguese naturalist Correia da Serra (1751-1823)', *Revue de la Maison Française*, 1, p. 33-50.
- Simões, A., A. Carneiro, M. P. Diogo, eds. (2003). *Travels of Learning. A Geography of Science in Europe*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Skinner, Q. (1969). 'Meaning and understanding in the history of ideas'. *History and Theory*, 8, p. 3-53.
- Sklenar, K. (1983). *Archaeology in Central Europe*. Leicester: Leicester University Press.
- Sklenar, K. (1983). *Archaeology of Central Europe: The First 500 Years*. New York.
- Slater, D. (1997). 'Geopolitics and the Postmodern: Issues of Knowledge, Difference and North-South Relations'. In G. Benko e U.

- Strohmayer, eds., *Space and Social Theory*, p. 324-335. Oxford: Blackwell.
- Slater, D. (1999). 'Situating Geopolitical Representations: Inside / Outside and the Power of Imperial Interventions'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 62-84. Cambridge: Polity Press.
- Slater, D. (2003). 'Beyond Euro-Americanism – Democracy and Postcolonialism'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 420-432. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Smith S. J. (2000). 'Ethnomethodology'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 239-240. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Smith, N. (2000). 'Marxist geography'. In R. J. Johnston, D. Gregory, G. Pratt e M. Watts, eds., *Dictionary of Human Geography*, p. 485-490. Oxford e Malden (Mass.): Blackwell Publishers.
- Smith, S. J. (1999). 'The Cultural Politics of Difference'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 129-150. Cambridge: Polity Press., E. (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.
- Smith, W. D. (1991). *Politics and the Sciences of Culture in Germany (1840-1920)*. New York.
- Snobelen, D. (2001). 'Of stones, men and angels. The competing myth of Isabelle Duncan's Pre-Adamite Man (1860)'. *Studies in History and Philosophy of Science – C. Biological and Biomedical Sciences*, 32 (1), p. 59-146.
- Soares, T. S. (1945). 'Introdução'. In H. G. Barros, *História da administração pública em Portugal*, p. ix-lxxiv. Lisboa: Sá da Costa.
- Soja, E. (1980). 'The socio-spatial dialectic'. *Annals of the Association of American Geographers*, 70, p. 207-25

- Soja, E. (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.
- Soja, E. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Oxford and Cambridge (Mass.): Blackwell.
- Soja, E. (1997). 'The Socio-spatial dialectic'. In T. Barnes e D. Gregory, eds., *Reading Human Geography. The Poetics and Politics of Inquiry*, p. 244-255. London, New York, Sidney e Auckland: Arnold.
- Soja, E. (1999). 'Thirdspace: Expanding the Scope of the Geographical Imagination'. In D. Massey, J. Allen e P. Sarre, eds., *Human Geography Today*, p. 260-278. Cambridge: Polity Press.
- Soja, E. (2000). *Postmetropolis*. Oxford: Blackwell
- Soja, E. (2002). 'Taking Los Angeles Apart: Some Fragments of a Critical Human Geography'. In M. Dear e S. Flusty, eds., *The spaces of postmodernity*, p. 150-161. Oxford: Blackwell.
- Sokal, A., e J. Bricmont, eds. (1998). *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*. New York: Picadr.
- Sollas, W. (1924). *Ancient Hunters and their Modern Representatives*. London: MacMillan.
- Soper, K (1995). *What is nature?*. Oxford: Blackwell.
- Sorensen, M. L. (1996). *Gender Archaeology*. Cambridge: Polity Press.
- Sousa, A. (2000). *O Império acabou. E agora? Diálogos com Agostinho da Silva*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Sousa, F. de (1990). 'O "Jornal de Notícias" e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, II sér, 7.
- Soveral, E. A. (1985). 'Relações entre a Ética e a sua história'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 2, p. 137-142.

- Soveral, E. A. (2002). 'As ideias filosóficas de Alexandre Herculano'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 19, p. 5-20.
- Spencer, H. (1851). *Social Statics*. London: John Chapman.
- Spencer, W. (1901). *Guide to the Australian Ethnographical Collection in the National Museum of Victoria*. Melbourne: Government Printer.
- Spirn, A. W. (1998). *The language of landscape*. New Haven e London: Yale University Press.
- Spivak, G. (1988). *Selected Subaltern Studies*. Oxford: Blackwell.
- Spruner, C. (1850). *Atlas antiquus*. Gotha: Perthe.
- Stanley, H. M. (1885). *The Congo and the founding of its Free State*. London.
- Steur, C. (1873). *Ethnographie des peuples de l'Europe avant Jésus-Christ, etc.*, 3 tom. Bruxelles.
- Stockes, W. (1862). *Three Irish glossaries*. London.
- Stocking Jr., G. (1962). 'On the limits of "presentism" and "historicism" in the historiography of the behavioral sciences'. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 1, p. 211-217.
- Stoddart, D. (1966). 'Darwin's Impact on Geography'. *Annals of the Association of American Geography*, 56, p. 683-698.
- Stoddart, D. (1981). *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Blackwell.
- Stoddart, D. (1986). *On Geography and its history*. Oxford: Blackwell.
- Stoddart, D. 1966. 'Darwin's impact on Geography'. *Ann. As. Am. Geographers*, 56, p. 638-698.
- Stokes, M. (1887). *Early Christian Art in Ireland*. Dublin: Chapman & Hall.
- Suloway, F. (1979). 'Geographic isolation in Darwin's thinking'. *Studies in the History of Biology*, 3, p. 23-65.
- Suppe, F., ed., (1974). *The Structure of Scientific Theories*. Urbana: University of Illinois Press.

- Tácito [Tacitus]. [2000]. *Agricola. Germania. Dialogus de Oratoribus*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press (Loeb Classical Library).
- Tainter, J. (1988). *The Collapse of Complex Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tal, U. (1975). *Christians and Jews in Germany: Religion, Politics, and Ideology in the Second Reich (1870-1914)*. Ithaca.
- Tardits, C., ed. (1981). *Contribution de la recherche ethnologique à l'histoire des civilisations du Cameroun*. Paris: CNRS.
- Tarkovsky, A. (2000). *Sculpting in Time*. Austin: University of Texas Press.
- Tatham, G. (1951). 'Geography in the Nineteenth Century'. In G. Taylor, ed., *Geography in the Nineteenth Century*, p. 28-69. London: Methuen.
- Taylor, G. (1919). 'Climatic cycles and evolution'. *Geographical Review*, 8, p. 289-328.
- Taylor, G. (1930). 'Racial migration-zones and their significance'. *Human Biology*, 2, p. 34-62.
- Taylor, G. (1936). 'The zones and strata theory: a biological classification of races'. *Human Biology*, 8, p. 348-367.
- Taylor, G. (1957). 'Racial Geography'. In Id., *Geography in the twentieth century*, 3. ed., p. 433-462. New York: Philosophical Library.
- Taylor, I. (1864). *Words and Places: or, Etymological Illustration of History, Ethnology, and Geography*. S.l.: MacMillan and Co.
- Teather, E. K. (1999). *Embodied geographies*. London e New York: Routledge.
- Teixeira, C. (1964). *Elogio histórico de A. A. Mendes Correia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Teixeira, N. (1998-1999). 'Para que toda a lei não seja apenas artifício da razão humana'. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Filosofia*, II sér, 15-16, p. 521-532.
- Teles, B. (1901). *Estudos históricos e económicos*. Porto: Chardron.

- Teses de Doutoramento (2002). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 1, p. 259-262.
- Teses de Doutoramento (2004). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Ciências e Técnicas do Património*, I sér., 3, p. 366.
- Testimonia Hispaniae Antiquae*. [1998-1999]. Edit. por Julio Mangas e Domingo Plácido. Vol. II-A: *La Península Ibérica en los autores griegos: de Homero a Platón*. Vol. II-B: *La Península Ibérica prerromana: de Éforo a Eustácio*. Madrid: Editorial Complutense-Fundación de Estudios Romanos).
- Thierry, Am. (1828). *Histoire des Gaulois*. Paris.
- Thomas, J. (1996). *Time, Culture and Identity*. London: Routledge.
- Thomas, J. (2000). *Interpretive Archaeology. A Reader*. Leicester: Leicester University Press.
- Thomas, J. (2001). 'Archaeologies of Place and Landscape'. In I. Hodder, ed., *Archaeological Theory Today*, p. 165-186. Cambridge: Polity.
- Thomas, J. (2002). 'Archaeology's Humanism and the Materiality of the Body'. In Y. Hamilakis, M. Pluciennek e S. Tarlow, eds., *Thinking Through the Body. Archaeologies of Corporeality*. New York: Kluwer Academic.
- Thompson, J. (1991). 'Editor's introduction'. In P. Bourdieu, *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity Press.
- Thrift, N. (1996). *Spatial formations*. London: Sage.
- Thrift, N. (2000). 'Introduction: Dead or alive?'. In I. Cook, D. Crouch, S. Naylor e J. Ryan, eds., *Cultural Turns / Geographical Turns*, p. 1-6. Harlow: Pearson Education Limited.
- Tilley, C (1999). *Metaphor and Material Culture*. Oxford: Blackwell.
- Tilley, C. (1994). *A Phenomenology of Landscape*. Oxford: Berg.
- Tilley, C., ed. (1990). *Reading Material Culture*. Oxford: Blackwell.
- Tilley, C., ed. (1993). *Interpretative Archaeology*. Oxford: Berg.

- Toal, G. e J. Agnew (2003). 'Introduction. Geopolitical Cultures'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 455-461. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Torgal, L. R. (1993). 'A Instrução Pública'. In J. Mattoso, dir., *A História de Portugal*, vol. V, p. 608-651.
- Torgal, L. R., J. A. Mendes e F. Catroga, coord. (1998). *História da História de Portugal. 1. A história através da história*. S.l.: Temas e Debates
- Torres Ortiz, M. (2005). 'Una colonización en el interfluvio Tajo-Sado durante la primera Edad del Hierro?'. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8 (2), p. 193-214.
- Toulmin, S. e J. Goodfield (1966). *The Discovery of Time*. New York: Harper and Row.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine*. Bordeaux: Centre Pierre Paris.
- Treherne, P. (1995). 'The Masculine Body and Self-Identity in Bronze Age Europe'. *Journal of European Archaeology*, 3, p. 105-144.
- Trencher, S. (2002). 'The literary project and representations of anthropology'. *Anthropological Theory*, 2(2), p. 211-231.
- Trewartha, G. (1926). 'Recent thought on the problems of White acclimatization in the wet tropics'. *Geographical Review*, 16, p. 467-478.
- Trigger, B. (1978). *Time and Traditions. Essays in Archaeological Interpretation*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Trigger, B. (1989). *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Trigger, B. (1994). 'The coming of age of the history of Archaeology'. *Journal of Archaeological Research*, 2 (1), p. 113-136.
- Trigger, B. (1998). *Sociocultural evolution*. Oxford: Blackwell.
- Trigger, B. (2006). *A history of archaeological thought*, 2.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.

- Tuan, Y.-F. (1974). *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values*. Englewood Cliff (NJ): Prentice-Hall.
- Tuan, Y.-F. (1977). *Space and Place*. London e Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Tucídides [Thucydides]. [1993]. *The history of the peloponnesian war*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.
- Tucker, J. (2006). 'The Historian, the Picture, and the Archive'. *Isis*, 97, p. 111-120.
- Turchin, P. (2003). *Historical Dynamics. Why States Rise and Fall*. Princeton: Princeton University Press.
- Tylor, E. (1871). *Primitive Culture*. London: John Murray.
- Ulin, R. C. (2005). 'Remembering Paul Ricoeur: 1913-2005', *Anthropological Quarterly*, 78 (4), p. 885-896.
- Urry, J. (1985). 'Social relations, space and time'. In D. Gregory e J. Urry, eds., *Social relations and spatial structures*, p. 20-48. Houndmill and London: Macmillan Publishers.
- Valentine, G. (1999). 'Imagined Geographies: Geographical Knowledges of Self and Other in Everyday Life'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 47-61. Cambridge: Polity Press.
- Van Orman, R. (1986). *The explorers*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Van Riper, A. (1993). *Men Among the Mammoths: Victorian Science and the Discovery of Human Prehistory*. Chicago: Chicago University Press.
- Vasconcelos, A. T. (1864). *A fundação da Monarquia*. Lisboa: Typ. Universal.
- Vasconcelos, J. L. (1882). *Tradições populares de Portugal*. Porto.
- Vasconcelos, J. L. (1885). *Portugal Pré-histórico*. Lisboa: Corazzi.
- Vasconcelos, J. L. (1897-1905-1913) *Religiões da Lusitânia*, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Vasconcelos, J. L. (1901). 'Emílio Hübner e a arqueologia lusitano-romana'.
O Arqueólogo Português, 6 (3), p. 43-59.
- Vasconcelos, J. L. (1915). *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*.
Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1880). *Memoria das Antiguidades de Mertola*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1886-1891). *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, 4 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Verney, L. A. (1746). *Verdadeiro método de estudar*. Valença: Of. A. Balle. [Ed. util., 1949-1952, Lisboa: Sá da Costa].
- Vilça, R. (2000). 'Some comments on the archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira Interior', *Journal of Iberian Archaeology*, 1, p. 173-184.
- Virchow, R. (1884). 'Excursion dans le nord du pays: Braga et Citania de Briteiros'. In *Compte Rendu Congrès Internationale d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques (Lisbonne 1880)*, p. 647-662. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences.
- Von Dietze, E. (2001). *Paradigms Explained: Rethinking Thomas Kuhn's Philosophy of Science*.
- Wagner, C. (2005). 'Fenícios en el Extremo Occidente: conflicto y violència en le contexto colonial arcaico'. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8 (2), p. 177-192.
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World System*. New York: Academic Press.
- Walter, F. (1859). *Das alte Wales*. Bona.
- Ward, R. (1931). 'Can the White race become acclimatized in the tropics?'.
Gerlands Beiträge zur Geopolitik, 32, p. 149-157.
- Wardenga, U. (2006). 'German geographical thought and the development of "Länderkunde"'. *Inforgeo*, 18-19, p. 127-147.

- Watts, M. J. (1999). 'Collective Wish Images: Geographical Imagineries and the Crisis of National Development'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 85-108. Cambridge: Polity Press.
- Weindling, P. (1989). 'Ernst Haeckel, Darwinismus and the Secularization of Nature'. In J. Moore, ed., *History, Humanity and Evolution*, p. 311-353. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wells, P. (1990). 'Iron Age Temperate Europe: Some Current Research Issues'. *Journal of World Prehistory*, 4, 437-476.
- Wells, P. (1999). *The Barbarians Speak. How the Conquered Peoples shaped Romanização Europe*. Princeton: University Press.
- Whatmore, S. (1999). 'Hybrid Geographies: Rethinking the "Human" in Human Geography'. In Massey, D., J. Allen e P. Sarre, *Human Geography Today*, p. 22-40. Cambridge: Polity Press.
- Whatmore, S. (2002). *Hybrid geographies*. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Whatmore, S. (2003). 'Introduction. Culture(natures)'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 165-167. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- White, A. S. (1891). 'On the comparative value of African lands'. *Geographical Journal*, 7, p. 191-195.
- Wiener, P. (1961). 'Some problems and methods in the History of Ideas'. *Journal of the History of Ideas*, 22, p. 531-548.
- Williams, R. (1973). 'Social Darwinism'. In J. Benthall, ed., *The Limits of Human Nature*, p. 115-130. London: Allen Lane.
- Wilser, K. (1885). *Die Herkunft der Deutschen*. Karlsruhe: Braun.
- Winchell, A. (1760). *Preadamites: or a demonstration of the existence of Men before Adam. Together with a study of their condition, antiquity, racial affinities and progressive dispersion over the Earth*. Chicago: Griggs and Co. [Edição de 1880].
- Windisch, E. (1879). *Kurzgefasste irische Grammatik*. Leipzig.

- Winlow, H. (2001). 'Anthropometric cartography: constructing social identity in the early twentieth-century'. *Journal of Historical Geography*, 27 (4), p. 507-528.
- Wirth, L. (2003). 'Urbanism as a way of life'. In R. Le Gates e F. Stout, eds., *The City Reader*, p. 97-104. London: Routledge. O artigo foi originalmente publicado, em 1938, no *American Journal of Sociology*.
- Withers, C. (1989). 'Improvement and Enlightenment'. In P. Jones, *Philosophy and Science in the Scottish Enlightenment*, p. 102-116. Edinburgh: John Donald.
- Woolf, G. (1993). 'Rethinking the Oppida'. *Oxford Journal of Archaeology*, 12, p. 223-234.
- Wright, R. ed., (1996) *Gender and Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Wylie, A. (1982). 'Epistemological Issues Raised by a Structuralist Approach'. In I. Hodder, ed., *Symbolic and Structural Archaeology*, p. 39-46. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wylie, A. (1991). 'Gender Theory and The Archaeological Record: Why there is No Archaeology of Gender'. In J. Gero e M. Conkey, eds., *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*, p. 31-54. Oxford: Blackwell.
- Wylie, A. (2002). *Thinking from Things. Essays in the Philosophy of Archaeology*. Berkeley: University of California Press.
- Wylie, M (1985). 'The reaction against analogy'. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8, p. 63-111.
- Wylie, M. (1985). 'Putting Shakertown back together: critical theory in archaeology'. *Journal of Anthropological Theory* 4, p. 133-147.
- Xenofonte [Xénophon]. [1949]. *Anabase*. Texte établi et traduit par Paul Masqueray. Paris: Les Belles Lettres. Collection des Universités de France.

- Yegenoglu, M. (1999). *Colonial Fantasies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yeoh, B. (2003). 'Postcolonial Geographies of Place and Migration'. In K. Anderson, M. Domosh, S. Pile e N. Thrift, eds., *Handbook of Cultural Geography*, p. 369-380. London, Thousand Oaks e New Delhi: Sage Publications.
- Yoffee, N. e G. Cowgill, eds. (1988). *The Collapse of Ancient States and Civilizations*. Tucson: University of Arizona Press.
- Young, R. (1990). *White Mythologies*. London: Routledge.
- Young, R. M. (1969). 'Malthus and the Evolutionists: the Common Context of Biological and Social Theory'. *Past and Present*, 43, p. 109-145.
- Young, R. M. (1980). 'Natural Theology, Victorian Periodicals and the Fragmentation of a Common Context'. In C. Chant e J. Fauvel, eds., *Darwin to Einstein: Historical Studies on Science and Belief*, p. 69-107. Harlow: Longman.
- Zannoni, A. (1876). *Gli scavi della Certosa di Bologna*. Bolonha.
- Zeuss, J. K. e H. Ebel (1853) *Grammatica Celtica*. Leipzig.
- Zilhão, J. (1993). 'As origens da Arqueologia Paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado'. *Arqueologia e História*, sér. X, 3, p. 111-125.
- Zonn, L. (1984). 'Landscape depiction and perception: a transactional approach'. *Landscape Journal*, 3, p. 144-150.
- Zube, E., J. Sell, e J. Taylor (1982). 'Landscape perception: research application and theory'. *Landscape Planning*, 9, p. 1-33.
- Zurara, Gomes Eanes de. [1978-1981]. *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique*. Notas por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Academia Portuguesa da História.